

**Expediente:**  
**Associação dos Municípios do Paraná - AMP**

**Diretoria AMP**  
**Diretoria 2017 / 2019**

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	DARLAN SCALCO	PÉROLA	AMERIOS
1º VICE-PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	AMUNOP
2º VICE-PRESIDENTE	APARECIDO JOSÉ WEILLER JUNIOR	JESUITAS	AMOP
3º VICE-PRESIDENTE	MAURO CESAR CENCI	SAUDADES DO IGUAÇU	AMSOP
1º SECRETÁRIO	MIGUEL ROBERTO DO AMARAL	IVAIPORA	AMUVI
2º SECRETÁRIO	MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS	MATO RICO	AMOCENTRO
1º TESOUREIRO	MANOEL RODRIGO AMADO	OURIZONA	AMUSEP
2º TESOUREIRO	PEDRO SERGIO KRONÉIS	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	AMUNORPI
DIRETOR DE RELAÇÕES INST. E POLÍTICAS	MARCIO WOZNIAK	FAZENDA RIO GRANDE	ASSOMEC

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

## ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE SARANDI

### CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI PORTARIA Nº 070/2020

Concede progressão funcional por desempenho a servidora Débora Aparecida de Souza e da outras providências.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso das atribuições que tratam os incisos II, III, XIII, XXVIII e XXXI do art. 38 da Resolução nº 002, de 4 de dezembro de 1992,

#### RESOLVE:

**Art. 1º CONCEDER** progressão funcional por desempenho a servidora Débora Aparecida de Souza, matrícula 117, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, - GOSG3A06 para o nível referencial GOSG3A07 do quadro de pessoal efetivo, fundamentado nos Arts. 32 a 36 e 38 da Resolução 008/2013 de 19/12/2013, e amparado pela Nota Técnica 09/2020 do TCE-PR.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, 02 de dezembro de 2020.

**EUNILDO ZANCHIM “NILDÃO”**  
Presidente da Câmara

**Publicado por:**  
Vagner Rafael Vaz  
**Código Identificador:**02545344

**GABINETE DO PREFEITO -DOCUMENTAÇÃO**  
**DECRETO Nº 1716/2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre as medidas a serem implementadas e cumpridas em virtude do Decreto de calamidade pública Nº 1502/2020 e seguintes, para fins de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19.

**WALTER VOLPATO**, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, emite o presente decreto:

Considerando o originário DECRETO 1502/2020 decorrente dos efeitos produzidos pela Pandemia COVID-19;

Considerando que o Boletim Epidemiológico mais recente e datado de 01/12/2020 emitido pelo SESA Paraná, órgão este oficial, indica que a taxa de ocupação total nos Leitos SUS de UTI Adulto no Estado é de 84% e dos Leitos de Enfermaria é de 68%, e que em nossa Macrorregião Noroeste este índice é de 82% em relação à UTI e de 66% em relação à Enfermaria, cujos índices representam um aumento significativo e preocupante em direção ao colapso da saúde, em especial no tocante à taxa de ocupação pediátrica de 50% no geral, o que sinaliza a imposição de urgentes medidas de maiores limitações a serem implementadas;

Considerando que o coeficiente de incidência por regional aponta em nossa 15ª regional um aumento significativo de 2967 casos por 100 mil habitantes, acima da estadual de 2464, permanecendo assim no estágio amarelo, superando o limite verde de alerta, o que aponta a adoção de medidas mais rígidas no controle da propagação do vírus COVID-19;

#### DECRETA:

**Art. 1º** – Estende-se o prazo de vigência previsto no art. 1º do Decreto 1706/2020 pelo prazo de 6 dias, ficando o mesmo prorrogado pelo período compreendido entre os dias 04 e 09 de dezembro de 2020, inclusive.

**Art. 2º** - Em alinhamento ao Decreto 6.284/2020 do Governo do Estado do Paraná, utilização do sistema viário municipal somente será permitido entre as 05:00 e as 23:00 horas, ficando expressamente proibido o trânsito de veículos e congêneres nas vias municipais no período compreendido entre 23:01 e 04:59hs, inclusive para entregas em delivery, mantidas todas as demais determinações já contidas nos decretos anteriores.

**Art. 3º** - Ficam os bares, lanchonetes, venda de espetos e restaurantes autorizados a atenderem presencialmente no máximo até as 22:00 horas, quando deverão ter suas atividades interrompidas e fechadas, ficando expressamente vedada a utilização de calçadas e outros espaços públicos para colocação de mesas e cadeiras para atendimento à clientes em bares, restaurantes, e estabelecimentos congêneres.

**Parágrafo único** - o não atendimento da norma implicará na aplicação de multa de no mínimo R\$ 1.000,00 até o limite de R\$ 5.000,00 considerando-se para tanto o tamanho, a estrutura e a gravidade da infração, dobrado em caso de reincidência com imediata interdição pelo prazo de 10 dias do estabelecimento infrator.

**Art. 4º** - Fica vedada a venda, consumo ou entrega de bebidas alcoólicas em qualquer tipo de estabelecimento a partir das 22:00 horas em todos os dias da semana.

**Parágrafo único** - o não atendimento da norma implicará na aplicação de multa de no mínimo R\$ 1.000,00 até o limite de R\$ 5.000,00 considerando-se para tanto o tamanho, a estrutura e a

gravidade da infração, dobrado em caso de reincidência com imediata interdição pelo prazo de 10 dias do estabelecimento infrator.

**Art. 5º**– Fica proibida a realização de qualquer atividade cívica, cultural, comemorativa e afins, inclusive em chácaras e áreas de lazer particulares, que reúnam mais que **30 pessoas no mesmo local, exceto as que já tenham sido programadas e autorizadas pela vigilância sanitária na forma dos decretos anteriores.**

**Parágrafo único** - o não atendimento da norma implicará na aplicação de multa de no mínimo R\$ 5.000,00 até o limite de R\$ 10.000,00 considerando-se para tanto o tamanho, a estrutura e a gravidade da infração, dobrado em caso de reincidência com imediata interdição pelo prazo de 10 dias do estabelecimento infrator, cuja multa será aplicada tanto para o organizador do evento ou congêneres, quanto para o proprietário do local onde o mesmo estiver sendo realizado.

**Art. 6º** - Ficam advertidas as feiras, comércio em geral, academias, cultos religiosos bem como todas as demais atividades cívicas, comerciais e religiosas desta urbe que observem atentamente todas as regras sanitárias, de distanciamento e demais medidas impostas nos decretos anteriores, cuja fiscalização e aplicação das medidas necessárias será intensificada, sem prejuízo da adoção de novas medidas restritivas, caso necessárias.

**Art. 7º** - Por fim ratificadas todas as demais disposições do decreto originário e posteriores já emitidos, mantendo-se todas as determinações neles contidas e que não confrontem com as neste momento editadas, ficando seu prazo prorrogado e esclarecido que qualquer flexibilização, manutenção ou restrição das autorizações contidas poderão ser revistas a qualquer momento com edição de novo decreto que poderá estabelecer novas condições.

**Art. 8º** - As medidas tratadas neste decreto deverão ser amplamente divulgadas pela mídia e empresas de comunicação, entrando em vigor a partir da publicação com a vigência aqui estabelecida.

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2020

**WALTER VOLPATO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
David Lucas Ribeiro Dias Santos  
Código Identificador: B5D00116

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO LICITAÇÕES**  
**AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO N.º**  
**81/2020 - PMS – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**Processo N.º 81/2020 - PMS – Modalidade Pregão Eletrônico**

O Município de Sarandi, Estado do Paraná, nos termos da Lei federal nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, e legislação complementar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto **Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, em atendimento à demanda das Secretarias Municipais, ao Gabinete do Prefeito e ao 5º Grupamento de Bombeiros de Sarandi/PR.** Em face das alterações referidas, **fica redesignado o dia 05 de janeiro de 2021, às 09:00 horas.** LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). O Edital retificado encontra-se à disposição dos interessados no site: <http://www.sarandi.pr.gov.br>, [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Sarandi, 02 de dezembro de 2020.

**JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Daiany Domingo Sanda  
Código Identificador: EEEF6E37

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO LICITAÇÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO 93/220**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 093/2020 – PMS**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisição de lixeiras tipo container em atendimento à demanda das Secretarias Municipais de Sarandi/PR

Legislação: Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1311/2020.

Recebimento das propostas e documentos de habilitação: **Até as 09:00 Horas do dia 12 de janeiro de 2021.**

Data da e horário da abertura da Sessão: **dia 12/01/2021 às 09:00 Horas.**

LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)  
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8623 – FAX: (0xx44) 3264-8628. EMAIL: [licitacao@sarandi.pr.gov.br](mailto:licitacao@sarandi.pr.gov.br). O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: <http://www.sarandi.pr.gov.br>, [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Sarandi, 02 de dezembro de 2020.

**JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Daiany Domingo Sanda  
Código Identificador: B52F2539

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO LICITAÇÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 92/2020**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 092/2020 – PMS**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisição de gás acetileno e gás oxigênio industrial em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Urbanismo do Município de Sarandi - Estado do Paraná. Legislação: Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1311/2020. **Licitação exclusiva à participação de ME/EPP – conforme disposto no inciso I do art. 48 da LC 123/06.**

Recebimento das propostas e documentos de habilitação: **Até as 09:00 Horas do dia 11 de janeiro de 2021.**

Data da e horário da abertura da Sessão: **dia 11/01/2021 às 09:00 Horas**

LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)  
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8623 – FAX: (0xx44) 3264-8628. EMAIL: [licitacao@sarandi.pr.gov.br](mailto:licitacao@sarandi.pr.gov.br). O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: <http://www.sarandi.pr.gov.br>, [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Sarandi, 02 de dezembro de 2020.

**JÉSSICA GONÇALVES CASTIONE JAGAS**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Daiany Domingo Sanda  
Código Identificador: 87C84F40

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO RH**  
**PORTARIA N.º 2864/2020**

**O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, conforme art. 234 da Lei Complementar n.º 10/92.**

**RESOLVE**

**1º - INSTAURAR** sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor ocupante do cargo de médico plantonista clínico geral.

**2º - NOMEAR** os servidores, **Maria Rosa dos Santos**, RG nº 2165803, **Kathe Elena Quinteiro Zingoni**, RG nº 108711787e **Bárbara Nivea Panzeri da Cruz**, RG nº. 66416291, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.

**3º - Revogadas** as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sarandi, 02 de dezembro de 2020.

**WALTER VOLPATO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Suzane Ribeiro Azevedo

**Código Identificador:**AB34CE4E

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO RH**  
**PORTARIA Nº 2861/2020**

**O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 2189/2015 e na Lei Complementar nº 364/2018;**

**RESOLVE**

**1º - DESIGNAR** integrantes para comporem a Comissão Sindicante Provisória para apuração dos fatos relatados no procedimento nº 003/2020, da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública.

**2º - NOMEAR** os servidores **Emerson Carmona Rodrigues**, R.G. nº 92857964, **Jovaine Francisco Alves**, R.G. nº 91429586e **Cesar Augusto Fiorucci**, R.G. nº 95885950, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei

**3º - Revogando** as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 1º de dezembro de 2020.

**WALTER VOLPATO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Suzane Ribeiro Azevedo

**Código Identificador:**415770AC

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO RH**  
**PORTARIA Nº 2862/2020**

**O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 2189/2015 e na Lei Complementar nº 364/2018;**

**RESOLVE**

**1º - DESIGNAR** integrantes para comporem a Comissão Sindicante Provisória para apuração dos fatos relatados no procedimento nº 008/2020, da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública.

**2º - NOMEAR** os servidores **Emerson Carmona Rodrigues**, R.G. nº 92857964, **Jovaine Francisco Alves**, R.G. nº 91429586e **Cesar Augusto Fiorucci**, R.G. nº 95885950, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei

**3º - Revogando** as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 1º de dezembro de 2020.

**WALTER VOLPATO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Suzane Ribeiro Azevedo

**Código Identificador:**8C642231

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO RH**  
**PORTARIA Nº 2863/2020**

**O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 2189/2015 e na Lei Complementar nº 364/2018;**

**RESOLVE**

**1º - DESIGNAR** integrantes para comporem a Comissão Sindicante Provisória para apuração dos fatos relatados no procedimento nº 010/2020, da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública.

**2º - NOMEAR** os servidores **Alessandra Rosa Costa**, R.G. nº 95292224, **Jovaine Francisco Alves**, R.G. nº 91429586e **Cesar Augusto Fiorucci**, R.G. nº 95885950, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei

**3º - Revogando** as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 1º de dezembro de 2020.

**WALTER VOLPATO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Suzane Ribeiro Azevedo

**Código Identificador:**CC20D8EC

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO RH**  
**PORTARIA 2868/2020**

**SÚMULA:** Constitui Comissão de Desenvolvimento de avaliação funcional e graduação, para fins de promoção dos profissionais da Administração Pública Municipal do Município de Sarandi, não serão abrangidos por esta Portaria os Profissionais do Magistério na forma que especifica.

**WALTER VOLPATO**, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as Leis Complementares nº 159/2007, 267/2012 e Decreto Municipal nº 1746/2012.

**RESOLVE:**

**1º - Constitui** Comissão de Desenvolvimento de Avaliação Funcional e Graduação, composta pelas pessoas abaixo, para fins de promoção dos Profissionais da Administração do Município de Sarandi:

JESSICA CATHCART	PROCURADORIA JURÍDICA
GISLAINE LAURINDO DA SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INDRIGO DOS SANTOS AGUILIERI	SECRETARIA DE TRÂNSITO E SEGURANÇA
EDSON OLIVEIRA DOS ANJOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ROBSON RIBEIRO DE SOUZA	COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

**02º - O período de atuação da Comissão ora constituída se estenderá até 31 de Dezembro de 2022**

**03º - Revogadas** as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 790/2018, de 03 de Janeiro de 2018, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**WALTER VOLPATO.**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Kathe Elena Quinteiro Zigoni

**Código Identificador:**4586A24B

**SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO RH  
PORTARIA Nº 2867/2020**

**SÚMULA:** Designa servidor municipal, na forma que especifica.

**WALTER VOLPATO**, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 10/92.

**R E S O L V E:**

1º - Designar o Servidor **ADILSON EMIDIO LERIANO**, matrícula **5308**, Portador do CPF nº. 036.669.979-29, para além das atribuições de seu cargo, como Chefe dos Vigias do Município de Sarandi.

2º - Fica concedido ao referido servidor uma gratificação mensal de 50% (cinquenta por cento).

3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de Dezembro de 2020.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Dezembro de 2020.

**WALTER VOLPATO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gabriela Motta de Lima Alves  
**Código Identificador:**3A486FE5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
DECRETO Nº. 1715/2020**

**Súmula:** Abre Crédito Adicional Suplementar na forma que especifica.

**WALTER VOLPATO**, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 6º, da Lei Orçamentária Anual-LOA nº. 2537/2019, de 22/11/2019,

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no valor de R\$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.302.0017.2.226.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	
521 - 3.1.90.94.00.00	01303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.002.12.365.0022.2.306.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM RECURSOS DOS 5% E 25%	
811 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
812 - 3.1.90.13.00.00	01103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
12.002.12.365.0022.2.309.		MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM RECURSOS DO FUNDEB 60%	
1590 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA	
14.001.06.181.0026.2.401.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	
		TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA	
1347 - 3.1.90.11.00.00	1003	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
<b>Total Suplementação:</b>			<b>417.000,00</b>

Art. 2º - O recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete mil

reais), será obtido através do cancelamento parcial das seguintes Dotações Orçamentárias:

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.302.0017.2.226.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	
516 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.002.12.365.0022.2.309.		MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM RECURSOS DO FUNDEB 60%	
1591 - 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100.000,00
12.002.12.365.0022.2.310.		FORNECIMENTO DE MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
849 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	246.000,00
12.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
12.003.12.361.0023.1.305.		OBRAS E INSTALAÇÕES PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
856 - 4.4.90.51.00.00	01103	OBRAS E INSTALAÇÕES	64.000,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO - SEJUV	
13.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	
13.001.27.812.0025.2.383.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	
1346 - 3.1.91.13.00.00	1003	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
<b>Total Redução:</b>			<b>417.000,00</b>

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir desta data.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de dezembro de 2020.

**WALTER VOLPATO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Daiane Anselmo de Azevedo  
**Código Identificador:**22A8B841

**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 184/2020, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2020.**

Retifica-se a publicação do Decreto Municipal nº. 184/2020, de 01 de novembro de 2020, publicado neste Diário Oficial dos Municípios do Paraná na página 006 da edição nº. 2150 do dia 02/12/2020 pelo motivo de incorreções no texto. No título do documento, onde foi publicado DECRETO Nº. 184/2020, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2020, o correto é DECRETO Nº. 184/2020, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020. E para dirimir quaisquer dúvidas, segue na edição de hoje a publicação do texto correto do referido Decreto.

**Publicado por:**  
Gilvane Hoffmann  
**Código Identificador:**BFADC7E3

**DEPARTAMENTO DE RH  
PORTARIA Nº 157-2020 FERIAS FUNCIONÁRIOS**

**PORTARIA Nº 157/2020**, de 02 de dezembro de 2020.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder férias aos seguintes servidores da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu:

NOME DO SERVIDOR	DIAS	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO CONCESSIVO
PEDRO FARIKOSKI	30	02/05/2019 a 01/05/2020	01/12/2020 a 30/12/2020
JULHINHO FERREIRA	12	07/07/2020 a 06/07/2021	01/12/2020 a 12/12/2020

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU – PR, 02 de dezembro de 2020.

**MAURO CÉSAR CENCI**

Prefeito Municipal.

**Publicado por:**

Delci Nath

**Código Identificador:**E7206889

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

**REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2020**

Tendo em vista o parecer jurídico e a ADJUDICAÇÃO do Pregoeiro, que apurou o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial nº 084/2020 - SRP, de 19/10/2020, com abertura e julgamento em 03/11/2020 e não existindo interposição recursal, eu Mauro Cesar Cenci, Prefeito Municipal, torno público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 084/2020 para Registro de Preços, conforme o ato de ADJUDICAÇÃO, a seguinte Empresa:

**DARIVA FOGOS E PESCA LTDA – ME, CNPJ Nº 03.339.699/0001-07.**

Que apresentaram os menores preços para registro

É A DECISÃO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, PR, 02 de dezembro 2020.

**MAURO CESAR CENCI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Douglas da Rocha

**Código Identificador:**20D4FCCD

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2020**

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 084/2020, de 19 de outubro de 2020, com abertura e julgamento em 03 de novembro de 2020, e verificado que não houve interposição recursal, eu José Roberto Bocalon, Pregoeiro, designado pela Portaria nº 058/2020, ADJUDICO os objetos constantes dos seguintes itens, do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 084/2020 para Registro de Preços, as Empresas, que apresentaram os menores preços, respectivamente conforme segue:

EMPRESA	LOTE
DARIVA FOGOS E PESCA LTDA – ME, CNPJ Nº 03.339.699/0001-07.	01.

É A DECISÃO.

Saudade do Iguaçu, PR, 02 de dezembro de 2020.

**JOSÉ ROBERTO BOCALON**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Douglas da Rocha

**Código Identificador:**9EAD979C

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 184/2020

**Processo Administrativo:** nº 0018.0010506/2020 – TP 009/2020

**Partes:**MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e TFI ENGENHARIA LTDA.

**Objeto:** Execução de obras de ampliação de muro de arrimo de tijolos, medindo (9,00 x 3,00 x 020) = 5,40 m³ e construção de 104 unidades de gavetas mortuárias medindo (09 0x 060, x 2,35) no CEMITÉRIO MUNICIPAL DA SEDE.

**Prazo de Execução:**O prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte dias), contados a partir do primeiro dia útil após a data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE para a CONTRATADA, quando os serviços deverão estar concluídos e entregues ao CONTRATANTE.

**Prazo de Vigência:** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços.

**Valor:**R\$ 63.990,37 (sessenta e três mil, novecentos e noventa reais e trinta e sete centavos).

**Data de Assinatura:** 19.11.2020

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
15.452.0026.2.058	Serviços de Cemitérios e Funerárias
4.4.90.51.00 - 1511	Obras e Instalações 106

**Publicado por:**

Rubia Graziela dos Santos

**Código Identificador:**BC5039EA

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 031/2020

#### PROTOCOLO 0018.0014416/2020

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 24, incisos II da Lei 8.666/93 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE REDE PRIVATIVA VIRTUAL DE ALTA VELOCIDADE, NA MODALIDADE PERMANENTE, COMPREENDENDO A INTERLIGAÇÃO DE LOCALIDADES DISTINTAS, FORMANDO UMA REDE PRIVATIVA ROTEADA, COM TECNOLOGIA IP/MPLS”, em favor de COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A, com o valor mensal de R\$ 539,95 (quinhentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos), perfazendo o valor global de **R\$ 6.479,40 (seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos)**, para o período de 12 (doze) meses, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 02 de dezembro de 2020.

**GERSON COLODEL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Larissa Lima da Cunha

**Código Identificador:**16A47C1D

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PORTARIA Nº 429/2020

**O PREFEITO MUNICIPAL** de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições dos artigos 156, VII e 177, da Lei Complementar nº 019/2011,

**RESOLVE:**

**CONCEDER** licença sem vencimento, ao servidor Sr. **GILBERTO GONÇALVES CORDEIRO**, Matrícula nº 2600, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 23 de outubro de 2020.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 30 de outubro de 2020.

**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Pamela do N. de Matos  
**Código Identificador:**5D5D8EEF

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTARIA Nº 031/2020**

Súmula: Nomeia Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Altamira do Paraná.

Jose Etevaldo de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, para efetuar a partir da publicação desta portaria, todos os procedimentos legais referentes aos processos licitatórios, previstos na Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo receber, deliberar e julgar, quanto às aquisições e/ou contratações de bens e serviços, a serem realizados pela Câmara Municipal. Sendo composta pelos membros abaixo e seus respectivos cargos:

**Membros Efetivos:**

Vanderleia Santana Presidente  
Cristiane da Silva Giro Curci Membro  
Valter Dias Membro

Art. 2º A Comissão nomeada no artigo anterior poderá a qualquer tempo, requisitar serviços profissionais com notória experiência para fundamentar sua posição e decisão no julgamento dos processos de licitação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

**JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Valter Dias  
**Código Identificador:**7F0B8A3C

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 079/2020**  
**PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 067/2020**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2020**

TERMO DE ADITIVO DE FORNECIMENTO Nº 080/2020, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO

**DE ALTAMIRA DO PARANÁ E H.L.P. COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA.**

**contratante:** Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cantú, nº 180, inscrito no CNPJ nº. 78.069.143/0001-47, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pela Srª. Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.770.361-0 SSP-PR e do CPF sob nº. 804.135.609-53.

**CONTRATADA:** H.L.P. COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 23.093.471/0001-97, na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, estabelecida à Avenida Mario Pereira, nº 01 CEP 85.280-000, denominada CONTRATADA, representada neste ato, por seu representante legal Senhor Arlindo Cesar Peres, portador da RG nº. 7.631.431-5, e inscrito no CPF sob nº. 891.948.538-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de Empresa para fornecimento de Óleo Diesel S-10, para abastecer a frota municipal e atender as demandas Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REAJUSTES E DO FUNDAMENTO JURÍDICO**

Art. 57 II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Fica acrescentado a quantidade de 25% do Item 01.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas

Altamira do Paraná, 23 de novembro de 2020.

**ELZA APARECIDA DA SILVA**  
Responsável Legal da Contratante

**ARLINDO CESAR PERES**  
Responsável Legal da Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

**Publicado por:**  
Gislei Rodrigues Dias  
**Código Identificador:**88D10470

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÁ**

**CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÁ**  
**CONVITE/CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**CONVITE / CONVOCAÇÃO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÁ, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEU PRESIDENTE, **CONVIDA** AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS E OS MUNICÍPIOS E **CONVOCA** SEUS VEREADORES A PARTICIPAREM DE **AUDIÊNCIA PÚBLICA** PARA DISCUSSÃO DOS **PROJETOS DE LEI Nº42/2020**, INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE AÇÕES DE GOVERNO NO PPA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PROJETO DE LEI Nº43/2020**, “ALTERA O ANEXO DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA E O ANEXO DA RELAÇÃO DAS PRIORIDADES POR ÓRGÃO E UNIDADE DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021”. E **PROJETO DE LEI Nº44/2020**,

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021”. EM TRAMITE NESTE PODER LEGISLATIVO, A SER REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE (07/12/2020) DO CORRENTE ANO, SEGUNDA-FEIRA, LOGO APÓS A SESSÃO ORDINARIA NO RECINTO DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, CONFORME O DECRETO Nº69/2020, DISTANCIAMENTO E USO OBRIGATORIO DE MASCARA. EM CONFORMIDADE AO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000- LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

AMAPORÃ-PR, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**RICARDO RODRIGUES MARTINS**  
Presidente

**Publicado por:**  
Zeneide Aparecida Rocha Fonseca  
**Código Identificador:**DE782FDC

### CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

#### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 14/2020

À vista dos elementos contidos no presente Processo Administrativo sob o nº 16/2020 devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Dispensa em conformidade ao disposto no artigo 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93 e Lei 14.065/2020, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2020.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: contratação de empresa para fornecimento e entrega, na sede do Poder Legislativo Municipal, de materiais e equipamentos de processamento de dados/informática, elétrico e eletrônico, para uso do Poder Legislativo de Amaporã.

Favorecidos: MORGADO E MARTINEZ LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n. 04.481.985/0001-75, para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07,08, 09 e 10 no valor total de R\$ 5.693,20 (cinco mil seiscentos e noventa e três reais e vinte centavos).  
Fundamento Legal Artigo 24 inciso II da Lei Federal 8.666/93 e Lei 14.065/2020.

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 14/2020.

Ação: 01.001.01.031.0001.2001 – Manutenção da Secretaria da Câmara de Vereadores  
Natureza de despesa: 33.90.30.00.00 – Material de Consumo  
Fonte do Recurso: 1.001- Recursos do Tesouro (Descentralizados)

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Amaporã, 02 de dezembro de 2020.

**RICARDO RODRIGUES MARTINS**  
Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
Ediane Aparecida de Oliveira  
**Código Identificador:**65B32AAA

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Dispensa em conformidade ao disposto no Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, da Lei de Licitações, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020**.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

**Objeto a ser contratado:** confecção de Letreiro (EU ♥ AMAPORÃ), letreiro de 1,20m de altura, confeccionado em chapa galvanizada 20, com pintura em epox na cor branca e vermelha, as letras serão fixada em uma base de concreto de forma que as mesmas sejam instaladas com um suporte de ferro, para dar sustentação.

**DO FAVORECIDO:** D. GOMES DA ROCHA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.092.297/0001-89.

**DO VALOR:** O valor total para confecção do letreiro será de R\$ 17.480,00 (Dezesseite mil quatrocentos e oitenta reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações:

II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

#### Dotação Orçamentária:

**12.002.23.695.0017.2.041.4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente**

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Amaporã/PR, em 02 de Dezembro de 2020.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Renan Mauricio de Oliveira Rebusi  
**Código Identificador:**5B20C42C

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 158/2017 - ID 1578

**Processo Administrativo nº 097/25017**  
**Tomada de Preços nº 004/2017**

#### DAS PARTES:

**Contratante:** Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob o nº 75.475.038/0001-10.

**Contratado:** Torres & Anselmi Ltda-ME, inscrita no CNPJ nº 02.327.415/0001-08.

#### DO OBJETO TERMO ADITIVO CONTRATADO:

Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA, do contrato



originário, que tem como objeto Contratação de link dedicado ao acesso a Internet em Fibra Óptica, disponibilizando conectividade a rede mundial – internet – com velocidade mínima de 10.0 Mbps Dedicado Full, com garantia de 100% (cem por cento) de velocidade do acesso (simetria = download/upload), a serem instalados: 5.0 Mbps Dedicado Full na Escola Municipal Menino Jesus e 5.0 Mbps Dedicado Full na Escola Municipal Cecília Meireles, em conformidade com as Especificações Técnicas constantes no Anexo I do Processo Administrativo nº 097/2017, na modalidade Tomada de Preços nº 004/2017 e seus Anexos. “CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA - O Presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses de Serviços de Acesso a Internet Fibra Óptica. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que haja interesse da administração pública e em comum acordo entre as partes.”

**Justificativa:** A referida prorrogação contratual se justifica em função dos serviços contínuos de Conexão à Rede de Internet ser um serviço imprescindível a comunicação, extrema importância para as Escolas, pois precisam alimentar programas que são online, e necessita ter internet de qualidade, como também para atender com qualidade os profissionais, alunos, os pais e professores. Logo, no presente caso, a prorrogação atende os requisitos legais. Para a referida prorrogação há previsão contratual conforme Cláusula Contratual e previsão legal conforme o Inciso II, do art. 57, da Lei 8666/93.

#### DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência do presente termo aditivo do contrato passa a ser de **02.12.2020 a 01.12.2021**.

#### DO VALOR DO TERMO ADITIVO:

O valor do presente Termo Aditivo permanece o mesmo do contrato original, sendo R\$ 13.200,00 (Treze mil e cem reais), para 12 (doze) meses de prestação de serviços, e pagamento mensal de R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

#### DOS RECURSOS FINANCEIROS:

O pagamento decorrente da presente contratação correrá à custa dos recursos financeiros, conforme dotações abaixo:

**0800112361001920433390400000** - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

**0800112361001920463390400000** - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

**0800112361001920473390400000** - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

#### DA LICITAÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente termo aditivo encontra-se amparado e fundamentado no artigo 57, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

#### DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Amaporã/PR, em 01 de Dezembro de 2020.

Município de Amaporã  
**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**  
Prefeita Municipal  
Contratante

**Publicado por:**  
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi  
**Código Identificador:**3C481309

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR EXTRATO DO CONTRATO**  
**Nº 188/2020 ID 2152**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2020**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2020**

#### DAS PARTES:

**Contratante:** Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

**Contratado:** **MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.421.421/0001-82.

**DO OBJETO:** Aquisição de medicação **Azitromicina 500 MG** para auxílio de tratamento do **Corona Vírus (Covid-19)**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Amaporã, conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
1	2000	Unid	Azitromicina 500 MG	R\$ 4,00	R\$ 8.000,00

**DO VALOR:** O Valor Total da dispensa de licitação é de **R\$ 8.000,00** (Oito mil reais).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** O pagamento decorrente da contratação do objeto da presente licitação será efetuado à conta dos recursos próprios da dotação orçamentária:

**0900110122002521623390300000** - Material de Consumo

**E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.**

**DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**DA VALIDADE:** O presente contrato terá prazo de vigência de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura.

Amaporã/PR, 01 de Dezembro de 2020.

Município de Amaporã  
**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi  
**Código Identificador:**3BC859E3

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 048/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2020**  
**SRP Nº 035/2020**

**Menor Preço Item.**

**OBJETO:** Registro de Preços para futuras e parceladas Contratações de Empresa para Prestações de Serviços de Solda, Torno e Serviços de Serralheria, conforme Termo de Referência Anexo I, deste Edital, Valor Máximo de R\$490.576,00. **NOVA DATA DE ABERTURA:** 17/12/2020, às 09h00min, na Sala da Divisão de Compras e Licitação, Amaporã - PR.

**Edital na íntegra:** O Edital poderá ser retirado no site [www.amapora.pr.gov.br](http://www.amapora.pr.gov.br), Informações fone: (44) 3437-8325.

Amaporã, 02 de Dezembro de 2020.

**MAGDA JULIA DO CARMO PEREIRA**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi  
**Código Identificador:**9B43277C

**DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**  
**ATUALIZADO O VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PARA**  
**CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA –**  
**COSIP**

**DECRETO Nº 189/2020.**

Súmula: “Atualiza o valor estabelecido pela lei nº78/2003, que institui no município de Amaporã, a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP”.



A Prefeita Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao estatuto no art. 285, parágrafo 2º do Código Tributário Municipal, Lei Municipal nº. 79/2003.

# DECRETA

Art.1º - Fica atualizado o valor da Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP – para o exercício de 2021, no percentual de 3,92%. (três virgula noventa e dois por cento)

Parágrafo único: A atualização acima prevista refere-se ao índice INPC incidente no período de 2019/2020, ante a ausência de aplicação do reajuste no referido período.

Art.2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, em 02 de Dezembro de 2020.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA.**

Prefeita Municipal.

**Publicado por:**

Jorge Alessandro A. Sakamae  
Código Identificador:846CE8B3

## DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PARA LANÇAMENTO DO ITBI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO

### DECRETO Nº 188/2020.

Ementa: “Fixa aos valores para lançamento do ITBI no âmbito do Município, para o exercício de 2021, e dá outras providências.”

**O Prefeito Municipal de Amaporã/PR, no uso de suas atribuições legais e amparadas no art. 159 da Lei nº 079/03,**

# DECRETA

Art. 1º Fica fixado para fins de lançamento do Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis Rurais, calculados o valor do Alqueire Paulista (24.200 metros quadrados), na seguinte forma:

Terra com pastagem	R\$ 58.182,97
Terra sem pastagem	R\$ 46.612,17
Terra Mecanizada para plantio em geral	R\$ 58.184,04
Terra não mecanizada	R\$ 46.504,90
Terra com mata nativa ou reflorestada	R\$ 46.504,90
Terra coberta por banhado ou alagada	R\$ 27.209,45

§ 1º - Os imóveis classificados como chácaras, serão acrescidos de 50% sobre o valor acima fixado.

§ 2º - Os valores das benfeitorias serão aqueles declarados pelos proprietários e homologados pelo Diretor do Departamento de Tributação.

Art. 2º Fica fixado para fins de lançamento do Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis Urbanos, calculados sobre o metro quadrado do terreno, na seguinte forma:

Lotes Centrais com frente para a Av. Jaime Canet Jr., das quadras 07 a 12 da 1ª Zona Comercial e 01 a 06 da 2ª Zona Comercial	R\$ 115,04
Lotes Centrais com fundo ou lateral para a Av. Jaime Canet Jr., das quadras 07 a 12 da 1ª Zona Comercial e 01 a 06 da 2ª Zona Comercial	R\$ 60,53
Lotes da Zona Industrial, com frente para a Av. Jaime Canet Jr.	R\$ 81,60
Demais lotes da Zona Industrial, entre as Ruas Piauí, Rua Trinta e Seis e Av. Paranavai	R\$ 50,44
Lotes das quadras 7 a 10 da 2ª Zona Comercial e 5 a 7 da 1ª Zona Residencial	R\$ 52,46
Demais Lotes da 1ª Zona Comercial que não sejam centrais	R\$ 60,53
Lotes da 2ª Zona Comercial da rua Rio de Janeiro a Rua Seis até a travessa nº 01, entre as Ruas Amapá e Av. Guairacá	R\$ 52,46
Demais Lotes Residenciais, Comerciais e Industriais não especificado acima	R\$ 30,26
Lotes do distrito de Nordestina	R\$ 30,26

Art. 3º Para fins de lançamento do Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis sobre as construções existentes nos terrenos da zona urbana, ficam fixado os valores a serem cobrados por metro quadrado de construção, juntamente com ITBI do imóvel, na seguinte forma:

Construção em alvenaria com acabamento de 1ª qualidade	R\$ 290,39
Construção em alvenaria com acabamento de 2ª qualidade	R\$ 233,21
Construção em alvenaria com acabamento de 3ª qualidade	R\$ 199,21
Construção em alvenaria com mais de 15 anos	R\$ 145,74
Construção de madeira com até 05 anos	R\$ 233,21
Construção de madeira com mais de 05 anos	R\$ 143,02

Art. 4º Este decreto entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2021.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Amaporã-PR, 02 de dezembro de 2020.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Jorge Alessandro A. Sakamae  
Código Identificador:54104F15

## DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FIXA A TAXA DE LIMPEZA POR METRO QUADRADO PARA O EXERCÍCIO 2021

### DECRETO Nº 187/2020.

Súmula: “Fixa a taxa de limpeza por metro quadrado para o exercício 2021.

A Prefeita municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao estatuto do art. 285, parágrafo 2º do Código Tributário Municipal, Lei Municipal nº. 79/2003.

# DECRETA

Art. 1º - Fica fixado o valor taxa de limpeza por metro quadrado para o exercício de 2021 no valor de R\$ 1,65 ( Um Real e Sessenta e Cinco Centavos).

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, 02 de Dezembro de 2020.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Jorge Alessandro A. Sakamae  
Código Identificador:40CE4CC7

## DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FIXA O VRM – VALOR DE REFERENCIA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

### DECRETO Nº 186/2020.

Súmula: “Fixa o VRM – Valor de Referencia Municipal para o exercício de 2021, e dá outras providências”.

A Prefeita municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao estatuto do art. 285, parágrafo 2º do Código Tributário Municipal, Lei Municipal nº. 79/2003.

# DECRETA

Art. 1º - Fica fixado o valor da VRM – Valor de Referencia Municipal, para o exercício de 2021 no valor de R\$ 95,47 (Noventa e Cinco Reais e Quarenta e Sete Centavos).

Art. 2º - O valor da VRM será aplicado a todos os tributos previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, 02 de Dezembro de 2020.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Jorge Alessandro A. Sakamae  
Código Identificador:84B5F319

## RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 245/2020

SÚMULA: Concede Licença a Servidor Público para tratamento de Saúde e dá outras providências.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**, Prefeita Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

### RESOLVE:

**Art. 1º** – Concede 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Sr. **ALESSANDRO APARECIDO SANTOS** lotado no Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos a partir de **30/11/2020**, conforme Atestado Médico arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos dois (02) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020).

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Maria Regina Venceslau Canuto  
Código Identificador:B8BA7DD1

## RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 246/2020

SÚMULA: Concede Licença a Servidora Pública para tratamento de Saúde e dá outras providências.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**, Prefeita Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

### RESOLVE:

**Art. 1º** – Concede 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Sra. **ANGELICA CONCEIÇÃO DOS SANTOS** lotada no Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos, a partir de **01/12/2020**, conforme Atestado Médico arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos dois (02) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020).

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Maria Regina Venceslau Canuto  
Código Identificador:C8348F59

## RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 247/2020

SÚMULA: Concede Licença a Servidor Público para tratamento de Saúde e dá outras providências.

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**, Prefeita Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

### RESOLVE:

**Art. 1º** – Concede 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Sr. **CLAUDIONOR LOPES DOS SANTOS** lotado no Departamento de Saúde a partir de **01/12/2020**, conforme Atestado Médico arquivado na Divisão de Recursos Humanos.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos dois (02) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020).

**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Maria Regina Venceslau Canuto  
Código Identificador:9A492E25

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

### CÂMARA MUNICIPAL PORTARIA 019/2020

#### PORTARIA N.º 019/2020

**Considerando** o que dispõe o Artigo 51 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;

**Considerando** as eventuais necessidades de compras de mercadorias e de prestação de serviços por parte do Legislativo;

**Considerando** por fim, o quadro reduzido de servidores efetivos desta Câmara Municipal;

**Considerando** o Ofício 864/2019 do GEPATRIA;

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

### RESOLVE:

**NOMEAR**, a Comissão de Licitação para o Biênio **2021/2022**, que será responsável por todas as atribuições definidas pela Lei 8.666/93, a Lei Municipal nº 1.601 de 11 de maio de 2006 e a Lei Municipal 3.141 de 30/11/2018, a ser composta pelos seguintes servidores: **1) Leônidas de Resende Teixeira - Presidente, 2) Dilma Subirá – Membro, 3) Anderson César Zeneratto – Membro.**

**Cumpra-se  
Publique-se.**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 02 de dezembro 2020.

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto  
Código Identificador:2998B02B

### CÂMARA MUNICIPAL PORTARIA 020/2020

#### PORTARIA N.º 020/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições elencadas no Artigo 16, Inciso VII, alínea “h” do Regimento Interno,

**Considerando** o Ofício 864/2019 do GEPATRIA

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, conforme a Lei Municipal 1.762 de 01 de abril de 2008 o servidor efetivo **Leônidas de Resende Teixeira**, que atende as exigências da Lei Municipal 3.141 de 30 de novembro de 2018, quanto à aptidão para exercer a função de **Pregoeiro do Poder Legislativo** para o **Biênio 2021/2022**.

**Cumpra-se**  
**Publique-se.**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 02 de dezembro de 2020.

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto

**Código Identificador:**1573EF0A

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTARIA 021/2020**

**PORTARIA N.º 021/2020**

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições elencadas no Artigo 16, Inciso VII, alínea “h” do Regimento Interno,

**Considerando** o Ofício 864/2019 do GEPATRIA;

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, a servidora efetiva **Mirella dos Reis Luiz**, para exercer a função de **Controle Interno do Poder Legislativo no Biênio 2021/2022**, conforme disposto na Lei Municipal 3.141 de 30 de novembro de 2018, ressaltando que a mesma é cadastrada como responsável pela Entidade junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Cumpra-se**  
**Publique-se.**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 02 de dezembro de 2020.

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto

**Código Identificador:**94322CF0

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTARIA 022/2020**

**PORTARIA N.º 022/2020**

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, em conformidade com o Artigo 16, Inciso VII, alínea “h” do Regimento Interno,

**Considerando** o Ofício 864/2019 do GEPATRIA;

**RESOLVE:**

**NOMEAR** a **Comissão de Recebimento de Bens** para o **Biênio 2021/2022**, que será composta pelas funcionárias efetivas **Dilma Subirá e Mirella dos Reis Luiz**.

**Cumpra-se**  
**Publique-se**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 02 de dezembro de 2020.

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto

**Código Identificador:**02D7BC9A

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTARIA 023/2020**

**PORTARIA N.º 023/2020**

**Considerando** o que dispõe o Artigo 58 Inciso III e Artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;

**Considerando** as eventuais necessidades de compras de mercadorias e de prestação de serviços por parte do Legislativo;

**Considerando** por fim, o quadro reduzido de servidores efetivos desta Câmara Municipal;

**Considerando** o Ofício 864/2019 do GEPATRIA;

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, para **Gestora de Contratos** de Prestação de Serviços e de aquisição de materiais para o Biênio 2021/2022, a Senhora **Mirella dos Reis Luiz**, CPF – **023.593.569-76**.

**Cumpra-se**  
**Publique-se.**

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 02 de dezembro de 2020.

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto

**Código Identificador:**4D8D7B1C

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTARIA 024/2020**

**PORTARIA N.º 024/2020**

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições elencadas no Artigo 16, Inciso VII, alínea “h” do Regimento Interno,

**Considerando** o Ofício 864/2019 do GEPATRIA;

**RESOLVE:**

**NOMEAR**, o Servidor Efetivo **Anderson César Zeneratto**, para exercer a função de **Gestor do Portal da Transparência e Atos Oficiais** para o Biênio **2021/2022**, conforme disposto no Artigo 2º. e Anexo II da Lei Municipal 3.141 de 30 de novembro de 2018.

**Cumpra-se**  
**Publique-se**  
**Arquive-se**

Esta Portaria entrará em vigor após a sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Andirá, 02 de dezembro de 2020.

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto

**Código Identificador:**245D36F4**CÂMARA MUNICIPAL  
PORTARIA 025/2020****PORTARIA N.º 025/2020**

O Presidente da Câmara Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais previstas no artigo 16, Inciso VII, Alínea "H" do Regimento Interno,

1) Considerando o Recesso do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sempre divulgado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br);

2) Considerando a sempre oportuna economia de despesas;

3) Considerando o Recesso Parlamentar;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º.** Estabelecer "calendário" do Legislativo Municipal.

23/12/2020 a 01/02/2021	Recesso	Recesso Parlamentar conforme disposto no Artigo 5º, Inciso I do Regimento Interno
23/12/2020 a 24/12/2020	Recesso	Recesso Administrativo
25/12/2020	Feriado	Natal
30/12/2020 a 31/12/2020	Recesso	Recesso Administrativo

**Artigo 2º.** Os Vereadores e Servidores ficarão à disposição da Presidência nos casos necessários de sessões extraordinárias ou outras situações devidas.

Gabinete da Presidência, em 02 de dezembro de 2020.

**Cumpra-se**

**Divulgue-se**

**Publique-se.**

**GILMAR ROBERTO DE REZENDE**

Presidente Biênio 2019/2020

**Publicado por:**

Anderson Cesar Zeneratto

**Código Identificador:**383C8E66**GABINETE DA PREFEITA  
DECRETO N.º 9.101 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), autorizado pela Lei nº. 3.378 de 01 de dezembro de 2020.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL", nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

15. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ	
002. DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA	
2.201. manter os serviços de limpeza pública e gestão dos resíduos	
3.3.90.30.00.00.3002. MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
3.3.90.39.00.00.3002. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
003. DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	

2.148. Manter O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
3.3.90.30.00.00.3002. MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00

**Art. 2º** Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial de que trata este decreto, serão resultantes do cancelamento da seguinte dotação orçamentária:

15. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ	
003. DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	
2.149. projeto de melhoria e ampliação de rede de água e esgoto	
4.4.90.51.00.00.3002. obras e instalações	150.000,00

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**BEE86CB1**GABINETE DA PREFEITA  
DECRETO N.º 9.102 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizado pela Lei nº. 3.379 de 01 de dezembro de 2020.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir "CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR", nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

04. SEC. MUL DE FINANÇAS	
002. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
0.005. Contribuir com o PASEP	
3.3.90.47.00.00.1000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100.000,00

**Art. 2º** - Os recursos para a Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto, serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

04. SEC. MUL DE FINANÇAS	
002. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
0.007. Manter o Pagamento das Amortizações de Empréstimos	
4.6.90.71.00.00.1000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	100.000,00

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**F313DC2C**GABINETE DA PREFEITA  
DECRETO N.º 9.103 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.972.307,73 (dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e

sete reais e setenta e três centavos), autorizado pela Lei nº. 3.380 de 01 de dezembro de 2020.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

## DECRETA:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir “**CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**”, nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

07. SEC. MUL. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA	
002. DEPARTAMENTO DE FOMENTO TURISTICO	
2.053. Manter o Centro de Eventos	
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
08. SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
1.022. Melhorar o Sistema de Iluminação Pública	
4.4.90.51.00.00.1507 OBRAS E INSTALAÇÕES	260.461,37
4.4.90.51.00.00.3507 OBRAS E INSTALAÇÕES	33.702,08
4.4.90.51.00.00.1008 OBRAS E INSTALAÇÕES	140.847,25
4.4.90.51.00.00.1832 OBRAS E INSTALAÇÕES	2.535.297,03

**Art. 2º** - Os recursos para a abertura de Crédito Adicional Especial de que trata este decreto, serão resultantes do superávit financeiro da fonte: 3507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF, no valor de R\$ 17.595,88 (dezessete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), do excesso de arrecadação da fonte: 1008 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM – Livres, no valor de R\$140.847,25 (cento e quarenta mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) e da fonte 1832 - Termo de Cooperação Técnica - Programa de eficiência Energética, no valor de R\$ 2.535.297,03 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e três centavos), e do cancelamento das seguintes dotações:

04. SEC. MUL. DE FINANÇAS	
002. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
0.006. Manter o Pagamento das Confissões de Dívidas	
4.6.90.71.00.00.1000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.000,00
08. SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
1.013. Ampliar o Sistema de Iluminação Pública	
3.3.90.39.00.00.1507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.000,00
4.4.90.51.00.00.1507 OBRAS E INSTALAÇÕES	100.511,37
2.063. Manter o Sistema de Iluminação Pública	
3.3.90.30.00.00.3507 MATERIAL DE CONSUMO	15.621,20
3.3.90.39.00.00.1507 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	137.000,00
4.4.90.52.00.00.1507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.950,00
4.4.90.52.00.00.3507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	485,00

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**59AC4448

## GABINETE DA PREFEITA

### DECRETO Nº. 9.105 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

**SÚMULA:** Concede aposentadoria voluntária por idade à servidora Inês Delphino Miranda.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedida **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE**, com proventos proporcionais a 6.950/10.950 dias, à servidora **INÊS DELPHINO MIRANDA**, lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora do RG 5.608.196-8 SESP/PR, inscrita no CPF sob nº 795.640.899-72, com o cargo de Agente de Serviços - IV-FX1-09.

**Art. 2º** - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40, § 1º, III, “b”, da Constituição Federal e a forma de reajuste será de acordo com o § 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

**Art. 3º** - O valor do provento de aposentadoria será de R\$ 914,01 (novecentos e quatorze reais e um centavo), devendo ser complementado para assegurar a percepção do salário mínimo vigente.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**ECE1AC71

## GABINETE DA PREFEITA

### DECRETO Nº. 9.106 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

**SÚMULA:** Concede aposentadoria voluntária especial por idade e tempo de contribuição à servidora Marissol Angélica Felix.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita do Município de Andirá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA:

**Art. 1º** - Fica Concedida **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ESPECIAL POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, à servidora **MARISSOL ANGÉLICA FELIX**, lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora do RG nº 5.317.748-4 SESP/PR, inscrita no CPF sob o nº 765.183.109-87, com o cargo de Professora (NIV05-15).

**Art. 2º** - A presente Aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a alteração da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o parágrafo 5º do Artigo 40 da Constituição Federal, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será feita pelo disposto no Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

**Art. 3º** - O valor do provento de aposentadoria será de R\$ 3.951,46 (três mil, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos), referente à competência Novembro/2020.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**FE4B9388

## GABINETE DA PREFEITA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2020

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 269/2020  
PREGÃO Nº 130/2020 - FORMA PRESENCIAL

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA (TINTAS, SELADOR, SOLVENTE, TEXTURA, VERNIZ), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

**EMPRESAS VENCEDORAS:**

**JOSE ODECIO FURLAN EPP**, inscrito no CNPJ/CPF: **78.036.787/0001-39**;

**COLOR TINTAS ANDIRÁ LTDA - ME**, inscrito no CNPJ/CPF: **02.124.392/0001-26**;

**SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA**, inscrito no CNPJ/CPF: **28.040.796/0001-25**;

**VIGÊNCIA:** 02.12.2020 a 01.12.2021.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**  
Prefeita

**ALLAN PIERRE BARBEZANI**  
Pregoeiro

**JOSÉ ODÉCIO FURLAN**  
Representante Legal

**FERNANDO SANTOS**  
Representante Legal

**SILVIO SAMUEL MIRANDA**  
Representante Legal

**OBS:** A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2020, ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO [www.andira.pr.gov.br/licitações](http://www.andira.pr.gov.br/licitações).

**Publicado por:**  
Deisi de Assis Duarte  
**Código Identificador:**ABF6E6BE

**GABINETE DA PREFEITA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2020**

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 257/2020  
PREGÃO Nº 121/2020 - FORMA ELETRÔNICO

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE KIT NATALINO COMPOSTO POR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.

**EMPRESA VENCEDORA:**

**D. P. MEDEIROS - SUPERMERCADO**, inscrito no CNPJ/CPF: **35.093.671/0001-29**.

**VIGÊNCIA:** 02.12.2020 a 01.12.2021.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**  
Prefeita

**ALLAN PIERRE BARBEZANI**  
Pregoeiro

**DÉBORA PATRÍCIA MEDEIROS**  
Representante Legal

**OBS:** A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2020, ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO [www.andira.pr.gov.br/licitações](http://www.andira.pr.gov.br/licitações).

**Publicado por:**  
Deisi de Assis Duarte  
**Código Identificador:**4087C1E2

**GABINETE DA PREFEITA**  
**DECRETO Nº. 9.104 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre autorização para abertura e suplementação de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), autorizado pela Lei nº. 3.381 de 01 de dezembro de 2020.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir e suplementar “CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”, nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

06. SEC. MUL. DE SAÚDE – FUNDO MUL. DE SAÚDE	
002. DEPARTAMENTO SAÚDE	
2.165. Enfrentamento da Emergência COVID-19	
3.3.90.39.00.00.1019 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	5.000,00
3.3.90.39.00.00.1008 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	135.000,00

**Art. 2º** - Os recursos para a abertura e suplementação de Crédito Adicional Especial de que trata este decreto, será resultante do Excesso de Arrecadação da fonte: 1008 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM – Livres, no valor de R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais); 1019 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19), no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Deisi de Assis Duarte  
**Código Identificador:**F51ED419

**GABINETE DA PREFEITA**  
**PORTARIA Nº. 14.453 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder **15** dias de férias, a partir do dia **03** de dezembro de 2020, a Servidora Pública Municipal **MARIA REGINA TERRA NARDONI**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos **15 dias (finais) do período aquisitivo, 07-05-2018 a 06-05-2019**.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**FBB4839C**GABINETE DA PREFEITA****PORTARIA Nº. 14.455 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. Conceder 15 dias de férias, a partir do dia 03 de dezembro de 2020**, à Servidora Pública Municipal **JUCELINA DE SOUZA COSTA**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante, **referente aos 15 dias (iniciais) do período aquisitivo 18-09-2019 a 17-09-2020**.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**A11EDFDA**GABINETE DA PREFEITA****PORTARIA Nº. 14.473 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

**CONSIDERANDO** o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

**CONSIDERANDO** o Decreto 7.904 de 01 de novembro de 2017 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

<b>Fiscal Titular:</b>	FLÁVIO HENRIQUE ANTONIO		
<b>Fiscal Suplente:</b>	FRANCIELI MUNHAO MARTINS		
<b>Gestor:</b>	MARIA LUIZA COLLETTI PODANOSQUI		
<b>Ata nº</b>	110/2020	<b>Vigência:</b>	02.12.2020 a 01.12.2021
<b>Modalidade:</b>	PREGÃO ELETRÔNICO		
<b>Nº licitação</b>	121/2020		
<b>Contratado:</b>	D. P. MEDEIROS - SUPERMERCADO		
<b>Objeto:</b>	AQUISIÇÃO DE KIT NATALINO COMPOSTO POR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE		
<b>Valor:</b>	R\$ 14.750,00		

**Art. 2º** - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**ABA4C063**GABINETE DA PREFEITA****PORTARIA Nº. 14.474 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

**CONSIDERANDO** a Portaria 13.310 de 27 de novembro de 2019, a qual concedeu 30 dias de férias, a partir do dia 02 de janeiro de 2020 ao Servidor;

**CONSIDERANDO** a Portaria 13.471 de 15 de janeiro de 2020, a qual interrompeu a partir do dia 21 de janeiro de 2020, o período de férias do Servidor;

**RESOLVE:**

**Art. 1º CONCEDER 11 dias remanescentes das férias, a partir do dia 21 de dezembro de 2020**, ao Servidor Público Municipal, **WILSON CAMPOS**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**. O Servidor atualmente está lotado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**D5827469**GABINETE DA PREFEITA****PORTARIA Nº. 14.475 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 04 de janeiro de 2021** ao Servidor Público Municipal **WILSON CAMPOS**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, **referente ao período aquisitivo 18-03-2019 a 17-03-2020**.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Deisi de Assis Duarte

**Código Identificador:**2BA3DDB2
**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
**DISPENSA Nº 09/2020**



Ratifico a Dispensa nº 09/2020 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, para a empresa, Hidrômetros do Brasil Eireli, inscrita no CNPJ sob nº **31.850.762/0001-00**, no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil e novecentos e noventa reais), **AQUISIÇÃO DE BANCADA DE AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO PORTÁTIL**; para atender as necessidades do Departamento água e esgoto do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, constante nos autos, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Andirá, 03 de Dezembro de 2020.

**GLAUCO TIRONI GARCIA**

Diretor Presidente

SAMAE – Andirá – Paraná

**Publicado por:**

Fabiane Raiane Petrin

**Código Identificador:**57AFE0E1

#### SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020

Ratifico a inexigibilidade nº. 05/2020 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, para o **BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº **60.701.190/0001-04**, com valor **estimado** de R\$ 175.392,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil, Trezentos e Noventa e Dois Reais), somente serão pagas pelas faturas realmente processadas pelo referido fornecedor, para credenciamento de instituição financeira para arrecadação de faturas de água/esgoto/coleta de lixo, conforme descrito no termo de referência e minuta de contrato, em conformidade com os artigos 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base no Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Andirá, 03 de dezembro de 2020.

**GLAUCO TIRONI GARCIA**

Diretor Presidente

SAMAE – Andirá – Paraná

**Publicado por:**

Fabiane Raiane Petrin

**Código Identificador:**2C480D1D

#### SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO INEXIGIBILIDADE Nº 04/2020

Ratifico a inexigibilidade nº. 04/2020 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, para o **BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, inscrito no CNPJ sob nº **00.360.305/0001-04**, no valor **estimado** de R\$ 175.392,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil, Trezentos e Noventa e Dois Reais), somente serão pagas pelas faturas realmente processadas pelo referido fornecedor, para credenciamento de instituição financeira para arrecadação de faturas de água/esgoto/coleta de lixo, conforme descrito no termo de referência e minuta de contrato, em conformidade com os artigos 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base no Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Andirá, 03 de dezembro de 2020.

**GLAUCO TIRONI GARCIA**

Diretor Presidente

SAMAE – Andirá – Paraná

**Publicado por:**

Fabiane Raiane Petrin

**Código Identificador:**559DC588

#### SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DISPENSA Nº 10/2020

Ratifico a Dispensa nº. 10/2020 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, para a empresa **H L INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **20.145.974/0001-70**, no valor de R\$ **16.954,00** (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), **AQUISIÇÃO DE SACOS DE RAFIA PARA**

**SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLADOS, A SEREM DISTRIBUIDOS PELO SAMAE E PELAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RECICLADOS NA CIDADE DE ANDIRÁ – PR;** para atender as necessidades do Departamento de Limpeza Pública do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, constante nos autos, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com base Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Andirá, 03 de dezembro de 2020.

**GLAUCO TIRONI GARCIA**

Diretor Presidente

SAMAE – Andirá – Paraná

**Publicado por:**

Fabiane Raiane Petrin

**Código Identificador:**4446E6C5

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 778/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

CONCEDER, **Promoção Funcional Horizontal**, com início em 1º de Dezembro de 2020, ao Profissional da Educação, do quadro de pessoal de provimento efetivo, a seguir relacionado:

NOME DO EDUCADOR INFANTIL	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL AO QUAL FOI ELEVADO
- Sandra Regina Barbosa Novi	D-1	D-2

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, ao 1º (primeiro) dia do mês de Dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**ANTONIO CARLOS LOPES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silvana Martins Canizares Chiarandi

**Código Identificador:**9E91C575

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 183/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, com base no Parágrafo Único, inciso V, do Art. 53 da Lei n.º 2.017/2008, de 05/05/2008, alterada pela Lei n.º 2.483/2012, de 12/11/2012;

#### DECRETA

**Art. 1º** - Fixa o dia **04 de janeiro de 2021**, como feriado municipal, em comemoração à Fundação da cidade (14/12/2020).

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**ANTONIO CARLOS LOPES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silvana Martins Canizares Chiarandi

**Código Identificador:**08BC0632

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 781/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE

CONCEDER ao servidor **JOSÉ APARECIDO MOREIRA DOS SANTOS**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Vigia, nível 02-M, **LICENÇA PRÊMIO**, relativa ao período aquisitivo de **03/04/2005 a 02/04/2010**, sem prejuízo de sua remuneração, com base no artigo 109, da Lei nº 1.232/94-E (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município), com início em **03 de Dezembro de 2020 e término em 02 de março de 2021**, conforme requerimento protocolado sob n.º 1-1781/2020, de 25/11/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**ANTONIO CARLOS LOPES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silvana Martins Canizares Chiarandi

**Código Identificador:**C0F1EDEA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 782/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE

EXONERAR, a pedido, a servidora **BRUNA MARYANE SILVA DONEGA DOS SANTOS**, portadora do CPF nº 076.633.519-40, do cargo em comissão de **Diretor da Defensoria Pública, da Procuradoria Jurídica do Município, símbolo CC-04**, a partir de 07 de Dezembro de 2020, conforme requerimento protocolado sob nº 1-1808/2020, de 02/12/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**ANTONIO CARLOS LOPES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silvana Martins Canizares Chiarandi

**Código Identificador:**C8B7E838

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova

#### ADMINISTRAÇÃO ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 12/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 12/2020 - Prefeitura Municipal de Balsa Nova**

A Prefeitura Municipal de Balsa Nova mantenedora da Escola Municipal Padre Boleslau Liana - Educação Infantil e Ensino Fundamental, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 861/2020 – NRE AMSUL/SEED.

## HOMOLOGA

**Art. 1º** - O Regimento Escolar da Escola Municipal Padre Boleslau Liana - Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de

Balsa Nova, com a oferta de: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**Art. 2º** - O Regimento homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir da data de publicação, revogando disposições em contrário.

Balsa Nova, 02 de dezembro de 2020.

**MARCOS DURAU**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Joice Daiana Bora

**Código Identificador:**31F8F5CD

### ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 410/2020

#### PORTARIA Nº. 410/2020

O **PREFEITO MUNICIPAL DE Balsa Nova**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, considerando o processo 8732/2020;

## RESOLVE

**Art. 1º** - Exonerar a pedido **SIMONE ROCHA GOMES GORDO**, portadora do RG nº 6.782.866-6, registrada na matrícula nº 46471, ocupante do cargo de Educador/Cuidador, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º.** – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeito a partir de 25/11/2020.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 01 de dezembro de 2020.

**MARCOS DURAU**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Joice Daiana Bora

**Código Identificador:**A9114E26

### ADMINISTRAÇÃO MUNICÍPIO DE Balsa Nova - PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO (ELETRÔNICO) 44/2020

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (ELETRÔNICO) 44/2020

O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE Balsa Nova, ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE IRÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO) SOB O Nº. 44/2020, PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO 0 KM EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO DIA 16/12/2020 ÀS 09h00min. O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL JUNTO AO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA ACESSANDO AO SITE [www.balsanova.pr.gov.br](http://www.balsanova.pr.gov.br), E NO SITE [www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com). DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER SOLICITADOS PELO ENDEREÇO DE EMAIL [pregoeiro@balsanova.pr.gov.br](mailto:pregoeiro@balsanova.pr.gov.br), PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova, AVENIDA BRASIL, Nº. 665 – CENTRO – Balsa Nova – FONE: (41) 3636-8026.

**DEJALMA KOCHINSKI**

Pregoeiro.

**Publicado por:**

Joice Daiana Bora

**Código Identificador:**9A0F5037

### ADMINISTRAÇÃO ANEXO I DO EDITAL Nº 001/2020 PROCESSO SELETIVO REMOÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

**ANEXO I DO EDITAL Nº 001/2020****PROCESSO SELETIVO REMOÇÃO  
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020****FICHA DE INSCRIÇÃO**

NOME: \_\_\_\_\_  
 DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
 DOMICILIADO EM: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_  
 ESTADO: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 TELEFONE FIXO: ( ) \_\_\_\_\_  
 TELEFONE CELULAR: ( ) \_\_\_\_\_  
 EMAIL: \_\_\_\_\_  
 WHATZAP: \_\_\_\_\_

AOS \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2020.

ASSINATURA DO (A) CANDIDATO (A)

Por meio deste instrumento, **DECLARO**, que as informações são corretas, atualizadas e verdadeiras, **AUTORIZANDO**, inclusive, a receber informações e notificações, eventualmente expedida pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo de Remoção, por intermédio de endereço eletrônico, whatsapp, telefone ou outras meios de comunicações.

**ANEXO II DO EDITAL Nº 001/2020****RELAÇÃO DE TÍTULOS**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_  
 Número do Processo (Protocolo): \_\_\_\_\_

**ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA****MAGISTÉRIO ( )  
PEDAGOGIA ( )**

Documentos	Valor Unitário	Pontuação máxima	Pontuação Atingida
Diploma de licenciatura plena em qualquer área acompanhado do certificado de conclusão de curso de segunda licenciatura na disciplina de inscrição nos termos da CNE, (pedagogia, matemática, línguas, etc.);	1,0	1,0	
Diploma de pós-graduação	1,5	1,5	
Diploma de mestrado	2,5	2,5	
Diploma de doutorado	4,0	4,0	
Tempo de serviço na função cargo de professor (período 01/05/2006 a 01/05/2016)	0,1 por ano	10 anos	
TOTAL DE PONTUAÇÃO =			

Assinatura da Comissão

**ANEXO III DO EDITAL Nº 001/2020****Tabela de avaliações de títulos  
QUADRO II****PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO  
PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO – PROFESSOR****ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA**

Diploma do curso Formação de Docentes em Nível Médio na Modalidade Normal **MAGISTÉRIO reconhecido pelo MEC ou PEDAGOGIA**

Documentos	Valor Unitário	Pontuação máxima
Diploma de licenciatura plena em qualquer área acompanhado do certificado de conclusão de curso de segunda licenciatura na disciplina de inscrição nos termos da CNE, (pedagogia,	1,0	1,0

matemática, línguas, etc.);		
Diploma de pós-graduação	1,5	1,5
Diploma de mestrado	2,5	2,5
Diploma de doutorado	4,0	4,0
Tempo de serviço na função cargo de professor (período 03/12/2010 a 03/12/2020))	0,1 por ano	10 anos

**ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA** : Será excluído do processo seletivo o candidato que não comprovar a escolaridade informada.

**ANEXO IV DO EDITAL Nº 001/2020****PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO  
PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO – EDUCADOR****ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA**

Diploma do curso Formação de Docentes em Nível Médio na Modalidade Normal **MAGISTÉRIO reconhecido pelo MEC ou PEDAGOGIA**

Documentos	Valor Unitário	Pontuação máxima
Diploma de licenciatura plena em qualquer área acompanhado do certificado de conclusão de curso de segunda licenciatura na disciplina de inscrição nos termos da CNE, ( pedagogia, matemática, línguas, etc.);	1,0	1,0
Diploma de pós-graduação	1,5	1,5
Diploma de mestrado	2,5	2,5
Diploma de doutorado	4,0	4,0
Tempo de serviço na função cargo de professor (período 03/12/2010 a 03/12/2020)	0,1 por ano	10 anos

**ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA:** Será excluído do processo seletivo o candidato que não comprovar a Matrícula – Ativa, no Registro e Atos de Pessoal mantido pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Balsa Nova.

**ANEXO V DO EDITAL Nº 001/2020  
PROCURAÇÃO**

Por este instrumento particular de Procuração, \_\_\_\_\_ (Nome), RG n.º \_\_\_\_\_, de nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_ (município), no endereço \_\_\_\_\_, nomeia e constitui seu bastante procurador \_\_\_\_\_ (Nome do Procurador), RG n.º \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_ (Município), no endereço \_\_\_\_\_, com a finalidade de apresentar documentação do outorgante no Protocolo geral instalado no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, localizada à avenida Brasil, nº 665 \_\_\_\_\_, por ocasião da Convocação para Comprovação de Títulos do PROCESSO SELETIVO REMOÇÃO para a função de \_\_\_\_\_, referente ao ano letivo de \_\_\_\_\_, podendo o outorgado assinar todos os atos necessários para o cumprimento do presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.  
 (Município)

Assinatura do Outorgante Assinatura do Outorgado

(RG) (RG)

**ANEXO VI DO EDITAL Nº 001/2020  
VAGAS EXISTENTES**

ITEM	NÚMERO DE VAGAS	CARGO	LOCAL DE TRABALHO	DE CARGA HORÁRIA
1	2	Profissional da Educação – Professor	Escolas da Rede Municipal de Ensino em Balsa Nova	20h
2	5	Profissional da Educação – Educador	Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's	40 h

**ANEXO VII DO EDITAL Nº 001/2020  
LISTA DE PONTUAÇÃO**

NOME	PONTUAÇÃO

# **ANEXO VIII DO EDITAL Nº 001/2020** **TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO DE** **REMOÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
 RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado(a), desisto, em caráter  
 irrevogável, da minha classificação do Processo de Seletivo de  
 Remoção regulamentado pelo Edital nº 001/2020 de \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
 / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
 Joice Daiana Bora  
**Código Identificador:6407CB1A**

## **ESTADO DO PARANÁ** **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

### **GABINETE DO PREFEITO** **AUTORIZAÇÃO 106**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO** **PREGÃO ELETRÔNICO 39/2020 – PMB**

O Município de Bandeirantes-PR, torno público que às 09h00 horas do dia 21/12/2020, no portal de compras do governo federal [www.comprasgovernamentais.com.br](http://www.comprasgovernamentais.com.br), realizará a licitação na modalidade em referência, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 898019/2020 QUE CELEBRA A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR E O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: [www.comprasgovernamentais.com.br](http://www.comprasgovernamentais.com.br) e [www.bandeirantes.pr.gov.br](http://www.bandeirantes.pr.gov.br) ou [www.bandeirantes.pr.gov.br](http://www.bandeirantes.pr.gov.br) e também no departamento de Licitações da Prefeitura.

Bandeirantes-Pr, 02 de dezembro de 2020

**ANTONIO CARLOS ZANARDO**  
 Secretário de Administração

#### **EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº 317/2020-PMB  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020-PMB  
 processo ADMINISTRATIVO Nº 152/2020- PMB  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ  
 CONTRATADA: MIX ATACADO EIRELI  
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO AOS SERVIDORES PARA O ENFRENTAMENTO AO CORONA VÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR  
 VALOR: 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais)  
 DOTAÇÃO:  
 SECRETARIA: Saúde/Educação; DESPESA FONTE: 3182/340;  
 DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:  
 11000110122100621663390300000; DESCRIÇÃO: Material de Consumo;  
 SECRETARIA: Saúde; DESPESA FONTE: 3184/339 – 3185/338;  
 DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:  
 11000110122100621663390300000; DESCRIÇÃO: Material de Consumo;  
 PRAZO DE ENTREGA: 07 (sete) dias úteis após solicitação e recebimento da nota de empenho

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (hum) mês após o término do prazo de execução.

Bandeirantes-PR, 30 de novembro de 2020

Município de Bandeirantes-PR  
**LINO MARTINS**  
 Prefeito Municipal

Mix Atacado EIRELI  
**DIRCE APARECIDA CAMARGO ESTEFANUTO**  
 Proprietária

#### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa de Licitação – 105/2020 – PMB

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº 1.483/2020, de 06 de janeiro de 2020, que declarou Dispensável a Licitação, com fundamento no Art. 24, Inciso II da Lei 8666/93 e Decreto Federal 9.412/18, a favor do fornecedor: SUPORTE MANUTENÇÃO PARA COMPUTADORES LTDA. ME  
 Para AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS PARA DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, no valor total de R\$ 2.831,65 (Dois mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos), face ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e atualizado pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

**LINO MARTINS**  
 Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2020 -PMB  
 PROCESSO DE DISPENSA Nº 05/2020- PMB  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ  
 CONTRATADA: A. L. G. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP  
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E DE UTILIDADES DOMÉSTICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR  
 OBJETIVO: REAJUSTAR, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos valores unitários do lote: 2, ITEM 26- shampoo infantil dermatologicamente testado, hipoalérgico, que não provoque ardor nos olhos, embalagem mínima de 350ml, AUMENTANDO em 16,79% (dezesseis inteiros e setenta e nove centésimo) por cento, aproximadamente equivalente a R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos), passando o valor unitário de R\$ 5,10(cinco reais e dez centavos) para R\$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos) sobre um saldo de 2.000 mil fracos de shampoo, perfazendo o valor do reajuste de: R\$ 900,00 (novecentos reais). Totalizando 11.900,00 (onze mil, novecentos reais)

Bandeirantes-PR, 01 de dezembro de 2020.

**LINO MARTINS**  
 Prefeito Municipal de Bandeirantes

**ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**  
 A. L. G. Maquinas e Equipamentos EIRELI - EPP

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES** **ERRATA**

Na publicação do EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2020-PMBTOMADA DE PREÇO Nº 03/2020-PMB cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DOS TELHADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS MOACYR CASTANHO E ZULMIRA DE ALBUQUERQUE E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ROTARY DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, na página nº 34 da edição nº 2148 de 30 de novembro de 2020

ONDE SE LÊ:

Conforme processo homologado em 26 de junho de 2020, decorrente da TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020-PMB, entre as partes acima identificadas para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DOS TELHADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS MOACYR CASTANHO E ZULMIRA DE ALBUQUERQUE E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROTARY DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR e em atendimento ao ofício s/nº de 03 de novembro de 2020 do Secretário de Administração desta municipalidade, com fundamento no inciso I, alínea b, §1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, o **CONTRATANTE** decide:

- ADITAR o contrato em 43,58%(quarenta e três inteiros cinquenta e oito centésimos por cento), aproximadamente R\$ 72.070,75 (setenta e dois mil, setenta reais e setenta e cinco centavos) totalizando o valor do contrato em R\$ 237.459,01 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e um centavo.) aproximadamente.

LEIA-SE

Conforme processo homologado em 26 de junho de 2020, decorrente da TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020-PMB, entre as partes acima identificadas para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DOS TELHADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS MOACYR CASTANHO E ZULMIRA DE ALBUQUERQUE E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROTARY DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR e em atendimento ao ofício s/nº de 03 de novembro de 2020 do Secretário de Administração desta municipalidade, com fundamento no inciso I, alínea b, §1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, o **CONTRATANTE** decide:

- ADITAR o contrato em 43,58%(quarenta e três inteiros cinquenta e oito centésimos por cento), aproximadamente R\$ 72.070,75 (setenta e dois mil, setenta reais e setenta e cinco centavos) totalizando o valor do contrato em R\$ 237.409,01 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e nove reais e um centavo.) aproximadamente.

Bandeirantes-PR, 01 de dezembro de 2020.

**MARCOS DE MORAES**

Presidente da Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES  
**ERRATA**

Na publicação do EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2019-PMB. PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019-PMB cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, da edição nº 2128 de 30 de outubro de 2020 ONDE SE LÊ:

Conforme processo homologado em 10 de outubro de 2019, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019-PMB, entre as partes acima identificadas para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR em atendimento ao que foi solicitado pelo Secretário em 09 de outubro de 2020, com fundamento no alínea d, inc. II, do Art. 65 da Lei 8.666/93, o **CONTRATANTE** decide:

- ADITAR o contrato em 25%(vinte e cinco inteiros por cento) na quantidade dos itens licitados, sobre o valor do contrato em R\$ 62.545,39 (sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) acrescentando aproximadamente R\$ 15.636,35(quinze mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinco centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 78.181,74 (setenta e oito mil, cento e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos).

LEIA-SE

Conforme processo homologado em 10 de outubro de 2019, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019-PMB, entre as partes acima identificadas para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR em atendimento ao que foi solicitado pelo Secretário em 09 de outubro de 2020, com fundamento no alínea d, inc. II, do Art. 65 da Lei 8.666/93, o **CONTRATANTE** decide:

- ADITAR o contrato em 25%(vinte e cinco inteiros por cento) na quantidade dos itens licitados, sobre o valor do contrato em R\$ 62.545,39 (sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) acrescentando aproximadamente R\$ 15.690,00 (quinze mil, seiscentos e noventa reais) totalizando o valor do contrato em R\$ 78.235,39 (setenta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos).

Bandeirantes-PR, 02 de dezembro de 2020.

**MARCOS DE MORAES**

Presidente da Comissão de Licitações

**Publicado por:**

João Roberto Cosmo

**Código Identificador:**E05BEFE7

### GABINETE DO PREFEITO AUTORIZAÇÃO 107

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação – 106/2020 – PMB

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº 1.483/2020, de 06 de janeiro de 2020, que declarou Dispensável a Licitação, com fundamento no Art. 24, Inciso II da Lei 8666/93 e Decreto Federal 9.412/18, a favor do fornecedor: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA.

Para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA MOTONIVELADORA CAT 120 G Nº 47 QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, no valor total de R\$ 4.743,40 (Quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), face ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e atualizado pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

**LINO MARTINS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

João Roberto Cosmo

**Código Identificador:**7622D4A8

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

#### CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ PORTARIA 034/2020

#### PORTARIA nº 034/2020

O Sr. **CARLOS ROBERTO LUCINDO**, Presidente da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, com arrimo na alínea 'a', inciso II do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a alínea 'a', inciso III do artigo 69 do Regimento Interno, traz que:

**Considerando** que a pandemia está novamente em alta, afetando inúmeras pessoas inclusive em nosso Município;

**Considerando** as determinações da OMS – Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, assim como, de autoridades Estaduais e Municipais, por motivos da pandemia do “covid-19”;

**Considerando** também a necessidade de isolamento social para resguardar a saúde da família e da população;

**Considerando** ainda a preocupação com a saúde dos servidores e vereadores deste Município e de suas respectivas famílias;

**Considerando** a redução de gastos com energia elétrica, água e materiais de limpeza e expediente;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Determinar que o **expediente administrativo** da Câmara Municipal seja das **8:00 horas até às 12:00 horas de segunda a sexta feira**, no período do **dia 01 ao dia 31 do mês de dezembro deste ano**.

**Art. 2º.** A redução de jornada prevista no artigo 1º, não implica na redução dos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de dezembro de 2020.

Barbosa Ferraz/PR, 02 de dezembro de 2020.

**CARLOS ROBERTO LUCINDO**

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**

Tarso Dolci

**Código Identificador:**A9FBAA63

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
LEI Nº 2.432/2020**

**LEI Nº 2.432/2020**

**SÚMULA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER A CESSÃO DE USO, COMODATO, BENS MÓVEIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, aprovou e eu, **Edenilson Aparecido MilioSSI**, prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

**LEI**

**Art. 1º:- FICA** autorizado o Poder Executivo Municipal de Barbosa Ferraz a fazer a **CESSÃO DE USO** de bem móvel descrito no Parágrafo Único, deste artigo, para **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA SERRINHA – ASSOSERRA**, CNPJ nº 04.479.161/0001-60, a título gratuito e por tempo indeterminado.

**Parágrafo Único:-** 01 (um) Trator Agrícola sobre rodas com tomada de força mecânica de motor de pistão de ignição por compressão combustível, diesel, com tração 4x4, potência de motor de 74,9kw, marca New holland – modelo TLS 100, chassi HCCZTL10JKCJ95141, motor nº 6194627 – série nº T541C400983.

**Art. 2º:-** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, em 02 de Dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carlos Alberto Teixeira de Almeida

**Código Identificador:**A81DBD31

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 117/2020**

**PORTARIA Nº 117/2020**

**Súmula:** Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **ALINE DA ROSA CROTI**, portadora do RG 10.814.991-4 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Dívida Ativa e Tributos, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**9C4B8723

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 118/2020**

**PORTARIA Nº 118/2020**

**Súmula:** Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **LEANDRO APARECIDO DOS SANTOS**, portador do RG 9.382.255-2 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Lazer, símbolo CC-02.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**E83BF821

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 120/2020**

**PORTARIA Nº 120/2020**

**Súmula:** Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **MATHEUS FARIA BRAGA**, portador do RG 12.558.913-8 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretor de Contabilidade e Orçamento, símbolo CC-02.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**B403EF93

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 121/2020**

**PORTARIA Nº 121/2020**

Súmula: Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **PRICILA OXENFORD PIRES**, portadora do RG 9.956.565-9 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Contratos, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gislaine Cristina Viveiros Serino  
**Código Identificador:**B1ED0A45

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 122/2020**

**PORTARIA Nº 122/2020**

Súmula: Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **SIRLEY DA ROSA**, portadora do RG 5.188.677-1 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Convênios, símbolo CC-02.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gislaine Cristina Viveiros Serino  
**Código Identificador:**31202341

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 123/2020**

**PORTARIA Nº 123/2020**

Súmula: Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **ALEX DOS SANTOS CARLET**, portador do RG 10.430.023-5 SESP/PR,

do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Manutenção de Máquinas e Oficinas, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gislaine Cristina Viveiros Serino  
**Código Identificador:**6316D1A5

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 124/2020**

**PORTARIA Nº 124/2020**

Súmula: Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **CLAUDEMIR APARECIDO DE FARIAS**, portador do RG 7.103.436-4 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Serviços Rodoviários, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gislaine Cristina Viveiros Serino  
**Código Identificador:**989A34F1

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 125/2020**

**PORTARIA Nº 125/2020**

Súmula: Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **CLÁUDIO ROBERTO TRIGO**, portador do RG 3.786.095-6 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Informática, símbolo CC-02.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gislaine Cristina Viveiros Serino  
**Código Identificador:**40C4B88A

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 127/2020**



**PORTARIA Nº 127/2020**

Súmula: Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **JAQUELINE TRIGO VEDOVOTO**, portadora do RG 9.093.755-3 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Assistência Hospitalar, símbolo CC-02.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**0800A1B4

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 129/2020**

**PORTARIA Nº 129/2020**

Súmula: Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **ANTONIO RODRIGUES SOBRINHO**, portador do RG 1.365.414 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Limpeza Pública, símbolo CC-02.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**2B1CBEB1

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 130/2020**

**PORTARIA Nº 130/2020**

Súmula: Exonera Servidor em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, o Senhor **WAGNER SOARES**, portador do RG 6.637.376-2 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Almoxarifado, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**F5D2CF9F

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 131/2020**

**PORTARIA Nº 131/2020**

Súmula: Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **ANDREA AIACHE**, portadora do RG 5.669.382-3 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Cadastro e Protocolo, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**823865EB

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 132/2020**

**PORTARIA Nº 132/2020**

Súmula: Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **SHIZUKO ELIZABETH FUKURO**, portadora do RG 4.287.050-1 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Arquivamento, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**CCE33CA7

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 133/2020**

**PORTARIA Nº 133/2020**

Súmula: Exonera Servidora em Cargo em Comissão e dá outras Providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de dezembro de 2020, a Senhora **SIMONI BORGES DUARTE CARDOSO**, portadora do RG 10.422.382-6 SESP/PR, do Cargo em Comissão de Diretora de Departamento, símbolo CC-03.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gislaine Cristina Viveiros Serino

**Código Identificador:**38A67D85

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 134/2020**

**PORTARIA Nº 134/2020**

SÚMULA: Concede Licença Especial à Servidor e dá outras providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Conceder 03 (três) meses de Licença Prêmio ao servidor, **LUISIO FÁBIO DOMINGOS**, portador (a) da Cédula de Identidade RG. nº 4.516.435-7/PR, lotado no regime estatutário no cargo de Técnico em Tributação, a partir de 09 de Novembro de 2020 a 07 de Fevereiro de 2021, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

**Artigo 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de Dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carlos Alberto Teixeira de Almeida

**Código Identificador:**3847E174

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 128/2020**

**PORTARIA Nº 128/2020**

SÚMULA: Exonera servidor (a) em cargo em comissão e dá outras providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de Dezembro de 2020, o Senhor, **EDMAR GARDIOLI** portador (a) da Cédula de Identidade RG. nº 7.195.795-0/PR., do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Compras, Licitação e Patrimônio, símbolo CC02.

**Artigo 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de Dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carlos Alberto Teixeira de Almeida

**Código Identificador:**FB90B773

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 126/2020**

**PORTARIA Nº 126/2020**

SÚMULA: Exonera servidor (a) em cargo em comissão e dá outras providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de Dezembro de 2020, o Senhor, **WAGNER APARECIDO DE SOUZA** portador (a) da Cédula de Identidade RG. nº 9.182.651-8/PR., do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Esportes, símbolo CC02.

**Artigo 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de Dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carlos Alberto Teixeira de Almeida

**Código Identificador:**7CD87D86

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO,  
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO  
PORTARIA Nº 119/2020**

**PORTARIA Nº 119/2020**

SÚMULA: Exonera servidor (a) em cargo em comissão e dá outras providências.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar em 31 de Dezembro de 2020, a Senhora **CLECIMARA BENTO DE ALMEIDA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.641.104-2/PR., do Cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Administração Hospitalar, símbolo CC02.

**Artigo 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de Dezembro de 2020.

**EDENILSON APARECIDO MILIOSSI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carlos Alberto Teixeira de Almeida

**Código Identificador:**F00CE5BC

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ  
EDITAL Nº. 001/2020**

**CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO ORDINÁRIA**

**ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O 1º (PRIMEIRO)  
BIÊNIO DA 14ª LEGISLATURA (2021/2024).**

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ/PR, sediada na Rua Rui Barbosa, 98, Centro, nesta cidade de Barra do Jacaré/PR, por intermédio da sua Presidência, biênio 2019/2020, na forma da Lei

Orgânica Municipal e dos Artigos 7º, 8º, 9º e 14º do Regimento Interno da Câmara Municipal, **TORNA PÚBLICA** a convocação dos Senhores Edis, abaixo listados, para a Sessão Plenária Extraordinária a se realizar às 10:00 do dia 01 de janeiro de 2021, na sua sede, para eleição da sua Mesa Diretora para o 1º (primeiro) biênio da 14ª Legislatura (2021/2022).

### 1- Do objeto da Convocação:

**1.1-** O presente Edital visa à convocação de todos os parlamentares da Câmara Municipal para a eleição da Mesa Diretora desta Câmara Municipal, para o mandato do 1º (primeiro) biênio (2021/2022) da Legislatura (2021/2024).

**1.2** - Ficam convocados os seguintes Vereadores:

Srº. Alessander Augusto do Nascimento  
Srº. Edalberto Alexandro Goulart  
Srº. Edimar dos Santos.  
Srº. Edval dos Nascimento.  
Srª. Luciana Aparecida Bernardino Del Padre.  
Srº. Izael Dutra.  
Srº. Valdir de Freitas Aguiar.  
Srº. Jorge João Pereira Filho  
Srº. Wagner de Freitas Aguiar.

### 2 – Da inscrição das chapas

**2.1** – As chapas a serem apresentadas, cujos modelos estarão disponíveis na Secretaria e no site da Câmara Municipal, deverão compreender a apresentação de candidatura para os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

**2.1.1** – Somente serão aceitas chapas que apresentem candidatura para todos os cargos descritos neste artigo, não se permitindo chapa parcial.

**2.1.2** – Os vereadores interessados em concorrer aos cargos deverão apresentar suas chapas na Secretaria da Câmara Municipal, até as 17:00 (dezoito horas) do dia 21 de Dezembro de 2020.

**2.2** - A solicitação de inscrição de chapa, descrita no item anterior, deverá ser clara e inequívoca quanto ao nome do vereador concorrente e o cargo ao qual deseja concorrer.

**2.3** - O prazo para impugnação do presente Edital, devidamente fundamentada, será de 72 (setenta e duas) horas após sua publicação.

**2.4** - Encerrado o prazo descrito no item 2.1.2, fica vedada a inscrição de outras chapas ou alterações na composição de chapas já inscritas.

**2.5** - O prazo para impugnação das Chapas será de 72 (setenta e duas) horas, após o prazo máximo de apresentação das mesmas.

### 3 – Da aplicação subsidiária do Regimento Interno

**3.1** – Aplica-se subsidiariamente o Regimento Interno, no que couber.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Sala das Sessões Antônio dos Santos Neto, Câmara Municipal de Barra do Jacaré – PR, em 02 de Dezembro de 2020.

**IZAEL DUTRA**

Presidente

Biênio 2019/2020.

### Anexo I

#### REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO DE CHAPA

Barra do Jacaré, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

Para

Câmara Municipal de Barra do Jacaré/PR

A/C: Presidente da Câmara

**REF: ELEIÇÕES MESA DIRETORA - BIÊNIO 2021/2022**

Em atendimento às disposições expressas no Edital de Convocação nº 01/2020 e seu respectivo Regimento Interno, referente às Eleições para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Jacaré/PR – Biênio 2021/2022, apresentamos a composição, bem como em anexo, encontram-se as declarações individuais dos candidatos autorizando a inclusão do seu nome na mesma chapa e de que satisfaz as condições de elegibilidade.

**CHAPA** \_\_\_\_\_ (nome da chapa) \_\_\_\_\_

Presidente	Nome:	Partido:
Vice Presidente	Nome:	Partido:
Primeiro Secretário	Nome:	Partido:
Segundo Secretário	Nome:	Partido:

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(assinatura do candidato autor da inscrição)

### Anexo II

### DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DO CANDIDATO

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ declaro estar ciente das responsabilidades da função de \_\_\_\_\_ para o biênio 2021/2022 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Jacaré/PR, preenchendo os requisitos e as condições de elegibilidade de acordo com o Edital de Convocação nº 01/2020, Regulamento Eleitoral e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Barra do Jacaré/PR.

Barra do Jacaré/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020

Assinatura do Candidato

**Publicado por:**

Ednalberto Goulart

**Código Identificador:** 4EC59BAA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 35/2020 TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2020

**O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ nº. 76.407.568/0001-93, denominada de **CONTRATANTE**, representado por seu Prefeito Municipal, **ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 5.155.157-4 - SSP/PR e do CPF/MF nº. 737.533.199-53, residente na Rua Chosi Misato, nº. 12, nesta cidade da Barra do Jacaré/PR, e a **EMPRESA M C RONQUI CONSTRUTORA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 27.514.339/0001-62, Endereço Avenida Vidal Lourenço, SN, Andará/PR, CEP: 86380-000, neste ato representada por **MARCIA CRISTINA RONQUI**, RG nº. 6.820.378-3, CPF/MF nº. 025.512.739-19, residente na Rua Clarice S. Gorsk, nº. 70, Jardim Império, CEP- 86380-000, Andará/PR, nos termos do artigo 57, inciso II, da lei 8666/93, resolve promover o **primeiro aditivo ao contrato nº. 35/2020**, nos termos que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PELO MUNICÍPIO PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO ANTIGO MATADOURO PARA ABRIGAR A GARAGEM MUNICIPAL, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS AO EDITAL, conforme especificações, e valores consignados no Objeto da licitação Modalidade Tomada de Preços nº. 04/2020, que juntamente com a proposta da CONTRATADA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: Prazo.

Os prazos de vigência e execução ficam acrescidos em 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: Das demais cláusulas contratuais.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 25 de novembro de 2020.

**ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ednalberto Goulart

**Código Identificador:**32EE8A0C**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 51/2020 TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2020**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ nº. 76.407.568/0001-93, denominada de **CONTRATANTE**, representado por seu Prefeito Municipal, **ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 5.155.157-4 - SSP/PR e do CPF/MF nº. 737.533.199-53, residente na Rua Chosi Misato, nº. 12, nesta cidade da Barra do Jacaré/PR, e a **EMPRESA M C RONQUI CONSTRUTORA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 27.514.339/0001-62, Endereço Avenida Vidal Lourenço, SN, Andará/PR, CEP: 86380-000, neste ato representada por **MARCIA CRISTINA RONQUI**, RG nº. 6.820.378-3, CPF/MF nº. 025.512.739-19, residente na Rua Clarice S. Gorsk, nº. 70, Jardim Império, CEP- 86380-000, Andará/PR, nos termos do artigo 57, inciso II, da lei 8666/93, resolve promover o **primeiro aditivo ao contrato n.º 51/2020**, nos termos que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA. DO PRAZO.**

De acordo com o Art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, a Cláusula quarta do contrato: prazo de execução, do início do serviços e prorrogação, mediante justificativas do pedido apresentado pela contratada, aceitos pela Administração Municipal, fica prorrogado o prazo por mais 90 (noventa) dias.

**CLÁUSULA SEGUNDA: Das demais cláusulas contratuais.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 19 de novembro de 2020.

**ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ednalberto Goulart

**Código Identificador:**F7C4698E**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO****TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 52/2019 TOMADA DE PREÇOS N.º 17/2019**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ nº. 76.407.568/0001-93, denominada de **CONTRATANTE**, representado por seu Prefeito Municipal, **ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 5.155.157-4 - SSP/PR e do CPF/MF nº. 737.533.199-53, residente na Rua Chosi Misato, nº. 12, nesta cidade da Barra do Jacaré/PR, e a **EMPRESA RM CONSTRUTORA - MELCAS EDIFICAÇÕES**, CNPJ nº. 32.493.916/0001-17, localizada na Rua Dr João Pessoa, nº. 500, Sala 1, Fundos, Centro, Ribeirão Claro/PR, CEP: 86410-000, representada por **DAYANA DOS SANTOS SOUZA**, portador do RG. nº. 44.567.901-3 SSP/SP e CPF/MF nº. 358.650.418-78, nos termos do artigo 57, inciso II, da lei 8666/93, resolve promover o **terceiro aditivo ao contrato n.º 52/2019**, nos termos que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto.**

Execução de aproximadamente 50% restantes, da Construção de uma Escola 06 salas de aula, Espaço Educativo Urbano, 867,79m², Projeto FNDE, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da Licitação Tomada de Preços nº. 17/2019 fornecida pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA: Prazo.**

Os prazos de vigência e execução ficam acrescidos em 120 (cento e vinte) dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA: Das demais cláusulas contratuais.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 25 de novembro de 2020.

**ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ednalberto Goulart

**Código Identificador:**43816B1F**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO****PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2016****QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 144/2016**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 96, inscrito no CNPJ nº. 76.407.568/0001-93, denominada de **CONTRATANTE**, representado por seu Prefeito Municipal, **ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**, brasileiro, casado, portador do RG. 5.155.157-5 - SSP/PR e do CPF/MF nº. 737.533.199-53, residente na Rua Chosi Misato, nº. 12, nesta cidade da Barra do Jacaré/PR, e a **EMPRESA OMAR MANOEL ROBERTO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 05.688.077/0001-10, com sede na Praça Frei Genova, nº. 01, Centro, Santana do Itararé/PR, CEP: 84.970-000, representada por **OMAR MANOEL ROBERTO**, RG. nº. 3.684.268-7 e CPF/MF nº. 514.105.249-49, residente e domiciliado na Praça Frei Genova, nº. 01, Centro, Santana do Itararé/PR, CEP: 84.970-000, nos termos do artigo 57, II, da lei 8666/93, resolve promover o **quinto termo aditivo ao contrato n.º 144/2016**, nos termos que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto do contrato.**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DOS CÁLCULOS E ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA), NECESSÁRIOS A COMPOSIÇÃO DE ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS), conforme especificações contidas no processo Pregão Presencial nº. 10 do exercício de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA: Valor contratual.**

O valor contratual fica em R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), para os doze meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo.**

O contrato n.º 144/2016 fica aditivado para o período de mais 12 (doze) meses, a contar a partir de 12/12/2020.

**CLÁUSULA QUARTA: Das demais cláusulas contratuais.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais, tendo o presente aditivo a assinatura das partes e de testemunhas.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 26 de novembro de 2020.

**ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ednalberto Goulart

**Código Identificador:**14258404

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 0129/2020**

SÚMULA: Nomeia membros para compor o Comitê Municipal de Transporte Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Ficam nomeados os membros abaixo para comporem o Comitê Municipal de Transporte Escolar:

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE
MAGNUS JOSÉ ZALESKI	LENISIO ROQUE SCHRENCK
<b>REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
PATRICIA SCHATZ	MARILEIS CORAÇA DOS SANTOS
<b>REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO</b>	
TANIA MARIA DE OLIVEIRA MOURA	CLENIR ROSANI BROZOWSKI SUHRE
<b>REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO</b>	
PAMELA CRISTINA SILVA	LUCIANE BAESSO
<b>REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS</b>	

**Art. 2º** Os efeitos do presente decreto entram em vigor a partir da presente data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**DILSO STORCH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Roseli Kronbauer Peretto  
**Código Identificador:**32A4CBE1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**

O Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio do Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto da Lei nº. 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, Torna Público o resultado de licitação referente:

**EDITAL Nº. 075/2020 - Pregão Presencial**

**Objeto da Licitação:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E IMPRESSÕES GRÁFICAS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.**

DECLAROU DESERTA ESTA LICITAÇÃO, POR NÃO HAVER PARTICIPANTES NO REFERIDO CERTAME.

**Data da abertura:** Dia 01 de dezembro de 2020.

Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, 01 de dezembro de 2020.

**JOÃO L. NICOLOTTI**  
 Pregoeiro

**Publicado por:**  
 João L. N.  
**Código Identificador:**F3C50418

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito, Dilso Storch nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo (a) pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Licitação nº: PR76/2020
- b) Modalidade: Pregão
- c) Data Homologação: 02/12/2020
- d) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
- e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

**3890 - MARIA ELISA GARCIA DE FREITAS DE ALMEIDA - PRODUCOES (10.754.895/0001-03)**

**TOTAL GERAL: R\$ 46.124,86**

Bela Vista da Caroba, 02 de dezembro.

**DILSO STORCH**  
 Prefeito

**Publicado por:**  
 Maiara Marcante  
**Código Identificador:**CE31B89B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 0222/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

**CONCEDER**

**Art.1º** - 30 dias de férias a partir de 03 de dezembro de 2020, ao servidor **JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 7018620265 SSP/RS e CPF 336.572.030-87, ocupante do Cargo Efetivo de Pedreiro, referente ao período de 03/07/2019 a 02/07/2020.

**Art. 2º** - A presente portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**DILSO STORCH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Roseli Kronbauer Peretto  
**Código Identificador:**830DDCDC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**TERMO DE REVOGAÇÃO**

Referente: **CONCORRÊNCIA Nº 001/2020**

O Prefeito do Município de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade às Leis n. 8.666/93.

**CONSIDERANDO** razões de interesse público, de conveniência e oportunidade da Administração, tendo em vista a necessidade de alteração de projeto e do edital **RESOLVE:**

**REVOGAR** o processo licitatório, que originou a licitação na modalidade concorrência nº 001/2020, devendo ser lançado novo edital em momento oportuno, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOB PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS MARANHÃO, MINAS GERAIS, PARAÍBA, GOIÁS, PIAUÍ E AVENIDA PARANÁ DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.**

Bela Vista da Caroba - PR, 02 de dezembro de 2020.

**DILSO STORCH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
João L. N.  
**Código Identificador:**81B642DB

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BITURUNA**  
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020**

No uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, faço saber que, com fulcro no artigo 15 e 48 da Lei Orgânica Municipal de Bituruna, tendo em vista a aprovação na 34ª Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2020, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 005/2020, de autoria da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, a **Câmara Municipal de Bituruna** **Decreta e eu Promulgo o seguinte:**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020**

Súmula: Aprova as Contas do Poder Executivo do Município de Bituruna – PR, referente ao Exercício Financeiro de 2019.

**Art. 1º** - Fica APROVADA a Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal de Bituruna, conforme o Acórdão de Parecer Prévio nº 290/20 – Primeira Câmara, concernente ao Processo n.º 205945/20, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR, referente ao Exercício Financeiro de 2019.

**Art. 2º** - Fica determinada à remessa da cópia do referido Decreto e da Ata, à Prefeitura Municipal de Bituruna e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 3º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Bernardo Roveda, Bituruna, em 30 de novembro de 2020.

**JOÃO CARLOS PADILHA**  
Presidente do Legislativo Municipal

**Publicado por:**  
Sergio Luis Kampmann  
**Código Identificador:**9C47BE00

**CÂMARA MUNICIPAL DE BITURUNA**  
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2020**

No uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, faço saber que, com fulcro no artigo 15 e 48 da Lei Orgânica Municipal de Bituruna, tendo em vista a aprovação na 34ª Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2020, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 006/2020, de autoria da Mesa Executiva, a **Câmara Municipal de Bituruna** **Decreta e eu Promulgo o seguinte:**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2020**

Súmula: Dispõe sobre a revogação do Decreto Legislativo nº 004, de 06 de julho de 2020 e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19;

**CONSIDERANDO** Decreto Federal nº 10.282, o qual regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

**CONSIDERANDO** a declaração de situação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde, - OMS em 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto n.º 4.230/2020 do Governo do Estado do Paraná, acerca das medidas para enfrentamento da emergência de

saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

**CONSIDERANDO** o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus - COVID-19, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde em fevereiro de 2020.

**CONSIDERANDO** que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica REVOGADO o DECRETO LEGISLATIVO nº 004, de 06 de julho de 2020, que havia concedido o título de Cidadão Honorário do Município de Bituruna ao Senhor Antônio Sérgio de Souza Guetter.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões Bernardo Roveda, Bituruna, em 30 de novembro de 2020.

**JOÃO CARLOS PADILHA**  
Presidente do Legislativo Municipal

**Publicado por:**  
Sergio Luis Kampmann  
**Código Identificador:**055095E8

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2020 ADITIVO N.º 002/2020**

O Município de Bituruna, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 81.648.859/0001-03, sito na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, senhor CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO, RG nº 5.873.746-1 SSP-PR, CPF/MF 990.881.699-34, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa e **DUPLICK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, sito a RUA XV DE NOVEMBRO, 964, CONJ 30, cidade de Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.243.769/0001-70, neste ato representada conforme contrato original, a seguir denominada CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital do **Processo nº 10/2020 – Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia n.º 2/2020** pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - ADITAMENTO**

1.1 Fica aditado o prazo de **vigência** do contrato n.º 043/2020, a partir de seu vencimento **até 28/05/2021**, cujo objeto é a Obra de Retrofit da Casa da Cultura, localizada na Avenida Santos Alberton, 236, na cidade de Bituruna - PR, de acordo com memorial descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos os quais são parte integrante do objeto.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO**

2.1 O aditamento ao prazo de vigência e de execução do objeto deste instrumento fundamenta-se no Art. 57, Inciso I da Lei nº 8.666/93, a seguir:

*“Art.57.A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos Orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*I-aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*

**CLÁUSULA TERCEIRA - FORO**

3.1 Fica eleito o foro da Comarca de União da Vitória, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bituruna, 29 de novembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Contratante

**DUPLICK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**

Contratado

**Publicado por:**

Eduardo Ribas Conrado

**Código Identificador:**B9C6A6C4

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
DECRETO N.º 233/2020**

Súmula: Altera Decreto Municipal 46/2020, o qual Medidas Complementares ao decreto n.º 045/2020, o qual decreta situação de emergência no município de Bituruna-Pr e define outras medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus – Covid-19.

O Prefeito Municipal de Bituruna, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

Considerando as disposições do Decreto Estadual 6.284, de 01 de dezembro de 2020, o qual dispõe sobre a proibição provisória de circulação em vias públicas, como medida de enfrentamento à pandemia da Covid19.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 1º do Decreto 46/2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º. Fica determinado o TOQUE DE RECOLHER DIARIAMENTE, DAS 23 HORAS ATÉ AS 05 HORAS DO DIA SEGUINTE, em todo território do Município de Bituruna, tal medida decorre de situação de Vigilância Sanitária e Epidemiologia e normas de enfrentamento ao Covid-19, salvo em caráter excepcional e inadiável ou por motivo de trabalho.*

*Parágrafo Único: Os estabelecimentos situados no município de Bituruna terão seu horário de funcionamento limitado as 23:00 h, salvo regime de plantão.*

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço do Índio, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Marlon Sebastião Lopes

**Código Identificador:**A5337BF9

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 112/2020 ADITIVO N.º  
001/2020**

O Município de Bituruna, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 81.648.859/0001-03, sito na Av. Dr. Oscar Geyer, 489, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, senhor CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO, RG n.º 5.873.746-1

SSP-PR, CPF/MF 990.881.699-34, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa e **GREZELLE & CIA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, sito a ROD BITURUNA P VITORIA, S/N, cidade de BITURUNA - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.717.643/0001-50, neste ato representada conforme contrato original, a seguir denominada CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de julho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital do **Processo n.º 50/2020 – Tomada de Preço p/ Compras e Serviços n.º 6/2020** pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - ADITAMENTO**

1.1 Fica aditado o prazo de **vigência** do contrato n.º 112/2020, a partir de seu vencimento **até 31/12/2020**, cujo objeto é a Aquisição de Pedras e Tubos para a base e drenagem do acesso ao Bairro São João.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO**

2.1 O aditamento ao prazo de vigência e de execução do objeto deste instrumento fundamenta-se no Art. 57, Inciso I da Lei n.º 8.666/93, a seguir:

*“Art.57.A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos Orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*I-aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;*

**CLÁUSULA TERCEIRA - FORO**

3.1 Fica eleito o foro da Comarca de União da Vitória, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bituruna, 24 de novembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Contratante

**GREZELLE & CIA LTDA**

Contratado

**Publicado por:**

Eduardo Ribas Conrado

**Código Identificador:**441FFFD3

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E  
PLANEJAMENTO  
DECRETO N.º 231/2020**

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar Autorizado pela Lei Municipal n.º Lei Municipal n.º 002088/19 de 19 de novembro de 2019.

CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO, Prefeito Municipal de Bituruna, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei DECRETA:

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Bituruna, um Crédito Adicional no valor de **R\$ 6.706,39 (seis mil setecentos e seis reais e trinta e nove centavos)** assim discriminados:

02 - PODER EXECUTIVO	
02.07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO	
(525) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.018-1024 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.980,00
(526) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.018-1024 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.726,39



Total Suplementação:

6.706,39

**Art. 2º** - Para dar cobertura ao crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos financeiros o Excesso de Arrecadação na fonte de recurso **1024**.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Índio, 30 de novembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Enéias Santos Mello

**Código Identificador:**4F6F6C37

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E COMUNITÁRIO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E  
DO ADOLESCENTE BITURUNA/PR - PORTARIA N.º 001/2020**

Nomeia membros para compor comissão de processo administrativo e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bituruna/PR, Sra. Salete Alves da Silva no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Determinar a instauração de Processo Administrativo, sob o nº 001/2020, para apurar suposto ilícito administrativo ocorrido durante a reunião do colegiado do Conselho Tutelar, atribuído a conselheira municipal Josimari de Lima Ribas, em virtude de não manter conduta compatível com cargo e/ou função que desempenha.

**Art. 2º** - Designar Comissão Processante composta pelos seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bituruna/PR, Salete Alves da Silva (Presidente), Fabiana Zambruski (secretaria), Nabor Antonio Giacomini Junior, Mariza Fernanda Barbosa Graboski e Elesiane Aparecida Vanzin sob a presidência da primeira, encarregarem-se dos respectivos trabalhos até a conclusão final.

**Art. 3º** - A Comissão Processante tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta Portaria.

**Art. 4º** - Providencie a Comissão Processante a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes e necessários à completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação de penalidade e/ou sanção cabível, através de relatório conclusivo.

**Art. 5º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bituruna/PR- CMDCA, 02 de dezembro de 2020.

**SALETE ALVES DA SILVA**

Presidente do CMDCA/Bituruna

**Publicado por:**

Enéias Santos Mello

**Código Identificador:**2809CE73

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO  
ROQUE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº  
66/2020 EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E  
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 66/2020  
EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS  
DE PEQUENO PORTE**

**Licitações exclusivas às beneficiárias da Lei Complementar nº  
123/2006.**

O Município de Boa Ventura de São Roque, ora denomina Licitador, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto assim se resume:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM E  
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, A PEDIDO DA  
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.**

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço (por item).

**Entrega das propostas e documentações: dia 14 de dezembro de  
2020 às 09h00min (horário de Brasília).**

**ENDEREÇO:** Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR.

**INFORMAÇÕES:** INFORMAÇÕES: O Edital e elementos para licitação estarão disponíveis para consulta no site <http://www.boaventura.pr.gov.br> e aquisição), a aquisição do edital mediante meio eletrônico: sem ônus, e a proposta mediante solicitação via e-mail e ou junto à sede do Município em horário normal de expediente na sala de Licitação/Compras ou pelo Telefone (42)3652-1020 – Ramal 34.

Boa Ventura de São Roque, 01 de dezembro 2020

**RODRIGO KOLESKA**

Pregoeiro Oficial

Portaria 217/2020

**Publicado por:**

Ana Maria Rodiak

**Código Identificador:**6B66C3AB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**LICITAÇÃO Nº 63/2020 - MODALIDADE – PREGÃO  
TIPO MENOR PREÇO (SRP)**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (EXCLUSIVA ME E EPP) PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E PERMANENTE, a pedido da secretaria de administração deste município, em conformidade com as condições exigidas no anexo I do edital e demais anexos.**

Eu, Edson Flavio Hoffmann, Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação da Comissão Municipal de Licitação, referente ao processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial sob o nº 063/2020, em cumprimento ao disposto no Art. 109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 26 do mês de novembro de dois mil e vinte, as 09 horas em epígrafe, adjudicando e homologando, como vencedores pelo critério menor preço por item, a seguinte proponente. **LEONARDO A VERZA – EIRELI, CNPJ Nº 07.460.912/0001-95**, vencedor do lote1, Itens 02, 03, 05 e 14 totalizando o valor de **R\$ 87.130,00 (oitenta e sete mil cento trinta reais)**. **MISTER MICRO PARANÁ LTDA – ME, CNPJ Nº 01.518.425/0001-50**, vencedora do lote1, Itens 07 e 010 totalizando o valor de **R\$ 22.950,00 (vinte e dois mil novecentos e cinquenta reais)**. **K. BUSKI PORTO – ME, CNPJ Nº 27.840.041/0001-42**, vencedora do lote1, Itens 01, 04, 06, 09, 012 e 013 totalizando o valor

de **R\$ 77.760,10 (setenta e sete mil setecentos e sessenta reais e dez centavos).**

Totalizando um valor global do certame de **R\$ 187.840,10 (cento e oitenta e sete mil oitocentos e quarenta reais e dez centavos).**

Homologo a presente licitação.

Boa Ventura de São Roque, 02 de dezembro de 2020.

**EDSON FLAVIO HOFFMANN**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rodrigo Koleska

**Código Identificador:**21D4EEB7

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA**

**LICITAÇÃO**

**EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 154/2020**

**EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 154/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

**CONTRATADA:** ECOTECNICA - TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

**VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R\$ 199.945,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos e quarenta e cinco reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do presente contrato é de 660 (seiscentos e sessenta) dias, contados da data da sua assinatura.

Boa Vista da Aparecida - PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Mateus Panisson Zucco

**Código Identificador:**FE5AEED8

**LICITAÇÃO**

**RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO**  
**ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 269/2017**

**RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO**  
**ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 269/2017**

Tendo em vista um erro de digitação na prorrogação do prazo de vigência do Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 269/2017, fica alterado nos seguintes termos, conforme segue:

**Onde se lê:**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 269/2017**

**Leia-se:**

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 269/2017**

Ficam inalterados os demais termos do presente extrato do termo aditivo.

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Mateus Panisson Zucco

**Código Identificador:**8750CAEC

**LICITAÇÃO**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 121/2020**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO**  
**AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 121/2020**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR.

**CONTRATADA:** PONTES E SILVESTRO TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - ME.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA E PINTURA DA ESCOLA DUQUE DE CAXIAS, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL POR MEIO DA QUAL A CONTRATADA OBRIGA-SE A EXECUTAR A OBRA FORNECENDO A MÃO DE OBRA E OS MATERIAIS NECESSÁRIOS, DE CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO, QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA PROCESSO, COM RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO GOVERNO FEDERAL.

**PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** Até 25 de novembro de 2020.

**PRAZO DE EXECUÇÃO ADITADO DO CONTRATO:** Fica prorrogado o prazo de execução da obra por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 25 de janeiro de 2021.

Boa Vista da Aparecida - PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Mateus Panisson Zucco

**Código Identificador:**335D9B36

**LICITAÇÃO**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 210/2019**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 210/2019**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR.

**CONTRATADA:** MELLO & SANTOS TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA.

**OBJETO:** Contratação de empresa construtora para fornecimento de materiais e execução de mão de obra para a realização de pavimentação poliédrica em vias do interior do Município, com serviços de meio fio de pedra, em forma de parceria, sendo que o Município realizará alguns serviços relacionados com a referida obra, de conformidade com os Projetos, Orçamento, Cronograma de Execução e Memorial Descritivo que ficam fazendo parte integrante deste processo, de acordo com convênio de cooperação técnica e financeira n.º 4500046701 entre o Município de Boa Vista da Aparecida e Itaipu Binacional e Lei Municipal 126/2018 de 28 de março de 2018.

**VALOR ORIGINAL DO CONTRATO:** R\$ 129.897,77 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos).

**VALOR ADITADO DO CONTRATO:** R\$ 145.715,56 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos).

**VIGÊNCIA ORIGINAL DO CONTRATO:** Até 04 de dezembro de 2020.

**VIGÊNCIA ADITADA DO CONTRATO:** Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato de empreitada global por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, até 04 de fevereiro de 2021.

Boa Vista da Aparecida - PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Mateus Panisson Zucco  
**Código Identificador:**E7CFAAC9

### LICITAÇÃO

#### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 129/2019

#### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 129/2019

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Boa Vista da Aparecida.

**CONTRATADO:** VOLNEI ALVARENGA DA CUNHA E CIA LTDA.

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de mão de obra para execução de melhorias e revitalizações em prédios e obras públicas que necessitam de reparos, conforme planilhas que ficam fazendo parte integrante deste processo.

**VIGÊNCIA ATUAL DO CONTRATO:** Até 06 de dezembro de 2020.

**VIGÊNCIA ADITADA DO CONTRATO:** Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 06 de junho de 2021.

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Mateus Panisson Zucco  
**Código Identificador:**AB7718F2

### LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO, PEQUENAS EMPRESAS E MEI PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020

#### AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO, PEQUENAS EMPRESAS E MEI PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: “menor preço por item”, visando à **AQUISIÇÃO DE BICICLETAS, DOCES E BOLAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS CRIANÇAS NAS COMEMORAÇÕES NATALINAS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR.**

- **Data de abertura:** 16/12/2020  
- **Horário:** 09h00min

- **Local:** Sala de Reuniões – Paço Municipal

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: [www.boavistadaaparecida.pr.gov.br](http://www.boavistadaaparecida.pr.gov.br), informações pelo telefone (45) 3287-8328.

### PUBLIQUE-SE

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Mateus Panisson Zucco  
**Código Identificador:**8BF55271

### LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO, PEQUENAS EMPRESAS E MEI PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020

#### AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO, PEQUENAS EMPRESAS E MEI PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: “menor preço por item”, visando à **AQUISIÇÃO DE BICICLETAS, DOCES E BOLAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ÀS CRIANÇAS NAS COMEMORAÇÕES NATALINAS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR.**

- **Data de abertura:** 16/12/2020  
- **Horário:** 09h00min  
- **Local:** Sala de Reuniões – Paço Municipal

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: [www.boavistadaaparecida.pr.gov.br](http://www.boavistadaaparecida.pr.gov.br), informações pelo telefone (45) 3287-8328.

### PUBLIQUE-SE

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONIR ANTUNES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Mateus Panisson Zucco  
**Código Identificador:**F00F6224

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

#### ADMINISTRAÇÃO AVISO PREGÃO 89-2020

### LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2020 LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP e MEI

**Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93**

**OBJETO:** Aquisição de pneus, câmaras e protetores para máquinas rodoviárias, ônibus e caminhões.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** Contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação e a abertura da sessão pública do pregão, dar-se-á as 08:30 horas, do dia 17/12/2020 na Prefeitura Municipal, à Av. Ipiranga, 72, na cidade de Bom Jesus do Sul;

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08:45 horas do dia 17/12/2020.

**EDITAL:** O edital deverá ser retirado diretamente no site do Município. Informações através do e-mail: [licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br) ou pelo fone: 46 3548-2000.

Bom Jesus do Sul, 01 de dezembro de 2020.

**ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Jefferson Scariot de Lima

**Código Identificador:**8B2A7A65

### ADMINISTRAÇÃO

#### DECRETO Nº 1112020 EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 930 de 30 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul  
7000 - DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
7003 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
8 - Assistência Social  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
14 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE  
6.1 - FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
334 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
1000 - Recursos Ordinarios  
2.000,00 (dois mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul  
7000 - DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
7003 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
8 - Assistência Social  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
14 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE  
6.1 - FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
336 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente  
1000 - Recursos Ordinarios  
2.000,00 (dois mil reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 30 de novembro de 2020.

**CARINA DONINI RUPPEL**

Prefeita Municipal em Exercício

**Publicado por:**

Jefferson Scariot de Lima

**Código Identificador:**690DD1B5

### ADMINISTRAÇÃO

#### DECRETO Nº 1122020 EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 930 de 30 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul  
7000 - DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
7003 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
8 - Assistência Social  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
14 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE  
6.1 - FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
334 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
1000 - Recursos Ordinarios  
1.000,00 (um mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul  
7000 - DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
7003 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
8 - Assistência Social  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
14 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇA E ADOLESCENTE  
6.1 - FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
336 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente  
1000 - Recursos Ordinarios  
1.000,00 (um mil reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 30 de novembro de 2020.

**CARINA DONINI RUPPEL**

Prefeita Municipal em Exercício

**Publicado por:**

Jefferson Scariot de Lima

**Código Identificador:**675FEF70

### ADMINISTRAÇÃO

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2020

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul – Pr.  
Contratado: **PAVIMAR - CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**  
Do Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de R\$ 8.962,26 (oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos) do valor inicial do contrato firmado entre as partes.

Bom Jesus do Sul – PR, 02 de dezembro de 2020.

**ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Jefferson Scariot de Lima

**Código Identificador:**62A4A04C

**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
BOM JESUS DO SUL/PR**

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 009/2020, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do Sistema Único da Assistência Social SUAS WEB, correspondente ao ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 01 de dezembro de 2020, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Municipal nº 794/2017 de 30 de novembro de 2017;

Considerando o cofinanciamento federal de recursos para a Política de Assistência Social no ano de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Pela aprovação em todo o seu teor e forma da prestação de contas através do preenchimento do Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeira do ano de 2019, dos **Serviços/Programas, IGD SUAS e IGD PBF**, referente ao município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Sul-PR, 01 de dezembro de 2020.

**SAIONARA APARECIDA KREINER DE MIRANDA**

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

**Publicado por:**

Jefferson Scariot de Lima

**Código Identificador:**528A5684

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO**

**LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2020**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2020****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2020****CREDENCIAMENTO /CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, CNPJ 75.771.261/0001-04.

**CONTRATADA:** D. F. ANTUNES CLINICA EIRELI, CNPJ/MF nº. 23.352.165/0001-28.

**OBJETO:** Credenciamento de pessoa jurídica da área médica para atendimento de urgência e emergência, consultas e internamentos médicos, procedimentos ambulatoriais de baixa e média complexidade, atendimento ao Programa Estratégia Saúde da família e hospital municipal, realizando procedimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade, e demais serviços complementares de saúde e especialidades médicas no município de Bom Sucesso/PR.

**VALOR CONTRATUAL:** R\$ 768.000,00 (Setecentos e sessenta e oito mil reais).

**VIGÊNCIA:** 14 DE ABRIL DE 2021.

**AMPARO LEGAL:** INCISO I, ART. 25 DA LEI 8.666/93.

**DATA DA ASSINATURA:** 23 DE NOVEMBRO DE 2020.

**RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabiana dos Santos Teodoro

**Código Identificador:**769E2DD8

**RECURSOS HUMANOS  
PORTARIA**

PRAÇA PARANÁ, 77 –CENTRO - FONE/FAX (43) 3442 – 1460 – E-Mail: pmbomsucesso@pop.com.br- Bom Sucesso- Pr. CEP: 86.940 - 000 - CAIXA POSTAL 37 - PARANÁ  
CNPJ: 75.771.261/ 0001- 04

**PORTARIA Nº200/2020.**

**DATA:** 30 de novembro de 2020.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, Senhor Raimundo Severiano de Almeida Junior, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve: CONCEDER**

**Art.1º- Concede a Servidora Pública Municipal, senhora Ana Lucia Pianta, inscrita no CPF/MF-025.433.749-06, matrícula nº- 200821, cargo Enfermeira- Estatutário, 03(três) meses de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 23/03/07 a 22/03/12, para usufruir de 15/10//20 a 14/01/21, devendo retornar suas atividades normais 15/01/21.**

**Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/10/20.**

**Art.3º- Registre-se e Publique-se.**

**Paço Municipal, 30 de novembro de 2020.**

**RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

José Roque

**Código Identificador:**8D9CEE7E

**RECURSOS HUMANOS  
PORTARIA**

PRAÇA PARANÁ, 77 –CENTRO - FONE/FAX (43) 3442 – 1460 – E-Mail: pmbomsucesso@pop.com.br- Bom Sucesso- Pr. CEP: 86.940 - 000 - CAIXA POSTAL 37 - PARANÁ  
CNPJ: 75.771.261/ 0001- 04

**PORTARIA Nº201/2020.**

**DATA:** 30 de novembro de 2020.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, Senhor Raimundo Severiano de Almeida Junior, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve: CONCEDER**

**Art.1º- Concede a Servidora Pública Municipal, Shirlei Aparecida Felizardo, inscrita no CPF/MF-125.378.408-60, matrícula nº- 200714, cargo Auxiliar de Enfermagem- Estatutário, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/03/19 a 28/02/20, para usufruir de 23/11//20 a 22/12/20, devendo retornar suas atividades normais 23/12/20.**

**Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23/11/20.**

**Art.3º- Registre-se e Publique-se.**

Paço Municipal, 30 de novembro de 2020.

**RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR**

Prefeito Municipal

Publicado por:

José Roque

Código Identificador:CB0A97D9

## RECURSOS HUMANOS PORTARIA

PRAÇA PARANÁ, 77 –CENTRO - FONE/FAX (43) 3442 – 1460 –  
E-Mail: pmbomsucesso@pop.com.br- Bom Sucesso- Pr. CEP: 86.940  
- 000 - CAIXA POSTAL 37 - PARANÁ  
CNPJ: 75.771.261/ 0001- 04

**PORTARIA Nº202/2020.**

**DATA: 02 de dezembro 2020.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, Senhor Raimundo Severiano de Almeida Junior, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve: CONCEDER**

**Art.1º- Concede a Servidora Pública Municipal, senhora Odete Correia dos Santos, inscrita no CPF/MF-496.858.569-15 matrícula nº-200279, cargo Auxiliar de Enfermagem- Estatutário,60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento, para usufruir de 01/12/20 a 29/01/21 devendo retornar suas atividades normais em 30/01/21.**

**Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 01/12/2020**

**Art.3º- Registre-se e Publique-se.**

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2020.

**RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR**

Prefeito Municipal

Publicado por:

José Roque

Código Identificador:2E92743B

## RECURSOS HUMANOS PORTARIA

PRAÇA PARANÁ, 77 –CENTRO - FONE/FAX (43) 3442 – 1460 –  
E-Mail: pmbomsucesso@pop.com.br- Bom Sucesso- Pr. CEP: 86.940  
- 000 - CAIXA POSTAL 37 - PARANÁ  
CNPJ: 75.771.261/ 0001- 04

**PORTARIA Nº202/2020.**

**DATA: 02 de dezembro 2020.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, Senhor Raimundo Severiano de Almeida Junior, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve: CONCEDER**

**Art.1º- Concede a Servidora Pública Municipal, senhora Odete Correia dos Santos, inscrita no CPF/MF-496.858.569-15 matrícula nº-200279, cargo Auxiliar de Enfermagem- Estatutário,60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento, para usufruir de 01/12/20 a 29/01/21 devendo retornar suas atividades normais em 30/01/21.**

**Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 01/12/2020**

**Art.3º- Registre-se e Publique-se.**

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2020.

**RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR**

Prefeito Municipal

Publicado por:

José Roque

Código Identificador:3B693ECA

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

**CHEFE DE GABINETE**

**DECRETO Nº 2.937, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Abre crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.477/2019 de 31 de outubro de 2019.**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), recursos para suprir a dotação orçamentária abaixo relacionada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	Departamento de Educação Cultura e Esporte		
09.01	Divisão de Ensino		
12.365.0010.2.051	Manutenção da Educação Especial		
3.3.90.39	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica	102	5.000,00
12.361.0010.2.030	Transporte Escolar		
3.3.90.30	Material de Consumo (260)	103	15.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>20.000,00</b>

**Art. 2º** Como recursos para abertura do crédito adicional **SUPLEMENTAR** de que trata o presente Decreto, será utilizada **ANULAÇÃO** parcial das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, de acordo com o artigo 4º Inciso III, da Lei nº 1477/2019 de 31/10/2019, conforme descrição abaixo.

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
09.00	Departamento de Educação Cultura e Esporte		
09.01	Divisão de Ensino		
12.365.0010.2.051	Manutenção da Educação Especial		
3.3.90.30	Material de Consumo (283)	103	15.000,00
09.02	Divisão de Ensino - FUNDEB		
12.361.0010.2.033	Ensino Fundamental – FUNDEB 40%		
3.3.90.30	Material de Consumo (289)	102	5.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>20.000,00</b>

**Art. 3º** Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1471/2019 de 11/09/2019– LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1335/2017 de 13.11.2017 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2018/2021.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 02 dias do mês de dezembro de 2020.

**NILSON ANTONIO FEVERSANI**

Prefeito

Publicado por:

Andreia Zanella

Código Identificador:24325791

**CHEFE DE GABINETE**

**DECRETO Nº 2.938, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Abre crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.477/2019 de 30 de outubro de 2019.

# DECRETA

**Art. 1º** Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinados ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 45.820,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e vinte reais), a serem apurados no corrente exercício, e criada a Fonte de Recurso: 862, na dotação orçamentária abaixo relacionada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	Depto de Finanças		
04.01	Div. Finanças, Contab. E Tesouraria		
04.123.0004.2.008	Div. Finanças, Contab. e Tesouraria		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	862	45.820,00
<b>TOTAL</b>			<b>45.820,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do Crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação em acordo com o inciso II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64 e com o Art. 4º inciso VI, da Lei nº 1477/2019 de 30 de outubro de 2019, a seguir especificado:

I – Por excesso de arrecadação o valor de R\$ 45.820,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e vinte reais), conforme abaixo especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1718.99.11.99.13 (239)	Transf de recursos Lei ALDIR BLANC	862	45.806,00
1.3.2.1.00.1.1.00 (240)	Remuneração de Depósitos bancários	862	14,00
<b>TOTAL</b>			<b>45.820,00</b>

**Art. 3º** Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1471/2019 de 11.09.2019 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1335/2017 de 13.11.2017 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2018/2021.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2020.

**NILSON ANTONIO FEVERSANI**

Prefeito

**Publicado por:**

Andreia Zanella

**Código Identificador:**D40C4636

## LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 62/2020

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2020 REGISTRO DE PREÇOS 54/2020 - UASG: 989979

O Município de Bom Sucesso do Sul – Pr. comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 62/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a Registro de de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente (material de escritório e papelaria)”, para o atendimento de todos os Departamentos Municipais, conforme descrito no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), no dia **17/12/2020**, às **09h00min**, o edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: [www.bomsucessodosul.pr.gov.br](http://www.bomsucessodosul.pr.gov.br) podendo ser solicitado pelos e-mails [pregoeiro\\_bss@hotmail.com](mailto:pregoeiro_bss@hotmail.com) e/ou [licitacoes@bssul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br). Mais informações: tel: (46) 3234-1135.

Bom Sucesso do Sul, 02 de dezembro de 2020.

**JOSIANE FOLLE**

Pregoeira

**Publicado por:**

Josiane Folle

**Código Identificador:**710EA603

## LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

### EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 03 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 196/2017 CONTRATADA: EDITORA JURITI LTDA CNPJ: 80.192.081/0001-08

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência na data de 04 de dezembro de 2020 até 03 de dezembro de 2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

Fica reajustado o valor contratual em 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, apurada no período compreendido entre novembro de 2019 a outubro de 2020, passando a ser R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) por centímetro X coluna.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 01 de dezembro de 2020

**NILSON ANTONIO FEVERSANI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Leticia Comocena

**Código Identificador:**28D7E641

## LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 16/2020

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 16/2020

O Município de Bom Sucesso do Sul/PR, torna público que realizará, às **09h01min**, do dia **21/12/2020**, na sede da Pref. Municipal, licitação na modalidade de **Tomada de Preços 16/2020**, do tipo Menor Preço global, visando à Contratação de empresa para execução de obra, em regime de empreitada global, relativa à construção de muro de pedra argamassada na Gruta Nossa Senhora de Lourdes de acordo com Projeto Arquitetônico, orçamento, cronograma de execução e memorial descritivo, anexos ao edital, do Município de Bom Sucesso do Sul, de acordo com Projeto Arquitetônico, orçamento, cronograma de execução e memorial descritivo. Edital disponível no site [www.bomsucessodosul.pr.gov.br](http://www.bomsucessodosul.pr.gov.br), podendo ainda ser solicitado pelos e-mails [pregoeiros\\_bss@hotmail.com](mailto:pregoeiros_bss@hotmail.com) ou [licitacoes@bssul.pr.gov.br](mailto:licitacoes@bssul.pr.gov.br). Informações pelo fone (46) 3234-1135.

Bom Sucesso do Sul, 02 de dezembro de 2020.

**JOSIANE FOLLE**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Publicado por:**

Josiane Folle

**Código Identificador:**0AFE9A50

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2020 VINCULADO A TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Contrato de Prestação de Prestação de serviços de  
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL E  
ORIENTAÇÃO DO PROCESSO GERENCIAL



DOS BENS PATRIMONIAIS, que entre si celebram o Município de BRAGANEY e a empresa S.A ORGANIZE LTDA, CNPJ: 12.986.302/0001-60.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BRAGANEY** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Arthur Pereira, 860, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.78.121.902/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**, brasileiro, casado, professor, residente no Município de BRAGANEY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.926.005.0, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 525.179.269-72, a seguir denominado **CONTRATANTE**, de outro a empresa **S.A ORGANIZE LTDA**, estabelecida na Rua Armando Avanci, nº 349, Apto 02, Jardim Concórdia, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.986.302/0001-60, neste ato representada pela sua sócia administradora a Sra **Sirlene Rodrigues de Oliveira**, residente e domiciliada a Rua Rui Barbosa, nº1405, Apto 14, centro, no Município de Toledo, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade nº 4.986.451-5, expedida pela SSP/PR e do CPF/MF nº 896.783.209-59, ao fim assinado, doravante designado como **CONTRATADO**, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prestação de serviços, em razão do Edital de **Tomada de Preços n. 005/2020** e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### **CLÁUSULA – OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços de **LEVANTAMENTO PATRIMONIAL E ORIENTAÇÃO DO PROCESSO GERENCIAL DOS BENS PATRIMONIAIS**, QUE COMPREENDA; levantamento, reavaliação do patrimônio, procedimento de depreciação, capacitação e acompanhamento na realização do inventário do patrimônio (móvel, imóvel, intangível e de domínio público), com alimentação dos dados inventariados pela entidade no sistema de patrimônio ajustes junto a contabilidade, incorporação de valores contábeis visando atender a legislação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o tribunal de Contas do Estado do Paraná, além da capacitação de servidor público usuário do sistema de patrimônio, todo levantamento já realizado pelo Município deverá ser mantido conforme especificações mínimas constantes no anexo I do Edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços serão executados em estrita obediência ao presente Contrato e ao edital de **Tomada de Preços nº 005/2020**, devendo ser observadas integral e rigorosamente as especificações fornecidas pela **CONTRATANTE** e aprovado pelas autoridades competentes.

#### **CLÁUSULA - PREÇO**

O **CONTRATADO** se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço global certo e ajustado de R\$ 58.560,00 (Cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais), pelo período de 12 (doze) meses.

#### **CLÁUSULA – VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá **vigência 12 (doze) meses**, compreendendo o período de **30/11/2020 até 29/11/2021**.

**Braganey, 25 de Novembro de 2020.**

**ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**

Prefeito Municipal  
Contratante

**Publicado por:**  
Rubia Mara di Bernardo  
**Código Identificador:**E2FB3F84

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para mais 30 (trinta) dias, passando o novo prazo de vigência a vigorar de **24/12/2020 até a data de 24/06/2021**.

#### **LÊIA-SE**

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para mais 06 (seis) meses, passando o novo prazo de vigência a vigorar de **24/12/2020 até a data de 24/06/2021**.

Braganey, 02 de dezembro de 2020.

**ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA.**

Prefeito Municipal.

**Publicado por:**  
Rubia Mara di Bernardo  
**Código Identificador:**B7E9EBD4

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO N.º 067/2019 PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2019**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O  
MUNICÍPIO DE BRAGANEY E DE OUTRO A  
EMPRESA CLINICA MEDICA FERRIS -EIRELI.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BRAGANEY** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Arthur Pereira, 860, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.78.121.902/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente no Município de BRAGANEY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.689.696-1-SSP/PR, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 965.472.949-00, a seguir denominado **CONTRATANTE** e, de outro a empresa, **CLINICA MEDICA FERRIS- EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, com sede à **Rua Primavera, nº 125 sala 01** inscrita no CNPJ nº. **31.900.490/0001-06**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu preposto, Sra. Eliza Rita Roque Mina portador da cédula de RG: **3.130.766-0/PR** e **CPF nº. 521.520.659-72**. Resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, firmar o presente Termo Aditivo Contrato, conforme autorização lavrado no Processo Licitatório Pregão nº 049/2019, que será regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/02, suas alterações posteriores, e demais leis atinentes, e pelas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços médicos de Generalista, para atendimento das unidades de saúde do município de Braganey-PR.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Face ao disposto na **cláusula décima terceira** do contrato em epígrafe, que dispõe sobre o prazo de vigência e a possibilidade de alterações contratuais, respectivamente, fica prorrogado o prazo do contrato para mais **30 (TRINTA) DIAS**, passando o novo prazo de execução a vigorar de **03/12/2020 até a data de 02/01/2021**.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO**

São ratificadas todas as cláusulas constantes no contrato, não modificadas expressamente neste termo aditivo. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam este Instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com as testemunhas.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO FORO**

As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Corbélia - PR, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Termo Aditivo.

Braganey, 01 de Dezembro de 2020.

**ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**

Prefeito

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ERRATA – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2020**

Na publicação do primeiro termo aditivo ao contrato 021/2020, publicada no dia 01 de dezembro de 2020, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/12/2020, edição nº: 2150, por lapso de digitação:

**ONDE SE LÊ:**

Clinica Medica Ferris -EIRELI.  
 CNPJ: 31.900.490/0001-06.  
**ELIZA RITA ROQUE MINA**  
 CPF nº.521.520.659-72

**Publicado por:**  
 Maria Inês Trindade Silvestro  
**Código Identificador:**E88DABC8

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 089/2020**

**SÚMULA:** Conceder Licença Prêmio, com remuneração do cargo efetivo conforme a Lei 414/2010, e dá outras providências;

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder, a pedido, licença – prêmio, com a remuneração do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a servidora **Sra. SANDRA MARIA REDIGOLO LUBACHESKI**, portadora da Carteira de identidade **4.653.232-5** e devidamente inscrita no CPF **851.715.499-15**, onde fará jus a 03(três) meses nos termos do Artigo 90 da Lei Municipal nº414/2010.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor retroativamente a data de **01/12/2020**, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

**PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO**, aos 02 dias do mês de Dezembro de 2020.

**ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Cibele Castelhami de Andrade  
**Código Identificador:**8ABC66BB

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA**

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PORTARIA Nº 060/2020**

**OSCIMAR JOSÉ SPERANDIO, PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica concedida a estabilidade no serviço público ao servidores relacionados abaixo, aprovados no Concurso Público nº 001/2017, por terem sido considerados aptos na Avaliação de Desempenho Funcional:

SERVIDOR(A)	DATA ADMISSÃO	DE	DATA ESTABILIDADE	DA
GABRIELA THOME ZWIELEWSKI	01/12/2017		01/12/2020	
JOEL AGOSTINHO GHIRALDI DARTE	01/12/2017		01/12/2020	

**Art. 2º** A data da concessão fica condicionada na tabela acima, na coluna DATA DA ESTABILIDADE.

**Art. 3º** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-S E**  
**PUBLIQUE-SE**  
**CUMPRE-SE**

Prefeitura Municipal de Cafeara/PR, 04 de dezembro de 2020.

**OSCIMAR JOSÉ SPERANDIO**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Elisangela Valéria Rôjo  
**Código Identificador:**F3C24110

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2020 - CONCURSO**  
**PÚBLICO Nº 001/2019**

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal n.º 001/2019,

**TORNAR PUBLICO**

**Art. 1º A CONVOCAÇÃO** dos aprovados no Concurso Público Municipal n.º 001/2019, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cafelândia, munidos de cópias autenticadas da documentação abaixo relacionado: Certidão de Nascimento e/ou Casamento, Prova de quitação com a Justiça Eleitoral, Prova de quitação com o Serviço Militar (sexo masculino.), Cópia do documento de Identificação (RG), Cópia do Cartão do CPF, cópia de Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo, Cópia do Registro no Órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade quando for requisito do cargo, 02 fotos 3X4 recentes, Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos, Certidão Negativa Criminal expedida pela Comarca onde reside, Cópia do comprovante de residência, Número do PIS/PASEP, Conta no banco ITAÚ e Outros documentos listados no ato convocatório.

Os convocados deverão comparecer no **prazo de 05 (cinco) dias** úteis a contar da data da Publicação deste Edital 021/2020.

NºInsc.	NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
0036809	VICTOR HUGO PIRES BARCELOS	MÉDICO CLÍNICO GERAL	36º

**Art. 2º** Os candidatos convocados que compareceram na data estipulado no Art. 1º, desse edital, deverão comparecer na data e horário informados pelo Departamento de Recursos Humanos para consulta médica admissional, munidos com documento de identificação (com foto) e da carteira de vacinação atualizada. À relação dos candidatos convocados neste ato público também está disponível no site **www.cafelandia.pr.gov.br**.

**Art. 3º** O candidato que não apresentar toda a documentação solicitada no prazo previsto no parágrafo único, acarreta a impossibilidade de sua titularização.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**, EM 02 de Dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Elisa Aparecida dos Santos Candido  
**Código Identificador:**7B67FCFF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 906/2020-DRH**

**SÚMULA:** Nomeia Servidor para Ocupar Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em vista do resultado obtido no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2019 de 24/09/2019.

**RESOLVE**

**Art. 1º** Nomear **LUIZ FERNANDO MORAES DA COSTA JUNIOR**, para ocupar o cargo de Provimento Efetivo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**, do Grupo Ocupacional **PROFISSIONAL**, Nível I, do Município de Cafelândia.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elisa Aparecida dos Santos Candido  
**Código Identificador:**5B7557D4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**PORTARIA N.º 907/2020-DRH**

**SÚMULA:** Nomeia Servidor para Ocupar Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em vista do resultado obtido no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2019 de 03/07/2019.

**RESOLVE**

**Art. 1º** Nomear **WILLIAN MAYCON DOS SANTOS**, para ocupar o cargo de Provimento Efetivo de **TÉCNICO DE CONTABILIDADE**, do Grupo Ocupacional **MÉDIO**, Nível I, do Município de Cafelândia.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elisa Aparecida dos Santos Candido  
**Código Identificador:**D627EE84

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**PORTARIA N.º 908/2020-DRH**

**SÚMULA:** Nomeia Servidor para Ocupar Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em vista do resultado obtido no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2019 de 03/07/2019.

**RESOLVE**

**Art. 1º** Nomear **VINICIUS LUNARDI**, para ocupar o cargo de Provimento Efetivo de **TÉCNICO DE TRIBUTAÇÃO**, do Grupo Ocupacional **MÉDIO**, Nível I, do Município de Cafelândia.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elisa Aparecida dos Santos Candido  
**Código Identificador:**90430063

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**PORTARIA N.º 909/2020-DRH**

**SÚMULA:** Transferir Servidor Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

**Art. 1º TRANSFERIR** a Servidora **FERNANDA DA COSTA GAMA**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, da Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de Dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elisa Aparecida dos Santos Candido  
**Código Identificador:**D40878BE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**PORTARIA N.º 910/2020-DRH**

**SÚMULA:** Transferir Servidor Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

**Art. 1º TRANSFERIR** a Servidora **EDVANE RAQUEL SANTANA**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, da Secretaria Municipal de Administração, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de Dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elisa Aparecida dos Santos Candido  
**Código Identificador:**2AB3FD16

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**PORTARIA N.º 911/2020-DRH**

**SÚMULA:** Transferir Servidor Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

**Art. 1º TRANSFERIR** a Servidora **JANY STAIANOV**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **GARI**, da Escola Municipal Theofânio Agapito Maltezo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de Dezembro de 2020.

**ESTANISLAU MATEUS FRANUS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elisa Aparecida dos Santos Candido

**Código Identificador:**0839DFE4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE  
LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO**

**AVISO DE LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO**

O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório nº145/2020**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº088/2020**, do tipo menor preço por Item, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para Registro de Preço de equipamentos, material e instrumental médico hospitalar para suprimento das Unidades de Saúde, Farmácia Municipal, Centro de Saúde e Pronto Atendimento Municipal - PA, conforme especificação completa no Termo de Referência, conforme especificações completas no Termo de Referência do Edital. **A PRESENTE LICITAÇÃO SE DESTINA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, E QUE ATUEM NO RAMO DE ATIVIDADE REFERENTE AO OBJETO LICITADO, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 48 DA LEICOMPLEMENTAR Nº 147/2014.** O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/Pr., das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br) ou [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **16 de dezembro de 2020 às 08h30min**, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/Pr., 02 de dezembro de 2020.

**ADRIANO EFFTING**

Pregoeiro Oficial

Decreto nº 051/2020

**Publicado por:**

Adriano Effting

**Código Identificador:**6262D61B

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DECRETO 232**

**CNPJ 75.771.279/0001-06****Exercício: 2020****Decreto nº 232/2020 de 01/12/2020**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1797/2019 de 18/12/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE SAÚDE	
05.013		Secretaria de Saúde	
05.013.10.301.0012.2.022.		Manutenção do Centro de Saude	
190 - 3.1.90.13.00.00	01303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
05.013.10.301.0012.2.027.		Programa de Saúde da Família - PSF	

252 - 3.1.90.13.00.00	01303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.000,00
Total Suplementação:			55.000,00

**Artigo 2º** - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04		SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV. PUBLICO	
04.011		Departamento de Transporte	
04.011.26.782.0037.2.020.		Restauração e Conservação de Estradas Rurais	
172 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.000,00
Total Redução:			55.000,00

**Artigo 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA, em 01 de dezembro de 2020.

**PAULO WILSON MENDES**

Prefeito

**Publicado por:**

Thomas Henrique Abba

**Código Identificador:**2E0115EF

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DECRETO 233**

**CNPJ 75.771.279/0001-06****Exercício: 2020****Decreto nº 233/2020 de 02/12/2020**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1797/2019 de 18/12/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$40.000,00 (quarenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.006		Departamento de Contabilidade	
03.006.28.843.0039.0.001.		Operações Especiais	
75 - 3.2.90.22.00.00	01000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	40.000,00
Total Suplementação:			40.000,00

**Artigo 2º** - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superavit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64:

**Fonte(s):** 1000 Recursos Ordinários (Livres)

**Artigo 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA, em 02 de dezembro de 2020.

**PAULO WILSON MENDES**

Prefeito

**Publicado por:**

Thomas Henrique Abba

**Código Identificador:**BF36D5ED

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL**

**SETOR DE COMPRAS  
HOMOLOGAÇÃO PG 138 2020**

GABINETE DO PREFEITO  
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
Pregão, N.º 138/2020  
PROCESSO N.º 323/2020

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, no uso de minhas atribuições legais, homologo o julgamento proferido pelos Pregoeiros Oficiais desta Prefeitura, Robson Roberto Frigotto da Costa, matrícula n.º 319251 e Rafael Carlos Berleze, matrícula n.º 325958, designados pela Portaria n.º 557 de 25 de junho de 2020, sobre o Processo Administrativo n.º 323/2020, Pregão, n.º 138/2020, que tem por objeto O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR E REPELENTE DE INSETOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E LOGÍSTICA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

Em consequência, homologo o objeto desta licitação em favor do(s) seguinte(s) fornecedor(es):

- 1) ALGSUN INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI-ME inscrito no CNPJ/CPF Nº 25.066.271/0001-70 no valor total dos itens vencidos de R\$12,45 (doze reais e quarenta e cinco centavos).
- 2) PARANA MED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTO MEDICO E HOSPI inscrito no CNPJ/CPF Nº 38.120.208/0001-17 no valor total dos itens vencidos de R\$8,55 (oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Conforme objeto licitado e Ata de Sessão de Julgamento, homologo o(s) item(ns) constante(s) no Mapa de Adjudicação de Preços.

Campina Grande do Sul, 02/12/2020.

**BIHL ELERIAN ZANETTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Leile Bednartczuk Pontes

**Código Identificador:**F7DA1CDD

**SETOR DE COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO 195 2020**

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**Contrato n.º 195/2020 ID n.º 2020453**

Modalidade: Inexigibilidade: 111/2020. Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, CNPJ 76.105.600/0001-86. Contratada: INSTITUTO MADALENA SOFIA, CNPJ 08.295.371/0001-50. Valor: R\$ 146.335,20 (cento e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte centavos). Vigência do Contrato: **12 meses**. Data de assinatura: 30 de novembro de 2020.

**BIHL ELERIAN ZANETTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Leile Bednartczuk Pontes

**Código Identificador:**11FA8D65

**SETOR DE COMPRAS  
HOMOLOGAÇÃO PG 134 2020**

GABINETE DO PREFEITO  
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
Pregão, N.º 134/2020  
PROCESSO N.º 317/2020

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, no uso de minhas atribuições legais, homologo o julgamento proferido pelos Pregoeiros Oficiais desta Prefeitura, Robson Roberto Frigotto da Costa, matrícula n.º 319251 e Rafael Carlos Berleze, matrícula n.º 325958, designados pela Portaria n.º 557 de 25 de junho de 2020, sobre o Processo Administrativo n.º 317/2020, Pregão, n.º 134/2020, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CADEIRAS GIRATÓRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E LOGÍSTICA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E II DO EDITAL. Em consequência, homologo o objeto desta licitação em favor do(s) seguinte(s) fornecedor(es):

- 1) CORESUL MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP inscrito no CNPJ/CPF Nº 77.781.417/0001-63 no valor total dos itens vencidos de R\$ 8.899,00 (oito mil, oitocentos e noventa e nove reais).

Homologo o(s) item(ns) constante(s) no processo em epígrafe.

Campina Grande do Sul, 02/12/2020.

**BIHL ELERIAN ZANETTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Leile Bednartczuk Pontes

**Código Identificador:**064F4DD3

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
DECRETO Nº 115/2020**

SUMULA: "Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2021 do Município de Campo do Tenente e dá outras providências".

**JORGE LUIZ QUEGE**, Prefeito Municipal de Campo do Tenente – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2021, do Município de Campo do Tenente, conforme disposto no artigo 8º parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único** - Os anexos deste Decreto estabelecem a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2021, da Administração Direta, Câmara Municipal e IPRECAMPO.

**Art. 2º.** Se verificado desequilíbrio fiscal, quando do cumprimento da Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, adotar-se-ão os limites estabelecidos no artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único** - . Executam-se do disposto no caput das despesas que constituam obrigações legais ou constitucionais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da amortização e encargos da dívida pública e as exceções previstas na Lei Municipal nº 1.001/2020, que "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2021 e dá outras providências.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrario.

Campo do Tenente, 02 de dezembro de 2020.

**JORGE LUIZ QUEGE**

Prefeito Municipal

**RAFAEL DA SILVA FARIAS**

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Dê-se Ciência.

Registre-se e

Publique-se.

**Publicado por:**  
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban  
**Código Identificador:**51B029E7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
DECRETO Nº 116/2020**

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE  
CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO  
TENENTE PR.

JORGE LUIZ QUEGE, PREFEITO Municipal de Campo do Tenente,  
Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais.

**DECRETA**

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Cultura do Município  
de Campo do Tenente PR.

**I - Representantes dos segmentos de áreas artísticas:****Artes Cênicas, Cinema, Artes Visuais, Fotografia****Titular:** Lilian Abreu Paulino Karas**Suplente:** Lorena Bussmann**Dança e Coreografia****Titular:** Lúdia Hitner**Suplente:** Dilvete Teixeira**Patrimônio Cultural, Histórico e Museologia:****Titular:** Lenira Avela**Suplente:** Arildo José da Silva**Musica****Titular:** Adilson da Silva**Suplente:** Juceleide dos Santos**Literatura, Biblioteca, Folclore****Titular:** Cleide Komarchewski**Suplente:** Idagir Sarot**II - Representante da Sociedade Civil Organizada****Titular:** Antônio Carlos Silveira**Suplente:** Derli de Souza**III – Representante do Poder Executivo:****Titular:** Marilene Aparecida Hornick**Suplente:** Maristela Remboski

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Campo do Tenente, PR, 02 de dezembro de 2020

**JORGE LUIZ QUEGE**

Prefeito Municipal

**RAFAEL DA SILVA FARIAS**

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Dê-se ciência, Registre-se e Publique-se.

**Publicado por:**  
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban  
**Código Identificador:**2D20625D

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 062/2020 - DEFAT**

**(Prazo de 30 dias)**

**OMUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Centro, Campo Magro – PR, através de seu Departamento de Fiscalização e Administração Tributária - DEFAT, **NOTIFICA** o contribuinte abaixo para que tome ciência da **SUSPENSÃO DE ATIVIDADE**, que tramita nesta administração em face de sua pessoa, conforme segue:

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
ANDREAZA HEY	10.793.275/0001-83	4518/2020

**O contribuinte deverá recolher o VALOR TOTAL DOS DÉBITOS FISCAIS LANÇADOS, atualizados até o efetivo pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital**(Lei Municipal nº 294/2003, art. 76, §1º). Para tanto, deverá se utilizar do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) apropriado, a ser retirado no Departamento de Fiscalização e Administração Tributária - DEFAT da Prefeitura Municipal de Campo Magro ou através do sítio eletrônico oficial do município ([www.campomagro.pr.gov.br](http://www.campomagro.pr.gov.br)), acessando o link “Cidadão Web”, caso este documento não acompanhe a presente notificação.

**O contribuinte poderá, também, apresentar IMPUGNAÇÃO dos processos acima listados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital (Lei Municipal nº 294/2003, art. 99, § 3º), devendo fazê-lo exclusivamente através de petição escrita a ser protocolada no Departamento de Fiscalização e Administração Tributária (DEFAT), situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Centro, Campo Magro – PR, de segunda-feira à sexta-feira (exceto em feriados), no horário de expediente da Prefeitura de Campo Magro-PR, a qual deverá ser instruída com todos os elementos de prova considerados pertinentes e indicar, de forma clara:**

- A autoridade a quem se destina (Diretor de Tributação);
- A identificação da Notificação de Lançamento ou do Auto de Infração a que se refere (Número da Fiscalização ou Número do Processo);
- A identificação do contribuinte e o endereço para entrega de futuras notificações ou intimações;
- Os motivos pelos quais o contribuinte não se conforma com o débito fiscal lançado;
- A data e a assinatura do contribuinte ou de seu representante.

É vedado ao contribuinte reunir, numa única petição, impugnação contra mais de um lançamento fiscal ou Auto de Infração.

A impugnação assinada por procurador apenas produzirá efeitos se acompanhada do respectivo instrumento de mandato (procuração) com poderes específicos para o ato praticado, o qual deverá conter o reconhecimento da firma do outorgante (Cód. Civil, art. 654, § 2º) ou ser firmado por instrumento público.

Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias sem que o contribuinte tenha pago o(s) débito fiscal(s) ou a(s) multa(s) exigido(s) ou apresentado impugnação regular, o valor dos débitos fiscais ou das multas contra ele lançados serão inscritos na Dívida Ativa do Município, independente de outras notificações ou intimações, conforme preceitua a Lei Municipal nº 294/2003, art. 81.

Campo Magro, 20 de novembro de 2020.

**LEONARDO ALMADA SANTANA**

Secretário Municipal De Fazenda

**EDILSON DARAB HIRT**

Diretor Do Departamento Fiscalização E Administração Tributária

**Publicado por:**  
Gilead Reges Valente Raab  
**Código Identificador:**3AD815D3

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ERRATA Nº 2 - PREGÃO ELETRÔNICO 63/2020**

**OBJETO:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados em Clínica e/ou Hospital Veterinário, para atendimento de urgência/emergência de cães e gatos (machos e fêmeas), de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

A comissão permanente de Pregão, devidamente designada pelo decreto 229/2020, no uso de suas atribuições legais vêm através deste, comunicar aos interessados a errata referente ao aviso de alteração da data de abertura do Pregão, publicado na edição 2150 de 02/12/2020 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme segue abaixo:

### **ONDE SE LÊ:**

**Objeto:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Dietas Enteras, Leites Especiais e Suplementos Alimentares, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

### **LEIA-SE:**

**Objeto:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados em Clínica e/ou Hospital Veterinário, para atendimento de urgência/emergência de cães e gatos (machos e fêmeas), de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

**Considerando que o equívoco na descrição do objeto trata-se de erro formal, o mesmo não ocasionou prejuízo ao andamento do processo.**

As demais informações permanecem inalteradas.

Campo Magro/PR, 02 de Dezembro de 2020.

**LEONARDO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**

Pregoeiro Oficial  
Decreto 229/2020

**Publicado por:**  
Gilead Reges Valente Raab  
**Código Identificador:**D48842CD

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ERRATA Nº 1 - PREGÃO ELETRÔNICO 63/2020**

**OBJETO:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados em Clínica e/ou Hospital Veterinário, para atendimento de urgência/emergência de cães e gatos (machos e fêmeas), de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

A comissão permanente de Pregão, devidamente designada pelo decreto 229/2020, no uso de suas atribuições legais vêm através deste, comunicar aos interessados a errata referente ao aviso de alteração da data de abertura do Pregão, publicado na edição 2138 de 16/11/2020 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme segue abaixo:

### **ONDE SE LÊ:**

**Objeto:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Dietas Enteras, Leites Especiais e Suplementos Alimentares, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

### **LEIA-SE:**

**Objeto:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados em Clínica e/ou Hospital Veterinário, para atendimento de urgência/emergência de cães e gatos (machos e fêmeas), de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

**Considerando que o equívoco na descrição do objeto trata-se de erro formal, o mesmo não ocasionou prejuízo ao andamento do processo.**

As demais informações permanecem inalteradas.

Campo Magro/PR, 02 de Dezembro de 2020.

**LEONARDO VINICIUS DE SOUZA SANTOS**

Pregoeiro Oficial  
Decreto 229/2020

**Publicado por:**  
Gilead Reges Valente Raab  
**Código Identificador:**A4CA9E92

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2020**

### **ONDE-SE LÊ:**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0147/2020  
PREGÃO ELETRONICO Nº 50/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

**CNPJ:** 01.607.539/0001-76

**CONTRATADA:** FRATELLI COGNATA ALIMENTOS EIRELI.

**CNPJ:** 28.782.333/0001-39

**DO OBJETO:** Formação de registro de preços para aquisição de Gêneros Alimentícios Não Perecíveis e Perecíveis (hortifruti e carnes), destinados a suprir as necessidades referentes à merenda escolar pelo período de 1 (um) ano, para atender a demanda das Escolas e CMEIs deste município em conformidade com a resolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE apresentada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

**DO VALOR:** R\$ 869.723,30 (oitocentos e sessenta e nove mil e setecentos e vinte e três reais e trinta centavos).

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

**DATA ASSINATURA:** 26 de novembro de 2020.

### **LEIA-SE:**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0147/2020  
PREGÃO ELETRONICO Nº 50/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO

**CNPJ:** 01.607.539/0001-76

**CONTRATADA:** FRATELLI COGNATA ALIMENTOS EIRELI.

**CNPJ:** 28.782.333/0001-39

**DO OBJETO:** Formação de registro de preços para aquisição de Gêneros Alimentícios Não Perecíveis e Perecíveis (hortifruti e carnes), destinados a suprir as necessidades referentes à merenda escolar pelo período de 1 (um) ano, para atender a demanda das Escolas e CMEIs deste município em conformidade com a resolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE apresentada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.

**DO VALOR:** R\$ 825.353,30 (oitocentos e vinte e cinco mil e trezentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).

**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

**DATA ASSINATURA:** 26 de novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Gilead Reges Valente Raab  
**Código Identificador:**293C3815

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE**  
**PREÇOS Nº 153/2020**

**ONDE-SE LÊ:**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 0153/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 50/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO  
**CNPJ:** 01.607.539/0001-76  
**CONTRATADA:** JZ CONSTRUPARCOMERCIAL LTDA  
**CNPJ:** 10.433.632/0001-00  
**DO OBJETO:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável, com Fck 25 mpa, Brita 1; Concreto Usinado Bombeável, com Fck 30 mpa, Brita 1; e Bombeamento de Concreto Usinado para execução de obras no Município de Campo Magro, em atendimento a Secretaria de Viação e Obras Públicas, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.  
**DO VALOR:** R\$ 315.837,00 (trezentos e quinze mil oitocentos e trinta e sete reais).  
**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.  
**DATA ASSINATURA:** 26 de novembro de 2020.

**LEIA-SE:**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 0153/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 65/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO  
**CNPJ:** 01.607.539/0001-76  
**CONTRATADA:** JZ CONSTRUPARCOMERCIAL LTDA  
**CNPJ:** 10.433.632/0001-00  
**DO OBJETO:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável, com Fck 25 mpa, Brita 1; Concreto Usinado Bombeável, com Fck 30 mpa, Brita 1; e Bombeamento de Concreto Usinado para execução de obras no Município de Campo Magro, em atendimento a Secretaria de Viação e Obras Públicas, de acordo com as condições e especificações constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.  
**DO VALOR:** R\$ 315.837,00 (trezentos e quinze mil oitocentos e trinta e sete reais).  
**DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.  
**DATA ASSINATURA:** 26 de novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Gilead Reges Valente Raab  
**Código Identificador:**28F9D8BB

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 410/2020, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020**

Declara de utilidade pública para fins de constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, parte do imóvel abaixo especificado.

**GELSON KRUK DA COSTA**, Prefeito Municipal de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos Art.ºs 2º, 5º (alíneas “e” e “h”) e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941, com as alterações da Lei Federal nº 2.786/1956, em consonância com o disposto no Art. 7º do Decreto Municipal nº 350/2020.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa, em favor da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), a área de terra abaixo descrita, destinada à Faixa de Servidão da Rede Coletora de Esgoto Sanitário, necessária à consolidação da infraestrutura a ser implantada pelo empreendedor do Loteamento da Luz Gomes, aprovado pelo Decreto Municipal nº 350/2020:

**I - MATRÍCULA:** Nº.15.126 do 2º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava, com área total de 25.522,17m², sendo a área parcial de 641,60m² pertencente ao Município de Candói, conforme descrição do eixo abaixo, a qual passa a ser objeto da presente Servidão.

**II – DESCRIÇÃO:** “Inicia-se se no ponto denominado “0PP”, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM SIRGAS2000, MC-51° W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E 394.654,957 m e N 7.170.680,606 m; daí segue pela área do Município de Candói nos seguintes azimutes e distâncias: Azimute de 72°28’36” e distância de 15,63 m até “P1” de coordenadas E 394.669,862 m e N 7.170.685,312m; Azimute de 114°11’26” e distância de 41,67 m até “P2” de coordenadas E 394.707,870 m e N 7.170.668,238 m; Azimute de 93°55’39” e distância de 37,00m até “P3” de coordenadas E 394.744,779 m e N 7.170.665,704 m; Azimute de 77°18’22” e distância de 34,58m até “P4” de coordenadas E = 394.778,515 m e N 7.170.673,303 m; Azimute de 88°24’15” e distância de 31,28m até “P5” de coordenadas E 394.809,779 m e N 7.170.674,174 m; Azimute de 108°22’54” e distância de 25,20m até “P6” de coordenadas E 394.833,694 m e N 7.170.666,227 m; Azimute de 73°23’29” e distância de 30,67 m até “P7” de coordenadas E 394.863,086 m e N 7.170.674,994 m; encerrando-se assim está descrição.”

A descrição acima refere-se ao eixo de faixa de servidão de passagem com 3,00 m largura, sendo 1,50 m para cada lado do eixo.

**Art. 2º.** Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da instituição administrativa na área descrita no Art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

**Art. 3º.** Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, para o fim indicado, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da Faixa de Servidão da Rede Coletora de Esgoto.

**Art. 4º.** O Município de Candói, proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa, limitará o uso e gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática dentro da referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

**Art. 5º.** A Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o Art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações.

**Art. 6º.** Havendo supressão vegetal, os interessados deverão requerer autorização florestal para supressão junto ao Instituto Água e Terra (IAT).

**Art. 7º.** O ônus decorrente da constituição da servidão administrativa da área a que se refere o Art. 1º deste Decreto, ficará por conta do empreendedor, sem quaisquer ônus à Sanepar e/ou ao Município de Candói.

**Art. 8º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Candói, 20 de novembro de 2020.

**GELSON KRUK DA COSTA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Rodrigo Miss  
**Código Identificador:**EEE4BBFE

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 413/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020**



Altera os artigos 4º e 5º do Decreto Municipal nº 350/2020, que aprovou o loteamento denominado LOTEAMENTO DA LUZ GOMES.

**GELSON KRUK DA COSTA**, Prefeito Municipal de Candói, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial no que se refere a Lei Complementar Municipal nº 026/2014, e Lei Federal nº. 6.766/1979, bem como, Plano de Uso e Ocupação do Solo do Município de Candói e suas alterações, tendo em vista o requerimento do Sr. Leocyr Pedro Gomes e outros (Protocolo nº 2018/2020), e visando corrigir erros de digitação:

#### DECRETA:

**Art. 1o.** O artigo 4º do Decreto Municipal nº 350/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A área total do Loteamento Da Luz Gomes de 154.425,00 m2, ficará assim dividida:

I – Área do Loteamento com 154.425,00m2, sendo 107.924,34m2 correspondente a 69,89% da área total da matrícula, estando composta por 18(dezoito) quadras e 196(cento e noventa e seis) lotes, sendo:

a) Área de lotes com 103.153,44m2, equivalente a 66,80% da área total da matrícula, composta da áreas das vias com 30.232,43m3, áreas das calçadas com 16.753,80m2, e área edificável com 56.167,21m2;

b) Reserva Municipal com área de 4.770,90m2, correspondendo a 3,09% da área total da matrícula, sendo composta pelo Lote 01 da Quadra 03.

II – Unidade de Conservação com 46.500,66m2, correspondendo a 29,88% da área total da matrícula, sendo composta pelas Áreas de Vegetação, Proteção de Recursos Hídricos e Preservação Permanente, todas de domínio público:

a) Áreas de Vegetação com 19.727,97m2, localizada entre as quadras nº 05 e 07 do loteamento;

b) Área de Proteção de Recursos Hídricos com 9.821,22m2, localizada ao longo do curso d'água natural e perfazendo parque linear com vegetação nativa;

c) Área de Preservação Permanente (APP) com 16.951,47, localizada próximo à quadra nº 06 e parte integrante do Parque Público pertencente ao Município de Candói.”

**Art. 2o.** O artigo 5º do Decreto Municipal nº 350/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. Ficam denominadas de Domínio Público do Município de Candói, as seguintes áreas, perfazendo um total de 98.257,79m2:

I – Reserva Municipal, com área de 4.770,90m2;

II – Área de Vegetação com área de 19.727,97m2;

III – Área de Proteção de Recursos Hídricos com área de 9.821,22m2;

IV – Área de Preservação Permanente (APP) com área de 16.951,47m2;

V – Área da vias públicas com área de 30.232,43m2;

VI – Área de calçadas com área de 16.753,80m2

Parágrafo Único – Às áreas listadas no caput deste artigo passam ao domínio público do Município de Candói, por meio deste Decreto, devendo a transferência de domínio acontecer no ato dos respectivos registros, sem qualquer ônus ao Município, inclusive dispensando-se os instrumentos de escritura pública.”

**Art. 3º.** As demais disposição do Decreto Municipal nº 350/2020, permanecem inalteradas.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os artigos 4º e 5º do Decreto Municipal nº 350/2020 e o Decreto nº 389/2020 na sua totalidade.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói, 30 de novembro de 2020.

**GELSON KRUK DA COSTA**  
Prefeito Municipal de Candói

**Publicado por:**

Rodrigo Miss

**Código Identificador:**CE5F82C1

#### GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 414/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2020.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.553 de 19 de dezembro de 2019.

**Art. 1º** Fica aberto no Orçamento Geral do exercício financeiro de 2020, Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 12.630,00 (Doze mil, seiscentos e trinta reais)** nos Órgãos e Unidades orçamentárias abaixo especificadas:

#### **06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 3.270,00**

06.006 SETOR DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

12.366.0022.2031 MANUTENÇÃO DO SETOR DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

**3210 E 00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRE)**

#### **06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 2.250,00**

06.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

12.361.0011.2032 MANUTENÇÃO DO DEPART. DE TRANSPORTE - FUNDAMENTAL

3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

**3310 E 00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO BÁSICA**

#### **08 SECRETARIA DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS R\$ 4.590,00**

08.005 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, CONT. E COORD. PROG.

10.301.0005.2047 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

**5100 E 00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde**

#### **08 SECRETARIA DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS R\$ 2.520,00**

08.005 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, CONT. E COORD. PROG.

10.301.0005.2049 NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF

3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

**5240 E 00303 SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/00 - 15%)**

**Art. 2º** Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de Transferência por Anulação de Dotações nos Órgãos e Unidades orçamentárias abaixo especificadas:

#### **06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 270,00**

06.006 SETOR DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

12.366.0022.2031 MANUTENÇÃO DO SETOR DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR

**3240 E 00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRE)**

#### **06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 3.000,00**

06.006 SETOR DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

12.366.0022.2031 MANUTENÇÃO DO SETOR DE ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

**3250 E 00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRE)**

**06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 2.250,00**

06.007 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR  
12.361.0011.2032 MANUTENÇÃO DO DEPART. DE TRANSPORTE - FUNDAMENTAL  
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO  
**3490 E 00104** DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO BÁSICA

**08 SECRETARIA DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS R\$ 4.590,00**

08.005 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, CONT. E COORD.  
10.301.0005.2047 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF  
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR  
**5190 E 00494** Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

**08 SECRETARIA DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS R\$ 2.520,00**

08.005 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, CONT. E COORD. PROG.  
10.301.0005.2049 NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF  
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
**5290 E 00303** SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (E.C. 29/00 - 15%)

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), em 02 de Dezembro de 2020.

**GELSON KRUK DA COSTA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Edina Kraus dos Santos Ribeiro  
**Código Identificador:**3ED955D4

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DESPACHO**

Assunto: Decisão relatório Comissão do Processo Administrativo (ref. Portaria 493/2020)

Data: 27 de Novembro de 2020.

Considerando o relatório apresentado pela Comissão subscritora do relatório referente a Portaria 493/2020, que instaurou o Processo Administrativo no caso em questão;

Considerando, todas as diligências realizadas pela comissão processante e o apontamento no referido relatório de que, ocorreu falha evidente devido a negligência da presidente do conselho escolar que deixou de regularizar o referido conselho, dentro do prazo legal, e mesmo que excluam-se os votos inválidos, dos membros que votaram irregularmente, ainda assim deve ser respeitada a vontade da maioria dos pais de alunos, professores e funcionários do CMEI Andrei Mugnol Ribeiro, mesmo que a vantagem de votos válidos seja ínfima, deve prevalecer por respeito a democratização da escolha dos diretores.

Considerando que a Comissão em seus trabalhos, acabou por evidenciar que as demais denúncias acerca do pleito restaram improcedentes.

Acato o Relatório Final apresentado pela Comissão designada através da Portaria de n.º 493/2020, ratificando-o e,

**Determino:**

Que seja arquivada a presente denúncia, arquivando-se o presente processo.

Que seja expedida Portaria de nomeação da Professora Andreia Marinho Xavier, para o cargo de diretora do CMEI Andrei Mugnol Ribeiro, conforme deliberação da Ata de n.º 41/2019, da Comissão Eleitoral.

Sem mais, notifiquem-se os interessados, acerca da presente decisão.

**VALDECIR ANTONIO DA SILVA**  
Secretário de Administração

**Publicado por:**  
Edina Kraus dos Santos Ribeiro  
**Código Identificador:**70F878A2

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECISÃO SINDICÂNCIA – PORTARIA Nº. 202/2020**

Trata-se de Sindicância aberta para apuração de eventuais irregularidades cometidas em tese, em especial quanto a apuração do contido no Memorando Interno de n.º 47/2020, protocolado sob o n.º 1614/2020, pela Sra. Andréia Savoldi Teixeira, secretaria de Educação, no qual relata que o servidor público Geovane José Kraus Viana, teria deixado de realizar cursos essenciais para o trabalho, pagos pela administração municipal.

**DECISÃO**

Acato o parecer final da Comissão Sindicante, para promover o arquivamento da presente Sindicância, haja vista a constatação da ausência de indícios de cometimento de falta funcional pelo servidor Geovane José Kraus Viana, vez que restou comprovado pela comissão sindicante, que o mesmo não fora inscrito pela administração municipal para a realização dos referidos cursos.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Ante a conclusão da comissão e os apontamentos contidos no relatório final apresentado, onde apontou-se a inexistência de indícios de cometimento de falta ou transgressão funcional pelo servidor Geovane José Kraus Viana, inexistindo conforme apontado no relatório indícios de infração ao Estatuto dos Servidores, promova-se o arquivamento da presente.

Procedam-se as comunicações da presente decisão.

Candói em 02 de dezembro de 2020.

**VALDECIR ANTONIO DA SILVA**  
Secretário de Administração

**Publicado por:**  
Edina Kraus dos Santos Ribeiro  
**Código Identificador:**C0A94C3A

---

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS  
MARQUES**

---

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E  
DESENVOLVIMENTO URBANO  
DECRETO Nº 289/2020 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020.**

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) DO NÚCLEO URBANO CONSOLIDADO DENOMINADO “7 DE SETEMBRO”, MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, ESTADO DO PARANÁ E APROVAÇÃO DO RESPECTIVO PROJETO DE PARCELAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, do Estado do PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465/2017 estabelece instrumentos e procedimentos para a implementação de processos de regularização fundiária (REURB) em todo território nacional, atribuindo competências ao Município, em especial, para requerer e instaurar REURB, classificar as modalidades da REURB, processar, analisar e aprovar projetos de regularização fundiária e emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), conforme artigos 14, I, 28 e 30 da citada Lei;

CONSIDERANDO a instauração do procedimento administrativo, baseado na Lei Federal nº 13.465/2017, para regularização fundiária do núcleo urbano consolidado denominado de “7 DE SETEMBRO”, com 55 (cinquenta e cinco) lotes, caracterizado como de interesse social para fins de regularização fundiária (REURB-S).

CONSIDERANDO o atendimento dos requisitos legais e dos trâmites administrativos para a conclusão do processo de regularização fundiária do núcleo urbano consolidado denominado de “7 DE SETEMBRO” com 55 (cinquenta e cinco) lotes, e para aprovação do respectivo projeto de parcelamento do solo;

CONSIDERANDO, o que preconiza a Lei Federal 13.465 de 11 de julho de 2017, no que diz respeito à regularização fundiária de parcelamento do solo para núcleos urbanos consolidados até 22 de dezembro de 2016, e anteriores à lei 6.766/1979;

CONSIDERANDO, que a presente aprovação tem por finalidade regularizar o núcleo urbano já consolidado, permitindo assim, aos proprietários dos lotes já ocupados a possibilidade de receber Certificado de Regularização Fundiária de legitimação de posse e/ou legitimação fundiária;

CONSIDERANDO, que a presente aprovação permitirá a regularização dos cadastros dos imóveis integrantes do núcleo, junto ao Cadastro Imobiliário Municipal, departamento Integrante da Secretaria Municipal de Fazenda;

CONSIDERANDO, que a presente aprovação permitirá a devida e legal incorporação ao Patrimônio Público Municipal das áreas onde encontram-se os equipamentos públicos,

#### DECRETA

**Art. 1º** Fica declarada a conclusão do procedimento de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) do núcleo urbano consolidado denominado “7 DE SETEMBRO”, com 55 (cinquenta e cinco) lotes, objeto do Processo Administrativo nº 002/2019, nos termos do artigo 28, inciso V, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no âmbito do Programa de Regularização Fundiária do Município de Capitão Leônidas Marques, no Estado do Paraná, Lei Municipal nº 2.362, de 06 de dezembro de 2018, denominada “Regulariza Capitão”.

§ 1º O Núcleo Urbano consolidado “7 DE SETEMBRO”, que trata no caput desse artigo, compreende a área de 18.653,95m², do Lote Urbano nº 161-A-1-R-U-3, da Gleba nº 12, matrícula nº 20.310, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques.

§ 2º O Núcleo Urbano consolidado “7 DE SETEMBRO” que trata no caput deste artigo é composto por 01 (uma) Gleba, constituída no total de 55 (cinquenta e cinco) lotes, totalizando uma área de 12.521,76 m² (doze mil quinhentos e vinte e um e setenta e seis decímetros quadrados), considerando o projeto e memorial descritivo.

§ 3º O núcleo urbano informal que trata no caput deste artigo, esta implantado e integrado à cidade em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, conforme Lei Municipal nº 2.475 de 05 de agosto de 2020.

**Art. 2º** Fica aprovado do projeto de regularização fundiária e o projeto urbanístico do núcleo consolidado “7 DE SETEMBRO” com 55 (cinquenta e cinco) lotes, objeto do Processo Administrativo nº 002/2019, nos termos do artigo 30, inciso II, e ar go 40, inciso II, ambos da Lei Federal nº 13.465/2017.

**Art. 3º** Fica de Domínio Público do Município de Capitão Leônidas Marques, a área de 5.331,39 m² (cinco mil trezentos e trinta e um metros e trinta e nove decímetros quadrados), destinada às vias públicas de circulação existentes, compostas por ruas.

**Art. 4º** Fica de Domínio público do Município de Capitão Leônidas Marques, referente a “7 DE SETEMBRO” a área total de 800,80 m² (oitocentos metros e oitenta decímetros quadrados) compreendida com seu respectivo uso e localização, por Praça Lote nº 161-A-1-R-U-3-3/4, Gleba 12.

**Art. 5º** O parcelamento de solo proposto neste projeto de regularização fundiária, é somente para efeito do programa “Regulariza Capitão”, sendo que após o registro dos lotes no cartório competente, qualquer futura alteração oriunda de remembramento, desmembramento, ou retificação de áreas, deverá seguir o que estipula a Lei Municipal Complementar nº 004/2018, de 27 de dezembro de 2018 (Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques).

**Art. 6º** Fica estabelecido de acordo com os artigos 1, 2, 3 e 4 as tabelas de áreas fixadas nesse artigo:

QUADRO DE ÁREAS – 7 DE SETEMBRO			
DESCRIÇÃO		METRAGEM	%
Área total		18.653,95m²	100%
Área total parcelada		12.521,76 m²	67,12%
Área Sistema viário		5.331,39 m²	28,58%
Nº Gleba		01	
Nº Lotes		55	-
QUADRO ÁREAS PÚBLICAS			
DESCRIÇÃO		GLEBA	ÁREA
Praça	Lote nº 161-A-1-R-U-3-3/4	12	800,80 m²
			04,29%

**Art. 7º** Segue em anexo o memorial descritivo que contém a descrição de todos os lotes da Gleba 12, do Núcleo Urbano Consolidado denominado “7 DE SETEMBRO”:

LOTE 161-A-1-R-U-3-1/1 ÁREA=192,09m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/2 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/3 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/4 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/5 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/6 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/7 ÁREA=175,90m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-1/8 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-2/1 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-2/2 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-2/3 ÁREA=124,63m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/1 ÁREA=172,96m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/2 ÁREA=174,31m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/3 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/4 ÁREA=800,80m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/5 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/6 ÁREA=238,42m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/7 ÁREA=245,77m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/8 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/9 ÁREA=224,65m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-3/10 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/1 ÁREA=149,28m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/2 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/3 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/4 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/5 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/6 ÁREA=190,75m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/7 ÁREA=219,26m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/8 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/9 ÁREA=328,43m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/10 ÁREA=294,11m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/11 ÁREA=205,95m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/12 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/13 ÁREA=193,82m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/14 ÁREA=195,17m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/15 ÁREA=196,51m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/16 ÁREA=197,86m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/17 ÁREA=199,21m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-4/18 ÁREA=208,25m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/1 ÁREA=227,66m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/2 ÁREA=222,47m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/3 ÁREA=232,26m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/4 ÁREA=240,04m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/5 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/6 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/7 ÁREA=224,67m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/8 ÁREA=231,79m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/9 ÁREA=250,00m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/10 ÁREA=234,56m²

LOTE 161-A-1-R-U-3-5/11 ÁREA=233,01m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/12 ÁREA=235,70m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/13 ÁREA=253,14m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/14 ÁREA=261,34m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/15 ÁREA=269,50m²  
 LOTE 161-A-1-R-U-3-5/16 ÁREA=278,29m²

**Art. 8º** Fica autorizada a expedição da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) referente ao processo de regularização fundiária do núcleo urbano consolidado denominado “7 DE SETEMBRO” e posterior encaminhamento desta, juntamente com o projeto de regularização fundiária, o projeto urbanístico e o projeto de parcelamento aprovados neste Decreto, para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, nos termos dos Artigos 41 e 42 da Lei Federal nº 13.465/2017.

**Art. 9º** Fica autorizada a titulação dos beneficiários do processo de regularização fundiária aprovado por este Decreto, com emissão dos Títulos de Legitimação Fundiária, nos termos do Artigo 23 da Lei Federal, ou outro instrumento de titulação final dos beneficiários, conforme rol exemplificativo do Artigo 15 da referida Lei.

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR, em 27 de novembro de 2020.

**CLAUDIOMIRO QUADRI**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Cleuza Maria da Silva  
**Código Identificador:**86A4B08C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**TERMO ADITIVO Nº. 003/2020. PREGÃO PRESENCIAL N.º**  
**085/2019. CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 245/2019.**

Que entre si celebram. De um lado o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **CLAUDIOMIRO QUADRI**, em pleno exercício de seu mandato e funções e de outro lado a empresa **M. P. BAUER COMERCIO DE PAPELARIA LTDA - ME**, localizada na Av. Iguaçu, 229, Centro, Município Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.79-000, inscrita no CNPJ sob n.º 07.878.819/0001-03, neste ato representada legalmente por **MAURICIO PAULMICHEL BAUER** portador do CPF sob n.º 041.683.409-45. Fundamentando-se no artigo 65, inciso II, alínea d e § 1º, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:**

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 01 (um) mês, a partir de seu vencimento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:**

Fica prorrogada a vigência para até 25 de dezembro de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário, não modificadas por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2020.

**CLAUDIOMIRO QUADRI**  
 Prefeito Municipal

**M. P. BAUER COM. DE PAPELARIA LTDA - ME**  
 Contratada

**Publicado por:**  
 Adriana Thibes de Melo  
**Código Identificador:**058D0ED1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**  
**ADENDO DE RETIFICAÇÃO**

**ADENDO DE RETIFICAÇÃO**

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2020.**

**ONDE SE LÊ:**

Aquisição de pneus, novos, nacionais ou nacionalizados, ..... conforme descrição constantes do Anexo I e Termo de Referência/Solicitação 418/2020.

**LEIA-SE:**

Aquisição de pneus, novos, que atendam as normas técnicas brasileiras, com certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), Portaria INMETRO n.º 5, Norma INMETRO NIE-DQUAL-044, para atender as necessidades precípua da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição constantes do Anexo I e Termo de Referência/Solicitação 418/2020.

**OBS:** A alteração/adendo, deverá ser observada em todas as partes do edital em consideração em que faça menção da respectiva obrigatoriedade/exigência. Permanecem inalteradas as demais disposições deste certame.

**NOVA DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO**

**Justificativa:**

A data prevista para a realização da abertura da presente licitação será alterada tendo em vista afetar a formulação das propostas. Desta forma a modificação exige a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.

**Recebimento das propostas: até às 08:45 do dia 16/12/2020.**

**Início da sessão de Disputa de Preços: 09:00 do dia 16/12/2020.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**DIRCEU SILVIO TORMEM**  
 Pregoeiro

**Publicado por:**  
 Adriana Thibes de Melo  
**Código Identificador:**CC1F3678

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS**

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS**  
**E PATRIMÔNIO**

**TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 164/2020 -**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020 - PROCESSO Nº 199/2020**

TERMO DE SUPRESSÃO contratual que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Benedito Salles, 1060, Centro, inscrita no CNPJ/MF 76.965.789/0001-87, doravante denominado CONTRATANTE, sendo neste ato representado pelo Prefeito Municipal Hiroshi Kubo, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 839.181-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 089.767.919-91, residente e domiciliado em Carlópolis, Estado do Paraná, e a Empresa **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.570.342/0001-01, com sede a RUA FELIPE MIGUEL DE CARVALHO, 143, VILA FORMOSA, no município de TOMAZINA Paraná, CEP 84935000, Telefone:(43) 3547-2113, E-mai : audplan@hotmail.com, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor Dienaro Pietrobelli Dellai, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº- 7092127898 SSP, SJS IGP e CPF nº 064.839.239-29, têm justo e firmado entre si este TERMO, decorrente do CONTRATO Nº 164/2020 -TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente TERMO tem por objeto SUPRIMIR valores do contrato nº 164/2020, conforme relatório de medição apresentado pelo engenheiro responsável.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

Fica suprimido o valor de R\$ 6.338,46 (seis mil e trezentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), do contrato nº 164/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no **CONTRATO Nº 164/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020.**

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 02 de dezembro de 2020.

**HIROSHI KUBO**

Prefeito Municipal  
Contratante

**PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Contratada

**Publicado por:**

Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes  
**Código Identificador:**E5960625

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS  
E PATRIMÔNIO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
260/2019(PRAZO E VALOR) - PROCESSO DE DISPENSA Nº  
151/2019 - PROCESSO INTERNO Nº 307/2019**

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **LOCATÁRIO** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada por seu Prefeito Municipal Hiroshi Kubo, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 839.181-5- SSP/PR e inscrito no CPF nº 089.767.919-91 e de outro lado como **LOCADOR** o Senhor **FABIANO ALFHEU BARONE BARBOSA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 773.122.289-68, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.640.108-7 SSP-PR, domiciliado na Rua João Gervásio nº 623, Centro, Carlópolis, Estado do Paraná, CEP 86420000, que, ao final este subscrevem entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente aditivo tem por objeto a continuidade na prestação de serviço de locação de imóvel, localizado na Rua Jorge Barros nº 1638, Centro, para instalação física e funcionamento do Conselho Tutelar

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O valor mensal do aluguel passa de **R\$ 1.150,00 (um mil e cento e cinquenta reais) para R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)**, totalizando o presente aditivo o valor de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).**

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento do aluguel será feito em até 30 dias após a emissão da nota através de depósito na **Agência do Banco Itaú, Agência 3498 – Conta Corrente 02873-1, titular Keila Suzana Almeida de Oliveira.**

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA**

O presente Aditivo tem a vigência de 02 de dezembro de 2020 a 02 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 260/2020 e seus respectivos aditivos.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 01 de dezembro de 2020.

**HIROSHI KUBO**

Prefeito Municipal  
Locatário

**FABIANO ALFHEU BARONE BARBOSA**

Proprietário  
Locador

**Publicado por:**

Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes  
**Código Identificador:**06E0F48F

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS  
E PATRIMÔNIO**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2019  
(DILATAÇÃO DO PRAZO VIGÊNCIA E DO PRAZO DE  
EXECUÇÃO) TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019 –  
PROCESSO Nº 015/2019**

Aditivo contratual que entre si fazem o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Elson Soares, nº 769, Centro, inscrita no CNPJ/MF 11.601.116/0001-30, doravante denominado **CONTRATANTE**, sendo neste ato representado pela Presidente do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARLÓPOLIS**, Senhora Vivian Mariano da Silva Cuenca, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 71994384 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 036.532.099-43, residente e domiciliada em Carlópolis, Estado do Paraná, e a Empresa **L. FUJITA DE ALMEIDA CONSTRUÇÃO CIVIL & INCORPORADORA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **10.704.562/0001-70**, com sede a Rua Amandio Alferes, nº 672, Bairro Nova Tomazina, Município de Tomazina, Estado do Paraná – CEP 84.935-000, **Telefone: (43) 3563.1029 / 1417**, E-mail: **alvoradaconstrucaocivil@outlook.com**, neste ato representado pelo Senhor Márcio Inocêncio de Almeida, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 225.603.468-26 e RG nº 42.367.500-X SSP/SP, têm justo e firmado entre si este Contrato, decorrente da **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente aditivo tem por objeto dilatar o prazo de vigência e de execução do contrato nº 023/2019, cujo objeto é a contratação de empresa em regime de empreitada global objetivando a execução de obra para reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde, conforme projeto técnico, planilha de serviços e demais anexos, atendendo aos convênios 851751/17 e 857846/17, celebrado entre o Ministério da Saúde/Caixa Econômica Federal e o Fundo Municipal de Saúde, conforme memorial descritivo, BDI, planilha orçamentária e demais especificações e condições constantes do Edital, seus anexos e partes integrantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO**

Fica prorrogado o prazo de vigência e de execução do contrato e da obra, por mais 60 (sessenta dias), ou seja até 02 de fevereiro de 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no **CONTRATO Nº 023/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019 E DEMAIS ADITIVOS.**

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 02 de dezembro de 2020.

**VIVIAN MARIANO DA SILVA CUENCA**

Presidente – FMS  
Contratante

**L. FUJITA DE ALMEIDA CONSTRUÇÃO CIVIL &  
INCORPORADORA LTDA. - EPP**

Contratada

**HIROSHI KUBO**

Interveniente

Testemunhas:

Katia Keiko S. O. Fernandes  
RG nº 8.809.011-0 - SSP/PR

Nilton Douglas de Meira  
RG nº 4.946.732-0 SSP/PR

**Publicado por:**  
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes  
**Código Identificador:**EFEF4B6B

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS  
E PATRIMÔNIO  
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 149/2020  
PROCESSO INTERNO Nº 327/2020**

**SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços

**OBJETO:** Aquisição de materiais de decoração natalina, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços.

**VALOR CONTRATADO:** R\$ 9.880,80 (nove mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta centavos)

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, Inciso II da Lei de Licitações nº 8.666/93

**FORNECEDOR CONTRATADO:** W. C. MARTINS - ME – CNPJ Nº 04.258.006/0001-14

Fica ratificado o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme dados acima.

Carlópolis, 02 de dezembro de 2020.

**HIROSHI KUBO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Juliane de Souza Barbosa  
**Código Identificador:**95D7DC8D

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS  
E PATRIMÔNIO  
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2020  
PROCESSO INTERNO Nº 328/2020**

**SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**OBJETO:** Aquisição de panetões e caixas de mini wafers cobertos com chocolate (bis), para serem entregues aos participantes dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculo da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**VALOR CONTRATADO:** R\$ 1.768,50 (um mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, Inciso II da Lei de Licitações nº 8.666/93

**FORNECEDOR CONTRATADO:** IRMAOS ROCHA CARLOPOLENSE LTDA ME- ME – CNPJ Nº 11.310.312/0001-18

Fica ratificado o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme dados acima.

Carlópolis, 02 de dezembro de 2020.

**HIROSHI KUBO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Juliane de Souza Barbosa  
**Código Identificador:**B4096EC8

**DEPARTAMENTO PESSOAL  
PORTARIA Nº 148/2020 - DP**

SÚMULA: Dispõe sobre designação de funcionário efetivo e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLOPOLIS, SR. HIROSHI KUBO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** DESIGNAR, por conveniência administrativa e a bem do serviço público, o funcionário efetivo JESSE AUGUSTO LEITE, matrícula nº 1402-1, RG nº 10.290.752-3, Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer sua função junto à Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Obras Públicas, a partir de 03/12/2020.

**Art. 2º** Determinar ao Departamento de Pessoal as providências necessárias ao cumprimento da presente portaria.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se.  
Registre-se.  
Cumpra-se.

Carlópolis-PR, 02 de dezembro de 2020.

**HIROSHI KUBO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jayme Egivaldo Soares  
**Código Identificador:**C1F214F7

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**

**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
RESOLUÇÃO Nº 13/2020 - CMDCA**

Súmula: Convoca suplente para suprir Conselho Tutelar a vaga de Conselheiro Tutelar.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal nº 96/2019 de 26/02/2019, e,

Considerando a necessidade das Férias dos Conselheiros Tutelares;

Considerando o resultado da eleição para Conselheiros Tutelares, ocorrida em 06 de outubro de 2019.

**RESOLVE,**

**Art. 1º** – Convocar a Conselheira Tutelar Suplente **LUCIA TIESEN DE MATTOS**, para que compareça na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito a Avenida Kennedy, n.º 500, Centro, anexo a Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo de 05 dias úteis a contar da data da publicação deste edital, para assumir a vaga, em caráter temporário, de Conselheira Tutelar Titular, a partir da data de 11 de janeiro de 2021.

**Art. 2º** – Essa convocação se finda com o fim das férias dos Conselheiros Tutelares Titulares, voltando a convocada para condição de suplente.

**Art. 3º** – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Catanduvas/PR, 02 de dezembro de 2020.**

**LARISSA RADEL DOLOSKI**  
Presidente do CMDCA

**Publicado por:**  
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)  
**Código Identificador:**0B50579A

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**DECRETO Nº 358/2020**

**SÚMULA:** Aprova unificação dos lotes 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) da quadra 02, Loteamento Residencial Jardim Bela Itália, nesta cidade e comarca.

LUIZ NICACIO, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**DECRETA:**

**ARTIGO 1º** - Aprova unificação dos lotes 25, medindo 216,00m<sup>2</sup> e 26, medindo 216,00m<sup>2</sup>, passando o lote resultado da unificação a ter a seguinte denominação, confrontações, medidas e divisas:

**Lote 26-A** - Pela frente medindo 18,00m, confronta com a Rua A; pelo lado direito medindo 24,00m, confronta com o lote 24; pelo fundo medindo 18,00m, confronta com os lotes 50 e 51 e pelo lado esquerdo medindo 24,00m, confronta com a Rua D, totalizando a área de 432,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), conforme planta geral desta cidade.

**ARTIGO 2º** - O projeto de unificação a que se refere este decreto foi aprovado pela Secretaria Administrativa.

**ARTIGO 3º** - É declarado edificável o lote 26-A da quadra 02 (dois), loteamento Residencial Jardim Bela Itália, nesta cidade.

Centenário do Sul, 30 Novembro de 2020

**LUIZ NICACIO**  
Prefeito Municipal

**PUBLIQUE-SE**

**Publicado por:**  
Wanucci Lopes dos Santos  
**Código Identificador:**C8CBD05A

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**DECRETO Nº 359/2020**

**SÚMULA:** Aprova subdivisão do lote 26-A da quadra 02, Loteamento Bela Itália nesta cidade.

LUIZ NICACIO, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**DECRETA:**

**ARTIGO 1º** - Aprova subdivisão de uma área de terras medindo 432,00m<sup>2</sup>(quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), constantes da(o) 26-A (vinte e seis A) da quadra 02 (dois), a ficar com as seguintes medidas, divisas e confrontações:

**Lote 26-A-1** - Pela frente medindo 12,00m, confronta com a Rua D; pelo lado direito medindo 18,00m, confronta com a Rua A; pelo fundo medindo 12,00m, confronta com o lote 24; e pelo lado esquerdo medindo 18,00m, confronta com o lote 26-A-2, totalizando a área de 216,00m<sup>2</sup> (duzentos e dezesseis metros quadrados).

**Lote 26-A-2** - Pela frente medindo 12,00m, confronta com a Rua D; pelo lado direito medindo 18,00m, confronta com o lote 26-A-1; pelo fundo medindo 12,00m, confronta com o lote 24; e pelo lado esquerdo medindo 18,00m, confronta com os lotes 50 e 51, totalizando a área de 216,00m<sup>2</sup> (duzentos e dezesseis metros quadrados).

**ARTIGO 2º** - São declarados edificáveis os lotes 26-A-1 e 26-A-2 da quadra 02, Loteamento Residencial Jardim Bela Itália neste município e comarca.

Centenário do Sul, 30 Novembro de 2020

**LUIZ NICACIO**  
Prefeito Municipal

**PUBLIQUE-SE**

**Publicado por:**  
Wanucci Lopes dos Santos  
**Código Identificador:**7F648F09

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**DECRETO Nº 363/2020**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL,**  
**ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE**  
**LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:**

**DECRETA:**

**ARTIGO 1º** - Declara deserta o Processo Licitatório n.º 78/2020 - Inexigibilidade n.º 11/2020, chamamento público, de acordo com o Art. 24, inciso V, parágrafo 3.º da Lei n.º 8666/93.

**ARTIGO 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas no ato todas as disposições contrárias.

Centenário do Sul, 2 dezembro de 2020.

**LUIZ NICACIO**  
Prefeito Municipal

**PUBLIQUE-SE**

**Publicado por:**  
Wanucci Lopes dos Santos  
**Código Identificador:**5D5D47FD

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL**

**SECRETARIA GOVERNO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2020-**  
**UASG 987501**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL-PR, torna público para conhecimento dos interessados, que de acordo com a Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar Federal 123/2006 alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Federais 3.555/2000, 10.024/2019 e 7.892/2013, Lei Federal 8.666/1993 e respectivas alterações e demais legislação correlata avisa aos interessados que fará realizar no dia **16 de dezembro de 2020**, às 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço POR ITEM, que tem por:

**Objeto da Licitação:**Aquisição de 01 (um) caminhão caçamba basculante 6X4, (novo, 0 Km) com recursos do convênio nº 889972/2019 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, especialmente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

**Valor Máximo:** R\$ **421.000,00**(quatrocentos e vinte um mil reais). O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos dias úteis, pode ser visualizado na íntegra no site: [www.cerroazul.pr.gov.br](http://www.cerroazul.pr.gov.br), através do site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou fornecido através de solicitação pelo e-mail: [licitacoescerroazulpm@gmail.com](mailto:licitacoescerroazulpm@gmail.com). Maiores informações no endereço acima ou pelo Fone: (41) 3662-1222.

Cerro Azul/PR, 02 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**2C42B70D

**SECRETARIA GOVERNO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO**  
**LICITATÓRIO - CARTA CONVITE Nº 001/2020**

O Prefeito Municipal, Patrik Magari, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 10.024/2019 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Presidente da CPL e sua equipe de apoio, resolve **Homologar** a presente licitação na modalidade Carta Convite nº **001/2020**, objeto a Contratação de empresa para fornecimento de Cestas Natalinas para distribuir aos servidores ativos e inativos conforme Lei Municipal nº 038/2005 com suas especificações constantes no edital **Carta Convite nº 001/2020** e seus anexos do certame.

Em favor da empresa:

**WALTER LUCIO - CNPJ: Nº 04.262.074/0001-57** - Valor total de R\$ 39.372,00 (trinta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais).

Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em 02 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**A4E77B47

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 564/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS E**  
**ADIANTAMENTOS**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Agricultura, LUIZ ANTONIO PAULUS, o valor correspondente a 01 (uma) diária para pagamento de despesas de com viagem a Curitiba, para buscar sementes de milho em Madirituba, no dia 30 de novembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de novembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**C71B075F

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 565/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS E**  
**ADIANTAMENTOS.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Funcionário Público Municipal, AMBROSIO ZABLOSKI, o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) título de

adiantamento para pagamento de despesas com viagem até CURITIBA, para enviar coletas de covid-19 em São José dos Pinhais no dia 30 de novembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 30 de novembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**6119B6AD

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 566/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS E**  
**ADIANTAMENTOS.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Prefeito Municipal de Cerro Azul, Senhor PATRIK MAGARI, 01 (uma) diária para pagamento de despesas com viagens até Curitiba para cumprir agenda no dia 01 de dezembro na Secretaria de Estado de Educação e na Comec.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 30 de novembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**2C95A3E0

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 567/2020. CONCESSÃO DE DIÁRIAS E**  
**ADIANTAMENTOS.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Funcionário Público Municipal, WILIANS TIBLIER, o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) a título de adiantamento, para pagamento de despesas com viagem até Curitiba, nos dias 30 de novembro 01 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 30 de novembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal



**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**E53C3C88

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 568/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIARIAS E**  
**ADIANTAMENTOS.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Funcionário Público Municipal, ROGÉRIO DA SILVA GODOY, o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) a título de adiantamento, para pagamento de despesas com viagem até Curitiba a serviço do gabinete, no dia 01 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**DF8444F9

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 569/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS E**  
**ADIANTAMENTOS**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Agricultura, LUIZ ANTONIO PAULUS, o valor correspondente a 01 (uma) diária para pagamento de despesas de com viagem até o Município de Colombo, em visita técnica junto ao Centro de Referência em Agroecologia, no dia 02 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**B1846A7F

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 570/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIARIAS E**  
**ADIANTAMENTOS**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Funcionário Público Municipal, Márcio Santos, o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) a título de adiantamento, para pagamento de despesas com viagens até o Município de Tunas do Paraná, para realizar serviços da associação Vida Verde, no dia 02 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 02 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**BC0FE351

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 571/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIARIAS E**  
**ADIANTAMENTOS.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Prefeito Municipal de Cerro Azul, Senhor PATRIK MAGARI, a título de adiantamento o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para pagamento de pequenas despesas de pronto pagamento do Gabinete.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 02 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**C495E9C9

**SECRETARIA GOVERNO**  
**PORTARIA Nº 572/2020. AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS E**  
**ADIANTAMENTOS.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 03/2002, alterada pela Lei nº 022/2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Funcionário Público Municipal, JOSÉ ANTONIO MATEUS, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) título de adiantamento para pagamento de despesas de alimentação com deslocamento até o Município de presidente Prudente, em acompanhamento à família vulnerável, acolhida no Abrigo Municipal no dia 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 02 de dezembro de 2020.

**PATRIK MAGARI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Regina Céli Lopes Golinelli  
**Código Identificador:**051DD0CE

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 270/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	270/2020				
<b>Contratado:</b>	STEPHANI CARVALHO REIS DE CASTILHO INDUSTRIA E COMERCIO				
<b>CNPJ/CPF:</b>	33.887.039/0001-21	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	58.605,00				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**6FE4522E

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 271/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	271/2020				
<b>Contratado:</b>	P&M COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTO				
<b>CNPJ/CPF:</b>	36.417.713/0001-00	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	71.516,30				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**AA1DAAAE

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 272/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	272/2020				
<b>Contratado:</b>	SHIGEMOTO & CIA LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	28.787.127/0001-11	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	869,60				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**DBE9140A

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 275/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	275/2020				
<b>Contratado:</b>	TALITHA A. DA S. GIROTTTO				

<b>CNPJ/CPF:</b>	18.880.763/0001-30			<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	9.003,70				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**6C4CF7F1

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 276/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	276/2020				
<b>Contratado:</b>	BELINKI E SOUZA LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	08.831.603/0001-47	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	102.919,80				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**2631EC6D

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 277/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	277/2020				
<b>Contratado:</b>	FAMAHA - Comercio de Material de Informática Ltda.				
<b>CNPJ/CPF:</b>	07.734.851/0001-07	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	3.995,50				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**8C4FADFA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 278/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	278/2020				
<b>Contratado:</b>	BATERIAS CHAPECO LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	19.038.316/0001-09	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	13.940,00				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**EF02F164

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 279/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	279/2020			
<b>Contratado:</b>	MARCOS AURELIO COLLACO			
<b>CNPJ/CPF:</b>	81.431.777/0001-02	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	5.190,00			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**611C727D

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 280/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	280/2020			
<b>Contratado:</b>	J. L. MARTINS - INFORMATICA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	23.186.928/0001-08	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	13.983,40			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**CA3209C9

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 281/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	281/2020			
<b>Contratado:</b>	SIMONE DA MAIA PAVAO			
<b>CNPJ/CPF:</b>	26.289.638/0001-88	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	13.780,00			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**6BB1E5C5

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 282/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	282/2020			
<b>Contratado:</b>	Boing Comércio atacadista de Materiais Ltda. ME			
<b>CNPJ/CPF:</b>	21.189.579/0001-52	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	2.335,60			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**7DCE6E2A

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 283/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	283/2020			
<b>Contratado:</b>	CMK AUTOMAÇÃO COMERCIAL EIRELI			
<b>CNPJ/CPF:</b>	22.416.068/0002-70	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	4.828,50			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**F8BB4866

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 284/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	284/2020			
<b>Contratado:</b>	LIDERANCA COMERCIO DE PAPEIS LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	10.540.204/0001-79	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	18.137,50			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**82F7467C

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 285/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	285/2020			
<b>Contratado:</b>	Dicapel Papeis e Embalagens Ltda. (Filial)			
<b>CNPJ/CPF:</b>	83.413.591/0003-18	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	46.837,50			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**95684400

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 286/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Termo de Contrato			
<b>Nº Contrato:</b>	286/2020			
<b>Contratado:</b>	BARCELLOS, BARROS & LYDIA LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	32.193.008/0001-08	<b>Fundamento Legal:</b>	8666	
<b>Nº Licitação:</b>	55/2020	<b>Nº Processo:</b>	136/2020	<b>Modalidade:</b> Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CONSULTAS ESPECIALIZADAS, destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS.			
<b>Data da Assinatura:</b>	13/11/2020			
<b>Valor:</b>	245.760,00			
<b>Vigência:</b>	13/11/2020 a 12/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**3C20A632

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 287/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Termo de Contrato			
<b>Nº Contrato:</b>	287/2020			
<b>Contratado:</b>	UROLITOCLINICA LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	04.253.915/0001-60	<b>Fundamento Legal:</b>	8666	
<b>Nº Licitação:</b>	56/2020	<b>Nº Processo:</b>	137/2020	<b>Modalidade:</b> Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS.			
<b>Data da Assinatura:</b>	16/11/2020			
<b>Valor:</b>	360.240,00			
<b>Vigência:</b>	16/11/2020 a 15/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**661712E0

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 288/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Termo de Contrato			
<b>Nº Contrato:</b>	288/2020			
<b>Contratado:</b>	CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUDOESTE LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	81.271.348/0001-15	<b>Fundamento Legal:</b>	8666	
<b>Nº Licitação:</b>	57/2020	<b>Nº Processo:</b>	138/2020	<b>Modalidade:</b> Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À DIAGNOSE E TERAPIA (SADT), destinado ao atendimento aos usuários oriundos dos municípios consorciados ao CONIMS.			
<b>Data da Assinatura:</b>	23/11/2020			
<b>Valor:</b>	46.320,00			
<b>Vigência:</b>	23/11/2020 a 22/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**6C01E323

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 289/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Termo de Contrato			
<b>Nº Contrato:</b>	289/2020			
<b>Contratado:</b>	EPIGEO SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	35.617.632/0001-83	<b>Fundamento Legal:</b>	8666	
<b>Nº Licitação:</b>	58/2020	<b>Nº Processo:</b>	140/2020	<b>Modalidade:</b> Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa para disponibilização de plataforma em formato web capaz de realizar o acompanhamento dos casos de covid 19 e de áreas territoriais municipais propícias a proliferação do mosquito aedes aegypti, causador de arboviroses como a dengue, zika e chikungunya.			
<b>Data da Assinatura:</b>	25/11/2020			
<b>Valor:</b>	216.600,00			
<b>Vigência:</b>	25/11/2020 a 24/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**4F959013

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 290/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Termo de Contrato			
<b>Nº Contrato:</b>	290/2020			
<b>Contratado:</b>	ESTER GASPAR DE ARAUJO - SERVICOS MEDICOS LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	36.561.135/0001-73	<b>Fundamento Legal:</b>	8666	
<b>Nº Licitação:</b>	60/2020	<b>Nº Processo:</b>	143/2020	<b>Modalidade:</b> Inexigibilidade de

				licitação
<b>Objeto:</b>	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS NA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.			
<b>Data da Assinatura:</b>	25/11/2020			
<b>Valor:</b>	153.600,00			
<b>Vigência:</b>	25/11/2020 a 24/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**91FAC57C

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 001/2020 -  
CONTRATO N.º 211/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	211/2019	Aditivo:	1		
Contratado:	UNIDADE DE TERAPIA RENAL DE PATO BRANCO LTDA				
CNPJ/CPF:	78.671.641/0001-65	Fundamento Legal:			
Nº Licitação:	45/2019	Nº Processo:	98/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Alteração da vigência contratual.				
Data do Aditivo:	04/11/2020				
Valor:	76.000,00				
Vigência:	11/11/2019 a 10/11/2021		Nova data final do contrato:	10/11/2021	

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**402CF342

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 001/2020 -  
CONTRATO N.º 217/2019**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato			
<b>Nº Contrato:</b>	217/2019	<b>Aditivo:</b> 1		
<b>Contratado:</b>	GBV CONSULTORIO MEDICO S/S			
<b>CNPJ/CPF:</b>	11.914.466/0001-19	<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	50/2019	<b>Nº Processo:</b>	104/2019	<b>Modalidade:</b> Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Alteração da vigência contratual.			
<b>Data do Aditivo:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	32.400,00			
<b>Vigência:</b>	21/11/2019 a 20/11/2021	<b>Nova data final do contrato:</b>	20/11/2021	

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**A8183F4F

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 005/2020 -  
CONTRATO N.º 160/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	160/2019	Aditivo:	5		
Contratado:	P. F. G. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA				
CNPJ/CPF:	20.438.684/0001-15		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	26/2019	Nº Processo:	61/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de exames.				
Data do Aditivo:	04/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	17/07/2019 a 17/07/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**94DB6B8A

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 018/2020 -  
CONTRATO N.º 207/2018**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	207/2018	<b>Aditivo:</b>	18
<b>Contratado:</b>	INSTITUTO MÉDICO NOSSA VIDA DE CORONEL VIVIDA		
<b>CNPJ/CPF:</b>	17.340.842/0001-95	<b>Fundamento Legal:</b>	

Nº Licitação:	58/2018	Nº Processo:	110/2018	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de procedimento.				
Data Aditivo:	04/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	05/11/2018 a 05/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**EC71D241

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 009/2020 -  
CONTRATO N.º 185/2018**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	185/2018	Aditivo:	9		
Contratado:	CLÍNICA BEVILAQUA LTDA				
CNPJ/CPF:	15.681.491/0001-50	Fundamento Legal:			
Nº Licitação:	52/2018	Nº Processo:	91/2018	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Exclusão de profissional.				
Data do Aditivo:	04/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	17/09/2018 a 17/09/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**BF10ADD6

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 -  
CONTRATO N.º 180/2018**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	180/2018	Aditivo:	3		
Contratado:	C.DALASTRA - ME				
CNPJ/CPF:	23.166.097/0001-02		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	50/2018	Nº Processo:	83/2018	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de item.				
Data Aditivo:	04/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	29/08/2018 a 29/08/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**B391E2AE

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 004/2020 -  
CONTRATO N.º 040/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Valor (Supressão) - Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	40/2020	<b>Aditivo:</b>	4		
<b>Contratado:</b>	A G KIENEN & CIA LTDA - EPP				
<b>CNPJ/CPF:</b>	82.225.947/0001-65	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	44/2019	<b>Nº Processo:</b>	115/2019	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	EXCLUSAO DE ITEM - 599				
<b>Data Aditivo:</b>	05/11/2020				
<b>Valor:</b>	29.828,70				
<b>Vigência:</b>	21/03/2020 a 21/03/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**99EE6EE8

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 -  
CONTRATO N.º 047/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Valor (Acréscimo) - Ata de Registro de Preço		
<b>Nº Contrato:</b>	47/2020	<b>Aditivo:</b>	3
<b>Contratado:</b>	ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		
<b>CNPJ/CPF:</b>	20.590.555/0001-48	<b>Fundamento</b>	

Nº Licitação:	44/2019	Nº Processo:	115/2019	Modalidade:	Pregão eletrônico
Objeto:	INCLUSÃO DE ITEM - 599				
Data Aditivo:	05/11/2020				
Valor:	39.844,00				
Vigência:	21/03/2020 a 21/03/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**A1B4E8E4

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 -  
CONTRATO N.º 161/2018**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	161/2018	<b>Aditivo:</b>	3		
<b>Contratado:</b>	VIAÇÃO SAN GENARO LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	78.554.458/0001-80		<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	13/2018	<b>Nº Processo:</b>	46/2018	<b>Modalidade:</b>	Pregão presencial
<b>Objeto:</b>	Inclusão de veículo.				
<b>Data do Aditivo:</b>	06/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	02/08/2018 a 02/08/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**314A1ED8

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 006/2020 -  
CONTRATO N.º 160/2019**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	160/2019	<b>Aditivo:</b>	6		
<b>Contratado:</b>	P. F. G. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	20.438.684/0001-15	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	26/2019	<b>Nº Processo:</b>	61/2019	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de exame.				
<b>Data do Aditivo:</b>	11/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	17/07/2019 a 17/07/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**E677DDE1

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 001/2020 -  
CONTRATO N.º 212/2020**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	212/2020	<b>Aditivo:</b>	1		
<b>Contratado:</b>	Centro Médico Integrado do Sudoeste Ltda				
<b>CNPJ/CPF:</b>	07.687.694/0001-26	<b>Fundamento Legal:</b>	8666		
<b>Nº Licitação:</b>	47/2020	<b>Nº Processo:</b>	120/2020	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de procedimentos.				
<b>Data do Aditivo:</b>	11/11/2020				
<b>Valor:</b>	110.241,12				
<b>Vigência:</b>	29/09/2020 a 28/09/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**E193FC65

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 002/2020 -  
CONTRATO N.º 068/2020**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Valor (Supressão) - Ata de Registro de Preço		
Nº Contrato:	68/2020	Aditivo:	2
Contratado:	GEORGINI PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI		

<b>CNPJ/CPF:</b>	10.596.721/0001-60	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	44/2019	<b>Nº Processo:</b>	115/2019
<b>Objeto:</b>	EXCLUSÃO DE ITEM - 528	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Data do Aditivo:</b>	12/11/2020		
<b>Valor:</b>	0,00		
<b>Vigência:</b>	21/03/2020 a 21/03/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**3401DC00

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 005/2020 -**  
**CONTRATO N.º 041/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Valor (Acréscimo) - Ata de Registro de Preço		
<b>Nº Contrato:</b>	41/2020	<b>Aditivo:</b>	5
<b>Contratado:</b>	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA		
<b>CNPJ/CPF:</b>	02.816.696/0001-54	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	44/2019	<b>Nº Processo:</b>	115/2019
<b>Objeto:</b>	INCLUSÃO DE ITEM - 528	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Data do Aditivo:</b>	12/11/2020		
<b>Valor:</b>	30.450,00		
<b>Vigência:</b>	21/03/2020 a 21/03/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**5209A08A

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 001/2020 -**  
**CONTRATO N.º 201/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	201/2020	<b>Aditivo:</b>	1
<b>Contratado:</b>	ANY SUZAN BACCHI		
<b>CNPJ/CPF:</b>	23.048.288/0001-70	<b>Fundamento Legal:</b>	8666
<b>Nº Licitação:</b>	41/2020	<b>Nº Processo:</b>	108/2020
<b>Objeto:</b>	Ampliação dos horários.	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Data do Aditivo:</b>	12/11/2020		
<b>Valor:</b>	10.512,00		
<b>Vigência:</b>	10/09/2020 a 09/09/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**1FD55328

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 001/2020 -**  
**CONTRATO N.º 243/2019**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	243/2019	<b>Aditivo:</b>	1
<b>Contratado:</b>	TIGRÃO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA		
<b>CNPJ/CPF:</b>	79.127.569/0001-72	<b>Fundamento Legal:</b>	8666
<b>Nº Licitação:</b>	13/2019	<b>Nº Processo:</b>	107/2019
<b>Objeto:</b>	Alteração da vigência contratual.	<b>Modalidade:</b>	Dispensa de licitação
<b>Data do Aditivo:</b>	16/11/2020		
<b>Valor:</b>	12.960,00		
<b>Vigência:</b>	25/11/2019 a 25/11/2021	<b>Nova data final do contrato:</b>	25/11/2021

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**7F7413C6

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 002/2020 -**  
**CONTRATO N.º 214/2018**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	214/2018	<b>Aditivo:</b>	2
<b>Contratado:</b>	EDITORA JURITI LTDA		

<b>CNPJ/CPF:</b>	80.192.081/0001-08	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	37/2018	<b>Nº Processo:</b>	106/2018
<b>Objeto:</b>	Retificação do período de execução.	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Data do Aditivo:</b>	17/11/2020		
<b>Valor:</b>	0,00		
<b>Vigência:</b>	04/01/2019 a 21/11/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**98CB03B0

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 -**  
**CONTRATO N.º 226/2017**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	226/2017	<b>Aditivo:</b>	3
<b>Contratado:</b>	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CHOPINZINHO LTDA - ME		
<b>CNPJ/CPF:</b>	06.193.840/0001-02	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	117/2017	<b>Nº Processo:</b>	184/2017
<b>Objeto:</b>	Retificação do período de execução.	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Data do Aditivo:</b>	17/11/2020		
<b>Valor:</b>	0,00		
<b>Vigência:</b>	16/01/2018 a 26/11/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**D3606A25

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 006/2020 -**  
**CONTRATO N.º 224/2017**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	224/2017	<b>Aditivo:</b>	6
<b>Contratado:</b>	ZUCONELLI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME		
<b>CNPJ/CPF:</b>	10.638.745/0001-34	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	115/2017	<b>Nº Processo:</b>	182/2017
<b>Objeto:</b>	Retificação do período de execução.	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Data do Aditivo:</b>	19/11/2020		
<b>Valor:</b>	0,00		
<b>Vigência:</b>	09/01/2018 a 28/12/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**28A6DD06

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 -**  
**CONTRATO N.º 015/2018**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	15/2018	<b>Aditivo:</b>	3
<b>Contratado:</b>	AMARAL E CHIAMOLERA CLINICA MEDICA LTDA		
<b>CNPJ/CPF:</b>	09.628.051/0001-37	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	5/2018	<b>Nº Processo:</b>	6/2018
<b>Objeto:</b>	Retificação do período de execução.	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Data do Aditivo:</b>	17/11/2020		
<b>Valor:</b>	0,00		
<b>Vigência:</b>	31/01/2018 a 31/03/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**C2234F94

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 009/2020 -**  
**CONTRATO N.º 144/2017**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
<b>Nº Contrato:</b>	144/2017	<b>Aditivo:</b>	9
<b>Contratado:</b>	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO LUCAS LTDA.		
<b>CNPJ/CPF:</b>	79.845.608/0001-77	<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	69/2017	<b>Nº Processo:</b>	111/2017
<b>Objeto:</b>		<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação

<b>Objeto:</b>	Inclusão de exames.
<b>Data do Aditivo:</b>	19/11/2020
<b>Valor:</b>	0,00
<b>Vigência:</b>	22/08/2017 a 22/08/2021

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**C252656E

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 009/2020 -  
CONTRATO N.º 141/2017**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	141/2017	<b>Aditivo:</b>	9		
<b>Contratado:</b>	JOAO MICHELS FREIRE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/S - EPP				
<b>CNPJ/CPF:</b>	82.471.251/0001-19	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	66/2017	<b>Nº Processo:</b>	107/2017	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de exames.				
<b>Data do Aditivo:</b>	19/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	18/08/2017 a 18/08/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**9DF10988

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 007/2020 -  
CONTRATO N.º 160/2019**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	160/2019	<b>Aditivo:</b>	7		
<b>Contratado:</b>	P. F. G. LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	20.438.684/0001-15	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	26/2019	<b>Nº Processo:</b>	61/2019	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de exames.				
<b>Data do Aditivo:</b>	19/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	17/07/2019 a 17/07/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**9307F858

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 -  
CONTRATO N.º 214/2018**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	214/2018	Aditivo:	3		
Contratado:	EDITORA JURITI LTDA				
CNPJ/CPF:	80.192.081/0001-08	Fundamento Legal:			
Nº Licitação:	37/2018	Nº Processo:	106/2018	Modalidade:	Pregão eletrônico
Objeto:	Alteração da vigência contratual.				
Data do Aditivo:	19/11/2020				
Valor:	36.900,00				
Vigência:	04/01/2019 a 21/11/2021	Nova data final do contrato:	21/11/2021		

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**03962541

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 004/2020 -  
CONTRATO N.º 226/2017**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	226/2017	<b>Aditivo:</b>	4		
<b>Contratado:</b>	CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CHOPINZINHO LTDA - ME				
<b>CNPJ/CPF:</b>	06.193.840/0001-02	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	117/2017	<b>Nº Processo:</b>	184/2017	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Alteração da vigência contratual				

<b>Data do Aditivo:</b>	24/11/2020		
<b>Valor:</b>	29.250,00		
<b>Vigência:</b>	16/01/2018 a 26/11/2021	<b>Nova data final do contrato:</b>	26/11/2021

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**4370037B

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 005/2020 -  
CONTRATO N.º 096/2017**

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	96/2017	<b>Aditivo:</b>	9		
<b>Contratado:</b>	BELUSSO E GEOVANELLI LTDA - ME - MATRIZ				
<b>CNPJ/CPF:</b>	13.222.986/0001-96	<b>Fundamento Legal:</b>			
<b>Nº Licitação:</b>	37/2017	<b>Nº Processo:</b>	75/2017	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de exames.				
<b>Data do Aditivo:</b>	27/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	25/07/2017 a 25/07/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**5C47AAD2

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2020**

**CONTRATAÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS Nº 24/2020**  
**CONTRATADA: ANA CAMILA GOMES CABEÇO - ME**

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Bens e/ou Serviços nº 24/2020, em 04 de Novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**277B8B0A

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2017**

**CONTRATAÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS Nº 9/2017**  
**CONTRATADA: CLÍNICA DE SAÚDE MENTAL DR. FERNANDO AZAMBUJA LTDA**

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Bens e/ou Serviços nº 9/2017, em 06 de Novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**20E10C59

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 181/2017**

**CONTRATAÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS Nº 181/2017**  
**CONTRATADA: TIAGO CHAVES WAINBERG EIRELI**

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Bens e/ou Serviços nº 181/2017, em 09 de Novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**F3C33DE3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
1º TERMO DE ADITAMENTO 436-2019 - MV SISTEMAS  
LTDA**

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 436/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: MV Sistemas Ltda. CNPJ: 91.879.544/0001-20. Objeto: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato, reequilíbrio econômico financeiro, bem como a troca da Gestão e Fiscalização do Contrato. Novo Prazo: 12/12/2021. Valor do Aditamento: R\$ 95.297,88 (noventa e cinco mil,

duzentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos). Origem: Pregão Presencial nº 34/2019. Fundamento Legal: Artigos 57 e 65 da Lei Federal 8.666/1993. Data da assinatura: 11/11/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Neli Alves Magnus, pela Empresa.

**Publicado por:**  
Roberto Alencar Przendziuk  
**Código Identificador:**7FBB6FE8

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2º TERMO DE ADITAMENTO 431-2019 - IMPRENSA NACIONAL

Espécie: Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 431/2019. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Imprensa Nacional. CNPJ: 04.196.645/0001-00. Objeto: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato. Novo prazo: 03/06/2021. Valor: R\$ 11.828,32. Origem: Inexigibilidade de Licitação 38/2019. Fundamento Legal: Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93. Data da assinatura: 27/11/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Marlei Vitorino da Silva pela Contratada.

**Publicado por:**  
Roberto Alencar Przendziuk  
**Código Identificador:**0D718FCB

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 320-2020 - DL 49-2020

Espécie: Extrato do Contrato nº 320/2020. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Dalpiva & Giese Ltda. CNPJ: 10.674.762/0001-27. Objeto: Contratação de Empresa para Aquisição de Aparelhos Celulares. Valor R\$ 3.320,00 (três mil e trezentos e vinte reais). Origem: Dispensa de Licitação nº 49/2020. Fundamento Legal: Artigo 24 da Lei 8.666/93. Elemento de despesa: (1912, 1913, 2034) FONTE: 939, 943, 1019. Data da assinatura 03/11/2020. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Letícia Dalpiva e Solano Matias Giese, pela Empresa.

**Publicado por:**  
Roberto Alencar Przendziuk  
**Código Identificador:**59727910

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PE 100-2020

#### HOMOLOGAÇÃO

#### REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Eletrônico Nº 100/2020

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento, que apuraram o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Item - Compras nº 100/2020, de 06/11/20, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Dênis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R\$
M. H. M. DO COUTO - COMERCIAL - ME	7.980,00
TOTAL HOMOLOGADO	7.980,00

Que apresentou o Menor Preço Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 30/11/20.

**ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO**

Prefeito

**Publicado por:**  
Roberto Alencar Przendziuk  
**Código Identificador:**C95B3E65

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO PE 100-2020

Extrato do Contrato do Pregão Eletrônico nº 100/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE CI-RURGIA CAF (BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA). VIGÊNCIA: 12 meses. DO PRAZO, FORMA, LOCAIS DE PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO: Deverá ser entregue o quantitativo total dos produtos com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Requisição - Pedido de Empenho. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.02.103010016.1.023.4.4.90.52 (1760/F500). GESTORES: Danieli Fontana Sutile Tardetti Machado. Contrato nº 344/2020 Partes: Município de Chopinzinho e M.H.M. DO COUTO - COMERCIAL, Valor Total estimado R\$ 7.980,00.

Chopinzinho-PR, 30 de novembro de 2020.

**ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO**  
Prefeito.

**Publicado por:**  
Roberto Alencar Przendziuk  
**Código Identificador:**C1975E68

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

#### GABINETE DA PREFEITA LEI Nº 1551/2020

Denomina Centro Municipal De Educação Infantil De "Maria Magdalena Chiquim Pavin", Conforme Especifica.

Art. 1º Fica denominado de "MARIA MAGDALENA CHIQUIM PAVIN", o CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil, localizado na Rua Campo Largo nº 318, Bairro Guaraituba, município de Colombo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 2 de dezembro de 2020.

**IZABETE CRISTINA PAVIN**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Susane Aparecida de Souza Ferreira  
**Código Identificador:**4B98E20B

#### GABINETE DA PREFEITA PORTARIA Nº 671/2020

#### PORTARIA Nº 671/2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### RESOLVE:

I - Designar a Servidora Pública Municipal **Débora Cristina Barreto**, RG nº 13.959.030-9, para atuar como Fiscal dos Contratos nº551 á 554 de 2020, Processo Licitatório Tomada de Preços nº 027/2020, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma e ampliação na Escola Municipal Antonio André Johnsson, Jardim das Graças, Cristovão Colombo e João Batista Stocco, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Colombo.

Dê-se publicidade,

**Paço Municipal de Colombo, Em 27 de novembro de 2020.**



**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**80A03450**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 673/2020****PORTARIA Nº 673/2020**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e conforme solicitação do Memorando nº 643/2020 SMS,

**RESOLVE:**

I - **Designar**, os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para constituírem a Comissão para credenciamento de Médicos, processo administrativo nº 25561/2020 :

Humberto Ramon Blanco Rodriguez-RG 9.797.239-7- PRESIDENTE  
Tathiane dos Santos - RG 88335414 - MEMBRO  
Wellington Antonio Moretti - RG 079756075 - MEMBRO

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se publicidade,

**Paço Municipal de Colombo Em 01 de dezembro de 2020.**

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**3D68DF4C**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 672/2020****PORTARIA Nº 672/2020**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

I - Designar a Servidora Pública Municipal **Juliana Gleice Beraldo Cavalheiro**, RG nº 6.675.806-0, para atuar como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 555 de 2020, Processo Licitatório Pregão Presencial nº 089/2020, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de refrigeração e eletroeletrônicos, com o fornecimento de peças originais do fabricante, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Colombo.

Dê-se publicidade,

**Paço Municipal de Colombo, Em 30 de novembro de 2020.**

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**B2B5B00E**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 675/2020****PORTARIA Nº 675/2020**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE COLOMBO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

I - Designar a Servidora Pública Municipal **Juliana Gleice Beraldo Cavalheiro**, RG nº 6.675.806-0, para atuar como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 557 de 2020 à 566 de 2020, Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 085/2020, que tem por objeto a contratação de empresa por meio do Sistema de registro de Preços para fornecimento de utensílios de cozinha para unidades de Ensino, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dê-se publicidade,

**Paço Municipal de Colombo, Em 01 de dezembro de 2020.**

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**CFEB854D**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 676/2020****PORTARIA Nº 676/2020**

**O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ**, Pela Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1205/10,

**RESOLVE:**

**Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade**, na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **SELUTA IZABEL ERAT PROTOPAPA**, RG: 5.389.954-4/PR CPF: 994.395.309-87, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, sob matrícula nº 9948, funcionário 9948-1 como dispõe o art. 40, § 1º, inciso III, "b" da Constituição Federal/88 e art. 33 da Lei Municipal 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob nº 204/2020**, percebendo proventos mensais de quinhentos e onze reais e setenta e cinco centavos. Assegurando ao servidor o direito de receber hum salário mínimo nacional como prevê o artigo 201, §2º da CF/88. Sendo garantido reajustamento do benefício para manter o valor real de acordo com o Art. 40º § 8º da Constituição Federal.

Dê-se publicidade

**Colombo, 02 de dezembro de 2020.**

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**36025FD0**GABINETE DA PREFEITA  
PORTARIA Nº 677/2020****PORTARIA Nº 677/2020**

**O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ**, Pela Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1205/10,

**RESOLVE:**

**Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição**, na forma da Lei 960/2006 ao Servidor Público Municipal **JUAREZ GONÇALVES**, RG: 2.306.371-9/PR CPF: 619.787.449-00, no cargo de **VIGIA**, sob matrícula nº 1026, funcionário 1026-1, como dispõe o art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 e art. 83 da Lei 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob nº 198/2020**, percebendo proventos de dois mil,

noventa e nove reais e nove centavos. Sendo garantida a isonomia e paridade com o servidor na atividade.

#### Dê-se publicidade

Colombo, 02 de dezembro de 2020.

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**CC025684

#### GABINETE DA PREFEITA PORTARIA Nº 678/2020

#### PORTARIA nº 678/2020

**O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ**, Pela Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1205/10,

#### RESOLVE:

**Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição**, na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **ROSANGELA DE FATIMA DE MELLO OTTO**, RG: 5.538.123-2/PR CPF: 480.450.559-87, no cargo de **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**, sob matrícula nº 2346, funcionário 2346-1, como dispõe o art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 e art. 83 da Lei 960/2006, conforme **Processo Administrativo sob nº 195/2020**, percebendo proventos de dois mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos. Sendo garantida a isonomia e paridade com o servidor na atividade.

#### Dê-se publicidade

Colombo, 02 de dezembro de 2020.

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susane Aparecida de Souza Ferreira

**Código Identificador:**08C7EC9B

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2020

Aviso de Licitação

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de ventilador pulmonar de transporte, vinculado a Secretaria de Municipal de Saúde do Município de Colombo/Pr.

Recebimento das Propostas: Das 08:00 horas do dia 04 de dezembro de 2020 até às 08:00 horas do dia 17 de dezembro de 2020.

Início da sessão de Disputa de Preços: às **09:00 horas** do dia **17 de dezembro de 2020**. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item.

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro, 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8002 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 02 de dezembro de 2020.

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

José Carlos Vieira

**Código Identificador:**195843E0

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 011/2020

Objeto: Credenciamento de Pessoa Física da área da saúde para prestação de serviços médicos.

Data: 04 de dezembro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Horário: Segunda-Feira à Sexta-Feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Local do Credenciamento: Rua XV de novembro, 105 - Centro - Colombo - PR. (Divisão de Protocolo).

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8002 ou pelo site: [www.colombo.pr.gov.br](http://www.colombo.pr.gov.br).

Colombo, 02 de dezembro de 2020.

**IZABETE CRISTINA PAVIN**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

José Carlos Vieira

**Código Identificador:**582E72BC

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

#### CÂMARA MUNICIPAL TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

**Processo Administrativo Nº 024/2020**

**Processo de Dispensa de Licitação Nº 006/2020**

**Objeto: Prestação de Serviço de confecção de uniformes**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA - ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamentação no inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações,

#### RESOLVE

**RATIFICAR** a presente Dispensa de Licitação, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na confecção de uniformes profissionais sob medida para os servidores da Câmara Municipal, e **ADJUDICAR** seu objeto à empresa:

- GRIFFIN CONFECÇÕES LTDA - ME - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 79.123.485/0001-60, com endereço na Rua Alcino Guanabara, 1075, Hauer, Curitiba, Paraná.

- Valor total: R\$ 4.466,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais).

- Dotação orçamentária: 01 - Câmara Municipal; 001 - Legislativo Municipal; 01.031.0001-2001 - Manutenção do Poder Legislativo - 3.3.90.30.23.00 - Uniformes, tecidos e aviamentos. Fonte de recurso - 0001 - Recursos Ordinários (Livres).

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2020.

**ARY ALBERTI NETO**

Presidente

**Publicado por:**

Angela Kovalski Batista

**Código Identificador:**8DB484E2

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2020

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2020**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 274/2020**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 186/2005 e 198/2009.

**OBJETO:** AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22  
**VALOR TOTAL: R\$ 364.560,00** (Trezentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta reais)  
**CONTRATADA:** AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 33.458.003/0001-22,  
**DATA:** 01/12/2020

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Helena Gawlak  
**Código Identificador:**E68DDD90

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2020**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2020**  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 186/2005 e 198/2009.  
**OBJETO:** Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos  
**VALOR TOTAL: R\$ 24.939,69** (Vinte e quatro mil e novecentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos)  
**CONTRATADA:** FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 10.633.441/0001-84  
**DATA:** 01/12/2020

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Helena Gawlak  
**Código Identificador:**053AE789

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2020**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2020**  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 186/2005 e 198/2009.  
**OBJETO:** Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos  
**VALOR TOTAL: R\$ 5.900,00** (Cinco mil e novecentos reais)  
**CONTRATADA:** G D C DA SILVA COSTA – EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 09.721.729/0001-21  
**DATA:** 01/12/2020

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Helena Gawlak  
**Código Identificador:**5C8AF061

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2020**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2020**  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 186/2005 e 198/2009.  
**OBJETO:** Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos  
**VALOR TOTAL: R\$ 9.948,00** (Nove mil e novecentos e quarenta e oito centavos)  
**CONTRATADA:** FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 25.034.906/0001-58  
**DATA:** 01/12/2020

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Helena Gawlak  
**Código Identificador:**F97BA213

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2020**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2020**  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 186/2005 e 198/2009.  
**OBJETO:** Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos  
**VALOR TOTAL: R\$ 12.422,52** (Doze mil e quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos)  
**CONTRATADA:** POSSATO & POSSATTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 72.150.550/0001-06  
**DATA:** 01/12/2020

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Helena Gawlak  
**Código Identificador:**B9128645

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2020**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2020**  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos Municipais nºs 186/2005 e 198/2009.  
**OBJETO:** Aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos  
**VALOR TOTAL: R\$ 27.342,68** (Vinte e sete mil e trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos)  
**CONTRATADA:** DENTAL OESTE EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 05.412.147/0001-02  
**DATA:** 01/12/2020

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Helena Gawlak  
**Código Identificador:**F60E37AE

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**DECRETO Nº 329/2020**

**SÚMULA:** Exonera servidor de cargo efetivo.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF e na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, Capítulo XII, art. 74, 75 e 77,

**D E C R E T A**

Art.1º Fica exonerado (a) o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Nome	RG	Cargo	Matrícula	Em
SIRLEI DOS SANTOS	7.257.303-0/PR	Assistente Operacional	30851	16/11/2020
Regime: Estatutário Causa: Falecimento				

Art.2º Este Decreto entra em vigor nesta data, ressalvado o disposto do art. 1º.

**Prefeitura do Município de Contenda, 27 de novembro de 2020.**

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Fábio Luís Malinowski Padilha  
**Código Identificador:**BF7FAAEB

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**DECRETO Nº 328/2020**

**SÚMULA:** Nomeação em cargo em comissão.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, art. 4, e 31;

**DECRETA**

Art.1º Fica nomeado (a) em 15/02/2020, o (a) integrante da relação abaixo para provimento em cargo em comissão, conforme as disposições contidas nas Leis Municipais nº 1467/2013 e 1781/2018:

Nome	RG	Cargo
BRUNO KUZERATSKI CUHN	11.043.871-0/PR	Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Fiscalização de Obras

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor nesta data, ressalvado o disposto do art. 1º.

**Prefeitura do Município de Contenda, 27 de novembro de 2020.**

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fábio Luís Malinovski Padilha  
**Código Identificador:**60F8F55C

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**NOTIFICAÇÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO - Nº 013/2020**

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018 e Edital de Convocação nº 075/2020, de 06 de novembro de 2020, torna pública a DESCLASSIFICAÇÃO do (a) candidato (a) abaixo relacionado (a):

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM - 40 horas semanais		
CLASSIFICAÇÃO	NOME	CONDIÇÃO
21º	DOUGLAS BORBA DE SOUZA	TITULAR

A desclassificação motiva-se pela não apresentação do Registro no Conselho de Classe - COREN, para o referido cargo, conforme item 1.3 do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2018, dentro do prazo fixado pelo Edital de Convocação nº 075/2020.

Contenda, 01 de dezembro de 2020.

**FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA**

Departamento de Recursos Humanos

**Publicado por:**

Fábio Luís Malinovski Padilha  
**Código Identificador:**003384FC

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 078/2020**

**SÚMULA:** Concede a fruição de licença-prêmio

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, Capítulo IV, Seção IX art. 186, no Decreto nº 254/2017 de 14 de agosto de 2017, e considerando o Decreto nº 249/2020,

**RESOLVE**

Art.1º Conceder licença prêmio por assiduidade nos períodos abaixo especificados, aos (às) seguintes servidores (as):

Nome	Cargo	Período usufruído	Período aquisitivo
ANTONIO KACHEL DA SILVA	Assistente Operacional	05/10/2020 a 04/01/2020	2012/2017

Art. 2º - Durante o período da referida licença, a remuneração do (a) servidor (a) será constituída apenas da remuneração base de contribuição, excluídas demais vantagens.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor nesta data, ressalvado o disposto no artigo 1º.

**Prefeitura do Município de Contenda, 29 de outubro de 2020.**

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fábio Luís Malinovski Padilha  
**Código Identificador:**A840A3F0

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 083/2020**

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1342/2012, de 04 de abril de 2012.

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a promoção funcional por avaliação especial de desempenho, escolaridade e tempo de serviço, conforme requerimento da Comissão de Avaliação, aos seguintes servidores relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Do nível	Para o nível
AMELIA DO ROCIO FERNANDES DE LARA	Assistente Operacional	B10	B11
FELIX BOÇOEN	Motorista	R15	R17
JAIME DOS SANTOS	Assistente Operacional	B05	B06
JAIR DOS SANTOS	Motorista Escolar	T05	T07
JOAO VIEIRA MARTINS	Assistente Operacional	B05	B06
JULIANE DE JESUS DE FREITAS	Auxiliar de Enfermagem	C07	C09
KELLY HELENA CORREIA KLEIN	Psicólogo	N05	N07
LUANA SLUGA DA SILVA	Assistente Operacional	B04	B06
LUIZ WOICHIK	Motorista Escolar	T05	T07
MARCIA SINHORIM	Assistente Operacional	B04	B05
MARILDA CUNHA BORBA	Assistente Operacional	B05	B06
MARIO CARLOS KAELE	Motorista Escolar	T04	T06
MATILDE KACHEL GONÇALVES	Telefonista	L22	L24
NEURY KMIETIK COLAÇO	Pedreiro	J16	J18
OLINDA ROSA FILA	Babá	D07	D08
SIMONE STELLA PEREIRA	Assistente Operacional	B08	B10
SOLANGE CORDEIRO CAVALIM	Auxiliar de Enfermagem	C07	C09

Art.2º - A presente portaria entra em vigor nesta data, com produção de efeitos a partir da competência outubro/2020.

**Prefeitura do Município de Contenda, 29 de outubro de 2020.**

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fábio Luís Malinovski Padilha  
**Código Identificador:**D52320B4

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 090/2020**

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1342/2012, de 04 de abril de 2012.

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a promoção funcional por avaliação especial de desempenho, escolaridade e tempo de serviço, conforme requerimento da Comissão de Avaliação, aos seguintes servidores relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Do nível	Para o nível
CLAUDINEI SILVEIRA PAVAN	Operador de Máquinas	S14	S16
DIEGO DE PONTES BUENO	Assistência Social	A01	A03
DIVANIR DA SILVA PADILHA	Assistente Operacional	B09	B11
FABIANO COTOVICZ	Operador de Máquinas	S10	S12
HELENA GAWLAK	Técnico Administrativo	F09	F11
JAIR JAVORSKI PEPES	Assistente Operacional	B10	B12
JEFERSON AMARO DE SOUZA	Motorista	R17	R19
JOÃO CARLOS SUREK	Operador de Máquinas	S01	S03
LEONILDA BATISTA DE OLIVEIRA HUASKAVSKI	Assistente Operacional	B09	B11
LUCIANE SIMONE STABACH	Assistente Operacional	B05	B07
ROSILETE SCHINDA GONÇALVES	Assistente de Creche	A14	A16
SALETE PRZYBYLA	Assistente Operacional	B05	B07
SILVIA LETICIA RAMOS	Dentista	P07	P09
SIMONE BOJANO	Técnico em Enfermagem	B04	B06

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor nesta data, com produção de efeitos a partir da competência novembro/2020.

**Prefeitura do Município de Contenda, 27 de novembro de 2020.**

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fábio Luís Malinovski Padilha

**Código Identificador:** 7FEF6708

## DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 093/2020

SÚMULA: Suspende a fruição de licença-prêmio

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, Capítulo IV, Seção IX art. 186, no Decreto nº 254/2017 de 14 de agosto de 2017, e considerando o Decreto nº 249/2020,

### RESOLVE

Art. 1º Suspende a licença prêmio, dos seguintes servidores (as):

Nome	Cargo	Período usufruído	Período aquisitivo
ANTONIO KACHEL DA SILVA	Assistente Operacional	05/10/2020 a 04/11/2020	2012/2017

Art. 2º - A referida licença, concedida pela portaria nº 078/2020, fica suspensa a partir de 05/11/2020.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor nesta data, ressalvado o disposto no artigo 1º.

**Prefeitura do Município de Contenda, 27 de novembro de 2020.**

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fábio Luís Malinovski Padilha

**Código Identificador:** 1529D90D

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DECRETO Nº 330/2020

### DECRETO Nº 330/2020

EMENTA: *Dispõe sobre o Acompanhamento, Fiscalização e Controle de Execução dos Contratos, no âmbito do Município de Contenda/PR.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo inciso IV, do Artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Contenda, **CONSIDERANDO** a necessidade de normatizar a fiscalização, execução e acompanhamento dos Contratos Administrativos no âmbito do Poder Executivo do Município de Contenda,

**CONSIDERANDO** as atribuições que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das atribuições estabelecidas pela Lei da Estrutura Organizacional do Município de Contenda, as normas gerais para Fiscalização de Execução dos Contratos Administrativos no âmbito dos Poderes Executivo, através dos procedimentos estabelecidos neste regulamento,

### DECRETA

### CAPÍTULO I

#### DA FINALIDADE

**Art. 1º.** Este instrumento regulamentador tem por finalidade disciplinar os procedimentos e rotinas, para padronizar o acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos Contratos Públicos, com vistas à eficiência e controle das despesas no âmbito do Poder Executivo do Município de Contenda/PR, respeitadas sua organização administrativa.

### CAPÍTULO II

#### DA ABRANGÊNCIA

**Art. 2º.** Abrange o Poder Executivo Municipal, quando no exercício de atividades relacionadas a este Decreto.

### CAPÍTULO III

#### DA BASE LEGAL

**Art. 3º.** Fundamenta-se nos artigos 31, 37 e 74 da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e Lei Municipal nº 1795, de 2019.

### CAPÍTULO IV

#### DOS CONCEITOS

**Art. 4º.** Para os fins deste Decreto considera-se:

I - **Contrato Administrativo:** o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com o particular (pessoa física ou jurídica) ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, segundo o regime jurídico de direito público;

II - **Serviço:** toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais (inciso II, art. 6º da Lei Federal nº 8.666, de 1993);

III - **Fiscalização de contratos:** a observação sistemática e periódica da execução do contrato, exercida por um representante do órgão, especialmente designado, que fiscalizará pontualmente cada contrato o qual for definido;

IV - **Fiscal do Contrato:** o representante da Administração, responsável pelo acompanhamento da execução e fiscalização dos contratos e instrumentos congêneres, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos;

V - **Gestor de contratos:** Secretário(a) Municipal responsável pelo órgão, tendo por responsabilidade a gestão de questões relativas à contratação, formalização, vigência e prorrogação de todos os contratos, aditivos e instrumentos congêneres;

VI - **Notificação:** documento formal elaborado para dar conhecimento aos fornecedores sobre irregularidades nas prestações de serviços, obras ou materiais fornecidos, consignando prazo para sanar o vício, previstas pelos instrumentos e legislações pertinentes;

VII - **Relatório:** documento elaborado contendo informações sobre a execução do instrumento contratual;

VIII - **Processo Administrativo:** conjunto de atos coordenados, direcionados para a solução de uma controvérsia no âmbito administrativo;

IX - **Termo de Referência:** é documento prévio ao procedimento licitatório e será elaborado pelo órgão solicitando do objeto da licitação e aprovado por quem autorizou a realização do procedimento licitatório. O Termo de Referência tem a função similar à do projeto básico, porém de forma mais simples, e serve de base à elaboração do edital. Ele deve conter todos os elementos capazes de definir o objeto, de forma clara, concisa/objetiva e com nível de precisão adequado para caracterizar o bem ou o serviço;

X - **Termo Aditivo:** instrumento pelo qual se formalizam as alterações no contrato original firmado, nas situações previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 1993 e legislações pertinentes;

XI - **Ordenador da Secretaria Solicitante:** Secretário(a) Responsável pelo órgão que, após identificar suas necessidades, solicita a contratação de serviços, obras, bem como a aquisição de bens para atender a interesses públicos do Poder Executivo Municipal;

XII - **Apostilamento:** anotação ou registro administrativo, que pode ser realizado no verso do próprio termo de contrato, ou por termo ato separado, juntado aos autos do processo administrativo respectivo. São alterações decorrentes de reajustes previstos no próprio contrato devem ser formalizadas conforme art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, evitando a utilização de aditamentos contratuais para esse fim (Acórdão nº 976/2005 TCU-Plenário).

XIII-**Preposto:** representante da contratada responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual.

## CAPÍTULO V

### DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 5º.** São responsabilidades do Fiscal do Contrato:

I - coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios;

II - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

III - confrontar os preços, quantidades e especificações constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

IV - verificar se o prazo de entrega encontra-se de acordo com o estabelecido no contrato;

V - receber e atestar as Notas Fiscais junto com o membro da comissão de recebimento e encaminhá-las ao setor responsável pela liquidação e pagamento;

VI - solicitar à Secretaria Municipal solicitante esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VII - confeccionar e emitir relatório, encaminhando-o ao Gestor de Contratos (Secretário), quando houver problemas e falhas detectadas na execução do objeto:

a) comunicando as irregularidades, passíveis de penalidade, cometidas na execução do Contrato;

b) sugerindo a aplicação de penalidades, quando houver descumprimento de cláusulas contratuais.

VIII - confeccionar e emitir relatório de execução de contrato, e encaminhar ao Gestor do Contrato;

IX - encaminhar ao Gestor de Contratos eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela Contratada;

X - autorizar em conjunto com a Secretaria solicitante, formalmente, quando do término da vigência do contrato, desde que cumpridas as obrigações contratuais, a liberação da garantia contratual em favor da Contratada;

XI - providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;

XII - repassar todos os procedimentos referentes ao contrato para seu suplente nas ocasiões em que estiver em gozo de licenças, férias e demais ausências legais;

XIII - assinar o contrato, em conjunto com Gestor, o Prefeito Municipal, Representante Legal da Empresa Contratada e testemunhas;

XIV - controlar os prazos de vigência dos contratos, para solicitação de eventuais aditivos;

XV - encaminhar para Controladoria Geral do Município os relatórios que ensejarem atos em desacordo com a relação contratual.

**Art. 6º.** São responsabilidades do Gestor de Contratos:

I - acompanhar a gestão de contratos, aditivos e instrumentos congêneres;

II - disponibilizar cópia do contrato, aditivos e congêneres, ao Fiscal de Contrato no ato de sua assinatura;

III - propor a celebração de aditivos ou rescisão quando necessário; analisar os relatórios de acompanhamento da execução dos contratos

emitidos pelos fiscais de contratos e encaminhar cópia dos relatórios ao Departamento de Licitações e Compras;

IV - notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais informadas pelo Fiscal do Contrato, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação;

V - manter o Chefe do Poder Executivo, bem como a Controladoria Geral do Município, informados do acompanhamento dos contratos em execução, inclusive quando houver aplicação de alguma penalidade ou abertura de Processo Apuração de Responsabilidades;

VI - notificar o Fiscal de Contrato, quando detectada falha no cumprimento deste Decreto ou na fiscalização.

**Art. 7º.** São responsabilidades da Secretaria Municipal solicitante:

I - indicar o Fiscal do Contrato e seu suplente, na solicitação de abertura de processo licitatório;

II - informar ao Fiscal do Contrato o pedido de fornecimento de bem ou serviço encaminhado à Contratada, no ato da solicitação;

III - informar ao Fiscal do Contrato quando detectar qualquer irregularidade na execução do contrato;

IV - manter o controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

V - em caso de impedimento ou ausência do Gestor de Contratos, notificar a contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais informadas pelo Fiscal do Contrato, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

**Art. 8º.** São responsabilidades do Chefe do Poder Executivo:

I - autorizar a formalização de contratos e termos aditivos/alterações contratuais;

II - cumprir a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e o Decreto Municipal nº 110, de 08 de maio de 2019, que *Regulamenta no âmbito da Administração Pública do Município de Contenda, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e dá outras providências*;

III - decidir, em final instância, os recursos interpostos contra decisão proferida nos processos Administrativos de inexecução de contrato, definindo e determinando a aplicação de penalidades;

IV - determinar a convocação do segundo colocado na licitação, quando necessário.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 9º.** O acompanhamento e controle da execução dos contratos, realizados pelo Fiscal do Contrato, tem por finalidade a verificação do cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual.

**Art. 10.** As Secretarias Municipais solicitantes indicarão no Termo de Referência o responsável pela fiscalização do contrato e seu suplente, sendo que:

I - quando se tratar de contratação de serviços comuns, o indicado deve ser servidor, e que detenha conhecimento técnico acerca do objeto do contrato, e se necessário possa solicitar auxílio técnico ao Gestor do Contrato, se assim julgar necessário;

II - quando se tratar de contrato de serviços e obras de engenharia, o indicado deve ser servidor habilitado junto ao CREA ou CAU, independente da sua lotação.

**Parágrafo único.** Considerado complexo o objeto do contrato, deverá ser indicado servidor especializado ou comissão para avaliação da sua adequação às exigências contratuais, o qual será responsável pela sua aceitação.

**Art. 11.** O Gestor de Contratos deverá de imediato, após solicitação do Processo Licitatório, comunicar aos servidores designados, fiscais (titular e suplente) de contrato para que estes cumpram com as determinações esculpidas neste Decreto e no contrato celebrado.

**Art. 12.** O Gestor de Contratos deverá manter planilha de controle para o acompanhamento da execução e da vigência dos contratos e seus aditivos, bem como manter atualizado relatório geral indicando os fiscais e seus respectivos contratos.

## CAPÍTULO VII

### DOS PROCEDIMENTOS

#### SEÇÃO I

#### DAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

**Art. 13.** O acompanhamento dos contratos será realizado por meio da consecução das seguintes ações do Fiscal de Contratos:

I - verificação se a entrega dos materiais, execução das obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parceladamente pelo Contratado no que se refere a prazos de entrega, especificações, quantidades e outras exigências contratuais, devendo:

a) confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

b) verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o contrato.

II - elaboração e encaminhamento, ao Gestor de Contratos, de relatório de acompanhamento, contendo as informações que tratam do desempenho efetivamente verificado, as não conformidades contratuais, outras informações que julgar pertinentes e, se necessário, sugestões e recomendações, devidamente justificadas e fundamentadas, de ações a serem implementadas;

III - encaminhamento ao Gestor de Contratos, devidamente justificadas e fundamentadas, as sugestões de rescisões contratuais e as necessidades de aditivos contratuais em virtude de alterações nos projetos, acréscimos qualitativos e quantitativos;

IV - repassar para o Gestor de Contratos, decisões e providências que ultrapassem a sua competência, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

V - zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, honesto e cortês.

§ 1º. Em caso de fatos relevantes e urgentes, o Fiscal do Contrato deverá emitir o relatório imediatamente e encaminhá-lo ao Gestor de Contratos e à Secretaria solicitante.

§ 2º. Nos termos do inciso II deste artigo, caso o Fiscal de Contratos não apresente o relatório, o Gestor de Contratos deverá notificá-lo para que o faça no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º. Constatado a omissão do Fiscal de Contratos quanto ao cumprimento de suas responsabilidades, procedimentos e normas esculpidas neste Decreto, o Gestor de Contratos deverá comunicar ao Prefeito Municipal para adotar as providências necessárias.

§ 4º. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

§ 5º. Equipara-se a Contrato, para fins de gestão e fiscalização, a Ata de Registro de Preços.

**Art. 14.** Quando se tratar de obras, o Fiscal do Contrato deverá:

I - acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro;

II - acompanhar o cumprimento das especificações técnicas dos materiais a serem aplicados na obra e zelar pela qualidade dos serviços prestados;

III - verificar o cumprimento, pela Contratada, da obrigatoriedade de manutenção de todos os projetos e do memorial descritivo, no canteiro de obras;

IV - encaminhar ao Gestor de Contratos os eventuais pedidos de alteração de projeto, serviços ou acréscimos qualitativos ou quantitativos ao contrato;

V - receber as etapas da obra mediante medições precisas e de acordo com o projeto executivo;

VI - acompanhar as modificações no cronograma físico-financeiro e as substituições de materiais e equipamentos;

VII - estabelecer prazo para a correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor de Contratos e à Secretaria Municipal solicitante as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra;

VIII - verificar as informações contidas no diário de obra, complementando-as quando necessário;

IX - executar as medições dos serviços executados, no período relativo à medição, tendo como base a planilha orçamentária apresentada na licitação ou aditivo.

**Art. 15.** Quando se tratar de contratos de terceirização de mão-de-obra, o Fiscal do Contrato deverá:

I - verificar se o número de terceirizados em atividade coincide com o previsto no contrato;

II - acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no contrato;

III - acompanhar o cumprimento das especificações técnicas dos materiais a serem utilizados nas atividades e zelar pela qualidade dos serviços prestados;

IV - verificar o fornecimento, pela contratada, e a utilização, pelos empregados, dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

V - estabelecer prazo para a correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Secretaria Municipal solicitante as ocorrências que possam gerar dificuldades na execução dos serviços;

VI - informar à Contratada, com base no relatório, os fatos e atos em desacordo com os termos do contrato, propondo os ajustes necessários;

VII - encaminhar, ao Gestor de Contratos, relatório com proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejam a adoção desta medida;

VIII - exigir da empresa a Nota Fiscal de Serviço e comprovantes de pagamento dos salários, documentos comprobatórios de regularidade fiscal previstos no contrato, e conferir se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas.

IX - Nos casos mais complexos poderá ser nomeada comissão de acompanhamento do contrato, conforme prevê o artigo 10, inciso II, parágrafo único, deste Decreto.

**Art. 16.** O Fiscal de Contrato deverá manter cópia dos seguintes documentos, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada:

I - contrato;

II - todos os aditivos e apostilamentos (se existentes);

III - correspondências entre Fiscal e Contratada;

IV - cópia dos relatórios de acompanhamento do contrato;

V - outros documentos pertinentes ao acompanhamento da execução do contrato.

**Art. 17.** As reuniões porventura realizadas com a Contratada deverão ser documentadas por atas de reunião, elaboradas pelo Fiscal de Contrato e deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões tomadas, responsáveis pelas providências a serem tomadas e prazo para as providências determinadas.

## SEÇÃO II

### DO CONTROLE DAS INCONFORMIDADES CONTRATUAIS

**Art. 18.** Quanto ao acompanhamento das inconformidades contratuais apontadas no Relatório de Execução do Contrato, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - Se as irregularidades forem sanadas pela Contratada, o relatório deverá ser juntado aos autos de acompanhamento do contrato, pelo Fiscal;

II - Se as irregularidades não forem sanadas, o Fiscal do Contrato deverá elaborar Relatório e encaminhar ao Gestor de Contratos.

**Art. 19.** O Gestor de Contratos, ao receber o relatório indicado no inciso II, do artigo 18, deverá notificar a Contratada para sanar a irregularidade apontada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de instauração de procedimento administrativo e aplicação das penalidades previstas no contrato.

§ 1º. Se, após a notificação, a irregularidade for sanada pela Contratada, o Gestor de Contratos informará o Fiscal do Contrato.

§ 2º. Se a irregularidade for mantida, o Gestor de Contratos emitirá Relatório Circunstanciado e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo, requerendo a instauração de processo administrativo.

**Art. 20.** O Chefe do Poder Executivo, com base no Relatório Circunstanciado disposto no artigo anterior, definirá pela procedência ou não da instauração do processo administrativo com vistas à aplicação de penalidades à Contratada.

§ 1º. Caso seja improcedente a instauração do processo administrativo para a aplicação de penalidades, o Chefe do Poder Executivo devolverá o processo, com a informação, ao Gestor de Contratos, que comunicará ao Fiscal do Contrato.

§ 2º. Caso seja procedente a instauração do processo administrativo para a aplicação de penalidades, o Chefe do Poder Executivo encaminhará o processo para a Procuradoria Geral, solicitando a emissão de parecer jurídico.

§ 3º. Emitido o parecer jurídico, o Chefe do Poder Executivo proferirá decisão fundamentada, aplicando as penalidades previstas no contrato, notificando-se, em seguida, a Contratada para, querendo, apresentar recurso.

§ 4º. Decorrido o prazo sem a apresentação de recurso, o que será certificado, o Gestor de Contratos determinará a tomada das medidas necessárias ao integral cumprimento da decisão proferida.

§ 5º. Caso seja apresentado recurso tempestivo, o processo será encaminhado ao Fiscal do Contrato e Gestor do Contrato, para apreciação, emitindo análise recursal, que será encaminhada para o Chefe do Poder Executivo para decisão final.

**Art. 21.** O Chefe do Poder Executivo tomará conhecimento do recurso interposto e emitirá decisão final fundamentada, da qual a Contratada será devidamente notificada.

§ 1º. Uma vez proferida a decisão final e notificada a Contratada, o Chefe do Poder Executivo devolverá o processo ao Gestor do Contrato, que adotará as providências necessárias ao cumprimento da decisão final e comunicará ao Departamento de Licitações e Compras, para que providencie-se o registro da sanção junto aos sistemas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicações de praxe e os devidos trâmites para expedição de Documentos de Arrecadação Municipal/DAM para recolhimento das multas aplicadas.

§ 2º. Será de responsabilidade do Gestor do Contrato acompanhar o efetivo recolhimento das multas aplicadas, no prazo estabelecido, comunicando formalmente a Procuradoria Geral do Município em caso de inadimplemento da obrigação, para que providencie a execução por meio judicial.

**Art. 22.** Os processos administrativos instaurados para apuração do descumprimento de contrato serão arquivados no Departamento de Licitação e Compras.

### SEÇÃO III

#### DA CELEBRAÇÃO DOS TERMOS ADITIVOS E APOSTILAMENTOS

**Art. 23.** O Gestor de Contratos, dentro de um prazo razoável, antes do término da vigência do contrato, verificará junto ao Departamento de Licitações e Compras se há possibilidade de aditamento contratual, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**Parágrafo único.** Caso haja a possibilidade de aditamento contratual, o Gestor de Contratos deverá comunicar o ao Departamento de Licitações e Compras se há interesse em continuar com a contratação.

**Art. 24.** O Gestor do Contrato deverá se manifestar acerca do interesse em aditar o contrato ou continuar o serviço contratando com outra empresa, dentro de um prazo em que seja possível o cumprimento das disposições neste Decreto.

§ 1º. Se o Gestor do Contrato não tiver interesse em continuar com o contrato, nem realizar nova contratação, o Fiscal de Contrato encaminhará os autos de acompanhamento da execução do contrato ao Gestor de Contratos para arquivamento.

§ 2º. Se o Gestor do Contrato tiver interesse em continuar com o contrato, deverá encaminhar ao Departamento de Licitações e Compras os documentos necessários para tramitação e celebração do Termo Aditivo, em tempo hábil.

**Art. 25.** A celebração de aditivos e apostilamentos contratuais deverão obedecer às mesmas formalidades legais dadas ao instrumento de contrato inicial.

**Parágrafo único.** Todos os aditamentos e apostilamentos deverão ser previamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

### SEÇÃO IV

#### DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

**Art. 26.** A solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - manifestação de interesse da Administração Municipal quanto à prorrogação do prazo, devidamente justificada;

II - consulta à contratada, solicitando manifestação de interesse na referida prorrogação;

III - resposta da contratada quanto ao interesse na prorrogação contratual;

IV - demonstração da vantajosidade da prorrogação, incluindo pesquisa de mercado, quando for o caso, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao Contrato em vigor, bem como a indicação da conveniência e oportunidade da prorrogação em face de nova licitação;

VI - documentação de comprovação de manutenção do preenchimento dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

### SEÇÃO V

#### DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO

**Art. 27.** A solicitação de prorrogação do prazo de execução deverá ser instruída com manifestação conclusiva do Fiscal e do Gestor e dados

que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada diante de algum dos seguintes motivos:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8666, de 1993;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

### SEÇÃO VI

#### DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS

**Art. 28.** São consideradas alterações quantitativas aquelas que versarem sobre variações na dimensão do objeto.

§ 1º. Os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são limitadas a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º. No caso de reforma de edifício ou de equipamento os acréscimos são limitados a até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 3º. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 4º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**Art. 29.** Os acréscimos e supressões devem ser calculadas isoladamente, sem a realização de compensação entre um e outro.

**Art. 30.** Em contratos decorrentes de licitações por itens ou com lotes, a base de cálculo para eventuais alterações será o valor de cada um dos itens ou lotes e não o valor global do contrato.

**Art. 31.** Quando existir previsão contratual acerca do quantitativo máximo de serviços/produtos a serem executados/entregues mensalmente pelo contratado, a base de cálculo do limite das alterações contratuais será o valor da prestação mensal devida por conta da execução do serviço/fornecimento do produto.

**Parágrafo único.** Quando não existir previsão contratual acerca do quantitativo máximo de serviços/produtos a serem executados/entregues mensalmente pelo contratado, a base de cálculo do limite das alterações contratuais será o valor global do contrato.

### SEÇÃO VII

#### DAS ALTERAÇÕES QUALITATIVAS

**Art. 32.** As alterações qualitativas são voltadas para o aprimoramento técnico e operacional do objeto licitado, sem que haja a sua desnaturalização.

**Art. 33.** A solicitação de alteração qualitativa deverá ser instruída com manifestação conclusiva do Fiscal e do Gestor sobre as seguintes circunstâncias:

I – Demonstração de que a alteração qualitativa do contrato constitui a melhor alternativa para a satisfação do interesse público, em comparação com a possível rescisão do contrato, a realização de nova licitação e a posterior contratação; e

II – Demonstração da existência de uma razão superveniente de ordem técnica que demande a alteração;

III – Manifestação de parecer técnico sempre que necessário.

### SEÇÃO VIII

#### DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

##### SUBSEÇÃO I

#### DO REAJUSTE DE PREÇOS EM SENTIDO ESTRITO

**Art. 34.** O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no Contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 1º. É admitida estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.



§ 2º. O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.

§ 3º. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

§ 4º. Nos casos em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

## SUBSEÇÃO II

### DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**Art. 35.** Os contratos administrativos celebrados poderão ser alterados a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro até o término de sua vigência, em consonância com a alínea *d*, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º. Entende-se como equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo a relação de fato existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste.

§ 2º. A equação econômico-financeira representativa do equilíbrio da relação é aquela existente no momento em que a Administração aceita a proposta vencedora.

**Art. 36.** O reequilíbrio econômico-financeiro que importe em aumento dos valores a favor do particular depende de fundado requerimento da contratada, com comprovações através de planilha de custos e notas fiscais à época da proposta e o momento do requerimento.

§ 1º. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular deverá levar em conta:

I - A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II - a superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III - a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV - o cumprimento das exigências previstas no edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços.

§ 2º. O requerimento de que trata *caput* será inicialmente encaminhado ao Gestor do Contrato para que avalie se há documentação que comprove as circunstâncias previstas no § 1º deste artigo.

§ 3º. Após a avaliação do requerimento, o Gestor do contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no § 1º deste artigo, bem como preencherá planilha demonstrativa do impacto financeiro e análise de preços do mercado a fim de verificar a vantajosidade para a Administração em alterar o Contrato ou deflagrar novo procedimento licitatório.

§ 4º. Cumprido o previsto no § 3º deste artigo, encaminhará o processo à Procuradoria Geral do Município para emissão de Parecer Jurídico.

§ 5º. Cumprido o previsto no parágrafo anterior, o Processo será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para autorização final.

**Art. 37.** Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatare:

I - ausência de elevação dos encargos do particular;

II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;

IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

**Art. 38.** Para fins do disposto neste artigo, compete ao Gestor de Contratos, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

## SEÇÃO VIII

### DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DAS DESPESAS

**Art. 39.** As despesas provenientes de contratos, aditivos e instrumentos congêneres serão pagas pelas Secretarias Municipais, conforme dispuser a cláusula contratual que corresponda ao valor e pagamento.

**Art. 40.** As notas fiscais serão atestadas pelo Gestor do Contrato e se de acordo encaminhadas à Secretaria Municipal de Finanças para a liquidação e pagamento.

§ 1º. Quando do encaminhamento da nota fiscal/fatura para pagamento, esta deverá ser original, atestada pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto, indicando que a mesma confere com as especificidades dos serviços/produtos e valores unitários e gerais contratados.

§ 2º. O Fiscal do contrato deverá ainda verificar se a Nota Fiscal apresentada pela contratada está dentro de seu prazo de validade, conforme contrato.

**Art. 41.** Recebida a nota fiscal/fatura com a assinatura do Fiscal e do Gestor do Contrato, juntamente com as assinaturas dos designados na Comissão de Recebimento, a Secretaria Municipal de Finanças providenciará a liquidação e o pagamento.

§ 1º. A liquidação ocorrerá somente após a realização do fornecimento do bem, da execução da obra, da prestação do serviço ou do encerramento de cada etapa de execução do contrato.

§ 2º. A liquidação da despesa se inicia no momento em que o Fiscal do Contrato atesta a referida nota fiscal/fatura, o recebimento do bem, a execução e/ ou a prestação do serviço, ou etapa da obra ou serviço, juntamente com a Comissão de recebimento do bem ou serviço.

§ 3º. O pagamento dos contratos e aditivos celebrados somente será realizado após o cumprimento das disposições contidas neste capítulo.

§ 4º. Não será recebida Nota Fiscal/Fatura pela Secretaria Municipal de Finanças que não atenda às exigências esculpidas nesta seção, condições estabelecidas em Contrato ou Edital de Licitação, sob pena de responsabilização.

## CAPÍTULO VIII

### DA CONTAGEM DOS PRAZOS

**Art. 42.** Os atos dos processos administrativos devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento do órgão.

**Art. 43.** Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

§ 1º. Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação.

§ 2º. O prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente no órgão ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

§ 3º. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**Art. 44.** Os prazos para cumprimento de obrigação por parte de Contratada serão sempre contínuos, não se interrompendo nos sábados, domingos e feriados, salvo disposição contratual em sentido contrário.

### DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Art. 45.** As ações e registros do Fiscal de Contratos não se restringem às exigências contidas neste Decreto, devendo ser relacionadas em registro próprio, sempre que for necessário, todas as ocorrências encontradas na execução do contrato, conforme determina o § 1º do artigo 67, da Lei nº Federal nº 8.666, de 1993.

**Art. 46.** O Departamento de Licitações e Compras deverá dar acesso documental para a Controladoria Geral do Município, de todos os atos e contratos celebrados pelo Poder Executivo e documentos a eles relacionados, bem como informar todas as providências decorrentes dos relatórios encaminhados pelo Fiscal do Contrato quando solicitado.

**Art. 47.** Em todas as fases do Processo deverão ser cumpridos os prazos para envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, de acordo com a competência de cada setor envolvido.

§ 1º. Será de responsabilidade do Gestor de Contratos a disponibilização tempestiva dos Relatórios de Acompanhamento dos Contratos.

§ 2º. A não observância dos prazos indicados neste artigo poderá ensejar em multa por parte do TCE/PR e repassada ao responsável pela intempestividade do lançamento das informações.

**Art. 48.** O descumprimento dos deveres atribuídos por esta normativa implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a sua responsabilidade.

**Art. 49.** Em caso de dúvidas e/ou omissões, geradas por este Decreto, deverão ser consultados junto à Procuradoria Geral do Município, e/ou Controladoria Geral do Município.

**Art. 50.** Todos os atos administrativos, inclusive os praticados nos processos de licitação, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º. Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

**Art. 51.** Os processos licitatórios, os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.

**Parágrafo único.** Todos os documentos e informações integrantes dos autos físicos deverão ser juntados ao respectivo processo, em ordem cronológica, no prazo máximo de 1 (um) dia útil de sua realização, sob pena de responsabilidade.

**Art. 52.** O Chefe do Poder Executivo poderá, se julgar conveniente ao interesse público, determinar tramitação prioritária ao pedido de contratação.

**Art. 53.** A Controladoria Geral do Município expedirá instruções normativas que se fizerem necessárias para o acompanhamento dos atos inerentes ao presente Decreto.

**Art. 54.** Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**Art. 55.** Em relação aos contratos que já se encontram vigentes, as Secretarias Gestoras deverão adequar os respectivos processos de contratação com as rotinas do presente Decreto no prazo de 30 (trinta) dias da sua publicação.

Contenda/PR, 02 de dezembro de 2020.

**CARLOS EUGÊNIO STABACH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Márcio José Heupa

**Código Identificador:**E4503E5F

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2020 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2020 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

*Ementa: Regulamenta os procedimentos de recebimento de bens e serviços e atribuições da Comissão de Recebimento de Bens de Consumo e objetos, bem como Serviços e dá outras providências.*

**A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CONTENDA**, no uso de suas atribuições legais e na competência que lhe confere, considerando a necessidade de normatizar o recebimento de materiais, objetos, equipamentos, obras e serviços no âmbito do

Poder Executivo e Legislativo do Município de Contenda, bem como as atribuições da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços; considerando que devem ser estabelecidos critérios para o recebimento de obras, serviços e materiais, a fim de padronizar os procedimentos de recebimentos de bens e serviços, almejando integralidade do princípio da eficiência nos atos administrativos e assegurando maior transparência nos atos; e considerando ainda o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das atribuições estabelecidas pela Lei da Estrutura Organizacional do Município de Contenda, as normas gerais para o recebimento de bens e serviços no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, através dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

## DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

**Art. 1º.** A presente Instrução Normativa abrange em especial a Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, bem como as unidades da estrutura administrativa organizacional dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal que possam estar envolvidas nos procedimentos adotados.

**Art. 2º.** Compete à Comissão de Recebimento de Bens e Serviços receber materiais ou bens permanentes adquiridos pelo Poder Executivo e Legislativo Municipal, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**Parágrafo único.** São atribuições da Comissão de Recebimentos de Bens:

**I** - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e descrição do termo de referência, o material entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;

**II** - rejeitar o material que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada em fase de licitação, podendo submetê-la se necessário, ao exame de órgãos oficiais de Metrologia e Controle de Qualidade (Inmetro);

**III** - expedir Termo de Recebimento Provisório, Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, conforme o caso;

**IV** - encaminhar ao Fiscal do Contrato o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo quando o objeto não atender o previsto na Autorização de Compras para providências.

**Art. 3º.** Para efeitos desta Instrução Normativa, recebimento é o ato pelo qual o objeto contratual é entregue ao Poder Executivo e Legislativo Municipal em locais e datas previamente designados.

**Parágrafo único.** O recebimento do objeto contratual não implica, necessariamente, a aceitação do mesmo, transfere apenas a responsabilidade pela guarda e conservação do mesmo, do fornecedor a comissão recebedora.

**Art. 4º.** O recebimento de bens permanentes e materiais de consumo contratados se dividem em provisório e definitivo.

§ 1º. Considera-se provisório o recebimento quando da entrega do objeto pelo fornecedor do que trata o art. 5º desta Instrução Normativa

§ 2º. Considera-se definitivo o recebimento após a declaração de aceitação pelo membro da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços.

**Art. 5º.** O recebimento provisório é formalizado através de Termo de Recebimento Provisório (ANEXO I) para efeitos de transferência de responsabilidade de guarda e conservação pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços.

**Art. 6º.** O recebimento definitivo é o ato pelo qual a Comissão de Recebimento de Bens e Serviços declara no Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo (ANEXO II) haver recebido e aceito o objeto contratual em perfeitas conformidades com as especificações estabelecidas.

**Art. 7º.** Estes devem ser anexados à nota fiscal para arquivo. **Parágrafo único.** No caso do objeto não estar de acordo, o membro da comissão deve encaminhar o termo (ANEXO II) ao fiscal do contrato para providências.

**Art. 8º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de publicação.

Contenda/PR, 02 de dezembro de 2020.

**MAURO LUIS MARTINS**

**CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO**

## ANEXO I

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Eu, \_\_\_\_\_, membro da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços designada pela Portaria nº ...../....., de acordo com suas atribuições elencadas na Instrução Normativa nº...../2020, **DECLARO** que fora encaminhada ao Município de Contenda a Nota Fiscal nº....., referente à Autorização de Compras nº...../....., assim como os itens discriminados na mesma para análise de conformidade com o Contrato/Ata nº...../......

Contenda, PR, .....de.....de.....

NOME DO SERVIDOR CPF: ASSINATURA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## ANEXO II

### TERMO DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

Eu, \_\_\_\_\_, membro da Comissão de Recebimento de Bens e Serviços designado pela Portaria nº...../....., de acordo com suas atribuições elencadas na Instrução Normativa nº...../2020, considerando:

**1.** As informações constantes na Autorização de compras nº...../.....e o objeto contratual destinado a este Poder nos termos da Nota fiscal nº...../..... e Contrato/Ata nº...../.....;

**2.** A análise do objeto contratual com as condições contratuais e especificações técnicas constantes na Autorização de Compras e demais elementos fornecidos pelo Município.

RESOLVE:

- ( ) ACEITAR de forma definitiva o objeto contratual  
( ) RECUSAR o recebimento definitivo do objeto contratual.

Contenda/PR, .....de .....de.....

NOME DO SERVIDOR CPF: ASSINATURA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Márcio José Heupa  
**Código Identificador:**C93F4A58

## ESTADO DO PARANÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

#### CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

#### RESOLUÇÃO Nº 02/2020

Autoriza a aquisição e estabelece o uso de uniformes nas dependências da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste, no uso de suas atribuições e de acordo com o aprovado pelo Plenário, baixa a seguinte;

#### Resolução:

**Art. 1º.** Fica o Poder Legislativo autorizado a adquirir uniformes para o uso dos servidores lotados na Câmara Municipal, sendo o uso no exercício de suas atribuições.

**Art. 2º.** A Câmara Municipal de Diamante D' Oeste obriga-se a fornecer gratuitamente o uniforme aos seus servidores, cujas despesas serão cobertas com dotações do orçamento vigente.

**Parágrafo único:** O uso de uniforme restringe-se aos servidores lotados na Câmara Municipal, que deverão utilizá-lo diariamente, durante o horário regular de expediente e em eventual horário extraordinário.

**Art. 3º.** Para efeitos desta Resolução são estabelecidos dois modelos de uniforme, assim como:

**I -** Uniforme feminino, composto de camisa gola polo feminina e/ou camiseta feminina, e jaqueta, com o brasão do Legislativo;

**II -** Uniforme masculino, composto por camisa gola polo masculina e/ou camiseta masculina e jaqueta, com o brasão do Legislativo.

**III -** Uniforme feminino, composto por camisa social, manga curta e/ou manga longa, calça, vestido e/ou saia social, para uso exclusivo em sessões especiais.

**IV -** Uniforme masculino, composto por calça e camisa social, manga curta e/ou manga longa, para uso exclusivo em sessões especiais.

**Art. 4º.** A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste fornecerá, a cada 02 (dois) anos, a renovação dos uniformes para cada servidor.

**Art. 5º.** A Câmara Municipal de Diamante D'Oeste deverá proceder à aquisição dos uniformes no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

**Parágrafo único.** Caso a aquisição dos uniformes não preencha os requisitos de dispensa de licitação nos termos da lei 8.666/93, deverá ser elaborado edital de licitação no prazo de até 90 (noventa) dias da publicação desta Resolução.

**Art. 7º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Sala de Sessões da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste,** Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte

**MARINALDO GONÇALVES DA LUZ**  
Presidente

**Publicado por:**  
Salette Lucio da Costa  
**Código Identificador:**DA563BFC

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### LEI MUNICIPAL Nº300/2020

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com as festividades natalinas e de final de ano, com a concessão de brinde aos servidores efetivos, comissionados, agentes políticos, conselheiros tutelares, estagiários e celetistas bem como a distribuição de doces e brinquedos às crianças do Município para o ano de 2020, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE

#### LEI

**Art.1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar, de acordo com a disponibilidade do Município, despesas com festividades natalinas e final de ano com a concessão de brindes aos servidores efetivos, comissionados, agentes políticos, celetistas, estagiários e conselheiros tutelares bem como a distribuição de doces e brinquedos às crianças do Município.

**Parágrafo único.** As despesas serão destinadas à realização de evento em comemoração ao Natal com a distribuição de doces e brinquedos

às crianças do Município bem como o encerramento das atividades administrativas do ano de 2020 com distribuição de brindes aos servidores efetivos, comissionados, agentes políticos, celetistas, estagiários e conselheiros tutelares do Município de Diamante D'Oeste.

Art. 2º. O brinde concedido aos servidores, que se refere o art. 1º desta Lei consistirá em uma cesta contendo 01 *panetone*, 01 *chester* e uma caixa de bombom, a ser adquirido através de Processo Licitatório, seguindo os moldes estabelecidos na Lei nº 8.666/93, com valor de até R\$ 80,00 (oitenta reais) por cesta.

Parágrafo único. Os brindes que serão concedidos às crianças se tratam de uma caixa de bombom e um brinquedo, totalizando o valor máximo de R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 3º. O valor máximo que poderá ser gasto com as despesas decorrentes desta Lei será de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente assim especificada:

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

Projeto/Atividade: 04.122.0003.2-009 Atividades da Secretaria de Administração

Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 000 Recursos Ordinários (Livres).

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**GUILHERME PIVATTO JUNIOR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Adriane Hilgert

**Código Identificador:**E03CA46F

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº 299/2020

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL À ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DE DIAMANTE D'OESTE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º. Fica o Município de Diamante D'Oeste autorizado a outorgar cessão de uso à ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DE DIAMANTE D'OESTE (A.P.M.D), inscrito no CNPJ sob nº 05.127.033/0001-10, com sede na Avenida Paraná, nº 620, centro – Diamante D'Oeste/PR, de parte do Lote Rural nº 36-B-1, da Gleba 03, 1ª parte da Colônia Rio do Quarto situado neste Município, totalizando uma área de 13.096,17 m², conforme especificado abaixo: Parte do Lote Rural nº 36 B-1 da Gleba 03, 1ª parte da Colônia Rio do Quarto, situado no Município de Diamante D'Oeste.

Área Total de Cessão de Uso: 13.096,17m² = 1,3096 ha.

Roteiro: Ao Norte, limita-se em uma distância de 70,00 metros confrontando-se com o Lote nº 36 B-1. Ao Sul, limita-se em uma distância de 50 metros, confrontando-se com o Lote 36 B-1. A Leste, limita-se em uma distância de 92,50m e seguindo com 50m, totalizando uma área de 212,50m, confrontando-se com a Estrada Tamandaré. A Oeste, limita-se em uma distância de 92,50m, seguindo com 105m, totalizando 197,50m, confrontando-se com o lote nº 36 B-1.

Art. 2º. A cessionária receberá o imóvel no estado em que se encontra, ficando sob sua inteira responsabilidade e segurança, zelo, limpeza, conservação e a execução de reparos quando se fizer necessário.

Art. 3º. A cessão de uso de que trata esta Lei se fará de forma gratuita, por prazo de 10 (dez), podendo ser prorrogado por igual período, em caráter privativo, mediante a condição de que o imóvel cedido seja utilizado pela cessionária.

Art. 4º. O imóvel cedido deverá ser devolvido nas mesmas condições recebidas, sob pena de responder por perdas e danos.

Parágrafo único. Revogada a Cessão de uso, as benfeitorias porventura erigidas no imóvel serão incorporadas ao Patrimônio do Município, não havendo por parte da cessionária, direito a qualquer indenização ou retenção por benfeitorias que nele realizar.

Art. 5º. A presente Cessão de Uso poderá ser revogada por ato do Poder Executivo por razões de interesse público devidamente atestado em procedimento competente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREEFEITO DE DIAMANTE D'OESTE

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**GUILHERME PIVATTO JUNIOR**

Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE E A ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DE DIAMANTE D'OESTE.

O MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, inscrito no CNPJ sob nº 77.817.476/0001-44, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 597, centro, CEP 85896-000, Diamante D'Oeste/PR, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal GUILHERME PIVATTO JUNIOR, na qualidade de CEDENTE, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DE DIAMANTE D'OESTE, com sede e foro na cidade de Diamante D'Oeste, Avenida Paraná, 620, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.127.033/0001-10, representado por seu Comandante-Geral EMMANUEL CUNICO DE ANDRADE, portador do RG nº 5.631.456-3, na qualidade de CESSIONÁRIO, resolvem, de comum acordo, nos termos da Lei Orgânica do Município, firmar o seguinte TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo a cessão de uso à ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DE DIAMANTE D'OESTE, de imóvel público municipal, com área de 13.096,17m², localizado Colônia Rio do Quarto – Lote Rural nº 36 B-1 da Gleba 03, 1ª parte, com a finalidade de abrigar projetos e treinamentos da Polícia Militar em defesa do interesse público que atendam suas finalidades em toda sua plenitude.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO:

O CESSIONÁRIO deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo no cumprimento do objetivo disposto na Cláusula Primeira, observando os seguintes critérios:

I - que a conservação e manutenção do espaço fiquem a cargo exclusivo da cessionária;

II - que o imóvel ora cedido não tenha sua finalidade desvirtuada;

III - que todas as edificações e benfeitorias que a cessionária executar no imóvel ora cedido a ele ficarão incorporadas, sem qualquer direito a indenização ou reposição;

IV - A rescisão da cessão nos termos da lei, por parte da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste, sem que esta fique com isso obrigada a pagar à Associação dos Policiais Militares de Diamante D'Oeste indenização de qualquer espécie e a qualquer título, ainda que se refira a benfeitorias, pois estas serão revertidas automaticamente ao patrimônio público;

V - Enquanto durar a Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste, sob pena de indenização dos danos.

CLAUSULA TERCEIRA - DA MODALIDADE DA CESSÃO: A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.

CLAUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO: O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma de legislação aplicável.

**CLAUSULA QUINTA - DA RESCISÃO:** O presente Termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o tome formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Clausula Segunda.

**CLAUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA -** A cessão de uso de que trata esta Lei se fará de forma gratuita, por prazo de 10 (dez), podendo ser prorrogado por igual período, de forma gratuita e em caráter privativo, mediante a condição de que o imóvel cedido seja utilizado pela cessionária.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:** Fica eleito o foro da comarca de Santa Helena/PR, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes. E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes, e pelas 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Diamante D'Oeste, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

**GUILHERME PIVATTO JUNIOR**

Prefeito Municipal

**EMMANUEL CUNICO DE ANDRADE**

Sargento Comandante do Destacamento da Polícia Militar

Testemunha

Testemunha

**Publicado por:**

Adriane Hilgert

**Código Identificador:**0005A2CC

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N.º 1420/2020

**SUMULA:** Dispõe sobre AUTORIZAÇÃO PARA Abertura de Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no Artigo 6º, da Lei Municipal nº 271/2019 (LOA 2020)

### DECRETA

**Art. 1º -** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 71.000,00 (Setenta e Um Mil Reais)**, incorporando ao orçamento geral do município as seguintes dotações orçamentárias:

#### 10 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

##### 001- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.0022.3067 – Sentenças e Reclamações Trabalhistas

3.3.90.91.00.00 – 3390 – 00000 – Sentenças Judiciais..... R\$ 71.000,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 71.000,00**

**Art. 2º -** Para dar cobertura ao crédito aberto de conformidade com o artigo anterior, ficam indicados, de acordo com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e na autorização contida no Art. 6º da Lei Municipal 271/2019 para a exceção do Artigo 167 Inciso VI da Constituição Federal, os recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

#### 07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 001- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0014.2044 – Manutenção do CRAS

3.1.90.11.00.00 – 2370 – 00000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 71.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO..... R\$ 71.000,00**

**Art. 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO OESTE** Aos Dois dias do Mês de Dezembro do Ano de Dois Mil e Vinte

**GUILHERME PIVATTO JUNIOR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Adriane Hilgert

**Código Identificador:**FA968170

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N.º 1421/2020

**SUMULA:** Dispõe sobre AUTORIZAÇÃO PARA Abertura de Crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização contida no Artigo 10º, da Lei Municipal nº 271/2019 (LOA 2020)

### DECRETA

**Art. 1º -** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 154.614,00 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Seiscentos e Quatorze Reais)**, incorporando ao orçamento geral do município as seguintes dotações orçamentárias:

#### 002 – GABINETE DO PREFEITO

##### 001- GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002-2006 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.11.00.00 – 0230 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 25.000,00

3.1.90.13.00.00 – 0240 – 0000 – Obrigações Patronais..... R\$ 8.000,00

#### 04 – SECRETARIA DA FAZENDA

##### 001- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TESOURARIA

04.123.0004-2011 – Atividades da Secretaria de Finanças

3.1.90.11.00.00 – 0460 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 15.200,00

#### 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

##### 001- DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2025 – Atividades do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00 – 1390 – 0103 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 63.000,00

3.1.90.13.00.00 – 1430 – 0103 – Obrigações Patronais..... R\$ 3.000,00

12.365.0010.2028 – Atividades da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00 – 1640 – 0103 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 4.000,00

##### 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO

27.812.0013.2035 – Atividades do Departamento de Esportes

3.1.90.11.00.00 – 1910 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 12.100,00

#### 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO

##### 002- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO

26.782.0017-2056 – Atividades do Departamento de Transportes

3.1.90.11.00.00 – 2860 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 18.314,00

3.1.90.13.00.00 – 2870 – 0000 – Obrigações Patronais..... R\$ 6.000,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 155.000,00**

**Art. 2º -** Para dar cobertura ao crédito aberto de conformidade com o artigo anterior, ficam indicados, de acordo com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, e na autorização contida no Art. 10º da Lei Municipal 271/2019 para a exceção do Artigo 167 Inciso VI da Constituição Federal, os recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

#### 02 – GABINETE DO PREFEITO

##### 001- GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002-2005 – Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.11.00.00 – 0180 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 70.000,00

3.1.90.13.00.00 – 0190 – 0000 – Obrigações Patronais..... R\$ 11.614,00  
 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 001- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS  
 04.122.0003-2009 – Atividades da Secretaria de Administração  
 3.1.90.11.00.00 – 0330 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 30.000,00  
 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
 13.392.0011.2032 – Manutenção das Atividades Culturais  
 3.1.90.11.00.00 – 1810 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 13.000,00  
 09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 20.608.0020.2063 – Apoio a Produção Animal  
 3.1.90.11.00.00 – 3220 – 0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R\$ 30.000,00  
**TOTAL DA ANULAÇÃO..... R\$ 154.614,00**  
**Art. 3.º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO OESTE** Aos Dois dias do Mês de Dezembro do Ano de Dois Mil e Vinte

**GUILHERME PIVATTO JUNIOR**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Adriane Hilgert  
**Código Identificador:**383F4199

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2020**

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2020**

**O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES**, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

**MODALIDADE: PREGÃO FORMA: ELETRÔNICO TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE VISANDO O FORNECIMENTO (LOCAÇÃO DE LICENÇA), INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, CONFORME CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E VALORES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

**VALOR MÁXIMO:** R\$ 288.208,83 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL DUZENTOS E OITO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

**INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**  
 Dia 07/12/2020 às 09:00.

**LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**  
 Dia 18/12/2020 às 09:00.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** Dia 18/12/2020 às 09:05.

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**  
 18/12/2020 às 09:05.

**LOCAL:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Para todas as referências de tempo será observado horário de Brasília (DF).

**VALIDADE DA CONTRATAÇÃO: 12 MESES**

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00min às 16h00min. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.doutorulysses.pr.gov.br](http://www.doutorulysses.pr.gov.br) no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 02 de dezembro de 2020.

**LUIZ OTERO MOREIRA FITZ**  
 Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**  
 Isac Kapp  
**Código Identificador:**B5F97985

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO**

**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**  
**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 109/2019 REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2019**

4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o Município de Fernandes Pinheiro - Paraná e a empresa Márcio Luiz Correia da Luz, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Remis João Loss, nº 600, na cidade de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, Inscrição no CNPJ/MF sob nº 01.619.323/0001-20, devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Cleonice Aparecida Kufener Schuck, residente e domiciliado na localidade rural de Queimadinhos, município de Fernandes Pinheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.157.336-5-PR e do CPF/MF sob nº 575.449.059-34, e

**CONTRATADA: MÁRCIO LUIZ CORREIA DA LUZ** pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Jose Maria Taques, 160 - CEP: 84.450-000 - Bairro: Centro, na cidade de Ipiranga/PR, inscrita no CNPJ nº 26.719.132/0001-61, neste ato devidamente representada pelo seu Responsável Legal, o (a) Sr.(a) MARCIO LUIZ CORREIA DA LUZ, portador do R.G nº 51100810 e CPF nº 926.200.279-34, residente e domiciliado à Rua José Maria Taques, 160 - CEP: 84.450-000 - Bairro: Centro, na cidade de Ipiranga/PR, tendo em vista a pandemia do COVID19, as determinações contidas no Decreto Municipal nº 027/2020, que determinou a paralisação de diversos serviços públicos, e a consequente necessidade de paralisação dos serviços contratados, têm entre si justa e acordada a celebração do presente termo aditivo ao contrato, nos termos do artigo 57, §1º, inc. III c/c art. 79, §5º, da lei 8.666/93 e alterações posteriores e ainda pela norma geral de Contratos, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO E DA ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O objeto do presente termo aditivo ao contrato, elaborado em conformidade com o artigo 57, §1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, é a suspensão do presente contrato administrativo, em decorrência do aumento do número de casos do coronavírus no Município, atendendo ao Decreto Municipal nº 189/2020, que trata das medidas contra a pandemia da Covid-19.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato originário, que não colidam com o presente termo.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Fernandes Pinheiro, 02 de dezembro de 2020.

**CLEONICE APARECIDA K. SCHUCK**

Contratante

**MÁRCIO LUIZ CORREIA DA LUZ**

Contratada

**Publicado por:**

Carmen Luciane Andreola Cabral

**Código Identificador:**BEDFD324**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 087/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á Av. Remis João Loss, nº 600, inscrito no CNPJ/MF nº 01.619.323/0001-20, devidamente representado pela Prefeitura Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Cleonice Aparecida Kufener Schuck, residente e domiciliado na localidade rural de Queimadinhos, município de Fernandes Pinheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.157.336-5-PR e do CPF sob nº 575.449.059-34, e

**CONTRATADA: GOP ENGENHARIA LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua XV de Julho, 274 - CEP: 84.500-076 - Bairro: Centro, na cidade de Irati/PR, inscrita no CNPJ nº 12.613.869/0001-90, neste ato devidamente representada pelo seu Responsável Legal, o (a) Sr.(a) LEANDRO SCHANOSKI, portador do R.G nº 6.902.921-3 e CPF nº 033.204.779-27, residente e domiciliado à Rua João Zarpellon, 179 - CEP: 84.504-416 - Bairro: São Pedro, na cidade de Irati/PR, acordam firmar o presente contrato, sujeitando-se aos contratos administrativos, instituídos pela lei federal nº 8666/93, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, conforme estipulações constantes no processo licitatório levado a efeito sob a modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020-PMFP**, tipo “Menor preço global”, devidamente homologada pela Contratante.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

§ **Único** - Conforme Cláusulas Sétima e Décima Quinta do Contrato Original, Parecer Técnico emitido pelo Departamento de Engenharia e Parecer Jurídico, fica prorrogado o prazo de execução da obra, passando seu vencimento de 22/11/2020 para 21/01/2021 e prorrogasse o Prazo de Vigência para 21/03/2021.

Permanecem inalteradas as demais condições não atingidas pelo presente termo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Fernandes Pinheiro, em 20 de novembro de 2020.

**CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK**

Contratante

**GOP ENGENHARIA LTDA EPP**

Contratada

**Publicado por:**

Carmen Luciane Andreola Cabral

**Código Identificador:**D61A5694**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO****ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 101/2020****ADJUDICAÇÃO DE OBJETO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 101/2020**

A PREGOEIRA OFICIAL DE FERNANDES PINHEIRO-PR, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os participantes abaixo indicado, com respectivo valor global, como vencedores da Licitação/Pregão, na forma eletrônica nº 101/2020, o fornecimento de Equipamentos, Materiais Médicos Hospitalares e Odontológicos para

a Secretaria Municipal de Saúde, pelo critério de Menor Preço Unitário:

Vencedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

LOTES: 07 e 10

Valor Global: R\$ 2.720,20 (dois mil e setecentos e vinte reais e vinte centavos)

Vencedor: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP

CNPJ: 09.560.267/0001-08

LOTES: 17

Valor Global: R\$ 1.870,00 (um mil e oitocentos e setenta reais)

Vencedor: CIRURGICA PARMA LTDA

CNPJ: 10.368.534/0001-29

LOTES: 19

Valor Global: R\$ 9.995,00 (nove mil e novecentos e noventa e cinco reais)

Vencedor: HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ: 17.676.642/0001-08

LOTES: 11

Valor Global: R\$ 585,00(quinientos e oitenta e cinco reais)

Vencedor: M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ: 32.593.430/0001-50

LOTES: 13 e 14

Valor Global: R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais)

Vencedor: MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 10.807.173/0001-70

LOTES: 01

Valor Global: R\$ 3.499,00 (três mil e quatrocentos e noventa e nove reais)

Vencedor: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

LOTES: 03, 04 e 20

Valor Global: R\$ 3.243,14 (três mil e duzentos e quarenta e três reais e quatorze centavos)

Vencedor: MUNIZ & ROCHA LTDA

CNPJ: 03.919.932/0001-20

LOTES: 12, 16 e 18

Valor Global: R\$ 6.349,94 (seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

Vencedor: SALVI E LOPES E CIA LTDA

CNPJ: 82.478.140/0001-34

LOTES: 05 e 15

Valor Global: R\$ 6.349,94 (seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

Fernandes Pinheiro, 01 de dezembro de 2020

**CAROLINE RODRIGUES DEA**

Pregoeira Oficial

**Publicado por:**

Caroline Rodrigues Dea

**Código Identificador:**48E51EF0**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO****HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 101/2020****HOMOLOGAÇÃO FINAL DE LICITAÇÃO****PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 101/2020**

A PREFEITA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO-PR, no uso de suas atribuições legais, com base no julgamento da Comissão Permanente de Pregão, HOMOLOGA o processo licitatório que tem por objeto a Aquisição de Equipamentos, Materiais Médicos Hospitalares e Odontológicos para a Secretaria Municipal de Saúde, pelo critério de Menor Preço Unitário, e declara os participantes abaixo, com respectivo valor global, como vencedores do Pregão, na forma Eletrônica nº 101/2020:

Vencedor: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

LOTES: 07 e 10

Valor Global: R\$ 2.720,20 (dois mil e setecentos e vinte reais e vinte centavos)

Vencedor: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP

CNPJ: 09.560.267/0001-08

LOTES: 17

Valor Global: R\$ 1.870,00 (um mil e oitocentos e setenta reais)

Vencedor: CIRURGICA PARMA LTDA

CNPJ: 10.368.534/0001-29

LOTES: 19

Valor Global: R\$ 9.995,00 (nove mil e novecentos e noventa e cinco reais)

Vencedor: HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ: 17.676.642/0001-08

LOTES: 11

Valor Global: R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais)

Vencedor: M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ: 32.593.430/0001-50

LOTES: 13 e 14

Valor Global: R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais)

Vencedor: MEDPOA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 10.807.173/0001-70

LOTES: 01

Valor Global: R\$ 3.499,00 (três mil e quatrocentos e noventa e nove reais)

Vencedor: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

LOTES: 03, 04 e 20

Valor Global: R\$ 3.243,14 (três mil e duzentos e quarenta e três reais e quatorze centavos)

Vencedor: MUNIZ & ROCHA LTDA

CNPJ: 03.919.932/0001-20

LOTES: 12, 16 e 18

Valor Global: R\$ 6.349,94 (seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

Vencedor: SALVI E LOPES E CIA LTDA

CNPJ: 82.478.140/0001-34

LOTES: 05 e 15

Valor Global: R\$ 6.349,94 (seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

Gabinete da Prefeita Municipal, em 01 de dezembro de 2020

**CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Caroline Rodrigues Dea

**Código Identificador:**65A807E1

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA**

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**RESOLUÇÃO Nº 019/2020 - CMDCA**

**RESOLUÇÃO Nº 019/2020 - CMDCA**

Aprova a prestação de conta parcial da Deliberação Nº 062/2016 - CEDCA/PR referente ao Aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos - segundo semestre de 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 492, de 17 de dezembro de 2014, alterada pela Lei Nº 500 de 01 de junho de 2015 e a deliberação ocorrida em 27 de novembro de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta parcial da Deliberação Nº 062/2016 - CEDCA/PR referente ao Aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos - segundo semestre de 2019.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 27 de novembro de 2020.

**DULCINÉIA TURRA BULGARELLI**

Presidente CMDCA

**Publicado por:**

Genilza Corrêa de Godoi

**Código Identificador:**BBB61F2B

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**RESOLUÇÃO Nº 020/2020 - CMDCA**

**RESOLUÇÃO Nº 020/2020 - CMDCA**

Aprova a prestação de conta final (total) da Deliberação Nº 062/2016 - CEDCA/PR referente ao Aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos - primeiro semestre de 2020 (de 01 de janeiro a 30 de abril de 2020).

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº 492, de 17 de dezembro de 2014, alterada pela Lei Nº 500 de 01 de junho de 2015 e a deliberação ocorrida em 27 de novembro de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a prestação de conta final (total) da Deliberação Nº 062/2016 - CEDCA/PR referente ao Aprimoramento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos - primeiro semestre de 2020 (de 01 de janeiro a 30 de abril de 2020).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 27 de novembro de 2020.

**DULCINÉIA TURRA BULGARELLI**

Presidente CMDCA



**Publicado por:**  
Genilza Corrêa de Godoi  
**Código Identificador:**B8822B22

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**

**ASSESSORIA LEGISLATIVA**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 412 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Republicado por incorreção Diário Oficial Edição 2150 de 02/12/2020)

Nomeia CARLOS ALBERTO DOS SANTOS do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO AO IDOSO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.600 de 2018 e alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, titular da CI RG nº 7.974.389-5, para o cargo em comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO AO IDOSO da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, símbolo 9-C, a partir de 01 de dezembro de 2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 01 de dezembro de 2020

**Publicado por:**  
Marcos Ronaldo Koerich  
**Código Identificador:**5D01101E

**CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

O Presidente da Câmara Municipal Vereadores de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

**PARTES:** Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR e a empresa Instituto Aplicado Em Gestão Pública

**ESPÉCIE:** Contrato nº. 025/2020 – Processo de Inexigibilidade nº 058/2020.

**OBJETO:** Prestação de serviço técnico e aperfeiçoamento dos servidores: Iani Mara da Silveira e Douglas Karnoski no Curso “Cerimonial de Posse para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores” a ser realizado online nos dias 03 e 04 de dezembro de 2020, promovido pela empresa IAGP - Instituto Aplicado Em Gestão Pública LTDA.

**PRAZO DE VALIDADE:** 31 de dezembro de 2020.

**VALOR TOTAL:** R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais).

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados após apresentação da **Nota Fiscal do tipo Eletrônica**.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa
01.001	01.031.0001.02001	3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

**DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020.

**FORO:** Comarca de Francisco Beltrão – PR.

**JOSÉ CARLOS KNIPHOFF**  
Presidente do Legislativo Municipal

**Publicado por:**  
Iani Mara da Silveira  
**Código Identificador:**DFD95B8F

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**TERMO ADITIVO**

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de termo aditivo ao Contrato:

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **ELEVADORES OTIS LTDA.**

**ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços nº 345/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 34/2016.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva do elevador da Torre da Concatedral do Município de Francisco Beltrão.

**ADITIVO:** Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Administração, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo de vigência do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 10056/2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 30 de novembro de 2021, de acordo com o abaixo especificado:

Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva do elevador da Torre da Concatedral do Município de Francisco Beltrão	MES	12,00	1.000,00	12.000,00

Francisco Beltrão, 23 de novembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**  
Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**  
Daniela Raitz  
**Código Identificador:**58B6C547

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**EXTRATO DE CONTRATO**

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **P C ZYDEK & CIA LTDA.**

**ESPÉCIE:** Contrato nº 941/2020 - Pregão nº 213/2019.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para serviço de detonação de rochas para suprir a demanda de obras do Município.

**PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias.

**VALOR TOTAL:** R\$ 73.856,25 (setenta e três mil oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

**FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
6540	11.001.15.452.1501.2079	0	3.3.90.39.21.00	Do Exercício
6540	11.001.15.452.1501.2079	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
6750	11.002.15.451.1501.1014	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
6750	11.002.15.451.1501.1014	0	3.3.90.39.21.00	Do Exercício
6540	11.001.15.452.1501.2079	0	3.3.90.39.05.00	Do Exercício
6750	11.002.15.451.1501.1014	0	3.3.90.39.05.00	Do Exercício

Francisco Beltrão, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**  
Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**  
Daniela Raitz  
**Código Identificador:**B1C649F6

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE CONTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **ANA CAROLINE GRASSI VANAZI**.

**ESPÉCIE:** Contrato nº 938/2020 - Processo dispensa nº 115/2020.

**OBJETO:** Contratação direta de profissionais de saúde consistentes em 03 (três) psicólogos, para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao Corona vírus (COVID-19), em atenção ao Decreto Municipal nº 376/2020, de 14 de outubro de 2020, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis enquanto durar a pandemia, conforme o Decreto Municipal supracitado.

**PRAZO:** 60 (sessenta) dias.

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.764,94 (quatro mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

**FORMA DE PAGAMENTO:** Até o dia 10 (dez) de cada mês.

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **BETANIA FIORI FERLA**.

**ESPÉCIE:** Contrato nº 939/2020 - Processo dispensa nº 115/2020.

**OBJETO:** Contratação direta de profissionais de saúde consistentes em 03 (três) psicólogos, para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao Corona vírus (COVID-19), em atenção ao Decreto Municipal nº 376/2020, de 14 de outubro de 2020, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis enquanto durar a pandemia, conforme o Decreto Municipal supracitado.

**PRAZO:** 60 (sessenta) dias.

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.764,94 (quatro mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

**FORMA DE PAGAMENTO:** Até o dia 10 (dez) de cada mês.

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **GABRIELA MAYARA KUCHINSKI**.

**ESPÉCIE:** Contrato nº 940/2020 - Processo dispensa nº 115/2020.

**OBJETO:** Contratação direta de profissionais de saúde consistentes em 03 (três) psicólogos, para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao Corona vírus (COVID-19), em atenção ao Decreto Municipal nº 376/2020, de 14 de outubro de 2020, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis enquanto durar a pandemia, conforme o Decreto Municipal supracitado.

**PRAZO:** 60 (sessenta) dias.

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.764,94 (quatro mil setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

**FORMA DE PAGAMENTO:** Até o dia 10 (dez) de cada mês.

## RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
20213	08.006.10.122.1001.2100	1020	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
20224	08.006.10.122.1001.2100	3	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
20203	08.006.10.122.1001.2100	1019	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

Francisco Beltrão, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**  
Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**  
Daniela Raitz  
**Código Identificador:**C87783D5

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo de Reconhecimento de Dívida.

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e o senhor **EDENILSON BECKER**

O presente TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA tem por objeto a liquidação do valor de R\$ 9.372,50 (nove mil e trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), devido pelo Município de Francisco Beltrão, decorrente de serviços prestados no reparo do telhado do Ginásio de Esportes Arrudão e na limpeza de calhas do Ginásio de Esportes João Cantu, conforme contido no processo nº 5189/2020, de 22/06/2020.

O reconhecimento da dívida no valor de 9.372,50 (nove mil e trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), importa em total quitação da parcela devida, com recursos da dotação orçamentária: 14.001.27.812.2701.2-096 – conta 8350 – natureza da despesa: 3.3.90.93.03.01 – indenizações – recursos livres.

Francisco Beltrão, 02 de dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Daniela Raitz  
**Código Identificador:**BAE8B5D1

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020

Pregão Eletrônico nº 064/2020

Homologação: 02/12/2020

Contratada: **CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**

Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.

Valor da despesa: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**7F836B47

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020

Pregão Eletrônico nº 064/2020

Homologação: 02/12/2020

Contratada: **G D C DA SILVA COSTA - EIRELI**

Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.

Valor da despesa: R\$ 1.624,14 (um mil seiscentos vinte quatro reais e catorze centavos)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**909123CE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020  
Pregão Eletrônico nº 064/2020  
Homologação: 02/12/2020  
Contratada: **CIRURGICA PARMA LTDA**  
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro  
Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.  
Valor da despesa: R\$ 128.740,00 (cento vinte oito mil setecentos e quarenta reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**3D9198F0

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020  
Pregão Eletrônico nº 064/2020  
Homologação: 02/12/2020  
Contratada: **ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA**  
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro  
Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.  
Valor da despesa: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**FE304232

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020  
Pregão Eletrônico nº 064/2020  
Homologação: 02/12/2020  
Contratada: **SC MEDICAL COMERCIO E SERVICO EIRELI**  
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro  
Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.  
Valor da despesa: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**FED1ECC9

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020  
Pregão Eletrônico nº 064/2020  
Homologação: 02/12/2020  
Contratada: **I. S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI**  
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro  
Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.  
Valor da despesa: R\$ 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**CD825CE0

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020  
Pregão Eletrônico nº 064/2020  
Homologação: 02/12/2020  
Contratada: **ALIANCA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA**  
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro  
Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.  
Valor da despesa: R\$ 20.789,99 (vinte mil setecentos oitenta nove reais noventa e nove centavos)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**E4F9975E

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020  
Pregão Eletrônico nº 064/2020  
Homologação: 02/12/2020  
Contratada: **EP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI**  
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro  
Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.  
Valor da despesa: R\$ 31.900,00 (trinta um mil e novecentos reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**AC16D0C3

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 119/2020

Pregão Eletrônico nº 064/2020

Homologação: 02/12/2020

Contratada: **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 - SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR.

Valor da despesa: R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais)

**LUIS OTÁVIO GELLER SARAIVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Luis Henrique Nery

**Código Identificador:**0D246BC7

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL

**Processo Administrativo nº. 119/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 314/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **I. S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI**, sediada na Avenida Bernardo Sayão, 785, Quadra A46 Lote 06, Setor Central, Rialma - GO, inscrita no CNPJ nº 18.031.325/0001-05 neste ato representada pelo Sr. Ítalo Seixas Costa inscrita no CPF sob nº 013.784.355-08, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
5	3	UN.	ASPIRADOR PORTÁTIL CIRÚRGICO – Capacidade de aspiração de 1,5 litros. Deve ser leve e Fácil de transportar, motor com bloco de alumínio e totalmente isento de óleo, garantia de sucção de até 20 polegadas de Hg, ajustada através do botão de intensidade de aspiração. Vacuômetro que permita ao profissional de saúde o acompanhamento com precisão da potência solicitada durante a aspiração, que garanta um fluxo de aspiração exato para cada procedimento clínico ou cirúrgico. Possuir um poder de aspiração de até 20 litros por minuto. Frasco plástico, com mínimo de	R\$ 1.470,00	R\$ 4.410,00

		1,5 litros, autoclavável ou vidro. Possuir proteção contra extravasamento de líquidos, sangue e secreções através de boia mecânica de nível acoplada na tampa do frasco de aspiração, possuir filtro Hidrofóbico como segunda proteção para o sistema de vácuo assegurando a longevidade do motor gerador de vácuo. Indicado para aspiração de secreções durante os procedimentos clínicos, aspirações cirúrgicas, aspirações de vias aéreas e outras aplicações médicas. Tensão de Alimentação: Bivolt.	
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 4.410,00</b>

### CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;

4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;

Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;

4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo

a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº.7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a Sr<sup>a</sup> Rhamavane S. Neubauer, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a Sr<sup>a</sup>. Rhamavane S. Neubauer, Secretária Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na clausula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

9.3. A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresse consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

## **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

**§ 1º** - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**§ 2º** - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

**§ 3º** - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Contratante

**I. S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI**  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**17128937

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL

**Processo Administrativo nº. 119/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 317/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade; e de outro lado a empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, sediada na Avenida Henrique Mansano, 1595, Alpes, Londrina - PR, inscrita no CNPJ nº 32.593.430/0001-50 neste ato representada pelo Sr. José Marcio Carrega inscrita no CPF sob nº 109.523.298-32, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
3	2	UN.	Desfibrilador externo automático DEA: Desfibrilador Bifásico Intensidade energia manual de 1 a 250J. Limita a 50 Jules no modo pediátrico, pás multifuncionais adesivas pediátricas, pás externas pediátricas e pás intracavitárias. Marca passo transtentâneo Modo fixo e demanda. Desfibrilador Externo Semi - Automático energia entregue no modo DEA - padrão: 200 J => adulto ou 50 J=> pediátrico. Escalonável: 100, 150, 200J. O usuário é orientado através de mensagens de texto, figuras e áudio.	R\$ 15.300,00	R\$ 30.600,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 30.600,00</b>

#### CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;



Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;  
Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a Sr<sup>a</sup> Rhamayane S. Neubauer, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a Sr<sup>a</sup> Rhamayane S. Neubauer, Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na clausula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

9.3. A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria

Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresse consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

## **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantida a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções

previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Contratante

**M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

Publicado por:  
Luis Henrique Nery  
Código Identificador:3E526B2B

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS AVISO DE DECLARAÇÃO DE VENCEDOR - TOMADA DE PREÇOS Nº. 016/2020

O MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – PARANÁ, através da Comissão de Licitação torna público aos interessados na Tomada de Preços nº 016/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO no AERÓDROMO PÚBLICO do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, conforme planilhas e memorial descritivo., que após a fase de recursos foi declarada vencedora do presente certame a seguinte empresa:

**Empresa Vencedora: VW CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP 12.939.886/0001-12)**

Item	Quantidade	Unid.	Especificações	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Serv.	CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO NO AERÓDROMO MUNICIPAL no município de Goioerê-Pr., conforme	R\$ 278.878,80	R\$ 278.878,80

planilhas  
descritivo. e memorial

Goioerê-PR, 02 de dezembro de 2020.

**MARIA IVANETE CARDOSO DE MACEDO**Presidente da Comissão  
Portaria nº 197/2.020**Publicado por:**

Fabiana Pereira

**Código Identificador:**07E6805C**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 098/2020 - PROCESSO  
LICITATÓRIO Nº 238/2020**

HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2020

CONTRATADO: VIA VERDI VEICULOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

OBJETO: REVISÃO DE 30.000 KM do veículo FIAT DUCATO, frota 148, placa BDR-9I90, em período de garantia na concessionária autorizada, conforme solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIOERÊ.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.232,69 (um mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei de Licitações.

DATA: 02/12/2020

**PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabiana Pereira

**Código Identificador:**12420EDC**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 086/2.020**

Objeto: CONTRATAÇÃO de empresa especializada para execução de melhorias no padrão elétrico da PRAÇA JOHN KENNEDY, do Município de GOIOERÊ-PR.

Horário: 09:00 horas. Data:16/12/2020.

Informações: fone (44) 35218924, e-mail: licitacoes@goioere.pr.gov.br

Goioerê, 02 de dezembro de 2020

**PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabiana Pereira

**Código Identificador:**219A9B07**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 97/2.020 PROCESSO  
LICITATÓRIO Nº 237/2.020**

HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2020

CONTRATADO: T.H. MANGOLIN - MJ CONSTRUÇÕES - EIRELI - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.727,00 (dezesesseis mil setecentos e vinte e sete reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 02/12/2020

**PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Aline Cavalcante Carreão Zane

**Código Identificador:**B4CDB8D2**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 287/2.020**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE através da PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor: R\$ - 3.407,00 (três mil quatrocentos e sete reais)

Vigência: 12 (doze) meses

Início: 01 de dezembro de 2.020.

Processo: Nº 234/2020

Dispensa de Licitação: Nº:096/2020

Dotações:

Cód.Red.	Und.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento da Despesa	Compl. do Elemento
271	12.02	2.064	3.3.90.39.00.00.00	3.3.90.39.69.02.00.00

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de SERVIÇOS de SEGURO VEICULAR.

Goioerê, 01 de dezembro de 2.020.

**PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**

Município de Goioerê

**Publicado por:**

Aline Cavalcante Carreão Zane

**Código Identificador:**76CA5226**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E  
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020**

O presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado o **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ**, com sede e Prefeitura à Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.167.875-9 SSP/PR, inscrito no CPF nº 490.651.069-87, residente e domiciliado nesta cidade e, de outro lado a Empresa **CIS-COMCAM – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão**, pessoa jurídica pública interna, inscrito no CNPJ sob nº 95.640.322/0001-01, com sede na Rua Mamborê, nº 1542, Centro, na cidade e comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente, Senhor CARLOS ROSA ALVES, residente e domiciliado em Campo Mourão – Pr, portador da cédula de identidade RG nº 3.454.380-1 SSP-PR, inscrito no CPF nº 505.919.329-20, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato nº 20/2020, referente à Dispensa de Licitação nº 001/2020, para constar a seguinte alteração:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Aditivo é o acréscimo de 8,33% (oito virgula trinta e três por cento) ao Item 2 - **PLANTÃO MÉDICO REFERENTE A SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - Realizado através do Consórcio (CIS-COMCAM)**, com base no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, conforme solicitação da Secretaria de Saúde

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

O valor do presente Aditivo é de R\$ 10.276,10 (dez mil duzentos e setenta e seis reais e dez centavos).

**PARAGRAFO ÚNICO:** A despesa decorrente deste **TERMO ADITIVO** correrá à dotação consignada no orçamento, com a seguinte classificação orçamentária:

Despesa	Unid. Orç.	Funcional	Elemento	Recurso
392	12.07	10.302.0012.2.071	3.3.71.70.00.00.00	0303

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-Pr, 30 de novembro de 2020.

**PEDRO A. DE OLIVEIRA COELHO**

Município de Goioerê

Contratante

**CARLOS ROSA ALVES**

CIS- COMCAM – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão  
Contratada

**Publicado por:**

Aline Cavalcante Carreão Zane

**Código Identificador:**5679DC7C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/**

Pelo presente Termo, de um lado o **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, Goioerê, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**, de outro lado à empresa **ELETROFIO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.062.099/0001-09, neste ato representada pelo Sr. **JOÃO ALBERTO FORLAN**, portador da cédula de identidade nº 752.110/ SSP-PR, inscrito no CPF nº 046.040.759-72, residente e domiciliado em Maringá- Paraná, na Av. São Paulo nº 119, Ap. Nº 1201, Centro, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 149/2020, referente ao Pregão nº 21/2020, para constar a seguinte alteração:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração da **CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES PARA ENTREGA** com base no Art. 57, §1º, Inciso V, da Lei 8.666/93 e no parecer técnico do fiscal da obra.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO**

À **CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES PARA ENTREGA**, passará a ter a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 60 (sessenta) dias, a partir de 06 de dezembro de 2020, conforme Ordem de Serviços emitida pela Secretaria de Planejamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam ratificadas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Goioerê-Pr, 02 de dezembro de 2020.

**PEDRO ANTONIO DE O. COELHO**

Município de Goioerê

Contratante

**JOÃO ALBERTO FORLAN**

Eletrofio Instalações Elétricas LTDA

Contratada

**Publicado por:**

Aline Cavalcante Carreão Zane

**Código Identificador:**0F2C9A8B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS**

**LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS**

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
Secretaria Tesouro Nacional	Simples Nacional	02/12/2020	5.919,79
Secretaria Tesouro Nacional	Fundeb	02/12/2020	84.895,50

Goioerê, 02 de Dezembro de 2.020.

**RAISSA NATANI ALENCAR DE SOUZA**

Secretária da Fazenda

**Publicado por:**

Graciele Giopato Lima Rosa

**Código Identificador:**F62EB55B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Dispensa de Licitação nº. 005/2020

Processo Administrativo nº. 005/2020

Respaldado no inciso II, do artigo 24, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis, objeto do processo administrativo nº. 005/2020, AUTORIZO Contratação de pessoa física e/ou de empresa para aquisição de notebook com processador equivalente ou superior Intel core i5 da oitava geração no mínimo, para a Câmara Municipal de Goioxim, no valor de R\$ 8.580,00 (oito mil e quinhentos e oitenta reais), para atender as necessidades desta Câmara Municipal.

Em cumprimento ao disposto do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, DETERMINO a presente ratificação no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Goioxim, 02 de dezembro de 2020.

**ELSON LUIZ GUTERVIL**

Presidente da Câmara

**Publicado por:**

Fernanda Bertuol

**Código Identificador:**C2687AAC

**MUNICIPIO DE GOIOXIM**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 092 2020**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2020

**PROCESSO 140****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE GOIOXIM**, torna público que às 09:00 horas do dia 15 de dezembro de 2020, na plataforma eletrônica COMPRASNET, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM**. Valor total R\$ 50.436,43. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Flávio Balduino Soares, Paraná, Brasil - Telefone: (042) 3656-1002 - E-mail licitagoioxim@yahoo.com.br. A Pasta Técnica,

com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço [www.comprasnet.com.br](http://www.comprasnet.com.br) ou pelo e-mail [licitagoioxim@yahoo.com.br](mailto:licitagoioxim@yahoo.com.br), das 08:00 às 17:00 horas.

Goioxim, 02 de dezembro de 2020.

**FLÁVIO BALDUINO SOARES**

Pregoeiro

**Publicado por:**  
Flavio Balduino Soares  
**Código Identificador:**1FB3C449

**MUNICIPIO DE GOIOXIM**  
**PORTARIA 122/2020**

Revoga, Gratificação de função, dando outras providências.

**MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Revogar a gratificação de função concedida a Servidora lotada na Secretaria Municipal de assistência social, JOSCELIA APARECIDA PEDROSO, matrícula funcional 7196-1, a partir da data de 01 de Dezembro de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de Novembro de 2020.

**MARI TEREZINHA DA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Nelson Ferreira de Souza  
**Código Identificador:**7AD53B6E

**MUNICIPIO DE GOIOXIM**  
**PORTARIA 129/2020**

Sumula, afasta servidora ocupante de cargo em provimento em comissão, dando outras providências.

**MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE**

Afastar a Servidora ADRIELE HENNING, do Cargo em provimento em comissão de ASSESSOR ESPECIAL I DE PROGRAMAS SOCIAIS, a partir da data de 01 de Dezembro de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de Novembro de 2020.

**MARI TEREZINHA DA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Nelson Ferreira de Souza  
**Código Identificador:**5030103C

**MUNICIPIO DE GOIOXIM**  
**DECRETO 056/2020**

**DECRETO Nº 56/20**

Designa os membros para compor o Conselho de Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor de Goioxim e dá outras providências.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 323, de 15 de maio de 2007, que dispõe sobre o do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo e regulamenta a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Goioxim

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Ficam nomeados para compor o Conselho de Desenvolvimento do Plano Diretor Municipal de Goioxim os seguintes representantes do Poder Público e da Sociedade Civil:

**TÉCNICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:**

Lucas Quelin - CPF: 051.393.029-93

Silvio Antonio Campanha - CPF: 797.426.707-78 -

**TÉCNICO DA DIVISÃO DE PROJETOS, OBRAS E FISCALIZAÇÃO:**

Luciano Mattule - CPF: 069.289.169-23

Eliseu Antonio Nuernberg - CPF: 553.597.369-68

**TÉCNICO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:**

Jocélio Kordiak - CPF: 924.373.709-00

Flavio Balduino Soares - CPF: 097.766.269-12

**REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:**

Fernanda Bertuol - CPF: 071.666.669-35

Marcos Valério Severo dos Santos - CPF: 961.705.900-25

**REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL:**

Adalgisa Vladia Borgio - CPF: 060.397.729-48

Inês Ávila da Cruz - CPF: 005.931.369-26

**REPRESENTANTE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS:**

**REPRESENTANTE DO DISTRITO DE PINHALZINHO:**

Eder dos Santos - CPF: 062.993.229-85

Duarte Ferreira Ramos - CPF: 630.696.879-20

**REPRESENTANTE DO DISTRITO DE JACUTINGA:**

Edenilson Ferreira Ramos - CPF: 008.833.559-28

Vanderlei Negrelle - CPF: 957.422.399-04

**REPRESENTANTE DA EMATER:**

Tiago Malaver - CPF: 067.444.959-25

**REPRESENTANTE DA DEFESA CIVIL:**

Benildo Sponchiado - CPF: 645.933.710-15

Fabiane Roberta da Rocha Costa Rizzi - CPF: 060.308.879-12

**REPRESENTANTE DA SAÚDE:**

Emilene Foss - CPF: 041.664.989-08

Daiane de Fátima Ferreira - CPF: 080.951.119-37

**REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO:**

Lucimara Aparecida de Lima - CPF: 036.224.269-00

Gislaine Zarzanello - CPF: 057.989.589-06

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

Lucia Antunes do Amaral - CPF: 035.267.529-23

Andressa Lange - CPF: 054.730.059-06

**REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS PROFESSORES:**

Daniele Aparecida Ferreira de Moraes - CPF: 062.132.189-39

Erivaldo Gonçalves - CPF: 022.546.639-25

**REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS:**

Lorinaldo Alves de Souza - CPF: 011.343.329-80

Angela Fabiane Cagnini - CPF: 080.423.159-10

**REPRESENTANTES DOS AGRICULTORES:**

Elvio Inacio Zorzanello - CPF: 394.264.240-20

Fernando Rizzi - CPF: 066.616.549-42

**REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:**

Evanizio Godoy - CPF: 042.596.839-18

Assis Godoy Ferreira - CPF: 093.284.329-13

**REPRESENTANTES DO CONSELHO DE SEGURANÇA:**

Clovis Pedro de Lima – CPF: 082.989.888-33

Fabiana de Lima Feliz – CPF: 090.187.669-09

**Art. 2º** - O mandato dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal será de 02 (dois) anos, com possibilidade de recondução por igual período.

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**MARI TEREZINHA DA SILVA**

Prefeita Municipal.

**Publicado por:**

Samuel Gonçalves Bueno

**Código Identificador:**99FCB15A

**MUNICIPIO DE GOIOXIM  
PORTARIA 130/2020**

**MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Revogar a portaria 76/2019 de 13 de junho de 2019, referente a designação da Servidora OLINDA FERREIRA DAS CHAGAS CORREIA, como responsável pela coordenação da unidade de saúde da localidade de Wagner.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeito a partir da data de 02/12/2020, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 02 de Dezembro de 2020.

**MARI TEREZINHA DA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Nelson Ferreira de Souza

**Código Identificador:**F3A6FCFD

**MUNICIPIO DE GOIOXIM  
PORTARIA 131/2020**

**MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE**

Revogar a Portaria 78/2019 do dia 27 de junho de 2019, referente a designação da Servidora CARLA ADRIELI DE LIMA CHAGAS, como fiscal sanitário.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 02 de Dezembro de 2020.

**MARI TEREZINHA DA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Nelson Ferreira de Souza

**Código Identificador:**DF8F5B6C

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA**

**COMPRAS E LICITAÇÕES  
ADENDO - 156/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2020  
Concorrência Pública nº 001/2020**

O Município de Guaíra, Paraná, inscrito no CNPJ nº 77.857.183/0001-90, comunica a quem possa interessar que o Ata De Registro De Preços Nº 260/2020, Decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 001/2020, teve a seguinte inclusão de Dotação Orçamentária, conforme descrito abaixo.

**Objeto do Contrato:** que será a contratação de empresa especializada visando a execução futura de serviços de construção, com fornecimento de materiais de Muro de alvenaria e Muro pré-fabricado em concreto armado, cujos serviços deverão ser realizados rigorosamente de acordo com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, em consonância com as demais peças e documentos da Concorrência Pública nº 001/2020, fornecida pelo CONTRATANTE.

**Contratada:** VILLARES CONSTRUTORA E METALURGICA – EIRELI, inscrita no CNPJ nº 05.863.476/0001-70, com endereço na Rodovia BR 272, KM 560, s/nº, Caixa Postal nº 01, Vila Guarani, na cidade de Terra Roxa, Estado do(e) Paraná, CEP: 85.990-000, telefone(s): (44) 3648-7028 e (44) 99943-8945, e-mail: villares@villaresconstrutora.com

**Da Inclusão da Dotação:** Ficam inclusas as seguintes Dotações Orçamentárias no contrato, conforme seguem:

**Dotação:** 420**Órgão:** 08 - Secretaria Municipal de Educação**Unidade:** 001 - Diretoria de Educação

**Ação:** 1009 - Construções, reformas, Ampliação e Adequação de Bens e Aquisição de Ativo Imobilizado nas Escolas de Ensino Fundamental - Outros Recursos

**Elemento:** 3.449.051.910.000.000.000 - Obras em andamento

**Vínculo:** 00104 - 25% sobre demais impostos vinculados à educação - Exercício Corrente

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços.

Publique-se.

Guaíra, Paraná, 25 de novembro de 2020.

**ANILDO MORAIS PERAZOLI**

Diretor da Diretoria de Compras e Licitações

**Publicado por:**

Luiz Jose Junior Bezerra da Costa

**Código Identificador:**D8DA1746

**COMPRAS E LICITAÇÕES  
ADENDO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2020**

**Pregão Eletrônico nº 007/2020**

O MUNICÍPIO DE GUAÍRA, inscrito no CNPJ nº 77.857.183/0001-90, comunica a quem possa interessar que a Ata de Registro de Preços nº 075/2020, decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2020, teve a seguinte alteração de marcas nos itens 162 e 241 do Anexo 1, conforme descrito abaixo.

**Objeto da Ata de Registro de Preços:** contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos a serem utilizados na distribuição pela Farmácia Municipal, Unidades Básicas de Saúde, no atendimento do setor de emergência e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA no Município de Guaíra - PR.



**Contratada:** PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.816.696/0001-54, com endereço na Rua Franco Grilo, 374, Fundos, Col. Dona Luiza, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, CEP 84.045-320.

#### Da Alteração da Marca:

**Item:** 162

**Descrição:** Fenobarbital 100 mg comprimido. BR0267660.

**Marca registrada:** TEUTO

**Nova Marca:** UNIÃO QUÍMICA

**Item:** 241

**Descrição:** Metformina (cloridrato) 500 mg comprimido. BR0267690.

**Marca registrada:** PRATI DONA-DUZZI

**Nova Marca:** TEUTO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas da Ata de Registro de Preços original.

Publique-se.

Guaíra, Paraná, 02 de dezembro de 2020.

**ANILDO MORAIS PERACOLI**

Diretor do Departamento de Compras

**Publicado por:**

Luiz Jose Junior Bezerra da Costa

**Código Identificador:**C202E19A

### COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2020

O Município de Guaíra - Paraná torna público aos interessados e a quem possa interessar que a abertura da nova sessão pública do Pregão Eletrônico nº 201/2020, que tem por objeto Aquisição de retroescavadeira, conforme plano de sustentabilidade do Convênio MAPA nº 892082/2019 celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Guaíra que tem por objeto a aquisição de patrulha mecanizada, tipo Menor Preço, e será julgada pelo maior percentual de desconto Global, nos termos da Lei nº 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, uma vez que a PRIMEIRA sessão pública foi declarada DESERTA, razão da presente republicação. Sendo remarcada para a data a seguir:

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 08h00min do dia 16/12/2020

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** das 08h01min. às 08h29min do dia 16/12/2020

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 08h30min do dia 16/12/2020

O edital completo poderá ser obtido através do site [www.guaira.pr.gov.br](http://www.guaira.pr.gov.br) no Link Processos Licitatórios e/ou no site: [bllcompras.com/](http://bllcompras.com/). Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642 9928. E-mail [compras@guaira.pr.gov.br](mailto:compras@guaira.pr.gov.br).

Publique-se

Guaíra (PR), em 02 de dezembro de 2020.

**MARIA JOSÉ RODRIGUES SOUZA**

Pregoeiro(a)

**Publicado por:**

Graziela Barbosa de Azevedo

**Código Identificador:**BA9B1ABC

### CONSAMU ATO DE CONSÓRCIO Nº 59/2020

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 072/2019, resolve:

**Art. 1º** Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar na importância de **R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**, destinado às rubricas orçamentárias a seguir relacionadas:

**Projeto/Atividade:** 01.001.10.302.0001.2.002 Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência

**Despesa:** 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

**Fonte de Recurso:** 1 - Contrato de Rateio - Entes Consorciados

**Valor:** R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

**Projeto/Atividade:** 01.001.10.302.0001.2.002 Manutenção dos Serviços de Urgência e Emergência

**Despesa:** 3.3.90.37.00.00 – Locação de Mão-de-Obra

**Fonte de Recurso:** 1 - Contrato de Rateio - Entes Consorciados

**Valor:** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

**Art. 2º** A importância R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) é decorrente de redução parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada:

**Projeto/Atividade:** 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do Quadro de Servidores

**Despesa:** 3.1.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis- Pessoa Civil

**Fonte de Recurso:** 1 - Contrato de Rateio - Entes Consorciados

**Valor:** R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

**Art. 3º** Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 02 de dezembro de 2020.

**JUCENIR LEANDRO STENTZLER**

Presidente CONSAMU

**Publicado por:**

Tatiana Carvalho

**Código Identificador:**FFCB9BC8

### CONSAMU ATO DE CONSÓRCIO Nº 60/2020

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 072/2019, resolve:

Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 59/2020 que altera o Orçamento do Exercício de 2020 e sua Programação Financeira.

**Art. 1º** Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2020 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, como estabelece abaixo:

**§ 1º** Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2020:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
1 – Contrato de Rateio- Entres Consorciados	3 Despesa Corrente	R\$ 45.000,00

**Parágrafo 2:** Alterações Diminutivas do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2020:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
1 – Contrato de Rateio- Entres Consorciados	3 Despesa Corrente	R\$ 45.000,00

**Art. 3º** Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 02 de dezembro de 2020.

**JUCENIR LEANDRO STENTZLER**

Presidente CONSAMU

Publicado por:  
Tatiana Carvalho  
Código Identificador:484BABE9

**PROJUR**  
**PORTARIA Nº 559/2020 DATA: 02.12.2020**

Ementa: concede férias aos servidores públicos municipais, conforme específica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos on-line sob os nºs 8.427/2013, 1.489/2017, 4.314/2017 e 001/2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder Férias aos servidores públicos municipais, mencionados a seguir:

NOME	RG Nº	PERÍODO AQUISITIVO	INÍCIO/FINAL
Arcídio da Rocha	1.403.750-0 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Claudia Martins de Oliveira	1128119 SESPIL/MS	2018/2019	11/01/2021 a 09/02/2021
Cleverson João da Silva	6.968.144-1 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Laerte Lima da Silva	4.026.026-9 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Nemias Vicente de Barros	5.283.290-0 SESPIL/PR	2019/2020	04/01/2021 a 02/02/2021
Paulo Rodrigues	5.896.113-2 SESPIL/PR	2020/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
Rafael Matter	9.685.570-2 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Sandro Jacinto dos Santos	7.514.063-0 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Vagner Lima	6.458.968-7 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021
Valeria Harumi Saito Friedrich	7.946.826-6 SESPIL/PR	2018/2019	01/12/2020 a 18/12/2020 e 11/01/2021 a 22/01/2021
Vanderlei de Souza Martins	8.480.438-0 SESPIL/PR	2019/2020	21/12/2020 a 19/01/2021

**Art. 2º** Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**HERALDO TRENTO**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Alaide Carvalho de Lima Barreto  
Código Identificador:3923B51A

**PROJUR**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 20/2020 REF. RECURSOS**  
**RECEBIDOS – REGISTRADO NO MEMORANDO Nº**  
**3.176/2017**

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20.03.97 e do § 2º, do artigo 116, da Lei nº 8.666, **NOTIFICA a Câmara Municipal de Vereadores, os Partidos Políticos, os Sindicatos e as Entidades Empresariais**, com sede no Município de Guaíra, Estado do Paraná, que no dia 27.11.2020, foi creditado na conta corrente nº 647086-00 da Agência nº 0722 da Caixa Econômica Federal, o valor de R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), recebidos do Ministério do Desenvolvimento Turismo, referente ao Contrato de Repasse OGU nº 852208/2017 Operação 1040033-34, no âmbito do Programa Turismo, sob a gestão do Ministério do Turismo, que tem por objeto a Revitalização do Centro Náutico: Pier, Calçadas de Acesso e Centro de Apoio ao Turista, neste município de Guaíra, Estado do Paraná.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**HERALDO TRENTO**

Publicado por:  
Alaide Carvalho de Lima Barreto  
Código Identificador:9F18D747

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 157/2.020.**

**DECRETO Nº 157/2.020.**

DISPÕE SOBRE ATUALIZAR DISPOSITIVOS DO DECRETO 146/2020, SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTAMENTO E CONTINGENCIAMENTO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO DE GUARACI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**JOSÉ CARLOS TOLOI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** a pandemia decretada pela OMS – Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** o contágio e propagação do vírus COVID-19 em locais com aglomeração de pessoas;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual e Decreto Federal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se evitar contaminações de grande escala e de se restringir riscos, mormente diante da pequena oferta de serviços de saúde neste município;

**CONSIDERANDO** a metragem dos locais de atendimento ao público neste Município;

**CONSIDERANDO** o aumento da ocupação de leitos SUS e privado da nossa região.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Permanecem adotadas, as seguintes medidas:

I – Suspensão de atividades esportivas no Ginásio de Esportes, Estádio Municipal, Arena Pioneiros do Esporte e Escolas;

II – Suspensão das aulas presenciais no Espaço Musical presencial;

III – Suspensão de eventos, reuniões, palestras e/ou encontros que aglomerem pessoas, salvo se justificado à Administração Pública;

IV – Suspensão de atividades e eventos relacionados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, inclusive reuniões do grupo de idosos e crianças/adolescentes;

V – Suspensão de serviços nos Departamentos de Esporte e Cultura;

VI – Suspensão, desde 19 de março de 2020, às aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino (ESCOLAS e CMEI'S);

VII – Suspensão do Transporte Universitário;

VIII – Disponibilização de Álcool 70% para uso nas repartições municipais de atendimento ao público;

IX – Suspensão das aulas presenciais da APAE Escola Rafael de Oliveira;

X – Suspensão das visitas do Asilo Lar Divina Providência;

XI – Fica proibido a utilização de academias ao ar livre e parque infantil do município e distrito;

XII – Suspensão das atividades do Guaraci Tennis Club.

**Art. 2º** - Ficam os seguimentos a seguir, autorizados a funcionar nos seguintes termos e horários:

**I** - Supermercados, Mercarias, Panificadoras, Farmácias, Laboratórios Clínicos, Distribuidora de Gás e Bebidas, Postos de Combustíveis, Depósito de Construção, Pet Shop, Agências Bancárias, Lotérica, Correios, Construção Civil, Oficina mecânica, funilaria, serralheria, Comércio em geral e agropecuária ficam autorizados ao funcionamento em horário normal;

**II** – Escritórios de advocacia, contabilidade, cartório de registro civil, borracharia e lava-jato, autorizadas ao funcionamento no horário normal, com restrição de público, que será orientado por fiscal, de acordo com a metragem;

**III** – Restaurantes, Lanchonetes, bares, sorveterias e acaféterias ficam autorizados ao funcionamento presencial, com horário máximo restrito, imprerivelmente, às 23:00 horas com público reduzido conforme orientação prestada pelo fiscal, exclusiva, em cada estabelecimento, levando em consideração a metragem, conforme descrito em termo de compromisso assinado pelos proprietários/responsáveis.

**IV** - As academias e centros de ginásticas particulares estão autorizados o funcionamento, conforme metragem, e orientações realizadas pelo fiscal do Município;

**V** – Clínica de estética, salão de beleza, barbearias e afins estão autorizados o funcionamento, mantendo atendimento ao cliente de dois por vez, pré-agendado;

**VI** - Aulas particulares, presenciais para adultos, de acordo com orientação prestada pelo fiscal, exclusiva para cada estabelecimento, levando em consideração a metragem.

**VII** - O atendimento prestado pelo Conselho Tutelar será realizado, preferencialmente, pelo plantão, através do telefone (43) 9 9145-0050, como também presencial no horário das 8 às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira;

**Parágrafo primeiro** – O ingresso nos locais citados no artigo 2º só será permitido para pessoas que não apresentem sintomas gripais;

**Parágrafo segundo** – Recomenda-se que crianças, compreendidas aquelas entre 0 a 12 anos não adentrem aos estabelecimentos comerciais; Caso ocorra, só será possível acompanhada de seus pais/responsáveis.

**Parágrafo terceiro** – É de responsabilidade de cada proprietário, dos seguimentos citados no artigo 2º, a organização das filas dentro e fora do estabelecimento mantendo a distância mínima de 2m entre as pessoas;

**Parágrafo quarto** – Fica permitida a permanência de clientes para consumo, nos estabelecimentos, como padaria, lanchonete, espetinhos, sorveterias, açafeterias e restaurante nos respectivos horários estabelecidos nos incisos deste artigo, após orientação do fiscal do Município, devendo cada empresa retirar 50% das mesas do local, e após, 50% das cadeiras, conforme declarado e assinado em termo de responsabilidade.

**Parágrafo quinto** – O atendimento das empresas citadas nesse artigo, deverão ser PREFERENCIALMENTE, por telefone, email, *delivery* e plataformas digitais;

**Parágrafo sexto** – todos os tipos de bebedouros deverão ser isolados de uso dos clientes, dos seguimentos em que se possibilidade o atendimento presencial;

**Parágrafo sétimo** - Fica autorizado a prática de atividade física ao ar livre, tais como caminhada e ciclismo, sem aglomerações, e desde que seja respeitado o distanciamento.

**Parágrafo oitavo** – Fica autorizado o retorno da feira local, em frente a prefeitura, às quarta-feiras, cuja estrutura será montada com espaçamento, e orientações de prevenção serão prestadas à todos os feirantes, pelo fiscal municipal, através de termo de compromisso.

**Art. 3º** - Todos os seguimentos descritos no Art. 2º e Incisos, deverão obedecer rigorosamente às normas de combate ao Coronavírus, que seguem:

I – Não cumprimentar clientes com aperto de mão, abraço e beijo;

II – Não compartilhar utensílios como copos, talheres, etc;

III – A fixação de cartazes com as devidas orientações pelos proprietários aos funcionários e clientes;

IV – Higienizar canetas, calculadoras, máquina de cartão e outros utensílios a cada cliente atendido com álcool 70%;

V – Aos funcionários, deverá ser feita a higienização das mãos: Ao chegar ao local de trabalho:

b) Ao manusear dinheiro e máquina de cartão;

c) Após manusear mercadorias.

VI – Utilização de máscaras conforme recomendação do Ministério da Saúde;

VII – Higienização de balcões, gôndolas e mostradores;

VIII – Higienização do piso a cada 2h com solução clorada (água sanitária);

IX – Evitar limpeza com vassoura (suspensão de partículas);

X - Controlar fluxo de entrada de clientes evitando aglomerações;

XI – Usar marcação no piso onde o cliente deva aguardar a fila, com ao menos 2 metros de distância entre as pessoas;

XII – Deverá levar-se em consideração, no cálculo da quantidade de pessoas que possam permanecer no interior do estabelecimento, a metragem do mesmo, como também a quantidade de funcionários;

XIII – Obrigatória a desinfecção de balcões, vitrines, maçanetas, torneiras, porta papel toalha, porta sabão líquido, corrimões com álcool 70% ou água sanitária;

XIV – Estabelecer rotina, a cada uso, de desinfecção de cestinhas e carrinhos de compra;

XV – Serviços de entrega à domicílio, devem evitar adentrar às residências, caso necessário, utilizar equipamentos de proteção individualizada (máscara e luvas) e retirar o calçado;

XVI – Serviços que possuem ar condicionado, manter limpos os componentes do sistema de climatização (bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a qualidade interna do ar;

XVII – Funcionários ou clientes suspeitos de coronavírus (febre, tosse e/ou sintomas respiratório) devem procurar orientações pelos telefones

do Centro de Saúde (43) 3260-1332, (43) 3260-1202, para encaminhamento das medidas necessárias;

XVIII – Máquina de recebimento deve ser constantemente higienizada pelo estabelecimento com álcool 70%;

XIX – Os locais de atendimento deverão manter-se arejados e com álcool 70% disponível para uso dos clientes e funcionários.

**Art. 4º** – A Fiscalização dos estabelecimentos mencionados no artigo 2º, será realizada além da vigilância Sanitária e Fiscal de Tributos, pela equipe do Esporte, que fora remanejada para tal.

**Art. 5º** – Os proprietários dos estabelecimentos mencionados nos artigos 1º e 2º, como também os proprietários de estabelecimentos omissos nesse Decreto, com exceção aos bares, que venham infringir dispositivo, será autuado no valor de 01 (um) salário mínimo nacional, e, se reincidente, a multa terá valor de 02 (dois) salários mínimos.

**Parágrafo único** – Os proprietários dos bares, que vierem a infringir qualquer normativa deste decreto, terá como penalidade a suspensão das suas atividades por 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data da ciência da infração.

**Art. 6º** - Permanecem suspensas todas as licenças e alvarás de licença concedidos aos comerciantes ambulantes não residentes no Município e proibida à concessão de novos alvarás de licença ao comércio ambulante originado de outras cidades.

**Art. 7º** - Ficam os proprietários dos imóveis, tanto urbanos quanto rurais, RESPONSÁVEIS, pelas aglomerações que vierem ocorrer, os quais deverão responder por multa, no valor de 01 salário mínimo, como também ao Artigo 21 do presente Decreto.

**Art. 8º** – Recomenda-se que pessoas com idade superior a 60 anos, por fazer parte do Grupo de Alto Risco evitem de frequentar os locais citados no artigo 2º, fazendo o uso de pedidos através de entrega por *delivery* ou pedindo auxílio a terceiros ou familiares. E, em caso de impossibilidade, os idosos deverão ter prioridade ao atendimento, em atenção ao Estatuto do Idoso.

**Art. 9º** - Fica determinado a capela do cemitério municipal como único local para realização de velórios, obrigatoriamente, em horário diurno.

**Parágrafo primeiro** – O período do velório não poderá exceder a 03 (três) horas;

**Parágrafo segundo** – O velório fica restrito aos familiares;

**Parágrafo terceiro** – O anúncio em carro de som será permitido somente como meio de comunicar o falecimento à população.

**Parágrafo quarto** – Fica a Funerária responsável em disponibilizar Álcool 70% aos presentes; e, responsável em orientar a família do defunto, como também a restringir a aglomeração dos mesmos;

**Parágrafo quinto** – Fica a Funerária responsável em cumprir com todas as normas advindas do Estado, com relação ao preparo do defunto que venha ter tido suspeita ou confirmação de COVID-19.

**Art. 10º** - Em caso de descumprimento do art. 9º e parágrafos, fica a funerária sujeita a multa de 02 (dois) salários mínimos.

**Art. 11º** - Os servidores públicos poderão ser remanejados das Secretarias Municipais para a Secretaria de Saúde em caso de necessidade, a fim de garantir os serviços essenciais desta municipalidade.

**Art. 12º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, antecipar férias ou conceder licença especial aos servidores públicos, levando em consideração a necessidade de cada setor.

**Art. 13º** - Recomenda-se a população do município e distrito, que necessitem dos serviços municipais, que os procurem somente em caso de urgência.

**Art. 14º** – No caso de suspeição de síndromes gripais, com recomendação de isolamento domiciliar, serão contemplados os suspeitos e seus contatos domiciliares que, deverão atender às recomendações da Secretaria de Saúde do Município de Guaraci.

**Art. 15º** - Todo aquele que ingressar no Município ou Distrito de Guaraci, advindo de outra localidade, que não esteja de simples passagem, e que apresente sintomas gripais, deverá submeter-se à quarentena pelo prazo de 07 (sete) a 14 (quatorze) dias, mediante avaliação do setor epidemiológico e de saúde municipal, em isolamento domiciliar, sob pena de pagamento de multa de 01 salário mínimo nacional, sem prejuízo da caracterização do ilícito penal descrito no artigo 21º.

**Art. 16º** - Estabelece, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Município de Guaraci, as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19 com os seguintes objetivos estratégicos:

- I – Limitar a transmissão humano a humano, incluindo as infecções secundárias entre contatos próximos e profissionais expostos aos riscos de infecção, prevenindo eventos de amplificação de transmissão;
- II – Identificar, isolar, e cuidar dos pacientes precocemente, fornecendo atendimento adequado às pessoas infectadas;
- III – Comunicar informações críticas sobre os riscos e eventos à sociedade e combater a desinformação;
- IV – Organizar a resposta assistencial de forma a garantir o adequado atendimento da população na rede de saúde.

**Art. 17º** - Para o enfrentamento da emergência de saúde relativa ao COVID-19 poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Isolamento;
- II – Quarentena;
- III – Exames médicos;
- IV – Testes laboratoriais;
- V – Coleta de amostras clínicas;
- VI – Vacinação e outras medidas profiláticas;
- VII – Tratamento médicos específicos;
- VIII – Estudos ou investigação epidemiológicas;
- IX – Teletrabalho aos servidores públicos;
- X – Demais medidas previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

**Art. 18º** – A Secretaria Municipal de Saúde, dentro da esfera de suas atribuições, poderá expedir recomendações para implementação dos procedimentos previstos nos artigo 17º deste Decreto.

**Art. 19º** – Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde compartilhe com os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual os dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo COVID-19, assim como as pessoas jurídicas de Direito Privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária, com a finalidade exclusiva de evitar a propagação da doença, nos termos da Lei Federal nº 13.979/2020.

**Art. 20º** - O descumprimento de determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa, será penalizado conforme artigo 268 do Código Penal Brasileiro.

**Art. 21º** - Além das penalidades descritas neste Decreto, pode a Polícia Militar lavrar Termo Circunstanciado.

**Art. 22º** - As instituições sem fins lucrativos poderão promover ações beneficentes para angariar fundos, devendo antes de divulgadas, ser encaminhada proposta ao fiscal do Município, contendo todas as informações necessárias sobre a mesma, tais como: quantidade de pessoas envolvidas etc, para que possa receber orientações de prevenção do COVID-19.

**Art. 23º** - Fica proibida toda e qualquer aglomeração nas vias públicas. Podendo a Polícia Militar registrar Boletim de Ocorrência e Lavrar Termo Circunstanciado.

**Art. 24º** - É obrigatório o uso de máscara nas vias públicas, como também no interior dos estabelecimentos particulares e públicos.

**Art. 25º** - Proibição Provisória de circulação e aglomeração em espaços e vias públicas, no período das 23 horas às 5 horas, diariamente.

**Parágrafo único:** Excetua-se do caput do artigo as atividades essenciais descritas no Decreto Estadual 4.317/2020.

**Art. 26º** - A consulta pública para diretores da Escola Estadual Emílio de Menezes e Colégio Carmela Dutra, ocorrerão no próximo dia 09 (nove) de dezembro de 2020, como definido pelo Estado, e deverá obrigatoriamente atender a todas as medidas preventivas possíveis à Covid-19, tais como obrigatoriedade de uso de máscaras, disponibilidade e distribuição de álcool gel, distanciamento de 1,5 m, uso de caneta particular.

**Parágrafo Primeiro:** As medidas descritas no caput deste artigo deverão ser amplamente divulgadas pela Escola e pelo Colégio, bem como os horários para votação.

**Parágrafo Segundo:** O fiscal Municipal acompanhará o dia da votação em ambos os locais, a fim de garantir o cumprimento das medidas essenciais à prevenção ao Covid-19.

**Art. 27º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação legal, revogando o Decreto 146/2020, e terá vigência de 14 dias.

**PUBLIQUE-SE,  
REGISTRE-SE  
E CUMPRA-SE.**

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná aos dois (02) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020).

**JOSÉ CARLOS TOLOI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Maria Rosicleide da Silva  
**Código Identificador:**E73A8B8E

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇU**

**EXECUTIVO MUNICIPAL  
DECRETO N.º 4658/2020 (REPÚBLICAÇÃO)**

**SÚMULA:** Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e estabelece outras providências.

**Osmário de Lima Portela, Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Estado do Paraná,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento no **art. 62, Inciso I, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 1317/2020;**

**R E S O L V E**

**Art. 1º** Abrir no orçamento programado no Município, para o exercício de 2020, um Crédito Adicional Suplementar até o valor de **R\$ 79.900,00 (setenta e nove mil e novecentos reais)**, para cobertura das seguintes dotações orçamentárias:

**03 – Secretaria de Administração e Planejamento  
03.02 – Departamento de Recursos Humanos  
0412204012.017000 – Encargos Especiais da Administração de Pessoal**

3.3.90.47.00.0000 – Obrigações Tributárias e Contributivas – 000.....39.900,00

**06 – Secretaria de Educação e Cultura  
06.02 – Depto de Apoio ao Estudante e Merenda Escolar  
1236112011.005000 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas e Creches  
4.4.90.51.00.0000 – Obras e Instalações – 104.....40.000,00  
Total .....R\$ 79.900,00**

**Art. 2º** Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados anulações parciais ou totais das seguintes dotações orçamentárias, em conformidade com o parágrafo 1.º, inciso III, do artigo 43, da **Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964:**

**03 – Secretaria de Administração e Planejamento  
03.02 – Departamento de Recursos Humanos  
0412204012.016000 – Atividades da Administração de Pessoal  
3.3.90.36.00.0000 – Outros Serviços de Terceiro-P. Física – 000.....5.000,00  
3.3.90.46.00.0000 – Auxílio Alimentação – 000.....8.200,00**

**04 – Secretaria de Finanças  
04.01 – Departamento Contabilidade  
04123004022.022000 – Manutenção do Departamento Contabilidade  
3.3.90.39.00.0000 – Outros Serviços de Terceiro-P. Jurídica – 000.....6.000,00  
3.3.90.92.00.0000 – Despesas de Exercícios Anteriores – 000.....5.500,00  
4.4.90.52.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente – 000.....8.900,00  
**999999999.999000 – Reserva de Contingência  
9.9.99.99.99.0100 – Reserva de Contingência – 000.....6.300,00****

**06 – Secretaria de Educação e Cultura  
06.05 – Depto do Transporte Escolar  
1236112012.035000 – Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.33.00.0000 – Passagens e Despesas com Locomoção – 104.....40.000,00  
Total .....R\$ 79.900,00**

**Art. 3º** Fica alterado simultaneamente Programação Financeira, Cronograma de Desembolso, LDO e PPA no que for necessário para a implementação da suplementação deste Decreto.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de dezembro de 2020.

**OSMÁRIO DE LIMA PORTELA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Leticia de Andrade da Luz  
**Código Identificador:**5C5DA6F9

**EXECUTIVO MUNICIPAL  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CONFERÊNCIA DA REVISÃO  
DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

A Prefeitura Municipal de Guaraniaçu e a Empresa DRZ Consultoria convidam a população em geral, vereadores, associações de classe, entidades diversas, órgãos públicos e Conselhos Municipais para participarem da CONFERÊNCIA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GUARANIAÇU, a ser realizada no dia 17 de dezembro, com início às 9:00 horas, no Centro Cultural Caetano Bernardo Filho, localizado na Av. Ivan Ferreira do Amaral, s/nº, nesta Cidade.

Como medidas de prevenção ao COVID-19, solicita-se a utilização de máscaras para adentrar ao recinto. Serão disponibilizados dispensers com álcool gel 70% em pontos estratégicos para higienização das

mãos. A lotação do espaço estará sujeita ao afastamento mínimo de 2,00m (dois metros) entre os presentes.

A participação de todos é muito importante, pois o Plano Diretor terá validade por 10 (dez) anos, e todas as próximas ações do Município deverão estar de acordo com ele.

VAMOS AJUDAR NOSSA CIDADE.  
VENHA PARTICIPAR E EXERCER SUA CIDADANIA. A HORA É AGORA!

Guaraniaçu, 01 de dezembro de 2020.

**OSMÁRIO DE LIMA PORTELA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Leticia de Andrade da Luz  
**Código Identificador:**6C19BF59

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PORTARIA Nº 38/2020

**SÚMULA:** Concede Férias a Servidora e estabelece outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Guaraniaçu, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos da Lei Municipal Nº 051/1992, Lei Municipal nº 405/2008 e suas alterações;

### R E S O L V E

Art. 1º Conceder a Servidora Luciele da Cruz Quadros, Matrícula 7-1, ocupante do cargo de Zeladora, Férias relativas ao período aquisitivo compreendido entre 19/04/2019 e 18/04/2020.

Art. 2º O gozo de férias será de 10 (dez) dias à serem usufruídas entre 07/12/2020 a 16/12/2020, restando ainda 15 (quinze) dias para serem gozados.

Art. 3º Havendo a necessidade a servidora poderá ser convocada para prestação de labor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Guaraniaçu, 02 de Dezembro de 2020.

**DANIEL DOUGLAS DE SOUZA MAGALHÃES**  
Presidente

**Publicado por:**  
Rafael da Luz  
**Código Identificador:**3CA33603

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AVISO DE LICITAÇÃO

### MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2020

O **MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU**, Estado do Paraná, Comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo **MENOR LANCE POR LOTE**, visando Aquisição de kit alimentar para distribuição natalina aos funcionários do município. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/02; subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações, Lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 3276/2020, Lei Municipal nº 1087/2017 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido neste Edital e seus anexos, integrantes do processo acima indicado.

- Data de abertura: 15.12.2020  
- Horário: 09:00 h  
- Local: Setor de Licitações.

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura à Av. Abilon de Souza Naves 458, no horário das 9:00 às 16:00 h, de segunda a sexta-feira, no site [www.guaraniacu.pr.gov.br](http://www.guaraniacu.pr.gov.br), dúvidas podem ser sanadas pelo e-mail [compras@guaraniacu.pr.gov.br](mailto:compras@guaraniacu.pr.gov.br) ou pelo fone (45) 3232-1162.

### PUBLIQUE -SE

Guaraniaçu, 02 de dezembro de 2020.

**JOSÉ HAMILTON C. DA SILVA**  
Pregoeiro.

**Publicado por:**  
Jose Hamilton Cordeiro  
**Código Identificador:**CCC42387

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AVISO DE LICITAÇÃO

### MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2020

#### “REGISTRO DE PREÇOS - SRP”

O **MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU**, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro designado pela Portaria nº 3524/2020, torna público que será realizado certame licitatório, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob o sistema de “**REGISTRO DE PREÇOS - SRP**”, visando Aquisição de equipamentos hospitalares e ar condicionado destinados à Secretaria Municipal de Saúde. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002; subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, Lei complementar nº 123/2006, Decreto Municipal 3276/2016 e demais legislações pertinentes.

Data de abertura: 15.12.2020  
Horário: 10:00 h  
Local: Sala de Licitações Prefeitura Municipal.

A íntegra do instrumento acima, poderá ser obtida junto ao Setor de Licitação desta Prefeitura à Av. Abilon de Souza Naves 458, no horário das 9:00 às 16:00h, de segunda a sexta-feira, no site [www.guaraniacu.pr.gov.br](http://www.guaraniacu.pr.gov.br) ou pelo e-mail: [compras@guaraniacu.pr.gov.br](mailto:compras@guaraniacu.pr.gov.br). Maiores informações pelo fone (45) 3232-1162.

### PUBLIQUE - SE.

Guaraniaçu, 02 de dezembro de 2020.

**JOSÉ HAMILTON C. DA SILVA**  
Pregoeiro.

**Publicado por:**  
Jose Hamilton Cordeiro  
**Código Identificador:**79A6240D

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 006/2020

O **MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Avenida Abilon de Souza Naves, nº 458, Centro, Município de Guaraniaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 76.208.818/0001-66, representado pelo Prefeito, o Senhor **OSMÁRIO DE LIMA PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 25, incisos II e III e suas alterações, e demais legislações aplicáveis e Lei nº 14.017/2020, torna público para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao **credenciamento para o oferecimento de subsídio mensal para espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das**

**medidas de isolamento social, em atendimento a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Guaraniáçu,** nos termos e condições estabelecidas no presente instrumento de Chamamento.

**Data de Início para o Cadastramento:** 02 de dezembro de 2020.

**Data Fim para o Cadastramento:** 14 de dezembro de 2020 às 11:30h.

**Abertura dos Envelopes:** 14 de dezembro de 2020 às 14:00 horas.

**Edital:** O Instrumento Convocatório, relação dos documentos para os participantes e demais informações complementares serão fornecidas em horário normal de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, de segunda à sexta-feira, junto a Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraniáçu, pelo e-mail [compras@guaraniacu.pr.gov.br](mailto:compras@guaraniacu.pr.gov.br) ou junto ao Site do Município de Guaraniáçu ([www.guaraniacu.pr.gov.br](http://www.guaraniacu.pr.gov.br)).

#### REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE:

Guaraniáçu, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA**

Presidente Comissão de Licitação.

**Publicado por:**

Jose Hamilton Cordeiro

**Código Identificador:**8CC7BFF0

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 007/2020

O MUNICÍPIO DE GUARANIÁÇU, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Abilon de Souza Naves, nº 458, Centro, Município de Guaraniáçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 76.208.818/0001-66, representado pelo Prefeito, o Senhor **OSMÁRIO DE LIMA PORTELA**, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 25, incisos II e III e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOA FÍSICA E JURÍDICA, PARA ATUAREM EM OFICINAS E/OU PEQUENOS PROJETOS DE ARTE E CULTURA, OBSERVANDO A LEI ALDIR BLANC: EXPOSIÇÃO DE ARTES VISUAIS/ARTESANATO/MARCEARIA, SARAU CULTURAL DE MÚSICA DANÇA E POESIA, CONCURSO DE FOTOGRAFIAS, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, DOCUMENTÁRIO SOBRE A HISTÓRIA DE GUARANIÁÇU, LIVES DE MÚSICA SERTANEJA RAÍZ COM CONTAÇÃO DE HISTÓRIA, PINTURA ARTÍSTICA E/OU TEMÁTICA EM MUROS, ENTRETENIMENTO CULTURAL PARA IDOSOS, PROGRAMA DE RÁDIO-DIFUSÃO DE MÚSICA E CURIOSIDADES CULTURAIS E OFICINAS DE VIOLÃO, GUITARRA, GRAVAÇÃO EM ESTÚDIO, TÉCNICA VOCAL, VIOLÃO E VIOLA NO ESTILO CAPIRÁ, DANÇA TRADICIONALISTA GAÚCHA E LATINA, DANÇA CLÁSSICA, FANFARRA, ACORDEON, VIOLINO, ORNAMENTAÇÃO E DECORAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIÁÇU**, nos termos e condições estabelecidas no presente instrumento de Chamamento.

**Data de Início para o Cadastramento:** 2 de dezembro de 2020.

**Data Fim para o Cadastramento:** 14 de dez de 2020 às 11:30 h.

**Abertura dos Envelopes:** 14 de dez de 2020 às 14:00 horas

**Edital:** O Instrumento Convocatório, relação dos documentos para os participantes e demais informações complementares serão fornecidas em horário normal de expediente, das 08h00min às 12h00min e das

13h30min às 17h00min, de segunda à sexta-feira, junto a Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraniáçu, pelo e-mail [compras@guaraniacu.pr.gov.br](mailto:compras@guaraniacu.pr.gov.br) ou junto ao Site do Município de Guaraniáçu ([www.guaraniacu.pr.gov.br](http://www.guaraniacu.pr.gov.br)).

#### REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE:

Guaraniáçu, Estado do Paraná, em 2 de dezembro de 2020.

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA**

Presidente Comissão de Licitação.

**Publicado por:**

Jose Hamilton Cordeiro

**Código Identificador:**01B0BA88

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIÁÇU

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ADITIVO DL 23/2019

2º Termo aditivo do contrato nº.62/2019, decorrente de Dispensa nº 23/2019 de DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE GUARANIÁÇU.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIÁÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.022.508/0001-52, com endereço em MAJOR DOMINGOS NASCIMENTO, 46, BAIRRO CENTRO, Guaraqueçaba-PR, 83390000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. HAYSSAN COLOMBES ZAHOU, e a empresa MAURICIO HEDLER, portador do CPF sob nº. 598.211.919-91, com sede no endereço, , BAIRRO CENTRO, - neste ato representada por, portador do RG nº, portador do CPF sob nº, acordam por meio deste o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), corresponde ao acréscimo de 0,0% com finalidade de ADITIVO DE VALOR PELO PERÍODO DE 03 MESES com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Guaraqueçaba 14 de NOVEMBRO de 2020.

Contratante

**PREFEITURA M DE GUARANIÁÇU**

CNPJ:76.022.508/0001-52

Contratada

**MAURICIO HEDLER**

CPF:598.211.919-91

**Publicado por:**

Alex Luis Barbosa Colombes Rainerte dos Santos

**Código Identificador:**86254241

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 097/2020 SÚMULA: “EXONERA O SR. ERICO PARIZZI DIAS, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”.

#### PORTARIA Nº 097/2020

SÚMULA: “EXONERA O SR. ERICO PARIZZI DIAS, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”.

O Prefeito do Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr HAYSSAN COLOMBES ZAHOU, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - EXONERAR, o Sr ERICO PARIZZI DIAS, portador da Cédula de Identidade RG/PR nº 9.971.835-5 e inscrito no CPF sob nº 080.901.039-95, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Transporte Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Símbolo: CC-5.

**Art. 2º**- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Publique-se.

Informe-se ao Depto. Recursos Humanos.  
Anotar-se em sua ficha funcional.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 01 de dezembro de 2020.

**HAYSSAN COLOMBES ZAHOU**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alex Luis Barbosa Colombes Rainerte dos Santos  
**Código Identificador:**05EBD313

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO COMPRA DIRETA 40/2020

#### PROCESSO 40 - PMG PROCESSO DE COMPRA DIRETA 40/2020 - PMG

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ATRAVÉS DE COMPRA DIRETA

Declaro como dispensável a licitação, com fundamento no artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93, mediante autorização do Secretário responsável pela pasta.

Face ao disposto no Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Guaraqueçaba, 02 de Dezembro de 2020.

**HAYSSAN COLOMBES ZAHOU**  
Prefeito Municipal

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria Secretaria Municipal de Saúde, através de seu responsável legal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo para aquisição através de Compra Direta de serviços para instalação de Motores de veículos náuticos conforme termo de referência constante, da empresa Osmar Elizandro da Silva Lopes ME, CNPJ 27983844/0001-56; uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído e averiguado pelo Departamento Competente.

Publique-se.

Guaraqueçaba, 02 de Dezembro de 2020

**NILZA FERREIRA REDERD**  
Secretaria Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
Alex Luis Barbosa Colombes Rainerte dos Santos  
**Código Identificador:**45824554

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO I TERMO ADITIVO

#### EXTRATO DO I TERMO ADITIVO

O Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, com base na Lei 10.520/02 e lei 8.666/93 e legislação complementar, tornam público o extrato do primeiro termo aditivo referente a ata de registro de preços nº 10/2020, Pregão Presencial I nº 02/2020. Onde é parte o **Município de Honório Serpa – PR** e a empresa **DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede, na cidade de Toledo, Estado PR, inscrita no CNPJ sob o nº 30.572.270/0001-38, neste ato representada pelo Sr. **FERNANDO FABIANO FAVERO**, inscrito no CPF sob o nº 050.481.609-83 e portador do RG nº 8.824.005-7. Fica aditado o valor do item **02, 05, 06, 11, 13, 18, 21, 22, 24. Fundamento:** artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Honório Serpa, 02 de dezembro de 2020.

**LUCIANO DIAS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elisangela Macagnan  
**Código Identificador:**73731A76

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAUAÇU

#### CAMARA MUNICIPAL DE IGUAUAÇU PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 PROCESSO Nº 02/2020

**Data e horário de recebimento dos envelopes: 15 de Dezembro de 2020 das 07:30 as 07:45 horas**

**Data e horário da realização do Pregão: 15 de Dezembro de 2020 às 08:00 horas**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAUAÇU**, através de seu Presidente, o Sr. **ANDERSON DE ABREU VIANA** e da Equipe de Apoio do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaçu, de acordo com Lei Federal nº 8.666/93; Lei Federal nº 10.520/02; Lei Complementar nº 123/06, comunica que fará realizar na Prefeitura Municipal de Iguaçu, situada à Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - centro, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para Aquisição de móveis entre outros para instalação na Câmara de Vereadores de Iguaçu; conforme estabelecido no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, que é parte integrante do edital. O edital e seus anexos devem ser retirados diretamente no site da [www.cmiguaracu.pr.gov.br](http://www.cmiguaracu.pr.gov.br) ou pelo telefone (44) 3248-1362.

**Iguaçu, 02/12/2020**

**ANDERSON DE ABREU VIANA**  
Presidente da Câmara Municipal

**MARCIO MAGALHÃES TITATO**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Decio Vicente Galdino Cardin  
**Código Identificador:**5FC6A6CC

#### GABINETE DO PREFEITO RESULTADO FINAL CREDENCIAMENTO Nº 003/2020 - PROCESSO Nº 100/2020

#### AGENTES CULTURAIS:

- 1º) **LEONARDO TEIXEIRA PINTO**, CPF 118.650.737-33
- 2º) **JORGE FERNANDO DOS SANTOS**, CPF 058.393.659-80



- 3º) FERNANDO ISRAEL DA SILVA, CPF 067.210.469-54  
 4º) CARLA DE PAULA PEDRO, CPF 040.094.679-32  
 5º) RAFAEL CARLOS BARBOSA PINHEIRO, CPF 093.508.519-03  
 6º) INÊS GAIA NERI, CPF 768.830.439-34  
 7º) ROSEMEIRE APARECIDA DE SOUZA PACHECO, CPF 077.983.679-00  
 8º) VANDERLEY SANTOS GOULART, CPF 017.046.699-01  
 9º) TANIA TERESA TREVISAN, CPF 516.645.269-00  
 10º) MARIA SONHA BATISTA DOS SANTOS, CPF 041.760.589-78  
 11º) ISABEL DE CASTRO LIMA CARDOSO, CPF 042.421.949-27  
 12º) TATIANE MARIA REZENDE ROCHA, CPF 061.628.959-63  
 13º) ADÉLIA MARIA MARCHI SALA, CPF 031.394.729-51  
 14º) JOYCE CARRASCO MACHADO, CPF 044.719.069-50

**ESPAÇOS CULTURAIS:**

1º) ASSOCIAÇÃO CIVIL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA IGUAÇU-FM, CNPJ 02.579.064/0001-14

IGUAÇU, 30 DE NOVEMBRO DE 2020

**ROSILÉIA DE FÁTIMA DA SILVA**

Secretária Municipal

**Publicado por:**

Eva Paula Charalo

**Código Identificador:**2CE19D6E

**GABINETE DO PREFEITO**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**058/2020 PROCESSO 108/2020**

Ratifico por este termo, a Dispensa para Contratação de empresa para prestação de serviços para elaboração de vídeos e diagramação institucional, em favor da empresa Irineu Riccardi Garcia dos Santos 08972683930 – CNPJ 35.146.600/0001-47, situado Rua Jefferson Fernando Boica, 99 – Jd. Catuai, na cidade de Apucarana/PR, CEP: 86.802-608, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no art. 24 Inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 058/2020**.

IGUAÇU/PR., 02/12/2020.

**MANOEL ABRANTES NETO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Eva Paula Charalo

**Código Identificador:**81C81D39

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EXTRATO CONTRATUAL Nº 155/2020**

**Ref: Contrato n.º 155/2020**

Assunto: Dispensa de Licitação nº 058/2020

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE IGUAÇU/PR.  
 CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

**CONTRATADA:** Irineu Riccardi Garcia dos Santos 08972683930 – CNPJ 35.146.600/0001-47, situado Rua Jefferson Fernando Boica, 99 – Jd. Catuai, na cidade de Apucarana/PR, CEP: 86.802-608.

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços para elaboração de vídeos e diagramação institucional.

**PRazo DE VIGÊNCIA:** 01 mês.

**CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO:** Existente.

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 058/2020, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, à partir de 02/12/2020.

**MANOEL ABRANTES NETO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Eva Paula Charalo

**Código Identificador:**9EB48818

**GABINETE DO PREFEITO****RATIFICAÇÃO TERMO DE INEXIGIBILIDADE N.º 006/2020**

• **OBJETO:** Contratação de agentes da culturais e Espaço Cultural, de qualquer manifestação cultural e/ou segmento artístico com vistas à prestação de serviços culturais de conteúdos digitais gravados, de acordo com Lei Aldir Blanc.

• **PARCEIRA:** Tatiane Maria Rezende Rocha, CPF 061.628.959-63; Fernando Israel da Silva, CPF 067.210.469-54; Rosemeire Aparecida de Souza Pacheco, CPF 077.983.679-00; Vanderley Santos Goulart, CPF 017.046.699-01; Jorge Fernando dos Santos, CPF 058.393.659-80; Joyce Carrasco Machado, CPF 044.719.069-50; Carla de Paula Pedro, CPF 040.094.679-32; Adelia Maria Marchi Sala, CPF 031.394.729-51; Rafael Carlos Barbosa Pinheiro, CPF 093.508.519-03; Isabel de Castro Lima Cardoso, CPF 042.421.949-27; Leonardo Teixeira Pinto, CPF 118.650.737-33; Maria Sonha Batista dos Santos, CPF 041.760.589-78; Tania Teresa Trevisan Procópio, CPF 516.645.269-00; Associação Civil de Radiodifusão Comunitária Iguaçu FM, CNPJ 02.579.064/0001-14.

• **Vigência Contratual:** 01/12/2020 à 30/12/2020)

• **Valor total:** R\$ 49.428,88 (quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos).

• **DISPOSIÇÕES GERAIS:** Vide contrato.

Iguaçu/PR., 01 de Dezembro de 2020.

**MANOEL ABRANTES NETO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Eva Paula Charalo

**Código Identificador:**F3B30087

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ**

**CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ**  
**PORTARIA Nº 023/2020**

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A**  
**SERVIDORA ROSENI APARECIDA DA SILVA.**

EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS, Presidente Interino da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Requerimento da Servidora ROSENI APARECIDA DA SILVA, protocolado na Secretaria de Administração Geral deste Legislativo Municipal sob nº 046/2020, em data de 01 de dezembro de 2020; e

Considerando o Aviso de Férias informado pela Secretaria de Finanças que certifica que a Requerente adquiriu o seu direito no período compreendido de 01 de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2020; e

Considerando a informação do Secretário de Administração Geral deste Legislativo Municipal e do Diretor de Departamento de Contabilidade, Orçamento, Tesouraria, Licitações e Compras deste Legislativo Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **ROSENI APARECIDA DA SILVA**, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista, Nível X, do Quadro de Funcionários desta Casa de Leis, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2019 a 30/11/2020, a serem gozadas por trinta dias, no período de 07 de dezembro de 2020 a 05 de janeiro de 2021, devendo a mesma retornar as suas funções normais no dia 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento do abono Constitucional de 1/3 (um terço) das férias da Servidora acima nominada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 07 de dezembro de 2020.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, ao Primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS**

Presidente Interino

**Publicado por:**

Roberto Hiromi

**Código Identificador:**23461E65

## **GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 1697/2020**

**SÚMULA:** AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE ÁREA DE TERRAS A EMPRESA ELIAS ALVES 78732891920, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica pela presente Lei, e com base na Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a Empresa **ELIAS ALVES 78732891920**, inscrita no CNPJ/MF nº 34.266.006/0001-27, área de terras constituída pelo **Lote de Terras nº 02**, da **Quadra nº 01**, com a área total de **1.138,09 metros quadrados**, localizado no Parque Industrial Edivar Sávio Polli, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, com os seguintes limites e confrontações:

**IMÓVEL** : Lote nº 02.

**QUADRA** : Nº 01.

**ZONA** : Parque Industrial.

**SITUAÇÃO** : Município e Comarca de Iporã – PR.

**ÁREA** : 1.138,09 m².

### **LIMITES E CONFRONTAÇÕES**

**NORTE:** Com o rumo de NO 55°15', na distância de 56,63 metros, confrontando com o Lote nº 03, desta quadra.

**LESTE:** Com o rumo de NE 34°50', na distância de 20,20 metros, confrontando com o Lote nº 01, desta quadra.

**SUL:** Com o rumo de NO 55°03', na distância de 56,63 metros, confrontando com a Rua Projetada "A".

**OESTE:** Com o rumo de NE 34°50', na distância de 20,00 metros, confrontando com o Prolongamento da Rua Senador Souza Naves.

**§ 1º** - A presente Lei de Cessão de Uso é feita com base no art. 58 e seus parágrafos da Lei nº 002/2009, de 22/12/2009, combinada com a Lei nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

**§ 2º** - Que a empresa beneficiada pela presente Cessão de Uso terá por obrigação o contido no artigo 11 letras "a" a "e" e seus parágrafos da Lei Municipal nº 1095/2010, sob pena de não o fazendo, a cessão e suas benfeitorias incorporadas retornarem ao poder da administração municipal.

**Art. 2º** - Nos termos da Lei nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013, fica obrigado à empresa as seguintes condições específicas:

**§ 1º** - Início das obras em até 60 (sessenta) dias, após a publicação da lei e conclusão das obras em até 06 (seis) meses.

**§ 2º** - Não utilizar do imóvel como residência, moradia ou alojamento mesmo que de forma temporária.

**§ 3º** - No prazo do § 1º, construir cerca, muro, alambrado ou outra forma de demarcação elevada que possa impedir a entrada de transeuntes e animais de pequeno e grande porte.

**§ 4º** - Preservar a área cedida, mantendo-a limpa e em bom estado de conservação.

**Art. 3º** - O imóvel, objeto desta cessão somente poderá ser transferido pelo Município à cessionária por instrumento público, após o decurso do prazo de até 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Lei, verificado o cumprimento de todas as obrigações do art. 11 e seguintes da Lei nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

**Art. 4º** - O Executivo Municipal fica autorizado a especificar os dados relativos aos imóveis, seus valores, memoriais e metragens, inclusive podendo corrigir eventuais erros nos mesmos, de forma a possibilitar seu registro cartorial.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosane Silva dos Santos

**Código Identificador:**6E39CF89

## **GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2020**

**SÚMULA:** ALTERA O ARTIGO 84, 85, E CRIA O ARTIGO 85-A TODOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2011, DE 14/06/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR.

**Art. 1º** - Altera o Artigo 84 e Artigo 85 ambos da Lei Complementar Municipal nº 006/2011, de 14/06/2011, que passam a vigorar com as seguintes redações:

**Art. 84. Os loteamentos de chácaras poderão ser implantados nas macrozonas, zona de expansão, zonas industriais e zonas urbanas que assim o permitirem, conforme previsto na Lei do Plano Diretor Municipal Participativo e na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.**

**Art. 85. Constituem exigências mínimas de infraestrutura para os loteamentos de chácaras:**

**I - Demarcação cravada ao solo, contendo a indicação de lotes, quadras e áreas;**

**II - Via de acesso encascalhada;**

**III - Abertura e terraplenagem das vias de circulação, devendo as mesmas serem cascalhadas;**

**IV - Provisão de elementos de drenagem superficial que viabilizem o adequado escoamento de águas pluviais;**

**V - Solução para coleta de lixo;**

**VI - Fornecimento aos proprietário sistema de energia elétrica;**

**VII - Construção de pontes e pontilhões, quando for o caso;**

**VIII - Contenção de encostas, quando necessário.**

**Parágrafo único. Os imóveis decorrentes dos loteamentos de chácaras ficam sujeitos a critérios especiais de cobrança do IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano a serem definidos em lei complementar.**

**Art. 2º** - Cria o Artigo 85-A. da Lei Complementar Municipal nº 006/2011 de 14/06/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 85-A – A aprovação dos loteamentos de chácaras após as devidas análises do Departamento de Engenharia o Município de Iporã baixará um Decreto específico.**

**Parágrafo único.** Para aprovação dos loteamentos de chácaras de que trata o caput deste artigo, deverá ser observado a área mínima de 2.800 (dois mil e oitocentos) metros quadrados para cada unidade.”

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosane Silva dos Santos

**Código Identificador:**56158C8C

**GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº. 168/2020**

DECRETA O FECHAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DE SANITIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DAS UNIDADES, CONFORME CRONOGRAMA ESTABELECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS** – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e;

**CONSIDERANDO**, a necessidade de adoção de medidas para prevenção e combate à pandemia do CORONAVÍRUS – COVID-19;

**CONSIDERANDO**, a capacidade de alastramento do referido vírus em nosso região;

**CONSIDERANDO**, que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas urgentes e necessárias à prevenção da doença e diminuição dos riscos e danos à saúde pública;

**CONSIDERANDO**, o surgimento de casos relativos a população do município, bem como o alastramento do referido vírus na região, o que demanda ações conjugadas e unificadas;

**CONSIDERANDO**, o surgimento de novos casos confirmados de COVID-19, entre os servidores, familiares e ou também de seus contatos diretos, considerando o afastamento por suspeitas de infecção por COVID-19;

**CONSIDERANDO**, a necessidade de desinfecção e sanitização das dependências administrativas dos setores e agenda previamente estabelecida pelo Departamento de Saúde para tais procedimentos;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica decretado o fechamento dos estabelecimentos municipais de saúde, CONFORME ESCALA, em virtude da realização de Sanitização e Desinfecção das Unidades:

Data	Local	Horário
14/12/2020	ESF Dr. Arnaldo Faria	08h00min as 17h00min
15/12/2020	UAPSF – Clínica da Mulher	08h00min as 17h00min
16/12/2020	UBS Vila Nilza	08h00min as 17h00min
18/12/2020	Clínica do Idoso Raulino Vilvert	08h00min as 17h00min
21/12/2020	UBS Nova Santa Helena	08h00min as 17h00min
22/12/2020	UBS João Antônio de Campos Filho	08h00min as 17h00min
23/12/2020	Secretaria Municipal de Saúde	08h00min as 17h00min

**Art. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.**

Paço Municipal, 02 de dezembro de 2020.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosane Silva dos Santos

**Código Identificador:**0859D9D2

**GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 888/2020**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, REGINA ROBERTO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS** – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE;**

**I** – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **REGINA ROBERTO DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 7.259.694-3 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 050.358.759-11, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde e à Área Social, férias de 30 (trinta) dias, sendo 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 03/06/2018 à 02/06/2019 a contar de 21/12/2020 à 04/02/2021 e mais 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 03/06/2019 à 02/06/2020 a contar de 05/02/2021 à 19/01/2021.

**Registra-se,  
Publique-se, e  
Cumpra-se.**

Iporã-(PR), 02 de dezembro de 2020.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosane Silva dos Santos

**Código Identificador:**4BAB23BD

**GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº. 169/2020**

**HOMOLOGA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO P/ MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL-SPP Nº 031/2020, DO PROCESSO LICITATÓRIO 046/2020, TIPO MENOR PREÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**, Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão Municipal de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 594/2020 de 05/08/2020, do Processo Licitatório 046/2020, na modalidade Pregão Presencial-SPP nº. 031/2020-PMI, cujo objeto trata de aquisições Futuras e parceladas de Medicamento de entrega imediata, adjudicado a favor das empresas:

- MAIA & SANCHES LTDA.
- A. E GOULART & CIA LTDA - ME.
- ANDRIONI & HUNGARO LTDA – ME.
- E. M. R. FARMACIA LTDA.
- AMADUCCI MERLINI & CIA LTDA.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de Dezembro de 2020.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**746137B3

## GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO AVISO DE LICITAÇÃO

Torna Público, que se acha aberta no setor de licitações o Processo abaixo relacionado:

PREGÃO PRESENCIAL-SRP: 033/2020-PMI

PROCESSO Nº 142/2020-PMI

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para Prestação de Serviços de Terraplanagem

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E INICIO DA SEÇÃO DE LANCES: “Proposta e Documentação”, às 09HR00MIN horas do dia 14 de Dezembro de 2020, no setor de licitações, situado na Rua Pedro Álvares Cabral, 2.677 – Alto Ipiranga – Iporã – PR.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: A pasta contendo o edital completo poderá ser adquirida no endereço acima ou via internet no site oficial do município [www.ipora.pr.gov.br](http://www.ipora.pr.gov.br).

DEMAIS INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas no setor de licitações ou pelo fone/fax: (44) 3652-8100.

Iporã-PR, 02 de Dezembro de 2020

**GILBERTO MARCIAK**

Pregoeiro

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**3EAE8A5A

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

### GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ DECRETO Nº 4.520/2020.

**Exercício: 2020**

**Decreto nº 4520/2020 de 01/12/2020**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1770/2019 de 12/11/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DA AGRICULTURA	
08.001.20.608.0027.2.059.		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
248 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
249 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
08.004.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	
08.004.18.541.0025.2.065.		DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	
256 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
<b>Total Suplementação:</b>			<b>40.000,00</b>

**Artigo 2º** - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN.	

ASSISTENCIA SOCIAL			
07.001.08.244.0011.2.049.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
176 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.500,00
07.001.08.244.0011.2.109.		PROGRAMA CIAACAFI	
181 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DA AGRICULTURA	
08.001.20.608.0027.2.056.		MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	
242 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
<b>Total Redução:</b>			<b>40.000,00</b>

**Artigo 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACA, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luiz Rogerio dos Santos  
**Código Identificador:**FFE3A78F

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 051/2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** nº 064/2020

**MODALIDADE/NÚMERO:** Pregão Presencial - SRP nº 051/2020

**FORMA DE AVALIAÇÃO:** Menor Preço por Item

**OBJETO:** Contratação de Empresa para **Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza, Higiene, Copa, Cozinha e Embalagens para atender o Projeto Cozinha Comunitária.**

**MÁXIMO:** R\$ 253.916,95 (duzentos e cinquenta e três mil novecentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos).

**DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** Código Reduzido 248 – Projeto Atividade: 2059 – Descrição Programa Agricultura – Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00, fonte 01000, para a Secretaria Municipal de Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**PROTOCOLO DOS ENVELOPES:** até as 09h00m do dia **17 de dezembro de 2020.**

**ABERTURA:** dia **17 de dezembro de 2020,** as 09h:01m, no Departamento de Licitações, sita a Avenida Interventor Manoel Ribas, 06.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O Edital, Anexos, poderão ser obtidos, sem custos de aquisição, junto à Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá cópia por meio magnético, devendo o interessado possuir pen drive ou outro meio de armazenamento eletrônico para obtenção dos arquivos; ou via e-mail, [licitacao@itambaraca.pr.gov.br](mailto:licitacao@itambaraca.pr.gov.br), ou no site [www.itambaraca.pr.gov.br](http://www.itambaraca.pr.gov.br) - <http://www.itambaraca.pr.gov.br/licitacao.php>; ou <http://131.108.231.254:8090/portalttransparencia/> obrigatório o envio, pelo mesmo meio, do aviso de recebimento.

**PUBLIQUE-SE**

Itambaracá, 01 de dezembro de 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Eliete Caetano Domingues  
**Código Identificador:**7D594241

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**

O Município de Itambaracá/Pr, torna público que a licitação modalidade Pregão Presencial - SRP n. 048/2020, Procedimento Administrativo nº 060/2020 que objetiva o Registro de Preços para **Aquisição de Tubos de Concreto para atender as necessidades do Departamento de Obras desta municipalidade.** foi considerada DESERTA, tendo em vista o não comparecimento de licitantes interessados.

Itambaracá/Pr, 02 de dezembro de 2020

**CARLOS CÉSAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Eliete Caetano Domingues

**Código Identificador:**B5FC0914

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 156/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**CONCEDE:**

Art. 1º - Ao Senhor Amarildo Rodrigues, Operador de Máquinas, lotado no Departamento de Viação da Prefeitura Municipal de Itambaracá, férias regulamentares de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 16 de novembro de 2020, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publica-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**A96EEE17

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 157/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**CONCEDE:**

Art. 1º - Ao Senhor Luiz Antonio do Vale, Motorista, lotado no Departamento de Viação da Prefeitura Municipal de Itambaracá, férias regulamentares de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 17 de novembro de 2020, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publica-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**DE8455A6

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 158/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ao Senhor Edimar Aparecido Martimiano, Auxiliar de Manutenção I, lotado no Departamento de Oficina da Prefeitura Municipal de Itambaracá, férias regulamentares de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal, a partir de 01 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publica-se e cumpra-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**EDEDD10B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 159/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**CONCEDE:**

Art. 1º - Ao Senhor Lourival de Jesus Freitas, Motorista, lotado no Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Itambaracá, férias regulamentares de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal, a partir de 01 de Dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**37CF5506

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 160/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**CONCEDE:**

Art. 1º - Ao Senhor Manoel Machado Ferreira, funcionário concursado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotado no Departamento de Limpeza Pública do Quadro Próprio da Prefeitura

Municipal de Itambaracá, férias regulamentares de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal, a partir de 01 de Dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**E3869D4B

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 161/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**CONCEDE:**

Art. 1º - A Senhorita Juliana Antonieta Benetti, Agente Administrativa funcionária concursada, pertencente ao Quadro Próprio da Prefeitura Municipal de Itambaracá, férias regulamentares de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal, a partir de 02 de Dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**6E55D327

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 162/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**CONCEDE:**

Art. 1º - O Senhor Orlando Santin, Oficial Administrativo, pertencente ao Quadro Próprio da Prefeitura Municipal de Itambaracá, lotado no Departamento de Tributação, de 30 (trinta) dias e mais 1/3 de Abono de Férias, de acordo com o Artigo 7º Inciso XVII da Constituição Federal, a partir de 04 de Dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**088EB973

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PORTARIA Nº 163/2020**

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**DESIGNAR:**

Art. 1º - O Senhor Danilo Aparecido Gonçalves, funcionário concursado no cargo de Agente Administrativo da Prefeitura Municipal de Itambaracá, a responder pelo Departamento de Tributação do período de 04 de Dezembro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, enquanto perdurar as férias do titular.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se e publica-se.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**3DD967BF

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 005/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 016/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ

CONTRATADA: ANA CAROLINE DA SILVA

OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO

DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020

FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ

ASSINATURAS:

**CARLOS CESAR DE CARVALHO**

Prefeito Municipal

**ANA CAROLINE DA SILVA**

Contratado

Itambaracá, 01 de dezembro de 2020.

**Publicado por:**

Maria Luciene Jussiani

**Código Identificador:**92E5924C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 006/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 006/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ

CONTRATADA: ANA PATRÍCIA RODRIGUES DE SOUZA  
 OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
 DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
 FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
 ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
 Prefeito Municipal

ANA PATRÍCIA RODRIGUES DE SOUZA  
 Contratado

Itambaracá, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**F0EA3823

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 007/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 018/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
 DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
 CONTRATADA: ANGÉLICA MENDES  
 OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
 DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
 FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
 ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
 Prefeito Municipal

ANGÉLICA MENDES  
 Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**DEA577BB

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 008/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 013/2020  
 ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
 DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
 CONTRATADA: CELIA REGINA DA ROSA ROMERO  
 OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
 DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
 FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
 ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
 Prefeito Municipal

CELIA REGINA DA ROSA ROMERO  
 Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**5FE6C957

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 009/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 019/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
 DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
 CONTRATADA: DANIELA CRISTINA CHERUBIM TOSTES  
 OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
 DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
 FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
 ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
 Prefeito Municipal

DANIELA CRISTINA CHERUBIM TOSTES  
 Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**7AD5B65F

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 010/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 003/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
 DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
 CONTRATADA: DENISE APARECIDA ROBERTO  
 OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
 DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
 FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
 ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
 Prefeito Municipal

DENISE APARECIDA ROBERTO  
 Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**3EBE33F7

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 011/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 008/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
 DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
 CONTRATADA: FABIANE FRANCO  
 OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
 DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
 FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ

## ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

FABIANE FRANCO  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**0826203C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 012/2020**

## DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 007/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: FABIANE PRISCILA CUNHA MERLI  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

FABIANE PRISCILA CUNHA MERLI  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**6BD5B41C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 013/2020**

## DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 010/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: GÉSSICA EDUARDA DE PAULA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

GÉSSICA EDUARDA DE PAULA  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**79D80F32

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 014/2020**

## DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 001/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: KÁTIA MARIA RUIZ DE LIMA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

KÁTIA MARIA RUIZ DE LIMA  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**F2E14003

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 015/2020**

## DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 023/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: MARIÂNGELA FERIATO DE CARVALHO VIEIRA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

MARIÂNGELA FERIATO DE CARVALHO VIEIRA  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**0F72276D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 016/2020**

## DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 017/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: MAYUMI FUJII  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:



CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

MAYUMI FUJII  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**5AF356C2

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 017/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 020/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: ROSEMARY DE ANDRADE PEREIRA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

ROSEMARY DE ANDRADE PEREIRA  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**83CF8C3B

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 018/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 009/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: ROSIMARI BUBOLA HASHIGUTI  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

ROSIMARI BUBOLA HASHIGUTI  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**B20AFDB7

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 019/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 022/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: SILVIA MARIA DE QUEIROZ LIMA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

SILVIA MARIA DE QUEIROZ LIMA  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**1DD64F09

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 020/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 011/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: SIMONE COSTA CORREIA ODA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

SIMONE COSTA CORREIA ODA  
Contratada

Itambaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**2B2811C9

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 021/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 002/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: SIRLENE DA SILVA CURTIZ  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

SIRLENE DA SILVA CURTIZ  
Contratada

Itamaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**507A2EC2

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 022/2020**

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: TATIANE ELIAS DA SILVA PEREIRA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

TATIANE ELIAS DA SILVA PEREIRA  
Contratada

Itamaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**0CD41C01

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 024/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 021/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: THAINÁ BERNARDELLI  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

THAINÁ BERNARDELLI  
Contratada

Itamaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**C342BC2D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DISTRATO Nº 023/2020**

DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 024/2020

ORIGEM: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO Nº. 02/2019 - EDUCAÇÃO  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - TEMPORÁRIO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 DE JULHO DE 2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ  
CONTRATADA: VIVIANE DINIZ PEREIRA  
OBJETO: ENCERRAMENTO DO CONTRATO  
DATA DO DISTRATO: 01 DE DEZEMBRO DE 2020  
FORO: COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DE PARANÁ  
ASSINATURAS:

CARLOS CESAR DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

VIVIANE DINIZ PEREIRA  
Contratada

Itamaracá/PR, 01 de Dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Maria Luciene Jussiani  
**Código Identificador:**0AF79FAD

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATUAL**

**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO (PRAZO/VALOR)**  
**CONTRATO Nº 045/2019 - ID/TCE Nº 41996**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ  
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

**CONTRATADO:** MARIA JOSE MESSIAS VERTUAN  
CPF/MF Nº 618.887.379-72

**OBJETO:** Através do presente termo as partes resolvem prorrogar o prazo de fornecimento até a data de 21/05/2020 e consequentemente o aditivo financeiro no valor de R\$ 1.875,00 (um mil oitocentos e setenta e cinco reais).

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade Nº 04/2019.

Poder Executivo Municipal  
Gabinete do Prefeito, aos 02/12/2020.

**VITOR APARECIDO FEDRIGO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Flavia Vicenzi  
**Código Identificador:**316886AA

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATUAL**

**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO (PRAZO)**  
**CONTRATO Nº 044/2019 - ID/TCE Nº 41995**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ  
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

**CONTRATADO:** DAHIR GRIGOLETO  
CPF/MF Nº 330.948.299-53

**OBJETO:** Através do presente termo de aditivo as partes resolvem prorrogar o prazo de fornecimento dos produtos até 21/05/2021.

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade Nº 04/2019.

Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 02/12/2020.

**VITOR APARECIDO FEDRIGO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Flavia Vicenzi

**Código Identificador:**6F8E3A0E

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020**

**PROCESSO Nº 072/2020**

Com fulcro no inc. VI, art. 43 da LF 8.666/93, **HOMOLOGO** a decisão do Pregoeiro Oficial desta municipalidade, junto ao **Pregão Presencial nº 30/2020**, e **ADJUDICO** o objeto: “**Contratação de serviços de seguro para veículos que compõem a frota da Administração Pública Municipal**” em favor das empresas: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** (CNPJ: 61.198.164/0001-60) - R\$ **2.880,00** (dois mil oitocentos e oitenta reais), itens 01 e 02; **GENTE SEGURADORA S/A** (CNPJ: 90.180.605/0001-02) - R\$ **5.300,00** (cinco mil e trezentos reais) itens 03 e 04.

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 02 de dezembro de 2020.

**VITOR APARECIDO FEDRIGO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Luis Cezar Contreras

**Código Identificador:**F075D987

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATUAL**

**EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO (PRAZO)**

**CONTRATO Nº 079/2018 - ID/TCE Nº 41904**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ  
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

**CONTRATADA:** ALVORADA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA  
CNPJ Nº 21.346.824/0001-98

**OBJETO:** Através do presente Termo de Aditivo as partes resolvem prorrogar o prazo de fornecimento dos produtos até 31/03/2021.

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Estabelecidas no Compromisso de Fornecimento primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 39/2018.

Poder Executivo Municipal  
Gabinete do Prefeito, ao 02/12/2020.

**VITOR APARECIDO FEDRIGO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Flavia Vicenzi

**Código Identificador:**8EDD9F91

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**4º TERMO ADITIVO – VALOR**

**CONTRATO Nº 09/2020**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 001/2019**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ITAPERUÇU

**CONTRATADO:** HASTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME.

**OBJETO:** “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO E REMODELAÇÃO DE VIA URBANA MUNICIPAL NA EXTENSÃO DE 1.967,18 METROS (18.574,93 M²) EM REGIME DE MENOR PREÇO GLOBAL**”.

**VALOR:** 69.223,66 (sessenta e nove reais duzentos e vinte e TRÊSreais e sessenta centavos

**DATA DA ASSINATURA:** 27 de novembro de 2020.

**Publicado por:**

Eliane do Rocio Almeida

**Código Identificador:**0544FB17

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL Nº 03/2020**

Edital nº 03/2020

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ivai, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que prescreve os termos do art.32 da Lei Municipal nº 914/2009, e o disposto na Portaria 180/2012, torna público o presente edital e as normas que regulamentam a realização do processo seletivo para ampliação de carga horária em regime suplementar dos professores efetivos na rede municipal de ensino para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, para o ano letivo de 2021.

1. Do Público Alvo.

1.1- Poderão solicitar ampliação de carga horária suplementar os professores efetivos com compatibilidade de horário, lotados nas escolas municipais que:

- a) estiverem no efetivo exercício da função;
- b) não estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;
- c) possuam compatibilidade de horário com a carga horária suplementar oferecida.
- d) não tenha desistido da vaga para o ano letivo de 2020, por conta própria;

2. Período de inscrição exclusivamente online será do dia 03/12/2020 a 11/12/2020.

3. Do requerimento de ampliação de carga horária em regime suplementar que está no anexo I deste edital.

3.1- O requerimento deverá ser impresso e anexado no formulário conforme

link [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScKk1Lo7cTaizeO2FHF-tkhy58cxgDDzz0DPUj59jf5Kjhlw/viewform?usp=pp\\_url](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScKk1Lo7cTaizeO2FHF-tkhy58cxgDDzz0DPUj59jf5Kjhlw/viewform?usp=pp_url) e também estará disponível no site da Secretaria Municipal de Educação <https://sites.google.com/SME.ivai.pr.gov.br/sme-ivai> e Prefeitura Municipal de Ivai <http://www.ivai.pr.gov.br/>.

3.2- Link para acesso ao formulário de inscrição do professor de Ed. Física: [https://docs.google.com/forms/d/1Pp3xyICxLoeU2r-sEJUO8ETtMpkUo\\_JQXK22hQ\\_L7g/prefill](https://docs.google.com/forms/d/1Pp3xyICxLoeU2r-sEJUO8ETtMpkUo_JQXK22hQ_L7g/prefill)

3.3- No ato da inscrição deverá ser anexado em um único documento em **PDF**:

- Requerimento devidamente preenchido e assinado;
- Diploma de conclusão de curso ou histórico escolar com as disciplinas cursadas até o momento;
- Certificados de conclusão de Pós-Graduação na modalidade Especialização;

4. Da classificação

Para classificação será considerado:

- 4.1- Maior grau de escolaridade.
- 4.2- Tempo de serviço desempenhado na Rede Municipal de Ensino, que será disponibilizado pelo RH da Prefeitura Municipal de Ivai, sem necessidade de anexo pelo candidato.
- 4.3- Idade.

Parágrafo Único – A relação dos classificados estará à disposição dos interessados no site Secretaria Municipal de Educação e no site da Prefeitura Municipal de Ivai, no dia 15 de Dezembro de 2020.

5. Do recurso com relação à lista de classificação:

5.1- O recurso deverá ser apresentado por escrito e anexado até às 17 horas do dia 17 de Dezembro de 2020 no link: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfh0C4k-3P-qh\\_YAzqPFASNfp\\_YwBlIPzqwKOTmgOz\\_1cJCEg/viewform?usp=pp\\_url](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfh0C4k-3P-qh_YAzqPFASNfp_YwBlIPzqwKOTmgOz_1cJCEg/viewform?usp=pp_url)

5.2- A resposta do recurso interposto estará à disposição dos interessados no site da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e no site da Prefeitura Municipal de Ivaí (Diário Oficial).

5.3- A homologação do edital com a relação dos classificados estará disponível no dia 18 de Dezembro de 2020, no site da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e no site da Prefeitura Municipal de Ivaí (Diário Oficial).

6. Das vagas

6.1- As vagas serão disponibilizadas de acordo com a necessidade no ano letivo de 2021, conforme ordem de classificação.

6.2- Havendo incompatibilidade de horário, o professor perderá a vaga, pois não haverá remanejamento de horário.

7. Das disposições gerais:

7.1- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

7.2- Os professores são totalmente responsáveis pelos documentos apresentados.

7.3- A inexistência dos documentos ou qualquer irregularidade desclassificam os interessados.

7.4- Os atos decorrentes serão homologados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

7.5- O presente processo seletivo é temporário e sua validade é até o último dia letivo de 2021.

7.6- O candidato (a) que recusar a vaga vai para o fim da fila.

Ivaí, 02 de Dezembro de 2020.

**CELIA SIOMBALO CHAIDA**

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Decreto nº 072/2020 de 01/04/2020

Anexo I

Excelentíssima Senhora

Célia Siombalo Chaida

Secretária Municipal de Educação

Ivaí-PR

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, professor (a) lotado (a) na Escola Municipal \_\_\_\_\_ telefone ( ) \_\_\_\_\_ venho por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria Ampliação da Carga Horária em Regime Suplementar para as escolas onde houver vaga.

Segue em anexo, documentação exigida no Edital nº 03/2020 do Processo Seletivo para Ampliação da Carga Horária em Regime Suplementar dos professores efetivos na rede municipal de ensino.

Nestes termos

Pede deferimento.

Ivaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Professora

**Publicado por:**

Keila Storer Bueno

**Código Identificador:**21B85F85

#### **DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

#### **EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 151/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2020 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2020**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**LICITAÇÃO Nº 151/2020**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2020**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 080/2020**

(Leis Federais nº 8.666/93 e 10.024/2019)

**Tipo de licitação: MENOR PREÇO.**

**OBJETO:** Contratação de empresa que instale telas protetoras anti poço em polietileno e desinfecção contra piolhos, bactérias, remoção de ninhos, ovos de pombos e aplicação de gel repelente (sem cheiro e não tóxico) nas escolas municipais

**VALOR UNITÁRIO ITEM 001 (DESINFECÇÃO): R\$ 5.500,00;**

**VALOR UNITÁRIO ITEM 002 (INSTALAÇÃO DE TELAS PROTETORAS): R\$ 37.500,00;**

**VALOR GLOBAL: R\$ 43.000,00.**

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:**

**•MORAIS E DUARTE- IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS LTDA.**

**HOMOLOGAÇÃO: 02.12.2020**

**IDIR TREVISO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Keila Storer Bueno

**Código Identificador:**C052B935

#### **DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

#### **EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 293/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2020**

**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 293/2020**

**Dispensa de Licitação nº 063/2020**

**OBJETO:** Aquisição de medicamentos para nível hospitalar e ambulatorial urgência e emergência no SUS, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Azitromicina 500 MG-Comprimido	10.000	R\$ 1,440	R\$ 14.400,00
Ivermectina 6 MG-comprimido	5.000	R\$ 1,280	R\$ 6.400,00
Descloferonamina 2 MG	5.000	0,077	R\$ 385,00

**CONTRATADA:** DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

**CONTRATANTE:** Município de Ivaí – Pr.

**Valor global:** R\$ 21.185,00

**VIGÊNCIA:** 06 meses

**DATA DA ASSINATURA** 02/12/2020

**IDIR TREVISO**

Prefeito Municipal

**TÂNIA KIELT,**

Secretária Municipal de Saúde -Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**GLEISON SACHET**

Representante legal

**Publicado por:**

Márcia Luciene Kobilarz

**Código Identificador:**6C1DE4AB

#### **DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

#### **1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 274/2020 LICITAÇÃO Nº 136/2020 – PREGÃO Nº 090/2020 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 069/2020**

**1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 274/2020**

**LICITAÇÃO Nº 136/2020 – PREGÃO Nº 090/2020 – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 069/2020**

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **IDIR TREVISO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - Pr, a Rua Dr. Ferreira Correia, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **PEDREIRA GNATTA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Estrada Principal de Queimadas Manduri, s/nº, Manduri, Guamaranga/PR, CEP 84435-000 inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.546.256/0001-73, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pela Senhora **Glauçia Regina Zampier**, brasileira, solteira, residente na Rua Prefeito Afonso Dietzel, 1445, centro, Purdópolis/PR, portadora da cédula de identidade sob registro geral nº 6.266.508-4 SSP/ PR e do CPF/MF nº

985.580.729-49, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

**OBJETO:** Aquisição de pó de pedra, pedrisco, bica corrida, brita 02, ¾ e rachão.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original. Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescentado o valor de **R\$ 14.750,00** (quatorze mil, setecentos e cinquenta reais), alterando o valor total de R\$ 59.000,00 para R\$ 73.750,00, de acordo com o Artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/93.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato celebrado.

Ivaí/PR, 02 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Ivaí -PR

**IDIR TREVISO**

Prefeito Municipal

**GLAUCIA REGINA ZAMPIER**

Representante Legal

**Publicado por:**

Márcia Luciene Kobilarz

**Código Identificador:**647DB541

### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 197/2019 LICITAÇÃO  
N.º 080/2019 PREGÃO Nº 065/2019 MODALIDADE  
ELETRÔNICO Nº 003/2019**

#### 2º TERMO ADITIVO

**CONTRATO Nº 197/2019**

**LICITAÇÃO N.º 080/2019**

**PREGÃO Nº 065/2019**

**MODALIDADE ELETRÔNICO Nº 003/2019**

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **IDIR TREVISO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 1912.260-1 SSP-PR, do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **Celso Stadler Transportes ME**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Linha do Aterrado Alto, nº600, Distrito Industrial, Ivaí-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.528.001/0001-20, neste ato denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **Celso Stadler**, brasileiro, casado, residente á Rua Carlos Cavalcanti, s/nº, em Imbituva - PR, portador da cédula de identidade nº 2005464-6, do CPF/MF nº 373.571.749-72, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

**OBJETO:** Material de consumo e equipamentos permanentes referentes ao Programa de Gestão de Solo e Água na Microbacia Rio Água Parada, Lotes: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 013, 017, 020, 021, 022 e 023.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Conforme as cláusulas 7ª e 13ª fica prorrogado o prazo de execução e vigência deste contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 08/12/2020 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato celebrado. Ivaí, 02 de dezembro de 2020.

Município de Ivaí - PR

**IDIR TREVISO**

Prefeito Municipal

**CELSE STADLER**

Representante Legal

**Publicado por:**

Márcia Luciene Kobilarz

**Código Identificador:**B68E7AF2

### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA 277/2020

#### PORTARIA Nº 277/2020

O Senhor **IDIR TREVISO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Sr. **NEIMAR FACHINELLO**, Diretor do Departamento, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período concessivo de 01 de dezembro de 2020 a 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de dezembro de 2020.

**IDIR TREVISO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Joana Dercach Jensen

**Código Identificador:**0FA5478E

### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA 278/2020

#### PORTARIA Nº 278/2020

O Senhor **IDIR TREVISO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Sr. **VALDERI STORER**, Chefe de Divisão, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período concessivo de 01 de dezembro de 2020 a 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de dezembro de 2020.

**IDIR TREVISO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Joana Dercach Jensen

**Código Identificador:**2F7830C8

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 185/2020

Súmula: Concede férias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE: -

**Art.1º** - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, conforme os Processos Administrativos nº.2126 e 2142 – PMI de 26/11/2020 e 30/11/2020.

Mat.	Servidor	Cargo	Período de Gozo
528	Leidiane Ap. Lima	Assessora Especial – CC3	01/12/2020 à 15/12/2020
551	Rogério dos Santos Oliveira	Assessor Especial – CC2	30/11/2020 à 14/12/2020

**Art.2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 30 (trinta) dias do mês de novembro de 2020 (dois mil e vinte).

**SÉRGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**F82AAAFBC

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 186/2020

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE: -**

**Art.1º** - Conceder 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a servidora Simonia de Matia Gomes Brandão – matrícula nº.380, detentora do Cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Função de Controladora Interna, lotada na Manutenção do Controle Interno, a partir do dia 18/11/2020 retornando em 18/12/2020, em conformidade com a Lei nº. 263/02 art. 143 e o Processo Administrativo nº 2078 – PMI de 19/11/2020.

**Art.2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**SÉRGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**05FA9607

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 187/2020

Concede licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE: -**

**Art.1º** - Conceder 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a servidora Ana Paula Ribeiro – matrícula nº.365, detentora do Cargo de provimento efetivo de Zeladora, lotada na Secretaria de Saúde, a partir do dia 16/11/2020 retornando em 16/12/2020, em conformidade com a Lei nº. 263/02 art. 143 e o Processo Administrativo nº 2071 – PMI de 17/11/2020.

**Art.2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**SÉRGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**C62B1BDE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 188/2020

Súmula: Concede Licença Prêmio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE: -**

**Art.1º** - Conceder Licença Prêmio ao servidor João Batista Lopes – matrícula nº.376, detentor do Cargo de provimento efetivo de Zelador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme art. 156 da Lei 263/02 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ivatuba), referente ao período aquisitivo de 2011/2016, a partir de 03/12/2020 retornando em 03/03/2021, Conforme Processo nº 2165/2020 – PMI de 02/12/2020.

**Art.2º** - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2020 (dois mil e vinte).

**SÉRGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**0C49EA0D

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 3º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL URBANO Nº. 075/2017 DISPENSA Nº. 028/2017-PMI ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.

CONTRATADA: JOVENILA BATISTELA CORAL, portadora do CI/RG nº. 3.888.696-7 da SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº. 808.606.489-15.

OBJETO: O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação de igual prazo e igual valor do Contrato de Locação de Imóvel Residencial Urbano Nº. 075/2017, firmado com a proprietária JOVENILA BATISTELA CORAL, cujo objeto é a locação de imóvel residencial para acomodação da estrutura do Paço Municipal.

VALOR ADITIVADO: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28 de Novembro de 2020.

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 27 de Novembro de 2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, c/c Art. 65, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993.

FORO: Comarca de Maringá – Pr.

Ivatuba - Pr, 27 de Novembro de 2020.

**SERGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**97210DD3

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DECRETO 133/2020

**Exercício: 2020**

**Decreto nº 133/2020 de 01/12/2020**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 822/2019 de 30/10/2019.

#### Decreta:

**Artigo 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$ 102.810,00 (cento e dois mil oitocentos e dez reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
05.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA	
05.001.15.452.0010.2.015.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE LIMPEZA PÚBLICA	
658 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.003.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE SERVIÇOS VIÁRIOS	
05.003.27.813.0007.1.073.		CONCLUSÃO DO BARRACÃO COMUNITÁRIO DO JARDIM REFUGIO	
198 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.100,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.035.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE	
642 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.710,00
08.001.10.302.0011.2.039.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
394 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	63.000,00
<b>Total Suplementação:</b>			<b>102.810,00</b>

**Artigo 2º** - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.7.1.8.02.61.00.00000000	Fonte: 1	10.000,00
Receita: 1.7.2.8.01.11.00.00000000	Fonte: 1	73.100,00
Receita: 1.7.2.8.03.11.01.00000000	Fonte: 1	19.710,00
<b>Total da Receita:</b>		<b>102.810,00</b>

**Artigo 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2020.

**SERGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**SIMONIA DE MATIA GOMES BRANDÃO**

Controle Interno

**JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA**

Contador

**JAIR PAULO LOURENÇO**

Secretário de Fazenda

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**6B1515AC

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 369/2020

#### PORTARIA Nº. 369/2020

CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o Decreto Municipal nº.018/2020, de 06/03/2020.

**RESOLVE**

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R\$ 479,28 (quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) a favor do Sr. MANOEL DELFINO ROSA NETO, motorista, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, em virtude da viagem que fará à cidade de Curitiba-PR, para levar paciente no Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio Palatal (CAIF), localizado na Avenida Rep. Argentina, 4334 – Novo Mundo. Com saída às 03h00 do dia 04/12/2020 e retorno previsto às 23h30 do dia 04/12/2020, conforme processo nº.2155/2020.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 30 de novembro de 2020.

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Diogo Alves

**Código Identificador:**1D4B609B

### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2020 CONCURSO PUBLICO-EMPREGO PUBLICO – EDITAL 002/2019

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2020

#### CONCURSO PUBLICO-EMPREGO PUBLICO – EDITAL 002/2019

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 012/2020 de 16/03/2020 - para o ingresso no cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 021/2020 de 16/03/2020, a candidata abaixo relacionada:

#### AGENTE DE ENDEMIAS

TAMIRES APARECIDA PEREIRA DE SOUZA

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:00 as 12:00 hrs, no período de 03/12 a 09/12, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

RG e CPF.

Título de eleitor.

Carteira de trabalho.

Carteira de Registro no Respectivo Conselho.

Certificado de reservista (homem).

01 (uma) foto 3x4.

Comprovante de grau de instrução.

Comprovante de residência, N.º. De telefone.

Certidão Negativa de antecedentes criminais.

Certidão de nascimento ou casamento.

Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2019 (exceto se for isento).

Comprovante regularidade E-Social (Qualificação cadastral).

Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções.

Certificado de conclusão do curso de Formação Inicial de Agentes de Endemias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 02 de dezembro de 2020.

Divisão De Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Diogo Alves  
**Código Identificador:**277F2162

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2020 CONCURSO**  
**PUBLICO-EMPREGO PUBLICO – EDITAL 002/2019**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2020

**CONCURSO PUBLICO-EMPREGO PUBLICO – EDITAL 002/2019**

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 012/2020 de 16/03/2020, para o ingresso no cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 021/2020 de 16/03/2020, os candidatos abaixo:

**MÉDICO**

CARLOS ALBERTO PACKER HINTZ  
LUDILAINE BRONZATI

Os convocados acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:00 as 12:00 hrs, no período de 03/12 a 09/12, munidas dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

RG e CPF.

Título de eleitor.

Carteira de trabalho.

Carteira de Registro no Respectivo Conselho.

Certificado de reservista (homem).

01 (uma) foto 3x4.

Comprovante de grau de instrução.

Comprovante de residência, N.º. De telefone.

Certidão Negativa de antecedentes criminais.

Certidão de nascimento ou casamento.

Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e CPF, declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2019 (exceto se for isento).

Comprovante regularidade E-Social (Qualificação cadastral).

Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 02 de dezembro de 2020.

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**Publicado por:**  
Diogo Alves  
**Código Identificador:**7CD200C3

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2020 CONCURSO**  
**PUBLICO-EMPREGO PUBLICO – EDITAL 002/2019**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2020

**CONCURSO PUBLICO-EMPREGO PUBLICO – EDITAL 002/2019**

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 012/2020 de 16/03/2020 - para o ingresso no cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 021/2020 de 16/03/2020, a candidata abaixo relacionada:

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

EDILAINE FILGUEIRA DE ALBUQUERQUE

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:00 as 12:00 hrs, no período de 03/12 a

09/12, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

RG e CPF.

Título de eleitor.

Carteira de trabalho.

Carteira de Registro no Respectivo Conselho.

Certificado de reservista (homem).

01 (uma) foto 3x4.

Comprovante de grau de instrução.

Comprovante de residência, N.º. De telefone.

Certidão Negativa de antecedentes criminais.

Certidão de nascimento ou casamento.

Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

Certidão de nascimento E CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2019 (exceto se for isento).

Comprovante regularidade E-Social (Qualificação cadastral).

Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções.

Certificado de conclusão do curso de Formação Inicial de Agentes Comunitário de Saúde.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 02 de dezembro de 2020.

Divisão De Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Diogo Alves  
**Código Identificador:**A44BE70D

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº. 372/2020**

**PORTARIA Nº. 372/2020**

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

**EXONERAR a pedido** do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, desta municipalidade, a **Sra. LUCIANA ACORSI SANDOLI**, portadora do RG 6.757.674-8 SESP/SP, matrícula n.º 59002, face a concessão de aposentaria junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, conforme processo n.º 2150/2020, a partir de 01/12/2020.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRA-SE.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ**, em 01 de dezembro de 2020.

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**  
Diogo Alves  
**Código Identificador:**098005DE

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº. 373/2020**

PORTARIA Nº. 373/2020

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o Decreto Municipal n.º.018/2020, de 06/03/2020.



## RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R\$ 2.383,00 (dois mil, trezentos e oitenta e três reais) a favor do Sr. CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito Municipal, referente ao pagamento de 02(duas) diárias, face a viagem que fará no período de 03 a 04/12/2020, a Agrônoma – Santa Catarina., onde irá à empresa Artefatos de Madeira Regis Ltda, cobrar a entrega dos parquinhos para os Centros Municipais de Educação Infantil do Município. Saída no dia 03 às 06h, e retorno previsto às 23h do dia 04/12/2020.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRE-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 02 de dezembro de 2020.

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**  
Diogo Alves  
**Código Identificador:**A0EDC526

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2020**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2020**

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promoverá licitação na modalidade Pregão eletrônico através da plataforma eletrônica [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

**Legislação:** Lei 10.520/2002. Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações, Lei Complementar n. 123/2006.

**Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão:** O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação serão no dia 16 de dezembro de 2020, a partir das 09:00 horas. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 03 de dezembro de 2020, às 14:00 horas.

**Edital:** O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail [compras@jaguapita.pr.gov.br](mailto:compras@jaguapita.pr.gov.br).

**Maiores informações:** Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por intermédio da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã – PR, 02 de dezembro de 2020.

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Leandro Moreira da Silva  
**Código Identificador:**2B3E4832

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO –**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019 PROCESSO**  
**ADMINISTRATIVO Nº 206/2019**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 206/2019**

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promoverá licitação na modalidade Pregão Presencial.

**Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO.**

**Legislação:** Lei 10.520/2002. Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações, Lei Complementar n. 123/2006.

**Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão:** O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação serão no **dia 18 de dezembro de 2019, às 09:00h**, na sala de reuniões no setor de Licitações localizada no Paço Municipal, sito na Av. Minas Gerais, 220, Centro, na cidade de Jaguapitã/PR.

**Edital:** O presente edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações e poderá ser solicitado através do e-mail [compras@jaguapita.pr.gov.br](mailto:compras@jaguapita.pr.gov.br).

**Maiores informações:** Setor de Licitações – Fone: (43) 3272-1122

Jaguapitã – PR, 05 de dezembro de 2019.

**CIRO BRASIL RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Leandro Moreira da Silva  
**Código Identificador:**C5AD8FA1

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ**  
**ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº**  
**008/2020**

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2020

1 - Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte (2020), às 09h00 (nove) horas, na sala de reuniões do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, reuniram-se o Pregoeiro, a equipe de apoio e demais interessados para abertura do edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020, cuja finalidade cumpre a abertura e julgamento das propostas referente ao processo licitatório em epígrafe e cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de fornecimento de conjunto moto bomba submersa e materiais elétricos, hidráulico, ferro galvanizado para instalação de bomba em poço artesiano.

2 - Iniciando os trabalhos constatou-se houve a publicação do referido edital no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Paraná e no Diário Oficial do Município dando conhecimento a todos os interessados. Constatou-se também que houve pouca procura pelo edital, estando anexos ao processo todos os encaminhamentos de edital e comprovantes de retirada.

3 - Aberta a sessão pública iniciando-se o período de credenciamento dos representantes e de recebimento dos envelopes, foram credenciadas 04 (quatro) empresas através de seus representantes legais/procuradores. Juntamente com o credenciamento foi solicitado as declarações de que cumpre plenamente os requisitos para habilitação e de empresa de médio e pequeno porte para os casos em que couber. A empresa ACOS METAÇON COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA (CNPJ nº 36.269.347/0001-81) não apresentou a documentação completa de credenciamento, ficando habilitada para lance apenas as empresas conforme segue:

PERFUTEC – PERFURAÇÕES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, cadastrada no CNPJ sob nº 13.779.101/0001-54.

C. P. SUZUKI ME, cadastrada no CNPJ sob nº 22.129.469/0001-68.

L. A. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – ADRIANO DE OLIVEIRA CAMILO, cadastrada no CNPJ sob nº 26.326.990/0001-46.

4 - Na sequência, iniciou-se a fase de lances e julgamento das propostas, foram abertos os envelopes, e após a conferência, verificou-se que as empresas habilitadas apresentaram proposta de preços de acordo com as exigências contidas no edital, exceto a empresa METALCON que não apresentou prazo de validade para a proposta, porém, por se tratar de item irrelevante, por decisão do pregoeiro, a empresa participou normalmente do certame. Terminada a fase de lances restou a seguinte classificação:

LOTE 01 - PERFUTEC – PERFURAÇÕES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, cadastrada no CNPJ sob nº 13.779.101/0001-54, no valor de R\$ 42.063,87.

LOTE 02 - C. P. SUZUKI ME, cadastrada no CNPJ sob nº 22.129.469/0001-68, no valor de R\$ 60.200,00.

LOTE 03 - ACOS METALCON COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA, cadastrada no CNPJ sob nº 36.269.347/0001-81, no valor de R\$ 33.311,00.

5 - Apresentadas a empresa classificada houve a abertura do envelope de habilitação constatando que a empresa classificada atendeu plenamente as exigências contidas no edital e no Termo de Referência e edital. Entretanto, a empresa ACOS METALCON COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA (CNPJ nº 36.269.347/0001-81) apresentou atestado de capacidade técnico com descrição subjetiva do objeto e a certidão negativa federal de débitos apresentando data inferior a data de abertura da sessão, contudo, com um print de tela atestando validade de 15/12/2020. Dessa forma, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a comprovação dos documentos apresentados.

6 - Diante da apresentação do resultado às empresas participantes, foi aberta a palavra aos licitantes para que qualquer observação ou indagação fosse feita, inclusive questionando o interesse na interposição de recurso. Não houve manifestação, do que se concluiu a inexistência de interesse. Em tempo, cabe mencionar que o representante da empresa L. A. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – ADRIANO DE OLIVEIRA CAMILO se retirou da sessão antes do término, alegando outros compromissos, não ficando até o encerramento para assinatura da ata. Sem mais considerações, a Sessão foi encerrada pelo Pregoeiro, e esta ata, após a leitura e concordância com os termos aqui expostos, foi devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes credenciados das licitantes presentes, respeitando o prazo acima mencionado para a comprovação documental.

**CARLOS AUGUSTO FONSECA**  
Pregoeiro

**SUELI DOS SANTOS CARRARA**  
Membro

**JULIANA CORREIA DE FRANÇA**  
Representante Legal  
CNPJ nº 36.269.347/0001-81

**EDISON YUKIO SUZUKI**  
Representante Legal  
CNPJ nº 22.129.469/0001-68

**GLAUTON FERNANDO GIROTTI**  
Representante Legal  
CNPJ nº 13.779.101/0001-54

**Publicado por:**  
Sueli dos Santos Carrara  
**Código Identificador:**C3A02B03

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ**  
**AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020**

**AVISO DE RESULTADO E ADJUDICAÇÃO**

**Processo Administrativo nº 041/2020 – SAMAE JAGUAPITÃ**  
**Pregão Presencial nº 008/2020 – SAMAE - JAGUAPITÃ**  
**Tipo: Menor Valor Global por Lote**

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de fornecimento de conjunto moto bomba submersa e materiais elétricos, hidráulico, ferro galvanizado para instalação de bomba em poço artesiano.

**O Diretor do Serviço Autônomo Municipal Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público a procedimento licitatório em epígrafe e adjudicação do objeto à:**

EMPRESA	CNPJ	VALOR
LOTE 01 - PERFUTEC – PERFURAÇÕES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	13.779.101/0001-54	R\$ 42.063,87
LOTE 02 - C. P. SUZUKI ME	22.129.469/0001-68	R\$ 60.200,00
LOTE 03 - ACOS METALCON COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA	36.269.347/0001-81	R\$ 33.311,00

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**ISAIAS BISPO DO NASCIMENTO**  
Diretor

**Publicado por:**  
Sueli dos Santos Carrara  
**Código Identificador:**2C701187

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2020**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2020

**CONTRATANTE:** SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE  
**CONTRATADO:** C. P. SUZUKI ME  
**CNPJ:** 22.129.469/0001-68  
**OBJETO:** Aquisição de material elétrico para instalação de bomba submersível.  
**VALOR:** R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais).  
**VIGÊNCIA:** 12 meses  
**DATA:** 02/12/2020

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE, Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.**

**ISAIAS BISPO DO NASCIMENTO**  
Diretor

\*\*\*\*\*

**Publicado por:**  
Sueli dos Santos Carrara  
**Código Identificador:**7E5DB850

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2020**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2020

**CONTRATANTE:** SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
**CONTRATADO:** PERFUTEC PERFURAÇÕES E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA  
**CNPJ:** 13.779.101/0001-54  
**OBJETO:** Aquisição de conjunto moto bomba submersível.  
**VALOR:** R\$ 42.063,87 (quarenta e dois mil sessenta e três reais e oitenta e sete centavos).  
**VIGÊNCIA:** 12 meses  
**DATA:** 02/12/2020

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE, Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.**

**ISAIAS BISPO DO NASCIMENTO**  
 Diretor

**Publicado por:**  
 Sueli dos Santos Carrara  
**Código Identificador:**C7F11F36

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2020**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2020

**CONTRATANTE:** SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
**CONTRATADO:** AÇOS METALCON COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA  
**CNPJ:** 36.269.347/0001-81  
**OBJETO:** Aquisição de material hidráulico para instalação de bomba submersível.  
**VALOR:** R\$ 33.311,00 (trinta e três mil trezentos e onze reais).  
**VIGÊNCIA:** 12 meses  
**DATA:** 02/12/2020

**Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE, Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.**

**ISAIAS BISPO DO NASCIMENTO**  
 Diretor

**Publicado por:**  
 Sueli dos Santos Carrara  
**Código Identificador:**5FB760D9

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA**

**CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA**  
**ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 09/2020**

Fica autorizada a concessão de diárias ao Sr. MARIO JORGE PADILHA SANTOS conforme solicitação do agente político, em conformidade com a Resolução nº 101 e 102/2019.

Poder Legislativo da Lapa, em 26 de novembro de 2020.

**ARTHUR BASTIAN VIDAL**  
 Presidente

**Publicado por:**  
 Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**C77B9A59

**CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA**  
**ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 07/2020**

Fica autorizada a concessão de diárias ao Sr. ACYR HOFFMANN conforme solicitação do agente político, em conformidade com a Resolução nº 101 e 102/2019.

Poder Legislativo da Lapa, em 26 de novembro de 2020.

**ARTHUR BASTIAN VIDAL**  
 Presidente

**Publicado por:**  
 Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**F1A2A4EC

**CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA**  
**ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 08/2020**

Fica autorizada a concessão de diárias ao Sr. ARTHUR BASTIAN VIDAL conforme solicitação do agente político, em conformidade com a Resolução nº 101 e 102/2019.

Poder Legislativo da Lapa, em 26 de novembro de 2020.

**OTAVIO JOSÉ RODRIGUES DE JESUS**  
 Vice-Presidente

**Publicado por:**  
 Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**58D8520E

**GABINETE**  
**DECRETO Nº 24806, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**Súmula:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei nº 3667, de 29 de Outubro de 2019.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 3667, de 29/10/2019;  
 Considerando os C.I. nº 184, de 02/12/2020, da Secretaria da Fazenda;

DECRETA:

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.010,00(Vinte e Cinco Mil e Dez Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

05 Secretaria da Fazenda	
05.01 Gabinete do Secretário	
28.843.0000.0006 Serviços da Dívida	
395: 3.3.90.92.00.00.000 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 25.010,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 25.010,00</b>

**Art. 2º** - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 000, conta nº 14.810-5	R\$ 25.010,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 25.010,00</b>

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 02 de Dezembro de 2020.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 02 de Dezembro de 2020.

**PAULO CÉSAR FIATES FURIATI**  
 Prefeito do Município da Lapa

Documento eletrônico datado e assinado por Paulo Cesar Fiates Furiati, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.

**Publicado por:**  
 Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**4ACAA3C1

**GABINETE**  
**DECRETO Nº 24804, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

Súmula: Nomeia a partir de 01.12.20, para provimento do cargo em Comissão de COORDENADOR ESPECIAL DE CONTROLE FINANCEIRO, a servidora VALÉRIA MARIA MISSAU e inclui parágrafo único no artigo primeiro do Decreto nº 21803, de 30.11.2020.

O Prefeito do município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 3378, de 13.01.17,

Considerando o Processo Digital nº 22127, de 01.02.2020, da Secretaria Municipal de Administração, tramitado na mesma data pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica NOMEADO(A), a partir de 01.12.20, para exercer o Cargo em Comissão de COORDENADOR ESPECIAL DE CONTROLE FINANCEIRO, no Gabinete do Prefeito, Símbolo CC-3, o(a) Senhor(a):

NOME	CIRG Nº	CPF
VALÉRIA MARIA MISSAU	3.298.996-9/PR	618.075.249-49

**Art. 2º** - Fica incluído o Parágrafo Único ao Artigo 1º do Decreto nº 24803, de 30.11.2020, com a seguinte redação.

Parágrafo único – A nomeação de que trata o caput deste artigo, será exercida interinamente, sem ônus para o Município e sem prejuízo às atribuições que já exerce.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 01 de Dezembro de 2020.

**PAULO CÉSAR FIATES FURIATI**  
Prefeito Do Município Da Lapa

Documento eletrônico datado e assinado por Paulo Cesar Fiates Furiati, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**65681D2B

#### GABINETE DECRETO Nº 24805, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Súmula: Nomeia a partir de 02.12.20, para provimento do cargo em Comissão de DIRETOR GERAL, o servidor LEYNER LUIZ GIOSTRI CASCAO DE ALBUQUERQUE LIMA.

O Prefeito do município da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 3378, de 13.01.17,

Considerando o Processo Digital nº 21832, de 25.11.2020, tramitado em 01.12.2020 pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica NOMEADO(A), a partir de 02.12.20, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR GERAL, na PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, Símbolo CC-2, o(a) Senhor(a):

NOME	CIRG Nº	CPF
LEYNER LUIZ GIOSTRI CASCAO DE ALBUQUERQUE LIMA	13292663-8/PR	088.236.649-18

**Art. 2º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 02 de Dezembro de 2020.

**PAULO CÉSAR FIATES FURIATI**  
Prefeito Do Município Da Lapa

Documento eletrônico datado e assinado por Paulo Cesar Fiates Furiati, prefeito do município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**8A5994EF

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e UNICENTRO (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 30/10/2020 a 18/12/2020

Carga diária de horas: 04 horas diárias.

Total de Horas: 115 horas.

**DATA E ASSINATURAS: 25/11/2020 – OSNI MOREIRA, SANDRA APARECIDA MACHADO POLON, MIRIAN ADALGISA BEDIM GODOY, ELIZANGELA ALBERTI FOSQUERAU.**

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**CB48AB6A

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e UNICENTRO (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 30/10/2020 a 18/12/2020

Carga diária de horas: 04 horas diárias.

Total de Horas: 115 horas.

**DATA E ASSINATURAS: 25/11/2020 – OSNI MOREIRA, SANDRA APARECIDA MACHADO POLON, MIRIAN ADALGISA BEDIM GODOY, ROSIMERI STABACH SOCZEKI.**

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**86EFBE53

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 140/2020

O Município da Lapa, Estado do Paraná, torna Pública a Dispensa de Licitação, cujo objeto é aquisição de material de dispositivos de segurança com serviços de instalação, visando à proteção contra invasões e roubos, mediante instalação de central de monitoramento com sensores infravermelhos, no prédio da sede do Conselho Tutelar, empresa vencedora: DIEGO FONSECA SANTOS, CNPJ: 25.065.267/0001-98, no valor total de R\$ R\$ 1.496,90 (mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos). Tal Processo encontra amparo legal no art. 24, II da Lei 8.666/93, originando o Processo nº 140/2020.

Lapa/PR, 02 de dezembro de 2020.

**OSNI MOREIRA**

Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**

Robson da Silveira Maurer

**Código Identificador:**A8649619

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020**

**Procedimento Licitatório nº 64/2020**

O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO POR EMPREITADA GLOBAL DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS URBANAS DO MUNICÍPIO.**

**DATA DE ABERTURA:** 17 de Dezembro de 2020 às 09h00min.

**VALOR: R\$ 281.726,60** (Duzentos e oitenta e um mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Empreitada Global

**INFORMAÇÕES:** Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município [www.laranjal.pr.gov.br](http://www.laranjal.pr.gov.br). (A empresa que eventualmente retirar Edital através do site deverá encaminhar recibo de retirada para o e-mail: [licitacaolaranjal@hotmail.com](mailto:licitacaolaranjal@hotmail.com)).

Laranjal, 02 de dezembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Zilda Lopes Santos

**Código Identificador:**46C3C992

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 359/2020**

Portaria nº 359/2020

**SUMULA:** Comunica que o servidor retorna ao seu posto retomando suas atividades normais.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica excluída Licença para tratar de assuntos particulares sem remuneração ao servidor, CEZAR CARRIEL DOS SANTOS, portador da carteira de identidade nº 690.585-82, servidor efetivo e estável desta municipalidade lotado no departamento de Encargos Gerais, retomando assim as suas atividades normais aos 01 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor retroativa a data de 01 outubro 2020.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**87048345

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 360/2020**

Art. 1º - Fica excluída Licença para tratar de assuntos particulares sem remuneração ao servidor, ADILSO GALVÃO DOS SANTOS, portador da carteira de identidade nº 111.044.228, servidor efetivo e estável desta municipalidade lotado no departamento Rodoviário, retomando assim as suas atividades normais aos 01 de Outubro de 2020.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor retroativa a data de 13 Novembro 2020.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**938BD2FB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 361/2020**

**Portaria Nº 361/2020**

**SUMULA:** Concede Licença remunerada ao servidor e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDER**

Art. 1º - Fica concedido Licença prêmio de 30/60/90 dias (03meses) indenizadas referente ao período aquisitivo de 09/02/2005 a 09/02/2010, a servidora, DIRCE DE FATIMA ARAUJO, portadora do CPF nº 468.297-35, servidora efetiva e estável desta municipalidade, lotada no destacamento da Polícia Militar, pelo período de 03 (três) meses, a partir do dia 23 de Novembro de 2020 à 23 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**A3751130

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 362/2020**

**Portaria Nº 362/2020**

**SUMULA:** Concede Licença remunerada ao servidor e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDER**

Art. 1º - Fica concedido Licença prêmio de 30/60/90 dias (03meses) indenizadas referente ao período aquisitivo de 12/02/2007 a 12/02/2012, a servidora, ISABEL APARECIDA MENDES, portadora do RG nº 51.891.55-7, servidora efetiva e estável desta

municipalidade, lotada no destacamento de Agricultura, pelo período de 03 (três) meses, a partir do dia 23 de Novembro de 2020 à 23 de Fevereiro de 2021.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 30 dias do mês de Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**C6654FEE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 363/2020**

**Portaria Nº 363/2020**

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias legais a servidora, **SIRLENE DOS SANTOS CORDEIRO**, ocupante do Cargo Comissionado, ao período aquisitivo de 2019 a 2020 no Período de gozo de 01 de Dezembro de 2020 à 15 de Dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 30 de Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**28B99555

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 364/2020**

**PORTARIA Nº 364/2020**

**SUMULA:** Exonera servidor de cargo em Comissão e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:  
Exonerar

**Art. 1º** - Fica exonerada a servidora, **ADRIANA APARECIDA IENSEN**, inscrito no CPF nº 072.872.449,93, ocupante do cargo em comissão Chefe de Seção – CC-4.

**Art. 2º** - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 30 dias do mês Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**1D9318D6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 365/2020**

**PORTARIA Nº 365/2020**

**SUMULA:** Nomeia servidor para o exercício de cargo de provimento efetivo, e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor resolve:

**NOMEAR**

**Art. 1º** - A senhora, **SOLANGE KERVALD MARTINS**, portadora do CPF nº 040.576.219-46, aprovada em 1º lugar no concurso Público de Prova nº 01/2020, para o cargo de **Pedagoga**, pelo regime estatutário.

**Art. 2º** - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dois 02 dias de Dezembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte, de conformidade com a Portaria de nomeação nº 365/2020 de 02/12/2020, **SOLANGE KERVALD MARTINS**, prestou o Termo de Posse legal para o cargo inicial de carreira de **Pedagoga**, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a carteira de identidade sob nº 84.559.33-4 SSP/PR e do CPF: 040.576.219-46, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Le

is e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeado. E que, para constar eu **JOSMAR MOREIRA PEREIRA**, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente termo que vai assinado por mim e pelo servidor.

Laranjal/PR, 02 de Dezembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**

Prefeito Municipal

**SOLANGE KERVALD MARTINS**

Servidora

**Publicado por:**

Edinilson Guimarães

**Código Identificador:**C61257D9

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**LEI 077.2020**

CNPJ 76.972.074/0001-51

Rua Mato Grosso, 354 – CEP 87.900-000 – Fone 44-3425-8400

LEI Nº 077/2020

**SÚMULA** Autoriza a abertura de crédito adicional Suplementar e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou e eu, **JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional Suplementar, na importância total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

12000	Sopremu - Sociedade Previdenciária Municipal	
12001	Administração Geral	
12001:0927200282.060	Pagamento de Inativos e Pensionistas	

Fonte 01040	Regime Próprio de Prev.Social-do Exercício	
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.01.00	Aposentadoria do RPPS,Reserv.Remunerada Refor	520.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		520.000,00
12000	Sopremu - Sociedade Previdenciária Municipal	
12001	Administração Geral	
12001.0927200282.060	Pagamento de Inativos e Pensionistas	
Fonte 01040	Regime Próprio de Prev.Social-do Exercício	
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	80.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		80.000,00
TOTAL		600.000,00

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma do artigo anterior, far-se-á mediante Superavit Financeiro na seguinte fonte:

040	Regime Próprio de Previdência Social	
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		600.000,00

Artigo 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeitura Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no 2º dia do mês de dezembro do ano de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Manoel Messias Firmino  
**Código Identificador:**CE3A112F

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE LEI 078.2020

CNPJ 76.972.074/0001-51

Rua Mato Grosso, 354 – CEP 87.900-000 – Fone 44-3425-8400

LEI Nº 078/2020

**SÚMULA** Autoriza a abertura de crédito adicional ESPECIAL e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou e eu, JOÃO NICOLAU DOS SANTOS, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito adicional ESPECIAL, na importância total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para Execução do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, cujos recursos serão consignados no órgão, unidade orçamentária, função, programa, projeto, função e sub-função:

09.000	Secretaria de Trabalho e Serviço Social - STSS	
09.005	Fundo Municipal de Assistência Social	
08.000.0000.0.000	Assistência Social	
08.244.0000.0.000	Assistência Comunitária	
08.244.0024.0.000	Assistência Social em Geral	
08.244.0024.2.113	Apoio a Organização e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	
Fonte 31940	Recursos MDS BL GBF FNAS - Bolsa Família e Cadastro Único	15.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		15.000,00

Artigo 2º A cobertura do crédito adicional especial autorizado na forma da presente Lei, far-se-á mediante o cancelamento de dotações do orçamento vigente:

09.000	Secretaria de Trabalho e Serviço Social - STSS	
09.005	Fundo Municipal de Assistência Social	
08.000.0000.0.000	Assistência Social	
08.244.0000.0.000	Assistência Comunitária	
08.244.0024.0.000	Assistência Social em Geral	
08.244.0024.2.113	Apoio a Organização e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro	

	Único	
3.0.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	
3.3.90.14.00.00	Diárias - Pessoal Civil	
Fonte 31940	Recursos MDS BL GBF FNAS - Bolsa Família e Cadastro Único	3.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
Fonte 31940	Recursos MDS BL GBF FNAS - Bolsa Família e Cadastro Único	11.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte 31940	Recursos MDS BL GBF FNAS - Bolsa Família e Cadastro Único	1.000,00
TOTAL DO CRÉDITO AUTORIZADO		15.000,00

Artigo 3º - Fica as Ações criadas por esta Lei incluído na LDO - LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2020 e no PPA - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO, com a definição dos seguintes objetivos e metas:

DENOMINAÇÃO PROJETO NO PPA	DO	Apoio a Organização e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
OBJETIVOS -		Manter Atividades Relacionadas ao Bloco de Financiamento do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.
METAS 2020		Manutenção do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Artigo 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no 2º dia do mês de Dezembro do ano de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Manoel Messias Firmino  
**Código Identificador:**5167D42B

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 259/2020 - PML

### EXTRATO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: DG ENTERPRISES LTDA ME**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
29	SABÃO DE ÁLCOOL EM BARRA SABÃO DE ÁLCOOL EM BARRA-EMBALAGEM C/ 05 UNID. CADA - 200 GR CADA	CONDE	UN	300	5,26	1.578,00

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANILO DIOGO GIANETTI**

DG Enterprises LTDA ME

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**96F689D7**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO****DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
043/2020**

CNPJ:	76.970.367/0001-08	PREGÃO ELETRÔNICO	
RUA	ANTONIO COLETTI, 1260	Processo Administrativo:	96/2020
C.E.P.:	86790-000 - Lobato - PR	Processo de Licitação:	96/2020
		Data do Processo:	29/07/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeita Municipal, TANIA MARTINS COSTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sobLeinº 10.520/02eemfaceasprincipiosordenados através da Leinº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.:	96/2020
b ) Licitação Nr.:	43/2020-PE
c ) Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
d ) Data Homologação:	30/11/2020
e) Objeto da Licitação	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E OUTROS MATERIAIS, DESTINADOS AO DEPARTAMENTODEASSISTÊNCIASOCIALESEUSSEGMENTOS, DENTRODASNO RMASE EXIGÊNCIAS LEGAIS, POR MEIO DOS CONVÊNIOS/RECURSOS FEDERAIS/ESTADUAIS: FIA/CT(Fundo para infância e Adolescência/Conselho Tutelar - Deliberação 1

(em Reais R\$)						
f) Fornecedores e Vencedores(cfe.cotação):	Itens declarados	Qtde Itens	Média (%)	Descto	Total dos Itens	
- 005475 - BLUINTER ELETRODOMESTICOS LTDA		4	0,0000		13.010,00	
- 005094 - C P SUZUKI		1	0,0000		1.790,00	
- 005474 - LETTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE		1	0,0000		1.899,00	
- 005434 - LIBERTY PRO INDUSTRIA E COMERCIO DE		2	0,0000		2.970,00	
- 005478 - LICITAMAI COMERCIO E SERVICOS LTDA		2	0,0000		5.400,00	
- 005477 - LL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI		1	0,0000		598,00	
- 005221 - M P L METALURGICA PARANA LTDA		8	0,0000		57.730,50	
- 004731 - PAPIROS - MOVEIS E ELETRO - EIRELI - ME		1	0,0000		4.760,00	
- 005476 - SORAIA CRISTINA TURQUINO MACKERT -		1	0,0000		500,00	
		21			88.657,50	

Lobato, 30 de Novembro de 2020.

**TANIA MARTINS COSTA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Sirlene de Fátima Domingues

**Código Identificador:**9DABF35C**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº  
061/2020**

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação para a **AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) KITS ALIMENTOS DE NATAL, CONTENDO: 01 (UM) PANETONE 400g, 01 (UM) FRANGO (CONGELADO) APROXIMADAMENTE 02 Kg, 01 (UM) REFRIGERANTE 2 LITROS E 01 (UMA) CAIXA DE**

**BOMBOM SORTIDO 300g, A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA (FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CRAS/LOBATO), CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LOBATO,** de acordo com características autuadas na presente DISPENSA DE LICITAÇÃO – em favor da empresa **OLIVEIRA E ROSSETTI SUPERMERCADO LTDA**, com cadastro CNPJ/MF: 30.982.266/0001-48, no valor global de R\$ 5.530,50 (Cinco mil quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos), com base no art.24 Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação – N.º 061/2020**.

Lobato/PR., 02/12/2020.

**TANIA MARTINS COSTA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Sirlene de Fátima Domingues

**Código Identificador:**6DDE73BE**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS  
FEDERAIS Nº 011/2020****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS  
FEDERAIS Nº 011/2020**

Atendendo ao disposto nos art. 1º e 2º, da Lei n.º 9.452/97, de 20 de março de 1997, **NOTIFICAMOS**, a Câmara Municipal de Lobato, todos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores, as Entidades Empresariais, com sede neste Município da liberação dos seguintes recursos do Governo Federal

DATA	RECURSO	VALOR (R\$)
04/11/2020	FNS – Vigilância em Saúde	4.200,00
04/11/2020	FNS – Vigilância Sanitária	1.000,00
05/11/2020	FNDE – PNAE Merenda Escolar	4.482,60
05/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	3.952,85
05/11/2020	FUS – Fundo Nacional de Saúde	6.955,71
06/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	17.744,62
09/11/2020	FNDE – PNATE Transporte Escolar	946,20
10/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	36.690,92
10/11/2020	ITR – Imposto Territorial Rural	30.549,24
10/11/2020	FPM – Fundo de Participação dos Municípios	562.914,45
10/11/2020	FUS – Fundo Nacional de Saúde	95.101,62
10/11/2020	IPI Exportação	4.437,95
10/11/2020	FNAS – GBF	1.430,00
11/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	15.949,72
11/11/2020	FNS – Agente Comunitário de Saúde	7.000,00
11/11/2020	FNS – Atenção Básica	28.721,70
16/11/2020	FNS – Vigilância em Saúde	923,64
16/11/2020	FNS – Vigilância em Saúde	4.200,00
17/11/2020	FUS – Fundo Nacional de Saúde	43.237,74
17/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	24.571,49
17/11/2020	FNS – Incentivo para Ações Estratégicas	2.453,00
18/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	71.486,46
20/11/2020	FPM – Fundo de Participação dos Municípios	91.854,43
20/11/2020	ITR – Imposto Territorial Rural	134,22
20/11/2020	IPI Exportação	1.218,83
20/11/2020	FUS – Fundo Nacional de Saúde	14.079,54
20/11/2020	Salário Educação	15.059,21
20/11/2020	RPM – ROYALTIES	96,26
20/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	5.780,85
24/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	4.469,48
24/11/2020	FUS – Fundo Nacional de Saúde	7.864,81
24/11/2020	FNS – Corona Vírus (COVID-19)	126.681,00
25/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	18.484,33
27/11/2020	FEP – Fundo Especial do Petróleo	11.521,67
30/11/2020	FNAS – PSB	4.014,86
30/11/2020	FUNDEB – Fundo Man Des Ed Bas Vlz Prof Educ	14.286,21
30/11/2020	FPM – Fundo de Participação dos Municípios	248.970,70
30/11/2020	ITR – Imposto Territorial Rural	1.182,48
30/11/2020	IPI Exportação	1.554,53
30/11/2020	FEP – Fundo Especial do Petróleo	290,13
30/11/2020	FUS – Fundo Nacional de Saúde	36.615,64
01 a 30/11/20	SNA – Simples Nacional	11.321,95

Lobato/PR, em 02 de dezembro de 2020.



**KELI CRISTINA CAVALLARI**

Diretora do Departamento de Finanças

**Publicado por:**

Ana Maria Eliziário Bronze

**Código Identificador:**432F3036**GOVERNO MUNICIPAL****DECRETO Nº 700/2020, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020. - COVID (19)**

DECRETO Nº 700/2020, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre adoção de novas medidas e consolidação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.-----

**TANIA MARTINS COSTA**, Prefeita do Município de Lobato, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

**I - Considerando** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

**II - Considerando** a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

**III - Considerando** a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

**IV - Considerando** o Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional;

**V - Considerando** a Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

**VI - Considerando** a Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que regulamentou e operacionalizou o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

**VII - Considerando** o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde;

**VIII - Considerando** o Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, editado pela Secretaria de Estado de Saúde;

**IX - Considerando** a Declaração da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, de que o surto do novo Coronavírus (COVID-19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII);

**X - Considerando** a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do COVID-19;

**XI - Considerando** que o Município de Lobato atualizará o Plano de Contingência Municipal, devido a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

**XII - Considerando** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, com revisão periódica das medidas adotadas, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Lobato;

**XIII - Considerando** o pedido da Organização Mundial de Saúde, para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do Novo Coronavírus;

**XIV - Considerando** que para reforçar o presente Decreto, deve ser destacado que o Município de Lobato se encontra com risco para uma epidemia de dengue, contando com diversos casos oficialmente registrados, conforme ata dos membros da saúde e das demais Secretarias do Município;

**XV - Considerando o aumento exponencial de casos de COVID-19 em toda a Região e no Município de Lobato, levando ao congestionamento da Rede de Saúde Pública e Privada que já**

**estão com as vagas dos leitos tanto de UTI como de enfermaria quase esgotadas;**

**XVI - Considerando** que o combate ao *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor da dengue, só terá sucesso se houver parceria entre o Poder Público e todos os proprietários comerciais, residenciais, de lotes e terrenos baldios e/ou quintais, tendo em vista que a larva do inseto desenvolve-se em águas limpas e paradas, não só em poças e recipientes jogados em logradouros públicos, mas também no interior de residências, com caixas d'água, piscinas e vasos de plantas;

**XVII - Considerando** as disposições contidas nos incisos II e IX do artigo 23 da Constituição Federal que consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e municípios em relação à saúde e assistência pública, inclusive quanto à organização do abastecimento alimentar;

**XVIII - Considerando** as disposições contidas no inciso XII do artigo 24 da Constituição Federal que prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde, permitindo, ainda, aos municípios possibilidade de suplementar a legislação federal e a estadual quando, como nesse caso, está presente o interesse local, na forma do inciso II do artigo 30, da Constituição Federal;

**XIX - Considerando** as deliberações tomadas pelo Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19, conforme Resoluções nº 001, 002, 003 e 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018 e 019/2020,

DECRETA:

**Art. 1.º** - As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus, no âmbito do município de Lobato - PR., ficam definidas nos termos deste Decreto.

**Art. 2.º** - Para fins do disposto neste Decreto, e de acordo com a Lei 13.979/2020, considera-se:

**I - Isolamento:** separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do Coronavírus; e

**II - Quarentena:** restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do Coronavírus.

**Art. 3.º** - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do COVID-19 (Coronavírus), poderão ser adotadas as seguintes medidas:

**I** - isolamento;

**II** - quarentena;

**III** - exames médicos;

**IV** - testes laboratoriais;

**V** - coleta de amostras clínicas;

**VI** - vacinação e outras medidas profiláticas; ou

**VII** - tratamentos médicos específicos;

**VIII** - estudo ou investigação epidemiológica.

**§1.º** - Ficam assegurados às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo:

**I** - o direito de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde e a assistência à família conforme regulamento;

**II** - o direito de receberem tratamento gratuito;

**III** - o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, conforme preconiza o artigo 3º do Regulamento Sanitário Internacional, constante do anexo ao Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020.

**§2.º** - As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

**Art. 4.º** - A adoção das medidas de que trata este Decreto deverão ser proporcionais e na exata extensão necessária para viabilizar o tratamento, não contaminação e/ou a não propagação do COVID-19 (Coronavírus), mediante motivação, na forma do caput do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 5.º** - Nos casos de recusa à realização dos procedimentos definidos neste Decreto, os órgãos competentes, com o objetivo de atender o interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo, deverão adotar as medidas judiciais cabíveis.

**Art. 6.º** - Ficam suspensos, no âmbito do município de Lobato:

**I** - eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público;

**II** - atividades educacionais presenciais em todas as unidades da rede de ensino pública, inclusive CMEI;

**III** - atividades e eventos relacionados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, inclusive reuniões do grupo de idosos;

**IV** - transporte sanitário para fora do município em casos de atendimentos eletivos, mantidos apenas o transporte de urgência e emergência, para o tratamento de alta complexidade, hemodiálise, gestação de alto risco e a critério do Departamento Municipal de Saúde;

**V** - realização de consultas eletivas nas Unidades de Saúde, mantendo-se inalterados os atendimentos de urgência e emergência;

**VI** - realização de cursos, bem como de eventos que permitam a aglomeração de pessoas, em especial idosos, crianças e gestantes;

**VII** - todo e qualquer evento de natureza cultural ou esportivo promovidos pela Administração Municipal ou por particulares;

**VIII** - todas as viagens oficiais à serviços, cursos e eventos, do Prefeito, Diretores de Departamentos e Servidores Públicos Municipais, excetos casos excepcionais ou emergenciais, que serão submetidos ao crivo do Chefe do Poder Executivo.

**§1.º** - A suspensão a que se refere o inciso II, inicia-se em 20/03/2020 e será considerada como antecipação do recesso escolar de julho/dezembro de 2020, ficando assegurado o cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas previstas no calendário escolar, cabendo ao Departamento Municipal da Educação efetuar as orientações posteriores, necessárias à adequação do calendário escolar.

**§2.º** - Os ajustes necessários para o cumprimento do calendário escolar serão estabelecidos pelo Departamento Municipal de Educação, em observância às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

**§3.º** - A suspensão de que trata o inciso VIII, dar-se-á a partir de 18 de março de 2020, alcançando todos os eventos e viagens oficiais, agendados pelos órgãos ou entidades municipais, os quais poderão efetuar a remarcação das atividades oportunamente.

**§4.º** - Caberá aos titulares dos órgãos da Administração Direta e Indireta editar os atos oficiais de cancelamento dos eventos e viagens, correspondentes a suas pastas.

**§5.º** - Em casos especiais, as viagens poderão ser autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante justificativa comprovada pelo titular da pasta.

**§6.º** - As oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF – (informática, balé, artesanato, pintura etc.), poderão manter as suas atividades desde que realizem suas ações de acordo com o plano de contingência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, atendendo ainda às recomendações da Autoridade de Vigilância Sanitária.

**Art. 7.º** - Ficam vedadas as concessões de licenças ou alvarás para realização de quaisquer eventos privados, a partir de 19 de março de 2020, devendo tais eventos serem reprogramados oportunamente, após manifestação do Departamento Municipal de Saúde.

**Parágrafo único.** Os órgãos licenciadores municipais deverão suspender as licenças já concedidas a eventos programados para a data a que se refere o *caput* e vindouras, envidando esforços para dar ciência aos particulares que as requereram, valendo-se de todos os meios de comunicação possíveis.

**Art. 8.º** - Nos velórios os organizadores deverão envidar esforços para manter distância e aglomerações o máximo de tempo possível, devendo as empresas prestadoras de serviços manter as superfícies do ambiente limpas e esterilizadas, assim como disponibilizar álcool em gel a 70% para uso dos presentes tanto na entrada como no interior do ambiente, sem prejuízo de outras orientações emitidas pela Vigilância Sanitária.

**Parágrafo único.** Caso compareça algum familiar, seja residente no município ou fora, com sintomas de Coronavírus, o Departamento de Saúde Municipal deverá ser comunicado imediatamente.

**Art. 9.º** - Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

**Art. 10** - Qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que presta serviço para o município de Lobato, que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) ou que tenha retornado de viagem e/ou teve contato com pessoa que viajou às áreas de epidemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), nos últimos dez dias, serão orientados a permanecer em casa e adotar o regime de teletrabalho, conforme orientação da chefia imediata.

**Art. 11** - As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

**Art. 12** - Referentemente ao combate à dengue, fica autorizado o Departamento Municipal de Saúde, quando necessário, permitir a entrada de agentes de saúde e servidores municipais designados para esse fim, no horário de 8h00 às 18h00 horas, devidamente identificados e se imperioso for acompanhados de autoridade policial, nas casas fechadas ou abandonadas, especialmente naquelas propriedades que ao serem convocados para abrir seus imóveis e permitir acesso a todas as dependências, não atenderem tal solicitação, notificando-se, no mesmo dia, ao titular da secretaria responsável pelo ato.

**Parágrafo único.** Fica, também, o Departamento Municipal de Saúde autorizado a requisitar pessoal e equipamentos dos diversos órgãos da Prefeitura ou de proprietários/entidades privadas, na missão de combate sem tréguas aos focos de proliferação do mosquito, devendo, ainda, oferecer tratamento médico adequado à população.

**Art. 13** - Fica o Departamento de Saúde orientado a realizar a busca ativa de todos os idosos, portadores de doenças crônicas e demais grupos de risco considerados pelo referido Departamento, cabendo à mesma a apresentação de boletim diário sobre a possível evolução da doença.

**§1.º** - Fica recomendada a distribuição de medicamentos nas farmácias das unidades de saúde para pessoas acima de 60 anos em tratamentos de doenças crônicas / doença mental, preferencialmente a domicílio, pelos agentes comunitários de saúde;

**§2.º** - Fica o Departamento Municipal de Saúde autorizado a implantar equipes de saúde móvel, para atendimento domiciliar de idoso, portadores de doenças autoimunes e pacientes com comorbidades, objetivando evitar o deslocamento dos pacientes de maior risco à Unidades de Saúde;

**Art. 14** - Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens e serviços necessários às atividades de resposta preventiva e sanativa à pandemia.

**Art. 15** - As atividades de atendimento aos munícipes nas repartições públicas serão organizadas pelos Diretores Municipais, mediante implantação de rotinas preventivas e de combate à pandemia de que trata este Ato, cabendo aos titulares de cada Unidade Administrativa providenciar suas rotinas de atendimento à coletividade, preferencialmente, por escalas em regime de plantão e revezamento, por vias eletrônicas (e-mail; telefone e redes sociais) e, no caso de atendimentos presenciais, mediante prévio agendamento.

**§1.º - O Paço Municipal funcionará com expediente externo, devendo o atendimento ao público se dar, preferencialmente, por telefone, e-mail e/ou sistema eletrônico disponível que evite o contato pessoal.**

**§2.º - Os serviços públicos essenciais serão mantidos regularmente, como limpeza pública, coleta de lixo orgânico e reciclável, roçadas nos próprios públicos, saúde, fornecimento de água e esgoto, obras públicas.**

**§3.º - Os registros de ponto eletrônico nas repartições públicas são obrigatórios, sendo defeso aos Servidores ignorarem os escalonamentos definidos pela Chefia Imediata, a qual manterá registro de atividades realizadas durante os efeitos deste Decreto no setor em que estiver lotado, exceto na Escola Elias Abrahão, Centro Municipal de Educação Infantil e Divisão de Esportes que permanecem sem atividades presenciais dos servidores.**

**Art. 16 -** Fica determinado ao Departamento Municipal de Saúde a promoção das ações administrativas necessárias à promoção da campanha de vacinação contra a gripe, respeitadas as determinações e rotinas definidas pelo Ministério da Saúde e unidades estaduais e regionais responsáveis.

**Art. 17 -** Fica autorizada a interrupção da execução dos contratos públicos cujos serviços foram alcançados pela suspensão determinada no presente Decreto, com a prorrogação do seu prazo de execução e vigência pelo tempo que decorrer a suspensão dos serviços.

**Parágrafo único:** Ficam as Unidades de Compras e de Licitações responsáveis pela comunicação eletrônica dos(as) interessados(as) indicados acima, bem como pela expedição dos atos administrativos necessários à eficácia dos Termos de Suspensão Contratual e prorrogação.

**Art. 18 -** Todos os estabelecimentos comerciais, empresariais, bancos, lotéricas, igrejas, prestadores de serviços, autônomos e escritórios de profissionais liberais, poderão manter a continuidade do exercício regular de suas atividades, desde que cumpram integralmente as recomendações sanitárias determinadas pela Autoridade Sanitária Municipal.

**§1.º -** Fica proibido o restabelecimento das atividades das escolas, que deverão permanecer com suas atividades suspensas, na forma do Decreto nº 541/2020, como medida de isolamento em ambiente de alto índice de aglomeração.

**§2.º - Os estabelecimentos com atividades relacionadas a supermercados, minimercados, bem como os prestadores de serviços unipessoais como cabeleireiro, pedicure, manicure, salão de beleza e barbeiros, deverão respeitar o horário de funcionamento de segunda-feira a sábado das 08:00 às 20:00 horas, não podendo funcionar nos domingos e feriados, observando as recomendações sanitárias determinadas pela Autoridade Sanitária Municipal.**

**§3.º - Os estabelecimentos com atividades relacionadas a panificadoras, açougues, bares, loja de conveniência e mercearias, deverão respeitar o horário de funcionamento de segunda-feira a sábado com encerramento das atividades até às 20:00 horas e nos domingos e feriados com encerramento das atividades até às 13:00 horas, sendo proibido a realização de shows, bingos e jogos que impliquem aglomeração de pessoas, devendo observar as recomendações sanitárias da Vigilância Sanitária.**

**§4.º - Os estabelecimentos com atividades relacionadas a lojistas de comercialização de artigos de vestuário, calçados, utensílio, papelaria, móveis, eletroeletrônicos, autopeças, tintas, comércio de material de construção e materiais elétricos, comércio de produtos agropecuários e veterinários, oficinas mecânicas em geral, funilaria e pintura, lavadores, borracharias, bicicletarias, serralherias, bem como os prestadores de serviços unipessoais, profissionais liberais, escritórios contábeis, de assessoria, engenharia, escritório de transportadora, clínica odontológica, laboratórios, pedreiros, pintores, jardineiros, gesseiros, instaladores em geral, eletricitistas, serralheiros e calheiros deverão respeitar o horário de funcionamento de segunda-feira a sábado 8:00 às 20:00 horas, não podendo funcionar nos domingos e feriados, devendo observar as recomendações sanitárias da Vigilância Sanitária.**

**§5.º - Os estabelecimentos com atividades relacionadas com alimentos prontos como pizzarias, restaurantes, lanchonetes, fast food (inclusive trailer) e sorveterias, poderão funcionar de segunda-feira a domingo e feriados das 08:00 às 22:00 horas somente para operação comercial mediante entrega ou retirada no local (delivery e drive thru), ficando proibido servir produtos para consumo no estabelecimento, bem como nos seus arredores e o uso com colocação de mesas e cadeiras nos espaços públicos como calçadas e ruas, mantendo o estabelecimento restrito do acesso ao público, observadas as recomendações sanitárias da Vigilância Sanitária.**

**§6.º - As igrejas poderão realizar suas atividades religiosas, realizando cultos durante 03 (três) dias na semana, de acordo com suas rotinas e calendário de atividades, observadas as recomendações sanitárias da Vigilância Sanitária.**

**§7.º - A feira do produtor deverá funcionar nas sextas-feiras das 18:00 às 21:00 horas, apenas com feirantes do município de Lobato, sendo vedado o manuseio dos produtos pelos clientes, devendo o feirante isolar a banca para evitar a proximidade dos clientes a menos de um metro e meio, usar máscara, disponibilizar álcool em gel para uso dos presentes, entregar as mercadorias já embaladas para o cliente, além da adoção das demais medidas de segurança recomendadas pela Vigilância Sanitária.**

**§8.º - Os estabelecimentos com atividades relacionadas a revenda de combustível poderão funcionar de segunda-feira a domingo de acordo com suas escalas de trabalho, sem restrição de horários.**

**§9.º - Os estabelecimentos com atividades relacionadas a academias, pilates e fisioterapia deverão respeitar o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 6:00 às 22:00 horas, não podendo funcionar nos sábados e domingos, restringindo-se ao atendimento de até 02 (duas) pessoas por vez e, no caso de ginástica em espaço aberto até 10 (dez) pessoas por vez, observando as demais recomendações da Vigilância Sanitária.**

**§10 -** Fica proibida a venda por vendedores ambulantes originários de outras cidades, independente do ramo de atividade.

**§11 -** Em hipótese alguma será permitida a aglomeração de pessoas nos estabelecimentos em funcionamento, cabendo ao proprietário e/ou responsável adotar as medidas para dispersão das pessoas, como medida de distanciamento social.

**§12 - Os estabelecimentos comerciais que permanecerão abertos, autorizados na forma desse Decreto, deverão adotar as medidas de prevenção estabelecidas neste Decreto, bem como uso obrigatório de máscara e disponibilização de álcool gel para todos os funcionários e colaboradores das atividades, além daquelas medidas que forem determinadas pelo Departamento de Saúde, por meio da Vigilância Sanitária, sem prejuízo das que forem impostas pelos Órgãos de Saúde Federal e Estadual competentes.**

**§13 - Fica permitido o funcionamento dos centros de eventos festivos, respeitando o limite de até 50 (cinquenta) pessoas, com a adoção das medidas de segurança recomendadas pela Vigilância Sanitária.**

**§14 - Fica proibida a realização de atividades nos centros de eventos esportivos e parques infantis, públicos e privados, de quaisquer modalidades.**

**§15 - As medidas restritivas ora impostas aos estabelecimentos comerciais e atividades empresariais implicam na suspensão e/ou restrição de atividades autorizadas pelo Alvará de Licença de Funcionamento concedido, em razão de saúde pública, e o seu descumprimento implicará na aplicação de multa e cassação do alvará e fechamento do estabelecimento, na forma da Lei.**

**§16 - O descumprimento das medidas sanitárias determinadas pela Vigilância Sanitária aos estabelecimentos e atividades permitidas, implicará na aplicação de multa e no fechamento do estabelecimento e/ou suspensão das suas atividades pela Vigilância Sanitária, podendo essas se valer do auxílio da força policial.**

**§17 - As penalidades impostas pelo descumprimento das medidas sanitárias determinadas pela Vigilância Sanitária aos estabelecimentos e atividades permitidas, deverá ser aplicada de forma gradativa na forma da Lei Municipal nº 1.431/2020, obedecendo às prescrições contidas na Lei, sendo:**

Na primeira vez que se constatar a irregularidade a empresa ou responsável pela atividade será notificado da irregularidade com advertência;

Na segunda vez será aplicada pena de multa;

Na terceira vez será aplicada pena de multa em dobro;  
Na quarta vez será suspensa a atividade por 30 (trinta) dias;  
Na quinta vez cassado o alvará definitivamente com o fechamento do estabelecimento, com proibição de novo alvará pelo prazo mínimo de um ano.

**§18** - A autoridade sanitária, quando for constatado indício de infração sanitária em que haja risco ou dano à saúde, poderá proceder a interdição cautelar do estabelecimento, que será cumulada com a pena de multa e será aplicada por qualquer agente público da Vigilância Sanitária, que perdurará até que sejam sanadas as irregularidades, utilizando-se dos recursos necessários para efetivar a medida, lavrando o termo respectivo, cuja primeira via será entregue, juntamente com o auto de infração, ao infrator ou ao seu representante legal, obedecidos os mesmos requisitos daquele, quanto à aposição do ciente.

**Art. 19** - Ficam investidos de Poder Fiscalizatório os ocupantes dos cargos públicos de Agentes Comunitários de Saúde, Enfermeiros e Agentes de Vigilância Sanitária, a fim de fiscalizar o cumprimento das normas de combate ao Coronavírus (COVID-19), disciplinadas pela Lei Municipal nº 1.431/2020, pelo presente Decreto Municipal e outras normas atinentes ao caso.

**Art. 20** - Como medidas coletivas de prevenção, determina-se às entidades privadas, bem como às comerciais, sujeitas a aglomeração de pessoas, a mesma adoção de medidas e suspensões definidas neste decreto, visando a redução do risco de contágio, bem como:

**I** - Aos locais de grande circulação de pessoas, tais como indústrias e comércio em geral o reforço de medidas de higienização de superfície e disponibilização de espaço para higienização das mãos ou álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado.

**II** - As empresas de transporte coletivo de pessoas e trabalhadores devem reforçar as medidas de higienização no interior de seus veículos e circular com as janelas abertas, disponibilizar álcool gel para motoristas, cobradores e passageiros, bem como exigir o uso de máscara, impedindo o embarque daqueles que não estiverem usando.

**III** - Observar, na organização de mesas em serviços de alimentação (refeitórios de empresas, bares, *fast food*, lanchonetes e sorveterias), distância segura entre elas de no mínimo um metro e meio, a fim de evitar a propagação do vírus e aumentar frequência de higienização de superfícies.

**IV** - Nos eventos abertos, devidamente autorizados, manter a distância mínima de um metro e meio entre as pessoas.

**V** - Às prestadoras de serviços como salões de beleza, cabeleireiros, manicure, pet shop etc., que façam o agendamento individual dos clientes e/ou animais, no caso dos pet shop, de forma a evitar aglomeração de pessoas em salas de espera.

**VI** - Sem prejuízo de outras recomendações da Autoridade Sanitária, os estabelecimentos bancários, correios e lotérica deverão manter, prioritariamente, atendimento por meio de caixas eletrônicos, adotando as medidas sanitárias recomendadas pela Vigilância Sanitária, bem como manter distância e aglomerações dos clientes, evitando filas e proximidade dos presentes em salas de espera com afastamento mínimo de dois metros uns dos outros, devendo manter as superfícies do ambiente limpas e esterilizadas, assim como disponibilizar álcool em gel a 70% para uso dos presentes tanto na entrada como no interior do ambiente, com orientação aos clientes para que se utilizem dos serviços *on line* disponibilizados como forma de evitar o atendimento presencial. Os teclados de caixas eletrônicos, corrimões e puxadores de portas deverão ser esterilizados a cada 10 minutos.

**VII** - Às indústrias prestadoras de serviços como facções, onde há maior concentração de trabalhadores que viabilizem o trabalho em escala de revezamento de forma a evitar a maior concentração, mantendo a distância mínima de um metro e meio.

**Art. 21** - O Município poderá se utilizar do seu Poder de Polícia, inclusive solicitar o auxílio das forças policiais, caso haja o descumprimento do disposto nesse Decreto, sem prejuízo da imposição de multas e cassação de alvará de funcionamento.

**Art. 22** - Fica autorizada a cessão de servidores dos demais Departamentos do Município para o Departamento de Saúde, a fim de

auxiliar no contingenciamento de pessoal para execução das medidas necessárias ao enfrentamento do Coronavírus.

**Art. 23** - O descumprimento às determinações deste Decreto, bem como às normas estabelecidas para o combate ao Coronavírus poderá configurar crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal) ou ainda crime contra a saúde pública (artigo 268 do Código Penal), sem prejuízo das sanções administrativas.

**Art. 24** - Como medidas individuais, recomenda-se:

**I** - Aos pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem circular em ambientes com aglomeração de pessoas;

**II** - A limitação de contato e visitas, na medida do possível, nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios;

**III** - Que as pessoas com baixa imunidade (asma, pneumonia, tuberculose, HIV, câncer, renais crônicos e transplantados) evitem sair de casa;

**IV** - Que a população use máscara quando for necessário sair de casa e proceda à higienização frequente das mãos, com sabonete líquido, papel toalha descartável e álcool gel 70%;

**V** - Evitar a ida, na medida do possível, em locais de grande circulação de pessoas;

**a)** Em sendo necessário a ida a tais locais, manter uma distância mínima de cerca de um metro e meio de distância dos demais.

**Art. 25** - Ficam proibidos os encontros ou reuniões que envolvam população do grupo de risco para a doença causada pelo Coronavírus, como pessoas acima de sessenta anos, com doenças crônicas, com problemas respiratórios, gestantes e lactantes.

**Art. 26** - Fica proibido o uso dos espaços públicos como praças e calçadas, para aglomerações de pessoas, usando quaisquer tipos de bebidas (alcoólicas e não-alcoólicas, mates, etc.), bem como narguilé, etc., ficando os presentes que descumprirem essa proibição sujeitos às penas previstas em Lei.

**Parágrafo Único** - A presente proibição estende-se aos estabelecimentos comerciais.

**Art. 27** - As dúvidas e eventuais omissões do presente Decreto serão dirimidas pelo Diretor do Departamento Municipal de Saúde conjuntamente com a Procuradoria Jurídica e Chefia de Gabinete que, em caso de necessidade, baixará ato normativo próprio em aditamento a este.

**Art. 28** - A adoção de medidas previstas neste Decreto deverá ser considerada pela iniciativa privada em regime de colaboração no enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo COVID-19 e da Dengue, bem como, poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

**Art. 29** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no período de 03 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 689/2020.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, 02 de dezembro de 2020.

**TANIA MARTINS COSTA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Ana Maria Eliziário Bronze  
**Código Identificador:**9229F353

**SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**  
**EXTRATO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020 -**

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA  
Rua Antônio Coletto, 1228 - Centro - Fone/Fax: (044) 3249-1399 ou 3249-1230  
CNPJ 80.910.201/0001-65 - CEP: 86.790-000 – Lobato – Paraná  
Email: admsamaelobato@uol.com.br

#### **EXTRATO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2020**

Diante da necessidade do **SAMAE de Lobato**, devidamente justificada nos autos, com fundamento no Inciso II do caput do Art. 24 da Lei federal nº 8.666/93, **DISPENSO A LICITAÇÃO** em favor da empresa **DIVICOL DECORAÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 12.125.777/0001-61, com endereço à Rua Pará, nº 681, Centro, no Município de Colorado, Estado do Paraná, CEP nº 86.690-000, para a aquisição dos produtos abaixo descritos, no valor total de **R\$ 1.461,00 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais)**:

Item	Qtde	Descrição	Valor Unit.
01	01	Persiana 3,45 x 1,60 Vertical Nuance	R\$ 458,00
02	01	Persiana 2,90 x 1,60	R\$ 385,00
03	01	Persiana 2,40 x 1,60	R\$ 318,00
04	03	Sanefas em alumínio revestido	R\$ 280,00
05	09	Suportes em L com garras	R\$ 20,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.461,00</b>

Fica definido que o preço acima referido será pago mediante apresentação da Nota Fiscal relativa à aquisição do material, logo após o recebimento do objeto, que se dará em no máximo 10 (dez) dias.

Lobato, Estado do Paraná, 01 de Dezembro de 2020.

**AFRÂNIO LEMOS**  
Diretor do SAMAE

**Publicado por:**  
Ana Maria Eliziário Bronze  
**Código Identificador:**9C44BF38

#### **ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS**

#### **CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS DECRETO LEGISLATIVO 06/2020**

Ementa: Aprova a prestação de Contas do Poder Executivo Municipal do exercício financeiro de 2017, em conformidade com o acórdão do parecer prévio nº.: 198/20, da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO.

**ART. 1º** - Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo municipal de Lupionópolis relativo ao exercício financeiro de 2017, em conformidade com o Acórdão de Parecer Prévio nº.: 198/20, emitido pela Primeira Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que julgou pela regularidade das contas.

**ART. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lupionópolis, 02 de dezembro de 2020.

**VERONILDE OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR**  
Presidente

**Publicado por:**  
Michelle Angelini Ruiz  
**Código Identificador:**6B845D21

#### **GABINETE/SECRETARIA LEI Nº 40/2020**

*Dispõe sobre a fixação de subvenção às entidades para o exercício de 2021.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte  
**LEI**

**Artigo 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a destinar para o exercício de 2021, subvenção às seguintes entidades, para manutenção de serviços sociais:

- I - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE;
- II - SOCIEDADE VICENTINA CRISTO REI;
- III - ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E BENEFICÊNCIA SANTA CATARINA DE SENA (*Escola Santa Rosa de Lima*);
- IV - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI

**Artigo 2º** Serão repassados às entidades, até os valores constantes dos créditos orçamentários vigentes, bem como dos adicionais que vierem a ser criados e/ou suplementados.

**Artigo 3º** A subvenção mencionada no artigo primeiro só será concedida à entidade, se:

- a. Prestar contas das subvenções recebidas em exercícios anteriores;
- b. Comprovar seu funcionamento regular e normal para a finalidade que foi criada;
- c. Esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

**Artigo 4º** Esta lei vigora a partir de sua publicação.

**Artigo 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Lupionópolis, 02 de dezembro de 2020.

**JOSÉ ANTONIO GERONIMO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Rosimeire Turozi  
**Código Identificador:**ECC19CF6

#### **SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO**

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 65/2020 Pregão Eletrônico nº 29/2020, a qual tem como objeto **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS CONFORME DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 894311/2019 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA, OFÍCIO Nº 367/2020/SE/SGFT/DTEDS/CGAE/CAL/MC**, em favor das Empresas relacionadas nos relatórios de classificação em 20/11/2020, saindo-se assim vencedora as EMPRESAS:

- FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI EPP,  
**R\$ 87.344,64** (oitenta e sete mil e trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

- MAGNUM IND. E COMERCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI-EPP,  
**R\$ 345,00** (trezentos e quarenta e cinco reais).

- G.A DA COSTA ESPORTES LTDA ME,  
**R\$ 4.037,81** (quatro mil e trinta e sete reais e oitenta e um centavos).

**Valor total licitado:**  
**R\$ 91.727,45** (noventa e um mil e setecentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Lupionópolis, 26 de novembro de 2020.

**JOSÉ ANTONIO GERÔNIMO**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Lucineia Aparecida Toffani  
**Código Identificador:**1666A296

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET**

**PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET**  
**COMUNICADO**

**COMUNICADO**

O Presidente da Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, Vereador Francisco José Makoski, em atendimento aos dispositivos legais, **comunica e torna público** que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná através do Acórdão de parecer prévio nº 409/20, TRIBUNAL PLENO – Prestação de Contas de 2016. Município de Mallet. **Exercício financeiro de 2016** do Poder Executivo de Mallet, de responsabilidade do **Sr. ROGÉRIO DA SILVA ALMEIDA**.

**ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 409/20 - Tribunal Pleno**

Recurso de Revista. Prestação de Contas de 2016. Município de Mallet. Despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa. Valor que não mostra relevância material em relação ao orçamento do Município. Ressalva. Provimto.

As referidas Contas estão à disposição de toda a população para análise, pelo prazo de 60 dias, a partir desta data, conforme preceitua o artigo 31, parágrafo 3º da Constituição Federal.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Mallet, Estado do Paraná, em 26 de novembro de 2020.

**FRANCISCO JOSÉ MAKOSKI**  
Presidente

**Publicado por:**  
Fernando Roberto Arkaten  
**Código Identificador:**31081C89

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2020**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2020

**DATA DE ASSINATURA:** 02 de dezembro de 2020.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**.

**CONTRATADA:** VILMAR PEREIRA, CNPJ 11.410.031/0001-37, domiciliada à Rua Nereu Ramos, nº 177, Centro, no município de Irati, estado do Paraná, representada pelo Sócio Responsável, senhor VILMAR PEREIRA, CPF 804.535.389-91, residente à Rua Nereu Ramos, nº 177, Centro, no município de Irati, estado do Paraná

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realizar manutenção corretiva com fornecimento de material na câmara fria packing house pertencente à Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento de Mallet/Pr.

**VALOR:** Pela prestação dos serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 5.580,00 (cinco mil quinhentos e oitenta reais)**.

**PRAZO:** A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término **em 31 de dezembro de 2020**.

**FORO:** Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

**Publicado por:**  
Paulo Sergio Kurzydowski  
**Código Identificador:**E4BC3341

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2020**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2020

**DATA DE ASSINATURA:** 02 de dezembro de 2020.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**.

**CONTRATADA:** OSMAIR RODRIGUES ME, CNPJ 03.517.560/0001-06, domiciliada à Rua Pacífico Borges, nº 242, no município de Irati, Estado do Paraná, representada pelo Sócio Responsável, senhor OSMAIR RODRIGUES, CPF 500.547.679-20, residente à Rua Pacífico Borges, nº 242, no município de Irati, Estado do Paraná

**OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios para compor as cestas básicas e atender a demanda da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

**VALOR:** Pelo fornecimento dos materiais ora contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 2.028,00 (dois mil e vinte e oito reais)** pela totalidade do objeto.

**PRAZO:** A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término em 31 de dezembro de 2020.

**FORO:** Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

**Publicado por:**  
Paulo Sergio Kurzydowski  
**Código Identificador:**C04103C0

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2020**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2020

**DATA DE ASSINATURA:** 02 de dezembro de 2020.

**LOCATÁRIO:** MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**.

**LOCADOR:** ANDRESA WRONSKI, CPF 897.398.179-04, domiciliada à Rua Major Estevão, Centro, no município de Mallet, Estado do Paraná.

**OBJETO:** Locação de imóvel situado à Rua Major Estevão, nº 205, Centro, no município de Mallet/PR para utilização como sede da Junta Militar e setor de Identificação deste município.

**VALOR:** A LOCATÁRIA pagará ao LOCADOR o valor de **R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)** mensais, a ser pago até o dia 05 do mês subsequente, totalizando R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

**PRAZO:** A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de 28 de dezembro e encerrar-se-á em 26 de junho de 2021.

**FORO:** Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

**Publicado por:**  
Paulo Sergio Kurzydowski  
**Código Identificador:**F7EEDF67

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 031/2020**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET** torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 031/2020** com as seguintes características:

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realizar pintura nos prédios pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Mallet/PR.

**FORMA DE JULGAMENTO:** Menor preço por lote.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h00min de 03 de dezembro de 2020 até às 09h00min do dia 16 de dezembro de 2020.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** das 09h00min às 11h00min do dia 16 de dezembro de 2020.

**PREGÃO:** às 11h00min do dia 16 de dezembro de 2020.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Estará disponível no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) a partir da data de 03/12/2020.

**INFORMAÇÕES:** (42) 3542-1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 02/12/2020.

**PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI**

Pregoeiro Oficial

**Publicado por:**

Paulo Sergio Kurzydowski

**Código Identificador:**7A268FD7

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH**  
**DECRETO 284.2020**

**DECRETO Nº 284 de 01 de dezembro de 2020.**

**SÚMULA:** Determina a atualização da planta genérica de valores e dá outras providências.

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a variação do INPC-IBGE nos últimos 12 meses,

Art. 1º - O artigo 6º da Lei nº 620/98 de 11/12/1998, o qual compõe a planta genérica de valores do Município de Mallet para o exercício de 2021, será acrescido em 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento) sobre os valores atualizados no exercício de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 01 de dezembro de 2020.

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Alice Grenteski

**Código Identificador:**97B4CA45

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH**  
**DECRETO 285.2020**

**DECRETO Nº 285 de 01 de dezembro de 2020.**

**Súmula:** Determina a atualização monetária da cobrança do IPTU para o ano de 2021 e dá outras providências:

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a variação do INPC-IBGE nos últimos 12 meses,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 97, em seu inciso VI, § 2º do Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO a orientação do (STF) – Supremo Tribunal Federal, que assegura que a correção monetária dos tributos municipais não constitui majoração de tributação;

CONSIDERANDO o Artigo 313 da Lei Municipal nº 792/2006;

CONSIDERANDO a variação do INPC-IBGE nos últimos 12 meses;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica corrigido monetariamente em 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento), os valores para fins de cálculo do IPTU para o exercício de 2021.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 01 de dezembro de 2020.

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Alice Grenteski

**Código Identificador:**4617DF00

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH**  
**DECRETO 283.2020**

**DECRETO Nº 283 de 01 de dezembro de 2020.**

**Súmula:** Torna sem efeito decreto nº 268 de 10 de novembro de 2020 e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Torna sem efeito o decreto nº 268 de 10 de novembro de 2020.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 01 de dezembro de 2020.

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Alice Grenteski

**Código Identificador:**9B415582

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH**  
**PORTARIA 042.2020**

**PORTARIA Nº. 042/2020.**

O Prefeito Municipal de Mallet, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

**R E S O L V E:**

Conceder Licença Gestante a **MARCIA INES GIELINSKI SIEMIATKOWSKI**, a mesma pertence ao cargo de Professora, admitida em 18/10/2016, sendo que a licença será no período de 25/11/2020 a 24/03/2021.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 01 de dezembro de 2020.

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Alice Grenteski

**Código Identificador:**7D7FB35D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RH  
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO  
PÚBLICO PROCESSO - FLY Nº 9085/2020**

**AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO  
PÚBLICO**

**Processo - Fly nº 9085/2020**

Com fulcro nas disposições do art. 31, *caput* e inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como, art. 22, *caput*, do Decreto Municipal nº 128/2017, nas manifestações de interesse da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social e da Secretaria Municipal de Educação (Parecer nº 04/2020), no Parecer nº 02/2020/C.S.J, da Comissão de Seleção e Julgamento, constituída pelo Decreto Municipal nº 259/2019, no Parecer Contábil, da Diretoria de Contabilidade, da Secretaria Municipal da Fazenda, no Parecer Técnico nº 01/2020, da Secretaria Municipal de Planejamento, bem como no Parecer Jurídico nº 141/2020/T.H., da Procuradoria do Município, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Chamamento Público, para formalização direta de parceria entre o Município de Mallet e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Mallet, inscrita no CNPJ sob o nº, 02.215.404/0001-28, para custeio do objeto do plano de trabalho apresentado, qual seja, a “*conjunção de esforços para ofertar escolarização aos 38 (trinta e oito) alunos com necessidades educacionais especiais, dentro do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, totalizando no mínimo as oitocentas horas, duzentos dias letivos, conforme Plano de Ação da Instituição de Ensino e do Calendário Escolar proposto pela Secretaria de Estado da Educação, devidamente homologado pelo Núcleo Regional de Educação*”, durante o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, mediante transferência voluntária no importe total de R\$ 169.188,00 (cento e sessenta e nove mil, cento e oitenta e oito reais), conforme cronograma de desembolso aprovado, bem como a cessão de uso onerosa do veículo Citroen, Aircross Start 1.6, placas PBX-9C50, renavan 01214119651, originário do Termo de Doação nº 09/2019, para fins de utilização no cumprimento das metas quantitativas e qualitativas do Plano de Trabalho da respectiva parceria, desde que, nos termos do art. 28 da Lei Federal nº 13.019/2014, a entidade comprove o atendimento dos requisitos previstos nos arts. 33 e 34, bem como não haja nenhuma das vedações do art. 39, todos da Lei Federal nº 13.019/2014.

A presente autorização poderá ser impugnada, por qualquer pessoa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação, consoante disposto no art. 32, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Mallet, 02 de dezembro de 2020.

**MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Alice Grenteski

**Código Identificador:**851A7BD7

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI**

**LICITAÇÃO  
AVISO DE REVOGAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO 114/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 169/2020**

A Prefeitura Municipal de Mandaguari – Pr, no uso de suas atribuições legais, após parecer jurídico, resolve **REVOGAR** o processo licitatório nº 169/2020, Pregão Eletrônico nº 114/2020, cujo

objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÃO DE AMBIENTES**.

Ficam intimados os interessados da abertura do contraditório nos termos do art. 49 § 3º da Lei 8.666/93, para querendo, apresentarem os recursos no prazo do art. 109, I, “c” do mesmo diploma legal.

Mandaguari, 02 de Dezembro de 2020.

**ROMUALDO BATISTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Lucas Renan Rocha Kiil

**Código Identificador:**F88FADA6

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
LEI Nº 1117/2020**

**SÚMULA:** “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e no art. 105, inciso II, § 2º e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Mandirituba, o orçamento do Município de Mandirituba para o exercício financeiro de 2021, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, que compreende:

**I** - as Prioridades e Metas da Administração Municipal;

**II** - as Metas e Riscos Fiscais;

**III** - a Organização e Estrutura dos Orçamentos;

**IV** - as Diretrizes para a Elaboração e a Execução dos Orçamentos do Município;

**V** - as Disposições sobre a Despesa do Município com Pessoal e Encargos Sociais;

**VI** - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município;

**VII** - as Disposições Gerais.

**CAPÍTULO II  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 2º** As Prioridades e Metas da Administração Municipal, para o Exercício Financeiro de 2021 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, parte integrante desta Lei, as quais terão assegurada a alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021.

**§ 1º** Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos anexos integrantes desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.



§ 2º Na elaboração da Proposta Orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de manter o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º As Prioridades e Metas de que trata o “caput” deste artigo poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da Proposta Orçamentária para 2021, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

### **CAPÍTULO III DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

**Art. 3º** Integra esta Lei o Anexo de Metas Fiscais, estabelecidas para o próximo exercício, em conformidade com o que dispõem os §§ 1º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único.** A elaboração do Projeto de Lei e execução da Lei de Orçamento Anual para 2021 deverá levar em conta as metas e resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

**Art. 4º** Os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão discriminados em anexo parte integrante desta Lei.

### **CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º** Para efeito desta Lei entende-se por:

**I** - programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

**II** - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III** - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

**IV** - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**Parágrafo Único** A classificação da estrutura programática, para 2021, poderá sofrer alterações para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR.

**Art. 6º** O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquias, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Administração do Município.

**Art. 7º** A Lei de Orçamento Anual evidenciará a Receita por Rubrica e a Despesa de cada Unidade, por Programa, Função, Sub-Função, Projeto ou Atividade, e quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes adendos:

**I** - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

**II** - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

**III** - Resumo Geral da Despesa;

**IV** - Programa de Trabalho;

**V** - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e por Projetos e Atividades;

**VI** - Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-Funções conforme o vínculo com os Recursos;

**VII** - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

**VIII** - Demonstrativo da Despesa, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária; e

**IX** - Demonstrativo das Renúncias de Receitas estimadas para o Exercício Financeiro de 2021.

**Art. 8º** A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

**I** - quadro demonstrativo da evolução da Receita dos Exercícios de 2017, 2018 e 2019 e previsão para 2020 e 2021, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

**II** - justificativa sobre as estimativas de Renúncia de Receita para o exercício de 2021;

**III** - demonstrativo das medidas de compensação de Renúncia de Receita e/ou aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado;

**IV** - demonstrativo da aplicação das receitas de alienação e de operações de crédito, se for o caso.

### **CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 9º** O orçamento para o exercício de 2021 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquias.

**Art. 10** A elaboração e a execução da Lei Orçamentária do Município deverão assegurar o Controle Social e a Transparência na execução do orçamento.

**Parágrafo único.** O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 11** Os estudos para definição do orçamento da Receita para 2021 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e evolução da Receita nos últimos três exercícios.

**Art. 12** Na execução do orçamento se verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

**I** - redução de gastos com a frota de veículos dos setores de transporte, obras e serviços públicos em geral; e

**II** - redução dos projetos, atividades e investimentos programados.

**Art. 13** Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões

financeiras" do Poder Executivo e do Poder Legislativo, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

**§ 1º** Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

**§ 2º** Na hipótese de ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

**§ 3º** Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar o ajuste processado, que será discriminado por órgão.

**§ 4º** Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, 04 de maio de 2000.

**Art. 14** O orçamento para o exercício de 2021 contemplará recursos para a Reserva de Contingência para atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único.** Se ao final do mês de outubro não for constatado a ocorrência de passivos contingentes e/ou riscos fiscais imprevistos, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos da Reserva de Contingência para a suplementação de outras dotações orçamentárias.

**Art. 15** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

**§ 1º** Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício.

**§ 2º** Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal fica autorizado por ato próprio, a proceder a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

**Art. 16** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual ou lei específica que autorize a sua inclusão.

**Art. 17** O Poder Executivo estabelecerá, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

**Art. 18** Os projetos e atividades com dotações e recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e incluídos no orçamento se ocorrer a assinatura dos termos e/ou convênios respectivos, com a pactuação do seu ingresso no fluxo de caixa.

**Parágrafo único.** Os recursos vinculados, oriundos de convênios, termo de repasses e operações de créditos, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

**Art. 19** A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de saúde, nos termos da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

**§ 1º** Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no “caput” deste artigo, a entidade privada sem fins lucrativos, além de estar adimplente com o Município de Mandirituba, deverá apresentar comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, atender aos dispositivos da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei

Municipal n.º 902, de 08 de dezembro de 2016 e às Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**§ 2º** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**§ 3º** A concessão de benefício de que trata o “caput” deste artigo dever atender a Lei Municipal n.º 902, de 08 de dezembro de 2016 e no que couber ao art. 116 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 20** Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês do exercício anterior.

**Art. 21** O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, serão repassados até o dia 20 (vinte) de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela mesa diretora da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Ao final do exercício financeiro de 2021, o saldo de recursos financeiros porventura existentes, será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar do Poder Legislativo, bem como os valores necessários para o pagamento de obras e demais investimentos que ultrapassem o exercício financeiro.

**Art. 22** Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no inciso I do artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 23** Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, termos de repasse e operações de crédito.

**Parágrafo único.** As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estarão contemplados na LOA.

**Art. 24** Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes, cujos recursos estejam previstos no orçamento municipal.

**Art. 25** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes, praticados em 2020.

**Art. 26** Ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a abrir créditos adicionais suplementares, bem como os com indicação de recursos do nos termos previstos no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a proceder a redistribuição das parcelas de dotação de pessoal e respectivos encargos sociais entre unidades orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, não se considerando nos limites previstos no “caput” deste artigo.

**§ 2º** Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a proceder ao remanejamento de saldos de dotações orçamentárias, dentro do mesmo Programa e Órgão Orçamentário, não se considerando nos limites previstos no “caput” deste artigo.

**§ 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à suplementação pelo excesso de arrecadação efetivo ou tendência do exercício financeiro de 2021, sobre a previsão orçamentária original das dotações que correspondem à aplicação das respectivas receitas transferidas oriundas de convênios, programas e de operações de crédito, nos termos previstos no inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, não se considerando nos limites previstos no “caput” deste artigo.

**§ 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder por Decreto, à inclusão do grupo de fontes de recurso – ID de uso “3” – Exercícios Anteriores, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2019 e referente às receitas de restos a receber, conforme estabelece Instrução Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não se considerando nos limites previstos no “caput” deste artigo.

**Art. 27** Durante a execução orçamentária de 2021, o Poder Executivo, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes de anexo desta Lei e alterações posteriores.

**Art. 28** A inclusão, exclusão ou alteração de ações no Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

**Art. 29** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a criação e a alteração da modalidade de aplicação, nos procedimentos orçamentários, técnicos e contábeis, em atendimento à legislação vigente, em especial para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR.

**Art. 30** Fica o Poder Executivo autorizado a classificar no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, a despesa não empenhada no exercício correspondente, conforme a classificação da despesa realizada.

**§ 1º** Para a classificação da despesa com pessoal e encargos sociais, será utilizado o espaço do item de despesa;

**§ 2º** Para a classificação das demais despesas, será utilizado o espaço do subelemento.

**Art. 31** O Poder Executivo, respeitado o limite da dotação autorizada nesta Lei, poderá proceder por Decreto a compensação, conversão, criação de fontes de recursos, vinculados e próprios dos Projetos, Atividades ou Operações Especiais e das Obras, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, que forem objeto de convênio, acordo ou ajustes com outros entes da federação.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 32** Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de créditos ao longo do exercício de 2021, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

**Art. 33** As operações de crédito deverão estar definidas em lei específica e terão sua validade correspondente ao PPA vigente.

**Art. 34** A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

**Art. 35** A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 36** O Poder Executivo e o Poder Legislativo, mediante lei autorizadora, poderão criar cargos, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, alterar e especificar funções e admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 e o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

**Art. 37** O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei visando à revisão dos seus sistemas de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários e estrutura administrativa da Prefeitura de forma a:

**I** - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

**II** - criar, extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

**III** - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como contratações por tempo determinado, respeitada a legislação municipal vigente;

**IV** - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

**V** - proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

**VI** - proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

**VII** - melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração, inclusive com a aquisição de equipamentos e melhoria na infra-estrutura do ambiente de trabalho;

**VIII** - atender Instruções, Resoluções, Orientações e Termos de Ajuste de Conduta - TAC junto ao Ministério Público do Estado do Paraná, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ministérios do Governo Estadual, Secretarias do Governos Estadual, bem como demais órgão reguladores que exijam mudanças nos cargos, funções e atividades da administração pública.

**Art. 38** A criação ou aumento do número de cargos, além dos requisitos mencionados nos artigos anteriores, atenderá também aos seguintes:

**I** - existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

**II** - inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na Administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas;

**III** - resultar de ampliação da ação governamental, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 39** Os contratos de terceirização de atividade-meio da administração pública, serão computadas no grupo de natureza da despesa “3”.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**Art. 40** O Poder Executivo, autorizado por lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes desde que legalmente possível

(respeitado o disposto na Lei Complementar n.º 116 de 31 de julho de 2003, suas alterações posteriores e legislações correlatas), devendo nestes casos serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, conforme anexo de riscos fiscais e deverá atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 41** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 42** As modificações na Legislação Tributária que virem a surgir serão objeto de Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal prevendo:

**I** - elevação de receita com IPTU, tendo em vista o recadastramento e inclusão de unidades fiscais ou contribuintes e atualização do valor venal das unidades fiscais através da revisão de planta de valores e custos de serviços públicos;

**II** - elevação da receita do ISSQN, tendo em vista a inclusão de novos contribuintes, e adequação à Legislação Federal;

**III** - elevação de outras taxas e impostos devidamente justificados.

**Art. 43** Os incentivos, isenções ou benefícios de natureza tributária ou financeira a investimentos privados na Indústria, Comércio e Serviço aos munícipes, só poderão ser concedidos nas hipóteses legais mediante aprovação de projetos de compensação (respeitado o disposto na Lei Complementar n.º 116 de 31 de julho de 2003, suas alterações posteriores e legislações correlatas) como aumento no valor da base de cálculo do ISSQN e valor adicionado para formação do índice de participação no ICMS, considerando ainda, a geração de novos empregos.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 44** Ocorrendo prestação de assistência técnica e a cooperação financeira pela União, prevista no artigo 64 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, o Município deverá se estruturar para:

**I** - implementar sistema de controle de custos e a avaliação de resultados;

**II** - elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais na forma prevista na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 45** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa e eventuais problemas nos sistemas informatizados de uso do Município.

**Art. 46** A Administração Municipal, tanto quanto possível, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

**Art. 47** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 48** O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios com o Governo Federal, Estadual e com Entidades da Sociedade Civil e Associações através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observada toda a legislação em vigor.

**Art. 49** O Poder Executivo poderá celebrar consórcios com outros Municípios e órgãos do Governo Estadual e Federal, para desenvolver projetos ou atividades de interesse comum.

**Art. 50** Para fins de desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, assistência social, agricultura, meio ambiente e outras áreas de relevante interesse público, o Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, sem ônus para o Município ou com contrapartida, criando projetos específicos durante a execução da Lei Orçamentária.

**Art. 51** Serão incluídos na proposta orçamentária para 2021 os Precatórios Judiciais na forma do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 94/2016.

**Parágrafo único.** A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2021 para o pagamento de precatórios será efetuada observando-se o disposto na Lei Municipal n.º 874, de 29 de fevereiro de 2016.

**Art. 52** O Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades assistenciais para o repasse de subvenções ou contribuições, em auxílio à manutenção dessas entidades, ou para a execução de programas municipais, estaduais ou federais na área da saúde ou da assistência social, observada toda a legislação em vigor.

**Art. 53** Para a execução de obras de interesse municipal previstas em anexo desta Lei Municipal fica autorizado o Poder Executivo adquirir imóveis por desapropriação direta ou indireta.

**Art. 54** Sistematizar dentro das ações orçamentárias para o Exercício de 2021, dar cumprimento aos desafios propostos e acordados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030), que contem 17 objetivos globais e 169 metas para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a governança democrática em todo o mundo entre 2016 e 2030.

**Art. 55** Ficam incluídos e alterados aos anexos I, II e III relativo às receitas e as metas e programas governamentais do PPA - Plano Plurianual para os exercícios 2018/2021.

**Art. 56** Se o projeto de Lei Orçamentária Anual, para 2021, não for aprovado até o encerramento da Sessão Legislativa do corrente exercício, a Câmara Municipal de Mandirituba será convocada extraordinariamente, como preceitua a Lei Orgânica do Município de Mandirituba.

**Art. 57** Em consonância com o que dispõe o § 5º do artigo 109 da Lei Orgânica do Município, o Prefeito Municipal poderá enviar mensagem a Câmara Municipal para propor modificações nos projetos de lei orçamentários, enquanto não iniciada a votação na comissão de orçamento e finanças, da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 58** Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

**LUIS ANTONIO BISCAIA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Suzana Rodrigues da Silva  
Código Identificador:8BD34540

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA LEI N.º 1114/2020

SÚMULA: “Denomina Via Pública.”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica denominada de **Rua Ricardo Cosloski**, a qual se inicia na Rua Francisco Afonso Cosloski; trata-se de uma via sem saída com 100 (cem) metros de extensão, situada na Colônia Lima, neste Município.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 26 de outubro de 2020.

**LUIS ANTONIO BISCAIA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Suzana Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**16EDBD6C**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
DECRETO N.º 736/2020**

Súmula: “Dispõe sobre a reassunção ao cargo de Conselheira Tutelar do Município de Mandirituba, Paraná”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Federal n.º 8.069/1990, Lei Municipal n.º 860/2015 e demais legislações pertinentes, e em consonância com a homologação do resultado da eleição para escolha dos Conselheiros Tutelares proferido pelo Conselho Municipal em Defesa da Criança e do Adolescente de Mandirituba,

**DECRETA**

**Art. 1º** Reassume ao cargo de Conselheira Tutelar Liria Teresinha de Lima Miranda, portadora do RG n.º 9.960.037-3, inscrita no CPF/MF n.º 071.359.369-57.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 02 de dezembro de 2020.

**LUIS ANTONIO BISCAIA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Suzana Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**FA23277D**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
EXTRATO DE ADITIVO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E  
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA UNILATERAL****3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2020****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**CNPJ:** 76.105.550.0001/37**CONTRATADO:** FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA - FUNPAR**CNPJ Nº:** 78.350.188/0001-95**MODALIDADE:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2019**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ARQUITETURA E URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS A REVISÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA.**PRAZO DE SUSPENSÃO:** 90 DIAS (23 DE NOVEMBRO DE 2020 A 21 DE FEVEREIRO DE 2021)**PRAZO DE PRORROGAÇÃO:** ATÉ 20 DE JULHO DE 2021**DATA DA ASSINATURA:** 01 DE DEZEMBRO DE 2020**LUIS ANTONIO BISCAIA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Roberto Inocêncio Pereira

**Código Identificador:**D5F62B71**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
CHAMADA PÚBLICA CULTURAL N.º 001/2020 LEI  
FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 -  
RETIFICAÇÃO Nº 001**

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.550/0001-37, sediado à Praça Bom Jesus n.º 44, Centro, Mandirituba/PR, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, através da Comissão Especial de Cultura designada através da Portaria n.º 395/2020, devidamente autorizada pelo Senhor Prefeito Municipal, Luis Antonio Biscaia, **TORNA PÚBLICA a RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA** constata do Item 11.1 do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA CULTURAL N.º 001/2020, que tem por objeto a **PREMIAÇÃO DE ARTISTAS, GRUPOS, ENTIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E TRABALHADORES DA CADEIA ECONÔMICA DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA**, de maneira que o Item 11.1 do que passará a vigorar com a seguinte redação:

“(…)”

O proponente deve atentar-se aos seguintes prazos:

Inscrições	01/12/2020 a 11/12/2020
Divulgação dos projetos classificados	15/12/2020
Envio de documentos de habilitação	16/12/2020 e 17/12/2020
Divulgação dos proponentes habilitados	18/12/2020
Pagamento dos prêmios	até 31/12/2020
Execução da contrapartida	até 20/02/2021

“(…)”

Mandirituba, 02 de dezembro de 2020.

**JOSIELE MARACI NICKEL CLAUDINO**

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

**LUIS ANTONIO BISCAIA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Roberto Inocêncio Pereira

**Código Identificador:**755403FC**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
DECRETO N.º 737/2020**

SÚMULA: “Dispõe sobre a Regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei nº 451 de 27 de agosto de 2008,

**DECRETA****Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, criado pelo art. 11 da Lei nº 451 de 27 de agosto de 2008, como instrumento de natureza contábil, de captação, repasse e aplicação de recursos econômicos e financeiros, destinados a proporcionar suporte e implantação, manutenção ou investimento no desenvolvimento de projetos, programas, interesses e ações dirigidas aos direitos e benefícios da pessoa idosa do Município de Mandirituba.

**Capítulo II  
DO FUNCIONAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO****SEÇÃO I  
DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE**

**Art. 2º** O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

## SEÇÃO II DOS RECURSOS DO FUNDO

**Art. 3º** Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - transferências do Município;

II - transferências da União, do Estado, de seus órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - receitas de doações, legados, contribuições em dinheiro, bazares, valores, bens móveis e imóveis que venha receber de pessoas físicas ou jurídicas ou organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

IV - produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V - demais receitas destinada ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

VI - outras receitas estipuladas em lei;

VII - valores das multas previstas no art. 84 da lei 1.0741/03 que institui o Estatuto do Idoso.

§ 1º Não se isentam as demais secretarias de políticas específicas, de proverem os recursos necessários para as ações voltadas à pessoa idosa, conforme determina a legislação em vigor.

§ 2º Os recursos que compõe o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação "*Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa*", e sua destinação será deliberada por meio de projetos, programas e atividades aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI.

**Art. 4º** Os recursos de responsabilidade do município destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão a ele repassados automaticamente, à medida que forem constituídas as receitas.

**Art. 5º** As importâncias recebidas e deduzidas no Imposto de Renda a que se refere a Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, ou que lhe sobrevier, sujeitam-se à comprovação, por meio de documentos emitidos pelos gestores do respectivo Fundo e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, controlador do Fundo, que devem emitir comprovante em favor do doador.

## SEÇÃO III APLICAÇÃO DOS RECURSOS

**Art. 6º** O repasse de recursos às entidades conveniadas será efetivado por intermédio do Fundo, de acordo com critérios estabelecidos em Resolução aprovada em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º As transferências de recursos para organizações que atuam com a pessoa idosa se procederão mediante convênio, contrato e os instrumentos de parceria termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação previstos pela Lei Municipal nº 902/2016, em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 2º Somente poderão ser beneficiadas entidades referidas no § 1º deste artigo que cumprirem todas as exigências legais e, em se tratando de Entidades de Atendimento ao Idoso, que tenham seus programas inscritos junto ao Conselho na forma do artigo 48 e seguintes do Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

**Art. 7º** As disponibilidades financeiras do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão aplicadas mediante autorização expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, nos seguintes objetos:

I - serviços e programas voltados à proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

II - promoção e financiamento de estudos e pesquisas na área do envelhecimento;

III - nos programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV - trabalhos de divulgação e comunicação de matérias referentes ao processo de envelhecimento e outras que interessem diretamente à pessoa idosa;

V - para atender, em conjunto ou por interatividade com outros órgãos municipais ou outros que interessem aos idosos, as ações assistenciais de caráter emergencial.

## SEÇÃO IV ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

**Art. 8º** A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será exercida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o auxílio dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e da Secretaria Municipal de Finanças.

**Parágrafo Único** - Os recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será movimentado de forma conjunta, pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 9º** A contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será organizada e processada pelo Setor de Contabilidade Municipal, de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente.

**Parágrafo Único** - A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação dará vistas ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sobre a contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, mensalmente pelo Presidente do Conselho.

**Art. 10** Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, na administração do Fundo Municipal:

I - estabelecer os parâmetros técnicos de ação para aprovação do plano de aplicação dos recursos do Fundo;

II - acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo;

III - avaliar e aprovar os balancetes anuais do Fundo;

IV - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e a avaliação das atividades a cargo do Fundo;

V - mobilizar os diversos segmentos da sociedade no interesse, planejamento, execução e controle das ações do Fundo;

VI - fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo;

VII - aprovar convênios, ajustes, acordos e contratos firmados com base em recursos do Fundo.

## SEÇÃO V DAS DESPESAS

**Art. 11** As despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa constituir-se-ão:

I - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos a área da Pessoa Idosa;

II - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações;

III - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços;

IV - desenvolvimento de programa de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos para atendimento à Pessoa Idosa;

V - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessária à execução das ações e serviços ofertados à Pessoa Idosa;

VI - manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

## Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 12** Da aplicação dos recursos do Fundo caberá prestação de contas nos prazos e formas legais.

**Art. 13** Os saldos financeiros do Fundo constantes do balanço anual geral serão transferidos para o exercício seguinte.

**Art. 14** Os casos omissos neste Decreto, de caráter administrativo do Fundo, serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

**Art. 15** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba, 02 de dezembro de 2020.

**LUIS ANTONIO BISCAIA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Suzana Rodrigues da Silva  
**Código Identificador:**A372E56B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE CONTRATO 80-2020**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 80 de 2020.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Locação de uma sala comercial medindo 98m² construída em alvenaria sala 06 localizada no centro da cidade, ou seja, rua Encantilado S/Nº esquina com a Avenida Valter Francisco Manfrim, sobre o Lote Urbano nº 01 da quadra nº 04 Imóvel este matriculado sob nº 32.471, junto ao Cartório de Registro de Imóveis Primeiro ofício comarca de Francisco Beltrão, para instalação e funcionamento do Destacamento da Polícia Militar do Paraná, conforme processo de Processo dispensa nº 21/2020.

**CONTRATADO: DIEGO MACHADO. CPF: 066.296.509-48**

**VALOR CONTRATADO: 21.600,00 (Vinte e Um Mil e Seiscentos Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado **Mensalmente**.

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses** após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 02/12/2020.

**CAETANO ILAIR ALIEVI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jozinei dos Santos  
**Código Identificador:**003057B0

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 402/2020**

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 011/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2020 EM  
CONFORMIDADE COM O EDITAL DE  
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE  
CREDENCIAMENTO Nº 004/2020.

**JOSÉ APARECIDO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.**

**DECRETA:**

**ARTIGO 1º** - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 011/2020, Processo Administrativo nº 041/2020, através do Edital de Credenciamento nº 004/2020, após acatar o

resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL LEONOR CALEGARI BOVIS, E ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NIS II, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

**ARTIGO 2º** - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 011/2020 em favor da Empresa Credenciada: **G&A CLINICA MEDICA LTDA, CNPJ Nº 28.314.432/0001-96**, com sua proposta no valor total de R\$ 1.131.000,00 (um milhão, cento e trinta e um mil).

**ARTIGO 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**JOSÉ APARECIDO DA SILVA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Rosiméire Molina Giacobbo  
**Código Identificador:**EA3574D3

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2020**

**ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73 E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILENA, CNPJ Nº. 09.205.479/0001-77.

**CONTRATADA:** G&A CLINICA MEDICA LTDA, CNPJ Nº 28.314.432/0001-96.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL LEONOR CALEGARI BOVIS, E ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NIS II, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

**VALOR:** R\$ 1.131.000,00 (UM MILHÃO, CENTO E TRINTA E UM MIL).

**FONTE DE RECURSOS:**

417 - 1006 - EMENDAS PARLAMENTARES FEDERAL SAÚDE - EXERCÍCIO C  
166 - 1303 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%) - EXE  
167 - 3494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S  
211 - 31333 - HOSPSUS - EXERCÍCIO CORRENTE

PRAZO DE EXECUÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES E A VIGÊNCIA SERÁ DE 13 (TREZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA**  
Contratante

**Publicado por:**  
Rosiméire Molina Giacobbo  
**Código Identificador:**FA76BD69

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 201/2019**

**ESPÉCIE:** CONTRATO DE COMPRA;

**CONTRATANTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILENA, CNPJ Nº 09.205.479/0001-77;

**CONTRATADA:** R C DE OLIVEIRA - ME, CNPJ Nº 21.990.561/0001-55;

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS TIPO HORTIFRUTIGRANJEIROS, ERVAS E TEMPEROS DIVERSOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS SEGUINTE DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR: SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS;

**FONTE DE RECURSOS:**

180 - 01369 – SERVIÇOS PRESTADOS SUS / FATURAMENTO AIH'S.  
181 - 3494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE S...  
241 - 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB.  
242 - 01104 - DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA.  
306 - 31934 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.  
320 - 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) EXERCÍCIO CORRENTE.  
321 - 31935 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.  
322 - 31936 - COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS).  
323 - 31937 - BLOCO DE INVESTIMENTOS (SUAS)  
324 - 31940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BO.

**ALTERAÇÃO PRAZOS:** ALTERA-SE AS CLÁUSULAS DÉCIMA TERCEIRA E DÉCIMA QUARTA DO CONTRATO ORIGINAL, ONDE ESTABELECE O PRAZO DE EXECUÇÃO ATÉ O DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2020, FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 11 DE ABRIL DE 2021, E ONDE ESTABELECE O PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ O DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2021, FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 11 DE JUNHO DE 2021.

MARILENA-PR, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA**  
Contratante

**Publicado por:**  
Rosiméire Molina Giacobbo  
**Código Identificador:**F24152C0

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO PONTAL DO PARANÁ/MATINHOS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATORIO Nº 009/2020**

**AVISO DE LICITAÇÃO LOCAL: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO –**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 009/2020 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 003/2020.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para administrar o fornecimento, com entrega parcelada para aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel comum) e lubrificantes (óleo 2 tempos), destinados a atender a frota do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS - Pontal do Paraná / Matinhos.”. Abertura: 16/12/2020, às 09:00 horas no CIAS situado a Rua Salustiano Mesquita, s/nº – Bairro Tabuleiro – Pontal do Paraná. Critério de **Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL**. Edital: Estará à disposição dos interessados no site: [www.pontaldoparana.pr.gov.br](http://www.pontaldoparana.pr.gov.br), link serviços/ CIAS Transparência/ [www.matinhos.pr.gov.br](http://www.matinhos.pr.gov.br), link: Transparência /CIAS.

Pontal do Paraná, 01/12/ 2020.

**GERALDO MARTINS JUNIOR**  
Pregoeiro.

**Publicado por:**  
Rosangela Ayeda Begalles  
**Código Identificador:**6AB55743

**GABINETE**  
**DECRETO Nº 656/2020**

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 322.315,56 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2104 de 19 de dezembro de 2019.

Decreta:

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2020 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R\$ 322.315,56 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Eco. Despesa	Cat. Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0113.2056	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	47.315,56	01019
12.001.0010.0302.0113.2057	33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	275.000,00	01019

**Art. 2º** - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 322.315,56 (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos) na fonte de recurso 01019.

**Art. 3º** – Fica alterado conforme a Lei 2078/2019, artigo 3º, parágrafo 2º, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2020, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.

**Art. 4º** – Fica alterado, conforme a Lei 1919, de Dezembro de 2017 - Lei do PPA 2018-2021 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2020.

**Art. 5º** – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.

**Art. 6º** – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 27 de novembro de 2020.



**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**105D9DA0**GABINETE****DECRETO Nº 651/2020 REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PROVENIENTES DA LEI FEDERAL DE EMERGÊNCIA CULTURAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020, REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.464 DE 18 DE AGOSTO DE 2020 E SUAS ALTERAÇÕES, PARA O MUNICÍPIO DE MATINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **RUY HAUER REICHERT**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, o uso das atribuições legais e:

**Considerando** a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 conhecida como Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc;

**Considerando** o Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020 que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020;

**Considerando** o Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020, que instituiu o estado de calamidade pública;

**DECRETA****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º.** Ficam regulamentados os meios e critérios para aplicação dos recursos recebidos da Lei Federal nº 14.017/2020 Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o Estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020.

**Art. 2º.** O recurso destinado ao Município de Matinhos, proveniente da Lei supracitada será de R\$ 270.686,53.

**Parágrafo único** O repasse financeiro será realizado pelo Governo Federal através da Plataforma Mais Brasil e gerido pela Prefeitura Municipal de Matinhos, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Art. 3º.** Ficam mantidas as atribuições da Comissão e acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc criado pelo Decreto Municipal nº 585 de 10 de outubro de 2020.

**Parágrafo único.** Comissão e acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc da Lei Aldir Blanc no Município de Matinhos, aprovou os termos deste Decreto Municipal que regulamentará a distribuição dos recursos providos da Lei de Emergência Cultural, em relação ao **Inciso II** do Art. 2º da Lei 14.017/2020.

**Art. 4º.** Os recursos provenientes da União, com o montante especificado no Art. 2º deste Decreto serão distribuídos, conforme Inciso II do art. 2º do Decreto no 10.464/2020 da seguinte maneira:

I. um montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais) sendo 3 parcelas com critérios estabelecidos pelo Município, podendo ser pagos em parcela única ou retroativo, para subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, com atividades interrompidas, desde que organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como: pontos e pontões de cultura; centros culturais,

casas de cultura e centros de tradição regionais; espaços de povos e comunidades tradicionais; museus comunitários, centros de memória e patrimônio; espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares; espaços culturais em comunidades indígenas; centros artísticos e culturais afro-brasileiros; comunidades quilombolas; festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional; teatros independentes; circos; cineclubes; teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos; escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança; bibliotecas comunitárias; livrarias, editoras e sebos; espaços de literatura, poesia e literatura de cordel; estúdios de fotografia; galerias de arte e de fotografias; produtoras de cinema e audiovisual; empresas de diversão e produção de espetáculos; espaços de apresentação musical; ateliês de pintura, moda, design e artesanato; feiras de arte e de artesanato; outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 7º da Lei nº 14.017/2020 conforme dispõe o Inciso II do Art. 2º da Lei Federal 14.017/2020;

**Parágrafo único.** Os beneficiários dos recursos contemplados na Lei no 14.017, de 2020, deverão residir e estar domiciliados no município de Matinhos.

**CAPÍTULO II  
DO SUBSÍDIO MENSAL**

**Art. 5º.** Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do artigo 2º da Lei Federal no 14.017/2020 os espaços artísticos e culturais, geridos por pessoas, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que apresentarem autodeclaração constando que:

**I.** Inscrição homologada em, pelo menos, um dos seguintes cadastros: Cadastros Estaduais, Distritais ou Municipais de Cultura; Cadastro Nacional ou Estadual de Pontos e Pontões de Cultura; Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic); Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab); outros cadastros referentes a atividades culturais existentes na unidade da Federação, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991:

**II-** Possuir CNPJ cadastrado e ativo sem débitos e inconformidade legal;

**III-** Poderão cadastrar-se os espaços culturais e artísticos, microempresas e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e instituições culturais com atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social;

**IV-** Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como: a) Pontos e pontões de cultura; b) Teatros independentes; c) Escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança; d) Circos; e) Cineclubes; f) Centros culturais, casas de cultura e centros de tradições regionais; g) Museus comunitários, centros de memória e patrimônio; h) Bibliotecas comunitárias ;i) Espaços culturais em comunidades indígenas; j) Centros artísticos e culturais afro-brasileiros; k) Comunidades quilombolas; l) Espaços de povos e comunidades tradicionais; m) Festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional; n) Teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos; o) Livrarias, editoras e sebos; p) Empresas de diversão e produção de espetáculos; q) Estúdios de fotografia; r) Produtoras de cinema e audiovisual; s) Ateliês de pintura, moda, design e artesanato; t) Galerias de arte e de fotografias; u) Feiras de arte e de artesanato; v) Espaços de apresentação musical; w) Espaços de literatura, poesia e literatura de cordel; x) Espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares; Outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o Art. 7º da lei 14.017/2020;

V. tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social adotadas em razão da pandemia causada pelo COVID - 19;

VI. residem e exercem atividades culturais no Município de Registro;

VII. não constituem espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S;

VIII. os respectivos responsáveis pela sua gestão, pessoa física ou jurídica, não receberam de forma cumulativa o mesmo benefício, mesmo sendo responsável pela gestão de mais de um espaço cultural ou que esteja inserido em mais de um dos cadastros mencionados no inciso I deste artigo;

IX. obrigam-se a cumprir a oferta de atividades ou bens em contrapartida, após o reinício de suas atividades, conforme proposta apresentada no ato da inscrição;

X. O solicitante do benefício do subsídio deverá apresentar comprovação de que executou atividades culturais nos 24 meses (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação da lei 14.017/2020 e anexar comprovação em cadastros culturais e de artesanato que por ventura tiver inscrito.

§ 1º. Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Economia Criativa deverá adotar medidas que garantam inclusões e alterações no Mapeamento e Cadastro de Cultura, por meio de autodeclaração ou de apresentação de documentos, preferencialmente de modo não presencial.

§ 2º. A proposta de contrapartida de que trata o inciso VI deste artigo deverá prever a oferta de bens ou a realização de atividades, economicamente mensuráveis, destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas localizadas no Município de Matinhos de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no ato da inscrição os proponentes irão anexar ao termo do preenchimento das informações gerais no botão anexar arquivo, em formato PDF, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços, a Comissão de Gestão, Fiscalização e Acompanhamento da Lei Aldir Blanc no município poderá propor alterações aos projetos de contrapartida apresentados.

§ 3º. Em caso de descumprimento das regras estabelecidas para recebimento do subsídio, descumprimento das contrapartidas propostas ou de falsidade ideológica das declarações apresentadas na forma do “caput” deste artigo, a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte deverá adotar as providências para apuração dos fatos, aplicação de penalidades nas esferas cível, administrativa e criminal, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º. O beneficiário do subsídio deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício à Secretaria Municipal de Educação e Cultura 30 dias após recebimento da última parcela do subsídio.

### CAPÍTULO III DOS GASTOS

Art. 6º. O beneficiário poderá incluir os seguintes gastos:

I- Despesa com adequação do espaço aos protocolos sanitários necessários ao funcionamento, desde que não seja considerada reforma ou construção;

II- Despesas com folha de pagamento de pessoal com carteira assinada, bolsista e estagiários, desde que o funcionário não esteja com suspensão do contrato de trabalho;

III- Despesas com contribuição sindical, cartorárias, impostos, tributos e encargos sociais devidos, a partir de março/2020, inclusive de parcelamento de débitos firmados em data anterior a março/2020;

IV- Despesas com material de consumo necessário ao funcionamento (material de limpeza, água mineral, descartável, material de expediente, suprimento de informática, vedados equipamentos);

V- Despesas com material necessário à manutenção da criação artística ou do fazer cultural, vedada a aquisição de equipamentos;

VI- Despesa com manutenção de locação, taxa de uso, taxa de condomínio e similares e de financiamento de imóvel onde são realizadas as atividades culturais sendo comprovada através de contrato firmado em cartório com mínimo de 12 meses

VII- Despesas com manutenção de estruturas e bens móveis necessários ao funcionamento de espaços artístico e cultural itinerantes;

VIII- Despesas com manutenção de serviços essenciais ao funcionamento do espaço (vigilância, dedetização, água, energia, telefonia e internet); sendo que os mesmos devem estar em nome da instituição beneficiada.

IX- Manutenção preventiva de equipamentos de uso essencial à realização da atividade cultural, desde que tenham sido contratados a partir de março/2020;

X- Outras despesas necessárias à manutenção, desde que não sejam referentes à aquisição de bens permanentes, reforma ou construção de espaços, nem ao pagamento de despesas anteriores a março/2020, ressalvados os parcelamentos;

XI- Recomenda-se que as despesas remuneratórias de dirigentes, responsáveis e com prestadores de serviço, não comprováveis por folha de pagamento não integrem os custos possíveis de pagamento com os recursos do subsídio.

### CAPÍTULO IV DA ANÁLISE E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Art. 7º O pagamento dos recursos destinados ao benefício subsídio fica condicionado à verificação de elegibilidade do beneficiário, realizada por meio de consulta prévia a base de dados em âmbito federal e municipal sedo gerida pela comissão de Gestão, Fiscalização e Acompanhamento da Lei Aldir Blanc e regulamentada pelo decreto 585/2020:

§ 1º. A atividade cultural deve ser a atividade principal do espaço inscrito, devendo constar no Contrato Social, ou na auto declaração.

§ 2º. O município poderá realizar outras consultas a bases de dados disponíveis pelo Estado e do próprio município se achar necessário.

§ 3º. A lista com os beneficiários do subsídio e os valores das parcelas será publicada no Diário Oficial do Município e disponibilizado no site oficial [www.matinhos.pr.gov.br](http://www.matinhos.pr.gov.br).

§ 3º. Encerrado o prazo para o cadastramento, caso haja constatação de insuficiência dos recursos, será considerada a ordem de inscrição.

### CAPÍTULO V

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA CONTRAPARTIDA

Art. 8º. O Espaço Cultural beneficiário do subsídio constante do Capítulo II desse Decreto deverá apresentar à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte prestação de contas referente ao uso do benefício em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio. Para tal, deverão ser entregues cópias de todas as despesas, como Notas Fiscais, recibos e demais demonstrativos legais.

§ 1º. As prestações de contas serão analisadas pela Secretaria de Controle Interno do Município, e posteriormente informadas quanto à

sua aprovação ou rejeição, bem como quais providências serão adotadas no propósito de regularizá-las.

**§ 2º.** A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

**§ 3º.** A prestação de contas dos recursos decorrente da execução da Lei nº 14.017/2020 e desse Decreto serão publicados no portal da transparência da Prefeitura de Matinhos.

**§ 4º.** As prestações de contas deverão ser encaminhadas através do Protocolo eletrônico disponibilizado pela municipalidade.

**Art. 9º.** A prestação de contas será constituída pelos seguintes documentos:

cópia dos Planos de Trabalho e de Aplicação dos recursos;

demonstrativo da execução da Receita e Despesa;

relação dos documentos comprobatórios das despesas executadas, inclusive notas fiscais;

documentos comprobatórios de todas as despesas executadas, a exemplo de notas fiscais, recibos, guias de encargos sociais, dentre outros documentos válidos;

extratos originais de toda a movimentação financeira dos recursos repassados;

**VI.** originais dos contratos firmados com terceiros.

**§ 1º.** A utilização dos recursos em desconformidade com os respectivos objeto e plano de trabalho ensejará a obrigação dos beneficiários de devolvê-los devidamente atualizados monetariamente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que o vier a substituir.

**§ 2º.** A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte assegurará ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.

**§ 3º.** Em caso de rejeição da prestação de contas, a Secretaria de Controle Interno do Município deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

**Art. 10.** No ato da prestação de contas, os valores não comprovados devem ser restituídos a Prefeitura Municipal de Registro.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte e a Secretaria Municipal de Planejamento deverão encaminhar à Secretaria Municipal da Fazenda os pedidos de empenhos dos beneficiários dos programas previstos neste decreto, cabendo a esta última o tratamento dos dados e o posterior encaminhamento da mesma relação para a instituição responsável pelos serviços financeiros de pagamento.

**Parágrafo Único.** Os pagamentos referentes à execução deste Decreto receberão atenção prioritária, seguindo cronograma específico.

**Art. 12.** Os recursos necessários para as medidas de que trata este decreto, ocorrerão à conta de dotação orçamentária específica decorrente do repasse estipulado pela Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020 ou outras dotações do orçamento da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, suplementadas ou não.

**Art. 13.** No caso de identificação, a qualquer tempo, de qualquer irregularidade na documentação apresentada, o repasse de recursos poderá ser suspenso ou cancelado, mediante prévia comunicação ao

beneficiário, sem prejuízo da responsabilização cível, criminal e administrativa do cadastrado, bem como da devolução dos recursos financeiros indevidamente recebidos e aplicados.

**Art. 14.** É vedado qualquer conteúdo nas atividades prestadas como contrapartidas que infrinja os direitos humanos e/ou que contenha qualquer tipo de elemento discriminatório a minorias ou a pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, seja por cor de pele, etnia, naturalidade, ascendência, idade, gênero, orientação sexual, religião, aparência física, deficiência, entre outras.

**Art. 15.** Fica autorizado o Secretário Municipal de Educação Cultura e Esporte /ou a Comissão de Trabalho de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc a realizar atos normativos próprios para o regramento e operacionalização do presente Decreto.

**Parágrafo único.** O ato normativo poderá estabelecer dentre as atribuições e finalidades da Comissão de Trabalho de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc, os critérios de habilitação, elaboração de editais de chamamento público, dentre outras operacionalizações para aplicação da Lei Adir Blanc.

**Art. 16.** Todos os atos decorrentes da execução da Lei nº 14.017/2020 e desse Decreto serão amplamente divulgados no sítio oficial e no Diário Oficial do Município de Matinhos.

**Art. 17.** Devido às vedações em decorrência da lei eleitoral, a publicidade dos atos relativos à Lei Aldir Blanc deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**Art. 18.** A inserção de informações falsas ou a omissão intencional de informação relevante nos cadastros públicos de que tratam os arts. 6º, 7º e 8º, todos da Lei Federal no 14.017, de 29 de junho de 2020, sujeitará o infrator às sanções civis, administrativas e criminais, sem prejuízo do ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.

**§ 1º.** Será responsabilizada, na forma da legislação aplicável, a pessoa natural ou jurídica que der causa à malversação dos recursos recepcionados na forma do inciso II do caput do art. 2º da Lei Federal no 14.017, de 29 de junho de 2020, dando-lhe finalidade diversa daquela prevista no § 2º do art. 7º do Decreto Federal no 10.464, de 17 de agosto de 2020.

**§ 2º.** O agente público que tiver ciência de irregularidades na aplicação dos recursos de que trata a Lei Federal no 14.017, de 29 de junho de 2020, é obrigado a promover a sua apuração imediata ou dar conhecimento dos fatos à autoridade superior, sob pena de responsabilização.

**Art. 19.** A Secretaria Municipal de Controle Interno acompanhará ininterruptamente a tramitação dos processos e execução dos procedimentos destinados à distribuição dos recursos da Lei Federal no 14.017/2020, fundamentados neste Decreto.

**Parágrafo único.** Fica o Controlador-Geral do Município autorizado a expedir as normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesse Decreto.

**Art. 20.** Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2020 ou até quando perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), se este ultrapassar o dia 31 de dezembro de 2020.

Matinhos, 25 de novembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**  
Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**4244096C

**GABINETE  
DECRETO Nº 659/2020**

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 546.739,20 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2104 de 19 de dezembro de 2019.

Decreta:

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2020 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R\$ 546.739,20 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Eco. Despesa	Cat. Eco.	Valor	Fonte
10.001.0018.0122.0111.2045	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		546.739,20	00761

**Art. 2º** - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 546.739,20 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte centavos) na fonte de recurso 00761.

**Art. 3º** - Fica alterado conforme a Lei 2078/2019, artigo 3º, parágrafo 2º, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2020, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.

**Art. 4º** - Fica alterado, conforme a Lei 1919, de Dezembro de 2017 - Lei do PPA 2018-2021 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2020.

**Art. 5º** - Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 30 de novembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**C8AA4AB6

**GABINETE  
DECRETO Nº 660/2020**

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e alterar no PPA 2018/2021 e na LDO 2020 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2104 de 19 de dezembro de 2019.

Decreta:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2020, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Eco. Despesa	Cat. Eco.	Valor	Fonte
07.002.0008.0243.0105.2023	33390300000000000000	Material de consumo		4.000,00	00935
07.003.0008.0243.0105.6001	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		20.000,00	00000

**Art. 2º** - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Eco. Despesa	Cat. Eco.	Valor	Fonte
07.002.0008.0243.0105.2023	33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil		4.000,00	00935
07.001.0008.0244.0105.2013	34490520000000000000	Equipamentos material permanente		20.000,00	00000

**Art. 3º** - Fica alterado o Anexo da Lei Municipal nº 1919, de Dezembro de 2017 - PPA 2018/2021, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.

**Art. 4º** - Fica alterada a Lei 2078 de 30 de Julho de 2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.

**Art. 5º** - Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 30 de novembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**23C9C9E0

**GABINETE  
DECRETO Nº 661/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 070/2020 - SECTUR, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **JUSSARA DE FÁTIMA MENDES**, inscrita no CPF sob o nº. 511.020.729-15 e portadora da cédula de identidade RG nº. 3.599.182-4 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM GERAL**, simbologia CC-1, matrícula nº 79545/2, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 01 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**  
Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**6506C795

**GABINETE  
DECRETO Nº 662/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 071/2020 – SECTUR, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **SERGIO JUAREZ TAVARES**, inscrito no CPF sob o nº. 201.225.009-20 e portador da cédula de identidade RG nº. 4.758.935 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE INCENTIVO AO TURISMO, INFORMAÇÕES TURÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS**, simbologia **CC-2**, matrícula nº 81892/3, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 01 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**2291E501

**GABINETE  
DECRETO Nº 663/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 072/2020, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **ANTONIO JAKES DUARTE**, inscrito no CPF sob o nº. 033.042.699-08 e portador da cédula de identidade RG nº. 6.540.534-2 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, simbologia **CC-1**, matrícula nº 79731/1, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 01 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**AA7261F3

**GABINETE  
DECRETO Nº 664/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXVII, do art. 71, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 2105/2020 e nº 1165/2008 e suas alterações, resolve;

**DESIGNAR**

**Art. 1º**– O servidor **GILCEU PEREIRA SOUTELLO**, CPF nº 167.485.069-72 e Portador da Carteira de Identidade RG nº

1.394.570-5 SESP-PR, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor Geral - DAS**, para responder interinamente pela **Secretaria Municipal de Administração**, no período de 09 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

**Parágrafo único** – O desempenho da função descrita no “caput” fará jus à percepção do vencimento do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – S-1**, sem possibilidade de acumulação de vencimentos.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 09 de novembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 01 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**83FD328D

**GABINETE  
DECRETO Nº 665/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011 e nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 235/2020, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **JOVINO BORGES DA COSTA**, inscrito no CPF sob o nº 527.762.129-68 e portador da Carteira de Identidade RG nº 5.013.441-5 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE COORDENAÇÃO DA EQUIPE DE LIMPEZA PÚBLICA**, simbologia **CC-3**, matrícula nº 79090/4, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação, Assuntos Fundiários, Agricultura e Pesca.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**45B96498

**GABINETE  
DECRETO Nº 666/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 235/2020, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **OSVALDIR SALLES FELICIO**, inscrito no CPF sob o nº. 590.263.169-68 e portador da cédula de identidade RG nº 4.078.351-2 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS** simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação, Assuntos Fundiários, Agricultura e Pesca.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**E3D32934

**GABINETE  
DECRETO Nº 667/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 253/2020 – Secretaria Municipal de Assistência Social, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **RUTH MARIA DOS SANTOS SILVA**, inscrita no CPF sob o nº 752.533.997-04 e portadora da cédula de identidade RG nº 063457196 SSP/RJ, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE**, simbologia **CC-2**, matrícula nº 81949/3, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 02 de dezembro 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**1222889B

**GABINETE  
DECRETO Nº 668/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 253/2020 – Secretaria Municipal de Assistência Social, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **JACIRA DE FÁTIMA COSTA VIANA**, inscrita no CPF sob o nº 549.274.639-15 e portadora da cédula de identidade RG nº 4.024.575-8 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**, simbologia **CC-3**, matrícula nº 83321/1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 02 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**FDC60A8A

**GABINETE  
DECRETO Nº 669/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011 e 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 253/2020 – Secretaria Municipal de Assistência Social, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **LIZIANE PEREIRA DE FREITAS**, inscrita no CPF sob o nº 049.374.789-31 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 8.948.244-5 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, simbologia **CC-1**, matrícula nº 78824/2, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 02 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**068B535A

**GABINETE  
DECRETO Nº 670/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011 e 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 254/2020 – Secretaria Municipal de Assistência Social, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **ANDRESSA LUNARDI**, inscrita no CPF sob o nº 085.041.079-73 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.650.663-5 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS**, simbologia **CC-1**, matrícula nº 84077/1, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 04 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**3AA79F55

**GABINETE  
DECRETO Nº 671/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 254/2020 – Secretaria Municipal de Assistência Social, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **ROSALIA MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA**, inscrita no CPF sob o nº 000.301.679-06 e portadora da cédula de identidade RG nº 7.611.870-1 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de

**CHEFE DE SETOR DE COORDENAÇÃO DE COTAÇÕES E COMPRAS**, simbologia CC-3, matrícula nº 80624/1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 04 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**AAD923BD

**GABINETE  
DECRETO Nº 672/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 073/2020 – SECTUR, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **ALAN FELIPE SCHNEIDER BENTO**, inscrito no CPF sob o nº. 073.302.699-05 e portador da cédula de identidade RG nº. 10.857.874-2 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE E GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO**, simbologia CC-2, matrícula nº 82473/1, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**D275440B

**GABINETE  
DECRETO Nº 673/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011 e nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 076/2020 – SECTUR, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **GABRIELLE PEREIRA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o nº 097.810.329-79 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.689.383-3 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**, simbologia CC-3, matrícula nº 100714/1, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**3F456BB7

**GABINETE  
DECRETO Nº 674/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011 e nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS (RH), decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **BENEDITO CRUZ NEPOMUCENO**, inscrito no CPF sob o nº 490.035.509-72 e portador da Carteira de Identidade RG nº 4.438.917-7 SESP-PR do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE EVENTOS E ATIVIDADES ESPORTIVAS**, simbologia CC-3, matrícula nº 100700/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**54D3B9CB

**GABINETE  
DECRETO Nº 675/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS (RH), decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **DOUGLAS HIROMU SAKAUE**, inscrito no CPF sob o nº 174.687.898-35 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.142.446-6 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CULTURAIS**, simbologia CC-2, matrícula nº 80985/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**70C5582D

**GABINETE  
DECRETO Nº 676/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS (RH), decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **JOÃO PEDRO DE OLANDRA CÂNDIDO**, inscrito no CPF sob o nº 085.785.289-21 e portador da Carteira de Identidade RG nº 12.362.602-8 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DE ATIVIDADES ESPORTIVAS PARA MUNÍCIPIES**, simbologia **CC-2**, matrícula nº 83054/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**B052CA03

**GABINETE  
DECRETO Nº 677/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS (RH), decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **KLEBER LUCIO DIAS DA CRUZ**, inscrito no CPF sob o nº 844.613.309-15 e portador da Carteira de Identidade RG nº 5.859.886-0 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR**, simbologia **CC-2**, matrícula nº 100472/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**1F30783A

**GABINETE  
DECRETO Nº 678/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS (RH), decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **LETICIA DA SILVA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº 070.610.159-69 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.473.462-2 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO ESCOLAR**, simbologia **CC-1**, matrícula 83658/3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**2D97490C

**GABINETE  
DECRETO Nº 679/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS (RH), decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **MARCELIANO DE AMORIM**, inscrito no CPF sob o nº 032.183.129-22 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.806.438-4 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DIGITAIS**, simbologia **CC-1**, matrícula nº 79391/6, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**476DF280

**GABINETE  
DECRETO Nº 680/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020, decreta a:

**EXONERAÇÃO**

**Art. 1º** De **RAPHAEL FERREIRA GOMES**, inscrito no CPF sob o nº 069.041.169-35 e portador da Carteira de Identidade RG nº 10.947.549-1 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO ELETRÔNICA**, simbologia **CC-3**, matrícula nº 79790/2, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Lucineia Costa de Almeida

**Código Identificador:**6828CA27

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIA Nº 1580/2020**

**PORTARIA Nº 1580/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Ofício nº 0657/2020 – GS – (RH), resolve:



**LOTAR**

Na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora **ELIANAI ZAPCHAU**, matrícula nº 100513/1, ocupante do cargo público de **Auxiliar de Serviços Gerais**, a partir do dia 01 de dezembro de 2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**13A1C487

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1581/2020**

**PORTARIA Nº 1581/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020 – GS – (RH), resolve:

**REVOGAR**

**Art.1º** Da servidora **JOELMA DA ROCHA TETOR**, matrícula 63347/1, a Função Gratificada de **ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR**, simbologia **FG-4**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**290AA0CD

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1582/2020**

**PORTARIA Nº 1582/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Protocolo nº 23531/2020 - SMMEC, resolve:

**CONCEDER**

Ao servidor **CLAIRTON VALDEMIR KONIG**, matrícula nº 5053/1, ocupante do cargo público de **Operador de Máquinas Pesadas**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **03 (três) meses de Licença Prêmio** a contar do **dia 01 de dezembro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021**, referente ao período aquisitivo de **2010 a 2015**, conforme o artigo nº 113 da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**A6F50F04

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1583/2020**

**PORTARIA Nº 1583/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em face ao Processo nº 22702/2020 - SMEEC, resolve:

**CONCEDER**

A servidora **MARIA ROSA DINA**, matrícula nº 69655/2, ocupante do cargo público de **Educador infantil**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **09 (nove) meses de Licença Prêmio a contar do dia 21 de dezembro de 2020 a 20 de setembro de 2021**, referente aos períodos aquisitivos de **2003 a 2018**, conforme o artigo nº 113 da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**7D213E33

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1584/2020**

**PORTARIA Nº 1584/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em face ao Processo nº 22639/2020 - SMEEC, resolve:

**CONCEDER**

A servidora **ELIANE FÁTIMA DA SILVA**, matrícula nº 77283/1, ocupante do cargo público de **Professor**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **12(doze) meses de Licença Prêmio a contar do dia 21 de dezembro de 2020 a 20 de dezembro de 2021**, referente aos períodos aquisitivos de **1999 a 2019**, conforme o artigo nº 113 da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**CB9F0684

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1585/2020**

**PORTARIA Nº 1585/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em face ao Processo nº 22644/2020 - SMEEC, resolve:

### CONCEDER

A servidora **ANA RITA MACALOSI GONÇALVES**, matrícula nº 63185/3, ocupante do cargo público de **Coordenador Educacional**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **03 (três) meses de Licença Prêmio a contar do dia 21 de dezembro de 2020 a 20 de março de 2021**, referente ao período aquisitivo de **2015 a 2020**, conforme o artigo nº 113 da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**BCB0DC35

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1586/2020

#### PORTARIA Nº 1586/2020

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em face ao Processo nº 21719/2020 - SMEEC, resolve:

### CONCEDER

A servidora **GINA ROSA**, matrícula nº 57800/1, ocupante do cargo público de **Auxiliar de serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **03 (três) meses de Licença Prêmio a contar do dia 21 de dezembro de 2020 a 20 de março de 2021**, referente ao período aquisitivo de **2011 a 2016**, conforme o artigo nº 113 da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**7F76DD89

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1587/2020

#### PORTARIA Nº 1587/2020

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em face ao Parecer Pericial (RH), resolve:

### CONCEDER

Ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o **AFASTAMENTO PARA O SARS-COV 2 (Covid-19)**, durante a vigência do Decreto 370/2020, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
59277/2	Sérgio Divonei Portella	Penteado	Motorista D
			25/11/2020 A 31/12/2020 (37) dias

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 25 de novembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**31398259

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1588/2020

#### PORTARIA Nº 1588/2020

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em face ao Laudo Pericial em anexo:

### CONCEDER

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor público abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Defesa Social, em conformidade com o Artigo nº 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
14729/1	Alexandre Biriba	Vigilante	02/12/2020 A 30/05/2021	Não

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 02 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**5CE7F908

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1589/2020

#### PORTARIA Nº 1589/2020

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008.

### Resolve:

**Art. 1** Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, a Servidora abaixo relacionada, conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto nº 185/2019:

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
78328/1	Glaucineia Boguchevski	Auxiliar de Serviços Gerais	1.1.1-A	1.1.1-B

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 17 de agosto de 2019, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Maria Tania Pereira  
**Código Identificador:**30C35016

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1590/2020**

**PORTARIA Nº 1590/2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008.

**Resolve:**

**Art. 1** Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, a Servidora abaixo relacionada, conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto nº 185/2019:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
78395/1	Flavia da Silva Bento	Atendente Infantil	2.1.1-A	2.1.1-B

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2019, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Maria Tania Pereira  
**Código Identificador:**709C722A

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1591/2020**

**PORTARIA Nº 1591/2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008.

**Resolve:**

**Art. 1** Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, a Servidora abaixo relacionada, conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto nº 185/2019:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
76546/1	Wagner Jose Andrade Ferreira	Vigia/Vigilante	1.1.1-A	1.1.1-B

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2019, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Maria Tania Pereira  
**Código Identificador:**6BF2C8CA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1592/2020**

**PORTARIA Nº 1592/2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aquisição de estabilidade dos servidores aprovados em avaliação realizada nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1165/2008.

**Resolve:**

**Art. 1** Considerar estável, nos termos do Art. 41, § 4º da Constituição Federal, a Servidora abaixo relacionada, conforme relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, designada pelo Decreto nº 185/2019:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO**

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
80896/1	Francielle Dranka	Engenheiro Civil	4.5.1-A	4.5.1-B

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de julho de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**  
Maria Tania Pereira  
**Código Identificador:**CC3F7924

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 1593/2020**

**PORTARIA Nº 1593/2020**

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Ruy Hauer Reichert**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, e em face ao Ofício nº 0649/2020, resolve:

**REVOGAR**

**Art.1º** Do servidor **JOÃO ALBOIT**, matrícula nº 72702/6, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a função gratificada de **CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES**, simbologia **FG-1**.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2020, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de dezembro de 2020

**RUY HAUER REICHERT**

Prefeito do Município de Matinhos

**Publicado por:**

Maria Tania Pereira

**Código Identificador:**B7B255C5

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO N.º 007/2020 - CMAS**

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas da APAE Matinhos, referente a Parcela especificada no Art. 2º, I, b, da Portaria MC nº 369/GM/MC do Ministério de Cidadania, referente ao Recurso Emergencial COVID-19

*A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Matinhos – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1105 de 04 de Junho de 2007 e, CONSIDERANDO a Ata 227/2020 da Reunião do dia 02 de dezembro de 2020,*

**Resolve:**

**Artigo 1º** - Aprovar a Prestação de Contas realizada pela APAE Matinhos, referente a Parcela especificada no Art. 2º, I, b, da Portaria MC nº 369/GM/MC do Ministério de Cidadania, referente ao Recurso Emergencial COVID-19.

**Artigo 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Matinhos, 02 de dezembro de 2020.

**ROSILENE LEITE CORREA**

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Matinhos PR

**Publicado por:**

Jean Carlos Prates

**Código Identificador:**E901F6FC

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO N.º 008/2020 - CMAS**

Súmula: Dispõe sobre a Aprovação do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira, exercício 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Matinhos – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1105 de 04 de Junho de 2007 e, considerando a deliberação da plenária realizada em 02 de dezembro de 2020, ata 227.

**Resolve:**

**Artigo 1º** - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira de Serviços / Programas / IGD – PBF e IGD – SUAS o Governo Federal, referente ao exercício de 2019 do Sistema Único de Assistência Social, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Matinhos, 02 de dezembro de 2020.

**ROSILENE LEITE CORREA**

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Matinhos PR

**Publicado por:**

Jean Carlos Prates

**Código Identificador:**4880F82A

**SECRETARIA DE SAÚDE  
ATA ORDINÁRIA 05/11/2019**

. Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde. Presente os Conselheiros: Nilda Ribeiro, Ondina Machado, Kirsten Silva, Nelson Trovo Junior, Jayme Francisco dos Santos, Sandra Pereira Pires, Seloni F. Corassa e Luiz Carlos Tetor Pereira. Visitantes: Eunice L. Santos, Maria T. Nicolotti. Sr: presidente Nelson Trovo Junior inicia os trabalhos cumprimentando a todos, em seguida passa a palavra ao primeiro Secretário do Conselho Municipal de Saúde Luiz Carlos Tetor Pereira que cumprimenta a todos, em seguida fazendo a leitura da Ata Extraordinária do dia vinte e quatro do mês de setembro de dois mil e dezenove e Ata Ordinária do dia um de outubro de dois mil e dezenove e não havendo nenhuma ressalva o Presidente declara atas aprovadas, continuando com a palavra o primeiro Secretário do conselho Luiz Carlos Tetor Pereira 1) –Pauta: Revisão do Plano Diretor Municipal: – O conselho Municipal de Saúde recebeu um questionário da empresa DRZ solicitando uma resposta em breve portanto foi decidido que será realizada uma comissão de conselheiros e será feita uma reunião no dia doze de novembro de dois mil e dezenove para serem respondido esse questionário. 2) – Pauta Assuntos Gerais: foi passado aos conselheiros que dentro de 40 dias teremos novas eleições para o ano de dois mil e vinte na qual serão enviados os ofícios convidando e convocando as entidades ,usuários e trabalhadores para os que querem continuar e os que estarão participando como novos conselheiros e suplentes, foi citado na reunião um futuro prédio de Conselhos Municipais que na qual já foi passada a ideia ao Prefeito Municipal de Matinhos, em seguida foi citado uma possibilidade das reuniões do Conselho serem transmitidas ao vivo pelo facebook para que a comunidade possa acompanhar mais de perto e saber que os conselheiros não são remunerados e a população possa valorizar o voluntariado dos conselheiros e motivar mais pessoas à virem participar das reuniões. E não havendo mais nada a tratar, o presidente Nelson Trovo Junior agradeceu a presença de todos e por fim declarou encerrada a reunião, a qual vai por mim, pelo senhor presidente e pelos demais conselheiros assinada.

ASSINATURAS:

NELSON TROVO JUNIOR

JAYME F. DOS SANTOS

LUIZ C. TETOR PEREIRA

NILDA RIBEIRO

SANDRA PEREIRA PIRES

ONDINA F. MACHADO

KIRSTEN C. W. SILVA

SELONI CORASSA

**Publicado por:**

Rosângela R. P. Prost

**Código Identificador:**66809680

**SECRETARIA DE SAÚDE  
ATA ESPECIAL 12/11/2019**

CAos dias doze do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde. Presente os Conselheiros: Nelson Trovo Junior, Nilda Ribeiro, Ondina Machado, Luiz Carlos Tetor Pereira, Jayme Francisco dos Santos, Maria Leonor Cavéquia Alves, Rosedir Pereira Mendes e Marcia Machado Visitantes: Eduarda C. P. Gonçalves, André R. H. Matsuzaki e Eunice Luiz dos Santos, Sr; Presidente Nelson Trovo Junior inicia os trabalhos cumprimentando a todos, e passa a palavra a Eduarda C. P. Gonçalves que fez um convite e convocação a toda comunidade de Matinhos envolvendo em torno de 200 pessoas em um grande mutirão no bairro da Cohapar sobre a dengue, nos dias dezoito e dezenove de novembro do ano em curso, pois estão sendo feitas armadilhas para ver onde se encontra o foco do mosquito, em seguida com a palavra o Sr: Nelson Trovo Junior, participando aos conselheiros sobre o questionário que foi solicitado pela empresa DRZ que será respondido pelos mesmos, também foi comunicado que haverá nova

eleição no mês de janeiro do próximo ano para nova diretoria do Conselho para o Biênio 2020/2021. E não havendo mais nada a tratar, o presidente Nelson Trovo Junior agradeceu a presença de todos e por fim declarou encerrada a reunião, a qual vai por mim, pelo senhor presidente e pelos demais conselheiros assinada.

ASSINATURAS:

NELSON TROVO JUNIOR

JAYME FRANCISCO DOS SANTOS

MARIA LEONOR CAVEQUIA

NILDA RIBEIRO

ONDINA FERMIANO MACHADO

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA

MARCIA MACHADO

ROSEDIR PEREIRA MENDES

**Publicado por:**  
Rosângela R. P. Prost  
**Código Identificador:**8C59236C

#### **SECRETARIA DE SAÚDE ATA ORDINÁRIA 03/12/2019**

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde. Presente os Conselheiros: Nilda Ribeiro, Ondina Machado, Kirsten Silva, Nelson Trovo Junior, Jayme Francisco dos Santos, Sandra Pereira Pires, Kelly Cristina Silva, Claudir Lourenço e Luiz Carlos Tetor Pereira. Visitantes: Eunice L. Santos, Jurandir dos Santos Rosa e Márcia Machado. Sr: presidente Nelson Trovo Junior inicia os trabalhos cumprimentando a todos, em seguida passa a palavra ao primeiro Secretário do Conselho Municipal de Saúde Luiz Carlos Tetor Pereira que cumprimenta a todos, em seguida fazendo a leitura da Ata Extraordinária do dia cinco do mês de novembro de dois mil e dezenove e Ata Especial do dia doze de novembro de dois mil e dezenove e não havendo nenhuma ressalva o Presidente declara as atas aprovadas, presidente Nelson Trovo Junior passa a palavra para a senhora Márcia Machado - 1) – Pauta Mudança Temporária da UBS do bairro Mangue Seco: Pede aprovação dos conselheiros tendo em vista que a UBS passará por reformas no prazo de cento e oitenta dias e neste período os atendimentos serão realizados no antigo posto do Sertãozinho até que a construção esteja pronta, foi proposto pelo Secretário de Saúde Claudir Lourenço a reposição de mais um médico, que serão três no total para dar um suporte maior a população, sendo que a distância entre o Mangue e o Sertão é bem pequena, e não havendo nenhuma discussão o Presidente passa para a votação sim para aprovação e não para a reprovação, ficando assim: Nilda Ribeiro sim, Ondina Machado sim, Kirsten Silva sim, Nelson Trovo Junior sim, Jayme Francisco dos Santos sim, Sandra Pereira Pires sim, Kelly Cristina Silva sim, Claudir Lourenço sim e Luiz Carlos Tetor Pereira sim o Presidente declara aprovado por unanimidade. - 2) – Assuntos Gerais: com a palavra Márcia Machado sobre criar uma Lei de Cargos e Salários para funcionários da nova Unidade de Pronto Atendimento - UPA que prestarão serviço 24 horas corridas. Presidente passa para a votação sim para aprovação e não para a reprovação, Nilda Ribeiro sim, Ondina Machado sim, Kirsten Silva sim, Nelson Trovo Junior sim, Jayme Francisco dos Santos sim, Sandra Pereira Pires sim, Kelly Cristina Silva sim, Claudir Lourenço sim, e Luiz Carlos Tetor Pereira sim, o Presidente declara aprovado por unanimidade. Secretário de saúde com a palavra informando sobre o atendimento do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, que prestará serviços: atendimentos básicos, E não havendo mais nada a tratar, o presidente Nelson Trovo Junior agradeceu a presença de

todos e por fim declarou encerrada a reunião, a qual vai por mim, pelo senhor presidente e pelos demais conselheiros assinada.

ASSINATURAS:

NELSON TROVO JUNIOR

JAYME F. DOS SANTOS

LUIZ CARLOS TETOR PEREIRA

NILDA RIBEIRO

SANDRA PEREIRA PIRES

ONDINA F. MACHADO

KIRSTEN C. W. SILVA

CLAUDIR LOURENÇO

KELLY C. SILVA

**Publicado por:**  
Rosângela R. P. Prost  
**Código Identificador:**560750E7

#### **SECRETARIA DE SAÚDE RESOLUÇÃO 19**

SÚMULA: AUTORIZAR O ESTUDO COM A MONTAGEM DE UM PROJETO DE LEI PARA A CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E SALÁRIOS PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde; Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR O ESTUDO PARA A MONTAGEM DE UM PROJETO DE LEI PARA A CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES, SALÁRIOS E SEUS IMPACTOS FINANCEIROS VISANDO O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA DO MUNICÍPIO.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 03 DE DEZEMBRO DE 2019.

**NELSON TROVO JUNIOR**

Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 03 DE DEZEMBRO DE 2019.

**RUY HAUER REICHERT**

**Publicado por:**  
Rosângela R. P. Prost  
**Código Identificador:**D8AC7C8D

#### **SECRETARIA DE SAÚDE RESOLUÇÃO 02**

**SÚMULA:** AUTORIZAR O ESTUDO COM A MONTAGEM DE UM PROJETO DE LEI PARA A CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E SALÁRIOS PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;  
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;  
Considerando o regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, e Lei Municipal 391/91 e Reformulado pela Lei 1345, usando de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

Art. 1º - AUTORIZAR O ESTUDO PARA A MONTAGEM DE UM PROJETO DE LEI PARA A CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES, SALÁRIOS E SEUS IMPACTOS FINANCEIROS VISANDO O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA DO MUNICÍPIO.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 03 DE DEZEMBRO DE 2019.

**NELSON TROVO JUNIOR**

Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 03 DE DEZEMBRO DE 2019.

**RUY HAUER REICHERT**

**Publicado por:**

Rosângela R. P. Prost

**Código Identificador:**245F927B

### SECRETARIA DE SAÚDE RESOLUÇÃO 03

**SÚMULA:** APROVAR O RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DO 3º QUADRIMESTRE de 2019, da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde – CMS, regulamentado conforme Lei Federal nº 8142/90, Lei Municipal 391/91 e reformulado pela Lei Municipal 1345/10, usando de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

Art. 1º - APROVAR O RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DO 2º QUADRIMESTRE de 2019, da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos - PR, o qual segue anexo a presente resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Órgão Oficial do Município.

MATINHOS, 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

**NELSON TROVO JUNIOR**

Presidente do CMS

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

**RUY HAUER REICHERT**

**Publicado por:**

Rosângela R. P. Prost

**Código Identificador:**7DDF173E

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 005, DE 20 MARÇO DE 2020

**RESOLUÇÃO Nº 005, de 20 Março de 2020, Conselho Municipal de Saúde do Município de Morretes**

**Súmula:** Aprova manter a vigência da gestão deste Conselho Municipal de Saúde até que restabeleçam a nível Regional, estratégias seguras para o retorno das reuniões presenciais.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Morretes, em comum acordo em conversas através do aplicativo “WhatsApp” em 20 de Março de 2020, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90 e pela Lei Municipal nº 908 de 12/04/1991, alteradas pelas Leis Municipais 957/91, 997/93 e 018/2004;

**Considerando**, que em 30.1.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo Coronavírus (COVID-19) constitui Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII);

**Considerando**, que a ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”;

**Considerando**, que o Ministério da Saúde, em 3.2.2020, através da Portaria GM/MS nº 188/2020, nos termos do Decreto 7.616/2011, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, considerando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

**Considerando**, que em 11.3.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia para o Coronavírus, ou seja, momento em que uma doença se espalha por diversos continentes com transmissão sustentada entre humanos;

**Considerando**, que o Decreto Nº 587 de 17 de Março de 2020 que declara situação excepcional de Emergência na Saúde Pública de Morretes e determina a execução de ações necessárias ao enfrentamento da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Executivo do Município de Morretes e dá outras providências;

**Considerando**, que a prioridade deste Conselho de Saúde é a preservação da vida, reiteramos nosso respeito pelas orientações repassadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais como forma de evitar a propagação do novo Coronavírus e proteger o maior número possível de pessoas da COVID-19”.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Aprovar a vigência da gestão deste Conselho Municipal de Saúde até que restabeleçam a nível Regional, estratégias seguras para o retorno das reuniões presenciais.

**Art. 2º** – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**Morretes, 20 de março de 2020.**

**AGUINALDO RAMOS FORBECI**

Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Morretes – COMUS

Homologo a Resolução 001/2020, nos termos do 2º, artigo 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990.

**LUCIA HISSAE SHINGO**

Secretaria Municipal de Saúde

**Publicado por:**

Michelle Bressan

**Código Identificador:**07B883F8**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ERRATA À LEI MUNICIPAL N.º 613/2020****ONDE SE LÊ:****“LEI MUNICIPAL N.º 613/2020”****LEIA-SE:****“LEI MUNICIPAL N.º 612/2020”**

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 02 de dezembro de 2020.

**OSMAIR COSTA COELHO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Michelle Bressan

**Código Identificador:**F9538FD8**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS  
GRAÇAS****DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2020****EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2020****Ref:** Pregão Presencial nº 43/2020**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças – Estado do Paraná – com sede à Praça Nilson Batista Ribas, 131, centro, inscrito no CNPJ: 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor Francisco Lorival Maratta, portador da cédula de identidade RG:3.430.717-2, e do CPF:523.021.059-15.**CONTRATADA:** VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA  
**CNPJ nº.** 59.104.422/0024-46**OBJETO:** As aquisições de 02 (dois) veículos, para o transporte sanitário domiciliar, para as equipes de atenção primária, conforme termo de adesão ao incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário do APSUS, a conforme RESOLUÇÃO SESA nº 561/2018, para o município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná.**VALOR TOTAL HOMOLOGADO:** R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais).**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.**FORO:** Comarca de Santa Fé – Estado do Paraná.

Nossa Senhora das Graças (Pr), 02 de dezembro 2020.

**FRANCISCO LORIVAL MARATTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Adriana Sayuri Ikeno

**Código Identificador:**1003EB92**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO Nº 006/2020**

Súmula: Convoca 1º suplente de conselheiro tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e; CONSIDERANDO a Resolução nº 008/2019, que homologou o resultado da eleição dos novos membros do Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Nova Prata do Iguaçu, Paraná. CONSIDERANDO a apresentação de atestado médico de conselheira tutelar;

**R E S O L V E**

Art. 1º - Convocar o conselheiro 1º suplente Sr. Gilmar Estefainski, para que substitua a conselheira tutelar durante o período de atestado médico (15 dias).

Art. 2º - O conselheiro convocado deverá comparecer na secretaria executiva do CMDCA no prazo de 05 (cinco) dias, para assinatura de termo e apresentação de documentação necessária para posse, sob pena de vacância do cargo e convocação do próximo suplente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu, 02 de dezembro de 2020.

**LINDOMAR DUARTE**

Presidente do CMDCA

**Publicado por:**

Silvana Aparecida Bertoglio Vedana

**Código Identificador:**07AAD0B0**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO Nº 010/2020**

Súmula: Aprova plano de ação intersetorial.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e; Considerando a deliberação da plenária realizada em 02 de dezembro de 2020.

**R E S O L V E**

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação Intersetorial – Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família para o ano de 2020, no município de Nova Prata do Iguaçu/PR.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu, 02 de dezembro de 2020.

**GRACIELI GARCIA TONELLI**

Presidente do CMAS

**Publicado por:**

Silvana Aparecida Bertoglio Vedana

**Código Identificador:**62178743**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO Nº 011/2020**

Súmula: Aprova Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira para co-financiamento do Governo Federal dos recursos do Sistema Único de Assistência Social /SUAS, relativo ao ano 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e;  
Considerando a deliberação da plenária realizada em 02 de dezembro de 2020.

## RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira para co-financiamento do Governo Federal dos Serviços/Programas; IGD/PBF e IGD/SUAS, todos relativos ao ano de 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Prata do Iguaçu, 02 de dezembro de 2020.

**GRACIELI GARCIA TONELI**

Presidente do CMAS

**Publicado por:**

Silvana Aparecida Bertoglio Vedana

**Código Identificador:**8F45A66B

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2020

**AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
**EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2020**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.**

**OBJETO:** contratação de empresa de prestação de serviços fotográficos, revelação de fotos e filmagens, para programas realizados pela Secretaria de Assistência Social, CRAS e demais secretarias do Município de Nova Prata do Iguaçu.

**DATA DA REALIZAÇÃO: 16/12/2020**

**HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.**

**Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).**

**LOCAL:** Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.

**www.comprasgovernamentais.gov.br**

Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 02 de dezembro de 2020.

**ADROALDO HOFFELDER**

Prefeito Municipal

**DENIVAL DA SILVA OLIBONI**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Francieli Savanhago Anzolin

**Código Identificador:**93F9D548

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU**  
**DECRETO Nº 468/2020**

Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 3244-0400 - CEP: 87.140-000

CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR

**DECRETO Nº 468/2020**

*Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.*

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 2856/2019, de 21 de novembro de 2019.

## DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 40.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03005 - DIVISAO DE LICITACAO	
Funcional - 04.122.0304.2034000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE LICITACAO	
Despesa - 54 - 319011 - 00000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Funcional - 08.244.1201.2171000 - PROGRAMA ACOLHIMENTO EM SITUACAO DE RUA	
Despesa - 185 - 319011 - 00819 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Funcional - 08.244.1201.2171000 - PROGRAMA ACOLHIMENTO EM SITUACAO DE RUA	
Despesa - 186 - 319013 - 00819 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Funcional - 08.243.1202.2186000 - MANUTENÇÃO CASA LAR	
Despesa - 204 - 319011 - 00000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Unidade - 13001 - GABINETE DO SECRETARIO DE MEIO AMBIENTE	
Funcional - 18.541.1302.2148000 - MAN. PROGRAMA DE APOIO ADM. SECRETARIA MEIO AMBIENTE	
Despesa - 247 - 319013 - 00000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =&gt;</b>	<b>40.000,00</b>

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 06 - SECRETARIA DE OBRAS	
Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
Funcional - 15.451.0601.2023000 - MANUT. ATIV. DO DESENV. URBANO - OBRAS	
Despesa - 103 - 319011 - 00000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Funcional - 08.244.1201.2171000 - PROGRAMA ACOLHIMENTO EM SITUACAO DE RUA	
Despesa - 188 - 339030 - 00819 - MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
<b>TOTAL DAS ANULAÇÕES =&gt;</b>	<b>40.000,00</b>

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de dezembro de 2020**

**TARCISIO MARQUES DOS REIS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

William Diego de Castro Marques

**Código Identificador:**6BD5B102

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**EXTRATO ADITIVO CAROL**

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO EQUILIBRIO**  
**ECONÔMICO FINANCEIRO – CONTRATO Nº 72/2020 DO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020**



**CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIÇANDU.**

**CONTRATADO: CAROL COMERCIAL – EIRELI - ME** inscrita no CNPJ sob n. 10.867.300/0001-26.

**FUNDAMENTO LEGAL: ART. 65, INCISO II. LETRA ‘d’, DA LEI Nº 8666/93.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** Fica acertado entre as partes o **1º termo aditivo de EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, nos termos do art. 65, inciso II, letra ‘d’, da Lei nº 8666/93, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza, pilhas, gêneros alimentícios, e perecíveis e não perecíveis, materiais de copa e cozinha, pães e leite, atendendo as necessidades do Hospital Municipal São José, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

ITEM	UD	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR LICITADO	VALOR APROVADO
133	UD	800	PILHA PALITO	R\$ 0,55	R\$ 1,06
134	UD	800	PILHA PEQUENA	R\$ 0,62	R\$ 0,81

Paiçandu-Pr, 06 de novembro de 2020.

**HAILTON JOAQUIM DE OLIVEIRA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Caroline da Silva Macri  
**Código Identificador:**CC93E0BC

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
**ATA RESUMIDA - 33ª SESSÃO ORDINÁRIA - 24/11/2020**

Ata resumida da 33ª sessão ordinária, realizada em 24/11/2020. Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, no horário regimental, foi realizada a 33ª (trigésima terceira) sessão ordinária da 4ª (quarta) sessão legislativa da 17ª (décima sétima) legislatura, presidida pelo Vereador Domingos Everaldo Kuhn, secretariada pelos Vereadores Anselmo Heimbecher Osório e Marcos Ribas e com a presença dos Vereadores Arildo Santos Zaleski, Denis Sanson, Gilmar Costa, João Alberto Ferreira da Costa, João Savi e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores, o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo Povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. Na ordem do dia foram apreciadas as seguintes matérias: a discussão do projeto de lei 5578/2020 foi adiada por 40 (quarenta) dias, conforme requerimento verbal apresentado pelo Vereador Marcos Ribas, aprovado pela maioria; em 2ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5606, 5607 e 5608/2020; em 1ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5609 e 5610/2020. Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Presidente lembrou que a próxima sessão ordinária será realizada em 1º (primeiro) de dezembro, no horário regimental, consoante na ordem do dia a 2ª discussão e votação dos projetos de lei 5609 e 5610/2020. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo Povo declarou encerrada a sessão, da qual para tudo constar foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos senhores Presidente e 1º Secretário.

**Publicado por:**  
Mathias Costa  
**Código Identificador:**9D324787

**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
**PORTARIA 941/2020 - DECLARA PONTO FACULTATIVO**

**PORTARIA N.º 941**

Ementa: Declara ponto facultativo

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

**RESOLVE**

Considerando o Decreto Municipal n.º 14.005, de 30/11/2020, que declarou ponto facultativo nas repartições públicas municipais em 7 de dezembro de 2020, no período integral, data que antecede o feriado municipal em comemoração à Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, comunicar que a Câmara Municipal de Palmeira seguirá o expediente da Prefeitura Municipal.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 2 de dezembro de 2020.

**DOMINGOS EVERALDO KUHN**  
Presidente

Eu, Mathias Costa, Diretor Administrativo, a subscrevi na data supra.

**Publicado por:**  
Mathias Costa  
**Código Identificador:**A2E25A9E

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2020**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16568/2020**

**Objeto:** Aquisição de certificado digital do tipo e-CPF, A3, com armazenagem em token, através da Secretaria Municipal de Saúde. A abertura deu-se no dia 30 de novembro de 2020, na Central de Atendimento ao Cidadão, sito a Rua Luiza Trombine Malucelli, nº. 134 - Centro Cívico, na presença da Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto Nº. 13.933 de 05 de outubro 2020, atendendo integralmente ao exposto na Lei 8.666/93. **Solicitação:** Secretaria Municipal de Saúde. **Dotação Orçamentária:** 1400110301003061533390400000. **Fonte:** 494. SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA. **Empresa vencedora:** CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A, portadora do CNPJ nº. 01.554.285/0001-75 com o valor total de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado proferido pela Comissão Permanente de Licitação.

Publique-se.

02 de Dezembro de 2020  
**EDIR HAVRECHAKI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cristiane Pereira  
**Código Identificador:**6DCE5E70

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS**  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2020**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16568/2020**

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a lei nº. 8.666/93 e alterações

posteriores torna público a HOMOLOGAÇÃO do referido procedimento licitatório, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Aquisição de certificado digital do tipo e-CPF, A3, com armazenagem em token, através da Secretaria Municipal de Saúde.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1400110301003061533390400000

Empresa vencedora: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A, portadora do CNPJ nº. 01.554.285/0001-75 com o valor total de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais).

Publique-se.

02 de Dezembro de 2020

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Cristiane Pereira

**Código Identificador:**4E7867CB

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2020

#### EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 79/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 16568/2020

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores torna público a **ADJUDICAÇÃO** do referido procedimento licitatório, na presente data e nos termos que seguem:

**Objeto:** Aquisição de certificado digital do tipo e-CPF, A3, com armazenagem em token, através da Secretaria Municipal de Saúde.

**Empresa vencedora:** CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A, portadora do CNPJ nº. 01.554.285/0001-75 com o valor total de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais). O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a entrega, com apresentação da respectiva nota fiscal.

Publique-se.

02 de Dezembro de 2020

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Cristiane Pereira

**Código Identificador:**297EBC65

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2020

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 15284/2020

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de toners e um fotocondutor através da Secretaria Municipal de Assistência Social. **Empresas vencedoras:** LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA, portadora do CNPJ: 10.742.589/0001-57, com o valor total de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais) e J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, portadora do CNPJ:

20.058.175/0001-67 com o valor total de R\$ 214,00 (duzentos e quatorze reais).

Publique-se.

02 de Dezembro de 2020

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Cristiane Pereira

**Código Identificador:**2BBD3E25

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIOS EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2020

#### EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 15284/2020

A Pregoeira do Município de Palmeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor profere a **ADJUDICAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de toners e um fotocondutor através da Secretaria Municipal de Assistência Social. **Empresas vencedoras:** LUANDA COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA, portadora do CNPJ: 10.742.589/0001-57, com o valor total de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais) e J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, portadora do CNPJ: 20.058.175/0001-67 com o valor total de R\$ 214,00 (duzentos e quatorze reais).

Publique-se.

02 de Dezembro de 2020

**LEILIANE COSTA**

Pregoeira Municipal

**Publicado por:**

Cristiane Pereira

**Código Identificador:**2FF8CE3E

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO LEI Nº 5.253 DE 02/12/2020 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 212.200,00.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

#### Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 212.200,00 (duzentos e doze mil e duzentos reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 5.039/2019 - Lei Orçamentária Anual e destinado à criação da seguinte dotação orçamentária:

#### Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária - SMAP  
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária  
09.001.20.606.0018.2.065. Manutenção da malha viária interna de comunidades rurais  
728 - 3.3.30.93.00.00 881 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R\$ 212.200,00

**Total Suplementação: R\$ 212.200,00**

**Art. 2º** - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação

abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

### **Redução**

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária - SMAP  
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária  
09.001.20.606.0018.2.065. Manutenção da malha viária interna de comunidades rurais  
571 - 3.3.90.39.00.00 881 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R\$ 185.000,00

**Total Redução: R\$ 185.000,00**

**Art. 3º** - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

### **Receita**

Receita: 1.3.2.1.00.11.00.00000000 Fonte: 881 R\$ 370,55

**Total da Receita: R\$ 370,55**

**Art. 4º** - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
881	R\$ 26.829,45

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Andrieli Ferreira Astord

**Código Identificador:CB7AF377**

## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO LEI Nº 5.254 DE 02/12/2020 - INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

**Lei:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica criado o Fundo Municipal do Trabalho do Município de Palmeira, Estado do Paraná - FMT, vinculado ao órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a gestão da respectiva política, em consonância ao Sistema Nacional de Emprego - Sine, nos termos das legislações vigentes.

§1º São equivalentes para fins desta Lei as expressões Fundo Municipal do Trabalho do Município de Palmeira, Fundo Municipal do Trabalho e a sigla FMT.

§2º O FMT será orientado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Municipal do Trabalho.

### **CAPÍTULO II DOS RECURSOS DO FMT**

**Art. 2º** Constituem recursos do FMT:

- I - Dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal;
- II - Os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, conforme o art. 11, da Lei Federal nº 13.667, de 17 de maio de 2018;
- III - Os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;
- IV - Os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;
- V - O superávit financeiro apurado ao final de cada exercício;
- VI - Recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras;
- VII - Doações, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados;
- VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros destinados ao FMT serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do Fundo, mantida em estabelecimento bancário oficial e movimentada pelo órgão responsável pela Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.

### **CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMT**

**Art. 3º** Os recursos do FMT serão aplicados em:

- I - Despesas com a organização, implementação, manutenção, modernização e gestão da rede de atendimento do Sine no Estado do Paraná;
  - II - Fomento ao trabalho, emprego e renda, tais como:
    - a) Instruir o trabalhador à percepção de seguro-desemprego;
    - b) Conectar agentes produtivos para o melhor aproveitamento da mão de obra;
    - c) Cadastrar os trabalhadores desempregados em sistema informatizado acessível ao conjunto das unidades do Sine;
    - d) Promover à certificação profissional, por meio de parcerias com instituições públicas e/ou privadas;
    - e) Promover a orientação e a qualificação profissional;
    - f) Prestar assistência a trabalhadores resgatados de situação análoga a de escravo;
    - g) fomentar o empreendedorismo, geração de trabalho, emprego e renda, o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associado;
    - h) Outras ações a serem estabelecidas no Plano Municipal de Ações e Serviços;
  - III - Promoção de alternativas econômicas e sociais, oportunizando o empreendedorismo, o crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, e o microcrédito produtivo orientado;
  - IV - Assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associativo;
  - V - Programas e projetos específicos na área do trabalho, por entidades conveniadas, públicas ou privadas, previamente aprovados pelo Conselho Municipal do Trabalho;
  - VI - Despesas com o funcionamento do Conselho Municipal do Trabalho, exceto as de pessoal;
  - VII - Despesas com o deslocamento, hospedagem e alimentação dos Conselheiros para o exercício de suas funções, assim como para as comissões de trabalho e conferências;
  - VIII - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;
  - IX - Reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;
  - X - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços no âmbito da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.
- Parágrafo único.** É vedada a utilização dos recursos do FMT para pagamento de pessoal e gratificações de qualquer natureza a servidor público.

### **CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DO FMT**

**Art. 4º** O FMT será administrado pelo órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, cabendo ao seu dirigente as seguintes competências:

I - Exercer a função de ordenador de despesa;

II - Praticar todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro ou administração geral;

III - Autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa, ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável à matéria;

IV - Assinar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de natureza jurídica;

V - Autorizar a emissão de notas de empenho e ordens de pagamento;

VI - Encaminhar ao Conselho Municipal do Trabalho relatório de execução das atividades, semestralmente;

VII - Submeter à apreciação e aprovação do Conselho Municipal do Trabalho, o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual;

VIII - Encaminhar a prestação de contas anual do FMT aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente;

IX - Exercer outras atividades relacionadas à administração do FMT.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, em 02 de Dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**FERNANDO ANTONIO MACIEL**

Procurador Geral do Município

**Publicado por:**

Andrieli Ferreira Astord

**Código Identificador:**595573D9

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATA Nº 09/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, os membros do Conselho Municipal de Educação participaram de reunião da Secretaria Municipal de Educação juntamente com as Diretoras e Pedagogas dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais, no Salão da Escola Municipal Integrada, para tratar de assuntos relacionados à APROVAÇÃO e RETENÇÃO dos alunos da Rede Municipal, no ano letivo de dois mil e vinte. A Secretária Municipal Srª Andrieni Caldas iniciou sua fala explanando que o Município iniciou busca ativa de participação nas atividades remotas, através de atendimentos educacionais de apoio à aprendizagem, oferecendo mais uma oportunidade de resgate de conteúdos e recuperação de frequência para os alunos com baixo índice de participação. As Diretoras e Pedagogas presentes manifestaram-se positivamente frente a essa ação, reafirmando a importância dessa atividade pedagógica. A Srª Andrieni também falou sobre o Protocolo de Volta às Aulas, que vem sendo discutido e elaborado por Comitê próprio e que logo estará disponível para as Escolas. Refletindo sobre o assunto principal da pauta, a Srª Andrieni explicou que o Núcleo Regional de Educação apresentou à Secretaria Municipal de Educação duas possibilidades, sendo: a aprovação automática de todos os alunos ou a aprovação e retenção por análise de desempenho do aluno, em Conselho de Classe. A postura da SME é a de tomar a decisão consultando as bases e discutindo com as escolas a melhor alternativa a escolher. A Professora Elenice reafirmou a importância de ouvir os argumentos das diretoras para ter a real noção da realidade de cada escola. A Srª Andrieni explicou que na Aprovação Automática só serão retidos os alunos evadidos, sem nenhuma participação nas atividades remotas propostas, já no processo de Aprovação ou Retenção os casos seriam criteriosamente analisados no Conselho de Classe, a partir de critérios e aspectos

antecipadamente estabelecidos. Foi esclarecido que independente da decisão tomada, a Secretaria Municipal de Educação e as Escolas terão que implantar um Plano de Apoio à Aprendizagem para 2021, com o objetivo de resgatar as defasagens de conteúdos decorrentes das medidas de Prevenção da Pandemia do Covid-19. Assim, a Srª Andrieni propôs votação imediata entre os presentes com descrição de justificativa de cada Escola, onde Diretoras e Pedagogas discutiram os pontos positivos e negativos das duas possibilidades e emitiram o voto com justificativa. Dentre os presentes a decisão tomada ficou assim constituída através de processo democrático: 08 (oito) votos a favor da Aprovação ou Retenção dos alunos sem análise no Conselho de Classe e 06 (seis) votos a favor da Aprovação Automática. Os membros do Conselho Municipal de Educação também discutiram a questão e, por unanimidade, votaram no processo de Aprovação e Retenção dos alunos no ano letivo de 2020. Após a divulgação dos votos, a Conselheira Michele realizou a leitura do Parecer Favorável à decisão democraticamente tomada. A Secretaria Municipal de Educação se comprometeu a analisar as justificativas apresentadas e compartilhar com as Escolas e com o Conselho. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente Ata que segue assinada por mim, Michele de Freitas Kapp, secretária adoc e pela Presidente Vanessa Levandoski Pizani.

**Publicado por:**

Andrieli Ferreira Astord

**Código Identificador:**DCFE0432

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATA Nº 10/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, através do programa/aplicativo *Google Meet*, às dezesseis horas e quinze minutos, reuniram-se por vídeo conferência os seguintes membros do Conselho Municipal de Educação: Vanessa Levandoski Pizani, presidente, Danieli Zwiegicoski, Paula Orlonski, Lidiane Aparecida Ianoski, Pamela Gonçalves da Silva, Tatiana de Fátima Padilha de Oliveira e Michele de Freitas Kapp; representantes da Secretaria Municipal de Educação: Elisama Nogueira, Elenice da Cruz Gonçalves e Ana Paula Scolimoski de Góes. A senhora Vanessa iniciou a reunião esclarecendo sobre a pauta: Calendário Escolar para o ano letivo de dois mil e vinte e um, o qual foi apresentado em reunião e aprovado pelas diretoras das escolas municipais. A senhora Danieli questionou sobre as diferenças em relação ao calendário estadual. A senhora presidente respondeu que no calendário estadual as aulas terão início no dia dezoito de fevereiro e contempla somente uma semana de recesso no mês de julho. O calendário apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, apresenta início das aulas no dia quatro de fevereiro, com duas semanas de recesso em julho, mas apenas três dias para organização e planejamento do ano letivo. Após discussão sobre a necessidade do aumento da quantidade de dias para planejamento inicial, devido a incerteza do retorno presencial das aulas, analisando o contexto de adaptação das escolas com o Protocolo de Volta às Aulas, possíveis mudanças de gestão e profissionais das instituições de ensino, acolhimento e formação dos professores, adaptação dos professores ao Registro de Classe *On-line*, entre outros fatores, a senhora Vanessa sugeriu a troca dos dias quatro e cinco de fevereiro pelos dias doze de junho, sábado letivo, que poderia ser usado para realizar a festa junina da escola e pelo dia vinte e seis de julho, que está previsto uma formação, mas havendo a troca, passaria a ser dia letivo. A senhora Elisama respondeu que para a Secretaria Municipal de Educação não seria viável o sábado letivo e sugeriu que a troca fosse feita pelo dia seis de setembro, véspera de feriado e que se houver desfile no dia sete de setembro, seria um dia de organização para o evento. Os membros concordaram com as alterações. A senhora Vanessa esclareceu que, com relação ao transporte escolar, os ônibus rodariam uma semana em fevereiro somente com alunos da rede municipal e em julho uma semana com alunos da rede estadual. Seguiu dizendo que será encaminhado via ofício as sugestões de alterações no calendário escolar e que acredita que não haveria negativa, pois o maior receio seria em diminuir as duas semanas de recesso em julho. A senhora Vanessa concluiu dizendo que se as alterações sugeridas fossem acatadas, emitiríamos o parecer favorável ao calendário escolar, sem necessidade de nova reunião. Caso a resposta fosse negativa, marcaríamos nova reunião para discussão. Agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Nada mais

havendo a tratar, eu, Paula, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por mim e pela presidente deste conselho.

**Publicado por:**  
Andrieli Ferreira Astord  
**Código Identificador:**EC1AEB0D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
**DECRETO Nº 14.007 DE 02/12/2020 - ABERTURA DE**  
**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$**  
**1.066,00.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 4.950/2019 – LDO e nº 5.039/2019 – LOA,

**Decreta:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.066,00 (um mil e sessenta e seis reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 5.039/2019 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

**Suplementação**

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Gestão Pública - SMGP  
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Administração  
07.001.04.122.0012.2.042. Manutenção das atividades do Departamento de Administração  
126 - 3.3.90.36.00.00 000OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA R\$ 1.066,00

**Total Suplementação: R\$ 1.066,00**

**Art. 2º** - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

**Redução**

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Gestão Pública - SMGP  
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Administração  
07.001.04.122.0012.2.042. Manutenção das atividades do Departamento de Administração  
127 - 3.3.90.39.00.00 000OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R\$ 1.066,00

**Total Redução: R\$ 1.066,00**

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Andrieli Ferreira Astord  
**Código Identificador:**260459D2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**  
**PORTARIA Nº. 17.264 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O**  
**CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA**  
**ALESSANDRA BACH, LOTADA NA SECRETARIA**  
**MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 14.011 de 20/02/2018, à servidora

**ALESSANDRA BACH**, matrícula 201690, ocupante do cargo efetivo de DIGITADOR DE PROCESSAMENTO DE DADOS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**  
Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**  
Keitry Kellen Swiech Gabardo  
**Código Identificador:**3BAF4730

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**  
**PORTARIA Nº. 17.265 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O**  
**CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, AO SERVIDOR**  
**AMILTON JORGE KOVALSKI, LOTADO NA SECRETARIA**  
**MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 14.012 de 20/02/2018, ao servidor **AMILTON JORGE KOVALSKI**, matrícula 203343, ocupante do cargo efetivo de TRABALHADOR BRACAL, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**  
Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**  
Keitry Kellen Swiech Gabardo  
**Código Identificador:**136CE771

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**  
**PORTARIA Nº. 17.266 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O**  
**CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA**  
**BRUNA FERNANDA VENC DOS SANTOS, LOTADA NA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS**  
**PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 15.780 de 08/07/2019, à servidora **BRUNA FERNANDA VENC DOS SANTOS**, matrícula 203857, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**  
Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**  
Keitry Kellen Swiech Gabardo  
**Código Identificador:**4A1BF6C0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**  
**PORTARIA Nº. 17.267 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O**  
**CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA**  
**ELENITA CRISTINA DE LARA, LOTADA NA SECRETARIA**  
**MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 15.781 de 08/07/2019, à servidora **ELENITA CRISTINA DE LARA**, matrícula 203254, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**D162AB99

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.268 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, AO SERVIDOR  
HAYDAN DE FREITAS OSAKO, LOTADO NA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 15.202 de 01/02/2019, ao servidor **HAYDAN DE FREITAS OSAKO**, matrícula 203333, ocupante do cargo efetivo de TRABALHADOR BRACAL, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**E433AF6B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.269 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA  
JOSIANE DE FATIMA ZANETTI CAMARGO, LOTADA NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 16.295 de 18/12/2019, à servidora **JOSIANE DE FATIMA ZANETTI CAMARGO**, matrícula 200960, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**F11306F7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.270 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA  
MANUELLA FERREIRA MARQUES, LOTADA NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 14.687 de 14/08/2018, à servidora **MANUELLA FERREIRA MARQUES**, matrícula 203565, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**A5CC37DC

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.271 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA  
MARINA GROSS GONCALVES, LOTADA NA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 15.782 de 08/07/2019, à servidora **MARINA GROSS GONCALVES**, matrícula 203941, ocupante do cargo efetivo de PEDAGOGO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**44E9A22D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.272 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA  
SANDRA MARA HIPOLITO PADILHA, LOTADA NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E  
INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 13.987 de 20/02/2018, à servidora **SANDRA MARA HIPOLITO PADILHA**, matrícula 203524, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**06BEDFCB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.273 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A SERVIDORA  
VIVIANE IANOSKI, LOTADA NA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 16.684 de 12/05/2020, à servidora **VIVIANE IANOSKI**, matrícula 203968, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE FARMACIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**315F606C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.274 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE O  
CANCELAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, AO SERVIDOR  
TECHARLLES JOHNN CZLUSNIAK, LOTADO NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo nº. 17.231/2020, e Resolve:

**Art. 1º** - Cancelar a partir de 01 de janeiro de 2021 a gratificação especial correspondente a prestação de serviços técnicos, concedida através da Portaria nº. 14.978 de 14/11/2018, ao servidor **TECHARLLES JOHNN CZLUSNIAK**, matrícula 203933, ocupante do cargo efetivo de MEDICO CLINICO GERAL, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Keitry Kellen Swiech Gabardo

**Código Identificador:**BAF22DF6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº 17.275 DE 02/12/2020 - ALTERAR PERÍODO  
DE GOZO DAS FÉRIAS DA SERVIDORA NAIANA KAPP  
SILVA, LOTADA NA CONTROLADORIA GERAL DO  
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 17335/2020, e

RESOLVE:

**Art. 1º:** Alterar período de gozo das férias da servidora **NAIANA KAPP SILVA**, matrícula 203652, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, exercendo o cargo em comissão de

Chefe II de Normas e Avaliação, lotada na Controladoria Geral do Município, férias estas concedidas através da Portaria nº. 17.203 de 30/10/2020, devendo ser considerado 30 dias de gozo a contar de 18/01/2021 a 16/02/2021.

**Art. 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**7CE12798

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº 17.276 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA KATIA LUZIA DE  
MORAES RUZIN, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL  
DE AGRICULTURA E PECUÁRIA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 17329/2020, e

RESOLVE:

**ART. 1º:** Conceder 30 dias de férias, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021, a servidora **KATIA LUZIA DE MORAES RUZIN**, matrícula 203314, referente ao período aquisitivo 03/06/2019 á 02/06/2020, ocupante do cargo em efetivo Médico Veterinário, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

**ART. 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**D7C67110

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº 17.279 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
CONCESSÃO DE FÉRIAS A SIMONE DE FATIMA KIERAS, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no processo nº. 17388/2020, e

RESOLVE:

**ART. 1º:** Conceder 30 dias de férias, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021, a servidora **SIMONE DE FATIMA KIERAS**, matrícula 203528, referente ao período aquisitivo 01/01/2019 á 31/12/2019, ocupante do cargo em efetivo Educador Social I.

**ART. 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**4B389565

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.281 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, JOCELI DA CONCEICAO MAIDL, LOTADA  
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10328/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, a servidora pública municipal, **JOCELI DA CONCEICAO MAIDL**, matrícula 201727, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700, de 28 de março de 1994.

**Art 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**9048C2F0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.282 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, ELIZANGELA GELINSKI GADENS  
MARQUES, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10917/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 15/12/2020 à 30/12/2020, a servidora pública municipal **ELIZANGELA GELINSKI GADENS MARQUES**, matrícula 203509, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotado na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**9BC9D46C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.283 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, ELIANE MONTEIRO, LOTADA NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 11461/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 15/12/2020 à 31/12/2020, a servidora pública municipal **ELIANE MONTEIRO**, matrícula 203392, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**08216811

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.284 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, EDISON LUIZ MONTEIRO, LOTADO NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E  
INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 11835/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, ao servidor público municipal **EDISON LUIZ MONTEIRO**, matrícula 201536, ocupante do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**F8078E43

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.285 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, ARISTEU GONÇALVES, LOTADO NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E  
INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 11837/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28/03/1994.

RESOLVE:



**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 06/12/2020 à 20/01/2021, ao servidor público municipal **ARISTEU GONÇALVES**, matrícula 203152, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**AD7C6716

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.286 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, ALTAIR TEIXEIRA, LOTADO NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12290/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, ao servidor público municipal **ALTAIR TEIXEIRA**, matrícula 200962, ocupante do cargo de MOTORISTA I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**EA7AA5AB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.287 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, EDIANE SUELLEN DOS SANTOS, LOTADA  
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12291/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, a servidora pública municipal **EDIANE SUELLEN DOS SANTOS**, matrícula 203686, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**F713F949

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.288 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, JOCIANE HARTMANN, LOTADA NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12292/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 31/12/2020, a servidora pública municipal **JOCIANE HARTMANN**, matrícula 203939, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**F713C886

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.289 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, EDEVINO IANTAS, LOTADO NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12293/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 31/12/2020, ao servidor público municipal **EDEVINO IANTAS**, matrícula 201521, ocupante do cargo de MOTORISTA II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**DF3FB8A0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.290 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, IVO FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA,  
LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12298/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, ao servidor público municipal **IVO FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula 203066, ocupante do cargo de MOTORISTA I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**15315BBB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.291 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, MATILDE FALARZ, LOTADA NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12300/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 31/12/2020, a servidora pública municipal **MATILDE FALARZ**, matrícula 203753, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**57CF5139

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.292 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, JEFFERSON BACHTOLD, LOTADO NA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12301/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, ao servidor público municipal **JEFFERSON BACHTOLD**, matrícula 203434, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**5949F052

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.293 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, GISELLE JAMUR GRAEFF DUDIAK,  
LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12302/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 31/12/2020, a servidora pública municipal **GISELLE JAMUR GRAEFF DUDIAK**, matrícula 203037, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**2913CA59

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.294 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
AO SERVIDOR, DIRCEU SANSON DE MORAIS, LOTADO  
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E  
INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12303/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 01/02/2021, ao servidor público municipal **DIRCEU SANSON DE MORAIS**, matrícula 203131, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**F9CB902F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.295 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, LIZIANE COSTA CANDIDO FERREIRA,  
LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12304/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 31/12/2020, a servidora pública municipal **LIZIANE COSTA CANDIDO FERREIRA**, matrícula 203511, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**93B525EB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA  
PORTARIA Nº. 17.296 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A  
PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE  
A SERVIDORA, ROSANE FERREIRA DOS SANTOS,  
LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 12306/2020, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 02/12/2020 à 31/12/2020, a servidora pública municipal **ROSANE FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula 203216, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**

Claudine Gorte de Lima

**Código Identificador:**3F0229BA

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL  
PORTARIA 597/2020**

**PORTARIA Nº 597/2020**

**SÚMULA:** Concede Aposentadoria a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO:** o processo de aposentadoria da servidora ELDA BOIKO.

**CONSIDERANDO:** art. 50 da Lei Municipal nº 679/2008 c/c art. 3º da EC 47/05.

**RESOLVE**

**Art. 1º -** Conceder a servidora **ELDA BOIKO (matrícula 8761)**, brasileira, servidora pública municipal de Palmital, ocupante do cargo efetivo de Professora, portadora do RG nº. 4.510.003-0 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 715.283.269-20, **APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR**, a partir de 02 de dezembro de 2020, com proventos (mensais e integrais) com fundamento no art. 50 da Lei Municipal nº 679/2008 c/c art. 3º da EC 47/05.

**Art. 2º-** Fica estipulado como proventos mensais do benefício o valor de R\$ 3.151,66 (três mil e cento e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos), constante na tabela de vencimentos do Plano de Cargos e Salários do Magistério Municipal, na classe C nível 15.

**Art. 3º-** Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 02 de dezembro de 2020

**VALDENEI DE SOUZA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Rosilda Maria Varella

**Código Identificador:**6EBB7333

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL  
PORTARIA 598/2020**

**PORTARIA Nº 598/2020**

**SÚMULA:** Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE**

**Art. 1º-** Conceder o Servidor Público **JOSE TEIXEIRA DE PAULA**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2017/2018 para serem usufruídas no período de 21/12/2020 a 19/01/2021, conforme autorização da Secretária de Meio Ambiente e

de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal nº 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

**Art. 2º-** Decorrido o prazo acima descrito o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia **20 de janeiro de 2021**.

**Art. 3º-** Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 02 de dezembro de 2020

**VALDENEI DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Rosilda Maria Varela  
**Código Identificador:**E0AF622B

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**PORTARIA 599/2020**

**PORTARIA Nº 599/2020**

**SÚMULA:** Concede Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE**

**Art. 1º-** Conceder a Servidora Pública **JANETE APARECIDA ALVES**, 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021 para serem usufruídas no período de 04/12/2020 a 02/01/2021, conforme requerimento da servidora e de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal nº 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.

**Art. 2º-** Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **04 de janeiro de 2021**.

**Art. 3º-** Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 02 de dezembro de 2020

**VALDENEI DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Rosilda Maria Varela  
**Código Identificador:**C5E747EA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

**DECRETO N.º 109/2020**

**EMENTA:** Dispõe sobre a Reprogramação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Desembolso para o exercício financeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Palmital, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve e:

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Em cumprimento às determinações contidas no artigo 8º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, fica estabelecida a programação financeira de arrecadação mensal e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2020, do **Executivo Municipal**, na forma dos anexos ao presente Decreto.

**Art. 2º** - As receitas previstas na Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 1147/2019 de 19 de dezembro de 2019, para o exercício financeiro de 2020, ficam desdobradas em metas bimestrais de arrecadação na forma do Anexo ao presente Decreto, consoante ao disposto no artigo 13 da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 3º** - O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso está calculado para guardar compatibilidade com as metas bimestrais de arrecadação, e compõe anexo ao presente decreto.

**§ Único:** Ao Cronograma Inicial de Desembolso Mensal, fica acrescido, no mês de dezembro de 2020, um adicional no valor de R\$ 4.752.000,00, assim distribuído nas fontes de recurso: 003 - 2.510.000,00, 339 - 1.220.000,00, 341 - 442.000,00, 351 - 240.000,00, 344 - 170.000,00 e 347 - 170.000,00.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, em 03 de dezembro de 2020.

**VALDENEI DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Antonio Simiano  
**Código Identificador:**CE67EA44

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL**  
**DO PARANÁ - CISLIPA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PREGÃO**  
**N.º 537/2020**

Processo Administrativo referente ao Recurso: 605/2020  
Processo Administrativo Referente ao Pregão n.º 537/2020  
Processo Licitatório n.º 37/2020  
Pregão Eletrônico n.º 10/2020

O Presidente da Comissão de Licitação e autoridade competente Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais que disciplina a Portaria n.º 05/2020;

**RESOLVE:**

Com fundamento no artigo 27 do Decreto nº 5.450/2005, e baseado no item 18.9 do edital, bem como pelo exame de admissibilidade e julgamento do recurso interposto pela empresa HELPMED SAÚDE LTDA-ME, referente ao lote 03, exarado pelo Senhor Pregoeiro, e com base no parecer jurídico emitido pela procuradoria do CISLIPA, **HOMOLOGO** o objeto ao proponente vencedor HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Este Termo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Paranaguá, 30 de novembro de 2020

**NAZARETH JACO MENDES**  
Presidente da Comissão de Licitação Portaria nº 05/2020  
Autoridade Competente

**Publicado por:**  
Ramon Bonzato  
**Código Identificador:**826936C8

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL**  
**DO PARANÁ - CISLIPA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PREGÃO**  
**N.º 537/2020**

Processo Administrativo referente ao Recurso: 606/2020  
Processo Administrativo Referente ao Pregão n.º 537/2020  
Processo Licitatório n.º 37/2020  
Pregão Eletrônico n.º 10/2020

A autoridade competente Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais que disciplina a Portaria n.º 05/2020;

RESOLVE:

Com fundamento no artigo 27 do Decreto n.º 5.450/2005, e baseado no item 18.9 do edital, bem como pelo exame de admissibilidade e julgamento do recurso interposto pela empresa HELPMED SAÚDE LTDA-ME, referente ao lote 05, exarado pelo Senhor Pregoeiro, e com base no parecer jurídico emitido pela procuradoria do CISLIPA, **HOMOLOGO** o objeto ao proponente vencedor PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

Este Termo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Paranaguá, 30 de novembro de 2020

**NAZARETH JACO MENDES**  
Presidente da Comissão de Licitação  
Portaria n.º 05/2020  
Autoridade Competente

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**F7E26F03

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL  
DO PARANÁ - CISLIPA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO  
RECURSO: 607/2020**

Processo Administrativo referente ao Recurso: 607/2020  
Processo Administrativo Referente ao Pregão n.º 537/2020  
Processo Licitatório n.º 37/2020  
Pregão Eletrônico n.º 10/2020

A autoridade competente Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais que disciplina a Portaria n.º 05/2020;

RESOLVE:

Com fundamento no artigo 27 do Decreto n.º 5.450/2005, e baseado no item 18.9 do edital, bem como pelo exame de admissibilidade e julgamento do recurso interposto pela empresa OZZ SAÚDE-EIRELI, referente ao lote 02, exarado pelo Senhor Pregoeiro, e com base no parecer jurídico emitido pela procuradoria do CISLIPA, **HOMOLOGO** o objeto ao proponente vencedor HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Este Termo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Paranaguá, 30 de novembro de 2020

**NAZARETH JACO MENDES**  
Presidente da Comissão de Licitação Portaria n.º 05/2020  
Autoridade Competente

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**01F6FB79

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL  
DO PARANÁ - CISLIPA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO  
RECURSO: 608/2020**

Processo Administrativo referente ao Recurso: 608/2020  
Processo Administrativo Referente ao Pregão n.º 537/2020  
Processo Licitatório n.º 37/2020  
Pregão Eletrônico n.º 10/2020

A autoridade competente Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais que disciplina a Portaria n.º 05/2020;

RESOLVE:

Com fundamento no artigo 27 do Decreto n.º 5.450/2005, e baseado no item 18.9 do edital, bem como pelo exame de admissibilidade e julgamento do recurso interposto pela empresa OZZ SAÚDE-EIRELI, referente ao lote 05, exarado pelo Senhor Pregoeiro, e com base no parecer jurídico emitido pela procuradoria do CISLIPA, **HOMOLOGO** o objeto ao proponente vencedor PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

Este Termo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Paranaguá, 30 de novembro de 2020

**NAZARETH JACO MENDES**  
Presidente da Comissão de Licitação Portaria n.º 05/2020  
Autoridade Competente

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**E433E0C9

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL  
DO PARANÁ - CISLIPA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO  
RECURSO: 609/2020**

Processo Administrativo referente ao Recurso: 609/2020  
Processo Administrativo Referente ao Pregão n.º 537/2020  
Processo Licitatório n.º 37/2020  
Pregão Eletrônico n.º 10/2020

A autoridade competente Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais que disciplina a Portaria n.º 05/2020;

RESOLVE:

Com fundamento no artigo 27 do Decreto n.º 5.450/2005, e baseado no item 18.9 do edital, bem como pelo exame de admissibilidade e julgamento do recurso interposto pela empresa COOPERATIVA REDEMEDIÇÃO ATIVIDADES MÉDICAS, referente aos lotes 02,03,04 e 05, exarado pelo Senhor Pregoeiro, e com base no parecer jurídico emitido pela procuradoria do CISLIPA, **HOMOLOGO** a decisão, mantendo-se o resultado proferido em Ata de Sessão Pública.

Este Termo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Paranaguá, 24 de novembro de 2020

**NAZARETH JACO MENDES**  
Presidente da Comissão de Licitação Portaria n.º 05/2020  
Autoridade Competente

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**A6408C1F

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL  
DO PARANÁ - CISLIPA  
ASSUNTO: RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020**

**PROCESSO: 609/2020**

INTERESSADO: COOPERATIVA REDEMEDIÇÃO ATIVIDADES MÉDICAS  
ASSUNTO: Recurso – Pregão Eletrônico Nº 010/2020

Trata-se de julgamento de recurso de licitação que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de Saúde, com disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios do Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), durante o período da Operação Verão 2020/2021 de 19 (dezenove) de dezembro de 2020 a 21 (vinte e um) de fevereiro de 2021.

**I – DA ADMISSIBILIDADE**

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

## II – DAS RAZÕES DE RECURSO

Alega a recorrente que foi prejudicada pelo sistema “licitações-e” impedindo-a de oferecer lances na fase de disputa nos lotes 02, 03, 04 e 05.

## III – DO PEDIDO DA RECORRENTE

Requer a recorrente que seja dado provimento ao presente recurso e a ANULAÇÃO dos atos administrativos relacionados à fase da sessão virtual de disputa de lances quanto ao objeto distribuído nos lotes 2, 3, 4 e 5, e eventuais atos subsequentes, do procedimento do Pregão Eletrônico n. 10/2020, porque verificada falha do sistema operacional adotado, que impediu o acesso da recorrente à disputa simultânea dos referidos lotes, e omissão do Pregoeiro ciente dessa ocorrência, o qual desconsiderou a intenção de recurso administrativo da recorrente e se omitiu quanto à adoção de providências cabíveis de ofício.

## IV – DA ANÁLISE DO RECURSO

Primeiramente, não procede a alegação da Recorrente de que não foi oportunizada a intenção de interpor recurso. Conforme relatório da sessão, no dia 11/11/2020, às 08:22:10 horas, foi dado para todos os licitantes o prazo de 24 horas para a inserção de intenção de recurso.

Quanto a alegação de falhas no sistema “licitações-e”, se extrai da ata da sessão que os lances tiveram início às 14:01:17. Referente ao lote 02, às 14:27:11 a H T I SERVICOS MEDICOS LTDA apresentou o lance vencedor, e durante a disputa, tivemos o total de 85 lances. Referente ao lote 03, às 14:31:02 a H T I SERVICOS MEDICOS LTDA apresentou o lance vencedor, e durante a disputa, tivemos o total de 74 lances. Referente ao lote 04, às 14:18:34 a RCZ CLINICA MEDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA EPP apresentou o lance vencedor, e durante a disputa, tivemos o total de 102 lances. Referente ao lote 05, às 14:27:50 a PROSEG CONSULTORIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI apresentou o lance vencedor, e durante a disputa, tivemos o total de 69 lances.

Em complemento, conforme se extrai da ata da sessão das lances, este pregoeiro se manifestou às 14:02:03, alertando sobre o decurso do encerramento aleatório. Estes fatos demonstram cabalmente a plena estabilidade do sistema e a consequente necessidade de se negar provimento ao recurso interposto.

Em segundo lugar, apesar de o certame ter contado com 17 licitantes no lote 02, 18 licitantes no lote 03, 18 licitantes no lote 04 e 18 licitantes no lote 05, apenas a COOPERATIVA REDEMEDI ATIVIDADES MÉDICAS alegou problemas para apresentar lances no sistema. Como pode-se observar no relatório de disputa, a etapa de lances contou com a participação ativa de várias das licitantes. Assim, se o sistema de fato tivesse apresentado falha, certamente o fato seria aduzido por mais licitantes. Por esta razão, torna-se duvidosa a alegação levantada no presente recurso.

Além disso, é de todo absurda a alegação de que o presente certame não materializou o princípio da maior vantajosidade para o ente licitante. O Pregão Eletrônico 010/2020 – CISLIPA contou com no mínimo 17 acorrentes em cada lote, foram apresentadas, na etapa de disputa, mais de 69 lances por acorrentes os mais diversos e, o que mais importa para os fins destas contrarrazões, um desconto de R\$ 370.995,00 (Trezentos e setenta mil, novecentos e noventa e cinco reais) foi alcançado em relação ao valor estimado pela CISLIPA, o que corresponde a 12,42%, só entre os lotes 02, 03, 04 e 05, ou seja, a competitividade foi ampla e a vantajosidade foi materializada, satisfazendo os princípios que regem a licitação.

Por fim, a recorrente informa em suas razões de recurso que entrou em contato com o Suporte Técnico do Banco do Brasil (Oc.: 73377157) e este informa que **após análise no log do sistema, não foram identificadas ocorrências anormais**, ou seja, pelo exposto, está demonstrado que não houve instabilidade no sistema “licitações-e”.

## V – DA DECISÃO

Por todo o exposto sem nada mais evocar, conheço do recurso formulado pela empresa COOPERATIVA REDEMEDI ATIVIDADES MÉDICAS, **para no mérito opinar pela improcedência** das alegações e pedidos formulados pela Recorrente. Mantenho a decisão final do pregão e dando prosseguimento aos atos subsequentes do certame.

Paranaguá, 24 de novembro de 2020.

**RONALD SILVA GONÇALVES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**0C301E72

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA

**ASSUNTO: RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020**

**PROCESSO: 605/2020**

**INTERESSADO: HELPMED SAÚDE LTDA - ME**

**ASSUNTO: Recurso – Pregão Eletrônico Nº 010/2020**

Trata-se de julgamento de recurso de licitação que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de Saúde, com disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios do Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), durante o período da Operação Verão 2020/2021 de 19 (dezenove) de dezembro de 2020 a 21 (vinte e um) de fevereiro de 2021.

## I – DA ADMISSIBILIDADE

Destarte, compilamos o item 18.1 do Edital e, o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, *in verbis*:

“18.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.”

“18.3 - Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.”

Continuando:

“Art. 4º, XVIII – Lei nº 10.520/2002:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Após a leitura acima, restou comprovado que foi respeitado pela Recorrente o prazo editalício e legal para interposição de recurso, sendo ele dotado de tempestividade.

Baseados nos princípios que norteiam todo procedimento licitatório, foram respeitados os demais pressupostos de admissibilidade quando da interposição da presença, posto que o recurso foi interposto em tempo hábil.

## II – DAS RAZÕES DE RECURSO

a) Alega a recorrente que a empresa vencedora participou ao mesmo tempo que outra empresa de seu grupo econômico, no mesmo lote;

b) A recorrida não apresentou notas explicativas com sua demonstração contábil, e por esses motivos, requer o recebimento e provimento do presente recurso para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **H.T.I. SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inabilitada para prosseguir no pleito e desclassificada do certame.

## III – DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

A licitante **H.T.I. SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, foi comunicada acerca do recurso a fim de que apresentasse contrarrazões, caso desejasse.

Em suas alegações a recorrida alega que não há no presente caso a formação ou configuração de grupo econômico entre as empresas HTI SERVIÇOS MÉDICOS (contrarrazoante e a empresa licitante

EXALIFE). Que não há em nenhum registro de alteração societária das pessoas jurídicas, tanto da Contrarrazoante quanto da empresa equiparada Exalife, sócios comuns. A classificação final das empresas falaciosamente “pertencentes ao mesmo grupo econômico” ficaria contígua uma da outra e na hipótese de uma não lograr êxito, certamente a segunda obteria sucesso em razão de operarem sob a mesma direção, ao contrário qual seria a vantagem da Contrarrazoante e a da empresa equiparada ao grupo econômico participarem do mesmo processo licitatório, cujas as classificações ficaram indubitavelmente distantes, 6ª colocação da empresa equiparada com a da Contrarrazoante vencedora.

Quanto as Notas Explicativas a empresa diz que é uma normativa prevista com finalidade de obtenção de clareza FISCAL/DECLARATÓRIA da Pessoa Jurídica frente às tributações e movimentações financeiras não contempladas no balanço e que a Comissão não poderia exigir NADA PARA ALÉM DAQUILO PREVISTO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, e acertadamente não o fez, pois o item 17.13.1 é bem claro ao requerer, para fins de Qualificação Econômico Financeira, “CÓPIA DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL JÁ EXIGÍVEIS”, ou seja, o referido item foi plenamente satisfeito, demonstrada a boa saúde financeira da empresa nos moldes que previa o Edital, concomitantemente ao resumo dos índices demonstrados em Anexo requerido no instrumento.

#### IV – DO MÉRITO

Percebe-se que o recurso ora tratado trás a menção de que estaríamos lidando com uma situação de um possível “Grupo Econômico”, o que de fato não se verifica nos documentos constantes da habilitação apresentada nos autos em epígrafe.

Ocorre que, os argumentos trazidos na peça recursal embora queiram dar entendimento diferente da situação posta nos autos, perante a análise da documentação habilitatória da empresa recorrida que logrou êxito como vencedora dos lotes 02 e 03, não apresenta provas de materialidade dos fatos arguidos, apenas indicações com base em observações feitas em alguns documentos.

Ainda que considerássemos as informações apontadas como verdadeira, qual seja, de que a empresa recorrida “*estaria em verdadeira confusão entre as licitantes, acredita-se que, embora formalmente possuam CNPJ's distintos, as empresas funcionam como se uma só fosse*”, o entendimento da legislação pátria não coaduna com essa disposição.

Primeiro, porque a ordem jurídica não impede uma pessoa física ou jurídica compor o quadro societário de mais de uma pessoa jurídica. A Administração Pública não poderia prever no instrumento convocatório que isso causaria qualquer irregularidade por si só, porque isso seria afirmar que esta situação sempre se dará de forma fraudulenta ou com o objetivo de frustrarmos objetivos da licitação.

Dá porque, como a Lei nº 10.50/02 não prevê a situação comentada acima como impeditiva para participar de licitações processadas pela modalidade pregão eletrônico, seria necessário juntar outras razões que de fato comprovem a prática de ato capaz de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório.

Tal fato só deve despertar a atenção da Administração para eventual conduta suspeita ou fraudulenta, mas não autoriza inibir, por si só, a participação dessas empresas. Por tudo isso o entendimento do TCU sobre simples comprovação por meio de consulta realizada no SICAF, ou em documento análogo, da existência de empresas com sócios em comum participando de pregão eletrônico não é suficiente para afastar essas empresas da licitação.

Somente na hipótese de a Administração perceber indícios (provas mesmo!) de conluio ou de fraude é eu se admitiria o afastamento dessas concorrentes, com base na reunião das informações capazes de evidenciar potencial prejuízo à competitividade e isonomia do certame.

Outra comprovação da não ocorrência do fato é a distância da colocação das empresas: 1º lugar - H.T.I. SERVIÇOS MEDICOS LTDA / 8º lugar - EXALIFE SERVICOS MEDICOS LTDA. De 74 lances, a EXALIFE foi responsável por apenas 03 lances (28, 39 e 45).

Quanto à obrigatoriedade da empresa elaborar notas explicativas referentes às demonstrações contábeis, trata-se de conduta

estabelecida por norma do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, visando à melhoria da função da contabilidade, que é fornecer informações aos seus usuários. Não há o que questionar.

Já com relação à redação do instrumento convocatório, que solicita a apresentação do balanço patrimonial como qualquer outra demonstração contábil “na forma da lei”, é possível interpretar a redação como o documento elaborado em harmonia com o que a legislação prevê e o CFC normatiza. Ademais, a ausência da apresentação das notas explicativas e a demonstração do fluxo de caixa não implica na conclusão de que a empresa não produza suas demonstrações na forma da lei, apenas que não há necessidade das notas explicativas para comprovar o que a Administração solicita.

Na situação presente, ocorre que o balanço patrimonial apresentou os elementos necessários e foi suficiente para comprovar a habilitação da empresa quanto ao item questionado (17.13.1 do instrumento convocatório).

A recorrente alega que a ausência de notas explicativas compromete a habilitação da empresa, entretanto, questiona-se: qual teor de conteúdo das notas explicativas iria comprometer a comprovação do cumprimento do item 17.13.1? Além disso, como poderia proceder a recusa da proposta se a nota explicativa vem apenas conter informações complementares aos usuários, mas não possui a característica de alterar valores do balanço patrimonial ou ainda de qualquer outra demonstração?

O que se percebe no caso é que a empresa Recorrente tenta apegar-se a excessivos rigores burocráticos, para obter a desclassificação da Recorrida algo já combatido pela doutrina administrativa, onde como exemplo, podemos citar os ensinamentos do jurista administrativo, Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 11ª Edição de 2005, p. 60, manifestou-se:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. (...) Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais. Daí a advertência de Adilson de Abreu Dallari, para quem:

“existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; (...) Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante.”

Nesse panorama, deve-se interpretar a Lei e o Edital, como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilitação dos envolvidos em conduzir-se de modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa.

Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulamentação originariamente imposta na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à inviabilidade, à inabilitação ou à desclassificação.”

Deste modo, de posse dos documentos apresentados pela empresa quando da sua habilitação, sendo eles o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, não se pode tirar outra conclusão se não a de que a empresa conseguiu demonstrar claramente a comprovação de sua capacidade econômica por meio dos documentos apresentados e exigidos no instrumento convocatório. Ademais, caso não fosse comprovada a capacidade econômica financeira, a empresa já teria sido inabilitada durante a fase de análise dos documentos.

O que se põe aqui é que exigir a apresentação das notas explicativas não vai interferir em nada no resultado do certame, não sendo possível e cabível que o excesso de formalismo e a burocracia sejam colocados acima de princípios como o da proporcionalidade, da economicidade e a razoabilidades na busca da proposta mais vantajosa para a

Administração, invocando os ensinamentos do jurista administrativo Marçal Justen Filho, já citados anteriormente. Veja bem, não estamos aqui a defender que as regras previstas no instrumento convocatório não devem ser seguidas, mas há que se diferenciar documentos que habilitem a empresa frente a documentos extras que somente explicariam os valores que constam no balanço enviado. Até porque, as notas explicativas não têm a função de alterar valores do balanço patrimonial, apenas de explicar algum detalhe dos seus componentes, como seu próprio nome já diz.

Portanto, em que pese à empresa não ter apresentado notas explicativas das demonstrações contábeis, verifica-se, que através de OUTROS DOCUMENTOS IDÔNEOS, restou devidamente COMPROVADA À CAPACIDADE ECONÔMICA da Recorrida. Portanto, conclui-se que a pretensão da Recorrente quanto à desclassificação da Recorrida, é improcedente.

## V – DA DECISÃO

Por todo o exposto sem nada mais evocar, conheço do recurso formulado pela empresa HELPMED SAÚDE LTDA - ME, **para no mérito opinar pela improcedência** das alegações e pedidos formulados pela Recorrente.

Mantenho a decisão final do pregão e dando prosseguimento aos atos subsequentes do certame.

Paranaguá, 24 de novembro de 2020.

**RONALD SILVA GONÇALVES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**3E27CBF4

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA

**ASSUNTO: RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020**

**PROCESSO: 606/2020**

**INTERESSADO: HELPMED SAÚDE LTDA - ME**

**ASSUNTO: Recurso – Pregão Eletrônico Nº 010/2020**

Trata-se de julgamento de recurso de licitação que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de Saúde, com disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios do Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), durante o período da Operação Verão 2020/2021 de 19 (dezenove) de dezembro de 2020 a 21 (vinte e um) de fevereiro de 2021.

## I – DA ADMISSIBILIDADE

Destarte, compilamos o item 18.1 do Edital e, o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, *in verbis*:

“18.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.”

“18.3 - Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.”

Continuando:

“Art. 4º, XVIII – Lei nº 10.520/2002:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Após a leitura acima, restou comprovado que foi respeitado pela Recorrente o prazo editalício e legal para interposição de recurso, sendo ele dotado de tempestividade.

Baseados nos princípios que norteiam todo procedimento licitatório, foram respeitados os demais pressupostos de admissibilidade quando da interposição da presença, posto que o recurso foi interposto em tempo hábil.

## II – DAS RAZÕES DE RECURSO

a) Alega a recorrente que a PROSEG deve ser inabilitada do certame devido ao fato de sua inscrição perante o CRM permitir apenas “assessoria e consultoria de serviços médicos”, não englobando o objeto deste certame que é a prestação de serviços médicos.

b) E também não apresentou sua documentação contábil nos termos da lei, violando o item 17.13.1 do Edital, e por esses motivos, requer o recebimento e provimento do presente recurso para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**, inabilitada para prosseguir no pleito e desclassificada do certame.

## III – DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

A licitante **PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**, foi comunicada acerca do recurso a fim de que apresentasse contrarrazões, caso desejasse.

Alega que a RECORRENTE em seus próprios argumentos paradoxalmente traz a defesa da RECORRIDA quando faz citação da 3º, parágrafo único, da Resolução nº 1.716/2004 vejamos;

Art. 3º - As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado deverão ser registrados nos Conselhos Regionais de Medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, e Lei nº 9.656, de 3 de julho de 1998. Parágrafo único – Estão enquadrados no “caput” deste artigo:

a) As empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento; (...)

g) **Empresas de assessoria na área de saúde;**”

Argumenta que a Lei mestra de licitações em seu art. 30, § 1º., da Lei 8.666/93, o inciso I deixa claro que é registro ou inscrição de entidade profissional competente, logo, a RECORRIDA foi registrada e inscrita desempenha em entidade de classe competente, presta serviço de mão de obra médica em vários Estados da Federação, seu cadastro nacional como empresa é descrita competência para tal, assim não fosse teria seu registro negado, fato inexistentes.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Quanto a alegação da recorrente de suposta ausência de documentação contábil em desconformidade legal, a recorrida afirma que o Congresso Nacional aprovou a criação da Lei Complementar nº 123 de 2006, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, com o decreto 8.538 de 2015 efetivamente os benefícios às ME's e EPP's foram realmente aplicados. O decreto estabeleceu certo equilíbrio durante a concorrência, e as ME's e EPP's tiveram suas obrigações administrativas, tributárias e previdenciárias simplificadas, e a recorrida se enquadra no ato normativo citado e as informações relativas a documentação contábil afirmando que esta fielmente de acordo com o mandamento legal da ME's e EPP's.

## IV – DO MÉRITO

Para verificar o ramo de atuação, este Pregoeiro usou como fonte de consulta o contrato social, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, nos quais constam como objetivo social da empresa as “Atividade médica ambulatorial com recursos para a realização de exames complementares; Atividade médico ambulatorial restrita a consultas; Atividades de enfermagem; UTI móvel; Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente” e o Atestado de Capacidade Técnica anexos à habilitação constando a realização de serviços na área de serviços médicos, restando comprovado que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto desta licitação.

Já com relação à redação do instrumento convocatório, que solicita a apresentação do balanço patrimonial como qualquer outra



demonstração contábil “na forma da lei”, é possível interpretar a redação como o documento elaborado em harmonia com o que a legislação prevê e o CFC normatiza. Ademais, a ausência da apresentação de ECD não implica na conclusão de que a empresa não produza suas demonstrações na forma da lei, apenas que não há necessidade da ECD para comprovar o que a Administração solicita. Na situação presente, ocorre que o balanço patrimonial apresentou os elementos necessários e foi suficiente para comprovar a habilitação da empresa quanto ao item questionado (17.13.1 do instrumento convocatório).

A recorrente alega que a ausência de ECD compromete a habilitação da empresa, entretanto, questiona-se: qual teor de conteúdo da ECD iria comprometer a comprovação do cumprimento do item 17.13.1?

O que se percebe no caso é que a empresa Recorrente tenta apegar-se a excessivos rigores burocráticos, para obter a desclassificação da Recorrida algo já combatido pela doutrina administrativa, onde como exemplo, podemos citar os ensinamentos do jurista administrativo, Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 11ª Edição de 2005, p. 60, manifestou-se:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. (...) Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais. Daí a advertência de Adilson de Abreu Dallari, para quem:

“existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; (...) Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante.”

Nesse panorama, deve-se interpretar a Lei e o Edital, como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilitação dos envolvidos em conduzir-se de modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa.

Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulamentação originariamente imposta na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à inviabilidade, à inabilitação ou à desclassificação.”

Deste modo, de posse dos documentos apresentados pela empresa quando da sua habilitação, sendo eles o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, não se pode tirar outra conclusão se não a de que a empresa conseguiu demonstrar claramente a comprovação de sua capacidade econômica por meio dos documentos apresentados e exigidos no instrumento convocatório. Ademais, caso não fosse comprovada a capacidade econômica financeira, a empresa já teria sido inabilitada durante a fase de análise dos documentos.

O que se põe aqui é que exigir a apresentação da ECD não vai interferir em nada no resultado do certame, não sendo possível e cabível que o excesso de formalismo e a burocracia sejam colocados acima de princípios como o da proporcionalidade, da economicidade e a razoabilidades na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, invocando os ensinamentos do jurista administrativo Marçal Justen Filho, já citados anteriormente. Veja bem, não estamos aqui a defender que as regras previstas no instrumento convocatório não devem ser seguidas, mas há que se diferenciar documentos que habilitem a empresa frente a documentos extras que somente explicariam os valores que constam no balanço enviado. Até porque, a ECD não têm a função de alterar valores do balanço patrimonial.

Portanto, em que pese à empresa não ter apresentado notas explicativas das demonstrações contábeis, verifica-se, que através de OUTROS DOCUMENTOS IDÔNEOS, restou devidamente COMPROVADA À CAPACIDADE ECONÔMICA da Recorrida.

Portanto, conclui-se que a pretensão da Recorrente quanto à desclassificação da Recorrida, é improcedente.

## V – DA DECISÃO

Por todo o exposto sem nada mais evocar, conheço do recurso formulado pela empresa HELPMED SAÚDE LTDA - ME, **para no mérito opinar pela improcedência** das alegações e pedidos formulados pela Recorrente.

Mantenho a decisão final do pregão e dando prosseguimento aos atos subsequentes do certame.

Paranaguá, 24 de novembro de 2020.

**RONALD SILVA GONÇALVES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**DE2BF46D

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA

**ASSUNTO: RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020**

**PROCESSO: 607/2020**

**INTERESSADO: OZZ SAÚDE - EIRELI**

**ASSUNTO: Recurso – Pregão Eletrônico Nº 010/2020**

Trata-se de julgamento de recurso de licitação que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de Saúde, com disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios do Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), durante o período da Operação Verão 2020/2021 de 19 (dezenove) de dezembro de 2020 a 21 (vinte e um) de fevereiro de 2021.

## I – DA ADMISSIBILIDADE

Destarte, compilamos o item 18.1 do Edital e, o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, *in verbis*:

“18.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.”

“18.3 - Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.”

Continuando:

“Art. 4º, XVIII – Lei nº 10.520/2002:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Após a leitura acima, restou comprovado que foi respeitado pela Recorrente o prazo editalício e legal para interposição de recurso, sendo ele dotado de tempestividade.

Baseados nos princípios que norteiam todo procedimento licitatório, foram respeitados os demais pressupostos de admissibilidade quando da interposição da presença, posto que o recurso foi interposto em tempo hábil.

## II – DAS RAZÕES DE RECURSO

a) Alega a recorrente que a empresa vencedora apresentou o documento exigido no item 17.6.7 (Alvará de Localização e Funcionamento da empresa) em desconformidade com o solicitado em edital;

b) A recorrida não se enquadra na condição de M.E. o qual foi omitido na entrega da documentação de habilitação, e por esses motivos, requer o recebimento e provimento do presente recurso para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **H.T.I. SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, inabilitada para prosseguir no pleito e desclassificada do certame.

### III – DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

A licitante **H.T.I. SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, foi comunicada acerca do recurso a fim de que apresentasse contrarrazões, caso desejasse.

Em suas alegações a recorrida diz que o CNAE tem como finalidade principal um viés TRIBUTÁRIO e que não deve ser exclusivamente um aparato de qualificação máxima sobre a expertise ou não de uma empresa acerca da prestação de um serviço, e que leva e conta dois fatores primordiais: o pleno enquadramento da Contrarrazoante nas atividades descritas e o objeto do edital; a aptidão constatada pelo próprio CISLIPA.

No que se refere a condição de ME/EPP, a vencedora alega que os documentos acostados juntamente às demais certidões, como o SPED, exigido no edital no item 17.13, são mais do que suficientes para comprovar que a empresa ainda se insere nas determinações da Lei Complementar 123/2006, ficando a empresa muito aquém dos 4.800.800,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) limítrofes para tal desqualificação.

### IV – DO MÉRITO

Para verificar o ramo de atuação, este Pregoeiro usou como fonte de consulta o contrato social, no qual consta como objetivo social da empresa as “Atividades de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e emergências; Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço; prestação de serviços na área da saúde com contratação de profissionais da saúde como enfermeiros, técnicos de enfermagem, coordenadores, dentistas, inclusive com disponibilização de profissionais médicos para atendimento na UPA, pronto socorro, unidades básicas de saúde, hospitais, atendimentos em consultórios e mutirões médicos; Atividades de assessoria e consultoria na área da saúde e atividades de apoio à gestão da saúde; Atividades de clínica médica, consultório e ambulatório.” Foi também diligenciado a Certidão Simplificada da empresa, no qual consta como objetivo social o “Atividades de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências e emergências; Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço; Prestação de serviços na área da saúde com contratação de profissionais da saúde como enfermeiros, técnicos de enfermagem, coordenadores, dentista, inclusive com disponibilização de profissionais médicos para atendimento na UPA, pronto socorro, unidades básicas de saúde, hospitais, atendimentos em consultórios e mutirões médicos; Atividades de assessoria e consultoria na área da saúde e atividades de apoio à gestão da saúde; Atividades de clínica médica, consultório e ambulatório.”, bem como os 07 Atestados de Capacidade Técnica anexos à habilitação constando a realização de serviços na área de serviços médicos, restando comprovado que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto desta licitação.

Quanto a empresa estar dentro da condição de ME/EPP, este pregoeiro consultou o Balanço Patrimonial anexado a habilitação, verificando que a empresa é definida como Empresa de Pequeno Porte, ou seja, está de acordo com as condições estabelecidas em edital.

### V – DA DECISÃO

Por todo o exposto sem nada mais evocar, conheço do recurso formulado pela empresa **OZZ SAÚDE - EIRELI**, para no **mérito opinar pela improcedência** das alegações e pedidos formulados pela Recorrente.

Mantenho a decisão final do pregão e dando prosseguimento aos atos subsequentes do certame.

Paranaguá, 24 de novembro de 2020.

**RONALD SILVA GONÇALVES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**963C8248

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA

**ASSUNTO: RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020**

**PROCESSO: 608/2020**

**INTERESSADO: OZZ SAÚDE - EIRELI**

**ASSUNTO: Recurso – Pregão Eletrônico Nº 010/2020**

Trata-se de julgamento de recurso de licitação que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de Saúde, com disponibilização de profissionais (médicos, enfermeiros e técnico de enfermagem) para atender as demandas dos Municípios do Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), durante o período da Operação Verão 2020/2021 de 19 (dezenove) de dezembro de 2020 a 21 (vinte e um) de fevereiro de 2021.

### I – DA ADMISSIBILIDADE

Destarte, compilamos o item 18.1 do Edital e, o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, *in verbis*:

“18.1 - Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.”

“18.3 - Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.”

Continuando:

“Art. 4º, XVIII – Lei nº 10.520/2002:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Após a leitura acima, restou comprovado que foi respeitado pela Recorrente o prazo editalício e legal para interposição de recurso, sendo ele dotado de tempestividade.

Baseados nos princípios que norteiam todo procedimento licitatório, foram respeitados os demais pressupostos de admissibilidade quando da interposição da presença, posto que o recurso foi interposto em tempo hábil.

### II – DAS RAZÕES DE RECURSO

a) Alega a recorrente que a empresa vencedora apresentou o documento exigido no item 17.6.7 (Alvará de Localização e Funcionamento da empresa) em desconformidade com o solicitado em edital, e por esses motivos, requer o recebimento e provimento do presente recurso para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME**, inabilitada para prosseguir no pleito e desclassificada do certame.

### III – DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

A licitante **PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME**, foi comunicada acerca do recurso a fim de que apresentasse contrarrazões, caso desejasse.

Esta alega que é habilitada para objeto do procedimento licitatório, é empresa especializada na Prestação de Serviços de saúde, já prestando seus serviços a várias localidades em todo o País, em sua descrição de atividade principal é “86.90-9-99 - Outras Atividades De Atenção À Saúde Humana Não Especificadas Anteriormente” não apenas esta mas verificamos outras correlatas da mesma atividade, superado argumento totalmente improcedente.

**IV – DO MÉRITO**

Para verificar o ramo de atuação, este Pregoeiro usou como fonte de consulta o contrato social, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, nos quais constam como objetivo social da empresa as “Atividade médica ambulatorial com recursos para a realização de exames complementares; Atividade médico ambulatorial restrita a consultas; Atividades de enfermagem; UTI móvel; Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente” e o Atestado de Capacidade Técnica anexos à habilitação constando a realização de serviços na área de serviços médicos, restando comprovado que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto desta licitação.

**V – DA DECISÃO**

Por todo o exposto sem nada mais evocar, conheço do recurso formulado pela empresa OZZ SAÚDE - EIRELI, **para no mérito opinar pela improcedência** das alegações e pedidos formulados pela Recorrente.

Mantenho a decisão final do pregão e dando prosseguimento aos atos subsequentes do certame.

Paranaguá, 24 de novembro de 2020.

**RONALD SILVA GONÇALVES**

Pregoeiro

**Publicado por:**

Ramon Bonzato

**Código Identificador:**493942C2

**FASP - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A SAÚDE**  
**PORTARIA Nº 51/2020 “REITERA SOBRE O REMANEJAMENTO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE SAÚDE GERIDAS PELA FASP”**

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE PARANAGUÁ/PR – FASP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 230/2019, Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Contrato de Trabalho firmado junto dos profissionais que compõem o quadro funcional,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Em razão do Poder Diretivo do Empregador, para bem salvaguardar o interesse público e observado as necessidades específicas da Administração Pública para o integral cumprimento de suas finalidades institucionais, reitera:

I – Os empregados públicos poderão ser remanejados, provisória ou definitivamente, para quaisquer unidades de saúde gerenciadas pela FASP, de acordo com a ordem e plano estratégico do superior imediato.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá/PR, 02 de dezembro de 2020.

**CIBELLE RODRIGUES MACHADO VICTAL**

Diretora Geral

**Publicado por:**

Cibelle Rodrigues Machado Victal

**Código Identificador:**2B51C4F7

**PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2020**

**AVISO DE PREGÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**PROCESSO Nº 1475/2019**

**OBJETO:** *Aquisição de um veículo cambio Automático tipo “SEDAN” , para atender as necessidades da Paranaguá*

*Previdência, de acordo com as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.*

**TIPO:** Menor Melhor Preço Total do Item

**DATA DA ABERTURA:** 15/12/2020 – HORÁRIO: 10 horas

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO:** R\$ 77.067,00 (Setenta e Sete Mil e Sessenta e sete reais)

**ENDEREÇO:** www.licitacoes-e.com.br e  
 www.paranaguaprev.com.br

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e o Decreto Municipal nº 445/2017.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Gabriel de Lara, nº 1307 – Leblon, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721 9260.

PARANAGUÁ, 02 DE DEZEMBRO DE 2020

**MARCIA REGINA DAS NEVES**

Pregoeira

**Publicado por:**

Adriana Mendes Rodrigues

**Código Identificador:**CF3D2BD7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL**  
**AVISO DE CONVOCAÇÃO P.E 034/2020**

**DO QUARTO COLOCADO DO LOTE 03**

**DO QUINTO COLOCADO DO LOTE 06**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 034/2020

**Tipo:** Menor Preço

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO E PLACAS REFLETIVAS PARA A SINALIZAÇÃO VERTICAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ-PR, através da Pregoeira, CONVOCA o licitante remanescente, na ordem de classificação, RAYCKS COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 80234651/0001-85, classificada em 4º lugar no certame, para atender o **LOTE 03 – TUBO GALVANIZADO** com o preço total de R\$ 35.690,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e noventa reais).

A mesma empresa foi classificada como 5ª colocada do **LOTE 06 – TUBO GALVANIZADO**, com o preço total de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais).

O fornecimento se dará nas mesmas condições propostas, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, nos termos do §2º, do artigo 64, da Lei nº 8.666/93.

A Pregoeira concede o prazo até o dia 07/12/2020 para que se manifeste e envie documentação relativa à habilitação e proposta.

Paranaguá, 02 de dezembro de 2020.

**IZABELLE GARCIA DOMINGUES**

Pregoeira

**Publicado por:**

Marilete Rodrigues da Silva

**Código Identificador:**8F750923

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL**  
**AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2020**

**PROCESSO Nº 12.4502020**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ-PR TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR, ÀS 10h:00 do DIA 09 (NOVE) de DEZEMBRO DE 2020, NA RUA JÚLIA DA COSTA, Nº 322, NA SALA DE REUNIÕES, 1º ANDAR – PALÁCIO SÃO JOSÉ, FARÁ ABERTURA DO ENVELOPE II – PROPOSTA DE PREÇOS, DAS LICITANTES HABILITADAS, APÓS

DECORRIDO PRAZO RECURSAL, DO PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2020, COM O OBJETO: “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) UNIDADES DE INFRAESTRUTURA URBANA DE LAZER (COMPLEXO NOMINADO “MEU CAMPINHO”) EM TERRENOS DO MUNICÍPIO SITUADOS NOS BAIRROS COSTEIRA, VILA MARINHO, AEROPARQUE E PRAÇA DO ROTARY, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e nas especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Cronogramas Físico-Financeiro, Planilhas de Serviços, Projetos Técnicos, Memoriais Descritivos e demais documentos técnicos que compõem o Edital.**”

INFORMAÇÕES ADICIONAIS, DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DEVERÃO SER DIRIGIDOS À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO, ATRAVÉS DO E-MAIL: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br), OU ATRAVÉS DO TELEFONE: 41-3420-6003.

PARANAGUÁ, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA DA SILVA**

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – C.E.L.**

**Publicado por:**  
Marilete Rodrigues da Silva  
**Código Identificador:**7CD97C21

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL  
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2020 PROCESSO Nº  
22.608/2020**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ-PR TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR, ÀS 10h:00 do DIA 08 (OITO) de DEZEMBRO DE 2020, NA RUA JÚLIA DA COSTA, Nº 322, NA SALA DE REUNIÕES, 1º ANDAR – PALÁCIO SÃO JOSÉ, FARÁ ABERTURA DO ENVELOPE II – PROPOSTA DE PREÇOS, DAS LICITANTES HABILITADAS, APÓS DECORRIDO PRAZO RECURSAL, DO PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2020, COM O OBJETO: “**contratação de empresa especializada para a execução de obras de pavimentação em C.A.U.Q. denso e outros serviços (passeio em concreto alisado e reguado com rampas de acessibilidade, meio fio com sarjeta, sinalização viária de trânsito, drenagem, serviços complementares, entre outros constantes na Planilha de Serviços), na extensão total de 3.309,10 metros de vias urbanas municipais, situadas no bairro Jardim Ouro Fino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e nas especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha de Quantitativo, Projetos Técnicos e demais documentos técnicos que compõem o Edital, bem como as normas técnicas aplicáveis e pelo Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, no que couber, Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Instrução Normativa SEGES Nº 3, de 26/04/2018, demais normas em vigor que regem a espécie.**”

INFORMAÇÕES ADICIONAIS, DÚVIDAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DEVERÃO SER DIRIGIDOS À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO NO ENDEREÇO ACIMA MENCIONADO, ATRAVÉS DO E-MAIL: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br), OU ATRAVÉS DO TELEFONE: 41-3420-6003.

PARANAGUÁ, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA DA SILVA**

**Publicado por:**  
Marilete Rodrigues da Silva  
**Código Identificador:**02B9C4DD

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVÁI**

**PROCURADORIA  
CARTA DE INTENÇÃO - ACADEMIA WASHINGTON**

**Sr. Ilmo. Sr. Prefeito do Município de Paranavaí.**

A empresa **ACADEMIA WASHINGTON**, com sede na **Rua Antônio Felipe, nº 1440 – CEP: 87.704-030**, inscrita no CNPJ sob nº **31.726.257/0001-59**, vem pela presente, manifestar interesse na celebração de Termo de Cooperação para doação de 4(quatro) – **PLACAS DE NOME DE RUAS** – a serem instalados nas Ruas da Cidade de Paranavaí, cito **Rua Souza Naves x Rua Manoel Ribas, Rua Salgado Filho x Rua Guaporé, Rua Pará x Av. Distrito Federal, Rua Paraíba x Rua Manoel Ribas**, propondo-se a realizar durante o prazo de 2 anos, os serviços de manutenção das placas conforme descritas na proposta apresentada.

Paranavaí, 26 de Novembro de 2020.

**ACADEMIA WASHINGTON**

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**FF6D9B46

**PROCURADORIA  
CARTA DE INTENÇÃO - CONVIDROS COMÉRCIO DE  
VIDROS LTDA - ME**

**Sr. Ilmo. Sr. Prefeito do Município de Paranavaí.**

A empresa **CONVIDROS COMÉRCIO DE VIDROS LTDA - ME**, com sede na **Avenida Rio Grande do Norte, nº 1399 – CEP: 87701-000**, inscrita no CNPJ sob nº **78.450.442/0001-27**, vem pela presente, manifestar interesse na celebração de Termo de Cooperação para doação de 4(quatro) – **PLACAS DE NOME DE RUAS** – a serem instalados nas Ruas da Cidade de Paranavaí, cito **Av. Rio Grande do Norte x Av. Distrito Federal**, propondo-se a realizar durante o prazo de 2 anos, os serviços de manutenção das placas conforme descritas na proposta apresentada.

Paranavaí, 25 de Novembro de 2020.

**CONVIDROS**

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**C33DDC35

**PROCURADORIA  
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO  
PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE  
TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS**

**REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2007**

**CONTRATO Nº 090/2007**

3º (terceiro) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Operação do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros nº 090/2007, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVÁI, Estado do Paraná, e a empresa VIAÇÃO CIDADE DE PARANAVÁI LTDA., na forma abaixo:

**PODER CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE PARANAVÁI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no C.N.P.J. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato

devidamente representado pelo Ilmo. **Sr. DARLAN ALVES PEREIRA**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 9.693.747-4 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 051.987.109-03;

**CONCESSIONÁRIA: VIAÇÃO CIDADE DE PARANAVAI LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, s/nº, C.E.P. 87.707-000, Jardim Aeroporto, nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no C.N.P.J. sob nº **75.271.569/0001-90**, administrada pela administradora **ANNA ELISA PACHECO SACCHELLI FREIRE**, brasileira, advogada, casada, residente e domiciliado na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, na Rua Pedro Paulo Fenato, nº 200, casa 32, Condomínio Alto da Boa Vista, portadora da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 6.667.444-4/SSP-PR e inscrita no C.P.F. sob nº 008.855.809-66, neste ato representada pela procuradora Srª **Maria Fernanda de Araújo Tormina**, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, residente e domiciliada nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, na Rua Antônio José da Silva nº 1795, Jardim do Sol, Paranavaí – PR, portadora da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 13.197.734-4/SSP-PR e inscrita no C.P.F. sob nº 119.122.699-96, conforme instrumento público de procuração lavrado no Livro 0416-P, Folha 282, do 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Apucarana – PR (cópia em anexo).

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL**

Constitui objeto deste instrumento a outorga de Concessão Onerosa da **PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE PARANAVAI - PR**, conforme projeto básico, regulamento dos serviços, planilha de custos e demais anexos que compõem o edital de Concorrência Pública nº 004/2007 e Contrato de Concessão para Operação do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros nº 090/2007.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS**

As partes resolvem de comum acordo, prorrogar o prazo da Concessão para Operação do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, por mais **03 (três) anos**, passando o vencimento do prazo da concessão para **11 de dezembro de 2023**, nos termos da Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 090/2007, tendo em vista a solicitação e justificativas apresentadas pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, por meio do Memorando nº 319/2020 e considerando o Parecer nº 390/2020, emitido pela Procuradoria Geral do Município.

**Parágrafo Único:** Este instrumento entrará em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAI, ESTADO DO PARANÁ,  
AOS 24 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020.

**DARLAN ALVES PEREIRA**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano  
Poder Concedente

**BENJAMIM MARÇAL COSTA**

Procurador Geral do Município

Viação Cidade de Paranavaí LTDA.

**MARIA FERNANDA DE ARAÚJO TORMINA**

Empresa Concessionária

**Publicado por:**

Nicolas Fernandes Cardoso

**Código Identificador:5EE43EAB**

#### **PROCURADORIA**

**RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 027/2020 – 25/11/2020**

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 24/11/2020, às 19h e 30 min votou e aprovou a seguinte **RESOLUÇÃO**.

**SÚMULA.** Aprova o fechamento provisório da Unidade Básica de Saúde do Jardim Monte Cristo para instalação do Call Center (Central de atendimento telefônico ao Covid19).

Art. 1º. Fica aprovado pela plenária deste Conselho, o fechamento provisório da Unidade Básica de Saúde – UBS do Jardim Monte Cristo para a instalação do Call Center (Central de atendimento telefônico ao Covid19).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 24/11/2020.

Paranavaí, 25 de novembro de 2020.

Conselho Municipal de Saúde

**MADALENA SATIN DA SILVA**

Presidente

<b>MADALENA SATIN DA SILVA</b>	<b>DRIELE DE SOUZA SAUCEDO</b>
Presidente	2º Secretária
<b>ARNOLDO LUIZ VICTOR</b>	<b>SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI</b>
1º Vice-Presidente	1º Tesoureiro
<b>LINO ZANOTTO</b>	<b>JOANA ALVES DE ASSIS</b>
2º Vice-Presidente	2º Tesoureira
<b>FERNANDA DOS S. GUIMARÃES ARRABAÇA</b>	<b>VANEIDE NOGUEIRA DE LIMA</b>
1ª Secretária	Ouvidor

#### **HOMOLOGAÇÃO**

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

**ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**

Secretária Municipal de Saúde

**Publicado por:**

Nicolas Fernandes Cardoso

**Código Identificador:04698EFB**

#### **PROCURADORIA**

**RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 026/2020 – 25/11/2020**

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 24/11/2020, às 19h e 30 min votou e aprovou a seguinte **RESOLUÇÃO**.

**SÚMULA.** Aprova a Lei Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2021.

Art. 1º. Fica aprovado pela plenária deste Conselho, a Lei Orçamentária Anual da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2021.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 24/11/2020.

Paranavaí, 25 de novembro de 2020.

Conselho Municipal de Saúde

**MADALENA SATIN DA SILVA**

Presidente

<b>MADALENA SATIN DA SILVA</b>	<b>DRIELE DE SOUZA SAUCEDO</b>
Presidente	2º Secretária
<b>ARNOLDO LUIZ VICTOR</b>	<b>SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI</b>
1º Vice-Presidente	1º Tesoureiro

LINO ZANOTTO	JOANA ALVES DE ASSIS
2º Vice-Presidente	2º Tesoureira
FERNANDA DOS S. GUIMARÃES ARRABAÇA	VANEIDE NOGUEIRA DE LIMA
1ª Secretária	Ouvidor

**HOMOLOGAÇÃO**

Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

**ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**

Secretária Municipal de Saúde

**Publicado por:**

Nicolas Fernandes Cardoso

**Código Identificador:**96673DA7**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 001/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 001/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Amigos do Handebol de Paranavaí	09.286.897/0001-36	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão

Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão

Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão

Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão

Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**

Nicolas Fernandes Cardoso

**Código Identificador:**DF9072D5**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 016/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 016/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação de Esporte de Raquetes de Paranavaí	08.858.492/0001-62	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão

Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão

Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão

Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão

Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**

Nicolas Fernandes Cardoso

**Código Identificador:**A2F4E3C6**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 013/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 013/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Polli Taekwondo de Paranavaí	07.394.087/0001-78	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão

Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão

Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão

Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão

Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**

Nicolas Fernandes Cardoso

**Código Identificador:**2F91DEAA**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 012/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 012/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Paranavaense De Karate Kentiam	06.138.591/0001-44	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**6206A004

#### PROCURADORIA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 002/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 002/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação de Atletismo de Paranavaí	07.345.504/0001-92	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**B129D86D

#### PROCURADORIA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 003/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 003/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Paranavaense de Voleibol - APAVOL	06.109.899/0001-61	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**BAA63F8A

#### PROCURADORIA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 004/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação de Ginástica Rítmica	09.813.537/0001-45	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**4B371A22

#### PROCURADORIA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 005/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 005/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL DA	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação de Esporte de Raquetes de Paranavaí	08.858.492/0001-62	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**7D191C60

#### PROCURADORIA

##### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 006/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 006/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL DA	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Esportiva Recreativa de Paranavaí	10.175.2190001-85	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**47F48ECB

#### PROCURADORIA

##### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 007/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 007/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL DA	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Esportiva Recreativa de Paranavaí	10.175.2190001-85	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ZULEIDE DEZANET**

Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**0F72817E

#### PROCURADORIA

##### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 008/2020

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 008/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL DA	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação de Basquetebol de Paranavaí	06.062.359/0001-70	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**

Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020

**ALINE CAMARGO SOARES**

Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020



**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ZULEIDE DEZANET**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**F51B8B87**IEDA CARLA CANDIDO**Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ALINE CAMARGO SOARES**Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ZULEIDE DEZANET**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**045A6AC5**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 009/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.7 do Edital n. 009/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação dos corredores de Paranaíba e Noroeste do Paraná - ACORRENOR	21.610.905/0001-53	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ALINE CAMARGO SOARES**Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ZULEIDE DEZANET**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**96B1CF63**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 010/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 010/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL**

ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Paranaense De Karate Kentiam	06.138.591/0001-44	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**PROCURADORIA****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMEL N. 011/2020**

A comissão de Seleção de Chamamento público, com fundamento no item 9.1 do Edital n. 011/2020, expede a presente chamada para: Homologar o resultado da ETAPA DE HABILITAÇÃO presente Chamamento Público conforme citado:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO - SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL			
ORDEM	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	SITUAÇÃO
01	Associação Paranaense De Karate Kentiam	06.138.591/0001-44	habilitada

Informamos que a Entidade terá prazo legal para interposição de recurso do resultado da etapa HABILITAÇÃO de **5 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado (art. 32, do Decreto Municipal nº 18.294/2017)**

Paranavaí, 30 de novembro de 2020.

**IEDA CARLA CANDIDO**Presidente da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ALINE CAMARGO SOARES**Secretária da Comissão  
Portaria nº 677/2020**LIGIA ALVES DA SILVA AGUIAR**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**ZULEIDE DEZANET**Membro da Comissão  
Portaria nº 677/2020**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**4CBCFCE3**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.235/2020**

Dispõe sobre concessão de férias antecipadas nos termos do artigo 5º, § 1º da Lei Municipal nº 4.856/2020.

*Considerando a Lei Municipal nº 4.856/2020 de 09/07/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas a serem adotadas no funcionalismo público municipal de Paranavaí em razão do contágio pelo Novo Coronavírus (SARS-Cov-2), causador da COVID-19, e dá outras providências;*

*Considerando o Memorando nº 839/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social, que solicita antecipação de férias do servidor Valmir Trentini,*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a antecipação de férias do (a) servidor (a) **VALMIR TRENTINI**, Matrícula nº 10.285, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, referente o período aquisitivo de 19/06/2020 a 18/06/2021, nos termos do artigo 5º, § 1º da Lei Municipal nº 4.856/2020.

Art. 2º O período de fruição da antecipação de férias concedidas será de 07 dias, com início em 16/11/2020 e término em 22/11/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE DEZEMBRO DE 2020.

**HUGO MORGADO BRAGA**

Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**

João Bruno Jabur

**Código Identificador:**FEBA1E77

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA DE COMPRAS - DECRETO Nº 21.740/2020

#### DECRETO Nº 21.740/2020

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

#### RESOLVE:

Art.1º. - Nomear os senhores: **SUELI MIEKO MIAMOTO, MICHEL ELJI AKUTSU, ALINE DA SILVA FERREIRA, KARLA NOGUEIRA ZANNA BIANCO e VANESSA YOSHIURA**, para comporem, sob a presidência da primeira, a Comissão Especial de Licitação, encarregada da abertura, análise e julgamento da Licitação sob nº **012/2020**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ECOPONTOS NOS BAIROS PARQUE MORUMBI, JARDIM SÃO JORGE E VILA OPERÁRIA, ATRAVÉS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA – APOIO FINANCEIRO PARA DESPESA DE CAPITAL Nº 0530.926-11/2019**, conforme Edital, que se realizará às 09 horas e 30 minutos do dia 14 de dezembro de 2020.

Art.2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES**

Prefeito de Paranavaí

**Publicado por:**

Karla Nogueira Zanna

**Código Identificador:**FE9E7A1C

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA DE COMPRAS - DECRETO Nº 21.737/2020

#### DECRETO Nº 21.737/2020

CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

#### RESOLVE:

Art.1º.- Nomear nos termos do artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002, as senhoras: **DAYANE CRISTINE TINO CORDEIRO, FERNANDA CAROLINE LIMA e ALINE DA SILVA FERREIRA**, para comporem a Equipe de Apoio Especial, encarregada juntamente com a pregoeira do recebimento das propostas, lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor na licitação de modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob nº 093/2020, referente a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Contínuos de **COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL COM TRATAMENTO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS)**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS HENRIQUE ROSSATO GOMES**

Prefeito do Município de Paranavaí

**Publicado por:**

Karla Nogueira Zanna

**Código Identificador:**4371AF35

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2020

#### **1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2020**

(ALTERAÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2020

1º (primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2020 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** e a empresa **SILVA & TOMITA LTDA**, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no C.N.P.J. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado por delegação pelo Ilmo. Sr. **CARLOS EMANUEL RODRIGUES**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 951.974-42 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 048.765.699-75 e pela Ilma. Diretora de Compras **NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí – PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 8.795.443-9 PR e inscrita no CPF sob nº 045.697.729.51, 8, conforme artigo 1º do Decreto nº 20.867/2020.

**CONTRATADA: SILVA & TOMITA LTDA**, estabelecida à Avenida José Felipe Tequinha, nº 42, Jardim Oásis, Paranavaí – PR, inscrita no C.N.P.J. sob nº 01.833.633/0001-43, neste ato devidamente representada por seu Sócio Administrador **RUI ALVES DA SILVA**, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4.277.165-1 SSP-PR, e inscrito no C.P.F. sob nº 569.331.009-44

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E DECORAÇÃO DE ÁRVORE DE NATAL** com fornecimento de todos os materiais, por meio de locação, que será instalada na Praça dos Pioneiros, em local determinado pelo Município, pelo período de 05 a 25 de dezembro de 2020, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, de acordo com as especificações constantes do

Anexo I, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2.020, que fazem parte integrante do presente contrato, no valor contratual global firmado entre as partes, através do Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2.020 de **R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais)**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – ALTERAÇÃO DO LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA DOS SERVIÇOS**

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem, com a anuência expressa da CONTRATADA, alterar a Cláusula Sexta do Contrato Original com a finalidade de alterar o local de entrega/execução dos serviços conforme solicitação e justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Turismo através do Memorando nº 194/2020, em atendimento ao Decreto Municipal nº 21.731/2020, que determinou o fechamento de praças e parques públicos, visando mitigar os efeitos gerados pela pandemia decorrente da COVID-19, que está em crescente avanço no Município, e evitar a aglomeração de pessoas e considerando ainda o Parecer nº 567/2020 exarado pela Procuradoria Jurídica do Município.

**Parágrafo Único** - Com a alteração firmada através deste termo aditivo a execução dos serviços passará a ser no seguinte local/ endereço: **Calçamento do Paço Municipal de Paranavaí – Rua Getúlio Vargas, nº 900 – Centro, entre os dias 05 e 25 de dezembro de 2020.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2020), datado de 25 de Novembro de 2020.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

**CARLOS EMANUEL RODRIGUES**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Contratante

**NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA**

Diretora de Compras

**RUI ALVES DA SILVA**

Silva & Tomita -LTDA  
Contratada

**MICHEL EIJI AKUTSU**

Fiscal do Contrato

**Publicado por:**

Caio Cesar Machado

**Código Identificador:**EC1F3074

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DECRETO Nº 21.771/2020**

Jeanne Maria Fujii Kato, Prefeita em Exercício do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 4.791/2019,

### **DECRETA:**

**Art. 1º** – Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Paranavaí, do exercício de 2020, o Crédito Adicional Suplementar no montante de **R\$ 199.100,00 (cento e noventa e nove mil e cem reais)**, destinado à cobertura de despesas, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

18	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
18.01(1283)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
02.062.0002.2.661	Atividades de Assessoria Jurídica	
000	Recursos Ordinários Livres	
3190.11	Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	125.000,00
18	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	

18.01 (1281)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
28.846.0000.2.081	Sentenças Judiciais	
000	Recursos Ordinários Livres	
3390.91	Sentenças Judiciais	50.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01(255)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.303.0006.2.342	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
0303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01(157)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0006.2.250	Piso de Atenção Básica Em Saúde	
0303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
3190.04	Contratação Por tempo Determinado	18.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01(187)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0006.2.251	Atividades do Conselho Municipal de Saúde	
0499	Bloco de Gestão do SUS	
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>199.100,00</b>

**Art. 2º** – Os recursos necessários à execução desta Lei, decorrerá da anulação parcial da dotação orçamentária a seguir:

11	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA	
11.03(1069)	ENCARGOS GERAIS	
28.843.0000.2.790	Dívida Interna	
000	Recursos Ordinários Livres	
3391.97	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	175.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01(159)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0006.2.250	Piso de Atenção Básica Em Saúde	
0303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	24.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.01(184)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0006.2.251	Atividades do Conselho Municipal de Saúde	
0499	Bloco de Gestão do SUS	
3390.30	Material de Consumo	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>199.100,00</b>

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí-PR, 01 de Dezembro de 2020.

**JEANNE MARIA FUJII KATO**

Prefeita em Exercício

**Publicado por:**

Roberta Cardoso Viana Ceron

**Código Identificador:**42C08F3E

### **ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO ATOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PAGAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020**

Conforme instituído pela Lei nº 5.017, de 20 de setembro de 2017, em seu art. 1º, §3º, a Câmara Municipal de Pato Branco informa sobre o ato de concessão das seguintes diárias:

• **Ato nº 10, de 18 de novembro de 2020 – Beneficiário:** Claudemir Zanco. **Matrícula:** 1224-6/1. **Data de saída:** 18/11/2020. **Data de retorno:** 20/11/2020. **Local de deslocamento:** Curitiba – PR. **Finalidade da viagem:** participar de reuniões com Chefe da Casa Civil Guto Silva e Diretor da Sanepar Cláudio Stabile na cidade de Curitiba/PR. **Quantidade de diárias:** 2 e ½ (R\$ 361,48/diária). **Valor concedido:** R\$ 903,70.

Pato Branco, 2 de dezembro de 2020.

**MOACIR GREGOLIN**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

**Publicado por:**

Bárbara Santos Klein

**Código Identificador:**7CECF4D6

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2020 PROCESSO**  
**Nº 228/2020**

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado e Taxa de Bombeamento do Concreto, destinados as diversas Secretarias e Departamentos da Administração Municipal; Aberta a sessão pública, não houve empresa interessada na apresentação de proposta de preços. Assim, o processo licitatório será considerado **DESERTO** e arquivado.

**LICIANE CRISTINA PUTTKAMER**

Pregoeira.

**Publicado por:**

Liciane Cristina Puttkamer

**Código Identificador:**ACC85BF7

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**  
**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2020 - PROCESSO**  
**Nº 242/2020**

O Município de Pato Branco, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, devidamente inscritos no seu Cadastro de Fornecedores até três (03) dias anteriores à data adiante fixada, ou que atenderem todas as condições para cadastramento nos termos do artigo 22 § 2º da Lei 8.666/93, que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, destinado a participação de empresas de qualquer porte, objetivando a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Pavimentação Asfáltica com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Estrada Municipal Pioneiro Francisco Simionatto – Comunidade São Pedro de Alcântara, com área total de 16.600,00 m², atendendo as necessidades da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Engenharia e Obras, conforme planilha de serviços, memoriais descritivos, projetos, cronograma e demais anexos deste edital, sendo a licitação do tipo “menor preço”, critério de julgamento “menor preço global” e regime de execução “empreitada por preço global”, e será regida, em todas suas etapas, pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e demais legislação pertinente à matéria. O preço máximo admitido para cotação global do presente objeto é de R\$ 1.371.514,93. O recebimento dos Envelopes nº 01, contendo os Documentos de Habilitação, e dos Envelopes nº 02, contendo a Proposta de Preços, dos interessados dar-se-á até as 14 HORAS, DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2020, junto ao Protocolo de Licitações, anexo a Divisão de Licitação do Município de Pato Branco, sito a Rua Caramuru, nº 271, Centro, CEP: 85.501-064 em Pato Branco - PR. O Edital e seus anexos poderão ser examinados e retirados, gratuitamente (em mídia digital), de 2.ª a 6.ª feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, na sede Prefeitura Municipal de Pato Branco, na Divisão de Licitações, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco-PR, ou pelo site: [www.patobranco.pr.gov.br](http://www.patobranco.pr.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone para (46) 3220-1511/1534, e-mail: [gizeli@patobranco.pr.gov.br](mailto:gizeli@patobranco.pr.gov.br), [licita1@patobranco.pr.gov.br](mailto:licita1@patobranco.pr.gov.br).

Pato Branco, 02 de dezembro de 2020.

**GIZELI CRISTINA MATTEI**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**Publicado por:**

Gizeli Cristina Mattei

**Código Identificador:**C33D65C1

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 681/2020**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 52/2020 - PATOPREV:

**CONSIDERANDO:**

A decisão do servidor público municipal de permanecer em atividade.

**RESOLVE:**

**Art.1º Conceder Abono de Permanência**, com fundamento no art. 42, da LC 74/2018 e parágrafo 19 do artigo 40 da Constituição Federal, à **EUNICIA DE SOUZA LOURENÇO**, servidora pública municipal, matrícula 10048, inscrita no CPF sob o nº 558.874.909-00 e RG sob nº 141.912 SESP/MT, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter completado as exigências para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com base no art. 23, da LC nº 74/2018 c/c art. 40, §1º, III, “a” da Constituição Federal.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

Prefeito

**Publicado por:**

Adriano Giovanni Pagnoncelli

**Código Identificador:**93C75DE4

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 682 / 2020**

Concede aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora MARELISSE SAVICKI e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 48/2020 - PATOPREV:

**RESOLVE:**

**Art.1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Senhora MARELISSE SAVICKI**, matrícula 5293, inscrita no CPF sob o nº 855.710.409-04, e RG sob nº 5.618.610-7, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no § 1º do art. 23 e art. 38 da LC 74/2018 c/c art. 6º da EC nº 41/2003 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

**Art.2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em R\$ 4.502,23 (quatro mil, quinhentos e dois reais e vinte e três centavos)**, com base no último vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço, mais a proporcionalização das verbas de caráter transitório.

**Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação**, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b>	<b>ADEMILSON CÂNDIDO SILVA</b>
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

**Publicado por:**

Adriano Giovanni Pagnoncelli

**Código Identificador:**40EE3601

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 683/2020**

Concede aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora MARELISSE SAVICKI e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 49/2020 - PATOPREV:

RESOLVE:

**Art.1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Senhora MARELISSE SAVICKI**, matrícula 5052, inscrita no CPF sob o nº 855.710.409-04, e RG sob nº 5.618.610-7, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no § 1º do art. 23 e art. 38 da LC 74/2018 c/c art. 6º da EC nº 41/2003 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

**Art.2º** Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em **R\$ 4.605,67 (quatro mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, com base no último vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço, mais a proporcionalização das verbas de caráter transitório.

**Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação**, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI	ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:  
Adriano Giovanni Pagnoncelli  
Código Identificador:477AC620

#### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 684/2020

Concede aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora JOSCELI TEREZINHA PEREIRA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 46/2019 - PATOPREV:

RESOLVE:

**Art.1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Senhora JOSCELI TEREZINHA PEREIRA**, matrícula 5283, inscrita no CPF sob o nº 806.059.589-04, e RG sob nº 5.581.344-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no § 1º do art. 23 e art. 38 da LC 74/2018 c/c art. 6º da EC nº 41/2003 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

**Art.2º** Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em **R\$ 5.026,82 (cinco mil e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos)**, com base no último vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço, mais a proporcionalização das verbas de caráter transitório.

**Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação**, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI	ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:  
Adriano Giovanni Pagnoncelli  
Código Identificador:6B5B6A6F

#### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 685/2020

Concede aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora JOSCELI TEREZINHA PEREIRA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 47/2019 - PATOPREV:

RESOLVE:

**Art.1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Senhora JOSCELI TEREZINHA PEREIRA**, matrícula 5127, inscrita no CPF sob o nº 806.059.589-04, e RG sob nº 5.581.344-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no § 1º do art. 23 e art. 38 da LC 74/2018 c/c art. 6º da EC nº 41/2003 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

**Art.2º** Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em **R\$ 5.269,12 (cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e doze centavos)**, com base no último vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço, mais a proporcionalização das verbas de caráter transitório.

**Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação**, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI	ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:  
Adriano Giovanni Pagnoncelli  
Código Identificador:E2B53CC6

#### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 686/2020

Concede aposentaria Especial, Súmula 33 STF - 25 anos, ao servidor NELSON MITIO NAKA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 43/2020 - PATOPREV:

RESOLVE:

**Art.1º Conceder aposentadoria Especial, Súmula 33 STF - 25 anos ao Senhor NELSON MITIO NAKA**, matrícula 10005, inscrito no CPF sob o nº 444.094.869-34, e RG sob nº 1.354.905-2, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria de Saúde, com fundamento no Art. 25, da LC nº 74/2018 c/c art. 40, §4º, III, da CF c/c Súmula Vinculante nº33, do STF e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

**Art.2º** Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em **R\$ 19.051,52 (dezenove mil e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**, com base na aplicação da média aritmética 80% dos maiores salários corrigidos desde julho/1994.

**Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação**, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI	ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

**Publicado por:**  
Adriano Giovanni Pagnoncelli  
**Código Identificador:**B36BBC03

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 687/2020**

Concede aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora GEOVANA REGINA MATTEI e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 44/2020 - PATOPREV:

**RESOLVE:**

**Art.1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à Senhora GEOVANA REGINA MATTEI**, matrícula 5239, inscrita no CPF sob o nº 761.837.349-34, e RG sob nº 4.749.243-2, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no § 1º do art. 23 e art. 38 da LC 74/2018 c/c art. 6º da EC nº 41/2003 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

**Art.2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em R\$ 9.540,78 (nove mil, quinhentos e quarenta reais e setenta e oito centavos)**, com base no último vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço, mais a proporcionalização das verbas de caráter transitório.

**Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação**, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco em 24 de novembro de 2020.

<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b>	<b>ADEMILSON CÂNDIDO SILVA</b>
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

**Publicado por:**  
Adriano Giovanni Pagnoncelli  
**Código Identificador:**6AA23290

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 688/2020**

Concede pensão por morte de Servidora Pública Municipal ativa aos dependentes SIVONEI WELTER, NICOLY LUIZA DE OLIVEIRA WELTER e VICTORIA MICHELI DE OLIVEIRA WELTER e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Protocolo nº 54/2020.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Conceder o benefício de Pensão Por Morte** aos dependentes da servidora pública municipal **Sra. ANDRICEIA REGINA DE OLIVEIRA**, falecida em 22/10/2020, CPF/MF nº 288.566.448-78, ex-servidora efetiva no cargo de **Agente de Apoio – Servente de Limpeza**, Matrícula nº 6230, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em favor de seus dependentes, com **PROVENTOS INTEGRAIS**, nos termos do **art. 40, §§ 2º e 7º, inciso II e § 8º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional de nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 17, inciso "I", § 1º, art. 26, Inciso II, art. 28, Inciso I da Lei Municipal de nº 74/2018, de 23 de abril de 2018**, ficando o rateio da seguinte forma:

1º) **33,33%** (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento), que corresponde à cota no valor de R\$ 542,13 (quinhentos e quarenta e dois reais e treze centavos), de forma vitalícia para seu cônjuge Sr. **SIVONEI WELTER**, nascido em 06/03/1976, portador do RG n. 36.157.505-1 SESP/SP e CPF/MF nº. 939.173.259-34;

2º) **33,33%** (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento), que corresponde à cota no valor de R\$ 542,13 (quinhentos e quarenta e dois reais e treze centavos), de forma temporária para **NICOLY LUIZA DE OLIVEIRA WELTER** (filha menor), nascida em 18/07/2001, portadora do RG nº 14.436.376-0 SESP/PR e CPF/MF nº 119.909.849-32;e

3º) **33,33%** (trinta e três inteiro e trinta e três décimos por cento), que corresponde à cota no valor de R\$ 542,13 (quinhentos e quarenta e dois reais e treze centavos), de forma temporária para **VICTORIA MICHELI DE OLIVEIRA WELTER** (filha menor), nascida em 03/08/2003, portadora do RG nº 14.462.750-4 SESP/PR e CPF/MF nº 120.479.139-26.

**Art.2º Esta presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data 23 de outubro de 2020**, porém considerando-se perfeito somente após o registro do ato concessório junto ao Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Cumpra-se,

Gabinete do Prefeito de Pato Branco, em 24 de novembro de 2020.

<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b>	<b>ADEMILSON CÂNDIDO SILVA</b>
Prefeito	Diretor Presidente PATOPREV

**Publicado por:**  
Adriano Giovanni Pagnoncelli  
**Código Identificador:**72A38193

**SECRETARIA DE GABINETE**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2020**

A Prefeitura Municipal de Pato Branco, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, em conformidade com o Decreto nº 8.762 de 08 de setembro de 2020, **HOMOLOGA** as inscrições no Cadastro Municipal de Cultura de Pato Branco, como Agente Cultural e/ou Espaço Cultural, realizadas no período de 27 de outubro a 26 de novembro de 2020.

Agente Cultural	Resultado
YohannaHemillyKathleenKuhl	Deferida
Edson Piaia	Deferida
Dirceu Saggin	Indeferida
HelmutKuhl	Deferida
João CarlosBrizola	Deferida
Gerson Giusti	Deferida
Jone Cristian Schuster	Deferida
Jacó de Lima	Deferida
João Lopes de Andrade	Deferida
Diego Roque Guerre	Deferida
Francieli Dias Carneiro de Miranda	Indeferida
Daniel Felipe Alves de Miranda	Indeferida
Calvo Luiz Sutili	Deferida
Joelmir Gallina	Deferida
Vania Cristina CataniBocchese	Deferida
Luciane StadnikMazutti	Deferida
Tiago Brugnara Soares	Deferida
Mauricio Maculan	Deferida
Tamara keniaAlff	Deferida
Mauricio Maculan	Indeferida
Lucas MizgaCantu	Deferida
Alessandra Finsterbusch	Deferida
Fabricio Rufatto	Indeferida
Charles Vinicius do Nascimento Berto	Deferida
Elaine Marcante Dolenga	Deferida
Fernanda Aparecida Andrade	Deferida

Espaço Cultural	Resultado
01. Dianalu de Almeida Caldato - ME	Deferida
02. Schmeing e dos Santos Ltda - Festas e Festas	Deferida
03. Elizabete Cristina Domeraski	Deferida

Pato Branco, 01 de dezembro de 2020.

# HELOÍ APARECIDA DE CARLI

Secretária Municipal de Educação e Cultura/Portaria nº 04/2013

## Publicado por:

Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini

Código Identificador:672F44A1

## SECRETARIA DE GABINETE

### DECRETO Nº 8.815, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera o Decreto nº 8.794, de 21 de outubro de 2020, que concede Adicional de Insalubridade aos servidores envolvidos diretamente no combate a COVID-19.

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

**Art. 1º** O Anexo I do Decreto nº 8.794, de 21 de outubro de 2020, passa a vigorar acrescido do Inciso XL:

XL. MARINÊS PINTO DE OLIVIERA

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de novembro de 2020.

## AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

## Publicado por:

Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini

Código Identificador:8DAF6A69

## SECRETARIA DE GABINETE

### PORTARIA Nº 12/2020

A Secretária Municipal da Saúde, em conjunto com o Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

Considerando a Lei Municipal nº 5.609, de 08 de outubro de 2020 que institui e regulamenta a jornada de trabalho em Regime de Escala de Plantão na Unidade de Pronto Atendimento UPA24h do Município de Pato Branco,

RESOLVE normatizar a jornada de trabalho em Regime de Escala de Plantão na Unidade de Pronto Atendimento UPA24h do Município de Pato Branco.

**Art. 1º** Fica vedado, nos termos da Lei Municipal, escalas com jornadas superiores às 12h de trabalho, bem como horas extras e trocas de plantões sem que haja um intervalo mínimo de 12h intra jornada.

**Art. 2º** Serão permitidas duas trocas de plantão na escala, por matrícula (servidor), seja como solicitante ou como concedente (substituto). No entanto, a responsabilidade pelo plantão permanece com servidor escalonado.

**Art. 3º** Os servidores terão o prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir da publicação da escala, para protocolar junto à Coordenação imediata, os pedidos formais de troca de plantão, mediante necessidade justificada.

**Art. 4º** Por opção do servidor, poderá reservar uma das trocas de que trata o Art. 2º, para que, mediante necessidade durante a execução da escala, possa solicitar em tempo posterior ao já citado, desde que apresente a formalização com 72 horas de antecedência da data de realização do plantão.

**Art. 5º** A troca de plantão deve envolver somente dois servidores, não sendo permitida a redistribuição do mesmo plantão em uma nova troca.

**Art. 6º** As solicitações de troca não poderão acumular plantões escalonados consecutivos.

**Art. 7º** A aprovação das trocas ficará condicionada à análise da Coordenação imediata que terá como critério, sobretudo, a observância de um intervalo mínimo de 12h (doze) horas de descanso entre os plantões.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Cumpra-se,

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em 2 de dezembro de 2020.

## MÁRCIA FERNANDES DE CARVALHO

Secretária Municipal de Saúde

## Publicado por:

Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini

Código Identificador:8200B9CE

## SECRETARIA DE GABINETE

### PORTARIA Nº 13/2020

A Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando o aumento expressivo no número de casos de COVID 19, não só no município de Pato Branco, mas em toda região, o que consequentemente acarreta no aumento na taxa de ocupação hospitalar bem como no número de consultas nas unidades sentinelas de COVID-19 no município,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Ampliar as Unidades Sentinela para sintomáticos respiratórios, conforme horários e locais descritos no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Os atendimentos nas Unidades Sentinela terão início em 3 de dezembro de 2020.

**Art. 2º** As consultas médicas, de enfermagem e odontológicas nas Unidades de Saúde serão restritas apenas para urgências, emergências, gestantes, vacinação, primeira consulta do RN e renovação de receitas controladas. Demais casos serão realizados acolhimento e avaliação da urgência. Atendimentos e exames de rotina não serão realizados. Esta orientação será por um período de 15 (quinze) dias, a contar de 3 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado conforme necessidade do serviço.

**Art. 3º** O atendimento no Laboratório Municipal e Especialidades serão mantidos.

**Art. 4º** Receituários para retirada de medicamentos de uso contínuo serão prorrogados até 31 de dezembro de 2020, de acordo com o Decreto nº 8.818, de 1º de dezembro de 2020.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Cumpra-se, Gabinete da Secretária Municipal de Saúde, em 2 de dezembro de 2020.

## MÁRCIA FERNANDES DE CARVALHO

Secretária Municipal de Saúde

## ANEXO I

### PORTARIA Nº 13/2020

#### Das 07:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas

**Unidade I: Centro: Referência para áreas do ambulatório, Interior e ESF Central I, Fraron e Vila Esperança**

ESF CENTRAL 3213-1700	AMBULATÓRIO CENTRO SEM ESF 3213-1724	US VILA ESPERANÇA 3213-1706
MENINO DEUS AMADORI SANTA TEREZINHA BAIXADA	BANCÁRIOS PINHEIROS BRASILIA JARDIM DAS AMÉRICAS JARDIM PRIMAVERA SAMBUGARO CENTRO	VILA ESPERANÇA ANCHIETA TREVO DA GUARANI (parte) AEROPORTO LOTEAMENTO ZANELLA PAGNONCELLI
	FRARON 3213-1733	INTERIOR
	FRARON	COMUNIDADES DO INTERIOR

**UNIDADE II: UPA: Referência para Industrial, Novo Horizonte e Alvorada**

US NOVO HORIZONTE   e    3213-1707	US ALVORADA   e    3213-1711	US INDUSTRIAL   e    3213-1731
NOVO HORIZONTE VENEZA SUDOESTE SANTO ANTONIO CRISTO REI	ALVORADA GRALHA AZUL SANTO ANTONIO	BONATO SÃO VICENTE INDUSTRIAL TUPY XAVANTES

**Unidade III: Pinheirinho (Em frente a unidade de Saúde- no CMEI Mãe Augusta Zanatta): Referência para São Cristóvão, Morumbi, Pinheirinho**

US PINHEIRINHO   e    3213-1708	US SÃO CRISTOVÃO 3213-1710	US MORUMBI 3213-1709
DALL ROSS PINHEIRINHO JARDIM FLORESTA VILA VERDE SANTA TEREZINHA	SÃO CRISTOVÃO ENCRUZILHADA LOTEAMENTO SLOBODA	MORUMBI SÃO ROQUE SANTA FÉ

**Unidade IV: Academia da Saúde Largo da Liberdade (entrada lateral): Referência para Bortot, Vila Isabel e Central II**

ESF CENTRAL 3213-1700	BORTOT 3213-1705	AMBULATÓRIO
CADORIN PARQUE DO SOM PARZIANELLO LA SALLE	BORTOT SÃO LUIZ SÃO FRANCISCO	VILA ISABEL

**São João, Planalto e São Roque do Chopim: atendimentos de sintomáticos respiratórios na própria Unidade no período da tarde**

US SÃO JOÃO 3213-1713	US PLANALTO   e    3213-1712	US SÃO ROQUE DO CHOPIM 3213-1166
SÃO JOÃO ALTO DA GLÓRIA VILA SÃO PEDRO	BELA VISTA PLANALTO PAULO AFONSO	SÃO ROQUE DO CHOPIM SÃO PEDRO DE ALCANTARA SÃO CAETANO NÚCLEO DOURADO SEDE GAVIÃO SEDE DOM CARLOS RIO GAVIÃO LINHA ESPERANÇA SANTO AUGUSTINHO

#### Noturno e Finais de Semana: UPA

■ Nas Sedes do Interior não haverá atendimento médico neste período

A Secretaria Municipal de Saúde reitera mais uma vez os cuidados que devem ser tomados com relação à Covid-19:

Atualmente, não há vacinas disponíveis contra a COVID-19. Há várias em fase de testes. O mundo espera tê-las em breve como uma das medidas mais custo-efetivas para controlar a pandemia de COVID-19 e diminuir os impactos na saúde, economia e sociedade.

• É fundamental manter as medidas de proteção:

- ▶ lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel;
- ▶ cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar (ou utilize um lenço descartável e, após tossir/espirrar, jogue-o no lixo e lave as mãos);
- ▶ Manter-se a pelo menos 1 metro de distância das outras pessoas. Quando o distanciamento físico não é possível, o uso de uma máscara também é uma medida de proteção.

• Os sintomas mais comuns da COVID-19 são febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente.

**Publicado por:**

Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
Código Identificador:F99EC0C1

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

### EXTRATO CONTRATUAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 185/2019.

Contrato nº: 185/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

Contratada: PEDRO FELIPE GONÇALVES

Pelo presente instrumento a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS**, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.687.954/0001-13, com sede na Av. Agostinho de Souza, nº 646, Centro - Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **VALDEMAR ANTONIO CAPELETI** e a empresa **PEDRO FELIPE GONÇALVES**, pessoa jurídica de direito privado, sito a Avenida Agostinho de Souza, nº 418 - Centro - Cidade de Paula Freitas - PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 34.643.008/0001-98, neste ato representada por **PEDRO FELIPE GONÇALVES**, RG nº 10.508.197-9 SSP-PR e CPF nº 111.713.239-05, nos termos da alínea 'd' do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ajustam o seguinte:

1. As partes acima qualificadas firmaram em 16 de setembro de 2019 o Contrato de Prestação de Serviços nº 185/2019 pelos termos da Lei 8.666/93 e condições estabelecidas no Processo Licitatório 99/2019 oriundo do Pregão Presencial nº 75/2019, cujo objeto é: Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de Oficineiros para desenvolver Atividades Esportivas, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

2. Considerando a necessidade da continuidade dos serviços contratados e o interesse recíproco entre os contratantes, resolvem:

2.1. **A Cláusula Oitava – Da Vigência, passando a ter a seguinte redação a partir de 31 dezembro de 2020:**

“O presente contrato terá seu prazo de vigência até o dia **31 de dezembro de 2021**, podendo ser prorrogado mediante o termo aditivo e nos termos da Lei de Licitações nº 8.666/93 e Contratos Administrativos”.

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Paula Freitas, 02 de dezembro de 2020.

**VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**

Prefeito Municipal

Contratante

**PEDRO FELIPE GONÇALVES**

CNPJ: 34.643.008/0001-98

Contratada

**Publicado por:**

Gizlaine Carneiro de Campos

Código Identificador:D19737C8

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO 2424

Dispõe a criação da equipe mista de transição de governo.

**VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a transmissão de mandato de Chefe do Poder Executivo Municipal deve pautar-se pelos princípios da continuidade administrativa, da boa-fé, da transparência na gestão pública, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público;



**CONSIDERANDO** que a transmissão de mandato é o processo que objetiva propiciar condições para que o administrador público sucessor possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessárias a implantação do novo programa de gestão, desde a data de sua posse;

## **DECRETA**

**Art. 1º** - Fica criada a equipe mista de transição de governo composta pelos seguintes membros:

§1º - Administração: Gizlaine Carneiro de Campos, RG 9.480.105-2, indicada pelo atual gestor e Hemerson José Kmita, RG 9.538.367-0, indicado pelo prefeito eleito;

§2º - Contabilidade: Felipe Joly da Cruz, RG 11.032.457-0, indicado pelo atual gestor e Sandro Zbitkowski, RG 6.237.460-8, indicado pelo prefeito eleito;

§3º - Educação: Gislaire Aparecida Soares Galle, RG 7.149.187-0, indicada pelo atual gestor e Rosana Cleide Ressel, RG 6.534.187-9, indicada pelo prefeito eleito;

§4º - Frotas: Gustavo Jensen, RG 4.524.217-0, indicado pelo atual gestor e José Edgar Kmita, RG 4.490.135-8, indicado pelo prefeito eleito;

§5º Jurídico: Leandro Felipe Batista Ebel, RG 9.738.087-2, indicado pelo atual gestor e Bryan Wells Hladkyi, RG 4.581.419-8, indicado pelo prefeito eleito;

§6º Planejamento: Rafael Dilay Malucelli, RG 10.828.151-0, indicado pelo atual gestor e Luís Sérgio Oleksichen, RG 8.313.140-3, indicado pelo prefeito eleito;

§7º Recursos Humanos: Jucimari dos Santos, RG 8.654.186-6, indicada pelo atual gestor e Patrícia Hermann Domingues, RG 6.610.584-9, indicada pelo prefeito eleito;

§8º Saúde: Silvana Aparecida Antonowicz, RG 10.589.120-2, indicada pelo atual gestor e Maria Rosemeide Kmita, RG 6.237.452-7, indicada pelo prefeito eleito;

§9º Social: Viviane Tereske, RG 13.403.525-0, indicada pelo atual gestor e Marlene dos Santos Dalpra, RG 4.779.450-1, indicada pelo prefeito eleito.

**Art. 2º** - A Comissão de Transição tem por finalidade propiciar que o Chefe do Poder Executivo em término de mandato, informe ao Prefeito eleito sobre as ações, projetos e programas em andamento, visando dar continuidade à Gestão Pública, para que o Prefeito eleito e sua equipe possam, conhecer, avaliar e receber do atual Chefe do poder Executivo todos os dados e informações necessários à elaboração e implementação do Programa do novo Governo.

Parágrafo único: A Comissão de Transição será presidida pela Sra. Leticia Lesoski, RG 9.938.472-7, servidora pública de carreira e ocupante do Cargo de Controladora Interna.

**Art. 3º** - Os trabalhos da comissão já se iniciaram no dia 23 de novembro de 2020 e serão finalizados até o dia 18 de dezembro de 2020.

**Art. 4º** - Os trabalhos desenvolvidos por força do presente Decreto são considerados serviço público relevante, sendo desenvolvidos em processo administrativo, cabendo à presidente da comissão a condução, decisões e conclusão dos trabalhos.

**Art. 5º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, 02 de dezembro de 2020.

**VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alexandra Wiese  
**Código Identificador:**BB513195

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 304**

Autoriza o pagamento de diária.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidores: Cesário Gonçalves de Mello  
Quant. de diárias: 01 diária sem pernoite de R\$ 80,00  
Valor Total: R\$ 80,00  
Destino: Curitiba - PR  
Motivo: Transporte de Pacientes para Consultas e Exames no dia 02/12/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 02 de Dezembro de 2020.

**VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**  
Prefeito Municipal

**JOCIEL WACILKOSKI**  
Secretário de Saúde

**Publicado por:**  
Alexandra Wiese  
**Código Identificador:**E75615AB

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO**

### **EXTRATO CONTRATUAL SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2019**

**Contrato Nº...: 130/2019**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS  
Contratada: FIGUEIREDO E PETRY CLINICA MEDICA

Pelo presente instrumento a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS**, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.687.954/0001-13, com sede na Av. Agostinho de Souza, 646, centro, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Valdemar Antônio Capeleti e a empresa **FIGUEIREDO E PETRY CLINICA MEDICA** pessoa jurídica de direito privado, sito a Av. Getúlio Vargas Nº 350, Sala 03, cidade de Porto União – Estado de Santa Catarina, CEP: 89400-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº.22.170.465/0001-23, neste ato representada por **BRUNO MUSSI FIGUEIREDO**, RG nº 6.619.955-0 SSP-PR e CPF nº 034.943.469-76, nos termos da alínea 'd' do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ajustam o seguinte:

As partes acima qualificadas firmaram em 22 de julho de 2019 o Contrato de Prestação de Serviços nº 130/2019 pelos termos da Lei 8.666/93 e condições estabelecidas no Processo Licitatório 80/2019, oriundo do Pregão Presencial nº 60/2019, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços Médicos (Consultas Médicas) na área de Psiquiatria, Neurologia e Endocrinologia, em atendimento a Secretaria de Saúde Municipal de Paula Freitas/PR.

1. Considerando a necessidade da continuidade dos serviços contratados e o interesse recíproco entre os contratantes, resolvem:

A Cláusula Oitava – **Da Vigência**, passando ter a seguinte redação a partir do dia **22 de dezembro de 2020**, com fundamento legal nos termos do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93”:

“O presente contrato terá seu prazo de vigência até o dia **22 de dezembro de 2021**, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo e nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos”.

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Paula Freitas, 02 de dezembro de 2020.

**VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**

Prefeito Municipal - Contratante

**FIGUEIREDO E PETRY CLINICA MEDICA**

CNPJ: 22.170.465/0001-23 - Contratada

**Publicado por:**

Gizlaine Carneiro de Campos

**Código Identificador:**996B298D

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO ADITIVO

EXTRATO CONTRATUAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 189/2018.

Contrato nº: 189/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

Contratada: MULTIPLUS Balsa Nova - EIRELI

Pelo presente instrumento a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS**, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.687.954/0001-13, com sede na Av. Agostinho de Souza, 646, centro, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **VALDEMAR ANTONIO CAPELETI** e a empresa **MULTIPLUS Balsa Nova – EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Iguaçu, nº 120, Centro, na cidade de Balsa Nova/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 19.657.644/0001-85, neste ato representada por **FABIO ISRAEL DA SILVA**, RG nº. 8.386.960-7 SSP-PR e CPF nº. 048.813.949-08, nos termos da alínea ‘d’ do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ajustam o seguinte:

1. As partes acima qualificadas firmaram em 28 de setembro de 2018 o Contrato de Prestação de Serviços nº 189/2018 pelos termos da Lei 8.666/93 e condições estabelecidas no Processo Licitatório 136/2018 oriundo do Pregão Presencial nº 106/2018, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de Instalação, Manutenção Preventiva e Corretiva da Iluminação Pública no Município de Paula Freitas-PR.

2. Considerando a necessidade da continuidade dos serviços contratados e o interesse recíproco entre os contratantes, resolvem:

**2.1. Cláusula Oitava – Da Vigência**, passando a ter a seguinte redação **a partir de 31 de dezembro de 2020**:

“O presente contrato terá seu prazo de vigência até o dia **31 de dezembro de 2021**, podendo ser prorrogado mediante o termo aditivo e nos termos da Lei de Licitações nº 8.666/93 e Contratos Administrativos”.

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado.

E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Paula Freitas, 02 de dezembro de 2020.

**VALDEMAR ANTONIO CAPELETI**

Prefeito Municipal

Contratante

**MULTIPLUS Balsa Nova - EIRELI**

CNPJ: 19.657.644/0001-85

Contratada

**Publicado por:**

Gizlaine Carneiro de Campos

**Código Identificador:**FED2BFE4

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 1.254/2020**

**LEI Nº 1.254/2020**

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores do município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, aprovou e eu Antonio Gilberto Gruba prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 722.680,54 (setecentos vinte dois mil seiscentos oitenta reais e cinquenta quatro centavos), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
0204	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
1236112022046	Manutenção do Ensino Fundamental	
339030.1104	Material de Consumo	243.668,04
0207	Secret. Mun. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	
2678226012041	Conservação de Estradas Vicinais	
319013.1504	Obrigações Patronais	479.012,50
<b>TOTAL</b>		<b>722.680,54</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, o superávit financeiro do exercício financeiro 2019.

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silmar Basniak

**Código Identificador:**6A0C8A66

**GABINETE DO PREFEITO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2020 DO PROCESSO Nº 79/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020**

EXTRATO CONTRATUAL

-----

Contrato Nº38/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Contratada(o)....: DE MARCO LTDA

CNPJ.....: 84.584.556/0010-53

Valor.....: 57.500,00

Vigência.....: 365 dias

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO FABRICAÇÃO/MODELO 2020/2020 PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN-PR

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alecio Maroli  
**Código Identificador:**60E739D8

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 70/2020**

**DECRETO Nº 70/2020**

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei nº 1.254, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 722.680,54 (setecentos vinte dois mil seiscientos oitenta reais e cinquenta quatro centavos), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
0204	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
1236112022046	Manutenção do Ensino Fundamental	
339030.1104	Material de Consumo	243.668,04
0207	Secret. Mun. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	
2678226012041	Conservação de Estradas Vicinais	
319013.1504	Obrigações Patronais	479.012,50
<b>TOTAL</b>		<b>722.680,54</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, o superávit financeiro do exercício financeiro 2019.

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Silmar Basniak  
**Código Identificador:**423F5F4B

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 72/2020**

**DECRETO Nº 72/2020**

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei nº 1.256/2020 fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), assim discriminado:

0300	Fundação Municipal de Saúde	
0301	Fundação Municipal de Saúde	
103011001.2052	Manutenção ESF	
339030.1494	Material de Consumo	90.000,00
339039.1494	Outros Serviços de Terceiros - PJ	250.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>340.000,00</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

0300	Fundação Municipal de Saúde	
0301	Fundação Municipal de Saúde	
103011001.2052	Manutenção ESF	
319011.1494	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	250.000,00
319013.1494	Obrigações Patronais	90.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>340.000,00</b>

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Silmar Basniak  
**Código Identificador:**2365B4D3

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 1.225/2020**

**Data:** 01 de dezembro de 2020

*Súmula: Dispõe sobre a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de PÉROLA D OESTE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, NILSON ENGELS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Orçamento do Município de PÉROLA D OESTE, ESTADO DO PARANÁ, para o Exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – as prioridades, metas e riscos fiscais da administração municipal;
- II – a estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV – as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V – as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária e;
- VII – as disposições finais.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 2º** As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2021 são aquelas definidas e demonstradas no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas para os Programas. (art. 165, § 4º da CF).

**Parágrafo único.** Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Relatório de Metas e Prioridades das Despesas para o Programa desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**CAPÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 3º** O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

**Art. 4º** A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas da Unidade Gestora, discriminando as despesas quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente, na forma dos seguintes anexos:

- I - da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da lei Federal nº 4.320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;
- II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;
- III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

**Art. 5º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *programa*, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – *atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *operação especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os valores, as metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função, subfunção e programas aos quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei do orçamento por programas, projetos e operações especiais, sendo identificados através da aplicação programada.

**Art. 6º** O orçamento fiscal discriminará a despesa em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, a Portaria nº 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 163/01, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pertinentes à matéria, obedecendo a seguinte estrutura:

I – *classificação institucional*, cuja finalidade principal é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, classificando os órgãos e fixando responsabilidades entre esses, com consequentes controles e avaliações de acordo com a programação orçamentária;

II – *classificação funcional*, que compreenderá as seguintes categorias:

- a) função, correspondendo ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Município;
- b) subfunção, representando uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- c) programas, compreendendo as partes do conjunto de ações e recursos da subfunção a que estejam vinculados, necessárias ao atingimento de produtos finais.

III – *classificação da Natureza da Despesa*, com os seguintes desdobramentos:

- *Categorias Econômicas*;
- *Grupos De Natureza De Despesa*;
- *Modalidades De Aplicação*;
- *Elementos De Despesa*.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto ou atividade estará vinculado a uma função, a uma subfunção e a um programa.

**Art. 7º** Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I – Transferências a Estado e ao Distrito Federal – 30
- II – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50
- III – Transferências a Instituições Multigovernamentais – 71
- IV – Aplicações Diretas – 90
- V – Aplicação direta de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91

### CAPÍTULO III

## DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 8º** O orçamento para o exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo.

**Art. 9º** Na elaboração da proposta orçamentária as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços e os índices com as variáveis respectivas, vigentes no período de entrega da proposta orçamentária.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária:

I – corrigirá os valores da proposta orçamentária para o período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2020;

II – estimará valores da Receita e fixará os valores da Despesa de acordo com a variação de preços previstos para o exercício de 2021, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços previstos, a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, ou ainda, através de outro que vir a ser estabelecido;

III – observará para que o montante das Despesas não seja superior ao das Receitas;

IV – conterá previsão de correção dos valores do Orçamento Geral do Município, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, ou outro adotado pelo Governo Federal, acumulado no semestre, se este ultrapassar 20% nesse período, dando ciência à Câmara Municipal;

V – utilizará o controle da despesa por custo de serviços ou obras que não se encontrem especificado em projetos e atividades.

VI – são nulas as emendas apresentadas à proposta orçamentária:

- 1 – que não sejam compatíveis com esta lei;
- 2 – que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente a despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida.

3 – as emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos projetos de Lei relativos a créditos adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamentos estabelecidos para elaboração da Lei Orçamentária.

VII – poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões relacionadas à dispositivos do texto do projeto de lei.

VIII – os valores fixados nas metas contidas no Anexo I poderão ser flexibilizados na proporção de 20% para mais ou para menos por ocasião de sua abertura em projetos e atividades no orçamento programa.

IX – só poderão ser contemplados no orçamento programa para 2021 os projetos e atividades que sejam compatíveis com as metas aprovadas nesta Lei.

**Art. 10º** Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2021, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

**Art. 11º** Se a receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 12º** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento das receitas poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, facultativamente até o exercício de 2021, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis destinada a frota de veículos de setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 13º** As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas em até 15,00% (quinze por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2021 (art.4º § 2º da LRF).

**Art. 14º** Fica o Poder Executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento da administração Municipal até o limite de **20% (vinte por cento)** do total geral do orçamento, e excesso de arrecadação verificado em todas as fontes de recursos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43, da lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Legislativo municipal autorizado a proceder a abertura de créditos adicionais suplementares através de resolução até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

**Art. 15º** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO DE RISCOS FISCAIS desta lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2020;

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

**Art. 16º** O Orçamento para o exercício de 2021 destinará recursos para a reserva de contingência, não superior a 0,41% (zero vírgula quarenta e um por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 17º** Os investimentos só constarão da Lei Orçamentária Anual se complementados no Plano Plurianual (art. 5º, §5º da LRF).

**Art. 18º** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias à publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas unidades gestoras, se for o caso. (art. 8º da LRF).

**Art. 19º** Serão previstos no Orçamento o pagamento de Precatórios Judiciais apresentados até 1º de julho de 2020.

**Art. 20º** A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta de Lei.

**Art. 21º** Os incentivos de natureza tributária a investimentos privados da indústria e Comércio só poderão ser concedidos mediante aprovação de projetos que propiciem aumento da arrecadação e de empregos.

**Art. 22º** Os projetos e atividade priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3º da Lei 4320/64, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I, ambos da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I, ambos da LRF).

**Art. 23º** A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos benefícios.

**Art. 24º** A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de associativismo municipal e, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada e dependerá de autorização em lei específica (art.4º,I, “f” e 26 da LRF).

§ 1º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, termo de compromisso, ou similares, conforme determina o art. 116 da Lei Federal n.º 8666/93, art. 26 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e o disposto no §3.º, do art. 12 e artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4320/64.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente e deverão prestar contas no prazo de 30 dias, após encerramento do Convênio, na forma estabelecida pelo serviço da contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal) com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Fica o município autorizado a repassar recursos financeiros aos Consórcios Públicos Intermunicipais.

**Art. 25º** Serão considerados para efeito do Art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o Art. 38 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do Art. 182 da Constituição Federal.

II – Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16, da Lei nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse ao limite de 5,00% (cinco por cento) do valor correspondente ao total geral do orçamento do Exercício corrente.

**Art. 26º** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

**Art. 27º** Poderão ser destinados recursos para atender despesas de competência de outros entes da Federação, realizadas no âmbito e em favor do Município, mediante celebração de convênios, acordos ou ajustes e previstos na Lei Orçamentária (art. 162 da LRF).

**Art. 28º** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a valores correntes.

**Art. 29º** A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com a apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n.º 163/2001 e alterações posteriores.

**Parágrafo Único.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da CF).

**Art. 30º** Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividade ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I, Constituição Federal).

**Art. 31º** O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50º, § 3º, da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, etc.(art.4º, I, “e” da LRF).

**Parágrafo Único.** Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do Exercício (art. 4º, I, “e” da LRF).

**Art. 32º** Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2021 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

**Art. 33º** Fica autorizado ao Poder Executivo a abertura e execução de 1/12 avos mês da proposta orçamentária para o exercício de 2021 caso não ocorra aprovação da LOA pelo poder Legislativo até 31/12/2020.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 34º** A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento às despesas de capital, observado o limite de endividamento de 120% (cento e vinte por cento) da receita Corrente Líquida, apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato.

**Parágrafo Único.** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

**Art. 35º** Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenhos, de que trata o art. 31 da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 36º** Deverão ser destinados recursos para cumprimento do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal e seus parágrafos.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 37º** As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00% (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo, conforme determina a Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF).

**§ 1º** Os Poderes, Legislativo e Executivo ficam autorizados a proceder a atualização dos vencimentos e vantagens do quadro próprio de pessoal, de conformidade com os índices oficiais de atualização monetária, da Lei de Cargos e Salários e reajuste do Salário Mínimo.

**§ 2º** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, incisos I e II da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de

quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, bem como ainda, as disponibilidades financeiras do município.

**Art. 38º** O Executivo e o Legislativo Municipal poderão realizar concurso público e admitir pessoal aprovado no mesmo, e mediante Lei autorizatória, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter temporário na forma de lei, observados os limites e regras da LRF (art. 169, §1º, II, da CF) e observados as regras da Lei Complementar n.º 173 de 27/05/2020.

**Parágrafo Único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

**Art. 39º** Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecendo ao limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

**Art. 40º** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, Parágrafo Único, V da LRF).

**Art. 41º** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos art. 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000.

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- IV – eliminação de vantagens concedidas a servidores.

**Art. 42º** Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores, de que trata o artigo 18, §1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cuja atividade ou função guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de PÉROLA D OESTE (PR), ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 43º** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e rendas, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000).

**Art. 44º** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a, mediante ato fundamentado, tomar as medidas necessárias para efetivar referido cancelamento, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

#### **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 45º** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do

Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2020.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir os dispostos no *caput* deste artigo.

§ 2º Se o Projeto de Lei Orçamentária não for encaminhado à sanção até o início do exercício Financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto, usando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício de 2020, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

**Art. 46º** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência da tesouraria.

**Art. 47º** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 48º** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 49º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D Oeste, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte (01/12/2020).

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Nara Alessandra Bladt

**Código Identificador:**EAFD57D2

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** **LEI Nº 1.227/2020**

### **LEI Nº. 1.227/2020**

**Data:** 02 de dezembro de 2020

**SÚMULA:** Institui o Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Pérola D' Oeste/PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pérola D' Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu **NILSON ENGELS**, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei.

**Art. 1º.** Fica instituído, no Município de Pérola D' Oeste/PR, o Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, que visa à implantação de medidas em prol do envelhecimento ativo, saudável e da melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

**Parágrafo único.** As medidas mencionadas no *caput* têm por finalidade adequar as estruturas e os serviços públicos de Pérola D' Oeste/PR, de modo que o Município proporcione o “envelhecimento ativo” aos seus habitantes, na garantia de saúde, participação, respeito, inclusão social e segurança à população idosa.

**Art. 2º.** Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – pessoa idosa: A pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade.

II – envelhecimento ativo: O processo de melhoria das condições de saúde, da participação e da segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida durante o envelhecimento;

III – envelhecimento saudável: O processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar da pessoa idosa;

IV – envelhecimento cidadão: Aquele em que há o exercício de direitos civis, políticos e sociais;

V – envelhecimento sustentável: O que garante o bem-estar da pessoa idosa quanto a direitos, renda, saúde, atividades, respeito;

VI – comunidade e cidade amiga das pessoas idosas: Aquele que estimula todas as formas de envelhecimento ativo ao propiciar oportunidades para a melhoria da saúde, da participação e da segurança, de forma a incrementar a qualidade de vida durante o envelhecimento.

**Art. 3º.** São objetivos do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa no Município de Pérola D' Oeste/PR:

I – o fomento a políticas públicas, programas, ações, serviços e benefícios que promovam o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável;

II – a contribuição para a efetivação de políticas públicas, programas, ações, benefícios e serviços destinados à população idosa, principalmente a mais vulnerável;

III – o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

IV – a promoção da articulação governamental e não governamental para a integração das políticas setoriais;

V – o planejamento e a implementação de estudos, pesquisas e publicações sobre a situação social das pessoas idosas;

VI – a execução do plano de ação construído para a Pessoa Idosa;

VII – a estimulação de Secretarias, Departamentos, Instituições e órgãos públicos governamentais e não governamentais, a desenvolverem ações, programas e projetos voltados à pessoa idosa e ao processo do envelhecimento;

VIII – o fortalecimento dos serviços públicos, destinados à pessoa idosa, no âmbito das políticas de saúde, assistência social, desenvolvimento urbano, transporte, direitos humanos, educação, segurança e comunicação.

**Art. 4º.** Para a consecução do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, o município deverá possuir uma política municipal do idoso e apresentar plano de ação aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso que contemple melhores condições para as pessoas idosas nos seguintes eixos/dimensões:

I – acessibilidade a prédios públicos e espaços abertos;

II – transporte e mobilidade urbana;

III – moradia;

IV – participação social;

V – respeito e inclusão social;

VI – comunicação e informação;

VII – apoio comunitário, cuidado e serviços de saúde;

VIII – oportunidades de aprendizagem e emprego.

**Parágrafo único.** O plano de ação do programa instituído por esta Lei deverá pautar-se, no que couber, pelas regras instituídas pela Lei Federal nº10.741, de 1º de outubro de 2003.

**Art. 5º.** Compete ao Município de Pérola D' Oeste/PR:

I – inserir e monitorar a implementação e a execução das ações previstas nesta Lei;

II – Indicar os servidores públicos que compõem o Comitê Gestor do programa Amigo da Pessoa Idosa;

III – executar e delegar a execução das ações do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa, a Secretarias, Autarquias/Fundações, Empresas Públicas, entre outras que o município julgue conveniente, conforme Plano de Ação em anexo;

IV – apoiar e manter o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

V – criar e apoiar políticas públicas, programas, ações, serviços ou benefícios, que promovam o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável da população idosa; e

VI – realizar a gestão do Programa Amigo da Pessoa Idosa, conforme Termo de Adesão desta iniciativa.

**Art. 6º.** Poderão ser firmadas parcerias, com órgãos e entidades públicas ou privadas, para a implementação do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, no Município de Pérola D' Oeste/PR.

**Art. 7º.** As ações do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, no Município de Pérola D' Oeste/PR, devem ser executadas de forma descentralizada e integrada, por meio de serviços governamentais e

não governamentais, através de ações intersetoriais e de controle social.

**Parágrafo único.** O Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, será implementado a partir da articulação, entre as políticas de assistência social, de saúde, de direitos humanos, de segurança pública, de educação, de trabalho, de cultura e esporte, entre outras.

**Art. 8º.** Fica instituído o Comitê Gestor do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, composto por representantes, titular e suplente, conforme expresse abaixo:

- I - Representante Municipal do Poder Executivo;
  - II - Representante da Secretaria de Assistência Social;
  - III - Representante do CRAS: Centro de Referência de Assistência Social;
  - IV - Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
  - V - Representante da Secretaria de Saúde;
  - VI - Representante da Secretaria de Educação;
  - VII - Representante da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer;
  - VIII - Representante da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
  - IX - Representante do Poder Legislativo;
  - X - Representante do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – COMDIP
  - XI - Representante da Pastoral da Pessoa Idosa;
  - XII - Representante dos Clubes de Idosos;
  - XIII - Representantes da UTFPR de Pato Branco;
  - XIV - Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Pérola D'Oeste
  - XV - Representantes da APAE: Assoc. de Pais e Amigos do Excepcionais de Pérola D'Oeste
  - XVI - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pérola D'Oeste
  - XVII - Representantes da APMF: Associação de Pais, Mestres e Funcionários
  - XVIII - Representantes do COMDM - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
- Parágrafo único.** Fica a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação deste Comitê, objeto deste artigo.

**Art. 9º.** Compete ao Comitê Gestor do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa:

- I - acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, e propor medidas para seu aperfeiçoamento;
- II - disponibilizar dados e informações sobre o andamento das ações, programas e projetos voltados à pessoa idosa e ao processo do envelhecimento, apresentando-os semestralmente ao Conselho Municipal do Idoso em reunião ordinária;
- III - auxiliar as Secretarias, órgãos governamentais e não governamentais na implementação das políticas públicas, dos programas, das ações e dos serviços voltados à pessoa idosa; e
- IV - fomentar políticas públicas para a promoção do envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável da população idosa do município de Pérola D'Oeste/PR.

§ 1º As deliberações do Comitê Gestor, serão adotadas por votação, sendo considerada a proposta que obtiver a maioria dos votos e publicadas no diário oficial local;

§ 2º A participação no Comitê Gestor, será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 3º O apoio administrativo para o funcionamento do Comitê Gestor, será prestado pela Administração Municipal, através da Secretaria de Assistência Social.

§ 4º Cada órgão que compõe o Comitê Gestor, apresentará no âmbito de sua competência, proposta de formulação, implementação e monitoramento das ações propostas no Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa.

**Art. 10.** As informações relativas à execução das ações do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, serão compiladas, divulgadas e publicadas, com vistas à garantia do princípio da transparência e do controle social.

**Art. 11.** Os recursos financeiros para execução de serviços, ações, programas e projetos desta Lei, poderão ser através de:

I – Repasse dos Conselhos Nacional e Estadual do idoso;

II – Transferências do município;

III – Dotações orçamentárias;

IV – Doações de entidades de pessoa física e jurídicas e doações da iniciativa privada;

V – Doações de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais voltadas para o atendimento dos direitos da pessoa idosa;

VI – Contribuições voluntárias e outros.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros alocados no Fundo Municipal do Idoso, serão executados, preferencialmente, nas ações previstas no plano de ação municipal do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa.

**Art. 12.** O Plano de Ação constante no Anexo Único, passa a ser parte integrante da presente Lei.

**Art. 13.** Fica ratificado o Plano de Ação Municipal para a população idosa (anexo único desta lei), aprovado pelo COMDIP - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, conforme Resolução nº. 01/2020 de 15 de outubro de 2020.

**Art. 14.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a expedir regulamentação necessária ao fiel cumprimento da presente Lei, através de Decreto, se necessário for.

**Art. 15.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 16.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**, Estado do Paraná em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Nara Alessandra Bladt

**Código Identificador:**E255122F

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO** **LEI Nº 1.228/2020**

**Data: 02 de dezembro de 2020.**

*Súmula: Autoriza a prorrogação da vigência da Concessão de Uso de bens móveis conforme Parágrafo único do Art. 1º. da Lei nº 1.061/2017.*

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI

**Art. 1º** Fica autorizada a Prorrogação da Vigência da Concessão de Uso de Bens móveis de acordo com o Parágrafo Único do art. 1º da Lei Municipal 1.061/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

” Art. 1º ...

**Parágrafo Único.** Concessão que trata o caput deste artigo terá prazo determinado, até 21 de junho de 2.024, prorrogável por igual período, com prévia aprovação do legislativo, sendo que poderá ser extinto, se a empresa JOÃO PEDRO BATISTA deixar de cumprir a finalidade a que se propõe. ”

**Art. 2º** Em consequência da modificação constante no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Concessão de Uso celebrado entre o Município De Pérola D'oeste e a empresa JOÃO PEDRO BATISTA 60356162915 de nome Fantasia MARCENARIA BATISTA – Contrato nº 128/2017.



**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nara Alessandra Bladt  
**Código Identificador:**249AD21B

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 1.229/2020**

**Data:** 02 de dezembro de 2020.

Súmula: Autoriza a cessão de uso de bens moveis para a Associação dos Produtores de Leite de Pérola D'Oeste e Região – (APROLEITE – Pérola D'Oeste), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 32.049.921/0001-35, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cessão de uso, a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos podendo ser renovado por igual período através de termo aditivo, com a Associação dos Produtores de Leite de Pérola D'Oeste e Região – (APROLEITE – Pérola D'Oeste), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 32.049.921/0001-35, situado na Linha Casagrande, Zona Rural, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, dos seguintes bens:

I – 01 Botijão de Sêmen, CRYFARM YDS-20 com capacidade para 20 litros com bocal de 50mm, para 600 doses palhetas médias – Código: 3873 – Tombamento nº: 4024, em ótimo estado de conservação.

II – 01 Botijão para Sêmen, CRYFARM YDS-20 com capacidade para 20 litros com bocal de 50mm, para 600 doses palhetas médias – Código: 3857 – Tombamento nº: 4008, em ótimo estado de conservação.

III – 01 Botijão para Sêmen, SEMEX, com capacidade para 20 litros, Tombamento nº: 4552, em ótimo Estado De Conservação.

IV – 01 Segadeira de Tambor, Modelo FT 165, Série Nº 1589, Ano de Fabricação 2020, Marca Finardi, com largura de corte 1,65mtrs, com dois tambores e seis facas, com Sistema de Disco autolimpante produção de até 2 hectares por hora, Tombamento nº: 4489, em ótimo estado de conservação.

**Art. 2º** A cessão de uso, prevista no artigo 1º desta Lei, deverá observar as seguintes regras:

I - a manutenção, guarda e conservações decorrentes da utilização dos bens serão de exclusiva responsabilidade da Associação dos Produtores de Leite de Pérola D'Oeste e Região – (APROLEITE – Pérola D'Oeste) que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo;

II - a restituição dos bens ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujo bem deverá ser entregue em condições ideais de uso, vistoriado por profissional indicado pelo município de Pérola D'Oeste;

III - caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da utilização dos bens cedidos, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto à Associação, se constatado o uso dos bens móveis, objeto da presente

Lei, para promoção pessoal, má operação do mesmo ou discriminação no atendimento dos associados;

IV - os responsáveis pela Associação deverão prestar contas através de relatórios informando os agricultores atendidos, na forma disposta no respectivo termo de cessão de uso a ser firmado;

V - ao final da cessão, os bens deverão serem devolvidos em condições ideais de uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados, excetuado o desgaste pela natural depreciação;

VI - o termo de cessão de uso a ser firmado regulará o uso do bem e demais disposições omissas nesta Lei.

**Art. 3º** Os responsáveis pela Associação dos Produtores de Leite de Pérola D'Oeste e Região – (APROLEITE – Pérola D'Oeste), deverão zelar pela integridade do patrimônio público que estará sob sua guarda, sob pena de responderem penal, civil e administrativamente, nas hipóteses de causarem lesão ao patrimônio público ou a terceiros.

**Art. 4º** Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nara Alessandra Bladt  
**Código Identificador:**B085CA08

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 1.230/2020**

**Data:** 02 de dezembro de 2020.

Súmula: Autoriza a cessão de uso de bem para a Associação de Produtores Rurais da Linha Santa Helena, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI,

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cessão de uso, a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos podendo ser renovado por igual período através de termo aditivo, com a Associação de Produtores Rurais da Linha Santa Helena, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 35.728.334/0001-60, situado na Linha Santa Helena, Zona Rural, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, dos seguintes bens:

I – 01 Botijão para Sêmen, SEMEX, com capacidade para 20 litros, Tombamento nº: 4551, em ótimo estado de conservação.

**Art. 2º** A cessão de uso, prevista no artigo 1º desta Lei, deverá observar as seguintes regras:

I - a manutenção, guarda e conservações decorrentes da utilização dos itens citados no Art. 1º serão de exclusiva responsabilidade da Associação de Produtores Rurais da Linha Santa Helena que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo;

II - a restituição do bem ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujo bem deverá ser entregue em condições ideais de uso, vistoriado por profissional indicado pelo município de Pérola D'Oeste;

III - caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da utilização dos bens cedidos, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto à Associação, se constatado o uso dos bens móveis, objeto da presente

Lei, para promoção pessoal, má operação do mesmo ou discriminação no atendimento dos associados;

IV - os responsáveis pela Associação deverão prestar contas através de relatórios informando os agricultores atendidos, na forma disposta no respectivo termo de cessão de uso a ser firmado;

V - ao final da cessão, os bens deverão ser devolvidos em condições ideais de uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados, excetuado o desgaste pela natural depreciação;

VI - o termo de cessão de uso a ser firmado regulará o uso do bem e demais disposições omissas nesta Lei.

**Art. 3º** Os responsáveis pela Associação de Produtores Rurais da Linha Santa Helena, deverão zelar pela integridade do patrimônio público que estará sob sua guarda, sob pena de responderem penal, civil e administrativamente, nas hipóteses de causarem lesão ao patrimônio público ou a terceiros.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Nara Alessandra Bladt

**Código Identificador:**B4058E65

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO LEI Nº 1.231/2020**

**Data:** 02 de dezembro de 2020.

Súmula: Autoriza a cessão de uso de bem para a Associação de Produtores Rurais da Comunidade do Bom Plano – APROBOMP e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,  
**LEI,**

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cessão de uso, a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos podendo ser renovado por igual período através de termo aditivo, com a Associação de Produtores Rurais da Comunidade do Bom Plano – APROBOMP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 36.944.565/0001-74, situado na Linha Bom Plano, Zona Rural, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, do seguinte bem:

I – 01 **Enfardadeira de Fardos**, Marca JF, Modelo Prisma 4000, potência para acionamento de 35cv, com rotação na tomada de forças de 540rpm, sistema de inoxador raspo, equipado com triplo sistema de proteção sobre cargas, cardam de embreagem, recolhedor com amotecedor, largura de recolhimento 1,50mtrs, golpes de Compressão do pistão 100por min, peso líquido sem elevador de Fardos 1200kg produção média de 400 a 600 fardos por hora, pneus novos lado esquerdo, câmara de prensagem 7.10-15, pneus novos lado direito recolhedor 5.60-15, Tombamento nº: 4508, em ótimo estado de conservação.

**Art. 2º** A cessão de uso, prevista no artigo 1º desta Lei, deverá observar as seguintes regras:

I - a manutenção, guarda e conservações decorrentes da utilização do item citado no Art. 1º serão de exclusiva responsabilidade da Associação de Produtores Rurais da Linha Bom Plano que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo;

II - a restituição do bem ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujo bem deverá ser entregue em condições ideais de uso, vistoriado por profissional indicado pelo município de Pérola D'Oeste;

III - caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da utilização dos bens cedidos, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto à Associação, se constatado o uso dos bens móveis, objeto da presente Lei, para promoção pessoal, má operação do mesmo ou discriminação no atendimento dos associados;

IV - os responsáveis pela Associação deverão prestar contas através de relatórios informando os agricultores atendidos, na forma disposta no respectivo termo de cessão de uso a ser firmado;

V - ao final da cessão, o bem deverá ser devolvido em condições ideais de uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados, excetuado o desgaste pela natural depreciação;

VI - o termo de cessão de uso a ser firmado regulará o uso do bem e demais disposições omissas nesta Lei.

**Art. 3º** Os responsáveis pela Associação de Produtores Rurais da Linha Bom Plano, deverão zelar pela integridade do patrimônio público que estará sob sua guarda, sob pena de responderem penal, civil e administrativamente, nas hipóteses de causarem lesão ao patrimônio público ou a terceiros.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Nara Alessandra Bladt

**Código Identificador:**CB873345

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EDITAL DE INSCRIÇÃO Nº 01/2020**

**NILSON ENGELS**, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 235/99:

### **FAZ SABER**

Que estarão **abertas as inscrições** para os interessados em participar do **Concurso de Decoração Natalina**. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo (Prefeitura Velha), de **03 a 18 de dezembro de 2020** das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

Podem participar do Concurso, proprietários de Comércio e de Residências.

Aos três primeiros colocados, individualmente para cada categoria dos participantes, será concedida isenção da Taxa do Alvará de Licença de funcionamento, se Comércio, e isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, se Residência, referente ao exercício de 2.021, na seguinte proporção de isenção:

I – 1º Colocado, 100% (cem por cento);

II – 2º Colocado, 50% (cinquenta por cento);

III – 3º Colocado, 25% (Vinte e cinco por cento).

Maiores informações serão fornecidas no ato da inscrição.

### **CUMPRE – SE**

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Nara Alessandra Bladt

**Código Identificador:**01085E9B

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
PORTARIA Nº 101/2020**

SÚMULA: Nomeia Comissão Julgadora do Concurso Natalino do ano de 2020, de acordo com a Lei nº 235/99, de 13 de dezembro de 1999.

**NILSON ENGELS**, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Nomear as seguintes pessoas para compor a Comissão Julgadora do Concurso Natalino do ano de 2020, de acordo com a Lei nº 235/99, de 13 de dezembro de 1999:

**Presidente:**

- ELOI DA P. MEDEIROS TONINI, Aux. Administrativa, Servidora Pública Municipal;

**Membros:**

- Lucimara Tiarles Parolin, Professora, Servidor Público Municipal;  
- Tayna Cristina Thiesen, Chefe do Depto de Tributação e Fiscalização, Servidora Pública Municipal;  
- Rubia Taynara de Oliveira, Estagiaria, Servidora Pública Municipal;  
- Keila Dauana Boaro – Psicóloga, Servidora Pública Municipal;

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2020.

**NILSON ENGELS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nara Alessandra Bladt  
**Código Identificador:**C04F81E6

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 929, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**PORTARIA Nº 929, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

O Prefeito Municipal de Piên, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1110, de 12 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo n.º 2020.04.000102P,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder aposentadoria voluntária integral, para a servidora Ilsa de Fatima Ferreira, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4.993.502-1/PR e matrícula nº 19101, ocupante do cargo de PROFESSOR, do Quadro Permanente, padrão C – nível 13, com proventos de R\$ 3.744,38 (três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos) mensais e integrais, com fundamento nos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional 41/2003.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên, 02 de dezembro de 2020.

**JOÃO OSMAR MENDES**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luciana Lubke  
**Código Identificador:**462AE425

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PORTARIA Nº 930/2020, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**PORTARIA Nº 930/2020, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

*Concede licença maternidade.*

A senhora Marina Rosvita Pasierpski Marinho, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 014/2020, considerando ainda o disposto no Art. 104 da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder licença maternidade, no período de 02 de dezembro de 2020 a 30 de maio de 2021, à servidora pública **Gracieli Aparecida Bonifácio Ribeiro**, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 10.376.634-6/PR e da matrícula funcional 104911, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais**.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 02 de dezembro de 2020.

Registre-se e  
Publique-se.

**MARINA R. PASIERPSKI MARINHO**  
Secretária de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
Luciana Lubke  
**Código Identificador:**2FA8488D

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**RESOLUÇÃO N.º 17, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições, considerando o disposto no § 4º do Artigo 90, da Lei Municipal nº 1070, de 09 de setembro de 2010,

**Resolve:**

**Art. 1º** Tornar público o resultado do concurso de remoção - ano letivo 2020:

I - Atendente de Creche/Professor de Educação Infantil – 30 horas:

a) Centro Municipal de Educação Infantil Gotinhas do Saber:

Nome	Classificação	Período
Girleene Maria Barboza	1º lugar	Manhã
Girleene Maria Barboza	1º lugar	Tarde

b) Centro Municipal de Educação Infantil Tia Nena:

Nome	Classificação	Período
Girleene Maria Barboza	1º lugar	Manhã
Girleene Maria Barboza	1º lugar	Tarde

c) Centro Municipal de Educação Infantil Tio Milton:

Nome	Classificação	Período
Emeani Goebel	1º Lugar	Tarde
Girleene Maria Barboza	2º lugar	Manhã
Girleene Maria Barboza	1º lugar	Tarde

d) Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol:

Nome	Classificação	Período
Cari de Fátima dos Santos Forteski	1º lugar	Manhã
Emeani Goebel	1º lugar	Tarde

II - Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais – 20 horas:

e) Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol:

Nome	Classificação	Período
Josciane Maria Zimmer	1º lugar	Manhã

f) Escola Municipal Alminda Antonia de Andrade:

Nome	Classificação	Padrão	Período
Kassuza Maria Peckos	1º lugar	1º	Tarde

i) Escola Municipal do Campo de Gramados:

Nome	Classificação	Padrão	Período
Ijanete Drevek de Oliveira Schreiner	1º lugar	1º	Manhã
Ijanete Drevek de Oliveira Schreiner	1º lugar	2º	Tarde

j) Escola Municipal Marciano de Carvalho:

Nome	Classificação	Padrão	Período
Maura Pscheidt de Lima	1º lugar	1º	Manhã

l) Escola Municipal do Campo Prefeito Laércio Bueno dos Santos:

Nome	Classificação	Padrão	Período
Laís Carine Barbosa Stafin	1º lugar	1º	Manhã

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piên, 02 de dezembro de 2020.

**NORILDA GROSSL SACHT**  
Secretária Municipal de Educação

**Publicado por:**  
Eleandro Junior Taborda  
**Código Identificador:**488C3D94

## SECRETARIAS MUNICIPAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2020  
PROCESSO Nº 1765/2020

Fica dispensada a licitação na forma do art. 24, XVII da Lei 8.666/93, e suas alterações, a despesa abaixo especificada:

Interessado: Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil  
Objeto: Primeira revisão de 02 (dois) veículos Citroen Air Cross placas PBX-9C54 e PBN-8C25 para manutenção de garantia do fabricante, consistindo na aquisição de peças e serviços, conforme o ANEXO I.

Contratado: **LA VIE COMERCIO DE VEICULOS LTDA**  
CNPJ: 83.792.184/0001-05  
Endereço: Rua Ottokar Doerffel, nº 707, Anita Garibaldi, Joinville/PR, CEP: 89.203-307, e-mail: viviane@lavie.com.br  
Valor: R\$ 1.157,00 (Um mil cento e cinquenta e sete reais)  
Dotações Orçamentárias: 11.001.10.301.0014.2030-3390303999 e 11.001.10.301.0014.2030-3390391904.  
Prazo de pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço  
Prazo de execução: Imediato após a emissão da nota de empenho.

Piên/PR, 02 de dezembro de 2020

**JOÃO OSMAR MENDES**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Patricia Aparecida Trojanovski  
**Código Identificador:**CA004FDC

## SECRETARIAS MUNICIPAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

**1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2020**  
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2020

**1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E PAPELARIA SÃO BENTO LTDA-EPP.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. **JOÃO OSMAR MENDES**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 3270822/SC e inscrito no CPF sob nº 857.823.869-91, residente e domiciliado nesta cidade, residente e domiciliado nesta cidade, denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e do outro **PAPELARIA SÃO BENTO LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07634816/0001-16, Inscrição Estadual nº 255067070, Inscrição Municipal nº 3539, com endereço na Rua Cruzeiro, nº 386, Cruzeiro, em São Bento Do Sul/SC, CEP: 89.286-370, fone/fax: (47)3632-2873, e-mail contato@papelariasabento.com.br, neste ato representada por **CHARLES GILSON RITZMANN**, inscrito no CPF sob nº 604.033.149-68., denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem **ADITIVAR** a Ata de Registro de Preços nº 098/2020, nos termos da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

**Cláusula Primeira:** Fica revisto o preço dos itens abaixo da Ata de Registro de Preços nº 098/2020 para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, devido a comprovação da ocorrência superveniente de fatos imprevisíveis, cujos valores ficam estabelecidos conforme abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Preço Unitário
87	<b>LUVA DE PROCEDIMENTO</b> de vinil sem pó confeccionada em resina vinílica. Tamanho médio caixa c/ 100 unidades. <b>Marca: BOMPACK</b>	CAIXA	R\$ 61,40

**Cláusula Segunda:** As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 23 de novembro de 2020

**JOÃO OSMAR MENDES**

Município De Piên  
Órgão Gerenciador

**PAPELARIA SÃO BENTO LTDA-EPP**

Detentor Da Ata De Registro De Preços

Testemunhas:

Nome: MARINA ROSVITA PASIERPSKI MARINHO Assinatura:

Nome: NORILDA G. SACHT Assinatura:

**Publicado por:**  
Patricia Aparecida Trojanovski  
**Código Identificador:**5DE07C24

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO

Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/2019**

**CONTRATANTE:** Município de Pinhal de São Bento

**CONTRATADA:** CLECI MARIA PASTRE BOBCO E CIA LTDA - ME

**CLAUSULA PRIMEIRA:**  
**VALOR**

O contrato fica aditivado no valor de **R\$ 6.415,60**. (Seis mil e quatrocentos e quinze reais e sessenta centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento, em 02/12/2020

**JAIME ERNESTO CARNIEL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Argeu Antonio Geittenes

**Código Identificador:**8DC0F427

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**

**CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2020 TOMADA DE**  
**PREÇOS Nº 02/2020**

**Contratante:** Câmara Municipal de Piraquara.

**Objeto:** Contratação de empresa para a obra de reforma do andar superior do edifício sede da Câmara Municipal de Piraquara, localizada na Av. Getúlio Vargas, 1511, Centro, Piraquara, Paraná, com área de intervenção de 290,00 m², conforme especificações contidas no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PROJETO BÁSICO E ORÇAMENTO

**Tomada de Preços Nº:** 002/2020.

**Contratada:** Admi Comércio de Materiais de Construção Civil Ltda, com sede na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1229, loja 04, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 17.747.344/0001-61

**Valor:** R\$ 233.227,22 (duzentos e trinta e três mil e duzentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos)

**Data da Assinatura:** 02/12/2020.

**Vigência:** 02/12/2020 até 02/08/2021.

Câmara Municipal de Piraquara, em 02 de dezembro de 2020.

**LEONEL DE BARROS CASTRO**

Presidente

**Publicado por:**

Fabio Eduardo Beetz Zielonka

**Código Identificador:**D7D0D557

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO LEI Nº 2.105/2020**

Revoga a Lei nº 1690/2017, conforme especifica.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 1690/2017.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de 31 de dezembro de 2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de novembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**19314F21

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº**  
**79/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.693/2020**

O Município de Piraquara, UASG N. 987769, por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico acima citado, cujo objeto é o registro de preços para a aquisição de mudas de flores, arbustos, mudas de árvores, adubos, terra preta, grama e contratação de mão de obra para plantio, com quantidades e exigências

estabelecidas neste Edital e seus anexos, será realizada no dia 18 de dezembro de 2020, às 09h por meio do Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor Máximo estimado: R\$ 861.226,00 (oitocentos e sessenta e um mil e duzentos e vinte e seis reais). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no endereço eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link licitações, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que autoriza o art. 32, § 5º da Lei Federal nº 8666/1993 e regulamenta o Decreto Municipal nº 7.359/2019).

Piraquara, 02 de dezembro de 2020.

**EMERSON ANTONIO ZAPCHAU**

Pregoeiro Municipal

**Publicado por:**

Rozilei do Rocio Biscotto

**Código Identificador:**6F9308AB

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE DECISÃO HIERÁRQUICA EM RECURSO**  
**ADMINISTRATIVO PROCESSO Nº 37.408/2020 –**  
**CONCORRÊNCIA Nº 09/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando as razões trazidas pela empresa Construtora de Obras Artigas de Oliveira Eireli. E, analisando os fatos e fundamentos expostos. Decido pela posição adotada pela Comissão Permanente de Licitações, conhecendo o recurso apresentado tempestivamente, **PELO PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO** mantendo a habilitação da empresa Camargo e Camargo Construções e Serviços Ltda, e reformar a decisão inabilitando as empresas: **Hammer Construções e Incorporações Ltda, e JJA Prestadora de Serviços Ltda.**

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal.

**Publicado por:**

Rozilei do Rocio Biscotto

**Código Identificador:**C951AC78

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2020 PROCESSO**  
**ADMINISTRATIVO Nº 32.675/2020 – TOMADA DE PREÇOS**  
**Nº 20/2020**

**Objeto:** contratação de empresa para serviço de troca de treliças e readequações na quadra do Centro de Artes de Esportes Unificado, conforme especificações contidas no Anexo I – PROJETO BÁSICO. – **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA – **Contratada:** ADMI ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.747.344/0001-61, vencedora pelo valor global de R\$ 51.111,25 (Cinquenta e um mil, cento e onze reais e vinte e cinco centavos) - **Prazo de vigência e prazo de execução do contrato:** O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses, contados da data da assinatura do Contrato, o prazo de execução será de 1 (um) mês, contados da data da Ordem de Serviço. - **Data da assinatura do contrato:** 23/11/2020.

**Publicado por:**

Rozilei do Rocio Biscotto

**Código Identificador:**740A9085

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**DISCIPLINAR DE RITO ORDINÁRIO Nº 016/2020-O**

Analisando os autos do processo em epígrafe, e no uso de suas atribuições prevista no art. 7º, inciso VIII, do Decreto nº 6636/2018 c/c art. 198, da Lei Municipal nº 863/2006, **ACATO INTEGRALMENTE** o Relatório Final apresentado pela Comissão Processante as fls. 168/174 dos autos, e, nos termos do art. 197 c/c art. 198, ambos da Lei Municipal nº 863/2006, **JULGO** que a servidora A.C.S., matrícula nº 813961, praticou as infrações disciplinares decorrentes da inobservância dos deveres funcionais previstos no art. 135, incisos I, III, IV, X e XIII, da Lei Municipal nº 863/2006, bem como contrariou o art. 114, incisos I, II, IV, VII e IX, e art. 115, incisos IV, V e XX, ambos do Regimento Escolar; e, **DECIDO** pela aplicação da penalidade de **SUSPENSÃO de 05 (cinco) dias**, nos termos do art. 143, inciso II c/c art. 146, ambos da Lei Municipal nº 863/2006, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório Final. Publique-se a presente decisão. Considerando a ausência de previsão legal, conforme Parecer Jurídico nº 559/2019-PGM, deixo de intimar a servidora acerca da decisão proferida. Após, encaminhe-se cópia da presente decisão para a Secretaria Municipal de Educação para conhecimento e ciência, bem como para a Superintendência de Gestão de Pessoas para cumprimento imediato da penalidade, conforme tese nº 8 divulgada pelo STJ na Edição nº 141 de Jurisprudência em Teses, Processo Administrativo Disciplinar IV. Por fim, arquivem-se os presentes autos.

Piraquara, quarta-feira, 02 de dezembro de 2020.

**MARCO AURÉLIO SIZANOSKI DO NASCIMENTO**  
 Corregedor-Geral do Município, Decreto nº 6.254/2017.

**Publicado por:**  
 Rozilei do Rocio Biscotto  
**Código Identificador:**58BC0AA8

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATO Nº 194/2020 PROCESSO**  
**ADMINISTRATIVO Nº 34401/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº**  
**19/2020**

**Objeto:** contratação de empresa para execução de obra de reforma e paisagismo na Unidade Básica de Saúde Nanci Terezinha Laux Bier, localizada na Rua Gilberto Alves do Nascimento, 962 – Vila Ipanema – Piraquara-PR. **Valor Global:** R\$ 156.619,69 (Cento e cinquenta e seis mil seiscentos e dezenove reais e sessenta e nove centavos). **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - **Contratada:** ADMI ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.747.344/0001-61. **Prazo de vigência e prazo de execução do contrato:** prazo de vigência será de 6 (seis) contados da data da assinatura do contrato e o **prazo de execução será de 2 (dois) meses** contados da data da Ordem de Serviço. **Data da assinatura do contrato:** 24/11/2020

**Publicado por:**  
 Rozilei do Rocio Biscotto  
**Código Identificador:**7A147C70

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 084/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. **CONTRATADA:** TRASACON SANEAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 95.417.499/0001-43, com sede na estrada para Rio Iguaçu, 1275 Lote B – Fazendo rio Grande/PR. **DO OBJETO:** Supressão de serviços cujo objeto é a **Execução de Revestimento em Tratamento Superficial Triplo - TST**, com área de 61.217 m² incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento na Planta denominada Guarituba Redondo. **DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA:** Sobre o valor contratual atualizado, aplica-se a supressão de serviços no valor de 140.197,78 (cento e quarenta mil, cento e noventa e sete reais e setenta e oito centavos). O valor original do contrato de R\$ 1.459.941,47 (um milhão quatrocentos e cinquenta e nove mil

novecentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos) passa a ser de **R\$ 1.319.743,70** (um milhão trezentos e dezenove mil setecentos e quarenta e três reais e setenta centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 20 de novembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Rozilei do Rocio Biscotto  
**Código Identificador:**B157F7E1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 53/2020 – PROCESSO Nº**  
**15517/2020**

**Objeto:** aquisição de hortifrutigranjeiros. **Detentora:** TAITI COMÉRCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA-ME, CNPJ sob nº 00.736.378/000-58, vencedora dos itens 1 ao 77, pelo valor total de R\$ 2.856.971,74 (Dois milhões oitocentos e cinquenta e seis mil novecentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos). - **Vigência da Ata:** 30/11/2020 30/11/2021. **Data da Assinatura da Ata:** 30/11/2020.

**Publicado por:**  
 Rozilei do Rocio Biscotto  
**Código Identificador:**50F0A698

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 8.716/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público, realizado através do Edital nº 058/2016 e com homologação através do Edital nº. 112/2016, cumprindo as exigências legais.

**FUNÇÃO: ENFERMEIRO**

Nome	Admissão
ROSELAINE CAETANO	01/12/2020

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 01/12/2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Camila de Oliveira  
**Código Identificador:**0302209C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 8.717/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público, realizado através do Edital nº 086/2020 e com homologação através do Edital nº. 307/2020, cumprindo as exigências legais.

**FUNÇÃO: MÉDICO GENERALISTA 20 HORAS**

Nome	Admissão
FRANCISCO GUSTAVO MENDES E FERREIRA DE ARAUJO	01/12/2020

**FUNÇÃO: MÉDICO GENERALISTA 40 HORAS**

Nome	Admissão
RAFAEL FELIPE KOCH	01/12/2020
EDUARDO RAMOS SAMPAIO	01/12/2020
JANUÁRIA LOPES PIRES	01/12/2020
CAROLINE HANINEC IACKUSCH VIEIRA	01/12/2020

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 01/12/2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**F2089D7E

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.718/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Andrei Beetz	82015-1	Agente Operacional	01/12/2020	A pedido

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/12/2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**63858F79

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.719/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Julio Cesar Brunorio Beetz	81434-1	Motorista	01/12/2020	A pedido

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/12/2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**B687399C

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.720/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** A concessão de licença maternidade no período compreendido entre **01/12/2020 à 02/01/2021** à servidora **CAROLINE HANINEC IACKUSCH VIEIRA**, ocupante do cargo de **MÉDICO GENERALISTA (40HORAS)**, matrícula funcional nº **99299-1**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do artigo 86 do Estatuto dos Servidores Públicos (Redação dada pela Lei nº 927/2007).

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de dezembro de 2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**83321C49

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.721/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O retorno em **01/12/2020** da licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, concedida pelo Decreto nº 8.330/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, ao servidor **ANDREI BRUNORIO BEETZ**, matrícula funcional nº **82015-1**, ocupante do cargo **AGENTE OPERACIONAL**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de dezembro de 2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**BED49031

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.722/2020

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Destituir, gratificação de função do seguinte servidor efetivo, abaixo nominado:

Matrícula	Servidor	FG	A contar
992884	LUCINEY PEREIRA BRASILIO	FG05	01/12/2020

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a respectiva data.

Palácio 29 de Janeiro, Edifício Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**7A451FCF

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.723/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os dispostos na Lei Municipal n.º 864/2006 de 21/12/2006.

**DECRETA**

**Art. 1º** Os servidores Municipais, abaixo relacionados, terão seus níveis alterados, conforme aprovação em Progressão por Antiguidade, artigo 10º. § 1º. da Lei n.º. 864/2006, a partir de **Dezembro** de 2020:

CARREIRA – NÍVEL ELEMENTAR				
MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
852781	IVONE DAMAS DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	02	03
CARREIRA – NÍVEL MÉDIO				
MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL

645721	ESTEVAO IVANOSKI ARTIGAS	TÉCNICO AGRÍCOLA	04	05
CARREIRA ESPECIAL				
MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
852601	ALETHEA PATRÍCIA CANHETTI	PROCURADOR MUNICIPAL	01	02
852511	JEFFERSON FURLANETTO MOISES	PROCURADOR MUNICIPAL	02	03

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de dezembro de 2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Camila de Oliveira  
**Código Identificador:**495E42A4

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.724/2020

Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, no valor de R\$ 74.886,10 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e dez centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal 1.994 de 23 de dezembro de 2019,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento geral vigente, no valor de R\$ 74.886,10 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e dez centavos), conforme especificado neste Decreto. 1919

**Art. 2º** A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

14.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

14.002 – Coordenação e Administração das Atividades do Esporte

14.002.27.812.0004.2.040 – Manutenção das Atividades do Esporte

Rubrica	Fonte	Disp.	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	31824	803	Indenizações e Restituições	R\$ 74.886,10
<b>Total</b>				<b>R\$ 74.886,10</b>

**Art. 3º** Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

**Art. 4º** O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 1.939/2019, e o artigo 16, da Lei Municipal nº 1.994, de 23 de dezembro de 2019.

**Art. 5º** Ficam alteradas as Leis nº 1.939/2019, das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 e nº 1.792/2017 - Plano Plurianual 2018/2021, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Camila de Oliveira  
**Código Identificador:**DD30F057

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.725/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

**Art. 1º** A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Luci do Rocio Monteiro	46620-1	Assistente Operacional Escolar	30/11/2020	Falecimento

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 30/11/2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Camila de Oliveira  
**Código Identificador:**BE0548B5

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.726/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1738/2017 e art. 8º, § 2º da Lei 863/2006,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica designado no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, em caráter interino, sem efeitos pecuniários, o Senhor **Tiago Alves**.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/12/2020.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Camila de Oliveira  
**Código Identificador:**8375D18F

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 8.727/2020

Concede título de qualificação como organização social de saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nos termos da Lei Orgânica do Município de Piraquara,

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica qualificada como Organização Social de Saúde, no âmbito do Município de Piraquara, a entidade nominada “IDEAS Instituto de Desenvolvimento Ensino e assistência à Saúde”, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.565/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.009/2016.

**Art. 2º** A qualificação da entidade terá vigência de dois anos, nos termos do art. 3º do Decreto 5.009/2016 que regulamenta a Lei Municipal nº 1.565/2016.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Camila de Oliveira  
**Código Identificador:**B4301C84



# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 342/2020

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº. 058/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº. 1026/2016 de 21/06/2016 e com homologação através do Edital Nº. 112/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº. 1027/2016 de 22/06/2016; RESOLVE TORNAR PÚBLICO A OPÇÃO DO CANDIDATO NO ATO DA POSSE, SENDO CONSIDERADO

**FUNÇÃO: ENFERMEIRO**

Classif.	Nome	Resultado
102	LUCIANE ROMANIO	DESISTENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**B1BCF8B4

# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSO Nº: 012/2020

A Prefeitura Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, **NOTIFICA** a Câmara Municipal, os Partidos Políticos, o Sindicato dos Trabalhadores e a Entidades Empresariais com sede no Município de Piraquara-Pr, a liberação de recurso financeiro da União, na forma que segue:

**Órgão Federal:** Ministério do Desenvolvimento Regional

**Programa:** Pró-Transporte Público

**Fonte de Recursos do financiamento:** FGTS

**Número do Contrato:** 0501.223-02/2018

**Data da assinatura:** 27/12/2018

**Objeto:** Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

**Data da liberação:** 08/10/2020

**Valor da liberação:** R\$ 978.913,62

**Data da liberação:** 22/10/2020

**Valor da liberação:** R\$ 1.156.109,31

**Data da liberação:** 24/11/2020

**Valor da liberação:** R\$ 1.134.354,87

Piraquara, 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**CCA49E8A

# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSO Nº: 013/2020

A Prefeitura Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, **NOTIFICA** a Câmara Municipal, os Partidos Políticos, o Sindicato dos Trabalhadores e a Entidades Empresariais com sede no Município de Piraquara-Pr, a liberação de recurso financeiro da União, na forma que segue:

**Órgão:** Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR

**Contrato de Repasse:** 890650/2019

**Proposta SICONV:** 040529/2019

**Operação:** 1.067.158-06/2019

**Objeto:** Execução de Pavimentação em CBUQ na Rua Heitor Pallu, Bairro Guarituba-Piraquara.

**Data da Liberação:** 24/11/2020

**Valor Liberado:** R\$ 687.600,00

Piraquara, 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**A349DA9A

# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSO Nº: 014/2020

A Prefeitura Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, **NOTIFICA** a Câmara Municipal, os Partidos Políticos, o Sindicato dos Trabalhadores e a Entidades Empresariais com sede no Município de Piraquara-Pr, a liberação de recurso financeiro da União, na forma que segue:

**Órgão:** Ministério do Meio Ambiente - MMA

**Termo de Convênio:** 004/2019

**Proposta SICONV:** 045672/2019

**Objeto:** Melhorar a Gestão de Resíduos Sólidos do Município de Piraquara-Pr.

**Data da Liberação:** 12/08/2020

**Valor Liberado:** R\$ 20.675,00

Piraquara, 01 de dezembro de 2020.

**MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Camila de Oliveira

**Código Identificador:**107FF285

# ESTADO DO PARANÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 78-2020

# AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2020

Objeto: aquisição de material permanente para a escola municipal afonsina mendes sebremski atendendo a emenda impositiva nº 04 da câmara municipal de vereadores. em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. Abertura das propostas as 09:00 horas, do dia 15 de dezembro de 2020, tipo menor preço por lote (item). Local Prefeitura Municipal de Pitanga. Edital disponível pelo site: [www.pitanga.pr.gov.br](http://www.pitanga.pr.gov.br).

Pitanga, 02 de dezembro de 2020.

**MAICOL G. C. RODRIGUES BARBOSA**

Prefeito Municipal.

**Publicado por:**

Marcio Adalberto Becher

**Código Identificador:**471D82E0

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE LOTAÇÃO E REMOÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO

# EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2020

O Secretário Municipal de Educação e Cultura vem homologar o Resultado Final, publicado em 26 de novembro de 2020, no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, do Edital 03 de 2020 – Resultado Final do Concurso Remoção nº 01/2020.

Escola/ CMEI	Vagas	Cargo	Candidatos	Resultado
CMEI Elsa Lerner	01 Excedente	Professor	Ana Cidinea Dala Rosa Pittner 1ª Opção	Indeferido
Escola Mun. Santa Regina	01 Vaga	Professor	Franciele de Paula Ferreira 1ª Opção	Deferido

Pitanga, 02 de dezembro de 2020.

**ALFREDO LUIZ SCHAVAREN**

Secretário Municipal de Educação e Cultura

**Publicado por:**

Keila Machado Madureira

**Código Identificador:**6AF97048

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
ADITIVO 01 CONTRATO 279/2020 ARIEVILO**

TERMO ADITIVO Nº 1  
CONTRATO Nº. 279/2020

Termo Aditivo ao Contrato nº.279/2020, de prorrogação de Prazo de execução celebrado entre o Município de Pitanga e a Empresa, CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o município de pitanga e de outro, a empresa, Construtora Arievalo Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.465.784/0001-84, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte termo aditivo nº.01, ao contrato nº. 279/2020, referente à licitação nº.5/2020, na modalidade carta convite, para EXECUÇÃO DA OBRA DE FECHAMENTO DO ALAMBRADO DO TERRENO NA LATERAL E FUNDO DA SEDE ATUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE A SER EXECUTADO NA RUA SILVA FAGUNDES E AVENIDA UNIVERSITÁRIA AMÁLIA MENDES ZIEGMANN, conforme o disposto a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O prazo de execução originalmente previsto para encerramento em 05/10/2020, fica prorrogado por 60 dias, encerrando-se em 02/12/2020. Em conformidade com o Artigo 57, §1º da Lei Federal 8666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga, 5 de outubro 2020.

Originalmente assinado.

**MAICOL G. C. RODRIGUES BARBOSA**

Prefeito Municipal

**CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP**

**Publicado por:**

Marcio Sokoloski

**Código Identificador:**2CF4733E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
ADITIVO CONTRATO 241/2020- ARIEVILO**

TERMO ADITIVO Nº 1  
CONTRATO Nº. 241/2020

Termo Aditivo de valor ao Contrato nº.241/2020, celebrado entre o Município de Pitanga e a Empresa CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, o Município de Pitanga e a empresa Construtora Arievalo Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.465.784/0001-84, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte termo aditivo nº.01, ao contrato, referente à licitação nº.04/2020, na modalidade Convite, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE EDIFICAÇÃO PÚBLICA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO RIO DO MEIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme o disposto a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Este termo tem por objeto aditivo de valor, em R\$7.802,32 (sete mil oitocentos e dois reais e trinta e dois centavos), equivalente a 21,73%, do valor total contratado, para

complementação de serviços em busca de resultado final mais satisfatório, conforme justificativa e planilhas orçamentarias em anexo no Processo de Licitação. Em conformidade com o Artigo 65, §1º da Lei Federal 8666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga, 02 de dezembro de 2020.

Originalmente Assinado

**MAICOL G. C. RODRIGUES BARBOSA**

Prefeito municipal

**CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP**

**Publicado por:**

Marcio Sokoloski

**Código Identificador:**E7666BC4

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS**

**GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 649/2020**

**DATA:** 02 de dezembro de 2020.

**SÚMULA:** Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor Anísio Micheletti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:--**

**Art. 1º** – Fica concedida APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, com Proventos Integrais, ao Senhor **ANÍSIO MICHELETTI**, brasileiro, maior, portador da CI/RG nº 907.070 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 101.847.599-00, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Motrizes, lotado no Quadro de Pessoal Ativo.

**Art. 2º** – A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40, § 1º, “a” da Constituição Federal c/c 6º-A da EC 41/03 – Emenda 70/2012 e a forma de reajuste será com paridade conforme disposto no Artigo 7º da EC 41/03.

**Art. 3º** – O valor do provento de aposentadoria será de R\$ 1.895,56 (hum mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

**Art. 4º** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO EDSON KOLACHINSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Paulo Sergio Gonçalves

**Código Identificador:**8005E04E

**GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 650/2020**

**DATA:** 02 de dezembro de 2020.

**SÚMULA:** Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor Daniel Ribeiro da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:–**

**Art. 1º** – Fica concedida APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, com Proventos Integrais, ao Senhor **DANIEL RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, maior, portador da CI/RG nº 3.282.330-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 458.538.789-72, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado no Quadro de Pessoal Ativo.

**Art. 2º** – A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 40, § 1º, “a” da Constituição Federal c/c 6º-A da EC 41/03 – Emenda 70/2012 e a forma de reajuste será com paridade conforme disposto no Artigo 7º da EC 41/03.

**Art. 3º** – O valor do provento de aposentadoria será de R\$ 1.911,22 (hum mil, novecentos e onze reais e vinte e dois centavos).

**Art. 4º** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO EDSON KOLACHINSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Paulo Sergio Gonçalves

**Código Identificador:BB1D6D0F**

#### **GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 651/2020**

**DATA:** 02 de dezembro de 2020.

**SÚMULA:** Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 516/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que ainda não foi possível promover a efetiva elaboração, aprovação e implantação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores municipais,

**DECRETA:–**

**Art. 1º** – Fica revogado o Decreto nº 516/2019, de 20 de agosto de 2019, que dispõe sobre a regulamentação, em caráter provisório, do § 5º do Art. 78 da Lei Municipal nº 035/94 de 22/03/1994.

**Art. 2º** – Diante da revogação a que se refere o Art. 1º, as verbas “Vencimento” e “Gratificação Fixa” dos servidores afetados pelas disposições do Decreto nº 516/2019, de 20/08/2019, voltarão a ser cadastradas e lançadas separadamente na Folha de Pagamento.

**Art. 3º** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO EDSON KOLACHINSKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Paulo Sergio Gonçalves

**Código Identificador:EB843CD3**

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO**

#### **ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS DECRETO 5178/2020**

#### **DECRETO Nº 5178 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora NELSI DA VEIGA, e dá outras providências.

**INÁCIO JOSÉ WERLE**, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o Art. 3 da Emenda Constitucional nº 47/2005. Artigo 3 c/c artigo 36 Incisos II e III da EC 103/2019.

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos Integrais, no valor de R\$ 1.306,00 (Um Mil, Trezentos e Seis Reais) a Servidora NELSI DA VEIGA, portadora da cédula de identidade RG nº 3.519.950-0, Ocupante do Cargo De Provimento Efetivo de Auxiliar de Promoção Social, nomeado pelo Decreto nº 867 de 01/10/1990. O valor dos proventos de aposentadoria de que trata este decreto, TEM DIREITO A PARIDADE, como prevê o art. 7 da EC 41/2013.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de Dezembro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, ao Primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte.

**INÁCIO JOSÉ WERLE**

Prefeito Municipal

**DAYANY REGINA AVILA**

Dir. Dpto Pessoal

**Publicado por:**

Dayany Regina Avila

**Código Identificador:CD99336A**

#### **LICITAÇÃO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2020**

#### **EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2020 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**CEZAR AUGUSTO SOARES**, na qualidade de Pregoeiro do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 002/2020, de 03 de fevereiro de 2020, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO**, o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

##### **1. Objeto da Licitação**

REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa para locação de decoração natalina, incluindo o transporte e serviços para montagem, instalação, manutenção e retirada da decoração no município de Planalto – PR.

##### **2. Empresas Participantes:**

**2.1 - ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI – ME.**

Situação: Classificada

##### **3. Empresas Vencedoras:**

**3.1 – ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI – ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 26.356.437/0001-56, com sede na Rua Gralha Azul, 257, Casa 01, Aviação, município de São José dos Pinhais, estado do Paraná, classificada em 1º lugar nos itens 01 a 07 do lote 01, totalizando a importância de R\$ 61.999,90 (Sessenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

**4. Data da Abertura:**

A Licitação Pregão Presencial Nº 045/2020 de 20 de novembro de 2020, teve sua abertura em reunião realizada pelo Pregoeiro no dia 02 de dezembro de 2020, às 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro.

Planalto, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**CEZAR AUGUSTO SOARES**

Pregoeiro

**Publicado por:**  
Cezar Augusto Soares  
**Código Identificador:**B9C73D40

**LICITAÇÃO****HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 045/2020****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 045/2020**

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer do Pregoeiro e Equipe de Apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Presencial SRP nº. 045/2020, lavrada em 02 de dezembro de 2020, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote de acordo com o abaixo descrito:

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa para locação de decoração natalina, incluindo o transporte e serviços para montagem, instalação, manutenção e retirada da decoração no município de Planalto – PR.

**EMPRESA:** ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI – ME.

**LOTE:** 01.

**ITENS:** 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07.

**VALOR TOTAL:** R\$ 61.999,90 (Sessenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

**DATA:** 03 de dezembro de 2020.

**INÁCIO JOSÉ WERLE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cezar Augusto Soares  
**Código Identificador:**D469B210

**LICITAÇÃO****EXTRATO CONTRATO Nº 242/2020**

Praça São Francisco de Assis, nº 1583  
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2020

**DATA DA ASSINATURA:** 03 de dezembro de 2020.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PLANALTO.

**CONTRATADA:** ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI – ME.

**OBJETO:** Contratação de empresa para locação de decoração natalina, incluindo o transporte e serviços para montagem, instalação, manutenção e retirada da decoração no município de Planalto – PR.

**VALOR TOTAL:** R\$ 61.999,90 (Sessenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 03 de dezembro de 2021.

**INÁCIO JOSÉ WERLE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cezar Augusto Soares  
**Código Identificador:**367A5FCF

**LICITAÇÃO****QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 122/2019**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 122/2019, EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PLANALTO E BORSATTI ENGENHARIA EIRELI – ME.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, o **MUNICÍPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **INÁCIO JOSÉ WERLE** e **BORSATTI ENGENHARIA EIRELI – ME**, neste ato representado por seu Administrador Sr. **DOUGLAS SPONCHIADO BORSATTI**, resolvem em comum acordo aditar o contrato administrativo de execução de obra nº 122/2019, firmado entre as partes em data de 10 de junho de 2019, cujo objeto é a contratação de empresa legalmente estabelecida e especializada no ramo da construção civil, que satisfaça todos os padrões de qualidade, para execução de Obra de Engenharia de Reforma e Modernização da Futura Sede da Câmara Municipal de Vereadores, situada no Município de Planalto-PR, incluindo o fornecimento de materiais. Tudo conforme projeto, memorial descritivo, orçamento quantitativo e cronograma físico-financeiro, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica alterada bilateralmente a Clausula Quinta, constante do contrato administrativo nº 122/2019, prorrogando o prazo de execução do contrato, consoante a referida cláusula, por mais 6 (seis) meses, com vencimento em 17/06/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Fica alterada bilateralmente a Clausula Décima, constante do contrato administrativo nº 122/2019, prorrogando o prazo de vigência do contrato, consoante a referida cláusula, por mais 06 (seis) meses, com vencimento em 30/06/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em virtude do parecer técnico da engenharia, apresentando a necessidade de glosa e inclusão de serviços, fica alterado bilateralmente a cláusula primeira – do objeto, aumentando o valor total da obra em R\$23.616,42 (vinte e três mil seiscentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos), ficando um valor total de R\$601.281,69 (seiscentos e um mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos). Em anexo estão os itens que foram glosados e acrescentados ao objeto.

**CLÁUSULA QUARTA:** Fica alterado bilateralmente a cláusula terceira – do valor – passando o valor total do objeto contratado a R\$601.281,69 (seiscentos e um mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos).

**CLÁUSULA QUINTA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

**INÁCIO JOSÉ WERLE**

Prefeito Municipal

**DOUGLAS SPONCHIADO BORSATTI**

Borsatti Engenharia EIRELI – ME

Testemunhas:

**ROBERTO ALOYSIO GOERGEN**

**RG nº 7.540.983-4 - PR**

**CEZAR AUGUSTO SOARES**

**RG nº 9.849.923-7 - PR**

**Publicado por:**  
Cezar Augusto Soares  
**Código Identificador:**32EE883D

**LICITAÇÃO****EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2020 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.**

**CARLA SABRINA RECH MALINSKI**, na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 002/2020, de 03 de fevereiro de 2020, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO**, o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

**1. Objeto da Licitação**

Aquisição de pneus, câmara e protetor de rodas, destinado a manutenção regular da frota de máquinas e veículos, deste Município de Planalto, Estado do Paraná.

**2. Empresas Participantes:**

**2.1 - A. L. STACZEWSKI E FILHO LTDA - ME POLACO PNEUS**

**2.2 - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**

**2.3 - MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA**

**2.4 - PREMIUM PNEUS EIRELI**

**2.5 - SIMÃO CIRINEU AQSENEN**

Situação: Classificada

**3. Empresas Vencedoras:**

**3.1 - A. L. STACZEWSKI E FILHO LTDA - ME POLACO PNEUS** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 13.835.750/0001-25 situada na Av. Brasil, 970, Município de Capanema, estado do Paraná, classificada em 1º lugar nos itens 08, 09, 10, 11, 12 e 13 totalizando a importância de R\$ 4.358,0000 (quatro mil trezentos e cinquenta e oito reais).

**3.2 - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 88.197.330/0001-60 situada na Av. Sete de setembro, 236, Município de Tapejara, estado do Rio Grande do Sul classificada em 1º lugar no item 18 totalizando a importância de R\$ 56.299,2000 (cinquenta e seis mil duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

**3.3 - MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 36.097.231/0001-02 situada na R. João Carlos Marinho, 25, Município de Xanxerê, estado de Santa Catarina classificada em 1º lugar nos itens 27, 28, 30, 31, 32, 33, 44 totalizando a importância de R\$ 156.130,0000 (cento e cinquenta e seis mil cento e trinta reais).

**3.4 - PREMIUM PNEUS EIRELI** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.804/0001-22 situada na R. Santa Joaquina de Vedruna, 517, Município de Maringá, estado do Paraná, classificada em 1º lugar nos itens 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 34, 35, 41, 45, 46 totalizando a importância de 173.103,8800 (cento e setenta e três mil cento e três reais e oitenta e oito centavos).

**3.5 - SIMÃO CIRINEU AQSENEN** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 07.493.402/0001-14 situada na R. Vicente Machado, 2212, Município de Guarapuava, estado do Paraná, classificada em 1º lugar nos itens 21, 29 totalizando a importância de R\$ 35.199,0000 (trinta e cinco mil cento e noventa e nove reais).

**4. Data da Abertura:**

A Licitação Pregão Eletrônico Nº 039/2020 de 11 de novembro de 2020, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 26 de novembro de 2020, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Planalto, Estado do Paraná, em 26 de novembro de 2020.

**CARLA SABRINA RECH MALINSKI**

Pregoeira

**Publicado por:**

Carla Sabrina Rech Malinski

**Código Identificador:**67537516

**LICITAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2020**

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Eletrônico nº. 039/2020, lavrada em 26 de novembro de 2020, **HOMOLOGO** o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:

**OBJETO:** Aquisição de pneus, câmara e protetor de rodas, destinado a manutenção regular da frota de máquinas e veículos, deste Município de Planalto, Estado do Paraná.

**EMPRESA: A. L. STACZEWSKI E FILHO LTDA - ME POLACO PNEUS**

**LOTE:** 01.

**ITEM:** 08, 09, 10, 11, 12 e 13

**VALOR TOTAL:** R\$ 4.358,0000 (quatro mil trezentos e cinquenta e oito reais).

**EMPRESA: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**

**LOTE:** 01.

**ITEM:** 18.

**VALOR TOTAL:** R\$ 56.299,2000 (cinquenta e seis mil duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

**EMPRESA: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA**

**LOTE:** 01.

**ITEM:** 27, 28, 30, 31, 32, 33, 44

**VALOR TOTAL:** R\$ 156.130,0000 (cento e cinquenta e seis mil cento e trinta reais).

**EMPRESA: PREMIUM PNEUS EIRELI**

**LOTE:** 01.

**ITEM:** 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 34, 35, 41, 45, 46

**VALOR TOTAL:** R\$ 173.103,8800 (cento e setenta e três mil cento e três reais e oitenta e oito centavos).

**EMPRESA: SIMÃO CIRINEU AQSENEN**

**LOTE:** 01.

**ITEM:** 21, 29

**VALOR TOTAL:** R\$ 35.199,0000 (trinta e cinco mil cento e noventa e nove reais).

**DATA:** 02 de dezembro de 2020.

**INÁCIO JOSÉ WERLE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carla Sabrina Rech Malinski

**Código Identificador:**9BEA8242

**LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2020 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020.**

**CARLA SABRINA RECH MALINSKI**, na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 002/2020, de 03 de fevereiro de 2020, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO**, o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

**1. Objeto da Licitação**

Aquisição de duas colhedoras de forragem (ensiladeiras) que servirão de apoio para programas de Desenvolvimento Rural de Territórios Rurais deste Município de Planalto

**2. Empresas Participantes:**

**2.1 - MILANI COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA**

Situação: Classificada

**3. Empresas Vencedoras:**

**3.1 - MILANI COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 85.510.733/0001-29 situada na Rua Antônio Carneiro Neto, 2827, Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, classificada em 1º lugar no item 01 totalizando a importância de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

**4. Data da Abertura:**

A Licitação Pregão Eletrônico Nº 041/2020 de 09 de novembro de 2020, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 23 de novembro de 2020, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Planalto, Estado do Paraná, em 23 de novembro de 2020.

**CARLA SABRINA RECH MALINSKI**

Pregoeira

**Publicado por:**

Carla Sabrina Rech Malinski

**Código Identificador:**80B264B7

---

**LICITAÇÃO  
HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2020**

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Eletrônico nº. 041/2020, lavrada em 23 de novembro de 2020, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:

**OBJETO:** Aquisição de duas colhedoras de forragem (ensiladeiras) que servirão de apoio para programas de Desenvolvimento Rural de Territórios Rurais deste Município de Planalto.

**EMPRESA: MILANI COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA****LOTE:** 01.**ITEM:** 01.**VALOR TOTAL:** R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).**DATA:** 02 de dezembro de 2020.**INÁCIO JOSÉ WERLE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carla Sabrina Rech Malinski

**Código Identificador:**75FF7117

---

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU**

---

**ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO 08/2020**

SÚMULA: Aprovação do Demonstrativo Serviços / Programas do Governo Federal – Sistema Único de Assistência social – ANO: 2019.

**O Conselho Municipal de Assistência Social Porecatu - PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015 e, Considerando a deliberação do conselho realizada em 01/12/2020,**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social Ano 2019, do Bloco da Proteção Social Básica, SIGTV Estruturação Custeio e Estruturação Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica e Incremento Temporário da Proteção Social Básica para fins de custeio.

Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

Porecatu, 01 de Dezembro de 2020.

**CAROLINA GIOVANA DE SOUZA ANDRADE**

Presidente do CMAS

**Publicado por:**

Roberson Andrade Ribeiro

**Código Identificador:**5726440F

---

**ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO 010/2020**

SÚMULA: Aprovação do Demonstrativo para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência social – Ano 2019, do Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD.

**O Conselho Municipal de Assistência Social Porecatu - PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015 e, Considerando a deliberação do conselho realizada em 01/12/2020.**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social Ano 2019, Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD.

Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

Porecatu, 01 de Dezembro de 2020.

**CAROLINA GIOVANA DE SOUZA ANDRADE**

Presidente do CMAS

**Publicado por:**

Roberson Andrade Ribeiro

**Código Identificador:**D0E35590

---

**ADMINISTRAÇÃO  
RESOLUÇÃO 09/2020**

SÚMULA: Aprovação do Demonstrativo da Gestão SUAS do Governo Federal – Sistema Único de Assistência social – ANO: 2019.

**O Conselho Municipal de Assistência Social Porecatu - PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009, e 1.690/2015, e Considerando a deliberação do conselho realizada em 01/12/2020.**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo da Gestão SUAS do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social Ano 2019. IGD SUAS Físico Financeiro.

Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

Porecatu, 01 de Dezembro de 2020.

**CAROLINA GIOVANA DE SOUZA ANDRADE**

Presidente do CMAS

**Publicado por:**

Roberson Andrade Ribeiro

**Código Identificador:**CDB3850C

# ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 1.884/2020

*HOMOLOGA E AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETIVAR ATOS DE GOVERNO JUNTO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA NORTE DO PARANÁ – COSTA NORTE – CIBACAP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

*FAZ SABER,*

QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2020, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica homologada, na sua integralidade, a 1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA NORTE DO PARANÁ – COSTA NORTE – CIBACAP, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária do Consórcio realizada em 19/07/2019 na cidade de Alvorada do Sul, conforme Protocolo de Intenções e Ata anexos.

Artigo 2º - Fica autorizado o pagamento mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao CIBACAP, que será utilizado no custeio de sua operacionalização, nos termos do Protocolo de Intenções e Ata aprovadas pela Assembléia Geral em 19/07/2019.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2019.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte (02.12.2020).

**FÁBIO LUIZ ANDRADE**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Roberson Andrade Ribeiro  
**Código Identificador:**79AA0657

# ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 1.885/2020

*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ENTIDADE ASSISTENCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

*FAZ SABER,*

QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2020, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a conceder, para o exercício de 2020, subvenção destinada às entidades assistenciais abaixo relacionadas, para aplicação dos seus valores nos respectivos programas/projetos.

ENTIDADE	PROGRAMA/PROJETO	VALOR - R\$
Serviço de Obras Sociais de Porecatu - SOS	Programa de Atendimento ao Adolescente "Lucilia Giglio Rossi" e Programa Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.	80.000,00

§ Único - As subvenções mencionadas no artigo anterior somente serão concedidas à entidade, atendidas as seguintes condições:

I - Prestação de contas das subvenções recebidas no exercício anterior;

II - Comprovação de seu funcionamento regular e normal para a qual foi criada;

III - Comprovação do registro no Conselho Municipal de Assistência Social;

IV - Comprovação de que o projeto, objeto da subvenção, esteja aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte (02.12.2020).

**FÁBIO LUIZ ANDRADE**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Roberson Andrade Ribeiro  
**Código Identificador:**8D4B1CD7

# ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 1.886, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ENTIDADE ASSISTENCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

*FAZ SABER,*

QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, EM SUA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2020, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Artigo 1º** - O Orçamento Geral do Município de Porecatu, para o exercício financeiro de 2021, nos termos do art. 165º, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 38.094.000,00 (Trinta e oito milhões, noventa e quatro mil reais).

**Artigo 2º** - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES		43.260.000,00
<b>Receita Tributária</b>	6.188.000,00	
Receita de Contribuições	1.717.000,00	
Receita Patrimonial	290.000,00	
Receita de Serviços	287.000,00	
Transferências Correntes	34.251.000,00	
Outras Receitas Correntes	527.000,00	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>200.000,00</b>
Alienação de Bens	200.000,00	
Transferências de Capital	0,00	
<b>DEDUÇÕES</b>		<b>(5.366.000,00)</b>
(-) Deduções para formação do FUNDEB	4.916.000,00	
(-) Deduções Receita - Descontos Concedidos	225.000,00	
(-) Deduções Receita - Renúncia	225.000,00	
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>		<b>38.094.000,00</b>

**Artigo 3º** - A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes dos quadros que integram esta Lei e terão os seguintes desdobramentos:

# 1 - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Legislativa	2.100.000,00
Administração	5.423.000,00
Assistência Social	1.300.000,00
Saúde	8.150.000,00

Educação	9.500.000,00
Cultura	250.000,00
Urbanismo	3.572.000,00
Transporte	1.428.000,00
Desporto e Lazer	550.000,00
Encargos Especiais	5.777.000,00
Reserva de Contingência	44.000,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>38.094.000,00</b>

## 2 - POR ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

<b>Legislativo Municipal</b>	<b>2.100.000,00</b>
Gabinete do Prefeito	800.000,00
Assessorias	170.000,00
Procuradoria Judicial	380.000,00
Secretaria de Administração	4.650.000,00
Secretaria de Fazenda	5.200.000,00
Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação	2.850.000,00
Secretaria de Educação	9.500.000,00
Secretaria de Cultura e Turismo	250.000,00
Secretaria de Educação Física e Desportos	550.000,00
Secretaria de Saúde	8.150.000,00
Secretaria de Serviço Social	1.300.000,00
Secretaria de Serviços Públicos	2.150.000,00
Reserva de Contingência	44.000,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>38.094.000,00</b>

**Artigo 4º** – Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do inciso V, do artigo 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso III do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional Suplementar até o limite de 10% (dez por cento) do total de despesa fixada para cada Poder.

**Parágrafo único** - Entende-se por Créditos Adicionais Suplementares as alterações dentro do mesmo órgão e unidade orçamentária, mesmo programa de trabalho, mesma categoria econômica da despesa.

**Artigo 5º** - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do Artigo 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso I do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Superávit Financeiro, por Fonte de Recursos.

§ 1º - Entende-se por Superávit Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2020.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 6º** - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do Artigo 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso II do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.

§ 1º - Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos de convênios não previstos na Lei Orçamentária de 2021 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2021 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 7º** - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transposição.

§ 1º - Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 8º** - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Remanejamento.

§ 1º - Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

§ 2º Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 9º** - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transferência.

§ 1º - Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 10** - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes da lei Orçamentária de 2021 até o limite de dez por cento do total da despesa fixada para cada Poder.

**Parágrafo único** - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 11** - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos constantes da Lei Orçamentária de 2021 até o limite de dez por cento do total da despesa fixada para o Poder Executivo.

§ 1º - A alteração prevista no *caput* fica limitada às Fontes de Recursos a seguir especificadas:

000	Recursos Ordinários (Livres)
101	FUNDEB - 60%
102	FUNDEB - 40%
103	Educação 5% - Transferências Constitucionais Vinculadas a Educação -
104	Educação 25% - Impostos Vinculados à Educação -

§ 2º - Ficam excluídas do limite fixado no Artigo 4º desta lei, as alterações previstas no *caput* deste artigo.

**Artigo 12** - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 1º - Para a reabertura dos créditos previstos no *caput*, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos I e II, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 4º desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

**Artigo 13** - Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas ao Órgão de Controle Interno do Município.

**Artigo 14** - Esta lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Porecatu, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte (02.12.2020).

**FÁBIO LUIZ ANDRADE**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Roberson Andrade Ribeiro  
**Código Identificador:**F2ACF3F4

**ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 118/2020**



**APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE  
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do lote de terra nº 20 da quadra nº 94, com frente para a Rua Brasil nº 698, Centro desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 02 lotes que doravante passarão a denominarem-se lotes nºs 20 e 20-A, com as seguintes medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo.

**Lote nº 20 – Quadra nº 94 – Centro****Área:** 210,00 m²**Cadastro Imobiliário:** 1470-0**Endereço:** Rua Brasil nº 698**FRENTE:** Para a Rua Brasil, medindo 7,00 m;**LADO ESQUERDO:** Para o lote nº19, medindo 30,00 m;**FUNDO:** Para o lote nº 15, medindo 7,00 m;**LADO DIREITO:** Para o lote nº 20-A, medindo 30,00 m.**Lote nº 20-A – Quadra nº 94 – Centro****Área:** 210,00 m²**Cadastro Imobiliário:** 6913-0**Endereço:** Rua Brasil nº 708**FRENTE:** Para a Rua Brasil, medindo 7,00 m;**LADO ESQUERDO:** Para o lote nº 20, medindo 30,00 m;**FUNDO:** Para o lote nº 15, medindo 7,00 m;**LADO DIREITO:** Para os lotes nºs 01 e 12, medindo 30,00 m.

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terras ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte (02.12.2020).

**FABIO LUIZ ANDRADE**

Prefeito

**Publicado por:**

Roberson Andrade Ribeiro

**Código Identificador:**A87DF676**LICITAÇÃO****EXTRATO DOS CONTRATOS 129 A 134/2020****EXTRATOS DE CONTRATOS****Contrato nº 129/2020****Pregão Eletrônico nº 42/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (higiene e limpeza, químicos, EPI's e hospitalares) para a Secretaria de Saúde em enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus.

**Contratada:** Multihosp Comercial de Produtos Hospitalares Ltda EPP, CNPJ 32.421.421/0001-82.

**Valor:** R\$ 62.015,00 (sessenta e dois mil e quinze reais) referente aos itens 01, 04, 10, 11, 13, 15, 19, 20, 30, 31, 32 e 33.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-1709.

**Data assinatura:** 25/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Contrato nº 130/2020****Pregão Eletrônico nº 42/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (higiene e limpeza, químicos, EPI's e hospitalares) para a Secretaria de Saúde em enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus.

**Contratada:** AWR Distribuidora de Produtos de Limpeza ME, CNPJ 08.836.350/0001-02.

**Valor:** R\$ 46.260,00 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta reais) referente aos itens 02, 03, 05, 07, 08, 18, 21 e 23.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-1709.

**Data assinatura:** 25/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Contrato nº 131/2020****Pregão Eletrônico nº 42/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (higiene e limpeza, químicos, EPI's e hospitalares) para a Secretaria de Saúde em enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus.

**Contratada:** Bela Compra Distribuidora Eireli EPP, CNPJ 29.530.767/0001-04.

**Valor:** R\$ 58.688,80 (cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos) referente aos itens 06, 09 e 12.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-1709.

**Data assinatura:** 25/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Contrato nº 132/2020****Pregão Eletrônico nº 42/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (higiene e limpeza, químicos, EPI's e hospitalares) para a Secretaria de Saúde em enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus.

**Contratada:** F.G.I Comércio de Produtos Hospitalares Eireli ME, CNPJ 32.998.325/0001-00

**Valor:** R\$ 55.715,60 (cinquenta e cinco mil, setecentos e quinze reais e sessenta centavos) referente aos itens 16, 22, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-1709.

**Data assinatura:** 25/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Contrato nº 133/2020****Pregão Eletrônico nº 42/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (higiene e limpeza, químicos, EPI's e hospitalares) para a Secretaria de Saúde em enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus.

**Contratada:** Fórmula Comércio e Serviços Ltda EPP, CNPJ 00.683.732/0001-23.

**Valor:** R\$ 691,20 (seiscentos e noventa e um reais e vinte centavos) referente ao item 14.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-1709.

**Data assinatura:** 25/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Contrato nº 134/2020****Pregão Eletrônico nº 42/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (higiene e limpeza, químicos, EPI's e hospitalares) para a Secretaria de Saúde em enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus.

**Contratada:** Maringá Hospitalar Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Eireli EPP, CNPJ 07.396.733/0001-36.

**Valor:** R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) referente ao item 17.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-1709.

**Data assinatura:** 25/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Publicado por:**

Salette Suzana Cavalcanti e Silva Refosco

**Código Identificador:**D16A3209**LICITAÇÃO****EXTRATO DO CONTRATO 135/2020****EXTRATO DE CONTRATO****Contrato nº 135/2020****Inexigibilidade nº 06/2020**

**Objeto:** Contratação de empresa para aulas de hidroginástica para a Secretaria de Serviço Social.

**Contratada:** Maria Leonilde Cereza Borges Academia ME, CNPJ Nº 03.255.987/0001-83.

**Valor:** R\$ 68.399,98 (sessenta e oito mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

**Dotação orçamentária:** 2.069.3390.39.00.00-925.

**Data de assinatura:** 26/11/2020.

**Vigência:** 11 (onze) meses.

**Publicado por:**

Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco

**Código Identificador:**1370AEE4

### LICITAÇÃO

#### EXTRATO DOS CONTRATOS 136 E 137/2020

#### EXTRATOS DE CONTRATOS

**Contrato nº 136/2020**

**Pregão Eletrônico nº 49/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (limpeza hospitalar) para a Secretaria de Saúde.

**Contratada:** Bela Kompra Distribuidora Eireli EPP, CNPJ 29.530.767/0001-04.

**Valor:** R\$ 12.734,00 (doze mil setecentos e trinta e quatro reais) para os itens 01, 02, 07, 09 10, 11, 12 e 14.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-655.

**Data assinatura:** 26/11/2020.

**Vigência:** 12 (doze) meses.

**Contrato nº 137/2020**

**Pregão Eletrônico nº 49/2020**

**Objeto:** Aquisição parcelada de materiais de consumo (limpeza hospitalar) para a Secretaria de Saúde.

**Contratada:** Distribuidora de Medicamentos Boeing Eireli ME, CNPJ 30.547.487/0001-98.

**Valor:** R\$ 13.875,26 (treze mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) para os itens 03, 04, 05 e 08.

**Dotação orçamentária:** 2.052.3390.30.00.00-655.

**Data assinatura:** 26/11/2020.

**Vigência:** 12 (doze) meses.

**Publicado por:**

Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco

**Código Identificador:**C925186B

### LICITAÇÃO

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2020

Procedimento licitatório nº 107/2020

Dispensa de licitação nº 43/2020

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**CONTRATANTE:** Prefeitura do Município de Porecatu

**OBJETO:** Aquisição de 20 (vinte) rolos de 100 (cem) metros de mangueira luminosa de led para decoração natalina em atendimento à demanda da Secretaria de Cultura.

**VALOR:** R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2.038.3390.30.00.00-1525.

**AMPARO LEGAL:** Artigo 24 inciso, II da Lei nº 8.666/93.

Porecatu, 02 de dezembro de 2020.

**FÁBIO LUIZ ANDRADE**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco

**Código Identificador:**3F60DBBB

### LICITAÇÃO

#### EXTRATO DO CONTRATO 123/2020

#### EXTRATO DE CONTRATO

**Contrato nº 123/2020**

**Dispensa de Licitação nº 41/2020**

**Objeto:** Aquisição de 300 cestas básicas para a Secretaria de Serviço Social em enfrentamento à COVID-19.

**Contratada:** Supermercado Bela Vista Ltda, CNPJ nº 00.503.596/0002-23.

**Valor:** R\$ 39.561,00 (trinta e nove mil quinhentos e sessenta e um reais).

**Dotação orçamentária:** 2.056.3390.30.00.00-1758.

**Data de assinatura:** 12/11/2020.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**Publicado por:**

Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco

**Código Identificador:**3DDD2E1A

### ESTADO DO PARANÁ

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

#### CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 03

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 3, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020

*Dispõe sobre a aprovação, das contas da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Exercício de 2018.*

Considerando o disposto nos artigos 27, inciso XVI, 47, § 2.º inciso II e § 6.º inciso II, 48 e 74, todos da Lei Orgânica de Porto Amazonas;

Considerando o disposto nos artigos 169 a 175 do Regimento Interno, com destaque para o § 3.º do artigo 171;

Considerando, ainda, o disposto no artigo 99 do Regimento Interno, no sentido de que as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas mediante duas discussões e duas votações com o interstício mínimo de vinte e quatro (24) horas, salvo no caso de Emenda à Lei Orgânica, em que o prazo será de dez (10) dias;

Considerando a liminar conferida no Mandado de Segurança 0001207.34.2020.8.16.0124, a qual determinou a concessão de pedido de vistas, impondo a revisão do procedimento de prestação de contas finalizado por força do Decreto Legislativo n.º 2, de 18 de maio de 2020;

Considerando o entendimento contido no Acórdão n.º 1482/2020 do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Considerando a concessão de vistas para os vereadores Joacir Barbosa e Luiz Carlos Chimiloski, em virtude dos respectivos pedidos registrados em ata nas sessões realizadas em 15 de maio e 2 de novembro de 2020, assim como, ao pleno atendimento à medida liminar conferida no mandado de segurança antes mencionado;

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Amazonas, no uso de suas atribuições legais, especificamente contidas no artigo 26, inciso V da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, após as discussões sessões plenárias realizadas nos dias 12 de maio e 24 de novembro, de 2020, e o ele promulga, o seguinte;

#### DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º Ficam aprovadas, as contas da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, referentes ao exercício financeiro de 2018.

Parágrafo único. A aprovação fundamenta-se no que consta no Acórdão de Parecer Prévio n.º 230/2019, exarado pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o qual reconheceu a regularidade na prestação de contas do Prefeito Municipal.

Art. 2.º Revoga-se o Decreto Legislativo n.º 2, de 18 de maio de 2020.

Art. 3.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, 25 de novembro de 2020.

**PAULO EDMIR FERREIRA**  
Presidente

**Publicado por:**  
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow  
**Código Identificador:**225DBDD1

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**JULGAMENTO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PREGÃO**  
**ELETRÔNICO Nº 040/2020**

**JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO**

<b>TERMO:</b>	DECISÓRIO
<b>FEITO:</b>	RECURSO ADMINISTRATIVO: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
<b>LICITAÇÃO:</b>	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2020
<b>OBJETO:</b>	Contratação de pessoa jurídica na aquisição de um veículo automotor terrestre, zero quilômetro, classificação veículo automóvel Van, conforme Resolução SESA nº 870/2020, para o Departamento Municipal de Saúde de Porto Amazonas.
<b>RECORRENTE:</b>	ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 33.441.004/0001-64
<b>RECORRIDO:</b>	MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS

**1 DOS FATOS**

Trata-se de Pedido de Impugnação do Edital de Pregão Eletrônico nº 040/2020, interposto pela empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 33.441.004/0001-64, via e-mail, em 02/12/2020 entre às 13h41, (comprovante juntado aos autos), considerando o pedido de impugnação assinada digitalmente por sua sócia administradora ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA - CPF 035.376.829-48.

Alega, em síntese, que algumas exigências no descritivo do objeto direciona somente para uma determinada marca disponível no Brasil, e também que o prazo de entrega exigido no termo de referência é totalmente inexecutável.

**2 DA ADMISSIBILIDADE E MÉRITO**

A apresentação da impugnação ao edital foi enviada através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br, em 02/12/2020 entre às 13h41, portanto tempestivo, pois a abertura das propostas e disputa de lances do Pregão Eletrônico nº 040/2020 estão definidos para a data de 10/12/2020 às 10 horas, através da plataforma BLL.

**3 DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO**

A empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 33.441.004/0001-64, apresentou pedido de impugnação ao Edital Pregão Eletrônico nº 040/2020, o qual tem por seu objeto Contratação de pessoa jurídica na aquisição de um veículo automotor terrestre, zero quilômetro, classificação veículo automóvel Van, conforme Resolução SESA nº 870/2020, para o Departamento Municipal de Saúde de Porto Amazonas, através do **MENOR VALOR LOTE**, conformes demais especificações do Edital, alegando em síntese que o preâmbulo convocatório possui exigências que restringem a participação de maior número de licitantes, já que as mesmas limitam-se a somente uma determinada marca (IVECO DAILY MINIBUS 50C17), e ainda que o prazo de entrega do objeto determinado pelo Departamento requisitante em seu termo de referência, 30 (trinta) dias, torna-se impossível no atual cenário devido à pandemia.

**4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO**

Primeiramente, faço constar que o edital foi elaborado e definido baseado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de forma que este atendesse a necessidades do departamento, o município de Porto Amazonas presa pela aquisição de equipamentos com a máxima qualidade, já que os recursos são escassos e a demanda pela a população é grande.

Faço considerar que o e-mail com o pedido de impugnação e demais documentos pertinentes enviados em anexo, foi repassado para a unidade requisitante, o Departamento Municipal de Saúde, às 14h13, para manifestação sobre o mesmo, porém sem resposta a esta pregoeira em tempo hábil para julgamento conforme prevê o edital.

Contudo faço constar ainda que esta pregoeira não possui conhecimento específico sobre veículos automobilísticos, por fim a análise técnica será baseada nas leis pertinentes ao trâmite em questão. Após breve relato das alegações da impugnante, passo a analisá-la.

**4.1 DAS EXIGÊNCIAS DE DIRECIONAMENTO**

Diante da alegação da impugnante, razão lhe assiste, pelo fato das especificações que constam no descritivo do objeto, POTÊNCIA COM MÍNIMO DE 140 CV; TANQUE DE COMBUSTÍVEL NO MÍNIMO DE 75 LITROS; TRAÇÃO NO EIXO TRASEIRO, e PROGRAMA ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ABS/ASR/BAS/EBV), direcionarem somente para uma determinada marca disponível no Brasil, que seria a IVECO DAILY MINIBUS 50C17.

Pois bem, preservando o Princípio da Isonomia e visando maior competitividade no certame, o edital é passível de retificação, passando a exigir veículos com TANQUE DE COMBUSTÍVEL NO MÍNIMO DE 70 LITROS.

Com relação à exigência “PROGRAMA ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ABS/ASR/BAS/EBV)”, não se caracteriza na realização de alguma alteração, pois essa garantirá a segurança dos pacientes que serão transportados diariamente em consultas, exames e tratamentos médicos em outras cidades.

**4.2 DO PRAZO DE ENTREGA**

Verificando a cláusula no termo de referência elaborado pela unidade requisitante, constatou-se que 30 (trinta) dias realmente não é tempo hábil para entrega do objeto após o envio da requisição de compra juntamente com a nota de empenho, o prazo que é usado de praxe é de 90 (noventa) dias corridos, o qual será adotado na retificação.

Alteração para 90 (noventa) dias úteis não será considerada, visto que em uma conta rápida, resultaria em quase 5 (cinco) meses para entrega da objeto após o pedido de compra, prazo qual acaba prejudicando o interesse público em proporcionar melhor atendimento à população de Porto Amazonas que necessita utilizar este veículo para o deslocamento em clínicas e hospitais em outros municípios.

**5 CONCLUSÃO**

Do exposto, acolho o pedido de impugnação, sendo tempestiva e regular na sua formalidade e no mérito, **dar-lhe** provimento parcial, conforme fundamentação do item 4, subitens 4.1 e 4.2.

Assim, o Edital deve ser retificado, mantendo-se todas as demais cláusulas e condições impostas pelo edital, disponibilizadas e publicadas nos meios oficiais de comunicação do município.

Porto Amazonas, 02 de dezembro de 2020.

**JULIANA RIBATSKI**  
Pregoeira Municipal

**Publicado por:**  
Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow  
**Código Identificador:**8E4F6D4B

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº**  
**040/2020**

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 439/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2020**

**MENOR VALOR POR LOTE**

**OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica na aquisição de um veículo automotor terrestre, zero quilômetro, classificação veículo automóvel Van, conforme Resolução SESA nº 870/2020, para o Departamento Municipal de Saúde de Porto Amazonas, conforme especificações contidas no Termo de Referência anexo I do instrumento convocatório.

No Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2020, no item 6 – Especificação Técnica do Objeto, do Anexo III, mais precisamente nas descrições do objeto **onde se lê:**

[...] tanque de combustível no mínimo de 75 litros, [...]

**Leia-se:**

[...] tanque de combustível no mínimo de 70 litros, [...]

**Onde se lê:**

9.3 A entrega deverá ser efetuada num prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, após a solicitação realizada pelo departamento.

**Leia-se:**

9.3 A entrega deverá ser efetuada num prazo máximo 90 (noventa) dias corridos, após a solicitação realizada pelo departamento.

A presente retificação do edital será devidamente publicada no *site* do Município, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, Plataforma Eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil e Portal de Transparência Municipal.

A data de abertura das propostas e disputa de lances permanece para realização em 10/12/2020 às 10 horas, horário de Brasília, pois o valor disponibilizado para licitar não sofreu quaisquer alterações.

Permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

Porto Amazonas, 02 de dezembro de 2020.

**JULIANA RIBATSKI**

Pregoeira Municipal

**Publicado por:**

Néli Aparecida Hildebrant Kreitlow

**Código Identificador:**53B83365

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO  
PARANÁ  
AVISO DE ERRATA DISPENSA DE LICITAÇÃO 086/2020**

Por equívoco de digitação, fica corrigida a redação da Dispensa de licitação nº 086/2020.

Mantendo as demais partes integrantes ao processo inalteradas.

**Onde se lê:**

“Aquisição de 01 frasco de 500mL da Solução padrão de Cor 500mg Platina/L (Pt/Co) – MRC, 03 frascos de 500mL de Solução Padrão de Oxigênio Dissolvido – Volume inteiro – MRC, 03 frascos de 500mL da Solução Padrão de DBO 2000 mg/L – MRC e 03 frascos de 500mL da Solução Padrão de DBO 2000 mg/L – MRC para o Laboratório do Consórcio Cispar.”.

**Leia-se:**

“Aquisição de 01 frasco de 500mL da Solução padrão de Cor 500mg Platina/L (Pt/Co) – MRC, 03 frascos de 500mL de Solução Padrão de Oxigênio Dissolvido – Volume inteiro – MRC, 03 frascos de 500mL da Solução Padrão de DBO 2000 mg/L – MRC e 02 frascos de 500mL da Solução Padrão de Turbidez 1000 NTU - Formazina - MRC para o Laboratório do Consórcio Cispar.”.

**Onde se lê:**

“valor total de **R\$ 4.480,00 (Quatro mil e quatrocentos e oitenta reais)**, em favor da empresa SIGMA ALDRICH BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob No 68.337.658/0001-27.”

“valor total de **R\$ 4.428,00 (Quatro mil e quatrocentos e vinte e oito reais)**, em favor da empresa SIGMA ALDRICH BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob No 68.337.658/0001-27.”

Maringá, 27 de setembro de 2020.

**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**

Presidente do Consórcio CISPAR

**Publicado por:**

Gabriel Puiatti Rios

**Código Identificador:**6AACA52A

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO  
PARANÁ  
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 087/2020**

Considerando a solicitação formulada, considerando a necessidade da contratação, considerando a cotação de preços feita pelo órgão solicitante, devidamente constante em certidão, considerando os pareceres emitidos e considerando que a Aquisição de 04 (quatro) unidades de Swab com Água Peptonada Tamponada 10 ml para o Laboratório do Consórcio Cispar., e por sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, **DISPENSA A LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 24, caput, V da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de **R\$ 3.840,00 (Três mil e oitocentos e quarenta reais)**, em favor da empresa CQA COMERCIAL QUIMICA AMERICANA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob No 69.259.182/0001-16, com endereço na Avenida João Baldin, nº 310, Betal, situada na Cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo CEP:13.148-195 cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Maringá, 02 de dezembro de 2020.

**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**

Presidente do Consórcio CISPAR

**Publicado por:**

Gabriel Puiatti Rios

**Código Identificador:**D49BBA94

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO  
PARANÁ  
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 088/2020**

Considerando a solicitação formulada, considerando a necessidade da contratação, considerando a cotação de preços feita pelo órgão solicitante, devidamente constante em certidão, considerando os pareceres emitidos e considerando que a Aquisição de 01 (uma) Bomba Submersa Modelo MB. S40-11 760/27,5/22TR2.00 para o S.A.A.E de Peabiru Consorciado ao Consórcio Cispar., e por sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, **DISPENSA A LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 24, caput, II da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais), em favor da empresa CONEXÃO TIRADENTES DE UMUARAMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob No 09.454.488/0001-10, com endereço na Av. Tiradentes, nº 1845, Jardim Paraíso, situada na Cidade de Umuarama, no Estado do Paraná – CEP: 87.505-090, cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Maringá, 02 de dezembro de 2020

**MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**

Presidente do Consórcio CISPAR

**Publicado por:**

Gabriel Puiatti Rios

**Código Identificador:**2F557F82**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ****EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2020  
PREGÃO PRESENCIAL 024/2020****CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR**CNPJ:** 04.823.494/0001-65**CONTRATADA:** TELEFÔNICA BRASIL S.A**CNPJ:** 02.558.157/0001-62

**OBJETO:** Pacote/plano pós-pago de no mínimo 35.000 (tinta e cinco mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora com utilização do CSP15; Pacote de mínimo 9.000 SMS para móvel on, off net; Pacote serviço de internet móvel (internet banda larga para smartphone padrão 3G e 4G) com no mínimo 15GB de franquia mensal por código de acesso, até início do próximo ciclo de prestação mensal sem cobrança de valores excedentes e Serviço de Gestão de Voz e dados via web incluso gratuitamente no pacote; Portabilidade dos seguintes números utilizados pelo Consórcio Cispar: (44)99800-1415, (44)99800-1441, (44)99800-1444, (44)99800-1514 e (44)99800-1516.

**VALOR:** R\$ 5.964,00 (Cinco mil e novecentos e sessenta e quatro reais).

**VIGÊNCIA:** de 07/12/2020 até 07/12/2021.

Jussara - PR, 30 de novembro de 2020.

**VALTER LUIZ BOSSA**

Diretor Executivo

**Publicado por:**

André Bartolomeu Arrais da Silva

**Código Identificador:**A39B6DEC**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS  
DECRETO 67/2020**

Abre Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº. 510 de 12 de Dezembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 271.939,50 (Duzentos e Setenta e Um Mil e Novecentos e trinta e Nove Reais e Cinquenta Centavos) para reforço da seguinte dotação em vigor:

02 GOVERNO MUNICIPAL Acréscimo 3.275,03  
02.001 GABINETE DO PREFEITO Abertura  
04.122.0002.2004 Gastos com Pessoal e Encargos - Gabinete do Prefeito  
3.1.90.11.00.0 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
10 00000 Recursos Ordinários (Livres)

02 GOVERNO MUNICIPAL Acréscimo 130,00  
02.001 GABINETE DO PREFEITO Abertura  
04.122.0002.2004 Gastos com Pessoal e Encargos - Gabinete do Prefeito  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

25 00000 Recursos Ordinários (Livres)

02 GOVERNO MUNICIPAL Acréscimo 260,00  
02.002 ASSESSORIA JURÍDICA Abertura  
04.122.0002.2005 Gastos com Pessoal e Encargos - Defesa Jurídica do Município  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
95 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 130,00  
03.001 DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS Abertura  
04.122.0002.2018 Gastos com Pessoal e Encargos - Recursos Humanos  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
135 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 520,00  
03.002 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura  
04.122.0002.2009 Manutenção da Administração Geral (Serviços Gerais)  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
205 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 260,00  
03.003 DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS Abertura  
02.122.0002.2019 Gestão de Pessoal - Divisão de Materiais e Compras  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
345 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Acréscimo 260,00  
04.001 DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO Abertura  
04.122.0002.2020 Gestão de Pessoal - Divisão de Cadastro e Tributação  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
485 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Anulação 16.500,00  
04.001 DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO Abertura  
28.846.0003.0028 Precatórios ART. 100 CF  
3.1.90.91.00.0 SENTENÇAS JUDICIAIS  
490 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Acréscimo 11.927,83  
04.002 DIVISÃO DE CONTABILIDADE Abertura  
04.122.0002.2021 Gestão de Pessoal - Divisão de Contabilidade  
3.1.90.11.00.0 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
500 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Acréscimo 2.550,52  
04.002 DIVISÃO DE CONTABILIDADE Abertura  
04.122.0002.2021 Gestão de Pessoal - Divisão de Contabilidade  
3.1.90.13.00.0 OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Acréscimo 520,00  
04.002 DIVISÃO DE CONTABILIDADE Abertura  
04.122.0002.2021 Gestão de Pessoal - Divisão de Contabilidade  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
515 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Acréscimo 260,00  
04.003 DIVISÃO DE TESOUREARIA Abertura  
04.122.0002.2022 Gestão de Pessoal - Divisão de Tesouraria  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
535 00000 Recursos Ordinários (Livres)

04 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS Acréscimo 130,00  
04.004 DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS Abertura  
04.122.0002.2023 Gestão de Pessoal - Divisão de Processamento de Dados.  
3.3.90.46.00.0 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
565 00000 Recursos Ordinários (Livres)  
05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 910,00

05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2046Programa Agentes Comunitários da Saúde - PACS  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
725 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 4.640,21  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2047Manutenção da Atenção Básica - PAB Fixo  
3.1.90.13.00.0OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
760 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 5.200,00  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2047Manutenção da Atenção Básica - PAB Fixo  
3.3.90.36.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
800 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 260,00  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2047Manutenção da Atenção Básica - PAB Fixo  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
775 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 49.280,26  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2140Programa de Atenção Primária em Saúde - APS  
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
871 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 11.504,25  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2140Programa de Atenção Primária em Saúde - APS  
3.1.90.13.00.0OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
881 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 1.560,00  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2140Programa de Atenção Primária em Saúde - APS  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
886 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 4.200,00  
05.001FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLATB Abertura  
10.301.0005.2154Piso de Atenção Básica Variável - NASF FEDERAL  
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
940 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 115.248,19  
05.002FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLMAC Abertura  
10.302.0006.2051Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial - HPP  
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
1080 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 4.680,00  
05.002FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLMAC Abertura  
10.302.0006.2051Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial - HPP  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
1095 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 6.306,96  
05.003FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS Abertura  
10.304.0005.2054Componente da Vigilância Sanitária  
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
1375 00003 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 2.024,80  
05.003FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS Abertura

10.304.0005.2054Componente da Vigilância Sanitária  
3.1.90.13.00.0OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
1391 00003 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 389,33  
05.003FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS Abertura  
10.304.0005.2054Componente da Vigilância Sanitária  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
1395 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 910,00  
05.005FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES Abertura  
10.122.0005.2056Manutenção das atividades administrativas do SUS  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
1705 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 8.259,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0013.2066Ações de manutenção e implementação do PAIF  
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
2030 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 2.998,52  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0013.2066Ações de manutenção e implementação do PAIF  
3.1.90.13.00.0OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
2050 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 390,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0013.2066Ações de manutenção e implementação do PAIF  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
2065 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 780,00  
06.004DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Abertura  
08.243.0011.2060Manutenção do Conselho Tutelar  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
2555 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 780,00  
06.004DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Abertura  
08.244.0015.2073Manutenção do Órgão Gestor da Política de Assistência Social  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
2655 00000 Recursos Ordinários (Livres)

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Acréscimo 19.586,31  
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura  
12.361.0016.2084Manutenção do Ensino Fundamental e Infantil - FUNDEB  
3.1.90.13.00.0OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
2880 00101 Fundeb 60%

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Acréscimo 6.240,00  
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura  
12.361.0016.2084Manutenção do Ensino Fundamental e Infantil - FUNDEB  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
2895 00101 Fundeb 60%

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Acréscimo 2.340,00  
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura

12.361.0016.2086Manutenção da Educação Básica - Outros Recursos  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
2935 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Acréscimo 520,00  
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura  
12.361.0018.2082Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
3165 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

08 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER Acréscimo 260,00  
08.001DIVISÃO DE ESPORTE Abertura  
27.812.0020.2094Manutenção da Divisão de Esportes  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
3445 00000 Recursos Ordinários (Livres)  
09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 1.300,00  
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura  
15.451.0021.2098Manutenção dos Serviços Públicos  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
3585 00000 Recursos Ordinários (Livres)

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 7.390,71  
09.002DIVISÃO DE OBRAS Abertura  
04.122.0002.2024Gestão de Pessoal - Divisão de Obras  
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  
3710 00000 Recursos Ordinários (Livres)

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 1.857,58  
09.002DIVISÃO DE OBRAS Abertura  
04.122.0002.2024Gestão de Pessoal - Divisão de Obras  
3.1.90.13.00.0OBRIGAÇÕES PATRONAIS  
3720 00000 Recursos Ordinários (Livres)

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Acréscimo 520,00  
09.002DIVISÃO DE OBRAS Abertura  
04.122.0002.2024Gestão de Pessoal - Divisão de Obras  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
3725 00000 Recursos Ordinários (Livres)

10 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES Acréscimo 650,00  
10.001DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS Abertura  
26.782.0002.2034Gastos com Pessoal e Encargos - Divisão de Transporte  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
3825 00000 Recursos Ordinários (Livres)

11 DEP. DE AGRIC., ABAST. E MEIO AMBIENTE Acréscimo 130,00  
11.001DIVISÃO DE AGROPECUÁRIA Abertura  
04.122.0002.2025Gestão de Pessoal - Divisão de Agropecuária  
3.3.90.46.00.0AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO  
3985 00000 Recursos Ordinários (Livres)  
Crédito adicional:Especial

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, foi utilizado Cancelamento e da seguinte dotação:

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 18.870,00  
05.002FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLMAC Abertura  
10.302.0004.1050Adquirir equipamentos hospitalar em geral  
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
960 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 50.000,00  
05.002FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLMAC Abertura  
10.302.0006.2051Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial - HPP  
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO  
1110 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 10.600,00  
05.003FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS Abertura

10.305.0007.2055Componente da Vigilância e Promoção da Saúde  
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO  
1490 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 6.650,00  
05.003FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS Abertura  
10.305.0007.2055Componente da Vigilância e Promoção da Saúde  
3.3.90.36.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
1510 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 10.500,00  
05.003FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLVGS Abertura  
10.305.0007.2055Componente da Vigilância e Promoção da Saúde  
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
1520 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 7.900,00  
05.004FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLAFB Abertura  
10.301.0008.2058Assistência Farmacêutica - BLAFB  
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO  
1570 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 5.000,00  
05.004FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLAFB Abertura  
10.301.0008.2058Assistência Farmacêutica - BLAFB  
3.3.90.32.00.0MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
1580 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 20.000,00  
05.004FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLAFB Abertura  
10.302.0005.2059Manutenção do Consórcio Intergestores Paraná Saúde  
3.3.72.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO  
1610 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 7.700,00  
05.005FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES Abertura  
10.128.0005.2057Incrementar as cap. e as ações educativas voltadas aos profissionais,  
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
1740 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)  
05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 10.000,00  
05.005FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - BLGES Abertura  
10.301.0005.1059Aquisição de Veículo para Depto de Saúde  
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
1750 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.243.0011.2127Proteção Social Especial - Execução de Medidas Sócio Educativas  
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO  
1790 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.243.0011.2127Proteção Social Especial - Execução de Medidas Sócio Educativas  
3.3.90.36.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
1800 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura

08.243.0011.2127Proteção Social Especial - Execução de Medidas Sôcio Educativas  
3.3.90.39.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
1810 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.243.0012.2064Ações de gestão, manut. e implementação do Programa Bolsa Família  
3.3.90.39.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
1860 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.243.0014.2071Manut. e implementação das ações do Proj. Crescendo em Cidadania  
3.3.90.36.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
1920 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.100,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0013.2067Ações de capacitação e inserção profissional  
3.3.90.36.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
2160 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.500,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0013.2067Ações de capacitação e inserção profissional  
4.4.90.52.00.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
2200 00000 Recursos Ordinários (Livres)  
06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 3.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0014.2069Ações de manutenção e implementação do SCFV com Idosos.  
3.3.90.30.00.00MATERIAL DE CONSUMO  
2240 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.100,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0014.2069Ações de manutenção e implementação do SCFV com Idosos.  
3.3.90.36.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
2270 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 2.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0014.2069Ações de manutenção e implementação do SCFV com Idosos.  
3.3.90.39.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  
2290 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 2.000,00

06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0015.2152Qualificação da Gestão da Política Ass. Social.  
3.3.90.14.00.00DIÁRIAS - CIVIL  
2370 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 1.000,00  
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura  
08.244.0015.2152Qualificação da Gestão da Política Ass. Social.  
3.3.90.36.00.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA  
2400 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 20.000,00  
06.004DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Abertura  
08.244.0015.2073Manutenção do Órgão Gestor da Política de Assistência Social  
4.4.90.52.00.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
2700 00000 Recursos Ordinários (Livres)

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Anulação 37.030,17  
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura  
15.451.0021.1101Execução de Obras de Pavimentação de Ruas  
4.4.90.51.00.00OBRAS E INSTALAÇÕES  
3480 00000 Recursos Ordinários (Livres)

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Anulação 25.089,33  
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura  
15.451.0021.1101Execução de Obras de Pavimentação de Ruas  
4.4.90.51.00.00OBRAS E INSTALAÇÕES  
3480 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Paço Municipal “Deputado. Homero Oguido”, aos 27 dias de Novembro de 2020.

**SILVIO ANTONIO DAMACENO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Ana Paula Fernandes de Assis  
**Código Identificador:**1906CB33

---

**DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2020**

**ONDE SE LÊ:**  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 669.380,00 (Seiscentos e Sessenta e Nove Mil, Trezentos e Oitenta Reais).

**LEIA- SÊ:**  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 569.380,00 (Quinhentos e Sessenta e Nove Mil, Trezentos e Oitenta Reais).

Prado Ferreira, 02 de dezembro de 2020

**SILVIO ANTONIO DAMACENO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fabiana Cristina Neto  
**Código Identificador:**C5FD1661

---

**DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS**  
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2020- INEXIGIBILIDADE Nº 17/2020**  
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA  
**CONTRATADO:** SAN MARINO ÔNIBUS LTDA – CNPJ 93.785.822/0001-06  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS ESCOLAR OREI 4X4 DESTINADO AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE



EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERRIERA, CONFORME ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019/FNDE/MEC- ORGÃO PARTICIPANTE DE COMPRA NACIONAL SOLICITAÇÃO SIGARP Nº 88086.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 274.000,00 (duzentos e setenta e quatro mil reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

**DATA DE ASSINATURA:** 25/11/2020

**SILVIO ANTONIO DAMACENO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabiana Cristina Neto

**Código Identificador:**29F67010

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 7800/2020**

Súmula: Exonera a pedido a Senhora KEVLIN BRUNA TARTAIA em comissão que ocupa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

Considerando o constante do Processo Administrativo nº 16912/2020;

**DECRETA**

Art. 1º EXONERA, a pedido, a Servidora Municipal Senhora KEVLIN BRUNA TARTAIA, RG nº. 106992878/PR, ocupante do cargo em comissão de “Diretor Geral”, do quadro de servidores deste Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2020.

Quatro Barras, 01 de Dezembro de 2020.

**ANGELO ANDREATTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Jacqueline Batista de Castro

**Código Identificador:**25E0D1F5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 7803/2020**

Súmula: Designa o Senhor ANGELO ANDREATTA para responder interinamente por Secretaria.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

Considerando o pedido de exoneração da Senhora Ana Mara Harbs, publicado através do Decreto nº 7792/2020,

**DECRETA**

Art. 1º DESIGNA o Senhor ANGELO ANDREATTA, RG nº. 44828715/PR, cargo de “Prefeito Municipal” para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/12/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2020.

Quatro Barras, 01 de Dezembro de 2020.

**ANGELO ANDREATTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Jacqueline Batista de Castro

**Código Identificador:**26B582B4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**PORTARIA Nº 139/2020**

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, DESIGNA a Servidora Municipal Senhora LEIA CRISTIANE FERREIRA, RG nº. 67181077/PR, cargo efetivo de “Zelador”, para desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor em 01 de Dezembro de 2020.

Quatro Barras, 01 de Dezembro de 2020.

**ANGELO ANDREATTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Jacqueline Batista de Castro

**Código Identificador:**2E0A1A2D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS Nº Nº 214/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
89/2020**

**OBJETO:** o registro de preços para eventual necessidade de contratação de empresa para locação de estruturas para realizações de eventos no município, a serem utilizados pelas diversas secretarias municipais, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 89/2020, conforme especificações, previsões e exigências do Edital do certame supracitado.

**ORGÃO GERENCIADOR:** MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - CNPJ: 76.105.568/0001-39

**DETENTOR DA ATA MCX LOCACOES DE ESTRUTURAS EIRELI** CNPJ: 16.876.380/0001-62

**DA VALIDADE:** 12 (doze) meses A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA.

**VALOR:** R\$ 347.385,00 (trezentos e quarenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco reais)

**DATA DE ASSINATURA:** 20 de novembro de 2020.

**Publicado por:**

Estephane Gonçalves Repinoski

**Código Identificador:**EC718274

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 81/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019**

**OBJETO DO CONTRATO:** contratação de empresa para locação de impressoras, multifuncionais e scanners, com assistência técnica e reposição de todas as peças e suprimentos (exceto papel), devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão Presencial nº 58/2019 e seus ANEXOS, que ficam fazendo parte integrante do presente em todos os seus itens e condições.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - CNPJ nº 76.105.568/0001-39

**CONTRATADA:** ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - CNPJ sob nº 84.968.874/0001-27

**OBJETO DO ADITIVO:** O presente termo aditivo tem como objeto a renovação do prazo de vigência, conforme cláusulas quarta do contrato.

**DA PRORROGAÇÃO:** Pelo presente termo aditivo, prorroga-se a vigência do contrato de 06/12/2020 a 06/12/2021.

**DO VALOR:** Pelo presente termo aditivo, o valor contratado permanecerá o mesmo pactuado anteriormente. O valor global de R\$ 520.999,92 (Quinhentos e vinte mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

**FUNDAMENTO LEGAL:** O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal Sr. Ângelo Andreatta e a Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Processo administrativo nº 14.525/2020, sob o amparo legal do artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

**DATA DE ASSINATURA:** 25 de novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**F990050E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 136/2020 PROCESSO  
LICITATÓRIO Nº 65/2019 - PREGÃO PRESENCIAL**

**OBJETO** aquisição de tênis, item de composição do kit do uniforme escolar, em atendimento aos alunos das escolas e CMEIs do Município, devidamente autorizado pelo Processo LicitatórioPregãoPresencial nº 65/2019, conforme especificações, previsões e exigências do Edital do certame supracitado.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS- CNPJ: 76.105.568/0001-39.

**CONTRATADA:** FLARE COMERCIO VAREJO E ATACADO EIRELI, CNPJ nº 27.671.902/0001-06

**VALOR:** R\$ 167.181,00 (cento e sessenta e sete mil e cento e oitenta e um reais)

**DATA DE ASSINATURA:** 16 de novembro de 2020.

**Prazo:** 12 (doze) meses A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA.

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**566F2F73

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS Nº 221/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2020**

**OBJETO:** registro de preços para eventual aquisição de óculos (armações e lentes) em atendimento às necessidades dos munícipes acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente autorizado pelo Processo LicitatórioPregãoº 104/2020, conforme especificações, previsões e exigências do Edital do certame supracitado.

**ORGÃO GERENCIADOR:** MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - CNPJ: 76.105.568/0001-39

**DETENTOR DA ATA** ALMEIDA SARMENTO & CIA LTDA: 12.681.342/0001-01

**DA VALIDADE:** 12 (doze) meses A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA.

**VALOR:** R\$ 89.815,00 (oitenta e nove mil oitocentos e quinze reais)

**DATA DE ASSINATURA:** 30 de novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**3576F760

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO ATA DE REGISTRO  
DE PREÇOS Nº 222/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2020**

**OBJETO:** registro de preço para eventual necessidade de aquisição de materiais médico-hospitalares em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório Pregão nº 82/2020, conforme especificações, previsões e exigências do Edital do certame supracitado.

**ORGÃO GERENCIADOR:** MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS - CNPJ: 76.105.568/0001-39

**DETENTOR DA ATA** ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – inscrito no CNPJ nº 12.014.370/0001-67

**DA VALIDADE:** 12 (doze) meses A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA.

**VALOR:** R\$ 64.488,80 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

**DATA DE ASSINATURA:** 02 de dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**07285D20

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 148/2020 DISPENSA  
Nº77/2020**

**OBJETO** Aquisição de 7.500 unidades de Avental de procedimento não estéril com punho elástico destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, com fulcro no **artigo 4**, da Lei nº 13.979/2020, devidamente autorizado pela dispensa nº 77/2020, Processo administrativo nº 15.816/2020, que ficam fazendo parte integrante do presente o item e condições.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS- CNPJ: 76.105.568/0001-39.

**CONTRATADA:** PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.505.300/0001-05

**VALOR:** R\$ 34.650,00 (Trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 02 de dezembro de 2020.

**Prazo:** até 90 (noventa) dias A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA.

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**58DF9B7F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
OFÍCIO Nº 22/2020/SMAFP**

Quatro Barras, 02 de dezembro de 2020.

**SANEPAR**  
Coordenação de Clientes

Assunto: **Responsável pelo acompanhamento da arrecadação da Taxa de Coleta de Lixo**

Informa-se que a Servidora Municipal Sra. Emanuelle Monique Miranda, Fiscal de Tributos é responsável pela arrecadação, lançamento e cobrança da Taxa de Coleta de Lixo do Município de Quatro Barras.

Segue os dados para atualização de cadastro junto a SANEPAR:

Nome: EMANUELLE MONIQUE MIRANDA

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

Decreto: 4240/2015

Email: emanuellemiranda@quatrobarras.pr.gov.br

Telefone: 41-36718800 ramal 8835

Atenciosamente,

**EMANUELLE MONIQUE MIRANDA**  
Fiscal de Tributos  
Decreto nº 4240/2015

**Publicado por:**  
Mariana Baggio Annibelli  
**Código Identificador:**F72F881E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
OFÍCIO Nº 21/2020/SMAFP**

Quatro Barras, 02 de dezembro de 2020.

# SANEPAR

Coordenação de Clientes

Assunto: **Cobrança da Taxa de Coleta de Lixo 2021**

Para o Exercício Financeiro de 2021 estará vigente a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo de acordo com a Tabela nº 7 constante no Anexo VIII da Lei Municipal nº 38/2001 que dispõe sobre o Código Tributário Municipal de Quatro Barras, vigorando os valores atualizados da URMQB sob Decreto nº 7769/2020, com seu valor estabelecido em R\$ 715,96 (setecentos e quinze reais e noventa e seis centavos), conforme segue tabela:

## TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA – COLETA DE LIXO 2021

ESPECIFICAÇÃO	% SOBRE URMQB	VALOR VIGENTE PARA 2021
I – COLETA RESIDENCIAL	3,47 %	R\$ 24,84
II – COLETA COMERCIAL E DE SERVIÇOS	10,02 %	R\$ 71,73
III – COLETA INDUSTRIAL	20,05 %	R\$ 143,54

Atenciosamente,

**EMANUELLE MONIQUE MIRANDA**

Fiscal de Tributos

Decreto nº 4240/2015

**Publicado por:**

Mariana Baggio Annibelli

**Código Identificador:**FDABFB47

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2020

O Prefeito de Quatro Barras, no uso das atribuições, resolve adjudicar a Presente licitação: MODALIDADE: Pregão eletrônico nº 67/2020. Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de alimentos não perecíveis em atendimento à Secretaria Municipal de Educação (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e demais secretarias, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Edital.

### PROPOSTANTES VENCEDORAS:

**AGL COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA ME** - CNPJ: 76.051.036/0001-66 no valor de R\$ 274.051,08 (duzentos e setenta e quatro mil, cinquenta e um reais e oito centavos);

**COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI ME** - CNPJ: 11.412.547/0001-10 no valor de R\$ 376.675,85 (trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos);

**E. LAZZAROTTO & CIA LTDA** - CNPJ: 09.045.155/0001-19 no valor de R\$ 123.643,95 (cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos);

**ITAVOL COMERCIAL LTDA** - CNPJ: 10.976.220/0001-09 no valor de R\$ 50.955,00 (cinquenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais);

**MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA** - CNPJ: 05.912.018/0001-83 no valor de R\$ 94.440,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais);

**MERENDA MAIS DE SUZANO ALIMENTOS EIRELI** - CNPJ: 28.367.239/0001-13 no valor de R\$ 60.742,00 (sessenta mil, setecentos e quarenta e dois reais);

**MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI** - CNPJ: 30.510.775/0001-78 no valor de R\$ 108.905,38 (cento e oito mil, novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos);

**SAVIMED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS ME** - CNPJ: 26.640.161/0001-33 no valor de R\$ 36.559,00 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais);

**STILOS CAFES ESPECIAIS LTDA** - CNPJ: 36.322.373/0001-26 no valor de R\$ 25.823,40 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta centavos);

**DATA DE ADJUDICAÇÃO:** 01 de dezembro de 2020.

**ANGELO ANDREATTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Estephane Gonçalves Repinoski

**Código Identificador:**7EA2D381

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2020

O Prefeito de Quatro Barras, no uso das atribuições, resolve homologar a Presente licitação: MODALIDADE: Pregão eletrônico nº 67/2020. Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de alimentos não perecíveis em atendimento à Secretaria Municipal de Educação (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e demais secretarias, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Edital.

### PROPOSTANTES VENCEDORAS:

**AGL COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA ME** - CNPJ: 76.051.036/0001-66 no valor de R\$ 274.051,08 (duzentos e setenta e quatro mil, cinquenta e um reais e oito centavos);

**COMERCIAL MAB ALIMENTOS EIRELI ME** - CNPJ: 11.412.547/0001-10 no valor de R\$ 376.675,85 (trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos);

**E. LAZZAROTTO & CIA LTDA** - CNPJ: 09.045.155/0001-19 no valor de R\$ 123.643,95 (cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos);

**ITAVOL COMERCIAL LTDA** - CNPJ: 10.976.220/0001-09 no valor de R\$ 50.955,00 (cinquenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais);

**MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA** - CNPJ: 05.912.018/0001-83 no valor de R\$ 94.440,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais);

**MERENDA MAIS DE SUZANO ALIMENTOS EIRELI** - CNPJ: 28.367.239/0001-13 no valor de R\$ 60.742,00 (sessenta mil, setecentos e quarenta e dois reais);

**MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI** - CNPJ: 30.510.775/0001-78 no valor de R\$ 108.905,38 (cento e oito mil, novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos);

**SAVIMED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS ME** - CNPJ: 26.640.161/0001-33 no valor de R\$ 36.559,00 (trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais);

**STILOS CAFES ESPECIAIS LTDA** - CNPJ: 36.322.373/0001-26 no valor de R\$ 25.823,40 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta centavos);

**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 01 de dezembro de 2020.

**ANGELO ANDREATTA**

**Publicado por:**

Estephane Gonçalves Repinoski

**Código Identificador:**9123781B

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 79/2020 / MENOR PREÇO POR ITEM

**OBJETO:** Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) a granel com comodato de tanques estacionários, com capacidade para 190 kg, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 6406/2018, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico SRP nº 79/2020, com abertura agendada para o dia 27 de outubro de 2020 às 14h00, com o objeto de licitação em epígrafe, foi declarado DESERTO. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, situado

à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras, PR, no horário das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, pelo telefone (41) 3671-8800, pelo site da Prefeitura [www.quatrobarras.pr.gov.br](http://www.quatrobarras.pr.gov.br) ou pelo e-mail [licitacao@quatrobarras.pr.gov.br](mailto:licitacao@quatrobarras.pr.gov.br).

Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 02 de dezembro de 2020.

**ANA CAROLINE LISBOA DE MIRANDA**  
Pregoeira Municipal Suplente

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**C7F83AFD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 76/2020**

**OBJETO:** Aquisição de veículo tipo pick up.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 6406/2018, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 76/2020, com abertura agendada para o dia 29 de outubro de 2020 às 09h00, com o objeto de licitação em epígrafe, foi declarado FRACASSADO. Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, situado à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras, PR, no horário das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, pelo telefone (41) 3671-8800, pelo site da Prefeitura [www.quatrobarras.pr.gov.br](http://www.quatrobarras.pr.gov.br) ou pelo e-mail [licitacao@quatrobarras.pr.gov.br](mailto:licitacao@quatrobarras.pr.gov.br).

Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 02 de dezembro de 2020.

**ANA CAROLINE LISBOA DE MIRANDA**  
Pregoeira Municipal Suplente

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**1806AD7B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº  
110/2020 MENOR PREÇO POR ITEM**

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:

**OBJETO:** Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de equipamentos de eletro eletrônicos, itens desertos do PE 91/2020, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 17h00 do dia 03/12/2020 às 08h50 do dia 17/12/2020.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** das 08h51 às 08h59 do dia 17/12/2020.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 09h00 do dia 17/12/2020.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário Oficial de Brasília.

**LOCAL:** Portal Compras BR - [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br) "Acesso Identificado"

O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site [www.quatrobarras.pr.gov.br](http://www.quatrobarras.pr.gov.br), menu "Licitações" ou solicitado via email [licitacao@quatrobarras.pr.gov.br](mailto:licitacao@quatrobarras.pr.gov.br). Informações poderão ser obtidas pelo site, email ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 17h30.

Quatro Barras, 02 de dezembro de 2020.

**ANA CAROLINE LISBOA DE MIRANDA**  
Pregoeira Municipal Suplente

**Publicado por:**  
Estephane Gonçalves Repinoski  
**Código Identificador:**044B929A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
PORTARIA Nº 140/2020**

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, DESIGNA o Servidor Municipal Senhor IVANILDO AFONSO MAGALHAES, RG nº 81412715/PR, no cargo efetivo de "Motorista D" para desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.  
Esta Portaria entra em vigor em 01 de Dezembro de 2020.

Quatro Barras, 02 de Dezembro de 2020.

**ANGELO ANDREATTA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jacqueline Batista de Castro  
**Código Identificador:**F91FE7FE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E  
CULTURA  
RESOLUÇÃO 01/2020**

Súmula: Prorrogar o prazo do mandato do CMDM biênio 2018/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1046/17 e suas posteriores alterações, reunido ordinariamente em 30 de novembro de 2020 e considerando:

- As orientações do Governo do Estado do Paraná através do Decreto nº4230 de 16 de março de 2020 e as orientações do Governo Municipal local através do Decreto nº 7267 de 18 de março de 2020;
- o Ofício nº10/2020 do CEDM (Conselho estadual dos Direitos da Mulher) que orienta sobre a prorrogação dos prazos para a realização das Conferências Municipais de políticas para Mulheres;
- a deliberação da plenária.

**Resolve:**

Art. 1º. Prorrogar, o mandato dos Conselheiros do CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, biênio 2018/2020 até 30 de junho de 2021.

Art. 2º. As eleições para os representantes da Sociedade Civil no CMDM, ocorrerão na "I Conferência Municipal de Políticas para Mulheres", a ser realizada no primeiro semestre 2021.

Art. 3º. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as publicações anteriores.

Quatro Barras, 30 de novembro de 2020.

**CAMILA MARIA ALCANTARA**  
Presidente do CMDM

**Publicado por:**  
Mariana Baggio Annibelli  
**Código Identificador:**389E95B4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E  
CULTURA  
RESOLUÇÃO 02/2020**

Súmula: Eleição da Mesa Diretora do CMDM..

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1046/17 e suas posteriores alterações, reunido ordinariamente em 30 de novembro de 2020 e considerando:

- As orientações do Governo do Estado do Paraná através do Decreto nº 4230 de 16 de março de 2020 e as orientações do Governo Municipal local através do Decreto nº 7267 de 18 de março de 2020;  
 - o decreto nº 6175/2018 que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Quatro Barras/PR;  
 - a deliberação da plenária.

#### Resolve:

Artigo 1º. Eleger a nova Diretoria do CMDM — Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em conformidade com os artigos nº 13, 14 e 15 do Regimento Interno que dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Conselho.

Artigo 2º. Foram eleitas:

- Presidente: Camila Maria Alcantara - Representante da Sociedade Civil;

- Vice Presidente: Cátia Henriques Rodrigues - Representante Governamental.

Art. 3º. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as publicações anteriores.

Quatro Barras, 30 de novembro de 2020.

**CAMILA MARIA ALCANTARA**

Presidente do CMDM

**Publicado por:**

Mariana Baggio Annibelli

**Código Identificador:** 2A359D42

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

#### CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA DECRETO LEGISLATIVO Nº 45/2020

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 45/2020

Súmula: “Estabelece Ponto Facultativo”.

O Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, que são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica decretado Ponto Facultativo do dia 07 de dezembro deste ano, em conformidade com o Art. 207 do Regimento Interno desta Casa.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições contrárias.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCOS AURÉLIO DE ANDRADE LEMOS**

Presidente

**Publicado por:**

Eduardo Karpinski

**Código Identificador:** 38D52647

### INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA EXTRATO DE CONTRATO

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA-PR  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2020  
DISPENSA Nº 07/2020**

**PARTES:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – PR, e Actuarial Assessoria e Consultoria Actuarial Ltda EPP.

**OBJETO:** Serviço de Assessoria e Consultoria Atuarial.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 12 meses

**CONTRATO Nº:** 003/2020

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 17.137,68 (dezesete mil, cento e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos)

#### RECURSOS:

001 - Instituto de Previdência dos Serv. de Quitandinha

09.272.0001.2.001 – Instituto de Previdência dos Serv. de Quitandinha – Administrativa

3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria

3.3.90.35.01.02 – Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica – Pessoa Jurídica

**DATA DE ASSINATURA:** 1º de dezembro de 2020.

Quitandinha, PR, 02 de dezembro de 2020.

**EMERSON MITSUI KARASAWA**

Diretor Presidente

**Publicado por:**

Jussara Wisniewski

**Código Identificador:** 5B3E8FE0

### INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA EXTRATO

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA-PR**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018**

**DISPENSA Nº 03/2018**

**PARTES:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – PR, e Imobiliária Andrade Lemos Assessoria de Imóveis Ltda.

**OBJETO:** Locação de imóvel para sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 12 meses

**VALOR DO TERMO ADITIVO:** R\$ 17.716,20 (dezesete mil, setecentos e dezesseis reais e vinte centavos)

**VALOR TOTAL** R\$ 49.537,95 (quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos)

#### RECURSOS:

001 – Instituto de Previdência dos Serv. De Quitandinha

09.272.0001.2.001 – Instituto de Previdência dos Serv. De Quitandinha

3.3.90.39.10.00 – Locação de Imóveis

3.3.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica

**DATA DE ASSINATURA:** 1º de dezembro de 2020.

Quitandinha, PR, 02 de dezembro de 2020.

**EMERSON MITSUI KARASAWA**

Diretor Presidente

**Publicado por:**

Jussara Wisniewski

**Código Identificador:** E1CDAFED

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS AVISO DE PREGÃO Nº 59/2020-PMQ – SISTEMA ELETRÔNICO

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E MATERIAIS LÚDICOS

**Local:** BLL COMPRAS ACESSO IDENTIFICADO

**Data limite de credenciamento:** 12 de janeiro de 2020, às 09:00 horas. **Datalimite do cadastramento das propostas:** 12 de janeiro de 2020, às 09:15 horas. Os prazos, só serão prorrogados em caso de

retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes  
**Informações e íntegra do edital:** Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231, licitação2@quitandinha.pr.gov.br.

Quitandinha, 01 de dezembro de 2020.

**MARIA JULIA SOCEK WOJCIK**

Prefeita Municipal.

**Publicado por:**  
 Adaiane Caroline Knapik  
 Código Identificador:08F30D5C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**AVISO DE PREGÃO Nº 60/2020-PMQ – SISTEMA ELETRÔNICO**

**Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Local:** BLL ACESSO IDENTIFICADO

**Data limite de credenciamento:** 11 de janeiro de 2020, às 09:00 horas. **Data limite do cadastramento das propostas:** 11 de janeiro de 2020, às 09:15 horas. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes  
**Informações e íntegra do edital:** Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231, licitação2@quitandinha.pr.gov.br.

Quitandinha, 01 de dezembro de 2020.

**MARIA JULIA SOCEK WOJCIK**

Prefeita Municipal.

**Publicado por:**  
 Adaiane Caroline Knapik  
 Código Identificador:07E53D16

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**

**ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 303/07/2020**

**PORTARIA Nº 303/07/2020**

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 24/11/2020 a 23/12/2020 ( 30 dias) por motivos descritos pelo CID K80 e Z54 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 24/11/2020 a 23/12/2020, a Servidora Pública Municipal, Sra. VALDETE D'ANGELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pela Servidora retro ao Departamento de Administração do Município.

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pela Servidora retro.

**R E S O L V E**

**I – Conceder afastamento de suas atividades do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a Servidora Pública Municipal, Sra. VALDETE D'ANGELO DOS SANTOS, no período de 24/11/2020 a 23/12/2020 ( 30 dias), conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que o acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de 24/11/2020 a 23/12/2020 ( 30 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 24/11/2020 a 23/12/2020.**

**II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, com o recebimento do referido benefício no período de 24/11/2020 a 23/12/2020.**

**III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de novembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.**

**PAÇO MUNICIPAL “20 DE MARÇO”, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
 Lenice Coqueiro Pereira  
 Código Identificador:0449A14F

**ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 304/07/2020**

**PORTARIA Nº 304/07/2020**

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 06/11/2020 a 05/12/2020 ( 30 dias) por motivos descritos pelo CID M 62.0 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 06/11/2020 a 05/12/2020, a Servidora Pública Municipal, Sra. ROSANGELA DA SILVA MOREIRA, ocupante do Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL II, mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pela Servidora retro ao Departamento de Administração do Município

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pela Servidora retro.

**R E S O L V E**

**I – Conceder afastamento de suas atividades do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL II, a Servidora Pública Municipal, Sra. ROSANGELA DA SILVA MOREIRA, no período de 06/11/2020 a 05/12/2020 ( 30 dias), conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que o acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de 06/11/2020 a 05/12/2020 ( 30 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 06/11/2020 a 05/12/2020.**

**II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar**

**Municipal nº 005/07/2020, com o recebimento do referido benefício no período de 06/11/2020 a 05/12/2020.**

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL “20 DE MARÇO”, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Lenice Coqueiro Pereira  
**Código Identificador:**CD82DE37

**ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 305/07/2020**

**PORTARIA Nº 305/07/2020**

**SÚMULA:** Reenquadra Servidora Pública Municipal no Plano de Cargos e Sistema Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Rancho Alegre D'Oeste, instituído pela Lei nº 174/02/99 de 29/04/1999, de conformidade com o contido nos Artigos 25 e 26, Seção I, da Lei retro, mediante realização da Avaliação de desempenho, observados o disposto em seu Artigo 30 e posteriores.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 61, Inciso II, Alíneas “a” e “b” da Lei Orgânica do Município, bem como, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, em seu Art. 6º, que altera o Artigo 41 da Constituição Federal, especialmente em seu § 1º, Alínea III, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 596/02/2000, que regulamenta a Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, Art. 6º, no qual o Art.41, § 1º - Inciso III da CF passa a vigorar com a seguinte redação:”... o servidor estável deverá passar por procedimentos de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa”.

**CONSIDERANDO** que a Servidora abaixo nominada fora avaliado nos períodos compreendido entre 02/08/2018 à 04/09/2018 e 03/01/2019 à 29/11/2020, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos para conclusão da respectiva avaliação de desempenho na forma da Lei,

**CONSEIDERANDO** que a conclusão da Avaliação de Desempenho da Servidora fora considerada satisfatória.

**R E S O L V E**

**I – Reenquadrar** por ocasião de concessão de promoção horizontal e realização da avaliação de desempenho, a Servidora Pública Municipal Sra. **ANGELA MARIA DE ARAUJO**, portadora da CI/RG nº 6.326.048-7/PR., inscrita no CPF nº 027.118.559-70, admitida em 02/08/1999, ocupante de cargo de provimento efetivo, no Cargo de Carreira de **AJUDANTE GERAL**, percebendo seus vencimentos pelo **padrão I-11**, constante do Anexo IV – Tabela de vencimentos de Cargos de Provimento Efetivo, da referida Lei, a partir de 01 de Dezembro de 2020;

**II –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros, a partir de 01 de Dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL 20 DE MARÇO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Lenice Coqueiro Pereira  
**Código Identificador:**2C7C30D6

**ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 306/07/2020**

**PORTARIA Nº306/07/2020**

**SÚMULA:** Reenquadra Servidor Público Municipal no Plano de Cargos e Sistema Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Rancho Alegre D'Oeste, instituído pela Lei nº 174/02/99 de 29/04/1999, de conformidade com o contido nos Artigos 25 e 26, Seção I, da Lei retro, mediante realização da Avaliação de desempenho, observados o disposto em seu Artigo 30 e posteriores.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 61, Inciso II, Alíneas “a” e “b” da Lei Orgânica do Município, bem como, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, em seu Art. 6º, que altera o Artigo 41 da Constituição Federal, especialmente em seu § 1º, Alínea III, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 596/02/2000, que regulamenta a Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, Art. 6º, no qual o Art.41, § 1º - Inciso III da CF passa a vigorar com a seguinte redação:”... o servidor estável deverá passar por procedimentos de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa”.

**CONSIDERANDO** que o Servidor abaixo nominado fora avaliado nos períodos compreendido entre 15/10/2018 à 14/10/2020, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos para conclusão da respectiva avaliação de desempenho na forma da Lei,

**CONSEIDERANDO** que a conclusão da Avaliação de Desempenho do Servidor fora considerada satisfatória.

**R E S O L V E**

**I – Reenquadrar** por ocasião de concessão de promoção horizontal e realização da avaliação de desempenho, o Servidor Público Municipal Sr. **AUGUSTO DE SOUZA CAMPOS**, portador da CI/RG nº 5.797.302-1/PR., inscrito no CPF nº 797.463.149-04 admitido em 17/09/1993, ocupante de cargo de provimento efetivo, no Cargo de Carreira de **ESCRITURÁRIO**, percebendo seus vencimentos pelo **padrão IX-15**, constante do Anexo IV – Tabela de vencimentos de Cargos de Provimento Efetivo, da referida Lei, a partir de 01 de Dezembro de 2020;

**II –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros, a partir de 01 de Dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL 20 DE MARÇO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**  
Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Lenice Coqueiro Pereira  
**Código Identificador:**2CC17ED7

**ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 307/07/2020**

**PORTARIA Nº 307/07/2020**

**SÚMULA:** Reenquadra Servidora Pública Municipal no Plano de Cargos e Sistema Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Rancho Alegre D'Oeste, instituído pela Lei nº 173/02/99 de 19/05/1999, de conformidade com o contido no Artigo 13, capítulo II da Lei retro,

mediante realização da Avaliação de desempenho, observados o disposto em seu Artigo 15 e posteriores.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 61, Inciso II, Alíneas "a" e "b" da Lei Orgânica do Município, bem como, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, em seu Art. 6º, que altera o Artigo 41 da Constituição Federal, especialmente em seu § 1º, Alínea III, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 596/02/2000, que regulamenta a Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, Art. 6º, no qual o Art.41, § 1º - Inciso III da CF passa a vigorar com a seguinte redação: "... o servidor estável deverá passar por procedimentos de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa".

**CONSIDERANDO** que a Servidora abaixo nominada fora avaliado nos períodos compreendido entre 03/11/2018 à 02/11/2020, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos para conclusão da respectiva avaliação de desempenho na forma da Lei,

**CONSEIDERANDO** que a conclusão da Avaliação de Desempenho da Servidora fora considerada satisfatória.

## RESOLVE

**I – Reenquadrar** por ocasião de concessão de promoção horizontal e realização da avaliação de desempenho, a Servidora Pública Municipal Sra. **ELIZABETH DE SOUZA**, portadora da CI/RG nº 6.028,198-0/PR., inscrito no CPF nº 793.509.259-15, admitida em 01/01/1993, ocupante de cargo de provimento efetivo, no Cargo de Carreira de **PROFESSOR**, percebendo seus vencimentos pelo **padrão M-IV 11**, constante do Anexo IV – Tabela de vencimentos de Cargos de Provimento Efetivo, da referida Lei, a partir de 01 de Dezembro de 2020;

**II** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros, a partir de 01 de Dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL 20 DE MARÇO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Lenice Coqueiro Pereira

**Código Identificador:** 7D47B53F

## ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 308/07/2020

### PORTARIA Nº 308/07/2020

**SÚMULA:** Reenquadra Servidora Pública Municipal no Plano de Cargos e Sistema Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Rancho Alegre D'Oeste, instituído pela Lei nº 174/02/99 de 29/04/1999, de conformidade com o contido nos Artigos 25 e 26, Seção I, da Lei retro, mediante realização da Avaliação de desempenho, observados o disposto em seu Artigo 30 e posteriores.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 61, Inciso II, Alíneas "a" e "b" da Lei Orgânica do Município, bem como, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, em seu Art. 6º, que altera o Artigo 41 da Constituição Federal, especialmente em seu § 1º, Alínea III, e de conformidade com o disposto no Decreto nº 596/02/2000, que regulamenta a Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/1998, Art. 6º, no qual o Art.41, § 1º - Inciso III da CF passa a vigorar com a seguinte redação: "... o servidor estável deverá passar

por procedimentos de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa".

**CONSIDERANDO** que a Servidora abaixo nominada fora avaliado nos períodos compreendido entre 23/11/2018 à 22/11/2020, observado o interstício mínimo de 02 (dois) anos para conclusão da respectiva avaliação de desempenho na forma da Lei,

**CONSEIDERANDO** que a conclusão da Avaliação de Desempenho da Servidora fora considerada satisfatória.

## RESOLVE

**I – Reenquadrar** por ocasião de concessão de promoção horizontal e realização da avaliação de desempenho, a Servidora Pública Municipal Sra. **IRACI APARECIDA POLATO ARAUJO**, portadora da CI/RG nº 8.084.648-7/PR admitida em 12/05/2008, ocupante de cargo de provimento efetivo, no Cargo de Carreira de **AJUDANTE GERAL**, percebendo seus vencimentos pelo **padrão I-06**, constante do Anexo IV – Tabela de vencimentos de Cargos de Provimento Efetivo, da referida Lei, a partir de 01 de Dezembro de 2020;

**II** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros, a partir de 01 de Dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL 20 DE MARÇO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Lenice Coqueiro Pereira

**Código Identificador:** B935D036

## ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 057/20 ALTERAÇÃO DE VALOR DE CONFORMIDADE COM A TOMADA DE PREÇO Nº 04/2020.

**CONTRATANTE:** Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR  
**CONTRATADA:** PRE-ENGE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ nº 08.486.666/0001-03

**OBJETO:** EXECUÇÃO DE OBRA (MATERIAL E MÃO DE OBRA) DA COBERTURA METÁLICA PARA O PÁTIO E PASSARELAS E FECHAMENTO DE REFEITÓRIO PARA A ESCOLA MUNICIPAL NOVA, LOCALIZADO A RUA FORTALEZA, Nº 400 NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR.

**VALOR DO ADITIVO:** R\$ 13.604,35 (Treze mil seiscentos e quatro reais e trinta cinco centavos).

**DATA DO ADITIVO:** 01/12/2020.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93, e suas regulamentações.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 01 de Dezembro de 2020.

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Sueli Batista Alves

**Código Identificador:** A96AFB8A

## ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 1517/07/2020

### DECRETO Nº 1517/07/2020

**SÚMULA:** Estima as Receitas e Fixa as Despesas do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES, de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, para o Exercício de 2021.

A Senhora **SUELY ALVES PEREIRA SILVA**, Prefeita Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 784/07/2020 de 02 de Dezembro de 2020.



**DECRETA:**

**ARTIGO 1º** - O orçamento-Programa do Fundo de Previdência Municipal dos Servidores para o **Exercício Financeiro de 2021**, discriminados pelo Anexo integrante desta Lei, estima e fixa as despesas em igual importância.

**ARTIGO 2º** - A Receita será realizada mediante fontes das transferências do Município, aplicações financeiras e outras receitas de competência do FUMPREV de acordo com o seguinte desdobramento:

**ARTIGO 3º:** - **FUNDO PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - (INDIRETA)**

\* – **POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

09 – Previdência Social	3.801.737,00
Total Geral	3.801.737,00

\* – **POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

1- Depto. do Fundo de Previdência Municipal	3.801.737,00
TOTAL DA DESPESA	3.801.737,00

**ARTIGO 4º** - A Diretoria administrativa composta legalmente para gerenciar o FUMPREV, fundamento na Constituição Federal, Lei 4.320/64 e 101/05/2000, fica autorizada a:

I – Abrir créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10 % (dez por cento), sobre o total orçado para cobrir despesas do **Exercício de 2021**, servindo como recursos os previstos no parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei 4.320/64.

**ARTIGO 5º** - Fica a administração autorizada a proceder por DECRETO, até limite de 05% (Cinco por cento), das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos, atividades, operações especiais e das obras, sem alterar o valor global, com finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei acima citada.

**ARTIGO 6º** - Este decreto terá vigência a partir da data de 01 de Janeiro de 2021 revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL “20 DE MARÇO”, em 02 de Dezembro de 2020.**

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Reinaldo Sebastião Iadicola

**Código Identificador:91DEFEA8**

**ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 309/07/2020**

**PORTARIA Nº 309/07/2020**

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 26/11/2020 a 24/05/2021 ( 180 dias) por motivos descritos pelo CID M 54, M54.4, M54.5, M54.1 e M 25.5 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 26/11/2020 a 24/05/2021, a Servidora Pública Municipal, Sra. CLEVANDI DA SILVA SOARES, ocupante do Cargo de AJUDANTE GERAL, mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pela Servidora retro ao Departamento de Administração do Município.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sra. SUELY ALVES PEREIRA SILVA, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei

**Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pela Servidora retro.**

**RESOLVE**

**I** – Conceder afastamento de suas atividades do cargo de AJUDANTE GERAL, a Servidora Pública Municipal, Sra. CLEVANDI DA SILVA SOARES, no período de 26/11/2020 a 24/05/2021 ( 180 dias), conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que o acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de 26/11/2020 a 24/05/2021 ( 180 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 26/11/2020 a 24/05/2021.

**II** - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, com o recebimento do referido benefício no período de 26/11/2020 a 24/05/2021.

**III** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL “20 DE MARÇO”, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Lenice Coqueiro Pereira

**Código Identificador:3C70E292**

**ADMINISTRAÇÃO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Eu, **SUELY ALVES PEREIRA SILVA**, Prefeita Municipal em exercício do Município de Rancho Alegre D Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e demais alterações, adjudico a presente licitação referente ao Processo Licitatório nº105/2020 - **TOMADA DE PREÇO nº 05/2020**, cujo Objeto: Contratação da Empresa Especializada para Execução de Recapeamento Asfáltico em trecho da Avenida Paraná e na Rua Aracaju no Município de Rancho Alegre D'Oeste, conforme Planilha Orçamentária, Projeto e Memorial Descritivo, referente ao Convênio nº 893267/2019/MDR/CAIXA. **Adjudicando** seu objeto a Empresa: **ANDRE LUIZ LONGUINI - EPP CNPJ nº 03.716.753/0001-96**, com o Valor Global de **R\$ 215.084,00 (Duzentos e quinze mil e oitenta quatro reais)**, com prazo de execução da Obra em 60 (sessenta) dias, início da Obra de imediato após assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 26 de Novembro de 2020

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Sueli Batista Alves

**Código Identificador:0FC42FA8**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 4.106/2020 01/12/2020**

**MILTON ANDREOLLI**, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme

autorização contida na Lei Municipal n.º 1.845/2019, de 20 de novembro de 2019, **DECRETA**:

**Art. 1º** - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2020**, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R\$ 100,00 (cem reais)**, conforme segue:

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.59.00.00	Pensões Especiais
24600000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	100,00

**Art. 2º** - Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I. Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2020:

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
24500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	100,00

**Art. 3º** - Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**MILTON ANDREOLLI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**28156C28

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 4.107/2020 01/12/2020

**MILTON ANDREOLLI, Prefeito do Município de Realeza**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 1.845/2019, de 20 de novembro de 2019, **DECRETA**:

**Art. 1º** - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2020**, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R\$ 35.416,56 (trinta e cinco mil e quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme segue:

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
205000494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor	30.880,56

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
206500494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor	4.536,00

**Art. 2º** - Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante no presente Decreto, serão utilizados recursos oriundos do:

I. Superávit Financeiro Vinculado

Valor Total	R\$ 35.416,56
-------------	---------------

**Art. 3º** - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de

suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Superávit Vinculado.

**Art. 4º** - Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**MILTON ANDREOLLI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**45F9CC87

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 4.108/2020 01/12/2020

**MILTON ANDREOLLI, Prefeito do Município de Realeza**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 1.900/2020, de 01 de dezembro de 2020, **DECRETA**:

**Art. 1º** - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2020**, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**, conforme segue:

06	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1076	Equipamentos/Veículos/Transporte Escolar/Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
128500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	100.000,00

06	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1076	Equipamentos/Veículos/Transporte Escolar/Secretaria
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
128000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	180.000,00

**Art. 2º** - Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I. Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2020:

06	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1070	Ampliação/Melhoria Rede Física do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
880000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	20.000,00

06	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1070	Ampliação/Melhoria Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
900000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	80.000,00

06	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1070	Ampliação/Melhoria Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
91000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	180.000,00

**Art. 3º** - Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**MILTON ANDREOLLI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**57115502

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
ERRATA 02/12/2020**

**RETIFICAR** a Portaria Nº 5.921/20 de 20/11/2020, conforme segue abaixo, publicada Diário Oficial dos Municípios do Paraná, corrigindo a seguinte redação:

**ONDE SE LÊ:**

Enquadrar os servidores/magistério abaixo relacionados e aprovados na Avaliação de Desempenho em conformidade com a Lei 1.566/2014 de 28/05/2014, Art. 16, conforme o Art.15, § 4º da Lei acima mencionada. Sendo os valores pagos retroativos de direito e a respectiva subida de nível conforme quadro abaixo.

PROFESSOR (a)	DO NÍVEL	PARA O NÍVEL
Andressa Appio	02	03
Adriana das Neves Fiabane Padrão II	02	03
Adriane Zanon de Moura	02	03
Dalcio Korb - Padrão II	02	03
Dienifer Strapasson de Meira - Padrão II	02	03
Elis Marina Emiliano - Padrão II	02	03
Eliza Regina Agustini	02	03
Geane Terezinha Torres Ohse	02	03
Joceline de Witt Hobold	02	03
Juliana Graziela Dalmolin Alves	02	03
Lidiane Patricia da Silva Salapata	02	03
Sinara Canova Padrão II	02	03

**LEIA-SE:**

Enquadrar os servidores/magistério abaixo relacionados e aprovados na Avaliação de Desempenho em conformidade com a Lei 1.566/2014 de 28/05/2014, Art. 16, conforme o Art.15, § 4º da Lei acima mencionada. Sendo os valores pagos retroativos de direito conforme quadro abaixo.

PROFESSOR (a)	MANTEM O NÍVEL
Andressa Appio	02
Adriana das Neves Fiabane Padrão II	02
Adriane Zanon de Moura	02
Dalcio Korb - Padrão II	02
Dienifer Strapasson de Meira - Padrão II	02
Elis Marina Emiliano - Padrão II	02
Eliza Regina Agustini	02
Geane Terezinha Torres Ohse	02
Joceline de Witt Hobold	02
Juliana Graziela Dalmolin Alves	02
Lidiane Patricia da Silva Salapata	02
Sinara Canova Padrão II	02

Esta errata entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte.

**MILTON ANDREOLLI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**3D1B7D03

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
ERRATA 02/12/2020**

RETIFICA, o Extrato de Termo Aditivo de Fomento Termo Aditivo do Fomento nº 002/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06/11/2020, Edição 2132; página 207, Código Identificador: E62CDBEB, corrigindo a seguinte redação:

**ONDE SE LÊ:**

**ADITIVO:** PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2021, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO

II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

**LEIA-SE:**

**ADITIVO:** PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE TERMO PARA 31 DE JUNHO DE 2021, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 55, DA LEI FEDERAL Nº. 13.019/2014, DE 31/07/2014 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

Esta errata entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**MILTON ANDREOLLI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**DFFFFEF3

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.109, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

Altera o Decreto Municipal nº. 4.105 de 30 de novembro de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020,

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Altera-se o artigo 2º do Decreto Municipal nº. 4.105, de 30 de novembro de 2020 para que passe a constar com a seguinte redação:  
“Art. 2º *Revoga-se integralmente o artigo 8º do Decreto Municipal nº. 4.050, de 17 de setembro de 2020, e, por consequência, o inciso II do parágrafo 2º do artigo 30 do Decreto Municipal nº. 3.968 de 23 de abril de 2020, de modo que estão suspensas as atividades desportivas, profissionais e recreativas, atividades de treinamento e programações da Secretaria Municipal de Esportes, exceto o Campeonato Regional Copa AESUPAR de Futebol de Salão, desde que seguidas as normas sanitárias e sem a presença de torcida*” (NR)

**Art. 2º** Altera-se o parágrafo único do artigo 4º do Decreto Municipal nº. 4.105 de 30 de novembro de 2020, para o fim de ajustar-se à proibição provisória de circulação e aglomeração em espaços e vias públicas como medida de enfrentamento à pandemia da Covid-19, estabelecida pelo Decreto Estadual nº. 6.284, 01 de dezembro de 2020, passando a constar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O horário de funcionamento para os demais ramos de atividades não proibidos pelo Decreto passa a ser das 5h às 23h”.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Realeza, Estado do Paraná, 01 de dezembro de 2020.

**MILTON ANDREOLLI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**7710200C

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO  
ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº  
410/2019**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA**CONTRATADA:** CLINICA DE PSIQUIATRIA DR RENATO UCHÔA,**OBJETO:** Contratação De Empresa Especializada Em Serviços De Consultas Médicas Na Especialidade De Psiquiatria Para Atendimento Na Unidade do CAPS de Realeza-PR.**ADITIVO:** prorrogar a vigência e execução do presente contrato para 07 de Dezembro de 2021, conforme faculta o disposto no Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subsequentes.**REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO 122/2019****DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**9C418BF0**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO****SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO****ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 196/2020****CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA**CONTRATADA:** B & B CONSTRUTORA LTDA ME**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE UMA ACADEMIA DA SAÚDE, COM RECURSOS FINANCEIROS DE CAPITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE**ADITIVO:** PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2021, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.**REFERENTE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 04/2020****DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**A1474835**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO****SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO****ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 414/2020****CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA**CONTRATADA:** DICONCRETUS ENGENHARIA LTDA**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES DE COMBATE E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO NO BARRACÃO DE RECICLAGEM DA APARA (1.618,75 M2), E ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO MODESTO DE PALMA – EIEF, ABRANGENDO PLANO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E DESASTRE, PROJETOS, LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, ART E APROVAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ.**ADITIVO:** PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO PARA 30 DE JUNHO DE 2021, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.**REFERENTE:** DISPENSA DE LICITAÇÃO 69/2020**DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**ADAC7698**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2020.**PROCESSO LICITATÓRIO:** Nº 228/2020.**TIPO:** MENOR PREÇO POR ITEM**OBJETO:** Formação de Registro de Preços para aquisição de madeira serrada para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 16 de Dezembro de 2020, às 08:30h.**SESSÃO DE DISPUTA:** Dia 16 de Dezembro de 2020, às 08:30h.**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 03 de Dezembro de 2020, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.**SISTEMA ELETRÔNICO:** COMPRASNET

Realeza, 02 De Dezembro de 2020.

**CLÁUDIA GRZEGOZESKI**

Pregoeira

**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**3E1D893C**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2020**PROCESSO LICITATÓRIO:** Nº 231/2020- TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**OBJETO:** Contratação de Empresas para a prestação de Serviços Especializados de Solda.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 16 de Dezembro de 2020, às 13:15h.**SESSÃO DE DISPUTA:** Dia 16 de Dezembro de 2020, às 13:15h.**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** O referido edital poderá ser obtido a partir do dia 03 de Dezembro de 2020, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.

Realeza, 02 de Dezembro de 2020

**CLÁUDIA GRZEGOZESKI**

Pregoeira

**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**92BC0CD3**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO****TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO****ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA Nº 175/2020****CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA**CONTRATADA:** ROVANI MACHADO CONSTRUTORA LTDA**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO CAT – CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA, SANITÁRIOS, PLAYGROUND E ACADEMIA AO AR LIVRE, NO DISTRITO DA MARMELANDIA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS.**ADITIVO:** PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2021, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.**REFERENTE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 3/2020****DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**EAF1AAE3

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2020**

O presidente da Comissão de Licitação, nomeado através da Portaria n.º 5.769 de 06 de Janeiro de 2020, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público resultado de Licitação:

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020.  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE REALEZA, INTERESSADOS EM REALIZAR PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA.

LICITANTES CREDENCIADAS:  
SCHMITZ & SAUGO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA - ME;  
MAYARA DO NASCIMENTO – CLÍNICA DE FISIOTERAPIA – ME;  
MYRIAN CHAVES CLÍNICA DE FISIOTERAPIA – ME;

DATA: 02/12/2020.

**LEOCÁRDIA ANDREOLLI**

Presidente da Comissão de Licitação

**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**B7D55938

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 425/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA

**CONTRATADA:** BELINKI E SOUZA LTDA

**OBJETO:** Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de recarga de cartuchos de tintas para impressoras jato de tinta e cartuchos de toner para impressoras a laser, visando atender a necessidade de todas as Secretarias do Município de Realeza.

**REFERENTE LICITAÇÃO** Pregão Nº 106/2020

**VALOR TOTAL:** R\$16.686,20 (Dezesseis Mil, Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte Centavos)

**DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020

**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**8D83EB87

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
RESULTADO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2020**

**ABERTURA:** DIA: 23/11/2020 ÀS 08:30 HORAS.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TINTAS PARA IMPRESSORAS JATO DE TINTA E CARTUCHOS DE TONER PARA IMPRESSORAS A LASER, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE REALEZA.

**EMPRESA(S) VENCEDORA(S):**

- BELINKI E SOUZA LTDA, BELINKI E SOUZA LTDA, LOTE 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R\$ 16.686,20** (DEZESSEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

REALEZA, AOS VINTE E TRÊS DIAS DE NOVEMBRO DE 2020

**CLÁUDIA GRZEGOZESKI**

Pregoeira Substituta

**Publicado por:**  
Claudia Grzegozeski  
**Código Identificador:**0745149F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de Pregão nº 106/2020, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de recarga de cartuchos de tintas para impressoras jato de tinta e cartuchos de toner para impressoras a laser, visando atender a necessidade de todas as Secretarias do Município de Realeza., em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) no resultado da licitação, adjudicando em favor da(s) mesma(s) para que produza seus efeitos legais.

Realeza, aos dois dias de dezembro de 2020

**MILTON ANDREOLLI**

Prefeito

**Publicado por:**

Claudia Grzegozeski

**Código Identificador:**C46593EA

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA****CAMARA MUNICIPAL  
RESOLUÇÃO Nº 006, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Regulamenta o procedimento de avaliação de desempenho dos servidores efetivos estáveis da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença, Estado do Paraná, em conformidade com o artigo 4º da Lei n.º 1208, de 19 de agosto de 2011 com redação dada pela Lei n.º 1620, de 04 de junho de 2019, e revoga a Resolução n.º 004, de 11 de setembro de 2013.

**Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, Presidente, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Resolução regulamenta o procedimento da avaliação de desempenho dos servidores efetivos estáveis da Câmara Municipal de Renascença.

**Art. 2º** O procedimento da avaliação de desempenho, previsto no artigo 4º da Lei n.º 1208, de 19 de agosto de 2011, tem por escopo aferir informações e o resultado do trabalho efetivo dos servidores da Câmara Municipal, abrangendo fatores comportamentais, operacionais e de capacitação, os quais serão avaliados para efeitos de verificar se o servidor faz jus à progressão funcional ao nível imediatamente subsequente na tabela de vencimentos, dentro de um mesmo grupo ocupacional, após cumprido o período mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo ocupado.

**CAPÍTULO II  
DO PROCESSAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
Seção I**

**Da avaliação de desempenho para fins de progressão funcional por merecimento**

**Art. 3º** O servidor detentor de cargo de provimento efetivo será submetido à avaliação de desempenho para fins de progressão funcional por merecimento, em atendimento ao disposto no art. 4º da Lei n.º 1208, de 19 de agosto de 2011.

**Art. 4º** A avaliação de desempenho tratada na presente Resolução compreenderá os 03 (três) últimos anos de exercício do servidor, incluindo o ano em que a avaliação estiver sendo realizada, e será conduzida e instaurada pela Comissão de Avaliação de Desempenho, que deverá avaliar os seguintes fatores:

- I – desempenho;  
 II – iniciativa no trabalho;  
 III – disciplina;  
 IV – assiduidade e pontualidade;  
 V – comprometimento no trabalho;  
 VI – trabalho em equipe;  
 VII – uso adequado de materiais e equipamentos;  
 VIII – urbanidade no trato com colegas;  
 IX – qualidade do trabalho; e  
 X – capacitação através da participação em cursos ou treinamentos.

§1º Os fatores a serem avaliados e a pontuação para cada resposta são os constantes do ANEXO I, que faz parte integrante da presente Resolução, a ser preenchido e observado pela Comissão de Avaliação de Desempenho.

§2º Para cada um dos 10 (dez) fatores haverá 04 (quatro) alternativas de resposta numeradas sequencialmente, na forma do ANEXO I desta Resolução.

§3º Para efeito de pontuação, a alternativa de resposta 1 (um) terá correspondência 1,5 (um e meio) pontos; a alternativa de resposta 2 (dois) terá correspondência 1,0 (um) ponto; a alternativa de resposta 3 (três) terá correspondência a 0,5 (meio) ponto e a alternativa de resposta 4 (quatro) terá correspondência a 0 (zero) ponto.

## Seção II

### Do instrumento da Avaliação de Desempenho

**Art. 5º** Os fatores da avaliação de desempenho dos servidores serão aferidos em formulário individual, de acordo com o ANEXO I desta Resolução, o qual deverá ser subscrito pela Comissão de Avaliação de Desempenho, bem como pelo servidor avaliado, atestando a ciência quanto ao resultado final da avaliação.

**Parágrafo único.** Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, será esta suprida pela assinatura de duas 2 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor e da Comissão de Avaliação.

## Seção III

### Do resultado da Avaliação de Desempenho

**Art. 6º** Será considerado merecedor da progressão funcional o servidor estável que tenha obtido, no resultado da avaliação, pontuação igual ou superior a 10 (dez) pontos, de acordo com o ANEXO I desta Resolução.

§1º A obtenção de pontuação abaixo do mínimo fixado no *caput* manterá o servidor avaliado no mesmo nível de seu grupo ocupacional.

§2º Não fará jus à progressão funcional o servidor que obtiver pontuação igual à zero no critério capacitação através participação em cursos ou treinamentos

**Art. 7º** Obtido o resultado da avaliação, a Comissão de Avaliação de Desempenho deverá justificar o resultado.

## CAPÍTULO III

### DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

#### Seção I

##### Da composição da Comissão de Avaliação

**Art. 8º** A Comissão de Avaliação de Desempenho será nomeada por meio de portaria expedida pelo Presidente da Câmara Municipal.

§1º A Comissão será composta por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) servidores efetivos do Poder Legislativo e 1 (um) vereador, indicados pelo Presidente.

§2º Na ausência ou impedimento de servidores, poderá a Comissão de que trata o *caput* deste artigo ser formada por vereadores.

§3º A Comissão conterà 1 (um) suplente, designado pelo Presidente para atuar no caso de impedimento do titular.

**Art. 9º** A investidura dos membros será de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução dos membros para período subsequente.

#### Seção II

##### Da competência da Comissão de Avaliação

**Art. 10** São atribuições da Comissão de Avaliação de Desempenho:

- I – instaurar e conduzir a avaliação de desempenho do servidor;  
 II – emitir e assinar o formulário sobre o resultado da avaliação de desempenho;  
 III – promover diligências, inquirições e questionamentos, se necessários;  
 IV – julgar os pedidos de reconsideração contra sua decisão;

V – enviar o resultado de avaliação ao setor competente, para anotação na ficha funcional do servidor e para tomar as providências que o caso requer.

## CAPÍTULO IV DOS RECURSOS

**Art. 11** Fica assegurado o direito a ampla defesa ao servidor que discordar do resultado final da avaliação, que terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, para apresentar pedido de reconsideração à Comissão de Avaliação de Desempenho, contados da data da ciência, que deverá analisar e apresentar resposta em igual prazo.

**Parágrafo único.** Da decisão do pedido de reconsideração da Comissão de Avaliação de Desempenho caberá Recurso Administrativo ao Presidente da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do conhecimento da decisão.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 12** O presente regulamento de avaliação será aplicado a todos os servidores, a partir da data de publicação da presente Resolução.

**Art. 13** As situações não previstas nesta Resolução serão analisadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho e decididas pelo Presidente da Câmara Municipal, com apoio do Procurador Legislativo.

**Art. 14** Revoga-se a Resolução n.º 004, de 11 de setembro de 2013.

**Art. 15** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença, Estado do Paraná, aos dias 02 de dezembro de 2020.

**VANDERSON RODRIGO ZANINI**

Presidente

## ANEXO I

### Resolução n.º 006, de 02 de dezembro de 2020.

#### FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR - PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO	
Servidor:	
Admissão:	
Cargo Efetivo:	
Matrícula:	
Nome/código do cargo:	
Período de apuração:	

### FATORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

**OBS.** Deverá ser assinalada uma resposta para cada critério avaliado, observando a seguinte pontuação: 1 – 1,5 pontos; 2- 1,0 ponto; 3- 0,5 ponto e 4-zero ponto.

#### 1 - Desempenho:

- ( ) produz acima do que foi determinado pelos superiores (1,5 pontos);
- ( ) produz tanto quanto lhe foi determinado (1,0 ponto);
- ( ) produz menos do que lhe foi determinado (0,5 ponto);
- ( ) não possui produção condizente com o serviço público (zero ponto).

#### 2 – Iniciativa no trabalho:

- ( ) tem iniciativa inclusive antecipando-se as designações da chefia e adotando comportamentos que estão além de suas atribuições diretas (1,5 pontos);
- ( ) sua iniciativa está dentro da normalidade (1,0 ponto);
- ( ) possui pouca iniciativa, esperando sempre as determinações da chefia (0,5 ponto);
- ( ) não possui iniciativa (zero ponto).

#### 3 – Disciplina:

- ( ) acata ordens sempre com boa vontade (1,5 pontos);
- ( ) acata ordem nem sempre com boa vontade (1,0 ponto);
- ( ) acata ordens, mas com má vontade (0,5 ponto);
- ( ) não acata ordens (zero ponto).

**4 – Assiduidade e pontualidade:**

1. ( ) comparece regularmente ao trabalho, cumprindo o horário de trabalho e a carga horária, estando disponível até quando não possui atividades e tarefas (1,5 pontos);
2. ( ) cumpre o horário de trabalho e a carga horária; (1,0 ponto);
3. ( ) apresenta justificativas para suas faltas (0,5 ponto);
4. ( ) tem mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período da progressão (zero ponto).

**5 – Comprometimento no trabalho:**

1. ( ) é muito responsável no cumprimento de suas obrigações (1,5 pontos);
2. ( ) é responsável no cumprimento de suas obrigações (1,0 ponto);
3. ( ) às vezes, deixa a desejar com relação a este critério (0,5 ponto);
4. ( ) não possui responsabilidade adequada (zero ponto).

**6 – Trabalho em equipe:**

1. ( ) coopera bastante com os colegas nas situações de trabalho, valorizando o trabalho conjunto na busca de resultados comuns (1,5 pontos);
2. ( ) coopera com os colegas nas situações de trabalho (1,0 ponto);
3. ( ) às vezes, deixa a desejar com relação a este critério (0,5 ponto);
4. ( ) não coopera objetivando resultados conjuntos satisfatórios (zero ponto).

**7 – Uso adequado de materiais e equipamentos de serviço:**

1. ( ) usa de forma bastante adequada os materiais e equipamentos no exercício de suas atividades e tarefas (1,5 pontos);
2. ( ) usa de forma adequada os materiais e equipamentos em suas tarefas (1,0 ponto);
3. ( ) às vezes, deixa a desejar com relação a este critério (0,5 ponto);
4. ( ) não possui cuidados quanto a conservação e economia (zero ponto).

**8 - Urbanidade no trato com colegas no ambiente de trabalho:**

1. ( ) trata com bastante urbanidade os colegas (1,5 pontos);
2. ( ) trata de forma urbana os colegas (1,0 ponto);
3. ( ) às vezes, deixa a desejar com relação a este critério (0,5 ponto);
4. ( ) falta com o devido respeito aos colegas (zero ponto).

**9 – Qualidade no trabalho:**

1. ( ) realiza as tarefas com capricho, precisão, clareza e ausência de erros e cumpre os prazos estabelecidos (1,5 pontos);
2. ( ) realiza as tarefas dentro do normal (1,0 ponto);
3. ( ) às vezes, deixa a desejar com relação a este critério (0,5 ponto);
4. ( ) suas tarefas são realizadas de forma insatisfatória (zero ponto).

**10– Capacitação através de participação de cursos ou treinamentos:**

1. ( ) participou em cursos ou treinamentos, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas (1,5 pontos);
2. ( ) participou em cursos ou treinamentos, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas (1,0 ponto);
3. ( ) participou em cursos ou treinamentos, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas (0,5 ponto);
4. ( ) não participou de nenhum curso ou treinamento (zero ponto).

**PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL**

Resultado final da avaliação/pontuação:

Membros da Comissão que participarão da avaliação:

Avaliado:

Assinaturas:

**Publicado por:**  
Aline Cristina Valandro  
**Código Identificador:**CB2230C5

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução de 6.252,00m<sup>2</sup> (seis mil duzentos e cinquenta e dois metros quadrados) de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, conforme projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

**PREÇO MÁXIMO:** R\$ 497.542,13 (quatrocentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e dois reais e treze centavos).

**ENTREGA ENVELOPES:** Até 10h00min do dia 18 de dezembro de 2020.

**ABERTURA:** 18 de dezembro de 2020, às 10:01 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Renascença.

**RECURSOS:** Livres

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O Edital completo e demais informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações, sito Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro – Fone/Fax (46) 3550-8300 – e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br.

A pasta técnica, com inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima mencionado a partir do dia 03/12/2020 no horário comercial ou pelo site [www.renascenca.pr.gov.br](http://www.renascenca.pr.gov.br).

Renascença, 02 de dezembro de 2020.

**LUCIANE ELOISE LUBCZYK**

Presidente da Comissão  
Permanente de Licitação

**Publicado por:**  
Luciana Almeri Morcelli Lochs  
**Código Identificador:**F1F9F00A

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA POR LIMITE Nº**  
**041/2020**

Em análise ao processo de **Dispensa de Licitação nº 041/2020**, de 27 de novembro de 2020, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**, no uso de suas atribuições o **Sr. LESSIR CANAN BORTOLI** Prefeito Municipal, **RATIFICA** o procedimento com amparo na Lei nº 8.666/93, em seu artigo 24 Inciso II.

**PRAZO DE ENTREGA:** 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado.

**VALOR CONTRATADO** – R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

**OBJETO:** contratação de empresa para reforma e manutenção de 60 cadeiras, modelo longarinas, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

**CONTRATADO:** ALEXSANDRO DALPONTE SUTIL DE OLIVEIRA, CNPJ sob nº 34.536.030/0001-39, Renascença - Pr.

**CONTRATANTE:** Município de Renascença - Paraná.

Renascença – Pr, 02 de dezembro de 2020.

**LESSIR CANAN BORTOLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luciane Eloise Lubczyk  
**Código Identificador:**16A70979

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ERRATA**

No Aviso de Homologação do Pregão Eletrônico 090/2020, publicado no dia 16 de novembro de 2020, **onde se lê:** - GP Esportes Confecções Eireli, no valor total de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais);

**Leia-se:** - GP Esportes Confecções Eireli, no valor total de R\$ 2.178,00 (dois mil cento e setenta e oito reais);

No Extrato do Contrato Nº 029/2020 (Vinculado ao PE nº 090/2020), publicado dia 20/11/2020, **onde se lê:** Valor Total: R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais).

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA**  
**DE PREÇOS Nº 010/2020**

**Leia-se:** R\$ 2.178,00 (dois mil cento e setenta e oito reais).

**Publicado por:**  
Luciane Eloise Lubczyk  
**Código Identificador:**D8F85B62

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
DECRETO Nº 2117/2020 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020**

Abre crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 180.000,00.

O Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 1657, de 28 de novembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município um crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, para reforçar a seguinte dotação orçamentária:

<b>Fonte: 107 – Salário Educação</b>	
06 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	
06.01 – Departamento de Educação	
1236100192.017 - Desenvolvimento das atividades curriculares do Ens. Fund., Especial e EJA	
339030.00 (924) – Material de consumo.....	R\$ 60.000,00

<b>Fonte: 0 – Recursos Ordinários (Livres)</b>	
07 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo	
07.01 – Departamento de Obras e Viação	
2678200281.018 - Projetos, modernização e malha viária com qualidade	
449051.00 (1021) – Obras e instalações.....	R\$ 120.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos no mesmo valor, provenientes do **Cancelamento Total/Parcial** das dotações orçamentárias no valor de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, conforme discriminado abaixo:

<b>Fonte: 0 – Recursos Ordinários (Livres)</b>	
07 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo	
07.02 – Departamento de Urbanismo	
1545200262.026 - Manutenção do Urbanismo	
339039.00 (1063) – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....	R\$ 180.000,00

**Art. 3º)** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 19 de novembro de 2020.

**LESSIR CANAN BORTOLI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Oneide Arisi Karkling  
**Código Identificador:**895A3E09

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
PORTARIA Nº 304 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

Autoriza a servidora Jucélia Colla Sviderski a prestar 08:00 horas diárias de serviço.

**LESSIR CANAN BORTOLI**, Prefeito de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 49, § 2º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

**R E S O L V E:**

Autorizar a servidora **Jucélia Colla Sviderski**, portadora do R.G. nº 6.329.041-6, inscrita no CPF nº 020.689.349-30, **Professora do Ensino Regular do 1º ao 5º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental**, com Licenciatura Plena e Pós-Graduação, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, a prestar 08:00 horas diárias de serviço, percebendo um adicional de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, no período de 01 a 17 de dezembro de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, 60º ano de Emancipação.**

**LESSIR CANAN BORTOLI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Edilene Carlesso  
**Código Identificador:**5D3BB760

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU  
EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 121/2020**

**ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 239/2019**  
**CONTRATANTE:**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, CNPJ nº. 01.612.911/0001-32

**CONTRATADO:** ELENICE T. PRINCIVAL - LOCADORA DE EQUIPAMENTOS, CNPJ nº. 16.651.014/0001-05.

**LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/2019**

**OBJETO:** “REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, COPIADORAS E DIGITALIZADORAS”.

**VALOR TOTAL:** R\$: 21.249,16 (vinte e um mil duzentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:**A vigência será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

**DATA DE ASSINATURA:**02/12/2020

Reserva do Iguaçu, 02 de dezembro de 2020

**SEBASTIÃO ALMIR CALDAS DE CAMPOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Ana Letícia Nunes da Cruz  
**Código Identificador:**65840DBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU  
EXTRATO DE ADITIVO**

**SEGUNDO TERMO DE ADITIVO**

**TIPO Prazo e Valor**

**Pregão Presencial Nº. 055/2018**

**Contratante:** Município de Reserva do Iguaçu, CNPJ sob o nº. 01.612.911/0001-32.

**Contratada:** CEINEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07.136.551/0001-26

**Objeto:** “CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO COM REMUNERAÇÃO EM PERCENTUAL, PROPORCIONAL AO NÚMERO E VALORES DAS BOLSAS AUXÍLIO PAGAS PELO CONTRATANTE, PARA ESTÁGIO SUPERVISIONADO ESTUDANTES DE PÓS GRADUAÇÃO (ATÉ 4 ESTAGIÁRIOS), EDUCAÇÃO SUPERIOR (ATÉ 30 ESTAGIÁRIOS), EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO (ATÉ 10 ESTAGIÁRIOS) E EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO (ATÉ 6 ESTAGIÁRIOS), DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, INCLUINDO REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO, QUE VENHAM A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.”

Prorrogação da vigência do contrato, igual período e igual valor.

**Vigência:** 12/08/2020 a 11/08/2021.

**Contrato nº.** 125/2018

**Valor:** Estimado em R\$ 376.773,60 (trezentos e setenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta centavos).



**Foro:** Comarca de Pinhão - Paraná.

Reserva do Iguaçu, 12 de agosto de 2020.

**Publicado por:**  
Ana Letícia Nunes da Cruz  
**Código Identificador:**2592C394

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU  
RATIFICAÇÃO DISPENSA 047/2020**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Processo de dispensa de licitação nº **047/2020**

Eu Sebastião Almir Caldas de Campos, Prefeito Municipal da Prefeitura de Reserva do Iguaçu – Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas, e em atendimento ao disposto na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações, e ainda com esteio no parecer jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação nos termos do art. 24, inciso II, da lei federal 8.666/93, decido **RATIFICAR** o procedimento que tem por objeto a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM MECANICO NA DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO**”, em favor da empresa JOÃO MARIA DOS SANTOS NETO 05159842993, CNPJ 33.824.464/0001-71 totalizando valor de R\$: 5.400,00( **cinco mil e quatrocentos reais**).

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Reserva do Iguaçu estado do Paraná, em 02 dezembro de 2020

**SEBASTIÃO ALMIR CALDAS DE CAMPOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luciana Antunes Pereira  
**Código Identificador:**5DCBF7FE

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL**

**CÂMARA MUNICIPAL  
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA  
n.º17 /2020**

Respalado no artigo 24, II da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Rio Azul/Pr, **RATIFICO** o Processo de Dispensa de Licitação nº 17/2020, com vistas à contratação da empresa ROBERTO RUPPEL –Inscrita sob o CNPJ Nº 05.291.346.0001-00com sede na Rua José Pissaia nº 217 Centro, cidade de Rio Azul e Comarca de Rebouças/Pr, doravante simplesmente denominada CONTRATADA Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Legislativo Municipal Em Rio Azul/Pr, em 01 de Dezembro de 2020

**VALDIR SIQUEIRA**  
Vereador Presidente

**Publicado por:**  
Rosa Veridiana Duda  
**Código Identificador:**44D85450

**CÂMARA MUNICIPAL  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/20**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 17/2020**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE RIO AZUL – CNPJ Nº 77.774.552/0001-81  
**CONTRATADA** ROBERTO RUPPEL –Inscrita sob o CNPJ Nº 05.291.346.0001-00  
**OBJETO:** Contratação de Empresa para Serviços de Foto e Filmagem da Sessão Solene de Posse do Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores eleitos para a 18ª Legislatura  
**VALOR:** R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)  
**PRAZO DE FORNECIMENTO:** 30 dias  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24 inciso II da Lei n.º 8.666/93.

Rio Azul, 01 de Dezembro de 2020

**VALDIR SIQUEIRA**  
Contratante  
Presidente da Câmara

**ROBERTO RUPPEL**  
Contratado

**Publicado por:**  
Rosa Veridiana Duda  
**Código Identificador:**A9C5B91F

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
LEI Nº 1031/2020**

**LEI Nº 1031/2020**

*Estabelece mão única de tráfego na Rua Elizário Camargo de Mello*

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterado para sentido de mão única leste/oeste a orientação de tráfego na Rua Elizário Camargo de Mello, nesta cidade, com estacionamento de veículos permitido apenas ao lado direito da via no mesmo sentido.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Em Rio Azul-PR, 02 de dezembro de 2020.

**RODRIGO SKALICZ SOLDA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jaciel Porochniak  
**Código Identificador:**D0C89A75

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
LEI Nº 1032/2020**

**LEI Nº 1032/2020**

*Dá denominação “Rua Marconde” à via pública*

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica denominada “**Rua Marconde**” a rua sem denominação situada em transversal ao alinhamento par da Rua 15 de Novembro, no sentido Leste/Oeste (centro-bairro) em direção à Rodovia BR 153, com extensão aproximada de 70 (setenta) metros servindo aos lotes de propriedade da família Jasiocha e Oliveira, nesta cidade e município.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Em Rio Azul-PR, 02 de dezembro de 2020.

**RODRIGO SKALICZ SOLDA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jaciell Porochniak  
**Código Identificador:**FB48A290

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
DECRETO Nº 195/2020**

**DECRETO Nº 195/2020**

*Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais de Rio Azul/PR no dia 07 de dezembro de 2020 e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado no art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **CONSIDERANDO** o feriado religioso do dia 08 de dezembro, conforme Lei Municipal nº 607/2011,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarado ponto facultativo nas repartições do Executivo Municipal no dia 07 de dezembro do corrente ano.

**Art. 2º** - O disposto neste Decreto não se aplica às unidades administrativas que prestam serviços essenciais e obrigatórios à população ou cujas atividades não possam ser interrompidas em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,  
Rio Azul-PR, 02 de dezembro de 2020.

**RODRIGO SKALICZ SOLDA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jaciell Porochniak  
**Código Identificador:**6B8E6E96

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO CMS 014/2020**

**Resolução CMS/ Nº 014/2020 - AD REFERENDUM**

O Conselho Municipal de Saúde de Rio Azul/PR, conforme artigo 1º da Lei Municipal Nº 662/2012 de 14/12/12, instituído em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde – SUS, no uso de sua competência regimental, e de acordo com as determinações que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

**Considerando** a necessidade e urgência de que trata a matéria, **Considerando**, que as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão substanciadas em resolução, moção ou recomendação, e que a mesa Diretora do Conselho poderá deliberar “ad referendum” da Plenária do Conselho.

**RESOLVE:**

**Homologar, AD Referendum,**

1 - Necessidade de registro no Plano Municipal de Saúde – 2018 a 2021, das ações decorrentes ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, de acordo com a Nota Técnica Nº 5/2020 – CGFIP/DGIP/SE/MS, de 10 de junho de 2020.

Rio Azul/PR, 27 de outubro de 2020.

**MIRIAN DE FÁTIMA GOLEMBA**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS nº 014, de 27 de outubro de 2020, nos termos da legislação vigente.

**ROSANE POPOVICZ SCHIRLO**  
Secretária Municipal de Saúde

**Publicado por:**  
Marina Woichik Veronez  
**Código Identificador:**C2404685

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ  
PORTARIA Nº. 375/2020**

**PORTARIA Nº. 375/2020**

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **GERÔNIO JOSE CARNEIRO ROSA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. - **CONCEDER**, 30 (trinta) dias consecutivos de férias a servidora pública desta Municipalidade, Sra. **TEREZA LOURENÇO**, lotada no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, referente ao período aquisitivo de 07/03/2019 a 07/03/2020, com início no dia 03 de dezembro de 2020.

Art. – Esta portaria entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, ao 1º dia do mês de dezembro de 2020.

**GERÔNIO JOSE CARNEIRO ROSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Claudineia Rosa Hass  
**Código Identificador:**75894FA2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ  
PORTARIA Nº. 377/2020**

**PORTARIA Nº. 377/2020**

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **GERÔNIO JOSE CARNEIRO ROSA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. - **CONCEDER**, 30 (trinta) dias consecutivos de férias a servidora pública desta Municipalidade, Sra. **DAIANE CRISTINA MENDES DESPLANCHES**, lotada no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, referente ao período aquisitivo de 22/06/2019 a 22/06/2020.

Art. – Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de dezembro de 2020.

**GERÔNIO JOSE CARNEIRO ROSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Claudineia Rosa Hass  
**Código Identificador:**148559D4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ  
PORTARIA Nº. 374/2020**

**PORTARIA Nº. 374/2020**

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **GERÔNIO JOSE CARNEIRO ROSA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. - CONCEDER, 30 (trinta) dias consecutivos de férias a servidora pública desta Municipalidade, Sra. **TERESA PEREIRA SALES**, lotada no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, referente ao período aquisitivo de 10/04/2019 a 10/04/2020.

Art. – Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, ao 1º dia do mês de dezembro de 2020.

**GERÔNIO JOSE CARNEIRO ROSA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Claudineia Rosa Hass

**Código Identificador:**D74BB5AA

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**PORTARIA Nº 05/2020**

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Sra. Jacira Godoy Oliveira de Mattos, no uso das atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Sidney Issao Ito para função de coordenação da Unidade de Acolhimento Institucional Casa Lar Primavera vinculada a esta Secretaria Municipal a partir do dia 30 de novembro de 2020, tendo em vista a exoneração da servidora Laura Terezinha Busato Cumim.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 30 de novembro de 2020.

**JACIRA GODOY OLIVEIRA DE MATTOS**

Secretário Municipal de Assistência Social

Decreto Nº 5.461/2020

**Publicado por:**

Henrique Sales Junior

**Código Identificador:**98E97632

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**  
**PORTARIA Nº 1005/2020**

Concede Abono de Permanência à servidora Sidimal Alves.

**O Chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 40, § 19 da Constituição Federal de 1988, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 103/2019, e embasado no Processo de Abono de Permanência nº 05/2020,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder **ABONO DE PERMANÊNCIA**, a partir de **10 de agosto de 2019**, à servidora **SIDIMAL ALVES**, brasileira, servidora pública municipal de Rio Negro/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais “B”, com matrícula funcional nº 12394-1.

**Art. 2º.** O abono de permanência corresponde ao valor da contribuição previdenciária devida pela servidora e será pago até que ela seja aposentada voluntariamente, ou até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2019.

*Rio Negro, 02 de dezembro de 2020.*

**MILTON JOSÉ PAIZANI**

Prefeito Municipal

**JOANI ASSIS PETERS**

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Coordenação Geral

**Publicado por:**

Carolina Valerio Soares

**Código Identificador:**31281F52

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**  
**DECRETO Nº 196/2020**

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 021, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

**O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,**

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o §1º do art. 5º, do Decreto nº 021, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do território deste Município Rio Negro/PR decorrente do Coronavírus – COVID-19.

Art. 2º Fica alterado o art.5º do Decreto nº 021, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 5º Ficam permitidas, a partir de 1º de dezembro do corrente, a fruição de férias e licenças de servidores lotados na Secretária Municipal de Saúde, de acordo com a conveniência da autoridade competente para concessão.” (NR)**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 021, de 2020.

*Rio Negro, 1º de dezembro de 2020.*

**MILTON JOSÉ PAIZANI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Carolina Valerio Soares

**Código Identificador:**80DABEA6

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**  
**RESOLUÇÃO Nº 010/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**O Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Negro – PR no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº2627/2016, Lei sobre o Sistema Único de Assistência Social e Lei Municipal 2822 de 07 de dezembro de 2017, art. 7º, § 2º:**

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o Demonstrativo Sintético Financeiro de Execução Físico Financeira do Exercício de 2019 dos Serviços/Programas do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social- SUAS; dos Recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família/ IGD/PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social IGD/SUAS.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR on-line, em 30 de novembro de 2020.

**ELIZ MARIETA DUVOISIN DE OLIVEIRA**

Presidente

**Publicado por:**

Carolina Valerio Soares

**Código Identificador:**8455BD17

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR -  
IPRERINE  
PORTARIA/IPRERINE Nº 019/2020**

Concede Pensão por Morte ao dependente DANIEL  
PASSOS CARVALHO.

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 23, § 8º, da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e considerando o contido no Processo de Pensão por Morte nº 08/2020,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Conceder, a partir de **11 de outubro de 2020, PENSÃO POR MORTE** ao dependente **DANIEL PASSOS CARVALHO**, na qualidade de filho.

**Parágrafo único.** A pensão por morte ora concedida se dá em virtude do falecimento da segurada ativa GERLEN FRANCINE DOS PASSOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, Referência Inicial, Nível 11, (cód: INICAL-11), matrícula funcional nº 19070-2, nomeada pela Portaria nº 312, de 2019.

**Art. 2º.** O valor total inicial dos proventos de pensão por morte corresponde a **R\$ 1.833,61 (mil oitocentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos)**, equivalente à totalidade da remuneração do cargo efetivo ocupado pela servidora no momento do óbito.

**Art. 3º.** Ao pensionista mencionado no artigo 1º desta Portaria caberá a quota de 100% (cem por cento) do valor dos proventos de pensão por morte referidos no art. 2º.

**Art. 4º.** O valor total dos proventos de pensão por morte não poderá exceder o valor da remuneração do cargo efetivo ocupado pela servidora no momento do óbito, nos termos do art. 40, § 2º da Constituição Federal de 1988, na redação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, nem ser inferior ao salário mínimo nacional, conforme disposto no art. 39, § 3º, do mesmo diploma legal.

**Art. 5º.** Eventuais e futuros reajustes e/ou revisões no valor dos proventos de pensão por morte dar-se-ão na forma da legislação específica, nos termos do art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

**Art. 6º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir 11 de outubro de 2020.

Rio Negro, 2 de dezembro de 2020.

**ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI**

Diretora Executiva do IPRERINE

**Publicado por:**

Ana Paula Portes Chapiewski  
**Código Identificador:73FA5331**

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA  
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 1º DE DEZEMBRO DE  
2020.**

Dispõe sobre as Contas Municipais do Exercício  
Financeiro referente ao ano de 2017.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, APROVOU e eu PRESIDENTE promulgo o seguinte Decreto Legislativo:**

**Art. 1º** Ficam **APROVADAS** as Contas do Poder Executivo do Município de Rolândia, relativas ao exercício financeiro de 2017, nos termos do Acórdão de Parecer Prévio nº 76/20 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2.262, de 19/03/2020.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rolândia, em 1º de dezembro de 2020.

**ALEX SANTANA**

Presidente

**IRINEU MORENO DE PAULA**

1º Secretário

**Publicado por:**

Marcos Delongui

**Código Identificador:5A25D66B**

**ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA  
DECRETO – Nº 58/2020 – RP**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo nº 18043/2020 de Aposentadoria do (a) servidor (a) JANI BENEDITA GALLO.**

**RESOLVE:**

**Art.1º - Conceder a servidora JANI BENEDITA GALLO, brasileira, servidora Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Agente de Gestão Municipal A AGMA-I, referência 016, conforme quadro de cargos, portadora do RG 4.974.040-9 SSP-PR e inscrita no CPF nº 015.019.129-41, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Aposentadoria Voluntária por Idade, média das 80% maiores remunerações, com Proventos Proporcionais, sem Paridade, com fundamento no artigo 40, §1º, III, “b” da Constituição Federal a partir de 03 de Dezembro de 2020.**

**Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R\$ 532,88 (Quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos).**

**Art.3º - Para efeito de recebimento, por força do § 3º, do artigo 39, c/c artigo 7º, inciso VII da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a R\$ 1.097,25 (Um mil e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), na forma da Lei Municipal nº 3514/2012, artigos 66, § 5º, I e 79.**

**Art.4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Registre-se e Publique-se

Município de Rolândia, Estado do Paraná, 02 de Dezembro de 2020.

**ELUIZA MESSIANO BETTEGA**

Superintendente

**LUIZ FRANCISCONI NETO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Janaina Coscrato

**Código Identificador:9B666A52**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO  
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº  
125/2020 - PMR PROCESSO Nº 264/2020.**

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição e instalação de placas de veículos do tipo MERCOSUL.

Tipo: Menor Preço por Item.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

Valor máximo total R\$: 12.500,00.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00 horas da manhã do dia 17/DEZEMBRO/2020.

Data da Abertura dos envelopes e Sessão de Lances: 17/DEZEMBRO/2020, às 13:30 horas da manhã.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, nº 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: [www.rolandia.pr.gov.br](http://www.rolandia.pr.gov.br) e e-mail: [licitacao@rolandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@rolandia.pr.gov.br).

Rolândia, 02 de Dezembro de 2020.

**PAULO ROGÉRIO DE LIMA**

Secretário de Compras, Licitações e Patrimônio

**Publicado por:**

José Augusto Liasch da Silva  
Código Identificador:5011A7E0

## SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO AVISO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 036/2020 - PMR

### PROCESSO Nº 265/2020

O Município de Rolândia torna público que procederá a Inexigibilidade nº 036/2020, de acordo com as seguintes condições:

**Interessado:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

**Objeto:** Pagamento de anuidade à Federação referente ao ano de 2020.

**Valor Total:** R\$ 2.647,78 (dois mil e seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos).

**Período:** Imediato.

**Dotação Orçamentária/Recursos:** 11 – Secretaria Municipal de Esportes; 15 – Diretoria de Serviços de Promoção; 278120011.2.061.3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**Favorecido:** FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL; CNPJ: 76.024.173/0001-01.

**Fundamento:** Artigo 25, da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações posteriores.

Rolândia, 02 de Dezembro de 2020.

**LUIZ FRANCISCONI NETO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

José Augusto Liasch da Silva  
Código Identificador:BD3704C3

## SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2020 – PMR. PROCESSO Nº 266/2020.

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de produtos têxteis diversos correlacionados a Secretaria Municipal de Saúde.

Tipo: Menor Preço por item.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

Valor máximo total R\$: 717.225,00.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00 horas do dia 17/DEZEMBRO/2020.

Data da Abertura dos envelopes e Sessão de Lances: 17/DEZEMBRO/2020, às 15:30 horas.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, nº 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia – Pr., no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: [www.rolandia.pr.gov.br](http://www.rolandia.pr.gov.br) e e-mail: [licitacao@rolandia.pr.gov.br](mailto:licitacao@rolandia.pr.gov.br).

Rolândia, 02 de Dezembro de 2020.

**PAULO ROGÉRIO DE LIMA**

Secretário de Compras, Licitações e Patrimônio

**Publicado por:**

José Augusto Liasch da Silva  
Código Identificador:9FFC8196

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 82/2020**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**Objeto da licitação:** Registro de preços para aquisição de equipamentos e suprimentos periféricos de informática necessários para atender as Secretarias e repartições Públicas do Município de Salgado Filho.

**Data de entrega dos envelopes:** Até 16/12/2020 às 17:00 horas no BLL (Bolsa de Licitações do Brasil).

**Data de abertura dos envelopes:** 17/12/2020 às 08:00 horas na BLL (Bolsa de Licitações do Brasil).

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.salgadofilho.pr.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone (46) 3564-1202 ou e-mail [licitacao.sf@gmail.com](mailto:licitacao.sf@gmail.com).

Salgado Filho-PR, 1 de dezembro de 2020

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito

**Publicado por:**

Ana Carla Campos  
Código Identificador:030409B9

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 81/2020**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**Objeto da licitação:** Registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e demais saneantes necessários para enfrentamento da COVID-19, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Salgado Filho - PR.

**Data de entrega dos envelopes:** Até 16/12/2020 às 08:00 horas no BLL (Bolsa de Licitações do Brasil).

**Data de abertura dos envelopes:** 16/12/2020 às 08:30 horas na BLL (Bolsa de Licitações do Brasil).

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.salgadofilho.pr.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone (46) 3564-1202 ou e-mail [licitacao.sf@gmail.com](mailto:licitacao.sf@gmail.com).

Salgado Filho-PR, 01 de Dezembro de 2020

**HELTON PEDRO PFEIFER**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ana Carla Campos  
**Código Identificador:**C36F10F9

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 83/2020**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**Objeto da licitação:** Registro de Preço para eventual aquisição de bens, como equipamentos, eletrodomésticos, mobiliários e materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e do Paço Municipal do município de Salgado Filho -

**Data de entrega dos envelopes:** Até 15/12/2020 às 07:00 horas na BLL (Bolsa de licitações do Brasil).

**Data de abertura dos envelopes:** 15/12/2020 às 08:30 horas na BLL (Bolsa de licitações do Brasil).

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.salgadofilho.pr.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone (46) 3564-1202 ou e-mail [licitacao.sf@gmail.com](mailto:licitacao.sf@gmail.com).

Salgado Filho-PR, 02 de Dezembro de 2020

**HELTON PEDRO PFEIFER**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ana Carla Campos  
**Código Identificador:**358D9AE9

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2020 CELEBRADO PELO MUNICIPIO DE SALGADO FILHO E PELA EMPRESA BRUNO HENRIQUE LANZARINI, QUE TEM POR OBJETO: Contratação de empresa para revitalização de canteiros centrais no Município de Salgado Filho - PR..

Local: Canteiros centrais da Avenida Presidente Dutra e Avenida Hermínio Felippi no centro de Salgado Filho - PR.

Área construída: 723,00 m².

Prazo de execução: 150 (cento e cinquenta) dias.

A obra deverá ser executada em conformidade como projeto, especificações técnicas, memórias e de mais documentos em anexo aos autos do processo.

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 76.205.699/0001-98, e sede provisória à Prefeitura Municipal, Rua 30, S/N, Centro, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, Senhor HELTON PEDRO PFEIFER, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade de nº 5.234.641-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 896.866.839-68, residente e domiciliado à Rua Bortolo Centenaro, nº 01, Centro, na cidade de Salgado Filho, Estado do Paraná e,

**CONTRATADA: BRUNO HENRIQUE LANZARINI**, CNPJ 23.903.344/0001-06, localizada na Rua Dom Pedro I, nº 219, Bairro Centro, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, a seguir denominada CONTRATADA, representado por seu representante legal Sr. BRUNO HENRIQUE LANZARINI, portador da cédula de identidade RG nº 7714810-8, e inscrito no CPF sob nº 057.242.189-33, residente na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº **86/2020**, instruído no 02/2020 Termo Aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO do prazo de execução, contados a partir de 30 de Novembro de 2020 a 28 de Fevereiro de 2021.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2. O presente termo aditivo decorre de autorização da Autoridade Competente do Município Senhor Prefeito da contratante, e encontra amparo legal no artigo 57, § 1º, I, II da Lei nº 8.666/1.993, e também no Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta do presente contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Salgado Filho, Estado do Paraná, 26 de Novembro de 2020.

**Publicado por:**  
Ana Carla Campos  
**Código Identificador:**407D6F4E

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ERRATA AO CONTRATO Nº 186/2020

**ERRATA AO CONTRATO Nº 186/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2020**

**OBJETO:** A PRESENTE LICITAÇÃO DO TIPO DE MENOR PREÇO, A PREÇOS FIXOS, TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA O PAÇO MUNICIPAL.

A Prefeitura Municipal de Salgado Filho, através do seu Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, **ERRATA** ao Contrato nº 186/2020 do Pregão Eletrônico nº 67/2020, para alterar:

**Onde se lê:**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 211.000,01 (DUZENTOS E ONZE MIL E UM CENTAVO), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

**Leia-se:**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 211.000,00 (DUZENTOS E ONZE MIL), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

Salgado Filho, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ana Carla Campos

**Código Identificador:**5312A7D7

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Aditivo Nº.: 01/2020 - Contrato Nº: 97/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Salgado Filho

Contratada.: SISTEMA DE COMUNICACAO FRIZZO LTDA - ME  
Valor: R\$ 1.500,00

Vigência: Início: 27 de novembro de 2020 Término: 20 de janeiro de 2021

Licitação: Dispensa por Justificativa Nº.: 15/2020

Recursos: Dotação: 1385 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.49 . 0 . 339039

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Objeto: Contratação de Rádio FM para transmitir vinhetas com objetivo de atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde de Salgado Filho/PR em combate ao COVID 19, que será pago com o recurso Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas Parlamentares – Recurso 3494

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito

Salgado Filho-Paraná, 27 de novembro de 2020.

**Publicado por:**

Ana Carla Campos

**Código Identificador:**C51DB9C7

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, Helton Pedro Pfeifer nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo (a) pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: 08/2020

b) Modalidade: Tomada de Preço

c) Data Homologação: 02/12/2020

d) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de serviços de Pavimentação em CBUQ a serem realizados nas ruas Rua Rui Barbosa, Rua André Battisti Filho, Rua Henrique Jacó Schwingel, Rua Antonio Secchi, Rua Vereador Osvino Krause e Rua Vereador Selvino Felippi. Conforme planilha orçamentária, totalizando 9.025,64 m² de camada de capa em CBUQ;

e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

**1260 - PAVIMAR-CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP  
(79.569.398/0001-31)**

Item – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 -----  
Total R\$ 657.088,38

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito

Salgado Filho, 02/12/2020

**Publicado por:**  
Ana Carla Campos  
**Código Identificador:**BB8B1B52

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, Helton Pedro Pfeifer nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo (a) pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: 75/2020

b) Modalidade: Pregão

c) Data Homologação: 02/12/2020

d) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para aquisição e instalação de Playground e Brinquedos para Parque Infantil, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Salgado Filho – PR,

e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

**5123 - PLASGOMES INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA  
(30.871.504/0001-48)**

Lote – 1 ----- Total: R\$ 90.000,00

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito

Salgado Filho, 02/12/2020

**Publicado por:**

Ana Carla Campos

**Código Identificador:**5E4C8316

## DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM PORTARIA Nº 269, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020

### PORTARIA Nº 269, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020

SÚMULA– Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

**HELTON PEDRO PFEIFER**, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o requerimento apresentado,

RESOLVE,

**Artigo 1º- CONCEDER**, férias de 15 (quinze) dias para a Servidora Pública Municipal **ALEXSANDRA DE OLIVEIRA RIBEIRO (1273)**, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Nível/referência CB-01, a partir do dia 16 de dezembro de 2020, correspondente ao período aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

**Artigo 2º** - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal \_\_\_\_\_, Edição nº \_\_\_\_\_, do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
Assinatura \_\_\_\_\_

**Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.**

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito

**Publicado por:**  
Gilvana Canesso  
**Código Identificador:**675159FD

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM  
PORTARIA Nº 270, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**PORTARIA Nº 270, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

SÚMULA– Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo especifica, e dá outras providências.

**HELTON PEDRO PFEIFER**, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o requerimento apresentado,

RESOLVE,

**Artigo 1º- CONCEDER**, férias de 20 (vinte) dias para o Servidor Público Municipal **CLEITON BATISTI (1083)**, ocupante do cargo efetivo de Motorista Nível/Referência CD-04, à partir do dia 18 de dezembro de 2020, correspondente ao período aquisitivo de 05.07.2019 a 04.07.2020.

Parágrafo Único: Fica autorizado a Secretaria Municipal da Fazenda a converter em Abono Pecuniário, 10 (dez) dias das férias constantes neste artigo.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal \_\_\_\_\_, Edição nº \_\_\_\_\_, do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
Assinatura \_\_\_\_\_

**Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.**

**HELTON PEDRO PFEIFER**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Gilvana Canesso  
**Código Identificador:**423F0C57

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM  
PORTARIA Nº 271, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**PORTARIA Nº 271, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

Concede Férias para os Servidores Públicos Municipais que abaixo especifica.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando os requerimentos apresentados,

RESOLVE,

**Art. 1º CONCEDER**, para os servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, **férias de 15 (quinze) dias**, a partir de 16 de dezembro de 2020, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
Cledinéia da Silva Quell	1055	Agente Comunitário de Saúde	06.06.2019 a 05.06.2020
Evanilde Mattana Caumo	1008	Agente Comunitário de Saúde	21.11.2019 a 20.11.2020
Gilvana Ramos	927	Agente Comunitário de Saúde	06.06.2019 a 05.06.2020
Ivone Aparecida da Silva	1295	Agente Comunitário de Saúde	21.05.2019 a 20.05.2020
Lucimar Heimann	924	Agente Comunitário de Saúde	06.06.2019 a 05.06.2020
Regiane Winnicki	1142	Agente Comunitário de Saúde	04.08.2019 a 03.08.2020
Sandra Regina Ortigara Vestewig	936	Agente Comunitário de Saúde	06.06.2019 a 05.06.2020

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.**

**HELTON PEDRO PFEIFER**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Aluana Pastre  
**Código Identificador:**676D4582

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM  
PORTARIA Nº 272, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**PORTARIA Nº 272, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

SÚMULA– Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo especifica.

**HELTON PEDRO PFEIFER**, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o requerimento apresentado,

RESOLVE,

**Artigo 1º- CONCEDER**, férias de 15 (quinze) dias para o Servidor Público Municipal **MAURICIO LUCAS MINGOTTI ARISI (1297)**, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo Nível/Referência CB-01, a partir do dia 16 de dezembro de 2020, correspondente ao período aquisitivo de 04.06.2018 a 03.06.2019.

**Artigo 2º** - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal \_\_\_\_\_, Edição nº \_\_\_\_\_, do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
Assinatura \_\_\_\_\_

**Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.**

**HELTON PEDRO PFEIFER**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Gilvana Canesso  
**Código Identificador:**5B414FB4

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM  
TERMO DE RESCISÃO TERMO DE RESCISÃO  
UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
120/2020.**

**TERMO DE RESCISÃO**

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2020.

O **MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.205.699/0001-98, com sede na Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, Centro, CEP: 85.620-000, denominado contratante, resolve, com respaldo no artigo 78 incisos I e II da Lei nº 8.666/1993, diante da inadequação do objeto entregue, rescindir unilateralmente o contrato administrativo nº 120/2020 firmado com a Soraia Cristina Turquino Mackert Equipamentos, inscrita no CNPJ 76.205.699/0001-98, com sede na Praça Santa Cruz, nº 1370, Município de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica rescindido unilateralmente o contrato administrativo nº 120/2020 firmado com a Soraia Cristina Turquino Mackert Equipamentos, com fundamento na cláusula décima terceira.



**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente instrumento rescisório está amparado pelos incisos I e II do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993 consubstanciado no parágrafo primeiro e segundo da cláusula décima terceira do contrato administrativo nº 120/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O Contratante providenciará a publicação do extrato do presente termo de rescisão na imprensa oficial e notificará o contratado por meio de ofício.

Salgado Filho, Estado do Paraná, 02 de dezembro 2020.

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Gilvana Canesso

**Código Identificador:**45502562

## GABINETE DO PREFEITO

### LEI 29

#### LEI Nº 29, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, para o Exercício de 2020, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial para o exercício de 2020, no valor de R\$ 658.865,78 (Seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos) no orçamento programa do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
08.01 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO  
26.782.011.2.029 Manutenção Rodoviário  
4.4.90.51 – Obras e Instalações - Fonte 1000.....R\$ 458.865,78  
4.4.90.51 – Obras e Instalações - Fonte 1015.....R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar a ser aberto em conformidade com a autorização contida no artigo anterior, serão utilizados os recursos do cancelamento das dotações parciais/totais:

02.00 GOVERNO MUNICIPAL  
02.01 GABINETE DO PREFEITO  
04.122.002.2.002 Gestão Administrativa Superior  
3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 57.500,00  
3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 11.000,00

04.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
04.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
04.122.002.2.007 Manutenção Administrativa  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros P.J. – Fonte 1000.....R\$ 233.365,78

04.07 DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO  
16.482.002.2.044 Manutenção das Atividades de Departamento de Habitação  
3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 37.500,00  
3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 7.500,00

06.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
06.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA  
13.392.006.2.020 Eventos Culturais  
3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 26.500,00

3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 6.000,00

06.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE  
27.812.007.2.021 Manutenção da Divisão dos Esportes  
3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 26.500,00  
3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 5.000,00

08.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
08.01 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO  
26.782.011.2.029 Manutenção Rodoviário  
4.4.90.52 – Equipamento e Mat. Permanente - Fonte 1015.....R\$ 200.000,00

12.00 SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE  
12.03 DEFESA CIVIL  
15.452.010.2.32 Defesa Civil  
3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 40.000,00  
3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 8.000,00

Art. 3º. Fica o Executivo autorizado a efetuar o ajuste dos anexos do PPA e LDO em decorrência das alterações da presente Lei.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho-PR, em 02 de dezembro de 2020.

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maicon Andre Hendges

**Código Identificador:**2E899CDD

## GABINETE DO PREFEITO

### LEI 28

#### LEI Nº 28, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de Crédito Extraordinário no Orçamento Geral do Município de Salgado Filho-PR, para o Exercício de 2020, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

**Art. 1º.**Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento geral, para o exercício de 2020, por meio de ato próprio, crédito extraordinário visando à inclusão da dotação orçamentária:

**Unidade Gestora:**1 - Prefeitura Municipal de Salgado Filho  
**Órgão Orçamentário:**7000 – SECRETARIA DA SAÚDE  
**Unidade Orçamentária:**7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**Função:**10 – Saúde  
**Subfunção:**301 – Atenção Básica  
**Programa:**8 - Saúde Pública Geral  
**Ação:**2049 - Enfrentamento da Emergência COVID19

**Unidade Gestora:**1 - Prefeitura Municipal de Salgado Filho  
**Órgão Orçamentário:**9000 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
**Unidade Orçamentária:**9001–FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
**Função:**08 – Assistência Social  
**Subfunção:**244 – Assistência Comunitária  
**Programa:**2037 – Sistema único da Assistência Social  
**Ação:**2050 - Benefício Eventual Enfrentamento da Emergência COVID-19

§1º A autorização de que trata o caput deste artigo permite a abertura de créditos extraordinários até o montante de R\$ 431.108,62 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e oito reais e sessenta e dois centavos).

3.1.90.11 – Venc. e Vantagens Fixas - P.C. Fonte 1019.....R\$ 304.397,00

3.3.90.30 - Material de consumo - Fonte 1019.....R\$ 82.255,00

3.3.90.30 - Material de consumo - Fonte 1022.....R\$ 33.798,64

3.3.90.32 - Material, Bem ou Serv. p/ Dist. Gratuita - Fonte 1019.....R\$ 10.657,98

**Total das Unidades Orçamentárias.....R\$ 431.108,62**

**Art. 2º.** Como recursos para abertura dos créditos extraordinários de que trata o presente Decreto, será de excesso de arrecadação dos valores, fontes, dos elementos das despesas descritos no anexo, de acordo com o que prevê o inciso II, parágrafo primeiro do artigo nº 43 da Lei Federal 4.320/64.

FONTE	DESCRIÇÃO	R\$
1019	Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públicos de Saúde - Coronavírus COVID-19	397.309,98
1022	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	33.798,64
<b>TOTAL</b>		<b>431.108,62</b>

**Art. 3º.** O presente Instrumento é oriundo do Decreto de crédito extraordinário 97/2020, encaminhado ao Poder Legislativo, para conhecimento, conforme Art. 62 da Constituição Federal e § XXIV do artigo 63 da Lei Orgânica deste Município.

**Art. 4º**– Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 30 de outubro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho-PR, em 02 de dezembro de 2020.

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maicon Andre Hendges

**Código Identificador:**566F04D2

## GABINETE DO PREFEITO DECRETO 105

### DECRETO Nº 105, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, para o Exercício de 2020, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Municipal nº 29/2020, de 02 de dezembro 2020;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial para o exercício de 2020, no valor de R\$ 658.865,78 (Seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos) no orçamento programa do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

08.01 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

26.782.011.2.029 Manutenção Rodoviário

4.4.90.51 – Obras e Instalações - Fonte 1000.....R\$ 458.865,78

4.4.90.51 – Obras e Instalações - Fonte 1015.....R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar a ser aberto em conformidade com a autorização contida no artigo anterior, serão utilizados os recursos do cancelamento das dotações parciais/totais:

02.00 GOVERNO MUNICIPAL

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.002.2.002 Gestão Administrativa Superior

3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 57.500,00

3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 11.000,00

04.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

04.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

04.122.002.2.007 Manutenção Administrativa

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros P.J. - Fonte 1000.....R\$ 233.365,78

04.07 DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

16.482.002.2.044 Manutenção das Atividades de Departamento de Habitação

3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 37.500,00

3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 7.500,00

06.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

06.02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.006.2.020 Eventos Culturais

3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 26.500,00

3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 6.000,00

06.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

27.812.007.2.021 Manutenção da Divisão dos Esportes

3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 26.500,00

3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 5.000,00

08.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

08.01 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

26.782.011.2.029 Manutenção Rodoviário

4.4.90.52 – Equipamento e Mat. Permanente - Fonte 1015.....R\$ 200.000,00

12.00 SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE

12.03 DEFESA CIVIL

15.452.010.2.32 Defesa Civil

3.1.90.11 - Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal - Fonte 1000.....R\$ 40.000,00

3.1.90.13 - Obrigações Patrimoniais - Fonte 1000.....R\$ 8.000,00

Art. 3º. Fica o Executivo autorizado a efetuar o ajuste dos anexos do PPA e LDO em decorrência das alterações da presente Lei.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho-PR, em 02 de dezembro de 2020.

**HELTON PEDRO PFEIFER**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maicon Andre Hendges

**Código Identificador:**DFE08824

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

### DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº 162, DE 02 DE DEZEMBRO 2020.

**Súmula:** Abre Crédito Especial para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 250.000,00 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Especial por Anulação no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elizandra Rossatto

**Código Identificador:**B7BA3701

## DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº 163, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**Súmula:** Abre Crédito Especial para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 180.000,00 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Especial por Anulação no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elizandra Rossatto

**Código Identificador:**4AA3448C

## DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº. 164, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**SÚMULA:-** Altera dispositivo do Código Tributário, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI

**Art. 1º** - O Anexo II do Código Tributário Municipal Tabela para cobrança da Taxa de Licença Funcionamento de Comercio, Indústria e Prestação de Serviço, passará a ter a seguinte redação:

### a) Estabelecimentos Diversos:

Uma atividade, o contribuinte pagará 02 (duas) U.F.M, duas atividades pagará 03 U.F.M e assim sucessivamente.

### b) Níveis de Formação Profissional:

Profissionais liberais com nível de formação superior	03(três) UFM
Profissionais liberais com nível de instrução médio	02(duas) UFM
Profissionais autônomos, com grau de instrução primária ou inferior.	1,5(uma vírgula cinco) UFM

c) Instituições Financeiras, bancos, 40 (quarenta) UFM - Unidade Fiscal do Município.

d) Cooperativas de Crédito, 30 (trinta) UFM - Unidade Fiscal do Município.

e) Supermercados, prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e fornecimento de água, Cooperativas Agrícolas, 20 (vinte) UFM - Unidade Fiscal do Município.

f) Hospital, 18 (dezoito) UFM - Unidade Fiscal do Município.

g) Posto de combustível e Sistema de Radio Fusão 10 (dez) UFM - Unidade Fiscal do Município.

h) Mercarias com açougue, 08(oito) UFM – Unidade Fiscal do Município.

i) Empresas de Financiamento a aposentados e pensionistas ou consignação em folha de pagamento, farmácias, comercio de insumos agrícolas, sementes e produtos veterinários, ferragens e material de construção, Clubes Noturnos, boates, motel, Casas Lotéricas, Cooperativa de Leite e agência dos Correios 06(seis) UFM – Unidade Fiscal do Município.

j) Empresas de montagens de estruturas metálicas, mercearias, clínicas médicas, prestadores de serviços de saúde em geral, Dentistas, Fisioterapeutas, Laboratório de Exames Clínicos, Empresas de Obras e Engenharia e Serviços Advocatícios, 05(cinco) UFM – Unidade Fiscal do Município.

l)Bares localizados na Área Rural do Município, 01(uma) UFM – Unidade Fiscal do Município.

**Art. 2º** - A Taxa poderá ser paga em cota única, ou em 03 (três) parcelas, nos prazos estipulados pelo Executivo Municipal.

**§1º** - O contribuinte que optar pelo pagamento de cota única, usufruirá do desconto de 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento).

**§2º** - O pagamento da parcela vincenda só poderá ser efetuado após o pagamento da parcela vencida.

**Art. 3º** - O não pagamento da Taxa de Licença por atividade no prazo determinado implicará nas seguintes penalidades:

Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor vencido;  
Juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês a partir do vencimento;  
Atualização monetária com base na variação da INPC ou de outro indexador que vier a substituí-lo.  
Fechamento do estabelecimento pelo setor de Fiscalização até a regularização do presente débito.

**Art. 4º** - O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado da Taxa de Licença de Funcionamento de Comércio, Indústria e Prestação de serviço deverá requerer o parcelamento junto ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra – PR, até o vencimento da 1ª parcela.

**Art. 5º** - Revogadas as disposições em contrário, e em especial a Lei n.º 068/2019, de 18 de dezembro de 2019, esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2020.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto da Lontra, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**BC41A276

## DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº. 166, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**SÚMULA:-** Altera dispositivo do Código Tributário Municipal com referência a Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

### LEI

**ART. 1º** - O anexo VI do Código Tributário Municipal de Salto do Lontra, passa a Ter a seguinte redação:

VALOR VENAL DOS TERRENOS URBANOS PÔR SETOR E M² R\$:	
a) Terrenos Localizados no Setor I .....	28,11
b) Terrenos Localizados no Setor II .....	19,67
c) Terrenos Localizados no Setor III .....	13,78
d) Terrenos Localizados no Setor IV .....	9,65
e) Terrenos Localizados no Setor V .....	6,76
f) Terrenos Localizados no Setor VI .....	4,72

§ 1º - Os lotes vagos e sem edificação, deverão sofrer um acréscimo sobre o valor venal de 50% de acordo com o valor do setor I ao VI.

§ 2º - O proprietário de 03(três) lotes vagos ou mais, exceto aqueles pertencentes a empreendimentos novos ou implantados há mais de 05(cinco) anos, terão alíquota acrescida de 25%(vinte e cinco por cento) e no caso de inexistirem passeios pavimentados, conforme padrão, também sofrerão acréscimo de 25%(vinte e cinco por cento).

VALOR VENAL DAS CONSTRUÇÕES POR CATEGORIA E M²	
01 – ALVENARIA R\$:	
a) Estabelecimentos residenciais e comerciais.....	262,93
b) Construções de Barracão.....	221,20

02 – MISTA R\$:	
-----------------	--

a) Estabelecimentos residenciais e comerciais.....	164,72
b) Construções de Barracão .....	65,84

03 – MADEIRA R\$:	
a) Estabelecimentos residenciais e comerciais.....	98,72
b) Construções de Barracão .....	39,43

**ART. 2º** - O imposto será pago de uma só vez ou em 06 (seis) parcelas, nos prazos estipulados pelo Executivo Municipal.

**Parágrafo Primeiro** – O Contribuinte que optar pelo pagamento a vista, terá desconto de 4.77% (quatro vírgula setenta e sete por cento).

**Parágrafo Segundo** – O pagamento da parcela vincenda só poderá ser efetuado após o pagamento da parcela vencida.

**Art. 3º** - O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado do Imposto Predial e Territorial Urbano, deverá requerer o parcelamento junto ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal até o vencimento da 1ª parcela.

**Art. 4º** O não pagamento do imposto relativo ao exercício financeiro de 2021, no prazo determinado, implicará nas seguintes penalidades:  
Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor vencido.  
Juros de Mora de 0,5 (zero vírgula cinco por cento ao mês a partir do vencimento).  
Atualização monetária com base na variação da INPC ou outro indexador que vier a substituí-lo.

**Art. 5º** - Revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei nº 070/2019, de 18 de dezembro de 2019, esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**C35CBED5

## DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº. 167, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

**SÚMULA:-** Estabelece o valor da Unidade Fiscal do Município de Salto do Lontra, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

### LEI

**ART. 1º** - O valor da Unidade Fiscal do Município (UFM), para cálculos de Tributos Municipais, fica estipulado em R\$: 147,83 (cento e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos).

**ART. 2º** - Revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei Municipal de nº 074/2019, de 18 de dezembro de 2019, a presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**1F262AF1

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 169, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

SÚMULA:- Altera a Lei Municipal nº 095, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município, em razão de modificações feitas na Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI COMPLEMENTAR**

**Art. 1º** - Altera o inciso XXII do artigo 16 da Lei Municipal nº 095, de 29 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“XXII) do domicílio do tomador dos serviços do subitem 15.09”.**

**Art. 2º** - Revoga o §7º do artigo 20 da Lei Municipal nº 095, de 29 de dezembro de 2003.

**“§ 7º (Revogado).”**

**Art. 3º** - Acrescenta os Parágrafos 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º ao artigo 20 da Lei Municipal nº 095, de 29 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

**“§ 9.º Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 10º a 16º deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XX, XXI e XXII do artigo 16 desta Lei, o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.**

**§ 10.º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.**

**§ 11.º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 10º deste artigo.**

**§ 12.º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.**

**§ 13.º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:**

**I - bandeiras;**

**II - credenciadoras; ou**

**III - emissoras de cartões de crédito e débito.**

**§ 14. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista.**

**§ 15. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.**

**§ 16. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.**

**§ 17. Sem prejuízo do disposto no caput e no § 5º deste artigo, são também responsáveis pelo recolhimento do tributo as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 13º deste artigo, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.” (NR)**

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elizandra Rossatto

**Código Identificador:**BBA8C8E7

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**LEI MUNICIPAL Nº 170, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e alterar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 1.110.000,00 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Anulação no valor de R\$ 1.110.000,00 (um milhão cento e dez mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Elizandra Rossatto

**Código Identificador:**E5C876F9

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**LEI MUNICIPAL Nº 171, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Súmula: Abre Crédito Especial para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 130.000,00 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Especial por Anulação no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” da presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**A6F9FDF2

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**LEI MUNICIPAL Nº 168, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

SÚMULA: - Altera dispositivo do Código Tributário Municipal e da outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** - Tabela para a cobrança do Imposto sobre Serviços do Código Tributário Municipal passa a ter a seguinte redação:

ATIVIDADE	BASE DE CALCULO MÍNIMA À PAGAR	ALÍQUOTA ÚNICA
As constantes na Lei nº 116/03 de 31 julho de 2003, exceto atividades bancárias.	R\$=1.624,95	3%

**Art. 2º** - Fica estipulado o valor único fixo de R\$- 461,53 (quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos), para os contribuintes de rudimentar escrituração, cabeleireiros e barbearias, que fizerem a solicitação por escrito até o prazo do vencimento da 1ª parcela do Imposto Sobre Serviço. – ISS, se não fizerem a opção pagarem sobre base de calculo mínima conforme descrito no Art 1º. Mensalmente, nos prazos estipulados pelo executivo municipal.

**Art. 3º** - Ficam isento do Pagamento de ISS os motoristas autônomos de taxi.

**Art. 4º** - Fica estipulada a alíquota de 5%, (cinco por cento) para atividades de serviços bancários e financeiros.

**Art. 5º** - Os contribuintes que optarem pelo Sistema diferenciado o Simples Nacional deverão informar ao Setor de Tributação e Fiscalização os recolhimentos mensalmente de Imposto Sobre Serviços conforme determina a Lei135/2007, Art. 25, informação estas que poderão a critério da empresas serem informadas por contadores e escritórios contábeis das quais estão vinculadas.

**Art. 6º** - Fixa o valor de R\$ 99,35 (noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), o valor mínimo para os escritórios contábeis conforme determina a Lei Federal 123, art 18, § 22.

**Art. 7º** - Fica o Comitê Gestor Municipal autorizado a requerer informações com referencia aos recolhimentos de Tributos das empresas enquadradas no Regime diferenciado para micro e pequenas empresas no Simples Nacional.

**Art. 8º** - O não pagamento no vencimento implicará nas seguintes penalidades:

Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor vencido;

Juros de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a partir do vencimento.

Atualização monetária com base na variação da INPC ou por outro indexador que vier a substituí-lo.

**Art. 9º** - Quando da autorização de impressão de documentos fiscais, os blocos anteriormente solicitados deverão ser apresentados para fiscalização e posteriormente devolvido ao contribuinte, caso haja divergência com os recolhimentos será lançado a diferença pelo Setor de Fiscalização Municipal.

**Art. 10º** - Revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei 071/2019, de 18 de dezembro de 2019, a presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**F1F95258

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 161, DE 02 DE DEZEMBRO 2020.**

Súmula: Abre Crédito Especial para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 250.000,00 e dá outras providências.

**Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 162/2020:

**DECRETA**

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Especial por Anulação no valor de

R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**3034796A

---

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 162, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Súmula: Abre Crédito Especial para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 180.000,00 e dá outras providências.

**Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 163/2020:

**DECRETA**

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Especial por Anulação no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**DDF3D300

---

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 163, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e alterar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 1.110.000,00 e dá outras providências.

**Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 170/2020:

**DECRETA**

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Anulação no valor de R\$ 1.110.000,00 (um milhão cento e dez mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**BE965A21

---

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº 164, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Súmula: Abre Crédito Especial para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Anulação a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R\$ 130.000,00 e dá outras providências.

**Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 171/2020:

**DECRETA**

**Art. 1º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 051/2017 do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 2º** - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 027/2019 de 07 de Maio de 2019, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), publicada em 08 de Maio de 2019, do exercício de 2020, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 3º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Especial por Anulação no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 4º** - Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Anulação de Fontes de Recursos Livres, conforme “Anexo I” do presente Decreto.

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Elizandra Rossatto  
**Código Identificador:**345545AE

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO INFORMATIVO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇO

Processo: TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de cobertura e fechamentos laterais de quadra esportiva da Escola Professor Antônio Peron, conforme projeto e com recursos próprios.

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, formalmente designada por meio da Portaria nº 07/2020, após decorrido o prazo recursal, informa que promoverá a sequência do processo licitatório, com a abertura dos envelopes de propostas de preço das empresas habilitadas, no dia **04/12/2020 às 14:30 (quatorze e trinta) horas.**

Dê-se ciência a todas as interessadas e publique-se.

Salto do Lontra - Pr, 01 de dezembro de 2020.

**FABIANO ROMANI**  
Presidente C.P.L.

De Acordo:

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fabiano Romani  
**Código Identificador:**205306D8

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 298/2020

<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa para fornecimento parcelado de nitrogênio líquido
<b>CONTRATADO:</b>	NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS /INSIMINAÇÃO LTDA
<b>CNPJ:</b>	09.492.811/0001-21
<b>VALOR:</b>	48.500,00
<b>VIGÊNCIA:</b>	02/12/21
<b>FORO:</b>	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 02 de dezembro de 2020

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fabiano Romani  
**Código Identificador:**00DD24B0

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 289/2019

<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa para futura e eventual realização de transporte de passageiros e pacientes, quando necessário, a outros municípios
<b>CONTRATADO:</b>	BAGIO TRANSPORTES LTDA - ME
<b>CNPJ:</b>	19.797.287/0001-50
<b>VIGÊNCIA:</b>	30/05/2021
<b>FORO:</b>	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 02 de dezembro de 2020

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fabiano Romani  
**Código Identificador:**710DFEE4

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2019

<b>OBJETO:</b>	Locação de Licença de Uso Por Prazo Determinado, prestar assistência técnica, manutenção e assessoria no uso dos Softwares de Administração de Frota, Administração de Receitas, Administração de Receitas Cidadão, Compras e materiais, Contabilidade Pública, Controle Interno, Gestão Pessoal, Gestão Pessoal-EFETIVIDADE, Gestão Pessoal-PPP, Informações automatizadas, licitações, patrimônio público, planejamento e orçamento LOD, LOA, PPA, Responsabilidade fiscal, tesouraria, transparência, nota fiscal eletrônica e declaração de ISS
<b>CONTRATADO:</b>	GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
<b>CNPJ:</b>	00.165.960/0001-01
<b>VALOR:</b>	202.406,16
<b>VIGÊNCIA:</b>	31/12/22
<b>FORO:</b>	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 02 de Dezembro de 2020

**MAURÍCIO BAÚ**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fabiano Romani  
**Código Identificador:**EBBDDC63

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

#### CAMARA MUNICIPAL DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2020.

Súmula: Dispõe sobre a prestação de contas do administrador do Executivo Municipal, Sr. Jarbas Carnellosi, referente ao exercício de 2017, que foi tida como regular com ressalvas pelo TCE/PR, e dá outras providências.

No uso das atribuições que nos confere a Constituição da República e a Lei Orgânica do Município de Santa Amélia/PR, estamos, na forma prevista no Regimento Interno, submetendo à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado o acórdão de parecer prévio nº 380/2020 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (processo nº 300596/18), que é no sentido da REGULARIDADE COM RESSALVAS das contas referentes ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Jarbas Carnellosi.

Parágrafo único. O parecer prévio e respectivo processo, referidos no caput deste artigo, ficam fazendo parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º - A prestação de contas e o parecer prévio, referidos no caput do art. 1º, a contar da data da publicação deste Decreto Legislativo, ficarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, na Câmara de Vereadores, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme determina o § 3º, do art. 31, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 01 de dezembro de 2020.

**EVALMIR APARECIDO SIVIERO**  
Presidente

**GILBERTO LUIZ MOSSATO**  
Vice- Presidente

**LUIZ HENRIQUE RANUCI**  
1º Secretário

**JOSÉ APARECIDO MENEGHIN**  
2º Secretário



**Publicado por:**  
Marlene Martins  
**Código Identificador:**A52B87C6

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2020**

**AVISO DE EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2020**

O MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma Presencial, do tipo menor preço, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

**OBJETO:** Aquisição de tintas e utensílios para pinturas.

**CREDENCIAMENTO:** Das 08h15m as 08h29m horas do dia 17/12/2020.

**ABERTURA:** As 08h30m de 17/12/2020.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** [www.santaceciliadopavao.gov.br](http://www.santaceciliadopavao.gov.br), ou no Departamento de Compras e Licitações.

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, pelo telefone (43) 3270-1123, ou pelo e-mail: [licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br](mailto:licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br).

Santa Cecília do Pavão, 04 de dezembro de 2020.

**LUIS GUILHERME BORSATTO**

Pregoeiro Municipal.

**Publicado por:**  
Claudinéia Aparecida Vicente  
**Código Identificador:**28E8E1AD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**ART. 24, II DA LEI 8666/93**

**DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAED 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

DISPENSA Nº 031/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2020

**Objeto:** Aquisição de alarme para captação do Poço 01.

**Valor total:** R\$ 787,80 (setecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)

**Empresa:** Carvalho e Santos Ltda ME – CNPJ 24.198.993/0001-16

**Dotação Orçamentária:**

Função Programática: 01.001.17.512.0034.2.002

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00

**EDIMAR COVRE**

Diretor Presidente Do SAMAE

**Publicado por:**  
Claudinéia Aparecida Vicente  
**Código Identificador:**E413DD4E

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 1.608/2020**

*Matéria Republicada por incorreção no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/11/2020. Edição 2140*

Regulamenta data, desconto e parcelamento do IPTU e taxas de serviços urbanos constantes da Lei Municipal nº 001/2007 – Código Tributário Municipal, para o exercício 2021.

**FRANCISCO ANTÔNIO BONI**, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica fixado o dia **15/03/2021** o dia para pagamento em parcela única do IPTU, no exercício de 2021, podendo também o contribuinte optar pelo pagamento em até **06 (seis) parcelas mensais** e sucessivas de igual valor, iniciando no dia **15/03/2021**.

**Parágrafo Único** - No caso de o contribuinte optar em pagar o IPTU no exercício de 2021, em parcela única, até o dia 15/03/2021, terá um desconto de **3% (três por cento)** do valor total do IPTU.

**Art. 2º** - Os tributos e taxas de competência do Município e as demais receitas públicas constante do sistema tributário ficam atualizados com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 001/2007.

**Parágrafo Único** - Como índice de atualização da base de cálculo foi utilizado o **INPC-IBGE** do período acumulado dos 12 (doze) meses móveis de **novembro de 2019 a outubro de 2020**, com variação de **4,7706%**.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de novembro do ano de 2020.

Registre-se, Publique-se.

**FRANCISCO ANTÔNIO BONI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Maria Estela Fiore Cordeiro  
**Código Identificador:**FC56B272

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº. 1.106/2.020**

Designa O SERVIDOR Municipal Sr. ANDERSON JOSÉ BAZZO, e dá outras providências.

O Poder Executivo do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Municipal 003/1993.

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** - Designar o Servidor Sr. Anderson José Bazzo, brasileiro, casado, auxiliar de contabilidade II, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.358.410-6 SSP-PR e do CPF n.º 037.226.349-62, DESIGNA, interinamente, em caráter excepcional e temporário, para exercer o cargo de chefe do Departamento Pessoal CC-12, no entanto, continuará a receber os vencimentos do cargo de auxiliar de contabilidade II, com gratificação de 50% sobre vencimento do cargo efetivo o qual o mesmo é detentor.

**§1.º** - Em consequência a designação acima mencionada, atribuir-se-á 50% (cinquenta por cento) a título de gratificação da função a ser acrescido ao vencimento base do servidor designado acima, a partir do dia 30 de novembro de 2020.

**Art. 2.º** - Esta Portaria terá efeitos retroativos a data de 30.11.2020 entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 02 dias do mês de dezembro do ano de 2.020.

**FRANCISCO ANTÔNIO BONI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Maria Estela Fiore Cordeiro  
**Código Identificador:**5C7107AD

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA**

**LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**ATO DA PRESIDÊNCIA 19/2020 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020**

Súmula: Determina a extensão da vigência do Fundo Especial da Câmara Municipal de Santa Lúcia tratado pelo Lei Municipal nº 442/2012, da forma como especifica.

A Presidência da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando a reunião feita pelo Conselho Gestor de que trata o art. 6º da Lei Municipal nº 442/2012, no sentido de reconhecer a necessidade de efetivação da conclusão da construção de sede própria, com a aquisição de bens móveis ao patrimônio da Câmara Municipal; Considerando a necessidade de assegurar recursos à efetivação da conclusão da sede própria da Câmara Municipal mediante a permissibilidade constitucional de retenção das sobras do orçamento anual:

**RESOLVE**

**Art. 1º** Determinar a extensão da vigência do Fundo Especial da Câmara Municipal de Santa Lúcia tratado pelo Lei Municipal nº 442/2012 até o momento em Conselho Gestor de que trata o art. 6º da menciona Lei declarar mediante ato próprio como integralmente concluída a construção da sede própria da Câmara Municipal.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Santa Lúcia/PR, em 30.11.2020.

**ZÉLIA MARIA DOS SANTOS GALVÃO**

Presidente

**Publicado por:**  
Lucas Henrique Tubin Getrullio  
**Código Identificador:**479EC9D4

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 254/2020 DATA: 01/12/2020 CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RENATO TONIDANDEL**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Considerando o que concerne o disposto do artigo 84 da Lei Municipal nº 314/2009 (Plano de Carreira dos Servidores), **concede** ao servidor municipal, abaixo relacionado, férias normais com gozo de 30 dias consecutivos, conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO	DATA DE RETORNO
KATHIA REGINA CANTELLI	Diretor de Departamento	01/12/2020 à 30/12/2020	31/12/2020

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2020.

**RENATO TONIDANDEL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luana Stracher França  
**Código Identificador:**BA92D3A1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 245/2020 DATA: 02/12/2020 CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RENATO TONIDANDEL**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Considerando o que concerne o disposto do artigo 84 da Lei Municipal nº 314/2009 (Plano de Carreira dos Servidores), **concede** ao servidor municipal, abaixo relacionado, férias normais com gozo de 30 dias consecutivos, conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO	DATA DE RETORNO
MOACIR FAQUINI	Motorista	30/11/2020 à 29/12/2020	30/12/2020

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 30 de novembro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**RENATO TONIDANDEL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luana Stracher França  
**Código Identificador:**A5D5C5AE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 246/2020 DATA: 02/12/2020 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O COMITÊ MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e considerando a Lei Aldir Blanc Nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que estabelece os procedimentos para a criação do Comitê Municipal de Cultura.

**D E C R E T A**

**Art. 1º** - A nomeação dos membros para comporem o Comitê Municipal de Cultura do Município de Santa Lúcia, Paraná, conforme a Lei Aldir Blanc Nº 14.017, de 29 de junho de 2020, com a seguinte composição, membro titular, seguido de seu suplente respectivamente:

**Representantes do Poder Público:**

**SEMED – Secretaria Municipal de Educação Cultural e Esporte:**

Titular - Margarida Mattos Pedrotti

Suplente – Eliane Aparecida Mierzwinski

**Secretaria de Administração:**

Titular – Luana Stracher França

Suplente – Salete Gaio Padilha De Almeida

**Secretaria de Finanças:**

Titular – Roseclea Margarete Forcellini Scherer

Suplente – Luiz Rodrigo Bocca

**Representantes Jurídico:**

Titular – Bruno Da Silva kanieski  
Suplente – Luis Jose Milani

**Representantes Sociedade Civil:****CTG – Centro de Tradições Gauchas:**

Titular- Carina Perondi  
Suplente – Isolete Pereira Ker

**APMI- Associação de Proteção a Maternidade e Infância:**

Titular – Patricia Perondi  
Suplente – Serli de Fátima Oliveira

**Clube Alegria:**

Titular – Maria Savi Prestes  
Suplente – Marilene Mantovani Forquezatto

**Art. 2º** - A organização e as atribuições do Comitê Municipal de Cultura terão amparo legal Lei Aldir Blanc Nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**RENATO TONIDANDEL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Luana Stracher França

**Código Identificador:**3A4D23AB

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2020**

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA**, entidade pública estabelecido na Rua do Rosário, nº 228, Centro Município de Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93, comunica que realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico** do tipo **Menor Preço Por lote**, objetivando **Aquisição de Sêmen Bovino para atendimento a Programa de Desenvolvimento da Bacia Leiteira do Município de Santa Lúcia, em atendimento ao Programa de Melhoramento Genético e da Produção da Bacia Leiteira, conforme necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura**, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, no **valor máximo de R\$ 88.764,70 (Oitenta e Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Setenta Centavos)**, por um período de **365 Dias**, conforme especificações constantes do presente edital.

A sessão de processamento do presente Processo Licitatório **Pregão** será realizado no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no **dia 16 de dezembro de 2020, às 09:00 horas**, e será processada/regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, Lei complementar 123/2006 (alterada pela Lei complementar 147/2014), Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 153, de 07 de julho de 2020, demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie e às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, através do Departamento de Licitações e Contratos.

O Edital e seus Anexos podem ser obtidos no Departamento de Licitações e Contratos, localizado na Avenida do Rosário, 228, Paço Municipal - CEP: 85795000 - Centro, Santa Lúcia/PR, das 07h30 às 11h30 horas e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), e também no *site* do Município - [www.santalucia.pr.gov.br](http://www.santalucia.pr.gov.br), no *link* - Licitações - Transparência, bem como solicitado pelo e-mail: [compras@santalucia.pr.gov.br](mailto:compras@santalucia.pr.gov.br). Em caso de dúvidas, fone (45) 3288-1144.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 02 de dezembro de 2020.

<b>RENATO TONIDANDEL</b>	<b>VALMIR DALBEN</b>
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Agricultura

**Publicado por:**

Fernando Isederio Tortelli

**Código Identificador:**3BC23DC0

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2020****REF. LICITAÇÃO Tomada de preços Nº 9/2020**

**Contratação de empresa para execução de obra de Ampliação de aproximadamente 160 metros de rede de energia elétrica urbana de baixa tensão, com fornecimento de peças e mão de obra, na Rua Adão Bachio e execução de obra para deslocamento de um poste na Rua Guarapuava, conforme projetos em anexo.**

**EXTRATO**

Partes:

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA

Contratada: ELETRO CAF COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto:

O presente Termo Aditivo visa a dilatação do prazo de execução do referido contrato em mais 90 dias (Noventa dias), com início em 16/11/2020 e término em 14/02/2021, conforme cláusula sétima do contrato em epígrafe e termos da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93 e Lei n.º 8.883/94 de 08/06/94, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

Prazo de Execução: 14/02/2021.

Prazo de Vigência: 17/08/2021.

Data da Assinatura: 16/11/2020.

**Publicado por:**

Fernando Isederio Tortelli

**Código Identificador:**41D402DD

**SECRETARIA DE FINANÇAS****LEI Nº 991/2020 DATA:02/12/2020**

**Lei Nº 991/2020.**

**DATA:02/12/2020**

**SÚMULA ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA-PR PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 .**

A Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, aprovará, e Eu, Prefeito Municipal Renato Tonidandel, sancionarei a seguinte,

LEI:

**Art. 1º** - O Orçamento Fiscal do Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2020, abrangendo os Órgãos de Administração Direta e Indireta e os Fundos Municipais, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.500.000,00 (Dezessete milhões e quinhentos mil reais).

**Art. 2º** - A Receita será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS TRIBUTARIAS	R\$ 993.140,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 323.768,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 75.060,00
RECEITAS DE SERVIÇO	R\$ 42.856,80
RECEITAS CORRENTES	R\$ 19.098.075,20
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ (3.032.900,00)
TOTAL LÍQUIDO	R\$ 17.500.000,00

Art. 3º - A Despesa do Orçamento Fiscal será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme o seguinte desdobramento por Órgãos:

LEGISLATIVO MUNICIPAL	R\$ 1.220.000,00
EXECUTIVO MUNICIPAL	R\$ 753.880,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV ECONO	R\$ 150.420,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.156.680,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	R\$ 532.500,00
SECRET DE EDUCAÇÃO, CULT E ESPORTES	R\$ 4.406.063,77
SEC DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$ 817.000,00
SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 4.333.616,23
SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	R\$ 1.009.552,00
SECRE DE OBRAS, URBANISMO E TRANSP	R\$ 2.638.088,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$ 394.700,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 87.500,00
TOTAL	R\$ 17.500.000,00

Art. 4º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.

Art. 5º - São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilização centralizada, anexos a esta Lei, nos termos do parágrafo 2º. do artigo 2º. da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1964, inseridos no Orçamento Geral do Município:

I - do Fundo Municipal de Saúde - FMS, criado pela Lei Municipal nº. 397/2011 de 07/07/2011, que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 4.333.616,23 (Quatro milhões e Trezentos trinta e três e Mil e Seiscentos e Dezesesseis reais e Vinte Três centavos);

II - do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº. 393/2011 de 04/05/2011, que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 140.500,00 (Cento e Quarenta mil e Quinhentos reais);

III - do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, criado pela Lei Municipal 365/2010 de, 08/07/2010 que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 na importância de R\$ 869.052,00 (Oitocentos e Sessenta e Nove mil e Cinquenta e Dois reais);

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em consonância com o artigo 36 da Lei Municipal nº 966/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021) a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto na legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido em lei específica;

III – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 20% (vinte por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III e o excesso de arrecadação de recursos livres consoante o estabelecido no inciso II, ambos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64;

IV – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;

V – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 30% (trinta por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;

VI - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos

respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;

VII - transpor, remanejar ou transferir recursos de uma para outra categoria econômica, ou de um para outro órgão, programa ou projeto/atividade, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, e também, proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações;

VIII - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

**Parágrafo 1º** - A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V e VI não são consideradas para fins do limite da autorização constante do inciso III.

**Parágrafo 2º** - A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo e ao Prefeito Municipal para a abertura de créditos suplementares no orçamento da seguridade social considerando-se o limite definido em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 7º Fica autorizado, não sendo computados para fins do limite de que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ ou Estado não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados.

Art. 8º - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Art. 9º - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no “caput” do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

Art. 10 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia-Pr, em 02 de Dezembro de 2020.

**RENATO TONIDANDEL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Valdoir Rodrigues dos Santos

**Código Identificador:**249A4667

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO**  
**SUDOESTE**

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nº 0100/2020**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0100/2020**  
**PROCESSO Nº 738/2020**

**EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor ZELIRIO PERON FERRARI, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 20.286/2019, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 17/12/2020, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Presencial, menor preço Por item, que tem por objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de metalúrgica, com disponibilização de equipamentos e fornecimento de materiais para atendimento das necessidades da municipalidade..

Data para protocolo e entrega dos envelopes proposta e habilitação, juntamente com o credenciamento: 17/12/2020, as 09:00 horas.

Local da realização da sessão pública do pregão: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site [www.pmsas.pr.gov.br](http://www.pmsas.pr.gov.br) licitações. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail [licitacao@pmsas.pr.gov.br](mailto:licitacao@pmsas.pr.gov.br).

Santo Antonio do Sudoeste, em 02 de dezembro de 2020.

**ZELIRIO PERON FERRARI**

Prefeito Municipal

**ELIANE BRUM**

Pregoeira

**Publicado por:**

Eliane Brum

**Código Identificador:**1C0499B0

**RECURSOS HUMANOS****ERRATA PORTARIA Nº. 20.506 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020**

A Portaria nº. 20.506 de 12 de novembro de 2020, publicado na edição nº. 2138 de 16 de novembro de 2020, do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná – AMP tem pelo presente, por lapso de digitação a seguinte correção:

**Onde se lê:**

NOMEAR, para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, com carga horaria de 40 horas semanais, entrando em exercício a partir de 12 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de novembro de 2020.

**Leia-se:**

EXONERAR, do cargo em Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde.

NOMEAR, para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, com carga horaria de 40 horas semanais, entrando em exercício a partir de 12 de novembro de 2020.

Esta portaria tem efeitos retroativos a 12 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de novembro de 2020.

**ZELIRIO PERON FERRARI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Luciana Graboski Pinto

**Código Identificador:**F94FD2A3

**ESTADO DO PARANÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO 158/2020 PE 27/2020**

**EXTRATO DE CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 27/2020

CONTRATO Nº 158/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de oficinas de Culinária e Artesanato em geral, no Programa de Medidas Socioeducativas para adolescentes e jovens e população de rua abrigada provisoriamente na prevenção do COVID19, inseridos na Proteção Social Especial do Órgão Gestor da Assistência Social do município de São Jerônimo da Serra.

EMPRESA CONTRATADA: PAULO ROBERTO MOREIRA - EPP

CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR

VALOR: R\$ 11.157,60 (onze mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO DIAS)

São Jerônimo da Serra/PR. 02 de dezembro de 2020.

Assinaturas: LAÉRCIO PEREIRA CORREIA – Prefeito Municipal  
PAULO ROBERTO MOREIRA - EPP

**Publicado por:**

Aliciany Maria de Oliveira Correa

**Código Identificador:**950635DE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO CONTRATO 159/2020 PE 27/2020****EXTRATO DE CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 27/2020

CONTRATO Nº 159/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de oficinas de Culinária e Artesanato em geral, no Programa de Medidas Socioeducativas para adolescentes e jovens e população de rua abrigada provisoriamente na prevenção do COVID19, inseridos na Proteção Social Especial do Órgão Gestor da Assistência Social do município de São Jerônimo da Serra.

EMPRESA CONTRATADA: IMPACTO -EIRELLI - ME

CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR

VALOR: R\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO DIAS)

São Jerônimo da Serra/PR. 02 de dezembro de 2020.

Assinaturas: LAÉRCIO PEREIRA CORREIA – Prefeito Municipal  
IMPACTO -EIRELLI - ME

**Publicado por:**

Aliciany Maria de Oliveira Correa

**Código Identificador:**774CB294

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PE 32/2020****GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL****HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2020****PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2020****RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Município de São Jerônimo da Serra-Estado do Paraná torna pública a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **Registro de Preços para a aquisição de Notas Fiscais do Produtor Rural para atender o Município de São Jerônimo da Serra**, tendo como vencedora a empresa **ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA**, situada a Rua: Pérola do Vale, 55 - Itoupava Central Blumenau – SC, CNPJ Nº: 05.665.084/0001-04 com o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

São Jerônimo da Serra, 02 de dezembro de 2020.

**LAÉRCIO PEREIRA CORREIA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Aliciany Maria de Oliveira Correa  
**Código Identificador:**20118ACA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49/2020 PE**  
**32/2020**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 032/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020  
OBJETO: **Registro de Preços para a aquisição de Notas Fiscais do Produtor Rural para atender o Município de São Jerônimo da Serra.**  
EMPRESA CONTRATADA: **ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA**  
CNPJ: 05.665.084/0001-04  
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR  
VALOR: R\$ **28.000,00 (vinte e oito mil reais)**  
VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

São Jerônimo da Serra/PR, 02 de dezembro de 2020.

Assinaturas: Laércio Pereira Correia – Prefeito Municipal, em exercício.  
**ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA**

**Publicado por:**  
Aliciany Maria de Oliveira Correa  
**Código Identificador:**63540CDF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA 284/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, ao Sr. **ANDRE LUIS DE SOUZA, Radiologista**, contratado por esta Prefeitura Municipal em 16/06/2008, conforme Portaria 134/08 de 16/06/2008, 10 (dez) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 16/06/2017 a 15/06/2018, a partir de 01/12/2020, devendo retornar ao trabalho em 11/12/2020.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 02 de dezembro de 2020

**LAERCIO PEREIRA CORREIA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Wilson Monaris  
**Código Identificador:**5EBF34A4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA 285/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, a Sra. **CRISTIANE DE MARTINI MORAES GOBBO, Radiologista**, contratada por esta Prefeitura Municipal em 16/06/2008, conforme Portaria 135/08 de 16/06/2008, 20 (vinte) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 16/06/2018 a 15/06/2019, a partir de 21/12/2020 devendo retornar ao trabalho em 10/01/2021.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 02 de dezembro de 2020

**LAÉRCIO PEREIRA CORRÊA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Wilson Monaris  
**Código Identificador:**E4AC8ECE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA 286/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, ao Sr. **HELIO DA SILVA DIAS, Agente de Saúde**, contratado por esta Prefeitura Municipal em 01/12/2009, conforme Portaria 169/09 de 09/12/2009, 20 (vinte) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 01/12/2015 a 30/11/2016, a partir de 03/12/2020, devendo retornar ao trabalho em 23/12/2020.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 02 de dezembro de 2020

**LAÉRCIO PEREIRA CORRÊA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Wilson Monaris  
**Código Identificador:**DD30C110

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA 287/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

**RESOLVE:**

**CONCEDER**, a Sra. **SELMA RODRIGUES CORDEIRO, Fiscal**, nomeada por esta Prefeitura Municipal em 21/02/2000, conforme Portaria 082/00 de 12/06/2000, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 21/02/2018 a 20/02/2019, a partir de 03/12/2020, devendo retornar ao trabalho em 02/01/2021.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 02 de dezembro de 2020

**LAÉRCIO PEREIRA CORRÊA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Wilson Monaris  
**Código Identificador:**70D5A526

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**

**PROCURADORIA DO MUNICÍPIO**  
**DECRETO Nº 349/2020 - APROVAÇÃO INPM 01/2020**

**DECRETO Nº 349/2020**

Súmula: Aprova a Instrução Normativa nº 01/2020 da Procuradoria do Município nos termos do artigo 3º, I, da Lei nº 766/2012, e dá outras providências.

**PEDRO SÉRGIO KRONÉIS**, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o

art. 42, I, XXIX e XXX da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei:

**Considerando** que o artigo 3º, III, da Lei nº 766/2012, autoriza que a Procuradoria do Município edite ato normativo visando regulamentar e disciplinar o funcionamento do órgão;

**Considerando** que o § 3º do artigo 112 da Lei nº 571/2003 estabelece que cabe ao Chefe do Poder Executivo definir as variações de jornadas de trabalho, o horário de expediente, o controle de jornada e demais condições de horário de trabalho dos servidores municipais;

## **DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica APROVADA a Instrução Normativa nº 01/2020 da Procuradoria do Município de São José da Boa Vista, nos termos do anexo ao presente Decreto.

**Art. 2º.** A alteração do que regulamentado na referida Instrução Normativa nº 01/2020 dependerá de prévia aprovação do referido órgão, em cumprimento ao disposto no artigo 3º, I, da Lei nº 766/2012 com redação dada pela Lei nº 859/2015.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

*Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte. 60º da Emancipação Política do Município.*

**PEDRO SERGIO KRONÉIS**

Prefeito do Município

## **DECRETO 349/2020**

### **ANEXO**

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2020 - Procuradoria**

**Súmula:** Regulamenta os serviços da Procuradoria e a jornada de trabalho dos Procuradores Municipais nos termos do artigo 3º, I, da Lei nº 766/2012, e dá outras providências.

**A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, por meio do Procurador Municipal na função de direção do órgão, e na forma do que autoriza o artigo 3º, III, da Lei nº 766/2012:

Considerando que o artigo 3º, III, da Lei nº 766/2012, autoriza que a Procuradoria do Município edite ato normativo visando regulamentar e disciplinar o funcionamento do órgão, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo;

Considerando a regulamentação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Comissão Nacional da Advocacia Pública e contida na Súmula 09, segundo O qual: “*O controle de ponto é incompatível com as atividades do advogado público, cuja atividade intelectual exige flexibilidade de horário.*”

Considerando o que foi decidido pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos de mandado de segurança nº 0010662-40.2018.8.16.0044 onde ficou decidido: “*advogado público que não se submete ao controle rígido de jornada. (...). Inteligência da súmula 9 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.*”

### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** A Procuradoria do Município de São José da Boa Vista, órgão de representação jurídica do Município, criada nos termos da Lei nº 766/2012 e reorganizada nos termos da Lei nº 859/2015, funciona em conformidade com a presente Instrução Normativa.

**Art. 2º.** A Procuradoria do Município exerce atividade de assessoramento jurídico dos órgãos da Administração Municipal, bem como atua no contencioso judicial, não sendo responsável pela execução de tarefas ou atribuições que sejam estranhas às inerentes à de assessoramento jurídico.

**Art. 3º.** Todos os requerimentos externos ou internos que necessitem de apreciação e parecer jurídico da Procuradoria, serão protocolados no protocolo geral e depois encaminhados à Procuradoria.

§ 1º – Serão instaurados processos administrativos por determinação do Procurador Municipal, a fim de serem autuados os documentos e praticados neles os atos administrativos subsequentes.

§ 2º – Os processos administrativos poderão ser eletrônicos.

**Art. 4º.** Os Procuradores Municipais estão autorizados à realização de teletrabalho (*home office*).

§ 1º – Entende-se por teletrabalho, ou *home office*, a modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo Procurador pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos.

§ 2º – Os Procuradores Municipais estão dispensados do controle de jornada por meio de registro de ponto.

§ 3º – Obrigatoriamente haverá no expediente normal do órgão um servidor auxiliar da Procuradoria para as atividades operacionais do órgão e suporte às atividades dos Procuradores.

§ 4º – Os Procuradores cumprirão no mínimo 12 horas de atividades presenciais no órgão no horário de expediente.

§ 5º – Será divulgado pelo órgão a escala de atendimento presencial dos Procuradores.

§ 6º – Sempre que solicitados pelo Chefe do Poder Executivo os Procuradores deverão comparecer presencialmente no órgão quando necessária a presença em reuniões ou assessoramento direto.

**Art. 5º.** Os processos e expedientes submetidos à apreciação da Procuradoria do Município serão organizados em ordem cronológica de entrada no órgão, devendo ser distribuídos nos seguintes grupos e observada a seguinte prioridade de atuação:

I – Judiciais, Tribunal de Contas e Solicitações do Chefe do Poder Executivo;

II – Licitações;

III – Ministério Público;

IV – Solicitações dos órgãos da Administração Municipal;

V – Requerimentos externos dos administrados;

VI – Requerimentos e assuntos envolvendo servidores municipais.

§ 1º – Os processos envolvendo interesses de crianças e adolescentes deverão tramitar prioritariamente face a todos os demais.

§ 2º – Processos que dependam de providências externas à Procuradoria ou que dependam de implementação de condição legal, decisão judicial ou prazo processual, ficarão sobrestados até o cumprimento da providência solicitada ou implemento da condição.

§ 3º – Os processos serão arquivados no órgão de origem.

**Art. 6º.** As orientações da Procuradoria aos órgãos da Administração Municipal serão feitas por meio de recomendação administrativa específica ou aquelas contidas nos pareceres jurídicos na sua parte dispositiva.

§ 1º – As comunicações para ciência aos órgãos da Administração Municipal serão feitas por Ofício interno.

§ 2º – Todos os atos praticados pela Procuradoria receberão numeração sequencial.

**Art. 7º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo, ficando revogadas as disposições em contrário.

*Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte. 60º da Emancipação Política do Município.*

**RONNY CARVALHO DA SILVA**

Procurador do Município

OAB/PR 52.687 – Matr. 450/1

**Publicado por:**

José Ricardo da Silva

**Código Identificador:21F0ED28**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
**DECRETO LEGISLATIVO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2020**  
**DATA: 20 de Novembro de 2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aprovação das contas do Prefeito relativas ao exercício de 2016.

O presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Fica aprovada a prestação de contas do Prefeito do Município de São José das Palmeiras-Paraná, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do senhor Nelson Brum, de acordo com o Parecer Prévio/Acórdão nº226/20, relativo ao Processo nº230985/17, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Parágrafo Único.** O Parecer Prévio e respectivo Processo, referidos no caput deste artigo, ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** - A Prestação de Contas e o Parecer Prévio, referidos, no caput do Art. 1º, a contar da publicação deste projeto, ficarão a disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, na Câmara de Vereadores, pelo prazo de 60(sessenta) dias, conforme determina o § 3º, do artigo 31, da Constituição Federal Brasileira.

**Art. 3º** - O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José das Palmeiras, 02 Dezembro de 2020.

**PEDRO LUIZ SCHNORR**  
 Presidente

**Publicado por:**  
 Ademir Junkes  
**Código Identificador:**66C87F35

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2020**

**1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM O OBJETIVO DE SER ADQUIRIDO MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO E COZINHA PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.**

**2 - SOLICITANTE:**  
 Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São José das Palmeiras – Pr.

**3 - RAZÃO DA DISPENSA:**  
 O valor a ser gasto está dentro do limite de dispensa, previsto no inciso III do art. 24 da Lei nº 8.666/93.  
 II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**4 – FUNDAMENTO LEGAL:**  
 Inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**5 – CONTRATADA:**  
 Empresa: MAYCON RODRIGO LORSCHIEDER E CIA LTDA - ME

CNPJ: 07.249.515/0001-79  
 Endereço: Avenida José Bonifácio, 1376, centro  
 Cidade: São José das Palmeiras/PR

**6 - PREÇO:**  
 A contratada obriga-se a executar os serviços pelo preço de **R\$ 16.900,00 (Dezesseis Mil e Novecentos reais).**

**7 – JUSTIFICATIVA DO EXECUTOR E PREÇO:**  
 Esta contratação se faz necessária, tendo em vista que há a necessidade de mobília adequada para atender a secretaria da Câmara, bem como a cozinha.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**OSVALDO PIERAZO**  
 Presidente da Comissão

**JONES LOURENÇO**  
 Membro

**ZAROMI FERREIRA DIAS DE SOUZA**  
 Membro

RATIFICO e HOMOLOGO a **Dispensa de Licitação nº 003/2020** com fundamento nas razões expostas nas páginas anteriores, as quais utilizo para decidir.

Em 02/12/2020.

**Publicado por:**  
 Ademir Junkes  
**Código Identificador:**B8EA0984

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
**EXTRATO CONTRATO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2020**

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM O OBJETIVO DE SER ADQUIRIDO MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO E COZINHA PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**5 – CONTRATADA:**  
 Empresa: MAYCON RODRIGO LORSCHIEDER E CIA LTDA - ME  
 CNPJ: 07.249.515/0001-79  
 Endereço: Avenida José Bonifácio, 1376, centro  
 Cidade: São José das Palmeiras/PR

**PREÇO** A contratada obriga-se a executar os serviços pelo preço de **R\$ 16.900,00 (Dezesseis mil e novecentos reais).**

**PRAZO:** O prazo de execução dos serviços é de 20 (Vinte dias), a contar da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 02/12/2020.

**Publicado por:**  
 Ademir Junkes  
**Código Identificador:**2A105F12

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOEMA**

**ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2020**

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**



**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2020 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 233/2020 COM VIGENCIA DE ATE 31/03/2021**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE P- 45 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS MARIA ELIAS FADEL E ESCOLA DO CAMPO OLAVO BILAC - DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA-PR.**

Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a empresa **MANUTENGAS INST DE GASES IND E MED - LTDA**, CNPJ:09.020.760/0001-35. Sendo o valor total do certame R\$ 9.800,00 (Nove Mil e Oitocentos Reais).

Sapopema Pr, 02/12/2020

**GIMERSON DE JESUS SUBTIL**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Franciele Flor Delfino de Oliveira  
**Código Identificador:**8EC242F8

**ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DECRETO Nº 227/2020.**

**DECRETO Nº 227/2020.**

**SÚMULA:** Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R\$ 251.000,00 (Duzentos e cinquenta e um mil reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964 e Art. 8º Inc III da Lei municipal nº 1192/2019.

**DECRETA**

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2020, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R\$ 251.000,00 (Duzentos e cinquenta e um mil reais).

06.001	EDUCAÇÃO			
12.361.0006-2016	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
1010	3190.11.00.00	01103	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	12.600,00
1020	3190.11.00.00	01104	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	104.300,00
1040	3190.13.00.00	01103	Obrigações Patronais	5.600,00
1050	3190.13.00.00	01104	Obrigações Patronais	21.400,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>143.900,00</b>

06.001	EDUCAÇÃO			
12.365.0006-2017	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL (CRECHE E PRE)			
1350	3190.11.00.00	01103	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	12.100,00
1360	3190.11.00.00	01104	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	40.600,00
1380	3190.13.00.00	01104	Obrigações Patronais	5.000,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>57.700,00</b>

06.001	EDUCAÇÃO			
12.366.0006-2017	MANUT. ENSINO JOVENS E ADULTOS			
1491	3190.11.00.00	01104	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.700,00
1501	3190.13.00.00	01104	Obrigações Patronais	1.500,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>7.200,00</b>

09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.0009-2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
1690	3190.11.00.00	01494	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.000,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>4.000,00</b>

10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
08.244.0011-2027	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
2280	3190.11.00.00	01000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	10.000,00

<b>Total da Unidade</b>	<b>10.000,00</b>
-------------------------	------------------

14.001	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL			
09.272.0015-2037	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL			
3040	3190.03.00.00	01550	Pensões do RPPS e do Militar	28.200,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>28.200,00</b>

**Art. 2º** - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, o Poder Executivo utilizará o cancelamento parcial e o excesso de arrecadação de acordo com o Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964 e Art. 8º Inc III da Lei Municipal nº 1192/2019.

06.001	EDUCAÇÃO			
12.361.0006-2016	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
1210	3390.39.00.00	01103	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.300,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>30.300,00</b>

99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA			
99.997.0099-9099	RESERVA DE CONTINGENCIA			
3050	9999.99.00.00	01000	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
<b>Total da Unidade</b>				<b>10.000,00</b>

11180141000000000000 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS – PRINCIPAL	178.500,00
17180311000000000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA – PRINCIPAL	4.000,00
72180222000000000000 - COMPENSAÇÃO DO REGIME GERAL (INSS) AO FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	28.200,00
TOTAL	210.700,00

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 02 de dezembro de 2020.

**GIMERSON DE JESUS SUBTIL**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Franciele Flor Delfino de Oliveira  
**Código Identificador:**3462979B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2020**  
(Processo Licitatório nº 162/2020)

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para futura eventual aquisição de **Material escolar personalizado (cadernos, agenda e pastas)** que irão compor o Kit escolar a ser distribuído aos alunos da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Termo de Referência – Anexo I do edital

**VENCEDOR: ECO STORE – PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA**, no lote 01 do objeto desta licitação, com o valor total de R\$ 116.479,00 (cento e dezesseis mil quatrocentos e setenta e nove reais).

**HOMOL:** 30/11/2020.

**Obs.1.** A partir da data da publicação deste está aberto o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a(s) empresa(s) acima qualificada(s) assinar (em) a Ata de Registro de Preços, aceitar (em) ou retirarem o documento equivalente.

Sengés, 30 de novembro de 2020.

**NELSON FERREIRA RAMOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Thiago Paulino dos Santos  
**Código Identificador:**F7EDF47D

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA N.º 2.013/2020**

*O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 86 da Lei n.º 10/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),*

**CONCEDE**

Ao servidor VALDERI APARECIDO BRUGGER, ocupante do cargo de Guardião, matrícula funcional de nº. 11921, lotado no Departamento de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 05/05/2018 a 04/05/2019.

**Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.**

**NELSON FERREIRA RAMOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Thiago Paulino dos Santos  
**Código Identificador:**FAF6BB30

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 466/2020**

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 991.500,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU NELSON FERREIRA RAMOS, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.**

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 991.500,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**12.361.0011-2020 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO ESPECIAL**  
**1755 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 47.500,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**12.361.0011-2021 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL**  
**1780 – 103 – 3.1.90.05.00.00 – O. Benef. Previdenciário do Servidor ou Militar – R\$ 1.500,00**  
**1980 – 103 – 3.1.90.05.00.00 – O. Benef. Previdenciário do Servidor ou Militar – R\$ 2.000,00**  
**1810 – 103 – 3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantagens Fixas - pessoal Civil - R\$ 82.000,00**  
**1820 – 104 – 3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantagens Fixas - pessoal Civil - R\$ 220.000,00**  
**1840 – 103 – 3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – R\$ 18.000,00**  
**1850 – 104 – 3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – R\$ 47.000,00**  
**1980 – 103 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 46.500,00**  
**1990 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 149.800,00**  
**2100 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 98.000,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.365.0011-2023 – MANUT DA DIV. EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR**

**2270 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço par Distribuição Gratuita – R\$ 28.200,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**12.365.0011-2025 – MANUT DA DIV. EDUC. INFANTIL – CRECHES**  
**2600 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço par Distribuição Gratuita – R\$ 18.000,00**  
**2680 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 36.000,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**003 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GERAL**  
**12.361.0011-2027 – MANUT DA DIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL**  
**2950 – 103 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 197.000,00**

**Art. 2º.** - Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior, utilizar-se-á as formas constantes do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, excesso de arrecadação da fonte 103 e 104.

**Art. 3º.-** Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.

**Município de Sengés, 02 de dezembro de 2020.**

**NELSON FERREIRA RAMOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Thiago Paulino dos Santos  
**Código Identificador:**F54A860F

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº.467/2020.**

**SÚMULA. SÚMULA. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA E O RESPECTIVO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SENGÉS, e dá outras providências.**

A Câmara Municipal aprovou, e eu, Nelson Ferreira Ramos, Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, sanciono a presente Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA - COMTER**

**Art. 1º.** – Fica instituído, no âmbito do Município de Sengés, o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de estabelecer, acompanhar e avaliar a Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, propondo as medidas necessárias para o desenvolvimento e gestão do sistema público de emprego.

**Parágrafo único.-** O Conselho Municipal será vinculado a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio no Município.

**Art. 2º.** – Ao Conselho do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER compete:

- I - aprovar o seu Regimento Interno e submeter à homologação do Conselho Estadual do Trabalho;
- II – acompanhar, fiscalizar e aprovar o relatório de gestão do SINE, observando as diretrizes e normas emanadas pelo CODEFAT e pelo órgão federal responsável pela Política do Trabalho, Emprego e Renda;
- III - deliberar acerca da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, em consonância à Política Estadual e Nacional;

IV - apreciar e aprovar o Plano de Ações e Serviços, a ser encaminhado pelo órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município;

V - acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, conforme normas e regulamentos vigentes;

VI - apreciar e aprovar o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual do órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;

VII - apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações relativas à utilização dos recursos do Fundo do Trabalho do Município;

VIII - analisar as tendências do sistema produtivo no âmbito do município e seus reflexos na criação de postos de trabalho;

IX - participar da elaboração das políticas públicas de fomento e geração de oportunidades de emprego e renda para o jovem no município, de acordo com os critérios definidos pelo CODEFAT- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador demais instâncias de formulação de políticas de trabalho e, especialmente, de primeiro emprego, objetivando a execução das ações integradas de alocação de mão de obra, qualificação profissional, reciclagem de informações sobre o mercado de trabalho e programas de apoio à geração de emprego e renda;

X - propor medidas alternativas econômicas e sociais, geradoras de oportunidades de trabalho e renda, que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho; XI - articular com instituições e organizações públicas ou privadas, envolvidas com programas de geração de empregos e renda para o jovem, visando à integração das ações;

XII - manter parcerias com entidades de formação profissional, escolas públicas e privadas, universidades, entidades representativas de empregados e empregadores e organizações não governamentais, com vistas ao desenvolvimento de ações de qualificação profissional e assistência técnica;

XIII - promover e incentivar a modernização das relações trabalhistas para a juventude, inclusive nas questões de segurança e saúde no trabalho;

XIV - promover a articulação do sistema público de geração de primeiro emprego com as demais ações de políticas públicas para juventude nos âmbitos municipal, estadual e federal;

XV - sugerir medidas que anulem ou reduzam os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, decorrentes das políticas públicas e das inovações tecnológicas;

XVI - acompanhar as ações voltadas para a qualificação de mão de obra e para o aperfeiçoamento profissional, bem como a proposição de subsídios à formulação da política de formação profissional;

XVII - acompanhar e deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados aos programas de emprego e relações de trabalho, no município, em especial os oriundos do Fundo a Fundo, além de receber e analisar relatórios que poderão ser desenvolvidos com os projetos por ele financiados;

XVIII - analisar e emitir parecer sobre o enquadramento de projetos de geração de emprego e renda, qualificação profissional e outros, nas diretrizes e prioridades do município, bem como o estabelecimento de diretrizes já em comitância com aquelas assentadas pelo Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda;

XIX - realizar a promoção e o intercâmbio de informações com outros conselhos municipais, objetivando a integração e a obtenção de dados orientadores para as suas ações;

XX - atuar como apoiador dos órgãos estadual e federal, responsáveis pela Política do Trabalho, Emprego e Renda, visando ao cumprimento do Decreto Federal nº 9.679/2018 e suas alterações que regulamentam a contratação de aprendizes, e, ainda, propor alternativas jurídicas e sociais para garantir os preceitos da legislação trabalhista no que tange às condições de saúde e segurança e exploração do trabalho infantil;

XXI - propor intervenções que auxiliem a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, objetivando a viabilização e cumprimento dos dispositivos legais;

XXII - subsidiar, quando solicitado, as deliberações do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER;

**Art. 3º.** – O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, alicerçado de forma tripartite e paritária.

§1º - O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda será composto de no mínimo 9 (nove) membros titulares, em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do executivo municipal.

§ 2º Para cada membro titular haverá um membro suplente pertencente ao mesmo órgão/entidade.

§ 3º Caberá ao Governo Municipal indicar os seus respectivos representantes.

§ 4º Os representantes, titulares e suplentes, dos trabalhadores e dos empregadores serão indicados pelas respectivas organizações, devendo os representantes dos trabalhadores respeitar o determinado no Art. 3º da Lei Federal 11.648 de 2008.

§ 5º Os membros titulares e suplentes, indicados formalmente pelas entidades representativas e pelo município, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, para um período de quatro anos, permitida a recondução.

§ 6º A função de membro do COMTER não será remunerada, sendo considerado relevante serviço prestado ao município.

§ 7º A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho serão exercidas em sistema de rodízio, entre as bancadas do executivo, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato a duração de 24 (vinte e quatro) meses, sendo vedada a recondução para período consecutivo.

§ 8º No caso de vacância da Presidência, caberá ao Colegiado eleger um novo Presidente para completar o mandato do antecessor, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio, ficando assegurada a continuidade da atuação do Vice-Presidente até o final de seu mandato.

§ 9º O Secretário-Executivo do Conselho e seu substituto serão designados para a respectiva função, dentre servidores do órgão responsável pela área do trabalho, emprego e renda, cujo ato deverá ser publicado na imprensa oficial local.

§ 10º O órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda prestará todo o apoio técnico e administrativo, bem como o local e a infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho.

**Art. 4º.** – A organização e o funcionamento do COMTER serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros efetivos, no prazo máximo de noventa dias, a contar da data de sua instalação.

**Parágrafo único.** Poderá ser prevista no Regimento Interno a criação de grupos temáticos pelo tempo que o exigirem as necessidades administrativas, programáticas, entre outras.

## **CAPÍTULO II**

### **DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO**

**Art. 5º.** - Fica instituído o Fundo Municipal do Trabalho do Município de Sengés - FMT, vinculado ao órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a gestão da respectiva política, em consonância ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos das legislações vigentes.

§ 1º - São equivalentes para fins desta Lei as expressões Fundo Municipal do Trabalho do Município de Sengés, Fundo Municipal do Trabalho e a sigla FMT.

§ 2º - O FMT será orientado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER.

#### **Seção I**

##### **Dos Recursos do FMT**

**Art. 6º.** – Constituem recursos do FMT:

I - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal;

II - os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, conforme o art. 11 da Lei Federal nº 13.667, de 2018;

III - os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;

IV - os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;

V - o superávit financeiro apurado ao final de cada exercício;

VI - recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras;

VII - doações, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados;

VIII - outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Os recursos financeiros destinados ao FMT serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do Fundo, mantida em estabelecimento bancário oficial, e movimentada pelo dirigente do órgão responsável pela Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, conjuntamente com o Prefeito Municipal.

## Seção II

### Da Aplicação dos Recursos do FMT

**Art. 7º.** – Os recursos do FMT serão aplicados em:

I - despesas com a organização, implementação, manutenção, modernização e gestão da rede de atendimento do SINE no Estado do Paraná;

II - fomento ao trabalho, emprego e renda, tais como:

a) instruir o trabalhador à percepção de seguro-desemprego;

b) conectar agentes produtivos para o melhor aproveitamento da mão de obra;

c) cadastrar os trabalhadores desempregados em sistema informatizado acessível ao conjunto das unidades do SINE;

d) promover à certificação profissional, por meio de parcerias com instituições públicas e/ou privadas;

e) promover a orientação e a qualificação profissional;

f) prestar assistência a trabalhadores resgatados de situação análoga a de escravo;

g) fomentar o empreendedorismo, geração de trabalho, emprego e renda, o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associado;

h) outras ações a serem estabelecidas no Plano Municipal de Ações e Serviços;

III - promoção de alternativas econômicas e sociais, oportunizando o empreendedorismo, o crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, e o microcrédito produtivo orientado;

IV - assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associativo;

V - programas e projetos específicos na área do trabalho, por entidades conveniadas, públicas ou privadas, previamente aprovados pelo COMTER;

VI - despesas com o funcionamento do COMTER, exceto as de pessoal;

VII - despesas com o deslocamento, hospedagem e alimentação dos Conselheiros para o exercício de suas funções, assim como para as comissões de trabalho e conferências;

VIII - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;

IX - reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;

X - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços no âmbito da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do FMT para pagamento de pessoal e gratificações de qualquer natureza a servidor público.

## Seção III

### Da Administração do FMT

**Art. 8º.** – O FMT será administrado pelo órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, cabendo ao seu dirigente as seguintes competências:

I - exercer concomitantemente com o Prefeito Municipal a função de ordenador de despesa;

II - praticar todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro ou administração geral;

III – autorizar, conjuntamente com o Prefeito Municipal, a instauração e homologação de licitação, dispensa, ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável à matéria;

IV – assinar em conjunto com o Prefeito Municipal contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de natureza jurídica;

V – autorizar em conjunto com o Prefeito Municipal a emissão de notas de empenho, cheques e ordens de pagamento;

VI – encaminhar ao COMTER relatório de execução das atividades, semestralmente;

VII - submeter à apreciação e aprovação do COMTER, o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual;

VIII - encaminhar a prestação de contas anual do FMT aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente;

IX – exercer outras atividades relacionadas à administração do FMT.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 9º.** – Cabe ao Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, no cumprimento de suas atribuições, aprovar o plano de aplicação e realizar trimestralmente, o acompanhamento físico-financeiro do Fundo Municipal do Trabalho, referente aos recursos financeiros disponibilizados para operacionalização da Política Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e aprovar a aplicação dos seus recursos.

**Art. 10.** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar via Decreto esta Lei, se necessário.

**Art. 11.** – Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 04 de 1998.

**Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 2 de dezembro de 2020.**

**NELSON FERREIRA RAMOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Thiago Paulino dos Santos

**Código Identificador:**58EAAF63

### GABINETE DO PREFEITO HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2020**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2020**

**OBJETO:** Serviços de engenharia consistentes na elaboração de PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) de todos os servidores do Município, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Administração

Homologo e adjudico o objeto do referente ao presente procedimento licitatório à empresa:

**LEONARDO KSHIMOTO DE ALMEIDA**, CNPJ sob o n.º **27.580.432/0001-75** com o valor total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Publique-se na forma da Lei.

Sengés, 30 de novembro de 2020.

**NELSON FERREIRA RAMOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Thiago Paulino dos Santos

**Código Identificador:**680BA048

### GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 2588/2020

**Súmula:** Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 991.500,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGE, ESTADO DO PARANÁ, NELSON FERREIRA RAMOS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N. 466/2020 DE 02/12/2020.**

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 991.500,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.361.0011-2020 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**1755 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 47.500,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.361.0011-2021 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL**

**1780 – 103 – 3.1.90.05.00.00 – O. Benef. Previdenciário do Servidor ou Militar – R\$ 1.500,00**

**1980 – 103 – 3.1.90.05.00.00 – O. Benef. Previdenciário do Servidor ou Militar – R\$ 2.000,00**

**1810 – 103 – 3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantagens Fixas - pessoal Civil - R\$ 82.000,00**

**1820 – 104 – 3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantagens Fixas - pessoal Civil - R\$ 220.000,00**

**1840 – 103 – 3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – R\$ 18.000,00**

**1850 – 104 – 3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – R\$ 47.000,00**

**1980 – 103 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 46.500,00**

**1990 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 149.800,00**

**2100 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 98.000,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.365.0011-2023 – MANUT DA DIV. EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR**

**2270 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço par Distribuição Gratuita – R\$ 28.200,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.365.0011-2025 – MANUT DA DIV. EDUC. INFANTIL – CRECHES**

**2600 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço par Distribuição Gratuita – R\$ 18.000,00**

**2680 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 36.000,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**003 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GERAL**

**12.361.0011-2027 – MANUT DA DIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL**

**2950 – 103 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 197.000,00**

**Art. 2º.** - Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior, utilizar-se-á as formas constantes do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, excesso de arrecadação da fonte 103 e 104.

**Art. 3º.-** Este Decreto entrará em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 02 de dezembro de 2020.

**NELSON FERREIRA RAMOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Thiago Paulino dos Santos  
**Código Identificador:**541258FF

**LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 472/2020**

**SÚMULA:** ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 991.500,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 991.500,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.361.0011-2020 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**1755 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 47.500,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.361.0011-2021 – MANUT DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL**

**1780 – 103 – 3.1.90.05.00.00 – O. Benef. Previdenciário do Servidor ou Militar – R\$ 1.500,00**

**1980 – 103 – 3.1.90.05.00.00 – O. Benef. Previdenciário do Servidor ou Militar – R\$ 2.000,00**

**1810 – 103 – 3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantagens Fixas - pessoal Civil - R\$ 82.000,00**

**1820 – 104 – 3.1.90.11.00.00 – Venc. Vantagens Fixas - pessoal Civil - R\$ 220.000,00**

**1840 – 103 – 3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – R\$ 18.000,00**

**1850 – 104 – 3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais – R\$ 47.000,00**

**1980 – 103 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 46.500,00**

**1990 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço para Distribuição Gratuita – R\$ 149.800,00**

**2100 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 98.000,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.365.0011-2023 – MANUT DA DIV. EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR**

**2270 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço par Distribuição Gratuita – R\$ 28.200,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**002 – DEPTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**12.365.0011-2025 – MANUT DA DIV. EDUC. INFANTIL – CRECHES**

**2600 – 104 – 3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou serviço par Distribuição Gratuita – R\$ 18.000,00**

**2680 – 104 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 36.000,00**

**08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**003 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO GERAL**

**12.361.0011-2027 – MANUT DA DIV. DE TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL**

**2950 – 103 – 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente – R\$ 197.000,00**

**Art. 2º.** - Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior, utilizar-se-á as formas constantes do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, excesso de arrecadação da fonte 103 e 104.

**Art. 3º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.**

(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Extraordinária realizada em data de 02-12-2020, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 02 de Dezembro de 2020.

**ANÁRIO ALVES FILHO**

Presidente

**MARIANE LUPINACCI**

2ª Secretária

**Publicado por:**

Luciane Aparecida Vieira

**Código Identificador:4349E212**

**LEGISLATIVO MUNICIPAL  
AUTÓGRAFO DE LEI Nº 473/2020**

SÚMULA. DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA E O RESPECTIVO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SENGÉS, e dá outras providências.

**CAPÍTULO I**

**DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA - COMTER**

**Art. 1º.** – Fica instituído, no âmbito do Município de Sengés, o Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda - COMTER, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de estabelecer, acompanhar e avaliar a Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, propondo as medidas necessárias para o desenvolvimento e gestão do sistema público de emprego.

**Parágrafo Único** - O Conselho Municipal será vinculado a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio no Município.

**Art. 2º.** – Ao Conselho do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER compete:

- I - aprovar o seu Regimento Interno e submeter à homologação do Conselho Estadual do Trabalho;
- II – acompanhar, fiscalizar e aprovar o relatório de gestão do SINE, observando as diretrizes e normas emanadas pelo CODEFAT e pelo órgão federal responsável pela Política do Trabalho, Emprego e Renda;
- III - deliberar acerca da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, em consonância à Política Estadual e Nacional;
- IV - apreciar e aprovar o Plano de Ações e Serviços, a ser encaminhado pelo órgão responsável pela execução da Política do Trabalho, Emprego e Renda do Município;
- V - acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, conforme normas e regulamentos vigentes;
- VI - apreciar e aprovar o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual do órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda;
- VII - apreciar e aprovar relatório de gestão anual que comprove a execução das ações relativas à utilização dos recursos do Fundo do Trabalho do Município;
- VIII - analisar as tendências do sistema produtivo no âmbito do município e seus reflexos na criação de postos de trabalho;
- IX - participar da elaboração das políticas públicas de fomento e geração de oportunidades de emprego e renda para o jovem no município, de acordo com os critérios definidos pelo CODEFAT-Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador demais instâncias de formulação de políticas de trabalho e, especialmente, de primeiro emprego, objetivando a execução das ações integradas de alocação de mão de obra, qualificação profissional, reciclagem de informações sobre o mercado de trabalho e programas de apoio à geração de emprego e renda;

X - propor medidas alternativas econômicas e sociais, geradoras de oportunidades de trabalho e renda, que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;

XI - articular com instituições e organizações públicas ou privadas, envolvidas com programas de geração de empregos e renda para o jovem, visando à integração das ações;

XII - manter parcerias com entidades de formação profissional, escolas públicas e privadas, universidades, entidades representativas de empregados e empregadores e organizações não governamentais, com vistas ao desenvolvimento de ações de qualificação profissional e assistência técnica;

XIII - promover e incentivar a modernização das relações trabalhistas para a juventude, inclusive nas questões de segurança e saúde no trabalho;

XIV - promover a articulação do sistema público de geração de primeiro emprego com as demais ações de políticas públicas para juventude nos âmbitos municipal, estadual e federal;

XV - sugerir medidas que anulem ou reduzam os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, decorrentes das políticas públicas e das inovações tecnológicas;

XVI - acompanhar as ações voltadas para a qualificação de mão de obra e para o aperfeiçoamento profissional, bem como a proposição de subsídios à formulação da política de formação profissional;

XVII - acompanhar e deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados aos programas de emprego e relações de trabalho, no município, em especial os oriundos do Fundo a Fundo, além de receber e analisar relatórios que poderão ser desenvolvidos com os projetos por ele financiados;

XVIII - analisar e emitir parecer sobre o enquadramento de projetos de geração de emprego e renda, qualificação profissional e outros, nas diretrizes e prioridades do município, bem como o estabelecimento de diretrizes já em concomitância com aquelas assentadas pelo Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda;

XIX - realizar a promoção e o intercâmbio de informações com outros conselhos municipais, objetivando a integração e a obtenção de dados orientadores para as suas ações;

XX - atuar como apoiador dos órgãos estadual e federal, responsáveis pela Política do Trabalho, Emprego e Renda, visando ao cumprimento do Decreto Federal nº 9.679/2018 e suas alterações que regulamentam a contratação de aprendizes, e, ainda, propor alternativas jurídicas e sociais para garantir os preceitos da legislação trabalhista no que tange às condições de saúde e segurança e exploração do trabalho infantil;

XXI - propor intervenções que auxiliem a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, objetivando a viabilização e cumprimento dos dispositivos legais;

XXII - subsidiar, quando solicitado, as deliberações do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER;

**Art. 3º.** – O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, alicerçado de forma tripartite e paritária.

§1º - O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda será composto de no mínimo 9 (nove) membros titulares, em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do executivo municipal.

§ 2º Para cada membro titular haverá um membro suplente pertencente ao mesmo órgão/entidade.

§ 3º Caberá ao Governo Municipal indicar os seus respectivos representantes.

§ 4º Os representantes, titulares e suplentes, dos trabalhadores e dos empregadores serão indicados pelas respectivas organizações, devendo os representantes dos trabalhadores respeitar o determinado no Art. 3º da Lei Federal 11.648 de 2008.

§ 5º Os membros titulares e suplentes, indicados formalmente pelas entidades representativas e pelo município, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, para um período de quatro anos, permitida a recondução.

§ 6º A função de membro do COMTER não será remunerada, sendo considerado relevante serviço prestado ao município.

§ 7º A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho serão exercidas em sistema de rodízio, entre as bancadas do executivo, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato a duração de 24

(vinte e quatro) meses, sendo vedada a recondução para período consecutivo.

§ 8º No caso de vacância da Presidência, caberá ao Colegiado eleger um novo Presidente para completar o mandato do antecessor, dentre os membros da mesma bancada, garantindo o sistema de rodízio, ficando assegurada a continuidade da atuação do Vice-Presidente até o final de seu mandato.

§ 9º O Secretário-Executivo do Conselho e seu substituto serão designados para a respectiva função, dentre servidores do órgão responsável pela área do trabalho, emprego e renda, cujo ato deverá ser publicado na imprensa oficial local.

§ 10º O órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda prestará todo o apoio técnico e administrativo, bem como o local e a infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho.

**Art. 4º. – A organização e o funcionamento do COMTER serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros efetivos, no prazo máximo de noventa dias, a contar da data de sua instalação.**

**Parágrafo único. Poderá ser prevista no Regimento Interno a criação de grupos temáticos pelo tempo que o exigirem as necessidades administrativas, programáticas, entre outras.**

## **CAPÍTULO II**

### **DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO**

**Art. 5º. -** Fica instituído o Fundo Municipal do Trabalho do Município de Sengés - FMT, vinculado ao órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a gestão da respectiva política, em consonância ao Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos das legislações vigentes.

§ 1º - São equivalentes para fins desta Lei as expressões Fundo Municipal do Trabalho do Município de Sengés, Fundo Municipal do Trabalho e a sigla FMT.

§ 2º - O FMT será orientado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda – COMTER.

#### **Seção I**

##### **Dos Recursos do FMT**

**Art. 6º. –** Constituem recursos do FMT:

I - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal;

II - os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, conforme o art. 11 da Lei Federal nº 13.667, de 2018;

III - os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;

IV - os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;

V - o superávit financeiro apurado ao final de cada exercício;

VI - recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras;

VII - doações, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados;

VIII - outros recursos que lhe forem destinados.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros destinados ao FMT serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do Fundo, mantida em estabelecimento bancário oficial, e movimentada pelo dirigente do órgão responsável pela Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, conjuntamente com o Prefeito Municipal.

#### **Seção II**

##### **Da Aplicação dos Recursos do FMT**

**Art. 7º. –** Os recursos do FMT serão aplicados em:

I - despesas com a organização, implementação, manutenção, modernização e gestão da rede de atendimento do SINE no Estado do Paraná;

II - fomento ao trabalho, emprego e renda, tais como:

a) instruir o trabalhador à percepção de seguro-desemprego;

b) conectar agentes produtivos para o melhor aproveitamento da mão de obra;

c) cadastrar os trabalhadores desempregados em sistema informatizado acessível ao conjunto das unidades do SINE;

d) promover à certificação profissional, por meio de parcerias com instituições públicas e/ou privadas;

e) promover a orientação e a qualificação profissional;

f) prestar assistência a trabalhadores resgatados de situação análoga a de escravo;

g) fomentar o empreendedorismo, geração de trabalho, emprego e renda, o assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associado;

h) outras ações a serem estabelecidas no Plano Municipal de Ações e Serviços;

III - promoção de alternativas econômicas e sociais, oportunizando o empreendedorismo, o crédito para a geração de trabalho, emprego e renda, e o microcrédito produtivo orientado;

IV - assessoramento técnico ao trabalho autônomo, autogestionário ou associativo;

V - programas e projetos específicos na área do trabalho, por entidades conveniadas, públicas ou privadas, previamente aprovados pelo COMTER;

VI - despesas com o funcionamento do COMTER, exceto as de pessoal;

VII - despesas com o deslocamento, hospedagem e alimentação dos Conselheiros para o exercício de suas funções, assim como para as comissões de trabalho e conferências;

VIII - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos e serviços necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos;

IX - reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de atendimento ao trabalhador;

X - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações e serviços no âmbito da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda.

**Parágrafo único.** É vedada a utilização dos recursos do FMT para pagamento de pessoal e gratificações de qualquer natureza a servidor público.

#### **Seção III**

##### **Da Administração do FMT**

**Art. 8º. –** O FMT será administrado pelo órgão responsável pela execução da Política Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, cabendo ao seu dirigente as seguintes competências:

I - exercer concomitantemente com o Prefeito Municipal a função de ordenador de despesa;

II - praticar todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro ou administração geral;

III – autorizar, conjuntamente com o Prefeito Municipal, a instauração e homologação de licitação, dispensa, ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável à matéria;

IV – assinar em conjunto com o Prefeito Municipal contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de natureza jurídica;

V – autorizar em conjunto com o Prefeito Municipal a emissão de notas de empenho, cheques e ordens de pagamento;

VI – encaminhar ao COMTER relatório de execução das atividades, semestralmente;

VII - submeter à apreciação e aprovação do COMTER, o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual;

VIII - encaminhar a prestação de contas anual do FMT aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente;

IX – exercer outras atividades relacionadas à administração do FMT.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º. –** Cabe ao Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, no cumprimento de suas atribuições, aprovar o plano de aplicação e realizar trimestralmente, o acompanhamento físico-financeiro do Fundo Municipal do Trabalho, referente aos recursos financeiros disponibilizados para operacionalização da Política Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e aprovar a aplicação dos seus recursos.

**Art. 10.** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar via Decreto esta Lei, se necessário.

**Art. 11.** – Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 04 de 1998.

(Esta Lei foi Decretada pela Câmara Municipal de Sengés, em Sessão Extraordinária realizada em data de 02-12-2020, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis deste Legislativo).

Sala das Sessões, em 02 de Dezembro de 2020.

**ANÁRIO ALVES FILHO**  
Vice-Presidente

**MARIANE LUPINACCI**  
2ª Secretária

**Publicado por:**  
Luciane Aparecida Vieira  
**Código Identificador:**4F0C7A6E

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS**

**ASSESSORIA GERAL**  
**TERMO DE POSSE**

Ao dia um do mês de Dezembro de dois mil e vinte, compareceu a este órgão público municipal a Srta. **Geovana Poças Barbosa** portadora da Cédula de Identidade Registro Geral-RG. Nº 13.647.080-9-SSP/PR, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, datado de 27 de novembro de 2020, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de **Educadora Infantil**, nos termos da Legislação vigente.

Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 01 de Dezembro de 2020

**ALEOCIDIO BALZANELO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cleire Vânia Arruda Neves  
**Código Identificador:**38E09050

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**  
**PORTARIA Nº 069/2020 FÉRIAS DÉBORA**

**PORTARIA nº 69/2020**

**CLAUDINEI DA SILVA BARBOSA**, Diretor Superintendente do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO /SAAE** de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1)** Conceder a partir de 04 de Janeiro de 2021, (trinta) 30 dias de férias regulares a Sra DÉBORA MARIA MEASSI BAVATI, lotada no setor de Administração, como Diretora do Departamento de Administração e Assessoramento, no período aquisitivo de 01/12/2019 a 30/11/2020.

**Artigo 2)** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sertanópolis, 02 de Dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DA SILVA BARBOSA**  
Diretor Superintendente

Anote-se

Registre-se  
Publique-se

**Publicado por:**  
Daiane Rafaeli de Oliveira  
**Código Identificador:**C234F61C

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**  
**PORTARIA Nº 070/2020 FÉRIAS BARBOSA**

**PORTARIA nº 070/2020**

**CLAUDINEI DA SILVA BARBOSA**, Diretor Superintendente do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO /SAAE** de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Artigo 1)** Conceder a partir de 04 de janeiro de 2021, (trinta) dias de férias regulares ao Sr **CLAUDINEI DA SILVA BARBOSA**, lotado no setor de Direção, como Diretor Superintendente, período aquisitivo de 04/01/2020 a 03/01/2021.

**Artigo 2)** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sertanópolis, 02 de Dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DA SILVA BARBOSA**  
Diretor Superintendente

Anote-se  
Registre-se  
Publique-se

**Publicado por:**  
Daiane Rafaeli de Oliveira  
**Código Identificador:**22F8C7FC

**SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PORTARIA-N.º 157, 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a progressão salarial dos servidores que obtiveram mérito após avaliações periódicas para fins de cumprimento do *Artigo 4.º do Decreto Municipal n.º 170/2013, e dos Artigos n.º 18 Incisos I & II & n.º 66 da Lei Municipal n.º 2.032. Fica revogada a Portaria n.º 064/2020 de 28 de Maio de 2.020.*

Ilto de Souza, **Diretor Superintendente**, do Serviço Municipal de Saúde – **SERMUSA**, e a Senhora: Fabiana Trevizan Zúlian, **Diretora do Departamento de Administração e Assessoramento, do SERMUSA** no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei; CONSIDERANDO, os recursos impetrados pelos servidores excluídos da Progressão Por Mérito de que trata a Portaria n.º 064 de 28 de Maio de 2020– **RESOLVEM:**

**Art. 1º ) -:** Conceder, **PROGRESSÃO POR MÉRITO**, ao servidor da forma que segue arrolado no anexo integrante desta Portaria que segue enumerado de I.

**Art. 2º ) -:** A **PROGRESSÃO POR MÉRITO**, concedida através desta portaria terá seus efeitos em observação aos Artigos 4.º do Decreto Municipal n.º 170/2.013, e os Artigos n.º 18 incisos I & II & n.º 66 da Lei Municipal nº 2.032 de 04 de abril de 2012.

**Art. 3º ) -:** As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

**Art. 4º ) -:** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua assinatura, retroagindo os seus efeitos para o dia 21 de Setembro de 2.020, revogadas, as disposições

**ILTO DE SOUZA**

Diretor Superintendente  
Decreto Municipal n.º 117/2.018  
Administração 2.017/2.020



**FABIANA TREVIZAN ZULIAN**

Diretora do Dpto. Admin. e Assess. SERMUSA

Decreto n.º 016/2019

Administração 2.017/2.020

**ANEXO – I****- PROGRESSÃO POR MÉRITO 2020 -****Artigo 4.º do Decreto Municipal n.º 170/2013, Artigos n.º 18 Incisos I & II, & n.º 66.º da Lei Municipal n.º 2.032****RECONSIDERAÇÃO**

A Comissão de Gestão do Plano de Cargos do serviço Municipal de Saúde, formaliza através deste ato a decisão do senhor Diretor Superintendente de reconsiderar por meio de reanálise de requerimento impetrado por servidor para fins de Progressão por Mérito, relativo ao período 2018/2019 passando a vigorar da forma que segue:

			Mês: Maio	Progressão Por:	
Qt.	CPF/MF n.º:	Nome do Servidor	Nível:	Mérito:	Nível:
01	126.516.848-21	Rozeli Aparecida de Oliveira	B25	02	B27

**DURVAL ROBERTO GONÇALVES**

Presidente Comissão de Gestão

**TATIANI APARECIDA DA SILVA**

Servidora Indicada Pelo Diretor

**LUCIO RAMOS DISCONZI**

Nível Superior

**ROSIMEIRE DAS DORES DA SILVA FIDÉLIS**

Nível Médio

**MARLENE DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA**

Nível Fundamental

**Publicado por:**

Durval Roberto Gonçalves

Código Identificador:241C3953

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA**

**SETOR DE LICITAÇÕES**  
**AVISO ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO -**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2020**

O Município de Sulina, informa aos interessados a retificação do edital do Pregão Eletrônico n.º 58/2020, cujo objeto é **“AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTÁTEIS, CONDICIONADORES DE AR E EQUIPAMENTOS DE IMAGENS DESTINADOS AO USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PROMOÇÃO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO”**.

A alteração do edital refere-se à data da sessão pública, a qual passa a ser dia **17 de dezembro de 2020**, às **09:00h**, como também a alteração do critério de julgamento dos itens 02 e 03 de “Maior desconto” para “Menor preço”, passando a serem itens 17 e 18.

Fica retificado o item 02.2 do edital, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:**

**02.2** O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da requisição de compra. Juntamente com o objeto deverá ser fornecido catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético). Manuais completos de operação e manutenção detalhados também deverão ser apresentados.

**LEIA-SE:**

**02.2** O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da requisição de compra. Juntamente com o objeto deverá ser fornecido catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético). Manuais completos de operação e manutenção detalhados também deverão ser apresentados.

Fica alterado, também, o Modelo 07, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:****CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07**

**3.1.** A empresa deverá fornecer, instalar (no caso dos condicionadores e cortinas de ar – itens 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 e equipamentos de imagens – item 16) e/ou montados (restante dos itens), deixando em perfeito estado de funcionamento, nas mesmas condições especificadas no Termo de Referência, **equipamentos novos**, por interesse da Administração e quando solicitado, sem ônus para a Prefeitura.

**3.2.** A empresa deverá fornecer o instrumento e os equipamentos com características mínimas especificadas no Termo de Referência, ou com tecnologia superior, em pleno funcionamento.

**3.3.** Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme requisição da Administração Municipal.

**3.4.** Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados conforme solicitação e requisição de compras e autorização do Departamento de Compras em **até 05(cinco) dias úteis** após a solicitação, sem que haja ônus de entrega e/ou deslocamento.

**3.5.** Somente serão pagos os valores relativos aos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da secretaria requisitante do Município de Sulina, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes do Anexo I.

**3.6.** A previsão de execução total é em até 12 (doze) meses, podendo ser dilatado mediante confecção de Termo Aditivo, obedecida à legislação em vigor e havendo interesse da Administração.

**3.7.** Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal ou em local a ser designado no Município de Sulina.

**3.8.** A solicitação poderá ocorrer por qualquer meio disponível ao Município (Telefone, Fax, email, etc).

**3.9.** Se os produtos não estiverem de acordo com especificações deste edital, ou não apresentarem a qualidade desejada, serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO DE SULINA. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicadas à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

**3.10.** Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do Município de Sulina, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

**3.11.** A empresa deverá indicar um preposto para representá-la administrativamente, para contato permanente com a Administração, com intuito de fornecer informações sempre que necessário e promover as soluções de eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do contrato.

**3. Das condições de recebimento:**

**3.1.** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, o objeto do presente termo e da licitação será recebido da seguinte forma:

**3.1.1** – Provisoriamente: Imediatamente depois de efetuada a entrega do bem, para efeito de posterior verificação da conformidade do veículo entregue com as especificações do objeto deste Termo.

**3.1.2** – Definitivamente, em até 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações e qualidade do veículo e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

**3.2.** O bem que for entregue em desacordo com o objeto contratado será verificado no ato do recebimento e deverá ser substituído ou completado. Nesse caso o prazo para substituição, reposição e complementação será de 2 (dois) dias úteis, sob pena da aplicação das penalidades previstas.

**3.3.** Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca ou estação do serviço do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do Município de SULINA, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

**3.4.** Não será aceito o veículo que estiver em desacordo com as especificações constantes neste termo

**3.5.** O recebimento definitivo do veículo, objeto deste termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados da sua normal utilização pelo Município de Sulina, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. (Lei nº 8.078/90).

#### **LEIA-SE:**

**1.1.** A empresa deverá fornecer, instalar (no caso dos condicionadores e cortinas de ar – itens 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 e equipamentos de imagens – item 16) e/ou montados (restante dos itens), deixando em perfeito estado de funcionamento, nas mesmas condições especificadas no Termo de Referência, **equipamentos novos**, por interesse da Administração e quando solicitado, sem ônus para a Prefeitura.

**1.2.** A empresa deverá fornecer o instrumento e os equipamentos com características mínimas especificadas no Termo de Referência, ou com tecnologia superior, em pleno funcionamento.

**1.3.** Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme requisição da Administração Municipal.

**1.4.** Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados conforme solicitação e requisição de compras e autorização do Departamento de Compras em **até 15(quinze) dias úteis** após a solicitação, sem que haja ônus de entrega e/ou deslocamento.

**1.5.** Somente serão pagos os valores relativos aos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da secretaria requisitante do Município de Sulina, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes do Anexo I.

**1.6.** A previsão de execução total é em até 12 (doze) meses, podendo ser dilatado mediante confecção de Termo Aditivo, obedecida à legislação em vigor e havendo interesse da Administração.

**1.7.** Os produtos deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal ou em local a ser designado no Município de Sulina.

**1.8.** A solicitação poderá ocorrer por qualquer meio disponível ao Município (Telefone, Fax, email, etc).

**1.9.** Se os produtos não estiverem de acordo com especificações deste edital, ou não apresentarem a qualidade desejada, serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO DE SULINA. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

**1.10.** Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do Município de Sulina, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

**1.11.** A empresa deverá indicar um preposto para representá-la administrativamente, para contato permanente com a Administração, com intuito de fornecer informações sempre que necessário e promover as soluções de eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do contrato.

#### **5. Das condições de recebimento:**

**5.1.** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, o objeto do presente termo e da licitação será recebido da seguinte forma:

**5.1.1** – Provisoriamente: Imediatamente depois de efetuada a entrega do bem, para efeito de posterior verificação da conformidade do material/equipamento entregue com as especificações do objeto deste Termo.

**5.1.2** – Definitivamente, em até 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações e qualidade do material/equipamento e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

**5.2.** O bem que for entregue em desacordo com o objeto contratado será verificado no ato do recebimento e deverá ser substituído ou completado. Nesse caso o prazo para substituição, reposição e complementação será de 2 (dois) dias úteis, sob pena da aplicação das penalidades previstas.

**5.3.** Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca ou estação do serviço do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo do

Município de SULINA, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades.

**5.4.** Não será aceito o material/equipamento que estiver em desacordo com as especificações constantes neste termo

**5.5.** O recebimento definitivo do material/equipamento, objeto deste termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados da sua normal utilização pelo Município de Sulina, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. (Lei nº 8.078/90).

Sulina, 1º de dezembro de 2020.

**ARI PEDRO LORINI,**

Prefeito em Exercício.

**Publicado por:**

Ediceia Schafer Rosa

**Código Identificador:**E9BACE2D

### **ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**

#### **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2020**

**CONTRATANTE:** Município de Teixeira Soares, CNPJ Nº. 75.963.850/0001-94 sito à Rua XV de novembro, 135 – Teixeira Soares – PR.

**CONTRATADA:** 1) **ANTONIO MARCOS FRANCA DA SILVA 92248993900**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.038.566/0001-36, com sede na Avenida Prefeito Vedolino Neve, nº 393, Centro, CEP: 84.530-000, na Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHEIRO.

**Valor Total:** R\$ 51.980,00 (cinquenta e um mil e novecentos e oitenta reais).

**FISCAL DE CONTRATO:** JOÃO BATISTA DE JESUS BELLO, CPF: 411.478.209-53

**DATA DE ASSINATURA:** 13/11/2020

**FORO:** Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

**LUCINEI CARLOS THOMAZ**

Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR)

**Publicado por:**

Janieli Dayane Rodrigues Evangelista

**Código Identificador:**EE5357BA

#### **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 68/2020**

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada pela Portaria Nº 1059/2020 de 02/01/2020, após analisar as propostas apresentadas pelas proponentes:

**ADJUDICADA:** 1) **ANTONIO MARCOS FRANCA DA SILVA 92248993900**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.038.566/0001-36, com sede na Avenida Prefeito Vedolino Neve, nº 393, Centro, CEP: 84.530-000, na Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

**VALOR:** R\$ 51.980,00 (CINQUENTA E UM MIL E NOVECIENTOS E OITENTA REAIS).

Destarte, **HOMÓLOGO** apresente licitação para que surta os devidos efeitos legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, em 13 de novembro de 2020.

**LUCINEI CARLOS THOMAZ**

Prefeito do Município de Teixeira Soares (PR)

**Publicado por:**

Janieli Dayane Rodrigues Evangelista

**Código Identificador:**70139538

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 134/2020.**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA  
LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 58/2020.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE EQUIPE DE SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE TEIXEIRA SOARES/PR. CONTRATADA: FUTURA GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE SS LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 27.752.318/0001-85, com sede a Rua Moisés de Oliveira, nº 152 – Rio Bonito – CEP: 84.500-000, na Cidade de Irati, Estado do Paraná.

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.

CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo Nº 65, da Lei Nº 8.666/93, tem por objeto, **PRORROGAR** o Contrato Inicial de Prestação de Serviços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE EQUIPE DE SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE TEIXEIRA SOARES/PR, conforme Termo de Referência – Anexo III, conforme Edital de Dispensa nº 58/2020 e anexos, até o dia **23 de fevereiro de 2021**, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares, 23 de novembro de 2020.

**LUCINEI CARLOS THOMAZ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Janieli Dayane Rodrigues Evangelista

**Código Identificador:**83FBCCEA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 240/19.**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA  
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2019.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, CAMA ELÁSTICA, TENDAS, PIPOQUEIRA E MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE PARA ATENDER NAS FESTIVIDADES E EVENTOS DO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

CONTRATADA: LUIZ ALFREDO DA CUNHA KLOSOVSKI - EIRELI - ME inscrita no CNPJ Nº 23.457.536/0001/36 com sede na Rua Netuno, 120 – Colônia Dona Luiza - CEP: 84.043-550, na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.

CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo Nº 65, da Lei Nº 8.666/93, tem por objeto, **PRORROGAR** o Contrato Inicial de Prestação de Serviços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, CAMA ELÁSTICA, TENDAS, PIPOQUEIRA E

MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE PARA ATENDER NAS FESTIVIDADES E EVENTOS DO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme Termo de Referência – Anexo III, conforme Edital de Pregão nº 97/2019 e anexos, até o dia **24 de novembro de 2021**, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório..

Teixeira Soares, 24 de novembro de 2020.

**LUCINEI CARLOS THOMAZ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Janieli Dayane Rodrigues Evangelista

**Código Identificador:**A9E0AF0B

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 241/19.**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA  
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2019.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DAS ESCOLAS E CMEIS MUNICIPAIS, COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: RENOVAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ Nº 13.848.214/0001-64 com sede na Rua João Ribeiro dos Reis, 474 – Centro - CEP: 84.530-000, na Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

CONTRATANTE: Município de Teixeira Soares/PR.

CLÁUSULA EDITADA: O Presente Termo de Prorrogação, de acordo com o Artigo Nº 65, da Lei Nº 8.666/93, tem por objeto, **PRORROGAR** o Contrato Inicial de Compra e Venda para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DAS ESCOLAS E CMEIS MUNICIPAIS, COM RECURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme Termo de Referência – Anexo III, conforme Edital de Pregão nº 98/2019 e anexos, até o dia **24 de novembro de 2021**, a contar a partir da assinatura deste, obedecendo à destinação vinculada ao Processo Licitatório.

Teixeira Soares, 24 de novembro de 2020.

**LUCINEI CARLOS THOMAZ**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Janieli Dayane Rodrigues Evangelista

**Código Identificador:**79D507A2

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA  
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2020**

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária para o exercício de 2020 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica estabelecida a suplementação da importância de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2020:

De:

01.001.01.031.0001.33901400000000 – Diárias – Pessoal Civil	R\$60.000,00
---	--------------

Para:

01.001.01.031.0001.33190110000000 – Vencimentos e vantagens fixas pessoal	R\$45.000,00
01.001.01.031.0001.33190130000000 – Obrigações Patronais	R\$15.000,00

**Art. 2º** Os recursos para o atendimento do disposto no Art. 1º desta Lei ocorrerão por conta de transferência entre dotações orçamentárias previstas para o corrente exercício, nos termos da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Municipal nº 1.586/2019)

**Art. 3º** Esta Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Terra Boa, 01 de dezembro de 2020.

**WILSON WANDERLEI ESPOSTO**

Presidente

**Publicado por:**

Cleber Amilcar de Souza

**Código Identificador:**067D9D8C

### GABINETE

#### LEI COMPLEMENTAR N.º 006/2020

Altera a alínea “b” do artigo 1º, da Lei Complementar n.º 008/2014, de 21 de outubro de 2014, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito do Município sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica alterada a alínea “b”, do artigo 1º, da Lei Complementar n.º 008/2014, de 21 de outubro de 2014, passando a mesma a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** (...)

a) (...)

b) Lote de terras n.º 247-A (duzentos e quarenta e sete-A), da Gleba Patrimônio Terra Boa, com a área de 13,5043 hectares, iguais a 135.042,82 metros quadrados, ou seja, 5,5803 alqueires paulistas, com as seguintes divisas e confrontações: Partindo de um marco cravado no alinhamento predial da Estrada Andico, segue confrontando com o lote n.º 246 no rumo NO 31º03' medindo 573,80 metros; segue confrontando com o lote n.º 247-B, desta subdivisão, no rumo SW 48º05'00" NE medindo 204,72 metros até outro marco; segue confrontando com o lote n.º 248 no rumo SE 41º55' medindo 494,34 metros até outro marco; finalmente segue pelo alinhamento predial da Estrada Andico medindo 325,10 metros até o ponto de início desta descrição. OBS: - O Lote n.º 247-A dará acesso a estrada para o lote n.º 247-B, tudo conforme matrícula n.º 9636, cópia anexa, que faz parte integrante desta Lei.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a alínea “b”, da Lei Complementar n.º 008/2014, de 21 de outubro de 2014.

Município de Terra Boa, aos 26 de Outubro de 2020.

**VALTER PERES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Cleber Amilcar de Souza

**Código Identificador:**3CA88570

### GABINETE

#### LEI COMPLEMENTAR N.º 005/2020

*Autoriza a Incorporação de Imóvel Rural ao Perímetro Urbano com a Finalidade Específica para*

*Implantação de Loteamento de Área de Lazer, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito do Município sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica autorizada a incorporação do Imóvel Rural ao perímetro urbano desta cidade, a área de terras constituída pelo Lote de Terras n.º 20/20-A/Remanescente-A-02 (vinte/vinte-A-Remanescente-A-02), da Gleba do Patrimônio Terra Boa, com a área de 6,3382 hectares, iguais a 63.382,00 metros quadrados, ou seja, 2,6190 alqueires paulistas, que se destinará a implantação de loteamento de áreas de lazer, com as seguintes divisas e confrontações: *Principiando num marco de madeira de lei cravado na margem Esquerda do Ribeirão Cananéia, segue confrontando com o lote n.º 21, da Gleba Patrimônio Terra Boa, no rumo SO 43º 18' NE, com uma distância de 339,26 metros, até um marco cravado na divisa do lote n.º 20/20-A/Remanescente-A-01, da Gleba Patrimônio Terra Boa; daí segue confrontando com o mesmo, no rumo NO 37º 21' SE, medindo 77,89 metros, até um marco semelhante aos outros; deste ponto ainda confrontado com o lote anteriormente citado, segue no rumo NE 43º 18' SO, medindo 3,02 metros, até um marco semelhante aos outros; Daí, ainda confrontando com o lote n.º 20/20-A/ Rem-A-01, da Gleba Patrimônio Terra Boa, segue no rumo NO 37º 21' SE, medindo 54,22 metros, até um marco semelhante aos outros fincado na divisa do Industrial Terra Park; Daí segue confrontando com parte do Industrial Terra Park, no rumo NE 43º 18' SO, com uma distância de 59,28 metros, até um marco fincado na lateral da rua denominada Maria Anita Henriques; Daí segue confrontado com a mesma, ainda no rumo NE 43º 18' SO, medindo 13,00 metros, até um marco semelhante aos outros, fincado na divisa Industrial Terra Park; Daí, segue confrontando com parte do Industrial Terra Park, no rumo NE 43º 18' SO, numa extensão de 169,78 metros, até um marco fincado na divisa do lote 19-B, da Gleba Patrimônio Terra Boa; Daí segue confrontando com o mesmo, ainda no rumo NE 43º 18' SO, com uma distância de 309,58, segue até encontrar outro marco cravado na margem esquerda do ribeirão acima citado, e, finalmente segue água acima, margeando o mesmo, até encontrar o marco do ponto de partida que é o final da referida descrição.*

**Art. 2º.** Não será permitida a subdivisão dos lotes, ficando delimitada área mínima não inferior a 800,00m2 (oitocentos metros quadrados), bem como poderá ser edificada apenas duas residências, uma para o proprietário do imóvel e outro para zelador/caseiro, devendo ainda criar uma faixa de servidão de 5,00 (cinco) metros na divisa com o Loteamento Industrial Terra Park, com plantio de árvores cuja espécie deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ficando ainda o Loteador responsável pelo plantio e zelo desta área; fica ainda o loteador responsável pela edificação de uma cerca tipo “alambrado” para separar a área de reserva da área a ser loteada.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n.º 10/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Município de Terra Boa, aos 02 dezembro de 2020.

**VALTER PERES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Cleber Amilcar de Souza

**Código Identificador:**78CB0327

### GABINETE

#### DECRETO N.º 2.821/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA BOA, ESTADO DO PARANÁ, Sr. Valter Peres, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência

de saúde pública e importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a conveniência em promover uma consolidação das normas municipais já editadas pelo Poder Executivo com a finalidade do enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19),

## **DECRETA**

### **Do Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços**

Art. 1º. Fica estabelecido que a partir do dia 03 de dezembro de 2020, o atendimento ao público nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços no Município de Terra Boa, se realizará com sua capacidade reduzida em até 50% (cinquenta por cento), respeitando as regras de higiene e adoção de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), devendo manter as seguintes regras:

I - Afixar material com orientações e disponibilizar em locais visíveis aos clientes, como balcões de atendimento, caixas, portas de acesso ao estabelecimento e sanitários;

II - Fornecer, em locais estratégicos, álcool gel a 70% para seus clientes;

III - Orientar funcionários e colaboradores para utilização de luvas, máscaras e álcool gel 70%, durante atendimento;

IV - Os funcionários e colaboradores deverão ser orientados a intensificar a higienização das mãos com água e sabão, principalmente antes e depois de manipular alimentos, usarem banheiro, evitar tocar o rosto, nariz, olhos e boca;

V - Afixar cartazes sobre a correta higienização de mãos;

VI - Manter as áreas de convivência ventiladas;

VII - Reforçar os procedimentos de higiene em todos os ambientes, como depósitos, sanitários e áreas de circulação de clientes;

VIII - Higienizar balcões, bancadas, esteiras, caixas registradoras, calculadoras, máquinas de cartão, telefones fixos/móveis e outros itens de uso comum;

IX - Marcação de lugares reservados aos clientes, bem como a área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a organização de distância mínima de 1,5 metros entre cada pessoa;

X - Evitar aglomerações e longa permanência nos estabelecimentos, mantendo distância de no mínimo 1,5 metros entre as pessoas, inclusive nas filas;

Art. 2º. Os restaurantes, bares, lanches, lanchonetes, pizzarias, lojas de conveniências, carrinhos e carros ambulantes de lanches e espetinhos e sorveterias, poderão a partir do dia 03 de dezembro de 2020, atender de forma presencial seus clientes e consumidores com sua capacidade reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de segunda-feira à domingo no horário compreendido das 06h00min às 22h30min, respeitando sempre as regras de higiene e adoção de medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), estabelecidos no presente Decreto, ficando autorizado a partir deste horário somente serviços de entrega delivery.

### **Da Celebração de Cultos Religiosos e Funcionamento de Clubes e Associações**

Art. 3º. Ficam suspensas a partir de 03 de dezembro de 2020 no Município de Terra Boa a realização de missas, cultos e reuniões presenciais, bem como o funcionamento de clubes, associações recreativas e afins, áreas comuns, playground, salões de festas, piscinas e casas de eventos.

### **Das Academias de Ginástica e das Práticas Esportivas**

Art. 4º. Fica permitido o funcionamento das academias de ginástica com sua capacidade reduzida em até 50% (cinquenta por cento), devendo proceder a limpeza e higienização dos equipamentos quando da troca de clientes com produtos que previnam o contágio do COVID-19, respeitando todas as regras de higiene e adoção de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, bem como as Recomendações Administrativas emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Comitê Técnico de Enfrentamento ao Coronavírus e Ética Médica.

Art. 5º. Ficam suspensas no Município de Terra Boa a partir do dia 03 de dezembro de 2020, atividades esportivas coletivas recreativas em quadras e campos públicos e privados.

### **Da Proibição de Aglomerações**

Art. 6º. Ficam suspensas em todo território do Município de Terra Boa, a realização de eventos públicos ou particulares com aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. A proibição de que trata o *caput* do presente artigo aplica-se aos casos de festas particulares, sejam abertas ao público ou não, assembleias, conferências, audiências públicas e shows.

### **Do Toque de Recolher**

Art. 7º. Fica determinado toque de recolher a partir do dia 03 de dezembro de 2020 das 23h00min até às 05h00min do dia seguinte, para confinamento domiciliar obrigatório em todo território do Município de Terra Boa, durante o período necessário ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

§1º. O disposto no *caput* não restringe a circulação de quem estiver transitando para acessar ou prestar serviços na área de saúde, indústrias, segurança, serviços públicos e serviços essenciais, desde que comprovada a necessidade ou a urgência.

§2º. Os serviços de segurança privada e os plantões em serviços essenciais não estão sujeitos à restrição contida neste artigo.

§3º. A fiscalização do toque de recolher será realizada pelos fiscais da Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária com apoio da Polícia Militar.

Art. 8º. A partir da publicação deste Decreto qualquer pessoa que estiver fora de sua residência sem o uso de máscara será penalizada com multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme artigo 3º, inciso I, da Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 9º deste Decreto.

Art. 9º. Os particulares que violarem a proibição ficarão sujeitos às sanções penais, civis e administrativas, imposição de multa e comunicação ou encaminhamento à autoridade Policial e ao Ministério Público, conforme disposição da legislação vigente.

Art. 10. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer tempo de acordo com a evolução da pandemia de coronavírus.

Art. 11. O disposto neste Decreto não invalida as medidas adotadas nos Decretos anteriores, e alterações, que não forem conflitantes.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Terra Boa – Paraná, 02 de dezembro de 2020.

**VALTER PERES**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cleber Amilcar de Souza  
**Código Identificador:**437DCF14

**LICITAÇÕES**  
**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO: Nº 466/2019 PROCESSO DE DISPENSA**  
**Nº44/2019**

**CONTRATADA: INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA.**

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

**PRIMEIRA:** Conforme solicitação da Empresa, aditar o prazo de vigência do referido contrato até 05/06/2021.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro de 2020.

**VALTER PERES**  
Contratante

**Publicado por:**  
Marcela Monti Aragão  
**Código Identificador:**F05F8599

**LICITAÇÕES**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Ratifico a pretendida Dispensa de nº. 059/2020 tudo em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo e ainda, com fundamento no inciso II e IV do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93, a favor da empresa **NELSON APARECIDO FERRETE 77227735915**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 11.598.055/0001-61, quanto à *contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro em diversos locais do Município de Terra Boa.*

O valor total depreendido com a aquisição será de R\$ 5.200,00 (cinco mil duzentos reais).

Face ao disposto no Artigo 26 da Lei nº. 8.666/93 vez que o processo encontra-se devidamente instruído.

Publique.

Terra Boa/PR, 02 de dezembro de 2020.

**VALTER PERES**  
Prefeito do Município

**Publicado por:**  
Valeria Ap. Zancan Sotocorno  
**Código Identificador:**EA9D788A

**LICITAÇÕES**  
**DECLARAÇÃO**

De acordo com a análise do documento apresentado pela empresa METALURGICA LAM – EIRELI – ME, referente ao item 5.1.3, alínea “i”, verificou-se que o mesmo não se aplica ao objeto solicitado no edital, anexo I – Termo de Referência.

Desta forma declaramos a empresa INABILITADA.

Tendo em vista da Declaração de Renúncia, referente ao direito de Recurso da fase habilitatória, bem como o prazo, dou por encerrado este certame.

**VALERIA AP ZANCAN SOTOCORNO**  
Pregoeira

**Publicado por:**  
Valeria Ap. Zancan Sotocorno  
**Código Identificador:**5B05CDB0

**LICITAÇÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2020**

**OBJETO: LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO, REGISTRO DE PREÇO PARA UMA EVENTUAL Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de aparelhos para instalação de "Academias ao Ar Livre da Terceira Idade".**

**REALIZAÇÃO** - às 09h00min (nove) horas do dia 16 de dezembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Terra Boa, na Rua Pres. Tancredo de Almeida, nº. 240, Centro da Cidade de Terra Boa – Pr- CEP. 87.240-000 – Terra Boa-Paraná - Fone: 44-3641-8000, e-mail: licitacao@terraboa.pr.gov.br

**FORNECIMENTO DO EDITAL** – Na Sede da Prefeitura Municipal de Terra Boa - Departamento de Licitações, na Rua Pres. Tancredo de Almeida, nº. 240 Centro da Cidade de Terra Boa – Pr, no horário de expediente (08:00 às 11:30 e 13h00 às 17h00) ou na internet no endereço: terraboa.atende.net.

Em, 02/12/2020

**VALTER PERES**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Valeria Ap. Zancan Sotocorno  
**Código Identificador:**40FB0449

**RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 658/2020**

**VALTER PERES**, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E**

**Art. 1º** Conceder demissão a pedido, a partir de 01/12/2020, à senhora **SANDRA DA SILVA MOREIRA**, portadora da Identidade nº 80921802 SESP/PR, servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços de Limpeza e Alimentação.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 02 de dezembro de 2020.

**VALTER PERES**  
Prefeito do Município

**Publicado por:**  
Anselmo Aparecido Pavani  
**Código Identificador:**0C633B0F

**RECURSOS HUMANOS**  
**EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº 20/2020**

**CONTRATANTE:** Prefeitura do Município de Terra Boa, - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **VALTER PERES**, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob nº 534.948.579-20

**CONTRATADO: SANDRA DA SILVA MOREIRA**, portadora do RG nº 80921802, inscrito no CPF sob nº 044.114.189-75, residente e domiciliado neste Município de Terra Boa – Estado do Paraná.

**OBJETO:** Contrato de trabalho, em virtude de classificação em Processo Seletivo Simplificado, vinculado ao Edital nº 01/2020 e Lei Municipal nº 1.572/2019, para a função de Agente de Serviços de Enfermagem e Apoio.

**VALOR:** Receberá o contratado o valor de R\$ 1.513,76 (Um mil, quinhentos e treze reais e setenta e seis centavos).

**PRAZO:** O presente contrato terá vigência a partir de 02/12/2020 com vencimento em 31/12/2020, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 6º, parágrafo único da Lei 1.572/2019.

**FORO:** Comarca de Terra Boa, Paraná.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos 02 de dezembro de 2020.

**VALTER PERES**  
Contratante

**Publicado por:**  
Anselmo Aparecido Pavani  
**Código Identificador:**AADEBD19

### RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 659/2020

**VALTER PERES**, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

#### R E S O L V E

**Art. 1º** Alterar o período aquisitivo de férias do servidor **LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA**, concedida através da Portaria:

Portaria Nº	Alterado Período Para:
043/2020	2018/2019
618/2020	2018/2019

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 02 de dezembro de 2020.

**VALTER PERES**  
Prefeito do Município

**ANTONIO APARECIDO MARI**  
Secretário de Administração Geral

**MARA CRISTINA DE PAULA**  
Diretora do Depto. De Recursos Humanos

**Publicado por:**  
Anselmo Aparecido Pavani  
**Código Identificador:**7E9A772E

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

#### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 13725/2020

PORTARIA Nº. 13725/2020

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no parágrafo 5º do artigo 36º da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o ofício nº 133/2020 de 30 de novembro de 2020, protocolado sob nº 8013/2020 em 01/12/2020

#### R E S O L V E:

**ART. 1º.** – Convocar a Professora **FRANCIELE TEIXEIRA DE SOUZA**, matrícula 1215400-00, em regime de aula extraordinária

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais para prestar serviço na Rede Municipal de Ensino, a partir de 30/11/2020 a 17/12/2020.

**ART. 2º.** – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de novembro de 2020.

**ART. 3º.** – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fernanda Boeing  
**Código Identificador:**9023EC85

#### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 13726/2020

PORTARIA Nº. 13726/2020

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base no inciso III do artigo 32º da Lei Municipal nº 1582/2017 de 22/12/2017 e considerando o ofício nº 133/2020 de 30 de novembro de 2020, protocolado sob nº 8013/2020 em 01/12/2020

#### R E S O L V E:

**ART. 1º.** – Conceder a Professora **Franciele Teixeira de Souza**, matrícula 1215400-00, uma gratificação de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento básico, pelo exercício de docência em classes multisseriadas no período extraordinário, com início em 30/11/2020 e término em 17/12/2020.

**ART. 2º.** – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 30 de novembro de 2020.

**ART. 3º.** – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fernanda Boeing  
**Código Identificador:**C9BC0293

#### GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL LEI Nº 1830/2020

LEI Nº 1830/2020

Projeto de Autoria do Vereador e Presidente da Câmara Municipal  
**GENIVALDO MAGNONI BORTOLI**

Ementa: Dispõe sobre a nomenclatura do Parque Industrial do Município de Terra Roxa/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e Eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

#### LEI:

**Art. 1º.** Fica denominado o Parque Industrial do Município de Terra Roxa/PR, localizado na Avenida da Saudade, neste Município de Terra Roxa/PR, como: **PARQUE INDUSTRIAL “ALBINO FERRARI”**.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro de 2020.

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alcenia May  
**Código Identificador:**88BCCD83

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**LEI Nº 1831/2020**

**LEI Nº 1831/2020**

Projeto de Autoria dos Vereadores **CARLOS ADELSON DINIZ** e **ADEMIR MURRO MARSARI**

Ementa: Dispõe sobre a nomenclatura da CANCHA DE BOCHA do Município de Terra Roxa/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e Eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica denominada a CANCHA DE BOCHA do Município de Terra Roxa/PR, localizada na Rua Oscar Machado, neste Município de Terra Roxa/PR, como: CANCHA DE BOCHA “**OSCAR DEVECHIO**”.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro de 2020.**

**ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alcenia May  
**Código Identificador:**389510FC

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**LEI Nº 1832/2020**

**LEI Nº 1832/2020**

Projeto de Autoria do Vereador **KLEBER FRANCISCO CARVALHO**

Ementa: Outorga a Ilustríssima Senhora **CELMA DE ASSIS ROSSATO** o Título de Cidadã Benemerita do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e Eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** Fica concedido a Ilustríssima Senhora **CELMA DE ASSIS ROSSATO** o Título de Cidadã Benemerita do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná.

**Art. 2º** A Outorga da Cidadania Benemerita deferida no artigo 1º desta Lei fundamenta-se na brilhante carreira de empresária, bem como pelos trabalhos realizados em prol da população e pelo reconhecimento do compromisso que a mesma teve para com o Município de Terra Roxa/PR.

**Art. 3º** O Diploma, a ser conferido nos termos do artigo 1º, ser-lhe-à entregue em Sessão Solene a ser realizada em dia e local previamente determinados pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, nos termos da Resolução nº.002/2002, de 19 de março de 2002.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro de 2020.**

**ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alcenia May  
**Código Identificador:**81F036C6

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**LEI Nº 1833/2020**

**LEI Nº 1833/2020**

Projeto de Autoria dos Vereadores **ADEMIR MURRO MARSARI** e **CARLOS ADELSON DINIZ**

Ementa: Dispõe sobre a nomenclatura da CANCHA DE MALHA do Município de Terra Roxa/PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e Eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica denominada a CANCHA DE MALHA do Município de Terra Roxa/PR, localizada na Rua Oscar Machado, neste Município de Terra Roxa/PR, como: CANCHA DE MALHA “**PEDRO MENDES DA CONCEIÇÃO**”.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro de 2020.**

**ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alcenia May  
**Código Identificador:**47C37BB5

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**PORTARIA Nº.13721/2020**

**PORTARIA Nº13721/2020**

Súmula: Concede aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição e dá outras providências.

O Prefeito **Altair Donizete de Pádua**, do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do servidor **Edesio Oliveira Lima**.

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Fica concedida ao servidor **Edesio Oliveira Lima**, brasileiro, Servidor Público Municipal de Terra Roxa – PR, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, Nível Salarial MEC XIII, conforme quadro de cargos, portador do RG. nº. 4.080.896-5/SSP/PR e inscrito no CPF nº 550.067.449-87 **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição**, com proventos integrais no valor de R\$4.065,05 (Quatro mil e sessenta e cinco reais e cinco centavos) com fundamento no Art. 3º da EC 47/05 – FÓRMULA 85/95 – Comum Provento Integral – com Paridade – Última Remuneração.

**Art. 2º** Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante na planilha de cálculo de proventos.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Terra Roxa, 01 de dezembro de 2020.

Registre-se e Publique-se



**ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Regina Balonekr dos Santos

**Código Identificador:**786445A0**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PORTARIA Nº.13722/2020****PORTARIA Nº.13722/2020**

Súmula: Concede aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição e dá outras providências.

O Prefeito **Altair Donizete de Pádua**, do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora **Maria Rosa Valentim**

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Fica concedida a servidora **Maria Rosa Valentim**, brasileira, Servidora Público Municipal de Terra Roxa – PR, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, Nível Salarial TEF XI, conforme quadro de cargos, portadora do RG. nº. 7.580.830-5/SSP/PR e inscrita no CPF nº 931.617.519-49 **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição**, com proventos integrais no valor de R\$ 2.929,12 (Dois mil novecentos e vinte e nove reais e doze centavos) com fundamento no Art. 3º da EC 47/05 – FÓRMULA 85/95 – Comum Provento Integral – com Paridade – Última Remuneração.

**Art. 2º** Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante na planilha de cálculo de proventos.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Terra Roxa, 01 de dezembro de 2020.

Registre-se e Publique-se

**ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Regina Balonekr dos Santos

**Código Identificador:**4A5D9D05**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PORTARIA Nº.13723/2020****PORTARIA nº.13723/2020**

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição e dá outras providências.

O Prefeito **Altair Donizete de Pádua**, do Município de Terra Roxa, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora **Maria Marta Pinaffi Fontes**.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica concedida a servidora **Maria Marta Pinaffi Fontes**, brasileira, servidora público municipal de Terra Roxa, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível Salarial IIIC10, conforme quadro de cargos, portadora do RG nº 4.697.848-0 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 724.885.069-15 **aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição**, com proventos mensais e integrais no valor de R\$ 4.781,12(Quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e doze centavos), com fundamento no artigo 6º, da E.C. nº 41/03 – Professor Educação Infantil, Fundamental e Médio Provento Integral – Com Paridade Última Remuneração.

**Art. 2º** Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor constante na planilha de cálculo de proventos.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Terra Roxa – PR, 01 de dezembro de 2020.

Registre-se e Publique-se

**ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Regina Balonekr dos Santos

**Código Identificador:**0C84F3BE**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
TERMO ADITIVO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2019****SEGUNDO TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DA  
VIGÊNCIA - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2019**

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA E A ENTIDADE AVETRA – ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS DO ESPORTE DE TERRA ROXA, NA FORMA DE “TERMO DE COLABORAÇÃO”, PARA CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO PARA ATENDER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PERÍODO INTEGRAL, EM FORMA DE CONTRA TURNO ESCOLAR, EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, VISANDO A INCLUSÃO SOCIAL, CULTURAL, EM TODAS AS FAIXAS SOCIAIS, E/OU EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, RISCO PESSOAL E SOCIAL, DESENVOLVENDO ASSIM, SUAS POTENCIALIDADES COM VISTAS AO ALCANCE DA EMANCIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA, PROJETO Nº 01 NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI Nº 13.204/2015, E DECRETO MUNICIPAL Nº 2892/2017, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

**MUNICÍPIO DE TERRA ROXA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.587.204/0001-70, Paço Municipal sito à Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, Centro, CEP 85.990-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Altair Donizete de Pádua, portador da cédula de identidade RG nº 3.133.647-3 e do CPF nº 391.385.779-68, doravante denominada CONCEDENTE;

**AVETRA – ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS DO ESPORTE DE TERRA ROXA**, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 00.442.851/0001-94, com sede na Av. Pres. Castelo Branco, nº 871, Centro, cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu presidente, o Sr. Carlos Eduardo Oliva, portador do RG nº 37.790.619, e CPF nº 276.478.538-05, residente e domiciliado à Av. Pres. Castelo Branco, nº 871, Centro, cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná, doravante denominada PROPONENTE.

OS PARCEIROS celebram este termo aditivo, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei Nº 13.019/2014, e estabelecem as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 003/2019, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogada a vigência do Termo de Colaboração nº 0003/2019, até 31/01/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO  
DE RECURSOS**

Para o período da prorrogação, o valor da parceria seguirá o contido na Cláusula Quinta do Termo de Colaboração nº 0003/2019.

#### CLÁUSULA QUARTA- DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento o art. 55, *caput*, da Lei nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA- DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração nº 0003/2019.

#### CLÁUSULA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado pela Administração no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.019/2014.

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Terra Roxa, Estado do Paraná, em 01 de Dezembro de 2020.

#### ALTAIR DONIZETE DE PÁDUA

Prefeito Municipal

Concedente

AVETRA-Associação Dos Voluntários do Esporte de Terra Roxa

#### CARLOS EDUARDO OLIVA

Proponente

Testemunhas:

PAULO CÉSAR FARIAS

JÉSSICA RENATA DE SOUZA

Publicado por:

Alcenia May

Código Identificador:BAE0C48E

#### PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PORTARIA Nº.005/2020

#### PORTARIA N.º 005/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de funcionário da Previdência Municipal e dá outras providências.

REGINA BALONEKR DOS SANTOS, brasileira, casada, na qualidade de Superintendente da Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

#### R E S O L V E:

**Art. 1º.** Exonerar a pedido o Senhor **José Augusto Neri Junior**, do cargo de Assessor Jurídico da Previdência Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, nível 14, constante do anexo V, da Lei nº 134/96, a partir do dia 02/12/2020.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Terra Roxa, em 02 de dezembro de 2020.

#### REGINA BALONEKR DOS SANTOS

Superintendente

Portaria nº 5972/2013

Publicado por:

Regina Balonekr dos Santos

Código Identificador:9FF9624F

SECRETARIA DE FINANÇAS  
DECRETO 3611

#### DECRETO Nº. 3611 de 02 de Dezembro de 2020.

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 1785 de 29 de Novembro de 2019.

#### DECRETA

**Art. 1º** - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	124	Departamento de Ensino	7.1.12.361.10.2043 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental 339030 - Material de consumo Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	7.000,00
Suplementar	689	Fundo Municipal de Saúde	6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	50.000,00

**Art. 2º** - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	470	Departamento de Ensino	7.1.12.365.11.2045 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré-Escola 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00104 - 25% Sobre Demais Imp. Vinc. Educ. E.C.	7.000,00
Anulação Dotação	473	Fundo Municipal de Saúde	6.1.10.303.39.2039 - Assistência Farmacêutica 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	50.000,00

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 2 de Dezembro de 2020.

#### ALTAIR DONIZETE DE PADUA

Prefeito

Publicado por:

Claudemir dos Santos

Código Identificador:7D3D51AD

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS AVISO DESERTA PREGÃO 111/2020

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2020

O Município de Terra Roxa-PR, torna público que o Pregão Eletrônico nº 111/2020, tendo por objeto a **Contratação Eventual e Futura de Empresa para Prestação de Serviços de Conserto e Montagens de Pneus de Motocicletas, Veículos e Máquinas, de propriedade desta Municipalidade**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 06/11/2020, Edição nº 2132, Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em data de 06/11/2020 e Site do Município em data de 06/11/2020. Edital com abertura em 02 de dezembro de 2020, foi considerada **DESERTA**, em face de ausência total de interessados.

Terra Roxa-PR, 02 de dezembro de 2020.

#### GERSON GIOMBELLI

Secretario Municipal de Administração

Publicado por:

Anne Lyse Magalhaes Farias

Código Identificador:22967EF9

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**

**CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Processo Administrativo n. 21/2020

Processo de dispensa de licitação pelo valor

Valor total: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº 8666/93, decide que fica dispensada de licitação para a despesa abaixo especificada, **RATIFICA** e **ADJUDICA** o objeto em favor da seguinte empresa:

**CONTRATADA: ODAIR JOSÉ DE CAMARGO ME – OGRAMAC MARCENARIA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Principal, s/n, Lagoinha, Tijucas do Sul, Paraná.

**OBJETO:** Aquisição de 01 (um) armário em MDF 18 mm para o almoxarifado da Câmara Municipal, medindo 3,65m de comprimento, 0,45m de fundo/largura e 2,60m de altura, com contorno engrossado de 30mm, contendo sete prateleiras e quatro portas de correr, tudo conforme termo de referência.

**VALOR:** R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01 – Câmara Municipal de Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 44.90.52.00.00 – Material permanente, 44.90.52.42.00 – Mobiliário em geral.

Tijucas do Sul, 02 de dezembro de 2020.

**JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS**

Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul

**Publicado por:**  
Marcia Regina Valaski  
**Código Identificador:**35C3A063

**CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**  
**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Processo Administrativo n. 20/2020

Processo de compra direta - Dispensa de licitação pelo valor

Valor total: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais)

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº 8666/93, decide que fica dispensada de licitação para a despesa abaixo especificada, **RATIFICA** e **ADJUDICA** o objeto em favor da seguinte empresa:

**Objeto:** Manutenção e configuração de Servidor Windows Server, com troca de HD Seagate 2TB e fonte Atx Servidor 450w Real, instalação in loco e configuração na estrutura de rede, com permissão e rastreamento de pastas.

**Contratada:** IGOR RENATO MORESCHI – IRM INFORMÁTICA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 32.668.524/0001-98, com endereço na Rua Barão do Cerro Azul, 590, Centro – São José dos Pinhais.

**Valor total:** R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais)

Dotação Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.40.95.00 – Manutenção conservação de equipamentos de processamento de dados.

Tijucas do Sul, 02 de dezembro de 2020.

**JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS**

Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul

**Publicado por:**  
Marcia Regina Valaski  
**Código Identificador:**281E39C4

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA**

**CIAS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO**  
**SANITÁRIO**  
**ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO EXTRATO DO**  
**SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 04/2018**

**Contratado:** Limpatur Limpeza Urbana LTDA CNPJ N.º 04.336.100/0001-43

**Tomada de Preço Nº:** 02/2018

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Engenharia Ambiental e Sanitária para realizar atividades de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário do CIAS - PARA ATERRO SANITÁRIO, conforme definidos e especificações do objeto CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Valor total: 813.177,12 (oitocentos e treze mil cento e setenta e sete reais e doze centavos)

**Prazo:** 31/12/2021

Tomazina, 02 de dezembro de 2020.

**FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO**

Presidente

**Publicado por:**  
Marciele Isabel Munaro  
**Código Identificador:**99A5CF2C

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

**MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº4181/2020**

**DECRETO Nº4181/2020**

**Data 02.12.2020**

Súmula. Concede Licença Especial a Servidora Municipal e dá outras providências.

**HELIO KUERTEN BRUNING**, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O ART. 57 DA LEI MUNICIPAL Nº 1707/18,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica concedida Licença Especial de 30 (trinta) dias, a servidora Senhora **Jacqueline Pimentel Oenning**, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, portadora do RG nº 7.075.550-5 SSP/PR e CPF nº 534.187.430-72 e da matrícula nº 1215-7/1, referente aos períodos aquisitivos de 17/01/2005 a 19/08/2017.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo de 30 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**HELIO KUERTEN BRUNING**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marlice Cristina Mariano  
**Código Identificador:**FFEA3350

**MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 4182/2020**

**DECRETO Nº 4182/2020**  
**Data 02.12.2020**

Súmula. Concede Licença Especial a Servidora Municipal e dá outras providências.

**HELIO KUERTEN BRUNING**, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O ART. 57 DA LEI MUNICIPAL Nº 1707/18,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica concedida Licença Especial de 60 (sessenta) dias, a servidora Senhora **Sueli de Lima Cercione**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas, portadora do RG nº 7.812.081-9 SSP/PR e CPF nº 044.508.789-73. e da matrícula nº 2614-0/1, referente aos períodos aquisitivos de 04/03/2009 a 03/03/2014.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito a partir do dia 07 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de novembro de 2020.

**HELIO KUERTEN BRUNING**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marlice Cristina Mariano  
**Código Identificador:**1462AAF5

**MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**  
**DECRETO Nº 4183/2020**

**DECRETO Nº 4183/2020**  
**Data 02.12.2020**

Súmula. Concede Licença Especial a Servidor Municipal e dá outras providências.

**HELIO KUERTEN BRUNING**, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O ART. 57 DA LEI MUNICIPAL Nº 1707/18,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica concedida Licença Especial de 45 (quarenta e cinco) dias, ao servidor Senhor **Darci Pereira da Silva**, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, portador do RG nº 1.547.949 SSP/SC e CPF nº 570.490.179-49 e da matrícula nº 116-3/1, referente aos períodos aquisitivos de 01/03/2014 a 28/02/2019.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo de 20 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**HELIO KUERTEN BRUNING**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marlice Cristina Mariano  
**Código Identificador:**9D32E375

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 379/2020**

**DECRETO Nº 379/2020 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020**

*Dispõe sobre a concessão de função gratificada a servidor(a) público(a) e dá outras providências.*

**JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM**, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, e fundamentado na Lei Municipal nº 680 de 09 de março de 2017,

**CONSIDERANDO** que o calendário letivo se finda apenas em dezembro 2020, que após seu encerramento é realizado o fechamento das plataformas de gestão, que é no término do ano que se realiza as atividades técnicas e operacionais que viabilizam exercício das atividades no ano seguinte;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedida a função gratificada pelo exercício da função de Coordenadora Técnica de Educação, no montante de 3 (três) pisos conforme anexo IV da Lei nº 680/2017, ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **Edineia Souza Machado**, portadora da CI/RG 8.350.344-0 SESP/PR, inscrita sob o CPF/MF 045.515.479-13, na forma da Lei, de 01 de dezembro de 2020 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 01 de dezembro de 2020.

**JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM**  
Chefe do Poder Executivo

**Publicado por:**  
Nelci Terezinha dos Reis Frigeri  
**Código Identificador:**C0470654

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI Nº 51/2020**

**SÚMULA:** Altera os anexos da lei Municipal 44/2017 – Plano Plurianual (PPA-2018-2021), e alterações posteriores, as metas e prioridades da administração 2020 e as metas fiscais de 2020 da lei Municipal 27-2019 – LDO 2020, e alterações posteriores e autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento do exercício financeiro de 2020 Crédito Adicional Suplementar mediante cancelamento de dotação orçamentária, provável excesso de arrecadação e superávit financeiro do exercício anterior.

A Câmara Municipal de Turvo – Paraná aprovou e eu prefeito municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Ficam alterados os anexos da lei 44/2017 – (PPA 2018/2021), e alterações posteriores, para compatibilização dos três instrumentos de planejamento – PPA –LDO-LOA.

**Art. 2º.** Ficam alteradas as metas e prioridades da administração 2020 e as metas fiscais da lei nº 27/2019 Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2020, para a compatibilização dos três instrumentos de planejamento PPA-LDO-LOA.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado no corrente exercício à abertura de **Crédito Adicional Suplementar** em virtude do cancelamento de dotação no orçamento, provável excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior no orçamento geral do município no valor de R\$ R\$ 56.578,27 (cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos), para atender a finalidade abaixo especificada.

04 SECRETARIA DA FAZENDA  
002 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS  
28.846.0000.0117 RESTITUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CONVÊNIOS  
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES  
04580 E 00000 R\$ 4.574,36  
04291 E 00781 R\$ 45.003,91  
04592 E 00794 R\$ 7.000,00

**Art. 4º** - Os Recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, que trata o art. 3º desta lei, decorrerão:

§ 1º - Do cancelamento de dotação orçamentária no orçamento vigente no valor de R\$ 4.574,36 (quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos), conforme segue:

04 SECRETARIA DA FAZENDA  
002 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS  
28.846.0000.0028 PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS  
3.3.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS  
00920 E 00000 R\$ 4.574,36

§ 2º - Do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), conforme segue:

CONTA	VALOR ESTIMADO
781	R\$ 45.000,00
794	R\$ 7.000,00

§ 3º - Do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos), conforme segue:

FONTE	VALOR
781	R\$ 3,91

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art 6º** Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2020.

**JERONIMO GADENS DO ROSARIO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Daniela Bottega  
**Código Identificador:**82776950

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 488/2020

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSARIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e o resultado do concurso público municipal n. 1/2019, homologado pelo Edital n. 19/2019,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo, no cargo de Operador Ecológico, classe A, nível 1, Marcos Antonio Galera Santana, inscrito no CPF/MF sob n. 004.625.459-54, RG n. 7.770.278-4/SSP-PR.

Art. 2º - A nomeação de que trata o artigo 1º, a lotação será na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 02 de dezembro de 2020.

**JERÔNIMO GADENS DO ROSÁRIO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Daniela Bottega  
**Código Identificador:**1FE779E9

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

**Segundo Termo Aditivo – Contrato Administrativo Nº 51/2020 – Tomada de Preços Nº 03/2020 – Contratante:** Município de Turvo/PR, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo/PR – **Contratada:** **FERDADO ENGENHARIA CIVIL EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 25.362.809/0001-94, com sede localizada na Rua Neo Alves Martins, nº. 1886, Apto 51, Zona 01, Maringá-PR, CEP 87013-060, neste ato representada por Danilo Antonioli Chichetti, engenheiro civil, portador da cédula de identidade Nº 158183-2 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 081.298.059-01 – **Objeto:** Aumento do valor global do Contrato, considerando o aumento significativo no custo de insumos para o fornecimento e instalação de poste republicano em concreto armado e poste em concreto circular de 14 metros, devido à pandemia ocasionada pelo Corona Vírus, nos termos do Memorando nº 327/2020 da Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos de Turvo (PR) e pedido da empresa, anexo ao procedimento administrativo que deu origem à Tomada de Preço nº 03/2020, ambas as partes concordam com alterações da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 51/2020 – **Valor:** aditivo de valor na monta de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no valor global do referido Contrato – **Foro:** Guarapuava/PR – **Data da assinatura:** 02/12/2020 – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo/PR e, de outro, o representante da empresa contratada.**

**Publicado por:**  
Franciele Paola Jeczmiński Silvestre  
**Código Identificador:**7EAF85

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2020

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Tipo:** Menor preço (por lote)

**Objeto:** Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção  
**Entrega das Propostas:** Até às 08h30min de 16 de dezembro de 2020.

**Data de abertura:** 16 de dezembro de 2020 às 08h30min

**Valor estimado:** R\$ 12.108,36 (doze mil cento e oito reais e trinta e seis centavos).

**Local:** Sede do Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Av. 12 de Maio, 353, Centro, Turvo (PR).

**Comissão Julgadora:** Constituída pela Portaria Nº 391/2020

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal Nº 10.520/2002, Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (<http://www.turvo.pr.gov.br/>). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail [licitacoeturvo@gmail.com](mailto:licitacoeturvo@gmail.com), ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo/PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 02 de dezembro de 2020.

**JESSICA APARECIDA MACHADO**

Pregoeira (Portaria Nº 391/2020)

**Publicado por:**

Jessica Aparecida Machado

**Código Identificador:**786A492D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA REUNIÃO DA  
COMISSÃO TÉCNICA PARA DETERMINAÇÃO DE  
VALORES IMOBILIÁRIOS**

Dispõe sobre a Publicidade da Reunião da Comissão Técnica para Determinação de Valores Imobiliários, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO que esta municipalidade deverá cumprir o que determina o item 2.2.1. do Edital da Chamada Pública Nº 03/2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar para o dia 04 de dezembro de 2020, Reunião da Comissão Técnica para Determinação de Valores Imobiliários, com o objetivo de avaliar imóveis para instruir processo de Concorrência Pública.

§ 1º - A Reunião que trata o caput deste artigo será realizada no espaço do auditório da Prefeitura Municipal de Turvo às 09h00min.

§ 2º A comissão foi nomeada através da Portaria nº 451/2020 publicada em 30 de outubro de 2020 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

§ 3º Fica possibilitado a todas as autoridades, associações e conselhos deste município, bem como todos os munícipes, para tomar ciência dos critérios utilizados para avaliação dos imóveis públicos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**JERONIMO GADENS DO ROSARIO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Talia Miranda Correa

**Código Identificador:**B80BC58C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIA N. 497/2020**

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSARIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar do cargo de Secretária Municipal de Planejamento e Projetos, desta municipalidade, a senhorita Talita Gadens do Rosário, inscrita no CPF/MF sob n. 083.209.019-01 e RG n. 10.326.701-3/SSP-PR.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 01 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria n. 17/2018 de 08 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 02 de dezembro de 2020.

**JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Talia Miranda Correa

**Código Identificador:**C3017DC7

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIA N. 498/2020**

O SENHOR JERONIMO GADENS DO ROSARIO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor James Chang, ocupante do cargo efetivo de médico, no período de 23 de novembro de 2020 até 07 de dezembro de 2020, em atenção ao atestado médico apresentado.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 23 de novembro de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 02 de dezembro de 2020.

**JERONIMO GADENS DO ROSÁRIO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Talia Miranda Correa

**Código Identificador:**F5CA185F

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA**

**CISVALI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO  
VALE DO IGUAÇU  
ATO DO CONSÓRCIO Nº 512 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**CISVALI**

**Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu**

**ATO DO CONSÓRCIO Nº 512 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar, por excesso de arrecadação no exercício de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI, no uso de suas atribuições estatutárias, e com base no art. 4º do Ato do Conselho n. 471 de 11 de outubro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com a seguinte classificação institucional e funcional programática:

ÓRGÃO	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	01	SETOR ADMINISTRATIVO	
PROJ/ATIV	2.001		
ATIVIDADE	04.122.0002.2.001	MANUTENÇÃO DO SETOR ADMINISTRATIVO	
DOTAÇÃO	3.1.90.96.00.00.00.00.1001	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	15.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.40.00.00.00.00.1001	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	15.000,00
Total			30.000,00

Art. 2º - Para dar suporte ao crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação no exercício de 2020.

Art. 3º - O presente Ato do Conselho entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Presidente do CISVALI

**Publicado por:**

Silvia Andrade

**Código Identificador:**E5075670**CISVALI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU****ATO DO CONSÓRCIO Nº 513 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020****CISVALI**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

**ATO DO CONSÓRCIO Nº 513 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar, por anulação de Dotação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI, no uso de suas atribuições estatutárias, e com base no art. 4º do Ato do Conselho n. 471 de 11 de outubro de 2019;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional suplementar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) com a seguinte classificação institucional e funcional programática:

ÓRGÃO	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	02	DEPARTAMENTO OPERACIONAL	
PROJ/ATIV	2.002		
ATIVIDADE	10.302.0001.2.002	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	
DOTAÇÃO	3.3.90.40.00.00.00.1369	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	40.000,00
<b>Total</b>			<b>40.000,00</b>

**Art. 2º** - Para suporte ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	02	DEPARTAMENTO OPERACIONAL	
PROJ/ATIV	2.002		
ATIVIDADE	10.302.0001.2.002	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.00.00.1369	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	40.000,00
<b>Total</b>			<b>40.000,00</b>

**Art. 3º** - O presente Ato do Conselho entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Presidente do CISVALI

**Publicado por:**

Silvia Andrade

**Código Identificador:**59B2BAD9**CISVALI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU****ATO DO CONSÓRCIO Nº 514 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020****CISVALI**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

**ATO DO CONSÓRCIO Nº 514 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar, por superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI, no uso de suas atribuições estatutárias, e com base no art. 4º do Ato do Conselho n. 471 de 11 de outubro de 2019;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional suplementar, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional e funcional programática:

ÓRGÃO	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	02	DEPARTAMENTO OPERACIONAL	
PROJ/ATIV	2.004		
ATIVIDADE	10.302.0001.2.004	MANUTENÇÃO OPERACIONAL DE SAÚDE	
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.00.00.312	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	125.000,00
<b>Total</b>			<b>125.000,00</b>

**Art. 2º** - Para suporte ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro oriundo da fonte 312, apurado em balanço patrimonial em 31-12-2019.

**Art. 3º** - O presente Ato do Conselho entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Presidente do CISVALI

**Publicado por:**

Silvia Andrade

**Código Identificador:**4157106B**CISVALI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU****ATO DO CONSÓRCIO Nº 515 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020****CISVALI**

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

**ATO DO CONSÓRCIO Nº 515 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar, por anulação de Dotação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI, no uso de suas atribuições estatutárias, e com base no art. 4º do Ato do Conselho n. 471 de 11 de outubro de 2019;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional suplementar, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com a seguinte Classificação institucional e funcional programática:

ÓRGÃO	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	02	DEPARTAMENTO OPERACIONAL	
PROJ/ATIV	2.011	MANUTENÇÃO COMSUS	
ATIVIDADE	10.302.0001.2.011	MANUTENÇÃO COMSUS	
DOTAÇÃO	3.3.90.93.00.00.00.1322	Indenizações e Restituições	4.000,00
<b>Total</b>			<b>4.000,00</b>

**Art. 2º** - Para suporte ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	01	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	02	DEPARTAMENTO OPERACIONAL	
PROJ/ATIV	2.011	MANUTENÇÃO COMSUS	
ATIVIDADE	10.302.0001.2.011	MANUTENÇÃO COMSUS	
DOTAÇÃO	3.3.90.39.00.00.00.1322	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.000,00
<b>Total</b>			<b>4.000,00</b>

**Art. 3º** - O presente Ato do Conselho entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**

Presidente do CISVALI

**Publicado por:**

Silvia Andrade

**Código Identificador:**39E108E6

**CISVALI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU**  
**EXTRATO TERMO ADITIVO II**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI**

**INEXIGIBILIDADE 021/2019**  
**CONTRATO 023/2019**

**EXTRATO TERMO ADITIVO II**

**Contratante:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu.  
**Contratada:**  
**Sociedade Beneficente São Camilo,**  
**CNPJ 60.975.737/0062-73**  
**Objeto Contratual:** Credenciamento de exames de diagnósticos por imagem.  
**Objeto do Termo Aditivo I:** acréscimo de 25% do valor contratual.  
**Justificativa:**  
Em razão do aumento da demanda dos municípios consorciados por exames de diagnósticos de imagem, a ser atendida por este prestador, faz necessária a alteração contratual visando o acréscimo da quantidade de exames inicialmente contratada.

**Valor do termo aditivo: R\$403.178,70**  
**Vigência: 02/12/2020 a 21/01/2021.**

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO**  
Presidente do CISVALI

**Publicado por:**  
Silvia Andrade  
**Código Identificador:43334BA5**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º**  
**61/2020 – PROCESSO N.º 196/2020**

Homologo a Dispensa de Licitação nº 61/2020, que tem por objeto *Contratação emergencial de empresa para prestar serviços de transporte intermunicipal de pacientes e acompanhantes do Município de União da Vitória, às cidades de Campo Largo, Curitiba, Campina Grande do Sul, Pinhais e Piraquara; viagens com retorno, visando atender as eventuais necessidades do Município de União da Vitória - PR.*; em favor de **BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 00.579.954/0001-09, com o Valor Global de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais); para que produza os efeitos legais da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**EXTRATO DE CONTRATO**

**OBJETO:** Contratação emergencial de empresa para prestar serviços de transporte intermunicipal de pacientes e acompanhantes do Município de União da Vitória, às cidades de Campo Largo, Curitiba, Campina Grande do Sul, Pinhais e Piraquara; viagens com retorno, visando atender as eventuais necessidades do Município de União da Vitória - PR.  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/Hilton Santin Roveda.  
**CONTRATADA(S):** **BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA**, CNPJ nº 00.579.954/0001-09; Termo de Contrato nº 315/2020 (6223); Valor Global R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).  
**DATA DA HOMOLOGAÇÃO:** 01/12/2020.  
**DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 01/12/2020.  
**PRazo DE VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias (02/12/2020 a 30/01/2021).  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24º, Inciso “IV” da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.  
**FORO:** Comarca de União da Vitória.

União da Vitória - PR, 01 de dezembro de 2020.

**HILTON SANTIN ROVEDA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jéssica Caroline Bindemann  
**Código Identificador:F5E20854**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO LEILÃO N.º 02/2020 –**  
**PROCESSO N.º 180/2020**

Homologo a Licitação na modalidade Leilão Público nº 02/2020, que tem por objeto *A venda, mediante Leilão Público VIRTUAL(online), de BENS, pertencentes à Administração Direta e Indireta do Município de UNIÃO DA VITÓRIA/PR, conforme relação constante nos Anexos I deste Edital, contendo a alienação de BENS Inservíveis, Ociosos, Recuperáveis Antieconômicos, Irrecuperáveis, Sucatas em geral.* Vendidos para o arrematante **Adriano Camargo** o Lote 01, por R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais), o Lote nº 02, por R\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais) e o Lote nº 07, por R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais), dos quais resulta o valor total de R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais). Vendidos para o arrematante **Joarez Antonio Batista** o Lote nº 03, por R\$ 6.100,00 (Seis mil e cem reais), o Lote nº 08, por R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e o Lote nº 19, por R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais), dos quais resulta o valor total de R\$ 25.900,00 (Vinte e cinco mil e novecentos reais). Vendidos para o arrematante **G5 Autopeças Ferro Velho Ltda** o Lote nº 04, por R\$ 4.600,00 (Quatro mil e seiscentos reais) e o Lote nº 17, por R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais), dos quais resulta o valor total de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais). Vendido para o arrematante **Rafael Mai** o Lote nº 06, por R\$ 5.700,00 (Cinco mil e setecentos reais). Vendido para o arrematante **RL – Autopeças Ltda** o Lote nº 09, por R\$ 41.800,00 (Quarenta e um mil e oitocentos reais). Vendido para o arrematante **Ferro Velho Ponte Nova Ltda** o Lote nº 10, por R\$ 300,00 (Trezentos reais), o Lote nº 11, por R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais), dos quais resulta o valor total de R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais). Vendido para o arrematante **Leonardo Broetto** o Lote nº 14, por R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais). Vendido para o arrematante **Flavio Zerbini** o Lote nº 15, por R\$ 93.000,00 (Noventa e três mil reais). Vendido para o arrematante **Vanderlei Antunes de Mello** o Lote nº 16, por R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais). Vendido para o arrematante **Felipe Danieli** o Lote nº 18, por R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais). Vendido para o arrematante **Gabriel Arcanjo Vargas** o Lote nº 20, por R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais); para que produza os efeitos legais da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO:** 01/12/2020.  
**LOTES DESERTOS:** Lote nº 05 e Lote nº 13.  
**FORO:** Comarca de União da Vitória.

União da Vitória - PR, 01 de dezembro de 2020.

**HILTON SANTIN ROVEDA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Jéssica Caroline Bindemann  
**Código Identificador:BEE6D85F**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**DECRETO 492/2020**

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
PROVENIENTE DE EXCESSO DE  
ARRECAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

**HILTON SANTIN ROVEDA**, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º e art. 10º da Lei nº.



4839/2019, de 01 de outubro de 2019 e art. 38º, art. 39º, art. 40º e art. 41º da Lei nº 4817/2019, de 03 de julho de 2019;

# DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

**ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. SERV. PÚBLICOS**  
**UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. SERV. PÚBLICOS**  
**PROJETO 1029 – Ampliação Reforma Bens Públicos**

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
832	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES (447)	130.000,00
<b>TOTAL CRÉDITO</b>			<b>130.000,00</b>

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação e superávit financeiro ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 305/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>HILTON SANTIN ROVEDA</b>
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Marco Antônio de Lima  
**Código Identificador:**DD5586FE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**DECRETO 493/2020**

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR**  
**PROVENIENTE DE SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
**NA RESPECTIVA FONTE.**

**HILTON SANTIN ROVEDA**, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º e art. 10º da Lei nº. 4839/2019, de 01 de outubro de 2019 e art. 38º, art. 39º, art. 40º e art. 41º da Lei nº 4817/2019, de 03 de julho de 2019;

# DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV para o exercício de 2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), conforme discriminação abaixo:

**ÓRGÃO 13 – UNIUV**  
**UNIDADE 01 – UNIUV**  
**PROJETO 2048 - Manutenção Ensino Superior em União da Vitória**

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3076	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	600.000,00
<b>TOTAL CRÉDITO</b>			<b>600.000,00</b>

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado superávit financeiro de exercícios anteriores nas respectivas fontes.

Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação e superávit financeiro ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 305/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>HILTON SANTIN ROVEDA</b>
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Marco Antônio de Lima  
**Código Identificador:**3CAC5C8A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA CHAMAMENTO PÚBLICO**  
**Nº 01/2020, EDITAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**DE UNIÃO DA VITÓRIA – CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL**  
**DE PROFISSIONAIS**

Segue relação de inscritos conforme documentação solicitada no edital de acordo com os itens 4, 4.1, 4.1.1 e 4.1.1.2, por ordem de inscrição:

## Técnico de Enfermagem

- 1 – Veridiana Maciel
- 2 – Sandra Gelaski
- 3 – Juliane Lisboa
- 4 – Tayane Hybiak Brolini
- 5 – José Carlos Americo
- 6 – Ana Paula Emidio Kotoski
- 7 – Patricia Aparecida Fernandes Guviazdecki
- 8 – Karine Mendes Araujo
- 9 – Taina Daniele Fernandes
- 10 – Sirlene Aparecida Knapik Borille

## Enfermeiro

- 1 – Leandro Roberto Novaczek
- 2 – Ricardo Alexandre Spironello
- 3 – Rosangela Cleunice Tomczyk Teixeira
- 4 – Jéssica Hellin Cruz Silva Resende
- 5 – Nelcinda Aparecida Marques dos Santos
- 6 – Raquel de Miranda
- 7 – Weverton dos Santos

A contratação será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde conforme a necessidade em decorrência da calamidade de saúde pública para atendimento a população suspeita de COVID-19, após análise curricular e avaliação de documentos.

Segue relação geral de desclassificados devido ao não atendimento dos itens 4, 4.1, 4.1.1 e 4.1.1.2 do Edital nº 01/2020,

Emerson Cordeiro  
 Marieli Aparecida de Cristo  
 Marli Aparecida Ferreira Fernandes  
 Renata Franco da Silva de Andrade  
 Ana Luiza Kochaki  
 Gabrielle Aligelle Mazeika Franz  
 Regina Caon  
 Sirlene Maria Geller  
 Adriana Lopes  
 Idiana Fátima da Luz  
 Gisele Lipka Tomczak  
 Jaqueline Stocker Ruby  
 Vania Maria Ferreira Faustino  
 Cleiciane Lima Luca  
 Luciane Cardozo  
 Jaqueline Komann  
 Igor Mateus Majolo  
 Daniela Rita Checozi Ferreira  
 Lilian Maria Manduca Monteiro de Oliveira  
 Carme Imelia Ogrodnik  
 Daiane de Fátima Marino

Rosângela Paula de Souza  
 Elizete Pereira  
 Paulo César Alves do Amaral  
 Elaine Colaço  
 Liziane Josino  
 Carolina Seroika  
 Denise Wilhelms  
 Telma Cristina Pontes  
 Luana Alves  
 Lindair Aparecida Fernandes  
 Rodrigo Souza Fernandes  
 Rafael de Almeida  
 Lirian Aparecida Pavarin dos Santos  
 Rosineide Vezaro  
 Kaiane Furhmann Kuyava  
 Elenice Leite Machado  
 Ionara Borges de Paula  
 Marilda Das D. de Oliveira  
 Gilvani Specart Dias  
 Luis Carlos Pavan  
 Heloiza de Castro  
 Emili Maira Lourenço  
 Mirian Aparecida de Paiva  
 Natali Lascoski  
 Adriana Moreira de Castilho  
 Barbara Beatriz Reis da Silva  
 Maritiza Fabiany Dellê de Oliveira  
 Ariadne Helen de Moura  
 Emilia Margarete de Melo Antunes Ribeiro  
 Débora Cavalli  
 Marilse Caspistrano  
 Luciana Cordeiro  
 Felipe Moreira  
 Priscila Urquiza Rodrigues de Medeiros  
 Alexandra Gilmarize Fernandes

**Publicado por:**  
 Marco Antônio de Lima  
**Código Identificador:**9B35B996

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -  
 COMPRAS E LICITAÇÕES  
 PORTARIA 2037/2020**

**MARCO ANTONIO DE LIMA**, Secretário Municipal de Administração, nomeado através do Decreto nº 301, de 24 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao (a) seguinte Servidor (a) Público (a) Municipal:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
991504091	DOUGLAS MAYCON MALSCHITZKY	2017	COORDENADOR ESTRADAS VICINAIS	24/11/2020 a 03/12/2020
991504091	DOUGLAS MAYCON MALSCHITZKY	2018	COORDENADOR ESTRADAS VICINAIS	04/12/2020 a 13/12/2020

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>MARCO ANTONIO DE LIMA</b>
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
 Marco Antônio de Lima  
**Código Identificador:**5887649E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -  
 COMPRAS E LICITAÇÕES  
 PORTARIA 2036/2020**

**MARCO ANTONIO DE LIMA**, Secretário Municipal de Administração, nomeado através do Decreto nº 301, de 24 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao (a) seguinte Servidor (a) Público (a) Municipal:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
1487601	ABILIO MULLER	2019/2020	AGENTE ADMINISTRATIVO	04/01/2021 a 23/01/2021

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>MARCO ANTONIO DE LIMA</b>
Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**  
 Marco Antônio de Lima  
**Código Identificador:**00496CE5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -  
 COMPRAS E LICITAÇÕES  
 PORTARIA 2035/2020**

**HILTON SANTIN ROVEDA**, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19), atualizada para Declaração de Pandemia em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que foi decretada situação de emergência no Município de União da Vitória, por meio do Decreto nº 99, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão das aulas presenciais na rede pública municipal de ensino, desde 18/03/2020 e sem previsão de retorno, pelo menos até o mês de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO que, vários profissionais da educação (*funcionários e professores contratados em regime especial*) anteciparam a fruição de suas férias relativas a janeiro de 2021;

CONSIDERANDO que, o pagamento de funcionários sem a devida contraprestação de serviços, não é de interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Público reavaliar suas medidas sempre que necessário;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conforme dialogo entre a Secretaria Municipal de Educação e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, fica decidido que haverá recesso para os funcionários da educação e professores PSS, que tenham antecipado suas férias regulamentares, entre os dias 04 e 24 de janeiro de 2021, sendo que, estas horas deverão ser repostas, obrigatoriamente, ao longo do ano de 2021, conforme necessidade e organização a ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil de União da Vitória.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 01 de dezembro de 2020.

<b>HILTON SANTIN ROVEDA</b>
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Marco Antônio de Lima  
Código Identificador: B704AADD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -  
COMPRAS E LICITAÇÕES  
DECRETO 494/2020**

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
PROVENIENTE DE EXCESSO DE  
ARRECADAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

**HILTON SANTIN ROVEDA**, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º e art. 10º da Lei nº. 4839/2019, de 01 de Outubro de 2019 e art. 38º, art. 39º, art. 40º e art. 41º da Lei nº 4817/2019, de 03 de Julho de 2019;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.758,06 (Quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), conforme discriminação abaixo:

**ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO  
PROJ/ATIV 0058 – Encargos Especiais**

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
839	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.294,80
840	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.463,26
<b>TOTAL CRÉDITO</b>			<b>4.758,06</b>

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação e superávit financeiro ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 305/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>HILTON SANTIN ROVEDA</b>
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Marco Antônio de Lima  
Código Identificador: 5697D754

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -  
COMPRAS E LICITAÇÕES  
DECRETO 495/2020**

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
PROVENIENTE DE SUPERAVIT FINANCEIRO  
NA RESPECTIVA FONTE.

**HILTON SANTIN ROVEDA**, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º e art. 10º da Lei nº. 4839/2019, de 01 de Outubro de 2019 e art. 38º, art. 39º, art. 40º e art. 41º da Lei nº 4817/2019, de 03 de Julho de 2019;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.441,06 (Cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais e seis centavos), conforme discriminação abaixo:

**ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO  
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO  
PROJ/ATIV 0058 – Encargos Especiais**

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3839	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.441,06
<b>TOTAL CRÉDITO</b>			<b>5.441,06</b>

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado superávit financeiro de exercícios anteriores na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação e superávit financeiro ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 305/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>HILTON SANTIN ROVEDA</b>
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Marco Antônio de Lima  
Código Identificador: B34A7708

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -  
COMPRAS E LICITAÇÕES  
PORTARIA 2038/2020**

**MARCO ANTONIO DE LIMA**, Secretário Municipal de Administração, nomeado através do Decreto nº 301, de 24 de setembro de 2018, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	<b>PREGÃO ELETRÔNICO N.º 74/2020 – PROCESSO DE COMPRA N.º 164/2020 – REGISTRO DE PREÇOS</b>
Objeto:	Registro de preços para aquisição de materiais de proteção individual (EPI) sendo: máscaras cirúrgicas, aventais, gorros e luvas de procedimento, destinados para o uso dos profissionais de saúde, para atender às medidas de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19) no Município de União da Vitória - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
Contratados	<b>SP ODONTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS – EIRELI - CNPJ nº 20.227.117/0001-10. PARANÁ MED COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR EIRELI - CNPJ nº 38.120.208/0001-17. NAYR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA - CNPJ nº 02.582.267/0001-60</b>
Contrato(s):	<b>CONTRATO N.º 318/2020 – SEQUENCIAL N.º 6227 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – NÚMERO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL N.º 317/2020 (6226) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – NÚMERO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL N.º 316/2020 - (6225)</b>
Vigência do Contrato:	12 doze meses.
Fiscal (is):	<b>ANDREA GRANDO – CPF 684.509.900.68 ALAN LUIZ MULLER NIZIOL – CPF 078.775.819.12</b>

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de dezembro de 2020.

<b>MARCO ANTONIO DE LIMA</b>
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:  
Marco Antônio de Lima  
Código Identificador: FC6301FE

**UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO  
CIDADE DE UVA  
PORTARIA N.º 114/2020**

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV, no uso das atribuições legais e

estatutárias, e de acordo com o Decreto Municipal de nomeação no cargo de Reitor n.º 14, de 18 de janeiro de 2019, e considerando o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,

## RESOLVE

Art. 1º Designar o Servidor abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	PROCESSO Nº 25/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 8/2020
Contrato:	23/2020
Objeto:	Contratação de agência de publicidade e propaganda visando a prestação de serviços de distribuição de mídia produzida pela Uniuiv.
Contratada:	DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI
Fiscal:	Lucio Kurten dos Passos
CPF Fiscal:	018.813.669-01
Vigência:	1/12/2020 a 30/11/2021

Art. 2º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 1 de dezembro de 2020.

**ALYSSON FRANTZ**

Reitor

**Publicado por:**  
Josiane Bendlin Gasparoto  
**Código Identificador:**763073CE

### UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA EXTRATO DE CONTRATO Nº23/2020

PROCESSO Nº 25/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 8/2020  
OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda visando a prestação de serviços de distribuição de mídia produzida pela Uniuiv conforme descrição no Anexo 04 que é parte integrante deste objeto.

CONTRATANTE: Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória – Uniuiv  
CNPJ Nº 75.967.745/0001-23

CONTRATADA: DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI

CNPJ Nº24.811.536/0001-55

ATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 1 de dezembro de 2020.  
VALOR GLOBAL CONTRATADO: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) – estimado.

Sobre o valor a ser pago, a título de remuneração da Contratada, será efetuado o desconto de 84% (Oitenta e quatro por cento), sobre o desconto padrão.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.048.3390.39 - 1076 - 10/2020 - MANUT. ENSINO SUPERIOR EM UNIÃO DA VITÓRIA  
VIGÊNCIA: 1/12/2020 a 30/11/2021.

**Publicado por:**  
Josiane Bendlin Gasparoto  
**Código Identificador:**69762059

### UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA RESOLUÇÃO Nº 25, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

*Homologa o Parecer n.º 16/2020-CEPE.*

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUN, da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuiv, no exercício de suas atribuições legais e tendo em vista o que deliberou este Conselho, em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020, com base na deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020,

## RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o Parecer n.º 16/2020-CEPE, que aprovou a suspensão de cursos da graduação.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

União da Vitória, 27 de outubro de 2020.

**ALYSSON FRANTZ**

Presidente

**Publicado por:**  
Mirian Karla Kmita  
**Código Identificador:**FDCC7568

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

### ORÇAMENTO, COMPRAS E SERVIÇOS EDITAL 17/2020 SME

Remoção e Fixação dos Professores Efetivos

## HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação de Verê, Senhora Rita Calgarotto Canton, nomeada pelo Decreto 005/2017 de 02/01/2017, Matrícula nº 13191, tendo em vista o contido na Lei 366 de 28 de novembro de 2018 no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

1. Tornar Público a **Homologação do Concurso de Remoção e Fixação** por Unidade Escolar dos Professores Estáveis da Rede Municipal de Ensino de Verê. Segue abaixo a lista de Professores por Estabelecimento de Ensino:

### RELAÇÃO DOS PROFESSORES FIXADOS POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO Escola Municipal São João Batista de La Salle

Vagas Professor/Magistério ou Pedagogia (27 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Hugo Antonio Essy
2	Maria Goreti Schmoller Fedrigo
3	Neiva Salete Cassol Sartor
4	Marilei Schreiber de Ramos
5	Adriana Nicoladelli Salvadori
6	Marcia Regina Perardt Sinhorin
7	Lidia Iaguczeski Zeni
8	Lilia Salete de Oliveira da Veiga
9	Marilei Schreiber de Ramos
10	Teresinha Carini Gorges
11	Wanderley de Lourdes Galeazzi
12	Silvia Patricia Perardt Rodrigues
13	Silvana Andrigueti
14	Lidia Iaguczeski Zeni
15	Lucimara de Bairois Zanetti
16	Sandra Zanchi
17	Silvana Andrigueti
18	Tatiane Miola Garbossa
19	Maria Rosilei de Bairois Miolla
20	Paulino Werlich
21	Claudia Biavati de Azeredo
22	Marlete Fátima Caumo da Motta
23	Silvia Patricia Perardt Rodrigues
24	Francieli Renata Federizzi
25	Raquel Lavandoski
26	Precila Mariane Pasuc
27	Nateli Crestani

Vagas Professor de Arte (02 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Tatiane Miola Garbossa
2	Eliane Cassol

Vagas Professor de Educação Física (02 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Vaga disponível
2	Vaga disponível

Vagas Professor de Língua Inglesa (01 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Gustavo Dengo

**Escola Municipal São Francisco de Assis**

Vagas Professor/Magistério ou Pedagogia (05 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Gilmar José Orben
2	Fátima Aparecida Artuzo Orben
3	Bernardete Bedra
4	Nádia Antonello de Azevedo
5	Inês Peruzzo Biancato

**Escola Municipal Viver é Aprender**

Vagas Professor/Magistério ou Pedagogia (05 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Eliete Maria Didoné da Silva
2	Vera Lucia Michilin
3	Aline Raquel Steinheuser Jantsch
4	Vaga disponível
5	Vaga disponível

**Escola Municipal Álvaro Renostro**

Vagas Professor/Magistério ou Pedagogia (07 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Matilde Teixeira de Souza
2	Cláudia Denise Erdmann Santoro
3	Irene Jokoski Lange
4	Gislei Reiner Mattei
5	Indiana Mara Schlichting
6	Vaga disponível
7	Vaga disponível

Vaga Professor de Educação Física (01 vaga existente)	Professores Fixados na Escola
1	Paola Cristina Teixeira de Souza

**Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho**

Vagas Professor/Magistério ou Pedagogia (09 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Marilene Marcon Ghysi
2	Jeusa Carla Cagnini Zanchi
3	Rosângela Schaedler
4	Marilene Marcon Ghysi
5	Rosângela Schaedler
6	Lucimara de Bairros Zanetti
7	Geneci Lima da Silva
8	Vaga disponível
9	Vaga disponível

**Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança**

Vagas Professor/Magistério ou Pedagogia (09 vagas existentes)	Professores Fixados na Escola
1	Ilori Nunes Ferreira
2	Deleir de Lurdes Vieira Lopes Passarello
3	Simone Cecagno
4	Deleir de Lurdes Vieira Lopes Passarello
5	Joslande Atui Cecagno
6	Cleonice Fiabane
7	Vaga disponível
8	Vaga disponível

Verê, 02 de dezembro de 2020.

**Publicado por:**  
 Patrícia Zanata  
**Código Identificador:**04C33956

---

**ORÇAMENTO, COMPRAS E SERVIÇOS**  
**LEI Nº 474/2020**
**Data 02/12/2020**

**SÚMULA:** Autoriza a desafetação de bem público, na condição e forma que especifica.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, ADEMILSO ROSIN, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica desafetada da categoria de bem de uso especial, em sua destinação original de escola, passando a integrar a categoria dos bens dominicais e incorporada ao patrimônio disponível do Município o imóvel denominado Lote de terras rural nº 42-A (quarenta e dois-A),

da gleba nº 07-DV, do Distrito de Presidente Kennedy, do município de Verê, da Comarca de Dois Vizinhos PR, com área de 1.500,00 m² (um mil e quinhentos metros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: NORDESTE: Por um linha seca, confronta-se com o lote nº 38 da mesma gleba; SULESTE: por uma linha seca, confronta-se com o lote nº 42 da mesma gleba; SUDOESTE: pela estrada C, confronta-se com os lotes nº 40 da mesma gleba; NOROESTE: Por uma linha seca, confronta-se com o lote nº 53, da mesma Gleba.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Verê, em 02 de dezembro de 2020.

**ADEMILSO ROSIN**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Patrícia Zanata  
**Código Identificador:**5D53C4FD

---

**ORÇAMENTO, COMPRAS E SERVIÇOS**  
**TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/2020**

TERMO DE COMPROMISSO DE AÇÕES ARTÍSTICAS/CULTURAIS REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2020/INEXIGIBILIDADE 26/2020 – FOMENTO (LEI ALDIR BLANC Nº 14.017/2020), QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VERÊ E CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SINUELO DA QUERÊNCIA.

**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** O MUNICÍPIO DE VERÊ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.636.530/0001-20 com sede na Rua Pioneiro A Fabiane, nº 316– centro, na cidade de Verê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Ademilso Rosin, portador do RG nº 5.076.057.0 PR e CPF nº 021.519.039-40 residente e domiciliado nesta cidade.

**SELECIONADO(A):** Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Querência *pessoa jurídica*, estabelecida na Rua Principal, s/n Linha Vila Colonial, na cidade de Verê, inscrita no CNPJ sob o número 81.266.223/0001-05 representada pela senhora *Cassiana Regina Missel*, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 6.200.504-1 e do CPF/MF 971.987.309-49, residente e domiciliado na cidade de Verê, sito à Rua Pioneiro Quadrato Luiz Fabiane, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, acham-se justos e compromissados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Atividades artísticas/culturais consistentes no objeto Resgatando a Cultura Gaúcha por Intermédio da Dança, selecionadas através do Chamamento Público nº. 02/2020, para receber os benefícios financeiros oriundos da Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), art. 2º, inciso III, que dispõe sobre ações emergenciais adotadas durante o estado de calamidade pública, para realizar ações no campo das Artes e da Cultura que objetivem o estímulo e o fomento da produção, circulação, bens e/ou serviços artísticos e culturais; que sejam acessíveis a diferentes públicos; contribuam para a construção e compartilhamento de conhecimentos e modos de fazer; beneficiem a geração de produtos, bens e serviços artísticos e culturais e perpassem as mais variadas categorias culturais e sociais.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS**

A entrega/execução deverá ocorrer em até 12 meses contados a partir da transferência bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caso haja agravamento das condições de saúde pública decorrentes da pandemia de Covid-19, as selecionadas deverão executar suas apresentações de forma on-line, conforme

definição posterior acordada com o Departamento Municipal de Cultura.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### a) DO(A) SELECIONADA:

1. O(A) Selecionado(a) deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução da atividade e, ainda:

2. Efetuar a realização do objeto de seleção com o maior grau de profissionalismo possível, conforme especificações.

3. Todas as propostas deverão observar rigorosamente as determinações legais no que tange a direitos autorais, ECAD, etc.

4. Comunicar à Administração Municipal no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta seleção;

6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7. Apresentar documentos que comprovem a procedência da realização da execução da ação, sempre que solicitado;

8. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

9. Cumprir, as suas expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

10. Responsabilizar-se pelo transporte para a execução das ações, ainda que seja transporte especial quando assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto.

11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Compromisso, o objeto com avarias ou defeitos;

13. O(A) selecionado(a) que deixar de executar a ação artística/cultural deverá restituir o valor recebido corrigido, mediante guia de recolhimento emitida pelo Município, sob pena de ser realizada a sua inscrição em dívida ativa municipal com posterior cobrança judicial, ficando impedido de receber outros benefícios decorrentes das ações de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

14. Ainda, ficam estabelecidas as seguintes obrigações:

#### Para MODALIDADE 1 - PRODUÇÃO:

a) A empresa será responsável por todos os materiais pertinentes para execução do objeto, exemplo: cenários, figurinos, maquiagem, linóleo, transporte.

#### Para a MODALIDADE 2 - OFICINAS:

a) O profissional é responsável por todo o material necessário para o desenvolvimento da oficina, exceto artes plásticas, que ficará por conta dos participantes.

#### Para a MODALIDADE 3 - PREMIAÇÃO:

a) O autor fica responsável pela elaboração, digitalização, diagramação, impressão, revisão ortográfica e outros necessários para a disponibilização da obra.

#### b) DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

2. Comunicar ao(a) Selecionado(a), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução da proposta, para que seja refeita, reparada e/ou corrigida;

3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do(a) Selecionado(a), através do Departamento Municipal de Cultura;

4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela pessoa física/jurídica executora atinentes ao objeto do edital;

5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos ou atividades executadas provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6. Aplicar devidas multas em caso de não cumprimento, ou seja: o(a) selecionado(a), que deixar de executar suas ações artísticas/culturais, deverá restituir o valor recebido corrigido, mediante guia de recolhimento emitida pelo Município, sob pena de ser realizada a sua inscrição em dívida ativa municipal com posterior cobrança judicial, ficando impedido de receber outros benefícios decorrentes das ações de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

7. Elaborar o cronograma das apresentações e entrega do objeto.

8. Definir junto com o(a) selecionado(a), os locais para a realização de suas atividades.

9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) selecionado(a), com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Compromisso, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do(a) selecionado(a), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO E VALOR

A vigência deste Termo de Compromisso será de 12 meses, contados da assinatura. O valor será R\$ 68.604,59 (sessenta e oito mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

### CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO

O recebimento do objeto deste edital, a fiscalização e o acompanhamento da execução das ações artísticas/culturais serão efetuados pela servidora Rita Calgarotto Canton CPF: 589.135.489-68 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a fim de verificar a conformidade dele com as especificações técnicas dispostas no mesmo.

### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto são provenientes das ações emergenciais destinadas ao Setor Cultural – Lei Federal nº 14.017/2020 (COVID -19) e serão atendidos pelas seguintes dotações orçamentárias:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional programática	Elemento de despesa	Fonte
3021	06.005	13.392.0007.2037	3.3.90.39.00	1031

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O pagamento será efetuado em parcela única, em até 5 dias após a assinatura do Termo de Compromisso.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO**

Ocorrendo motivo que justifique, atendido em especial o interesse do Município, o Termo de Compromisso poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, a qualquer momento, mediante notificação para imediata suspensão das ações artísticas/culturais.

#### **CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INEXECUÇÃO**

Pela inexecução total ou parcial do objeto da ação artística/cultural, o(a) selecionado(a) deverá restituir o valor recebido corrigido, mediante guia de recolhimento emitida pelo Município, sob pena de ser realizada

a sua inscrição em dívida ativa municipal com posterior cobrança judicial, ficando impedido de receber outros benefícios decorrentes das ações de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste instrumento nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente instrumento, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste instrumento, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização deste Termo de Compromisso será efetuada pela Sra Rita Calgarotto Canton CPF: 589.135.489-68.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos – PR., com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Termo de Compromisso que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, firmam o presente termo em duas (02) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Verê, 02 de dezembro de 2020.

**ADEMILSO ROSIN**

Prefeito Municipal

**RITA CALGAROTTO CANTON**

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**CASSIANA REGINA MISSEL**

Representante Legal Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Querência.

Testemunhas:

**Publicado por:**

Patricia Zanata

**Código Identificador:**3E8B7155

#### **ORÇAMENTO, COMPRAS E SERVIÇOS DECRETO Nº 223/2020**

**Data 02/12/2020**

Súmula. ESTABELECE PONTOS  
FACULTATIVOS E EXPEDIENTE INTERNO NO  
ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR ADEMILSO ROSIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica estabelecido horário exclusivo de trabalho interno no âmbito do Poder Executivo Municipal, sem atendimento ao público, de 15 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

**Art. 2º** - Fica estabelecido, ainda, ponto facultativo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, no dia 24 de dezembro de 2020 e no dia 31 de dezembro de 2020.

**Parágrafo Único** - Os serviços essenciais de saúde, segurança e coleta de lixo seletivo trabalharão mediante escala a ser organizada por cada setor.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Verê/PR, em 02 de dezembro de 2020.

**ADEMILSO ROSIN**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Patricia Zanata

**Código Identificador:**3B58F44E

#### **ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**

#### **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DECRETO Nº. 184/2020, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para 2020, e altera as metas financeiras de despesas dos programas e ações do PPA e da LDO para 2020.*

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.316 de 13 de novembro de 2019, art. 4º, § 3º da Lei Municipal nº. 1.135 de 17 de outubro de 2017, e art. 51 da Lei Municipal nº. 1.308 de 08 de outubro de 2019:

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Saudade do Iguaçu para o exercício de 2020, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas:

Órgão	06.00	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	06.02	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	301	Atenção Básica
Programa	11	Atenção Básica em Saúde
Ação	2.009	Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte	816	Incremento Temporário do Piso de Atenção Básica
Despesa	339039	Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R\$		20.000,00

Órgão	06.00	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	06.02	Fundo Municipal de Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	301	Atenção Básica
Programa	11	Atenção Básica em Saúde
Ação	2.009	Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte	816	Incremento Temporário do Piso de Atenção Básica
Despesa	339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ
Valor em R\$		20.000,00

Órgão	12.00	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade	12.01	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Função	11	Trabalho
Sub-função	334	Fomento ao Trabalho
Programa	17	Incentivando as Empresas e Gerando Empregos
Ação	2.039	Incentivos ao Trabalho e Empregabilidade
Fonte	000	Recursos Ordinários (Livres)
Despesa	339030	Material de Consumo
Valor em R\$		30.000,00

Órgão	07.00	Secretaria Municipal de Agricultura
Unidade	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura
Função	20	Agricultura
Sub-função	606	Extensão Rural
Programa	02	Programa Porteira Adentro
Ação	2.033	Manutenção do Programa Porteira Adentro
Fonte	000	Recursos Ordinários (Livres)
Despesa	339030	Material de Consumo
Valor em R\$		50.000,00

**TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES R\$ 120.000,00.**

**Art. 2º** - Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2019 conforme definido no art. 43, § 1º, I da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

**SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2019:**

Nº FONTE/DESCRIÇÃO	000 – Recursos Ordinários (livres)
VALOR DO SUPERÁVIT FINANCEIRO	80.000,00

Nº FONTE/DESCRIÇÃO	816 – Incremento Temporário do Piso de Atenção Básica
VALOR DO SUPERÁVIT FINANCEIRO	40.000,00

**TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R\$ 120.000,00.**

**Art. 3º** - Ficam incluídos os valores da alteração orçamentária demonstrada no artigo 1º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº. 1.135 de 17 de outubro de 2017, que estabeleceu o Plano Plurianual (PPA) do período 2018/2021.

**Art. 4º** - Ficam incluídos os valores da alteração orçamentária demonstrado no artigo 1º, nas metas financeiras de despesas dos Programas e Ações constantes nos anexos da Lei Municipal nº. 1.308 de 08 de outubro de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020.

**Art. 5º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 01 de dezembro de 2020.

**MAURO CESAR CENCI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Gilvane Hoffmann  
**Código Identificador:**0F2DCD03

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Extrato da Ata de Registro de Preços****PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 084/2020.**

VALIDADE: 12 (doze) meses

**DO OBJETO**



A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de fogos de artifícios para uso em comemorações e festividades municipais, conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constantes no Anexo I e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com a necessidade das Secretarias.

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.

#### DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

**EMPRESA: DARIVA FOGOS E PESCA LTDA – ME, CNPJ Nº 03.339.699/0001-07.**

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO PRODUTO	Marca	P. Unit. R\$
1	1	150,00	CX	FOGUETE 12X1	MULTISHOW	20,0000
1	2	5,00	UN	GIRANDOLA 1080 TIROS	MULTISHOW	310,0000
1	3	5,00	UN	GIRANDOLA 468 MISTA	LIDER	175,0000
1	4	80,00	UN	CANDELA 1.2 MONO DISPARO	EAGLE	11,0000
1	5	1,00	UN	TORTA 138 TUBOS - EFEITO VERTICAL W E Z VARIOS	GOLDEN	1.536,0000
1	6	1,00	UN	TORTA 200 TUBOS 1" – EFEITO RETO, LEQUE, Y E Z	JUPITER	685,0000
1	7	1,00	UN	TORTA 186 TUBOS - 1.5, 2, 2.5	LIDER	1.840,0000
1	8	1,00	UN	TORTA 50 TUBOS 1.8" – CORES	LIDER	530,0000
1	9	1,00	UN	TORTA 30 TUBOS 1,8 EFEITO LEQUE E W	PIROMANIA	290,0000
1	10	1,00	UN	TORTA CORES 102 TUBOS 1,8" - MULTICORES	LIDER	990,0000
1	11	3,00	UN	GIRANDOLA MORTEIRO 3" 9 TUBOS	JUPITER	470,0000
1	12	3,00	UN	GIRANDOLA MORTEIRO 4" 9 TUBOS	JUPITER	600,0000
1	13	1,00	UN	TORTA 100 TUBOS 34 MM – EFEITO VERTICAL	GOLDEN	670,0000
1	14	1,00	UN	TORTA 100 TUBOS 34MM – EFEITO INCLINADO	JUPITER	920,0000
1	15	1,00	UN	LEQUE 70 TUBOS 38MM	LIDER	508,0000
1	16	50,00	UN	MORTEIRO CORES – 3 POLEGADAS	JUPITER	30,0000
1	17	40,00	UN	MORTEIRO CORES – 4 POLEGADAS	JUPITER	55,0000
1	18	50,00	UN	MORTEIRO CORES – 5 POLEGADAS	JUPITER	115,0000
1	19	10,00	UN	MORTEIRO CORES – 6 POLEGADAS	JUPITER	149,0000
1	20	2,00	UN	TORTA 48 TUBOS 1.5 METRALHADORA	PIROMANIA	390,0000
1	21	25,00	UN	BOMBA PRINCIPAL 40091400212	EAGLE	50,0000
1	22	25,00	UN	GERB INDOOR SUPER 1 SEGUNDO AGS	EAGLE	50,0000
1	23	25,00	UN	GERB INDOOR 1/2X30 EAGLE	EAGLE	50,0000
1	24	10,00	UN	GERB INDOOR ROCKET	EAGLE	50,0000
1	25	5,00	UN	GERB FIREBALL RED 3 MT C/ SKIB	EAGLE	50,0000
1	26	25,00	UN	GERB CASCATA INDOOR 15 X 7 MT	EAGLE	58,0000
1	27	5,00	UN	GERB FLAME GREEN C/ SKIB	EAGLE	60,0000
1	28	2,00	UN	TORTA CORES 110 TUBOS 1.8 - EFEITO RETO, LEQUE E W	CARUARU	1.523,0000
1	29	2,00	UN	LEQUE 32 TUBOS 1.5"	CARUARU	290,0000

Saudade do Iguaçu – PR 02 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal De Saudade Do Iguaçu – PR.  
**MAURO CESAR CENCI**  
Prefeito Municipal

**JOSÉ ROBERTO BOCALON**  
Pregoeiro

**Publicado por:**  
Douglas da Rocha  
**Código Identificador:**D615CFB4

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÁ

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2020 ID 2151 DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AMAPORÁ, E A EMPRESA COMERCIAL USUAL EIRELI.

*Processo Administrativo nº 083/2020*  
*Pregão Eletrônico nº 044/2020*

#### DAS PARTES:

**Contratante:** Município de Amaporá, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

**Contratado:** COMERCIAL USUAL EIRELI, inscrita no CPNJ sob nº 14.050.075/0001-91.

#### DO OBJETO:

O objeto do presente contrato é o fornecimento e instalação dos seguintes brinquedos. Juntamente com o objeto deverão ser fornecidos manuais completos e manutenção detalhada, bem como relação de assistência técnica. **Parágrafo Único** A CONTRATADA se declara em condições de

entregar e instalar o objeto em estrita observância com o indicado nas Características Técnicas e na documentação levada a efeito pelo Pregão Eletrônico nº 044/2020, que é parte integrante deste contrato. Conforme segue abaixo:

**LOTE 01:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>CHALÉ ROYALE GOLD SEM CERQUINHA</b> - CASINHA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO COM PAREDES COM FORMATO DE TORAS REDONDAS DE MADEIRA, 2 PAREDES PEQUENAS COM JANELAS SEM FECHAMENTO, VAZADO NA PARTE SUPERIOR, TÚNEL DE PASSAGEM NA PARTE INFERIOR E TABELA DE BASQUETE INSTALADA, 2 PAREDES GRANDES COM JANELAS SEM FECHAMENTO, PORTA VAI-VEM EM UMA DELAS, ESCORREGADOR EM OUTRA E 1 FLOREIRA, TELHADO EM FORMATO DE 2 ÁGUAS TENDO CHAMINÉ DE UM LADO E CLARABÓIA DO OUTRO, PARTE INTERNA COM PIA, FOGÃO, ESCORREDOR DE PRATOS, BANQUINHO FIXO NA PAREDE, MESINHA RETRÁTIL, TELEFONE E CAMPAINHA DIMENSÕES APROXIMADAS DE 5%: ALTURA: 1,65 LARGURA: 1,35 COMPRIMENTO: 1,70 NORMAS APLICADAS: ABNT NBR NM 300/2004 - VERSÃO 2011- SEGURANÇA DE BRINQUEDOS; ABNT PRODUTO ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA DE SEGURANÇA INMETRO APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	4.169,00	4.169,00

**LOTE 02:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>TÚNEL LÚDICO</b> - BRINQUEDO EM FORMATO DE TÚNEL PARA SER UTILIZADO EM ÁREA EXTERNA OU INTERNA E QUE SIRVA DE SUPORTE PARA A BRINCADEIRA SIMBÓLICA. PARA ISSO, DEVERÁ CONTER SUPORTES AO LONGO DO BRINQUEDO PARA QUE O/A PROFESSOR/A POSSA FIXAR TECIDO E OUTROS MATERIAIS NÃO-ESTRUTURADOS. O TÚNEL NÃO DEVE TER UMA TEMÁTICA DEFINIDA QUE ORIENTE A BRINCADEIRA DAS CRIANÇAS. É DESEJÁVEL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS SÉRIES INICIAIS DO FUNDAMENTAL QUE A CRIANÇA TENHA LIBERDADE DE CRIAÇÃO. ALÉM DA BRINCADEIRA SIMBÓLICA, O TÚNEL DEVERÁ PERMITIR A UTILIZAÇÃO EM SITUAÇÕES MOTORAS: ENGATINHAR, AARRASTAR-SE E EQUILIBRAR-SE. PARA O DESENVOLVIMENTO DESSAS HABILIDADES, O TAMANHO DO BRINQUEDO DEVE SER DE APROXIMADAMENTE DE 2,30M COM TOLERÂNCIA DE MAIS OU MENOS 5% PARA MAIS E PARA MENOS. PARA A ATIVIDADE DE EQUILÍBRIO, EM QUE A CRIANÇA IRÁ TRANSPOR O BRINQUEDO DE UM LADO PARA O OUTRO, A LARGURA DO TÚNEL DEVE SER DE 86 CM COM TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS. PARA O DESENVOLVIMENTO DESSA HABILIDADE, ALÉM DA LARGURA, É NECESSÁRIO HAVER ORIFÍCIOS AO LONGO DA PAREDE DO TÚNEL PARA AUXILIAR A CRIANÇA A POSICIONAR A MÃO CORRETAMENTE NO MOMENTO DE ESCALAR O BRINQUEDO. O MATERIAL DEVERÁ SER DE POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE DE PIGMENTO COLORIDO E COM ADITIVO UV. O MATERIAL NÃO PODE SER TÓXICO E DEVE SER RECICLÁVEL. NORMAS APLICADAS: ABNT NBR NM 300/2004 - VERSÃO 2011- SEGURANÇA DE BRINQUEDOS; ABNT PRODUTO ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA DE SEGURANÇA INMETRO APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	1.929,00	1.929,00

**LOTE 03:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>GIRA GIRA 4 LUGARES</b> - BRINQUEDO COM 4 ASSENTOS ANATÔMICOS MUITO UTILIZADO EM PARQUES INFANTIS PARA DAR A OPORTUNIDADE DE AS CRIANÇAS GIRAREM SOBRE UM O MESMO EIXO, SINCRONIZANDO OS MOVIMENTOS DAS MÃOS EM UMA MANOPLA CIRCULAR. PARA EXPLORAR O POTENCIAL DE GIRAR E PROMOVER ESTABILIDADE DURANTE A BRINCADEIRA, A ESTRUTURA INTERNA DO BRINQUEDO DEVE SER METÁLICA E SUA BASE ANTIDERRAPANTE COM DIÂMETRO DE NO MÍNIMO 1,15 CM COM TOLERÂNCIA DE MAIS OU MENOS 5% PARA MAIS E PARA MENOS. TAMBÉM É FUNDAMENTAL HAVER 4 ORIFÍCIOS PARA FIXAR O BRINQUEDO NO CHÃO. ENTRE A MANOPLA CIRCULAR E A O PROLONGAMENTO DA BASE COM OS ASSENTOS DEVE HAVER UMA ESTRUTURA METÁLICA QUE NÃO PERMITA O CONTATO DIRETO ENTRE PEÇAS DE PLÁSTICO DE FORMA A GARANTIR A DURABILIDADE E CONFERIR PRECISÃO AO GIRO. PARA EVITAR ACÚMULO DE ÁGUA, TODA A BASE DEVE SER RODEADA POR FRESTAS. PARA ATENDER CRIANÇAS DE 1 A 5 ANOS, A ALTURA DO BRINQUEDO DEVE SER DE 0,68 CM COM TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS E PARA MENOS. CADA ASSENTO DEVE SUPORTAR UM PESO DE ATÉ 80 KG. O MATERIAL DEVERÁ SER DE POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE DE PIGMENTO COLORIDO E COM ADITIVO UV. O MATERIAL NÃO PODE SER TÓXICO E DEVE SER RECICLÁVEL. NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - VERSÃO 2011- SEGURANÇA DE BRINQUEDOS PRODUTO ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA DE SEGURANÇA INMETRO APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	1.739,00	1.739,00

**LOTE 04:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	<b>GANGORRA PATINHO DUPLA</b> - GANGORRA PRODUZIDA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PARA 2 CRIANÇAS COM FORMATO LÚDICO E MANOPLAS DUPLAS, ASSENTO COM APOIO PARA AS COSTAS. APOIO PARA OS PÉS COM FORMATO ANTIDERRAPANTE DIMENSÕES APROXIMADAS TOLERÂNCIA DE 5%: ALTURA: 0,45 LARGURA: 0,30 COMPRIMENTO: 1,15 NORMA APLICADA- NBR NM 300/2004 - VERSÃO 2011- SEGURANÇA DE BRINQUEDOS PRODUTO ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA DE SEGURANÇA INMETRO APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	199,00	597,00

**LOTE 05:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	<b>PEIXINHO BABY GANGORRA</b> - GANGORRA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PARA 1 CRIANÇA COM FORMATO COM FORMATO LÚDICO E MANOPLAS DUPLAS, ASSENTO COM APOIO PARA AS COSTAS, COM BASE QUE PERMITE O EMPILHAMENTO E MANTÉM A ORGANIZAÇÃO APÓS A BRINCADEIRA. DIMENSÕES APROXIMADAS TOLERÂNCIA DE 5%: ALTURA: 0,40 LARGURA: 0,30 COMPRIMENTO: 0,88 NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - VERSÃO 2011- SEGURANÇA DE BRINQUEDOS APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	258,00	774,00

**LOTE 06:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>BALANÇO LADO A LADO</b> - BALANÇO PARA SER UTILIZADO EM ÁREA EXTERNA OU INTERNA TOTALMENTE EM PLÁSTICO E CERTIFICADO PELO INMETRO PARA GARANTIR A NORMA DE SEGURANÇA EM QUE OS DOIS ASSENTOS TENHAM UMA DISTÂNCIA DE 72 CM UM DO OUTRO. PARA CONFERIR DURABILIDADE AO BRINQUEDO, O SISTEMA DE CORDA QUE SUSTENTA OS ASSENTOS DEVE SER PAR TRANÇADO. PARA ATENDER CRIANÇAS DE 5 A 10 ANOS, A CORDA DOS BALANÇOS DEVE SER INSTALADA A 2M DE ALTURA E AS MEDIDAS DO BRINQUEDO DEVEM SER: 2,65M DE COMPRIMENTO, 2,05M DE LARGURA E 2,10M DE ALTURA COM TOLERÂNCIA DE MAIS OU MENOS 5% PARA MAIS E PARA MENOS. O BRINQUEDO DEVE TER UM ENCAIXE QUE POSSIBILITE A EXPANSÃO PELA LATERAL POR MEIO DO ACOPLAMENTO DE OUTRO BALANÇO DE DOIS LUGARES DE MODO A AMPLIAR A POSSIBILIDADE DE USO PELAS CRIANÇAS. NA BASE DEVE HAVER OBRIGATORIAMENTE QUATRO PONTOS DE FIXAÇÃO DO BRINQUEDO AO CHÃO E OS PARAFUSOS DEVEM SER FORNECIDOS PELA EMPRESA. O MATERIAL DEVERÁ SER DE POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE DE PIGMENTO COLORIDO E COM ADITIVO UV. O MATERIAL NÃO PODE SER TÓXICO E DEVE SER RECICLÁVEL. APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	4.269,00	4.269,00

**LOTE 07:**

Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>PLAY PREMIUM DIAMANTE</b> - PLAYGROUND PRODUZIDO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, MÓDULO ÚNICO, 1 ESCORREGADOR RETO, 1 RAMP DE ESCALADA, 1 ESCORREGADOR CURVO COM POSTINHO DE SUSTENTAÇÃO, 1 ESCADA TRADICIONAL COM 4 DEGRAUS, 1 PAINEL COM JOGO INTERATIVO, COM MÚLTIPLAS ATIVIDADES. MEDIDAS APROXIMADAS COM TOLERÂNCIA DE 5%: ALTURA: 1,80 LARGURA: 3,55 COMPRIMENTO: 3,50 NORMAS APLICADAS: ABNT NBR NM 300/2004 - VERSÃO 2011- SEGURANÇA DE BRINQUEDOS: ABNT NBR 16071-2:2012 - PLAYGROUNDS - PARTE 2: REQUISITOS DE SEGURANÇA PRODUTO ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA DE SEGURANÇA INMETRO APRESENTAR NA PROPOSTA TERMO DE GARANTIA DO FABRICANTE REGISTRADO EM CARTÓRIO, COM 24 MESES DE VALIDADE.	Freso	6.849,00	6.849,00

**DO VALOR:**

O valor global para o fornecimento e instalação do objeto deste contrato é de **R\$ 20.326,00 (Vinte mil e trezentos e vinte e seis reais)**, daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas com o fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária:

**0800312365001910784490520000** - Equipamentos e Material Permanente

**0800112361002020514490520000** - Equipamentos e Material Permanente

**0800312365001920484490520000** - Equipamentos e Material Permanente

**DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do brinquedo fornecido e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do Município e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação: a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida do brinquedo fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento; b) termo de recebimento provisório.

**Parágrafo Único** O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Amaporã, na Razão social: MUNICIPIO DE AMAPORÃ – CNPJ nº 75.475.038/0001-10, Rua Sete de Setembro, nº 21, Centro, CEP 87850-000, Amaporã - Paraná.

**DA VALIDADE:**

O presente contrato terá vigência de **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir de sua assinatura.

Amaporã/PR, 01 de dezembro de 2020.

Município De Amaporã  
**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**  
 Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
 Renan Mauricio de Oliveira Rebussi  
**Código Identificador:**285EB075

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS****EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2020 ID 2153 DE AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, E A EMPRESA J.C. RIBEIRO BRINQUEDOS - ME**

*Processo Administrativo nº 100/2020*

*Dispensa de Licitação nº 038/2020*

**DAS PARTES:**

**Contratante:** Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

**Contratado:** J.C. Ribeiro brinquedos - ME, inscrita no CPNJ sob nº 13.918.605/0001-08.

**DO OBJETO:**

**Aquisição de Brinquedos Infantis, para atender as crianças de 0 a 5 anos do Centro Municipal de Educação Infantil Gregório Vaquero Dominguez**, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Termo de Referência Anexo I, e em conformidade com as especificações constantes da Dispensa de Licitação e seus Anexos, Ratificado em 01/12/2020. Conforme segue abaixo:

Item	Descrição do Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Aramado gatinho Brinquedo confeccionado em madeira, M.D.F. e arame. Composto por 02 circuitos e 6 peças de formas variadas e coloridas. Arame resistente e pintado com tinta atóxica. Base serigrafada e ilustrada com tinta em policromia ultravioleta atóxica, peças pintadas com tinta atóxica colorida. Medida do produto: 10cm x 12,5cm. Embalagem: Caixa de papel.	10	49,00	490,00
02	Aramado cachorro-Brinquedo confeccionado em madeira, M.D.F. e arame. Composto por 02 circuitos e 6 peças de formas variadas e coloridas. Arame resistente e pintado com tinta atóxica. Base serigrafada e ilustrada com tinta em policromia ultravioleta atóxica, peças pintadas com tinta atóxica colorida. Medida do produto: 10cm x 12,5cm. Embalagem: Caixa de papel.	10	49,00	490,00
03	Aramado turm da TitaBrinquedo confeccionado em madeira, M.D.F. e arame. Composto por 03 circuitos e 16 peças de formas variadas e coloridas. Arame resistente e pintado com tinta atóxica. Base com a personagem Tytano centro,toda serigrafada e ilustrada com tinta em policromia ultravioleta atóxica. Peças pintadas com tinta atóxica colorida. Medida do produto: 20 x 20 x 25cm. Embalagem: Caixa de papel.	09	85,00	765,00
04	Aramado elefante-Brinquedo confeccionado em madeira, M.D.F. e arame. Composto por 02 circuitos e 6 peças de formas variadas e coloridas. Arame resistente e pintado com tinta atóxica. Base serigrafada e ilustrada com tinta em policromia ultravioleta atóxica, peças pintadas com tinta atóxica colorida. Medida do produto: 10cm x 7cm x 11cm. Embalagem: Caixa de papel.	06	49,00	294,00
05	<b>Kit trânsito</b> -Confeccionado em madeira e M.D.F. composto por 15 peças: 01 semáforo e 14 placas de sinalização serigrafadas com as cores conforme as normas de trânsito, medindo entre 12 a 16 cm de altura. Pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 40 x 20 x 6 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	03	290,00	870,00
06	<b>Sacoléio conectando idéias</b> :Composto por 1000 peças coloridas de plástico em 04 modelos em diferentes tamanho e formatos. Embalagem: Mochila de P.V.C. Transparente com alça e zíper medindo aproximadamente 38 x 48,5 x 21 cm.	06	290,00	1.740,00
07	<b>Sequência lógica separando o lixo</b> :Confeccionada em M.D.F. composta por 16 peças de 7 x 7 cm representando as sequências e os momentos de cada um em figuras, pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces. Embalagem: Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 x 4,5 cm, com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	10	29,00	290,00
08	<b>Sequência lógica trânsito</b> :Confeccionada em M.D.F. composta por 16 peças de 7 x 7 cm representando as sequências e os momentos de cada um em figuras, pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces. Embalagem: Caixa de madeira medindo 17 x 9,5 x 4,5 cm, com tampa serigrafada. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	10	29,00	290,00
09	<b>Super Vinte</b> -Kit composto por 20 jogos: Tangram tradicional, tangram ovo, tangram coração, tangram círculo, dominó tradicional, torre de Hanói, jogo do mico, pega varetas, ludo, trilha, resta um, xadrez, damas, raquetes, jogo da velha, jogo da forca, dama chinesa, pula corda, memória e dominó. Acondicionados em uma maleta de M.D.F. com tampa pintada e serigrafada em policromia ultravioleta atóxica com alças de sisal nas laterais e 1 tranca cadeado medindo 40 x 33 x 9,5 cm. Embalagem: Papelão. 360,00	04	360,00	1.440,00
10	Kit de ferramentas e caixa com alça, coloridos. Confeccionados em M.D.F. e madeira, pintados com tinta atóxica. 07 peças imitando ferramentas (serrote, esquadro, chaves de boca grande e pequena, martelo, alicate e chave de fenda) + 01 caixa para transporte. Peças medindo entre: 13 e 20 cm. Medidas Caixa: 34 x 16 x 18,5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	05	159,00	795,00
11	TROQUE ENCAIXE PALHAÇO-Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de Palhaço e 12 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 13 x 18,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	08	69,00	552,00
12	TROQUE ENCAIXE CASA-Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de casa e 20 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 18 x 16,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	05	99,00	495,00
13	TROQUE ENCAIXE AVIAO-Confeccionado em M.D.F. e madeira. 1 base em forma de Avião e 16 peças coloridas, pintadas com tinta ultravioleta atóxica nas cores: Verde, vermelho, amarelo e azul. Medida: 18,5 x 14,5 x 5 cm. Embalagem: Película de P.V.C. encolhível.	06	69,00	414,00
14	SOLIDOS GEOMÉTRICO-Confeccionado em madeira com 11 formas geométricas (tetraedro de 3 x 3 cm, pirâmide de base quadrada de 3,5 x 3,5 x 8 cm, pirâmide de base retangular de 3,5 x 2 x 8 cm, pirâmide de base triangular de 3,5 x 8 cm, cone, esfera de 4 cm de diâmetro, cubo de 3,5 x 3,5 cm, cilindro de 3,5 x 8 cm, paralelepípedo de 3,5 x 8 x 3,5 cm, prisma de base pentagonal de 3,5 x 3,5 x 8 cm e prisma de base hexagonal de 3,5 x 4 x 8 cm.) pintadas com tinta azul atóxica. Embalagem: Caixa de madeira com tampa serigrafada medindo 18 x 18 x 6 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	06	89,00	534,00
15	Kit de quebra-cabeça contendo 10 jogos, sendo cada quebra-cabeça ilustrações de animais e filhotes com corte diferenciado (Vaca, Coelho, Cavalo,Dinossauro, Pássaro, Leão, Macaco, Cachorro, Golfinho e Cisne.). Peças de M.D.F. pintadas e serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. 10 Bases de M.D.F. com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça), cada base mede: 33,5 x 26,5 cm. Embalagem: Película de P.V.C.	08	260,00	2.080,00
16	ALINHAVOS VOGAIS-Confeccionado em M.D.F. 5 bases perfuradas de 10 x 15 cm e 5 cadarços coloridos de poliéster (medindo aproximadamente 70 cm), serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica. Embalagem: Saco plástico com solapa colorida em papel couchê.	08	39,00	312,00
17	Confeccionado em M.D.F. composto por 2 alinhavos de tênis coloridos, serigrafados em policromia ultravioleta atóxica. Medida do tênis: 15 x 6 x 6 cm. Acompanha 2 cadarços de poliéster colorido de aproximadamente 90 cm. Embalagem: Caixa de papel cartonado ilustrado, medindo 17 x 12 x 7 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	05	89,00	445,00
18	ALINHAVOS DE NÚMEROS-Confeccionado em M.D.F. composto por 10 bases perfuradas medindo 10 x 15 cm e 10 cadarços coloridos de poliéster (medindo aproximadamente 70 cm), bases serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica com numerais de 0 a 9. Embalagem: Caixa de papel microondulado ilustrado medindo 30 x 20 x 6 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível	08	59,00	472,00
19	CARIMBO DO ALFABETO-(28 unidades) Carimbos com cabo de P.V.C. revestidos com borracha na parte inferior, peças medindo 3 x 3 cm. Embalagem: Caixa de papel cartão com ilustrações dos desenhos dos carimbos na parte inferior, medidas da caixa: 17 x 29 x 3 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	03	190,00	570,00
20	CARIMBO DE FRUTAS-(12 unidades) Carimbos com cabo de P.V.C. revestidos com borracha na parte inferior, peças medindo 3,5 x 4,5 cm. Embalagem: Caixa de papel cartão com ilustrações dos desenhos dos carimbos na parte inferior, medidas da caixa: 17 x 29 x 3 cm. Lacrada com película de P.V.C. encolhível.	04	95,00	380,00
VALOR TOTAL:.....				13.718,00

#### DO VALOR:

O valor total do contrato é de **R\$ 13.718,00 (Treze mil setecentos e dezoito reais)**.

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à custa da dotação orçamentária do Município, conforme especificado abaixo:

**0800112361002020513390300000 – Material de Consumo**  
**0800112361002020514490520000 - Equipamentos e Material Permanente**  
**0800312365001920483390300000 - Material de Consumo**  
**0800312365001920484490520000 - Equipamentos e Material Permanente**

#### DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, em **até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do Objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, e posterior conferência da mesma.

#### DA VALIDADE:

A vigência do presente contrato será de 90 (noventa) dias a partir da entrega definitiva do objeto deste contrato.

Amaporã/PR, 02 de dezembro de 2020.

Município de Amaporã  
**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**  
 Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
 Renan Mauricio de Oliveira Rebusi  
**Código Identificador:**52C9EDD9

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2020 - ID 2154

**Processo Administrativo nº 082/2020**  
**Pregão Presencial nº 045/2020**  
**SRP nº 033/2020**

**DAS PARTES:**

**Contratante:** Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

**Contratado:** Carnicelli e Cia Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 15.307.203/0001-00.

**DO OBJETO:**

**Registro de Preços para futura e parcelada Contratação de Empresa Especializada para Recarga e Aquisição de Extintores de Incêndio (Ônibus e Prédios),** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme a seguir:

Item	QTD	UND	Descrição do Objeto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	12	Unid.	Recarga de Extintor PQS 04 Quilos BC	EXTIN EXTINTORES	36,00	432,00
2	13	Unid.	Recarga de Extintor AP 10 LTS	EXTIN EXTINTORES	47,00	611,00
3	21	Unid.	Recarga de Extintor PQS 04 Quilos ABC	EXTIN EXTINTORES	44,00	924,00
4	12	Unid.	Recarga de Extintor PQS 06 Quilos ABC	EXTIN EXTINTORES	58,00	696,00
5	5	Unid.	Recarga de Extintor PQS 06 Quilos BC	EXTIN EXTINTORES	48,00	240,00
6	3	Unid.	Recarga de Extintor CO2 06 KGS	EXTIN EXTINTORES	40,00	120,00
7	2	Unid.	Recarga de Extintor PQS 08 KG BBC	EXTIN EXTINTORES	65,00	130,00
8	4	Unid.	Extintor PQS 04 Quilos ABC	EXTANG	148,00	592,00
9	10	Unid.	Placas Fotoluminescentes	GRAFF ARTS	17,00	170,00
10	2	Unid.	Luminária de Emergência 30 LEDAS	SEGURIMAX	27,00	54,00
11	1	Unid.	Bloco Autônomo 2200 Lumens	SEGURIMAX	380,00	380,00
Valor total do lote:.....						<b>4.349,00</b>

**DO VALOR:**

O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R\$ 4.349,00 (Quatro mil e Trezentos e quarenta e nove reais)**.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

O pagamento decorrente da contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será efetuado à conta dos recursos próprios da dotação orçamentária 2020:

0800112361001920433390390000 - Material de Consumo  
 0800112361001920433390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800112361001920463390390000 - Material de Consumo  
 0800112361001920463390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800112361001920473390390000 - Material de Consumo  
 0800112361001920473390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800112361002020513390390000 - Material de Consumo  
 0800112361002020513390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800312365001920483390390000 - Material de Consumo  
 0800312365001920483390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800413392002220573390390000 - Material de Consumo  
 0800413392002220573390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800413392002220593390390000 - Material de Consumo  
 0800413392002220593390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 0800427812002120543390390000 - Material de Consumo  
 0800427812002120543390390000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

**DO PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

Iniciar o fornecimento de recarga dos extintores constantes do Anexo I, imediatamente após a Ordem de Serviços, sob pena de multa por atraso, sem prejuízo a outras sanções aplicáveis, observadas as determinações da Administração.

**DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da realização dos serviços prestados, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e conferência da mesma.

**DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Amaporã/PR, 02 de Dezembro de 2020.

Município de Amaporã  
**TEREZINHA FUMIKO YAMAKAWA**  
 Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
 Renan Mauricio de Oliveira Rebussi  
**Código Identificador:**3EB64D50

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**

**GABINETE DA PREFEITA**  
**PORTARIA Nº. 14.472 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020**

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

**CONSIDERANDO** o disposto no Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

**CONSIDERANDO** o Decreto 7.904 de 01 de novembro de 2017 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

<b>Fiscal Titular:</b>	REINALDO CESAR FAUSTINO BERNARDO CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO JHENIFFER DA SILVA CORREIA FLÁVIO HENRIQUE ANTONIO FRANCIELI MUNHÃO MARTINS TAYNÁ MICHELATO SAMPAIO MAGALI SOAVE DE OLIVEIRA AILTON BARBOZA MANOEL ANTONIO DE CARVALHO DANILO MOTA DA SILVA ANA APARECIDA DEL PADRE GOMES EDEVALDO BARBOSA KEDILLER PATRICIA DIAS FELICIANO NILZA DE FATIMA ESTEVAM DE OLIVEIRA MAURÍLIO LUIZ DE OLIVEIRA BRUNA MURIELE ROMANO REYS WILSON CAMPOS		
<b>Gestor:</b>	ANDRE LUIZ MALUZI		
<b>Ata nº</b>	109/2020	<b>Vigência:</b>	02.12.2020 a 01.12.2021
<b>Modalidade:</b>	PREGÃO PRESENCIAL		
<b>Nº licitação</b>	130/2020		
<b>Contratado:</b>	JOSE ODECIO FURLAN EPP		
<b>Objeto:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA (TINTAS, SELADOR, SOLVENTE, TEXTURA, VERNIZ), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS		
<b>Valor:</b>	R\$ 1.719,00		

<b>Fiscal Titular:</b>	REINALDO CESAR FAUSTINO BERNARDO CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO JHENIFFER DA SILVA CORREIA FLÁVIO HENRIQUE ANTONIO FRANCIELI MUNHÃO MARTINS TAYNÁ MICHELATO SAMPAIO MAGALI SOAVE DE OLIVEIRA AILTON BARBOZA MANOEL ANTONIO DE CARVALHO DANILO MOTA DA SILVA ANA APARECIDA DEL PADRE GOMES EDEVALDO BARBOSA KEDILLER PATRICIA DIAS FELICIANO NILZA DE FATIMA ESTEVAM DE OLIVEIRA MAURÍLIO LUIZ DE OLIVEIRA BRUNA MURIELE ROMANO REYS WILSON CAMPOS		
<b>Gestor:</b>	ANDRE LUIZ MALUZI		
<b>Ata nº</b>	109/2020	<b>Vigência:</b>	02.12.2020 a 01.12.2021
<b>Modalidade:</b>	PREGÃO PRESENCIAL		
<b>Nº licitação</b>	130/2020		
<b>Contratado:</b>	COLOR TINTAS ANDIRÁ LTDA - ME		
<b>Objeto:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA (TINTAS, SELADOR, SOLVENTE, TEXTURA, VERNIZ), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS		
<b>Valor:</b>	R\$ 136.839,95		

<b>Fiscal Titular:</b>	REINALDO CESAR FAUSTINO BERNARDO CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO JHENIFFER DA SILVA CORREIA FLÁVIO HENRIQUE ANTONIO FRANCIELI MUNHÃO MARTINS TAYNÁ MICHELATO SAMPAIO MAGALI SOAVE DE OLIVEIRA AILTON BARBOZA MANOEL ANTONIO DE CARVALHO DANILO MOTA DA SILVA ANA APARECIDA DEL PADRE GOMES EDEVALDO BARBOSA KEDILLER PATRICIA DIAS FELICIANO NILZA DE FATIMA ESTEVAM DE OLIVEIRA MAURÍLIO LUIZ DE OLIVEIRA BRUNA MURIELE ROMANO REYS WILSON CAMPOS		
<b>Gestor:</b>	ANDRE LUIZ MALUZI		
<b>Ata nº</b>	109/2020	<b>Vigência:</b>	02.12.2020 a 01.12.2021
<b>Modalidade:</b>	PREGÃO PRESENCIAL		
<b>Nº licitação</b>	130/2020		
<b>Contratado:</b>	SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA		
<b>Objeto:</b>	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA (TINTAS, SELADOR, SOLVENTE, TEXTURA, VERNIZ), ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS		
<b>Valor:</b>	R\$ 3.015,00		

**Art. 2º** - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020, 77º da Emancipação Política.

**IONE ELISABETH ALVES ABIB**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Deisi de Assis Duarte  
**Código Identificador:**C7C6137E

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova**

**ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL SMECE/BN Nº 01/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8551/2020**

**EDITAL SMECE/BN Nº 01/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8551/2020**

A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes de Balsa Nova, através Comissão Coordenadora do Processo Seletivo de Remoção, designada pelo Decreto nº 267/2020, **TORNA PÚBLICO**, o **EDITAL nº 01/2020**, originário nos autos de **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 8551/2020**, referente ao **PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO**, regulamentado pelos artigos 194 e seguintes da Lei Municipal 222/1991, alterado pela Lei Municipal nº 790/2014, que dispõe sobre o direito de “*Lotação Específica*” dos “*Profissionais de Educação – Professores*” e “*Profissionais de Educação – Educadores*”, de acordo com este ato convocatório:

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Seletivo Remoção é destinado a selecionar “*Profissionais da Educação Professores*” e “*Profissionais da Educação Educadores*” pertencentes ao *Quadro Geral de Pessoal da Educação do Município de Balsa Nova*, instituído pelas Leis Municipais nºs. 661/2012, 856/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, para suprir as vagas disponíveis em caráter definitivos nos termos do instituto jurídico da “*Lotação Específica*”, assegurado pelo artigo 194 e seguintes da Lei Municipal 221/1991 e demais disposições cabíveis a espécie, motivado pela vacância decorrente de exonerações, demissões, aposentadorias ou falecimentos conforme estudo analíticos de Planilhas e Relatórios fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

1.2 Este Processo Seletivo de Remoção consistirá em prova de títulos referentes a escolaridade, tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional, conforme disposto nos anexos deste Edital.

1.3. Antes de se inscrever Processo Seletivo Remoção o candidato deve observar as prescrições deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até a data da convocação, todos os requisitos exigidos para participar deste procedimento seletivo.

1.3.1. Ao realizar e finalizar a inscrição, o candidato manifesta sua concordância com todos os termos deste Edital sobre o qual não poderá alegar desconhecimento.

1.3.2. A participação dos candidatos no Processo Seletivo de Remoção não implica obrigatoriedade de sua posse no cargo vago e disponibilizado, ocorrendo apenas expectativa de “efetivação”, ficando reservado à Secretaria Municipal de Educação de Balsa Nova, o direito de proceder remoções em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final e ao prazo de validade deste Edital.

1.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo de Remoção, por meio de publicações na imprensa oficial e Editais disponibilizados no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova e Boletins Informativos na plataforma digital desta Municipalidade.

1.5. Será admitida a impugnação deste Edital no prazo de 24 horas, a partir do primeiro dia seguinte de sua publicação no Diário Oficial do Município de Balsa Nova. A impugnação deverá ser elaborada por escrito, devidamente fundamentada, e protocolada, na Prefeitura Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Balsa Nova.

**02 – CRONOGRAMA**

02.1 Este processo seletivo será composto das seguintes fases:

FASE	PERÍODO
Inscrições	Início 03/12/2020 Fim 09/12/2020
Publicação da Lista Provisória	16/12/2020
Recurso	17/12/2020
Resultado de Avaliações	18 e 21/12
Recurso	24:00 horas
Distribuição de vagas	01/02
Posse – Lotação Específica	03/02

**3. CARGOS – VAGAS – DIREÇÃO - ENDEREÇO**

3.1	ESCOLA RURAL MUNICIPAL ITAMBÉ		
3.1.1	CARGO		
3.1.2	VAGA	0	MANHÃ/TARDE
3.1.3	DIRETORA	Jucélia Cristiane Camillo Karachinski	
3.1.4	ENDEREÇO	Rua: Tiradentes s/n Bairro Jardim Serrinha	

3.2	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ANDREASSA			
3.2.1	CARGO			
3.2.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.2.3	DIRETORA	Elenise Aparecida Zanetti		
3.2.4	ENDEREÇO	Rua: São Caetano nº392 Bairro São Caetano		
3.3	ESCOLA MUNICIPAL PADRE BOLESIAU LIANA			
3.3.1	CARGO			
3.3.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.3.3	DIRETORA	Jucea do Rocio Ferreira dos Santos		
3.3.4	ENDEREÇO	Rua: 07 de setembro, nº 783 Moradias Purunã		
3.4	ESCOLA RURAL MUNICIPAL HERCULANO SCHIMALESKI			
3.4.1	CARGO			
3.4.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.4.3	DIRETORA	Patricia Mello Leal Garrett		
3.4.4	ENDEREÇO	Rua: Professora Sabina Serra Reicetto, nº530 – Distrito de São Luiz do Purunã		
3.5	ESCOLA MUNICIPAL MARIO FARACO			
3.5.1	CARGO			
3.5.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.5.3	DIRETORA	Karina Wyllya Friederich Leal		
3.5.4	ENDEREÇO	Rua: Marcos Poletto, s/n Distrito Bugre		
3.6	ESCOLA IRMÃ ROSALINA			
3.6.1	CARGO			
3.6.2	VAGA	02	TURNO	TARDE
3.6.3	DIRETORA	Evelize do Rocio Zanetti		
3.6.4	ENDEREÇO	Rua: Augusto Perussolo s/n Bairro São Caetano		
3.7	ESCOLA MUNICIPAL DOUTORA ZILDA ARNS NEUMANN			
3.7.1	CARGO			
3.7.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.7.3	DIRETORA	Isabel Ciorcero Knauber		
3.7.4	ENDEREÇO	Rua: Alexandre Romão Vagner, 150 Bonassoli		
3.8	ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DA ROCHA SOARES			
3.8.1	CARGO			
3.8.2	VAGA	04	TURNO	INTEGRAL
3.8.3	DIRETORA	Maria Rosane Jacomasso		
3.8.4	ENDEREÇO	Rua: Antônio Feltrin s/n Bairro Santo Antonio		
3.9	ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM RIBAS DE ANDRADE			
3.9.1	CARGO			
3.9.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.9.3	DIRETORA	Geovana Maria Afonso Ferreira Miquelasso		
3.9.4	ENDEREÇO	Rua: Francisco Manoel da Cruz nº 889 Bairro Centro		
3.10	CMEI- BRINCANDO E CRIANDO			
3.10.1	CARGO			
3.10.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.10.3	DIRETORA	Mayara da Silva Rocha Durau		
3.10.4	ENDEREÇO	Avenida Getúlio Vargas, s/n Bairro Centro		
3.11	CMEI- TIA NIVA			
3.11.1	CARGO			
3.11.2	VAGA	01	TURNO	INTEGRAL
3.11.3	DIRETORA	Vladínea Rejane Ferreira		
3.11.4	ENDEREÇO	Rodovia Anibal Khury, s/n Distrito Bugre		
3.12	CMEI- PROFESSORA MARGARIDA FLORIDA CHILO			
3.12.1	CARGO			
3.12.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.12.3	DIRETORA	Josiane Aparecida de Sales		
3.12.4	ENDEREÇO	Rua: Augusto Perussolo, s/n Bairro São Caetano		
3.13	CMEI- CANTINHO DA SERRA::			
3.13.1	CARGO			
3.13.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.13.3	DIRETORA	Marise de Lara Lopes Ferraz		
3.13.4	ENDEREÇO	Rua Professora Sabina Serra Reicetto, nº 852		
3.14	CMEI- JARDIM DA ALEGRIA			
3.14.1	CARGO			
3.14.2	VAGA	0	TURNO	MANHÃ/TARDE
3.14.3	DIRETORA	Alaiane Cristina Batista Wisniewski		
3.14.4	ENDEREÇO	Rua D. Pedro I, nº 570 Bairro Jardim Serrinha		

**3.4 ADVERTÊNCIA** - Os documentos deverão ser apresentados pelos candidatos no Protocolo Geral do Município de Balsa Nova. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Balsa Nova não receberá documentos sem o Protocolo Geral, certificando data e horário, bem como, não será responsável por falhas de autuação causadas pelos próprios candidatos

#### 4. INSCRIÇÃO



4.1. Para participar do Processo Seletivo de Remoção, os candidatos devem ser servidores públicos municipais pertencentes ao “**Quadro Geral de Pessoal da Educação do Município de Balsa Nova**”, investidos nas funções de “**Profissionais da Educação – Professores**” e “**Profissionais da Educação – Educadores**”, para exercerem suas funções, respectivamente, nos Estabelecimentos de Ensino Fundamentais e Centros Municipais de Educação Infantil – CEMIS, nos termos das Leis Municipais nºs. 661/2012, 856/2015 e demais disposições cabíveis a espécie.

4.2 Considerando o regime jurídico das Leis Municipais nºs. 661/2012, 856/2015, e demais disposições cabíveis a espécie, fica proibido a inscrição de “**Profissionais da Educação – Professores**” para os cargos disponibilizados nos “**Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS**”, assim como, dos “**Profissionais da Educação – Educadores**”, para os **Estabelecimentos de Ensino Fundamental**, do Município de Balsa Nova.

4.3. Possuir número de “**Matrícula Ativa**” no Sistema de Gerenciamento de Pessoal mantido pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Balsa Nova.

4.4. As inscrições serão realizadas no Protocolo Geral instalado no átrio da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, localizado à Avenida Brasil nº. 665, destinados à Secretaria Municipal de Educação, no período das 8:30h às 11:30 de 13h às 16:30 de 03/12 à 09/12/2020

4.5. Os protocolos serão arquivados na Secretaria Municipal de Educação.

4.5.1 O candidato poderá realizar até duas inscrições para investidura das vagas disponíveis nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIS ou Estabelecimento de Ensino Fundamental, contudo, aprovado na primeira opção a segunda opção será descartada automaticamente.

4.5.2 O comprovante de inscrição será o protocolo do Processo Administrativo.

4.5.3. Após a conclusão da inscrição, não será possível incluir ou alterar informações. A inscrição poderá ser excluída e novamente realizada, durante o período de inscrições.

4.5.4 O candidato é responsável pelas informações constantes no cadastro e na inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativas, cível e penal.

## 5. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E TÍTULOS

### 5.1 - Qualificação Profissional

I. Os candidatos devem ser servidores públicos municipais, investidos mediante concurso público para os cargos de “**Profissional da Educação – Professor**” e “**Profissional da Educação – Educadores**”, nos termos das Leis Municipais nºs. 661/2012, 856/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, com Matrícula Ativa no Departamento de Recursos Humanos do Município de Balsa Nova.

#### 5.1.1 Títulos aceitos

Conforme art. 196 §2º da Lei Municipal 222/91, são os critérios para classificação dos interessados seguem a seguinte ordem:

- a) Profissional da Educação com maior tempo de serviço no Município na função de **Profissional da Educação – Professor** e **Profissional de Educação - Educador**;
- b) maior titulação;
- c) maior idade;
- d) maior tempo de serviço na unidade escolar.

5.1.2 Deverá no pedido, o candidato apresentar toda a documentação avaliativa e comprobatória dos critérios da avaliação, conforme abaixo descritos:

Ficha funcional, a qual deverá ser retirada junto ao Recursos Humanos do Município;

Títulos de ensinos e demais cursos (cópia);

Certidão de nascimento ou Casamento;

Comprovação/ declaração de tempo de ensino na Unidade Escolar;

Comprovante atualizado de residência e domicílio próximo aos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Centro Municipal de Educação Infantil

#### 5.1.3 Títulos aceitos para vencimentos de nível superior (Licenciatura Plena- LP):

a) Diploma de licenciatura plena em qualquer área acompanhado de certificado de conclusão de curso de segunda licenciatura na disciplina de inscrição nos termos da CNE, (pedagogia, matemática, línguas, etc);

b) Diploma de pós graduação;

c) Diploma de Mestrado;

d) Doutorado.

5.1.4. A pontuação atribuída aos títulos de escolaridade consta na tabela de avaliação de títulos, variando de acordo com as etapas do Anexo III e IV.

### 5.2 Tempo de Serviço;

5.2.1 Será pontuado o tempo de serviço dos últimos 10 (dez) anos, aqui considerado o período entre 03/12/2010 a 03/12/2020, desde que não utilizado ou em processo de utilização para aposentadoria, sendo 1 (um) ponto para cada ano trabalhado, até o limite de 10 (dez) pontos, na função ou cargo de professor:

a) o tempo de serviço analisado conforme informações registradas na Ficha Funcional do Servidor Público expedido pelo Departamento de Recursos Humanos.

5.2.2 Apenas a fração igual ou superior a 6 (seis) meses será convertida em ano completo para fins de contagem de tempo de serviço.

### 5.3 Aperfeiçoamento Profissional

5.3.1 Até o limite de 10 pontos:

5.3.2 As habilitações originárias do mesmo curso de licenciatura utilizado na escolaridade não serão consideradas como outro curso superior e não poderão ser utilizadas para pontuação no aperfeiçoamento profissional.

5.3.3 Bacharelado, licenciatura ou formação pedagógica que viabilizaram a obtenção da habilitação informada no item 5.1, referente à escolaridade, devem acompanhar a habilitação e não poderão ser informados como outro curso superior.

5.3.4 Nas etapas onde pós-graduação é requisito obrigatório da escolaridade, a mesma pós-graduação não poderá ser informada novamente como aperfeiçoamento profissional.

5.4 Todos os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados junto aos órgãos competentes e ser comprovados por meio de documentação oficial na data da comprovação de títulos.

5.5 Os candidatos serão classificados automaticamente por ordem decrescente de pontuação, referente a escolaridade, tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional. A pontuação atribuída consta nas tabelas de avaliação de títulos em cada etapa do Anexo III e IV, bem como os demais requisitos das modalidades de ensino ofertadas e estarão sujeitas à comprovação documental dos títulos informados na inscrição por ocasião da convocação.

## 6. RESULTADO

### 6.1 Classificação provisória

6.1.1 A classificação provisória será divulgada na Imprensa Oficial do Município de Balsa Nova e no Quadro de Edital fixado no átrio da Prefeitura Municipal e boletins na Plataforma Digital desta Municipalidade.

6.1.2 A publicação da classificação provisória será realizada em 2 (duas) listas para função de “*Profissional da Educação – Professor*” e “*Profissional da Educação – Educador*”, por ordem decrescente de pontos.

6.1.3 No dia 16/12/2020, será publicada na Imprensa Oficial.

Parágrafo único. Havendo igualdade de pontuação na soma dos itens de escolaridade, tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional, terá preferência o candidato mais idoso.

### 6.2 RECURSOS

#### 6.2.1. Caberá recurso após a divulgação dos resultados provisórios, desde que:

a) seja apresentado via Protocolo Geral do Município de Balsa Nova pelo candidato na Secretaria Municipal de Educação de Balsa Nova, no dia 17/12/2020;

b) sejam apresentados em um único formulário, devendo conter a totalidade de questionamentos, independente do número de inscrições;

c) sejam devidamente fundamentados com a indicação expressa do item do edital que entenda não ter sido atendido, justificando-os.

Parágrafo único. Não serão apreciados os recursos fundamentados exclusivamente em erros do candidato no preenchimento dos dados no momento da inscrição.

6.2.2. Os recursos serão analisados e julgados por comissão constituída pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Balsa Nova;

6.2.3 Não cabe pedido de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso.

### 6.3 Classificação Final

6.3.1 Após a análise conclusiva dos recursos, a classificação final será publicada na Imprensa Oficial do Município de Balsa Nova e no Quadro de Edital fixado no átrio da Prefeitura Municipal e boletins na Plataforma Digital desta Municipalidade.

## 7. Convocação para comprovação de títulos e documentos.

7.1 A convocação dos candidatos será feita observando-se a necessidade de cada estabelecimento de Ensino Fundamental do Município de Balsa Nova, Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIS e por ordem de classificação final das listas de ampla concorrência.

8.1. Os casos omissos e não previsto na Legislação Municipal serão dirimidos e decididos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo de Remoção.

Balsa Nova, 02 de dezembro de 2020.

**GLACI ANTONIA MERCHIORI**

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**Publicado por:**

Joice Daiana Bora

**Código Identificador:**DC91FE6E**ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO Nº 268/2020****DECRETO Nº 268/2020***HOMOLOGA CALENDÁRIO DE REPOSIÇÃO DE HORAS- AULA EM RAZÃO DA PANDEMIA.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE Balsa Nova**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas Pela Lei Orgânica do Município:

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica homologado o calendário de reposição de aulas, apresentado pela secretaria de educação, os autos de processo administrativo 8519/2020, conforme anexo I deste decreto.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 01 de dezembro de 2020.

**MARCOS DURAU**

Prefeito Municipal

**ANEXO I****Município de Balsa Nova****Tabela com datas de reposição de aulas em 2020 de acordo com o Decreto Municipal nº 119/2020**

Nº de dias	Dia previsto	Reajuste do calendário escolar 2020	Mês Abril
1	12/Jun	Recesso - Dia letivo normal	-
2	20/Jul	Estudo e planejamento - Dia letivo normal	-
3	08/Ago	Reposição de aula	15/abr
4	22/Ago	Reposição de aula	16/abr
5	27/Ago	Estudo e planejamento - Dia letivo normal	-
6	28/Ago	Jogos Escolares - Dia Letivo normal	-
7	29/Ago	Reposição de aula	17/abr
8	05/Set	Reposição de aula	22/abr
9	26/Set	Reposição de aula	23/abr
10	03/Out	Reposição de aula	24/abr
11	13/Out	Recesso - Dia letivo normal	-
12	17/Out	Reposição de aula	27/abr
13	31/Out	Reposição de aula	28/abr
14	07/Nov	Reposição de aula	29/abr
15	21/Nov	Reposição de aula	30/abr
16	18/Dez	Prolongamento das aulas - Dia letivo normal	-

**GLACI ANTONIA MERCHIORI**

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**Publicado por:**

Joice Daiana Bora

**Código Identificador:**8B806B54
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ**
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2020.**
**OBJETO: AQUISIÇÃO DE ENFEITES NATALINOS (MATERIAIS ELÉTRICOS, ENFEITES E LUZES NATALINAS).**

Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, este Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, julgada pelo critério Menor Preço e qualidade; declarando-se como vencedoras as empresas: DILMA DE FREITAS AGUIAR CALIXTO, CNPJ 07.285.584/0001-38, RUA RUI BARBOSA, Barra do Jacaré-PR, CEP 86385-000, ARTCIDADE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA, CNPJ 15.138.763/0001-70, RUA MANOEL JOSÉ FELISBERTO Tijucas-SC, CEP 88200-000, BRITTO PRODUÇÕES, LOCAÇÕES E MONTAGENS EIRELI, CNPJ 07.836.441/0001-77, rua Franca-SP, CEP 14460-000, por apresentarem propostas de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R\$ 29.993,59 (Vinte e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais e Cinquenta e Nove Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

ARTCIDADE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA									
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
1	4	Caixa de Presente Baixa Azul (Altura 1,00m X 0,85m Largura X 0,85m Pro Profundidade) Escultura em forma de Caixa de Presente Baixa com um laço no topo, produzida em fibra de vidro e recoberta	art		UN	1,00	2.293,35	2.293,35	

		por pintura automotiva PU e verniz auto-brilho.							
1	8	Gelinho com Cachecol Vermelho 145 (Altura 1,60m X 1,45m Largura) Luminoso produzido em estrutura metálica galvanizada de ferros chatos 3/8 x 1/8, redondos 3/8 e cantoneiras para adaptação ao poste, contornado com mangueira luminosa LED 13mm e 36 lâmpadas por metro.	art		UN	1,00	876,62	876,62	
1	9	Letreiro Boas festas com presentes (Largura 4,20m x altura 0,85m) Luminoso em forma de Letreiro Boas festas com presentes, produzido em estrutura metálica galvanizada de tubos metalon 20x20 PAR18, ferros chatos 3/8x1/8, redondos 3/8, contornado com 80m mangueira luminosa LED 13mm e 36 lâmpadas por metro.	art		UN	1,00	2.177,94	2.177,94	
1	11	Noel Tradicional (Altura 1,85m X 0,80m Largura X 0,70m Profundidade) Escultura em forma de papai noel segurando o cinto, com vestes vermelhas e brancas, luvas verdes e botas pretas, produzida em fibra de vidro e recoberta por pintura automotiva PU e verniz auto-brilho.	art		UN	1,00	3.090,50	3.090,50	
TOTAL								8.438,41	
BRITTO PRODUÇÕES, LOCAÇÕES E MONTAGENS EIRELI									
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
1	3	Caixa de Presente Alta Amarela (Altura 1,30m X 0,85m Largura X 0,85m Profundidade) Escultura em forma de Caixa de Presente Alta com um laço no topo, produzida em fibra de vidro e recoberta por pintura automotiva PU e verniz auto-brilho.	festas		UN	1,00	2.637,28	2.637,28	
1	10	Mangueira luminosa em led BRANCA, decorativa, mangueira de 13 mm de diâmetro, corte a cada metro, com 36 leds por metro (mínimo), leds deitados para uma visão em 360 graus. potência mínima de 3 w/mt. uso interno/externo, mangueira de 2 fios, tensão: 220 volts. Contendo: 5 cabos de força, 5 emendas (conectores interconexão) e 5 capas terminação 13 mm. Rolo com 100 metros.	ea		UN	10,00	750,00	7.500,00	
1	12	Relé foto célula (bivolt)	qualitronix		UN	15,00	25,16	377,40	
TOTAL								10.514,68	
DILMA DE FREITAS AGUIAR CALIXTO									
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
1	1	Abraçadeira de nylon cinta plástica BRANCA 2.5 x 140 mm com 100unid.	western		UN	10,00	5,90	59,00	
1	2	Abraçadeira de nylon cinta plástica BRANCA 3.5 x 200 mm com 100unid.	western		UN	10,00	7,50	75,00	
1	5	Cascata LED fixa com 320 lâmpadas brancas, corrente 20ma. 24W. Medindo 6 metros por 0,50 queda assimétrica. Espaçamento de 5,5cm entre lâmpadas e 14cm entre as quedas. Fio duplo branco 1,5mm. Tomada macho e fêmea.	art		UN	7,00	120,00	840,00	
1	6	Cascata LED fixa com 400 lâmpadas brancas, corrente 20ma. 24W. Medindo 11 metros (10m de lâmpada) por 0,50 queda assimétrica + 1m de cabo. Espaçamento de 5,5cm entre lâmpadas e 14cm entre as quedas. Fio duplo branco 1,5mm. Tomada macho e fêmea.	art		UN	35,00	125,00	4.375,00	
1	7	FITA ISOLANTE PRETA DE 19MM X 20METROS	western		UN	15,00	5,90	88,50	
1	13	Rolo de fio 1,5 mm c/ 100 metros	corfio		UN	2,00	177,00	354,00	
1	14	Rolo de fio 2,5 mm c/ 100 metros	corfio		UN	2,00	287,00	574,00	
1	15	Rolo de fio de cordão paralelo 2x1,5 mm c/ 100 metros	corfio		UN	5,00	390,00	1.950,00	
1	16	Rolo de fio de cordão paralelo 2x2,5 mm c/ 100 metros	corfio		UN	5,00	545,00	2.725,00	
TOTAL								11.040,50	

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 02/12/2020.

**ADALBERTO DE FREITAS AGUIAR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Ednalberto Goulart  
**Código Identificador:**83C5E009

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI Nº 0579/2020**

Estima a Receita e Fixa e Despesa do Município de Bela Vista da Caroba para o Exercício Financeiro de 2021.

A Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

**LEI**

**Art. 1º** - O orçamento fiscal do município de BELA VISTA DA CAROBA, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2021, estimada a receita em **R\$ 18.423.579,44** (dezoito milhões quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) e fixa a despesa em **R\$ 18.423.579,44** (dezoito milhões quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), discriminados anexos integrantes desta Lei.

**Art. 2º** - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

**Consolidada**

RECEITAS CORRENTES R\$ 18.387.147,04

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 36.432,40

**Total geral: R\$ 18.423.579,44**

**Art. 3º** - A Despesa do Orçamento Fiscal sera realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme os seguintes desdobramentos:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO	
01 – Legislativa	950.900,00
04 - Administração	2.645.160,01
06 – Segurança Pública	1.000,00
08 - Assistência Social	1.156.018,59
10 - Saúde	4.105.872,47

12 - Educação	4.779.757,81
13 - Cultura	12.500,00
15 - Urbanismo	2.615.924,42
17 - Saneamento	6.800,00
18 - Gestão Ambiental	3.500,00
20 - Agricultura	993.617,76
22 - Indústria	10.000,00
26 - Transporte	71.248,38
27 - Desporto e Lazer	165.930,00
28 - Encargos Especiais	215.350,00
99 - Reserva de Contingência	690.000,00
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>

<b>POR SUBFUNÇÕES</b>	
031 - Ação Legislativa	950.900,00
121 - Planejamento e Orçamento	240.558,00
122 - Administração Geral	2.826.831,87
123 - Administração Financeira	571.800,00
124 - Controle Interno	66.843,00
182 - Defesa Civil	1.000,00
241 - Assistência ao Idoso	17.992,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	3.800,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	392.629,61
244 - Assistência Comunitária	741.596,98
301 - Atenção Básica	2.334.967,99
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.211.765,45
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	199.460,55
304 - Vigilância Sanitária	232.186,62
305 - Vigilância Epidemiológica	28.994,00
361 - Ensino Fundamental	2.949.927,92
365 - Educação Infantil	1.402.010,93
366 - Educação de Jovens e Adultos	77.613,96
367 - Educação Especial	101.170,00
392 - Difusão Cultural	12.500,00
451 - Infraestrutura Urbana	386.754,49
452 - Serviços Urbanos	1.938.932,11
511 - Saneamento Básico Rural	6.800,00
512 - Saneamento Básico Urbano	200.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00
606 - Extensão Rural	241.350,00
608 - Promoção da Produção Agropecuária	38.927,76
661 - Promoção Industrial	10.000,00
751 - Conservação de Energia	84.237,82
752 - Energia Elétrica	6.000,00
782 - Transporte Rodoviário	71.248,38
812 - Desporto Comunitário	33.430,00
813 - Lazer	132.500,00
846 - Outros Encargos Especiais	215.350,00
999 - Reserva de Contingência	690.000,00
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>

<b>POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>	
DESPESAS CORRENTES	<b>R\$ 17.335.464,39</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 10.322.693,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 7.012.271,02
DESPESAS DE CAPITAL	<b>R\$ 398.115,05</b>
INVESTIMENTOS	R\$ 343.115,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	R\$ 55.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>R\$ 690.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>

**Art. 4º** - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo.

**Art. 5º** - Os Fundos Municipais devidamente criados por Lei possuem contabilização centralizada, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, inseridos no Orçamento Geral do Município:

I - do Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 258/2007, fixa sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 4.105.872,47 (quatro milhões cento e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

II - do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 453/2013, que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 250.503,21 (duzentos e cinquenta mil quinhentos e três reais e vinte e um centavos).

III - do Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 275/2007, que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 707.879,98 (setecentos e sete mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos).

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais até o limite 20% (vinte por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º. do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Ato Próprio até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

**Art. 7º** - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I - entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

**Art. 8º** - Igualmente fica o Poder Executivo também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo sexto, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 1º da Lei Federal nº 4.320 que seguem:

I – o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício que se encerra.

II- bem como, o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

**Art. 9º** - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 7º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

**Art. 10** - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

**Art. 11** - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no “caput” do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

**Art. 12** – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

**Art. 13** – A transferência de recurso do Tesouro Municipal ao setor privado beneficiará somente aquelas entidades de caráter educativo, assistencial, cultural, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º - Estarão aptas a receber os recursos de que trata o *caput* deste artigo as entidades que estiverem de acordo com o que estabelece a **Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014**, Instrução Normativa nº 61/2011 e Instrução de Serviço nº 99/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º - A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Executivo Municipal deve ser de conformidade com os elementos dispostos no termo de convênio.

**Art. 14** – Despesas de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA – Lei Orçamentária Anual.

**Art. 15** – No prazo máximo de trinta dias após a Lei do Orçamento Anual a ser sancionada deverá o executivo municipal providenciar a publicação da metas bimestrais da receita, bem como o cronograma de desembolso da despesa.

**Art. 16** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**DILSO STORCH**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Roseli Kronbauer Peretto  
**Código Identificador:**B5D79C2C

**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**LOA - 2021**

**LEI Nº 579/2020**

ESTIMA A RECEITA E FIXA E DESPESA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

**LEI**

**Art. 1º** - O orçamento fiscal do município de BELA VISTA DA CAROBA, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2021, estimada a receita em **R\$ 18.423.579,44** (dezoito milhões quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) e fixa a despesa em **R\$ 18.423.579,44** (dezoito milhões quatrocentos e vinte e três mil quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), discriminados anexos integrantes desta Lei.

**Art. 2º** - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

<b>Consolidada</b>	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 18.387.147,04
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 36.432,40
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>

**Art. 3º** - A Despesa do Orçamento Fiscal será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, conforme os seguintes desdobramentos:

<b>POR FUNÇÕES DE GOVERNO</b>	
01 - Legislativa	950.900,00
04 - Administração	2.645.160,01
06 - Segurança Pública	1.000,00
08 - Assistência Social	1.156.018,59
10 - Saúde	4.105.872,47
12 - Educação	4.779.757,81
13 - Cultura	12.500,00
15 - Urbanismo	2.615.924,42
17 - Saneamento	6.800,00
18 - Gestão Ambiental	3.500,00
20 - Agricultura	993.617,76
22 - Indústria	10.000,00
26 - Transporte	71.248,38
27 - Desporto e Lazer	165.930,00
28 - Encargos Especiais	215.350,00
99 - Reserva de Contingência	690.000,00
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>
<b>POR SUBFUNÇÕES</b>	
031 - Ação Legislativa	950.900,00
121 - Planejamento e Orçamento	240.558,00
122 - Administração Geral	2.826.831,87
123 - Administração Financeira	571.800,00
124 - Controle Interno	66.843,00
182 - Defesa Civil	1.000,00
241 - Assistência ao Idoso	17.992,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	3.800,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	392.629,61
244 - Assistência Comunitária	741.596,98
301 - Atenção Básica	2.334.967,99
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.211.765,45
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	199.460,55
304 - Vigilância Sanitária	232.186,62
305 - Vigilância Epidemiológica	28.994,00
361 - Ensino Fundamental	2.949.927,92
365 - Educação Infantil	1.402.010,93
366 - Educação de Jovens e Adultos	77.613,96
367 - Educação Especial	101.170,00
392 - Difusão Cultural	12.500,00
451 - Infraestrutura Urbana	386.754,49
452 - Serviços Urbanos	1.938.932,11
511 - Saneamento Básico Rural	6.800,00
512 - Saneamento Básico Urbano	200.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00
606 - Extensão Rural	241.350,00
608 - Promoção da Produção Agropecuária	38.927,76
661 - Promoção Industrial	10.000,00
751 - Conservação de Energia	84.237,82
752 - Energia Elétrica	6.000,00
782 - Transporte Rodoviário	71.248,38
812 - Desporto Comunitário	33.430,00
813 - Lazer	132.500,00
846 - Outros Encargos Especiais	215.350,00
999 - Reserva de Contingência	690.000,00
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>
<b>POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>	
DESPESAS CORRENTES	<b>R\$ 17.335.464,39</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 10.322.693,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 7.012.271,02
DESPESAS DE CAPITAL	<b>R\$ 398.115,05</b>
INVESTIMENTOS	R\$ 343.115,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	R\$ 55.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>R\$ 690.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>R\$ 18.423.579,44</b>

**Art. 4º** - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo.

**Art. 5º** - Os Fundos Municipais devidamente criados por Lei possuem contabilização centralizada, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, inseridos no Orçamento Geral do Município:

I - do Fundo Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 258/2007, fixa sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 4.105.872,47 (quatro milhões cento e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

II - do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 453/2013, que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 250.503,21 (duzentos e cinquenta mil quinhentos e três reais e vinte e um centavos).

III - do Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 275/2007, que fixa a sua despesa para o exercício de 2021 em R\$ 707.879,98 (setecentos e sete mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos).

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais até o limite 20% (vinte por cento) do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º. do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964.

**Parágrafo Único** – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Ato Próprio até o limite previsto no caput deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.

**Art. 7º** - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, o remanejamento de dotações:

I - entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

**Art. 8º** - Igualmente fica o Poder Executivo também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo sexto, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 1º da Lei Federal nº 4.320 que seguem:

I – o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício que se encerra.

II- bem como, o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

**Art. 9º** - Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 7º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, ficam autorizados o Executivo e o Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo.

**Art. 10** - O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

**Art. 11** - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no “caput” do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64.

**Art. 12** – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica,

trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

**Art. 13** – A transferência de recurso do Tesouro Municipal ao setor privado beneficiará somente aquelas entidades de caráter educativo, assistencial, cultural, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

**§ 1º** - Estarão aptas a receber os recursos de que trata o caput deste artigo as entidades que estiverem de acordo com o que estabelece a Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014, Instrução Normativa nº 61/2011 e Instrução de Serviço nº 99/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**§ 2º** - A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Executivo Municipal deve ser de conformidade com os elementos dispostos no termo de convênio.

**Art. 14** – Despesas de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA – Lei Orçamentária Anual.

**Art. 15** – No prazo máximo de trinta dias após a Lei do Orçamento Anual a ser sancionada deverá o executivo municipal providenciar a publicação da metas bimestrais da receita, bem como o cronograma de desembolso da despesa.

**Art. 16** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

**DILSO STORCH**

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR				
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			1774-3609-115	
Relação de Valores LOA por Fonte de Recursos				
Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021				
Código	Fonte de Recurso - Id-Use	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a-b)
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba				
1000	Recursos Ordinários (Livres)	9.035.317,87	8.084.417,87	950.900,00
1101	FUNDEB 60%	1.574.577,22	1.574.577,22	0,00
1102	FUNDEB 40%	524.859,08	524.859,08	0,00
1103	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.900.744,71	1.900.744,71	0,00
1104	Demais impostos vinculados à educação básica	311.101,14	311.101,14	0,00
1107	Salário Educação	134.980,56	134.980,56	0,00
1111	Programa FNDE PNATE Transporte Escolar	61.000,00	61.000,00	0,00
1117	PETE - Transporte Escolar Estadual	161.495,10	161.495,10	0,00
1122	PNAE Merenda Escolar	31.000,00	31.000,00	0,00
1303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	2.877.218,93	2.877.218,93	0,00
1491	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	55.758,53	55.758,53	0,00
1492	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Estadual	26.350,92	26.350,92	0,00
1494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.058.814,94	1.058.814,94	0,00
1497	Vigilância em Saúde	33.834,58	33.834,58	0,00
1498	Assistência Farmacêutica	15.810,55	15.810,55	0,00
1501	Receitas de Alienações de Ativos	11.248,38	11.248,38	0,00
1504	Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev	120.921,98	120.921,98	0,00



1507	COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF	70.537,82	70.537,82	0,00
1510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	40.307,33	40.307,33	0,00
1511	Taxas - Prestação de Serviços	31.490,10	31.490,10	0,00
1512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	12.422,70	12.422,70	0,00
1518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	2.687,26	2.687,26	0,00
1520	Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM.2007 - Estadual	22.496,76	22.496,76	0,00
1934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	277.742,68	277.742,68	0,00
1936	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	9.258,09	9.258,09	0,00
1940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	21.602,21	21.602,21	0,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>		<b>18.423.579,44</b>	<b>17.472.679,44</b>	<b>950.900,00</b>
<b>Unidade Gestora: Câmara Municipal de Bela Vista da Caroba</b>				
1000	Recursos Ordinários (Livres)	0,00	950.900,00	-950.900,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>		<b>0,00</b>	<b>950.900,00</b>	<b>-950.900,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>18.423.579,44</b>	<b>18.423.579,44</b>	<b>0,00</b>

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital 1298-4402-976
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			
Relação das Despesas LOA			
Período: Orçamento/2021			
Órgão: 2000 Câmara Municipal de Bela Vista de Caroba			
Unidade: 2001 Câmara Municipal de Bela Vista de Caroba			
Função: 1 Legislativa			
Subfunção: 31 Ação Legislativa			
Programa: 1 Gestão e Apoio Legislativo			
Ação: 2.1 Atividades do Legislativo Municipal			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 373	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 1215		Despesa PPA: 298
Despesa LOA: 374	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 1216		Despesa PPA: 299
Despesa LOA: 375	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 1217		Despesa PPA: 300
Despesa LOA: 376	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil		
	Despesa LDO: 1218		Despesa PPA: 301
Despesa LOA: 377	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 1219		Despesa PPA: 302
Despesa LOA: 378	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 1220		Despesa PPA: 303
Despesa LOA: 379	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 1221		Despesa PPA: 304
Despesa LOA: 380	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 1222		Despesa PPA: 305
Função: 4 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Programa: 2 Gestão e Apoio Administrativo			
Ação: 2.2 Manutenção do Gabinete do Prefeito			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 1	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 918		Despesa PPA: 1
Despesa LOA: 2	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 919		Despesa PPA: 2
Despesa LOA: 3	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil		
	Despesa LDO: 920		Despesa PPA: 3
Despesa LOA: 4	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 921		Despesa PPA: 4
Despesa LOA: 5	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
	Despesa LDO: 922		Despesa PPA: 5
Despesa LOA: 6	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 923		Despesa PPA: 6
Despesa LOA: 7	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 924		Despesa PPA: 7
Despesa LOA: 8	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 925		Despesa PPA: 8
Unidade: 2002 ASSESSORIAS DIRETAS			
Função: 4 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Programa: 2 Gestão e Apoio Administrativo			
Ação: 2.4 Assessorias Diretas			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 14	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 931		Despesa PPA: 14
Despesa LOA: 15	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 932		Despesa PPA: 15
Despesa LOA: 16	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 933		Despesa PPA: 16
Despesa LOA: 17	3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria		
	Despesa LDO: 934		Despesa PPA: 17
Despesa LOA: 18	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 935		Despesa PPA: 18
Subfunção: 124 Controle Interno			
Programa: 2 Gestão e Apoio Administrativo			
Ação: 2.3 Atividades do Controle Interno			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 9	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 926		Despesa PPA: 9
Despesa LOA: 10	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		

		Despesa LDO: 927	Despesa PPA: 10
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge		Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			1298-4402-976
Relação das Despesas LOA			
Período: Orçamento/2021			
Despesa LOA: 11	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 928		Despesa PPA: 11
Despesa LOA: 12	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 929		Despesa PPA: 12
Despesa LOA: 13	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 930		Despesa PPA: 13
Órgão: 3000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Unidade: 3001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
Função: 4 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Programa: 2 Gestão e Apoio Administrativo			
Ação: 2.5 Publicação e Divulgação Oficial			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 19	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 936		Despesa PPA: 19
Ação: 2.6 Atividades do Departamento de Administração			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 20	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 937		Despesa PPA: 20
Despesa LOA: 21	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 938		Despesa PPA: 21
Despesa LOA: 22	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 939		Despesa PPA: 22
Despesa LOA: 23	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil		
	Despesa LDO: 940		Despesa PPA: 23
Despesa LOA: 24	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 941		Despesa PPA: 24
Despesa LOA: 25	3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		
	Despesa LDO: 942		Despesa PPA: 25
Despesa LOA: 26	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
	Despesa LDO: 943		Despesa PPA: 26
Despesa LOA: 27	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
	Despesa LDO: 944		Despesa PPA: 27
Despesa LOA: 28	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 945		Despesa PPA: 28
Despesa LOA: 29	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 946		Despesa PPA: 29
Despesa LOA: 30	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas		
	Despesa LDO: 947		Despesa PPA: 30
Despesa LOA: 31	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
	Despesa LDO: 948		Despesa PPA: 31
Despesa LOA: 32	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 949		Despesa PPA: 32
Órgão: 4000 SECRETARIA DE FINANÇAS			
Unidade: 4001 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS			
Função: 4 Administração			
Subfunção: 123 Administração Financeira			
Programa: 2 Gestão e Apoio Administrativo			
Ação: 2.7 Atividades do Departamento de Finanças			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 33	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 950		Despesa PPA: 33
Despesa LOA: 34	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 951		Despesa PPA: 34
Despesa LOA: 35	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 952		Despesa PPA: 35
Despesa LOA: 36	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil		
	Despesa LDO: 953		Despesa PPA: 36
Despesa LOA: 37	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 954		Despesa PPA: 37
Despesa LOA: 38	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção		
	Despesa LDO: 955		Despesa PPA: 38
Despesa LOA: 39	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 956		Despesa PPA: 39
Despesa LOA: 40	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 957		Despesa PPA: 40
Despesa LOA: 41	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 958		Despesa PPA: 41
Órgão: 5000 SECR. AGRICUL TURA, MEIO AMBIENTE, DES.ECON E TURIS			
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge		Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			1298-4402-976
Relação das Despesas LOA			
Período: Orçamento/2021			
Unidade: 5001 DEP. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, DES.ECON. E TURIS			
Função: 18 Gestão Ambiental			
Subfunção: 541 Preservação e Conservação Ambiental			
Programa: 3 Preservação da Natureza Manutenção da Vida			
Ação: 2.8 Preservação e Recuperação Ambiental			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 45	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		

Função: 20 Agricultura		Despesa LDO: 962	Despesa PPA: 45
Subfunção: 122 Administração Geral			
Programa: 4 Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município			
Ação: 2.9 Atividades do Depto. de Desenv. Agropecuário			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 46	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 963		Despesa PPA: 46
Despesa LOA: 47	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 964		Despesa PPA: 47
Despesa LOA: 48	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 965		Despesa PPA: 48
Despesa LOA: 49	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil		
	Despesa LDO: 966		Despesa PPA: 49
Despesa LOA: 50	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 967		Despesa PPA: 50
Despesa LOA: 51	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
	Despesa LDO: 968		Despesa PPA: 51
Despesa LOA: 52	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 969		Despesa PPA: 52
Despesa LOA: 53	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 970		Despesa PPA: 53
Despesa LOA: 54	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 971		Despesa PPA: 54
Subfunção: 606 Extensão Rural			
Programa: 4 Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município			
Ação: 2.10 Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 55	3.1.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público		
	Despesa LDO: 972		Despesa PPA: 55
Despesa LOA: 56	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público		
	Despesa LDO: 973		Despesa PPA: 56
Despesa LOA: 57	4.4.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público		
	Despesa LDO: 974		Despesa PPA: 57
Ação: 1.11 Patrulha Rural			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 42	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 959		Despesa PPA: 42
Ação: 2.12 Manutenção da Patrulha Rodoviária Rural			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 58	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 975		Despesa PPA: 58
Despesa LOA: 59	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 976		Despesa PPA: 59
Subfunção: 608 Promoção da Produção Agropecuária			
Programa: 4 Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município			
Ação: 2.13 Atividades em Parceria com a EMATER e Casa Familiar Rural			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 60	3.3.30.41.00 - Contribuições		
	Despesa LDO: 977		Despesa PPA: 60
Ação: 2.14 Incentivo a Diversificação da Produção Agropecuária			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 61	3.3.90.30.00 - Material de Consumo		
	Despesa LDO: 978		Despesa PPA: 61
Despesa LOA: 62	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
	Despesa LDO: 979		Despesa PPA: 62
Despesa LOA: 63	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
	Despesa LDO: 980		Despesa PPA: 63
Despesa LOA: 64	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 981		Despesa PPA: 64
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			1298-4402-976
Relação das Despesas LOA			
Período: Orçamento/2021			
Função: 22 Indústria			
Subfunção: 661 Promoção Industrial			
Programa: 4 Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município			
Ação: 1.15 Incentivo a Agroindustrialização			
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)			
Despesa LOA: 43	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
	Despesa LDO: 960		Despesa PPA: 43
Despesa LOA: 44	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		
	Despesa LDO: 961		Despesa PPA: 44
Órgão: 6000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Unidade: 6001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Programa: 5 Educação de Qualidade para Todos			
Ação: 2.20 Atividades do Departamento de Educação e Cultura			
Fonte de recurso: 1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Despesa LOA: 108	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 1005		Despesa PPA: 88
Despesa LOA: 109	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais		
	Despesa LDO: 1006		Despesa PPA: 89
Despesa LOA: 110	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
	Despesa LDO: 1007		Despesa PPA: 90
Despesa LOA: 111	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil		

	Despesa LDO: 1008	Despesa PPA: 91
Despesa LOA: 112	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1009	Despesa PPA: 92
Despesa LOA: 113	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1010	Despesa PPA: 93
Despesa LOA: 114	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1011	Despesa PPA: 94
Despesa LOA: 115	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1012	Despesa PPA: 95
Despesa LOA: 116	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1013	Despesa PPA: 96
Despesa LOA: 117	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1014	Despesa PPA: 97
Subfunção: 361 Ensino Fundamental		
Programa: 5 Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.16 Ensino Fundamental - FUNDEB		
Fonte de recurso: 1101 FUNDEB 60%		
Despesa LOA: 66	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 982	Despesa PPA: 65
Despesa LOA: 68	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 983	Despesa PPA: 66
Despesa LOA: 69	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 984	Despesa PPA: 67
Fonte de recurso: 1102 FUNDEB 40%		
Despesa LOA: 65	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 982	Despesa PPA: 65
Despesa LOA: 67	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 983	Despesa PPA: 66
Despesa LOA: 70	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 984	Despesa PPA: 67
Despesa LOA: 71	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 985	Despesa PPA: 68
Despesa LOA: 72	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 986	Despesa PPA: 69
Ação: 2.17 Manutenção da Merenda Escolar		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)		
Despesa LOA: 74	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 987	Despesa PPA: 70
Fonte de recurso: 1122 PNAE Merenda Escolar		
Despesa LOA: 73	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 987	Despesa PPA: 70
Ação: 2.18 Atividades do Ensino Fundamental		
Fonte de recurso: 1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Despesa LOA: 76	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 988	Despesa PPA: 71
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	<b>Chave de Autenticação Digital</b>
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 77	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 989	Despesa PPA: 72
Despesa LOA: 78	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 990	Despesa PPA: 73
Despesa LOA: 80	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 992	Despesa PPA: 75
Despesa LOA: 85	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 995	Despesa PPA: 78
Despesa LOA: 89	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 996	Despesa PPA: 79
Despesa LOA: 91	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 998	Despesa PPA: 81
Despesa LOA: 93	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 999	Despesa PPA: 82
Fonte de recurso: 1104 Demais impostos vinculados à educação básica		
Despesa LOA: 75	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 988	Despesa PPA: 71
Despesa LOA: 79	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 991	Despesa PPA: 74
Despesa LOA: 82	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 992	Despesa PPA: 75
Despesa LOA: 83	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 993	Despesa PPA: 76
Despesa LOA: 84	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 994	Despesa PPA: 77
Despesa LOA: 86	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 995	Despesa PPA: 78
Despesa LOA: 88	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 996	Despesa PPA: 79
Despesa LOA: 90	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 997	Despesa PPA: 80
Fonte de recurso: 1107 Salário Educação		
Despesa LOA: 81	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 992	Despesa PPA: 75
Despesa LOA: 87	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 996	Despesa PPA: 79
Despesa LOA: 92	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 999	Despesa PPA: 82

Ação: 2.19 Atividades do Transporte Escolar		
Fonte de recurso: 1102 FUNDEB 40%		
Despesa LOA: 95	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1000	Despesa PPA: 83
Despesa LOA: 97	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1001	Despesa PPA: 84
Despesa LOA: 100	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1002	Despesa PPA: 85
Fonte de recurso: 1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Despesa LOA: 96	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1000	Despesa PPA: 83
Despesa LOA: 98	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1001	Despesa PPA: 84
Despesa LOA: 103	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1003	Despesa PPA: 86
Despesa LOA: 106	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1004	Despesa PPA: 87
Fonte de recurso: 1104 Demais impostos vinculados à educação básica		
Despesa LOA: 94	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1000	Despesa PPA: 83
Despesa LOA: 99	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1002	Despesa PPA: 85
Fonte de recurso: 1107 Salário Educação		
Despesa LOA: 101	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1003	Despesa PPA: 86
Fonte de recurso: 1111 Programa FNDE PNATE Transporte Escolar		
Despesa LOA: 104	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1003	Despesa PPA: 86
Despesa LOA: 105	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1004	Despesa PPA: 87
Fonte de recurso: 1117 PETE - Transporte Escolar Estadual		
Despesa LOA: 102	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1003	Despesa PPA: 86
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
Relação das Despesas LOA		
Período: Orçamento/2021		
Despesa LOA: 107	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1004	Despesa PPA: 87
Subfunção: 365 Educação Infantil		
Programa: 5 Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.21 Atividades da Educação Infantil		
Fonte de recurso: 1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Despesa LOA: 119	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1015	Despesa PPA: 98
Despesa LOA: 121	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1016	Despesa PPA: 99
Despesa LOA: 122	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1017	Despesa PPA: 100
Despesa LOA: 125	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1018	Despesa PPA: 101
Despesa LOA: 126	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1019	Despesa PPA: 102
Despesa LOA: 128	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1020	Despesa PPA: 103
Despesa LOA: 130	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1021	Despesa PPA: 104
Despesa LOA: 131	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1022	Despesa PPA: 105
Despesa LOA: 134	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1023	Despesa PPA: 106
Fonte de recurso: 1104 Demais impostos vinculados à educação básica		
Despesa LOA: 120	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1015	Despesa PPA: 98
Despesa LOA: 123	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1018	Despesa PPA: 101
Despesa LOA: 127	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1020	Despesa PPA: 103
Despesa LOA: 132	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1023	Despesa PPA: 106
Fonte de recurso: 1107 Salário Educação		
Despesa LOA: 118	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1015	Despesa PPA: 98
Despesa LOA: 124	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1018	Despesa PPA: 101
Despesa LOA: 129	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1020	Despesa PPA: 103
Despesa LOA: 133	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1023	Despesa PPA: 106
Ação: 2.36 Educação Infantil - FUNDEB.		
Fonte de recurso: 1101 FUNDEB 60%		
Despesa LOA: 147	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1033	Despesa PPA: 116
Despesa LOA: 148	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1034	Despesa PPA: 117
Despesa LOA: 151	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1035	Despesa PPA: 118

Fonte de recurso: 1102 FUNDEB 40%		
Despesa LOA: 146	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1033	Despesa PPA: 116
Despesa LOA: 149	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1034	Despesa PPA: 117
Despesa LOA: 150	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1035	Despesa PPA: 118
Subfunção: 366 Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 5 Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.22 Educação de Jovens e Adultos		
Fonte de recurso: 1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Despesa LOA: 135	3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais	
	Despesa LDO: 1024	Despesa PPA: 107
Despesa LOA: 137	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1025	Despesa PPA: 108
Despesa LOA: 139	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1026	Despesa PPA: 109
Fonte de recurso: 1104 Demais impostos vinculados à educação básica		
Despesa LOA: 136	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1025	Despesa PPA: 108
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Juleygge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 138	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1026	Despesa PPA: 109
Subfunção: 367 Educação Especial		
Programa: 5 Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.38 Atividades da Educação Especial		
Fonte de recurso: 1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Despesa LOA: 152	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1036	Despesa PPA: 119
Fonte de recurso: 1104 Demais impostos vinculados à educação básica		
Despesa LOA: 153	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1036	Despesa PPA: 119
Despesa LOA: 154	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1037	Despesa PPA: 120
Despesa LOA: 381	3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais	
	Despesa LDO: 1223	Despesa PPA: 306
Função: 13 Cultura		
Subfunção: 392 Difusão Cultural		
Programa: 6 Cultura Educativa		
Ação: 2.23 Atividades da Biblioteca Pública		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)		
Despesa LOA: 140	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1027	Despesa PPA: 110
Despesa LOA: 141	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1028	Despesa PPA: 111
Despesa LOA: 142	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1029	Despesa PPA: 112
Ação: 2.24 Apoio a Eventos e Promoções Culturais		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários (Livres)		
Despesa LOA: 143	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1030	Despesa PPA: 113
Despesa LOA: 144	3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
	Despesa LDO: 1031	Despesa PPA: 114
Despesa LOA: 145	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1032	Despesa PPA: 115
<b>Órgão: 7000 SECRETARIA DE SAÚDE</b>		
<b>Unidade: 7001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE</b>		
Função: 10 Saúde		
Subfunção: 122 Administração Geral		
Programa: 8 Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Social		
Ação: 2.35 Manutenção do Conselho de Saúde		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 165	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1047	Despesa PPA: 130
Despesa LOA: 166	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1048	Despesa PPA: 131
Despesa LOA: 167	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1049	Despesa PPA: 132
Despesa LOA: 168	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1050	Despesa PPA: 133
Despesa LOA: 169	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1051	Despesa PPA: 134
Programa: 9 Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 2.30 Administração do Departamento de Saúde		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 157	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1039	Despesa PPA: 122
Despesa LOA: 158	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1040	Despesa PPA: 123
Despesa LOA: 159	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1041	Despesa PPA: 124
Despesa LOA: 160	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1042	Despesa PPA: 125
Despesa LOA: 161	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	

	Despesa LDO: 1043	Despesa PPA: 126
Despesa LOA: 162	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1044	Despesa PPA: 127
Despesa LOA: 163	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1045	Despesa PPA: 128
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 164	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1046	Despesa PPA: 129
Ação: 1.31 Aquisição de Veículos para o Dep. de Saúde		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 156	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1038	Despesa PPA: 121
Fonte de recurso: 1520 Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM.2007 - Estadual		
Despesa LOA: 155	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1038	Despesa PPA: 121
<b>Unidade: 7002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		
Função: 10 Saúde		
Subfunção: 301 Atenção Básica		
Programa: 8 Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Socia		
Ação: 2.27 Ações dos Programas SF, SB, ACS e NASF		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 179	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1057	Despesa PPA: 140
Despesa LOA: 180	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1058	Despesa PPA: 141
Fonte de recurso: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Despesa LOA: 178	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1056	Despesa PPA: 139
Despesa LOA: 181	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1059	Despesa PPA: 142
Ação: 2.28 Atenção Básica		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 182	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1060	Despesa PPA: 143
Despesa LOA: 183	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1061	Despesa PPA: 144
Despesa LOA: 184	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1062	Despesa PPA: 145
Despesa LOA: 187	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1064	Despesa PPA: 147
Despesa LOA: 188	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1065	Despesa PPA: 148
Despesa LOA: 189	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1066	Despesa PPA: 149
Despesa LOA: 190	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1067	Despesa PPA: 150
Despesa LOA: 191	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1068	Despesa PPA: 151
Despesa LOA: 193	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1069	Despesa PPA: 152
Despesa LOA: 195	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1070	Despesa PPA: 153
Fonte de recurso: 1491 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual		
Despesa LOA: 186	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1064	Despesa PPA: 147
Despesa LOA: 192	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1068	Despesa PPA: 151
Despesa LOA: 194	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1069	Despesa PPA: 152
Fonte de recurso: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Despesa LOA: 185	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1063	Despesa PPA: 146
Programa: 9 Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 1.36 Construção, Reforma e Manutenção das Unidades e Academia de Saúde		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 170	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1052	Despesa PPA: 135
Despesa LOA: 172	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1053	Despesa PPA: 136
Despesa LOA: 174	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1054	Despesa PPA: 137
Despesa LOA: 176	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1055	Despesa PPA: 138
Fonte de recurso: 1518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde		
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 171	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1053	Despesa PPA: 136
Despesa LOA: 175	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1054	Despesa PPA: 137

Despesa LOA: 177	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1055	Despesa PPA: 138
Fonte de recurso: 1520 Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual		
Despesa LOA: 173	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1053	Despesa PPA: 136
Ação: 2.65 Coleta de Resíduos Ambulatorial		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 230	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1094	Despesa PPA: 177
Fonte de recurso: 1491 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual		
Despesa LOA: 231	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1094	Despesa PPA: 177
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 9 Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 2.32 Assistência Hospitalar e Ambulatorial - MAC		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 208	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1079	Despesa PPA: 162
Despesa LOA: 209	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1080	Despesa PPA: 163
Fonte de recurso: 1492 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Estadual		
Despesa LOA: 207	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	
	Despesa LDO: 1078	Despesa PPA: 161
Fonte de recurso: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Despesa LOA: 205	3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais	
	Despesa LDO: 1077	Despesa PPA: 160
Despesa LOA: 206	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	
	Despesa LDO: 1078	Despesa PPA: 161
Ação: 2.33 Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde e da Rede de Urgência		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 210	3.1.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	
	Despesa LDO: 1081	Despesa PPA: 164
Despesa LOA: 211	3.3.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	
	Despesa LDO: 1082	Despesa PPA: 165
Despesa LOA: 212	4.4.71.70.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	
	Despesa LDO: 1083	Despesa PPA: 166
Subfunção: 303 Suporte Profilático e Terapêutico		
Programa: 9 Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 2.29 Farmácia Básica		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 196	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1071	Despesa PPA: 154
Despesa LOA: 197	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1072	Despesa PPA: 155
Despesa LOA: 200	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1074	Despesa PPA: 157
Despesa LOA: 382	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1224	Despesa PPA: 307
Fonte de recurso: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Despesa LOA: 198	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1073	Despesa PPA: 156
Despesa LOA: 201	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1075	Despesa PPA: 158
Fonte de recurso: 1498 Assistência Farmacêutica		
Despesa LOA: 199	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1073	Despesa PPA: 156
Despesa LOA: 202	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1075	Despesa PPA: 158
Fonte de recurso: 1518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	
Despesa LOA: 204	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1076	Despesa PPA: 159
Fonte de recurso: 1520 Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual		
Despesa LOA: 203	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1076	Despesa PPA: 159
Subfunção: 304 Vigilância Sanitária		

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
Relação das Despesas LOA		
Período: Orçamento/2021		
Programa: 8 Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Socia		
Ação: 2.34 Programa Vigilância Sanitária		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 213	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1084	Despesa PPA: 167
Despesa LOA: 215	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1085	Despesa PPA: 168
Despesa LOA: 216	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1086	Despesa PPA: 169
Fonte de recurso: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Despesa LOA: 214	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1084	Despesa PPA: 167
Despesa LOA: 217	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1086	Despesa PPA: 169
Fonte de recurso: 1497 Vigilância em Saúde		
Despesa LOA: 218	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	



	Despesa LDO: 1087	Despesa PPA: 170
Despesa LOA: 220	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1088	Despesa PPA: 171
Despesa LOA: 222	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1089	Despesa PPA: 172
Fonte de recurso: 1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia		
Despesa LOA: 219	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1088	Despesa PPA: 171
Despesa LOA: 221	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1089	Despesa PPA: 172
Despesa LOA: 224	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1090	Despesa PPA: 173
Fonte de recurso: 1520 Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual		
Despesa LOA: 223	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1090	Despesa PPA: 173
Subfunção: 305 Vigilância Epidemiológica		
Programa: 9 Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 2.37 Programa Vigilância Epidemiológica		
Fonte de recurso: 1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
Despesa LOA: 226	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1091	Despesa PPA: 174
Despesa LOA: 228	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1093	Despesa PPA: 176
Fonte de recurso: 1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Despesa LOA: 225	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1091	Despesa PPA: 174
Despesa LOA: 227	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1092	Despesa PPA: 175
Despesa LOA: 229	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1093	Despesa PPA: 176
<b>Órgão: 8000 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>		
<b>Unidade: 8001 DEPARTAMENTO OBRAS E ESTRADAS MUNICIPAIS</b>		
Função: 15 Urbanismo		
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 1.40 Pavimentação e Recape de Vias		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 234	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1097	Despesa PPA: 180
Função: 17 Saneamento		
Subfunção: 511 Saneamento Básico Rural		
Programa: 10 Caminhos do Campo		
Ação: 1.38 Sistema de Abastecimento de Água Rural		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 232	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1095	Despesa PPA: 178
Função: 26 Transporte		
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário		
Programa: 10 Caminhos do Campo		
Ação: 1.39 Pavimen. Polidrica das Estradas Gerais e Vicinais		
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital 1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 233	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1096	Despesa PPA: 179
<b>Unidade: 8002 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>		
Função: 15 Urbanismo		
Subfunção: 452 Serviços Urbanos		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.43 Manutenção e Conservação da Frota		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 238	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1099	Despesa PPA: 182
Despesa LOA: 239	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1100	Despesa PPA: 183
Fonte de recurso: 1512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)		
Despesa LOA: 237	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1099	Despesa PPA: 182
Ação: 2.46 Atividades do Departamento de Obras, Viação e Serv. Públicos		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 240	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1101	Despesa PPA: 184
Despesa LOA: 241	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1102	Despesa PPA: 185
Despesa LOA: 242	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1103	Despesa PPA: 186
Despesa LOA: 245	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1104	Despesa PPA: 187
Despesa LOA: 248	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1105	Despesa PPA: 188
Despesa LOA: 251	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1106	Despesa PPA: 189
Despesa LOA: 252	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1107	Despesa PPA: 190
Despesa LOA: 253	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	

	Despesa LDO: 1108	Despesa PPA: 191
Despesa LOA: 254	4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis	
	Despesa LDO: 1109	Despesa PPA: 192
Fonte de recurso: 1504 Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev		
Despesa LOA: 246	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1104	Despesa PPA: 187
Despesa LOA: 247	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1105	Despesa PPA: 188
Fonte de recurso: 1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia		
Despesa LOA: 244	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1104	Despesa PPA: 187
Despesa LOA: 250	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1105	Despesa PPA: 188
Fonte de recurso: 1511 Taxas - Prestação de Serviços		
Despesa LOA: 243	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1104	Despesa PPA: 187
Despesa LOA: 249	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1105	Despesa PPA: 188
Função: 26 Transporte		
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 1.48 Ampliação da Frota Rodoviária		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 236	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1098	Despesa PPA: 181
Fonte de recurso: 1501 Receitas de Alienações de Ativos		
Despesa LOA: 235	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1098	Despesa PPA: 181
<b>Órgão: 9000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>Unidade: 9001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Função: 8 Assistência Social		
Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 13 Nossos Jovens Nosso Futuro		
Ação: 6.50 Manutenção do Conselho Tutelar		
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	<b>Chave de Autenticação Digital</b>
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 265	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1120	Despesa PPA: 203
Despesa LOA: 266	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1121	Despesa PPA: 204
Despesa LOA: 267	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1122	Despesa PPA: 205
Despesa LOA: 268	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1123	Despesa PPA: 206
Despesa LOA: 269	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1124	Despesa PPA: 207
Despesa LOA: 270	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1125	Despesa PPA: 208
Despesa LOA: 383	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1225	Despesa PPA: 308
Subfunção: 244 Assistência Comunitária		
Programa: 12 Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.49 Atividades do Departamento de Assistência Social		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 255	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1110	Despesa PPA: 193
Despesa LOA: 256	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1111	Despesa PPA: 194
Despesa LOA: 257	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1112	Despesa PPA: 195
Despesa LOA: 258	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1113	Despesa PPA: 196
Despesa LOA: 259	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1114	Despesa PPA: 197
Despesa LOA: 260	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1115	Despesa PPA: 198
Despesa LOA: 261	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1116	Despesa PPA: 199
Despesa LOA: 262	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1117	Despesa PPA: 200
Despesa LOA: 263	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1118	Despesa PPA: 201
Despesa LOA: 264	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1119	Despesa PPA: 202
<b>Unidade: 9002 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE</b>		
Função: 8 Assistência Social		
Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 13 Nossos Jovens Nosso Futuro		
Ação: 6.51 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 271	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1126	Despesa PPA: 209
Despesa LOA: 272	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1127	Despesa PPA: 210

Despesa LOA: 273	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1128	Despesa PPA: 211
Despesa LOA: 274	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1129	Despesa PPA: 212
Despesa LOA: 275	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1130	Despesa PPA: 213
Despesa LOA: 276	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1131	Despesa PPA: 214
Ação: 6.54 Apoio a Maternidade e a Infância		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 277	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1132	Despesa PPA: 215
Despesa LOA: 278	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1133	Despesa PPA: 216
Despesa LOA: 279	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1134	Despesa PPA: 217
Ação: 6.55 Manutenção Programa Apoio a Criança e Adolescente		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 280	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1135	Despesa PPA: 218
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 282	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1136	Despesa PPA: 219
Despesa LOA: 283	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1137	Despesa PPA: 220
Despesa LOA: 285	3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	
	Despesa LDO: 1138	Despesa PPA: 221
Fonte de recurso: 1934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)		
Despesa LOA: 281	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1135	Despesa PPA: 218
Despesa LOA: 284	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1137	Despesa PPA: 220
Ação: 6.57 Profissionalização, Emprego e Renda		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 286	3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	
	Despesa LDO: 1139	Despesa PPA: 222
Despesa LOA: 287	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1140	Despesa PPA: 223
Despesa LOA: 384	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1226	Despesa PPA: 309
<b>Unidade: 9003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Função: 8 Assistência Social		
Subfunção: 241 Assistência ao Idoso		
Programa: 12 Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.52 Apoio e Assistência ao Idoso		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 289	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1141	Despesa PPA: 224
Despesa LOA: 290	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1142	Despesa PPA: 225
Despesa LOA: 293	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1144	Despesa PPA: 227
Fonte de recurso: 1934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)		
Despesa LOA: 288	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1141	Despesa PPA: 224
Despesa LOA: 291	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1143	Despesa PPA: 226
Despesa LOA: 292	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1144	Despesa PPA: 227
Subfunção: 242 Assistência ao Portador de Deficiência		
Programa: 12 Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.53 Assistência a Portador de Necessidades Especiais		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 294	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1145	Despesa PPA: 228
Despesa LOA: 295	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1146	Despesa PPA: 229
Subfunção: 244 Assistência Comunitária		
Programa: 12 Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.56 Benefícios Eventuais		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 296	3.3.50.41.00 - Contribuições	
	Despesa LDO: 1147	Despesa PPA: 230
Despesa LOA: 297	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1148	Despesa PPA: 231
Despesa LOA: 298	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1149	Despesa PPA: 232
Despesa LOA: 299	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1150	Despesa PPA: 233
Ação: 2.58 Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 300	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1151	Despesa PPA: 234
Despesa LOA: 301	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	

	Despesa LDO: 1152	Despesa PPA: 235
Despesa LOA: 302	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1153	Despesa PPA: 236
Despesa LOA: 303	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1154	Despesa PPA: 237
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 304	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1155	Despesa PPA: 238
Despesa LOA: 305	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1156	Despesa PPA: 239
Despesa LOA: 306	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1157	Despesa PPA: 240
Despesa LOA: 307	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1158	Despesa PPA: 241
Despesa LOA: 308	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1159	Despesa PPA: 242
Despesa LOA: 309	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1160	Despesa PPA: 243
Despesa LOA: 310	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1161	Despesa PPA: 244
Ação: 2.64 Gestão Municipal do SUAS		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 312	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1163	Despesa PPA: 246
Fonte de recurso: 1934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)		
Despesa LOA: 311	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1162	Despesa PPA: 245
Despesa LOA: 313	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1164	Despesa PPA: 247
Despesa LOA: 314	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1165	Despesa PPA: 248
Despesa LOA: 315	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1166	Despesa PPA: 249
Despesa LOA: 318	3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
	Despesa LDO: 1167	Despesa PPA: 250
Despesa LOA: 320	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1168	Despesa PPA: 251
Despesa LOA: 322	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1169	Despesa PPA: 252
Fonte de recurso: 1936 Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)		
Despesa LOA: 316	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1166	Despesa PPA: 249
Despesa LOA: 321	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1168	Despesa PPA: 251
Despesa LOA: 324	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1170	Despesa PPA: 253
Fonte de recurso: 1940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		
Despesa LOA: 317	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1166	Despesa PPA: 249
Despesa LOA: 319	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1168	Despesa PPA: 251
Despesa LOA: 323	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1170	Despesa PPA: 253
<b>Órgão: 10000 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b>		
<b>Unidade: 10001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO</b>		
Função: 4 Administração		
Subfunção: 121 Planejamento e Orçamento		
Programa: 2 Gestão e Apoio Administrativo		
Ação: 2.59 Atividades do Departamento de Planejamento		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 325	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1171	Despesa PPA: 254
Despesa LOA: 326	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1172	Despesa PPA: 255
Despesa LOA: 327	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1173	Despesa PPA: 256
Despesa LOA: 328	3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	
	Despesa LDO: 1174	Despesa PPA: 257
Despesa LOA: 329	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1175	Despesa PPA: 258
Despesa LOA: 330	3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Despesa LDO: 1176	Despesa PPA: 259
Despesa LOA: 331	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1177	Despesa PPA: 260
Despesa LOA: 332	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1178	Despesa PPA: 261
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Despesa LOA: 333	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1179	Despesa PPA: 262

Órgão: 11000 SECRETARIA DE ESPORTES		
Unidade: 11001 DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
Função: 27 Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 Desporto Comunitário		
Programa: 7 Esporte e Lazer		
Ação: 2.25 Apoio a Jogos e Eventos Esportivos		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 334	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1180	Despesa PPA: 263
Despesa LOA: 335	3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
	Despesa LDO: 1181	Despesa PPA: 264
Despesa LOA: 336	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1182	Despesa PPA: 265
Subfunção: 813 Lazer		
Programa: 7 Esporte e Lazer		
Ação: 2.26 Atividades do Departamento de Esporte		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 337	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1183	Despesa PPA: 266
Despesa LOA: 338	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1184	Despesa PPA: 267
Despesa LOA: 339	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1185	Despesa PPA: 268
Despesa LOA: 340	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1186	Despesa PPA: 269
Despesa LOA: 341	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1187	Despesa PPA: 270
Despesa LOA: 342	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1188	Despesa PPA: 271
Despesa LOA: 343	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1189	Despesa PPA: 272
Órgão: 12000 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade: 12001 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Função: 6 Segurança Pública		
Subfunção: 182 Defesa Civil		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.70 Defesa Civil		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 360	3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Despesa LDO: 1204	Despesa PPA: 287
Função: 15 Urbanismo		
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.66 Atividades do Departamento de Infraestrutura e Urbanismo		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 351	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1195	Despesa PPA: 278
Despesa LOA: 352	3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
	Despesa LDO: 1196	Despesa PPA: 279
Despesa LOA: 353	3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
	Despesa LDO: 1197	Despesa PPA: 280
Despesa LOA: 354	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1198	Despesa PPA: 281
Despesa LOA: 355	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1199	Despesa PPA: 282
Despesa LOA: 356	3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1200	Despesa PPA: 283
Despesa LOA: 357	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1201	Despesa PPA: 284
Despesa LOA: 358	4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Despesa LDO: 1202	Despesa PPA: 285
Despesa LOA: 359	4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis	
	Despesa LDO: 1203	Despesa PPA: 286
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
Relação das Despesas LOA		
Período: Orçamento/2021		
Ação: 2.44 Coleta de Resíduos Sólidos e Orgânicos		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 346	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1192	Despesa PPA: 275
Subfunção: 751 Conservação de Energia		
Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.45 Manutenção da Iluminação Pública		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 348	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1193	Despesa PPA: 276
Despesa LOA: 349	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1194	Despesa PPA: 277
Fonte de recurso: 1507 COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF		
Despesa LOA: 347	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1193	Despesa PPA: 276
Despesa LOA: 350	3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Despesa LDO: 1194	Despesa PPA: 277
Subfunção: 752 Energia Elétrica		

Programa: 11 Nossa Cidade Melhor		
Ação: 1.41 Ampliação da Rede de Iluminação Pública		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 345	4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	
	Despesa LDO: 1191	Despesa PPA: 274
Fonte de recurso: 1507 COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF		
Despesa LOA: 344	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
	Despesa LDO: 1190	Despesa PPA: 273
<b>Órgão: 90000 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO</b>		
<b>Unidade: 90001 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO</b>		
Função: 28 Encargos Especiais		
Subfunção: 846 Outros Encargos Especiais		
Programa: 14 Programa de Encargos Especiais		
Ação: 2.60 Devolução e Restituição de Valores		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 361	3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Despesa LDO: 1205	Despesa PPA: 288
Despesa LOA: 362	3.3.30.93.00 - Indenizações e Restituições	
	Despesa LDO: 1206	Despesa PPA: 289
Despesa LOA: 363	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	
	Despesa LDO: 1207	Despesa PPA: 290
Ação: 3.61 Contribuição ao PASEP		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 364	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Despesa LDO: 1208	Despesa PPA: 291
Fonte de recurso: 1504 Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev		
Despesa LOA: 365	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Despesa LDO: 1208	Despesa PPA: 291
Fonte de recurso: 1512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)		
Despesa LOA: 366	3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
	Despesa LDO: 1208	Despesa PPA: 291
Ação: 3.62 Encargos da Dívida Pública		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 367	3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato	
	Despesa LDO: 1209	Despesa PPA: 292
Despesa LOA: 368	4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	
	Despesa LDO: 1210	Despesa PPA: 293
Ação: 3.63 Sentenças e Reclamações Trabalhistas		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 369	3.3.90.67.00 - Depósitos Compulsórios	
	Despesa LDO: 1211	Despesa PPA: 294
Despesa LOA: 370	3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais	
	Despesa LDO: 1212	Despesa PPA: 295
Despesa LOA: 371	3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	
	Despesa LDO: 1213	Despesa PPA: 296
Função: 99 Reserva de Contingência		
Subfunção: 999 Reserva de Contingência		
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julegge	Chave de Autenticação Digital
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1298-4402-976
<b>Relação das Despesas LOA</b>		
<b>Período: Orçamento/2021</b>		
Programa: 14 Programa de Encargos Especiais		
Ação: 9.64 Reserva de Contingência		
Fonte de recurso: 1000 Recursos Ordinários(Livres)		
Despesa LOA: 372	9.9.99.99.00 - A Classificar	
	Despesa LDO: 1214	Despesa PPA: 297

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba					
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR					
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julegge	Chave de Autenticação Digital		
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			1285-0419-463		
Valores Previstos da Receita					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021					
Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use			
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba					
	1	Receitas Correntes			18.387.147,04
	1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			602.090,69
	1.1.1	Impostos			526.514,46
	1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			256.959,21
	1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			256.959,21
	1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho			256.959,21
	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			256.959,21
356	1.1.1.3.03.1.1.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Execut			196.498,22
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
357	1.1.1.3.03.1.1.02	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legisla			60.460,99
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
	1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios			269.555,25
	1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios			198.387,63
	1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana			88.172,28
358	1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			81.874,26
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60,00	

		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
359	1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e		2.519,21
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
360	1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida At		2.519,21
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
361	1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida At		1.259,60
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
	1.1.1.8.01.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		110.215,35
362	1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		105.806,74
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
363	1.1.1.8.01.4.2	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		1.889,41
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
364	1.1.1.8.01.4.3	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		1.259,60
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
365	1.1.1.8.01.4.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Dir		1.259,60
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
	1.1.1.8.02	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços		71.167,62
	1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		71.167,62
366	1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		69.278,22
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica	25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15,00	
367	1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)	60,00	

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

1285-0419-463

**Valores Previstos da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use			
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
368	1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
369	1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multa			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60,00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
	1.1.2	Taxas			71.797,43
	1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			40.307,33
	1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			40.307,33
	1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			40.307,33
370	1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal			32.749,71
		1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia		100,00	
371	1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros			629,80
		1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia		100,00	
372	1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa			6.298,02
		1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia		100,00	
373	1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e			629,80
		1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia		100,00	
	1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços			31.490,10
	1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços			31.490,10
	1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços			31.490,10
374	1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal			29.600,70
		1511 Taxas - Prestação de Serviços		100,00	
375	1.1.2.2.01.1.2	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros			629,80
		1511 Taxas - Prestação de Serviços		100,00	
376	1.1.2.2.01.1.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa			629,80
		1511 Taxas - Prestação de Serviços		100,00	
377	1.1.2.2.01.1.4	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros			629,80
		1511 Taxas - Prestação de Serviços		100,00	
	1.1.3	Contribuição de Melhoria			3.778,80
	1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios			3.778,80
	1.1.3.8.99	Outras Contribuições de Melhoria			3.778,80
	1.1.3.8.99.1	Outras Contribuições de Melhoria			3.778,80
378	1.1.3.8.99.1.1	Outras Contribuições de Melhoria - Principal			1.259,60
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100,00	
379	1.1.3.8.99.1.2	Outras Contribuições de Melhoria - Multas e Juros			1.259,60
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100,00	
380	1.1.3.8.99.1.3	Outras Contribuições de Melhoria - Dívida Ativa			629,80

		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
381	1.1.3.8.99.1.4	Outras Contribuições de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.2	Contribuições			70.537,82
	1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública			70.537,82
	1.2.4.0.00.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública			70.537,82
382	1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Prin			68.648,42
		1507 COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF		100.00	
383	1.2.4.0.00.1.2	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Mult			629,80
		1507 COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF		100.00	
384	1.2.4.0.00.1.3	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Divi			629,80
		1507 COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF		100.00	
385	1.2.4.0.00.1.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Divi			629,80
		1507 COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF		100.00	
	1.3	Receita Patrimonial			7.778,81
	1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			3.778,81
	1.3.1.0.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação			3.778,81
	1.3.1.0.01.1	Aluguéis e Arrendamentos			3.778,81

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

1285-0419-463

**Valores Previstos da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use			
386	1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal			1.889,41
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
387	1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
388	1.3.1.0.01.1.3	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
389	1.3.1.0.01.1.4	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.3.2	Valores Mobiliários			4.000,00
	1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias			4.000,00
	1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários			4.000,00
	1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			4.000,00
390	1.3.2.1.00.1.1.01	RENDIMENTOS LIVRES			4.000,00
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.6	Receita de Serviços			19.596,03
	1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			10.778,81
	1.6.1.0.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			8.889,40
	1.6.1.0.01.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			8.889,40
391	1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal			7.000,00
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
392	1.6.1.0.01.1.2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
393	1.6.1.0.01.1.3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
394	1.6.1.0.01.1.4	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.6.1.0.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			1.889,41
	1.6.1.0.02.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			1.889,41
395	1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal			1.889,41
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.6.2	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			629,80
	1.6.2.0.02	Serviços de Transporte			629,80
	1.6.2.0.02.1	Serviços de Transporte			629,80
396	1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.6.9	Outros Serviços			8.187,42
	1.6.9.0.99	Outros Serviços			8.187,42
	1.6.9.0.99.1	Outros Serviços			8.187,42
397	1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal			6.298,02
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
398	1.6.9.0.99.1.2	Outros Serviços - Multas e Juros			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
399	1.6.9.0.99.1.3	Outros Serviços - Dívida Ativa			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
400	1.6.9.0.99.1.4	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros			629,80
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		100.00	
	1.7	Transferências Correntes			17.687.143,69
	1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades			11.943.580,57
	1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios			11.943.580,57
	1.7.1.8.01	Participação na Receita da União			10.208.106,45
	1.7.1.8.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal			9.514.544,78
401	1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-		11.893.180,97
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		57,46	
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		27,54	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
427	1.7.1.8.01.2.1	(-) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mens FUNDEB			-2.378.636,19
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		100,00	
	1.7.1.8.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr			349.941,70
402	1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr			349.941,70
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		73,01	

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital



https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br				1285-0419-463	
Valores Previstos da Receita					
Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021					
Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use			
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		26.99	
	1.7.1.8.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr			340.093,08
403	1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entr			340.093,08
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		75.00	
		1104 Demais impostos vinculados à educação básica		25.00	
	1.7.1.8.01.5	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural			3.526,89
404	1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Princi			4.408,61
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60.00	
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		25.00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15.00	
428	1.7.1.8.01.5.1	(-) Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Pr FUNDEB			-881,72
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		100.00	
	1.7.1.8.02	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recu			120.921,98
	1.7.1.8.02.3	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de P			1.259,60
405	1.7.1.8.02.3.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de P			1.259,60
		1504 Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev		100.00	
	1.7.1.8.02.6	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP			119.662,38
406	1.7.1.8.02.6.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal			119.662,38
		1504 Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev		100.00	
	1.7.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloc			1.058.814,94
	1.7.1.8.03.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica			878.012,50
419	1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal			878.012,50
		1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		100.00	
	1.7.1.8.03.2	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Comp			165.802,44
420	1.7.1.8.03.2.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Comp			165.802,44
		1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		100.00	
	1.7.1.8.03.3	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde			15.000,00
421	1.7.1.8.03.3.1	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Principal			15.000,00
		1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		100.00	
	1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento			226.980,56
	1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação			134.980,56
407	1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal			134.980,56
		1107 Salário Educação		100.00	
	1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d			31.000,00
408	1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d			31.000,00
		1122 PNAE Merenda Escolar		100.00	
	1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d			61.000,00
409	1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional d			61.000,00
		1111 Programa FNDE PNATE Transporte Escolar		100.00	
	1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96			20.153,66
	1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96			20.153,66
410	1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 -			25.192,08
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60.00	
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		25.00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15.00	
429	1.7.1.8.06.1.1	(-) Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/9 FUNDEB			-5.038,42
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		100.00	
	1.7.1.8.12	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social			308.602,98
	1.7.1.8.12.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social			308.602,98
	1.7.1.8.12.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social			308.602,98
424	1.7.1.8.12.1.1.01	Bloco da Proteção Social Básica			277.742,68
		1934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)		100.00	
425	1.7.1.8.12.1.1.02	Bloco da Gestão do SUAS			9.258,09
		1936 Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)		100.00	
426	1.7.1.8.12.1.1.03	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único			21.602,21
		1940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único		100.00	
	1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade			3.644.126,82
	1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Município			3.644.126,82
	1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados			3.350.877,14
	1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS			3.123.817,92

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br

Usuário: Ruhama Juleyegge

Chave de Autenticação Digital

1285-0419-463

**Valores Previstos da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use			
411	1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal			3.904.772,40
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		30,50	
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		45,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		24,50	
430	1.7.2.8.01.1.1	(-) Cota-Parte do ICMS - Principal	FUNDEB		-780.954,48
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		100,00	
	1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA			206.575,06
412	1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal			258.218,82
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		50,00	
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		30,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		20,00	
431	1.7.2.8.01.2.1	(-) Cota-Parte do IPVA - Principal	FUNDEB		-51.643,76
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		100,00	
	1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPI - Municípios			8.061,46
413	1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal			10.076,83
		1000 Recursos Ordinários (Livres)		60,00	

		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		25,00	
		1303 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		15,00	
432	1.7.2.8.01.3.1	(-) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	FUNDEB		-2.015,37
		1103 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		100,00	
	1.7.2.8.01.4	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico			12.422,70
414	1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-		12.422,70
		1512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)		100,00	
	1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – R			131.754,58
	1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – R			131.754,58
418	1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – R			131.754,58
		1491 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual		42,32	
		1492 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Estadual		20,00	
		1497 Vigilância em Saúde		25,68	
		1498 Assistência Farmacêutica		12,00	
	1.7.2.8.99	Outras Transferências dos Estados			161.495,10
	1.7.2.8.99.1	Outras Transferências dos Estados			161.495,10
417	1.7.2.8.99.1.1	Outras Transferências dos Estados - Principal			161.495,10
		1117 PETE - Transporte Escolar Estadual		100,00	
	1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas			2.099.436,30
	1.7.5.8	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Esta			2.099.436,30
	1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvi			2.099.436,30
	1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvi			2.099.436,30
415	1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvi			2.099.436,30
		1101 FUNDEB 60%		75,00	
		1102 FUNDEB 40%		25,00	
	2	Receitas de Capital			36.432,40
	2.2	Alienação de Bens			11.248,38
	2.2.1	Alienação de Bens Móveis			11.248,38
	2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			11.248,38
	2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			11.248,38
416	2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal			11.248,38
		1501 Receitas de Alienações de Ativos		100,00	
	2.4	Transferências de Capital			25.184,02
	2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades			2.687,26
	2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios			2.687,26
	2.4.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Bloc			2.687,26
	2.4.1.8.03.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica			2.687,26
422	2.4.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal			2.687,26
		1518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde		100,00	
	2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidade			22.496,76
	2.4.2.8	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades			22.496,76
	2.4.2.8.03	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS			22.496,76
	2.4.2.8.03.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS			22.496,76

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

1285-0419-463

**Valores Previstos da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

Receita	Natureza	Denominação	Tipo Redutora	Percentual	Previsto
		Fonte de Recursos - Id-Use			
423	2.4.2.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Pri			22.496,76
		1520 Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual		100,00	
<b>Total da Unidade Gestora</b>					<b>18.423.579,44</b>
<b>Total Geral</b>					<b>18.423.579,44</b>

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

1516-5258-137

**Balancete Orçamentário da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

Títulos		Orçada
1	Receitas Correntes	18.387.147,04
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	602.090,69
1.1.1	Impostos	526.514,46
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	256.959,21
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	256.959,21
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	256.959,21
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	256.959,21
1.1.1.3.03.1.1.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	196.498,22
1.1.1.3.03.1.1.02	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Legislativo	60.460,99
1.1.1.8	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	269.555,25
1.1.1.8.01	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	198.387,63
1.1.1.8.01.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	88.172,28
1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	81.874,26
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.519,21
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	2.519,21
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.259,60
1.1.1.8.01.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	110.215,35
1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princip	105.806,74
1.1.1.8.01.4.2	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas	1.889,41
1.1.1.8.01.4.3	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida	1.259,60
1.1.1.8.01.4.4	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida	1.259,60
1.1.1.8.02	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	71.167,62
1.1.1.8.02.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	71.167,62
1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	69.278,22
1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	629,80

1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	629,80
1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.1.2	Taxas	71.797,43
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	40.307,33
1.1.2.1.01	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	40.307,33
1.1.2.1.01.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	40.307,33
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	32.749,71
1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	629,80
1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.298,02
1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	31.490,10
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	31.490,10
1.1.2.2.01.1	Taxas pela Prestação de Serviços	31.490,10
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	29.600,70
1.1.2.2.01.1.2	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	629,80
1.1.2.2.01.1.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	629,80
1.1.2.2.01.1.4	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.1.3	Contribuição de Melhoria	3.778,80
1.1.3.8	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	3.778,80
1.1.3.8.99	Outras Contribuições de Melhoria	3.778,80
1.1.3.8.99.1	Outras Contribuições de Melhoria	3.778,80
1.1.3.8.99.1.1	Outras Contribuições de Melhoria - Principal	1.259,60
1.1.3.8.99.1.2	Outras Contribuições de Melhoria - Multas e Juros	1.259,60
1.1.3.8.99.1.3	Outras Contribuições de Melhoria - Dívida Ativa	629,80
1.1.3.8.99.1.4	Outras Contribuições de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.2	Contribuições	70.537,82
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	70.537,82
1.2.4.0.00.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	70.537,82
1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	68.648,42
1.2.4.0.00.1.2	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas e Juros	629,80
1.2.4.0.00.1.3	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	629,80

<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180 https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Digital 1516-5258-137
<b>Balancete Orçamentário da Receita</b>		
<b>Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021</b>		
	<b>Títulos</b>	<b>Orçada</b>
1.2.4.0.00.1.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.3	Receita Patrimonial	7.778,81
1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.778,81
1.3.1.0.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	3.778,81
1.3.1.0.01.1	Aluguéis e Arrendamentos	3.778,81
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.889,41
1.3.1.0.01.1.2	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	629,80
1.3.1.0.01.1.3	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	629,80
1.3.1.0.01.1.4	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.3.2	Valores Mobiliários	4.000,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	4.000,00
1.3.2.1.00.1	Remuneração de Depósitos Bancários	4.000,00
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01	RENDIMENTOS LIVRES	4.000,00
1.6	Receita de Serviços	19.596,03
1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.778,81
1.6.1.0.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	8.889,40
1.6.1.0.01.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	8.889,40
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	7.000,00
1.6.1.0.01.1.2	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	629,80
1.6.1.0.01.1.3	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	629,80
1.6.1.0.01.1.4	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.6.1.0.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.889,41
1.6.1.0.02.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.889,41
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.889,41
1.6.2	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	629,80
1.6.2.0.02	Serviços de Transporte	629,80
1.6.2.0.02.1	Serviços de Transporte	629,80
1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal	629,80
1.6.9	Outros Serviços	8.187,42
1.6.9.0.99	Outros Serviços	8.187,42
1.6.9.0.99.1	Outros Serviços	8.187,42
1.6.9.0.99.1.1	Outros Serviços - Principal	6.298,02
1.6.9.0.99.1.2	Outros Serviços - Multas e Juros	629,80
1.6.9.0.99.1.3	Outros Serviços - Dívida Ativa	629,80
1.6.9.0.99.1.4	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	629,80
1.7	Transferências Correntes	17.687.143,69
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	11.943.580,57
1.7.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	11.943.580,57
1.7.1.8.01	Participação na Receita da União	10.208.106,45
1.7.1.8.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	9.514.544,78
1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	9.514.544,78
1.7.1.8.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	349.941,70
1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Princi	349.941,70
1.7.1.8.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	340.093,08
1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	340.093,08
1.7.1.8.01.5	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	3.526,89
1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	3.526,89
1.7.1.8.02	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	120.921,98

1.7.1.8.02.3	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	1.259,60
1.7.1.8.02.3.1	Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89 - Princi	1.259,60
1.7.1.8.02.6	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	119.662,38
1.7.1.8.02.6.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	119.662,38
1.7.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Pú	1.058.814,94
1.7.1.8.03.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	878.012,50
1.7.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	878.012,50

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

1516-5258-137

**Balancete Orçamentário da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

	<b>Títulos</b>	<b>Orçada</b>
1.7.1.8.03.2	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	165.802,44
1.7.1.8.03.2.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	165.802,44
1.7.1.8.03.3	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	15.000,00
1.7.1.8.03.3.1	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Principal	15.000,00
1.7.1.8.05	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	226.980,56
1.7.1.8.05.1	Transferências do Salário-Educação	134.980,56
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	134.980,56
1.7.1.8.05.3	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	31.000,00
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Pr	31.000,00
1.7.1.8.05.4	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	61.000,00
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	61.000,00
1.7.1.8.06	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	20.153,66
1.7.1.8.06.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	20.153,66
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	20.153,66
1.7.1.8.12	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	308.602,98
1.7.1.8.12.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	308.602,98
1.7.1.8.12.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	308.602,98
1.7.1.8.12.1.1.01	Bloco da Proteção Social Básica	277.742,68
1.7.1.8.12.1.1.02	Bloco da Gestão do SUAS	9.258,09
1.7.1.8.12.1.1.03	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	21.602,21
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.644.126,82
1.7.2.8	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	3.644.126,82
1.7.2.8.01	Participação na Receita dos Estados	3.350.877,14
1.7.2.8.01.1	Cota-Parte do ICMS	3.123.817,92
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	3.123.817,92
1.7.2.8.01.2	Cota-Parte do IPVA	206.575,06
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	206.575,06
1.7.2.8.01.3	Cota-Parte do IPI – Municípios	8.061,46
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI – Municípios - Principal	8.061,46
1.7.2.8.01.4	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	12.422,70
1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	12.422,70
1.7.2.8.03	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	131.754,58
1.7.2.8.03.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	131.754,58
1.7.2.8.03.1.1	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	131.754,58
1.7.2.8.99	Outras Transferências dos Estados	161.495,10
1.7.2.8.99.1	Outras Transferências dos Estados	161.495,10
1.7.2.8.99.1.1	Outras Transferências dos Estados - Principal	161.495,10
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	2.099.436,30
1.7.5.8	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	2.099.436,30
1.7.5.8.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de V	2.099.436,30
1.7.5.8.01.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de V	2.099.436,30
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de V	2.099.436,30
2	Receitas de Capital	36.432,40
2.2	Alienação de Bens	11.248,38
2.2.1	Alienação de Bens Móveis	11.248,38
2.2.1.3	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	11.248,38
2.2.1.3.00.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	11.248,38
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	11.248,38
2.4	Transferências de Capital	25.184,02
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	2.687,26
2.4.1.8	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	2.687,26
2.4.1.8.03	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Bloco Custeio das Ações e Serviços P	2.687,26
2.4.1.8.03.1	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	2.687,26
2.4.1.8.03.1.1	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	2.687,26
2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	22.496,76
2.4.2.8	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	22.496,76

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação Digital

1516-5258-137

**Balancete Orçamentário da Receita****Valores em R\$ - Período: Orçamento/2021**

	<b>Títulos</b>	<b>Orçada</b>
2.4.2.8.03	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	22.496,76
2.4.2.8.03.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	22.496,76
2.4.2.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	22.496,76
<b>Total Geral:</b>		<b>18.423.579,44</b>

**Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba**

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180

<https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br>

Usuário: Ruhama Julyegge

Chave de Autenticação

1520-4757-069

**Balancete Orçamentário da Despesa****Valores em R\$ - Orçamento: 2021**

			<b>Fixado</b>
<b>Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>			
<b>Órgão Orçamentário: 2000 - EXECUTIVO MUNICIPAL</b>			
<b>Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO</b>			
<b>Função: 4 - Administração</b>			
<b>Subfunção: 122 - Administração Geral</b>			
<b>Programa: 2 - Gestão e Apoio Administrativo</b>			
<b>Ação: 2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito</b>			
Despesa 1	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	245.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 2	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	50.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 3	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	45.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 4	3.3.90.30.00 Material de Consumo	7.100,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 5	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 6	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.246,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 7	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 8	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.635,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			<b>357.981,00</b>
<b>Unidade Orçamentária: 2002 - ASSESSORIAS DIRETAS</b>			
<b>Função: 4 - Administração</b>			
<b>Subfunção: 122 - Administração Geral</b>			
<b>Programa: 2 - Gestão e Apoio Administrativo</b>			
<b>Ação: 2.4 - Assessorias Diretas</b>			
Despesa 14	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	136.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 15	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	34.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 16	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	750,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 17	3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria	5.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180			
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		<b>Usuário: Ruhama Juleygge</b>	<b>Chave de Autenticação</b>
			1520-4757-069
<b>Balancete Orçamentário da Despesa</b>			
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2021</b>			
			<b>Fixado</b>
Despesa 18	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
<b>Subfunção: 124 - Controle Interno</b>			
<b>Programa: 2 - Gestão e Apoio Administrativo</b>			
<b>Ação: 2.3 - Atividades do Controle Interno</b>			
Despesa 9	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	48.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 10	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	12.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 11	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 12	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.943,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
Despesa 13	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.900,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			<b>247.593,00</b>
<b>Total do Órgão Orçamentário</b>			<b>605.574,00</b>
<b>Órgão Orçamentário: 3000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>Unidade Orçamentária: 3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>Função: 4 - Administração</b>			
<b>Subfunção: 122 - Administração Geral</b>			
<b>Programa: 2 - Gestão e Apoio Administrativo</b>			
<b>Ação: 2.5 - Publicação e Divulgação Oficial</b>			
Despesa 19	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usos:		

Ação: 2.6 - Atividades do Departamento de Administração		
Despesa 20	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	450.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 21	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	81.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 22	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 23	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	12.700,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 24	3.3.90.30.00 Material de Consumo	125.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 25	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 26	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	7.200,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 27	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 28	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	330.978,01
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 29	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	148.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 30	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 31	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 32	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	16.350,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		1.227.228,01
Total do Órgão Orçamentário		1.227.228,01
Órgão Orçamentário: 4000 - SECRETARIA DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária: 4001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 123 - Administração Financeira		
Programa: 2 - Gestão e Apoio Administrativo		
Ação: 2.7 - Atividades do Departamento de Finanças		
Despesa 33	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	325.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 34	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	74.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 35	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 36	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	30.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 37	3.3.90.30.00 Material de Consumo	75.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 38	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 39	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	40.900,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 40	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 41	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	4.300,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	

Total da Unidade Orçamentária		571.800,00
Total do Órgão Orçamentário		571.800,00
Órgão Orçamentário: 5000 - SECR. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, DESECON E TURIS		
Unidade Orçamentária: 5001 - DEP. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, DESECON. E TURIS		
Função: 18 - Gestão Ambiental		
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa: 3 - Preservação da Natureza Manutenção da Vida		
Ação: 2.8 - Preservação e Recuperação Ambiental		
Despesa 45	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 4 - Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município		
Ação: 2.9 - Atividades do Depto. de Desenv. Agropecuário		
Despesa 46	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	450.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 47	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	110.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 48	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 49	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 50	3.3.90.30.00 Material de Consumo	64.480,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 51	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.270,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 52	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	44.590,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 53	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	25.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 54	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 606 - Extensão Rural		
Programa: 4 - Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município		
Ação: 1.11 - Patrulha Rural		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		
Balancete Orçamentário da Despesa		Chave de Autenticação
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		1520-4757-069
		Fixado
Despesa 42	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	25.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.10 - Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR		
Despesa 55	3.1.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	60.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 56	3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	20.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 57	4.4.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.12 - Manutenção da Patrulha Rodoviária Rural		
Despesa 58	3.3.90.30.00 Material de Consumo	110.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 59	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16.350,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Programa: 4 - Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município		
Ação: 2.13 - Atividades em Parceria com a EMATER e Casa Familiar Rural		
Despesa 60	3.3.30.41.00 Contribuições	9.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.14 - Incentivo a Diversificação da Produção Agropecuária		
Despesa 61	3.3.90.30.00 Material de Consumo	7.700,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 62	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	6.827,76
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 63	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.800,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 64	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	8.000,00

		Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
		Id-Uso:	
Função: 22 - Indústria			
Subfunção: 661 - Promoção Industrial			
Programa: 4 - Agricultura Alimentando e Desenvolvendo o Município			
Ação: 1.15 - Incentivo a Agroindustrialização			
Despesa 43	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	5.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Uso:		
Despesa 44	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Uso:		
Total da Unidade Orçamentária		1.007.117,76	
Total do Órgão Orçamentário		1.007.117,76	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação 1520-4757-069
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			
Balancete Orçamentário da Despesa			
Valores em R\$ - Orçamento: 2021			
			Fixado
Órgão Orçamentário: 6000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Unidade Orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
Função: 12 - Educação			
Subfunção: 122 - Administração Geral			
Programa: 5 - Educação de Qualidade para Todos			
Ação: 2.20 - Atividades do Departamento de Educação e Cultura			
Despesa 108	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	175.000,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 109	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	60.000,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 110	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	1.000,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 111	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	2.725,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 112	3.3.90.30.00 Material de Consumo	3.270,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 113	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.090,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 114	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	500,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 115	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.015,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 116	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	800,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Despesa 117	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.635,00	
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
	Id-Uso:		
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental			
Programa: 5 - Educação de Qualidade para Todos			
Ação: 2.16 - Ensino Fundamental - FUNDEB			
Despesa 66	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	795.000,00	
	Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 60%		
	Id-Uso:		
Despesa 65	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	140.000,00	
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%		
	Id-Uso:		
Despesa 67	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	40.000,00	
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%		
	Id-Uso:		
Despesa 68	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	145.000,00	
	Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 60%		
	Id-Uso:		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação 1520-4757-069 7 / 27
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br			
Balancete Orçamentário da Despesa			
Valores em R\$ - Orçamento: 2021			
			Fixado
Despesa 69	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.450,00	
	Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 60%		
	Id-Uso:		
Despesa 70	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	25.000,00	
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%		
	Id-Uso:		
Despesa 71	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.000,00	
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%		
	Id-Uso:		
Despesa 72	3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.450,00	



	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	
	Id-Uso:	
<b>Ação: 2.17 - Manutenção da Merenda Escolar</b>		
Despesa 74	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	80.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	
Despesa 73	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	31.000,00
	Fonte de recurso: 1122 - PNAE Merenda Escolar	
	Id-Uso:	
<b>Ação: 2.18 - Atividades do Ensino Fundamental</b>		
Despesa 76	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	234.256,74
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 75	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	52.743,26
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 77	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	140.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 78	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	65.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 79	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	3.270,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 81	3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.000,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
Despesa 82	3.3.90.30.00 Material de Consumo	47.480,74
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 80	3.3.90.30.00 Material de Consumo	130.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 83	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.800,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 84	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.200,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br	<b>Usuário: Ruhama Juleyge</b>	<b>Chave de Autenticação</b>
		1520-4757-069
<b>Balancete Orçamentário da Despesa</b>		
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2021</b>		
		<b>Fixado</b>
Despesa 86	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.500,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 85	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	17.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 89	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	140.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 87	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	65.400,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
Despesa 88	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	24.000,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 90	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.000,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 91	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.400,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 93	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	3.815,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 92	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.308,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
<b>Ação: 2.19 - Atividades do Transporte Escolar</b>		
Despesa 96	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	105.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 94	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	10.900,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 95	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	90.000,00
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	
	Id-Uso:	
Despesa 98	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	60.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 97	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	30.959,08
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	

	Id-Uso:	
Despesa 99	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	12.500,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 100	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	40.000,00
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	
	Id-Uso:	
Despesa 103	3.3.90.30.00 Material de Consumo	90.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 101	3.3.90.30.00 Material de Consumo	10.000,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
Despesa 104	3.3.90.30.00 Material de Consumo	31.000,00
	Fonte de recurso: 1111 - Programa FNDE PNATE Transporte Escolar	
	Id-Uso:	
Despesa 102	3.3.90.30.00 Material de Consumo	121.495,10
	Fonte de recurso: 1117 - PETE - Transporte Escolar Estadual	
	Id-Uso:	
Despesa 106	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	65.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 107	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	40.000,00
	Fonte de recurso: 1117 - PETE - Transporte Escolar Estadual	
	Id-Uso:	
Despesa 105	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00
	Fonte de recurso: 1111 - Programa FNDE PNATE Transporte Escolar	
	Id-Uso:	
Subfunção: 365 - Educação Infantil		
Programa: 5 - Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.21 - Atividades da Educação Infantil		
Despesa 118	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	6.250,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
Despesa 119	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	160.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 120	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	6.250,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 121	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	63.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 122	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	23.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 125	3.3.90.30.00 Material de Consumo	150.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 123	3.3.90.30.00 Material de Consumo	33.053,93
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 124	3.3.90.30.00 Material de Consumo	8.022,56
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
Despesa 126	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.090,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 128	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	93.185,97
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 129	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	37.000,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	
	Id-Uso:	
Despesa 127	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	35.000,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 130	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 131	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 133	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
	Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação	

	Id-Uso:	
Despesa 134	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.962,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 132	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	2.619,25
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Ação: 2.36 - Educação Infantil - FUNDEB.		
Despesa 146	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	43.000,00
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	
	Id-Uso:	
Despesa 147	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	435.000,00
	Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 60%	
	Id-Uso:	
Despesa 148	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	189.127,22
	Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 60%	
	Id-Uso:	
Despesa 149	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	100.000,00
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	
	Id-Uso:	
Despesa 150	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.450,00
	Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 40%	
	Id-Uso:	
Despesa 151	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 60%	
	Id-Uso:	
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos		
Programa: 5 - Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.22 - Educação de Jovens e Adultos		
Despesa 135	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	1.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 136	3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.000,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 137	3.3.90.30.00 Material de Consumo	36.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 138	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.613,96
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 139	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	34.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Subfunção: 367 - Educação Especial		
Programa: 5 - Educação de Qualidade para Todos		
Ação: 2.38 - Atividades da Educação Especial		
Despesa 381	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	52.000,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 153	3.3.90.30.00 Material de Consumo	4.360,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Despesa 152	3.3.90.30.00 Material de Consumo	35.000,00
	Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	
	Id-Uso:	
Despesa 154	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	9.810,00
	Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica	
	Id-Uso:	
Função: 13 - Cultura		
Subfunção: 392 - Difusão Cultural		
Programa: 6 - Cultura Educativa		
Ação: 2.23 - Atividades da Biblioteca Pública		
Despesa 140	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	
Despesa 141	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	
Despesa 142	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	
Ação: 2.24 - Apoio a Eventos e Promoções Culturais		
Despesa 143	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	
Despesa 144	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	
Despesa 145	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Uso:	

Total da Unidade Orçamentária		4.792.257,81
Total do Órgão Orçamentário		4.792.257,81
Órgão Orçamentário: 7000 - SECRETARIA DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 122 - Administração Geral		
Programa: 8 - Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Socia		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180 https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação 1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Ação: 2.35 - Manutenção do Conselho de Saúde		
Despesa 165	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 166	3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 167	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 168	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 169	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Programa: 9 - Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 1.31 - Aquisição de Veículos para o Dep. de Saúde		
Despesa 155	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	500,00
	Fonte de recurso: 1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual	
	Id-Uso:	
Despesa 156	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	6.200,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Ação: 2.30 - Administração do Departamento de Saúde		
Despesa 157	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	41.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 158	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	16.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 159	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.545,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 160	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.357,86
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 161	3.3.90.30.00 Material de Consumo	7.630,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 162	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.090,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 163	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	7.085,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 164	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.090,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Total da Unidade Orçamentária		98.497,86
Unidade Orcamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		

Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069 12 / 27
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Ação: 2.35 - Manutenção do Conselho de Saúde		
Despesa 165	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 166	3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 167	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 168	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	
Despesa 169	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Uso:	

Programa: 9 - Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 1.31 - Aquisição de Veículos para o Dep. de Saúde		
Despesa 155	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	500,00
	Fonte de recurso: 1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual	
	Id-Usó:	
Despesa 156	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	6.200,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.30 - Administração do Departamento de Saúde		
Despesa 157	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	41.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 158	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	16.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 159	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.545,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 160	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.357,86
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 161	3.3.90.30.00 Material de Consumo	7.630,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 162	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.090,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 163	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	7.085,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 164	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.090,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		98.497,86
Unidade Orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Função: 10 - Saúde		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Juleygge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Subfunção: 301 - Atenção Básica		
Programa: 8 - Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Socia		
Ação: 2.27 - Ações dos Programas SF, SB, ACS e NASF		
Despesa 178	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	796.994,52
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 179	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	145.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 180	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	38.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 181	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Ação: 2.28 - Atenção Básica		
Despesa 182	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	650.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 183	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	175.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 184	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	40.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 185	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	15.000,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 187	3.3.90.30.00 Material de Consumo	80.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 186	3.3.90.30.00 Material de Consumo	16.358,53
	Fonte de recurso: 1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	
	Id-Usó:	
Despesa 188	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.450,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 189	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	3.270,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 190	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	13.582,68
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 192	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
	Fonte de recurso: 1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	
	Id-Usó:	

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		260.000,00
Despesa 191	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		19.200,00
Despesa 194	Fonte de recurso: 1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação Página
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 193	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	20.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 195	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Programa: 9 - Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 1.36 - Construção, Reforma e Manutenção das Unidades e Academia de Saúde		
Despesa 170	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.180,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 172	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	545,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 173	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500,00
	Fonte de recurso: 1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual	
	Id-Usó:	
Despesa 171	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	500,00
	Fonte de recurso: 1518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 175	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	690,50
	Fonte de recurso: 1518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 174	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	4.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 177	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	496,76
	Fonte de recurso: 1518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 176	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.65 - Coleta de Resíduos Ambulatorial		
Despesa 231	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.200,00
	Fonte de recurso: 1491 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Estadual	
	Id-Usó:	
Despesa 230	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 9 - Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 2.32 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial - MAC		
Despesa 205	3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	157.757,76
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 207	3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	26.350,92
	Fonte de recurso: 1492 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Estadual	
	Id-Usó:	
Despesa 206	3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	18.222,38
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 208	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	696.563,39
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 209	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	800,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.33 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde e da Rede de Urgência		
Despesa 210	3.1.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	80.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 211	3.3.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	230.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 212	4.4.71.70.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público	2.071,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico		
Programa: 9 - Saúde Preventiva e Curativa		

Ação: 2.29 - Farmácia Básica		
Despesa 196	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	49.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 197	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	10.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 382	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	4.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 199	3.3.90.30.00 Material de Consumo	10.000,00
	Fonte de recurso: 1498 - Assistência Farmacêutica	
	Id-Usó:	
Despesa 198	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.000,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 200	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	115.400,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 202	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.810,55
	Fonte de recurso: 1498 - Assistência Farmacêutica	
	Id-Usó:	
Despesa 201	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 204	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
	Fonte de recurso: 1518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 203	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	250,00
	Fonte de recurso: 1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual	
	Id-Usó:	
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária		
Programa: 8 - Saúde Prevenção é bem estar Físico, Mental e Socia		
Ação: 2.34 - Programa Vigilância Sanitária		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Juleygge 1520-4757-069	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 214	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	63.660,28
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 213	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	69.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 215	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	26.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 217	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	545,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 216	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 218	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1497 - Vigilância em Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 219	3.3.90.30.00 Material de Consumo	7.630,00
	Fonte de recurso: 1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
	Id-Usó:	
Despesa 220	3.3.90.30.00 Material de Consumo	23.834,58
	Fonte de recurso: 1497 - Vigilância em Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 221	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.270,00
	Fonte de recurso: 1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
	Id-Usó:	
Despesa 222	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
	Fonte de recurso: 1497 - Vigilância em Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 224	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
	Fonte de recurso: 1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
	Id-Usó:	
Despesa 223	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	21.246,76
	Fonte de recurso: 1520 - Bloco de Invest.Serviços de Saúde-Port.204-GM,2007 - Estadual	
	Id-Usó:	
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa: 9 - Saúde Preventiva e Curativa		
Ação: 2.37 - Programa Vigilância Epidemiológica		
Despesa 226	3.3.90.30.00 Material de Consumo	13.080,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	
	Id-Usó:	
Despesa 225	3.3.90.30.00 Material de Consumo	545,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	
Despesa 227	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	545,00
	Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
	Id-Usó:	

		3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	545,00
Despesa 229		Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
		Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069	
Balancete Orçamentário da Despesa			
Valores em R\$ - Orçamento: 2021			
		Fixado	
Despesa 228	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		14.279,00
	Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
	Id-Usó:		
Total da Unidade Orçamentária			4.007.374,61
Total do Órgão Orçamentário			4.105.872,47
Órgão Orçamentário: 8000 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Unidade Orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO OBRAS E ESTRADAS MUNICIPAIS			
Função: 15 - Urbanismo			
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana			
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor			
Ação: 1.40 - Pavimentação e Recape de Vias			
Despesa 234	4.4.90.51.00 Obras e Instalações		55.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Função: 17 - Saneamento			
Subfunção: 511 - Saneamento Básico Rural			
Programa: 10 - Caminhos do Campo			
Ação: 1.38 - Sistema de Abastecimento de Água Rural			
Despesa 232	4.4.90.51.00 Obras e Instalações		6.800,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Função: 26 - Transporte			
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário			
Programa: 10 - Caminhos do Campo			
Ação: 1.39 - Pavimen. Polidétrica das Estradas Gerais e Vicinais			
Despesa 233	4.4.90.51.00 Obras e Instalações		50.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Total da Unidade Orçamentária			111.800,00
Unidade Orçamentária: 8002 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Função: 15 - Urbanismo			
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos			
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor			
Ação: 2.43 - Manutenção e Conservação da Frota			
Despesa 237	3.3.90.30.00 Material de Consumo		11.272,70
	Fonte de recurso: 1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)		
	Id-Usó:		
Despesa 238	3.3.90.30.00 Material de Consumo		660.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 239	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		90.100,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Ação: 2.46 - Atividades do Departamento de Obras, Viação e Serv. Públicos			
Despesa 240	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		600.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 241	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		145.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069	
Balancete Orçamentário da Despesa			
Valores em R\$ - Orçamento: 2021			
		Fixado	
Despesa 242	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		57.770,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 246	3.3.90.30.00 Material de Consumo		102.421,98
	Fonte de recurso: 1504 - Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev		
	Id-Usó:		
Despesa 244	3.3.90.30.00 Material de Consumo		16.289,33
	Fonte de recurso: 1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia		
	Id-Usó:		
Despesa 245	3.3.90.30.00 Material de Consumo		96.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 243	3.3.90.30.00 Material de Consumo		11.063,10
	Fonte de recurso: 1511 - Taxas - Prestação de Serviços		
	Id-Usó:		
Despesa 249	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		20.427,00
	Fonte de recurso: 1511 - Taxas - Prestação de Serviços		
	Id-Usó:		
Despesa 247	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		16.000,00
	Fonte de recurso: 1504 - Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev		
	Id-Usó:		
Despesa 250	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		11.118,00



	Fonte de recurso: 1510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	
	Id-Usó:	
Despesa 248	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	77.720,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 251	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 252	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	13.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 253	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	2.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 254	4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	6.700,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Função: 26 - Transporte		
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário		
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor		
Ação: 1.48 - Ampliação da Frota Rodoviária		
Despesa 236	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 235	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	11.248,38
	Fonte de recurso: 1501 - Receitas de Alienações de Ativos	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		1.960.180,49
Total do Órgão Orçamentário		2.071.980,49
Órgão Orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Unidade Orçamentária: 9001 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Função: 8 - Assistência Social		
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa: 13 - Nossos Jovens Nosso Futuro		
Ação: 6.50 - Manutenção do Conselho Tutelar		
Despesa 265	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	101.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 266	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	21.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 383	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 267	3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.886,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 268	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 269	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.886,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 270	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	2.354,40
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 12 - Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.49 - Atividades do Departamento de Assistência Social		
Despesa 255	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	24.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 256	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 257	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 258	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	3.700,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 259	3.3.90.30.00 Material de Consumo	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 260	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.398,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 261	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.308,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		

CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180 https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação 1520-4757-069
<b>Balancete Orçamentário da Despesa</b>			
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2021</b>			
		<b>Fixado</b>	
Despesa 262	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		6.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 263	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		1.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 264	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		1.853,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			197.635,40
<b>Unidade Orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE</b>			
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>			
<b>Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>			
<b>Programa: 13 - Nossos Jovens Nosso Futuro</b>			
<b>Ação: 6.51 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente</b>			
Despesa 271	3.3.90.14.00 Diárias – Civil		1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 272	3.3.90.30.00 Material de Consumo		5.963,21
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 273	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção		1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 274	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		2.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 275	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		1.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 276	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente		2.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
<b>Ação: 6.54 - Apoio a Maternidade e a Infância</b>			
Despesa 277	3.3.90.30.00 Material de Consumo		4.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 278	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		1.853,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 279	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		2.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
<b>Ação: 6.55 - Manutenção Programa Apoio a Criança e Adolescente</b>			
Despesa 281	3.3.90.30.00 Material de Consumo		2.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)		
	Id-Usó:		
Despesa 280	3.3.90.30.00 Material de Consumo		66.540,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
<b>Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba</b>			
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR			
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180 https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação 1520-4757-069
<b>Balancete Orçamentário da Despesa</b>			
<b>Valores em R\$ - Orçamento: 2021</b>			
		<b>Fixado</b>	
Despesa 282	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		2.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 283	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		63.597,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 284	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		2.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)		
	Id-Usó:		
Despesa 285	3.3.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		26.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
<b>Ação: 6.57 - Profissionalização, Emprego e Renda</b>			
Despesa 286	3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado		50.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 384	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais		10.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
Despesa 287	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		5.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		
	Id-Usó:		
<b>Total da Unidade Orçamentária</b>			250.503,21
<b>Unidade Orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>			
<b>Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso</b>			
<b>Programa: 12 - Viver com Dignidade Social</b>			

Ação: 2.52 - Apoio e Assistência ao Idoso		
Despesa 288	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 289	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 290	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.488,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 291	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 293	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.104,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 292	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência		
Programa: 12 - Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.53 - Assistência a Portador de Necessidades Especiais		
Despesa 294	3.3.90.30.00 Material de Consumo	2.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Juleyge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 295	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária		
Programa: 12 - Viver com Dignidade Social		
Ação: 2.56 - Benefícios Eventuais		
Despesa 296	3.3.50.41.00 Contribuições	1.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 297	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	20.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 298	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.400,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 299	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.890,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Ação: 2.58 - Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social		
Despesa 300	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	225.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 301	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	48.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 302	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 303	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 304	3.3.90.30.00 Material de Consumo	15.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 305	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	17.985,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 306	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.270,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 307	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	18.100,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 308	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 309	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	1.090,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 310	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	1.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Juleyge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orcamentário da Despesa		

Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Ação: 2.64 - Gestão Municipal do SUAS		
Despesa 311	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	70.832,68
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 312	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	17.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 313	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	8.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 314	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	1.118,09
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 317	3.3.90.30.00 Material de Consumo	11.602,21
	Fonte de recurso: 1940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
	Id-Usó:	
Despesa 315	3.3.90.30.00 Material de Consumo	71.391,91
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 316	3.3.90.30.00 Material de Consumo	6.058,09
	Fonte de recurso: 1936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 318	3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.400,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 320	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	100.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 321	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.700,00
	Fonte de recurso: 1936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 319	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
	Fonte de recurso: 1940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
	Id-Usó:	
Despesa 322	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	15.000,00
	Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica (SUAS)	
	Id-Usó:	
Despesa 323	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
	Fonte de recurso: 1940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
	Id-Usó:	
Despesa 324	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	500,00
	Fonte de recurso: 1936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		707.879,98
Total do Órgão Orçamentário		1.156.018,59
Órgão Orçamentário: 10000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 10001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO		
Função: 4 - Administração		
Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento		
Programa: 2 - Gestão e Apoio Administrativo		
Ação: 2.59 - Atividades do Departamento de Planejamento		
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180 https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		Usuário: Ruhama Julyegge Chave de Autenticação 1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 325	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	150.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 326	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	50.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 327	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	6.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 328	3.3.90.14.00 Diárias – Civil	2.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 329	3.3.90.30.00 Material de Consumo	6.800,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 330	3.3.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 331	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	17.658,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 332	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	2.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 333	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	4.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		240.558,00
Total do Órgão Orçamentário		240.558,00

Órgão Orçamentário: 11000 - SECRETARIA DE ESPORTES		
Unidade Orçamentária: 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
Função: 27 - Desporto e Lazer		
Subfunção: 812 - Desporto Comunitário		
Programa: 7 - Esporte e Lazer		
Ação: 2.25 - Apoio a Jogos e Eventos Esportivos		
Despesa 334	3.3.90.30.00 Material de Consumo	4.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 335	3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 336	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	24.430,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 813 - Lazer		
Programa: 7 - Esporte e Lazer		
Ação: 2.26 - Atividades do Departamento de Esporte		
Despesa 337	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	57.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 338	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	14.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 339	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 340	3.3.90.30.00 Material de Consumo	27.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 341	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	27.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 342	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	750,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 343	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	750,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		165.930,00
Total do Órgão Orçamentário		165.930,00
Órgão Orçamentário: 12000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade Orçamentária: 12001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Função: 6 - Segurança Pública		
Subfunção: 182 - Defesa Civil		
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.70 - Defesa Civil		
Despesa 360	3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Função: 15 - Urbanismo		
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana		
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.66 - Atividades do Departamento de Infraestrutura e Urbanismo		
Despesa 351	3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	210.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 352	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	43.809,59
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 353	3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	7.500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 354	3.3.90.30.00 Material de Consumo	33.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 355	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	29.094,90
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 356	3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.250,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 357	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	3.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	

		1.500,00
Despesa 358	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 359	4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis	2.600,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.44 - Coleta de Resíduos Sólidos e Orgânicos		
Despesa 346	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	200.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Subfunção: 751 - Conservação de Energia		
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor		
Ação: 2.45 - Manutenção da Iluminação Pública		
Despesa 347	3.3.90.30.00 Material de Consumo	17.137,82
	Fonte de recurso: 1507 - COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF	
	Id-Usó:	
Despesa 348	3.3.90.30.00 Material de Consumo	4.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 349	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.700,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 350	3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	52.400,00
	Fonte de recurso: 1507 - COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF	
	Id-Usó:	
Subfunção: 752 - Energia Elétrica		
Programa: 11 - Nossa Cidade Melhor		
Ação: 1.41 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública		
Despesa 344	3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.000,00
	Fonte de recurso: 1507 - COSIP-Contrib. de Iluminação Pública, Art.149-A,CF	
	Id-Usó:	
Despesa 345	4.4.90.51.00 Obras e Instalações	5.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		622.992,31
Total do Órgão Orçamentário		622.992,31
Órgão Orçamentário: 90000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO		
Unidade Orçamentária: 90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Função: 28 - Encargos Especiais		
Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais		
Programa: 14 - Programa de Encargos Especiais		
Ação: 2.60 - Devolução e Restituição de Valores		
Despesa 362	3.3.30.93.00 Indenizações e Restituições	100,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba		
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR		
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180	Usuário: Ruhama Julyegge	Chave de Autenticação
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br		1520-4757-069
Balancete Orçamentário da Despesa		
Valores em R\$ - Orçamento: 2021		
		Fixado
Despesa 361	3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	100,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 363	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Ação: 3.61 - Contribuição ao PASEP		
Despesa 364	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	150.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 365	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.500,00
	Fonte de recurso: 1504 - Outros Royalties e Comp. Financ. e Patrim.Não Prev	
	Id-Usó:	
Despesa 366	3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	1.150,00
	Fonte de recurso: 1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	
	Id-Usó:	
Ação: 3.62 - Encargos da Dívida Pública		
Despesa 367	3.2.90.21.00 Juros sobre a Dívida por Contrato	500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 368	4.6.90.71.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado	55.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Ação: 3.63 - Sentenças e Reclamações Trabalhistas		
Despesa 369	3.3.90.67.00 Depósitos Compulsórios	1.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 370	3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais	4.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Despesa 371	3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	500,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Função: 99 - Reserva de Contingência		
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência		

Programa: 14 - Programa de Encargos Especiais		
Ação: 9.64 - Reserva de Contingência		
Despesa 372	9.9.99.99.00 A Classificar	690.000,00
	Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	
	Id-Usó:	
Total da Unidade Orçamentária		905.350,00
Total do Órgão Orçamentário		905.350,00
Total da Unidade Gestora		17.472.679,44
Total Geral		17.472.679,44

**Publicado por:**  
Ruhama Julyegge Andrighetti Girollete  
**Código Identificador:**06E11E67

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO N.º 232/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE Bituruna no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Bituruna e autorização contida na Lei Municipal nº 002088/19 de 19 de Novembro de 2019.  
**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO	
02.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAM	
(21) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.003-1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
02.02 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	
(39) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.026-1000 - MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
02.05 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
(220) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.039-1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
02.08 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
(364) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.017-1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
(524) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.010-1507 - MATERIAL DE CONSUMO	7.100,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>167.100,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO	
02.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAM	
(13) 3.3.50.43.00.00.00.00.2.003-1000 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	58.000,00
02.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
(72) 3.3.90.32.00.00.00.00.2.012-1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	26.400,00
(151) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.007-1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
(88) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.006-1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	45.600,00
02.05 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
(219) 3.3.90.31.00.00.00.00.2.039-1000 - PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT.	10.000,00
02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
(449) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.035-1507 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	7.100,00
<b>Total Anulação:</b>	<b>167.100,00</b>

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço do Índio, 30 de Novembro de 2020

<b>CLAUDINEI DE PAULA CASTILHO</b>
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Enéias Santos Mello  
**Código Identificador:**B7DE3958

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL**

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 198/2020**

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 198/2020

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2020 - Processo Licitatório 71/2020), HOMOLOGADO EM 17/11/2020.**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.**

**CONTRATADA: COMPACT POWER MAQUINAS LTDA - EPP – CNPJ: 11.496.215/0001-61.**

**OBJETO: aquisições de um gerador de energia que será usa para o funcionamento do triturador de galhos e para demais atividades de necessidade do município, visando atender a demanda de todos os Departamentos da Prefeitura Municipal, para o uso de todos os**

departamentos municipais, visando à manutenção e conservação dos espaços públicos, nos termos das condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2020, seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição, e conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL ITEM (R\$)
1	<b>GRUPO GERADOR A DIESEL AUTOMÁTICO</b> Deve desenvolver a potência mínima de (75kVA) em regime uso contínuo, frequência de 60 Hz, comissionamento e start-up. <b>MOTOR DIESEL:</b> Motor diesel estacionário, 4 tempos, arrefecido à água, cilindrada de 4,4 litros, mínima 150 amperes em regime stand-by, 04 cilindros em linha, 1800 rpm, - Injeção eletrônica de combustível; - Refrigeração líquida com radiador, ventilador e bomba centrífuga; - Sistema de arrefecimento com o ventilador e radiador, o acionamento do ventilador e o alternador de carga de 65 Ah totalmente cobertos; - Contendo 01 (uma) bateria 12 V; - Bateria de partida livre de manutenção com cabos e suporte de fixação na base; - Sistema de escapamento com silencioso, segmento elástico, curva e flange; - Válvula de dreno do óleo lubrificante; - Válvula de drenagem do líquido de arrefecimento; - Tanque de combustível em polietileno retangular com capacidade mínima de 100 litros, com visor de nível e possibilidade de conexão externa; - Amortecedor de vibração entre a base e o grupo gerador; - STPM (Sistema de transferência em paralelo momentâneo); - Disjuntor termomagnético tripolar para proteção; - QTA (Quadro de transferência automático); - QTM (Quatro de transferência manual); - Regulador eletrônico de velocidade; - Quadro de transferência remoto; - Quadro de comando remoto; - Painel Autossustentado; - Carregador de baterias e pré-aquecimento 220 volts; - Acabamento em pintura à pó anti-corrosiva. <b>ALTERNADOR:</b> Síncrono, trifásico, auto-excitado tipo brushless (sem escovas), especial para cargas deformantes, equipado com: Classe de isolamento/elevação de temperatura H; - Regulador de voltagem eletrônico; - Classificação de proteção de entrada IP 23. <b>TENSÃO:</b> 380/220/127 VOLTS <b>CONTROLADOR:</b> Sistema de controle com partida, parada e transferência de carga. Monitoramento e diagnóstico das grandezas mecânicas do motor diesel, com medição da temperatura d'água, pressão do óleo lubrificante, indicador do nível de tensão das baterias de partida contador de horas de operação. Monitoramento e diagnóstico das grandezas elétricas do gerador, com medição de tensão, corrente e frequência. Alarmes com proteção para alta temperatura d'água, baixa pressão de óleo lubrificante, falha de partida, sobrevelocidade e sobrecarga. Montado na base do grupo gerador sobre coxins anti-vibração. <b>PRE AQUECIMENTO (220V):</b> Tem a função de manter o bloco do motor pré-aquecido, para evitar que o mesmo assuma carga com o bloco frio e sofra danos. <b>CARREGADOR DE BATERIAS:</b> Tem a função de manter a bateria do grupo gerador alimentada, garantindo assim a partida do motor. <b>REGULADOR ELETRÔNICO DE VELOCIDADE:</b> com a função de garantir eletronicamente a rotação do motor Diesel em 1800 rpm e estabilidade e frequência em 60 Hz. <b>CARENAGEM:</b> Carenagem pronta para aplicação ao tempo construída sob chapas de aço em carbono, com preparação acústica para 85 dB (A) a 1,5 metros de distância. Garantia no Mínimo de 12 (doze) meses.	<b>GERA POWER BRASIL/ GF3-75</b>	Unid.	01	R\$ 48.900,00	R\$ 48.900,00

**VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO:** O valor total do Contrato é de **R\$ 48.900,00 (Quarenta e Oito Mil e Novecentos Reais)**, pagos até dez dias após a entrega do mesmo. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

**RECURSOS FINANCEIROS:** Os pagamentos correrão por conta dos recursos das Dotações que serão indicados quando da solicitação para aquisição da mercadoria 06.00 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 1545200062.012 – Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 44.90.52 Outros equipamento e material permanente; Despesa: 1457; 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.00 – Departamento de Obras e serviços rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais da divisão de serviços rodoviários; 44.90.52 Outros Equipamento e Material permanente. Despesa: 1456.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** A vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do contrato.

Bom Sucesso do Sul-PR, 02 de Dezembro de 2020.

**NILSON ANTONIO FEVERSANI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Divisão de Licitações e Contratos  
**Código Identificador:5385B897**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**RESULTADO FINAL DO EDITAL II**

**Divulgação do resultado final dos Contemplados referente ao Chamamento Público para Apresentação de Proposta Culturais – INCISO III – LEI ALDIR BLANC, realizado Pela Comissão de Gestão, Fiscalização e Acompanhamento da Lei Federal Aldir Blanc.**

Nome dos Contemplados	Crítérios	Proposta	Valor
Solange Maria Cabral Zanquetin	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação número de mágica	R\$ 2.000,00
Michel Golojuh	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação de esquete cômica (palhaço)	R\$ 2.000,00
Daniel Heleodoro Cabral Zanquetin	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação de número de monociclo	R\$ 2.000,00
Gabriela Cabral Zanquetin	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação de número de Contorcionismo	R\$ 2.000,00
André Luiz de Souza	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação do Número Malares	R\$ 2.000,00
Sílvia Marcos Cabral Zanquettin	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação do número de trapezista	R\$ 2.000,00
Nanci Maria de Souza	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda R\$ 2.000,00	Apresentação Balé aéreo	R\$ 2.000,00
Anaise Franciscan Zanquettin	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação de esquete cômica (palhaço)	R\$ 2.000,00
Marcia Aparecida Cabral Zanquettin	Trabalhador solo QUE TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Apresentação do Número artístico de Equilibrista	R\$ 2.000,00
Rafael Ventura	Trabalhador solo QUE NÃO TEM a atividade cultural como sua única fonte de renda	Natal Solidário	R\$ 1.840,52
Lilian Abreu Paulino Karas	Fotografias (com moldura e descrição na foto com	Fotografia (com molduras e descrição) exposição	



	nome do prédio e local) de prédios públicos e pontos turísticos para exposições no Casarão Villa Anna	Casarão Villa Anna	R\$ 5.000,00
RN Produções	Empresa/ MEI – Produções - Vídeos (contando a história do município e mostrando os pontos turísticos) entregar 50 CD	Campo do Tenente “Cidade Histórica do Paraná”	R\$ 10.000,00

Campo do Tenente 01 de dezembro de 2020

**MARILENE APARECIDA HORNICK**

Secretaria Municipal de Educação

**COMISSÃO DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA LEI FEDERAL ALDIR BLANC.**

**Publicado por:**  
Zeila de Fatima Cavalheiro Urban  
**Código Identificador:**2159E2D7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 61/2020**

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS. – ANO 2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO	Nº. A.R.P.	CONTRATADA	DATA ASSINATURA	DATA FIM DE VIGENCIA	VALOR TOTAL
Pregão Eletrônico nº. 61/2020	– Registro de preços de material de expediente, para futura e eventual aquisição pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.	186/2020	– PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP – CNPJ: 19.032.430/0001-13	26/11/2020	25/11/2021	R\$ 977,50
		187/2020	– PAPELARIA SAO BENTO EPP – CNPJ: 07.634.816/0001-16	26/11/2020	25/11/2021	R\$ 43.365,23
		188/2020	– MIX ATACADO EIRELI ME – CNPJ: 30.804.335/0001-23	26/11/2020	25/11/2021	R\$ 2.249,90
		189/2020	– MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LOURENÇONE ME – CNPJ: 17.992.596/0001-56	26/11/2020	25/11/2021	R\$ 1.631,80

**Publicado por:**  
Josiane Kaiss  
**Código Identificador:**EBAB234D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 66/2020**

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS. – ANO 2020

Nº. A.R.P.	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA ASSINATURA	DATA FIM DE VIGENCIA	VALOR TOTAL
194/2020	– Pregão Eletrônico nº. 66/2020	– Registro de preços de Notas Fiscais de Produtor Rural modelo padrão do Estado do Paraná, para futura e eventual aquisição pela Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA EPP CNPJ: 05.665.084/0001-04	27/11/2020	26/11/2020	R\$ 5.100,00

**Publicado por:**  
Josiane Kaiss  
**Código Identificador:**D982F624

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO Nº 63/2020**

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE – EXTRATO DE CONTRATO – ANO 2020

Nº. CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA ASSINATURA	DATA FIM DE VIGENCIA	VALOR TOTAL
193/2020	– Pregão Eletrônico nº. 63/2020	– Contratação de empresa jornalística de grande circulação no Estado do Paraná para publicações de atos oficiais do Município de Campo do Tenente/PR, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.	EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A CNPJ: 77.338.424/0001-95	27/11/2020	26/11/2020	R\$ 5.034,00

**Publicado por:**  
Josiane Kaiss  
**Código Identificador:**FACF4703

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 61/2020**

RELAÇÃO DE VENCEDORES – MUNICIPIO DE CAMPO DO TENENTE – ANO 2020

Nº. LICITAÇÃO	PROCESSO	DATA LICITAÇÃO	OBJETO	VENCEDORES/CNPJ/CPF	VALOR TOTAL LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 61/2020		23/10/2020	– Registro de preços de material de expediente, para futura e eventual aquisição pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	– PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP – CNPJ: 19.032.430/0001-13	R\$ 977,50
				– PAPELARIA SÃO BENTO EPP – CNPJ: 07.634.816/0001-16	R\$ 43.365,23
				– MIX ATACADO EIRELI ME – CNPJ: 30.804.335/0001-23	R\$ 2.249,90
				– MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LOURENÇONE ME	R\$ 1.631,80

- CNPJ: 17.992.596/0001-56

**Publicado por:**  
Josiane Kaiss  
**Código Identificador:**2A88051D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 63/2020**

RELAÇÃO DE VENCEDORES – MUNICIPIO DE CAMPO DO TENENTE – ANO 2020

Nº. LICITAÇÃO	PROCESSO	DATA LICITAÇÃO	OBJETO	VENCEDORES/CNPJ/CPF	VALOR TOTAL LICITAÇÃO
Pregão 63/2020	Eletrônico nº.	11/11/2020	– Contratação de empresa jornalística de grande circulação no Estado do Paraná para publicações de atos oficiais do Município de Campo do Tenente/PR, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.	EDITORA E GRAFICA PARANA PRESS S.A CNPJ: 77.338.424/0001-95	R\$ 5.034,00

**Publicado por:**  
Josiane Kaiss  
**Código Identificador:**97AB8405

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 66/2020**

RELAÇÃO DE VENCEDORES – MUNICIPIO DE CAMPO DO TENENTE – ANO 2020

Nº. LICITAÇÃO	PROCESSO	DATA LICITAÇÃO	OBJETO	VENCEDORES/CNPJ/CPF	VALOR TOTAL LICITAÇÃO
Pregão 66/2020	Eletrônico nº.	16/11/2020	– Registro de preços de Notas Fiscais de Produtor Rural modelo padrão do Estado do Paraná, para futura e eventual aquisição pela Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA EPP CNPJ: 05.665.084/0001-04	R\$ 5.100,00

**Publicado por:**  
Josiane Kaiss  
**Código Identificador:**1176F065

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI**

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**ATA DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2020**

Processo Administrativo Nº 112/2020  
Tipo: REGISTRO DE PREÇO  
PREGOEIRO: RODRIGO MISS  
Data de Publicação: 11/11/2020 17:03:49

**LOTE 1 - HOMOLOGADO - 01/12/2020 17:20:23**  
**Lote 001**

**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

**Item:** 1 Unidade: HORA Marca: MÃO DE OBRA PROPRIA Modelo: MÃO DE OBRA PROPRIA

Descrição: Serviço de 3 (três) eletricitistas para execução de ampliação e manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública e de seus componentes, bem como instalação, manutenção e remoção de itens de ornamentação natalina, nos bairros, praças, trevos, parques e superpostes, conforme determinação da Administração. Durante a manutenção deverá ser verificado a existência de pelos menos os seguintes defeitos, os quais existindo deverão ser corrigidos: 1) pontos de luz apagado durante a noite; 2) pontos de luz quebrado; 3) ponto de luz acesa durante o dia; 4) fotocélulas e chaves magnéticas com defeitos; 5) lâmpada com baixa luminosidade; 6) luminária com baixa reflexão da luz; 7) redoma de luminária quebrada, suja ou sem presilha de fechamento; 8) luminária torta ou fora de padrão; 9) braço de iluminação oxidado ou fora de padrão; 10) reator com defeito ou mal fixado; 11) parafuso frouxo ou oxidado; 12) fiação com curto circuito; 13) luminária muito próxima à rede de baixa ou alta tensão; 14) ornamentação natalina com base defeituosa ou com perigo de queda; 15) reforma ou montagem de enfeites natalinos; 16) ausência de conectores com a rede; 17) vegetação na rede que represente danos ou prejuízos à iluminação; 18) cabo subterrâneo com defeito; 19) caixa de passagem obstruída ou sem tampa

Quantidade: 900 **Valor Unit.:** 47,37 **Valor Total:** 42.633,00

**CLASSIFICAÇÃO**

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1	ELETRO BAHRI EIRELI-ME	008	28.518.117/0001-80	57,20	47,37	Sim
2	JERRI ADRIANI SCRAMOSIN E CIA LTDA ME	082	05.953.117/0001-03	65,00	47,38	Sim
<b>DECLASSIFICADOS</b>						
	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
<b>INABILITADOS</b>						
	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME

**AUTORIDADE:** VALDECIR ANTONIO DA SILVA

**Publicado por:**  
Rodrigo Miss  
**Código Identificador:**E651CC62

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 542/2020 DATA: 02-12-2020**

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os Artigos 74 a 80 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23/03/2012,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Conceder férias aos Servidores Públicos abaixo relacionados, conforme períodos constantes nos recibos de férias arquivados no assentamento funcional:

Matr:	Servidor(a)	Cargo	Período Aquisitivo	Dias	Período de Férias	Retorno
122002/1	Raimundo E. Medeiros	Motorista	2019 / 2020	30	01-12-20 a 30-12-20	31-12-20
118742/1	Valmir Lucietto	Instrutor de Esportes	2018 / 2020	20	30-11-20 a 19-12-20	21-12-20

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 02 de dezembro de 2020.

**CLAUDIOMIRO QUADRI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Evandro Pedro Szeikut  
**Código Identificador:**A3154A1A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 543/2020**

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - **CONCEDER** as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, em atendimento ao Art. 4º, da Lei 2.201/2017, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, nos dias correspondentes e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade(s)	Dia(s)	Finalidade
Raimundo Estevan de Medeiros	Motorista	01 (Uma)	Curitiba-PR	30 de novembro de 2020.	Conduzir os pacientes Diogo Gabriel, Ana Paula Overbeck, Janete Quadros e acompanhantes, para consultas e exames especializados no Hospital Infantil Monastier, no Hospital de Clínicas e no Hospital Angelina Caron.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**CLAUDIOMIRO QUADRI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Anna Karla Vieira Martins  
**Código Identificador:**06026860

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 544/2020**

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - **CONCEDER** as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, de forma reduzida atendendo o Inciso I, § 1º, Art. 4º, da Lei 2.201/2017, em virtude de viagem às cidades indicadas abaixo, nos dias correspondentes e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Valdomiro Correia de Mello	Motorista	21 (Vinte e Uma)	Cascavel-PR	04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 30 de novembro de 2020.	Conduzir pacientes para consultas e exames especializados em Cascavel - PR
Raimundo Estevan de Medeiros	Motorista	19 (Dezenove)	Cascavel-PR	01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 27 e 28 de novembro de 2020.	
Osmar Geraldo da Silva	Motorista	22 (Vinte e Duas)	Cascavel-PR	02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27 e 30 de novembro de 2020.	
Israel Reis Bento	Motorista	22 (Vinte e Duas)	Cascavel - PR	03, 04, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de novembro de 2020.	

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020.

**CLAUDIOMIRO QUADRI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Anna Karla Vieira Martins  
**Código Identificador:**895A84CB

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**

**MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**  
**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2020.**

**VALIDADE: 12 MESES.**

A um dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe registra os preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido referido preço ofertado pela empresa cuja proposta foi classificada conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão eletrônico nº **40/2020**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A empresa deverá efetuar o fornecimento nos termos descritos na solicitação a ser emitida a cada trabalho necessário.

**PARÁGRAFO QUARTO**- A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for executado, mediante emissão da Ordem de Serviço por parte da Municipalidade.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA DE REGISTRO e contratos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO**

Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:

**EMPRESA: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

**ENDEREÇO: Rua Rubens Derks Nº 105, Distrito Industrial, Erechim-RS CEP 99700-970**

**CNPJ: 12.889.035/0001-02**

**REPRESENTANTE LEGAL: Sedinei Roberto Stievens, portador da Cédula de Identidade nº 108.943.683-4/SSP/PR, inscrito no CPF nº 004.421.050-70, residente e domiciliado à Rua Aratiba nº 572, Bairro Centro, na Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.**

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MARCA	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	BR0267505	ÁCIDO VALPRÓICO, DOSAGEM:500 MG	COMPRIMIDO	BIOLAB/EPILENIL	10000	0,5146	5.146,00

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

**CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:

À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**1** - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.

**2** - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.

**3** - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

**1** - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

**2** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Registro até 19/10/2021, sendo a entrega parcelada conforme necessidade do Município.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando da emissão da solicitação de fornecimento, a empresa deverá efetuar a entrega em no máximo 05 (cinco) dias corridos a contar da solicitação, caso outro prazo não conste na mesma.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O prazo de vigência é de 30 (trinta) dias além do prazo de validade da ata de registro de preço.

**PARÁGRAFO QUARTO – LOCAL DE ENTREGA:** Secretaria Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

Programa de trabalho	Categoria econômica	Descrição
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

**PARÁGRAFO SEXTO** - No ato de entrega dos medicamentos será exigido o adequado preenchimento do código GTIN e dos campos dos Grupos I80 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes.

**1** – Os fornecedores, no ato da entrega, deverão comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55.

**2** – Tais exigências serão observadas tanto no ato, e pelo responsável, do recebimento, assim como pelo setor de compras e contabilidade, pois caso algum não atenda a normativa, não será processado pagamento até regularização.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 5 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

- 1** - Descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
- 2** - Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 3** - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4** - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**PARÁGRAFO OITAVO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

**PARÁGRAFO NONO** - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

**CLÁUSULA OITAVA – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.****1 - São obrigações do Município:**

- 1.1** - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
- 1.2** - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
- 1.3** - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
- 1.4** - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da (s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;
- 1.5** - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

**2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.**

- 2.1** - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- 2.2** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.3** - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
- 2.4** - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;
- 2.5** - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
- 2.6** - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 2.7** - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- 2.8** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
- 2.9** - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 2.10** - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
- 2.11** - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

**3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:**

- 3.1** - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
- 3.2** - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
- 3.3** - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
- 3.4** - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.
- 3.5** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
- 3.6** - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:
  - 3.6.1** - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;
  - 3.6.2** - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
  - 3.6.3** - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

**CLAUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A gestão da presente ata será de responsabilidade do Departamento de Compras.

**PARAGRAFO QUARTO** – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes da presente Ata/contrato é o designado pela Portaria nº 15/2019.

**PARAGRAFO QUINTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em

práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvás, 01/12/2020.

Município De Catanduvás  
**MOISES APARECIDO DE SOUZA**  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 842.080.829-68

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
**SEDINEI ROBERTO STIEVENS**  
 Representante Legal  
 CPF: 004.421.050-70

**ADEMAR LUIZ BURCKHARDT**  
 Fiscal Do Contrato

**DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL**  
 Gestora Do Contrato

**Publicado por:**  
 Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)  
**Código Identificador:**FD81384C

#### MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

#### ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224, 226, 228 E 231/2020 - PREGÃO 50/2020 REPUBLICADAS

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2020

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2020.**  
**VALIDADE: 12 MESES.**

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO, PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **50/2020**.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - A empresa deverá efetuar o fornecimento nos termos descritos na solicitação a ser emitida a cada trabalho necessário.

**PARAGRAFO QUARTO**- A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.

**PARAGRAFO QUINTO** - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for executado, mediante emissão da Ordem de Serviço por parte da Municipalidade.

**PARAGRAFO SEXTO** - O material deve ser novo, sem uso, sem manutenção qualquer, não ser originário de remanufatura/reaproveitamento, e embalagens devem ser invioladas, originais de fábrica.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA DE REGISTRO e contratos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

**Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:**

**EMPRESA:** ANAZIO FRANCISCO & CIA LTDA  
**ENDEREÇO:** Rua Castro Alves Nº 318, Bairro Menino Deus, Catanduvás-PR  
**CNPJ:** 81.898.116/0001-91

**REPRESENTANTE LEGAL: Anazio Francisco, portador do CPF 283.370.349-04, e do RG 1.300.476-5 SSP-PR, residente e domiciliado a Rua Presidente Costa e Silva, Bairro Menino Deus, Catanduvas-PR.**

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	300	UNIDADE	ADAPTADOR EM "T" PARA TOMADA	KRONA	5,95	1.785,00
12	50	UNIDADE	ADAPTADOR FLANGE 20MM	KRONA	7,95	397,50
13	50	UNIDADE	ADAPTADOR FLANGE 25MM	KRONA	9,90	495,00
14	50	UNIDADE	ADAPTADOR FLANGE 32MM	KRONA	11,30	565,00
15	50	UNIDADE	ADAPTADOR FLANGE 40MM	KRONA	18,80	940,00
16	50	UNIDADE	ADAPTADOR FLANGE 50MM	KRONA	20,80	1.040,00
17	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 1"	KRONA	1,70	85,00
18	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 1.1/2"	KRONA	1,75	87,50
19	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 1.1/4"	KRONA	1,78	89,00
20	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 1/2"	KRONA	1,64	82,00
21	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 1/2X3/8"	KRONA	2,24	112,00
22	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 1X3/4"	KRONA	1,42	71,00
23	50	UNIDADE	ADAPTADOR INTERNO 3/4X1/2"	KRONA	1,35	67,50
24	50	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL BOLSA ROSCA 25MMX3/4"	KRONA	0,95	47,50
25	50	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL BOLSA ROSCA 60MMX2"	KRONA	8,45	422,50
26	50	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO ROSCA 20MM	KRONA	0,95	47,50
27	50	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO ROSCA 25MM	KRONA	0,95	47,50
28	50	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO ROSCA 32MM	KRONA	2,09	104,50
29	50	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO ROSCA 40MM	KRONA	2,85	142,50
30	30	UNIDADE	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO ROSCA 50MM	KRONA	3,74	112,20
31	50	UNIDADE	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 100MM	KRONA	2,09	104,50
32	30	UNIDADE	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 40MM	KRONA	0,98	29,40
33	30	UNIDADE	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 50MM	KRONA	1,90	57,00
34	30	UNIDADE	ANEL DE BORRACHA ESGOTO 75MM	KRONA	2,05	61,50
35	50	UNIDADE	ANEL DE CERA PARA VEDAÇÃO DE VASO SANITARIO	KRONA	7,30	365,00
38	500	M³	AREIA MÉDIA	ANDREIS	104,90	52.450,00
41	100	SACA	ARGAMASSA PISO 20KG	VOTORAN	31,29	3.129,00
90	300	UNIDADE	CANALETA ADESIVA 3M	ILUMI	7,80	2.340,00
91	5	UNIDADE	CARRINHO DE MÃO COM PNEU 65 LITROS	MASTER	118,50	592,50
92	5	UNIDADE	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE MADEIRA DE 125CM	TRAMONTINA	43,00	215,00
93	5	UNIDADE	CAVADEIRA SIMPLES COM CABO DE MADEIRA DE 125CM	TRAMONTINA	28,40	142,00
94	150	M²	CERÂMICA 32X56CM PEI-4 (MODELO A ESCOLHER)	SOLAR	24,70	3.705,00
96	5	UNIDADE	CHAVE COMBINADA 13MM AÇO CROMADO	VONDER	9,70	48,50
97	5	UNIDADE	CHAVE DE FENDA 3/8X12" AÇO	VONDER	7,25	36,25
98	5	UNIDADE	CHAVE DE FENDA 3/8X6" AÇO	VONDER	6,70	33,50
99	5	UNIDADE	CHAVE DE FENDA 5/16X10" AÇO	VONDER	13,25	66,25
100	10	UNIDADE	CHAVE PHILIPS	VONDER	6,75	67,50
101	1	UNIDADE	CHAVE TESTE 110V/220V	VONDER	14,90	14,90
115	250	UNIDADE	CUMEIRA 5MM 15"	BRASILIT	42,20	10.550,00
116	100	UNIDADE	CUMEIRA ARTICULADA INFERIOR 4MM	BRASILIT	6,80	680,00
117	100	UNIDADE	CUMEIRA ARTICULADA SUPERIOR 4MM	BRASILIT	6,80	680,00
145	100	METROS	ESPELHO PARA BEIRAL DE MADEIRA CEDRO 0,14X6M	CEDRO	12,80	1.280,00
152	100	BARRA	FERRO 3/4" OU 20MM BARRA COM 12M	VOTORATO	148,00	14.800,00
178	250	UNIDADE	GOIVO COMEIRA DE CIMENTO 33CM	BRASILIT	20,00	5.000,00
179	25	UNIDADE	HASTE DE ATERRAMENTO 58" X 2.40M COM CONECTOR	ANTARES	29,80	745,00
180	30	GALÃO	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO PARA ARGAMASSA E CONCRETO 3,6L	SIKA	39,50	1.185,00
184	20	UNIDADE	JANELA COMUM METÁLICA 1X1.20M	CRV	198,00	3.960,00
253	1000	METRO	MANGUEIRA PRETA 1/2"X1.5MM	VONDER	0,79	790,00
254	1000	UNIDADE	MANGUEIRA PRETA 3/4"X1.5MM	VONDER	1,06	1.060,00
255	3	UNIDADE	MARRETA DE 2KG	MOMFORT	39,50	118,50
256	3	UNIDADE	MARTELO UNHA 18 MM	THOMPSOM	26,90	80,70
257	5	UNIDADE	MARTELO BORRACHA 60MM	THOMPSOM	16,50	82,50
258	50	UNIDADE	MASCARA DE PÓ	VONDER	2,85	142,50
260	3	UNIDADE	MASSA PARA CALAFETAR	POLY	10,60	31,80
307	25	UNIDADE	PORTA DE MADEIRA EXTERNA 80X210CM	MADEIRAS	218,00	5.450,00
309	10	UNIDADE	PORTA DE METAL 80X210CM	CRV	287,00	2.870,00
310	20	UNIDADE	PORTA TOALHA TIPO ARGOLA AÇO INOX	HERC	16,80	336,00
328	80	UNIDADE	REATOR ELETRONICO 2X40W	PHILIPIS	38,80	3.104,00
329	70	UNIDADE	RECEPTACULO PORCELANA FIXO PARA TETO	PHILIPIS	3,89	272,30
330	50	UNIDADE	RECEPTACULO SOQUETE SIMPLES SEM CHAVE	PHILIPIS	3,44	172,00
332	10	UNIDADE	REGADOR PLÁSTICO 10L	METASUL	16,20	162,00
333	30	UNIDADE	REGISTRO DE GÁS COM MANGUEIRA	ALIANÇA	41,50	1.245,00
334	40	UNIDADE	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4"	REAL	54,15	2.166,00
352	100	UNIDADE	SERRINHA PARA CORTAR FERRO 12"	STARRET	5,40	540,00
353	10	UNIDADE	SERROTE COM LÂMINA DE 20" EXTRA DURO, CABO DE MADEIRA	INCCO	32,90	329,00
354	30	UNIDADE	SIFÃO PLÁSTICO ARTICULADO UNIVERSAL	INCCO	6,05	181,50
381	2000	UNIDADE	TELHA DE BARRO ROMANA 400 X 230 X 10 MM	IACO	1,84	3.680,00
382	2000	UNIDADE	TELHA DE CIMENTO 42X33CM	BRASILIT	2,60	5.200,00
383	600	UNIDADE	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESURA 4MMX2.44X0.50M	BRASILIT	15,60	9.360,00
394	30	GALÃO	TINTA ACRILICA FOSCO 3,6L COR A ESCOLHER	MASTER	44,70	1.341,00
396	30	UNIDADE	TINTA ESMALTE SISTÉTICO 900ML COR A ESCOLHER	MASTER	21,90	657,00
398	30	GALÃO	TINTA PARA PISO ASSOALHO 3,6L COR A ESCOLHER	MASTER	67,90	2.037,00
407	150	UNIDADE	TORNEIRA DE PLÁSTICO PARA PIA	TIGRE	36,80	5.520,00
410	250	UNIDADE	TORNEIRA JARDIM 3/4"	TIGRE	4,70	1.175,00
412	5	UNIDADE	TRENA 30 METROS	MISTER	47,80	239,00
429	50	UNIDADE	VALVULA DE DESCARGA 1.1/4 ALTA PRESSÃO	TIGRE	87,80	4.390,00
430	50	UNIDADE	VALVULA DE PIA 3.1/2" INOX	KRONA	5,90	295,00
432	15	UNIDADE	VASSOURA DE METAL PARA GRAMA	SCHNEIDER	28,80	432,00
433	40	UNIDADE	VEDA CALHA TUBO 280G	POLIPAS	15,00	600,00
435	40	UNIDADE	VERNIZ COPAL EMBALAGEM DE 900ML	FARBEN	21,90	876,00
TOTAL						164.014,30

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:**

À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**1** - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.

**2** - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.

**3** - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedor do Município, nos casos de:

- apresentação de documentação falsa;
- retardamento na execução do objeto;
- não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- comportamento inidôneo;
- fraude na execução do contrato;
- falha na execução do contrato.

**1** - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

**2** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Registro por 12 meses, sendo a entrega parcelada conforme necessidade do Município.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Emitida solicitação, a empresa deverá efetuar a entrega no prazo máximo de **48 horas** a contar do recebimento da mesma.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - O prazo de vigência da presente ATA DE REGISTRO é prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

**PARAGRAFO QUARTO – LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os materiais deverão ser entregues na secretaria de obras, ou outro local indicado na solicitação de fornecimento. Se necessário será solicitado que a entrega seja efetuada no local onde os materiais serão utilizados, em qualquer parte do Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**PARAGRAFO QUARTO** - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

Programa	Descrição	Fonte de recurso
02.04.04.122.1050.2.005.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.07.12.361.1400.2.010.3.3.90.30	Material de consumo	103, 104, 107
02.07.12.365.1400.2.013.3.3.90.30	Material de consumo	103 e 107
02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.018.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.019.3.3.90.30	Material de consumo	000, 504, 510
02.09.08.122.1200.2.022.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.244.1200.2.023.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.243.1201.6.024.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.18.541.1650.2.067.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.20.606.1700.2.029.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.13.08.244.1200.2.042.3.3.90.30	Material de consumo	000, 840, 934, 936,940
02.14.22.661.1800.2.030.3.3.90.30	Material de consumo	000

02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.16.08.241.1200.2.040.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.18.18.541.1650.2.073.3.3.90.30	Material de consumo	000

**PARAGRAFO QUINTO** – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 5 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

- 1 - Descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
- 2 - Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 3 - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

- 4 - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARAGRAFO QUARTO** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**PARAGRAFO QUINTO** - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.

**PARAGRAFO SEXTO** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**PARAGRAFO OITAVO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

**PARAGRAFO NONO** - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PARAGRAFO DÉCIMO** - Ocorrendo a hipótese prevista no **parágrafo anterior**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

##### 1 - São obrigações do Município:

- 1.1 - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
- 1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
- 1.3 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
- 1.4 - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da (s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;
- 1.5 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

##### 2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.

- 2.1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- 2.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.3 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
- 2.4 - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;
- 2.5 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
- 2.6 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 2.7 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- 2.8 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
- 2.9 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 2.10 - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
- 2.11 - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

##### 3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:

- 3.1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
- 3.2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
- 3.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
- 3.4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

**3.5** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

**3.6** - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

**3.6.1** - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;

**3.6.2** - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

**3.6.3** - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

## CLAUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A gestão da presente ata será de responsabilidade do Departamento de Compras.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes da presente Ata/contrato é o designado pela Portaria nº 15/2019.

## PARÁGRAFO QUINTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 19/11/2020.

Município de Catanduvas

**MOISES APARECIDO DE SOUZA**

Prefeito Municipal

CPF: 842.080.829-68

Anazio Francisco & CIA LTDA

**ANAZIO FRANCISCO**

Representante Legal

CPF: 283.370.349-04

**FRANCISCO ALVES DOS SANTOS**

Fiscal do Contrato

**DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL**

Gestora do Contrato

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2020**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2020.**

**VALIDADE: 12 MESES.**

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO, PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **50/2020**.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - A empresa deverá efetuar o fornecimento nos termos descritos na solicitação a ser emitida a cada trabalho necessário.

**PARAGRAFO QUARTO**- A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.

**PARAGRAFO QUINTO** - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for executado, mediante emissão da Ordem de Serviço por parte da Municipalidade.

**PARAGRAFO SEXTO** - O material deve ser novo, sem uso, sem manutenção qualquer, não ser originário de remanufatura/reaproveitamento, e embalagens devem ser invioladas, originais de fábrica.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA DE REGISTRO e contratos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

**Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:**

**EMPRESA: SANTIN & VILIATI LTDA**

**ENDEREÇO: Av. Dos Pioneiros Nº 619, Bairro Centro, Catanduvas-PR**

**CNPJ: 00.111.404/0001-52**

**REPRESENTANTE LEGAL: Junior José Santin, portador do CPF 017.574.299-56, e do RG 5.848.017-7 SSP-PR, residente e domiciliado a Rua Presidente Costa e Silva, Bairro Centro, Catanduvas-PR**

ITEM	QTDA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA RECARTEILHADA 1" AÇO CARBONO	VONDER	1,95	58,50
4	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA RECARTEILHADA 1.1/2" AÇO CARBONO	VONDER	1,95	58,50
5	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA RECARTEILHADA 1.1/4" AÇO CARBONO	VONDER	2,45	73,50
6	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA RECARTEILHADA 1/2" AÇO CARBONO	VONDER	2,35	70,50
7	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA TIPO U 1" AÇO SAE 1010	VONDER	1,15	34,50
8	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA TIPO U 1.1/2" AÇO SAE 1010	VONDER	1,25	37,50
9	30	UNIDADE	ABRAÇADEIRA TIPO U 1/2" AÇO SAE 1010	VONDER	1,25	37,50
10	50	UNIDADE	ABRAÇADEIRA TIPO U 3/4" AÇO SAE 1010	VONDER	1,45	72,50
40	200	SACA	ARGAMASSA INT AC-I 20KG	HIPER	9,79	1.958,00
42	30	UNIDADE	ARMAÇÃO REX 1X1X3/16	DIVERSOS	14,85	445,50
84	200	UNIDADE	CAIXA DE EMBUTIR 2X4 MATERIAL PLÁSTICO	METASUL	0,79	158,00
88	300	SACA	CAL HIDRATADO 20 KG	CALPONTA	10,19	3.057,00
89	200	LITRO	CAL LIQUIDO 1L	CAL LIQUIDO	7,30	1.460,00
106	40	UNIDADE	COLA BRANCA PARA MADEIRA 500ML	CASCOREZ	13,39	535,60
107	40	UNIDADE	COLA PARA CANO DE PVC 200ML	AMANCO	3,80	152,00
108	10	UNIDADE	COLHER DE PEDREIRO Nº 09	PARABONI	15,65	156,50
109	400	METRO	CONDUITE ARTICULADA MANGUEIRA 3/4	KRONA	1,54	616,00
110	20	UNIDADE	CONDUITE ELETRODUTO RIGIDO 1" BARRA COM 3M	DIVERSOS	9,85	197,00
111	20	UNIDADE	CONDUITE ELETRODUTO RIGIDO 1.12" BARRA COM 3M	DIVERSOS	9,85	197,00
112	20	UNIDADE	CONDUITE ELETRODUTO RIGIDO 1.14" BARRA COM 3M	DIVERSOS	9,25	185,00
114	60	QUILO	CORDA	DIVERSOS	42,75	2.565,00
125	25	UNIDADE	DISJUNTOR 1X10A	SOPRANO	15,00	375,00
148	5	UNIDADE	ESQUADRO EM METAL 12"	PARABONI	14,80	74,00
155	800	METRO	FIO PARALELO 2X2.5MM	DIVERSOS	3,80	3.040,00
157	800	METRO	FIO SOLIDO 1.5MM	DIVERSOS	1,30	1.040,00
158	400	METRO	FIO SOLIDO 10 MM	DIVERSOS	6,90	2.760,00
159	800	METRO	FIO SOLIDO 2.5MM	DIVERSOS	1,90	1.520,00
161	400	METRO	FIO SOLIDO 6 MM	DIVERSOS	3,80	1.520,00
175	1200	METRO	FORRO DE PVC 2X100X8MM (DUPLO)	PVC	16,99	20.388,00
176	100	UNIDADE	FOTO CELULA COM SUPORTE	MARGIRIUS	37,00	3.700,00
177	250	UNIDADE	GOIVO COMEIRA DE BARRO 30CM	BARRO	3,45	862,50
181	70	UNIDADE	INTERRUPTOR EXTERNO 1 TECLA	MECTRONIC	5,00	350,00
182	70	UNIDADE	INTERRUPTOR DE EMBUTIR 1 TECLA COM TOMADA	FAME	15,00	1.050,00
183	40	UNIDADE	ISOLADOR PORCELANA ROSCA SOBERBA (PIMENTÃO)	GERMER	6,00	240,00
185	20	UNIDADE	JANELA COMUM METÁLICA 1X1.50M	DIVERSOS	212,00	4.240,00
237	200	UNIDADE	LUVA SOLDÁVEL 20MM	AMANCO	0,90	180,00
238	100	UNIDADE	LUVA SOLDÁVEL 25MM	AMANCO	1,00	100,00
239	50	UNIDADE	LUVA SOLDÁVEL 32MM	AMANCO	2,10	105,00
240	50	UNIDADE	LUVA SOLDÁVEL 40MM	AMANCO	2,45	122,50
241	50	UNIDADE	LUVA SOLDÁVEL 50MM	AMANCO	3,45	172,50
242	5	UNIDADE	MACHADINHA 600 GRAMAS COM CABO	PARABONI	33,50	167,50
243	20	UNIDADE	MANGUEIRA COM ESGUICHO 20M	CIPLA	41,50	830,00
244	20	UNIDADE	MANGUEIRA COM ESGUICHO 30M	CIPLA	49,00	980,00
245	30	METRO	MANGUEIRA DE GÁS 3/8"	PABOVI	6,50	195,00
246	400	METRO	MANGUEIRA MARROM 1"X2.0MM	DIVERSOS	2,00	800,00
247	300	METRO	MANGUEIRA MARROM 1/2"X2.0MM	DIVERSOS	1,44	432,00
248	300	METRO	MANGUEIRA MARROM 3/4"X2.0MM	DIVERSOS	1,94	582,00
249	200	METRO	MANGUEIRA PARA NIVEL 5/16"X1,5MM	PABOVI	2,19	438,00

272	1	UNIDADE	MULTIMETRO DIGITAL	DIVERSOS	27,40	27,40
277	50	UNIDADE	PALANQUE DE CONCRETO 0,10X0,10X2,50M	CONCRETO	38,80	1.940,00
278	50	UNIDADE	PALANQUE DE CONCRETO 0,10X0,10X3,00M	CONCRETO	46,50	2.325,00
288	1500	UNIDADE	PARAFUSO WC LATAO CROMADO LUXO COM BUCHA 8MM	DIVERSOS	1,85	2.775,00
296	400	M²	PEDRA Nº 1	BRITA	78,50	31.400,00
302	300	M²	PISO 50A06 PEI-4 (MODELO A ESCOLHER)	DIVERSOS	20,00	6.000,00
303	200	M²	PISO 56X56M PEI-4 (MODELO A ESCOLHER)	DIVERSOS	21,00	4.200,00
304	250	UNIDADE	PLAFONIER PLASTICO PARA UMA LAMPADA	BETEL	4,35	1.087,50
305	10	UNIDADE	PLUG TOMADA DE LOUÇA TRIFASICA 20A	LOUÇA	18,20	182,00
306	10	UNIDADE	PLUG TOMADA DE LOUÇA TRIFASICA 30A	LOUÇA	24,00	240,00
308	50	UNIDADE	PORTA DE MADEIRA INTERNA 80X210CM	PINUS	69,40	3.470,00
311	30	UNIDADE	POSTE DE CONCRETO 0,12X0,14X3,70M	CONCRETO	99,00	2.970,00
312	30	UNIDADE	POSTE DE CONCRETO 0,12X0,14X4,00M	CONCRETO	99,00	2.970,00
322	30	UNIDADE	RALO GRELHA QUADRADO BRANCO 150XX150X50MM	KRONA	17,50	525,00
323	30	UNIDADE	RALO SIFONADO 100X100X50	KRONA	12,00	360,00
324	20	UNIDADE	RASTEL COM CABO 14 DENTES	DIVERSOS	16,00	320,00
325	20	UNIDADE	REATOR 250W COM BASE EXTERNA	DIVERSOS	118,90	2.378,00
326	20	UNIDADE	REATOR 70W COM BASE EXTERNA	DIVERSOS	94,90	1.898,00
331	100	UNIDADE	REFLETOR LED 50W HOLOFOTE MICROLED	DIVERSOS	77,00	7.700,00
361	5	UNIDADE	TALHADEIRA SEXTAVADA 14"	DIVERSOS	13,85	69,25
362	5	UNIDADE	TALHADEIRA CHATA 3/4"X10	DIVERSOS	16,65	83,25
363	70	UNIDADE	TE ESGOTO 100X100MM	AMANCO	11,40	798,00
364	70	UNIDADE	TE ESGOTO 40MM	AMANCO	3,50	245,00
365	40	UNIDADE	TE ESGOTO 50X50MM	AMANCO	5,35	214,00
366	150	UNIDADE	TE ESGOTO 75MM	AMANCO	6,60	990,00
367	150	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 20MM	AMANCO	1,25	187,50
368	100	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 25MM	AMANCO	1,50	150,00
369	100	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 25X20MM	AMANCO	1,80	180,00
370	50	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 32MM	AMANCO	3,50	175,00
371	30	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 32X25MM	AMANCO	3,50	105,00
372	50	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 40MM	AMANCO	3,50	175,00
373	30	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 40X25MM	AMANCO	4,25	127,50
374	20	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 40X32MM	AMANCO	4,25	85,00
375	50	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 50MM	AMANCO	5,20	260,00
376	20	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 50X32MM	AMANCO	5,20	104,00
377	100	UNIDADE	TE SOLDÁVEL 50X40MM	AMANCO	6,00	600,00
378	100	UNIDADE	TE SOLDÁVEL LR 20MMX1/2"	AMANCO	3,30	330,00
379	100	UNIDADE	TE SOLDÁVEL LR 25MMX3/4"	AMANCO	4,20	420,00
384	400	UNIDADE	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESURA 5MMX1.83X1.10M	ISDRALIT	36,90	14.760,00
385	300	UNIDADE	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESURA 5MMX2.13X1.10M	ISDRALIT	44,00	13.200,00
386	300	UNIDADE	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESURA 5MMX2.44X1.10M	ISDRALIT	48,70	14.610,00
389	18.000	UNIDADE	TIJOLO 6 FURO 9X14X19	BARRO	0,50	9.000,00
390	18000	UNIDADE	TIJOLO 6 FUIROS 9X14X25	BARRO	0,62	11.160,00
399	100	UNIDADE	TOMADA ALVENARIA 10A	FAME	7,50	750,00
400	100	UNIDADE	TOMADA ALVENARIA 20A	LOUÇA	9,50	950,00
401	20	UNIDADE	TOMADA DE LOUÇA TRIFASICA 20A	LOUÇA	17,00	340,00
402	10	UNIDADE	TOMADA DE LOUÇA TRIFASICA 30A	LOUÇA	18,50	185,00
403	150	UNIDADE	TOMADA EMBUTIDA 10A NOVO PADRAO	MARGIRIUS	11,00	1.650,00
404	200	UNIDADE	TOMADA SIMPLES 10A	MECTRONIC	7,50	1.500,00
405	200	UNIDADE	TOMADA SIMPLES 20A	MECTRONIC	8,50	1.700,00
406	100	UNIDADE	TORNEIRA DE INOX BICA MOVEL 1/2" 3/4"	LEAO	56,00	5.600,00
425	80	UNIDADE	TUBO SOLDÁVEL 25MMX6M	PLASTUBOS	15,99	1.279,20
TOTAL						213.140,20

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

### CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:**

À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**1** - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.

**2** - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.

**3** - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

a) apresentação de documentação falsa;

- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

**1** - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

**2** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Registro por 12 meses, sendo a entrega parcelada conforme necessidade do Município.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Emitida solicitação, a empresa deverá efetuar a entrega no prazo máximo de **48 horas** a contar do recebimento da mesma.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O prazo de vigência da presente ATA DE REGISTRO é prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO – LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os materiais deverão ser entregues na secretaria de obras, ou outro local indicado na solicitação de fornecimento. Se necessário será solicitado que a entrega seja efetuada no local onde os materiais serão utilizados, em qualquer parte do Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

Programa	Descrição	Fonte de recurso
02.04.04.122.1050.2.005.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.07.12.361.1400.2.010.3.3.90.30	Material de consumo	103, 104, 107
02.07.12.365.1400.2.013.3.3.90.30	Material de consumo	103 e 107
02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.018.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.019.3.3.90.30	Material de consumo	000, 504, 510
02.09.08.122.1200.2.022.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.244.1200.2.023.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.243.1201.6.024.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.18.541.1650.2.067.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.20.606.1700.2.029.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.13.08.244.1200.2.042.3.3.90.30	Material de consumo	000, 840, 934, 936, 940
02.14.22.661.1800.2.030.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.16.08.241.1200.2.040.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.18.18.541.1650.2.073.3.3.90.30	Material de consumo	000

**PARÁGRAFO QUINTO** – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 5 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

- 1** - Descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
- 2** - Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 3** - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4** - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**PARAGRAFO OITAVO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

**PARAGRAFO NONO** - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PARAGRAFO DÉCIMO** - Ocorrendo a hipótese prevista no **parágrafo anterior**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.**

### **1 - São obrigações do Município:**

- 1.1** - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
- 1.2** - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
- 1.3** - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
- 1.4** - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da (s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;
- 1.5** - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

### **2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.**

- 2.1** - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- 2.2** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.3** - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
- 2.4** - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;
- 2.5** - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
- 2.6** - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 2.7** - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- 2.8** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
- 2.9** - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 2.10** - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
- 2.11** - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

### **3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:**

- 3.1** - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
- 3.2** - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
- 3.3** - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
- 3.4** - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.
- 3.5** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
- 3.6** - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:
  - 3.6.1** - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;
  - 3.6.2** - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
  - 3.6.3** - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

## **CLAUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A gestão da presente ata será de responsabilidade do Departamento de Compras.

**PARAGRAFO QUARTO** – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes da presente Ata/contrato é o designado pela Portaria nº 15/2019.

### **PARAGRAFO QUINTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:**

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO**

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 19/11/2020.

Município de Catanduvas  
**MOISES APARECIDO DE SOUZA**  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 842.080.829-68

Santin & Viliati LTDA  
**JUNIOR JOSÉ SANTIN**  
 Representante Legal  
 CPF: 017.574.299-56

**FRANCISCO ALVES DOS SANTOS**  
 Fiscal do Contrato

**DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL**  
 Gestora do Contrato

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2020**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2020.**  
**VALIDADE: 12 MESES.**

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO, PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº 50/2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - A empresa deverá efetuar o fornecimento nos termos descritos na solicitação a ser emitida a cada trabalho necessário.

**PARAGRAFO QUARTO**- A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.

**PARAGRAFO QUINTO** - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for executado, mediante emissão da Ordem de Serviço por parte da Municipalidade.

**PARAGRAFO SEXTO** - O material deve ser novo, sem uso, sem manutenção qualquer, não ser originário de remanufatura/reaproveitamento, e embalagens devem ser invioladas, originais de fábrica.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA DE REGISTRO e contratos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO**

**Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:**

**EMPRESA: VALDECIR J. ANTONIETTI E CIA LTDA**  
**ENDEREÇO: Av. Adolfo Chagas Nº 520, Bairro Alto Alegre, Catanduvas-PR**  
**CNPJ: 00.389.774/0001-56**



**REPRESENTANTE LEGAL: Valdecir João Antonietti, portador do CPF 809.691.609-25, e do RG 5.158.298-5 SSP-PR, residente e domiciliado a Rua Oito, Bairro Alto Alegre, Catanduvas-PR**

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
36	6	UNIDADE	ANTIFERRUGEM 100ML	CONEX	9,40	56,40
37	5	UNIDADE	ARCO DE SERRA REGULÁVEL DE 12"	TRAMONTINA	24,90	124,50
39	200	SACA	ARGAMASSA EXT AC-II 20KG	HIPERMASSA	22,40	4.480,00
52	100	UNIDADE	BOIA DE CAIXA D'AGUA	KRONA	7,70	770,00
67	30	UNIDADE	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20MM	KRONA	0,50	15,00
68	30	UNIDADE	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32X25MM	KRONA	0,95	28,50
69	30	UNIDADE	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 40X32MM	KRONA	2,10	63,00
70	30	UNIDADE	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 50X32MM	KRONA	4,20	126,00
71	20	UNIDADE	BUCHA REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 50X40MM	KRONA	4,20	84,00
72	30	UNIDADE	CABEÇOTE DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO 1"	KRONA	5,20	156,00
73	20	UNIDADE	CABEÇOTE DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO 1.1/2"	KRONA	5,90	118,00
74	20	UNIDADE	CABEÇOTE DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO 1.1/4"	KRONA	4,90	98,00
75	20	UNIDADE	CABEÇOTE DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO 1/2"	KRONA	4,90	98,00
76	30	UNIDADE	CABO PARA ROLO DE PINTURA 23 CM	ATLAS	5,80	174,00
82	10	UNIDADE	CAIXA DE AGUA COM TAMPAS CAPACIDADE 500L, MATERIAL FIBRA	FORTLEV	189,00	1.890,00
95	500	MP	CERÂMICA 45X45CM PEI-4 (MODELO A ESCOLHER)	CRISTOFOLETI	18,65	9.325,00
103	40	UNIDADE	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM 5000WX220V	SINTEX	35,00	1.400,00
105	20	UNIDADE	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA	NOKOKIT	169,00	3.380,00
118	10	UNIDADE	DESEMPENADEIRA COM FELTRO 12X20CM	MOMFORT	12,30	123,00
119	10	UNIDADE	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 12X27CM	MOMFORT	14,70	147,00
120	10	UNIDADE	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA 12X27CM	MOMFORT	14,70	147,00
121	10	UNIDADE	DESEMPENADEIRA PVC 14X27 CM PARA GRAFIATO	MOMFORT	14,20	142,00
122	40	UNIDADE	DISCO CERAMICA MAQUITA	CONEX	18,70	748,00
123	30	UNIDADE	DISCO MADEIRA MAQUITA	CONEX	18,70	561,00
124	10	UNIDADE	DISCO SERRA CIRCULAR 30CM	CONEX	17,60	176,00
137	300	METRO	EMENDA PVC H 08MM	KRONA	4,90	1.470,00
139	10	UNIDADE	ENXADA GOIVADA LARGA COM CABO	TRAMONTINA	31,00	310,00
140	10	UNIDADE	ENXADÃO NORTE 2F COM CABO	PANDOLFO	34,00	340,00
141	5	UNIDADE	ESCADA METÁLICA COM 5 DEGRAUS	TRAMONTINA	118,50	592,50
142	50	PACOTE	ESPAÇADOR DE PISO 3MM PACOTE COM 100 UNIDADES	WORKER	3,30	165,00
143	50	UNIDADE	ESPAÇADOR DE PISO 5MM PACOTE COM 100 UNIDADES	WORKER	3,30	165,00
144	20	UNIDADE	ESPATULA 8CM	MOMFORT	3,90	78,00
146	50	UNIDADE	ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO	KRONA	5,90	295,00
147	15	UNIDADE	ESPUMA CHUMBADOR DE BATENTE DE PORTA	ORION	19,80	297,00
150	70	UNIDADE	FECHADURA COMUM INTERNA	ALIANÇA	31,40	2.198,00
156	600	METRO	FIO PARALELO 2X4 MM	QUALYFLEX	5,75	3.450,00
160	600	METRO	FIO SOLIDO 4MM	QUALYFLEX	2,85	1.710,00
162	20	UNIDADE	FITA CREPE DE 10 CM DE ESPESSURA	ADERE	7,40	148,00
163	20	UNIDADE	FITA DE MARCAÇÃO VERMELHA E AMARELA	ADERE	14,20	284,00
164	100	UNIDADE	FITA DUPLA FACE ACRÍLICA 12 MM 2 METROS	ADERE	9,20	920,00
165	100	UNIDADE	FITA ISOLANTE 19 MM 10 METROS	ADERE	4,20	420,00
166	100	UNIDADE	FITA VEDA ROSCA 18 MM 25 METROS	ADERE	2,70	270,00
167	100	UNIDADE	FLEXIVEL DE PVC 40 CM	LIEGE	5,65	565,00
168	10	UNIDADE	FOICE ROÇADEIRA COM CABO DE MADEIRA	PANDOLFO	12,80	128,00
169	8	UNIDADE	FORMÃO CHANFRADO 1/2" COM CABO DE MADEIRA	SÃO ROMÃO	16,90	135,20
170	8	UNIDADE	FORMÃO CHANFRADO 1/4" COM CABO DE MADEIRA	SÃO ROMÃO	16,90	135,20
171	5	UNIDADE	FORMÃO CHANFRADO 3/4" COM CABO DE MADEIRA	SÃO ROMÃO	15,90	79,50
172	5	UNIDADE	FORMÃO CHANFRADO 3/8" COM CABO DE MADEIRA	SÃO ROMÃO	17,50	87,50
173	5	UNIDADE	FORMÃO CHANFRADO 7/8" COM CABO DE MADEIRA	SÃO ROMÃO	19,00	95,00
186	20	UNIDADE	JANELA COMUM METÁLICA 1X1M	ALUMISTRAIK	185,00	3.700,00
187	20	UNIDADE	JANELA METÁLICA BASCULANTE 40X60CM	ALUMISTRAIK	50,50	1.010,00
188	50	UNIDADE	JOELHO 45° ESGOTO 100MM	KRONA	7,75	387,50
189	50	UNIDADE	JOELHO 45° ESGOTO 40MM	KRONA	1,99	99,50
190	50	UNIDADE	JOELHO 45° ESGOTO 50MM	KRONA	2,79	139,50
191	50	UNIDADE	JOELHO 45° ESGOTO 75MM	KRONA	6,10	305,00
192	100	UNIDADE	JOELHO 45° SOLDÁVEL 20MM	KRONA	0,99	99,00
193	100	UNIDADE	JOELHO 45° SOLDÁVEL 25MM	KRONA	1,39	139,00
194	100	UNIDADE	JOELHO 45° SOLDÁVEL 32MM	KRONA	2,15	215,00
195	30	UNIDADE	JOELHO 90° ESGOTO 100MM	KRONA	5,40	162,00
196	30	UNIDADE	JOELHO 90° ESGOTO 50MM	KRONA	1,99	59,70
197	30	UNIDADE	JOELHO 90° ESGOTO 75MM	KRONA	5,95	178,50
198	100	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL 20MM	KRONA	0,79	79,00
199	100	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL 25MM	KRONA	0,99	99,00
200	100	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL 25X20MM	KRONA	1,49	149,00
201	100	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL 32MM	KRONA	3,35	335,00
202	100	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL 40MM	KRONA	2,49	249,00
203	100	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL 50MM	KRONA	2,50	250,00
204	50	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 20MMX1/2"	KRONA	3,95	197,50
205	50	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 25MMX1/2"	KRONA	3,95	197,50
206	50	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 25MMX3/4"	KRONA	3,95	197,50
207	40	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL LR 20MMX1/2"	KRONA	2,25	90,00
208	50	UNIDADE	JOELHO 90° SOLDÁVEL LR 25MMX3/4"	KRONA	3,49	174,50
213	200	UNIDADE	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	EMPALUX	11,45	2.290,00
214	400	UNIDADE	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20W	EMPALUX	13,90	5.560,00
215	200	UNIDADE	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25WX220V	EMPALUX	13,90	2.780,00
221	500	UNIDADE	LAMPADAS FLUORESCENTE COMPACTA 25WX127V	EMPALUX	14,40	7.200,00
222	20	UNIDADE	LAPIS PEDREIRO	IRWIN	2,45	49,00
223	20	UNIDADE	LAVATÓRIO DE LOUÇA COM COLUNA	LOGASA	162,00	3.240,00
224	30	UNIDADE	LIMA PARA ENXADA	K&F	11,90	357,00
225	40	UNIDADE	LIMA PARA MOTOSERRA 8X7/32	K&F	6,40	256,00
226	10	UNIDADE	LINHA DE NILON 100 MT	COLLINS	9,80	98,00
227	200	UNIDADE	LIXA D'AGUA Nº 150	WORKER	1,55	310,00
228	200	UNIDADE	LIXA D'AGUA Nº 300	WORKER	1,90	380,00
229	200	UNIDADE	LIXA FERRO Nº 200	WORKER	2,45	490,00

230	200	UNIDADE	LIXA FERRO Nº 400	WORKER	2,45	490,00
250	2000	METRO	MANGUEIRA PRETA 1"X2.0MM	PIETROBOM	1,80	3.600,00
251	2000	METRO	MANGUEIRA PRETA 1.1/2"X2.5MM	PIETROBOM	3,85	7.700,00
252	1000	METRO	MANGUEIRA PRETA 1.1/4"X2.5MM	PIETROBOM	3,45	3.450,00
263	1000	METRO	MEIA CANA RIGIDO PVC 4 METROS	SALETE	3,95	3.950,00
264	1000	METRO	MEIA CANA PVC CURVA	MULTILIT	4,95	4.950,00
265	1000	METRO	MEIA CANA PVC MOLDURA	MULTILIT	4,70	4.700,00
266	800	METRO	MEIA CANA PVC U	MULTILIT	3,50	2.800,00
273	5	UNIDADE	NIVEL MADEIRA 14" 35CM	THOMPSON	13,50	67,50
274	25	UNIDADE	OCULOS DE PROTEÇÃO	DELTA PLUS	6,30	157,50
275	5	UNIDADE	PÁ DE CORTE BICO Nº3 COM CABO	TRAMONTINA	23,00	115,00
276	5	UNIDADE	PÁ DE CORTE REDONDO COM CABO Y	TRAMONTINA	39,00	195,00
282	1	UNIDADE	PARAFUSADEIRA 100V 1600 WATS	DWT	249,00	249,00
287	2000	UNIDADE	PARAFUSO SOBERBO PHILIPS 10CM	CISER	0,59	1.180,00
295	5	UNIDADE	PÉ DE CABRA SIMPLES 60 CM	SÃO ROMÃO	35,50	177,50
297	50	UNIDADE	PINCEL 1" CERDAS MÉDIAS	ROMA	1,87	93,50
298	50	UNIDADE	PINCEL 1/2" CERDAS MÉDIAS	ROMA	2,25	112,50
299	30	UNIDADE	PINCEL 4"	ROMA	4,40	132,00
300	200	UNIDADE	PINO PLUGUE FEMEA	TRAMONTINA	4,40	880,00
301	300	MP	PISO 45X45CM PEI -4 (MODELO A ESCOLHER)	CRISTOFOLETTI	18,85	5.655,00
313	30	PACOTE	PREGO GALVANIZADO 12X12 01KG	GERDAL	13,90	417,00
314	150	PACOTE	PREGO GALVANIZADO 17X27 01KG	GERDAL	11,80	1.770,00
315	100	PACOTE	PREGO GALVANIZADO 18X30 01KG	GERDAL	11,80	1.180,00
316	100	PACOTE	PREGO GALVANIZADO 19X39 01KG	GERDAL	11,80	1.180,00
317	150	PACOTE	PREGO GALVANIZADO TELHEIRO 18X30	GERDAL	14,90	2.235,00
318	50	UNIDADE	PROTETOR AÜRÍCULAR	LIEGE	1,99	99,50
319	3	UNIDADE	PRUMO DE PAREDE 500 GRAMAS	COLLINS	15,50	46,50
327	20	UNIDADE	REATOR ELETRONICO 2X20W	AC&A DO BRASIL	27,00	540,00
335	40	UNIDADE	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 20MM	KRONA	5,80	232,00
336	40	UNIDADE	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 25MM	KRONA	6,70	268,00
337	40	UNIDADE	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 32MM	KRONA	13,00	520,00
338	40	UNIDADE	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 40MM	KRONA	18,40	736,00
339	30	UNIDADE	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 50MM	KRONA	19,40	582,00
340	100	UNIDADE	REJUNTE PACOTE 1 KG COR A ESCOLHER	HIPERMASSA	2,99	299,00
341	20	UNIDADE	RESISTENCIA DE CHUVEIRO 110	PRATIMIX	14,90	298,00
342	20	UNIDADE	RESISTENCIA DE CHUVEIRO 220	PRATIMIX	21,00	420,00
345	50	UNIDADE	ROLO DE ESPUMA 10CM	WORKER	4,90	245,00
346	60	UNIDADE	ROLO DE ESPUMA 23CM	WORKER	11,50	690,00
347	60	UNIDADE	ROLO DE LÃ 15CM	WORKER	9,40	564,00
348	160	UNIDADE	ROLO DE LÃ 23CM SEM CABO	WORKER	12,80	2.048,00
349	30	UNIDADE	ROLO DE LÃ 5CM	WORKER	4,85	145,50
350	30	UNIDADE	ROLO PARA TEXTURA 23 CM	WORKER	25,00	750,00
351	60	UNIDADE	SABONETEIRA EM ABS COM RESERVATÓRIO 900ML	LIEGE	29,50	1.770,00
355	50	UNIDADE	SIFÃO SANFONADO PVC 0,80/1,00	CONEX	9,70	485,00
357	200	UNIDADE	SOLVENTE DE TINTA 900ML	SAYERLACK	11,75	2.350,00
387	5	UNIDADE	TESOURA PARA JARDINAGEM 12"	TRAMONTINA	27,50	137,50
392	60	GALÃO	TINTA ACRILICA 3,6L COR A ESCOLHER	REVCOLOR	64,50	3.870,00
393	30	LATA	TINTA ACRILICA FOSCO 18L COR A ESCOLHER	REVCOLOR	182,00	5.460,00
395	40	GALÃO	TINTA ESMALTE SISTÉTICO 3,6L COR A ESCOLHER	REVCOLOR	64,50	2.580,00
408	250	UNIDADE	TORNEIRA GIRATORIA DE PLASTICO	TIGRE	37,00	9.250,00
409	40	UNIDADE	TORNEIRA GIRATÓRIA PARA LAVATÓRIO EM INOX	TIGRE	53,00	2.120,00
419	100	UNIDADE	TUBO DE ESGOTO 100MMX6M	KRONA	49,50	4.950,00
420	100	UNIDADE	TUBO DE ESGOTO 40MMX6M	KRONA	20,80	2.080,00
431	30	UNIDADE	VALVULA RALOPARA LAVATÓRIO EM PLASTICO	LIEGE	4,30	129,00
TOTAL						161.392,50

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

### CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:**

À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**1** - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.

**2** - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.

**3** - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

**1** - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

**2** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Registro por 12 meses, sendo a entrega parcelada conforme necessidade do Município.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Emitida solicitação, a empresa deverá efetuar a entrega no prazo máximo de **48 horas** a contar do recebimento da mesma.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - O prazo de vigência da presente ATA DE REGISTRO é prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

**PARAGRAFO QUARTO – LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os materiais deverão ser entregues na secretaria de obras, ou outro local indicado na solicitação de fornecimento. Se necessário será solicitado que a entrega seja efetuada no local onde os materiais serão utilizados, em qualquer parte do Município.

## CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**PARAGRAFO QUARTO** - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

Programa	Descrição	Fonte de recurso
02.04.04.122.1050.2.005.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.07.12.361.1400.2.010.3.3.90.30	Material de consumo	103, 104, 107
02.07.12.365.1400.2.013.3.3.90.30	Material de consumo	103 e 107
02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.018.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.019.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.122.1200.2.022.3.3.90.30	Material de consumo	000, 504, 510
02.09.08.244.1200.2.023.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.243.1201.6.024.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.18.541.1650.2.067.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.20.606.1700.2.029.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.13.08.244.1200.2.042.3.3.90.30	Material de consumo	000, 840, 934, 936, 940
02.14.22.661.1800.2.030.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.16.08.241.1200.2.040.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.18.18.541.1650.2.073.3.3.90.30	Material de consumo	000

**PARAGRAFO QUINTO** – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 5 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

- 1** - Descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
- 2** - Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 3** - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4** - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARAGRAFO QUARTO** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**PARAGRAFO QUINTO** - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.

**PARAGRAFO SEXTO** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**PARAGRAFO OITAVO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

**PARAGRAFO NONO** - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PARAGRAFO DÉCIMO** - Ocorrendo a hipótese prevista no **parágrafo anterior**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.**

### **1 - São obrigações do Município:**

- 1.1** - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
- 1.2** - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
- 1.3** - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
- 1.4** - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da (s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;
- 1.5** - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

### **2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.**

- 2.1** - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- 2.2** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.3** - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
- 2.4** - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;
- 2.5** - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
- 2.6** - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 2.7** - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- 2.8** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
- 2.9** - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 2.10** - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
- 2.11** - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

### **3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:**

- 3.1** - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
- 3.2** - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
- 3.3** - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
- 3.4** - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.
- 3.5** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
- 3.6** - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:
  - 3.6.1** - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;
  - 3.6.2** - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
  - 3.6.3** - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

## **CLAUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A gestão da presente ata será de responsabilidade do Departamento de Compras.

**PARAGRAFO QUARTO** – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes da presente Ata/contrato é o designado pela Portaria nº 15/2019.

### **PARAGRAFO QUINTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**

(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 19/11/2020.

Município de Catanduvas  
**MOISES APARECIDO DE SOUZA**  
 Prefeito Municipal  
 CPF: 842.080.829-68

Valdecir J. Antonietti e CIA LTDA  
**VALDECIR JOÃO ANTONIETTI**  
 Representante Legal  
 CPF 047.791.369-54

**FRANCISCO ALVES DOS SANTOS**  
 Fiscal do Contrato

**DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL**  
 Gestora do Contrato

## ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2020

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2020.**  
**VALIDADE: 12 MESES.**

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, na Prefeitura do **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, nº 500, excelentíssimo senhor prefeito municipal abaixo assinado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8666/93 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO, PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, conforme o certame licitatório desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) conforme segue.

Fazem parte desta ata de registro de preços o edital e anexo constantes do pregão presencial nº **50/2020**.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os produtos deverão ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade dos produtos.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - A empresa deverá efetuar o fornecimento nos termos descritos na solicitação a ser emitida a cada trabalho necessário.

**PARAGRAFO QUARTO**- A estimativa de aquisição é a constante do anexo III - Termo de Referência.

**PARAGRAFO QUINTO** - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for executado, mediante emissão da Ordem de Serviço por parte da Municipalidade.

**PARAGRAFO SEXTO** - O material deve ser novo, sem uso, sem manutenção qualquer, não ser originário de remanufatura/reaproveitamento, e embalagens devem ser invioladas, originais de fábrica.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte da ATA DE REGISTRO e contratos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – CLASSIFICAÇÃO

**Empresa detentora do direito de preferência para os itens conforme segue:**

**EMPRESA: ZANCANARO E GROBS LTDA**

**ENDEREÇO: Rua Orleans nº 325, Bairro Menino Deus, Catanduvas-PR.**

**CNPJ: 07.196.684/0001-98**

**REPRESENTANTE LEGAL: Vanderlei Zancanaro, portador do CPF nº 015.975.539-56 e do RG nº 6.927.531-1/SSP/PR, residente e domiciliado a Rua Orleans nº 325, Bairro Menino Deus, Catanduvas-PR.**

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	400	UNIDADE	ABRACADEIRA DE NYLON 140X2,5 MM	VIEWTECH	0,14	56,00
2	400	UNIDADE	ABRACADEIRA DE NYLON 200X2,5 MM	VIEWTECH	0,19	76,00
47	60	UNIDADE	BARRA DE FERRO ARMADO 6 METROS 3/8	GERDAL	90,20	5.412,00
48	50	BARRA	BARRA FERRO ROSCADA 1/2" barra com 1m	COPAFER	9,70	485,00
49	50	BARRA	BARRA FERRO ROSCADA 1/4" BARRA COM 1M	COPAFER	4,20	210,00
50	50	BARRA	BARRA FERRO ROSCADA 3/8" BARRA COM 1M	COPAFER	8,10	405,00
51	50	BARRA	BARRA FERRO ROSCADA 5/16" BARRA COM 1M	COPAFER	6,25	312,50
53	20	UNIDADE	BROCA 10MM PARA ALVENARIA	MTX	16,10	322,00
54	20	UNIDADE	BROCA 10MM PARA FERRO	MTX	21,60	432,00
55	20	UNIDADE	BROCA 6MM PARA ALVENARIA	MTX	8,20	164,00
56	20	UNIDADE	BROCA 6MM PARA FERRO	MTX	9,40	188,00
57	20	UNIDADE	BROCA 7MM PARA ALVENARIA	MTX	10,90	218,00
58	20	UNIDADE	BROCA 7MM PARA FERRO	MTX	3,60	72,00
59	20	UNIDADE	BROCA 8MM PARA ALVENARIA	MTX	12,20	244,00
60	20	UNIDADE	BROCA 8MM PARA FERRO	MTX	16,10	322,00
61	20	UNIDADE	BROCA 9MM PARA ALVENARIA	MTX	14,90	298,00
62	20	UNIDADE	BROCA 9MM PARA FERRO	MTX	29,15	583,00
64	1200	UNIDADE	BUCHA 10MM PARA PARAFUSO	PERFIX	0,11	132,00
65	1200	UNIDADE	BUCHA 6MM PARA PARAFUSO	PERFIX	0,04	48,00
66	1200	UNIDADE	BUCHA 8 MM PARA PARAFUSO	PERFIX	0,05	60,00
136	80	UNIDADE	DOBRADIÇAS DE PORTA GRANDE	ROCHA	3,80	304,00
149	70	UNIDADE	FECHADURA COMUM EXTERNA	STAM	37,40	2.618,0
151	100	BARRA	FERRO 1/4" OU 6,3MM BARRA COM 12M	GERDAU	21,25	2.125,00
153	100	BARRA	FERRO 3/8" OU 10MM BARRA COM 12M	GERDAU	45,90	4.590,00
154	200	BARRA	FERRO 4,2 MM BARRA COM 12M	GERDAU	10,40	2.080,00
271	50	UNIDADE	MIOLO PARA FECHADURA	STAM	19,90	995,00
283	3000	UNIDADE	PARAFUSO 3,5X22 CABEÇA CHATA ROSCA SOBERBA	BELENOS	0,09	270,00
284	3000	UNIDADE	PARAFUSO MADEIRA 3,2X40 CABEÇA CHATA FENDA	BELENOS	0,14	420,00
285	40	UNIDADE	PARAFUSO PARA ARMAÇÃO GALVON. 5/8X6" PADRÃO ELET.	BELENOS	10,30	412,00
286	600	UNIDADE	PARAFUSO FORRO PVC 4,2 X 13 MM	BELENOS	0,06	36,00
356	40	UNIDADE	SILICONE EM TUBO 280 G	MINER	12,90	516,00
380	500	METRO	TELA DE ARAME 1,5X1M	ZANCANARO	8,70	4.350,00
411	1300	BARRA	TRELIÇA BARRA DE FERRO DE 6M	GERDAU	27,75	36.075,00
421	70	UNIDADE	TUBO DE ESGOTO 50MMX6M	PETROBOM	33,90	2.373,00
422	50	UNIDADE	TUBO DE ESGOTO 75MMX6M	PETROBOM	45,80	2.290,00
423	30	UNIDADE	TUBO ESGOTO 150MMX6M	PETROBOM	139,00	4.170,00
424	10	UNIDADE	TUBO ESGOTO 200MMX6M	PETROBOM	230,00	2.300,00
426	80	UNIDADE	TUBO SOLDÁVEL 32MMX6M	PETROBOM	32,80	2.624,00
427	100	UNIDADE	TUBO SOLDÁVEL 50MMX6M	PETROBOM	55,00	5.500,00
428	50	UNIDADE	TUBO SOLDÁVEL 20MMX6M	PETROBOM	13,70	685,00
TOTAL						84.772,50

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGISTRO E REAJUSTE

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

### CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:**

À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:

**1** - Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da requisição, até 05 (cinco) dias consecutivos, sendo que após esse prazo o instrumento firmado será rescindido e a contratada ficará sujeita a aplicação das penalidades previstas no edital.

**2** - Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos e demais penalidades estipuladas neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia, de atraso ou de demora até a conclusão do caso.

**3** - Pela entrega em desacordo com o solicitado, recusa de fornecimento, ou problemas na emissão da Nota Fiscal (caso esta não seja regularizada), aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da nota, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

- apresentação de documentação falsa;
- retardamento na execução do objeto;
- não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

**1** - Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

**2** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E ENTREGA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Registro por 12 meses, sendo a entrega parcelada conforme necessidade do Município.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - Emitida solicitação, a empresa deverá efetuar a entrega no prazo máximo de **48 horas** a contar do recebimento da mesma.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - O prazo de vigência da presente ATA DE REGISTRO é prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

**PARAGRAFO QUARTO – LOCAL DE EXECUÇÃO:** Os materiais deverão ser entregues na secretaria de obras, ou outro local indicado na solicitação de fornecimento. Se necessário será solicitado que a entrega seja efetuada no local onde os materiais serão utilizados, em qualquer parte do Município.

#### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega mediante emissão da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Prova de regularidade de tributos Municipais;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**PARAGRAFO QUARTO** - Os recursos para pagamento das despesas serão oriundos da seguinte rubrica orçamentária:

Programa	Descrição	Fonte de recurso
02.04.04.122.1050.2.005.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.07.12.361.1400.2.010.3.3.90.30	Material de consumo	103, 104, 107
02.07.12.365.1400.2.013.3.3.90.30	Material de consumo	103 e 107
02.07.27.812.1950.2.017.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.018.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.08.15.452.1500.2.019.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.122.1200.2.022.3.3.90.30	Material de consumo	000, 504, 510
02.09.08.244.1200.2.023.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.09.08.243.1201.6.024.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.18.541.1650.2.067.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.10.20.606.1700.2.029.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.13.08.244.1200.2.042.3.3.90.30	Material de consumo	000, 840, 934, 936, 940
02.14.22.661.1800.2.030.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.15.13.392.1450.2.016.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.16.08.241.1200.2.040.3.3.90.30	Material de consumo	000
02.18.18.541.1650.2.073.3.3.90.30	Material de consumo	000

**PARAGRAFO QUINTO** – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, será descontado o valor referente a transferência bancária.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata/contrato e iniciar outro processo licitatório.

**PARAGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento da Ata/Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 5 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – A ata/contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

- 1** - Descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;
- 2** - Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 3** - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 4** - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**PARAGRAFO QUARTO** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**PARAGRAFO QUINTO** - A anulação do procedimento licitatório induz à da ata/Contrato.

**PARAGRAFO SEXTO** - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

**PARAGRAFO SÉTIMO** - A comunicação do cancelamento da ata/Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

**PARAGRAFO OITAVO** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

**PARAGRAFO NONO** - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**PARAGRAFO DÉCIMO** - Ocorrendo a hipótese prevista no **parágrafo anterior**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas no Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES.**

### **1 - São obrigações do Município:**

- 1.1** - Permitir o acesso de funcionários dos fornecedores às suas dependências, para a entrega das Notas Fiscais/Faturas;
- 1.2** - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;
- 1.3** - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;
- 1.4** - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento da (s) mercadorias, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do contrato;
- 1.5** - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

### **2 - SÃO OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.**

- 2.1** - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
- 2.2** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.3** - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá substituí-lo;
- 2.4** - Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;
- 2.5** - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;
- 2.6** - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- 2.7** - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
- 2.8** - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos e fornecimento;
- 2.9** - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 2.10** - Entregar a mercadoria conforme solicitação da Secretaria competente, do Município.
- 2.11** - Garantir a qualidade das mercadorias, obrigando-se a repor aquela que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta; e

### **3 - Adicionalmente, o fornecedor deverá:**

- 3.1** - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
- 3.2** - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município;
- 3.3** - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e
- 3.4** - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.
- 3.5** - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
- 3.6** - Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:
  - 3.6.1** - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do contrato;
  - 3.6.2** - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
  - 3.6.3** - é vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

## **CLAUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Presencial em epígrafe.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A gestão da presente ata será de responsabilidade do Departamento de Compras.

**PARAGRAFO QUARTO** – O Fiscal de contrato responsável pela fiscalização das obrigações decorrentes da presente Ata/contrato é o designado pela Portaria nº 15/2019.

### **PARAGRAFO QUINTO - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:



(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA - SUCESSÃO E FORO

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas, 19/11/2020.

Município de Catanduvas  
**MOISES APARECIDO DE SOUZA**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 842.080.829-68

Zancanaro e Grobs LTDA  
**VANDERLEI ZANCANARO**  
 Representante Legal  
 CPF 015.975.539-56

**FRANCISCO ALVES DOS SANTOS**  
 Fiscal do Contrato

**DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL**  
 Gestora do Contrato

**Publicado por:**  
 Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)  
**Código Identificador:**E6C246FD

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 269/2020

<b>Tipo Instrumento:</b>	de Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	269/2020				
<b>Contratado:</b>	CONNECTGOV LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	38.047.263/0001-29			<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	16.742,60				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
 Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**7AEAC1D3

### CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 273/2020

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço				
<b>Nº Contrato:</b>	273/2020				
<b>Contratado:</b>	FRANCIELE CRISTINE LAMIN				
<b>CNPJ/CPF:</b>	23.964.820/0001-07			<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.				
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020				
<b>Valor:</b>	9.313,10				
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**903937A1

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO N.º 274/2020**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Ata de Registro de Preço			
<b>Nº Contrato:</b>	274/2020			
<b>Contratado:</b>	MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA			
<b>CNPJ/CPF:</b>	05.075.962/0001-23		<b>Fundamento Legal:</b>	
<b>Nº Licitação:</b>	30/2020	<b>Nº Processo:</b>	119/2020	<b>Modalidade:</b> Pregão eletrônico
<b>Objeto:</b>	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EM GERAL, de acordo com as condições e especificações constantes no presente edital, inclusive em seus anexos, notadamente o Anexo I - Termo de Referência.			
<b>Data da Assinatura:</b>	04/11/2020			
<b>Valor:</b>	18.984,70			
<b>Vigência:</b>	04/11/2020 a 03/11/2021			

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**2E5A8C30

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 001/2020 - CONTRATO N.º 207/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	207/2019	Aditivo:	1		
Contratado:	SEMESP LTDA - EPP				
CNPJ/CPF:	21.938.632/0001-70		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	42/2019	Nº Processo:	93/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Alteração da vigência contratual.				
Data do Aditivo:	12/11/2020				
Valor:	153.600,00				
Vigência:	25/11/2019 a 25/11/2021			Nova data final do contrato:	25/11/2021

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**81A4D8DD

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 002/2020 - CONTRATO N.º 212/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	212/2019	Aditivo:	2		
Contratado:	RHEUMA CLINICA DE REUMATOLOGIA DO SUDOESTE LTDA - EPP				
CNPJ/CPF:	06.239.635/0001-22		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	46/2019	Nº Processo:	100/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Alteração da vigência contratual.				
Data do Aditivo:	12/11/2020				
Valor:	144.000,00				
Vigência:	14/11/2019 a 13/11/2021		Nova data final do contrato:	13/11/2021	

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**D694A875

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 - CONTRATO N.º 215/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	215/2019	Aditivo:	3		
Contratado:	CLEYCE ELIZANDRA MATOS BORDIGNON - FILIAL				
CNPJ/CPF:	05.038.352/0002-30		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	49/2019	Nº Processo:	103/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de Terapias.				
Data do Aditivo:	19/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	20/11/2019 a 19/11/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**97C9B404

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 006/2020 - CONTRATO N.º 200/2017**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato		
Nº Contrato:	200/2017	Aditivo:	6
Contratado:	CLÍNICA DE OLHOS PATO BRANCO LTDA ME		
CNPJ/CPF:	02.780.938/0001-05	Fundamento Legal:	

Nº Licitação:	107/2017	Nº Processo:	165/2017	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de Item.				
Data do Aditivo:	19/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	30/10/2017 a 30/10/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**CF948F1D

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 008/2020 - CONTRATO N.º 124/2017**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	124/2017	<b>Aditivo:</b>	8		
<b>Contratado:</b>	LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS CELLI LTDA				
<b>CNPJ/CPF:</b>	04.097.830/0001-30		<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	53/2017	<b>Nº Processo:</b>	93/2017	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de exames				
<b>Data do Aditivo:</b>	19/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	10/08/2017 a 10/08/2021				

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**33D0C9A7

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 007/2020 - CONTRATO N.º 224/2017**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	224/2017	Aditivo:	7		
Contratado:	ZUCONELLI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME				
CNPJ/CPF:	10.638.745/0001-34	Fundamento Legal:			
Nº Licitação:	115/2017	Nº Processo:	182/2017	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Alteração da vigência contratual				
Data do Aditivo:	24/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	09/01/2018 a 28/12/2021		Nova data final do contrato:	28/12/2021	

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**E5EAA064

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 003/2020 - CONTRATO N.º 004/2018**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	4/2018	Aditivo:	3		
Contratado:	CLINICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA AMORIM SOCIEDADE SIMPLES LTDA				
CNPJ/CPF:	07.182.569/0001-64		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	4/2018	Nº Processo:	4/2018	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Alteração da vigência contratual				
Data do Aditivo:	24/11/2020				
Valor:	57.600,00				
Vigência:	09/01/2018 a 09/01/2022		Nova data final do contrato:	09/01/2022	

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**8E8D533C

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 005/2020 - CONTRATO N.º 001/2018**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Prazo - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	1/2018	Aditivo:	5		
Contratado:	VIEIRA E VIEIRA CLINICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA ME				
CNPJ/CPF:	11.524.073/0001-07	Fundamento Legal:			
Nº Licitação:	1/2018	Nº Processo:	1/2018	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Alteração da vigência contratual.				
Data do Aditivo:	24/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	09/01/2018 a 09/01/2022			Nova data final do contrato:	09/01/2022

**Publicado por:**  
Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**2F336B37

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 032/2020 - CONTRATO N.º 210/2018**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	210/2018	Aditivo:	32		
Contratado:	INSTITUTO POLICLÍNICA PB				
CNPJ/CPF:	12.651.010/0001-76		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	59/2018	Nº Processo:	112/2018	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de procedimentos e OPM.				
Data do Aditivo:	27/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	08/11/2018 a 08/11/2021				

**Publicado por:**  
 Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**CBDEDA27

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 008/2020 - CONTRATO N.º 160/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	160/2019	Aditivo:	8		
Contratado:	P. F. G. LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS LTDA				
CNPJ/CPF:	20.438.684/0001-15		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	26/2019	Nº Processo:	61/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de exame.				
Data do Aditivo:	27/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	17/07/2019 a 17/07/2021				

**Publicado por:**  
 Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**7032FA09

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 005/2020 - CONTRATO N.º 209/2019**

Tipo de Instrumento:	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
Nº Contrato:	209/2019	Aditivo:	5		
Contratado:	LABORATÓRIO PLATANO, GEOVANELLI E BELUSSO LTDA				
CNPJ/CPF:	30.480.814/0001-31		Fundamento Legal:		
Nº Licitação:	44/2019	Nº Processo:	95/2019	Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
Objeto:	Inclusão de exames.				
Data do Aditivo:	27/11/2020				
Valor:	0,00				
Vigência:	29/10/2019 a 28/10/2021				

**Publicado por:**  
 Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**7BD63F96

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**  
**EXTRATO CONTRATUAL - ADITIVO N.º 009/2020 - CONTRATO N.º 097/2017**

<b>Tipo de Instrumento:</b>	Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato				
<b>Nº Contrato:</b>	97/2017	<b>Aditivo:</b>	9		
<b>Contratado:</b>	BELUSSO E GEOVANELLI LTDA - ME - FILIAL				
<b>CNPJ/CPF:</b>	13.222.986/0002-77		<b>Fundamento Legal:</b>		
<b>Nº Licitação:</b>	38/2017	<b>Nº Processo:</b>	76/2017	<b>Modalidade:</b>	Inexigibilidade de licitação
<b>Objeto:</b>	Inclusão de exames.				
<b>Data do Aditivo:</b>	27/11/2020				
<b>Valor:</b>	0,00				
<b>Vigência:</b>	25/07/2017 a 25/07/2021				

**Publicado por:**  
 Ivete Maria Lorenzi  
**Código Identificador:**9C717982

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO 192/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.**

**Exercício: 2020**  
**Decreto nº 192/2020 de 01/12/2020**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 14/2019 de 10/10/2019.

#### Decreto:

**Artigo 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$ 33.049,89 (trinta e três mil e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
53 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
130 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	3.700,00
07.001.10.301.0013.2.042.		Manutenção das Atividades do Programa Agente Comunitário de Saúde - ACS	
141 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	472,50
143 - 3.1.90.13.00.00	494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	37,80
145 - 3.1.91.13.00.00	494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	99,23
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
193 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	6.260,00
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0009.2.037.		Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
230 - 3.3.90.30.00.00	935	MATERIAL DE CONSUMO	1.002,33
08.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08.003.08.243.0009.6.002.		Manutenção do Fundo Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	
580 - 3.3.90.39.00.00	31721	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.732,44
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
10.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS	
10.001.15.452.0014.2.047.		Manutenção da Secretaria Municipal de Obras	
369 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	8.745,59
<b>Total Suplementação:</b>			<b>33.049,89</b>

**Artigo 2º** - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DE GABINETE	
02.001.04.122.0001.2.002.		Manutenção da Assessoria do Gabinete	
4 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
05.002.04.122.0001.2.006.		Manutenção do Departamento de Compras e Licitações	
43 - 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	87,12
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
54 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	314,93
05.003.04.122.0001.2.012.		Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	
63 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	802,20
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
190 - 3.3.90.14.00.00	935	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.002,33
08.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0009.2.038.		Manutenção do Programa Família Paranaense - CRAS	
247 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	96,60
251 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
11.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL	
11.001.26.782.0015.2.049.		Manutenção do Departamento da Frota Municipal	
385 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	13.074,92
387 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E VICINAIS	
11.002.26.782.0016.2.050.		Manutenção do Departamento de Estradas Rurais e Vicinais	
392 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	389,60
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
407 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
408 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
13.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
13.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
13.002.15.452.0014.2.055.		Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	
426 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.030.		Manutenção do Cemitério Municipal	
445 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	78,22
<b>Total Redução:</b>			<b>22.007,92</b>

**Artigo 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, em 01 de dezembro de 2020.

**MOISEIS BRANCO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Isac Kapp  
**Código Identificador:**67E26EAA

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**TERMO ADITIVO**

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de termo aditivo a Ata de Registro de Preços:

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **RODRIGO PONSONI BONETTI**

**ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços nº 730/2020 – Dispensa de Licitação nº 93/2020.

**OBJETO:** Prestação de serviços para locação de tendas e cadeiras para a ala de isolamento do COVID-19 na UPA 24 horas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

**ADITIVO:** Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de adição de meta ao contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11276/2020.

Fica acrescido ao contrato o item abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário R\$	Valor total acrescido R\$
1	74702	Locação de 2 tendas tipo Pirâmide para o período de 30 dias Especificação: tipo pirâmide medindo 05x05 metros², com pés direito de 3 metros de comprimento com alongador p/ até 4,5 metros, com altura central de até 4,5 m, em ferro metalão zincado, cobertura em lona vinílica branca antichama e proteção UV, com calha para escoamento de água, incluindo as despesas diretas e indiretas com a montagem, instalação e desinstalação. A empresa também deverá fornecer assistência durante a utilização das tendas. O material deverá estar em bom estado de conservação (sem ferrugens ou mofo), limpo e sem furos ou rasgos, ou qualquer avaria que possa afetar a funcionalidade da mesma.	MES	2,00	2.400,00	4.800,00

Francisco Beltrão, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**  
Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**  
Daniela Raitz  
**Código Identificador:**DB7088CC

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**TERMO ADITIVO**

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público do extrato de termo aditivo ao Contrato:

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **CASSIANO DOS SANTOS VARGAS**

**ESPÉCIE:** Contrato de Prestação de Serviços nº 1139/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 92/2019

**OBJETO:** Prestação de serviços médicos em regime de plantão na UPA – Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas, no Centro de Saúde do bairro da Cango, no CAPS AD II e no Centro de Saúde da Cidade Norte, de acordo com Chamamento Público nº 003/2019 de 04/03/2019.

**ADITIVO:** Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11294/2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até dia 15 de dezembro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário R\$	Preço total R\$
1	71743	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, diurno e noturno de segunda a sexta-feira.	Hora	720	102,70	73.944,00
2	71744	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, aos sábados e domingos.	Hora	576	129,00	74.304,00
3	71745	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, em feriados nacionais e locais.	Hora	576	146,50	84.384,00
<b>VALOR TOTAL ACRESCIDO AO CONTRATO</b>					<b>R\$ 232.632,00</b>	

Francisco Beltrão, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**  
Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**  
Daniela Raitz  
**Código Identificador:**5147C63F

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**TERMO ADITIVO**

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de termo aditivo ao Contrato:

**PARTES:** Município de Francisco Beltrão - PR e o senhor **EVERALDO MORENO**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 577/2020 – Dispensa de Licitação nº 68/2020

OBJETO: Prestação de serviços de enfermeiro para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 267/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11410/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
4	74122	Serviço de ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MES	2,00	3.610,83	7.221,66

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **JANETE CERATO NASCIMENTO**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 578/2020 – Dispensa de Licitação nº 68/2020

OBJETO: Prestação de serviços de enfermeiro para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 267/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11410/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
4	74122	Serviço de ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MES	2,00	3.610,83	7.221,66

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **JANETE MARIA AGASSI**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 579/2020 – Dispensa de Licitação nº 68/2020

OBJETO: Prestação de serviços de enfermeiro para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 267/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11410/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
7	74125	Serviço de TÉCNICO EM ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MES	2,00	3.610,83	7.221,66

Francisco Beltrão, 01 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**

Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**

Daniela Raitz

**Código Identificador:**8535F200

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO ADITIVO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de termo aditivo ao Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **ANDREZA TONELLO**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 495/2020 – Dispensa de Licitação nº 58/2020.

OBJETO: Prestação de serviços de enfermeiro para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 267/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11255/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
06	73470	Serviço de ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MÊS	1,00	3.610,83	3.610,83

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **RENATA FELISBERTO MAZURKIEWIZ**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 499/2020 – Dispensa de Licitação nº 58/2020.

OBJETO: Prestação de serviços de enfermeiro para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 267/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11255/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
06	73469	Serviço de ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária	MÊS	1,00	3.610,83	3.610,83

		máxima de 40 horas semanais.				
--	--	------------------------------	--	--	--	--

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **SUELLEN PESSETTI**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 500/2020 – Dispensa de Licitação nº 58/2020.

OBJETO: Prestação de serviços de enfermeiro para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao corona vírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 267/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11255/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
06	73468	Serviço de ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MÊS	1,00	3.610,83	3.610,83

Francisco Beltrão, 01 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**

Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**

Daniela Raitz

**Código Identificador:**BEF1D571

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO ADITIVO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de termo aditivo ao Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e o senhor **LEONARDO DA SILVA MARCHESAN**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 295/2020 – Dispensa de Licitação nº 36/2020.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos em enfermagem, para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 159/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11257/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
2	73088	Serviço de TÉCNICO EM ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MES	2,00	2.115,10	4.230,20

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **TAYRINE FACCIONI BATISTA**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 297/2020 – Dispensa de Licitação nº 36/2020.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos em enfermagem, para suprir as necessidades de ações de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) em atenção ao Decreto Municipal nº 159/2020.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11257/2020.

Fica prorrogado o prazo de execução do contrato até dia 31 de dezembro de 2020 e o prazo de vigência do contrato até dia 31 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor mensal R\$	Valor total R\$
2	73088	Serviço de TÉCNICO EM ENFERMAGEM para combate ao COVID-19, para atendimento nas Unidades de Saúde, com carga horária máxima de 40 horas semanais.	MES	2,00	2.115,10	4.230,20

Francisco Beltrão, 01 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**

Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**

Daniela Raitz

**Código Identificador:**DA621C5B

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO ADITIVO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público do extrato de termo aditivo ao Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **JAQUELINE SALMORIA E CIA LTDA - ME**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 1125/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 93/2017.

OBJETO: Prestação de serviços em Regime de Plantão na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), terceiro turno da unidade de Saúde do bairro da Cango e no Centro de Saúde Cidade Norte, de acordo com Chamamento Público nº 002/2017.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11307/2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até dia 17 de dezembro de 2021, conforme abaixo especificado:



Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário R\$	Preço total R\$
2	59371	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, diurno/noturno de segunda a sexta feira.	HORA	864,00	102,70	88.732,80
3	59378	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, aos sábados e domingos.	HORA	576,00	129,00	74.304,00
4	59384	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, em feriados nacionais e locais.	HORA	140,00	146,50	20.510,00
<b>VALOR TOTAL ACRESCIDO AO CONTRATO</b>					<b>R\$ 183.546,80</b>	

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **OSVALDO GONÇALVES RAMOS JUNIOR**

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 1127/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 93/2017.

OBJETO: Prestação de serviços em Regime de Plantão na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), terceiro turno da unidade de Saúde do bairro da Cango e no Centro de Saúde Cidade Norte, de acordo com Chamamento Público nº 002/2017.

ADITIVO: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Departamento Jurídico opinou pelo deferimento de prorrogação de prazo do contrato, conforme o contido no Processo Administrativo nº 11307/2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até dia 17 de dezembro de 2021, conforme abaixo especificado:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário R\$	Preço total R\$
6	59417	Plantão para serviço de médico GENERALISTA, diurno/noturno de segunda a sexta feira.	HORA	840,00	102,70	86.268,00
<b>VALOR TOTAL ACRESCIDO AO CONTRATO</b>					<b>R\$ 86.268,00</b>	

Francisco Beltrão, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO CARLOS BONETTI**

Secretário Municipal da Administração

**Publicado por:**

Daniela Raitz

**Código Identificador:** 139CB717

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EDITAL N.º 004/2020

### EDITAL N.º 004/2020

O **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Homologar o CADASTRO MUNICIPAL dos ARTISTAS e das INSTITUIÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS abaixo:

NOME	DOCUMENTO (RG/CPF/CNPJ)	ATUAÇÃO	REGISTRO (Nº- Livro-Folha)	DATA DE INSCRIÇÃO
ADRIANA ANTUNES	CPF 093.982.889-82	Música	A13-L02-F02f	Novembro/2020
ADRIANA NUNES DE SOUZA	CPF 958.974.290-49	Artes Visuais Literatura	A16-L02-F02v	Novembro/2020
ANNET STELITA PIASSON	CPF 029.155.070-31	Dança	A15-L02-F02f	Novembro/2020
ANNIT VITORIA PIASSON	CPF 029.155.060-60	Dança	A14-L02-F02f	Novembro/2020
ASSOCIAÇÃO DE PROPAGADORES DO ENSINO E DA CULTURA CRISTÃ - APECC	CNPJ 32.064.680/0001-01	Música	A17-L02-F02v	Novembro/2020
BANDA FLOR DA PELE – Renato Cesar Tesser - ME	CNPJ 27.122.4368/0001-07	Música	B17-L01-F06v	Novembro/2020
JABES GILEADE RAFFEL DA SILVA	CPF 065.337.589-18	Música	J30-L01-F39v	Novembro/2020
JOCEANE PRIAMO	CPF 062.765.949-70	Artes Visuais Literatura	J29-L01-F39v	Novembro/2020
LUCAS BOHER	CPF 085.332.759-94	Música	L33-L01-F47f	Novembro/2020
LUIZ GUSTAVO ROSSETTO	CPF 104.772.059-09	Teatro Patrimônio Imaterial	L34-L01-F47f	Novembro/2020
MANU'S SOM – Nicolodi e Nicolodi Ltda	CNPJ 09.528.568/001-54	Locação de Equipamentos de Som e Iluminação	M16-L02-F47f	Novembro/2020
RENATO CESAR TESSER	CPF 880.702.479-91	Musica Agente Cultural	R28-L01-F68v	Novembro/2020
ROBERTO SUTIL DE OLIVEIRA - MEI	CNPJ 21.783.270/0001-96	Teatro Artes Cênicas	R03-L01-F66f	Dezembro/2020

Francisco Beltrão - PR, 02 de dezembro de 2020.

**VILMAR MAZZETTO**

Diretor do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão - PR

**Publicado por:**

Daniela Raitz

**Código Identificador:** C92F535A

## SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

### DECRETO Nº 387 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na autorização legislativa constante na Lei Municipal nº 4.729/2019 de 17/12/2019 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.217.610,87 (Treze milhões, duzentos e dezessete mil, seiscentos e dez reais e oitenta e sete centavos) nas seguintes dotações:

Despesa			
02	Poder Executivo	Anulação	2.000,00
02.001	Gabinete do Prefeito e Órgãos Vinculados	Abertura	
04.122.0401.2002	Manter Atividades do Gabinete do Prefeito e Órgãos Vinculados		

3.3.90.35.00.00		SERVIÇOS DE CONSULTORIA		
200	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Acréscimo	8.000,00
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
240	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Anulação	3.606,77
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
251	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Acréscimo	31.000,00
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.1.90.94.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
290	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Anulação	48.085,40
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
301	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Anulação	11.000,00
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		
330	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Acréscimo	25.000,00
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
340	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
03		Secretaria Municipal de Administração	Acréscimo	19.000,00
03.002		Departamentos Administrativos	Abertura	
04.122.0404.2003		Manter Atividades da Secretaria Municipal de Administração		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
410	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Anulação	25.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
04.123.0403.2005		Manter Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Municipal		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
570	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	90.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
04.123.0403.2005		Manter Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Municipal		
3.1.90.94.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
610	00510	Taxas - Exercício Poder de Polícia		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	10.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
04.123.0403.2005		Manter Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Municipal		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
620	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	1.583,87
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
04.123.0403.2005		Manter Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Municipal		
3.3.30.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
651	01180	SEDU - CV 17/2019 - AQUISIÇÃO DE TERRENO		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	7,59
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
04.123.0403.2005		Manter Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Municipal		
3.3.30.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
651	01180	SEDU - CV 17/2019 - AQUISIÇÃO DE TERRENO		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Anulação	10.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
04.123.0403.2005		Manter Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Municipal		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
700	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	94.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
28.843.2801.0006		Amortização e Encargos da Dívida Fundada		
3.2.90.21.00.00		JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		
760	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	164.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	

28.843.2801.0006		Amortização e Encargos da Dívida Fundada		
4.6.90.71.00.00		PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		
780	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
04		Secretaria Municipal da Fazenda Municipal	Acréscimo	1.306.000,00
04.002		Departamento de Contabilidade, Adm. Tributária e Fiscalização	Abertura	
28.843.2801.0006		Amortização e Encargos da Dívida Fundada		
4.6.91.71.00.00		PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		
790	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Anulação	40.000,00
05.002		Departamento de Assessoria Empresarial	Abertura	
19.573.2301.2009		Estimular a Inovação, Criação e Desenvolvimento de Novas Tecnologias		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
880	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	9.189,83
06.002		Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	Abertura	
08.243.0801.6015		Atendimento à Criança e ao Adolescente		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1423	01155	SEDS/FIA CRESCER FAM.- CASA ABRIGO (75151-0)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	1.615,75
06.002		Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	Abertura	
08.243.0801.6015		Atendimento à Criança e ao Adolescente		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1421	01159	SEDS/FIA - QUALIF PROF ADOLESC - Del 81/2016		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	124,34
06.002		Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	Abertura	
08.243.0801.6015		Atendimento à Criança e ao Adolescente		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1421	01159	SEDS/FIA - QUALIF PROF ADOLESC - Del 81/2016		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Excesso de Arrecadação	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	361,03
06.002		Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	Abertura	
08.243.0801.6015		Atendimento à Criança e ao Adolescente		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1491	01155	SEDS/FIA CRESCER FAM.- CASA ABRIGO (75151-0)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	10.000,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.241.0801.2016		Atendimento e Manutenção da PSE MAC para Idoso		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1530	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	2.885,41
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.2019		Gestão do SUAS		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
1621	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	30.670,41
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.2019		Gestão do SUAS		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
1651	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	10.000,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.2019		Gestão do SUAS		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1690	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	100,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.2019		Gestão do SUAS		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1700	00934	Bloco de Financ da Proteção Social Básica - SUAS		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	7.000,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.2019		Gestão do SUAS		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
1730	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	100,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.2019		Gestão do SUAS		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1760	00934	Bloco de Financ da Proteção Social Básica - SUAS		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	371,89
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.6021		Serviço Família Acolhedora		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1851	01155	SEDS/FIA CRESCER FAM.- CASA ABRIGO (75151-0)		
Crédito adicional: Suplementar		Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	12.600,00

06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.6021		Serviço Família Acolhedora		
3.3.90.48.00.00		OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		
1880	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	476,13
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.6022		Atendimento e Manutenção no Eixo PSE MAC para Criança e Adolescente (Casa		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1950	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	1.500,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.6022		Atendimento e Manutenção no Eixo PSE MAC para Criança e Adolescente (Casa		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1950	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	2.500,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.6024		Atendimento e Manutenção SCFV para Crianças e Adolescentes (CEJU/ESCOLA		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2050	00934	Bloco de Financ da Proteção Social Básica - SUAS		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	500,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.243.0801.6024		Atendimento e Manutenção SCFV para Crianças e Adolescentes (CEJU/ESCOLA		
3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA		
2060	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	35.049,48
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.1001		Construção, Ampliação e Melhorias de Unidades Socioassistenciais		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
2220	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	35.000,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2032		Manutenção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
2481	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	2.300,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2032		Manutenção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
2483	00930	MDSCF - PROGRAMA 1ª INFANCIA NO SUAS - 66995-4		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	89,21
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2032		Manutenção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2512	00995	SEDS - FIA/FMDCA - Atenção Famílias Adolesc.Internados (65290-3)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	0,35
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2032		Manutenção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2512	00995	SEDS - FIA/FMDCA - Atenção Famílias Adolesc.Internados (65290-3)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Anulação	22.300,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2033		Manutenção e Atendimento Integral à Família - PAIF/CRAS/CÇA FELIZ/FAM		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
2560	00930	MDSCF - PROGRAMA 1ª INFANCIA NO SUAS - 66995-4		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	2.500,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2033		Manutenção e Atendimento Integral à Família - PAIF/CRAS/CÇA FELIZ/FAM		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
2570	00934	Bloco de Financ da Proteção Social Básica - SUAS		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	6.000,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2033		Manutenção e Atendimento Integral à Família - PAIF/CRAS/CÇA FELIZ/FAM		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
2570	00934	Bloco de Financ da Proteção Social Básica - SUAS		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
06		Secretaria Municipal de Assistência Social	Acréscimo	20.000,00
06.005		Fundo Municipal de Assistência Social	Abertura	
08.244.0801.2033		Manutenção e Atendimento Integral à Família - PAIF/CRAS/CÇA FELIZ/FAM		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2600	00930	MDSCF - PROGRAMA 1ª INFANCIA NO SUAS - 66995-4		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	5.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.1003		Construção e Ampliação de Escolas		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
2740	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	

07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	50.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.1003		Construção e Ampliação de Escolas		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2750	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	135.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2037		Ensino Fundamental/Educação Básica		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
2800	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	50.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2037		Ensino Fundamental/Educação Básica		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
2920	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	10.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2037		Ensino Fundamental/Educação Básica		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2980	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	333.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2038		Educação Básica - Fundeb 40%		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2991	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	53.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2038		Educação Básica - Fundeb 40%		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3002	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	3.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2038		Educação Básica - Fundeb 40%		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3001	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	3.381.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2039		Ensino Fundamental/Educação Básica - Fundeb 60%		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3020	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	72.885,58
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2039		Ensino Fundamental/Educação Básica - Fundeb 60%		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3021	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	1.100.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2039		Ensino Fundamental/Educação Básica - Fundeb 60%		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3030	00101	Fundeb 60%		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	245.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.361.1201.2039		Ensino Fundamental/Educação Básica - Fundeb 60%		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3060	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	2.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.365.1201.1004		Construção e Ampliação de CMEIS		
4.4.90.61.00.00		AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		
3180	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	59.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.365.1201.2042		CMEI/Educação Infantil		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
3270	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	10.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.365.1201.2042		CMEI/Educação Infantil		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
3280	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	17.000,00
07.002		Departamento de Ensino	Abertura	
12.365.1201.2042		CMEI/Educação Infantil		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
3311	00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		

<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	54.000,00
07.002	Departamento de Ensino	Abertura	
12.365.1201.2042	CMEI/Educação Infantil		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
3320	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	127.000,00
07.002	Departamento de Ensino	Abertura	
12.365.1201.2044	CMEI/Educação Infantil - Fundeb 60%		
3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3401	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	37.000,00
07.002	Departamento de Ensino	Abertura	
12.366.1201.2046	EJA/Educação de Jovens e Adultos - Fundeb 60%		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3500	Fundeb 60%		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	5.600,00
07.002	Departamento de Ensino	Abertura	
12.366.1201.2046	EJA/Educação de Jovens e Adultos - Fundeb 60%		
3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3510	Fundeb 60%		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	1.000,00
07.003	Departamento Administrativo	Abertura	
12.361.1201.2050	Organização e Manutenção da SMEC		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
3640	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	18.500,00
07.003	Departamento Administrativo	Abertura	
12.361.1201.2050	Organização e Manutenção da SMEC		
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
3650	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	18.000,00
07.003	Departamento Administrativo	Abertura	
12.361.1201.2050	Organização e Manutenção da SMEC		
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
3651	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	5.000,00
07.003	Departamento Administrativo	Abertura	
12.361.1201.2050	Organização e Manutenção da SMEC		
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
3730	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	2.000,00
07.003	Departamento Administrativo	Abertura	
12.361.1201.2050	Organização e Manutenção da SMEC		
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA		
3780	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	4.900,00
07.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2053	Apoio a Projetos e Eventos		
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E		
3940	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	1.900,00
07.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2053	Apoio a Projetos e Eventos		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
3950	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	5.400,00
07.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2053	Apoio a Projetos e Eventos		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
3960	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	380.000,00
07.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2053	Apoio a Projetos e Eventos		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3970	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	12.000,00
07.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054	Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
3980	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07	Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	90.000,00
07.005	Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054	Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		

3990	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	3.500,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.1.90.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
4000	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	7.000,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.1.90.94.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
4010	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	2.900,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
4070	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	5.000,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4090	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Acréscimo	52.000,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4100	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	900,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.3.90.47.00.00		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		
4110	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	900,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
3.3.90.93.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
4120	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
07		Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Anulação	4.900,00
07.005		Departamento de Cultura	Abertura	
13.392.1301.2054		Manter Atividades do Departamento de Cultura		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4130	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	205.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4140	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	4.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		
3.1.90.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
4150	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
4200	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	19.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4211	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	3.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		
3.3.90.40.00.00		SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA		
4250	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	2.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		
3.3.90.47.00.00		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		
4260	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	1.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.122.1001.2055		Desenvolver Ações de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde		

4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4280	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	17.815,80
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.1005		Construção da Base do SAMU, Hospital Intermunicipal, UBS na Área Rural e Urbana		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4291	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	185.635,15
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.1005		Construção da Base do SAMU, Hospital Intermunicipal, UBS na Área Rural e Urbana		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
4301	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	1.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.1005		Construção da Base do SAMU, Hospital Intermunicipal, UBS na Área Rural e Urbana		
4.4.90.52.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4320	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	14.200,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2056		Reforma e Manutenção da Estrutura Física das Unidades de Saúde		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4340	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	125.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2057		Manter e Ampliar o PACS		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4360	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	4.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2057		Manter e Ampliar o PACS		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4380	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	4.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2057		Manter e Ampliar o PACS		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4390	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	1.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
4400	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	4.282,46
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.1.90.04.00.00		CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		
4401	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	642.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4420	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	197.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
4450	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	1.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
4540	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	65.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
4560	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	7.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4580	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	1.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	



10.301.1001.2058		Manutenção da Rede Municipal de Saúde		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
4590	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	6.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2059		Centro de Saúde Cidade Norte		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4700	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	9.600,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.301.1001.2059		Centro de Saúde Cidade Norte		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4770	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	1.799.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.1007		Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
4800	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	123.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2061		Consórcio - ARSS/CRE		
3.1.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
4911	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	52.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2061		Consórcio - ARSS/CRE		
3.3.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
4921	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2061		Consórcio - ARSS/CRE		
3.3.72.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
4930	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	292.442,01
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2061		Consórcio - ARSS/CRE		
3.3.72.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4945	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	59.198,81
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2061		Consórcio - ARSS/CRE		
3.3.72.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4945	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	127.600,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2062		Manutenção de Serviço Especializado Média e Alta Complexidade - MAC		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4960	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	9.200,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2062		Manutenção de Serviço Especializado Média e Alta Complexidade - MAC		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4961	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	644.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2062		Manutenção de Serviço Especializado Média e Alta Complexidade - MAC		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4962	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	2.327.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2062		Manutenção de Serviço Especializado Média e Alta Complexidade - MAC		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4980	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	1.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2063		Manter Atividades do CAPS AD		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5000	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	31.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2063		Manter Atividades do CAPS AD		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5001	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	5.000,00

08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2063		Manter Atividades do CAPS AD		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
5021	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	1.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2063		Manter Atividades do CAPS AD		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
5040	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	59.900,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2063		Manter Atividades do CAPS AD		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
5060	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	5.100,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2063		Manter Atividades do CAPS AD		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5100	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	284.600,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2064		Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5130	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	1.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2064		Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.1.90.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
5140	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	10.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2064		Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
5150	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	10.200,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2064		Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5190	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	54.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2064		Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5190	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	860,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2065		Incrementar a Realização de Exames de Imagem e Procedimentos Especializados		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5221	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	139.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2065		Incrementar a Realização de Exames de Imagem e Procedimentos Especializados		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5231	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	2.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2065		Incrementar a Realização de Exames de Imagem e Procedimentos Especializados		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5230	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	257.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2066		Manter Programa de Cirurgias Eletivas		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5272	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	105.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2067		Consórcio - SAMU/CIRUSPAR		
3.1.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
5291	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	46.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2067		Consórcio - SAMU/CIRUSPAR		
3.3.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
5301	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	

08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	158.700,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2067		Consórcio - SAMU/CIRUSPAR		
3.3.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
5320	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	1.600,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2067		Consórcio - SAMU/CIRUSPAR		
4.4.71.70.00.00		RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
5331	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	1.300,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2068		Manter e Garantir a Estadia dos Usuários do SUS em Tratamento Fora de Domicílio -		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
5360	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	30.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2068		Manter e Garantir a Estadia dos Usuários do SUS em Tratamento Fora de Domicílio -		
3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL		
5371	00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	12.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2068		Manter e Garantir a Estadia dos Usuários do SUS em Tratamento Fora de Domicílio -		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
5381	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	50,16
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2068		Manter e Garantir a Estadia dos Usuários do SUS em Tratamento Fora de Domicílio -		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
5381	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	16.357,99
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2068		Manter e Garantir a Estadia dos Usuários do SUS em Tratamento Fora de Domicílio -		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
5390	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	100.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.302.1001.2068		Manter e Garantir a Estadia dos Usuários do SUS em Tratamento Fora de Domicílio -		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5420	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	4.172,57
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.303.1001.2069		Manter a Assistência Farmacêutica		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
5461	00498	Assistência Farmacêutica		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	411.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.303.1001.2069		Manter a Assistência Farmacêutica		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
5470	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	12.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.304.1001.2070		Manter a Unidade de Vigilância em Zoonoses		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5550	00085	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	30.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2071		Manter o Programa DST/HIV/AIDS		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5581	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	4.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2071		Manter o Programa DST/HIV/AIDS		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
5601	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	4.400,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2071		Manter o Programa DST/HIV/AIDS		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
5650	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional: Suplementar</b>		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08		Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	11.000,00
08.006		Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2072		Manter Ações de Vigilância em Saúde		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5710	00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		

<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08	Secretaria Municipal de Saúde	Acréscimo	6.500,00
08.006	Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2072	Manter Ações de Vigilância em Saúde		
3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
5740	00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
08	Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	12.000,00
08.006	Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2072	Manter Ações de Vigilância em Saúde		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
5760	00085 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
08	Secretaria Municipal de Saúde	Anulação	900,00
08.006	Fundo Municipal de Saúde	Abertura	
10.305.1001.2072	Manter Ações de Vigilância em Saúde		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
5790	00000 Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
09	Secretaria Municipal de Agricultura	Acréscimo	10.000,00
09.001	Departamento de Agropecuária	Abertura	
20.606.2001.2073	Gestão dos Programas de Apoio à Agricultura		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
5950	00000 Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
09	Secretaria Municipal de Agricultura	Acréscimo	40.125,36
09.001	Departamento de Agropecuária	Abertura	
20.606.2001.2073	Gestão dos Programas de Apoio à Agricultura		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
5961	01183 SEAB/VEÍCULOS - CV 60/2019		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
09	Secretaria Municipal de Agricultura	Anulação	10.491,85
09.001	Departamento de Agropecuária	Abertura	
20.606.2001.2076	Manter Atividades da Secretaria de Agricultura		
3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
6081	00003 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	17.781,92
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2077	Limpeza Pública Urbana		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
6301	00000 Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	44.000,00
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2077	Limpeza Pública Urbana		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
6300	00511 Taxas - Prestação de Serviços		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	11.007,30
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2079	Manter Atividades da Secretaria Municipal de Viação e Obras		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
6421	00003 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	10.000,00
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2079	Manter Atividades da Secretaria Municipal de Viação e Obras		
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		
6440	00000 Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	25.918,46
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2079	Manter Atividades da Secretaria Municipal de Viação e Obras		
3.1.91.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
6451	00003 Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	6.000,00
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2079	Manter Atividades da Secretaria Municipal de Viação e Obras		
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
6510	00000 Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	16.000,00
11.001	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.1501.2079	Manter Atividades da Secretaria Municipal de Viação e Obras		
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
6511	00511 Taxas - Prestação de Serviços		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	174.410,18
11.002	Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1009	Trincheira Acesso ao Bairro Padre Ulrico		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
6601	00000 Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11	Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	1.000.000,00
11.002	Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1012	Controle de Águas		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		

6661	01122	ÁGUAS PR/Contenção de Cheias no Rio Marrecas		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	367.453,96
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1012		Controle de Águas		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
6681	01122	ÁGUAS PR/Contenção de Cheias no Rio Marrecas		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	28.057,99
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1013		Construção de Novo Terminal Rodoviário		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
6720	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	3.000,00
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1014		Infraestrutura de Vias Urbanas		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
6750	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	58.483,40
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1014		Infraestrutura de Vias Urbanas		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
6761	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	300.625,12
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1014		Infraestrutura de Vias Urbanas		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
6800	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	810.000,00
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.1014		Infraestrutura de Vias Urbanas		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
6800	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	500,00
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.2082		Implantar e Manter Parques, Praças, Jardins e Portais		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
6881	00507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	125.040,24
11.002		Departamento de Obras Públicas	Abertura	
15.451.1501.2082		Implantar e Manter Parques, Praças, Jardins e Portais		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
6902	01188	SEDU/PARQUE INFANTIL - ALVORADA - CV 1588/2018		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Excesso de Arrecadação	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	54.800,00
11.004		Departamento de Viação e Obras Rurais	Abertura	
26.782.2002.1015		Pavimentação de Vias Rurais		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
7060	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Anulação	27,76
11.004		Departamento de Viação e Obras Rurais	Abertura	
26.782.2002.2085		Manutenção de Vias Rurais		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
7090	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	143.000,00
11.004		Departamento de Viação e Obras Rurais	Abertura	
26.782.2002.2085		Manutenção de Vias Rurais		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
7090	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
11		Secretaria Municipal de Viação e Obras	Acréscimo	2.500,00
11.004		Departamento de Viação e Obras Rurais	Abertura	
26.782.2002.2086		Manter Atividades do Departamento de Viação e Obras Rurais		
3.1.90.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
7170	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Anulação	5.700,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.1801.2087		Combate à Poluição, Legislação, Fiscalização e Educação Ambiental		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
7330	00555	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Acréscimo	4.000,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.1801.2088		Instalar e Manter Micro Sistemas de Água Comunitário		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
7360	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b> Suplementar		<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Acréscimo	6.200,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.1801.2088		Instalar e Manter Micro Sistemas de Água Comunitário		

3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
7362	00555	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Anulação	500,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.1801.2088		Instalar e Manter Micro Sistemas de Água Comunitário		
3.3.90.30.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
7390	00555	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Acréscimo	11.000,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.542.1801.2089		Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Coleta de Lixo		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
7440	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Acréscimo	4.000,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.542.1801.2089		Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Coleta de Lixo		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
7460	00511	Taxas - Prestação de Serviços		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Acréscimo	24.000,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.542.1801.2089		Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Coleta de Lixo		
3.3.90.34.00.00		OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE		
7470	00511	Taxas - Prestação de Serviços		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Anulação	4.018,40
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.542.1801.2089		Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Coleta de Lixo		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
7491	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Anulação	8.203,24
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.542.1801.2091		Estruturação e Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
7561	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
12		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Acréscimo	17.000,00
12.002		Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.542.1801.2091		Estruturação e Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
7620	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
13		Secretaria Municipal de Planejamento	Acréscimo	7.000,00
13.001		Departamento de Pesquisa e Planejamento Urbano - IPPUB	Abertura	
04.121.0402.2092		Manter a Secretaria de Planejamento e IPPUB		
3.1.90.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
7680	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
13		Secretaria Municipal de Planejamento	Anulação	5.861,73
13.001		Departamento de Pesquisa e Planejamento Urbano - IPPUB	Abertura	
04.121.0402.2092		Manter a Secretaria de Planejamento e IPPUB		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
7701	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
13		Secretaria Municipal de Planejamento	Anulação	8,30
13.002		Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	Abertura	
04.122.0402.2093		Manter o Departamento de Habitação		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
7840	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Superávit Financeiro	
13		Secretaria Municipal de Planejamento	Acréscimo	21.000,00
13.002		Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	Abertura	
04.122.0402.2093		Manter o Departamento de Habitação		
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
7840	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
14		Secretaria Municipal de Esporte	Acréscimo	4.000,00
14.001		Departamento de Esporte	Abertura	
27.812.2701.1017		Infraestrutura para Prática Desportiva		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
8090	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
14		Secretaria Municipal de Esporte	Acréscimo	1.000,00
14.001		Departamento de Esporte	Abertura	
27.812.2701.2096		Manter Atividades da Secretaria de Esporte		
3.3.90.33.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
8270	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
14		Secretaria Municipal de Esporte	Acréscimo	5.000,00
14.001		Departamento de Esporte	Abertura	
27.812.2701.2096		Manter Atividades da Secretaria de Esporte		
3.3.90.36.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
8290	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
<b>Crédito adicional:</b>	Suplementar	<b>Recurso do crédito adicional:</b>	Anulação de Dotações	
<b>Resumo acumulado</b>	<b>Recurso do crédito adicional</b>	<b>Tipo de alteração</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	7.194.800,00	7.194.800,00

Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	4.104.087,13	4.104.087,13
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	1.918.723,74	1.918.723,74
Suplementar	Superávit Financeiro	Anulação	1.918.723,74	231.822,33

Art. 2º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 03 de novembro de 2020.

**CLEBER FONTANA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Zeli Maria Raota Jonikaites  
**Código Identificador:**F654F311

## SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL CREDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO

### DECRETO Nº 388 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020

Abre crédito adicional extraordinário no orçamento do Município de Francisco Beltrão para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública em saúde, decorrente do coronavírus (COVID-19), nas Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, Considerando a declaração de situação de emergência em saúde pública Internacional pela Organização Mundial de Saúde e nacional pela Portaria 188 do Ministério da Saúde e corroborada pela Lei 13.979/2020, e o reconhecimento da situação de calamidade pública, pelo Decreto Legislativo nº 6, de 18/03/2020; Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19); Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979; Considerando o disposto no Decreto Legislativo da ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná) que dispõe sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública no Município de Francisco Beltrão em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus - Covid19; Considerando o Decreto Municipal nº 184 de 06 de abril de 2020 que declara estado de calamidade pública no Município de Francisco Beltrão, em virtude de problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus SARS-CoV2; Considerando a Nota Técnica SEI nº 12774/2020 do Ministério da Economia, que trata da contabilização de recursos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, o qual recomenda que seja criado programa ou ação orçamentária específica para as despesas relacionadas ao COVID-19; Considerando o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, nos artigos 40, III e 44 da Lei Federal nº 4.320/64.

#### DECRETA

**Art. 1º** Fica aberto um Crédito Adicional Extraordinário ao Orçamento Geral do Município de Francisco Beltrão/PR, no valor de **R\$ 821.419,56 (Oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos)**, nas seguintes dotações:

Órgão: 08 Secretaria Municipal de Saúde  
Unidade: 006 Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10 Saúde  
Subfunção: 122 Administração Geral  
Programa: 1001 Saúde Melhor para Nossa Gente  
Atividade: 2-100 **Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública – COVID-19**

Conta	Fonte	Código	Título	Valor
20201	1019	3.3.90.30.00	Material de Consumo	18.431,04
20225	0003	3.3.90.30.00	Material de Consumo	865,20
20219	1020	3.3.90.30.00	Material de Consumo	52,00
20227	1023	3.3.90.30.00	Material de Consumo	116.021,04
20203	1019	3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal – Dec. de Contratos de Terceirização	490.716,82
20210	1019	3.3.72.39.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	23.322,00
20202	1019	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	20.239,25
20217	1020	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.300,00
20204	0003	3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Inf. e Com.	8.494,20
20220	1019	3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	22.056,26
20214	1020	3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.220,21
<b>Total do Crédito Extraordinário na Saúde.....</b>				<b>704.718,02</b>

Órgão: 06 Secretaria Municipal de Assistência Social  
Unidade: 006 Órgão Gestor da Assistência Social  
Função: 08 Assistência Social  
Subfunção: 122 Administração Geral  
Programa: 0801 Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social  
Atividade: 2-200 **Enfrentamento da COVID-19 – Ações na Assistência Social**

Conta	Fonte	Código	Título	Valor
20805	1022	3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	15.063,75
22805	1022	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	20.840,04
20804	0000	3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais do Serv	1.896,18

20802	1022	3.3.90.30.00	Material de Consumo	55.968,21
20803	1022	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	191,08
20228	1022	3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Dec. de Contratos de Terceirização	16.280,28
22807	0000	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	2.542,00
<b>Total do Crédito Extraordinário na Assistência social.....</b>				<b>112.781,54</b>

Órgão: 07 Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
 Unidade: 003 Departamento Administrativo  
 Função: 12 Educação  
 Subfunção: 122 Administração Geral  
 Programa: 1201 Educação Humanizadora e de Qualidade  
 Atividade: 2-400 AÇÕES DE PREVENÇÃO A COVID-19 NA REDE BÁSICA DE ENSINO (Port 1857/20)

Conta	Fonte	Código	Título	Valor
20400	1035	3.3.90.30.00	Material de Consumo	3.920,00
<b>Total do Crédito Extraordinário na Educação.....</b>				<b>3.920,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do Crédito Adicional Extraordinário, aberto de conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos parciais provenientes do excesso de arrecadação, conforme descrito a seguir:

Fonte	Código/Descrição da Receita	Valor
1020	1718.04.61.02 - FNS - CORONAVIRUS (COVID-19) - EMERGÊNCIA/EXTRAORDINÁRIO	4.572,21
1019	1718.04.61.03 - MS/PORT 1666/2020 - Ações e Serviços de Saúde (COVID-19)	574.765,37
0003	1718.99.11.99.03 - Transferência do Programa Federativo de Enfrentamento ao COVID-19	9.359,40
1022	1718.12.11.12 - Transferência do Fundo Nacional de Assist Social/Proteção Social Básica	108.343,36
1023	1728.99.11.02.02 - Prestação Pecuniária do Poder Judiciário FES - (RES SESA 705/20) (COVID-19)	116.021,04
1035	1718.04.61.04 - Incentivo Financeiro aos Municípios - (COVID-19) - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria nº 1857/2020 do Ministério da Saúde	3.920,00
<b>Valor do Excesso de arrecadação.....</b>		<b>816.981,38</b>
250	Cancelamento parcial recursos livres	4.438,18
<b>Valor do Cancelamento .....</b>		<b>4.438,18</b>
<b>Total dos Recursos para suporte do crédito extraordinário .....</b>		<b>821.419,56</b>

**Parágrafo Único** – Nos termos do § 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, para fins de apuração de eventual excesso de arrecadação durante o exercício financeiro de 2020, deverá ser deduzido o valor do crédito extraordinário de que trata o art. 1º deste Decreto, em suas respectivas Fontes de Recursos.

**Art. 3º** Ficam ajustadas, a Lei n.º 4.528/2017 de 22/11/17 - Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021, a Lei n.º 4.679/2019 de 02/07/2019 - Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, nas ações correspondentes, inclusive as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude deste Decreto

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser dado imediato conhecimento do seu conteúdo ao Poder Legislativo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, em 03 de novembro de 2020.

**CLEBER FONTANA**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Zeli Maria Raota Jonikaites  
**Código Identificador:009E7537**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL**

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 309/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**, sediada na Rua Graça Aranha, 875, BRCAO 2 sala C, Vargem Grande, Pinhais - Paraná, inscrita no CNPJ nº 07.626.776/0001-60 neste ato representada pela Srª Maristela Belotto Pelozzo inscrita no CPF sob nº 922.630.709-15, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.



Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
4	3	UN.	Oxímetro de Pulso Portátil de Mesa: Visor LCD colorido de alta resolução. Tela rotacional, permite visualização na vertical e horizontal. Indicação da SpO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda pletismográfica e tabela de tendências. Alarmes visuais e sonoros, ajustáveis e programáveis. Memória interna dos eventos e conexão USB para computador. Software para computador, permite armazenar, visualizar e compartilhar eventos. Capa protetora com suporte para acomodar em superfícies planas. Alimentação bívolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado. Aplicável para pacientes adulto, pediátrico e neonatal. Acompanha suporte de mesa. Sensor de SpO2 padrão Nellcor. Certificado pelo INMETRO. Registro Anvisa80070219017. Acessórios inclusos: 01 Sensor de SpO2 reutilizável (Padrão Nellcor), 04 Baterias Ni-MH recarregáveis, 01 Capa de proteção com suporte, 01 Fonte de alimentação bívolt (100 a 240VAC), 01 Manual de operação.	R\$ 1.250,00	R\$ 3.750,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 3.750,00</b>

## CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

## CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº.7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

## **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a Srª Rhamavane S. Neubauer, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

## **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

## **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a Srª. Rhamavane S. Neubauer, Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

**CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na clausula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

**CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir duvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo numero e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresso consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

## **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso,

permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantida a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município de General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
 Contratante

**CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**  
 Contratada

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
 Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**8220326E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL**

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 310/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **G D C DA SILVA COSTA - EIRELI**, sediada na Rua Garrincha do Mato Grosso, 440, setor 1, Jardim Vale das Perobas, Arapongas - PR, inscrita no CNPJ nº 09.721.729/0001-21 neste ato representada pelo Sr. Guilherme Delmonico Cestari da Silva inscrita no CPF sob nº 056.022.859-70, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
6	3	UN.	Aspirador de Secreção a Vácuo portátil - Especificações técnicas: motor: monofásico com capacitor permanente 1/5 hp; rotações: 1.750 rpm; proteção de motor: através de protetor térmico que desativa o conjunto no excesso de temperatura, tornando a ligar quando a temperatura volta ao normal; consumo de energia: baixo (aprox. 341 w); tensão de alimentação: 110 e 220 volts autom; amperagem: 2.4 a em 110 v e 1.27v e 1.25a em 220 v; compressor: a pistão oscilante; lubrificação: isento fluxo: 34 litros de ar p/ min (livre); vácuo máximo: 25 polegadas de mercúrio (hg); vacuômetro: para indicação do vácuo gerado; regulador digital: regulador de vácuo de zero à máximo(25pol/hg); frasco coletor: com capacidade mínima de 3 litros; tampa do frasco: borracha com acoplamento da válvula de segurança incorporada; válvula de segurança: contra transbordamento do frasco; filtro: filtro bactericida; Acessórios: jogo de 3 cânulas autoclaváveis; mangueiras de silicone com 1,6 metros de comprimento; manual de instruções.	R\$ 541,38	R\$ 1.624,14
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.624,14</b>

**CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 1.624,14 (um mil seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;

Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº.7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e termino no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a **Srª Rhamavane S. Neubauer**, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e termino no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a **Srª. Rhamavane S. Neubauer**, Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na clausula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.



**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

## **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresse consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Contratante

**G D C DA SILVA COSTA - EIRELI**  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**87216823

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 311/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **CIRÚRGICAPARMA LTDA**, sediada na Rua General Glicério, 286, Vila Central, Assis - SP, inscrita no CNPJ nº 10.368.534/0001-29 neste ato representada pelo Sr. Marcos

Moises Paulo Vieira da Silva inscrita no CPF sob nº 023.932.849-31, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “**Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR**”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
7	4	UN.	Carro de emergência: Descrição Geral: Carrinho de emergência cadastrado na ANVISA sob Nº 10227189006; Destinado a utilização em hospitais, pronto socorros, clínicas e serviços de prontoatendimento; Equipamento fabricado de acordo com as Boas Práticas de Fabricação ANVISA e ISO 13485: 2003. Características Técnicas: Fabricado em aço carbono ou Inox com tratamento anti-corrosão e pintura epóxi de altaresistência; Quatro rodízios (75 mm de diâmetro), sendo dois com freio (bilaterais); no mínimo Quatro gavetas com lacre único (através do suporte de sorro); Divisória para medicamentos na primeira gaveta tipo colmeia; Bandeja superior para acomodação de equipamentos de ressuscitação cardiopulmonar (Desfibrilador ou Cardioversor); Tampo para manipulação de medicamentos em aço inoxidável AISI 304 com gradil de proteção nos lados e ao fundo; Suporte de Sorro em aço inoxidável AISI 304 com altura regulável; Suporte para lixeira em aço inoxidável AISI 304; Suporte de cilindro de oxigênio; Filtro de linha com 4 tomadas auxiliares e fusível de proteção; Tábua de ressuscitação cardiopulmonar em polietileno. Dimensões Aproximadas do Equipamento: Altura: 1050 mm, largura: 500 mm, comprimento: 700 mm, peso: 27 Kg.	R\$ 2.210,00	R\$ 8.840,00
8	1	Un.	Autoclave 200 Litros: <b>CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS:</b> Comando Automático, Controlador microprocessado. Capacidade nominal da câmara, mínimo: 200 litros, Potência: 18KW, Tensão: 220 V Trifásico. Funcionamento: Através de gerador elétrico ou vapor acoplado, Secagem: Bomba de vácuo de 1,5 HP 220/380V 60Hz trifásica, Instrumentos: Mano vacuômetro indicativo para pressão e vácuo na câmara interna; Manômetro indicativo para pressão na câmara externa (jaqueta) e gerador de vapor; Sensor de temperatura; Dois transmissores de pressão Acompanha bomba de vácuo. <b>COMANDO:</b> Comando automático microprocessador eletrônico, deve possuir no mínimo 8 programas de esterilização pré definidos, tais como: Pacotes; Instrumentais; Líquidos/Vidriaria; Termo Sensíveis; Teste de Bowie Dick e Ciclo Flash, mais dois programas livres totalmente alteráveis e selecionáveis pelo usuário e protegido por meio de senha para uma maior segurança. Deve possibilitar a configuração da temperatura de trabalho de 90 a 135°C e tempo de esterilização e secagem de até 99 minutos cada. A visualização dos parâmetros dos programas, fases do ciclo pressão tempo e temperatura são visualizados através de uma interface de display LCD (2 linhas x 16 colunas com fundo azul e caracteres em branco com backlight) e teclado numérico de 0 a 9 mais teclas de função. Possuir entradas analógica para sensor PT-100, para controle da pressão do gerador/câmara externa e para controle de pressão e vácuo da câmara interna. Possuir entradas digitais sendo porta aberta, pressostato e controle de nível do gerador de vapor alto e baixo. Possuir saídas digitais a relê protegidas por fusível para controle das válvulas, bomba de água e vácuo. Possibilitar a comunicação serial para Impressora, possibilitando registro e impressão dos dados de cada ciclo realizado. A visualização dos parâmetros programados deverá se dar através de display (L.C.D.), com instrumentos para controle dispostos em um painel superior frontal contendo: Chave Geral interruptora com Lâmpada piloto; Controlador digital microprocessador com teclado para seleção dos ciclos; Manômetro indicativo de pressão na câmara externa; Mano vacuômetro indicativo de pressão e vácuo na câmara interna; <b>CÂMARAS:</b> Câmara interna em formato retangular com capacidade de 200 litros, fabricada em aço inoxidável, com acabamento polido sanitário brilhante, utilizada para a acomodação, esterilização e secagem dos materiais e câmara externa fabricada em aço inoxidável. Testadas hidrostáticamente conforme norma NR 13. Possuir isolamento térmico, através de camadas de lã de rocha aluminizada, e revestimento externo com chapas galvanizadas para evitar perda de calor e aquecimento do ambiente de trabalho. Dotada de ponto de tomada de temperatura e validação. <b>FECHAMENTO:</b> Uma porta fabricada em aço inoxidável, maciça e abaulada internamente, com acabamento polido sanitário e brilhante. Comandada por volante central, com fechamento hermético através da introdução de hastes de aperto nos orifícios do flange, e dotado de guarnição de silicone, para garantia total da vedação do vapor. Flange fabricada em chapa de aço inoxidável, com acabamento polido, brilhante. <b>SISTEMAS DE SEGURANÇA:</b> Deve possuir trava de segurança mecânica, colocada no interior do eixo central da porta, impedindo a sua abertura quando houver pressão na câmara interna; Válvulas de segurança para alívio imediato na câmara externa, caso a pressão ultrapassar o limite máximo de trabalho; Válvula manual, para descarga total do vapor e pressão em caso de emergência; Pressostato de segurança e controle na câmara externa e câmara interna; Controle de nível e eletrodos, para controle da energia elétrica nas resistências conforme o nível de água, protegendo-as contra queima; Registro de agulha acoplado à câmara interna para descompressão lenta e eliminação da umidade; Registro de controle de vazão entre a câmara interna e externa para controle da injeção de vapor nos testes de Bowie Dick; <b>PAINEL:</b> Com painel superior que acomoda os instrumentos de medição e controle, dotado de ventilação forçada além de acomodar o controlador do equipamento. <b>ESTRUTURA:</b> Gabinete montado com tratamento anticorrosivo e pintura esmalte. Revestimento externo em chapas de aço inoxidável com acabamento escovado. <b>FUNCIONAMENTO:</b> Através de gerador de vapor acoplado à câmara externa. Fabricado em aço inoxidável. Abastecido automaticamente por meio de bomba de água, com funcionamento elétrico feito através de resistências acopladas ao equipamento. Com eletrodos ou bóia para controlar o nível de água e cortar a corrente elétrica no caso de obstrução do fornecimento de água, protegendo as resistências contra queima. Externamente revestido com camadas de lã de rocha aluminizada e revestimento externo com chapas galvanizadas para evitar perda de calor e aquecimento do ambiente de trabalho. <b>SISTEMA DE VÁCUO:</b> Dotado de uma bomba de vácuo para processar as operações de pré-vácuo e secagem, por extração da umidade dos materiais esterilizados. <b>ABASTECIMENTO:</b> Possuir bomba de água para abastecer automaticamente o gerador de vapor antes ou durante os ciclos de esterilização, com potência suficiente para abastecer-lo mesmo quando pressurizado. <b>SISTEMA HIDRAULICO:</b> Tubos e conexões fabricados em aço inoxidável, possuir difusor de vapor em aço inoxidável, tubo com tela de retenção de impurezas, purgador para saída de ar e condensados, válvula de retenção e válvulas solenoides. Carro interno de carga em aço inoxidável, com prateleira em tamanho compatível com a câmara interna. Carro externo, fabricado em aço carbono, com rodízios, para transporte do carro interno. Incluso, uma <b>Impressora Serial térmica</b> , para registro das informações do ciclo selecionado. Oferecer qualificação de acordo com a RDC 15, sem custo adicional. A EMPRESA VENCEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAR O EQUIPAMENTO, REALIZAR TREINAMENTO COM A EQUIPE DENTRO DO PRAZO MÁXIMO DE QUINZE DIAS APÓS ENTREGA SEM CUSTO ADICIONAL.	R\$ 119.900,000	R\$ 119.900,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 128.740,00</b>

## CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 128.740,00 (cento e vinte oito mil setecentos e quarenta reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a **Srª Rhamavane S. Neubauer**, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a **Srª. Rhamavane S. Neubauer**, Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na cláusula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresso consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

## **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;



**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO**

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL**

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Contratante

**CIRURGICA PARMA LTDA**  
Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:** AFD6588D

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 312/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA**, sediada na Rua 1, 80, Dist. Ind. Genesco Aparecida de Oliveira, Lagoa Santa – Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº 11.405.384/0001-49 neste ato representada pelo Sr. Otávio Viegas inscrita no CPF sob nº 131.607.376-91, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.

**1.2.**

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
1	2	UN.	Monitor Multiparamétrico: Equipamento com capacidade de monitoração dos seguintes sinais vitais: ECG, Respiração, SpO2, PNI, Temperatura. Monitoração simultânea de pelo menos 8 curvas e 9 campos digitais na tela; Constituído por display, processador em um bloco único ou unidades separadas, sendo os parâmetros básicos pré-configurados ou em um único módulo (ECG, Respiração, Temperatura, PNI e SPO2), podendo os demais parâmetros ser oferecidos em módulos individuais ou compartilhados, intercambiáveis pelo usuário; Monitor com tecnologia(Hardware) que possibilite implementação futura de protocolos de comunicação, dentre eles o HL7, sem necessidade de modificações profundas nos componentes. Possibilidade de integração com central de monitoração; Cabo Paciente protegido contra interferências; Pulso de sincronismo para cardioversão; Indicador áudio visual de QRS; Indicação para equipamento ligado em rede elétrica e bateria; -Indicação para bateria de emergência com baixa carga; Detecção/Rejeição do pulso de marca passo; Tecla liga/desliga para acionamento; Tecla para configurações de alarmes; Tecla para interrupção temporária de alarmes sonoros de acordo com as normas; Menu ou telas para configurações dos parâmetros funcionais a serem monitorados e dos ajustes do display, se necessário; Sistema de autodiagnóstico funcional após equipamento ligado; Sistema para apresentação de mensagens funcionais em display; Sistema de memória constante para parâmetros pré-configurados. O equipamento deverá guardar em memória e apresentar sua última configuração após ser ligado; Sistema ininterrupto para alarmes visuais segundo a NBR IEC 60601-1-2-49. O alarme deverá atuar enquanto houver ocorrência funcional. O equipamento não deve disponibilizar sistema manual para inibição. Dois canais simultâneos; Faixa mínima: 5 a 43°C; Resolução de 0,1°C; Alarmes de máximo e mínimo para temperatura; Dois sensores não descartáveis adultos. Tensão de alimentação: 100 a 240 Vac, fonte chaveada automática e sistema sob fusível de proteção. Frequência de alimentação: 60 Hz Bateria (s) selada(s) de emergência com autonomia mínima para 60 minutos. Tipo de cabo de rede: Deve seguir a norma ABNT NBR 14136:2002 Pressão não invasiva de PNI Método: Oscilométrico - Pressão Diastólica / Sistólica / Média; Modo de operação: Manual / automático / contínuo; Intervalo de medição: 1 min, 2min, 3min, 4min, 5min, 10min, 15min, 20min, 30min, 1H, 2H, 3H, 4H, 8H; Faixa de medição: Pressão adulto 20-260mmHg - Pressão Pediátrica 20-230mmHg - Pressão neonato 20-120mmHg; Precisão: Erro médio +- 3mmHg Respiração Método: impedância torácica Seleção de canal: RA-LA ou RA-LL Faixa de Medição: 5-120 respiração por minuto Precisão: +- 1 respiração por minuto. Alarme de apneia: Sim. Eral Tela, Resolução: 7" colorido cristal líquido TFT, 800x480 Pixels; Pacientes: Adulto, pediátrico e neonatal; Dimensões, peso: 238x250x163mm, aproximadamente 3 Kg; Traçado / Tela: 4 formas de ondas, velocidade 6.25, 12.5, 25, 50mm/seg., valores numéricos dos parâmetros. Bateria Recarregável de Li-ION; Autonomia de 2 Horas; Armazenamento de dados: 128 Horas de tendências, 20 ondas de alarmes de 10 seg.; Linguagem do menu / SW: Português.	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 12.000,00</b>

**CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;

4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;

Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;

4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 / 2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº.7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a **Srª Rhamavane S. Neubauer**, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a **Srª. Rhamavane S. Neubauer**, Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na cláusula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresso consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO**

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL**

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Contratante

**ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA**  
Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**30D8650C

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL**

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 313/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **SC MEDICAL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, sediada na Rua Anne Frank, 3125, Boqueirão, Curitiba Paraná, inscrita no CNPJ nº 12.246.862/0001-88 neste ato representada pelo Sr. Lorinil Acosta inscrita no CPF sob nº 644.596.759-00, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme de cisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1. O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.**

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
2	1	UN.	Eletrocardiógrafo 03 Canais - 12 Derivações: Eletrocardiógrafo com 03 canais de registro. Impressora térmica digital de alta resolução. Captação simultânea das 12 derivações. Registro sequencial em modos automático e manual. Display gráfico LCD para monitoração prévia do sinal. Memória interna com a função de “Cópia” para exames. Bateria interna selada recarregável de Chumbo-Ácido. Entrada opcional para conexão com bateria externa. Papel termo sensível de 80mm x 30m, com rendimento para até 60 exames. Comunicação (USB) e software para efetuar e gravar exames no computador. Itens Inclusos: 01 cabo de alimentação, 01 cabo de paciente de 10 vias, 01 fusível de 0,2 A, 02 fusíveis de 0,5 A, 01 rolo de papel 80mm/30mm 06 eletrodos precordiais de sucção, 04 eletrodos de membro tipo clip, 01 manual de instruções.	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 5.200,00</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 5,200,00 (cinco mil e duzentos reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade: 2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;

4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;

Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;

Projeto/Atividade: 2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;

4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

## CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE



4.1. O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

5.1. A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

5.3. A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

5.4. Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

5.5. A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

5.6. A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

5.7. A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

5.8. A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.9. A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

5.10. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.11. Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

5.12. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

5.13. Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

5.14. A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

5.15. Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

5.16. A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

5.17. O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº.7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

6.1. Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a Srª Rhamayane S. Neubauer, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

6.2. Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

**CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a **Sr<sup>a</sup>. Rhamavane S. Neubauer**, Secretária Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

**CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na cláusula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

**CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresso consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

## **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO**

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL**

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
 Contratante

**SC MEDICAL COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**  
 Contratada

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
 Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**3854EE93

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 315/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA**, sediada na Rua Izabel Lima de Oliveira, 149, São Gabriel, Colombo - PR, inscrita no CNPJ nº 19.294.988/0001-77 neste ato representada pelo Sr. Robinson Roberto Machado inscrita no CPF sob nº 024.961.679-38, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR”, de acordo com as cláusulas e condições fixadas na presente.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
09	1	UN.	Lavadora hospitalar com Barreira Sanitária: Máquina de lavar com capacidade para aproximadamente 20 KG de roupas secas por carga, com base, tambor externo, gabinetes laterais, e cesto interno construído em aço inox AISI 304. Proteções fixas que impedem o acesso às partes móveis da lavadora como engrenagens, correias, polias, motor, dobradiças fabricadas em inox AISI 304, com visor de vidro para o interior da máquina, travas mecânicas para fechamento das portas fabricadas em aço inox AISI 304. Barreira: Confeccionada em chapa aço 1020 com tratamento químico anticorrosivo por imersão pelo processo e-coat pintura eletrostática a pó ou aço inox AISI - 304. Amplo visor de ambientes. Cesto: Fabricado em chapa de aço inox AISI - 304 simetricamente perfurados e repuxados. Portas corredeiras com trincos de pressão. Batedeira internas fabricadas em chapa de aço inoxidável AISI-304 simetricamente disposta, oferecendo uma maior ação mecânica. Transmissão: a transmissão é feita através de polias e correias tipo V. Funcionamento de Sistema elétrico: Composto por painel de controle de ambos os lados (sujo e limpo). Painel do lado sujo: chave geral localizada acima do painel de comando, cave liga/desliga, alarme sonoro que avisa o fim de cada ciclo, botão para posicionamento do cesto interno, timer/temporizador com termômetro digital. Segurança: Tampa de proteção do mancal e tampa lateral das polias, motor elétrico e caixa de comando, confeccionadas em chapa de aço 1020 com tratamento químico anticorrosivo por imersão pelo processo e-coat e pintura eletrostática a pó, proporcionando maior durabilidade e melhor acabamento; Sensor magnético codificado de segurança para controlar a abertura e o fechamento com as portas fechadas; botões de emergência dos lados limpo e sujo; moto freio, garantido que o tambor da máquina permaneça parado com a máquina desligada. Travas mecânicas para fechamento das portas; Área com comandos independentes a Inter travados inibindo operações simultâneas; Dispositivos de segurança de acordo com a norma NR-12. A EMPRESA VENCEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAR O EQUIPAMENTO, REALIZAR TREINAMENTO COM A EQUIPE (SE NECESSÁRIO) DENTRO DO PRAZO MÁXIMO DE QUINZE DIAS APÓS ENTREGA SEM CUSTO ADICIONAL.	R\$ 20.789,99	R\$ 20.789,99
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>

#### CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 20.789,99 (vinte mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
 Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;  
 4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
 Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;  
Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº.7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a **Srª Rhamayane S. Neubauer**, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a **Srª. Rhamayane S. Neubauer**, Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na cláusula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresse consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

## **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

## **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES**

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO**

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL**

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
Contratante

**ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA**  
Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**E73943B7

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO CONTRATUAL**

**Processo Administrativo nº. 119/2020**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 316/2020.**

Aos 02 (dois) dias do mês de Dezembro do ano 2020 reuniram-se na sede da **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO - PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 75.687.681/0001-07, sito na Av. Presidente Getúlio Vargas, 601 - Centro, General Carneiro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade sob nº. RG 72182707, SSP/PR., inscrito no C.P.F. sob nº.467.176.840-20, residente e domiciliado à Rua Interventor Manoel Ribas, nº422, Centro, nesta cidade;, e de outro lado a empresa **EP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI**, sediada na Rua José Jorge Rodrigues, 186, Vila Nova, Limeira - São Paulo, inscrita no CNPJ nº 25.232.234/0001-95 neste ato representada pela Srª Erika Pizani inscrita no CPF sob nº 257.329.068-94, denominada de **CONTRATADA**, a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto 7.892/13 de 21/01/2013; e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº. 119/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº. 064/2020, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1.** O Objeto da presente ata é o “**Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Urgência e Emergência, Autoclave para CME e Equipamentos para Lavanderia Hospitalar (maquina de lavar roupa, secadora, calandra), a fim de atender a Resolução nº 613/2019 – SESA; na Modalidade Fundo a Fundo vinculado a Secretaria de Saúde e Emenda Impositiva nº 018/2019 celebrado entre Câmara Municipal e o Município de General Carneiro - PR**”, de acordo com as clausulas e condições fixadas na presente.

Item	Quant.	Und.	Descrição	Valor Unitário	R\$ Total
10	1	UN.	Calandra: Tipo gabinete, cabeceiras de sustentação do conjunto calha/cilindro, conformados por chapas de aço carbono ou aço SAE-1020. Carenagem de proteção do conjunto da transmissão. Sistema de aquecimento elétrico, mesa de trabalho de chapa de aço inoxidável. Barra de proteção das mãos, com dispositivo de reversão do rolo, quando acionada. Bandeja coletora de roupa, na parte inferior, de chapa de aço com tratamento anti-óxido. Rolo constituído com tubo reforçado de aço carbono ou aço SAE-1020, com flanges embutidas para fixação dos eixos. Revestimento externo composto por mantas de feltro resistente a temperatura, forradas com algodão. Sistema elétrico composto por painel de comando frontal contendo: Chave geral localizada acima do apêndice de comando, chave liga/desliga, controlador de temperatura digital, lâmpada sinalizadora para falha de alimentação do sistema elétrico, botão liga/desliga cilindro e aquecimento, lâmpada da sinalizadora de aquecimento, botão com lâmpada sinalizadora para reset do sistema de segurança e dois botões de emergência, dispostos nas laterais da máquina, sendo um do lado esquerdo e outro do lado direito; Motores elétricos de indução e painel de comandos nas opções 220 V ou 380 V, trifásico. Sistema de segurança com botões de emergência nas extremidades da máquina, monitorados por relé de segurança; Grade frontal monitorada por sensor magnético codificado de segurança com parada instantânea no caso de toque em todo comprimento do rolo; Alavanca ao lado direito para afastar a calha no final da operação, evitando queimar o tecido após o uso.A EMPRESA VENCEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAR O EQUIPAMENTO, REALIZAR TREINAMENTO COM A EQUIPE (SE NECESSÁRIO) DENTRO DO PRAZO MÁXIMO DE QUINZE DIAS APÓS ENTREGA SEM CUSTO ADICIONAL.	R\$ 15.900,00	R\$ 15.900,00
11	1	UN.	Secadora de Roupas: Com capacidade mínima de 16 KG. Cesto fabricado em aço inoxidável, simetricamente perfurados e repuxados, permitindo uma perfeita circulação de calor entre as roupas. Batedeiras internas fabricadas em chapa galvanizada ou aço inox AISI-304 simetricamente dispostas, permitem distribuir as roupas de forma uniforme oferecendo uma maior ação mecânica. A transmissão é feita através de polias e correias tipo V, com proteção de segurança para as polias. Sistema elétrico trifásico. Comandos por contactoras, protegidos por relé de sobrecarga. Painel protegidos por disjuntor, com botão de emergência, luz indicadora de aquecimento e alarme de fim de ciclo. Termostato digital com indicador de temperatura. Segurança com chave geral de comando. Botão de emergência, Sensor codificado que impede o funcionamento com a porta aberta. Relés de monitoramento de segurança. Botão reset de segurança. A EMPRESA VENCEDORA SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAR O EQUIPAMENTO, REALIZAR TREINAMENTO COM A EQUIPE (SE NECESSÁRIO) DENTRO DO PRAZO MÁXIMO DE QUINZE DIAS APÓS ENTREGA SEM CUSTO ADICIONAL.	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 31.900,00</b>

#### CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**2.1** O valor total do contrato é de R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais)

**2.1.1** A Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba, inclusive quanto ao quantitativo previsto.

**2.2** As despesas decorrentes da contratação objeto deste contrato, serão oriundas dos recursos provenientes das rubricas orçamentárias, a saber:

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
Projeto/Atividade:2.078 – Destinação de Valores para Secretaria de Saúde Emenda IMP nº 018/2019;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
Projeto/Atividade:2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1000 - Equipamento e Material Permanente;

Órgão 03 – Fundo Municipal de Saúde;  
Unidade 01 – Serviço Administrativo da Saúde;  
Projeto/Atividade:2.033 – Serviço Administrativo da Saúde;  
4.4.90.52.00.00.00.00 1303 - Equipamento e Material Permanente;

**2.3** Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registros de Preços são constantes na cláusula primeira, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº. 064 /2020, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constantes dos autos.

**2.4** Em cada contratação decorrente desta ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº. 064/2020, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

**2.5** O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº. 064/2020 pela empresa constante na presente ata de Registros de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**3.1.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a emissão e liquidação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA.

**3.2.** O pagamento ocorrerá após o empenho da nota fiscal relativa à quantidade das entregas dos materiais fornecidos.

**3.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

**3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.7.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.8.** Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Compras, para o devido empenho; juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

**4.1.** O preço pelo qual for contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS**

**5.1.** A proponente vencedora se obriga entregar dos equipamentos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro, mediante a emissão da AF – Autorização, a qual será enviada a proponente vencedora por pessoa responsável para tal finalidade, sendo que, as solicitações ocorrerão de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município

**5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, no Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro, sito Rua Castelo Branco Nº 497, Monte Castelo, General Carneiro – PR, CEP – 84660-000, nesta cidade, sem custos para o Município de General Carneiro.

**5.3.** A proponente vencedora se obriga entregar os equipamentos de forma fracionada de acordo com as necessidades do Município de General Carneiro - PR, com o prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da AF – Autorização de Fornecimento.

**5.4.** Os EQUIPAMENTOS deverão ser novos e de qualidade, bem como, atender a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sob pena de devolução e substituição daquelas que eventualmente estiver em desacordo com esta exigência.

**5.5.** A não entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

**5.6.** A entrega dos equipamentos licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Termo de Referência.

**5.7.** A Secretaria Municipal de Saúde é reservado o direito de não receber ou devolver os equipamentos que não estejam de acordo com as exigências do edital e solicitar a reposição dos mesmos, cabendo à contratada substituí-los sem qualquer ônus para o Município devendo a sua substituição ocorrer num prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.

**5.8.** A empresa vencedora deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**5.9.** A empresa vencedora se obriga entregar os equipamentos em conformidade com as marcas/fabricante, preços, qualidade e quantidades especificadas em sua proposta, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A empresa vencedora deverá substituir os equipamentos que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis, sendo que, as despesas pertinentes a entrega (frete, seguro, etc.) correrão às suas expensas.

**5.10.** Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

**5.11.** Caso a fabricação dos equipamentos cotado seja paralisada durante a vigência do contrato, a licitante contratada fica obrigada a substituí-lo por outro similar, que tenha o mesmo princípio ativo daquele, devidamente reconhecido pelo INMETRO, quando o licitador o solicitar.

**5.12.** Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem amassados, sem sinais de umidade.

**5.13.** Os equipamentos deverão ser acondicionados, transportados e entregues em embalagens adequadas, que correspondam efetivamente à apresentação e ao preconizado a cada produto.

**5.14.** A embalagem externa dos equipamentos deverá ser de material resistente, suficiente para garantir o transporte e qualidade dos materiais contratados.

**5.15.** Não serão aceitos equipamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado, respondendo os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº. 6.437/77, e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

**5.16.** A ata de registro de preços poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações nela avençadas.

**5.17.** O prazo de entrega dos equipamentos será de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7892/13, de 21/01/2013, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS**

**6.1.** Os Equipamentos ora licitados serão recebidos e inspecionados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município, a **Srª Rhamayane S. Neubauer**, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado

**6.2.** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro do menor prazo possível.

#### **CLAUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência para fornecimento dos equipamentos é de 12 (doze) meses, após a formalização de qualquer um dos compromissos previstos no artigo nº. 11 do Decreto nº. 7.892/13, com início no dia 02/12/2020 e término no dia 02/12/2021.

#### **CLAUSULA OITAVA: DO GESTOR DO CONTRATO**

**8.1.** Fica designado para atuar como gestora do Contrato, após a assinatura, a **Srª. Rhamayane S. Neubauer**, Secretária Municipal de Saúde deste Município, a qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLAUSULA NONA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

**9.1.** A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia dos equipamentos de no mínimo **12 (doze) meses**, contados após a entrega e funcionamento dos mesmos.

**9.2.** No ato de entrega dos equipamentos descritos na cláusula primeira a CONTRATADA terá que apresentar a Nota Fiscal de Venda e CERTIFICADO DE GARANTIA, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**9.3.** A empresa vencedora será responsável pela instalação dos equipamentos, e realizar treinamento com a equipe no prazo máximo de quinze dias após a entrega, sem custo adicional, quando necessário.

#### **CLAUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES/ASSISTENCIA TÉCNICA**

**10.1.** A CONTRATADA se obriga a prestar assistência técnica preventiva e corretiva, periodicamente durante o prazo de garantia dos equipamentos, sem ônus para o Município.

**10.2.** O endereço da assistência técnica poderá ser comprovado pelo catálogo de assistência técnica do fabricante ou, na sua falta, por indicação escrita e com firma reconhecida do responsável legal da CONTRATADA.

**10.3.** A CONTRATADA deverá substituir, dentro do período de garantia/assistência/manutenção, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do licitador, os produtos que venham a apresentar falhas ou defeitos insanáveis, sem que isto acarrete ônus para o licitador.

**10.4.** A CONTRATADA deverá efetuar às suas expensas as substituições de partes e peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, garantindo recolocar os produtos em seu perfeito estado de funcionamento.

**10.5.** As despesas decorrentes dos serviços executados, bem como dos tributos e outros encargos incidentes sobre as prestações de serviços ou manutenção em garantia ficarão sob a responsabilidade da licitante vencedora.

**10.6.** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto defeituoso deverá ser substituído imediatamente por outro idêntico ou superior, em caráter temporário, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha um produto em perfeitas condições de uso.

**10.7.** Todas as solicitações da Contratante deverão ser registradas pela licitante vencedora, objetivando o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

**10.8.** A CONTRATADA somente poderá retirar o produto ou qualquer outro componente do mesmo para realização de serviços de manutenção, mediante prévia autorização por escrito do licitador.

**10.9.** A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo Contratante.

**10.10.** O atendimento gratuito de assistência técnica engloba o suporte técnico para dirimir dúvidas quanto a funcionalidade e como um todo dos aparelhos, inclusive sobre o funcionamento das instalações, o mesmo que poderá ser feito via telefone fixo ou celular, fax ou e-mail, cujo número e/ou endereço eletrônico do encarregado técnico deverão ser disponibilizados.

**10.11.** A CONTRATADA deverá assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários, para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios, suprimentos e tudo o que for necessário à perfeita manutenção/garantia para execução do objeto.

**10.12.** A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência da garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Constituem obrigações da contratada de:

**26.2.** Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço contratado os equipamentos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

**11.3.** Entregar os Equipamentos especificados na requisição de compras, de acordo com as necessidades e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste termo de referência;

**11.4.** Atender, num prazo de até 05 (cinco) dias, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos equipamentos que não atenda ao especificado;

**11.4.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**11.4.2.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**11.5.** Entregar os Equipamentos no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

**11.6.** Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos Equipamentos, reservando à Secretaria Municipal de Saúde o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

**11.7.** Comunicar imediatamente à Secretaria de Saúde, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos Equipamentos, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**11.9.** Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos a terceiros, sem o expresso consentimento da secretaria requisitante.

**11.10.** Efetuar a troca dos Equipamentos considerados impróprio no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento.

**11.11.** Obter quaisquer tipos de licenças junto aos órgãos fiscalizadores para a comercialização dos Equipamentos entregues;

**11.12.** Indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos itens, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relativos ao contrato.

**11.13.** Utilizar de pessoas habilitadas e com conhecimento completo dos equipamentos a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.14.** Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada nos equipamentos entregues;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos equipamentos nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Obras;

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Constituem obrigações do Município de General Carneiro - PR:

**12.2.** Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no respectivo edital;

**12.3.** Fiscalizar e acompanhar a CONTRATADA no recebimento quais deveram apresentar descrição e qualidade, conforme Anexo I desse edital.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor(es) especialmente designado(s); e,

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

#### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor no processo ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou pressupostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente; às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoal por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos dos documentos, contas e registros à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES

**14.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a Prefeitura Municipal de General Carneiro, poderá garantir a prévia defesa, aplicar a **signatária** as seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido nesta Ata, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**III** - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a ADMINISTRAÇÃO, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93;

**IV** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor ADJUDICADO quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

**V** - A Signatária ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará proibida de licitar e contratar com a Prefeitura, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

**§ 1º** - As sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da signatária, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**§ 2º** - A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

**§ 3º** - A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pela signatária, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**14.2** Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a signatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**14.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a signatária apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido à respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO

**15.1** O preço registrado poderá ser cancelado pela Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, em caso de não cumprimento das normas regulamentadoras e do contrato a ser firmado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO CONTRATUAL

**16.1.** As obrigações decorrentes desta ata de registro de preços/termo contratual serão cumpridas entre as partes de acordo com o que prevê a lei de licitações e contratos administrativos.

**16.2.** A recusa da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços/termo contratual e retirar a nota de empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da lei 8.666/93 com as alterações posteriores.

**16.3.** O edital do **pregão eletrônico nº. 064/2020 - Registro de preços nº. 057/2020** integra a presente ata/contrato, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

**17.2.** O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata de registro de preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**17.3.** Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar nota fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

**17.4.** As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória - PR, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente ata.

General Carneiro, 02 de Dezembro de 2020.

Município De General Carneiro  
**LUÍS OTÁVIO GELLER SARAIVA**  
 Contratante

**EP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS EIRELI**  
 Contratada

#### **TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
 ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
 Luis Henrique Nery  
**Código Identificador:**1369F484

### **ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA**

#### **PROJUR DECRETO Nº 285/2020 DATA: 02.12.2020**

Ementa: nomeia os membros da Câmara Técnica do Projeto de Redução do Déficit Habitacional do Programa Nossa Gente, previsto no Decreto Estadual do Governo do Paraná nº 3.377/2019, publicado no Diário Oficial no dia 13.11.2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

**Considerando** a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, prevista no artigo 194 da Constituição Federal de 1988, que prevê a oferta dos serviços às famílias nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS;

**Considerando** a implantação do Programa Nossa Gente no Território do Município de Guaíra, Estado do Paraná, com o objetivo central de realizar o Acompanhamento Familiar Sistemático e Intersetorial das famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco;

**Considerando** que o art. 3º do Decreto Estadual nº 3.377/2019, publicado no Diário Oficial no dia 13.11.2019, referente ao processo de seleção das famílias beneficiárias do Projeto de Redução do Déficit Habitacional, estabelece a necessidade da criação de um Câmara para selecionar e hierarquizar a escolha de famílias beneficiadas pelos programas habitacionais estaduais;

**Considerando que a Câmara técnica será composta, no mínimo, pelos membros do Comitê Local do Programa Família Paranaense e do Comitê Municipal do Programa Família Paranaense, podendo o Chefe do Executivo Municipal indicar outros participantes;**

**Considerando o memorando online sob o nº 720/2017,**

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam nomeados os membros da Câmara Técnica do Programa Nossa Gente, sob coordenação do titular da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, composta dos seguintes membros:



SECRETARIA	NOME/ RG Nº	COMITÊ
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS	Almir Bueno 34613036 - SESPII/PR	Comitê Municipal
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS/ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Fernando Silva Vilhalva 1950161 - SESPII/MS	Comitê Local
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS/ Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS	Gleissiel Tonelli Dorneles 85585835 - SESPII/PR	Facultativo
Gabinete do Prefeito	Marcelo Ronnie Silva 4.998.735-8 - SESPII/PR	Comitê Municipal
Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN	João Baptista Montanari 33412517 - SESPII/PR	Comitê Local
Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente – SEMAIM	Sinomar Maria Neto 1.233.672 - SESPII/GO	Comitê Municipal
Procuradoria Jurídica	Alessandro Alves de Andrade 81365243 - SESPII/PR	Comitê Local
Secretaria Municipal da Educação - SMED	Edina Diniz Meira 50868753 - SESPII/PR	Comitê Local
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego/ Diretoria da Escola Municipal Técnica e Profissionalizante	Laudicéia Martins dos Reis Carneiro da Silva 71766705 - SESPII/PR	Comitê Local
Secretaria Municipal de Saúde - SMS	Flávia Leticia Gonçalves Chibinski 88109066 - SESPII/PR	Comitê Local
Diretoria de Habitação	Bruno Bazoti Gabarão 95079377 - SESPII/PR	Comitê Local
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito - SEMST	Raymundo Francisco Miranda Castanon Andrade 06982607-1 - SESPII/RJ	Comitê Municipal
Superintendência Guarda Municipal	Ivânio Worms 68197163 - SESPII/PR	Comitê Local
Associação Guareense de Pessoas com Deficiência – Agape Viva	Sérgio Korb Bastos RG:70997886 SSP/PR	Facultativo
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	Rosmari Aparecida Michels 365602 - SESPII/MS	Facultativo
Conselho Municipal do Idoso - CMDI	Valdevan Sena Junco 2043916 - SESPII/PR	Facultativo
Associação Ação Amiga Emanuel	Gil Wagner de Souza Oliveira 1596584 - SESPII/GO	Facultativo
Ministério Público Estadual	Titulares da 1ª e 2ª Promotoria da Comarca de Guaíra-PR	Convidado

**Art. 2º** Compete à Câmara Técnica:

**I** - realizar reunião para definição de critérios próprios adicionais que hierarquizem e selecionem, entre as famílias que atendam os critérios elencados no art. 2º do Decreto Estadual nº 3.337/2019, aquelas que serão beneficiadas, e;

**II** - registrar a reunião em ata, contendo:

**a)** exposição e justificativa técnica dos critérios utilizados;

**b)** identificação completa das famílias selecionadas pelos critérios, informando o nome do titular, e do cônjuge, e respectivos últimos 3 (três) dígitos dos CPFs.

**Parágrafo único.** A ata da reunião será assinada pelos membros da Câmara Técnica e publicada em imprensa oficial.

**Art. 3º** Em caso de substituição de algum componente dentre os membros por destituição do cargo ou de função que exerce, o novo membro será o titular em exercício da instituição ou entidade representada na Câmara Técnica.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**HERALDO TRENTO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Alaide Carvalho de Lima Barreto  
**Código Identificador:**E0B9C89E

## PROJUR

### CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 – LICENCIAMENTO DE CONTEÚDO DIGITAL – RESULTADO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO REGISTRADO NO MEMORANDO ONLINE SOB O Nº 1628/2020

PROPONENTE	TÍTULO	PONTUAÇÃO
Yago Henrique Marques	Monólogo: A história de um palhaço	93,3
Marcelo Aristides de Lima	Doriswaldo, pensando fora da bolha	80
Gustavo Henrique Magnani Ferreira	As 7 quedas	76,6
Ricardo Lopes de Lima	Primeiros passos para quem quer produzir vídeos profissionais	75
José Moreira dos Santos	Escultura em isopor	71,6
Edson Galvão Crevenski Dias	História de Guaíra – 86 anos da igreja de pedra	70
Edmar de Lima	Malabares musicais	68,33
Ryan Daves Silva Silmann	Coreografia solo imagine	65
Sarah Scherz	Um minuto no tempo/lira acrobática	65
Lilian Alexandrina Silmann	Coreografia folhas secas	60
Matheus Eduardo Gonçalves Ciola	Aprenda o básico dos programas de tratamento fotográfico	60
Milena Macedo Fernandes	Oficina: reciclando com bolhas de sabão	60
Ruan Gabriel Lemos Franco	Fotografia mobile para iniciantes	60
Caroline Carvalho Souza	Vídeo Musica: sing in your heart	56,6
Ademir Neris	Oficina de ritmos	55
Marcio Alfredo Garcia Larroza	Apresentação cultural por meio de vídeo	53,33

Cristian Aparecido Damazio Peres	Oficina de música	51,66
Nilson Nogueira Cirilo	Fanfarra	51,66
Adilson Lima dos Santos	Música popular	50
Antônio Carvalho da Silva	No ritmo do samba	50
João Batista da Silva	Sucesso anos 70	50
José Leite das Chagas	Podcast com o mestre circense Eduardo Borracha	50
Marisa Donisete Bombarda	Chinelo decorado	50
Marli Gonçalves da Cruz	Feito a mão	50

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**HERALDO TRENTO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Alaide Carvalho de Lima Barreto

**Código Identificador:**9BB93C8F

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, JOSÉ CARLOS TOLOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº :	609/2020
b) Licitação Nº :	36/2020
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Homologação :	02/12/2020
e) Objeto Homologado :	Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis do tipo ETANOL, GASOLINA e DIESEL S-10, para todos os Veículos da frota Municipal do Município de Guaraci-PR por um período de 03 (três) meses.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

**Fornecedor: POSTO JAGUAPITA LTDA**

**CNPJ/CPF: 07.519.805/0001-95**

Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
ETANOL combustível, com especificação técnicas de comercialização e qualidade atendidas ao que prevê a Portaria 041 e seus anexos (ou legislação que a substituir), de 12 de março de 1999 da Agência Na	LT	13.200,00	3,3800	44.616,00
DIESEL S-10 combustível, com especificação técnicas de comercialização e qualidade atendidas ao que prevê a Portaria 041 e seus anexos (ou legislação que a substituir), de 12 de março de 1999 da Agência	LT	31.800,00	3,4800	110.664,00
GASOLINA combustível, com especificação técnicas de comercialização e qualidade atendidas ao que prevê a Portaria 041 e seus anexos (ou legislação que a substituir), de 12 de março de 1999 da Agência	LT	1.650,00	4,4800	7.392,00
<b>Total:</b>				<b>162.672,00</b>

**Valor Total Homologado - R\$ 162.672,00.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, 02 de Dezembro de 2020.

**JOSÉ CARLOS TOLOI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Maria Rosicleide da Silva

**Código Identificador:**CA7B029B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇU**

**EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**RELATÓRIO DE DIÁRIAS NOVEMBRO/2020**

**Relação de diárias Pagas por período**

**Período: 01/11/2020 a 30/11/2020**

Nome	Tipo	Cargo	Emp/Ano	Valor	Tipo de viagem	Destino	Dt. Início	Dt. Fim
CARLOS ALBERTO BAZZANEZI	DIÁRIAS	MOTORISTA	005379/2020	R\$ 140,00	Transporte de Pacientes	Rolândia/PR	09/11/2020	09/11/2020
CARLOS ALEXANDRE GONÇALVES	DIÁRIAS	MOTORISTA	005384/2020	R\$ 440,00	Transporte de Pacientes	Curitiba/PR	10/11/2020	10/11/2020
CARLOS ALEXANDRE GONÇALVES	DIÁRIAS	MOTORISTA	005420/2020	R\$ 140,00	Transporte de Pacientes	Rolândia/PR	13/11/2020	13/11/2020
CLAUDIMIR CASSOL DE OLIVEIRA	DIÁRIAS	MOTORISTA	005650/2020	R\$ 140,00	Transporte de Pacientes	Jandaia do Sul/PR	19/11/2020	19/11/2020
CARLOS ALEXANDRE GONÇALVES	DIÁRIAS	MOTORISTA	005651/2020	R\$ 220,00	Transporte de Pacientes	Curitiba/PR	19/11/2020	19/11/2020
CARLOS ALBERTO BAZZANEZI	DIÁRIAS	MOTORISTA	005652/2020	R\$ 440,00	Transporte de Pacientes	Curitiba/PR	19/11/2020	19/11/2020
PABLO RAFAEL SCAPINI	DIÁRIAS	ENFERMEIRO	005653/2020	R\$ 140,00	Transporte de Pacientes	Jandaia do Sul/PR	20/11/2020	20/11/2020
HAMILTON LUIZ SIMONETTI	DIÁRIAS	MOTORISTA	005654/2020	R\$ 140,00	Transporte de Pacientes	Jandaia do Sul/PR	20/11/2020	20/11/2020
OSMÁRIO DE LIMA PORTELA	DIÁRIAS	PREFEITO	005657/2020	R\$ 800,00	Outros Objetivos não ligados ao TCE/PR	Curitiba/PR	23/11/2020	23/11/2020
HAMILTON LUIZ SIMONETTI	DIÁRIAS	MOTORISTA	005879/2020	R\$ 220,00	Transporte de Pacientes	Curitiba/PR	25/11/2020	25/11/2020

CLAUDIMIR CASSOL DE OLIVEIRA	DIÁRIAS	MOTORISTA	005880/2020	R\$ 220,00	Transporte de Pacientes	Curitiba/PR	25/11/2020	25/11/2020
HAMILTON LUIZ SIMONETTI	DIÁRIAS	MOTORISTA	005881/2020	R\$ 220,00	Transporte de Pacientes	Curitiba/PR	25/11/2020	25/11/2020

**Publicado por:**  
Leticia de Andrade da Luz  
**Código Identificador:**DC1EACA4

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

### GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO ANEXO 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanço Orçamentário**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2020/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.255.190,00	56.355.331,53	8.053.052,35	14,29	40.992.929,25	72,74	15.362.402,28
Receitas Correntes	51.244.590,00	54.888.728,37	8.053.052,35	14,67	40.155.619,24	73,16	14.733.109,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.191.480,00	6.191.480,00	1.095.281,50	17,69	4.803.524,82	77,58	1.387.955,18
Impostos	4.280.000,00	4.280.000,00	800.052,67	18,69	3.651.355,11	85,31	628.644,89
Taxas	1.866.430,00	1.866.430,00	295.228,83	15,82	1.152.169,71	61,73	714.260,29
Contribuição de Melhoria	45.050,00	45.050,00	-	-	-	-	45.050,00
Contribuições	5.180.600,00	5.180.600,00	364.386,02	7,03	1.928.882,25	37,23	3.251.717,75
Contribuições Sociais	3.300.000,00	3.300.000,00	-	-	-	-	3.300.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.880.600,00	1.880.600,00	364.386,02	19,38	1.928.882,25	102,57	(48.282,25)
Receita Patrimonial	1.663.200,00	1.666.954,86	8.404,65	0,50	161.372,31	9,68	1.505.582,55
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.000,00	13.000,00	-	-	62.300,00	479,23	(49.300,00)
Valores Mobiliários	1.650.200,00	1.653.954,86	8.404,65	0,51	99.072,31	5,99	1.554.882,55
Receita Agropecuária	2.000,00	2.000,00	4.610,25	230,51	7.826,12	391,31	(5.826,12)
Receita Industrial	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	3.000,00
Receita de Serviços	68.200,00	68.200,00	4.352,04	6,38	42.055,36	61,66	26.144,64
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.200,00	3.200,00	108,08	3,38	1.835,64	57,36	1.364,36
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	30.000,00	30.000,00	2.823,67	9,41	20.335,66	67,79	9.664,34
Outros Serviços	35.000,00	35.000,00	1.420,29	4,06	19.884,06	56,81	15.115,94
Transferências Correntes	37.517.110,00	41.157.493,51	6.571.447,58	15,97	33.187.356,93	80,64	7.970.136,58
Transferências da União e de suas Entidades	18.882.280,00	22.373.663,51	3.691.833,84	16,50	19.591.884,41	87,57	2.781.779,10
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	12.360.230,00	12.509.230,00	1.991.549,76	15,92	9.372.196,01	74,92	3.137.033,99
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.274.600,00	6.274.600,00	888.063,98	14,15	4.223.276,51	67,31	2.051.323,49
Outras Receitas Correntes	619.000,00	619.000,00	4.570,31	0,74	24.601,45	3,97	594.398,55
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	695,05	-	(695,05)
Demais Receitas Correntes	619.000,00	619.000,00	4.570,31	0,74	23.906,40	3,86	595.093,60
Receitas de Capital	10.600,00	1.466.603,16	-	-	837.310,01	57,09	629.293,15
Transferências de Capital	10.600,00	1.466.603,16	-	-	837.310,01	57,09	629.293,15
Transferências da União e de suas Entidades	-	1.456.003,16	-	-	802.226,88	55,10	653.776,28
Trans. Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	35.083,13	-	(35.083,13)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	10.600,00	10.600,00	-	-	-	-	10.600,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	51.255.190,00	56.355.331,53	8.053.052,35	14,29	40.992.929,25	72,74	15.362.402,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	51.255.190,00	56.355.331,53	8.053.052,35	14,29	40.992.929,25	72,74	15.362.402,28
DÉFICIT (VI)¹	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	51.255.190,00	56.355.331,53	8.053.052,35	14,29	40.992.929,25	72,74	15.362.402,28
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.109.898,45	-	-	4.109.898,45	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	4.109.898,45	-	-	4.109.898,45	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	49.190.340,00	48.962.806,91	6.801.161,62	30.802.003,13	18.160.803,78	6.942.842,87	29.954.157,67	19.008.649,24	29.306.548,18	-
DESPESAS CORRENTES	44.225.340,00	39.660.130,97	5.624.503,85	26.959.162,66	12.700.968,31	5.679.763,13	26.111.317,20	13.548.813,77	25.466.647,71	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.419.500,00	15.812.650,00	2.314.417,79	12.012.558,48	3.800.091,52	2.386.598,67	11.953.831,52	3.858.818,48	11.864.432,09	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	380.000,00	65.222,98	314.513,24	65.486,76	65.222,98	314.513,24	65.486,76	314.513,24	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.505.840,00	23.467.480,97	3.244.863,08	14.632.090,94	8.835.390,03	3.227.941,48	13.842.972,44	9.624.508,53	13.287.702,38	-
DESPESAS DE CAPITAL	2.665.000,00	7.002.675,94	1.176.657,77	3.842.840,47	3.159.835,47	1.263.079,74	3.842.840,47	3.159.835,47	3.839.900,47	-
INVESTIMENTOS	1.315.000,00	6.432.675,94	1.078.425,24	3.404.232,97	3.028.442,97	1.164.847,21	3.404.232,97	3.028.442,97	3.401.292,97	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	900.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	450.000,00	570.000,00	98.232,53	438.607,50	131.392,50	98.232,53	438.607,50	131.392,50	438.607,50	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.300.000,00	2.300.000,00	-	-	2.300.000,00	-	-	2.300.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.064.850,00	3.850.531,07	1.834.491,49	2.764.016,61	1.086.514,46	1.837.294,29	2.764.016,61	1.086.514,46	2.645.294,79	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	51.255.190,00	52.813.337,98	8.635.653,11	33.566.019,74	19.247.318,24	8.780.137,16	32.718.174,28	20.095.163,70	31.951.842,97	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	51.255.190,00	52.813.337,98	8.635.653,11	33.566.019,74	19.247.318,24	8.780.137,16	32.718.174,28	20.095.163,70	31.951.842,97	-	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	7.426.909,51	-	-	8.274.754,97	-	9.041.086,28	-	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	51.255.190,00	52.813.337,98	8.635.653,11	40.992.929,25	-	8.780.137,16	40.992.929,25	20.095.163,70	40.992.929,25	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.064.850,00	3.850.531,07	1.834.491,49	2.764.016,61	1.086.514,46	1.837.294,29	2.764.016,61	1.086.514,46	2.645.294,79	-
DESPESAS CORRENTES	2.064.850,00	3.850.531,07	1.834.491,49	2.764.016,61	1.086.514,46	1.837.294,29	2.764.016,61	1.086.514,46	2.645.294,79	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.564.850,00	1.890.600,00	238.158,30	1.167.683,42	722.916,58	240.961,10	1.167.683,42	722.916,58	1.048.961,60	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500.000,00	1.959.931,07	1.596.333,19	1.596.333,19	363.597,88	1.596.333,19	1.596.333,19	363.597,88	1.596.333,19	-
FONTE: GOVBR RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 01/Dez/2020, 10h e 03m.										
I O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**ADEMIR ALVES FERREIRA**

Contador CRC/PR-054013/O-0

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**9BE56D9E

**GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**  
**ANEXO 12 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SAÚDE**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2020/Meses Janeiro-Outubro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS (I)</b>	4.280.000,00	4.280.000,00	3.651.355,11	85,31
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.249.000,00	1.249.000,00	946.016,36	75,74
IPTU	1.012.000,00	1.012.000,00	745.403,03	73,66
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	237.000,00	237.000,00	200.613,33	84,65
<b>Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI</b>	886.000,00	886.000,00	782.838,65	88,36
ITBI	850.000,00	850.000,00	782.838,65	92,10
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	36.000,00	36.000,00	-	-
<b>Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS</b>	1.460.000,00	1.460.000,00	1.147.294,97	78,58
ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	1.122.531,37	93,54
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	260.000,00	260.000,00	24.763,60	9,52
<b>Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF</b>	685.000,00	685.000,00	775.205,13	113,17
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	31.374.000,00	31.493.000,00	23.101.619,45	73,35
Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	11.638.598,62	72,74
Cota-Parte ITR	850.000,00	850.000,00	557.605,03	65,60
Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.919.000,00	1.714.434,64	89,34
Cota-Parte ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	9.051.259,03	72,41
Cota-Parte IPI-Exportação	156.000,00	156.000,00	139.722,13	89,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	68.000,00	68.000,00	-	-
Desoneração ICMS - LC 87/1996	68.000,00	68.000,00	-	-
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)</b>	35.654.000,00	35.773.000,00	26.752.974,56	74,79

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
<b>ATENÇÃO BÁSICA (IV)</b>	5.434.600,00	8.040.600,00	6.789.668,16	84,44	6.504.229,28	80,89	6.335.122,43	78,79
Despesas Correntes	5.409.600,00	8.010.600,00	6.763.002,26	84,43	6.477.563,38	80,86	6.308.456,53	78,75
Despesas de Capital	25.000,00	30.000,00	26.665,90	88,89	26.665,90	88,89	26.665,90	88,89
<b>ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)</b>	548.000,00	350.000,00	117.775,91	33,65	117.775,91	33,65	117.775,91	33,65
Despesas Correntes	525.000,00	330.000,00	117.086,11	35,48	117.086,11	35,48	117.086,11	35,48
Despesas de Capital	23.000,00	20.000,00	689,80	3,45	689,80	3,45	689,80	3,45
<b>SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	50.000,00	90.000,00	69.684,44	77,43	68.968,04	76,63	68.968,04	76,63
Despesas Correntes	50.000,00	90.000,00	69.684,44	77,43	68.968,04	76,63	68.968,04	76,63
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.032.600,00	8.480.600,00	6.977.128,51	82,27	6.690.973,23	78,90	6.521.866,38	76,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.977.128,51	6.690.973,23	6.521.866,38
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) <sup>1</sup>	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) <sup>3</sup>	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) <sup>2</sup>	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.977.128,51	6.690.973,23	6.521.866,38
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	-	-	4.012.946,18
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	-	-	4.012.946,18
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) <sup>1</sup>	-	2.678.027,05	2.508.920,20
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	25,01	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) <sup>1</sup> (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	3.225.969,43	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	3.225.969,43	-	-	3.225.969,43

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup>	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos 2020	4.012.946,18	6.690.973,23	2.678.027,05	-	-	-	-	-	-	2.678.027,05
Empenhos 2019	5.225.161,41	6.485.259,64	1.260.098,23	456.478,58	-	-	381.948,73	74.529,85	-	1.260.098,23
Empenhos 2018	4.847.518,94	322.714,27	-	322.714,27	-	322.714,27	301.983,90	20.251,64	478,73	(478,73)
Empenhos 2017	4.461.762,21	520.027,39	-	520.027,39	-	520.027,39	340.852,21	5.196,95	173.978,23	(173.978,23)
Empenhos 2016	4.320.180,65	347.772,96	-	391.446,84	-	391.446,84	382.564,02	-	8.882,82	(8.882,82)
Empenhos 2015	3.907.257,11	332.244,55	-	332.244,55	-	332.244,55	297.427,78	28.290,00	6.526,77	(6.526,77)
Empenhos 2014	3.712.332,98	132.640,90	-	172.778,57	-	172.778,57	168.184,34	-	4.594,23	(4.594,23)
Empenhos 2013	3.282.872,56	55.925,51	-	55.925,51	-	55.925,51	54.345,65	-	1.579,86	(1.579,86)
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										196.040,64
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										196.040,64
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	178.442,10	-	-	-	178.442,10
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	27.371,78	-	-	-	27.371,78
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	205.813,88	-	-	-	205.813,88

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.632.480,00	3.182.480,00	2.781.895,18	87,41
Proveniente da União	2.632.480,00	3.182.480,00	2.718.960,05	85,44
Proveniente dos Estados	-	-	62.935,13	-
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	5.000,00	7.013,35	203.868,61	2.906,86
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.637.480,00	3.189.493,35	2.985.763,79	93,61

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.025.670,00	3.755.670,00	2.510.864,45	66,86	2.420.397,43	64,45	2.357.609,63	62,77
Despesas Correntes	2.025.670,00	3.585.670,00	2.510.864,45	70,02	2.420.397,43	67,50	2.357.609,63	65,75
Despesas de Capital	-	170.000,00	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.149.200,00	1.149.200,00	784.281,75	68,25	748.460,85	65,13	748.460,85	65,13
Despesas Correntes	1.149.200,00	1.149.200,00	784.281,75	68,25	748.460,85	65,13	748.460,85	65,13
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	91.240,00	1.355.775,36	52.792,41	3,89	52.792,41	3,89	48.663,26	3,59
Despesas Correntes	88.240,00	88.240,00	52.542,41	59,54	52.542,41	59,54	48.413,26	54,87
Despesas de Capital	3.000,00	1.267.535,36	250,00	0,02	250,00	0,02	250,00	0,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	2.007,99	2.007,99	100,00	2.007,99	100,00	2.007,99	100,00
Despesas Correntes	-	2.007,99	2.007,99	100,00	2.007,99	100,00	2.007,99	100,00
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.266.110,00	6.262.653,35	3.349.946,60	53,49	3.223.658,68	51,47	3.156.741,73	50,41

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.460.270,00	11.796.270,00	9.300.532,61	78,84	8.924.626,71	75,66	8.692.732,06	73,69
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.697.200,00	1.499.200,00	902.057,66	60,17	866.236,76	57,78	866.236,76	57,78
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	91.240,00	1.355.775,36	52.792,41	3,89	52.792,41	3,89	48.663,26	3,59
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	50.000,00	90.000,00	69.684,44	77,43	68.968,04	76,63	68.968,04	76,63
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	2.007,99	2.007,99	100,00	2.007,99	100,00	2.007,99	100,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.298.710,00	14.743.253,35	10.327.075,11	70,05	9.914.631,91	67,25	9.678.608,11	65,65
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>3</sup>	9.298.710,00	11.950.710,00	9.117.395,68	76,29	8.747.983,98	73,20	8.529.297,18	71,37
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	-	2.792.543,35	1.209.679,43	43,32	1.166.647,93	41,78	1.149.310,93	41,16
FONTE: GOVBR RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 01/Dez/2020, 10h e 14m.								
Notas:								
<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).								
<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.								

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**  
Prefeito Municipal

**ADEMIR ALVES FERREIRA**  
Contador CRC/PR-054013/O-0

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**6A8C0BCA

## GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO ANEXO 8 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2020/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R\$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
1-RECEITA DE IMPOSTOS	4.280.000,00	4.280.000,00	3.651.355,11	85,31	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.249.000,00	1.249.000,00	946.016,36	75,74	
1.1.1-IPTU	1.012.000,00	1.012.000,00	745.403,03	73,66	
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	237.000,00	237.000,00	200.613,33	84,65	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	886.000,00	886.000,00	782.838,65	88,36	
1.2.1-ITBI	850.000,00	850.000,00	782.838,65	92,10	
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	36.000,00	36.000,00	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.460.000,00	1.460.000,00	1.147.294,97	78,58	
1.3.1-ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	1.122.531,37	93,54	
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	260.000,00	260.000,00	24.763,60	9,52	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	685.000,00	685.000,00	775.205,13	113,17	
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.724.000,00	32.843.000,00	23.764.364,93	72,36	
2.1-Cota-Parte FPM	17.350.000,00	17.350.000,00	12.301.344,10	70,90	

2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.877.607,00	16.000.000,00	11.638.598,62	72,74
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	700.000,00	700.000,00	-	-
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	650.000,00	650.000,00	662.745,48	101,96
2.2-Cota-Parte ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	9.051.259,03	72,41
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	68.000,00	68.000,00	-	-
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	156.000,00	156.000,00	139.722,13	89,57
2.5-Cota-Parte ITR	850.000,00	850.000,00	557.605,03	65,60
2.6-Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.919.000,00	1.714.434,64	89,34
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	37.004.000,00	37.123.000,00	27.415.720,04	73,85

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	659.100,00	662.493,00	501.473,54	75,69
5.1 - Transferências do Salário-Educação	390.000,00	390.000,00	312.246,65	80,06
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	1.400,00	3.240,00	3.240,00	100,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	215.000,00	215.000,00	170.001,00	79,07
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	51.000,00	51.000,00	13.869,44	27,19
5.5 - Outras Transferências do FNDE	-	1.547,45	1.547,45	100,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.700,00	1.705,55	569,00	33,36
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	142.000,00	142.000,00	39.477,30	27,80
6.1 - Transferências de Convênios	141.500,00	141.500,00	39.068,10	27,61
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	500,00	500,00	409,20	81,84
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	801.100,00	804.493,00	540.950,84	67,24
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.274.600,00	6.274.600,00	4.620.232,20	73,63
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	2.327.719,50	72,74
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.2)	2.500.000,00	2.500.000,00	1.810.251,63	72,41
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.3)	13.600,00	13.600,00	-	-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.4)	31.000,00	31.000,00	27.853,91	89,85
10.5 - Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB-(20% de 2.5)	170.000,00	170.000,00	111.520,92	65,60
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.6)	360.000,00	360.000,00	342.886,24	95,25
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.277.800,00	6.277.800,00	4.224.348,27	67,29
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	6.274.600,00	6.274.600,00	4.223.276,51	67,31
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.200,00	3.200,00	1.071,76	33,49
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	-	-	-396.955,69	-
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	% (g)	(h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.136.800,00	5.136.800,00	3.678.178,14	71,60	3.678.178,14	71,60
13.1-Com Educação Infantil	3.078.500,00	3.078.500,00	2.223.944,35	72,24	2.223.944,35	72,24
13.2-Com Ensino Fundamental	2.058.300,00	2.058.300,00	1.454.233,79	70,65	1.454.233,79	70,65
14-OUTRAS DESPESAS	1.141.000,00	1.141.000,00	527.699,43	46,25	527.699,43	46,25
14.1-Com Educação Infantil	294.000,00	294.000,00	137.407,47	46,74	137.407,47	46,74
14.2-Com Ensino Fundamental	847.000,00	847.000,00	390.291,96	46,08	390.291,96	46,08
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	6.277.800,00	6.277.800,00	4.205.877,57	67,00	4.205.877,57	67,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						4.205.877,57
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						87,07
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						12,49
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,44

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						-79.903,04
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²						-
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	% (g)	(h)=(g/d)x100
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	4.357.000,00	4.945.033,00	3.710.370,53	75,03	3.693.679,79	74,69
22.1-Creche	834.000,00	1.195.300,00	885.002,27	74,04	868.936,53	72,70
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	294.000,00	294.000,00	137.407,47	46,74	137.407,47	46,74
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	540.000,00	901.300,00	747.594,80	82,95	731.529,06	81,16
22.2-Pré-Escola	3.523.000,00	3.749.733,00	2.825.368,26	75,35	2.824.743,26	75,33
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.078.500,00	3.078.500,00	2.223.944,35	72,24	2.223.944,35	72,24
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	444.500,00	671.233,00	601.423,91	89,60	600.798,91	89,51
23-ENSINO FUNDAMENTAL	5.144.840,00	5.595.310,00	3.738.140,01	66,81	3.706.567,86	66,24
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.905.300,00	2.905.300,00	1.844.525,75	63,49	1.844.525,75	63,49
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.239.540,00	2.690.010,00	1.893.614,26	70,39	1.862.042,11	69,22
24-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
25-ENSINO SUPERIOR	90.000,00	90.000,00	90.000,00	100,00	90.000,00	100,00
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-

27-OUTRAS	195.000,00	195.000,00	69.490,68	35,64	69.490,54	35,64
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	9.786.840,00	10.825.343,00	7.608.001,22	70,28	7.559.738,19	69,83

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-396.955,69
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*	-
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44j)	-
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)*	-396.955,69
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23) -(35))*	7.797.203,34
37-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36)/(3)x100)%* - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%*	28,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	% (g)	(h)=(g/d)x100
38-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	391.000,00	391.000,00	322.719,08	82,54	322.719,08	82,54
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	398.100,00	401.493,00	145.276,64	36,18	119.476,64	29,76
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+39+40+41)	789.100,00	792.493,00	467.995,72	59,05	442.195,72	55,80
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+42)	10.575.940,00	11.617.836,00	8.075.996,94	69,51	8.001.933,91	68,88
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					-	-
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					-	-
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	-
46-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.223.276,51	312.246,65
47-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.204.473,40	322.719,08
47.1 Orçamento do Exercício	4.124.570,36	322.719,08
47.2 Restos a Pagar	79.903,04	-
48-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.071,76	308,78
49-(-)DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	19.874,87	-10.163,65
50-(+) AJUSTES	-	-
50.1 (+) Retenções	-	-
50.2 (-) Valores a recuperar	-	-
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	-	-
50.4 (+) Conciliação Bancária	-	-
51-(-)SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	19.874,87	-10.163,65

FONTE: GOVBR RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 01/Dez/2020, 15h e 12m.

\*Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

\*Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

\*Caput do artigo 212 da CF/1988.

\*Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

\*Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

\*Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**ADEMIR ALVES FERREIRA**

Contador CRC/PR-054013/O-0

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**965D13F8

## GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO ANEXO 2 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2020/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>49.190.340,00</b>	<b>48.462.806,91</b>	<b>6.801.161,62</b>	<b>30.802.003,13</b>	<b>91,77</b>	<b>17.660.803,78</b>	<b>6.942.842,87</b>	<b>29.954.157,67</b>	<b>91,55</b>	<b>18.508.649,24</b>
Legislativa	1.600.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	1.600.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	374.000,00	319.000,00	46.599,66	251.132,95	0,75	67.867,05	46.599,66	251.132,95	0,77	67.867,05
Representação Judicial e Extrajudicial	374.000,00	319.000,00	46.599,66	251.132,95	0,75	67.867,05	46.599,66	251.132,95	0,77	67.867,05
Administração	7.083.600,00	5.923.932,27	890.348,79	4.266.369,34	12,71	1.657.562,93	886.448,27	4.183.133,31	12,79	1.740.798,96
Planejamento e Orçamento	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00



Administração Geral	5.991.000,00	4.783.640,37	723.924,56	3.403.958,28	10,14	1.379.682,09	720.024,04	3.320.722,25	10,15	1.462.918,12
Administração Financeira	183.000,00	261.550,00	37.238,28	205.734,51	0,61	55.815,49	37.238,28	205.734,51	0,63	55.815,49
Controle Interno	55.000,00	52.000,00	8.023,04	39.816,90	0,12	12.183,10	8.023,04	39.816,90	0,12	12.183,10
Formação de Recursos Humanos	730.600,00	764.241,90	116.575,54	590.615,44	1,76	173.626,46	116.575,54	590.615,44	1,81	173.626,46
Administração de Receitas	123.000,00	61.500,00	4.587,37	26.244,21	0,08	35.255,79	4.587,37	26.244,21	0,08	35.255,79
Segurança Pública	458.100,00	505.477,88	97.530,09	398.260,58	1,19	107.217,30	96.757,57	394.033,63	1,20	111.444,25
Administração Geral	345.500,00	359.500,00	63.856,78	280.687,22	0,84	78.812,78	63.084,26	276.460,27	0,84	83.039,73
Defesa Civil	112.600,00	145.977,88	33.673,31	117.573,36	0,35	28.404,52	33.673,31	117.573,36	0,36	28.404,52
Assistência Social	1.776.400,00	1.790.100,00	290.376,95	1.242.338,78	3,70	547.761,22	260.053,19	1.195.412,35	3,65	594.687,65
Assistência ao Idoso	31.920,00	89.120,00	60.000,00	81.600,00	0,24	7.520,00	54.753,20	67.353,20	0,21	21.766,80
Assistência ao Portador de Deficiência	20.100,00	20.100,00	0,00	0,00	0,00	20.100,00	0,00	0,00	0,00	20.100,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	574.380,00	575.380,00	83.244,31	198.462,09	0,59	376.917,91	82.646,13	195.532,60	0,60	379.847,40
Assistência Comunitária	1.150.000,00	1.105.500,00	147.132,64	962.276,69	2,87	143.223,31	122.653,86	932.526,55	2,85	172.973,45
Previdência Social	4.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	4.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	8.973.710,00	14.342.145,36	1.981.881,95	10.020.412,57	29,85	4.321.732,79	2.155.613,70	9.607.969,37	29,37	4.734.175,99
Atenção Básica	7.135.270,00	11.397.170,00	1.860.103,98	8.995.878,06	26,80	2.401.291,94	1.974.772,43	8.619.972,16	26,35	2.777.197,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.697.200,00	1.499.200,00	83.916,94	902.057,66	2,69	597.142,34	142.045,36	866.236,76	2,65	632.963,24
Vigilância Sanitária	91.240,00	1.355.775,36	17.387,66	52.792,41	0,16	1.302.982,95	18.322,54	52.792,41	0,16	1.302.982,95
Alimentação e Nutrição	50.000,00	90.000,00	20.473,37	69.684,44	0,21	20.315,56	20.473,37	68.968,04	0,21	21.031,96
Educação	9.794.640,00	10.546.236,00	1.313.426,71	7.477.450,44	22,28	3.068.785,56	1.312.713,62	7.403.387,41	22,63	3.142.848,59
Administração Geral	294.040,00	289.040,00	9.864,10	146.114,35	0,44	142.925,65	9.606,38	144.872,24	0,44	144.872,24
Alimentação e Nutrição	801.500,00	801.500,00	152.945,01	470.446,60	1,40	331.053,40	152.945,01	470.446,46	1,44	331.053,54
Ensino Fundamental	4.250.700,00	4.625.470,00	528.004,69	3.089.153,46	9,20	1.536.316,54	498.866,62	3.043.527,90	9,30	1.581.942,10
Ensino Superior	90.000,00	90.000,00	0,00	90.000,00	0,27	0,00	0,00	90.000,00	0,28	0,00
Educação Infantil	3.976.400,00	4.374.526,00	577.872,93	3.393.681,40	10,11	980.844,60	596.755,63	3.376.990,66	10,32	997.535,34
Educação de Jovens e Adultos	39.000,00	57.000,00	9.065,96	43.851,44	0,13	13.148,56	9.065,96	43.851,44	0,13	13.148,56
Educação Especial	343.000,00	308.700,00	35.674,02	244.203,19	0,73	64.496,81	45.474,02	234.403,19	0,72	74.296,81
Cultura	96.950,00	96.450,00	10.062,97	53.789,27	0,16	42.660,73	9.763,40	51.763,96	0,16	44.686,04
Difusão Cultural	96.950,00	96.450,00	10.062,97	53.789,27	0,16	42.660,73	9.763,40	51.763,96	0,16	44.686,04
Urbanismo	3.719.500,00	3.700.097,75	490.194,24	1.933.664,64	5,76	1.766.433,11	515.963,01	1.794.930,98	5,49	1.905.166,77
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Infra-estrutura Urbana	3.719.500,00	3.700.097,75	490.194,24	1.933.664,64	5,76	1.766.433,11	515.963,01	1.794.930,98	5,49	1.905.166,77
Habitação	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Gestão Ambiental	755.000,00	790.000,00	104.274,24	622.868,38	1,86	167.131,62	105.502,10	613.551,07	1,88	176.448,93
Controle Ambiental	755.000,00	790.000,00	104.274,24	622.868,38	1,86	167.131,62	105.502,10	613.551,07	1,88	176.448,93
Agricultura	281.000,00	188.800,00	27.985,60	41.967,80	0,13	146.832,20	7.915,20	20.768,20	0,06	168.031,80
Extensão Rural	281.000,00	188.800,00	27.985,60	41.967,80	0,13	146.832,20	7.915,20	20.768,20	0,06	168.031,80
Indústria	2.885.380,00	3.257.266,69	971.625,44	1.984.872,40	5,91	1.272.394,29	973.179,84	1.975.120,70	6,04	1.282.145,99
Promoção Industrial	2.365.380,00	2.937.266,69	968.827,60	1.955.404,04	5,83	981.862,65	970.382,00	1.945.652,34	5,95	991.614,35
Promoção Comercial	460.000,00	260.000,00	0,00	6.737,81	0,02	253.262,19	0,00	6.737,81	0,02	253.262,19
Turismo	60.000,00	60.000,00	2.797,84	22.730,55	0,07	37.269,45	2.797,84	22.730,55	0,07	37.269,45
Transporte	3.207.200,00	3.162.472,65	349.549,41	1.210.316,07	3,61	1.952.156,58	349.192,83	1.186.253,67	3,63	1.976.218,98
Extensão Rural	3.207.200,00	3.162.472,65	349.549,41	1.210.316,07	3,61	1.952.156,58	349.192,83	1.186.253,67	3,63	1.976.218,98
Desporto e Lazer	514.000,00	1.070.828,31	63.850,06	545.439,17	1,62	525.389,14	59.684,97	523.579,33	1,60	547.248,98
Desporto Comunitário	514.000,00	1.070.828,31	63.850,06	545.439,17	1,62	525.389,14	59.684,97	523.579,33	1,60	547.248,98
Encargos Especiais	750.000,00	950.000,00	163.455,51	753.120,74	2,24	196.879,26	163.455,51	753.120,74	2,30	196.879,26
Serviço da Dívida Interna	750.000,00	950.000,00	163.455,51	753.120,74	2,24	196.879,26	163.455,51	753.120,74	2,30	196.879,26
Reservas	2.300.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00
Reserva de Contingência	2.300.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	2.064.850,00	3.850.531,07	1.834.491,49	2.764.016,61	8,23	1.086.514,46	1.837.294,29	2.764.016,61	8,45	1.086.514,46
TOTAL (III)=(I+II)	51.255.190,00	52.313.337,98	8.635.653,11	33.566.019,74	100	18.747.318,24	8.780.137,16	32.718.174,28	100	19.595.163,70
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.064.850,00	3.850.531,07	1.834.491,49	2.764.016,61	8,23	1.086.514,46	1.837.294,29	2.764.016,61	8,45	1.086.514,46
Legislativa	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
Ação Legislativa	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
Judiciária	30.000,00	31.000,00	4.761,28	23.494,90	0,07	7.505,10	4.761,28	23.494,90	0,07	7.505,10
Representação Judicial e Extrajudicial	30.000,00	31.000,00	4.761,28	23.494,90	0,07	7.505,10	4.761,28	23.494,90	0,07	7.505,10
Administração	177.500,00	171.750,00	23.172,57	116.468,44	0,35	55.281,56	23.172,57	116.468,44	0,36	55.281,56
Administração Geral	144.500,00	148.700,00	20.271,30	101.084,18	0,30	47.615,82	20.271,30	101.084,18	0,31	47.615,82
Administração Financeira	13.000,00	13.050,00	2.014,16	9.936,94	0,03	3.113,06	2.014,16	9.936,94	0,03	3.113,06
Controle Interno	7.000,00	7.000,00	568,10	3.470,55	0,01	3.529,45	568,10	3.470,55	0,01	3.529,45
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	8.000,00									

Promoção Industrial	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Desporto e Lazer	12.000,00	12.100,00	1.922,11	9.516,72	0,03	2.583,28	1.922,11	9.516,72	0,03	2.583,28
Desporto Comunitário	12.000,00	12.100,00	1.922,11	9.516,72	0,03	2.583,28	1.922,11	9.516,72	0,03	2.583,28
Encargos Especiais	500.000,00	1.959.931,07	1.596.333,19	1.596.333,19	4,76	363.597,88	1.596.333,19	1.596.333,19	4,88	363.597,88
Serviço da Dívida Interna	500.000,00	1.959.931,07	1.596.333,19	1.596.333,19	4,76	363.597,88	1.596.333,19	1.596.333,19	4,88	363.597,88
TOTAL	2.064.850,00	3.850.531,07	1.834.491,49	2.764.016,61	8,23	1.086.514,46	1.837.294,29	2.764.016,61	8,45	1.086.514,46

FONTE: GOVBR RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 01/Dez/2020, 14h e 34m.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**ADEMIR ALVES FERREIRA**

Contador CRC/PR-054013/O-0

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**E861B554

**GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**  
**ANEXO 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2020/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)				Em Reais	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				Até o bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial				51.255.190,00	
Previsão Atualizada				56.355.331,53	
Receitas Realizadas				40.992.929,25	
Déficit Orçamentário				-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)				4.109.898,45	
DESPESAS					
Dotação Inicial				51.255.190,00	
Dotação Atualizada				52.813.337,98	
Despesas Empenhadas				33.566.019,74	
Despesas Liquidadas				32.718.174,28	
Despesas Pagas				31.951.842,97	
Superávit Orçamentário				8.274.754,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				Até o bimestre	
Despesas Empenhadas				33.566.019,74	
Despesas Liquidadas				32.718.174,28	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida				49.881.546,01	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				49.881.546,01	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				49.881.546,01	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Receitas Previdenciárias Realizadas				287.163,80	
Despesas Previdenciárias Empenhadas				408.427,71	
Despesas Previdenciárias Liquidadas				407.533,10	
Resultado Previdenciário				-120.369,30	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores - PLANO FINANCEIRO					
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00	
Resultado Previdenciário				0,00	
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL			Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário			3.546.550,00	10.574.205,82	298,15
Resultado Nominal			0,00	9.117.661,91	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		656.502,54	0,00	529.477,79	127.024,75
Poder Executivo		656.502,54	0,00	529.477,79	127.024,75
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		4.123.435,23	22,00	1.344.469,85	2.778.943,38
Poder Executivo		4.123.435,23	22,00	1.344.469,85	2.778.943,38
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		4.779.937,77	22,00	1.873.947,64	2.905.968,13
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO			Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			7.797.203,34	25%	28,44
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundament			3.678.178,14	60%	87,07
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			6.690.973,23	15%	25,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)					0,00
FONTE: GOVBR RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 01/Dez/2020, 15h e 22m.					

FONTE: GOVBR RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 01/Dez/2020, 15h e 22m.

**ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**

Prefeito Municipal

**ADEMIR ALVES FERREIRA**

Contador CRC/PR-054013/O-0

**Publicado por:**  
Rosane Silva dos Santos  
**Código Identificador:**52C2D916

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**1º. TERMO DE ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2020-PMI ADITIVO DE REEQUILIBRIO**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA**, inscrito no CNPJ sob nº. **76.285.337/0001-54**.CONTRATADA: **AS3 AUTOMOTIVA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ: **09.151.179/0001-52**.

**OBJETO: O presente aditivo tem por objeto o Reequilíbrio Econômico Financeiro dos itens: 03, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12 e 13, da Ata de Registro de Preços nº. 021/2020, referente ao Pregão Presencial nº 042/2020-PMI, celebrado com a empresa AS3 AUTOMOTIVA LTDA - EPP, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Pneus Novos para a Frota do Município de Ivatuba.**

Itens com ajustes de valor:

Item	Qtdd	Undd	Descrição	Marca	Valor anterior	Novo valor
1.3	02	Undd	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 205/75 R 16C, Radial. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	XBRI / CARGO PLUS	480,00	544,00
1.5	08	Undd	Pneu veículo automotivo, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 900 X 20 – 14 lonas, tipo liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	MAGGION / LUNGAVIA	930,00	1.197,00
1.6	06	Undd	Pneu veículo automotivo, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 1000 X 20 – 16 lonas, tipo liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	MAGGION / LUNGAVIA	1.095,00	1.416,00
1.7	02	Undd	Pneu veículo automotivo, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 7.50R16 – 10 lonas, tipo liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	MAGGION / LUNGAVIA	490,00	641,00
1.8	06	Undd	Câmara 1000X20.	QBOM / TC131	92,00	102,15
1.10	08	Undd	Câmara 900X20.	QBOM / TC131	65,00	73,50
1.11	04	Undd	Câmara 17.5X25 Bico Lateral.	QBOM / TR220A	210,00	294,30
1.12	04	Undd	Câmara 17.5X25 Bico Central.	QBOM / TR220A	240,00	336,30
1.13	04	Undd	Câmara 1400X24.	QBOM / TR220A	189,00	255,00

Valor do aditivo de acordo com o saldo dos itens:

Item	Qtdd	Undd	Descrição	Marca	Diferença entre valores	Total
1.3	02	Undd	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 205/75 R 16C, Radial. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	XBRI / CARGO PLUS	64,00	128,00
1.5	02	Undd	Pneu veículo automotivo, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 900 X 20 – 14 lonas, tipo liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	MAGGION / LUNGAVIA	267,00	534,00
1.6	02	Undd	Pneu veículo automotivo, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 1000 X 20 – 16 lonas, tipo liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	MAGGION / LUNGAVIA	321,00	642,00
1.7	02	Undd	Pneu veículo automotivo, certificado pelo INMETRO, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 7.50R16 – 10 lonas, tipo liso. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação a partir da data de compra.	MAGGION / LUNGAVIA	151	302,00
1.8	02	Undd	Câmara 1000X20.	QBOM / TC131	10,15	20,30
1.10	02	Undd	Câmara 900X20.	QBOM / TC131	8,50	17,00
1.11	04	Undd	Câmara 17.5X25 Bico Lateral.	QBOM / TR220A	84,30	337,20
1.12	04	Undd	Câmara 17.5X25 Bico Central.	QBOM / TR220A	96,30	385,20
1.13	02	Undd	Câmara 1400X24.	QBOM / TR220A	66,00	132,00
<b>TOTAL</b>						<b>2.497,70</b>

Valor do Reajuste: R\$ 2.497,70 (dois mil quatrocentos e noventa e sete reais e setenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: **Artigo 65, inciso II, alínea “d” e Artigo 40, inciso XI, da Lei nº. 8.666/1993.**VIGÊNCIA: **Inalterada até 11 de Agosto de 2021.**FORO: **Comarca de Maringá – Pr.**

Ivatuba - Pr, 02 de Dezembro de 2020.

**SERGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Tauana Presa Requena  
**Código Identificador:**B6C87C12

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

Edital de chamamento público para processo para a seleção e o licenciamento de conteúdo digital artístico e cultural autoral, visando à veiculação em plataforma de streaming e mídias sociais, de artistas ou coletivos que tiveram suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, de acordo com o art. 2º, inciso III, da Lei Federal n. 14.017, de 29 de julho de 2020 (Lei Aldir Blanc), art. 2º do Decreto Federal n. 10.464, de 17 de agosto de 2020 e art. 2º, inciso II, do Decreto Municipal n. 24.766, de 23 de outubro de 2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA/PR, por intermédio de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte – Departamento de Cultura, torna público o presente Edital de Chamamento Público LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC, nos termos e condições estabelecidos neste Edital, que se regerá pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), Decreto Federal Regulamentador nº 10.464, 17 de agosto de 2020, Decreto Municipal n. 24.766, de 23 de outubro de 2020.

#### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Edital é selecionar propostas de conteúdo digital artístico e cultural autoral ou interpretativo de espaços culturais, conforme rol do art. 8º da Lei n. 14.017/2020, já finalizado a ser licenciado para exibição por meio de plataformas de streaming e mídias sociais da Prefeitura Municipal da Lapa – PR.

#### 2. DAS DEFINIÇÕES

2.1 Entende-se por: Conteúdo digital artístico e cultural autoral ou interpretativo: obra audiovisual ou áudio, já produzido, nas áreas Artes Cênicas, Dança, Artes visuais, Música, Literatura, Artesanato, Audiovisual, Literatura, Expressões Culturais, Populares, Indígenas e Oriundas de Comunidades Tradicionais e Audiovisual, dentre outros.

2.2 O conteúdo digital proposto deverá ser ter duração mínima conforme item 3.9 e conter classificação indicativa até 12 anos.

2.3 Não serão aceitos conteúdos: políticos, de publicidade institucional ou corporativa, obras que venham violar de alguma forma a liberdade de expressão de outrem, contendo palavrões, pornografia, incitação à violência e ou discriminação social/racial/religiosa/gênero.

#### 3. DO CONTEÚDO APRESENTADO

Serão selecionados conteúdos artísticos culturais classificados nas seguintes modalidades:

3.1 Artes Cênicas: (formato: vídeo aula, vídeo clip)

- Apresentação de Peça Teatral
- Esquetes
- Monólogo
- Oficinas de teatro
- Oficinas de circo

3.2 Dança: (formato: vídeo aula, vídeo clip)

- Apresentação de Grupos de Dança (mínimo 3 membros)
- Duo de dança
- Solo
- Oficinas de Dança

3.3 Artes Visuais: (formato: exposição, vídeo aula)

- Oficinas de Artes Visuais
- Mostras de Pintura
- Mostras de Fotografia

3.4 Música: (formato: vídeo aula, vídeo clip)

- Oficinas de Música
- Apresentação de Grupos Musicais, Bandas, mínimo 3 (três) integrantes
- Mostra Duo (dupla)
- Solo

Classificação: autoral, interprete e instrumental

3.5 Literatura: (formato: vídeo aula)

- Contação de Histórias
- Oficinas de Literatura

3.6 Artesanato: (Formato: vídeo aula)

- Oficinas de Artesanato
- Oficinas de Feiras

3.7 Audiovisual (formato: vídeo, vídeo aula)

- Curta Metragem
- Documentário
- Oficina de Audiovisual

3.8 As obras passarão por avaliação através da banca examinadora selecionada pelo comitê organizador do presente edital.

As obras deverão ser enviadas de forma digital no seguinte endereço [lapacultura@gmail.com](mailto:lapacultura@gmail.com).

3.9 O conteúdo digital proposto deverá ter duração de no mínimo 02 (dois) minutos e no máximo 59 (cinquenta e nove) minutos e conter classificação indicativa até 12 (doze) anos.

#### 4. DO VALOR DO EDITAL

4.1 Será disponibilizado para o presente Edital o valor de R\$ 109.665,70 (cento e nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos) destinado à seleção de até 70 obras já produzidas, das quais:

4.1.1 Até 14 obras poderão ser selecionadas a Pessoa Jurídica, pelo valor de até R\$ 2.349,26 (dois mil trezentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) cada.

4.1.2 Até 56 obras poderão ser selecionadas a Pessoa Física, pelo valor de até R\$ 1.370,82 (um mil trezentos e setenta reais e oitenta e dois centavos) cada.

4.2 Os recursos necessários ao pagamento das despesas correrão pelas naturezas de despesa: 33.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros – Pessoas físicas, no valor de R\$ 76.765,99 e a dotação 33.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de 32.899,71, conforme os Decretos Municipais nº 24785/20 e 24.788/20.

4.3 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte fará o repasse dos recursos para as propostas contempladas no Edital em parcela única, por meio de transferência para a conta bancária da pessoa física ou jurídica selecionada para receber o benefício.

#### 5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão se inscrever neste chamamento público pessoas físicas e jurídicas interessadas em licenciar conteúdo digital artístico e cultural, já produzidos, com comprovado conhecimento nas áreas das Artes Cênicas, Dança, Artes visuais, Música, Literatura, Artesanato, Audiovisual, Expressões Culturais, Populares, Indígenas e Oriundas de Comunidades Tradicionais e Audiovisual, objetivando a geração de renda ao setor artístico/cultural afetado pelas restrições impostas pelas medidas de combate ao COVID-19.

5.2 Cada um dos proponentes poderá apresentar apenas 01 (um) conteúdo digital artístico/cultural autoral e/ou interpretativo no presente Edital.

5.3 Poderão participar desta seleção, proponentes sediados no Município da Lapa, há no mínimo 2 (dois) anos, completados e comprovados da data de publicação do presente Edital, tendo em vista que este processo tem por objetivo fortalecer a produção artística lapaense, promover uma programação cultural qualificada para a população, licenciar e difundir o trabalho de agentes culturais locais, com comprovado histórico de realizações na área cultural pretendida.

5.4 Das condições para participação

5.4.1. Pessoas jurídicas e físicas maiores de 18 (dezoito) anos completos na data de publicação do edital;

5.4.2 Brasileiro nato ou naturalizado.

5.4.3 Comprovar atuação na área cultural (vide Subitem 5.1) para a qual pretende ser credenciados, por meio de currículo/portfólio.

#### 6. DO IMPEDIMENTO E VEDAÇÕES DO CHAMAMENTO PÚBLICO

6.1 Não poderão participar do presente processo de seleção:

6.1.1 Pessoas físicas menores de 18 (dezoito) anos, conforme dispõe o art. 10 da Lei 9.784/1999;

6.1.2 Pessoas jurídicas sem fins lucrativos criadas ou mantidas por empresas ou grupo de empresas;

6.1.3 Pessoas jurídicas que não possuam natureza ou finalidade cultural expressa no estatuto;

6.1.4 Instituições integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR, e outros);

6.1.5. Pessoas jurídicas que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:

6.1.5.1. Membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União e do Estado, ou respectivo cônjuge, companheiro ou filhos;

6.1.5.2. Agentes políticos ou dirigentes de qualquer esfera governamental, bem como seu respectivo cônjuge ou companheiro, assim como filhos;

6.1.5.3. Servidor público de órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, o respectivo cônjuge, companheiro ou filhos.

6.1.6 Pessoas jurídicas de Direito Público da Administração Direta ou Indireta;

6.1.7 Membros da Comissão Organizadora e Avaliadora dos recursos da Lei Federal nº 14.017/20 ou respectivo cônjuge, companheiro ou filhos;

6.1.8 Servidores efetivos ou comissionados vinculados à Prefeitura Municipal da Lapa, bem como seus cônjuges, companheiro ou filhos;

6.1.9 Membros ou suplentes dos Conselhos Municipal de Cultura e de Turismo, bem como seus cônjuges, companheiro e filhos;

6.1.10 Impedidos ou suspensos de contratar com a Administração Pública no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

6.1.11 Empregados de entidades que mantenham contrato de gestão com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte.

#### 7. DAS INSCRIÇÕES

7.1 O presente Edital de Chamamento terá o prazo de divulgação de 15 (quinze) dias, contados de sua publicação, durante os quais o e-mail lapacultura@gmail.com permanecerá aberto e recepcionando as propostas e documentos solicitados.

7.2 Após os 15 (quinze) dias mencionados no Item 6.1, as inscrições serão encerradas e serão analisadas todas as propostas até então inseridas.

7.3 É dever do interessado conhecer o Edital em sua íntegra e certificar-se de que preenche os requisitos exigidos.

7.4 É obrigatório que o proponente tenha realizado cadastro Artístico e Cultural Municipal, por meio do link: <https://forms.gle/6fB6odMqQfE66zhYA>, o qual deverá informar no ato de apresentação da proposta.

7.5 O formulário de inscrição e demais documentos necessários constam anexos à este Edital e serão disponibilizados pelo endereço eletrônico <https://lapa.atende.net/> e o diário oficial dos municípios.

7.6 O nome, o CPF/CNPJ, o endereço, contatos telefônicos e o e-mail informados pelo proponente deverão ser obrigatoriamente do responsável legal pela inscrição.

7.7 No caso de pessoa jurídica, incumbe ao representante legal a inscrição.

7.8 Para fins da inscrição de propostas de pessoa jurídica, entidade, empresa ou cooperativa, apresentar a constituição jurídica, acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ emitido pela Secretaria da Receita Federal.

7.9 No caso de MEI ou firma individual, apresentar cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ emitido pela Secretaria da Receita Federal.

7.10 O proponente deverá fazer o preenchimento completo de todos os requisitos, anexando documentos e demais conteúdos exigidos pelo Edital.

7.11 Toda a documentação deverá ser apresentada em formato digital PDF, devendo ser observado o seu prazo de validade no momento da inscrição.

7.12 É reservado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte o direito de exigir, após a confirmação da seleção dos interessados, a apresentação do documento original.

7.13 O ato de inscrição dos planos de trabalho/propostas implica na aceitação do estipulado neste Edital, seus anexos e nas demais normas que o integram.

7.14 O currículo e/ou portfólio do proponente, deverá ser anexado junto à documentação em formato PDF, a fim de comprovar experiência prévia na realização do objeto.

7.15 Será disponibilizado aos proponentes um canal de comunicação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, através do e-mail lapacultura@gmail.com, para sanar quaisquer dúvidas que puderem surgir durante o processo.

7.16 O proponente deverá fazer a apresentação dos seguintes documentos obrigatórios:

#### 7.16.1 Pessoa Física:

- a. Ficha de Inscrição, onde constará a descrição do plano de trabalho/proposta apresentada (Anexo I);
- b. Cédula de Identidade (RG) ou outro documento oficial com foto que comprove idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos na data de publicação do presente Edital bem como a sua nacionalidade;
- c. Comprovante do estado de naturalizado, se for o caso;
- d. Comprovante de cadastro de pessoa física junto ao Ministério da Fazenda (CPF);
- e. Cópia do PIS/PASEP;
- f. Comprovante de endereço em nome do proponente (conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel). Em caso de comprovante se encontrar em nome de terceiros, acompanhar declaração de co-residência (Anexo VII);

#### 7.16.2 Pessoa Jurídica:

- a. Ficha de inscrição, onde constará a descrição do plano de trabalho/proposta apresentada (Anexo I);
- b. Comprovante de endereço da sede da empresa (conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel);
- c. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso. Devem constar em seus objetivos e finalidades a realização de atividades culturais e artísticas e a localização da sede no município da Lapa, em atendimento ao item 5.3 do Edital;
- d. Comprovante de inscrição cadastral junto a Receita Federal (CNPJ);
- e. Cópia do CPF do representante legal;
- f. Cópia da cédula de identidade civil do representante legal;
- g. Comprovante de endereço residencial do representante legal (conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel). Em caso de comprovante constar em nome de terceiros, acompanhar declaração de co-residência (anexo VII);

7.17 Para a inscrição do conteúdo digital artístico e cultural deverão ser anexados ainda no ato da inscrição:

7.17.1 Link do conteúdo digital artístico e cultural, com senha, caso haja (Vimeo/ YouTube/ SoundCloud);

7.17.2 Cabe ao proponente a responsabilidade por manter ativos e acessíveis durante o período de avaliação do projeto, os links de acessos indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação do projeto.

7.18 Os documentos seguintes integram este Edital e devem ser preenchidos e anexados no ato de inscrição:

Anexo I – Ficha de Inscrição;

Anexo II - Declaração de Nepotismo;

Anexo III - Declaração de Situação de Regularidade;

Anexo IV - Declaração de Residência (pessoa física);

Anexo V– Declaração de Classificação indicativa;

Anexo VI - Declaração Comprovante de Endereço de Sede da Empresa (pessoa jurídica);

Anexo VII - Declaração de co-residência;

Anexo VIII - Declaração de Realização do Conteúdo.

## 8. SELEÇÃO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS ARTÍSTICOS E CULTURAIS

8.1 O edital é voltado aos residentes no município da Lapa, pessoa física e jurídica, compreendido pelo disposto conforme art. 4º combinado com o art. 8º, ambos da Lei Federal nº 14.017/2020.

8.2 O apoio financeiro disposto neste Edital é destinado a conteúdos artísticos ou culturais e exclusivamente no formato digital.

8.3 Os profissionais serão habilitados por área de acordo com a experiência e comprovação de atuação nas seguintes áreas culturais descritas:

8.3.1 Artes Cênicas;

8.3.2 Dança;

8.3.3 Artes Visuais;

8.3.4 Música;

8.3.5 Literatura;

8.3.6 Artesanato;

8.3.7 Audiovisual.

8.4 Somente será permitida a participação de proponente em um ÚNICO CONTEÚDO e em UMA ÚNICA ÁREA CULTURAL citadas no item 3 deste Edital.

8.5 Em chamada única poderão ser selecionados até 70 propostas artísticos culturais distribuídas da seguinte maneira: Serão 56 propostas para pessoa física e 14 para pessoas jurídicas, distribuídas igualmente nas áreas citadas no item 8.3.

8.6 Caso não haja propostas classificadas em número suficiente para uma ou mais áreas, o recurso remanescente poderá ser remanejado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte para outra área, dentre as mencionadas no Subitem 8.3.

8.7 Será aceito conteúdo digital produzido até o prazo final de inscrição deste Edital.

8.8 As propostas de conteúdo digital artístico e cultural inscritas neste Edital devem conter classificação indicativa até 12 anos, comprovada por meio do Anexo V e suas exigências.

8.9 O conteúdo digital artístico e cultural deverá ser entregue no formato disposto no seguinte link: [support.google.com/youtube/answer/4603579?hl=pt-B](https://support.google.com/youtube/answer/4603579?hl=pt-B).

## 9. DA SELEÇÃO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS ARTÍSTICOS E CULTURAIS

9.1 A seleção será conduzida pela Comissão Organizadora e Avaliadora dos Recursos da Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), nomeada pelo Decreto Municipal nº 24.745, de 05 de outubro de 2020.

9.2 A Comissão Organizadora e Avaliadora da Lei Aldir Blanc, composta por servidores de várias instâncias da administração pública e da sociedade civil, conduzirá a etapa de caráter eliminatório, para a verificação das condições de participação, informações, documentações exigidas e adimplência, regularidade dos proponentes, bem como decidirá os casos omissos relacionados à documentação.

9.3 A Comissão Organizadora e Avaliadora da Lei Aldir Blanc conduzirá e será responsável pela etapa, de caráter eliminatório, destinada à avaliação, pontuação e emissão de parecer técnico em relação ao mérito das propostas inscritas a partir dos critérios definidos neste Edital.

9.4 As propostas estarão sujeitas a 02 (duas) etapas de análise, sendo:

a) 1ª etapa: “Habilitação”.

b) 2ª etapa: “Análise Técnica e de Mérito”.

9.5 Na 1ª etapa, da “Habilitação”, a Comissão verificará a regularidade dos aspectos formais relativos às propostas recebidas, bem como a falta ou irregularidade de quaisquer documentos, informações ou características, considerados como obrigatórios.

9.5.1 Serão considerados inabilitados na etapa de “Habilitação”, os proponentes cujas propostas:

a) Tenham sido cadastradas de forma incorreta ou preenchimento incompleto dos itens exigidos pelo Edital.

b) Tenham sido inscritas em duplicidade, quando identificado o mesmo proponente em proposta idêntica, será validada aquela inscrita por último.

c) Não respeitem as especificações técnicas exigidas no Edital.

d) Estejam com link de acesso informado inativo ou acesso impossibilitado durante o período de validação da inscrição;

e) Nos quais faltem ou haja irregularidade em quaisquer documentos, informações ou características da proposta, considerados como obrigatórios;

f) Em que o proponente não atenda diligência requerida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte no prazo estipulado;

h) Sejam de direito autoral ou imagem de terceiros.

9.5.2 Proponentes não habilitados na Etapa de Habilitação podem enviar recurso à Comissão, nos termos do item 13.

9.6 Na 2ª etapa, da “Análise Técnica e de Mérito”, serão analisadas apenas as propostas dos proponentes habilitados e classificados na 1ª etapa, e a Comissão atribuirá notas às propostas com base nos seguintes quesitos:

CRITÉRIOS	AUSENTE	POUCO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
Mérito artístico e cultural do conteúdo digital, se houve habilidade e clareza no desenvolvimento.	0	5	10	15	25
Relevância do conteúdo cultural considerando a capacidade de interação com diferentes públicos e faixas etárias.	0	5	10	15	25
Criatividade e singularidade do conteúdo digital	0	5	10	15	25
Domínio técnico e uso de tecnologias de forma inovadora na elaboração do conteúdo digital.	0	5	10	15	25
<b>TOTAL DA PONTUAÇÃO:</b>					<b>100</b>

9.7 Serão selecionadas as propostas que obtiverem maior pontuação entre os concorrentes da mesma área, limitada ao número máximo de propostas contempladas conforme item 8.5 deste Edital.

9.8 A nota final de cada proposta será calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Comissão.

9.9 À Comissão Organizadora e Avaliadora da Lei Aldir Blanc é reservado o direito de não selecionar o número previsto de propostas caso não atinjam desempenho satisfatório, conforme os critérios de avaliação ou ultrapasse o limite de inscrição.

9.10 Em caso de empate, a Comissão Organizadora e Avaliadora da Lei Aldir Blanc efetuará o sorteio para a definição do resultado.

9.11 Os documentos e conteúdos anexados deverão respeitar as especificações técnicas exigidas no sistema.

## 10. DO DIREITO DE USO DE IMAGEM E DIREITOS PATRIMONIAIS

10.1 Os selecionados autorizam o uso gratuito da imagem e som do conteúdo digital artístico e cultural para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal da Lapa.

10.2 Os conteúdos digitais artísticos e culturais selecionados por meio deste Edital poderão ser totalmente ou parcialmente indicados, citados, descritos, transcritos ou utilizados pela Prefeitura Municipal da Lapa em trabalhos, publicações (internas ou externas, passíveis ou não de comercialização), cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação do patrimônio cultural, inclusive por meio da mídia, mediante a inclusão do respectivo crédito de autoria, sem que caiba ao autor direito à percepção de qualquer valor, inclusive a título de direitos autorais.

10.3 Os direitos patrimoniais, autorais e de imagem e licenciamento de tecnologia relativos às obras selecionadas serão de responsabilidade dos autores envolvidos. A Secretaria, a Comissão e a Prefeitura Municipal da Lapa ficam isentas de quaisquer responsabilidades sobre fatos decorrentes do uso indevido ou sem autorização de imagens e/ou obras de terceiros, direitos autorais protegidos por lei, respondendo por isso, exclusivamente, o proponente, nos termos da legislação específica.

## 11. DO TERMO DE COLABORAÇÃO

11.1 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte publicará o resultado FINAL contendo a relação das propostas selecionadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município da Lapa, sendo de total responsabilidade dos proponentes acompanharem a atualização dessas informações.

11.2 Para os conteúdos digitais artísticos e culturais selecionados com recursos do presente Edital, dentro do número de licenciamentos estipulados no item 4.1 e 8.5, será assinado Termo de Colaboração entre o proponente selecionado e a Secretaria De Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte.

11.3 Para a assinatura do Termo de Colaboração o proponente do conteúdo digital artístico e cultural selecionado deverá anexar e enviar, para fins de atualização, via e-mail, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado final, os seguintes documentos, caso estejam com o prazo de validade vencidos.

11.3.1 Para pessoas jurídicas:

a) CNPJ da pessoa jurídica proponente;

b) RG e CPF do(s) representante(s) legal(is);

c) Para sociedades comerciais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Para empresas individuais: registro comercial;

e) Para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- f) Comprovante de endereço datado dos últimos doze meses. São válidos documentos que contenham o nome do proponente ou representante legal (conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel). Em caso de comprovante constar em nome de terceiros, acompanhar declaração de co-residência (anexo VII);
- g) Comprovante de conta bancária, ativa, contendo nome do proponente, CNPJ, número da agência e da conta com dígito verificador;
- h) Nota fiscal emitida pela empresa referente ao valor do prêmio.

#### 11.3.2 Para Microempreendedor Individual:

- a) Cópia de CPF, RG e CNPJ do proponente;
- b) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- c) Comprovante de endereço datado dos últimos doze meses. São válidos documentos que contenham o nome do proponente ou representante legal (conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel). Em caso de comprovante constar em nome de terceiros, acompanhar declaração de co-residência (anexo VII);
- d) Comprovante de conta bancária, ativa, contendo nome do proponente, CNPJ, número da agência e da conta com dígito verificador.

#### 11.3.3 Para pessoas físicas:

- a) Cópia de RG e CPF do proponente;
- b) Cópia de documento contendo o número do PIS/PASEP do proponente;
- c) Comprovante de conta bancária ativa, contendo nome do proponente, CPF, número da agência e da conta com dígito verificador;
- d) Comprovante de endereço datado dos últimos doze meses. São válidos documentos que contenham o nome do proponente ou representante legal (conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel). Em caso de comprovante constar em nome de terceiros, acompanhar declaração de co-residência (anexo VII);
- e) Fatura/Recibo assinada, documento disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte constando valor de imposto incidente sobre o valor pago a ser descontado no ato do pagamento.

11.4 Após a conclusão da assinatura do Termo de Colaboração, os conteúdos digitais artísticos e culturais autorais passam a estar licenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, para veiculação conforme proposta do Edital.

11.5 O proponente deverá enviar o conteúdo digital e sinopse da obra para exibição, observado o disposto no Item 14.1 deste Edital.

## 12. DA ENTREGA DO CONTEÚDO DIGITAL ARTÍSTICO E CULTURAL AUTORAL E DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação da NOTA FISCAL, ou documento equivalente em caso de pessoa física, devidamente aceita e atestada pela, unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento do produto final, mediante depósito em conta bancária informada pelo proponente.

## 13. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E RECURSOS

13.1 As impugnações ao presente Edital deverão ser dirigidas através de protocolo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte, até dois dias úteis anteriores à data final das inscrições.

13.2 Caberá recurso dirigido à Comissão Organizadora e Avaliadora dos Recursos da Lei 14.017 /2020, referente à etapa de habilitação, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados da divulgação do resultado da primeira etapa.

13.3 Caberá recurso dirigido à Comissão Organizadora e Avaliadora dos Recursos da Lei 14.017 /2020, referente à etapa de Análise Técnica e de Mérito do Projeto, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados da divulgação do resultado da segunda etapa.

13.4 Na Etapa de Habilitação são cabíveis apenas recursos relativos a erros formais ou de procedimentos, sendo vedada a inclusão de documentos, anexos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta inscrita.

13.5 Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo, ou subscritos por pessoa não selecionada ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

13.6 Os recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente ao seguinte endereço eletrônico: lapacultura@gmail.com.

13.7 A deliberação acerca dos pedidos de recurso será publicada no Diário Oficial dos Municípios e encaminhada ao e-mail do Recorrente.

13.7.1 A publicação indicará apenas o resultado da deliberação acerca dos recursos, listando-os como DEFERIDO ou INDEFERIDO, enquanto a informação encaminhada por e-mail ao Recorrente deverá ser devidamente fundamentada.

13.7.2 Decorrida a conclusão em caráter definitivo acerca dos recursos, os proponentes classificados serão informados por publicação da seleção de suas propostas, respeitando o limite de vagas disponíveis no edital.

## 14. DO FORMATO E PERÍODO DE COLABORAÇÃO

14.1 No ato da assinatura do Termo de Colaboração, o proponente selecionado entregará a mídia do conteúdo digital artístico e cultural e sinopse da obra para exibição nas mídias sociais oficiais da Prefeitura, de forma online, em formato estabelecido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, no item 8.9 deste Edital.

14.2 A mídia do conteúdo digital artístico e cultural entregue à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte será analisada quanto à qualidade técnica para exibição. Caso o laudo técnico aponte falha na mídia, o proponente selecionado deverá providenciar, em até cinco dias, a substituição da mídia para novo laudo técnico.

14.3 As obras selecionadas e licenciadas passarão a fazer parte do acervo de conteúdo digital artístico e cultural para a plataforma de streaming e mídias sociais da Prefeitura Municipal da Lapa pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.



## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 É facultado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte, em qualquer fase deste procedimento, fazer diligências e verificar as informações prestadas pelos proponentes.

15.2 O presente Edital não gera direito subjetivo para o proponente selecionado, não importando, necessariamente, na seleção, que estará condicionada à conveniência e oportunidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte, ao número de obras selecionadas indicado no item 8.3 deste Edital.

15.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado.

15.4 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, e caso tenha sido contratado, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.5 O acompanhamento de todas as fases do processo seletivo e observância dos prazos para atendimento de solicitações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte é responsabilidade do proponente.

15.6 As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação dos interessados, desde que não comprometam o interesse público e a finalidade de seu objeto.

15.7 A participação dos interessados implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

15.8 Quaisquer irregularidades no curso deste procedimento poderão ser denunciadas à direção Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte, por meio de protocolo encaminhado para tal.

15.9 A Prestação de Contas será feita mediante a apresentação de Relatório Final de Execução do Objeto pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos, se este fora cumprido de acordo com o plano de trabalho/proposta, bem como a demonstração do pleno cumprimento do Edital e do Termo de Colaboração, e será lavrado em até 15 (quinze) dias contados do efetivo pagamento do repasse de recursos.

15.10 Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte e nas demais disposições constantes na legislação pertinente.

15.11 Os conteúdos digitais artísticos e culturais selecionados para exibição na plataforma de streaming terão tratamento isonômico, no que diz respeito à disposição de exibição.

15.12 O descumprimento injustificado do prazo de convocação durante todas as fases do Edital acarretará automaticamente na desistência da contratação e desclassificação do proponente contemplado, sendo convocados os demais proponentes seguindo a ordem de classificação.

15.13 A parceria objeto deste Edital não estabelece entre o Parceiro(a) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte qualquer tipo de sociedade, associação, agência, consórcio, mandato de representação ou responsabilidade solidária.

15.14 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte poderá utilizar peças publicitárias, fichas técnicas, material audiovisual e fotografias das obras selecionadas para a divulgação.

15.15 Caberá exclusivamente aos proponentes a responsabilidade pela legalidade da utilização dos elementos artísticos do conteúdo digital, atendendo em especial às disposições da Lei Federal nº. 9.610/1998, pertinente aos “direitos de autor”, isentando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte e a Prefeitura Municipal da Lapa PR de qualquer ônus nesse sentido.

15.16 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte não se responsabiliza pelo cadastro de proponente ou do conteúdo digital artístico e cultural não enviado, por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e outros fatores que impossibilitem a transferência de dados ou acesso aos arquivos disponíveis no(s) site(s).

15.17 Serão de responsabilidade do proponente a veracidade das informações e dos documentos apresentados e sua comprovação, quando solicitada.

15.18 Esclarecimentos sobre este Edital e orientações sobre o correto preenchimento do sistema e envio do conteúdo digital artístico e cultural serão prestados pelo Departamento de Cultura vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte, devendo as questões ser enviadas em até 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento das inscrições, exclusivamente pelo e-mail [lapacultura@gmail.com](mailto:lapacultura@gmail.com).

15.19 Fica eleito o foro da Comarca da Lapa Estado do Paraná, para solucionar os litígios decorrentes deste Edital.

## 16 DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte e a Comissão Organizadora e Avaliadora dos Recursos da Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), nomeada pelo Decreto Municipal nº. 24.745/2020, são as gestoras deste Edital e responsáveis pelo acompanhamento/supervisão do fiel cumprimento do objeto deste Edital.

## 17. DOS ANEXOS DO EDITAL

Integram o presente Edital os Anexos a seguir:

Anexo I – Ficha de Inscrição;

Anexo II – Declaração de Nepotismo;  
 Anexo III – Declaração de Situação de Regularidade;  
 Anexo IV – Declaração de Residência (pessoa física);  
 Anexo V – Declaração de Classificação indicativa;  
 Anexo VI – Declaração Comprovante de Endereço de Sede da Empresa;  
 Anexo VII – Declaração de co-residência;  
 Anexo VIII – Declaração de Realização do Conteúdo.  
 Anexo IX – Minuta Termo de Colaboração

Lapa, 30 de novembro de 2020

**HELENITA DO ROCIO FREITAS DA SILVA PREVEDELLO**

Secretária de Desenvolvimento Econômico Turismo, Cultura e Esporte

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
 LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO I**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO**

À  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte  
 Ref. Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_/2020 – Lapa Cultura Digital – Lei Aldir Blanc

Pelo presente, venho solicitar a inscrição junto a esta Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte para o processo de seleção nos termos do Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_/2020 – Lapa Cultura Digital – Lei Aldir Blanc.

Para tanto anexo todos os documentos exigidos no referido Edital, declarando, sob as penas da lei, o que segue:

Que conheço e aceito incondicionalmente as regras do Edital; que estou ciente de que a ausência de quaisquer dos documentos ou a presença de irregularidades nos mesmos implicará na minha desclassificação da seleção, conforme item 15.4; que estou ciente de que a apresentação da minha proposta não gera direito subjetivo à seleção, a qual estará condicionada à conveniência e oportunidade da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, nos termos do Item 15.2 do Edital.

Nome Completo: \_\_\_\_\_  
 CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Endereço/Número/Bairro/Complemento: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_  
 Plano de Trabalho/Proposta: \_\_\_\_\_

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
 LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, declaro sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que não sou servidor (a) efetivo (a) ou comissionado(a) vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, membro (a) ou suplentes dos Conselhos de Cultura e do Turismo, bem como não sou cônjuge ou filho de servidor(a) efetivo (a) ou comissionado (a) vinculados à Prefeitura Municipal da Lapa.

Por ser verdade e sem mais para o momento, subscrevo-me.

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
 Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
 LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE**

Declaro, para fins de participação no processo de seleção do Edital de Licenciamento de Conteúdo Cultural Digital nº \_\_\_\_/2020, que:

- a) Não existem fatos que impeçam a minha participação neste processo de seleção, bem como não me enquadro em nenhum dos impedimentos/vedações dispostos no Edital de Licenciamento de Conteúdo Cultural Digital nº \_\_\_\_/2020;
- b) Me comprometo, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a minha contratação.

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA - PESSOA FÍSICA**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), detentor dos direitos autorais e proponente do Conteúdo Digital \_\_\_\_\_, declaro residir e estar domiciliado no Município da Lapa desde \_\_\_\_\_. Atualmente residindo no endereço \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_.

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, expedido por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) a \_\_\_\_\_ (rua, avenida, etc.), bairro \_\_\_\_\_, Lapa/PR, CEP \_\_\_\_\_ telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, (em caso de pessoa jurídica) neste ato representando a empresa \_\_\_\_\_, também denominada como \_\_\_\_\_ (nome fantasia, se houver), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com endereço a \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, de acordo com a Portaria nº 1.189/2018 do Ministério da Justiça, Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e Guia Prático de Classificação Indicativa (3ª edição – 2018), que o conteúdo digital artístico e cultural autoral intitulado \_\_\_\_\_ está inserida na seguinte categoria, de acordo com o disposto no mencionado Guia:

( ) Livre ( ) 10 anos ( ) 12 anos

Por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei e confirmo a veracidade das informações declaradas.

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO COMPROVANTE DE ENDEREÇO DE SEDE DA EMPRESA**

Eu, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Lapa/PR, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, expedido por \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com endereço em \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Lapa/PR, DECLARO, para os devidos fins de comprovação de sede, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que a mesma está regularmente constituída e sediada no Município da Lapa desde \_\_\_\_\_.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do proponente  
CPF \_\_\_\_\_

\* ENVIAR CÓPIA DE UMA DAS CONTAS: conta de água, luz, telefone, correspondência bancária, carnês de pagamento e afins, contratos de aluguel.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE CO-RESIDÊNCIA**

Eu \_\_\_\_\_ (nome do declarante de co-residência), inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, que o proponente \_\_\_\_\_ é domiciliado no endereço de minha residência, abaixo descrito e com comprovante de residência e demais documentos anexados.

Declaro ainda, para todos os fins de direito perante as leis vigentes, que a informação aqui prestada é de minha inteira responsabilidade.

Lapa/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

Endereço completo da residência (nome da rua/avenida/travessa, número, bairro, município e CEP)

Assinatura do declarante de co-residência

Assinatura do proponente

\* Observações:

1. Anexar cópia de documento de identificação e do CPF do declarante;
2. Anexar cópia de comprovante de endereço datado nos últimos três meses.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

#### ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Eu, \_\_\_\_\_, proponente do conteúdo digital \_\_\_\_\_, inscrito no Edital nº. \_\_\_\_/2020, declaro que o material proposto foi produzido até o prazo final de inscrição deste Edital.

Estou ciente que meu projeto poderá ser desclassificado em caso de comprovação de informação inverídica.

Lapa/PR \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC

#### ANEXO IX TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA LAPA/PR, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE E \_\_\_\_\_, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DA LAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, com sede à Alameda David Carneiro a nº 243, centro, Lapa, Paraná, neste ato representada pela Secretária Municipal, Srª. Helenita do Rocio Freitas da Silva Prevedello, portador do RG nº 736.580-2/PR e do CPF/MF nº 003.472.129-05, e \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço em \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) PARCEIRO(A), neste ato representada por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, emitida pelo \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, que passa a ser regido pelas seguintes cláusulas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro que o Município da Lapa presta ao PARCEIRO(A), para execução do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº \_\_\_\_/2020 – LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC, conforme Plano de Trabalho/Proposta anexa, parte integrante deste instrumento independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS COMPETÊNCIAS

1. As atividades alusivas ao objeto deste Termo de Colaboração serão executadas pelo(a) Parceiro(a) sob supervisão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte e a Comissão Organizadora e Avaliadora da Lei Aldir Blanc, que acompanharão a execução dos trabalhos através do(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, designado(a) como GESTOR(A) do instrumento, ao(à) qual compete realizar todas as atividades previstas em lei.

2. Ficam reservados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte os direitos de assunção, a qualquer tempo, do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Para a consecução dos objetivos deste TERMO DE COLABORAÇÃO, a Secretaria e o Parceiro atuarão em conjunto para a consecução das finalidades de interesse público recíproco, assumindo as partes as seguintes obrigações:

##### 1. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CULTURA E ESPORTE:

- a) Depositar, em conta específica indicada pelo proponente os recursos financeiros previstos para a execução do objeto deste Termo, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- b) Elaborar o Relatório Final de Execução do Objeto para Prestação de Contas oriundos da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO contendo as atividades ou projetos desenvolvidos, se este fora cumprido de acordo com o plano de trabalho/proposta, bem como a demonstração do pleno cumprimento do Edital e do Termo de Colaboração, em até 15 (quinze) dias contados do efetivo pagamento do repasse de recursos.
- c) Supervisionar e assessorar o(a) Parceiro(a), bem como exercer fiscalização na execução do projeto;

- d) Realizar o monitoramento e avaliação da parceria;
- e) Garantir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

## 2. DO(A) PARCEIRO(A)

- a) Indicar conta bancária específica para o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO e em conformidade com o Plano de Trabalho/Proposta apresentada;
- b) Responsabilizar-se exclusivamente por todos os encargos decorrentes da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.
- c) Garantir os meios e as condições necessárias para que os técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte e os auditores de controle interno do Poder Executivo estadual tenham livre acesso a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente ao instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria, prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- d) Realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, sob sua responsabilidade exclusiva.
- e) Vedar pagamento de gratificação ou remuneração por serviços de consultoria, assistência técnica ou serviços assemelhados, a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, que esteja ativo;
- f) Entregar (envio do conteúdo digital e sinopse), no ato da assinatura do presente Contrato de Licenciamento, a mídia da obra em formato estabelecido pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura, a qual será analisada no que se refere à sua qualidade técnica para exibição, caso o laudo técnico aponte falha na mídia, o proponente selecionado deverá providenciar, em até 5 (cinco) dias, a substituição da mídia, que será submetida a nova análise.
- g) O Parceiro(a) obriga-se a disponibilizar a obra como acervo de filmes para a plataforma de streaming e mídias sociais da Prefeitura Municipal da Lapa, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

## 3. DAS OBRIGAÇÕES EM COMUM

- a) Qualquer um dos partícipes é parte legítima para denunciar ou rescindir, fundamentadamente, este TERMO DE COLABORAÇÃO a qualquer tempo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades pelas obrigações decorrentes deste instrumento, e da mesma maneira lhes sendo creditados os benefícios.

## CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DE DIREITOS

1. Através do presente instrumento, o PARCEIRO, acima qualificado, cede os direitos autorais para exibição, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a obra \_\_\_\_\_, selecionada por meio do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº \_\_\_\_/2020 – LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC, ser exibido por meio de plataformas de streaming e mídias sociais da Prefeitura Municipal da Lapa, contados a partir da assinatura do presente Termo e de forma não exclusiva.

2. A licença de direitos inclui o uso gratuito da imagem e som das obras para fins de divulgação da programação e ações de comunicação institucional da Prefeitura Municipal da Lapa pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

2.1 Fica licenciada a exibição pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura deste instrumento, sem restrição do número de exibições, não exclusivo.

2.2 Os direitos patrimoniais, autorais e de imagem e licenciamento de tecnologia produzido no âmbito das propostas serão de responsabilidade dos autores envolvidos.

2.3 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte e a Comissão Organizadora e Avaliadora da Lei Aldir Blanc ficam isentas de responsabilidades sobre fatos decorrentes do uso indevido ou sem autorização de imagens e/ou obras de terceiros, respondendo por isso, exclusivamente, o proponente, nos termos da legislação específica.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

1. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte repassará ao Parceiro a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), por meio de transferência para a conta bancária nº \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_, Operação \_\_\_\_\_.

1.1 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal, ou documento equivalente em caso de pessoa física, devidamente aceita e atestada pela Comissão da Lei Aldir Blanc, unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento do produto final, mediante depósito em conta bancária.

1.2 As despesas decorrentes da presente cessão correrão à conta das dotações orçamentárias: 339048 – Outros Auxílios Financeiros – Pessoas físicas, no valor de R\$ 76.765,99 e a dotação 339039 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de 32.899,71, conforme os Decretos Municipais nº 24785/20 e 24.788/20 e Item 4 do Edital nº \_\_\_\_/2020.

## CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. A prestação de Contas será feita mediante a apresentação de Relatório Final de Execução do Objeto pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos, se este fora cumprido de acordo com o plano de trabalho/proposta, bem como a demonstração do pleno cumprimento do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº \_\_\_\_/2020 – LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC e do presente Termo de Colaboração, em até 15 (quinze) dias contados do efetivo pagamento do repasse de recursos.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

1. Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste Termo serão de total responsabilidade do Parceiro (a), ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte.

**CLÁUSULA OITAVA – DA LICENÇA DE DIREITO DE USO**

1. Em razão da presente licença de direito de uso, o LICENCIANTE (Parceiro) se declara como gestora majoritária dos direitos autorais da obra acima identificada, no que tange à reprodução ou sincronização em obras audiovisuais, e, por isso, assume e se responsabiliza por quaisquer reivindicações de terceiros, quanto ao direito cedido pelo presente instrumento, notadamente quanto aos herdeiros e sucessores, obrigando-se a defender o LICENCIADO (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte), arcando com todas as despesas, honorários advocatícios, custas judiciais e condenações que venham a sofrer o LICENCIADO, em decorrência da utilização das referidas obras, seja a que tempo for.

2. Caso o LICENCIADO seja obrigada, judicialmente, a arcar com qualquer desembolso em razão de reivindicações de terceiros conforme mencionado no Item 1 da Cláusula Oitava acima, a LICENCIANTE obriga-se a reembolsá-la, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da data que lhe for entregue a comunicação escrita e os respectivos comprovantes.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

1. O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem vigência de 24 meses contados da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

1. Durante a vigência do presente contrato, o LICENCIANTE deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste ajuste e no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº \_\_\_\_/2020 – LAPA CULTURA DIGITAL – LEI ALDIR BLANC.

1.1 O não cumprimento das disposições mencionadas neste ajuste, bem como no Edital e seus anexos, na Lei n. 13.019/2014 e no Decreto Municipal n. 22.763/2017, no que couber, pode acarretar as seguintes penalidades ao Parceiro(a), garantido o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária; e
- c) declaração de inidoneidade.

1.1.1 É facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

1.1.2 A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelo Parceiro(a) no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

1.1.3 A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

1.1.4 A sanção de suspensão temporária impede o Parceiro(a) de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a dois anos.

1.1.5 A sanção de declaração de inidoneidade impede o Parceiro(a) de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando o Parceiro(a) ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

1.1.6 A aplicação das sanções é de competência exclusiva do Secretário Municipal que tiver celebrado a parceria.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

1. Para que produza seus efeitos jurídicos, o extrato deste TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser levado à publicação, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte, no Diário Oficial dos Municípios.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Comarca de Lapa, do Estado do Paraná, para solucionar os litígios decorrentes deste Edital.

E, por assim estarem plenamente de acordo com todos os termos do presente TERMO DE COLABORAÇÃO as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa/PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**HELENITA DO ROCIO FREITAS DA SILVA PREVEDELLO**

CPF nº 003.472.129-05

Secretária de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte

Nome Completo do Parceiro

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunha

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunha

CPF nº \_\_\_\_\_

**Publicado por:**  
Robson da Silveira Maurer  
**Código Identificador:**2D8DD622

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**REPUBLICAÇÃO DECRETO 047/2020**

**CNPJ – 95.684.536/0001-80**  
**RUA PERNAMBUCO S/N – 85.275-000 – CENTRO**  
**FONES (42)3645-1149**  
**DECRETO N.º 047/2020**

**SÚMULA:** Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base na **Lei Municipal n.º 22/2019**,  
**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no orçamento financeiro de 2020, um crédito adicional Suplementar, no valor de **R\$ 81.200,00 (Oitenta e um mil e duzentos reais)**, para cobertura de despesas mediante as seguintes providências:

- Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	20.000,00
03.004		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ENCARGOS GERAIS	Reabertura	
04.122.0401.2016		Atividades do Departamento de Serviços e Encargos Gerais		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
780	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
06		SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES	Acréscimo	41.200,00
06.002		DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL	Reabertura	
26.782.2601.2029		Atividades do Departamento Rodoviário		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
1335	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
13		SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	Acréscimo	20.000,00
13.002		DEPARTAMENTO DE URBANISMO	Reabertura	
25.752.1501.2088		Expansão e Manutenção da Rede de Iluminação Pública		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
4710	00507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		

**Art. 2º** - Como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados:

- **O Cancelamento parcial das Dotações Abaixo no valor de R\$ 81.200,00 conforme art. 43, § 1º, III da Lei Federal 4.320/64.**

03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Anulação	2.500,00
03.001		GABINETE DO SECRETARIO	Reabertura	
04.122.0401.2008		Atividades do Gabinete do Secretário de Administração		
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
420	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Anulação	5.000,00
03.002		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Reabertura	
09.272.0901.2010		Encargos Previdenciários da Administração		
3.1.91.13.00.00		OBRIGAÇÕES PATRONAIS		
520	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Anulação	12.500,00
03.002		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Reabertura	
09.272.0901.2010		Encargos Previdenciários da Administração		
3.3.91.97.00.00		APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS		
530	00000	Recursos Ordinários (Livres)		
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Anulação	24.400,00
03.004		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ENCARGOS GERAIS	Reabertura	
04.122.0401.2016		Atividades do Departamento de Serviços e Encargos Gerais		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
785	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
06		SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES	Anulação	16.800,00
06.002		DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL	Reabertura	
26.782.2601.2029		Atividades do Departamento Rodoviário		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1355	00003	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM		
13		SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	Anulação	20.000,00
13.002		DEPARTAMENTO DE URBANISMO	Reabertura	
25.752.1501.2088		Expansão e Manutenção da Rede de Iluminação Pública		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4730	00507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal, 10 de Novembro de 2020.

**JOSMAR MOREIRA PEREIRA**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Adriana Collito  
**Código Identificador:** 147086A6

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO 202.2020**

Exercício: 2020

Decreto nº 202/2020 de 25/11/2020

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 71/2019 de 19/11/2019.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA EM GERAL	
224 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	7.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE IND.,COM. AGRICULTURA-SICA	
05.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS	
05.003.20.608.0000.2.014.		PROGRAMA DE INCENTIVO AO SETOR AGROPECUÁRIO	
292 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.15.452.0018.2.036.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO	
864 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	185.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.17.512.0017.1.019.		CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	
881 - 4.4.90.51.00.00	01504	OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BÁSICO	
1188 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BÁSICO	
1194 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.058.		MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
1226 - 3.1.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	25.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.058.		MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
1228 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.058.		MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
1237 - 3.3.72.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	63.000,00
Total Suplementação:			465.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA EM GERAL	
225 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	7.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE IND.,COM. AGRICULTURA-SICA	
05.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
05.002.22.661.0008.2.102.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA	
258 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
718 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	60.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
726 - 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.15.452.0014.2.030.		MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E CANTEIROS	
823 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.15.452.0018.2.036.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO	



848 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	55.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE SERV.URBANOS E MEIO AMB.-SUMA	
07.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	
07.004.17.512.0017.1.019.		CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	
880 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BÁSICO	
1196 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.054.		MANUTENÇÃO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	
1222 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
1264 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
1270 - 3.3.90.34.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	
1273 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES E CONSERVAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1373 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	63.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES E CONSERVAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1401 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	40.000,00
Total Redução:			465.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2020.

**JOAO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito

**Publicado por:**  
Manoel Messias Firmino  
**Código Identificador:**C26B51C2

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE RELAÇÃO DE VALORES REC.GOV.FEDERAL 02.12.2020

Exercício: 2020

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Período de 14/11/2020 a 02/12/2020

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, JOAO NICOLAU DOS SANTOS para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de Loanda recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	20/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	183.708,87
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	20/11/2020	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-36.741,76
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00.00.00	20/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	3.609,77
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00.00.00	20/11/2020	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-721,95
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00.00.00	20/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	192,83
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00.00.00	20/11/2020	1 - Receita	Transferências do Salário-Educação - Principal	66.610,11
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	481.957,38
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00.00.00	30/11/2020	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-96.391,47
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	1.387,08
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00.00.00	30/11/2020	5 - Deduções FUNDEB	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-277,41
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	580,26
1.7.1.8.12.1.1.01.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	8.087,78
1.7.1.8.12.1.1.02.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	Bloco da Proteção Social Básica	4.028,94
1.7.1.8.03.1.1.01.11.00.00.00	23/11/2020	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO	11.446,81
1.7.1.8.03.9.1.01.00.00.00.00	24/11/2020	1 - Receita	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE NACIONAL - CORONA VÍRUS (	24.793,00
1.7.1.8.03.3.1.02.00.00.00.00	16/11/2020	1 - Receita	PEAA/PISO FIXO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE - PFVPS	3.873,66
1.7.1.8.03.3.1.04.00.00.00.00	16/11/2020	1 - Receita	MS/ASSISTÊNCIA FINANC. COMPL. COMBATE AS ENDEMIAS	5.600,00
1.7.1.8.03.1.1.01.12.00.00.00	17/11/2020	1 - Receita	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	7.359,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00.00.00	27/11/2020	1 - Receita	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	23.043,34
1.7.1.8.03.3.1.04.00.00.00.00	02/12/2020	1 - Receita	MS/ASSISTÊNCIA FINANC. COMPL. COMBATE AS ENDEMIAS	5.320,00
1.7.1.8.03.3.1.05.00.00.00.00	02/12/2020	1 - Receita	AÇÕES BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.154,30
2.4.1.8.10.9.1.11.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	MC-CEF-CONVÊNIO 866998/2018 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANA	30.643,00
2.4.1.8.10.9.1.12.00.00.00.00	30/11/2020	1 - Receita	MC-CEF-CONVÊNIO 867097/2018 PAVIMENTAÇÃO RUA BARONESA DE ITU	33.486,00
Total .....:				762.749,54

**JOAO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito

**ANTONIO ANESIO BANA**  
Secretario de Fazenda

**Publicado por:**  
Manoel Messias Firmino  
**Código Identificador:**D3920C33

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATO Nº 080/2020**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 080//2020 – PML**

**DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 156/2020-PML

**PARTES:** Município de Loanda e a empresa Gente Seguradora S/A

**OBJETO:** A presente licitação tem como objeto a contratação de cobertura de seguros para o antigo prédio do IBC - Instituto Brasileiro do Café, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, do Município de Loanda-Pr, conforme informações constantes no Pregão 156/2020-PML, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 18.435,00 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), para o item 01, em moeda corrente nacional, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
1	SEGURO EMPRESARIAL PARA PRÉDIO DO ANTIGO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: I. INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA E QUEDA DE AERONAVE – R\$ 6.000.000,00; II. PERDA DE ALUGUEL – R\$ 100.000,00; III. RESPONSABILIDADE CIVIL – R\$ 100.000,00; IV. LUCROS CESSANTES – R\$ 100.000,00; V. VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO – R\$ 20.000,00.	UN	1	18.435,00	18.435,00

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 12 (doze) meses.

**FORO:** Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, em 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Loanda

**MARCELO WAIS**  
Gente Seguradora S/A

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**6291562F

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATO Nº 081/2020**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2020-PML**

**DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 155/2020-PML.

**PARTES:** Município de Loanda e a empresa Fergavi Comercial Ltda

**OBJETO:** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE: Paquímetro digital, Relógio comparador analógico e Micrometro externo, referente aos itens de nº 04, 05 e 06, conforme convênio nº 07/2016 processo 01200.000255/2016-54, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, conforme informações constantes no Pregão nº 155/2020-PML, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 4.505,40 (quatro mil, quinhentos e cinco reais e quarenta centavos), para os itens 04, 05 e 06, em moeda corrente nacional, conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
4	Paquímetro digital, com as seguintes características mínimas: 1 – Possibilidade de medição externa, interna, profundidade e ressalto; 2 - Fabricados em aço inoxidável temperado de alta resistência; 3 - Indicador de cristal líquido com 5 dígitos mais o sinal (-) e a indicação milímetro/polegada; 4 - Leitura 0,01mm/0,0005" 5 - Repetitividade: 0,01mm/0,0005" 6 - Função zero em qualquer ponto; 7 - Tecla de Liga/Desliga; 8 - Tecla conversora mm/polegada; 9 - Indicação de bateria com carga (dígitos piscando); 10 - Com roldana para ajuste rápido 11 - Parafuso de fixação; 12 - Alimentação por bateria tipo SR-44	ZAAS	UN	6	368,30	2.209,80
5	Relógio comparador analógico com as seguintes características mínimas: 1 – Faixa de comparação entre 0 -10mm; 2 – diâmetro mínimo do mostrador de 57 mm; 3 – graduação: 0,01 mm; 4 – curso total por volta: 1 mm; 5 – mostrador 0-100mm; 6 – Força de medição máxima de 1,4N; 7 – Certificado de calibração do IMETRO;	ZAAS	UN	6	200,45	1.202,70
6	Micrometro externo com as seguintes características mínimas: 1 – escala de medição entre 0-25mm; 2 – Tolerância: 0,01mm; 3 – Trava de fixação de medida; 4 – arco em aço; 5 – acessório: caixa plástica e chave para aferição;	ZAAS	UN	6	182,15	1.092,90

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues, na Colmeia Industrial de Loanda, na avenida Paraná s/n, após solicitado pelo Secretario responsável prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias pra item 11 e 30 (trinta) dias para os demais itens, após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 06 (seis) meses.

**FORO:** Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**EDJANIA DE CASTRO BRAGA MONTEIRO**

Fergavi Comercial LTDA

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**02CEDBED**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
EXTRATO CONTRATO Nº 082/2020****EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2020-PML****DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 155/2020-PML.**PARTES:** Município de Loanda e a empresa Criarte Indústria e Comércio de Esquadria Ltda Ltda**OBJETO:** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE: Quadro branco, referente ao item de nº 08, conforme convênio nº 07/2016 processo 01200.000255/2016-54, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Industria Comercio e Agricultura, conforme informações constantes no Pregão nº 155/2020-PML, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 713,78 (setecentos e treze reais e setenta e oito centavos), para o item 08, em moeda corrente nacional, conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor (R\$)	Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
8	Quadro branco não magnético tamanho 2,00x1,20m com as seguintes especificações mínimas: • Moldura em alumínio; • Porta apagador; • Kit de instalação; Para utilização com marcadores para quadro branco.	CRIARTE	UN	2	356,89	713,78	

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues, na Colmeia Industrial de Loanda, na avenida Paraná s/n, após solicitado pelo Secretário responsável prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias pra item 11 e 30 (trinta) dias para os demais itens, após a solicitação.**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 06 (seis) meses.**FORO:** Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**EDUARDO WANTUIL OLIVEIRA ANDRADE**

Criarte Indústria e Comércio de Esquadrias LTDA

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**F790665F**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
EXTRATO CONTRATO Nº 083/2020****EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2020-PML****DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 155/2020-PML.**PARTES:** Município de Loanda e a empresa Euros Tec Comércio de Máquinas e Acessórios Ltda**OBJETO:** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE: Torno Mecânico, referente ao item de nº 22, conforme convênio nº 07/2016 processo 01200.000255/2016-54, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Industria Comercio e Agricultura, conforme informações constantes no Pregão nº 155/2020-PML, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), para o item 22, em moeda corrente nacional, conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
22	Torno Mecânico Universal com as seguintes características mínimas: Diâmetro mínimo admissível sobre o barramento: 410 mm; Diâmetro mínimo admissível sobre o carro transversal: 255 mm; Diâmetro admissível mínimo na cava: 580 mm; Diâmetro entre os centros mínimo: 1000 mm; Largura mínima do barramento: 250 mm. Nariz do Eixo Arvore: D1-6 ou L0 ASA; Passagem do eixo arvore mínimo de: 52 mm. Velocidade do eixo mínima: de 25-2500 rpm; Cone do eixo árvore nº 6 (morse); Curso do carro transversal mínimo: 210 mm; Passo do fuso principal: 6 mm (4tpi); Roscas métricas mínimas: 0,2 a 14 mm; Rosca em polegadas mínimas: 2 a 72 polegadas. Rosca Diametral pitch mínimas: 8 – 44DP; Rosca modulo mínimo: 0,3 a 3,5 mp; Diâmetro do Mangote do contraponto mínima 50 mm; Curso do mangote de contraponto mínimo: 120 mm; Sede cônica da manga: CM 4; Motor principal mínimo de 4HP Motor da	EUROSTEC	UN	1	73.000,00	73.000,00

bomba de refrigeração mínimo : 1/8 HP. Em total conformidade com a NR-12 (carenagens de proteção, sensores, intertravamentos, painel elétrico, manuais em português)					
--	--	--	--	--	--

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues, na Colmeia Industrial de Loanda, na avenida Paraná s/n, após solicitado pelo Secretário responsável prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para item 11 e 30 (trinta) dias para os demais itens, após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 06 (seis) meses.

**FORO:** Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**CRISTIAN LEONE PAVAN**

Euros Tec Comércio de Máquinas e Acessórios LTDA

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**7FCA57AF

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATO Nº 084/2020**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2020-PML**

**DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 155/2020-PML.

**PARTES:** Município de Loanda e a empresa PR Telecom Comércio e Serviços Eireli ME

**OBJETO:** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE: Projetor de Imagens, referente ao item de nº 10, conforme convênio nº 07/2016 processo 01200.000255/2016-54, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, conforme informações constantes no Pregão nº 155/2020-PML, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta mil reais), para o item 10, em moeda corrente nacional, conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
10	Projetor de imagens, com os seguintes requisitos: • Tipo: projetor de teto e mesa; • Resolução mínima: 1024 x 768 xga; • Luminosidade mínima: 3200 lumens; • Lâmpada potência mínima: 210w uhp; • Lente mínima: f=1,65 a 1,93 f=18.53 a 22.18mm; • Sistema de cores: ntsc, pal, pal 60, pal- m, pal-n, secam; • Controle remoto; • Voltagem: bivolt; • Entradas e saídas: entradas vídeo composto, s-vídeo, vídeo rgb/componente, áudio estéreo. tamanho da imagem projetada: entre 30" a 300" polegadas; • Peso máximo do produto: 3,300 kg; • Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir da data de emissão da nota fiscal	TOMATE	UN	2	2.370,00	4.740,00

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues, na Colmeia Industrial de Loanda, na avenida Paraná s/n, após solicitado pelo Secretário responsável prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para item 11 e 30 (trinta) dias para os demais itens, após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 06 (seis) meses.

**FORO:** Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**MARCELO AUGUSTO PAPA JUNIOR**

PR Telecom Comércio e Serviços EIRELI ME

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**5C0860B8

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATO Nº 085/2020**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2020-PML**

**DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 155/2020-PML.

**PARTES:** Município de Loanda e a empresa Meta Comércio de Ferragens e Ferramentas Eireli

**OBJETO:** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE: Afiadora de ferramentas, referente ao item de nº 28, conforme convênio nº 07/2016 processo 01200.000255/2016-54, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, conforme informações constantes no Pregão nº **155/2020-PML**, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 11.588,00 (onze mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para o item 28, em moeda corrente nacional, conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
28	Afiadora de ferramentas modelo PP-U3 com as seguintes características: Para afiação de fresa de metal duro, Velocidade mínima de 4500rpm; Dispositivo afiador de brocas; Dispositivo afiador de ferramentas de topo; Dispositivo afiador de ferramenta de torno; Conjunto de pinça 4,6,8,10,12mm; Conjunto de chave de serviço; Diâmetro Máximo de afiação: 16mm; Espessura máxima de afiação: 50mm; Diâmetro do eixo do rebolo mínimo: 100mm; Atender Norma regulamentadora NR 12	ATLASMAQ MY20A	UN	1	11.588,00	11.588,00

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues, na Colmeia Industrial de Loanda, na avenida Paraná s/n, após solicitado pelo Secretário responsável prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias pra item 11 e 30 (trinta) dias para os demais itens, após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 06 (seis) meses.

**FORO:** Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANIEL ARCARI**

Meta Comércio de Ferragens e Ferramentas EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:** 167B701C

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO CONTRATO Nº 086/2020

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2020-PML

**DOCUMENTO:** Licitação Pregão Eletrônico nº 163/2020-PML.

**PARTES:** Município de Loanda e a empresa Guimarães Materiais Elétricos Eireli

**OBJETO:** A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE: locação, montagem e manutenção de decoração de Natal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Agricultura, do Município de Loanda-Pr, conforme informações constantes no Pregão 163/2020-PML, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

**VALOR CONTRATUAL:** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 55.975,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais), para o Lote 01, em moeda corrente nacional, conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
1	Locação flor vitória regia: Figura Luminosa Bidimensional em forma de Flor de VITÓRIA REGIA. Figura Luminosa Bidimensional em forma de flor luminosa, com 16 mts quadrados, 88mts de Mangueira luminosa led redonda luz branca com espessura 12mm 24 led por metro, ligação com 2 fios voltagem 220V., 150 mts de Cordão de led fixo com 100 lâmpadas, fio verde luz branca com 3 fios de 2mm, cordão medindo 10mts de comprimento com espaçamento aprox. de 10cm entre as lâmpadas. Possuindo tomada macho e fêmea retificador blindado 12v de com aprox. 7x3cm voltagem 220v, 19 barras de ferro redondo 5/16 com 3mt de comprimento e 3mt de largura.	UN	1	2.775,00	2.775,00
2	Locação Estrutura metálica em formato de letreiro com letras simples escrito BOAS FESTAS com aproximadamente 6.95 mts de comprimento por 1,10 de altura revestido com mangueira luminosa em led na cor branca com pisca, espessura de 12mm com 2 fios voltagem: 220V.	UN	1	550,00	550,00
3	Locação Estrutura metálica em formato de Bolas tipo enfeites de natal espanholas, formato tridimensional, com aproximadamente 1,70mts de altura e 1,70mts de circunferência cada, revestida com mangueira luminosa em led em diversas cores com espessura de 13mm com 2 fios voltagem: 220 V, fabricada em ferro 3/8 pintado em tinta epox na cor cinza	UN	9	1.100,00	9.900,00
4	Locação de estrutura metálica em formato de Papai Noel sentado na caixa de presente com aproximadamente 4 metros de altura. Sendo a caixa de presente com aproximadamente 1,70x1,90x1,30 metros e o Papai Noel com aproximadamente 2,00x2,10x2,50 metros. Estruturas fabrica com ferro redondo 1/4, ferro redondo 3/8 e tubo quadro 20x20 na espessura 1.20 para fabricação da caixa de presente com pintura epos na cor prata. Estrutura do Papai Noel será toda revestida com Cordão de led fixo com 100 lâmpadas fio verde com 4 fios de 2mm. Tomada macho e fêmea e retificador blindado 12v de 7.00 x 2.5cm. Cordão medindo 10m de comprimento, voltagem 220v, nas cores Branco frio, vermelho, warm, e com festão marabú de tecido nas cores vermelho, branco preto. A caixa de presente revestida com Cordão de led fixo com 100 lâmpadas fio verde com 4 fios de 2mm. Tomada macho e fêmea e retificador blindado 12v de 7.00 x 2.5cm. Cordão medindo 10m de comprimento, voltagem 220v, na cor Warm, e o laço com cordão de led na cor azul fio azul com 100 lâmpadas de led.	UN	1	20.300,00	20.300,00
5	Locação de estrutura metálica em formato de Pinheiro Natalino com 12 metros de altura, com 5 camadas sobrepostas com estrela na ponta, estrutura fabricado com tubo 20x20 na espessura 1,20; tubo 1.1/4 na espessura 2mm; tubo 1" na espessura 2mm; estrela no redor do pinheiro fabricado com ferro chato 3/8 por 1/8; estrela da ponta fabricado ferro quadro maciço 3/8. Pinheiro natalino deverá revestido com cordão de led fixo com 100 lâmpadas branco Warm fio verde com 4 fios de 2mm. Tomada macho e fêmea e retificador blindado 12v de 7.00 x 2.5cm. Cordão medindo 10m de comprimento, voltagem 220v, as estrelas são todas revestida com Mangueira de led redonda luz branco frio com espessura de 12mm 24led/M ligação com 2 fios voltagem 220v.	UN	1	18.300,00	18.300,00
6	Aquisição de fio paralelo na cor marrom 2x2,5mm	METRO	500	4,30	2.150,00
7	Prestação de serviço contempla montagem, manutenção, desmontagem e instalação elétrica para todos os enfeites locados A mão de obra deverá estar incluso todos materiais necessários para instalação e manutenção como: guincho, padrão provisório, fita isolante, conectores e acessórios de EPI e outros materiais necessários para ligação das peças. (Fio paralelo para ligamentos dos enfeites na rede será fornecido pela empresa).	UN	1	2.000,00	2.000,00

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues e montados na Praça Dr. Hugo Roberto Accorsi, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação. Os objetos permaneceram locados até o dia 06 de janeiro de 2021. Todas as despesas necessárias para execução dos serviços objetos da presente licitação, serão por conta da empresa Contratada, inclusive a desmontagem dos objetos solicitados.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente contrato inicia no ato de sua assinatura, com vigência 04 (quatro) meses.

**FORO:** Comarca de Loanda-Pr.

Loanda-Pr., em 02 de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**JOSÉ CARLOS GUIMARÃES**

Guimarães Materiais Elétricos EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**4A571B1A

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 243/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI**

**OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
267510	1	AMIODARONA 200MG COMP	GEOLAB	COMP	10000	0,58	5.800,00
269956	2	BROMOPRIDA 04MG/20ML	PHARLAB	FR	7300	1,19	8.687,00
27100	5	DICLOFENACO SÓDICO 50MG COMP	BELFAR	COMP	10000	0,08	800,00
267647	6	DIGOXINA 0,25 MG COMP	PHARLAB	COMP	5000	0,10	500,00
267203	8	DIPIRONA 500 MG COMP	PRATI DONADUZZI	COMP	15000	0,15	2.250,00
270130	20	LEVODOPA + CARBIDOPA 250 MG + 25MG	CRISTALIA	COMP	500	1,20	600,00
345300	26	METRONIDAZOL CREME VAGINAL 01G/10 GR TB 50 G	PRATI DONADUZZI	TUBO	500	4,66	2.330,00
270590	36	ACETATO DE BETAMETASONA 3MG/ML + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3MG/ML	UNIAO QUIMICA	CAIXA	300	7,33	2.199,00
448844	40	CETOPROFENO 100MG IV PÓ LIÓFILO INJETÁVEL	UNIAO QUIMICA	FR AMP	7000	3,57	24.990,00
448845	41	CETOPROFENO 50 MG M LAMP 2 ML	UNIAO QUIMICA	AMP	8000	1,31	10.480,00
292427	50	DEXAMETASONA 4MG/ML FR/AMP 2,5ML	TEUTO	FR AMP	10000	1,00	10.000,00
s/bps	51	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	BIOLAB	COMP	25000	0,50	12.500,00
268252	52	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML AMP 2ML	TEUTO	AMP	16000	0,71	11.360,00
267666	58	FUROSEMIDA 10MG/ML AMP 2ML	FARMACE	AMP	4000	0,55	2.200,00
271116	59	FLUCONAZOL 2MG/ML (0,2%)SOLC INJETAVEL BOLSA SIST. FECHADO 100 ML	CRISTALIA	BOLSA	200	15,00	3.000,00
268115	65	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20MG/ML AMP 1ML	CRISTALIA	AMP	200	5,23	1.046,00
270220	66	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG	TEUTO	FR AMP	200	3,00	600,00
299675	67	MANITOL 20% 250ML	J.P.	FR	300	3,84	1.152,00
271601	76	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% AMP 10ML	HALEXISTAR	AMP	200	6,19	1.238,00
272326	97	OXCARBAMAZEPINA 600 MG/ML	UNIAO QUIMICA	FR	120	35,32	4.238,40
271091	99	AMPICILINA SÓDICA 1G C/ DILUENTE	TEUTO	FR AMP	600	3,83	2.298,00
292419	105	ACETATO DE RETINOL 10.000 UI AMINOÁCIDOS 25MG, METIONINA 5MG, CLORANFENICOL 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5G	CRISTALIA	TB	50	10,00	500,00
308884	111	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMET. 80MG COMP	PRATI DONADUZZI	COMP	5000	0,17	850,00
VALOR TOTAL.....		R\$ 109.618,40					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Município de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**RENAN DIEGO RODRIGUES SALLA**

Cirúrgica Nossa Senhora EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**5680A0E9

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 244/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: A.D. DAMINELLI EIRELI ME****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
270622	10	ESCOPOLAMINA,BUTILBROMETO 6,67MG/ML+DIPIRONA SODICA 333,4MG/ML, GOTAS,FR 20ML	NATULAB	FR	150	7,00	1.050,00
343494	11	ESPIRAMICINA 50 MG (1,5MUI) CX COM 16	SANOFI	COMP	150	38,00	5.700,00
275963	12	FINASTERIDA 5MG COMP CX COM 30	NOVA QUIMICA	CAIXA	100	15,00	1.500,00
268856	23	LOSARTANA POTASSICA 50 MG COMP	PRATI DONADUZZI	COMP	1000	0,109	109,00
269958	39	BROMOPRIDA 10MG AMP 2ML	WASSER	AMP	15000	1,20	18.000,00
272796	64	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML FR/AMP 5ML	BLAU	FR AMP	600	21,93	13.158,00
272782	83	DIAZEPAM 10 MG 2ML	SANTISA	AMP	2000	0,74	1.480,00
308882	112	SULFATO DE HIDROXICLORQUINA 400 MG (EMBALAGENS CONTENDO 6 COMPRIMIDOS CADA) ESPECIFICADO A VALIDADE E REGISTRO DA ANVISA NA EMBALAGEM.	APSEN	COMP	5000	2,60	13.000,00
VALOR TOTAL.....		R\$ 53.997,00					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**  
 Prefeito Municipal de Loanda

**ALINE DIAS DAMINELLI**  
 A.D. Daminelli EIRELI ME

**Publicado por:**  
 Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**3BCFD5C5

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 245/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: DANIEL DA SILVA DISTRIBUIDORA - ME****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
267645	3	DEXCLORFENIRAMINA 02MG/ COMP	GEOLAB	COMP	5000	0,086	430,00
268861	13	ITRACONAZOL 100MG	LEGRAND	COMP	2000	0,987	1.974,00
278655	32	SULFACETAMIDASODICA 50MG/G+TROLAMINA 20MG/G POMADA 30 G	CIFARMA	TB	150	33,00	4.950,00
327566	37	ACIDO TRANEXÂMICO INJ. 250MG/5ML CAIXA COM 5 AMPOLAS	BLAU	CAIXA	200	22,00	4.400,00
VALOR TOTAL.....		R\$ 11.754,00					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANIEL DA SILVA**

Daniel da Silva Distribuidora – ME

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**EDC9FA4C

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 246/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**

**EMPRESA DETENTORA: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA**

**OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
267310	68	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML AMP	SANTISA	AMP	5000	0,48	2.400,00
268130	91	METILFENIDRATO,CLOR 10MG COMP	E.M.S.	COMP	10000	0,46	4.600,00
273255	98	AMOXICILINA 250MG/5ML 150ML+ COPO MEDIDA	GERMED	FR	1000	6,39	6.390,00
VALOR TOTAL.....		R\$ 13.390,00					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**RODRIGO KIENEN**

Mediton Farmacêutica LTDA

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**19A8170B

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 247/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**



**EMPRESA DETENTORA: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
268124	21	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MG	MERCK	COMP	30000	0,16	4.800,00
268123	22	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MG	MERCK	COMP	50000	0,18	9.000,00
267778	28	PARACETAMOL 500MG COMP	PRATI	COMP	50000	0,1078	5.390,00
VALOR TOTAL		R\$ 19.190,00					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**ELQUER IZAIAS BALESTRIN**

Life Center Comércio e Distribuidora de Medicamentos LTDA

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**357E5668

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 248/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
276657	31	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG CX C/30	ACCORD	CAIXA	2000	21,75	43.500,00

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**NARCISO JOSÉ RONSANI**

RG2S Distribuidora de Medicamentos LTDA

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**3ECF95DE

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 249/2020 - PML**

**EXTRATO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2020 – PML  
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: PRO-SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
268222	38	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% AMP 10ML	SAMTEC	AMP	400	0,98	392,00
s/bps	57	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + FOSFATO SÓDIO DIBÁSICO, FRASCO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, C/ CANULA RETAL PREVIAMENTE LUBRIFICADA, DOTADA DE VÁLVULA DE SEGURANÇA, CONTENDO 130ML, CAIXA COM 12 FRASCOS	JP INDÚSTRIA	CAIXA	25	51,63	1.290,75
268513	109	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG CREME/G 30 G	PRATT DONADUZZI	TB	1200	4,60	5.520,00
VALOR TOTAL.....		R\$ 7.202,75					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**PAULO HENRIQUE HONDA PEREJON HARO**

Pró-Saúde Comércio de Produtos Hospitalares EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**8900BC38**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 250/2020 - PML****EXTRATO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2020 – PML  
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: POLLO HOSPITALAR LTDA****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
340207	82	CODEINA 30 MG COMP	CRISTALIA	COMP	20000	1,13	22.600,00
268469	90	LEVOMEPRIMAZINA 40 MG/ML	CRISTALIA	FR	20	10,04	200,80
272320	92	MIDAZOLAN 5 MG 5 ML	CRISTALIA	AMP	200	5,74	1.148,00
268481	93	MORFINA ,SULFATO 10MG/ML 1 ML	CRISTALIA	AMP	400	3,34	1.336,00
274918	106	COLAGENASE COM CLORANFENICOL 0,6U/G+0,01GG TUBO 30 g	CRISTALIA	TB	2400	15,95	38.280,00
VALOR TOTAL.....		R\$ 63.564,80					

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**LENIR GREGANINI**

Pollo Hospitalar LTDA

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**32662475

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 251/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: DIHOSMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI ME****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
268442	45	CLORETO DE SUXAMETONIO 100 MG FR /AMP 10 ML	BLAU	AMP	30	21,15	634,50

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**EUCLIDES LUIZ TOMAZELLI**

Dihosmed Comercio de Medicamentos EIRELI ME

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**9636CB5B

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 252/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA****EMPRESA DETENTORA: PLENA MEDICA HOSPITALAR EIRELI****OBJETO:** Eventual aquisição de Medicamentos Hospitalar, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme a seguir:

Código BR	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
298454	4	DEXCLORFENIRAMINA 02MG/05ML FR 120 ML + COPO MEDIDA	NATULAB	FR	500	1,40	700,00
268493	9	DOXAZOSINA 2MG COMP CX COM 30	GERMED	CAIXA	150	5,06	759,00
273397	14	ISSOSSORBIDA, MONONIDRATO 20 MG	BIOLAB	COMP	6000	0,28	1.680,00
273395	15	ISSOSSORBIDA,DIN 5 MG SUBLINGUAL	E.M.S	CAPS	100	0,34	34,00
433280	16	LEVODOPA + BENZERASIDA 100+25 (BD) CX C/ 60	DIVCOM	CAIXA	25	80,40	2.010,00
270128	17	LEVODOPA + BENZERASIDA 100+25 DISPERSÍVEL CX C/ 30	DIVCOM	CAIXA	25	56,00	1.400,00
398689	18	LEVODOPA + BENZERASIDA 100+25 LIBERAÇÃO LONGA CX C/ 30 (HBS CÁPSULA)	DIVCOM	CAIXA	25	56,80	1.420,00
270129	19	LEVODOPA + BENZERASIDA 200+50 CX C/ 30	ACHE	CAIXA	25	68,93	1.723,25
267311	25	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOL. ORAL 10 ML	PHARLAB	FR	50	1,49	74,50
268505	27	ONDANSETRONA (CLOR ) 8 MG COMP	CRISTALIA	COMP	10000	1,81	18.100,00
383660	33	TIOTROPIO ,BROMETO 2,5 MCG SOL. INALATORIA FR 4 ML 60 DOSES + INALADOR	BOEHERINGER	FR	200	269,50	53.900,00

272582	34	TIMOLOL 0,5% SOL. OFT. FR 5 ML COLÍRIO	BIOSINTETICA	FR	50	5,20	260,00
278281	35	ADENOSINA 6 MG/2ML AMP	HIPOLABOR	AMP	100	11,30	1.130,00
274567	42	COMPLEXO B AMP	HYPOFARMA	AMP	5000	0,92	4.600,00
267162	43	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% 10ML AMP PLASTICA	SAMTEC	AMP	1000	0,35	350,00
268236	44	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10 ML AMPOLA PLASTICA	SAMTEC	AMP	6000	0,31	1.860,00
s/bps	53	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG SERINGAS 0,2 ML , PARA INJEÇÃO SUBCUTÂNEA.	BLAU	AMP	40	15,35	614,00
270621	54	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20MG + DIPIRONA SÓDICA 2.500MG, AMPOLA DE 5ML	HYPOFARMA	AMP	8000	1,93	15.440,00
267540	60	GLICOSE 25% 10ML AMP PLASTICA	SAMTEC	AMP	1200	0,34	408,00
267541	61	GLICOSE 50% 10ML AMP PLASTICA	SAMTEC	AMP	1500	0,35	525,00
273457	70	NEOSTIGMINA, METILSULFATO DE 0,5MG/ML AMP 1MLSBC/IM/IV	UNIAO QUIMICA	AMP	400	0,98	392,00
270095	71	BUPIVACAÍNA 0,50% COM EMBALAGEM ESTERIL	HIPOLABOR	AMP	500	5,91	2.955,00
268277	72	OCITOCINA 5UI/ML VIA IM/IV/INTRAMURAL. CONTÉM 5 AMPOLAS DE 1ML (COMPONENTE DA EMBALAGEM QUE CONTÉM 10 CARTUCHOS), CAIXA COM 50 AMPOLAS, COM 10 CARTUCHOS DE 10 AMPOLAS	BLAU	CAIXA	6	169,00	1.014,00
s/bps	75	SACAR. DE HIDROXIDO DE FERRO III IV AMP 5 ML	TAKEDA	AMP	1000	11,75	11.750,00
268532	78	TENOXICAM 40MG FR/AMP C/ DILUENTE	UNIAO QUIMICA	FR AMP	4000	11,56	46.240,00
268533	79	(ÁCIDO ASCÓRBICO) VITAMINA C 500MG/5ML AMP 5ML	HYPOFARMA	AMP	5000	0,71	3.550,00
271687	80	CLORPROMAZINA 25 MG/5 ML	HYPOFARMA	AMP	200	1,31	262,00
268069	81	CLORPROMAZINA 40MG/ML FR 20 ML	SANOFI	FR	5	7,71	38,55
395147	84	FENTOINA 50MG/ML AMP 5 ML	HIPOLABOR	AMP	300	2,51	753,00
300725	86	FENTANILA 0,05MG/ML 10 ML EST ESTERIL (SP)	HIPOLABOR	AMP	400	6,67	2.668,00
271950	87	FENTANILA 78,5 MG/ML AMP 5 ML ESTOJ ESTERIL ( SP)	HIPOLABOR	AMP	300	6,42	1.926,00
424712	88	HALOPERIDOL 5MG/ML 1 ML	HYPOFARMA	AMP	150	1,79	268,50
304871	94	MORFINA 0,2MG/ML 1 ML ESTJ ESTERIL (SP)	CRISTALIA	AMP	300	5,18	1.554,00
304872	95	MORFINA 10 MG )	CRISTALIA	COMP	200	1,04	208,00
268207	100	BENZILPENICILINA PROC+POTASSICA 400.000UI AMP	BLAU	AMP	100	4,79	479,00
445915	102	CEFAZOLINA SÓDICA FRASCO/AMPOLA COM 1G, INTRAMUSCULAR E ENDOVENOSO QUE DEVE VIR ESCRITO(IM/IV) NO FRASCO/AMPOLA + DILUENTE	BLAU	FR AMP	2000	9,94	19.880,00
442693	103	CIPROFLOXACINO 2MG/ML (0,2%) BOLSA C/SISTEMA FECHADO 100ML	FRESENIUS	BOLSA	500	30,70	15.350,00
292418	104	CLINDAMICINA 150 FOSFATO DE MG/ML AMP 4 ML	HYPOFARMA	AMP	1500	5,40	8.100,00
270495	107	LEVOFLOXACINO EV 500 MG 5 MG/ML BOLSA D 100 ML	HALEXISTAR	BOLSA	300	18,16	5.448,00
332985	108	OXACILINA 500 MG C/ DILUENTE	BLAU	FR AMP	500	2,21	1.105,00
272089	110	SULFAMETOXAZOL + TRIMET. 40MG + 08MG/ML 100ML	E.M.S	FR	300	6,00	1.800,00
VALOR TOTAL.....R\$ 232.728,80							

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os medicamentos deverão ser entregues na farmacia Basica do Municipio de Loanda, no prazo maximo de 10 (dez) dias após solicitação do Secretario responsavel.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Loanda

**MARTA ALVES DE GOES PAIVA**  
Plena Médica Hospitalar EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**A00F6F12

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 253/2020 - PML

### EXTRATO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: TIBAGI LICITAÇÕES EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
1	ACHOCOLATADO EM PÓ ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM DE 400 GR	LA REND	UN	100	2,15	215,00
3	ADOÇANTE DIETETICO (100 ML) ADOÇANTE DIETÉTICO STÉVIA (EMBALAGEM 100 ML)	MAGRO	UN	100	3,39	339,00
4	ÁGUA SANITÁRIA, À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR	LIMPINHA	UN	100	1,60	160,00

	CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL.					
5	DESINFETANTE. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE BENZALCÔNEO, NONIFENOL, ETILILADO, FRAGRÂNCIA, CONSERVANTE, CORANTE E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO CLORETO DE BENZALCÔNEO 0,75%. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE. DEVERÁ APRESENTAR FISQP; EMBALAGEM CONTENDO 2 L.	PRIMISSIONS	UN	100	3,48	348,00
9	BISCOITO DOCE SORTIDO, EMBALAGEM COM 500 GR.	RACINE	UN	100	5,50	550,00
10	BISCOITO SALGADO 370 GR BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL, EMBALAGEM COM 370 GR.	RACINE	UN	100	3,19	319,00
11	CAFÉ EM PÓ COM SELO ABIC 500 GR CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO, CLÁSSICO, COM O SELO DA ABIC, EMBALAGEM COM 500 GR.	BRASIL	UN	100	4,99	499,00
12	CARNE BOVINA MUSCULO DIANTEIRO OU TRASEIRO, SEM OSSO E GORDURAS APARENTES, COM COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL, CORTADOS EM CUBO DE APROXIMADAMENTE 30G. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG.	D'MILLE	KG.	325	21,90	7.117,50
13	CARNE MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPA SEM OSSOS, NERVURAS E CEBOS, NA COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL, DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG.	D'MILLE	KG.	325	19,99	6.496,75
17	CHÁ MATE: CHÁ DE ERVA MATE QUEIMADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDOS DE FOLHAS NOVAS, NA COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	D'MILLE	UN	100	2,80	280,00
18	CONDICIONADOR DE CABELO 350 ML	SUAVE	UN	150	10,79	1.618,50
20	CREME DENTAL (90 GR) CREME DENTAL – 90GR	FREEDENT	UN	200	1,37	274,00
22	EXTRATO DE TOMATE 1,100 KG EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM COM 1100 KG	BONARE	UN	100	7,00	700,00
23	FARINHA DE TRIGO 5 KG FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGEM COM 5 KG.	SPESSATTO	UN	100	13,50	1.350,00
24	FEIJÃO CARIOQUINHA - TIPO 1: GRÃOS SADIOS E NOVOS SEM A PRESENÇA DE INSETOS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS OU IMPUREZAS, BOLORES E MOFOS. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE 1 KG.	CORADINHO	UN	200	6,48	1.296,00
26	FUBA PRE COZIDO 500 GR FUBA DE MILHO, PRÉ COZIDO, EMBALAGEM DE 500 GR	SEARA	UN	100	2,48	248,00
27	GELATINA SABORES DIVERSOS CAIXA DE 30 A 35 GRAMAS	LA REND	UN	200	0,74	148,00
28	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, UHT, EMBALAGEM CAIXA TETRAPAK DE 1 LT.	POLLY	UN	200	3,57	714,00
30	MACARRÃO VITAMINADO COM OVOS MACARRÃO VITAMINADO COM OVOS TIPO ESPAGUETE, EMBALAGEM COM 1 KG.	D'MILLE	UN	100	4,20	420,00
40	SABAO EM PÓ 1KG SABAO EM PÓ – EMBALAGEM C/ 01 KG	BRISE	UN	150	2,86	429,00
41	SABONETE (90 GR) SABONETE- 90 GR	SOFT	UN	250	1,10	275,00
42	SAL REFINADO IODADO 1 KG SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM COM 1 KG.	POP	UN	100	1,00	100,00
43	SHAMPOO 300 ML	SUAVE	UN	100	6,50	650,00
44	VASSOURA DE PALHA VASSOURA DE PALHA COLONIAL COM CABO	APOLO	UN	100	10,50	1.050,00
VALOR TOTAL.....R\$ 25.596,75						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANIELA CRISTINA FERREIRA ROSSATO**

Tibagi Licitações EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**D19A507E

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 254/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: F. P. GARALUZ ME**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
21	DETERGENTE PARA LOUÇA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO: GLICERINA, COADJUVANTES, SEQUESTRANTES, ESPESANTES, CORANTES E FRAGRÂNCIA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFATANO DE SÓDIO. TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	VIDA	UN	200	1,49	298,00
39	SABÃO DE ALCOOL EM BARRA SABÃO DE ALCOOL EM BARRA- EMBALAGEM C/ 05 UNID. CADA- 200 GR CADA	ALPES	UN	100	6,50	650,00
VALOR TOTAL.....R\$ 948,00						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues no locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Loanda

**FLÁVIO PEREIRA GARALUZ**  
F.P. Garaluz ME

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**011E85B8

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 255/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: MAQUEA & MAQUEA LTDA**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total. (R\$)
35	POLPA DE FRUTAS CONGELADA SABORES DIVERSOS. AS POLPAS DEVERÃO TER SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: DEVE SER EXTRAÍDA DA FRUTA IN NATURA PARTE COMESTÍVEL DO FRUTO ATRAVES DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO CONCENTRADO, NÃO DILUÍDO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 3 LITROS DE SUÇO/KG. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, TRANSPARENTE, PESO LÍQUIDO DE 01 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	MAQUEA POLPAS	UN	150	8,90	1.335,00

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues no locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 25 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Loanda

**FERNANDO HENRIQUE FERREIRA MAQUEA POLO**  
Maquea & Maquea LTDA

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**9D356515

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 256/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: TIBAGI LICITAÇÕES EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ACHOCOLATADO EM PÓ ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM DE 400 GR	LA REND	UN	400	2,50	1.000,00
3	ADOÇANTE DIETÉTICO (100 ML) ADOÇANTE DIETÉTICO STEVIA (EMBALAGEM 100 ML)	MAGRO	UN	400	3,36	1.344,00
4	ÁGUA SANITÁRIA, A BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HÍDROXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL.	LIMPINHA	UN	600	1,36	816,00
8	BISCOITO DOCE SORTIDO, EMBALAGEM COM 500 GR.	RACINE	UN	300	5,49	1.647,00
9	BISCOITO SALGADO 370 GR BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL, EMBALAGEM COM 370 GR.	RACINE	UN	300	3,33	999,00
13	CHÁ MATE: CHÁ DE ERVA MATE QUEIMADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDOS DE FOLHAS NOVAS, NA COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUÍDADES, PARASITAS E LARVAS.	D'MILLE	UN	300	2,50	750,00
14	CONDICIONADOR DE CABELO 350 ML	SUAVE	UN	300	7,16	2.148,00
15	CREME DENTAL (90 GR) CREME DENTAL – 90GR	FREEDENT	UN	600	1,29	774,00
16	DETERGENTE PARA LOUÇA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO: GLICERINA, COADJUVANTES, SEQUESTRANTES, ESPESANTES CORANTES E FRAGRÂNCIA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFATANO DE SÓDIO. TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	SIMBEL	UN	600	1,68	1.008,00
17	EXTRATO DE TOMATE 1,100 KG EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM COM 1100 KG	BONARE	UN	300	4,49	1.347,00
18	FARINHA DE TRIGO 5 KG FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGEM COM 5 KG.	SPESSATTO	UN	300	12,83	3.849,00
20	FUBA PRÉ COZIDO 500 GR FUBA DE MILHO, PRÉ COZIDO, EMBALAGEM DE 500 GR	SEARA	UN	300	2,48	744,00
21	GELATINA SABORES DIVERSOS CAIXA DE 30 A 35 GRAMAS	LA REND	UN	300	1,05	315,00
23	MACARRÃO VITAMINADO COM OVOS MACARRÃO VITAMINADO COM OVOS TIPO ESPAGUETE, EMBALAGEM COM 1 KG.	D'MILLE	UN	300	4,19	1.257,00
30	SABÃO EM PÓ 1KG SABÃO EM PÓ – EMBALAGEM C/ 01 KG	BRISE	UN	1000	2,89	2.890,00
31	SABONETE (90 GR) SABONETE- 90 GR	SOFT	UN	1000	1,09	1.090,00
32	SAL REFINADO IODADO 1 KG SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM COM 1 KG.	POP	UN	300	1,32	396,00
33	SHAMPOO 300 ML	SUAVE	UN	600	10,88	6.528,00
34	VASSOURA DE PALHA COLONIAL COM CABO	APOLO	UN	300	10,50	3.150,00
VALOR TOTAL.....R\$ 32.052,00						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANIELA CRISTINA FERREIRA ROSSATO**

Tibagi Licitações EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**8E5D28E9

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 257/2020 - PML

### EXTRATO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: E MELLA ALIMENTÍCIOS**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
2	AÇÚCAR BRANCO CRISTAL 5 KG AÇÚCAR CRISTAL, EMBALAGEM COM 5 KG.	CRISTALMAR	UN	400	10,99	4.396,00
6	AMACIANTE DE ROUPAS. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DÍAZO, DIMETIL, AMÔNIO, ESSÊNCIA, ÁLCOOL ETÍLICO E ÁGUA. ASPECTO VISCOSO E CONCENTRADO. DEVERÁ APRESENTAR FISPQ; EMBALAGEM CONTENDO 5 LITROS.	VIDA	UN	300	5,19	1.557,00
10	CAFÉ EM PÓ COM SELO ABIC 500 GR CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO, CLÁSSICO, COM O SELO DA ABIC, EMBALAGEM COM 500 GR.	SANSÃO	UN	300	4,66	1.398,00
25	PAPEL HIGIENICO PAPEL HIGIENICO BRANCO- FOLHA SIMPLES -FARDO C/ 60 ROLOS	CLASSY	UN	600	4,16	2.496,00
VALOR TOTAL.....R\$ 9.847,00						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**EDMIR MELLA**

E Mella Alimentos

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**6BBA8797

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 258/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: TNG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e alimentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
5	DESINFETANTE. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE BENZALCÔNEO, NONIFENOL, ETILADO, FRAGRÂNCIA, CONSERVANTE, CORANTE E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO CLORETO DE BENZALCÔNEO 0,75%. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE. DEVERÁ APRESENTAR FISPQ; EMBALAGEM CONTENDO 2 L.	ALPES	UN	600	2,98	1.788,00
26	ROLO PLÁSTICO RESISTENTE PARA LIXO 50 LITROS C/ 50 UNIDADES	GIOPACK	UN	300	8,91	2.673,00
28	UN ROLO PLÁSTICO RESISTENTE PARA LIXO 30 LITROS C/ 50 UNIDADES	GIOPACK	UN	300	8,666	2.600,00
VALOR TOTAL.....R\$ 7.061,00						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 26 de novembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**CINTYA GABRIELA PESTANA**

TNG Distribuidora de Alimentos Eireli

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**AC07F558

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 261/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 261/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: TIBAGI LICITAÇÕES EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de alimentos ricos em proteínas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:



Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
2	AMENDOIM, GRUPO DESCASCADO, SUBGRUPO SELECIONADO, CLASSE MIÚDO, TIPO I. ACONDICIONADO EM PACOTE PLÁSTICO DE 500 GRAMAS, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	D'MILLE	KG.	200	10,00	2.000,00
5	CARNE BOVINA MÚSCULO DIANTEIRO OU TRASEIRO, SEM OSSO E GORDURAS APARENTES, COM COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL, CORTADOS EM CUBO DE APROXIMADAMENTE 30G. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG.	D'MILLE	KG.	175	21,90	3.832,50
6	CARNE MOÍDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPA SEM OSSOS, NERVURAS E CEBOS, NA COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG.	D'MILLE	KG.	175	19,99	3.498,25
8	CASTANHA; DO PARÁ SEM CASCA, INTEIRA, SEM CASCA; DE PRIMEIRA QUALIDADE; APRESENTANDO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; AUSÊNCIA DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA E LACRADA;	D'MILLE	KG.	200	55,00	11.000,00
10	ERVILHA EM LATA, PESO DRENADO 200 GR	GOIÁS VERDE	UN	300	2,60	780,00
11	FEIJÃO CARIOQUINHA - TIPO 1: GRÃOS SADIOS E NOVOS SEM A PRESENÇA DE INSETOS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS OU IMPUREZAS, BOLORES E MOFOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 KG.	CORADINHO	UN	400	6,49	2.596,00
14	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, UHT, EMBALAGEM CAIXA TETRAPAK DE 1 LT.	POLLY	UN	400	3,99	1.596,00
16	NOZES – SEM CASCA - CASTANHAS; NOZES, SEM CASCA; DE PRIMEIRA QUALIDADE; APRESENTANDO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; AUSÊNCIA DE SUJIDADES E OUTROS MATERIAIS ESTRANHOS; EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA E LACRADA;	D'MILLE	KG.	200	99,90	19.980,00
VALOR TOTAL.....R\$ 45.282,75						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos endereços determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANIELA CRISTINA FERREIRA ROSSATO**

Tibagi Licitações Eireli

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**44B7A101

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 262/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: MAQUEA & MAQUEA LTDA**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de alimentos ricos em proteínas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
19	POLPA DE FRUTAS CONGELADA SABORES DIVERSOS. AS POLPAS DEVERÃO TER SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: DEVE SER EXTRAÍDA DA FRUTA IN NATURA PARTE COMESTÍVEL DO FRUTO ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO CONCENTRADO, NÃO DILUÍDO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 3 LITROS DE SUÇO/KG. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, TRANSPARENTE, PESO LÍQUIDO DE 01 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	MAQUEA POLPAS	UN	400	8,90	3.560,00

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos endereços determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**FERNANDO HENRIQUE FERREIRA MAQUEA POLO**

Maquea & Maquea LTDA

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**78DC41D6

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 263/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: TIBAGI LICITAÇÕES EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ACHOCOLATADO EM PÓ ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM DE 400 GR	LA REND	UN	100	2,91	291,00
3	ADOÇANTE DIETÉTICO (100 ML) ADOÇANTE DIETÉTICO STÉVIA (EMBALAGEM 100 ML)	MAGRO	UN	100	2,99	299,00
4	ÁGUA SANITÁRIA, A BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,50%, COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADA. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL.	LIMPINHA	UN	100	1,42	142,00
10	BISCOITO SALGADO 370 GR BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL, EMBALAGEM COM 370 GR.	RACINE	UN	100	2,94	294,00
11	CAFÉ EM PÓ COM SELO ABIC 500 GR CAFÉ EM PÓ, TORRADO E MOÍDO, CLÁSSICO, COM O SELO DA ABIC, EMBALAGEM COM 500 GR.	BRASIL	UN	100	4,75	475,00
12	CARNE BOVINA MUSCULO DIANTEIRO OU TRASEIRO, SEM OSSO E GORDURAS APARENTES, COM COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL, CORTADOS EM CUBO DE APROXIMADAMENTE 30G. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG.	D'MILLE	KG.	325	21,90	7.117,50
13	CARNE MOIDA DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPA SEM OSSOS, NERVURAS E CEBOS, NA COR VERMELHO VIVO E ASPECTO SAUDÁVEL. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE EM PACOTES DE 1KG	D'MILLE	KG.	325	19,99	6.496,75
17	CHÁ MATE: CHÁ DE ERVA MATE QUEIMADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDOS DE FOLHAS NOVAS, NA COR VERDE AMARRONZADA ESCURA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTOS DE SUÍDADES, PARASITAS E LARVAS.	D'MILLE	UN	100	2,76	276,00
18	CONDICIONADOR DE CABELO 350 ML	SUAVE	UN	150	6,66	999,00
20	CREME DENTAL (90 GR) CREME DENTAL – 90GR	FREEDENT	UN	200	1,88	376,00
22	EXTRATO DE TOMATE 1,100 KG EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM COM 1100 KG	BONARE	UN	100	5,79	579,00
23	FARINHA DE TRIGO 5 KG FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGEM COM 5 KG.	SPESSATO	UN	100	10,89	1.089,00
24	FEIJÃO CARIOQUINHA - TIPO 1: GRÃOS SÁDIOS E NOVOS SEM A PRESENÇA DE INSETOS, SUÍDADES, MATERIAIS ESTRANHOS OU IMPUREZAS, BOLORES E MOFOS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE 1 KG.	CORADINHO	UN	200	5,44	1.088,00
26	FUBA PRE COZIDO 500 GR FUBA DE MILHO, PRÉ COZIDO, EMBALAGEM DE 500 GR	SEARA	UN	100	1,99	199,00
27	GELATINA SABORES DIVERSOS CAIXA DE 30 A 35 GRAMAS	LA REND	UN	200	0,99	198,00
28	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL LEITE LONGA VIDA INTEGRAL, UHT, EMBALAGEM CAIXA TETRAPAK DE 1 LT.	POLLY	UN	200	3,17	634,00
40	SABÃO EM PÓ 1KG SABÃO EM PÓ – EMBALAGEM C/ 01 KG	BRISE	UN	150	2,86	429,00
41	SABONETE (90 GR) SABONETE- 90 GR	SOFT	UN	250	1,14	285,00
42	SAL REFINADO IODADO 1 KG SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM COM 1 KG.	POP	UN	100	0,89	89,00
43	SHAMPOO 300 ML	SUAVE	UN	100	6,00	600,00
44	VASSOURA DE PALHA VASSOURA DE PALHA COLONIAL COM CABO	APOLO	UN	100	11,99	1.199,00
VALOR TOTAL.....R\$ 23.155,25						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**DANIELA CRISTINA FERREIRA ROSSATO**

Tibagi Licitações EIRELI

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:**D5E5625D

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 264/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: E MELLA ALIMENTÍCIOS**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
2	AÇÚCAR BRANCO CRISTAL 5 KG AÇÚCAR CRISTAL, EMBALAGEM COM 5 KG.	CRISTALMAR	UN	100	10,99	1.099,00
6	AMACIANTE DE ROUPAS. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DIAQUIL, DIMETIL, AMÔNIO, ESSÊNCIA, ÁLCOOL ETÍLICO E ÁGUA. ASPECTO VISCOSO E CONCENTRADO. DEVERÁ APRESENTAR FISPQ; EMBALAGEM CONTENDO 5 LITROS.	VIDA	UN	100	4,00	400,00
9	BISCOITO DOCE SORTIDO, EMBALAGEM COM 500 GR.	RACINE	UN	100	2,95	295,00
30	MACARRÃO VITAMINADO COM OVOS MACARRÃO VITAMINADO COM OVOS TIPO ESPAGUETE, EMBALAGEM COM 1 KG.	FLORIANE	UN	100	3,90	390,00
33	PAPEL HIGIENICO PAPEL HIGIENICO BRANCO- FOLHA SIMPLES -FARDO C/ 60 ROLOS	CLASSY	UN	150	3,46	519,00
39	SABÃO DE ÁLCOOL EM BARRA SABÃO DE ÁLCOOL EM BARRA- EMBALAGEM C/ 05 UNID. CADA- 200 GR CADA	ALPES	UN	100	5,50	550,00
VALOR TOTAL.....R\$ 3.253,00						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**  
 Prefeito Municipal de Loanda

**EDMIR MELLA**  
 E Mella Alimentícios

**Publicado por:**  
 Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:80BDBCE3**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 265/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**  
**EMPRESA DETENTORA: TNG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
5	DESINFETANTE. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE BENZALCÔNEO, NONIFENOL, ETILILADO, FRAGRÂNCIA, CONSERVANTE, CORANTE E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO CLORETO DE BENZALCÔNEO 0,75%. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE. DEVERÁ APRESENTAR FISPQ; EMBALAGEM CONTENDO 2 L.	ALPES	UN	100	2,96	296,00
21	DETERGENTE PARA LOUÇA. COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO: GLICERINA, COADJUVANTES, SEQUESTRANTES, ESPESANTES CORANTES E FRAGRÂNCIA. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFATANO DE SÓDIO. TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	VIDA	UN	200	1,07	214,00
36	ROLO PLÁSTICO RESISTENTE PARA LIXO 50 LITROS C/ 50 UNIDADES	GIO PACK	UN	25	9,12	228,00
VALOR TOTAL.....R\$ 738,00						

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**CINTYA GABRIELA PESTANA**

TNG Distribuidora de Alimentos EIRELI

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**B46469E3

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 266/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**

**EMPRESA DETENTORA: TOPLINE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA PROFISSIONAL LTDA**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
38	ROLO PLASTICO RESISTENTE PARA LIXO 30 LITROS C/ 50 UNIDADES	PLASTPEROLA	UN	25	7,60	190,00

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**ROSANA MARA DA SILVA HILA**

Topline Produtos e Equipamentos Para Limpeza Profissional LTDA

**Publicado por:**

Mônica de Góis Silva

**Código Identificador:**7AB1E6CD

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 267/2020 - PML**

**EXTRATO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2020 – PML**  
**LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2020-PML**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2020-PML**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA**

**EMPRESA DETENTORA: MAQUEA & MAQUEA LTDA**

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
35	POLPA DE FRUTAS CONGELADA SABORES DIVERSOS. AS POLPAS DEVERÃO TER SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: DEVE SER EXTRAÍDA DA FRUTA IN NATURA PARTE COMESTÍVEL DO FRUTO ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO. PRODUTO NÃO FERMENTADO, NÃO CONCENTRADO, NÃO DILUÍDO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 3 LITROS DE SUÇO/KG. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, TRANSPARENTE, PESO LÍQUIDO DE 01 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	MAQUEA POLPAS	UN	150	8,90	1.335,00

**01.1** As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

**01.2** A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços

Loanda, 1º de dezembro de 2020.

**JOÃO NICOLAU DOS SANTOS**

Prefeito Municipal de Loanda

**FERNANDO HENRIQUE FERREIRA MAQUEA POLO**

Maquea & Maquea LTDA

**Publicado por:**  
Mônica de Góis Silva  
**Código Identificador:** 111AF918

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2020 - PML**

**O MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Rua Antônio Coletto, 1.260, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 76.970.367/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora **TANIA MARTINS COSTA**, ratifica a **DISPENSA** de licitação nº. **061/2020** –, nos termos do Artigo 24 caput, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº. 061/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2020 - PML			
Contratada: OLIVEIRA E ROSSETTI SUPERMERCADO LTDA		CNPJ/MF: 30.982.266/0001-48	
Objeto: AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) KITS ALIMENTOS DE NATAL, CONTENDO: 01 (UM) PANETONE 400g, 01 (UM) FRANGO (CONGELADO) APROXIMADAMENTE 02 Kg, 01 (UM) REFRIGERANTE 2 LITROS E 01 (UMA) CAIXA DE BOMBOM SORTIDO 300g, A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA (FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CRAS/LOBATO), CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LOBATO.			
Valor: R\$ 5.530,50 (Cinco mil quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos)			
Data da Assinatura: 02.12.2020			
Dotações Orçamentárias:			
Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.087.3390.32	780	547/2020	PROGRAMA DE APOIO SÓCIO FAMILIAR - GRUPOS SOCIOEDU
2.100.3390.32	1780	609/2020	PISO BÁSICO VARIÁVEL CRIANÇA ADOLESCENTE
2.087.3390.32	1780	615/2020	PROGRAMA DE APOIO SÓCIO FAMILIAR - GRUPOS SOCIOEDU
Foro: COMARCA DE SANTA FE, ESTADO DO PARANÁ.			

PAÇO MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 (DOIS) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO (12), DO ANO DOIS MIL E VINTE (2020).

**TANIA MARTINS COSTA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Sirlene de Fátima Domingues  
**Código Identificador:** 9352F865

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS**

**SETOR DE CONTABILIDADE**  
**DECRETO N.168/2020**

Súmula: *Determina o cancelamento de empenhos.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e visando restabelecer créditos orçamentários utilizados indevidamente, ou seja, em duplicidade.

**RESOLVE**

**Art. 1º** - DETERMINAR o cancelamento dos empenhos abaixo especificados:

EMPENHO		NATUREZA DA DESPESA			CREDOR	VALOR
Nº	DATA	FUNCIONAL	ELEMENTO	FONTE		
2067	30/03/2017	0412200032005	330	00000	I.N.S.S.	R\$1,54
2608	17/04/2017	1030100082040	1420	00303	EMBRATEL	R\$5,43
4191	27/06/2017	0824300066016	2470	00000	I.N.S.S.	R\$362,40
4233	30/06/2017	0412200032005	330	00000	I.N.S.S.	R\$1.268,00
4284	30/06/2017	0412200022002	20	00000	I.N.S.S.	R\$3.911,27
4286	30/06/2017	0412400022003	80	00000	I.N.S.S.	R\$1.511,80
4290	30/06/2017	0412200032004	140	00000	I.N.S.S.	R\$941,16
4295	30/06/2017	0412200032005	230	00000	I.N.S.S.	R\$757,02
4298	30/06/2017	0412300042009	430	00000	I.N.S.S.	R\$3.211,49
4301	30/06/2017	0412300042008	470	00000	I.N.S.S.	R\$1.038,48
4304	30/06/2017	0412300042007	590	00000	I.N.S.S.	R\$1.611,49
4308	30/06/2017	0412200052014	720	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
4312	30/06/2017	1545200112061	960	00000	I.N.S.S.	R\$4.829,97
4318	30/06/2017	2678200162076	1110	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
4329	30/06/2017	1030100082040	1260	00303	I.N.S.S.	R\$706,55
4332	30/06/2017	1030200082043	1600	00303	I.N.S.S.	R\$16.760,48
4334	30/06/2017	1030400082041	1790	00497	I.N.S.S.	R\$ 271,05
4341	30/06/2017	0824400072027	2550	00000	I.N.S.S.	R\$3.581,67
4343	30/06/2017	0824400072027	2550	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
4346	30/06/2017	1236100092051	2720	00000	I.N.S.S.	R\$ 3.883,28
4347	30/06/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S.	R\$706,55
4351	30/06/2017	1236100092052	2960	00101	I.N.S.S.	R\$21.361,99
4355	30/06/2017	1236100092054	3020	00000	I.N.S.S.	R\$15.459,14
4356	30/06/2017	1236100092054	3030	00103	I.N.S.S.	R\$2.319,35
4358	30/06/2017	1236100092055	3210	00104	I.N.S.S.	R\$3.336,21
4360	30/06/2017	1236500092056	3360	00101	I.N.S.S.	R\$732,97
4362	30/06/2017	1236500092057	3410	00103	I.N.S.S.	R\$3.435,78
4365	30/06/2017	2781200172077	3620	00000	I.N.S.S.	R\$322,69
4369	30/06/2017	2060800132067	3810	00000	I.N.S.S.	R\$814,61
4370	30/06/2017	2060800132067	3810	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
4811	18/07/2017	0412200032005	300	00000	I.N.S.S.	R\$1.536,23
5056	31/07/2017	0412200032005	230	00000	I.N.S.S.	R\$454,07
5421	15/08/2017	1030100082040	1250	00000	I.N.S.S.	R\$704,33
5758	31/08/2017	0412200022002	20	00000	I.N.S.S.	R\$3.911,27
5760	31/08/2017	0412400022003	80	00000	I.N.S.S.	R\$1.511,80
5764	31/08/2017	0412200032004	140	00000	I.N.S.S.	R\$941,16
5770	31/08/2017	0412200032005	230	00000	I.N.S.S.	R\$757,02
5773	31/08/2017	0412300042009	430	00000	I.N.S.S.	R\$3.211,49
5776	31/08/2017	0412300042008	470	00000	I.N.S.S.	R\$1.038,48
5779	31/08/2017	0412300042007	590	00000	I.N.S.S.	R\$1.611,49
5782	31/08/2017	0412200052014	720	00000	I.N.S.S.	R\$4.922,57
5783	31/08/2017	0412200052014	720	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
5788	31/08/2017	1545200112061	960	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
5791	31/08/2017	2678200162076	1110	00000	I.N.S.S.	R\$2.722,80
5803	31/08/2017	1030100082040	1260	00303	I.N.S.S.	R\$706,55
5807	31/08/2017	1030400082041	1790	00497	I.N.S.S.	R\$271,05
5809	31/08/2017	0824300066016	2470	00000	I.N.S.S.	R\$1.397,16
5814	31/08/2017	0824400072027	2560	00934	I.N.S.S.	R\$759,45
5815	31/08/2017	0824400072027	2560	00934	I.N.S.S.	R\$706,55
5818	31/08/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S.	R\$3.331,36
5819	31/08/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S.	R\$706,55
5821	31/08/2017	1236100092052	2960	00101	I.N.S.S.	R\$17.371,01
5823	31/08/2017	1236100092053	2980	00102	I.N.S.S.	R\$4.745,77
5825	31/08/2017	1236100092054	3030	00103	I.N.S.S.	R\$1.206,76
5827	31/08/2017	1236100092055	3210	00104	I.N.S.S.	R\$3.309,23
5830	31/08/2017	1236500092056	3360	00101	I.N.S.S.	R\$15.081,81
5834	31/08/2017	1236500092057	3410	00103	I.N.S.S.	R\$2.127,91
5835	31/08/2017	1236500092057	3420	00104	I.N.S.S.	R\$2.071,87
5838	31/08/2017	2781200172077	3620	00000	I.N.S.S.	R\$379,16
5843	31/08/2017	2060800132067	3810	00000	I.N.S.S.	R\$706,55
5904	05/09/2017	1030100082040	1250	00000	I.N.S.S.	R\$30,87
5905	05/09/2017	1030100082040	1250	00000	I.N.S.S.	R\$236,05
5982	11/09/2017	0824400072027	2610	00000	I.N.S.S.	R\$31,04
6318	28/09/2017	0412200032005	330	00000	I.N.S.S.	R\$1.853,47
6360	29/09/2017	041220022002	20	00000	I.N.S.S.	R\$3.520,14
6362	29/09/2017	0412400022003	80	00000	I.N.S.S.	R\$1.382,04
6366	29/09/2017	0412200032004	140	00000	I.N.S.S.	R\$902,16
6370	29/09/2017	0412200032005	230	00000	I.N.S.S.	R\$4.970,14
6371	29/09/2017	0412200032005	230	00000	I.N.S.S.	R\$681,32
6377	29/09/2017	0412300042008	470	00000	I.N.S.S.	R\$999,49
6380	29/09/2017	0412300042007	590	00000	I.N.S.S.	R\$1.572,49
6388	29/09/2017	1545200112061	960	00000	I.N.S.S.	R\$4.682,24
6389	29/09/2017	1545200112061	960	00000	I.N.S.S.	R\$635,90
6393	29/09/2017	2678200162076	1110	00000	I.N.S.S.	R\$312,75
6394	29/09/2017	2678200162076	1110	00000	I.N.S.S.	R\$635,90
6402	29/09/2017	1030100082040	1260	00303	I.N.S.S.	R\$635,90
6407	29/09/2017	1030400082041	1790	00497	I.N.S.S.	R\$271,05
6409	29/09/2017	0824300066016	2470	00000	I.N.S.S.	R\$1.397,15
6414	29/09/2017	0824400072027	2560	00934	I.N.S.S.	R\$720,73
6415	29/09/2017	0824400072027	2550	00000	I.N.S.S.	R\$635,90
6418	29/09/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S.	R\$3.249,69
6419	29/09/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S.	R\$635,90
6422	29/09/2017	1236100092052	2960	00101	I.N.S.S.	R\$26.727,51
6426	29/09/2017	1236100092054	3020	00000	I.N.S.S.	R\$4.844,16
6427	29/09/2017	1236100092054	3030	00103	I.N.S.S.	R\$1.168,03
6428	29/09/2017	1236100092054	3040	00104	I.N.S.S.	R\$4.851,76
6430	29/09/2017	1236100092055	3200	00103	I.N.S.S.	R\$3.100,17

6435	29/09/2017	123650002057	3400	00000	I.N.S.S	R\$527,34
6336	29/09/2017	1236500092057	3410	00103	I.N.S.S	R\$4.359,17
6439	29/09/2017	2781200172077	3620	00000	I.N.S.S	R\$322,69
6444	29/09/2017	2060800132067	3810	00000	I.N.S.S	R\$635,90
6894	25/10/2017	1236500092057	3400	00000	I.N.S.S	R\$159,38
6895	25/10/2017	1236500092057	3400	00000	I.N.S.S	R\$720,70
6901	25/10/2017	1236100092051	2720	00000	I.N.S.S	R\$635,03
6907	27/10/2017	1236100092051	2720	00000	I.N.S.S	R\$374,81
6921	27/10/2017	2781200172077	3620	00000	I.N.S.S	R\$309,69
6922	27/10/2017	2781200172077	3620	00000	I.N.S.S	R\$13,76
6990	31/10/2017	0412200022002	20	000000	I.N.S.S	R\$3.520,14
6992	31/10/2017	0412400022003	80	00000	I.N.S.S	R\$1.382,04
6996	31/10/2017	0412200032004	140	00000	I.N.S.S	R\$902,16
7002	31/10/2017	0412200032005	230	00000	I.N.S.S	R\$681,32
7005	31/10/2017	0412300042009	430	00000	I.N.S.S	R\$3.154,82
7008	31/10/2017	041230042008	470	00000	I.N.S.S	R\$999,49
7011	31/10/2017	0412300042007	590	00000	I.N.S.S	R\$1.572,49
7016	31/10/2017	0412200052014	720	00000	I.N.S.S	R\$635,90
7021	31/10/2017	1545200112061	960	00000	I.N.S.S	R\$635,90
7026	31/10/2017	2678200162076	1110	00000	I.N.S.S	R\$635,90
7038	31/10/2017	1030400082041	1790	00497	I.N.S.S	R\$556,29
7040	31/10/2017	0824300066016	2470	00000	I.N.S.S	R\$1.397,15
7045	31/10/2017	0824400072027	2550	00000	I.N.S.S	R\$2.768,50
7046	31/10/2017	0824400072027	2560	00934	I.N.S.S	R\$1.103,85
7047	31/10/2017	0824400072027	2550	00000	I.N.S.S	R\$635,90
7050	31/10/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S	R\$1.967,60
7051	31/10/2017	1236100092051	2730	00103	I.N.S.S	R\$635,90
7054	31/10/2017	1236100092052	2960	00101	I.N.S.S	R\$19.939,44
7056	31/10/2017	1236100092053	2980	00102	I.N.S.S	R\$4.699,74
7058	31/10/2017	1236100092054	3030	00103	I.N.S.S	R\$1.168,03
7060	31/10/2017	1236100092055	3200	00103	I.N.S.S	R\$3.084,43
7064	31/10/2017	1236500092057	3400	00000	I.N.S.S	R\$10.303,62
7065	31/10/2017	1236500092057	3410	00103	I.N.S.S	R\$2.709,44
7068	31/10/2017	2781200172077	3620	00000	I.N.S.S	R\$322,69
7072	31/10/2017	2060800132067	3810	00000	I.N.S.S	R\$784,79
7951	12/12/2017	1236100092055	3190	00000	I.N.S.S	R\$4,03
8210	27/12/2017	1030100082040	1320	00495	RODO SERVICE LTDA	R\$8,65
230	16/01/2018	1030100082040	130	00000	CRESPO&CIA LTDA-EPP	R\$0,04
292	22/01/2018	0412200032005	32	00000	GRAF-COLLOR TIPOGRAFIA LTDA	R\$5,00
2226	18/04/2018	1236500092057	381	00103	EMBRA TEL- EMPR.BRAS.TELECOMUNICAÇÕES	R\$11,03
2604	03/05/2018	1236500092057	373	00000	VICENTE VOLTARELLI EPP	R\$0,01
2949	23/05/2018	0412200032005	32	00000	CENTENARIO DO SUL CARTORIO DISTR. E ANEXOS	R\$821,27
3690	25/06/2018	0412200032005	23	00000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FGTS	R\$142,21
3436	13/06/2018	1236100092055	355	00122	RODO ALFA COMERCIO DE PEÇAS LTDA	R\$0,30
3780	28/06/2018	0412200052014	75	00504	TELHAS SANTA FE EIRELI-EPP	R\$0,30
3973	05/07/2018	1236500092057	373	00000	A G ROSSATO-DISTRIBUIDORA-ME	R\$1,00
4000	06/07/2018	1230600092048	310	00107	C CAM ILO EIRELI-ME	R\$0,30
4059	10/07/2018	1545200112061	106	00504	PARPLAS RECUP.MAT.PLASTICOS LTDA	R\$0,30
5267	03/09/2018	1236100092054	339	00000	JOCATI COMERCIAL DE GENEROS ALIMEN	R\$0,01
5538	19/09/2018	1030100082040	132	00495	AFH HOSPITALARES EQUIPAMENTOS	R\$40,00
5881	02/10/2018	1236500092057	376	00000	R&M ALIMENTOS EIRELI	R\$0,01
6144	17/10/2018	1236200092055	352	00000	CRESPO&CIA LTDA-EPP	R\$1,00
6728	13/11/2018	1236100092054	342	00000	FLAVIO ALVES DA CUNHA	R\$10,00
7618	17/12/2018	0824400072034	253	00000	MARIA AP MICHELLE REIS	R\$0,70
7831	31/12/2018	1854100141094	421	00795	CRUZ TERRAPLANAGEM LTDA-ME	R\$21.600,00
420	29/01/2019	0824400072038	233	00936	LIS AUTO POSTO LTDA	R\$0,06
451	31/01/2019	1236100092059	362	00107	CONFECÇÕES POLICARPO LTDA	R\$50,00
552	31/01/2019	1030400082041	208	00494	CRESPO&CIA LTDA	R\$0,30
728	11/02/2019	1030400082041	208	00494	LIS AUTO POSTO LTDA	R\$1,00
739	11/02/2019	0412200032005	27	00000	CAMPI&SOUZA LTDA EPP	R\$0,50
1013	22/02/2019	0824400072028	224	00000	R&M ALIMENTOS EIRELI	R\$1,00
1170	27/02/2019	0412200032005	32	00000	CAIXA ECONOMICA FED.	R\$1,02
1521	19/03/2019	2678200162076	113	00000	BMC MAQUINAS E EQUIP PESADOS	R\$730,74
1656	20/03/2018	0412200032005	32	00000	CREA – PR	R\$82,94
1675	29/03/2019	0412200022002	2	00000	I.N.S.S	R\$466,56
2619	16/05/2019	2884600000082	56	00000	MINISTERIO FAZENDA	R\$650,55
2620	16/05/2019	2884600000082	57	00504	MINISTERIO FAZENDA	R\$161,77
2878	28/05/2019	1030100082040	934	0050	DAYSE V.PANIZIO	R\$ 0,03
2902	30/05/2019	0412200032005	32	00000	CAIXA ECONOMICA FED	R\$109,41
2913	30/05/2019	1030100082040	934	00500	O.SAVIO-CORDOES-EIRELI	R\$ 0,50
3324	14/06/2019	1030100082040	954	00518	PESENTI & PELAIS	R\$7.300,00
3325	14/06/2019	1030100082040	954	00518	MORIMED COMERCIAL EIRELI-EPP	R\$ 5.273,00
3326	14/06/2019	1030100082040	954	00518	R.A MARTINS DISTRIB. ME	R\$3.761,00
3327	14/06/2019	1030100082040	954	00518	RANGEL HOSPITALAR EIRELI	R\$ 688,35
3592	28/06/2019	0824400072028	224	00000	R&M ALIMENTOS	R\$0,60
3879	16/07/2019	0412200032005	32	00000	BANCO BRASIL	R\$ 0,93
4338	07/08/2019	2678200162076	113	00000	OTTO SIS.HIDRAL. EQUIPAMENTOS	R\$178,00
4382	09/08/2019	0412200032005	32	00000	PNEUS MALTA SILVA LTDA	R\$ 90,00
4869	04/09/2019	0412200052014	81	00504	M HP GUEDES ME	R\$ 2.738,80
4870	04/09/2019	0412200032005	27	00000	PRINT LOJA LTDA	R\$ 762,61
4871	04/09/2019	1545200112061	98	00504	MAGLON-MOTOSERRAS	R\$ 175,00
4872	04/09/2019	1545200112061	106	00504	EDNILSON SCHNEIDER	R\$ 1.525,00
5239	31/08/2018	2884600000082	56	00000	MINISTERIO FAZENDA	R\$ 0,03
6873	20/11/2018	0412200032005	39	00501	ARAVEL ARAPONGAS VEIC	R\$ 5,00

5733	16/10/2019	2781200172077	393	00000	ATLANTA COM.ART.ESP.	R\$ 0,80
7293	17/12/2019	1030100082040	144	00000	SECRETARIA FAZENDA E PLAN.	R\$ 1.377,44
7531	31/12/2019	2884600000082	970	01015	MINISTERIO FAZENDA	R\$ 4.838,51

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Lupionópolis, 30 de novembro de 2020.

**JOSÉ ANTONIO GERONIMO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Angela Maria da Silva  
**Código Identificador:** 1682C3EE

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EDITAL Nº 121/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTÁGIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI –  
EDITAL 111/2020**

EDITAL Nº 121/2020

Processo Seletivo Simplificado de Estágio da Prefeitura Municipal de Mandaguari – Edital 111/2020

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DATA E LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO**

A Prefeitura Municipal de Mandaguari, do Estado do Paraná juntamente com a empresa CEBRADE – Central Brasileira de Estágio Ltda – EPP, no uso de suas atribuições tornam público a Homologação das Inscrições, Data, Local de Prova e Ensalameto, referente ao Teste Seletivo Simplificado de Estágio nº 111/2020, conforme segue:

**ANEXO I – DATA e LOCAL DE PROVA;**

**ANEXO II - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES;**

**ANEXO III – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS;**

**ANEXO IV –ENSALAMENTO;**

Mandaguari, 03 de Dezembro de 2020.

**ROMUALDO BATISTA**

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**DATA e LOCAL DE PROVA**

Ficam convocados os candidatos do ANEXO II – da Homologação das Inscrições, para comparecerem no dia **06/12/2020 (domingo), na Escola Municipal Professora Yolanda Cercal da Silva – Ensino Fundamental. Rua Manoel Antunes Pereira, 1132, Mandaguari/Pr, 86975-000. Sendo que os portões serão abertos às 08h00min e fechados às 08h30min, com início das provas às 09h00min.**

Mandaguari, 03de Dezembro de 2020.

**ROMUALDO BATISTA**

Prefeito Municipal

**ANEXO II - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15237	ADRIANA YURI OKAGAWA NASCIMENTO	27/01/1988	GESTÃO PÚBLICA	86045303
15150	ADRIELI DA SILVA SANTOS	13/05/1997	EDUCAÇÃO FÍSICA	137530805
15238	ALESSANDRA APARECIDA BENEDITO VIEIRA	08/12/1992	ADMINISTRAÇÃO	125945864
15148	ALESSANDRA HONORATO DE SOUZA	22/08/1997	BIOMEDICINA	129089679
15197	ALEXANDRA APARECIDA SOUZA DOMINGUES	28/04/1975	PSICOLOGIA	62608986
15069	ALEXANDRE BEHRING ZAVATINI	16/07/2002	FISIOTERAPIA	145378087
15187	ALINE DOS SANTOS RIBEIRO	08/09/1998	ENSINO MÉDIO	13389317-2
15113	AMANDA APARECIDA VALÉRIO	31/12/1995	EDUCAÇÃO FÍSICA	132344876
15151	AMANDA CAIRES DEFACIO	18/12/1993	ENSINO MÉDIO	12.445.513-8
10411	AMANDA CAROLINE LOUREIRO DE PAULA	09/05/1996	ENSINO MÉDIO	130539130
15104	AMANDA CRISTINA ROZA	26/07/2000	FISIOTERAPIA	126125402
15215	AMANDA EDUARDA DE CAMPOS	28/06/2000	PSICOLOGIA	143100049
15188	AMANDA SOUZA DA SILVA	01/04/1996	ADMINISTRAÇÃO	132502331
15191	ANA BEATRIZ FIALHO VISICATI	30/08/1998	BIOMEDICINA	108214660
15119	ANA CAMILA TEIXEIRA ALVES CABRAL	06/10/2000	ENSINO MÉDIO	138390934
15250	ANA CAROLINA BISPO PONTARA	11/07/1999	DIREITO	12.770.573-9
11890	ANA CLARA CURCIO GUALDA	14/03/2002	EDUCAÇÃO FÍSICA	141360124



15190	ANA CLÁUDIA CABRAL NEPOMUCENO MIRANDA	15/12/1985	ENSINO MÉDIO	94389909
15145	ANA KAROLAYNE PERES NONATO FERREIRA	30/07/1997	DIREITO	124910382
15062	ANDRE NAKAHARA HIRATA	11/03/1986	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	93081005
15106	ANDRÉ VITOR APARECIDO FONTANA	21/07/2000	EDUCAÇÃO FÍSICA	142448890
15128	ANDRESSA MARQUES VENDRAMINI	30/01/1997	ENSINO MÉDIO	136687450
15123	ANGÉLICA VIANA	20/02/1992	ENFERMAGEM	124933684
15045	ANTONIO RICARDO LOPES FILHO	11/05/1999	GESTÃO PÚBLICA	127661570
15116	BEATRIZ CRISTINA LUIZ CORREA	28/07/1992	ENSINO MÉDIO	128710434
15040	BEATRIZ MEDEIROS MACHADO	31/12/1998	AGRONOMIA	13.474.858-3
15076	BIANCA DA SILVA STRAZZI	26/08/1996	EDUCAÇÃO FÍSICA	12127536252
15050	BIANCA DE FÁTIMA CALDEIRA	28/08/2004	ENSINO MÉDIO	155736062
15135	BIANCA ROCCA COSTA	14/11/1996	PSICOLOGIA	128763619
15103	BIANKA BORIN DE FAVERI	07/03/2002	DIREITO	126973772
15057	BRENDA MARIA FARINELI	17/09/1999	DIREITO	142837374
15245	BRUNA DEQUI DE GODOI	22/03/1997	ENGENHARIA AMBIENTAL	130756557
15163	BRUNO HENRIQUE DE MORAIS PEREIRA	26/05/2003	ENSINO MÉDIO	148107459
15134	CAMILA CORTES PROCOPIO PAULINO	11/03/2002	ADMINISTRAÇÃO	148108447
15073	CAMILA DA FONSECA FERNANDO	16/09/1996	AGRONOMIA	137212501
15120	CAMILA TONETO	07/08/1995	ENSINO MÉDIO	126701306
15246	CARIANE GABRIELE BORGES	16/11/2000	LETRAS	99174501
15129	CARLA ISABELA MARCELINO DE FREITAS	19/01/2000	DIREITO	138566382
15115	CAROLAINÉ MARQUES VENDRAMINI	23/06/1999	ENSINO MÉDIO	143858065
15110	CINTIA CORDEIRO	10/11/1985	CIÊNCIAS SOCIAIS	90756664
15171	CLAUDIA QUEIROZ JUVERCINO DE SOUZA	02/03/1987	ADMINISTRAÇÃO	952249
15225	DAIANE CRISTINA QUEIROZ DA SILVA	11/01/1995	PSICOLOGIA	135045047
15165	DANIELE CRISTINA TIMÓTEO CORREIA DA SILVA	18/09/1982	ADMINISTRAÇÃO	97180954
15137	DANILO MAIA LEITE	15/07/1990	ADMINISTRAÇÃO	107568280
12261	DAYANE APARECIDA DIAS	29/07/1997	ENSINO MÉDIO	141126318
15173	DAYANE AUGUSTA DE FREITAS	11/02/1992	ADMINISTRAÇÃO	129585153
15149	DÉBORA CRISTINA MENEZES DOS SANTOS	01/05/1999	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	19469461
15041	DÉBORA SILVA DE SOUZA MOURÃO	15/08/1994	EDUCAÇÃO FÍSICA	128434739
10765	DIOVANA CAROLINA FERREIRA PINTO	15/09/1998	DIREITO	135071749
11895	DIVA CIPRIANO VILAS BOAS TARNAPOLSKI	22/08/1983	ENSINO MÉDIO	84126403
15219	DOUGLAS INÁCIO DA ROCHA	22/04/1988	AGRONOMIA	99408170
15203	EDEMILSON CARLOS DA SILVA JUNIOR	19/12/1997	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	108668636
15058	EDILSON DA CRUZ SILVA	17/09/1973	ENSINO MÉDIO	23454997X
10463	EDUARDA DOS SANTOS BARBOSA	21/12/1998	BIOMEDICINA	108667818
15125	ELIANE APARECIDA ALONSO DO NASCIMENTO	02/02/1974	LETRAS	59310232
15175	ELIZABETH RODRIGUES DA SILVA	26/08/1995	ENSINO MÉDIO	134125748
15184	EMILY NAYARA D'ELEUTERIO	21/12/2003	ENSINO MÉDIO	147994354
11551	FELIPE CATAROSKI AMANCIO DA SILVA	19/09/2001	EDUCAÇÃO FÍSICA	143344630
15097	FELIPE JORDÃO SILVA	06/06/1990	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	8391087-9
15162	FERNANDA FRANCIELE FLORENTINO	29/05/1992	LETRAS	153837252
12559	FERNANDO BENICIO DE SÁ	29/10/1998	DIREITO	107128166
15141	FLÁVIA CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	27/03/2002	ADMINISTRAÇÃO	143685730
15100	FLAVIA DE SOUZA PELOSO	25/01/1973	LETRAS	108758546
15089	FLAVIANE CERQUEIRA DE SOUZA	15/07/1999	LETRAS	138991199
15087	GABRIEL HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA	18/09/2002	AGRONOMIA	141230326
15127	GABRIELA CAROLINA GAION DE CASTRO	02/05/2001	FISIOTERAPIA	142515024
15217	GABRIELLE APARECIDA BEZERRA BOSIO	06/10/1997	BIOMEDICINA	108649153
15139	GABRIELLY DA SILVA BATISTA	24/09/2001	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	136059068
15143	GEOVANA CORREA VIEIRA	06/08/2003	BIOMEDICINA	157632027
15055	GERSON ALEXANDRE DE MORAES ALMEIDA	10/12/1980	FISIOTERAPIA	381821943
15044	GIOVANA QUEIROZ	27/01/2000	EDUCAÇÃO FÍSICA	133447377
15232	GIOVANE DA SILVA	18/06/1994	LETRAS	101356841
15153	GISELE CRISTINE MORARA	20/02/1981	EDUCAÇÃO FÍSICA	76749064
15107	GISLAINE SILVA PEREIRA	22/06/1994	AGRONOMIA	128941061
15072	GLAUCIA OLIVEIRA DA SILVA BENATTI	08/01/1985	ADMINISTRAÇÃO	92884724
15181	GRAZIELA ANDRADE NANUCIO	04/01/1990	PSICOLOGIA	99997648
15189	GUSTAVO BARBOSA DA SILVA	08/11/1999	AGRONOMIA	126302983
15178	HADIJA PAOLA DOMINGUES	04/04/2002	ADMINISTRAÇÃO	140293350
15144	HELOÍSA RAFAELY DIAS DA SILVA GUEDES	10/03/2002	ENGENHARIA AMBIENTAL	152250738
15114	ISABEL CRISTINA AMBROZIO FERREIRA	03/10/1980	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	74040950
15052	ISABELA POLOSCHI DOS SANTOS	10/05/2001	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	138518574
15117	ISADORA FERNANDES MARQUES	05/11/2001	FISIOTERAPIA	136810243
15121	ISADORA MENDES DE OLIVEIRA	20/11/2002	ENSINO MÉDIO	146421105
10483	IVO VINHOLI NETO	11/11/1998	DIREITO	127674159
15118	JACQUELINE ANDRADE	26/12/1995	ARQUITETURA E URBANISMO	127454850
15234	JASMINE FIDELIS DA ROCHA	08/10/1996	PSICOLOGIA	136611399
8527	JEFFERSON LUIZ PERES JUNIOR	05/05/1997	ENGENHARIA CIVIL	135539678
14605	JENIFER MOREIRA DE OLIVEIRA	16/02/1998	DIREITO	126295570
15158	JENNIFER MARQUES LOPES	06/06/2000	ENSINO MÉDIO	152559585
15185	JÉSSICA BEATRIZ DA SILVA DE CENA	30/05/1998	ENFERMAGEM	139541677
15201	JÉSSICA CAROLINE LUCHETTI DOS SANTOS	23/07/1996	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	134722835
15230	JESSICA DA SILVA OLIVEIRA	29/01/1999	BIOMEDICINA	140035505
10585	JÉSSICA LACERDA RODRIGUES	24/04/1998	LETRAS	140048052
15090	JÉSSICA MELISSA DANTAS	29/05/1999	ADMINISTRAÇÃO	141072056
15051	JOADSON SOUZA AMORIM	03/07/1991	ENSINO MÉDIO	621776701
15243	JOÃO LUIS DA SILVA	15/01/1999	DIREITO	136977393
15111	JOÃO PAULO CONSTANT PEDRO	02/02/1998	EDUCAÇÃO FÍSICA	108745746
15054	JOÃO PAULO DELBONE DA SILVA	03/09/2003	ENSINO MÉDIO	151549314
15227	JOÃO PEDRO DO NASCIMENTO SILVA	19/10/2001	EDUCAÇÃO FÍSICA	146081428
15079	JOÃO PEDRO PAES BERNARDINELLI	26/12/1998	PSICOLOGIA	136802186
15231	JOÃO VITOR LARANIAGA SERRATO	17/05/1999	ARQUITETURA E URBANISMO	123628918
15216	JOSE LUCAS MEDEIROS CAPEL	11/03/1999	DIREITO	128461353
15138	JOYCE CAROLINE FERNANDES SOARES	07/01/1998	PSICOLOGIA	138996522
10555	JULIA CHRISTINA ROMEIRO	21/07/2000	ENFERMAGEM	134671734
15251	JULIA ESTEVES TORELLI	14/08/2001	PSICOLOGIA	139014391
15081	JULIA MARIA PASCOTTO	20/02/2002	ENGENHARIA CIVIL	134556706

15196	JULIANA GOUVEIA DOS SANTOS	26/08/1998	DIREITO	126793871
15240	JULIO CESAR OLIVEIRA MIGUEL	31/07/1996	ADMINISTRAÇÃO	111037698
15136	KAREN MARCELINO DE FREITAS	20/10/2001	EDUCAÇÃO FÍSICA	137718979
15082	KARINE SILVA DE BRITO	07/08/2000	PSICOLOGIA	131900635
15147	KASSIA SUELLEN MENDONÇA	17/05/1992	ENSINO MÉDIO	126279531
15142	KASSYANE NATHALIA FERNANDES SOARES	20/02/2002	PSICOLOGIA	146528759
15164	KATHLYN EDUARDA TIMÓTEO CORREIA DA SILVA	17/09/2003	ENFERMAGEM	154139630
15096	KÁTIA DE OLIVEIRA MACHADO	30/04/1989	ADMINISTRAÇÃO	107310983
15170	KAYANE EMANUELE MARCOMINI MASSINANI	08/09/2004	ENSINO MÉDIO	140399744
15207	KELLY MEDEIROS DE ALMEIDA	15/05/2001	ENSINO MÉDIO	147252285
15063	KEYLA CAROLINE GERONYMO	05/05/1999	PSICOLOGIA	142069393
15071	KLAUBERT GREMASCHI VIANA	12/10/1971	DIREITO	43477420
15172	LARISSA GABRIELA SOUZA SALES PINTO	14/11/2000	ADMINISTRAÇÃO	131439563
15249	LARYSSA CESÁRIO DA SILVA	05/01/2004	ADMINISTRAÇÃO	143765210
8992	LAURA LUANA CARDOSO DA SILVA	13/05/2000	EDUCAÇÃO FÍSICA	137105411
15236	LEONARDO AUGUSTO COSTA FERREIRA	02/08/2000	DIREITO	138038157
15156	LEONARDO AUGUSTO DE FREITAS	02/07/1994	ADMINISTRAÇÃO	131212160
10621	LETICIA EDUARDA MACIEL DA SILVA	29/10/1999	ENSINO MÉDIO	143-164853
15209	LINCON RAFAEL LARAS CARVALHO	19/07/2002	LETRAS	130977359
15108	LUANA CARLA DIAS	28/02/2002	ADMINISTRAÇÃO	140412953
15212	LUANA VIEIRA MEDEIROS	09/11/2002	DIREITO	109909971
15167	LUCAS CASTILHO ABRAMI MONTEIRO	15/12/1989	ENFERMAGEM	447593353
10505	LUCAS LACERDA DIAS	01/12/1995	LETRAS	108671050
15205	LUCAS SEIJI ESTEVES TOKUDA	25/08/2003	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	144729510
15168	LUCIANO FLORIANO DA SILVA	07/02/1989	DIREITO	154674098
15222	LUCILENE DE MORAES	27/04/1965	GESTÃO PÚBLICA	43670190
15177	MARCIO LUIZ DOS SANTOS	25/03/1980	ENSINO MÉDIO	158380722
15094	MARCIO PINHEIRO	10/04/1970	ENSINO MÉDIO	191318000
15064	MARIA EDUARDA LOPES ROCHA	26/08/2004	ENSINO MÉDIO	151465714
15183	MARIA EDUARDA MARTINS DA CRUZ	01/05/1999	DIREITO	129615354
15176	MARIA NATALINA CORTES PROCÓPIO	18/12/1986	ENSINO MÉDIO	91361809
15192	MARIA VITÓRIA SOARES CORTES	21/08/2002	ENSINO MÉDIO	138462919
15080	MARIANA GABRIELA BARBOZA HONÓRIO	11/03/1999	PSICOLOGIA	141432125
15066	MARIANE CRISTINA DOS SANTOS SANTANA	09/03/2002	LETRAS	539535023
15194	MARIANE GUIMARÃES	12/12/2000	ADMINISTRAÇÃO	143716740
15208	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	26/09/2004	ADMINISTRAÇÃO	149532714
15229	MICHAELA LUIZA SILVESTRE DE SOUZA	02/03/2004	LETRAS	155981040
15223	MICHELE GONÇALVES TIBURÇIO DE OLIVEIRA	02/08/1996	ADMINISTRAÇÃO	137510464
15199	MILENA MARTINS MARIN	13/05/2000	ENGENHARIA CIVIL	143682170
10600	MYLLENA FERNANDA SILVA SÁ TELES	22/08/2001	ENSINO MÉDIO	142532883
15152	NATALIA ALVES DOS SANTOS E SANTOS	24/12/1986	ADMINISTRAÇÃO	96203403
15048	NATALIA DOS SANTOS CORDEIRO	24/08/2001	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	145325285
15098	NATÁLIA ROCHA TREVISAN SIQUEIRA	29/12/1998	FISIOTERAPIA	127421862
15214	NATHALIA RAPHAELA DE CAMPOS	05/12/1997	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	136569821
15131	NAYARA OLIVEIRA DOS CAMPOS	22/06/2001	PSICOLOGIA	145222176
15155	NERY PIRES DO PRADO	19/06/1998	DIREITO	111037647
15053	NICOLAS POLOSCHI DOS SANTOS	10/03/2003	ENSINO MÉDIO	1143403122
15206	NITHIELY GABRIELY COSTA DA SILVA CARMO	14/11/2003	ENSINO MÉDIO	144450256
15074	PAMELA CRISTINA DA SILVA	12/08/1998	LETRAS	136735080
15186	PATRICIA BARBOSA DOS SANTOS	15/07/1988	DIREITO	101762513
15046	PAULA DE CANINI GUIZELINI	11/04/2002	PSICOLOGIA	138415236
15124	PAULO HENRIQUE MACHADO REIS	11/06/2002	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	153384967
15218	PEDRO HENRIQUE MEDEIROS CAPEL	25/07/1996	DIREITO	128461124
15056	PETERSON VERDEIRO PORTELLA DA SILVA	18/06/1998	ADMINISTRAÇÃO	130908942
15140	POLLIANE DE SÁ TELES	19/12/1996	PSICOLOGIA	127327785
15233	PRISCILA GALDINO DE OLIVEIRA DA SILVA	27/07/1994	ENSINO MÉDIO	127967946
15224	QUELI CRISTINA DE MORAIS	16/04/1989	AGRONOMIA	108853743
15169	RAFAEL FERNANDO VERAS	06/04/1997	BIOMEDICINA	135762377
15252	RAFAELA POVH DUDA	19/02/2003	ADMINISTRAÇÃO	133454705
15146	RENAN HENRIQUE CASARIM DE ALBUQUERQUE	31/05/1990	AGRONOMIA	1031988836
15086	RENATA DE CAMPOS CONSTANCIO	01/02/2002	DIREITO	129246740
15200	RONALDO APARECIDO DE CASTRO	28/10/1988	ENSINO MÉDIO	97593329
15220	RONALDO FERNANDO PERES	06/11/1978	LETRAS	76739188
10602	ROSANA APARECIDA DA SILVA	29/05/1971	ENSINO MÉDIO	49681437
15160	ROSEMEIRE CASSIA DE OLIVEIRA	22/11/1977	ADMINISTRAÇÃO	6968266-9
15182	SABRINA CAROLINE ALVES SANCHEZ	28/09/1991	ENSINO MÉDIO	102959132
10545	SANDRO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA	10/08/2000	JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	126638370
15122	SOLANGE EMANUELE CORTEZ PROCÓPIO PAULINO	16/09/2004	ENSINO MÉDIO	148108382
15130	STEFANI CAROLINE DELARMI ORACIO	15/10/1998	ADMINISTRAÇÃO	135662054
15210	SUELI APARECIDA ALVES	01/12/1971	ENSINO MÉDIO	206331137
15221	SUELLEN FERNANDA CORREA DE CAMARGO	08/11/1990	ENSINO MÉDIO	108670126
15133	SUELLEN PERASSOLI TEODORO	20/11/1993	ADMINISTRAÇÃO	125882579
15211	TAIS MULLER	25/06/1993	ENGENHARIA AMBIENTAL	96470878
15132	TAISA MARTINS DE CAMARGO	03/05/1993	ENSINO MÉDIO	126899882
15161	TATIANE CABRAL DA CONCEIÇÃO	29/08/1992	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	124470919
15068	TAYNA ALBERGONI DA SILVA	26/03/1995	PSICOLOGIA	104126707
10617	TAYNA CAVALCANTE BORGES	25/05/2000	ENSINO MÉDIO	149702547
15159	THAIS FERNANDA DA SILVA	06/03/1994	PSICOLOGIA	129810009
15154	THAIS SANT'ANA CLARO	31/03/1999	ENSINO MÉDIO	138893290
15228	THAYS FERNANDA SILVA MOSCA	16/02/1998	PSICOLOGIA	137428970
15253	VANESSA CLARO DE SOUZA	26/07/1999	ENFERMAGEM	130961576
15049	VERÔNICA GLÓRIA PEREIRA	26/11/2003	ENSINO MÉDIO	146156819
15193	VICTÓRIA GERALDI	29/11/2000	DIREITO	123739035
15083	VINICIUS FERNANDO BATISTA BARBOZA	18/06/1990	DIREITO	107344799
15126	VITÓRIA NIELSEN DE SOUZA	08/02/2000	BIOMEDICINA	501275873
15166	VITÓRIA SILVA DA COSTA	27/05/2002	AGRONOMIA	134016639
15180	VITTOR MANDELLI MOSCONI	25/08/1999	DIREITO	104707971
10578	VIVIAN MARIA DE LIMA SILVA	29/07/1981	PSICOLOGIA	148481300
15078	VIVIANE GOIS TAMIOZZO	28/06/1987	ENSINO MÉDIO	95174639

15195	WANESSA LOPES FRUEH	07/10/1996	ADMINISTRAÇÃO	129962690
-------	---------------------	------------	---------------	-----------

**ANEXO III – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG	MOTIVO
15241	GABRIELA BEATRIZ PIMENTEL	16/07/1999	FORMAÇÃO DE DOCENTES	527514877	INEXISTÊNCIA DE VAGA NA ÁREA
12089	HÉVILA MAYARA FELIPE SANTANA	07/01/1999	FORMAÇÃO DE DOCENTES	1400061247	INEXISTÊNCIA DE VAGA NA ÁREA
15060	JULIANA ALICE OLIVEIRA DO PRADO	11/04/1997	FORMAÇÃO DE DOCENTES	153240299	INEXISTÊNCIA DE VAGA NA ÁREA

**ANEXO IV – ENSALAMENTO**

SALA 01				
PSICOLOGIA				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15197	ALEXANDRA APARECIDA SOUZA DOMINGUES	28/04/1975	PSICOLOGIA	62608986
15215	AMANDA EDUARDA DE CAMPOS	28/06/2000	PSICOLOGIA	143100049
15135	BIANCA ROCCA COSTA	14/11/1996	PSICOLOGIA	128763619
15225	DAIANE CRISTINA QUEIROZ DA SILVA	11/01/1995	PSICOLOGIA	135045047
15181	GRAZIELA ANDRADE NANUCIO	04/01/1990	PSICOLOGIA	9.999.764-8
15234	JASMINE FIDELIS DA ROCHA	08/10/1996	PSICOLOGIA	13.661.139-9
15079	JOÃO PEDRO PAES BERNARDINELLI	26/12/1998	PSICOLOGIA	136802186
15138	JOYCE CAROLINE FERNANDES SOARES	07/01/1998	PSICOLOGIA	138996522
15251	JULIA ESTEVES TORELLI	14/08/2001	PSICOLOGIA	139014391
15082	KARINE SILVIA DE BRITO	07/08/2000	PSICOLOGIA	13.190.063-5
15142	KASSYANE NATHALIA FERNANDES SOARES	20/02/2002	PSICOLOGIA	146528759
15063	KEYLA CAROLINE GERONYMO	05/05/1999	PSICOLOGIA	142069393
15080	MARIANA GABRIELA BARBOZA HONORIO.	11/03/1999	PSICOLOGIA	14.143.212-5
15131	NAYARA OLIVEIRA DOS CAMPOS	22/06/2001	PSICOLOGIA	145222176
15046	PAULA DE CANINI GUIZELINI	11/04/2002	PSICOLOGIA	138415236
15140	POLLIANE DE SÁ TELES	19/12/1996	PSICOLOGIA	12732778-5
15068	TAYNA ALBERGONI DA SILVA	26/03/1995	PSICOLOGIA	104126707
15159	THAIS FERNANDA DA SILVA	06/03/1994	PSICOLOGIA	129810009
15228	THAYS FERNANDA SILVA MOSCA	16/02/1998	PSICOLOGIA	137428970
10578	VIVIAN MARIA DE LIMA SILVA	29/07/1981	PSICOLOGIA	148481300
SALA 01				
CIÊNCIAS SOCIAIS				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15110	CINTIA CORDEIRO	10/11/1985	CIÊNCIAS SOCIAIS	90756664
SALA 01				
CIÊNCIAS SOCIAIS				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
10545	SANDRO HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA	10/08/2000	JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	126638370
SALA 02				
EDUCAÇÃO FÍSICA				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15150	ADRIELI DA SILVA SANTOS	13/05/1997	EDUCAÇÃO FÍSICA	137530805
15113	AMANDA APARECIDA VALÉRIO	31/12/1995	EDUCAÇÃO FÍSICA	132344876
11890	ANA CLARA CURCIO GUALDA	14/03/2002	EDUCAÇÃO FÍSICA	141360124
15106	ANDRÉ VITOR APARECIDO FONTANA	21/07/2000	EDUCAÇÃO FÍSICA	142448890
15076	BIANCA DA SILVA STRAZZI	26/08/1996	EDUCAÇÃO FÍSICA	12127536252
15041	DÉBORA SILVA DE SOUZA MOURÃO	15/08/1994	EDUCAÇÃO FÍSICA	128434739
11551	FELIPE CATAROSSI AMANCIO DA SILVA	19/09/2001	EDUCAÇÃO FÍSICA	143344630
15044	GIOVANA QUEIROZ	27/01/2000	EDUCAÇÃO FÍSICA	133447377
15153	GISELE CRISTINE MORARA	20/02/1981	EDUCAÇÃO FÍSICA	76749064
15111	JOÃO PAULO CONSTANT PEDRO	02/02/1998	EDUCAÇÃO FÍSICA	108745746
15227	JOAO PEDRO DO NASCIMENTO SILVA	19/10/2001	EDUCAÇÃO FÍSICA	146081428
15136	KAREN MARCELINO DE FREITAS	20/10/2001	EDUCAÇÃO FÍSICA	137718979
8992	LAURA LUANA CARDOSO DA SILVA	13/05/2000	EDUCAÇÃO FÍSICA	13.710.541-1
SALA 02				
BIOMEDICINA				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15148	ALESSANDRA HONORATO DE SOUZA	22/08/1997	BIOMEDICINA	129089679
15191	ANA BEATRIZ FIALHO VISICATI	30/08/1998	BIOMEDICINA	108214660
10463	EDUARDA DOS SANTOS BARBOSA	21/12/1998	BIOMEDICINA	10866781-8
15217	GABRIELLE APARECIDA BEZERRA BOSIO	06/10/1997	BIOMEDICINA	108649153
15143	GEOVANA CORREA VIEIRA	06/08/2003	BIOMEDICINA	157632027
15230	JESSICA DA SILVA OLIVEIRA	29/01/1999	BIOMEDICINA	140035505
15169	RAFAEL FERNANDO VERAS	06/04/1997	BIOMEDICINA	135762377
15126	VITÓRIA NIELSEN DE SOUZA	08/02/2000	BIOMEDICINA	501275873
SALA 03				
DIREITO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15250	ANA CAROLINA BISPO PONTARA	11/07/1999	DIREITO	12.770.573-9
15145	ANA KAROLAYNE PERES NONATO FERREIRA	30/07/1997	DIREITO	124910382
15103	BIANKA BORIN DE FAVERI	07/03/2002	DIREITO	126973772
15057	BRENDA MARIA FARINELI	17/09/1999	DIREITO	142837374
15129	CARLA ISABELA MARCELINO DE FREITAS	19/01/2000	DIREITO	138566382
10765	DIOVANA CAROLINA FERREIRA PINTO	15/09/1998	DIREITO	135071749
12559	FERNANDO BENÍCIO DE SÁ	29/10/1998	DIREITO	107128166
10483	IVO VINHOLI NETO	11/11/1998	DIREITO	127674159
14605	JENIFER MOREIRA DE OLIVEIRA	16/02/1998	DIREITO	126295570
15243	JOÃO LUIS DA SILVA	15/01/1999	DIREITO	136977393
15216	JOSE LUCAS MEDEIROS CAPEL	11/03/1999	DIREITO	128461353
15196	JULIANA GOUVEIA DOS SANTOS	26/08/1998	DIREITO	126793871
15071	KLAUBERT GREMASCHI VIANA	12/10/1971	DIREITO	43477420
15236	LEONARDO AUGUSTO COSTA FERREIRA	02/08/2000	DIREITO	138038157
15212	LUANA VIEIRA MEDEIROS	09/11/2002	DIREITO	10.990.997-1

15168	LUCIANO FLORIANO DA SILVA	07/02/1989	DIREITO	154674098
15183	MARIA EDUARDA MARTINS DA CRUZ	01/05/1999	DIREITO	129615354
15155	NERY PIRES DO PRADO	19/06/1998	DIREITO	111037647
15186	PATRÍCIA BARBOSA DOS SANTOS	15/07/1988	DIREITO	101762513
15218	PEDRO HENRIQUE MEDEIROS CAPEL	25/07/1996	DIREITO	128461124
15086	RENATA DE CAMPOS CONSTANCIO	01/02/2002	DIREITO	129246740
15193	VICTÓRIA GERALDI	29/11/2000	DIREITO	12.373.903-5
15083	VINICIUS FERNANDO BATISTA BARBOZA	18/06/1990	DIREITO	107344799
15180	VITTOR MANDELLI MOSCONI	25/08/1999	DIREITO	10470797-1
SALA 04				
LETRAS				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15246	CARIANE GABRIELE BORGES	16/11/2000	LETRAS	9.917.450-1
15125	ELIANE APARECIDA ALONSO DO NASCIMENTO	02/02/1974	LETRAS	59310232
15162	FERNANDA FRANCKIELE FLORENTINO	29/05/1992	LETRAS	153837252
15100	FLAVIA DE SOUZA PELOSO	25/01/1973	LETRAS	108758546
15089	FLAVIANE CERGUEIRA DE SOUZA	15/07/1999	LETRAS	138991199
15232	GIOVANE DA SILVA	18/06/1994	LETRAS	101356841
10585	JÉSSICA LACERDA RODRIGUES	24/04/1998	LETRAS	14.004.805-2
15209	LINCON RAFAEL LARAS CARVALHO	19/07/2002	LETRAS	130977359
10505	LUCAS LACERDA DIAS	01/12/1995	LETRAS	108671050
15066	MARIANE CRISTINA DOS SANTOS SANTANA	09/03/2002	LETRAS	539535023
15229	MICHAELA LUIZA SILVESTRE DE SOUZA	02/03/2004	LETRAS	155981040
15074	PAMELA CRISTINA DA SILVA	12/08/1998	LETRAS	136735080
15220	RONALDO FERNANDO PERES	06/11/1978	LETRAS	7673918-8
SALA 04				
CIÊNCIAS CONTÁBEIS				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15203	EDEMILSON CARLOS DA SILVA JUNIOR	19/12/1997	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	108668636
15097	FELIPE JORDÃO SILVA	06/06/1990	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	8391087-9
15052	ISABELA POLOSCHI DOS SANTOS	10/05/2001	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	138518574
15048	NATALIA DOS SANTOS CORDEIRO	24/08/2001	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	145325285
SALA 04				
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15062	ANDRE NAKAHARA HIRATA	11/03/1986	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	93081005
15205	LUCAS SEIJI ESTEVES TOKUDA	25/08/2003	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	144729510
15214	NATHALIA RAPHAELA DE CAMPOS	05/12/1997	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	136569821
15124	PAULO HENRIQUE MACHADO REIS	11/06/2002	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.338.496-7
SALA 05				
ADMINISTRAÇÃO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15238	ALESSANDRA APARECIDA BENEDITO VIEIRA	08/12/1992	ADMINISTRAÇÃO	125945864
15188	AMANDA SOUZA DA SILVA	01/04/1996	ADMINISTRAÇÃO	132502331
15134	CAMILA CORTES PROCOPIO PAULINO	11/03/2002	ADMINISTRAÇÃO	148108447
15171	CLAUDIA QUEIROZ JUVERCINO DE SOUZA	02/03/1987	ADMINISTRAÇÃO	952249
15165	DANIELE CRISTINA TIMÓTEO CORREIA DA SILVA	18/09/1982	ADMINISTRAÇÃO	97180954
15137	DANILO MAIA LEITE	15/07/1990	ADMINISTRAÇÃO	107568280
15173	DAYANE AUGUSTA DE FREITAS	11/02/1992	ADMINISTRAÇÃO	129585153
15141	FLÁVIA CUSTÓDIO DE OLIVEIRA	27/03/2002	ADMINISTRAÇÃO	143685730
15072	GLAUCIA OLIVEIRA DA SILVA BENATTI	08/01/1985	ADMINISTRAÇÃO	92884724
15178	HADJA PAOLA DOMINGUES	04/04/2002	ADMINISTRAÇÃO	140293350
15090	JÉSSICA MELISSA DANTAS	29/05/1999	ADMINISTRAÇÃO	141072056
15240	JULIO CESAR OLIVEIRA MIGUEL	31/07/1996	ADMINISTRAÇÃO	111037698
15096	KÁTIA DE OLIVEIRA MACHADO	30/04/1989	ADMINISTRAÇÃO	107310983
15172	LARISSA GABRIELA SOUZA SALES PINTO	14/11/2000	ADMINISTRAÇÃO	131439563
15249	LARYSSA CESÁRIO DA SILVA	05/01/2004	ADMINISTRAÇÃO	143765210
15156	LEONARDO AUGUSTO DE FREITAS	02/07/1994	ADMINISTRAÇÃO	131212160
15108	LUANA CARLA DIAS	28/02/2002	ADMINISTRAÇÃO	140412953
15194	MARIANE GUIMARÃES	12/12/2000	ADMINISTRAÇÃO	143716740
15208	MATHEUS MOREIRA DA SILVA	26/09/2004	ADMINISTRAÇÃO	149532714
15223	MICHELE GONÇALVES TIBURÇIO DE OLIVEIRA	02/08/1996	ADMINISTRAÇÃO	137510464
15152	NATALIA ALVES DOS SANTOS E SANTOS	24/12/1986	ADMINISTRAÇÃO	96203403
15056	PETERSON VERDEIRO PORTELLA DA SILVA	18/06/1998	ADMINISTRAÇÃO	130908942
SALA 06				
ADMINISTRAÇÃO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15252	RAFAELLA POVH DUDA	19/02/2003	ADMINISTRAÇÃO	133454705
15160	ROSEMEIRE CASSIA DE OLIVEIRA	22/11/1977	ADMINISTRAÇÃO	6968266-9
15130	STEFANI CAROLINE DELARMI ORACIO	15/10/1998	ADMINISTRAÇÃO	135662054
15133	SUELLEN PERASSOLI TEODORO	20/11/1993	ADMINISTRAÇÃO	125882579
15195	WANEISSA LOPES FRUEH	07/10/1996	ADMINISTRAÇÃO	129962690
SALA 06				
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15149	DÉBORA CRISTINA MENEZES DOS SANTOS	01/05/1999	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	19.469-461
15139	GABRIELLY DA SILVA BATISTA	24/09/2001	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	136059068
15114	ISABEL CRISTINA AMBROZIO FERREIRA	03/10/1980	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	74040950
15201	JÉSSICA CAROLINE LUCHETTI DOS SANTOS	23/07/1996	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	134722835
15161	TATIANE CABRAL DA CONCEIÇÃO	29/08/1992	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	12.447.091-9
SALA 06				
GESTÃO PÚBLICA				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15237	ADRIANA YURI OKAGAWA NASCIMENTO	27/01/1988	GESTÃO PÚBLICA	86045303
15045	ANTONIO RICARDO LOPES FILHO	11/05/1999	GESTÃO PÚBLICA	127661570
15222	LUCILENE DE MORAES	27/04/1965	GESTÃO PÚBLICA	4.367.019-0
SALA 06				
ENGENHARIA AMBIENTAL				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG

15245	BRUNA DEQUI DE GODOI	22/03/1997	ENGENHARIA AMBIENTAL	130756557
15144	HELOÍSA RAFAELY DIAS DA SILVA GUEDES	10/03/2002	ENGENHARIA AMBIENTAL	15.225.073-8
15211	TAIS MULLER	25/06/1993	ENGENHARIA AMBIENTAL	96470878
SALA 06				
ENGENHARIA CIVIL				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
8527	JEFFERSON LUIZ PERES JUNIOR	05/05/1997	ENGENHARIA CIVIL	135539678
15081	JULIA MARIA PASCOTTO	20/02/2002	ENGENHARIA CIVIL	134556706
15199	MILENA MARTINS MARIN	13/05/2000	ENGENHARIA CIVIL	14.368.217-0
SALA 06				
ARQUITETURA E URBANISMO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15118	JACQUELINE ANDRADE	26/12/1995	ARQUITETURA E URBANISMO	127454850
15231	JOÃO VITOR LARANIAGA SERRATO	17/05/1999	ARQUITETURA E URBANISMO	12362891-8
SALA 07				
AGRONOMIA				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15040	BEATRIZ MEDEIROS MACHADO	31/12/1998	AGRONOMIA	13.474.858-3
15073	CAMILA DA FONSECA FERNANDO	16/09/1996	AGRONOMIA	137212501
15219	DOUGLAS INÁCIO DA ROCHA	22/04/1988	AGRONOMIA	99408170
15087	GABRIEL HENRIQUE NASCIMENTO DA SILVA	18/09/2002	AGRONOMIA	141230326
15107	GISLAINE SILVA PEREIRA	22/06/1994	AGRONOMIA	128941061
15189	GUSTAVO BARBOSA DA SILVA	08/11/1999	AGRONOMIA	126302983
15224	QUELI CRISTINA DE MORAIS	16/04/1989	AGRONOMIA	108853743
15146	RENAN HENRIQUE CASARIM DE ALBUQUERQUE	31/05/1990	AGRONOMIA	1031988836
15166	VITÓRIA SILVA DA COSTA	27/05/2002	AGRONOMIA	134016639
SALA 07				
ENFERMAGEM				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15123	ANGÉLICA VIANA	20/02/1992	ENFERMAGEM	124933684
15185	JÉSSICA BEATRIZ DA SILVA DE CENA	30/05/1998	ENFERMAGEM	139541677
10555	JULIA CHRISTINA ROMEIRO	21/07/2000	ENFERMAGEM	134671734
15164	KATHLYN EDUARDA TIMÓTEO CORREIA DA SILVA	17/09/2003	ENFERMAGEM	154139630
15167	LUCAS CASTILHO ABRAMI MONTEIRO	15/12/1989	ENFERMAGEM	447593353
15253	VANESSA CLARO DE SOUZA	26/07/1999	ENFERMAGEM	130961576
SALA 07				
FISIOTERAPIA				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15069	ALEXANDRE BEHRING ZAVATINI	16/07/2002	FISIOTERAPIA	145378087
15104	AMANDA CRISTINA ROZA	26/07/2000	FISIOTERAPIA	126125402
15127	GABRIELA CAROLINA GAION DE CASTRO	02/05/2001	FISIOTERAPIA	142515024
15055	GERSON ALEXANDRE DE MORAES ALMEIDA	10/12/1980	FISIOTERAPIA	381821943
15117	ISADORA FERNANDES MARQUES	05/11/2001	FISIOTERAPIA	136810243
15098	NATÁLIA ROCHA TREVISAN SIQUEIRA	29/12/1998	FISIOTERAPIA	12742186-2
SALA 08				
ENSINO MÉDIO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15187	ALINE DOS SANTOS RIBEIRO	08/09/1998	ENSINO MÉDIO	13389317-2
15151	AMANDA CAIRES DEFACIO	18/12/1993	ENSINO MÉDIO	12.445.513-8
10411	AMANDA CAROLINE LOUREIRO DE PAULA	09/05/1996	ENSINO MÉDIO	130539130
15119	ANA CAMILA TEIXEIRA ALVES CABRAL	06/10/2000	ENSINO MÉDIO	138390934
15190	ANA CLÁUDIA CABRAL NEPOMUCENO MIRANDA	15/12/1985	ENSINO MÉDIO	94389909
15128	ANDRESSA MARQUES VENDRAMINI	30/01/1997	ENSINO MÉDIO	136687450
15116	BEATRIZ CRISTINA LUIZ CORREA	28/07/1992	ENSINO MÉDIO	128710434
15050	BIANCA DE FÁTIMA CALDEIRA	28/08/2004	ENSINO MÉDIO	155736062
15163	BRUNO HENRIQUE DE MORAIS PEREIRA	26/05/2003	ENSINO MÉDIO	14.810.745-9
15120	CAMILA TONETO	07/08/1995	ENSINO MÉDIO	12.670.130-6
15115	CAROLAINA MARQUES VENDRAMINI	23/06/1999	ENSINO MÉDIO	143858065
12261	DAYANE APARECIDA DIAS	29/07/1997	ENSINO MÉDIO	141126318
11895	DIVA CIPRIANO VILAS BOAS TARNAPOLSKI	22/08/1983	ENSINO MÉDIO	8412640_3
15058	EDILSON DA CRUZ SILVA	17/09/1973	ENSINO MÉDIO	23454997X
15175	ELIZABETH RODRIGUES DA SILVA	26/08/1995	ENSINO MÉDIO	134125748
15184	EMILY NA YARA D ELETUTRIO	21/12/2003	ENSINO MÉDIO	147994354
15121	ISADORA MENDES DE OLIVEIRA	20/11/2002	ENSINO MÉDIO	146421105
15158	JENNIFER MARQUES LOPES	06/06/2000	ENSINO MÉDIO	152559585
15051	JOADSON SOUZA AMORIM	03/07/1991	ENSINO MÉDIO	621776701
15054	JOÃO PAULO DELBONE DA SILVA	03/09/2003	ENSINO MÉDIO	151549314
15147	KASSIA SUELLEN MENDONÇA	17/05/1992	ENSINO MÉDIO	126279531
SALA 09				
ENSINO MÉDIO				
CÓD	NOME	DT.NASC	ÁREA	RG
15170	KAYANE EMANUELE MARCOMINI MASSINANI	08/09/2004	ENSINO MÉDIO	140399744
15207	KELLY MEDEIROS DE ALMEIDA	15/05/2001	ENSINO MÉDIO	147252285
10621	LETÍCIA EDUARDA MACIEL DA SILVA	29/10/1999	ENSINO MÉDIO	143-164853
15177	MARCIO LUIZ DOS SANTOS	25/03/1980	ENSINO MÉDIO	158380722
15094	MARCIO PINHEIRO	10/04/1970	ENSINO MÉDIO	19131800-0
15064	MARIA EDUARDA LOPES ROCHA	26/08/2004	ENSINO MÉDIO	151465714
15176	MARIA NATALINA CORTÉS PROCÓPIO	18/12/1986	ENSINO MÉDIO	91361809
15192	MARIA VITÓRIA SOARES CORTES	21/08/2002	ENSINO MÉDIO	138462919
10600	MYLLENA FERNANDA SILVA SÁ TELES	22/08/2001	ENSINO MÉDIO	14253288-3
15053	NICOLAS POLOSCHI DOS SANTOS	10/03/2003	ENSINO MÉDIO	1143403122
15206	NITHIELY GABRIELY COSTA DA SILVA CARMO	14/11/2003	ENSINO MÉDIO	14.445.025.6
15233	PRISCILA GALDINO DE OLIVEIRA DA SILVA	27/07/1994	ENSINO MÉDIO	127967946
15200	RONALDO APARECIDO DE CASTRO	28/10/1988	ENSINO MÉDIO	9.759.332-9
10602	ROSANA APARECIDA DA SILVA	29/05/1971	ENSINO MÉDIO	49681437
15182	SABRINA CAROLINE ALVES SANCHEZ	28/09/1991	ENSINO MÉDIO	102959132
15122	SOLANGE EMANUELE CORTEZ PROCÓPIO PAULINO	16/09/2004	ENSINO MÉDIO	148108382
15210	SUELI APARECIDA ALVES	01/12/1971	ENSINO MÉDIO	206331137
15221	SUELLEN FERNANDA CORREA DE CAMARGO	08/11/1990	ENSINO MÉDIO	108670126

15132	TAISA MARTINS DE CAMARGO	03/05/1993	ENSINO MÉDIO	126899882
10617	TAYNÁ CAVALCANTE BORGES	25/05/2000	ENSINO MÉDIO	149702547
15154	THAIS SANT'ANA CLARO	31/03/1999	ENSINO MÉDIO	138893290
15049	VERÔNICA GLÓRIA PEREIRA	26/11/2003	ENSINO MÉDIO	146156819
15078	VIVIANE GOIS TAMIOZZO	28/06/1987	ENSINO MÉDIO	95174639

Mandaguari, 03 de Dezembro de 2020.

**ROMUALDO BATISTA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Franciele Vanessa Oliveira dos Santos  
**Código Identificador:**137FCCB2

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 21-2020**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

**Processo dispensa Nº 21/2020**

O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria nº 3202/2020 resolve:

Com fundamentação no art. 24, inciso X, da lei nº 8.883, de 8/6/1994, alterado pelo Decreto Federal 9.412/18 de 18/06/2018, RATIFICAR HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação na modalidade de Processo dispensa nº 21/2020 referente à **Locação de uma sala comercial medindo 98m² construída em alvenaria sala 06 localizada no centro da cidade, ou seja, rua Encantilado S/Nº esquina com a Avenida Valter Francisco Manfrim, sobre o Lote Urbano nº 01 da quadra nº 04 Imóvel este matriculado sob nº 32.471, junto ao Cartório de Registro de Imóveis Primeiro ofício comarca de Francisco Beltrão, para instalação e funcionamento do Destacamento da Polícia Militar do Paraná, em favor de;**

DIEGO MACHADO						
Lote	Item	Produto/Produto	Quantidade	Preço unitário	Preço total	
1	1	Locação de uma sala comercial medindo 98m² construída em alvenaria sala 06 localizada no centro da cidade, ou seja, rua Encantilado S/Nº esquina com a Avenida Valter Francisco Manfrim, sobre o Lote Urbano nº 01 da quadra nº 04 Imóvel este matriculado sob nº 32.471, junto ao Cartório de Registro de Imóveis Primeiro ofício comarca de Francisco Beltrão, para instalação e funcionamento do Destacamento da Polícia Militar do Paraná.	12,00	1.800,00	21.600,00	
Total por Lote					21.600,00	

Estando em conformidade com o Processo dispensa 21/2020 datada de 02/12/2020. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 02/12/2020.

**CAETANO ILAIR ALIEVI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jozinei dos Santos  
**Código Identificador:**1EB0F7D6

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DECRETO Nº 389/20**

**Exercício 2020**

**Decreto nº 389/2020 de 25/11/2020**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1787/2019 de 26/12/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R\$ 702.880,00 (setecentos e dois mil oitocentos e oitenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.20.606.0003.2.068.		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
442 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.800,00
03.001.28.843.0002.0.001.		Amortização e Encargos da Dívida Contratada	
62 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DA FAZENDA	
04.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE FINANÇAS - D.F	
04.001.04.123.0002.2.069.		Apoio Financeiro aos Municípios - AFM - Manut dos Serv de Arrec e Fscaliz	

449 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.100,00
05.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
05.001.00.000.0000.0.000.		SERVICO RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
05.001.26.782.0007.2.012.		Manut do Serv Rodoviário Municipal	
107 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00
05.001.26.782.0007.2.064.		Apoio Financeiro aos Municípios - AFM - Serviço Rodoviário	
444 - 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE SERVICOS URBANOS	
06.001.00.000.0000.0.000.		SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
06.001.15.452.0008.2.015.		Manut da Limpesa Publica	
121 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00
124 - 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
129 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
134 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
06.001.15.452.0008.2.019.		Conservação de Ruas e Avenidas	
150 - 3.3.90.39.00.00	01504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0010.2.021.		PAB - Programa de Atenção Basica	
156 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	197.000,00
159 - 3.1.91.13.00.00	01303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	18.100,00
165 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17.100,00
07.001.10.301.0010.2.026.		Administração do Sistema de Saúde do Município	
206 - 3.3.90.48.00.00	01303	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	4.500,00
07.001.10.301.0010.2.027.		CIUNENP/SAMU - Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná	
208 - 3.1.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	13.280,00
07.001.10.301.0010.2.049.		HOSPSUS	
211 - 3.3.90.39.00.00	31333	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.000,00
07.001.10.303.0010.2.028.		Programa Farmacêutico.	
228 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.030.		Ensino Fundamental/Fundeb 60%	
243 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	134.000,00
245 - 3.1.91.13.00.00	01101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
259 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.000,00
263 - 3.3.90.08.00.00	01103	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.000,00
<b>Total Suplementação:</b>			<b>702.880,00</b>

**Artigo 2º** - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, Conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.04.122.0002.2.003.		Encargos Gerais do Município.	
9 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	139.000,00
03.001.20.606.0003.2.006.		Manutenção da Assistencia Rural	
49 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	66.480,00
06.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE SERVICOS URBANOS	
06.001.00.000.0000.0.000.		SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
06.001.15.452.0008.2.019.		Conservação de Ruas e Avenidas	
145 - 3.3.90.30.00.00	01504	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
06.001.15.452.0008.2.065.		Apoio Financeiro aos Municípios - AFM - Limpeza Pública	
414 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	51.400,00
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0010.2.021.		PAB - Programa de Atenção Basica	
157 - 3.1.90.13.00.00	01303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
160 - 3.3.90.08.00.00	01303	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	45.000,00
166 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
07.001.10.301.0010.2.023.		PACS - Programa Agentes Comunitarios de Saúde	
188 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
190 - 3.1.90.13.00.00	01303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
191 - 3.1.90.94.00.00	01303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.500,00
07.001.10.302.0010.2.024.		Programa Saúde Bucal	
222 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	31.000,00
07.001.10.303.0010.2.028.		Programa Farmacêutico.	
226 - 3.3.72.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
229 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
07.001.10.304.0010.2.029.		VGS - Programa de Vigilância Sanitária	
232 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.500,00
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.030.		Ensino Fundamental/Fundeb 60%	
244 - 3.1.90.16.00.00	01101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.600,00
246 - 3.3.90.08.00.00	01101	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	70.000,00
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
260 - 3.1.90.13.00.00	01103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
08.001.12.365.0013.2.036.		Manutenção de Creches/Fundeb-60%	
292 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	34.500,00
293 - 3.1.91.13.00.00	01101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.000,00
08.001.12.365.0013.2.038.		Manutenção da Pré-Escola/Fundeb-60%	
301 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	46.900,00
<b>Total Redução:</b>			<b>702.880,00</b>

**Artigo 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA, Estado d Paraná, em 25 de novembro de 2020.

**JOSE APARECIDO DA SILVA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Rosimére Molina Giacobbo  
**Código Identificador:**377CE115

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**

**GABINETE**  
**DECRETO Nº 657/2020**

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais) e alterar no PPA 2018/2021 e na LDO 2020 e dá outras providências.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2104 de 19 de dezembro de 2019.

Decreta:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2020, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0113.2057	33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	300.000,00	00303
12.001.0010.0302.0113.2057	33190130000000000000	Obrigações patronais	2.000,00	00303
10.001.0018.0122.0111.2045	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00	00000

**Art. 2º** - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
13.001.0006.0182.0115.2061	33190130000000000000	Obrigações patronais	50.000,00	00000
12.001.0010.0301.0113.2071	33390300000000000000	Material de consumo	100.000,00	00303
12.001.0010.0301.0113.2071	33390320000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	50.000,00	00303
12.001.0010.0301.0113.2052	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00	00303
12.001.0010.0301.0113.1013	34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	30.000,00	00303
12.001.0010.0301.0113.2055	33390320000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	22.000,00	00303
05.001.0028.0843.0000.4	34690710000000000000	Principal da dívida contratual resgatado	100.000,00	00000

**Art. 3º** – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal nº 1919, de Dezembro de 2017 – PPA 2018/2021, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.

**Art. 4º** – Fica alterada a Lei 2078 de 30 de Julho de 2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.

**Art. 5º** – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.

**Art. 6º** – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 27 de novembro de 2020.

**RUY HAUERREICHERT**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Lucineia Costa de Almeida  
**Código Identificador:**2D068E64

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO**

**MUNICÍPIO DE MATO RICO**  
**DECRETO Nº 37-2020 DC**

**CNPJ 95.684.510/0001-31**

**Exercício: 2020**

**Decreto nº 37/2020-DC**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.



O Senhor MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 596/2019 de 20/12/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 64.210,45** (sessenta e quatro mil duzentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
579 - 3.3.90.39.00.00	01501	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10,45
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
05.003.15.452.1501.2.014.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
155 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.017.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
179 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
06.001.12.361.1201.2.024.		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
247 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.301.1001.2.029.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
330 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.2.034.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EVENTUAIS	
403 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	
10.001.20.608.2001.2.038.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	
443 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
Total Suplementação:			44.010,45
Suplementação			
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.305.1001.2.029.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
523 - 3.3.90.30.00.00	11019	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.2.031.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
389 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
09.002.08.244.0801.2.033.		MANUTENÇÃO DO CRAS	
396 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
09.002.08.244.0801.2.034.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EVENTUAIS	
404 - 3.3.90.32.00.00	31934	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.6.037.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
512 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	200,00
Total Suplementação:			20.200,00

**Artigo 2º** - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, o Excesso de Arrecadação, conforme Demonstrativo do provável Excesso de Arrecadação nas receitas:

**Artigo 3º** - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, a redução, em igual valor, de verbas do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

Redução			
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
05.003.15.452.1501.2.014.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
156 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.017.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
183 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
06.001.12.361.1201.2.018.		MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRINCESA ISABEL	
198 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.301.1001.1.040.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE	
314 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.002.10.301.1001.1.042.		CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE JACUTINGA	
316 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.1.046.		CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA O CRAS	
385 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	
10.001.20.608.2001.1.050.		AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A PATRULHA AGRÍCOLA	
428 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
99		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99.999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99.999.99.999.9999.2.999.		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
511 - 9.9.99.99.00.00	01000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10,45

Total Redução:	44.010,45
----------------	-----------

**Artigo 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MATO RICO, em 19 de novembro de 2020.

**MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Juliane Cassia Correia  
**Código Identificador:**E3E0B23B

**MUNICÍPIO DE MATO RICO**  
**DECRETO Nº 38-2020 DC**

**CNPJ 95.684.510/0001-31**

**Exercício: 2020**

**Decreto nº 37/2020-DC**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Senhor MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 596/2019 de 20/12/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 64.210,45** (sessenta e quatro mil duzentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
579 - 3.3.90.39.00.00	01501	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10,45
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
05.003.15.452.1501.2.014.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
155 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.017.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
179 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
06.001.12.361.1201.2.024.		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
247 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.301.1001.2.029.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
330 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.2.034.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EVENTUAIS	
403 - 3.3.90.32.00.00	01000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	
10.001.20.608.2001.2.038.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	
443 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
Total Suplementação:			44.010,45
Suplementação			
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.305.1001.2.029.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
523 - 3.3.90.30.00.00	11019	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.2.031.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
389 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
09.002.08.244.0801.2.033.		MANUTENÇÃO DO CRAS	
396 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
09.002.08.244.0801.2.034.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EVENTUAIS	
404 - 3.3.90.32.00.00	31934	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.6.037.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
512 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	200,00
Total Suplementação:			20.200,00

**Artigo 2º** - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, o Excesso de Arrecadação, conoforme Demonstrativo do provável Excesso de Arrecadação nas receitas:

**Artigo 3º** - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, a redução, em igual valor, de verbas do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

Redução			
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
05.003		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	

05.003.15.452.1501.2.014.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
156 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.017.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
183 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
06.001.12.361.1201.2.018.		MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRINCESA ISABEL	
198 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.301.1001.1.040.		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE	
314 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.002.10.301.1001.1.042.		CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE JACUTINGA	
316 - 4.4.90.52.00.00	01303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.1.046.		CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA O CRAS	
385 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA	
10.001.20.608.2001.1.050.		AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A PATRULHA AGRÍCOLA	
428 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
99		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99.999		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
99.999.99.999.9999.2.999.		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
511 - 9.9.99.99.00.00	01000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10,45
Total Redução:			44.010,45

**Artigo 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MATO RICO, em 19 de novembro de 2020.

**MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Juliane Cassia Correia  
**Código Identificador:**FD92129F

## MUNICÍPIO DE MATO RICO DECRETO Nº 39-2020 DC

**CNPJ 95.684.510/0001-31**

**Exercício: 2020**

**Decreto nº 39/2020-DC**

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Senhor MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS, Prefeito do Município de MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 596/2019 de 20/12/2019.

**Decreta:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 364.475,00 (trezentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais)**, nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.017.		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
175 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.910,00
176 - 3.1.90.13.00.00	01103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.750,00
06.001.12.361.1201.2.018.		MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRINCESA ISABEL	
192 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	36.410,00
194 - 3.1.90.13.00.00	01103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.750,00
06.001.12.361.1201.2.019.		MANUTENÇÃO DA ESCOLA PEDRO MENDES	
210 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.610,00
212 - 3.1.90.13.00.00	01103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.300,00
06.001.12.361.1201.2.022.		MANUTENÇÃO DO FUNDEB	
228 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	88.240,00
230 - 3.1.90.13.00.00	01101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.860,00
06.001.12.365.1201.2.020.		MANUTENÇÃO DO CEMEI CRIANÇA FELIZ	
266 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.160,00
267 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.120,00
268 - 3.1.90.13.00.00	01103	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.680,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
290 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.250,00
291 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	800,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002.10.301.1001.2.029.		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
319 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	33.405,00
321 - 3.1.90.13.00.00	1494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.990,00
323 - 3.1.90.16.00.00	1494	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	710,00

<b>09</b>		<b>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
<b>09.001</b>		<b>DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
<b>09.001.08.244.0801.2.030.</b>		<b>MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	
376 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.900,00
378 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.310,00
<b>10</b>		<b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>	
<b>10.001</b>		<b>DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA</b>	
<b>10.001.20.608.2001.2.038.</b>		<b>MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b>	
434 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.460,00
435 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.540,00
<b>11</b>		<b>SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO</b>	
<b>11.001</b>		<b>DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE</b>	
<b>11.001.18.541.1801.2.041.</b>		<b>MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE</b>	
470 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.350,00
471 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.220,00
472 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	350,00
<b>Total Suplementação:</b>			<b>346.075,00</b>
<b>Suplementação</b>			
<b>08</b>		<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	
<b>08.002</b>		<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
<b>08.002.10.301.1001.2.029.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
576 - 3.1.90.11.00.00	11019	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.500,00
577 - 3.1.90.13.00.00	11019	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.150,00
578 - 3.1.90.16.00.00	11019	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	750,00
<b>Total Suplementação:</b>			<b>18.400,00</b>

**Artigo 2º** - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, o Excesso de Arrecadação, conoforme Demonstrativo do provável Excesso de Arrecadação nas receitas:

**Artigo 3º** - Para cobertura das Despesas, na forma do Artigo 1º, fica indicado como recurso, a redução, em igual valor, de verbas do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

<b>Redução</b>			
<b>06</b>		<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
<b>06.001</b>		<b>DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO</b>	
<b>06.001.12.361.1201.2.017.</b>		<b>MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	
182 - 3.3.90.31.00.00	01103	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	3.300,00
183 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.500,00
190 - 3.3.90.93.00.00	01103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.680,00
<b>06.001.12.361.1201.2.022.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO FUNDEB</b>	
229 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	88.240,00
231 - 3.1.90.13.00.00	01102	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.860,00
<b>06.001.12.361.1202.1.029.</b>		<b>AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CEMET CRIANÇA FELIZ</b>	
261 - 4.4.90.51.00.00	01104	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.120,00
<b>06.001.12.361.1202.1.032.</b>		<b>CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA A SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>	
262 - 4.4.90.51.00.00	01103	OBRAS E INSTALAÇÕES	69.930,00
<b>06.001.12.364.1201.2.025.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO INCENTIVO AO ACESSO ÀS UNIVERSIDADES</b>	
264 - 3.3.50.43.00.00	01103	SUBVENÇÕES SOCIAIS	7.160,00
<b>08</b>		<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	
<b>08.002</b>		<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
<b>08.002.10.301.1001.2.029.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
325 - 3.3.71.70.00.00	1494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.990,00
328 - 3.3.90.14.00.00	1494	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
334 - 3.3.90.32.00.00	1494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.515,00
337 - 3.3.90.33.00.00	1494	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.100,00
339 - 3.3.90.36.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.500,00
<b>08.002.10.302.1001.2.029.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
350 - 3.3.90.36.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
353 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
<b>08.002.10.304.1001.2.029.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
362 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
364 - 3.3.90.36.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
365 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
<b>08.002.10.305.1001.2.029.</b>		<b>MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
372 - 3.3.90.36.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
374 - 3.3.90.93.00.00	1494	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00
<b>99 RESERVA DE</b>		<b>CONTINGÊNCIA</b>	
<b>99.999 RESERVA DE</b>		<b>CONTINGÊNCIA</b>	
<b>99.999.99.999.9999.2.999.</b>		<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	
511 - 9.9.99.99.00.00	01000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	114.180,00
<b>Total Redução:</b>			<b>346.075,00</b>

**Artigo 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MATO RICO, em 26 de novembro de 2020.

**MARCEL JAYRE MENDES DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Juliane Cassia Correia  
**Código Identificador:**6EB2F4E4

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**PODER EXECUTIVO**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A OUTUBRO 2.020/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO**

LRP, Art. 48 - Anexo XIV	RS 1,00
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>Até Período</b>
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial	61.818.597,00
Previsão Atualizada	68.606.546,61
Receitas Realizadas	43.573.905,27
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.958.556,75
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	58.838.850,00
Dotação Atualizada	71.595.356,36
Despesas Empenhadas	40.216.765,62
Despesas Liquidadas	38.035.014,70
Despesas Pagas	35.952.821,01
Superávit Orçamentário	5.538.890,57
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>	<b>Até Período</b>
Despesas Empenhadas	40.216.765,62
Despesas Liquidadas	38.035.014,70
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>Até Período</b>
Receita Corrente Líquida	51.068.166,63
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	50.857.485,63
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	50.857.485,63
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>	<b>Até Período</b>
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

<b>RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL</b>	<b>Meta Fixada no AMF da LDO (a)</b>	<b>Resultado até o Período (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal	0,00	3.984.080,83	0,00
Resultado Primário	0,00	4.076.777,56	0,00

<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>Inscrito</b>	<b>Cancelado Até o Período</b>	<b>Pagamento Até o Período</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
Poder Executivo	5.430.498,14	65.379,99	3.633.218,17	1.731.899,98
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>				
Poder Executivo	927.551,10	11.150,75	749.601,85	166.798,50
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.358.049,24</b>	<b>76.530,74</b>	<b>4.382.820,02</b>	<b>1.898.698,48</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor Apurado Até Período</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar Exerc.</b>	<b>% Aplicado Até o Período</b>
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		7.813.576,89	<18% / 25%>	27,93
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		0,00	60%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.711.644,17	60%	88,74

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito			0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida			2.260.980,26	4.406.802,72
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS			Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos			8,66	-8,66
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			1.919,00	105,74

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.136.333,41	% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		15,00	18,80
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, emitido em 30/nov/2020 as 12h e 06m.		0,00	

**JOAO LUIS MIRANDA**

Controle Interno

**MARIO TADEU BELLAVER**

Secretário Da Fazenda

**RAUL EDISON GOUVEA**

Contador

**OSMAIR COSTA COELHO**

Prefeito

**Publicado por:**  
Michelle Bressan  
**Código Identificador:**3FB650A9

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU**

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU**  
**DECRETO N.º 470/2020**

**Autarquia Municipal de Educação de Paicandu****Rua Sete de Setembro, 499 - Centro - Fone: 4432440400 - CEP: 87.140-000****CNPJ (MF): 30.372.351/0001-94 PAICANDU/PR****DECRETO N.º 470/2020**

*Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.*

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 2856/2019, de 21 de novembro de 2019.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 88.600,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0912.2404000 - MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 636 - 339030 - 00104 - MATERIAL DE CONSUMO	88.600,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =&gt;</b>	<b>88.600,00</b>

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0912.2404000 - MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 632 - 319094 - 00104 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.700,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0912.2404000 - MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 640 - 339032 - 00104 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	900,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0912.2404000 - MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 646 - 339039 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.100,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0912.2404000 - MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO BASICA - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 650 - 339046 - 00104 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.700,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 657 - 339030 - 00104 - MATERIAL DE CONSUMO	18.400,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 663 - 339039 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.300,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	

Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0914.2406000 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 666 - 339014 - 00104 - DIÁRIAS - CIVIL	1.900,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0914.2406000 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 667 - 339030 - 00104 - MATERIAL DE CONSUMO	1.900,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0914.2406000 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 668 - 339033 - 00104 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.900,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0914.2406000 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 669 - 339039 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.800,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17006 - DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
Funcional - 12.365.0909.1404000 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS ENSINO INFANTIL	
Despesa - 684 - 449052 - 00104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17006 - DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
Funcional - 12.365.0909.2410000 - MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA ENSINO INFANTIL	
Despesa - 695 - 319094 - 00104 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	12.000,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17006 - DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
Funcional - 12.365.0909.2410000 - MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA ENSINO INFANTIL	
Despesa - 699 - 339030 - 00104 - MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
Órgão - 17 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 17006 - DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
Funcional - 12.365.0909.2410000 - MANUTENCAO DA EDUCACAO BASICA ENSINO INFANTIL	
Despesa - 707 - 339039 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
<b>TOTAL DAS ANULAÇÕES =&gt;</b>	<b>88.600,00</b>

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de dezembro de 2020**

**TARCISIO MARQUES DOS REIS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
William Diego de Castro Marques  
**Código Identificador:**0CA00AC7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU**  
**DECRETO N.º 469/2020**

**Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 3244-0400 - CEP: 87.140-000**

**CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR**

**DECRETO N.º 469/2020**

*Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.*

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 2856/2019, de 21 de novembro de 2019.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 120.000,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

<b>Suplementação(ões)</b>	
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Funcional - 08.243.1202.2186000 - MANUTENÇÃO CASA LAR	
Despesa - 207 - 339030 - 00000 - MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS	
Despesa - 269 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.452.1405.2015000 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Despesa - 275 - 339030 - 00507 - MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =&gt;</b>	<b>120.000,00</b>

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

<b>Redução(ões)</b>	
Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 11001 - GABINETE DO SECRETARIO DE ESPORTES E LAZER	
Funcional - 04.122.1101.2080000 - MANUTENCAO DO DEPTO DE ESPORTES	

Despesa - 134 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional - 15.452.1405.2015000 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Despesa - 276 - 339039 - 00507 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
<b>TOTAL DAS ANULAÇÕES =&gt;</b>	<b>120.000,00</b>

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de dezembro de 2020**

**TARCISIO MARQUES DOS REIS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
William Diego de Castro Marques  
**Código Identificador:**4243C9D3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**EXTRATO CONTRATO CAROL**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2020**

**CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIÇANDU**

**CONTRATADA: CAROL COMERCIAL – EIRELI - ME** inscrita no CNPJ sob n. 10.867.300/0001-26.

**OBJETO:** O presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, pilhas, gêneros alimentícios, e perecíveis e não perecíveis, materiais de copa e cozinha, pães e leite, atendendo as necessidades do Hospital Municipal São José, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

ITEM	UD	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
133	UD	800	PILHA PALITO	ELGIN	R\$ 0,55	R\$ 440,00
134	UD	800	PILHA PEQUENA	ELGIN	R\$ 0,62	R\$ 496,00

**VALOR:** O valor do presente contrato é de R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais). Referente a saldo parcial da ata de registro de preços nº 133/2020.

**VIGÊNCIA:** O referido Contrato tem vigência até 08/06/2021.

Paiçandu, 05 de novembro de 2020.

**HAILTON JOAQUIM DE OLIVEIRA**  
Presidente Da Autarquia

**Publicado por:**  
Caroline da Silva Macri  
**Código Identificador:**E1787336

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**

**PORTARIA Nº. 17.277 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob o processo nº. 17393/2020.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
203132	ANTONIO LEONEL BORGES DE OLIVEIRA	01/10/19	à	30/09/20	04/01/21	à	02/02/21
203250	FRANCISCO DA SILVA	14/03/19	à	13/03/20	04/01/21	à	02/02/21

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**  
Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**  
Claudine Gorte de Lima  
**Código Identificador:**F8AF2758

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**  
**PORTARIA Nº. 17.278 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**



O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob o processo nº. 17171/2020.

RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
204123	ADRIANA RAIN GAVIOLI	05/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204117	ANA PAULA BREUS	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204127	EVERTON BORGES	06/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204118	GESICA APARECIDA PERES BARBOSA	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204125	JULIANA MARTINS	06/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204129	LUIZ RICARDO ROLINSKI	06/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204124	MARI CRISTINE DE LIMA	06/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204122	MARILIZE DA LUZ RIBAS	05/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204131	PAOLA DIOVANA GOMES	12/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204126	REGINA MARIA FREITAS BARAUCE	06/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204115	ROSANE MARIA KUSIAK MAIDL	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204114	SANDRA ORNIESKI	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204119	TADEU MAYER JUNIOR	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
204116	TATIANE SVIECH DO VALLE	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**  
Claudine Gorte de Lima  
**Código Identificador:**4FC0D8B4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**  
**PORTARIA Nº. 17.280 DE 02/12/2020 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES LOTADOS NA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sob o processo nº. 16962/2020.

RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
600374	ADMARI SCHÜHLI PRIMO DA SILVA	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600366	ALICE RIPKA KASIOROWSKI	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600378	ANGELA NUNES BORGES KVIATKOSKI	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600420	BARBARA KAROLYNE MORAIS SANTANA	14/07/20	à	31/12/20	04/01/21	à	18/01/21
600424	BLANCA DO AMARAL	03/08/20	à	31/12/20	04/01/21	à	15/01/21
600373	DANIELI COELHO DOS SANTOS	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600372	DANIELLE GOMES DA SILVA	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600397	DEJANIRA DE LIMA	12/03/20	à	31/12/20	04/01/21	à	28/01/21
600392	DILSSANDRO MIGUEL GADONSKI	20/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600356	EDNILSON JOSE DOS SANTOS	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600369	ELISIANE DE PAULA STAFIN	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600390	ELIZANGELA COVALSKI	17/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600389	ERIKA GORTE OSTERNACK	17/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600387	ERIKA LAIS GONCALVES	12/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600376	GRASIELE KAPP EWERT	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600430	INELI SCHON	11/11/20	à	31/12/20	04/01/21	à	08/01/21
600391	JACIARA ARAUJO VIEIRA	17/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600360	JESSICA EHALT CAVALHEIRO	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600370	JOANA ROGOSKI STANISUASKI	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600419	JOCIELI MARQUES PIETCZAK	09/07/20	à	31/12/20	04/01/21	à	18/01/21
600418	JOSIELLY RUPPEL	06/07/20	à	31/12/20	04/01/21	à	18/01/21
600396	KARINA APARECIDA DE OLIVEIRA MORESCHI	06/03/20	à	31/12/20	04/01/21	à	28/01/21
600394	KELY CRISTINA PANIZZON FAGUNDES	04/03/20	à	31/12/20	04/01/21	à	28/01/21
600398	LISANGELA TURRA DE LARA	12/03/20	à	31/12/20	04/01/21	à	28/01/21
600414	MARCIA MARIA KUHN	03/06/20	à	31/12/20	04/01/21	à	21/01/21
600371	MARIA DILVANE GADONSKI WROBEL	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600380	NADIA DO ROCIO LIMA DE PAULA FREITAS	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600365	RENATA APARECIDA FERREIRA CHICANOSKI DA TRINDADE	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600355	ROGERIO AYRES	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600399	ROSELI NOVAKI	12/03/20	à	31/12/20	04/01/21	à	28/01/21
600363	ROSINEI DE FATIMA DOS SANTOS BACH	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600409	RUBIA MARIA MACIEL DA SILVA	07/05/20	à	31/12/20	04/01/21	à	23/01/21
600377	SIMONE GASPAR VIDA	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600357	SOLANGE COVALSKI PADILHA	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600358	SUZANA KOVALSKI	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600379	TANIA APARECIDA GALAN STELLE	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600384	TATIANE ROSCOSZ	07/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600375	TELESMERI CZELUSNIAK	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600359	VIVIANE DE PAULA FERREIRA	03/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600386	VIVIANE GRAEFF RAMOS	11/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21
600385	ZENILDA CANDEO	07/02/20	à	31/12/20	04/01/21	à	31/01/21

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de dezembro de 2020.

**EDIR HAVRECHAKI**

Prefeito do Município de Palmeira

**Publicado por:**  
Claudine Gorte de Lima  
**Código Identificador:**B99734C5

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**EXTRATO DE ADITIVO DO PREGÃO 031/2020**

**Pregão Nº 031/2020**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – 83/2020**

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2020**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMITAL - PR, CONFORME O ANEXO I DO EDITAL.**

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, nº 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **VALDENEI DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG 6.446.615-1 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 795.770.409-34, domiciliado na Rua XV de Novembro, Nº534, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **DANIEL PADILHA DE JESUS**, com endereço à Rua Miguel Antunes Pereira, 39 Térreo - CEP: 85270000 - Bairro: Vila Parque Junior, Palmital/PR inscrita no sob nº 03.095.005/0001-33, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). **DANIEL PADILHA DE JESUS**, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 135/2020, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 01/12/2020 até 15/02/2021 àquele constante da contratação original, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO:** Fica aditivado o valor total do Lote, do Contrato Administrativo n. 135/2020, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca Modelo	Unidade	Preço Atual	%	Preço Reajustado
1	9	FEIJÃO PRETO TIPO 1, FEIJÃO ANÃO NOVO 1ª QUALIDADE PCT 1 KG O PRODUTO DEVE SER CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 95% DE GRÃOS INTEIROS E ÍNTEGROS DA COR CARACTERÍSTICA DA VARIEDADE CORRESPONDENTE (PERMITINDO NO MÁXIMO 3% DE MISTURA DE OUTRAS CLASSES) E PRODUÇÃO DE ÚLTIMA SAFRA. O PRODUTO DEVE SER CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, DE TAMANHO E FORMATO NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15% E NO MÁXIMO DE 0,15% DE MATÉRIAS ESTRANHAS E IMPUREZAS. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, INSETOS VIVOS OU MORTOS, MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, GRÃOS OU PEDACOS DE GRÃOS AVARIADOS, PARTIDOS, QUEBRADOS, MOFADOS, DESCOLORIDOS POR INSETOS, ALFINETADOS, MANCHADOS, ENRUGADOS, DESCOLORIDOS, AMASSADOS E ISENTOS DE MATÉRIAS ESTRANHAS COMO GRÃOS OU SEMENTES DE OUTRAS ESPÉCIES (MÁXIMO 5% DE GRÃOS AVARIADOS). O PRODUTO E SUAS CONDIÇÕES DEVE ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA MAA Nº 161 DE 24/07/87. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, TERMOSSOLDADO DE 1KG E EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE FARDOS DE PAPELÃO RESISTENTE, TOTALMENTE FECHADO.	lunardeli	PCT	5,98	31,22%	7,84
1	10	ARROZ BRANCO AGULHINHA TIPO 1 5 KG	leduam	PCT	17,99	39,76%	25,14

**CLAÚSULA TERCEIRA** - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 01/12/2020

**VALDENEI DE SOUZA**

Prefeito Municipal  
Contratante

**DANIEL PADILHA DE JESUS**

Daniel Padilha de Jesus,  
Contratado(a)

**Testemunhas:**

**JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO**  
CPF-537.323.089.-87

**ELIAS SIOMA**  
CPF-905.398.509-34

**Publicado por:**  
Noemi de Lima Moreira  
**Código Identificador:**D7C46C50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

CNPJ 75.680.025/0001-82  
Rua Moisés Lupion, 1001 - Fone: (42) 3657-1222  
CEP 85270-000 - PALMITAL - PR  
DECRETO N.º 108/2020

**SÚMULA:** Abre Crédito Extraordinário, no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências:

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, CONSIDERANDO a situação de Calamidade Pública declarada no Município de Palmital por meio do Decreto Municipal n.º 28 de 08 de abril de 2020, reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná através do Decreto Legislativo n.º 6 de 22 de abril de 2020; CONSIDERANDO a necessidade de assistir de forma eficiente e eficaz a população pelo avanço da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2; CONSIDERANDO ainda o disposto nos Arts. 41, III e 44 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que versa sobre a abertura de crédito extraordinário.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento do Município de Palmital, Créditos Extraordinários, em dotações específicas no valor de R\$ 214.800,00 (duzentos e quatorze mil e oitocentos reais). Para tanto, ficam incluídos, dentro de atividade própria, os elementos de despesa e fontes de recurso com respectivos valores, conforme colocado a seguir:

Codificação	Especificação	Valor R\$
08	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.002	Fundo Municipal de Saúde	
10.122.1001.2-145	Enfrentamento da Emergência COVID-19	
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	
351.1019.09.02.06.20	COVID-19 - Incentivo Centros de Atendimento - Portaria MS 1.797	40.000,00
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviços Para Distribuição Gratuita	
351.1019.09.02.06.20	COVID-19 - Incentivo Centros de Atendimento - Portaria MS 1.797	10.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
351.1019.09.02.06.20	COVID-19 - Incentivo Centros de Atendimento - Portaria MS 1.797	30.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
351.1019.09.02.06.20	COVID-19 - Incentivo Centros de Atendimento - Portaria MS 1.797	40.000,00
Codificação	Especificação	Valor R\$
09	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cultura	
09.002	Fundo Municipal de Assistência Social	
10.122.0801.1-146	Enfrentamento da Emergência COVID-19 - Assist. Social	
3.1.90.11.00.00	Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1024.1024.09.99.06.18	Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 - L.C nº 173/2020 - Inciso I, art. 5º	94.800,00
SOMA DAS SUPLEMENTAÇÕES		214.800,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior será utilizado o Excesso de arrecadação das seguintes fontes de recurso:

FONTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
351.1019.09.02.06.20	COVID-19 - Incentivo Centros de Atendimento - Portaria MS 1.797	120.000,00
1024.1024.09.99.06.18	Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 - L.C nº 173/2020 - Inciso I, art. 5º	94.800,00
SOMA		214.800,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, em 03 de dezembro de 2020.

**VALDENEI DE SOUZA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Antonio Simiano  
**Código Identificador:**8F516CDC

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**ADITIVO DO PREÃO 27-2020**

**Pregão Nº 027/2020**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – 70/2020**

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2020**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE CONFORME O ANEXO I DO EDITAL.**

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, nº 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **VALDENEI DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG 6.446.615-1 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 795.770.409-34, domiciliado na Rua XV de Novembro, Nº534, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **DANIEL PADILHA DE JESUS**, com endereço à Rua Miguel Antunes Pereira, 39 Térreo - CEP: 85270000 - Bairro: Vila Parque Junior, Palmital/PR inscrita no sob nº03.095.005/0001-33, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). **DANIEL PADILHA DE JESUS**, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 158/2020, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 02/12/2020 até 10/05/2021 àquele constante da contratação original, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

ITEM		OBJETO	MARCA		VALOR ATUAL	%	VALOR ATUAL
1	13	BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADA TRANSP. 3 LT 23 CM X 35 CM C/ 1000	estrela	ROLO	13,87	3,13	17,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO:** Fica aditivado o valor total do Lote, do Contrato Administrativo n. 158/2020, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 02/12/2020

**VALDENEI DE SOUZA**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**DANIEL PADILHA DE JESUS**  
Daniel Padilha De Jesus,  
Contratado(A)

**Testemunhas:**

**JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO**  
CPF-537.323.089.-87

**ELIAS SIOMA**  
CPF-905.398.509-34

**Publicado por:**  
Noemi de Lima Moreira  
**Código Identificador:**B2A8ADF9

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

**PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2020**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**1. PREÂMBULO:**

1. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaguá – **PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede, na Av. Gabriel de Lara, 1307, bairro Leblon, Paranaguá, Paraná, por intermédio da Pregoeira nomeada através da Portaria nº 044, de 04 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 05 de junho de 2019, Edição 1771, **TORNAR PÚBLICO** que, fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a aquisição de um **VEÍCULO** tipo “**SEDAN**”, para atender as necessidades da Paranaguá Previdência, de acordo com as especificações mínimas contidas no **Termo de Referência**, devidamente autorizado nos autos do Processo nº 2019/06/1475 e anexos, em conformidade com o contido da Lei Federal 10.520, de 17 de Julho de 2002, do Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, com suas alterações, e demais exigências constantes do presente Edital, com as seguintes características:

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado por ato interno, denominada PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “licitacoes-e”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, coordenador do sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), conforme datas e horários definidos:

**DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO PROPOSTAS ATÉ AS 9:00 HORAS DO DIA 15/12/2020**

**DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA 10:00 HORAS DO DIA 15/12/2020**

1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 18:00 até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, de acordo com o especificado no item 5 do presente Edital.

1.6. Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito à Pregoeira ou à Equipe de Apoio, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçado ao e-mail: [cpl@paranaguaprev.com.br](mailto:cpl@paranaguaprev.com.br). As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Paranaguá Previdência: [www.paranaguaprev.com.br](http://www.paranaguaprev.com.br), para ciência de todos os interessados.

1.6.1. A Pregoeira deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 01 (um) dia útil, após o recebimento.

1.7. Os atos e decisões da presente licitação poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Paranaguá Previdência: [www.paranaguaprev.com.br](http://www.paranaguaprev.com.br), para ciência de todos os interessados.

## 2. DO OBJETO:

2.1. Aquisição de um veículo tipo “sedan” para atender as necessidades da Paranaguá Previdência, de acordo com as especificações mínimas contidas no **Termo de Referência**, Anexo I, deste Edital.

2.2. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Autarquia Pública Municipal nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato celebrado entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

## 3. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. O valor total estimado do presente certame importa em R\$ 77.067,00 (Setenta e Sete Mil e Sessenta e Sete Reais), para o quantitativo constante na tabela a seguir.

3.2. É fixado o seguinte preços máximo por Item, conforme descrito na tabela abaixo constante:

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Veículo para 5 lugares (Tipo Sedan) - " zero quilômetro - ano de fabricação 2020/2021 ou última versão; 4 portas; capacidade para 5 pessoas ; cor branca; bicombustível; air bag frontal para motorista e passageiro; freios ABS; rodas ar 15" ou Superior; ar condicionado; porta mala 480 litros no mínimo; <b>mínimo direção assistida</b> ; alarme, vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras; retrovisores com acionamento interno; protetor de motor e carter; cintos de segurança laterais traseiros de 3 pontos e fixo de 2 pontos; travas elétricas, <b>câmbio de transmissão automático</b> ; motor com potencia de 100 cv no mínimo; jogo de tapetes de borracha; e demais acessórios e equipamentos de série que atendam o código nacional de trânsito e conforme legislação vigente. Devidamente Emplacado, licenciado e com toda documentação em nome da Paranaguá Previdência. Entrega no local. Garantia mínima contra defeitos de fabricação de 24 (vinte e quatro meses). Assistência técnica com distância de até 100 km da sede do Município.	01	77.067,00	77.067,00
VALOR TOTAL				R\$ 77.067,00

3.3. A competição se dará por menor preço POR ITEM, sendo que o licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-los, sob pena de desclassificação.

3.4. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2020, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente: PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA -25.01.09.272.0010.2235.44.90.52.00.00

## 4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO POR ITEM.

4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

## 5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

5.1. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 18:00 até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

5.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida a Pregoeira, contendo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada na PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, sito a Avenida Gabriel de Lara, 1307, Bairro Leblon, no horário das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 18:00 ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: [cpl@paranaguaprev.com.br](mailto:cpl@paranaguaprev.com.br).

5.3. A impugnação será julgada em até 01 (um) dia útil, a contar da data do seu recebimento e poderá ser comunicado por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, sendo a resposta publicada no Diário Eletrônico Municipal disponibilizado no site da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA: [www.paranaguaprev.com.br](http://www.paranaguaprev.com.br).

5.3.1. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

5.3.2. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto ao Banco do Brasil S/A, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Sob falência, dissolução ou liquidação;
- c) Reunidos sob forma de consórcio;

d) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/1993;

e) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;

d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;

e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;

f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos – calendários anteriores;

i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.4. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

## **7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E:**

7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas às agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.

7.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.9. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa”, “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME”, “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.9.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto a qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

### **7.10. A comprovação de que trata o subitem.**

7.10.1 quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;

b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

## **8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “Acesso Identificado”.

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

## **9. DOS CRITÉRIOS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI:**

9.1. Para o Item 01 do Termo de Referência, Anexo I, destina-se exclusivamente às empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI, nos termos do art. 3º e 18º e ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

9.2. No ato do envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte e o micro empreendedor individual deverá declarar, sob pena da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e esta apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar;

9.3. Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei

Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

9.3.1. No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais).

9.3.2. No caso das empresas de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (Quatro milhões e Oitocentos mil reais);

9.4. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no artigo 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 4 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.4.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

9.4.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

9.4.3. De cujo capital participe pessoa física como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 04 de dezembro de 2006;

9.4.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.4.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global, ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.4.6. Constituída sob forma de cooperativas, salvo as de consumo;

9.4.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

9.4.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores imobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

9.4.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos calendários anteriores;

9.4.10. Constituída sob a forma de sociedades por ações;

9.4.11. Cujos titulares, subordinação e habitualidade.

**10. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA:**

- 10.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), a partir da liberação do Edital, até as 09h00 do dia 15/12/2020, horário de Brasília-DF.
- 10.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 10.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 10.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.
- 10.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.
- 10.6. As propostas NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

**11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

- 11.1. A partir das 10:00 horas do dia 15/12/2020, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 11.2. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 11.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.4. Aberta a sessão, a Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.
- 11.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

**12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

- 12.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 12.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 12.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 12.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 12.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 12.6. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.7. A Pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.
- 12.8. Realizada a diligência, a Pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.
- 12.9. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.10. Caso a desconexão da Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br/>.

**13. DA NEGOCIAÇÃO:**



13.1. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

#### **14. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL:**

**14.1. A PROPOSTA ESCRITA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE A DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL: PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, AVENIDA GABRIEL DE LARA, nº 1307 – LEBLON, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-550, REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020, A/C DA SENHORA PREGOEIRA.**

14.2. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e globais, por item, de acordo com os praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme lances eventualmente ofertados.

14.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

14.2.2. A proposta escrita deverá ser apresentada na forma do Anexo III deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

14.3. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

14.4. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

#### **15. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

15.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, a Pregoeira examinará as propostas classificadas quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

15.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

15.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

15.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

15.5. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Paranaguá Previdência.

15.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná e nos termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07 e art. 48, da Lei nº 8.666/93.

15.7. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

15.8. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

15.8.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

15.8.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

15.8.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

15.8.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

15.8.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

15.8.6. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

15.8.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

15.8.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

15.9. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo do contido no item 15.12.d.

15.10. Se a proposta do licitante melhor classificado não for aceitável ou for desclassificada, a Pregoeira examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

15.11. No julgamento das propostas, a Pregoeira poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

15.12. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital;
- b) Que apresentem preços baseados exclusivamente em propostas das demais proponentes;
- c) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- d) Com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;
- e) Que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
- f) Que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

## **16. DAS AMOSTRAS:**

16.1. Não será necessária a apresentação de amostras.

## **17. DA HABILITAÇÃO:**

17.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

17.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

17.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

17.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

17.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

17.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

17.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

17.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

17.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

17.5.1. À habilitação jurídica;

17.5.2. À qualificação econômico-financeira;

17.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

17.5.4. Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

## **17.6. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

17.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

17.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

17.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **17.7. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

17.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### **17.8. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

17.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

17.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

17.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

17.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

17.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **17.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

17.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

17.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

17.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

17.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

17.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

17.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

#### **17.12. Documentação complementar:**

17.12.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

17.12.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002;

17.12.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

17.12.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal.

17.12.5. Declaração de idoneidade, conforme modelo no Anexo IV do edital.

#### **17.13. Qualificação Técnica:**

17.13.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior com características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste certame licitatório.

17.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

17.15. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

17.16. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer o contrato.

#### **18. DOS RECURSOS:**

18.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

18.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

18.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Pregoeira terá até 05 (cinco) dias para:

18.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

18.4.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

18.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.

18.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos à Pregoeira e poderão ser enviados através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6, considerando que, posteriormente, no prazo de 03 dias da data do envio (Inciso XVIII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002), os originais deverão ser protocolizados na PARANAGUÁ PREVIÊNCIA, sito a Avenida Gabriel de Lara, 1307, Bairro Leblon, Paranaguá – PR. A Pregoeira deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

18.7. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax que não tiverem seus originais protocolados em 03 (três) dias da data do envio (Inciso XVIII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002).

18.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na PARANAGUÁ PREVIÊNCIA, sito a Avenida Gabriel de Lara, 1307, Bairro Leblon, Paranaguá – PR.

18.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

18.10. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

18.11. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

#### **19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

19.1. A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pela Pregoeira, sempre que não houver recurso.

19.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

#### **20. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO:**

20.1. Os produtos deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogados por mais 60 (sessenta) dias mediante prévia solicitação da contratada, contados do recebimento da Ordem de Serviço, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

20.2. A entrega deverá ser efetuada na PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, situado à Avenida Gabriel de Lara, nº 1307, Leblon, Paranaguá/PR, no horário das 08 h às 11 h e das 14 h às 17 h, aos cuidados do fiscal, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência. O veículo deve ser novo, de primeiro uso, original do fabricante, estar de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes neste Edital.

20.3. O recebimento do veículo se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.

20.4. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do veículo (o que não constituirá sua aceitação /recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega.

20.5. O recebimento definitivo se dará com a aceitação do veículo, que pressupõe sua conformidade com as especificações descritas no processo de compra, conforme edital e contrato administrativo, onde serão conferidos preços, quantidades, especificações e qualidade.

20.6. A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso.

20.7. Todo(s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e/ou fiscalizadores.

20.8. Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido, o gestor do contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Autarquia.

20.9. O (s) produto (s) será recusado (s) nos seguintes casos:

- a) Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório; e
- b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência do contrato.

20.10. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração.

20.11. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no contrato.

20.12. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do contrato.

## **21. INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

21.1. A contratação poderá ser formalizada por meio de instrumento contratual, carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

21.2. O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 62, da Lei nº 8.666/1993.

21.3. A critério da Autarquia, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor (es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, e encaminhadas à PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Comissão de Licitação, com sede na Avenida Gabriel de Lara, 1307 – Leblon, CEP: 83203-550, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital.

21.4. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

21.5. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

21.5.1. O prazo estabelecido pelo item 21.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Autarquia Municipal.

21.6. Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados na Ata da Sessão do Pregão, observando a ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

## **22. GARANTIA CONTRATUAL:**

22.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

## **23. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

23.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, conforme descrição neste termo de referência, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada, dentro de até 05 (cinco) dias úteis após o encaminhamento da mesma, e após a entrega e conferência dos itens, através de crédito em conta corrente à agência bancária ou boleto bancário, constantes na proposta de preços do fornecedor. É de responsabilidade da contratada a emissão da nota fiscal compatível com o objeto do presente termo de referência. Em caso de divergência entre o objeto e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

23.2. O fornecedor para participar do presente processo e para requerer pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados das certidões negativas: Federal, Municipal, Estadual, Trabalhista e FGTS.

**24. DAS SANÇÕES:**

24.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

24.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

24.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

24.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

24.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Autarquia Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, conforme disposição item 21.3;

24.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/1993;

24.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

24.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

24.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

24.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

24.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

24.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente.

24.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Autarquia Municipal, ou, ainda, cobrada judicialmente.

24.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Paranaguá Previdência, não impedindo que a mesma rescinda unilateralmente o contrato.

24.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Paranaguá Previdência, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

24.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

**25. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:**

- 25.1. Fica assegurado a PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 25.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 25.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 25.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 25.5. A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 25.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 25.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 25.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Presidente da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA.

**26. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 26.1 A entrega do objeto deverá atender a especificação do item e estar em conformidade com o Termo de Referência;
- 26.2 A CONTRATADA deverá entregar o veículo novo, de primeiro uso, e que esteja na linha de produção atual do fabricante.
- 26.3 Todos os procedimentos, despesas referentes a materiais e mão-de-obra para a entrega do item novo ocorrerão por conta da CONTRATADA, inclusos nos valores propostos.
- 26.4 Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 26.5 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.
- 26.6 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, sempre as suas expensas no todo ou em parte, o objeto, quando se verificar (em) imperfeição (ões), defeito(s) ou incorreção (ões) resultante(s) da entrega ou transporte do mesmo;
- 26.7 Eximir a Paranaguá Previdência de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à entrega do objeto;
- 26.8 Se responsabilizar por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente, na entrega do objeto.
- 26.9 O objeto deve estar acompanhado de manual do usuário, bem como o manual de todos os equipamentos embarcados; devendo estar acompanhados da versão original e uma versão em português juramentado, em mídia eletrônica e versão impressa.
- 26.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 26.11 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 26.12 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 26.13 A empresa deverá apresentar a CONTRATADA, junto a proposta de preços, relação das empresas fornecedoras dos produtos para a comercialização e procedimentos de assistência técnica e garantia.
- 26.14 Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 26.15 Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.
- 26.16 Comunicar aos representantes da CONTRATANTE, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.
- 26.17 Todas as condições e obrigações referentes aos encargos de frete e seguro inerentes ao transporte e armazenamento, do local de origem para o de destino, bem como do pagamento de taxas, impostos, encargos e demais despesas, devidamente previstos na legislação aplicável, serão a expensas da CONTRATADA.

26.18 A CONTRATADA deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.

26.19 Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo a Autarquia, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Termo de Referência e/ou do Contrato.

26.20 Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

26.21 Responsabilizar-se pela aquisição de quaisquer equipamentos ou componentes necessários ao cumprimento do objeto.

26.22 A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a CONTRATADA pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

26.23 Responder pelos danos causados diretamente a Autarquia ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.

26.24 Informar imediatamente à PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da Autarquia com o fornecedor.

26.25 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

26.26 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, qualidade, quantidade, preço, garantia e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários, quando for o caso.

26.27 No ato da entrega, caso o(s) objeto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá (ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu (iram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

26.28 A fornecedora deverá entregar, junto ao objeto licitado, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

## **27. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

27.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

27.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

27.3 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;

27.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

27.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

## **28. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

28.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização dos serviços será exercida por servidor da Paranaguá Previdência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

28.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos,

28.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

28.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993.

28.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **29. MEDIDAS ACAUTELADORAS:**

29.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia, a Paranaguá Previdência poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



**30. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:**

30.1 Para os propósitos desta cláusula devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

“prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

“prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

“prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

“prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

“prática obstrutiva”:

destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;

atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

30.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

30.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**31. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

31.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.

31.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

31.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

31.4. No caso de haver desconexão da Pregoeira com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

31.5. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.

31.6. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

31.7. É facultado a Pregoeira (o) ou à autoridade a ela (e) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

31.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela (o) Pregoeira (o), sob pena de desclassificação/inabilitação.

31.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

31.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

31.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática “Licitacoes-e” do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

31.12. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço e telefone, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

31.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

31.14. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela (o) Pregoeira (o) com base na legislação vigente.

31.15. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

31.16. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais [www.paranaguaprev.com.br](http://www.paranaguaprev.com.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

**ADRIANA MAIA ALBINI**

Diretora Presidente

## 32. ANEXOS DO EDITAL

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Minuta do Contrato

Anexo III – Modelo de Proposta de Preços

Anexo IV – Modelo de Declaração de Idoneidade

Anexo V – Declaração de atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Anexo VI – Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VII – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios

Anexo VIII – Dados para Assinatura do Contrato

Anexo IX – Declaração de Trabalho Forçado ou Degradante

Anexo X – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente a Habilitação

Paranaguá, 02 de dezembro 2020

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**

**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

## **ANEXO I**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

O objeto do presente Termo de Referência é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO** em atendimento a Paranaguá Previdência, conforme especificações constantes neste termo.

### **2. JUSTIFICATIVA**

A Paranaguá Previdência não dispõe de veículo de sua propriedade, razão pela qual a presente aquisição se faz necessária para atender as necessidades constantes de deslocamento dos servidores e conselheiros da Autarquia no uso de suas atribuições, e desta forma, cumprir compromissos de trabalhos recorrentes do dia a dia, demandas junto ao Tribunal de Contas, reuniões, eventos e atividades externas relacionados a esta Autarquia. Garantindo assim melhor segurança, autonomia e conforto nos compromissos que lhe são pertinentes.

### **3. DO QUANTITATIVO**

**3.1 Conforme planilha (descrição e Itens), a quantidade da aquisição será 01 (um) Veículo Automotivo 0 km, Tipo “Sedan” capacidade para 5 lugares (4 passageiros e o motorista), seus acessórios de segurança exigido pela legislação de trânsito vigente para a Paranaguá Previdência.**

Descrição geral do item:

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE			
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário
01	Veículo para 5 lugares (Tipo Sedan) - " zero quilômetro - ano de fabricação 2020/2021 ou última versão; 4 portas; capacidade para 5 pessoas ; cor branca; bicombustível; air bag frontal para motorista e passageiro; freios ABS; rodas aro 15" ou Superior; ar condicionado; porta mala 480 litros no mínimo; mínimo direção assistida; alarme, vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras; retrovisores com acionamento interno; protetor de motor e carter; cintos de segurança laterais traseiros de 3 pontos e fixo de 2 pontos; travas elétricas, câmbio de transmissão <b>automático</b> ; motor com potencia de <b>100 cv</b> no mínimo; jogo de tapetes de borracha; e demais acessórios e equipamentos de série que atendam o código nacional de trânsito e conforme legislação vigente. Devidamente Emplacado, licenciado e com toda documentação em nome da Paranaguá Previdência. Entrega no local. Garantia mínima contra defeitos de fabricação de 24 (vinte e quatro meses). Assistência técnica com distancia de até 100 km da sede do Município.	01	77.067,00
<b>VALOR MÁXIMO</b>			<b>R\$ 77.067,00</b>

### **4. PRAZOS, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO**

4.1. A entrega do **VEICULO** do referido Termo de Referência se dará em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação por parte da **CONTRATANTE**, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, este prazo poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, mediante solicitação da contratada.

4.2. A **CONTRATADA** deverá agendar data e horário para entrega do objeto junto a (o) fiscal do contrato, pelos telefones da Paranaguá Previdência com o responsável, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08h:00m às 11h:00m e das 14h:00m às 17h:30m, nas dependências da Paranaguá Previdência sito a Rua Gabriel de Lara, nº. 1307.

4.3. O recebimento do veículo se dividirá em provisório e definitivo.

4.4. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do veículo (o que não constituirá sua aceitação) recebimento definitivo, será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega.

4.5. O recebimento definitivo se dará com a aceitação do veículo, que pressupõe sua conformidade com as especificações descritas no processo de compra, conforme edital e contrato administrativo, onde serão conferidos preços, quantidades, especificações e qualidade.

4.6. A apresentação do veículo deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso.

4.7. Todo(s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e/ou fiscalizadores.

4.8. Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido, a autoridade competente da autarquia iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Administração Pública.

4.9. O produto será recusado nos seguintes casos: quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório; e

4.10. O Bem que for recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Paranaguá Previdência.

4.11. Se a entrega e/ou a substituição do Bem não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital.

4.12. O recebimento do Bem, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características do Bem entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo.

4.13. O fornecedor se obriga a prestar garantia contra vícios durante o prazo de 90 (trinta) dias, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.14. A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

## 5. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

5.1. Não será exigido.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A entrega do objeto deverá atender a especificação do item e estar em conformidade com este termo;

6.2 A **CONTRATADA** deverá entregar o veículo novo, de primeiro uso, e que esteja na linha de produção atual do fabricante.

6.3 Todos os procedimentos, despesas referentes ao emplacamento, confecção da placa, licenciamento e documentação dos veículos e reboques (se houver), inclusive trâmite nos órgãos responsáveis pela homologação, conforme o OBJETO contratado correrá por conta da **CONTRATADA** junto aos órgãos competentes.

6.4 Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.5 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.

6.6. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, sempre as suas expensas no todo ou em parte, o objeto, quando se verificar(em) imperfeição(ões), defeito(s) ou incorreção(ões) resultante(s) da entrega ou transporte do mesmo;

6.7. Eximir a Paranaguá Previdência de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à entrega do objeto;

6.8. Se responsabilizar por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente, na entrega do objeto.

6.9 O objeto deve estar acompanhado de manuais do usuário, bem como os manuais de todos os equipamentos embarcados; devendo estar acompanhados da versão original e uma versão em português juramentado, em mídia eletrônica e versão impressa.

6.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.11 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

6.12 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- 6.13 A empresa deverá apresentar a **CONTRATADA**, juntamente com a proposta de preços, relação das empresas fornecedoras dos produtos para a comercialização e procedimentos de assistência técnica e garantia.
- 6.14 Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 6.15 Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.
- 6.16 Comunicar aos representantes da **CONTRATANTE**, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.
- 6.17 Todas as condições e obrigações referentes aos encargos de frete e seguro inerentes ao transporte e armazenamento, do local de origem para o de destino, bem como do pagamento de taxas, impostos, encargos e demais despesas, devidamente previstos na legislação aplicável, serão a expensas da **CONTRATADA**.
- 6.18 A **CONTRATADA** deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período mínimo de **24 meses** ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.
- 6.19 Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo a Paranaguá Previdência, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Termo de Referência e/ou do Contrato.
- 6.20 Informar imediatamente a **CONTRATANTE** as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.
- 6.21 Responsabilizar-se pela aquisição de quaisquer equipamentos, softwares, licenças ou componentes necessários ao cumprimento do objeto.
- 6.22 A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a **CONTRATADA** pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.
- 6.23 Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.
- 6.24 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.25 Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação do equipamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, qualidade, quantidade, preço, garantia e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários, quando for o caso.
- 6.26 No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu (iram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a **CONTRATANTE**, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.
- 6.27 A fornecedora deverá entregar, juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.
- 6.28 A empresa vencedora deverá oferecer na entrega, técnica orientações de pilotagem características do veículo, para as pessoas indicadas pela administração pública.
- 6.29 Comprovar através de documentação oficial da empresa a existência de no mínimo 01 (uma) concessionária e ou oficina autorizada, localizada dentro ou próxima do Município de Paranaguá, que preste serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos da marca oferecida em até 100 km.

## 07. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.
- 7.3. Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.
- 7.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- 7.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

## 8. DAS PROPOSTAS - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- 8.1. O processo deverá ser julgado pelo (MENOR PREÇO POR ITEM).
- 8.2. Os participantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar o presente Termo de Referência, dirimindo, tempestivamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, eis que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o contratado cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de seus preços unitários.
- 8.3. Nos preços da proposta deverão estar inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, contribuições, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, serviços e materiais necessários à completa execução dos serviços.
- 8.4. A proposta deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:
- a) Dados da empresa (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, etc.);
  - b) Conta bancária (nome e número do banco, da agência e da conta corrente);
  - c) Todos os documentos necessários à sua habilitação;
  - d) Planilha de Custo e Formação de Preços preenchida, conforme ANEXO I;

8.5. A proposta deverá ter seus valores expressos em moeda corrente nacional e prazo de validade de, no mínimo, 90 (sessenta) dias.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, conforme descrição neste termo de referência, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada, dentro de até 05 (cinco) dias úteis após o encaminhamento da mesma, e após a entrega e conferência do(s) objeto(s), através de crédito em conta corrente à agência bancária ou boleto bancário, constantes na proposta de preços do fornecedor. É de responsabilidade da contratada a emissão da nota fiscal compatível com o objeto do presente termo de referência. Em caso de divergência entre o objeto e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da **CONTRATADA**, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

9.2. O fornecedor para participar do presente processo e para requerer pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados das certidões negativas: Federal, Municipal, Estadual, Trabalhista e FGTS.

## 10. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização dos serviços será exercida por servidor da Paranaguá Previdência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

## 11. DAS SANÇÕES

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e prazos estabelecidos sujeitará a adimplida às penalidades constantes no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção.

## 12. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado dos bens e serviços a serem adquiridos é de R\$ 77.067,00 (Setenta e Sete Mil e Sessenta e Sete Reais).

12.2. O valor acima foi aferido em pesquisa de preços com empresas do ramo no mercado.

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020** **(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020** **(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

## ANEXO I

### **MINUTA DO CONTRATO Nº 0xx/2020**

### **CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

Aos XXXXXXXXXXXX dias do mês de XXXXXXXXXXXX do ano de dois mil e dezenove, o Paranaguá Previdência, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.542.807/0001-68, com sede à Avenida Gabriel de Lara, nº 1307, Bairro Leblon, Paranaguá – PR, neste ato representada por sua Presidente Sra. ADRIANA MAIA ALBINI, portadora da cédula de identidade RG xxxxxxxxxxxx – SSP/PR, CPF xxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliada nesta cidade de Paranaguá, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º XXXXXXXXXXXX, estabelecida a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX (nome, naturalidade, estado civil), inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, sob a égide da Lei nº 10.520/02, LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº XXX/2020 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos, submetendo-se a CONTRATANTE e CONTRATADA às cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a Aquisição de 01 veículo tipo “Sedan”, para atender as necessidades da Paranaguá Previdência, de acordo com as especificações mínimas contidas no **Termo de Referência**, e especificações contidas no presente Edital e seus anexos, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº XX/2020.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2020 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega e instalação dos equipamentos na unidade compradora.

O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por despesa, efetuada pela **CONTRATADA**, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações: PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA - 25.01.09.272.0010.2235.44.90.52.00.00.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato será de 12 (DOZE) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA GARANTIA DO PRODUTO**

Os produtos deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da ordem de serviço, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor, podendo o prazo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias mediante solicitação da contratada.

A entrega deverá ser efetuada na PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, situado à Avenida Gabriel de Lara, nº 1307, Leblon, Paranaguá/PR, no horário das 08 h às 11 h e das 14 h às 17 h, aos cuidados do fiscal, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência. O veículo deve ser novo, de primeiro uso, originais do fabricante, estar de acordo com a proposta de preços do proponente e com todas as demais disposições constantes neste Edital.

O recebimento do objeto se dividirá em provisório e definitivo e dar-se-á nos termos do Decreto Municipal 683/2018.

O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega do objeto (o que não constituirá sua aceitação/recebimento definitivo), será registrado mediante a atestação no verso da nota fiscal e acompanhado de registro fotográfico da entrega.

O recebimento definitivo se dará com a aceitação do objeto, que pressupõe sua conformidade com as especificações descritas no processo de compra, conforme edital e contrato administrativo, onde serão conferidos preços, quantidades, especificações e qualidade.

A apresentação do objeto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários quando for o caso.

Todo(s) o(s) lote(s) deve(m) ser entregue(s) à contratante em total conformidade com as normas vigentes estabelecidas por órgãos reguladores e/ou fiscalizadores.

Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido, o gestor do contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pela Autarquia.

O produto será recusado nos seguintes casos: a) Quando entregue com especificação técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório; e b) Quando apresentar qualquer defeito durante a vigência do contrato.

O material que for recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a Administração.

Se a entrega e/ou a substituição do material não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no contrato.

O recebimento do material, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características do material entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do contrato.

O fornecedor se obriga a prestar garantia contra vícios durante o prazo de 90 (noventa) dias, para os produtos duráveis.

A garantia abrange vícios de qualidade ou quantidade que tornem o objeto impróprio ou inadequado ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, conforme descrição neste termo de referência, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada, dentro de até 05 (cinco) dias úteis após o encaminhamento da mesma, e após a entrega e conferência e instalação dos itens, através de crédito em conta corrente à agência bancária ou boleto bancário, constantes na proposta de preços do fornecedor. É de responsabilidade da contratada a emissão da nota fiscal compatível com o objeto do presente termo de referência. Em caso de divergência entre o objeto e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da **CONTRATADA**, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

O fornecedor para participar do presente processo e para requerer pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados das certidões negativas: Federal, Municipal, Estadual, Trabalhista e FGTS.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A entrega do objeto deverá atender a especificação do item e estar em conformidade com o Termo de Referência;

A **CONTRATADA** deverá entregar o veículo novo, de primeiro uso, e que esteja na linha de produção atual do fabricante.

Todos os procedimentos, despesas referentes a materiais e mão-de-obra para a instalação correrão por conta da **CONTRATADA**, inclusos nos valores propostos.

Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, nota de empenho, número da licitação e do contrato.

Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, sempre as suas expensas no todo ou em parte, o objeto, quando se verificar(em) imperfeição(ões), defeito(s) ou incorreção(ões) resultante(s) da entrega ou transporte do mesmo;

Eximir a Paranaguá Previdência de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à entrega do objeto;

Se responsabilizar por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente, na entrega do objeto.

O objeto deve estar acompanhado de manuais do usuário, bem como os manuais de todos os equipamentos embarcados; devendo estar acompanhados da versão original e uma versão em português juramentado, em mídia eletrônica e versão impressa.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

A empresa deverá apresentar a **CONTRATADA**, junto a proposta de preços, relação das empresas fornecedoras dos produtos para a comercialização e procedimentos de assistência técnica e garantia.

Responsabilizar-se por danos causados a qualquer agente, que sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade do equipamento que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.

Executar fielmente o fornecimento do objeto, entregando os produtos nas quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

Comunicar aos representantes da **CONTRATANTE**, qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento.

Todas as condições e obrigações referentes aos encargos de frete e seguro inerentes ao transporte e armazenamento, do local de origem para o de destino, bem como do pagamento de taxas, impostos, encargos e demais despesas, devidamente previstos na legislação aplicável, serão a expensas da **CONTRATADA**.

A **CONTRATADA** deverá fornecer declaração comprometendo-se a fornecer peças de reposição originais ou genuínas necessárias à manutenção, pelo período mínimo de 24 (vinte) meses ou realizar a substituição por equipamento de configuração superior.

Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo a Autarquia, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Termo de Referência e/ou do Contrato.

Informar imediatamente a **CONTRATANTE** as alterações de dados, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

Responsabilizar-se pela aquisição de quaisquer equipamentos ou componentes necessários ao cumprimento do objeto.

A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a **CONTRATADA** pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

Responder pelos danos causados diretamente a Autarquia ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.

Informar imediatamente à **PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA** as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da Autarquia com o fornecedor.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078/90, a apresentação do equipamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, qualidade, quantidade, preço, garantia e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e a segurança dos usuários, quando for o caso.

No ato da entrega, caso o(s) veículo(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(ram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a **CONTRATANTE**, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

A fornecedora deverá entregar, junto ao veículo licitado, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento da ata;

Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO:**

Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização dos serviços será exercida por servidor da Paranaguá Previdência, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos,

O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES:**

Ao **LICITANTE** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo garantido a ampla defesa e o contraditório:

Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

Ao **CONTRATADO** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Autarquia Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação;

Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/1993;

O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente.

Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Autarquia, ou, ainda, cobrada judicialmente.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Paranaguá Previdência, não impedindo que a mesma rescinda unilateralmente o contrato.

As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Paranaguá Previdência, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades especificadas neste instrumento.

10.2. A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO.

11.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

12.1. Fica estabelecido que na hipótese da **CONTRATANTE** deixar de exigir da **CONTRATADA** qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, de acordo com as normas vigentes e passíveis de aplicação ao caso.

14.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo



único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

_____	XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Paranaguá Previdência	Representante da Contratada
Contratante	

### Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

(PROCESSO Nº 2019/06/1475)

### ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

*A Paranaguá Previdência*

*Empresa:* \_\_\_\_\_

*Denominação social:* \_\_\_\_\_

*Inscrição estadual ou municipal:* \_\_\_\_\_

*CNPJ:* \_\_\_\_\_

*Endereço:* \_\_\_\_\_

*E-mail:* \_\_\_\_\_

*Telefone:* \_\_\_\_\_

Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico nº xxx/2020.

Proponho executar o item abaixo indicado, de acordo com o especificado no Edital, pelo preço discriminado, asseverando que em caso de divergência do preço apresentado em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

Prazo de validade da Proposta 90 dias

Item	Descrição	Quantidade	Marca Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>Veículo para 5 lugares (Tipo Sedan)</b> - " zero quilômetro - ano de fabricação <b>2020/2021 ou última versão</b> ; 4 portas; capacidade para 5 pessoas ; cor branca; bicomustível; air bag frontal para motorista e passageiro; freios ABS; rodas aro 15" ou Superior; ar condicionado; porta mala 480 litros no mínimo; <b>mínimo direção assistida</b> ; alarme; vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras; retrovisores com acionamento interno; protetor de motor e carter; cintos de segurança laterais traseiros de 3 pontos e fixo de 2 pontos; travas elétricas, câmbio <b>de transmissão automático</b> ; motor com potência de <b>100 CV</b> no mínimo; jogo de tapetes de borracha; e demais acessórios e equipamentos de série que atendam o código nacional de trânsito e conforme legislação vigente. Devidamente Emplacado, licenciado e com toda a documentação e, nome da Paranaguá Previdência. Entrega no local. Garantia mínima contra defeitos de fabricação de 24 (vinte e quatro meses). Assistência técnica com distancia de até 100 km da sede do Município.	01			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$

VALOR POR EXTENSO (\_\_\_\_\_)

### Observações:

Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Nome da Empresa  
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A PARANAGUÁ PREVIÊNCIA – PR  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 0xx/2020, instaurado pela Paranaguá Previdência, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

Nome da Empresa  
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º, INCISO XXXIII**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva:

( ) Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020

Assinatura e carimbo

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS (Modelo)**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0xx/2020, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO VIII**  
**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: \_\_\_\_\_ DATA DE EXPEDIÇÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, ÓRGÃO EMISSOR: \_\_\_\_\_

CPF Nº: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: \_\_\_\_\_

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e Carimbo

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e Carimbo

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2020**  
**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**  
**(PROCESSO Nº 2019/06/1475)**

**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO**

A \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_/\_\_\_\_, Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, a inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade se declara que não há ocorrências posteriores e anteriores.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e Carimb

**Publicado por:**  
Adriana Mendes Rodrigues  
**Código Identificador:**9FF66225

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**  
**DECRETO Nº 2.272**

**DECRETO Nº 2.272**

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação total ou parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 4.818.602,69 (quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, seiscentos e dois reais e sessenta e nove centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 3.875, de 30 de dezembro de 2019, art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, art. 43, § 1º, Incisos I, II e III:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação total ou parcial, no valor de R\$ 4.818.602,69 (quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, seiscentos e dois reais e sessenta e nove centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Prefeito	
02.001		
Funcional Programática:	Atividade:	
02.001.0004.0122.0002.2002	Manter o desenvolvimento das atividades em atendimento ao Gabinete do Prefeito.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 15.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Unidade Orçamentária:	Procuradoria Geral	
05.001		
Funcional Programática:	Atividade:	
05.001.0002.0062.0002.2020	Prestar consultoria Jurídica ao Prefeito e aos órgãos da Administração representar o município Judicial e extrajudicialmente. Orientar os órgãos Públicos quanto aos procedimentos legais necessários.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 25.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
08.001		
Funcional Programática:	Atividade:	
08.001.0004.0122.0002.2040	Propiciar o assessoramento técnico e administrativo ao prefeito nas diretrizes para a política de material, patrimonial e de serviços administrativos em geral	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 110.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
09.001		
Funcional Programática:	Atividade:	
09.001.0004.0123.0002.2050	Assessorar o Prefeito em assuntos fazendários e na formulação de Política financeira do Município, envolvendo receitas, despesas, contabilidade guarda de dinheiro e valores.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 20.000,00
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	Atividade:	
11.001.0012.0361.0016.2080	Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, serviços e folha de pagamento.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais Impostos Vinculados à Educação	R\$ 470.000,00
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais	R\$ 41.000,00
Unidade Orçamentária:	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
Funcional Programática:	Projeto:	
11.002.0012.0365.0017.1018	Construção, Reforma e Ampliação das Escolas da Educação Infantil.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	01861 - Operações de Crédito - FINISA - CEF - Lei nº 3.876 - 17/01/2020	R\$ 300.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
12.001		
Funcional Programática:	Atividade:	
12.001.0004.0122.0002.2100	Coordenar o conjunto de unidades do órgão, objetivando integrar os recursos humanos materiais, financeiros, técnicos e institucionais necessárias ao estabelecimento dos planos de obras de infraestrutura urbana.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 580.000,00
Funcional Programática:	Atividade:	
12.001.0028.0846.0000.0014	Indenizações e Restituições - Obras.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3330930000 - Indenizações e restituições	01779 - M. Turismo - Reforma Praça do Rocio (1ª Fase) (CEF 647.039-9)	R\$ 1.497.602,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
13.001		
Funcional Programática:	Atividade:	

13.001.0004.0122.0002.2115	Elaborar planos, supervisionar programas e controlar a execução das ações de desenvolvimento da agricultura, pesca e abastecimento.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 20.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E GESTÃO FUNDIÁRIA</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
14.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
14.001.0004.0122.0002.2125	Implementar as diretrizes de desenvolvimento urbano regulando e fiscalizando o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 30.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
15.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
15.001.0018.0122.0002.2135	Coordenar e supervisionar a atuação Municipal área do meio ambiente, formulando diretrizes elaborando planos, programas e ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 70.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 120.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
16.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
16.001.0004.0122.0002.2145	Atendimento das atividades inerentes a Secretaria de Serviço Urbanos.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 170.000,00
<b>SECRETARIA REGIONAL DA ILHA DOS VALADARES</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
17.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
17.001.0004.0122.0002.2155	Implementação de atividade e operacionais visando a prestação de serviços a comunidade.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
18.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
18.001.0008.0122.0002.2170	Atuar na formulação de diretrizes e no estabelecimento e execução das Políticas Municipais dos serviços Sociais.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 120.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 90.000,00
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 90.000,00
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
18.003.0008.0244.0019.2188	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3390300000 - Material de consumo	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	R\$ 30.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
20.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
20.001.0006.0122.0023.2200	Realizar políticas públicas voltadas para a capacitação e treinamento dos guardas civis municipais e valorização do funcionário público.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 380.000,00
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 300.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO E ASSUNTOS SINDICAIS</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
22.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
22.001.0011.0334.0009.2217	Proporcionar o desenvolvimento profissional dos estagiários através de cursos e palestras em um espaço para pesquisas e orientações profissionais.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 60.000,00
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 4.818.602,69</b>		

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

<b>ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO</b>		
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais Impostos Vinculados à Educação	R\$ 470.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Projeto:</b>	
11.002.0012.0365.0017.1018	Construção, Reforma e Ampliação das Escolas da Educação Infantil.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>

4490520000 - Equipamentos e material permanente	01861 - Operações de Crédito - FINISA - CEF - Lei nº 3.876 - 17/01/2020	R\$ 300.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais	R\$ 41.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
18.003.0008.0244.0019.2188	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	R\$ 30.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Prefeito	
02.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
02.001.0004.0122.0002.2002	Manter o desenvolvimento das atividades em atendimento ao Gabinete do Prefeito.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 15.000,00
<b>PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Procuradoria Geral	
05.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
05.001.0002.0062.0002.2020	Prestar consultoria Jurídica ao Prefeito e aos órgãos da Administração representar o município Judicial e extrajudicialmente. Orientar os órgãos Públicos quanto aos procedimentos legais necessários.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 25.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
07.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
07.001.0004.0121.0002.2030	Coordenar o planejamento governamental do Município assessorando os titulares das demais pastas para a criação de bancos de projetos para o desenvolvimento e implementação de planos de governo em consonância com as diretrizes estabelecidas, voltados a diversas formas de capacitação de recursos.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 110.000,00
<b>PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Procuradoria Geral	
05.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
05.001.0002.0062.0002.2020	Prestar consultoria Jurídica ao Prefeito e aos órgãos da Administração representar o município Judicial e extrajudicialmente. Orientar os órgãos Públicos quanto aos procedimentos legais necessários.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 20.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Secretaria Municipal de cultura e turismo	
06.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
06.001.0004.0122.0002.2021	Planejamento, organização, promoção e execução de projetos de atividades voltado a Cultura e Turismo	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 20.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
07.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
07.001.0004.0121.0002.2030	Coordenar o planejamento governamental do Município assessorando os titulares das demais pastas para a criação de bancos de projetos para o desenvolvimento e implementação de planos de governo em consonância com as diretrizes estabelecidas, voltados a diversas formas de capacitação de recursos.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 100.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 580.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Superintendência de Políticas Educacionais	
11.002		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
11.002.0012.0365.0017.2082	Manutenção, conservação e Remuneração dos Profissionais das Escolas da Educação Infantil.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00

- pessoal civil		
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Gabinete do Secretário	
12.001		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
12.001.0004.0122.0002.2100	Coordenar o conjunto de unidades do órgão, objetivando integrar os recursos humanos materiais, financeiros, técnicos e institucionais necessárias ao estabelecimento dos planos de obras de infraestrutura urbana.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3191130000 - Obrigações patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 20.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290210000 - Juros sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290210000 - Juros sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 30.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290210000 - Juros sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 70.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290210000 - Juros sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 120.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290220000 - Outros encargos sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 170.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290220000 - Outros encargos sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 40.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0843.0000.0007	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3290220000 - Outros encargos sobre a dívida por contrato	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 90.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0844.0000.0008	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 90.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0844.0000.0008	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 120.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	
09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0844.0000.0008	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 380.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	Departamento de Contabilidade	

09.004		
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0844.0000.0008	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 300.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORÇAMENTO</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004	Departamento de Contabilidade	
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Atividade:</b>	
09.004.0028.0844.0000.0008	Pagamento de juros, amortização e outros encargos dos empréstimos contraídos pelo Município.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4690710000 - Principal da dívida contratual resgatado	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R\$ 60.000,00
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Atividade:</b>	
12.001	Gabinete do Secretario	
<b>Funcional Programática:</b>	<b>Projeto:</b>	
12.001.0013.0392.0004.1010	Mega Rocio - primeira etapa Centro de Eventos.	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
4490510000 - Obras e instalações	01779 - M. Turismo - Reforma Praça do Rocio (1ª Fase) (CEF 647.039-9)	R\$ 1.497.602,69
<b>VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 4.818.602,69</b>		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de dezembro de 2020.

**MARCELO ELIAS ROQUE**

Prefeito Municipal

**JOSE MARCELO COELHO**

Secretário Municipal de Administração

**MAURICIO DOS PRAZERES COUTINHO**

Secretário Municipal de Fazenda e Orçamento

**Publicado por:**  
José Marcelo Coelho  
**Código Identificador:**6F45F2A0

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO DECRETO Nº 2.273

### DECRETO Nº 2.273

“Estabelece normas gerais para o cadastramento funcional dos servidores públicos efetivos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Paranaguá, Institui o Grupo de Trabalho e a Equipe Técnica que participarão da execução dos trabalhos de cadastramento e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade premente da atualização dos dados funcionais de todos os servidores municipais de Paranaguá, para os devidos registros em ficha e no banco de dados dos Sistemas de Gestão de Pessoal e de controle de Ponto Eletrônico,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Cadastramento dos servidores públicos municipais, efetivos, da Administração Direta do Município de Paranaguá - Paraná.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo aplica-se também aos servidores municipais afastados e/ou licenciados.

Art. 2º Os servidores públicos referidos no Artigo 1º, deverão participar do cadastramento, especialmente para os registros das informações necessárias à Administração, para subsidiar a implementação da política de gestão de pessoas, além da atualização dos dados cadastrais e funcionais dos servidores, o que possibilita mais eficiência na Gestão de Pessoal, com dados reais, atualizados.

Art. 3º O cadastramento é obrigatório a todos os servidores municipais referidos no Artigo 1º, sem qualquer exceção, tendo natureza de dever funcional e, a sua não realização, incorrerá na imediata suspensão do pagamento do servidor, do mês subsequente à

data final do cadastramento e, da aplicação de punição disciplinar, na forma da legislação pertinente.

Art. 4º O servidor municipal apresentará seus documentos no ato do cadastramento, e se responsabilizará pelas informações fornecidas, que serão registradas nos Sistemas de Gestão de Pessoal e de Controle de Ponto Eletrônico, sendo atualizadas imediatamente no banco de dados da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de políticas de Pessoal (RH), através dos documentos e demais comprovantes, conforme relacionado abaixo:

- Carteira de Identidade Civil (RG);
- CPF;
- PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho;



- Carteira de Habilitação (quando o cargo exigir);
- Certidões comprobatórias de Tempo de Serviço;
- Título de Eleitor;
- Carteira de Reservista ou Certificado de Dispensa;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Casamento com Averbação de Separação ou divórcio (quando for o caso);
- Certidão de Nascimento dos Dependentes, substituíveis por RG ou CPF (quando houver);
- Comprovante de Residência de até 60 dias, e
- Comprovante de Escolaridade;
- Número de telefone (fixo residencial ou móvel celular);
- Endereço eletrônico (e-mail) pessoal (se possui);
- Diploma e/ou Certificado de escolaridade;
- Formulário de Informações Cadastrais preenchido - Anexo I.

§1º A ausência de qualquer um dos documentos obrigatórios impossibilitará a realização do cadastramento.

§2º Aquele que fizer constar ou inserir informação que não corresponda à verdade, será responsabilizado civil, criminal e administrativamente, na forma da legislação vigente.

§3º Os servidores municipais deverão apresentar seus documentos originais (com foto), no ato do cadastramento, acompanhado das respectivas fotocópias, para fins de atualização.

Art. 5º Terão prioridade no atendimento, respeitando o dia de agendamento, Pessoas Com Deficiência (PCDs), gestantes e pessoas com idade a partir de 60 (sessenta) anos.

Art. 6º Serão considerados casos excepcionais o fato da existência de servidores em afastamentos autorizados, conforme legislação pertinente, a exemplo de férias, licença médica, licença para tratar de assuntos particulares, isolamento social devidamente comprovada e licença por motivo de doença em pessoa da família.

Parágrafo único - Os servidores que estiverem nas condições referidas no caput deste artigo, deverão comparecer imediatamente, após o retorno funcional, à Secretaria Municipal de Administração, no Departamento de recursos Humanos, munidos de toda documentação exigida, para realizar o cadastramento funcional e biometria para controle de jornada de trabalho.

Art. 7º O servidor que se encontrar impossibilitado de comparecer nas datas estipuladas para o cadastramento, em caso de moléstia grave, ausência ou impossibilidade de locomoção, devidamente comprovada, através de laudo médico, poderá instituir procurador, através de instrumento particular, com poderes específicos para representá-lo junto ao RH da Prefeitura, para fins de seu cadastramento, autorizando-o a prestar quaisquer esclarecimentos que venham a se tornar necessários.

Parágrafo único - Não será admitido ao procurador a representação de mais de 01(um) servidor.

Art. 8º O cadastramento funcional dos servidores efetivos e comissionados será realizado bi anualmente, em data, local e horário definidos pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Administração, a organização e a realização do cadastramento de que trata este Decreto.

Art. 10. Todos os servidores envolvidos deverão colaborar, visando o pleno resultado do objetivo do cadastramento,

prestando toda a assistência necessária no cumprimento ao disposto neste Decreto, de forma a atingir a máxima rapidez e exatidão das informações.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração convocará os responsáveis pela gestão de pessoas, das Secretarias Municipais, para colaborarem com os trabalhos de cadastramento, designando-os por Portaria.

Art. 11. O cadastramento terá duração de 10 (dez) dias, com início em 07 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado.

Art. 12. A data, local e o horário do cadastramento serão divulgados por meio de Edital de Convocação, de forma a garantir a ordem necessária para a eficácia dos trabalhos.

Art. 13. Fica Instituído o Grupo de Trabalho responsável pela captação, conferência e os registros no Sistema de Gestão de Pessoal, durante os dias de cadastramento, composto pelos seguintes servidores:

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- AIRCLEUDES BATISTA DE LIMA
- ANDRÉ LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA
- ALCINDO DO NASCIMENTO
- FABIANO JARDEL DA COSTA
- HÉLIO JORGE DE SIQUEIRA SELA
- JAQUELINE DEMETRIO
- JAQUELINE RODRIGUES SILVA
- MARIZA VOI FREZZATI
- OTONIEL POLETI
- RUBENS GONÇALVES FONTOURA

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- MIRIAM PEREIRA FARIA DE MATTOS
- MARILIZE DO ROSÁRIO RIBEIRO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**  
LEANDRO LINO ROLIM

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**  
MÔNICA DO CARMO PEREIRA NEVES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**  
MARCILENE TURCHETI DA COSTA LEITE FONTES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
JULIANE DA SILVA DO ESPIRITO SANTO DEMETRIO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA**  
ELISANGELA SANTOS LIMA ANJOS

Art. 14. Fica Instituída a Equipe Técnica responsável pela instalação, configuração, resolução de eventuais entraves pertinentes à Sistema Informatizado, equipamentos e rede de dados, e, os registros funcionais no Sistema de ponto Eletrônico, durante os dias de recadastramento, composto pelos seguintes servidores:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
JACI RICARDO LEAL PASSOS  
MICHELE DOS SANTOS  
TABAJARA MACHADO DE SOUZA JUNIOR  
RENAN DA SILVA FRANÇA  
ROGER HARUO BELLEMER KAWASAKI

Art. 15. Para supervisionar os trabalhos do Grupo de Trabalho e Equipe Técnica, instituídos neste Decreto, durante todo o período do recadastramento, ficam designados os servidores: MARIZA VOI FREZZATTI, matrícula nº 6.616, JAQUELINE RODRIGUES SILVA, matrícula nº 95.851-1, ANDRÉ LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA, matrícula nº 96.310-1 e TABAJARA MACHADO DE SOUZA JUNIOR, matrícula nº 9.371-1, todos da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 02 de dezembro de 2020.

**MARCELO ELIAS ROQUE**  
Prefeito Municipal

**JOSE MARCELO COELHO**  
Secretário Municipal de Administração

## ANEXO I

Nome Concurso nº Class:			
Cargo	Matrícula n.º		
Secretaria / Lotação	Portaria n.º		
Data da Portaria	Data da Posse	Ficha n.º	
Estado Civil ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo ( ) União Estável			
Endereço			
Bairro	Município	UF	CEP
E-mail			
Telefone Residencial	Telefone Celular		Celular
Sexo ( ) Masculino ( ) Feminino	Data de Nascimento	Naturalidade	
RG N.º Emissão UF:	Carteira de Habilitação		
Cor Pele ( ) Pardo ( ) Branco ( ) Preto ( ) Indígena	Cor Cabelo ( ) Castanho ( ) Preto ( ) Louro ( ) Ruivo	Cor Olhos ( ) Castanho ( ) Preto ( ) Azul ( ) Verde	
Tipo Sanguíneo	Peso	Altura	
CPF N.º	REG. PROFISSIONAL		
CTPS	PASEP		
Título de Eleitor N.º Zona: Seção:	Carteira de Reservista		
Conta corrente n.º Agência:	Banco:		
Nome da Mãe Data de Nascimento			
Nome do Pai Data de Nascimento			
Nome do Cônjuge Data de Nascimento			
Escolaridade			
( ) Analfabeto ( ) Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Superior ( ) Pós Graduação ( ) Mestrado ( ) Doutorado	( ) Completo ( ) Incompleto		
Noções de Informática ( ) Word ( ) Excel ( ) Power Point ( ) Access ( ) Outros	Idiomas		
É portador de deficiência? ( ) Sim ( ) Não *Em caso afirmativo especificar abaixo*			

Declaro que as informações acima são verdadeiras.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura

**Publicado por:**  
José Marcelo Coelho  
**Código Identificador:**559A479B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ**

**PROCURADORIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO –**  
**DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.<sup>a</sup> indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 14/01/2020.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABK3081	277490A000156791	06/11/2020	55412
AEX5981	277490A000149930	16/11/2020	76331
AFY4786	277490A000147758	05/11/2020	55412
AJC6382	277490A000156800	06/11/2020	55412
AJR3027	277490A000149751	19/11/2020	59670
AJY3721	277490A000147765	05/11/2020	55412
AKW9844	277490A000147770	05/11/2020	55412
ALP2320	277490A000147762	05/11/2020	55412
ALR8160	277490A000156795	06/11/2020	55412
ALR8160	277490A000147764	05/11/2020	55412
ALR8160	277490A000155470	07/11/2020	55412
AMW9458	277490A000155469	07/11/2020	55412
AMZ6A64	277490A000155456	06/11/2020	55412
ANB5444	277490A000148949	19/11/2020	59670
ANF4482	277490A000155468	07/11/2020	55412
ANJ0703	277490A000155457	06/11/2020	55412
AOB5385	277490A000156785	06/11/2020	55412
AOB9091	277490A000149931	16/11/2020	51851
AOE3308	277490A000155475	07/11/2020	55412
AOT5633	277490A000155477	07/11/2020	55412
AOV5766	277490A000149935	16/11/2020	51851
AOY4860	277490A000147782	05/11/2020	55412
APK7771	277490A000147769	05/11/2020	55412
APS8160	116100E008561891	19/11/2020	55411
APX8092	277490A000149365	13/11/2020	76331
AQB2206	277490A000155452	06/11/2020	55412
AQB7205	277490A000155464	07/11/2020	55412
AQG2319	277490A000147774	05/11/2020	55412
AQM6G06	277490A000149366	13/11/2020	76331
AQU8445	277490A000156798	06/11/2020	55412
AQX3131	277490A000149914	12/11/2020	76331
AQX5E04	277490A000147756	13/11/2020	55414
ARJ4032	277490A000155476	07/11/2020	55412
ARJ4032	277490A000156792	06/11/2020	55412
ARJ4032	277490A000147776	05/11/2020	55412
ARP6630	277490A000155461	06/11/2020	55412
ASC6G78	277490A000149924	14/11/2020	76331
ASH3549	277490A000149361	11/11/2020	57200
ASL4579	277490A000149932	16/11/2020	76331
ATE4454	277490A000155459	06/11/2020	55412
ATK1456	277490A000149929	16/11/2020	76331
ATV5209	277490A000149920	12/11/2020	76331
AUG6795	277490A000147779	05/11/2020	55412
AUH1806	277490A000149359	09/11/2020	76331
AUJ1062	277490A000148946	19/11/2020	73662
AVA5418	277490A000147753	05/11/2020	76332
AVA6D60	277490A000149936	16/11/2020	51851
AVU2252	277490A000147780	05/11/2020	55412
AWZ8554	277490A000149915	12/11/2020	76331
AXE2162	277490A000155466	07/11/2020	55412
AXO8815	277490A000147783	05/11/2020	55412
AXO8815	277490A000156787	06/11/2020	55412
AXO8815	277490A000155473	07/11/2020	55412
AXO8815	277490A000156790	06/11/2020	55412
AXZ2559	277490A000147759	05/11/2020	55412
AYC8654	277490A000147761	05/11/2020	55412
AYD7A03	277490A000149926	14/11/2020	51851
AYE0840	277490A000147760	05/11/2020	55412
AYE0840	277490A000155465	07/11/2020	55412
AYE0840	277490A000147784	05/11/2020	55412
AYO0381	277490A000147755	09/11/2020	61220
AYU1H18	277490A000149934	16/11/2020	76331
AZA6044	277490A000147773	05/11/2020	55412
AZC5654	277490A000149358	11/11/2020	57200
AZE9091	277490A000148947	19/11/2020	73662
AZJ5165	277490A000149922	12/11/2020	76331
AZJ7430	277490A000147768	05/11/2020	55412
AZM4406	277490A000156797	06/11/2020	55412
AZY3521	277490A000147787	05/11/2020	55412
BAE2423	277490A000155462	06/11/2020	55412
BBJ9J20	277490A000156793	06/11/2020	55412
BBK1204	277490A000155460	06/11/2020	55412
BBN7692	277490A000147777	05/11/2020	55412
BBO2984	277490A000147772	05/11/2020	55412

BBU4514	277490A000147771	05/11/2020	55412
BCB7969	277490A000147767	05/11/2020	55412
BCC4017	277490A000149927	14/11/2020	76331
BCE7219	277490A000147754	05/11/2020	54870
BCJ6639	277490A000149921	12/11/2020	76331
BCM9111	277490A000149917	12/11/2020	76331
BDA5H36	277490A000156799	06/11/2020	55412
BDM8G42	277490A000149937	18/11/2020	76331
BDT7C65	277490A000147766	05/11/2020	55412
BDT7C65	277490A000155478	07/11/2020	55412
BEC7D81	277490A000149752	19/11/2020	59670
BEG0H36	277490A000148950	19/11/2020	59670
BEJ3996	277490A000149933	16/11/2020	76331
BFW7945	277490A000148948	19/11/2020	73662
CGS3E35	277490A000149938	18/11/2020	76331
CIW1H10	277490A000147778	05/11/2020	55412
DTL8894	277490A000155474	07/11/2020	55412
DTZ7525	277490A000149916	12/11/2020	76331
EAH8D48	277490A000156784	06/11/2020	55412
ECZ2B64	277490A000156788	06/11/2020	55412
FGT5F39	277490A000155453	05/11/2020	55412
FIL6408	277490A000149919	12/11/2020	76331
FRE6212	277490A000149940	18/11/2020	51851
FSX1743	277490A000149923	14/11/2020	63944
FWG1C17	277490A000149918	12/11/2020	51851
FWG1C17	277490A000149925	14/11/2020	51851
GPF5983	277490A000147781	05/11/2020	55412
GPZ2483	277490A000149928	14/11/2020	76331
HJF7082	277490A000147763	05/11/2020	55412
HMV2H63	116100E008591567	20/11/2020	54870
IVN3030	277490A000149363	13/11/2020	76331
JZB6812	277490A000155463	06/11/2020	55412
JZB6812	277490A000156796	06/11/2020	55412
KXJ3E27	277490A000149360	11/11/2020	76331
LNE6A19	277490A000147785	05/11/2020	55412
LSX3830	277490A000149939	18/11/2020	51851
LTI5172	277490A000147775	05/11/2020	55412
LXM5433	277490A000155472	07/11/2020	55412
NVO1039	277490A000149362	11/11/2020	55411
PYW6123	277490A000155467	07/11/2020	55412

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**83D729DB

## PROCURADORIA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 030/2020

#### 1º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVÁI E A ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES DE RAQUETES DE PARANAVÁI

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVÁI**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranaíba – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente o **Secretário Municipal de Esporte e Lazer**, representado por seu Secretário **Rafael Octaviano de Souza** e de outro lado o **ASSOCIAÇÃO DE ESPORTES DE RAQUETES DE PARANAVÁI**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.815.537/0001-45, neste ato representado pelo Gustavo Avila Brescancin, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 7.839.163-4 PR inscrito no CPF/MF sob nº. 063.479.749-24, ora simplesmente denominado PARCEIRO, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração nº. 030/2020, no valor de R\$ 137.700,00 (Cento e trinta e sete mil e setecentos reais), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

## PLANO DE APLICAÇÃO

### 1.1 – VALOR CONCEDENTE

PLANILHA DETALHADA				
NATUREZA	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT ITENS	VALOR UNITÁRIO (em R\$)	VALOR TOTAL (em R\$)
Custeio	<b>Material de Consumo</b>			
	Material Educativo e Esportivo	1	2.994,90	2.994,90
	Material de Limpeza e Higieneização	1	513,00	513,00
	<b>Serviços de Terceiros (P.J.)</b>			
	Fornecimento de alimentação	1	1.500,00	1.500,00
	Locação de som e palco	1	2.000,00	2.000,00
	Despesas com escritório	1	2.750,00	2.750,00
	Serviço de seleção e treinamento		7.951,12	7.951,12
	<b>Serviços de Terceiros (Pessoa Física)</b>			
	Estagiários	1	5.815,63	5.815,63
	<b>Vencimentos e Salários</b>			
	Pessoal			67.566,64
	13º			3.227,85
	Férias – abono constitucional			8.517,66

INSS		27.086,34
FGTS		6.399,33
PIS		888,59
Outras obrigações tributárias		488,94
<b>TOTAL RECURSOS</b>	<b>137.700,00</b>	

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 10/04/2020 a 31/12/2020.

**Paranavaí, 02 de dezembro de 2020.**

**CARLOS ALBERTO VIEIRA**

Controlador Geral do Município

**RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

**GUSTAVO AVILA BRESCANCIN**

Presidente

**Publicado por:**  
Nicolas Fernandes Cardoso  
**Código Identificador:**430A7860

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA**  
**DECRETO Nº 21.770/2020**

Abre Crédito Extraordinário no valor de R\$ 1.080.000,00 (Um milhão e oitenta mil reais), destinados ao custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (Covid-19) e das outras providências.

A Prefeita em Exercício do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor;

Considerando a necessidade de assistir de forma eficiente e eficaz a população atingida pela quarentena decretada nos serviços públicos necessária para controle ao contágio da doença COVID-19;

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 356, de 11 março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Municipal nº 21.138/2020, de 06 de abril de 2020, que declara situação de emergência em todo o território do Município de Paranavaí, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal nº 21.173/2020, de 15 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de Paranavaí, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus SARS-cov-2;

Considerando o art. 97-Ae parágrafo único da Lei Orgânica do Município, e o disposto pelo art. 44 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que versa sobre a abertura de crédito extraordinário, DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Paranavaí, do exercício de 2020, o Crédito Extraordinário no valor de R\$ 1.080.000,00 (Um milhão e oitenta mil reais), destinados à cobertura de despesas, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.001 (1445)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0006.2.256	Enfrentamento da Emergência Covid-19	
04494	Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)	
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	880.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
04.001 (1446)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0006.2.256	Enfrentamento da Emergência Covid-19	
04494	Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)	
3190.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Cil	200.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.080.000,00</b>

**Art. 2º** Constituem recursos para abertura do crédito mencionado no artigo 1º, o excesso de arrecadação proveniente da seguinte fonte de recurso:

04494	Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-19)	1.080.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.080.000,00</b>

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí-PR, 01 de Dezembro de 2020

**JEANNE MARIA FUJII KATO**

Prefeita em Exercício

**Publicado por:**  
Roberta Cardoso Viana Ceron  
**Código Identificador:**55ED2AD8

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA**  
**DECRETO Nº 21.773/2020**

**DECRETO Nº 21.773/2020**

Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Não Processados, e dá outras providências.

Jeanne Maria Fujii Kato, Prefeita em Exercício do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e tendo em vista os arts. 1º e 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 36 da Lei nº 4.320/64, e:

Considerando que os restos a pagar não processados não constitui obrigação de pagamento, em razão do produto e/ou serviços não terem sido entregues e/ou executados;

Considerando que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do município durante todo o exercício;

Considerando que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

Considerando o disposto no art.359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscritos em valor superior ao permitido em lei;

DECRETA:

**Art. 1º** Ficam cancelados os empenhos inscritos em restos a pagar não processados dos exercícios de 2018 e 2019, em decorrência de saldos indevidos, os quais não serão utilizados ou inexistem compromisso de pagamento, sendo estes saldos remanescentes de empenhos indevidos, saldo de licitação não utilizado pelo município, de acordo com o Anexo I, parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

**Art. 3º** Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de dezembro de 2020

**JEANNE MARIA FUJII KATO**

Prefeita em Exercício

<b>ANEXO I</b>		
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>		
<b>Empenho</b>	<b>Credor</b>	<b>Valor R\$</b>
2783/2018	E W T BRASIL ELEVADORES LTDA – ME	1.360,30
7407/2018	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	33,00
7420/2018	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	900,00
7768/2018	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	5.820,00
14524/2018	PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI	18.631,76
14525/2018	PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI	13.293,32
14526/2018	PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI	171.326,46
14527/2018	PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI	23.597,69
18793/2018	PAVSOLO CONSTRUTORA EIRELI	11.694,04
1932/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	560,34
1933/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	438,90
1935/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	2.699,83
1940/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	1.651,81
1941/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	1.856,37
1942/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	455,70
1945/2019	NIVALDO JOSE DOS SANTOS	153,44
1984/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	3.811,25
1985/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	2.558,31
1986/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	974,64
1987/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	3.065,79
1992/2019	COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOROESTE – EIRELI	7.709,61
2067/2019	NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA	1.169,00
2813/2019	SOLUÇÃO NETWORK PROVEDOR EIRELI	246,32
2814/2019	SOLUÇÃO NETWORK PROVEDOR EIRELI	257,76
3452/2019	K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	2.108,00
3526/2019	SOLUÇÃO NETWORK PROVEDOR EIRELI	386,64
4852/2019	FIRE RODAS PARANAVAÍ CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	738,00
4853/2019	FIRE RODAS PARANAVAÍ CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	7.385,00
4962/2019	PRÓ-SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.173,48
5050/2019	E W T BRASIL ELEVADORES LTDA – ME	3.116,04
5450/2019	DEFENTI & RIBEIRO CENTRO EDUCACIONAL LTDA	147.404,00
5512/2019	8666 LOGISTICA, TRANSPORTES E SERVIÇOS TÉCNICOS LT	445,16
5614/2019	OSP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E MUSICAIS LTDA	319,92
5615/2019	ROBERTA PALOMO 13021201822	5.996,16
6116/2019	INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI	7.603,54
6378/2019	TELEFÔNICA BRASIL S/A	27.193,65
6502/2019	CRISTIANO V. CAMILO TREINAMENTOS	15.544,28
7096/2019	MARCIO ANDRE SANCHES 730775213934	45,96
7098/2019	MARCIO ANDRE SANCHES 730775213934	183,84
7099/2019	MARCIO ANDRE SANCHES 73075213934	137,88
7442/2019	PAPELARIA E COPIADORA SÓCOPIAS LTDA ME	5.469,92

8458/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	90,26
8459/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	583,57
8460/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	1.016,51
8462/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	108,89
8463/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	84,46
8474/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	2,84
8475/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	65,04
8476/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	22,50
8478/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	30,97
8480/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	32,97
8481/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	2.409,86
8482/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	335,78
8484/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	805,58
8485/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	112,67
8490/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	41,14
8491/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	23,14
8524/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	2.269,07
8525/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	225,65
8526/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	2.165,41
8561/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	532,82
8574/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	649,40
8576/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	470,10
8788/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	147,98
9102/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	1.064,80
9103/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	313,94
9104/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	90,26
9105/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	377,21
9106/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	82,45
9108/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	58,67
9112/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	3.296,89
9113/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	451,30
9114/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	1.143,54
9115/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	390,50
9116/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	853,73
9118/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	225,65
9121/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	225,65
9123/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	484,56
9124/2019	BORRACHARIA BANDEIRANTES – EIRELI	90,26
9557/2019	ZAC ALIMENTOS LTDA	18,00
10175/2019	IMPACTO – EIRELI	1.173,33
10257/2019	CLASSMED – PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP	1.410,00
11887/2019	CAPUCHO & CAPUCHO LTDA	1.330,00
11940/2019	IMPACTO – EIRELI	2.310,00
11999/2019	CENTRO EDUCACIONAL D'PAULA EIRELI	1.770,76
12046/2019	AWR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	26.328,00
12427/2019	ZAC ALIMENTOS LTDA	206,50
13410/2019	R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL – EIRELI	1.071,96
15216/2019	MARCIO ANDRE SANCHES 73075213934	22,98
15227/2019	ZAC ALIMENTOS LTDA	339,00
15274/2019	EDI CARLOS PINHEIRO BARBOSA DA SILVA 07219441916	252,00
15311/2019	PRÓ-SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2.618,00
16544/2019	W KUSIAK ME	1.774,00
16545/2019	A. A. MAZARO – EVENTOS E PROPAGANDAS – ME	990,00
17925/2019	R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL – EIRELI	596,50

**Publicado por:**  
 Roberta Cardoso Viana Ceron  
**Código Identificador:**4F7145D5

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA**  
**DIRETORIA DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2020**

<b>CNPJ:</b> 76.977.768/0001-81	<b>Telefone:</b> (44) 3421-2323	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	
<b>Endereço:</b> RUA GETÚLIO VARGAS, 900 - CENTRO		<b>Nr.:</b> 85/2020	
<b>CEP:</b> 87702-000 - Paranavai		<b>Processo Adm.:</b>	<b>146/2020</b>
		<b>Data do Processo:</b>	<b>13/10/2020</b>

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A Diretora de Compras, Sr<sup>a</sup> Nadime Abdallah de Oliveira, no uso dos poderes delegados por meio do Decreto Municipal nº 20.867/2020 e das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

<b>a) Nr. Processo:</b>	146/2020
<b>b) Nr. Licitação:</b>	85/2020 - PE
<b>c) Modalidade:</b>	Pregão eletrônico
<b>d) Data de Homologação:</b>	02/12/2020
<b>e) Objeto da Licitação:</b>	REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e parcelada de SERVIÇOS GRÁFICOS, INCLUINDO CONFECCÃO DA ARTE FINAL E ACABAMENTOS AFINS, visando ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

<b>Participante: RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI</b>					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Confeção de folder A4 em papel couchê 120 gramatura, com brilho e uma dobra central. - O modelo e a arte serão disponibilizados pela coordenação dos setores da Secretaria Municipal de Saúde.	133.000	UNID	0,10	13.300,00
<b>Total do Participante:</b>					13.300,00
<b>Participante: GL EDITORA GRAFICA LTDA</b>					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Pastas de plástico com zíper deslizante tamanho 330 a 350 x 240 a 260 mm, com impressão em 4x0 cores, com arte fornecida pela coordenação. - Destinadas a entrega de kits aos recém nascidos na maternidade.	5.000	UNID	3,03	15.150,00
<b>Total do Participante:</b>					15.150,00
<b>Participante: LONQUINI GRÁFICA LTDA. - ME</b>					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	PASTA CANGURU - PASTA DE PAPEL COUCHÊ 300 GRAMAS, FORMATO ABERTO 32X46 CM COLORIDAS COM BOLSA CANGURU INTERNA E PLASTIFICAÇÃO. ARTE VARIADAS, A DEFINIR E COLORIDA SOMENTE NA PARTE FRONTAL.	500	UNI	1,05	525,00
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Talões de notificação B (azul) contendo 50 x 1 folhas cada, papel superbond, gramatura de 56 a 75 g, nas dimensões aproximadas 18,3 cm x 9,5 cm ; com numeração em sequência a ser informada; com capa e canhoto picotado. Impressão em preto. - Código BR: 320368	500	UNI	1,99	995,00
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5	VENTAROLA - LEQUE PERSONALIZADO (SINAS): largura 24,5 cm; altura 19,5 cm; papel Couchê Brilho 300g; 4x4 cores; - Impressão	10.000	UNID	0,37	3.700,00

Paranavaí, 02 de dezembro de 2020.

**NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA**

Diretora de Compras

	Frete e Verso; com Verniz; Corte especial.				
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	LAUDO DE TESTE RÁPIDO PARA HIV, SÍFILIS, HEPATITE B e HEPATITE C (SINAS): 70 Blocos; 50x2. 1 via 30x21 cm, 4x0 cores, tinta escala em sulfite 56 g, carbono: 1 via 30x21 cm, em carbono 27g, 1 via 30x21 cm, 4x0 cores, tinta escala em papel Bond amarelo 50g, colado, grampeado (Plano:1), - todos os subtítulos da 1ª via em vermelho.	70	BLOC	14,19	993,30
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
7	QUESTIONÁRIO DE ATENDIMENTO (SINAS): 70 Blocos; 50x1. 1 via 21x29,7 cm, 4x1 cores, tinta escala em sulfite 75g, - colado.	70	BLOC	7,29	510,30
<b>Total do Participante:</b>					6.723,60
<b>Participante: AP SERVICOS E CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL EIRELI</b>					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8	TERMO DE CONSENTIMENTO (SINAS): 70 Blocos, 50x2. 1 via 15x21 cm, 4x0 cores, tinta escala em sulfite 56 g, carbono: 1 via 15x 21 cm, em carbono 27g, 1 via 15x21 cm, 4x0 cores, tinta escala em papel Bond amarelo 50g, colado, - grampeado (Plano:1).	70	BLOC	9,95	696,50
<b>Total do Participante:</b>					696,50
<b>Participante: LONQUINI GRÁFICA LTDA. - ME</b>					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	FOLHA DE TRABALHO (SINAS) – 50 blocos, 50x1. 1 via 21x29,7 cm, 4x1 cores, tinta escala em sulfite 75, - colado.	50	BLOC	7,65	382,50
<b>Total do Participante:</b>					382,50
<b>Total Geral:</b>					36.252,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.001.10.122.0006.2251.3.3.90.39.00
APOIO A MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE	04.001.10.301.0006.2024.3.3.90.39.00
PISO DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	04.001.10.301.0006.2250.3.3.90.39.00

Paranavaí, 02 de dezembro de 2020.

**NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA**

Diretora de Compras

Decreto nº 20.867/2020

**Publicado por:**  
Sueli da Silva dos Santos  
**Código Identificador:**D67F4084

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.253/2020**

**LEI Nº 1.253/2020**

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores do município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, aprovou e eu Antonio Gilberto Gruba prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais), assim discriminado:



0200	Poder Executivo	
0201	Secretaria Municipal de Governo	
0412204042078	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	400.000,00
0204	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
1236122048	Manutenção da Educação Infantil	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	400.000,00
1236122022046	Manutenção do Ensino Fundamental	
319011.1101	Vencimentos e Vantagens Fixas	400.000,00
0205	Secretaria de Ação Social e Família	
0424408012064	Manutenção de Assistência Social - PSB	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	100.000,00
0207	Secret. Mun. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	
2678226012041	Conservação de Estradas Vicinais	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	200.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.500.000,00</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200	Poder Executivo	
0204	Sec Mun de Educação, Cultura e Desporto	
0412204042075	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	955,61
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	6.000,00
335043.1000	Subvenções Sociais	229.602,89
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	8.820,00
339030.1000	Material de Consumo	95.891,87
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	139.741,36
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
1236122022046	Manutenção do Ensino Fundamental	
319013.1101	Obrigações Patronais	300.000,00
339030.1000	Material de Consumo	11.312,81
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	255.665,91
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
1236122042044	Manutenção do Transporte Escolar	
339036.1000	Outros Serviços de Terceiros – PF	8.615,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	100.000,00
1236212032045	Manutenção do Ensino Médio	
339030.1000	Material de Consumo	32.652,00
13.39213012042	Implantação/Manutenção das Ativ Culturais e Artísticas	
339030.1000	Material de Consumo	7.993,81
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	8.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	25.000,00
0205	Secretaria de Ação Social e Família	
0824108032062	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339030.1000	Material de Consumo	50.000,00
0824308051031	Construção/Ampliação da Casa Lar	
339030.1000	Material de Consumo	15.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	15.000,00
0824308052056	Ativ do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.274,11
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	3.912,85
339030.1000	Material de Consumo	40.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	100,00
0824308052057	Projetos de Assistência a Criança e Adolescente	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	4.804,87
339030.1000	Material de Consumo	11.460,00
0824308052058	Atividades de Assistência a Criança e Adolescentes	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	150,01
339030.1000	Material de Consumo	11.460,00
0824408022063	Manutenção de Assistência de PSE	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.938,52
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	59,72
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	5.000,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.985,00
339030.1000	Material de Consumo	30.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	16.000,00
0824408042060	Manutenção do CRAS	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.317,66
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	1.940,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
339030.1000	Material de Consumo	10.000,00
339032.1000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	346,00
0206	Secretaria Municipal de Saúde	
10122042073	Manutenção do Gabinete do Secretário	
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.500.000,00</b>

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Silmar Basniak  
**Código Identificador:**81948FBB

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 1.255/2020**

**LEI Nº 1.255/2020**

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores do município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, aprovou e eu Antonio Gilberto Gruba prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.477.754,80 (um milhão quatrocentos setenta e sete reais oitenta centavos), assim discriminado:

0300	Fundação Municipal de Saúde	
0301	Fundação Municipal de Saúde	
103011001.2052	Manutenção ESF	
319011.1303	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	700.000,00
339030.1303	Material de Consumo	100.000,00
339030.1303	Outros Serviços de Terceiros – PJ	377.754,80
339030.1000	Outros Serviços de Terceiros – PJ	300.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.477.754,80</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

0200	Poder Executivo	
0201	Secretaria Municipal de Governo	
0412204012082	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	200.000,00
0412204042078	Manutenção do Gabinete do Secretário de Governo	
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	13.280,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	100.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	544,56
0202	Sec. Mun. de Adm Planej Integrado	
0409204022080	Manutenção do Departamento Jurídico	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	688,43
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	3.800,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
0409204022081	Manutenção da Assessoria Jurídica	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.788,05
0412204042067	Manutenção do Controle de Material e Patrimônio	
339030.1000	Material de Consumo	52.539,46
0412204042068	Manutenção do Recursos Humanos	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	11.660,78
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	306,71
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	565,00
339030.1000	Material de Consumo	3.220,10
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
0412204042069	Manutenção de Compras e Licitações	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.579,16
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	4.734,69
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339030.1000	Material de Consumo	730,88
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	88,49
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
0412204042077	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	28.394,19
339014.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.460,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	3.220,00
339030.1000	Material de Consumo	30.000,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	26.548,33
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	11.518,57
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
041204032079	Manutenção da Controladoria Geral	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	4.079,79
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	3.800,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
0203	Sec Mun de Tributação e Finanças	
0412204042070	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	13.829,42
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	10.000,00
0412404052065	Manutenção da Contabilidade	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.041,99
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	1.001,14
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
339030.1000	Material de Consumo	40.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	1.246,81
0412904052066	Manutenção da Tributação e Fiscalização	

319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	13.829,42
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	427,08
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	1.094,30
2884600000004	Reserva de Contingência	
999999.1000	Reserva de Contingência	127.300,00
0205	Secretaria de Ação Social e Família	
0412204042074	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.349,66
335043.1000	Subvenções Sociais	105.892,71
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	83.885,31
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
1545215011006	Ampliação da Rede de Iluminação Pública	
339030.1000	Material de Consumo	3.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	3.000,00
1545215012040	Manutenção dos Serviços Públicos	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	601,50
319094.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	9.000,00
339030.1000	Material de Consumo	3.043,4
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.112,00
267822601023	Construção de Abrigos Cobertos	
339030.1000	Material de Consumo	10.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	10.000,00
2678226011024	Reforma e Ampliação da Rodoviadária	
339030.1000	Material de Consumo	5.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	5.000,00
2678226011025	Construção de Passeios Públicos	
339030.1000	Material de Consumo	10.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	10.000,00
2678226012041	Conservação de Estradas Vicinais	
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	50.000,00
2678226022032	Manutenção dos Serviços Rodoviários	
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	15.196,00
0208	Sec Mun de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
0412204042071	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.956,45
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	2.724,70
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	10.000,00
319094.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	5.000,00
339030.1000	Material de Consumo	11.840,15
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	15.458,18
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	43.724,77
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
0412220012036	Manutenção da Agropecuária e Extensão Rural	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	747,65
339030.1000	Material de Consumo	18.468,40
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	1.261,36
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	10.000,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
1751217011017	Implantação da Rede de Esgoto	
339030.1000	Material de Consumo	14.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	14.127,00
1854115012039	Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.032,73
339030.1000	Material de Consumo	25.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	5.800,00
1854117011015	Projetos de Política Municipal de Resíduos Sólidos	
339030.1000	Material de Consumo	2.500,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.500,00
1854117012038	Projetos de Política Municipal de Resíduos Sólidos	
339030.1000	Material de Consumo	2.500,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.500,00
2060620012037	Apoio ao Agricultor Rural/Pequeno Agricultor	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.403,72
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	835,94
339030.1000	Material de Consumo	2.875,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	2.462,36
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.400,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
0209	Sec Mun de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	
0412204042070	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.472,22
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	12.766,24
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	5.000,00
319094.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339030.1000	Material de Consumo	7.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	10.000,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
2312223012033	Manutenção de Serviços de Turismo	
339030.1000	Material de Consumo	20.000,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	5.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	20.000,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.477.754,80</b>

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silmar Basniak

**Código Identificador:**A8470942

## GABINETE DO PREFEITO

### LEI Nº 1.256/2020

#### LEI Nº 1.256/2020

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara de Vereadores do município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, aprovou e eu Antonio Gilberto Gruba prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), assim discriminado:

0300	Fundação Municipal de Saúde	
0301	Fundação Municipal de Saúde	
103011001.2052	Manutenção ESF	
339030.1494	Material de Consumo	90.000,00
339039.1494	Outros Serviços de Terceiros - PJ	250.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>340.000,00</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

0300	Fundação Municipal de Saúde	
0301	Fundação Municipal de Saúde	
103011001.2052	Manutenção ESF	
319011.1494	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	250.000,00
319013.1494	Obrigações Patronais	90.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>340.000,00</b>

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Silmar Basniak

**Código Identificador:**C629A24F

## GABINETE DO PREFEITO

### DECRETO Nº 69/2020

#### DECRETO Nº 69/2020

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei nº 1.253/2020, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), assim discriminado:

0200	Poder Executivo	
0201	Secretaria Municipal de Governo	
0412204042078	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	400.000,00
0204	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
12365122048	Manutenção da Educação Infantil	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	400.000,00
1236112022046	Manutenção do Ensino Fundamental	
319011.1101	Vencimentos e Vantagens Fixas	400.000,00
0205	Secretaria de Ação Social e Família	
0424408012064	Manutenção de Assistência Social - PSB	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	100.000,00
0207	Secret. Mun. de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	
2678226012041	Conservação de Estradas Vicinais	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	200.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.500.000,00</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a redução parcial ou total em igual valor na seguinte Dotação Orçamentária:

0200	Poder Executivo	
0204	Sec Mun de Educação, Cultura e Desporto	
0412204042075	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	955,61
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	6.000,00
335043.1000	Subvenções Sociais	229.602,89
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	8.820,00
339030.1000	Material de Consumo	95.891,87
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	139.741,36
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
1236112022046	Manutenção do Ensino Fundamental	
319013.1101	Obrigações Patronais	300.000,00
339030.1000	Material de Consumo	11.312,81
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	255.665,91
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
1236112042044	Manutenção do Transporte Escolar	
339036.1000	Outros Serviços de Terceiros – PF	8.615,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	100.000,00
1236212032045	Manutenção do Ensino Médio	
339030.1000	Material de Consumo	32.652,00
13.39213012042	Implantação/Manutenção das Ativ Culturais e Artísticas	
339030.1000	Material de Consumo	7.993,81
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	8.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	25.000,00
0205	Secretaria de Ação Social e Família	
0824108032062	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339030.1000	Material de Consumo	50.000,00
0824308051031	Construção/Ampliação da Casa Lar	
339030.1000	Material de Consumo	15.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	15.000,00
0824308052056	Ativ do Fundo Municipal da Criança e Adolescentes	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.274,11
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	3.912,85
339030.1000	Material de Consumo	40.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	100,00
0824308052057	Projetos de Assistência a Criança e Adolescente	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	4.804,87
339030.1000	Material de Consumo	11.460,00
0824308052058	Atividades de Assistência a Criança e Adolescentes	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	150,01
339030.1000	Material de Consumo	11.460,00
0824408022063	Manutenção de Assistência de PSE	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.938,52
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	59,72
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	5.000,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.985,00
339030.1000	Material de Consumo	30.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	16.000,00
0824408042060	Manutenção do CRAS	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.317,66
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	1.940,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
339030.1000	Material de Consumo	10.000,00
339032.1000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	346,00
0206	Secretaria Municipal de Saúde	
10122042073	Manutenção do Gabinete do Secretário	
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.500.000,00</b>

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Silmar Basniak  
**Código Identificador:**0DC2F316

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 71/2020**

**DECRETO Nº 71/2020**

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

**ART. 1º** - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei nº 1.255/2020, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.477.754,80 (um milhão quatrocentos setenta e sete reais oitenta centavos), assim discriminado:

0300	Fundação Municipal de Saúde	
0301	Fundação Municipal de Saúde	
103011001.2052	Manutenção ESF	
319011.1303	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	700.000,00
339030.1303	Material de Consumo	100.000,00
339030.1303	Outros Serviços de Terceiros – PJ	377.754,80
339030.1000	Outros Serviços de Terceiros – PJ	300.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.477.754,80</b>

**ART. 2º** - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias.

0200	Poder Executivo	
0201	Secretaria Municipal de Governo	
0412204012082	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	200.000,00
0412204042078	Manutenção do Gabinete do Secretário de Governo	
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	13.280,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	100.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	544,56
0202	Sec. Mun. de Adm Planej Integrado	
0409204022080	Manutenção do Departamento Jurídico	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	688,43
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	3.800,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
0409204022081	Manutenção da Assessoria Jurídica	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.788,05
0412204042067	Manutenção do Controle de Material e Patrimônio	
339030.1000	Material de Consumo	52.539,46
0412204042068	Manutenção do Recursos Humanos	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	11.660,78
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	306,71
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	565,00
339030.1000	Material de Consumo	3.220,10
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
0412204042069	Manutenção de Compras e Licitações	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.579,16
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	4.734,69
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339030.1000	Material de Consumo	730,88
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	88,49
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
0412204042077	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	28.394,19
339014.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.460,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	3.220,00
339030.1000	Material de Consumo	30.000,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	26.548,33
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	11.518,57
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
041204032079	Manutenção da Controladoria Geral	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	4.079,79
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	3.800,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
0203	Sec Mun de Tributação e Finanças	
0412204042070	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	13.829,42
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	10.000,00
0412404052065	Manutenção da Contabilidade	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.041,99
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	1.001,14
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	1.000,00
339030.1000	Material de Consumo	40.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	1.246,81
0412904052066	Manutenção da Tributação e Fiscalização	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	13.829,42
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	427,08
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	1.094,30
2884600000004	Reserva de Contingência	
999999.1000	Reserva de Contingência	127.300,00
0205	Secretaria de Ação Social e Família	
0412204042074	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.349,66
335043.1000	Subvenções Sociais	105.892,71
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	83.885,31
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
1545215011006	Ampliação da Rede de Iluminação Pública	
339030.1000	Material de Consumo	3.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	3.000,00
1545215012040	Manutenção dos Serviços Públicos	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	601,50

319094.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	9.000,00
339030.1000	Material de Consumo	3.043,4
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	10.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.112,00
267822601023	Construção de Abrigos Cobertos	
339030.1000	Material de Consumo	10.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	10.000,00
2678226011024	Reforma e Ampliação da Rodoviária	
339030.1000	Material de Consumo	5.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	5.000,00
2678226011025	Construção de Passeios Públicos	
339030.1000	Material de Consumo	10.000,00
449051.1000	Obras e Instalações	10.000,00
2678226012041	Conservação de Estradas Vicinais	
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	50.000,00
2678226022032	Manutenção dos Serviços Rodoviários	
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	15.196,00
0208	Sec Mun de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
0412204042071	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.956,45
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	2.724,70
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	10.000,00
319094.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	5.000,00
339030.1000	Material de Consumo	11.840,15
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	15.458,18
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	43.724,77
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
0412220012036	Manutenção da Agropecuária e Extensão Rural	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	747,65
339030.1000	Material de Consumo	18.468,40
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	1.261,36
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	10.000,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
1751217011017	Implantação da Rede de Esgoto	
339030.1000	Material de Consumo	14.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	14.127,00
1854115012039	Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	3.032,73
339030.1000	Material de Consumo	25.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	5.800,00
1854117011015	Projetos de Política Municipal de Resíduos Sólidos	
339030.1000	Material de Consumo	2.500,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.500,00
1854117012038	Projetos de Política Municipal de Resíduos Sólidos	
339030.1000	Material de Consumo	2.500,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.500,00
2060620012037	Apoio ao Agricultor Rural/Pequeno Agricultor	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.403,72
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	835,94
339030.1000	Material de Consumo	2.875,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	2.462,36
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	2.400,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00
0209	Sec Mun de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	
0412204042070	Manutenção do Gabinete do Secretário	
319011.1000	Vencimentos e Vantagens Fixas	30.472,22
319013.1000	Obrigações Patrimoniais	12.766,24
319016.1000	Outras Despesas Variáveis	5.000,00
319094.1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00
339014.1000	Diárias – Pessoal Civil	2.000,00
339030.1000	Material de Consumo	7.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	10.000,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00
2312223012033	Manutenção de Serviços de Turismo	
339030.1000	Material de Consumo	20.000,00
339036.1000	Outros Serviços Terceiros – PF	5.000,00
339039.1000	Outros Serviços Terceiros – PJ	20.000,00
449052.1000	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.477.754,80</b>

**ART. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 02 de dezembro de 2020.

**ANTONIO GILBERTO GRUBA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Silmar Basniak  
**Código Identificador:**A1BB2843

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 1.226/2020**

**Data:** 01 de dezembro de 2020

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de PÉROLA D OESTE (PR), para o Exercício Financeiro de 2021.

**NILSON ENGELS**, Prefeito Municipal de Pérola D Oeste-Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Do Orçamento do Município**

**Art. 1º** O Orçamento Fiscal do município de PÉROLA D OESTE-PR, para o Exercício Financeiro de **2021**, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em **R\$ 28.500.000,00** (Vinte e oito milhões e quinhentos mil reais), sendo que **26.828.356,60** (Vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) para o Poder Executivo e **R\$ 1.671.643,40** (Um milhão, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) para o Poder Legislativo.

**Art. 2º** A Receita do Orçamento geral decorrerá da arrecadação de tributos próprios e transferidos, demais Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos e de acordo com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES: R\$ 28.490.550,00

RECEITAS DE CAPITAL: R\$ 9.450,00

**TOTAL RECEITA: R\$ 28.500.000,00**

**Art. 3º** A Despesa do Orçamento Fiscal será realizada segundo a discriminação prevista na legislação em vigor, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, conforme os seguintes desdobramentos:

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

1	Câmara Municipal	R\$	1.671.643,40
	<b>TOTAL LEGISLATIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>1.671.643,40</b>
2	Governo Municipal	R\$	600.325,00
3	Assessoria Administrativa	R\$	133.350,00
5	Secretaria de Administração	R\$	3.684.856,20
6	Secretaria de Saúde	R\$	7.917.250,00
7	Secretaria de Educação	R\$	6.173.850,00
8	Secretaria de Assistência Social	R\$	1.729.718,80
9	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	R\$	722.150,00
10	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	R\$	652.050,00
11	Secretaria de Serviços Rodoviários	R\$	2.097.900,00
12	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	R\$	3.006.656,60
13	Reserva de Contingência	R\$	110.250,00
	<b>TOTAL EXECUTIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>26.828.356,60</b>
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>R\$</b>	<b>28.500.000,00</b>

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

1	Legislativa	R\$	1.671.643,40
	<b>TOTAL LEGISLATIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>1.671.643,40</b>
4	Administração	R\$	4.418.531,20
8	Assistência Social	R\$	1.891.768,80
10	Saúde	R\$	7.917.250,00
11	Trabalho	R\$	2.087.400,00
12	Educação	R\$	6.011.800,00
13	Cultura	R\$	44.650,00
15	Urbanismo	R\$	3.006.656,60
18	Gestão Ambiental	R\$	4.200,00
20	Agricultura	R\$	647.850,00
21	Organização Agrária	R\$	10.500,00
27	Desporto e Lazer	R\$	677.500,00
99	Reserva de Contingência	R\$	110.250,00
	<b>TOTAL EXECUTIVO</b>	<b>R\$</b>	<b>26.828.356,60</b>
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>R\$</b>	<b>28.500.000,00</b>

**III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO**

31	Ação Legislativa	R\$	1.671.643,40
122	Administração Geral	R\$	4.003.781,20
123	Administração Financeira	R\$	414.750,00
241	Assistência ao Idoso	R\$	33.600,00
242	Assistência ao Portador de Deficiência	R\$	447.300,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$	243.650,00
244	Assistência Comunitária	R\$	1.005.168,80
301	Atenção Básica	R\$	7.616.950,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$	67.200,00
303	Suporte Profilático e Terapêutico	R\$	47.250,00
304	Vigilância Sanitária	R\$	96.600,00
305	Vigilância Epidemiológica	R\$	15.750,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$	162.050,00
361	Ensino Fundamental	R\$	5.293.600,00
364	Ensino Superior	R\$	63.000,00



365	Educação Infantil	R\$	655.200,00
392	Difusão Cultural	R\$	44.650,00
452	Serviços Urbanos	R\$	3.000.356,60
482	Habitação Urbana	R\$	6.300,00
511	Saneamento Básico Rural	R\$	39.900,00
512	Saneamento Básico Urbano	R\$	33.600,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$	4.200,00
608	Promoção da Produção Agropecuária	R\$	647.850,00
782	Transporte Rodoviário	R\$	2.097.900,00
812	Desporto Comunitário	R\$	677.500,00
999	Reserva de Contingência	R\$	110.250,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>R\$</b>	<b>28.500.000,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>R\$</b>	<b>28.500.000,00</b>

## IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

### 1 – Prefeitura Municipal de Pérola D Oeste

3.1.50.43.00	Subvenções Sociais	R\$	100.000,00
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	R\$	227.100,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Res Remun Ref dos Militares	R\$	337.050,00
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do militar	R\$	44.100,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	R\$	47.250,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$	8.801.831,60
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$	1.974.725,00
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$	613.500,00
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$	213.300,00
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	R\$	152.250,00
3.3.20.41.00	Contribuições	R\$	1.050,00
3.3.30.93.00	Indenizações e Restituições	R\$	10.500,00
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	R\$	146.150,00
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	R\$	201.850,00
3.3.90.14.00	Diárias – Civil	R\$	166.950,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	R\$	3.922.320,80
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R\$	587.300,00
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	764.250,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$	76.650,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.633.429,20
3.3.90.40.00	Serviços de Tecn da Informação e Comunicação-P.J.		190.000,00
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	265.650,00
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$	20.000,00
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	R\$	242.100,00
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	R\$	5.250,00
4.4.50.42.00	Auxílio	R\$	1.050,00
4.4.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	R\$	2.100,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.050,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	R\$	874.100,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R\$	827.500,00
4.4.91.51.00	Obras e Instalações	R\$	5.250,00
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$	262.500,00
9.9.99.99.00	Reserva de Contingência	R\$	110.250,00
<b>TOTAL DA UNIDADE GESTORA</b>		<b>R\$</b>	<b>26.828.356,60</b>

### 2- Câmara de Vereadores de Pérola D Oeste

3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas-P.Civil	R\$	899.808,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$	300.000,00
3.2.90.91.00	Sentenças Judiciais	R\$	8.000,00
3.3.90.14.00	Diárias – Civil	R\$	61.861,80
3.3.90.30.00	Material de Consumo	R\$	37.000,00
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	11.247,60
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros-P.Física	R\$	11.250,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros-P.Jurídica	R\$	230.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R\$	112.476,00
<b>TOTAL DA UNIDADE GESTORA</b>		<b>R\$</b>	<b>1.671.643,40</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>R\$</b>	<b>28.500.000,00</b>

**Art. 4º** A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com os anexos 02 e 06, integrantes desta lei.

**Art. 5º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares até o limite de **20% (Vinte por Cento)** do total da Receita estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades gestoras, servindo como recurso para esses créditos, os definidos no § 1º, do artigo 7 e 43, da Lei Federal nº4.320/64, de 17 de março de 1964, utilizando como fonte de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – superávit financeiro do exercício anterior.

**Parágrafo Único** - Exclui-se deste limite, os créditos adicionados suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Art. 6º** Fica o Executivo Municipal autorizado, não sendo computado para fins de limite de que trata o artigo 5º, o remanejamento de dotações:

- I – entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;
- II – entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

**Art. 7º** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º** Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo 5º ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamentos de dotações orçamentárias ficam autorizados o executivo e o legislativo municipal a efetuar o remanejamento, transposição ou transferência de dotações de uns para outros órgãos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo. O Poder Legislativo fará através de Resolução até o limite desta Lei, conforme consta no art. 5º.

**Art. 9º** O poder executivo fica ainda autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente e a realizar operações de crédito até o limite fixado nos dispositivos legais vigentes.

**Art. 10º** Fica autorizada a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para abertura de Créditos Adicionais abertos para o atendimento das situações específicas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências.

**Art. 11º** No prazo máximo de trinta dias após a Lei do Orçamento Anual ser sancionada deverá o executivo municipal providenciar a publicação das metas bimestrais da receita, bem como o cronograma de desembolso da despesa.

**Art. 12º** Fica garantido por esta Lei o repasse por parte do Executivo à Câmara Municipal o total de 7% da receita corrente líquida apurada mensalmente para dar cumprimento ao Art. 29 A – Inciso I da Constituição Federal, ficando alterado por consequência o que preceitua a LDO para o Exercício de 2021 e Lei nº 1086/2017 – PPA para o Exercício de 2018 a 2021.

**Art. 13º** Fica o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com os governos Federal, Estadual ou Municipal, diretamente ou através de seus Órgãos da Administração direta ou indireta.

**Art. 14º** Esta lei entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D Oeste, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte.

**NILSON ENGELS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nara Alessandra Bladt  
**Código Identificador:**A1D1A308

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI Nº 1.232/2020**

**SÚMULA:** Abre um crédito adicional suplementar por anulação de dotações no valor de R\$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais) no orçamento vigente.

A Câmara Municipal de Vereadores de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por anulação de dotações no valor de R\$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais) no orçamento - programa do Município de Pérola D' Oeste ( PR ), para o exercício de 2020, nas seguintes dotações orçamentárias:

6000	SECRETARIA DE SAUDE	
6001	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
10.305.7.2.70	Enfrentamento da Emergência de Saude-Coronavirus(covid19)	
3.3.90.39.00-1301	Outros Serviços de Terceiros-P.Jurídica (438)	R\$ 60.000,00
7000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
7001	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.10.2.26	Encargos do FUNDEB	
3.1.90.11.00-1101	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil (176)	R\$ 40.000,00
12.361.10.2.27	Revitalização do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00-1103	Obrigações Patronais (189)	R\$ 23.000,00
3.1.90.13.00-1104	Obrigações Patronais (190)	R\$ 20.000,00
7002	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO	
12.365.11.2.28	Revitalização da Educação Infantil	
3.1.90.13.00-1103	Obrigações Patronais (209)	R\$ 41.000,00
3.1.90.13.00-1104	Obrigações Patronais (210)	R\$ 10.000,00
11000	SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11.782.17.2.7	Abertura e Conservação de Estradas	
3.1.90.13.00-1000	Obrigações Patronais (338)	R\$ 20.000,00
12000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
12001	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO	
15.452.13.2.8	Manutenção e Conservação dos Serviços Urbanos	
3.1.90.13.00-1000	Obrigações Patronais (353)	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo (357)	R\$ 450.000,00
TOTAL		R\$ 669.000,00

**Art. 2º** Os recursos necessários a execução do art. 1º ficam por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

5000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
5002	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA	
4.123.4.0.1	Amortização da Dívida Fundada	
3.2.90.21.00-1000	Juros sobre a Dívida por Contrato (35)	R\$ 100.000,00
4.6.90.71.00-1000	Principal da Dívida Contratual Resgatado (36)	R\$ 140.000,00

5005	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
4.122.3.2.4	Manter as Atividades da Administração Geral	
3.1.90.11.00-1000	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil (44)	R\$ 100.000,00
3.1.90.94.00-1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas (49)	R\$ 73.000,00
3.3.90.91.00-1000	Sentenças Judiciais (63)	R\$ 100.000,00
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (65)	R\$ 31.000,00
8000	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
8001	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	
8.244.9.1.10	Construção do CRAS	
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (247)	R\$ 10.000,00
9000	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
9001	DEPARTAMENTO DE CULTURA E E SPORTES	
27.812.23.2.30	Eventos Esportivos	
3.1.90.94.00-1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas (377)	R\$ 25.000,00
10000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
10002	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.8.2.31	Incremento da Produção Agropecuária e Agroindustrialização	
3.1.90.94.00-1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas (378)	R\$ 20.000,00
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (330)	R\$ 35.000,00
11000	SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11.782.17.2.7	Abertura e Conservação de Estradas	
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (347)	R\$ 35.000,00
TOTAL		R\$ 669.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**NILSON ENGELS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nara Alessandra Bladt  
**Código Identificador:**949F7E8D

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO Nº 125/2020

**SÚMULA:** Abre um crédito adicional suplementar por anulação de dotações no valor de R\$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais ) no orçamento vigente.

O Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei nº 4320/64 e Lei Municipal nº 1.232/20, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar por anulação de dotações no valor de R\$ 669.000,00 (seiscentos e sessenta e nove mil reais) no orçamento - programa do Município de Pérola D' Oeste ( PR ), para o exercício de 2020, nas seguintes dotações orçamentárias:

6000	SECRETARIA DE SAUDE	
6001	DEPARTAMENTO DE SAUDE	
10.305.7.2.70	Enfrentamento da Emergencia de Saude- Coronavirus(covid19)	
3.3.90.39.00-1301	Outros Serviços de Terceiros-P.Juridica (438)	R\$ 60.000,00
7000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
7001	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.10.2.26	Encargos do FUNDEB	
3.1.90.11.00-1101	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil (176)	R\$ 40.000,00
12.361.10.2.27	Revitalização do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00-1103	Obrigações Patronais (189)	R\$ 23.000,00
3.1.90.13.00-1104	Obrigações Patronais (190)	R\$ 20.000,00
7002	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO	
12.365.11.2.28	Revitalização da Educação Infantil	
3.1.90.13.00-1103	Obrigações Patronais (209)	R\$ 41.000,00
3.1.90.13.00-1104	Obrigações Patronais (210)	R\$ 10.000,00
11000	SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11.782.17.2.7	Abertura e Conservação de Estradas	
3.1.90.13.00-1000	Obrigações Patronais (338)	R\$ 20.000,00
12000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
12001	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO	
15.452.13.2.8	Manutenção e Conservação dos Serviços Urbanos	
3.1.90.13.00-1000	Obrigações Patronais (353)	R\$ 5.000,00
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo (357)	R\$ 450.000,00
TOTAL		R\$ 669.000,00

Art. 2º Os recursos necessários a execução do art. 1º ficam por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

5000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
5002	DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA	
4.123.4.0.1	Amortização da Dívida Fundada	
3.2.90.21.00-1000	Juros sobre a Dívida por Contrato (35)	R\$ 100.000,00
4.6.90.71.00-1000	Principal da Dívida Contratual Resgatado (36)	R\$ 140.000,00
5005	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
4.122.3.2.4	Manter as Atividades da Administração Geral	

3.1.90.11.00-1000	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil (44)	R\$ 100.000,00
3.1.90.94.00-1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas (49)	R\$ 73.000,00
3.3.90.91.00-1000	Sentenças Judiciais (63)	R\$ 100.000,00
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (65)	R\$ 31.000,00
8000	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
8001	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	
8.244.9.1.10	Construção do CRAS	
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (247)	R\$ 10.000,00
9000	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
9001	DEPARTAMENTO DE CULTURA E E SPORTES	
27.812.23.2.30	Eventos Esportivos	
3.1.90.94.00-1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas (377)	R\$ 25.000,00
10000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
10002	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.8.2.31	Incremento da Produção Agropecuária e Agroindustrialização	
3.1.90.94.00-1000	Indenizações e Restituições Trabalhistas (378)	R\$ 20.000,00
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (330)	R\$ 35.000,00
11000	SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11.782.17.2.7	Abertura e Conservação de Estradas	
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações (347)	R\$ 35.000,00
TOTAL		R\$ 669.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

**NILSON ENGELS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Nara Alessandra Bladt  
**Código Identificador:**32B1AE8C

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN**

**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN**

RESULTADO DE LICITAÇÃO	
MODALIDADE/Nº DE LICITAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2020	
DATA DA INSTAURAÇÃO: 06/11/2020	
DATA DA ABERTURA: 20/11/2020	
JULGAMENTO: 02/12/2020	
Registro de Preços para eventual aquisição de soro e medicamentos	
VENCEDORES	VALOR TOTAL
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES CNPJ: 00.656.468/0001-39	R\$ 48.425,00
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 12.889.035/0001-02	R\$ 81.998,90
MEDILAR IMP. DISTR. PROD MÉDICO HOSPITALARES CNPJ: 07.752.236/0001-23	R\$ 27.012,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 05.782.733/0001-49	R\$ 11.220,00
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES CNPJ: 03.652.030/0001-70	R\$ 57.082,00
CIRÚRGICA NOSSA SENHORA - EIRELI CNPJ: 24.586.988/0001-80	R\$ 22.125,00
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 02.816.696/0001-54	R\$ 88.256,00
DIMASTER COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES CNPJ: 02.520.829/0003-02	R\$ 95.012,80
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 81.706.251/0001-98	R\$ 76.182,62
PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ: 13.485.130/0001-03	R\$ 2.650,00
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 00.802.002/0001-02	R\$ 15.564,60
GOLDENPLUS COM. DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES CNPJ: 17.472.278/0001-64	R\$ 36.894,00
TOP NORTE COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR CNPJ: 22.862.531/0001-26	R\$ 8.875,94
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 28.093.678/0001-85	R\$ 30.210,00
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 04.355.394/0001-51	R\$ 12.980,00
LICIMED DIST. DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PROD. MÉDICO E HOSPITALARES CNPJ: 04.071.245/0001-60	R\$ 2.095,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA FILIAL/SC CNPJ: 05.782.733/0003-00	R\$ 4.572,00

**Publicado por:**  
Patricia Aparecida Trojanovski  
**Código Identificador:**AD27B18A

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 64-2020**

**GABINETE DO PREFEITO****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 8.666/93, Lei 10.520 de 17/07/2002, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Pregão 64/2020 nestes termos:

Data Pregão	30/11/2020
Objeto	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, COM EXCLUSIVIDADE PARA OPERAR OS SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA SALARIAL E OUTRAS INDENIZAÇÕES, AOS AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES ATIVOS, DORAVANTE DENOMINADOS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGA, BEM COMO GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DO PAGAMENTO MENSAL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, DORAVANTES DENOMINADOS BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PITANGA

**LOTE 1 - Valor mínimo do Lote: R\$ 1.100.005,00 (um milhão e cem mil e cinco reais).**

Cód.Item	Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Total. (R\$)
61021	1	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO E OUTRAS INDENIZAÇÕES, AOS AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES ATIVOS, DORAVANTE DENOMINADOS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGA (EM NÚMERO APROXIMADO: 870 (OITOCENTOS E SETENTA) SERVIDORES, NÚMERO ESTE QUE PODERÁ VARIAR DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL. - A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TERÁ EXCLUSIVIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS REFERIDOS, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES, CONTADO DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. - A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO, 01 (UMA) AGÊNCIA BANCÁRIA NO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, DEVIDAMENTE HABILITADA PARA OS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO. - O PAGAMENTO A SER FEITO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CONFORME VALOR OFERTADO NA LICITAÇÃO DEVERÁ SER EFETUADO NO PRAZO DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.	SERV	1,0000	1.100.005,00

**LOTE 2 - Valor mínimo do Lote: R\$ 300.005,00 (trezentos mil e cinco reais).**

Cód.Item	Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Total. (R\$)
61022	1	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO E OUTRAS INDENIZAÇÕES, AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, DORAVANTES DENOMINADOS BENEFICIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PITANGA, EM NÚMERO APROXIMADO: • 412 (QUATROCENTOS E DOZE) SERVIDORES APO-SENTADOS E PENSIONISTAS. - A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TERÁ EXCLUSIVIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS REFERIDOS, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES, CONTADO DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. - A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO, 01 (UMA) AGÊNCIA BANCÁRIA NO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR, DEVIDAMENTE HABILITADA PARA OS SERVIÇOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO. - O PAGAMENTO A SER FEITO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CONFORME VALOR OFERTADO NA LICITAÇÃO DEVERÁ SER EFETUADO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.	SERV	1,0000	300.005,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 1.400.010,00 (UM MILHÃO QUATROCENTOS MIL E DEZ REAIS REAIS)

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes, conforme Termo de Referência .

03- **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 03 (tres) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Pitanga, no Centro Administrativo 28 de janeiro 171, Centro, para assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e no Artigo 81 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Município de Pitanga, 02/12/2020.

**DR. MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marcio Adalberto Becher  
**Código Identificador:**06BAE7D9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - DECRETO Nº 259, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020**

Abre crédito adicional suplementar e da outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2296/2019 de 18/12/19.

**RESOLVE**

Art 1º Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 815.735,00 (oitocentos e quinze mil setecentos e trinta e cinco reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação				
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
06.002	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO			
06.002.12.361.0602.2.030.	Seção de Ensino Fundamental			
183	4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
803	4.4.90.52.00.00	00103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	140.000,00
181	4.4.90.52.00.00	00104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00
802	4.4.90.52.00.00	00107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER			
10.002	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER			
10.002.27.813.1001.2.090.	Desenvolver Atividades Esportivas			
378	4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.300,00
Total Suplementação:				582.300,00
Suplementação				
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
08.002.10.301.0801.2.046.	Estratégia Saúde da Família - ESF			
667	3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
665	3.3.90.36.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.835,00
666	3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
08.002.10.301.0801.2.048.	Manut. Atividades em Saúde			
765	3.3.90.30.00.00	13	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
737	3.3.90.34.00.00	00494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	95.000,00
274	3.3.90.36.00.00	00510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
11.004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
11.004.08.244.1101.2.060.	Atendendo às Famílias			
804	3.3.90.32.00.00	8038	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.400,00
805	3.3.90.36.00.00	8038	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.200,00
Total Suplementação:				233.435,00

Art 2º Para atender o disposto no Art. 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável excesso de arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receita:	Fonte:	Descrição	Valor
1.7.1.8.99.1.1.99.02.00.00.00	13	LC Nº 173/2020 - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS - COVID-19 FONTE 013	40.000,00
1.1.2.1.01.1.1.0100000000	510	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15.000,00
1.7.1.8.03.2.1.0200000000	494	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO P/PROCEDIMENTOS NO MAC FONTE 494	95.000,00
1.7.2.8.03.1.1.0700000000	1494	TRANSF REC ESTADO - APSUS-AT PRIMARIA SAÚDE F 1494	56.835,00
1.7.2.8.10.9.1.0800000000	8038	CONVÊNIO ESTADUAL Nº 007/2020 - DER/PR - AUXÍLIO ALUGUEL e MUDANÇA	26.600,00
Total da Receita:			233.435,00

Art 3º Para atender o disposto no Art. 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução				
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
06.002	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO			
06.002.12.361.0602.2.030.	Seção de Ensino Fundamental			
<del>177</del>	<del>3.3.90.32.00.00</del>	<del>00104</del>	<del>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA</del>	<del>50.000,00</del>
175	3.3.90.36.00.00	00104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
06.003	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO			
06.003.12.361.0601.2.035.	Transporte Escolar			
198	3.3.90.33.00.00	00103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	140.000,00
199	3.3.90.33.00.00	00104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100.000,00
200	3.3.90.33.00.00	00107	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	200.000,00
06.003.12.364.0602.2.036.	Manut. e Apoio ao Ensino Superior			
211	3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	40.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER			
10.002	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER			
10.002.27.813.1001.2.090.	Desenvolver Atividades Esportivas			
368	3.3.50.43.00.00	01000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.300,00
Total Redução:				582.300,00

Art 4º Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso 2020, no que couber.

Art 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 27 de novembro de 2020.

**MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Keila Machado Madureira  
**Código Identificador:** 73D95190

**GABINETE DO PREFEITO****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Dispensa 28/2020 nestes termos:

Data Dispena	02/12/2020
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS DUAS CANCHAS DE BOCHA E DUAS PISTAS DE BOLÃO NO COMPLEXO ESPORTIVO LÔLO CLEVE, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

FORNECEDOR: FLAVIO AUGUSTO GALVAO KOVALCHUK - CNPJ: 39.616.674/0001-50  
 LOTE 1 Valor Total do Lote: 19.980,00 (dezenove mil, novecentos e oitenta reais).

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Total
1	Reforma de Canchas de Bocha e Pistas de Bolão do Complexo Esportivo Lôlo Cleve Item 1 CARPETE E PISO DE BORRACHA PARA PISTA DE BOLÃO E CANCHA DE BOCHA 1.1PISO TÊXTIL (CARPETE) EM MANTA (ROLO) E = 6 A 7 MM. AF_09/2020 M²163,68 1.2PISO DE BORRACHA PASTILHADO EM PLACAS 50 X 50 CM, E = *3,5* MM, PARA COLA, PRETO.M²16,31 1.3AREIA MEDIA – POSTO JAZIDA/FORNECEDOR M³9,52 1.4APARELHAMENTO OU LIXAMENTO DE PEÇA DE MADEIRA M² 33,20 Item 2 FUNDAÇÕES, VIGAS BALDRAMES E PILARES – MURETAS 2.1ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 25CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, SEM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020M9,60 2.2CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015Kg44,35 2.3 CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015 Kg97,31 2.4FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017 M²9,08 2.5LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICAÇÃO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017M³0,23 2.6CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 25 MPA, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017 M³1,04 Item 3 ALVENARIA PARA AS MURETAS 3.1ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014M²40,86 Item 4 REVESTIMENTOS DAS MURETAS 4.1CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014 M²40,86 4.2MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS E EXTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014M²40,86		SERV	1	R\$ 19.980,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 19.980,00 (dezenove mil, novecentos e oitenta)

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03- **CONVOCAR** as empresas acima nominadas, vencedoras dos Itens acima descritos, para no prazo de 03 (tres) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Pitanga, no Centro Administrativo 28 de janeiro 171, Centro. para assinar a Ata de Registro de Preço referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e no Artigo 81 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Município de Pitanga, 02/12/2020.

**DR. MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA**  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 349/2020.**

PARTES: **MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **FLAVIO AUGUSTO GALVAO KOVALCHUK**.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DAS DUAS CANCHAS DE BOCHA E DUAS PISTAS DE BOLÃO NO COMPLEXO ESPORTIVO LÔLO CLEVE, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER..

VALOR: 19.980,00 (dezenove mil, novecentos e oitenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
 10.002.27.813.1001.1.089.4.4.90.51.00.00. - 1000 - OBRAS E INSTALAÇÕES

**VIGÊNCIA:** 02/03/2021  
**DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020  
**MODALIDADE:** Dispensa.nº. 28/2020  
**FORO:** COMARCA DE PITANGA – PARANÁ

**Publicado por:**  
 Leila Priscila da Costa  
**Código Identificador:**48123201

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS**

PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS							
Nº ADITIVO ANO 2020	CONTRATADA/DETENTORA	ATA/CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	FINALIDADE	DATA DE ASSINATURA	VALOR ANTERIOR VIGÊNCIA ANTERIOR	VALOR ATUAL VIGÊNCIA ATUAL
1º	CONSORCIO INTERMUCIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	15/2020	DISPENSA 01/2020	ACRÉSCIMO DE QUANTIDADES	26/11/2020	R\$ 122.366,49	R\$ 135.108,84
3º	CALL ECG SERVICOS DE TELEMEDICINA S/C LTDA	152/2017	PREGÃO 72/2017	VIGENCIA E VALOR	26/11/2020	12/12/2020 R\$ 33.804,00	12/12/2021 R\$ 45.072,00
1º	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	41/2020	PREGÃO Nº 53/2019	REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	26/11/2020	R\$15.712,00	R\$ 16.418,94
1º	MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE – ME	04/2020	PREGÃO Nº 50/2019	ACRÉSCIMO DE QUANTIDADES	01/12/2020	R\$ 121.650,20	R\$ 129.933,82

**Publicado por:**  
Adaiane Caroline Knapik  
**Código Identificador:**2257C306

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**EXTRATO DE CONTRATOS**

CONTRATO/ATA 2020	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL – R\$
104	ANTONIO F PRADO FILHOS LTDA	DISPENSA DIRETA Nº 39/2020	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	26/11/2020	26/11/2020	32/10/2020	R\$ 12.814,00

**Publicado por:**  
Adaiane Caroline Knapik  
**Código Identificador:**ACD9A183

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE**

**ADMINISTRAÇÃO**  
**LEI Nº 784/07/2020**

**LEI Nº 784/07/2020**

Dispõe sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima as Receitas e Fixa as despesas para o Exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprovou a LEI 784/07/2020 e eu Prefeita Municipal **SANCIONO:**

**Art. 1º** - O Orçamento Geral do Município de Rancho Alegre D'Oeste, para o Exercício Financeiro de 2.021, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 28.934.218,15 (Vinte e Oito Milhões, Novecentos e Trinta e Quatro Mil, Duzentos e Dezoito Reais e Quinze Centavos), discriminados pelos anexos desta Lei, compreendendo: Administração Direta e Indireta.

I – O Orçamento Fiscal, referente ao poder “EXECUTIVO MUNICIPAL” do Município, seus Fundos, órgãos e entidades da administração Pública Municipal direta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no montante de R\$ 23.701.481,15 (Vinte e Três Milhões, Setecentos e Um Mil, Quatrocentos e Oitenta e Um Real e Quinze Centavos).

II – O Orçamento do “LEGISLATIVO MUNICIPAL”, abrangendo sua esfera de atuação, será executado conforme a legislação específica, no valor de R\$ 1.431.000,00 (Um Milhão, Quatrocentos e Trinta e Um Mil Reais).

III – O Orçamento do Fundo de Previdência Municipal, administração indireta, mantida pelas contribuições parte Empregadora e Empregada, conforme cálculo, projeção e parecer atuarial, com a importância de R\$ 3.801.737,00 (Três Milhões, Oitocentos e Um Mil, Setecentos e Trinta e Sete Reais).

**PREVISÕES DAS RECEITAS**

**Art. 2º** - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes no anexo n.º 02, da Lei n.º 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

**ORÇAMENTO FISCAL - DIRETA-(EXECUTIVO E LEGISLATIVO)**

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>28.120.902,25</b>
Impostos, Taxas e Contribuições	2.510.515,75
Receita de Contribuições	17.635,96
Receita Patrimonial	522.520,72
Receita Agropecuária	10.077,69
Receita de Serviços	23.304,68
Transferências Correntes	24.980.193,27
Outras Receitas Correntes	56.654,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.077.930,18</b>
Alienação de bens	217.930,18
Transf. de Capital	0,00
Operações de Créditos	860.000,00
(-) Deduções para Formação do FUNDEF	(4.066.351,28)
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>25.132.481,15</b>

**Art. 3º** - As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos incluídos os Convênios propostos em Instituições e Secretarias e Ministérios de Governo Estadual e Federal, conforme dispositivo dos anexos.

**FIXAÇÃO DAS DESPESAS**



**Art. 4º** - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, será Fixada e realizada segundo a discriminação dos quadros Programas do Trabalho e Natureza de Despesa, obedecendo a Lei de Diretrizes Orçamentária, Plano Plurianual de Investimento, sendo que apresenta o seguinte desdobramento:

**ORÇAMENTO FISCAL - (DIRETA)**

**\* – POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

01 – Legislativa	1.431.000,00
04 – Administração	7.486.550,70
08 – Assistência Social	1.322.768,32
10 – Saúde	3.903.810,29
12 – Educação	6.620.982,71
13 – Cultura	313.510,82
15 – Urbanismo	1.335.719,88
16 – Habitação	171.005,90
17 – Saneamento	22.800,78
18 – Gestão Ambiental	11.400,40
20 – Agricultura	835.220,54
26 – Transporte	1.080.590,54
27 – Desporto, Lazer e Turismo	587.120,27
Total Geral	<b>25.132.481,15</b>

**\* – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

1- Poder Legislativo	1.431.000,00
2- Governo Municipal	714.716,51
3- Depto. de Administração	5.559.994,50
4- Depto. de Agricultura e meio Ambiente	890.651,52
5- Depto. de Educação	6.630.812,12
6- Depto. de Saúde	3.923.639,70
7- Depto. de Ação Social	1.244.133,04
8- Depto. de Fazenda	1.197.297,34
9- Depto. de Planej. Obras e Serviços Públicos	2.619.946,51
10- Depto. de Cultura	323.340,23
11- Depto. de Esporte, Lazer e Turismo	596.949,68
TOTAL DA DESPESA	<b>25.132.481,15</b>

**FUNDO PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - (INDIRETA)**

**\* – POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

09 – Previdência Social	3.801.737,00
-------------------------	--------------

**\* – POR ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

1- Depto. do Fundo de Previdência Municipal	3.801.737,00
TOTAL DA DESPESA	<b>3.801.737,00</b>

**Art. 5º** - Fica o Executivo Municipal, autorizado a decretar o Orçamento do Fundo de Previdência Municipal, através de publicação no órgão oficial do município.

**AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL**

**Art. 6º** - Fica o Poder Executivo, Legislativo e Fundações Municipais, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o Limite de 10 % (Dez por cento), do Orçamento geral Fiscal Municipal, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I – anulação parcial ou total de dotações de um órgão, unidade, atividades, projeto para outro por Decreto Municipal;
- II – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- III – excesso de arrecadação em bases constantes.

**Parágrafo Único** – Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o caput deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de créditos contratadas e a contratar.

**Art. 7º** - Fica o Poder Executivo, Legislativo e Fundações Municipais, autorizado a proceder por DECRETO ou RESOLUÇÃO, até o limite de 05% (Cinco por cento), das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos, atividades, operações especiais e de obras, sem lhe alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei.

**Parágrafo Único** – Não serão computados neste limite, os créditos adicionais abertos com base no artigo 6º assim aprovado.

**Art. 8º** - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I – atender insuficiências de dotações do grupo de pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;
- II – atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
- III – atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de créditos, convênios;
- IV – atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em programas de Trabalho relacionados à manutenção e desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;
- V – Atender pagamentos de Precatórios Judiciais que excederem a Reserva de Contingência.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 9º** - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de e outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 10** - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de créditos fica condicionada à celebração dos instrumentos legais.

**Art. 11** - Ficam o Poder Executivo mediante prévia autorização Legislativa autorizada a realizar operações de créditos por antecipação de receita, com finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

**Art. 12** - Fica o Poder Executivo mediante prévia autorização Legislativa autorizada a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

**Art. 13** - Fica o Poder Executivo mediante prévia autorização Legislativa autorizada a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de créditos para ampliação em investimento fixado nesta Lei, bem como a oferecer as contra garantias à obtenção de garantias do tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

**Art. 14** - O Gestor Público, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultados primários, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual de Investimentos.

**Art. 15** - O Orçamento das administrações indiretas serão baixado por Decreto pelo Poder Executivo.

**Art. 16** - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 02 de Dezembro de 2020.

**SUELY ALVES PEREIRA SILVA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Reinaldo Sebastião Iadicola

**Código Identificador:**DFFAA2A5

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Realeza Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o disposto no Artigo 2º da Lei Federal nº 9.452/97, NOTIFICA: PDT - Partido Democrático Trabalhista, PMDB - Partido Democrático Brasileiro, PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro, PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, PT - Partido dos Trabalhadores, PP - Partido Progressista, PPS - Partido Popular Socialista, PSB - Partido Socialista Brasileiro, PHS - Partido Humanista da Solidariedade, PV - Partido Verde, PR - Partido Republicano, PRB - Partido Republicado Brasileiro, PSC - Partido Social Cristão, PMB - Partido da Mulher Brasileira, PEN - Partido Ecológico Nacional, PSL - Partido Social Liberal, PSD - Partido Socialista Democrático, ACIAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Realeza, Câmara de Vereadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Empregadores Rurais, e demais entidades do município que nas datas a seguir relacionadas foram feitas as liberações de Recursos Federais ao Município de Realeza:

RECURSO	DATA	VALOR EM R\$
FPM	10/11/2020	1.125.828,90
	20/11/2020	183.708,87
	30/11/2020	481.957,38
ITR	10/11/2020	802,79
	20/11/2020	174,40
	27/11/2020	61,53
Fundo Especial	27/11/2020	23.043,34
	30/11/2020	580,26
FNDE/PNAE	05/11/2020	30.256,80
FNDE/Salário Educação	20/11/2020	46.065,05
Fundeb	30/11/2020	719.210,39
FNAS - Programa Bolsa Família/CadÚnico	10/11/2020	2.294,35
FNAS - Proteção Social Básica	30/11/2020	4.092,34
FNAS - Média Complexidade	30/11/2020	1.176,51
Baixo Iguaçu	24/11/2020	26.488,94
Covid Portaria 2358/2020	13/11/2020	42.000,00
Covid Portaria 2222/2020	20/11/2020	27.470,00
Covid Portaria 2405/2020	20/11/2020	26.560,00
Covid Portaria 2071/2020	24/11/2020	60.000,00
	24/11/2020	60.000,00
FNS/ SUS/ CUSTEIO	04/11/2020	9.310,00
	04/11/2020	70.140,00
	04/11/2020	50.343,18
	04/11/2020	490,00
	04/11/2020	1.000,00
	05/11/2020	8.390,49
	11/11/2020	76.515,85
	11/11/2020	30.800,00
	11/11/2020	6.800,00
	11/11/2020	12.900,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.128.461,37</b>

Realeza, 02 de dezembro de 2020.

**MILTON ANDREOLLI**

Prefeito

**Publicado por:**  
Tânia Regina de Oliveira  
**Código Identificador:**AD15A4EB

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 178/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA

**CONTRATADA:** CASA DAS LINHAS HELUANA LTDA - ME

**OBJETO:** Formação de Registro de Preços visando à eventual aquisição materiais para os cursos de gestante, pintura em tela, mulher empreendedora, CRAS na comunidade (clube de mães), artesanato (centro dia), adolescente cidadão (medida socioeducativa), a fim de atender a demanda da rede de atendimento Socioassistencial, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.

**ADITIVO:** Reequilibrar o valor do item constantes da tabela abaixo conforme faculta o disposto no Artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subsequentes.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Reajustado
LOTE: 016	1	66600	LINHA AMIGURUMI, DIVERSAS CORES 100% MERCERIZADO. COMPRIMENTO 254M PESO 125 G		UNID	100,00	8,79	10,97

**REFERENTE** LICITAÇÃO Pregão Nº 15/2020

**DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020

**Publicado por:**  
Claudia Grzegozski  
**Código Identificador:**FB27C651

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 420/2018**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE REALEZA

**CONTRATADA:** ELIZABETE S. FLORINTINO E CIA LTDA

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DE EMBALSAMENTO PARA ATENDER AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS POR MORTE, CONFORME PRECONIZA A LOAS – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E LEI MUNICIPAL Nº 1.691 DE 15/12/2016.

**ADITIVO:** PRORROGAR A VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO PARA 16 DE DEZEMBRO DE 2021, CONFORME FACULTA O DISPOSTO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço contratado	Preço Reajustado
LOTE: 001 - Lote 001	1	57633	SERVIÇO FUNERÁRIO: DEVEM COBRIR O CUSTEIO DE DESPESAS DE URNA FUNERÁRIA, PREPARAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO CORPO, CRUZ BANQUETA, MESAS, VÉU, CASTIÇAIS COM DUAS VELAS, REPOSIÇÃO DE PARAMENTOS AFINS, TRANSPORTE FUNERÁRIO, USO DE TRANSPORTE FUNERÁRIO E QUANDO NECESSÁRIO OU OBRIGATÓRIO, SERVIÇOS DE ASPIRAÇÃO E APLICAÇÃO DE FORMOL, GARANTINDO A DIGNIDADE E O RESPEITO À FAMÍLIA BENEFICIÁRIA.	PAX REAL	UNID	100,00	355,00	367,04

**REFERENTE** LICITAÇÃO PREGÃO Nº 99/2018

**DATA DA ASSINATURA:** 02/12/2020

**Publicado por:**  
Claudia Grzegozski  
**Código Identificador:**669EF67C

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2020**

CEZAR GIBRAN JOHNSON, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 465, de 09 de dezembro de 1997, na Lei Municipal nº 1.031, de 15 de março de 2013, na Lei Municipal nº 1.211, de 05 de março de 2020, na Lei Municipal nº 1.212, de 05 de março de 2020, no Decreto Municipal nº 5.527, de 07 de agosto de 2020, no Decreto Municipal nº 5.528, de 07 de agosto de 2020 e;

**Considerando** processo seletivo simplificado, veiculado através do Edital nº 005/2020,

**TORNA PÚBLICA** A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PSS EDITAL Nº 005/2020, A SABER:

**AGENTE DE EXECUÇÃO I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

NOME	RG	CPF	POSICAO	RESULTADO	CRITERIO
Janaina Teixeira Dos Santos	14.598.622-2	123.309.899-38	9º	Aprovado	item 14 letra "C"
Barbara Natalia Tavares Ned	12.429.403-7	090.711.079-73	10º	Aprovado	Não Há
Bruno Alan De Souza	12.477.245-1	084.488.899-08	11º	Aprovado	item 14 letra "B"
Angelica Bonfim Costa	13.123.201-2	088.112.259-90	12º	Aprovado	item 14 letra "B"
Maria Elizabete B.Nascimento	7.312.360-7	024.416.869-50	13º	Aprovado	item 14 letra "C"
Gleyce Anne Da S.Cordeiro	7476085/PA	032.489.032-01	14º	Aprovado	item 14 letra "C"
Daniele Geffer Machado Faria	10.484.478-2	066.073.179-79	15º	Aprovado	Não Há

Considerando processo seletivo simplificado, veiculado através do Edital nº 006/2020,

**TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PSS EDITAL Nº 006/2020, A SABER:**

**MOTORISTAS - CNH CATEGORIA "D"**

Nomes	CLASSIFICAÇÃO	Resultado
Lucas Franco De Oliveira	6º	APROVADO
Edson Leder Stresser	7º	APROVADO
Pedro Henrique De Cristo Pinto	8º	APROVADO

Considerando processo seletivo simplificado, veiculado através do Edital nº 006/2020

**CARGO – TÉCNICO ADMINISTRATIVO (RECEPCIONISTA)**

Nome	R.G.	CPF	Posição	Resultado	Critério de Desempate
Lucas Gabriel Do Nasc. De Lima	14.506.878-9	121.478.649-94	6º	Classificado	Não há
Amanda Teixeira Bobato	13.352.055-4	087.580.659-70	7º	Classificado	Não há
Fernanda Agner Rocha	13.630.397-0	101.152.869-00	8º	Classificado	Não há
Rosana Aparecida Freitas	4.394.587-4	975.626.109-91	9º	Classificado	item 14 letra "B"

O candidato convocado deverá apresentar-se no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situada à Rua Horacy Santos nº 222 - Centro - Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, no período compreendido entre 03/12/2020 a 07/12/2020, das 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir o cargo ou ainda firmar declaração pela opção de constar em final de lista e/ou ainda desistência definitiva da classificação.

- Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
- Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
- Cópia do documento de Identificação;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física, vulgo CPF;
- Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do emprego;
- Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do emprego;
- 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
- Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
- Cópia do comprovante de residência;
- Número do PIS/PASEP;
- Cópia da Carteira de trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas da foto frente e verso)

Na ocasião da apresentação dos candidatos classificados será fornecida autorização contendo data e horário para que o candidato classificado realize o Exame Médico.

O candidato classificado deverá comparecer no local, nos prazos e horários estabelecidos, sob pena de perda do direito advindo da classificação obtida.

Rio Branco do Sul, 01 de Dezembro de 2020.

**CEZAR GIBRAN JOHNSON**

Prefeito

**Publicado por:**  
Henrique Sales Junior  
**Código Identificador:**C7AC7215

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**  
**PORTARIA Nº 1006/2020**

Autoriza o pagamento do incentivo financeiro, denominado Prêmio de Produtividade do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, conforme específica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a Lei Municipal nº 2.598, de 18 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a aplicação do incentivo financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ - AB, denominado componente de qualidade do piso de atenção básica variável - PAB Variável, transferido ao Fundo Municipal de Saúde, Considerando ainda o Ofício nº 004/2020 encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o pagamento do incentivo financeiro, denominado Prêmio de Produtividade do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ – AB, aos servidores municipais ativos e inativos que foram integrantes das equipes de Estratégia de Saúde da Família – ESF e de Estratégia de Saúde Bucal – ESB incluídas no PMAQ – AB pelo Município, mediante prévia adesão oficial.

Art. 2º Aos servidores inativos, o incentivo financeiro é devido proporcionalmente ao tempo de participação no programa.

Art. 3º O presente incentivo financeiro é devido nos termos da tabela abaixo:

Cargo	Servidor Municipal	Matrícula	Valor total em reais (R\$)
Médico	Juliana Schuster Semmer Krambeck	2554-2/1	100,44
	Wanderley de Castro Machado	2562-3/1	127,83
Enfermeiro B	Anna Paula Kuhl Alves	2069-9/1	365,06
	Luciane Mitiko Nishioka	2524-0/1	54,08
	Neila Aparecida Vila	2445-7/1	127,83
	Rosana Aparecida Barão Balan	2092-3/1	82,71
	Rosnei Correia	2427-9/1	100,44
Fisioterapeuta	Anselmo Piaz Virtuoso	2539-9/1	154,52
Psicólogo B	Cristiane Maria França Turnes	1778-7/1	365,05
	Rogério Ribas Assumpção	2386-8/1	365,05
Técnico em Enfermagem	Dirlei Alves	1702-7/2	54,08
	Gisele Aparecida Siqueira Pereira	1950-0/1	100,43
	Lucimara Kwiatkowski	1912-7/1	100,43
	Roni Zapora	1074-0/1	82,71
	Terezinha Lurdes Keretch Ulbrich	2268-3/1	54,08
	Vanderléia Aparecida Fernandes	1922-4/1	82,71
Auxiliar de Enfermagem A	Elair Bux Marins	1282-3/1	127,82
	Laura Baungartner	1003-0/1	127,82
	Lucia de Fátima Henrique	0942-3/1	82,17
Agente Comunitário de Saúde	Alessandra de Cacia Lima	1569-5/2	100,43
	Alexandra Martins Kubiak	2622-0/1	82,71
	Ana Paula Kutcka Ostroska	2624-7/1	54,08
	Ana Paula Popper de Lima	1784-1/1	82,71
	Andreia Aparecida Veiga	1019-7/1	127,82
	Andreia do Rocio Rotter Dornell	2377-9/1	54,08
	Cleide Aparecida Sweigert Duarte	2127-0/1	82,71
	Ione Aparecida Maceno Nissola	1061-8/1	100,43
	Ivonete Moreira de Almeida Valério	0874-5/2	54,08
	Jacinta Nicolaiuw de Freitas	1890-2/1	82,71
	Jeanne Hones da Silva	2131-8/1	54,08
	Josélia da Aparecida Valério de Queiroz	1712-4/1	54,08
	Jucimara Klostermann Maurer	1052-9/1	82,71
	Juliana Aparecida Ribas Martins	1572-5/2	82,71
	Juliana Ribeiro da Cruz	2621-2/1	82,71
	Kelly Maria Frydrich	1553-9/2	82,71
	Lucia Polgeba	1638-1/2	100,43
	Marilaine Borges de Souza	2620-4/1	54,08
	Maristela Veiga de Lima Vieira	1070-7/1	100,43
	Monica Freire Kuhl	2608-5/1	127,82
	Patricia Giseli Schlichting Becker	2623-9/1	127,82
	Vanda Zoreck	2387-6/1	100,43
Assistente de Administração B	Lindomar Schneider	1571-7/2	100,43
Recepcionista	Hadassa Francisco Alves	1477-0/1	127,82
	Vilma de Fátima Ribeiro Weisheimer	1236-0/1	82,71
Atendente de Farmácia	Janice Aparecida de Almeida	2612-3/1	82,71
Odontólogo ESF	Kamilla Silveira Lopes	2051-6/3	64,53
	Silmara Assunta Castaman	2100-8/2	129,05
Técnico em Higiene Dental	Marinete de Miranda Andrade	1923-2/1	129,05
	Vilma Oracy Correa	1965-8/1	64,52
Atendente de Consultório Dentário	Silmara Aparecida Soares de Castro	0459-6/1	322,61
Auxiliar de Saúde Bucal	Vanessa da Maia	2583-6/1	129,04
<b>TOTAL 5.501,95</b>			

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2020.

**Rio Negro, 02 de dezembro de 2020.**

**MILTON JOSÉ PAIZANI**

Prefeito Municipal

<b>SIMONE ANGÉLICA VITORINO GONDRO</b>	<b>JOANI ASSIS PETERS</b>
Secretária Municipal De Saúde	Secretário Municipal De Administração, Planejamento E Coordenação Geral

**Publicado por:**  
**Carolina Valerio Soares**  
**Código Identificador: C77DEA6C**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA**

**DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO**  
**LEI MUNICIPAL Nº. 165, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**SÚMULA:-** Dispõe sobre a Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar e Comercial, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **Maurício Baú**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** - Anualmente o Executivo Municipal determinará, mediante decreto, a elaboração de planilhas de custos dos serviços de Coleta, transporte e destinação do lixo, que informarão os valores da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar à vigorar no exercício seguinte, fixando, inclusive, os novos preços dos serviços que estarão em vigor no próximo exercício.

**Art. 2º** - A fórmula de cálculo que orienta a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar está constante no anexo I da presente Lei.

**Art. 3º** - Na hipótese de aumento de frequência na coleta do lixo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fixar, por decreto, os novos preços dos serviços.

**Art. 4º** - A cobrança da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar será feita através do carnê de cobrança do IPTU.

**Art. 5º** - O inciso II do art. 55 do Código Tributário Municipal, Lei nº 022/83, de 08 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

...II - A taxa decorrente da utilização efetiva ou potencial do serviço público, específico e divisível, prestado ou posto a disposição do contribuinte de Coleta de Lixo Domiciliar, terá como base de cálculo o valor estimado para o custeio e manutenção dos serviços a que se refere, tendo como parâmetro a tabela I em anexo.

**Art. 6º** O não pagamento da Taxa de Coleta de Lixo relativo ao exercício financeiro de 2021, no prazo determinado, implicará nas seguintes penalidades:

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor vencido.
- b) Juros de Mora de 0,5 (zero virgula cinco por cento ao mês a partir do vencimento).
- c) Atualização monetária com base na variação da INPC ou outro indexador que vier a substituí-lo.

**Art. 7º** - Revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei nº 069/2019, de 18 de dezembro de 2019, a presente Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná em 02 de Dezembro de 2020.

**MAURÍCIO BAÚ**  
 Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
**TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE COLETA DE LIXO**

Coletas	Tipo	Qdt Economias estimativas	Classe	Vlr R\$/ano Unit.	Vlr R\$/ano Total
Coleta 6x por semana	Residencial/comercial em geral	44	0	594,70	26.166,80
	Grandes Geradores de lixo(de 50 à 180kg)	02	01	2.765,20	5.530,40
	Grandes Geradores de lixo( de 181 à 250kg)	01	02	3.604,80	3.604,80
Coleta 3x por semana	Residência em Geral	931	03	67,35	62.702,85
	01 Residência em Geral (setor 01 e 02)	446	04	90,50	40.363,00
	02 Residências em Geral (setor 01 e 02)	50	04	181,00	9.050,00
	03 Residências em Geral (setor 01 e 02)	20	04	271,50	5.430,00
	Comercial/Residencial 01	46	05	416,95	19.179,70
	Comercial/Residencial 02	36	06	516,75	18.603,00
Coleta 2x por semana	01 Residencial em Geral	953	07	50,19	47.831,07
	02 Residenciais em Geral	80	07	100,40	8.032,00
	03 Residenciais em Geral	40	07	150,60	6.024,00
	Comercial/Residencial 01	52	08	286,44	14.894,88
	Comercial/Residencial 02	38	09	364,40	13.847,20
Total		2.739			281.259,70
Critérios*: *Baseado em Estudo da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra.					
Peso Médio por coleta x quantidade de coleta por semana x fator CTCL x 12 meses/ano.					

**Publicado por:**  
 Elizandra Rossatto  
 Código Identificador:4B6CA54B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 74/2020**

O prefeito Municipal **JARBAS CARNELOSSI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo nº: 94/2020

Licitação nº: 36/2020

Modalidade: Processo dispensa

Data da Homologação: 01/12/2020

Data de adjudicação: 01/12/2020

Objeto homologado: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO

INDÚSTRIA GRÁFICA ALTIZANI LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quant.	Preço	Preço total
1	1	AUTO TERMO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 100 X 1 A4	BLOCO	4,00	39,00	156,00
1	2	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - PAPEL SULFITE 75G, FORMATO 15CM X 21XCM BLOCO 100X1	BLOCO	15,00	15,00	225,00
1	3	BLOCO DE ATESTADO ODONTOLÓGICO - PAPEL SULFITE 75G 15CMX21XCM BLOCO 100X1	BLOCO	5,00	19,00	95,00
1	4	BLOCO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA-PAPEL SUPERBOND AZUL 75G, NUMERADO FORMATO 10,5CM X 21,5CM - BLOCO 20 X1	BLOCO	20,00	9,50	190,00
1	5	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO INDIV. E SUS FORM. A4 FRENTE E VERSO 100X1	BLOCO	20,00	40,00	800,00
1	6	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO E SUS FORMATO A4 FRENTE/VERSO 100 X 1 COLORIDA	BLOCO	5,00	39,00	195,00
1	7	BLOCO FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA E SUS FORM. A4 FRENTE E VERSO 100X1	BLOCO	5,00	39,00	195,00
1	8	BLOCO FICHA DE ATIVIDADE SOCIAL COLETIVA DO SUAS BLOCO FICHA DE ATIVIDADE SOCIAL COLETIVA DO SUAS FORMATO A4 FRENTE E VERSO 100X1 COLORIDA	BLOCO	20,00	48,00	960,00
1	9	BLOCO FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR E SUS FORMATO A4 100X1	BLOCO	5,00	39,00	195,00
1	10	BLOCO FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL E SUS FORMATO A4 FRENTE E VERSO 100 X 1 COLORIDA	BLOCO	5,00	39,00	195,00
1	11	BLOCO FICHA DE PROCEDIMENTO E SUS FORMATO A4 FRENTE E VERSO 100 X 1 COLORIDA	BLOCO	20,00	39,00	780,00
1	12	BLOCO FICHA DE VISITA DOMICILIAR DO SUAS BLOCO FICHA DE VISITA DOMICILIAR DO SUAS FORMATO A4 100X1 COLORIDA	BLOCO	20,00	48,00	960,00
1	13	BLOCO FICHA DE VISITA DOMICILIAR E SUS FORMATO A4 FRENTE E VERSO 100X1 COLORIDA	BLOCO	20,00	39,00	780,00
1	14	BLOCO FICHA SOCIAL INDIVIDUAL DO SUAS BLOCO FICHA SOCIAL INDIVIDUAL DO SUAS FORMATO A4 FRENTE E VERSO 100X1 COLORIDA	BLOCO	20,00	48,00	960,00
1	15	BLOCO GUIA DE ENCAMINHAMENTO - PAPEL AUTOCOPY, FORMATO 15CMX21CM BLOCO 50X2 1ª VIA BRANCA 2ª VIA COLORIDA	BLOCO	30,00	17,00	510,00
1	16	BLOCO RECEITUÁRIO - PAPEL AUTOCOPY, FORMATO 15 CMX21CM BLOCO 50X2	UNI	200,00	7,50	1.500,00
1	17	BLOCO RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL PAPEL AUTOCOPY 15CMX21CM BLOCO 50X	UNI	30,00	30,00	900,00
1	18	CARIMBOS 3.9 X 5.9	UNI	40,00	70,00	2.800,00
1	19	CARIMBOS 5.5 X 8.5	UNI	8,00	200,00	1.600,00
1	20	CARIMBOS 5.7 X 2.1	UNI	18,00	45,00	810,00
1	21	CARIMBOS 7.4 X 3.7	UNI	18,00	70,00	1.260,00
1	22	CARNÊ DE IPTU E ALVARÁ CARNÊ DE IPTU E ALVARÁ - CAPA PAPEL 120 G, FORMATO ABERRTO 42 CM X 10 CM, IMPRESSÃO 1X0 COR, 8 X 1 VIAS, ACABAMENTO: CORTE COLAGEM E MONTAGEM DOS CARNÊS.	UNI	1.200,00	2,10	2.520,00
1	23	CARTÃO DE CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS - COLORAÇÃO AZUL 23X22 CM PAPEL CARTÃO	UNI	100,00	0,85	85,00
1	24	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE PAPEL CARTÃO 10,5CMX7,5CM COLORIDO	UNI	100,00	0,45	45,00
1	25	CARTÃO DE REGISTRO DE VACINAS - 20 X 15,5 CM PAPEL SULFITE	UNI	100,00	0,85	85,00
1	26	CARTÃO PLANEJAMENTO FAMILIAR 16,5 X 10 CM COLORAÇÃO ROSA-PAPEL CARTÃO	UNI	100,00	0,85	85,00
1	27	CARTÃO VISITA AGENTE DE ENDEMIAS 15 X 12 CM PAPEL SULFITE A4	UNI	300,00	0,33	99,00
1	28	CARTAZES COLORIDO 4X1 / 33X48	UNI	1.620,00	4,90	7.938,00
1	29	ENVELOPE PADRONIZADO C TIMBRE 20X28 OURO	UNI	2.000,00	0,65	1.300,00
1	30	ENVELOPE PADRONIZADO C TIMBRE 26X36 BRANCO	UNI	1.000,00	0,85	850,00
1	31	ENVELOPE PADRONIZADO C TIMBRE 26X36 OURO	UNI	1.000,00	0,95	950,00
1	32	ENVELOPE PADRONIZADO C TIMBRE 28X20 BRANCO	UNI	1.500,00	0,95	1.425,00
1	33	ENVELOPE PRONTUÁRIO, IMPRESSO, ABERTURA PARA CIMA, CORTE ESPECIAL PAPEL KRAFT NATURAL 95G FORATO 16,5CM X 23,5 CM	UNI	500,00	1,17	585,00
1	34	ENVELOPE TIMBRADO, ABERTURA PARA O LADO, FORM. 18 CM X 24 CM OURO.	UNI	500,00	0,70	350,00
1	35	ENVELOPE TIMBRADO, ABERTURA PARA O LADO, FORMATO A4 22X32 OURO.	UNI	500,00	0,85	425,00
1	36	FICHA CLÍNICA - FORMATO 21 CM X 30 CM - COM DOBRA	UNI	300,00	0,70	210,00
1	37	FICHA DE VISITA DOS AGENTES DE ENDEMIAS 100 X 1 TAMANHO A4 FRENTE/VERSO	UNI	20,00	35,00	700,00
1	38	NOTAS DE PRODUTOR C 500 JOGOS DE 5 VIAS	CX	12,00	590,00	7.080,00
1	39	PANFLETOS COLORIDOS 4X1 FRENTE 21X15	UNI	2.000,00	0,65	1.300,00
1	40	PASTA AZUL COM TIMBRE	UNI	200,00	0,98	196,00
1	41	PASTA AZUL SEM TIMBRE	UNI	200,00	0,90	180,00
1	42	Pasta personalizada colorida com perfuração, capacidade de até 50 páginas – Couchê 300g	UNI	300,00	4,60	1.380,00
1	43	PASTA VERDE COM TIMBRE	UNI	500,00	0,98	490,00
1	44	PASTA VERDE SEM TIMBRE	UNI	500,00	0,90	450,00
1	45	Pastas Processo licitatório Tamanho 34,7Cm X 25,8Cm, Papel Couchê 300g com brilho. Impressão Chapada, 07 Vincos Para Fole Com 02 Perfurações na parte interna .Acabamento: Refilado, Vinco, 01 Dobra. Cor branca, personalizada com as informações do município de Santa Amélia e borda da frente colorida	UNI	300,00	4,80	1.440,00
1	46	PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO 20 X 15,5 CM (PAPEL CARTÃO)	UNI	100,00	0,96	96,00
1	47	REQUISIÇÃO 50 X 20 PAPEL AUTOCOPY 16 X 11	BLOCO	100,00	12,40	1.240,00
TOTAL						47.570,00

Valor homologado: 47.570,00

Santa Amélia, 01 de dezembro de 2020.

**JARBAS CARNELOSSI**

Prefeito De Santa Amélia

**Publicado por:**  
Emerson Antonio de Andrade  
**Código Identificador:**60144A89

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 164/2020**

**REF: Dispensa de Licitação n.º 039/2020**

Processo Administrativo n.º 158/2020.

**BASE LEGAL:** Art. 24, inciso I e ss. da Lei Federal n.º 8.666/93

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

**CNPJ/MF N.º :** 75.462.820/0001-02

**CONTRATADO:** Gráfica e Editora Mundo Ltda, com sede na Rua José Firmino Barbosa, 122, Jardim Internorte, CEP: 87.045-050 – Município de Maringá, Estado de Paraná, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 28.419.352/0001-03.

**OBJETO:** Aquisição Contratação de empresa especializada em confecção e montagem dos Carnês de IPTU para o exercício de 2021 para esta Municipalidade.

Item	Descrição	Qtd	V. Unt.	V. Total
1	Carnê de IPTU contendo 05 folhas, sendo: 01 recibo de entrega, 01 capa com arte gráfica, 01 demonstrativo, 01 parcela única e 01 contracapa com arte gráfica. As capas e contracapas serão impressas em papel off-set 90gr, <b>colorido na frente e cor preta no verso</b> as demais laminas em papel branco 75gr. O acabamento dos Carnês se dará no processo Hot-Melt (cola quente), possibilitando melhor fixação das laminas. Com código FEBRABAN.	3.700	R\$ 0,95	R\$3.515,00

**VALOR CONTRATUAL:** R\$3.515,00 (três mil quinhentos e quinze reais).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Prazo de vigência do contrato 180 (cento e oitenta dias), prazo de entrega 15 (quinze) dias contados da emissão NAD.

**CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO:** Existente

**DEMAIS CONDIÇÕES:** Constantes do Processo de Dispensa de Licitação sob o n.º 039/2020, c/c com os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93.

Santa Cruz de Monte Castelo, Edifício da Prefeitura, 18 de novembro de 2020.

**FRANCISCO ANTÔNIO BONI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Maria Estela Fiore Cordeiro  
**Código Identificador:**A7D5DC5A

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Acordo de Cooperação que entre si celebram o Município de SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO e a FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – FUNDAÇÃO SICREDI.

O município de SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, representada pela Prefeitura Municipal, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com sede na Avenida Paulo Libânio, nº 700 (CEP: 87920-000), inscrita no CNPJ sob o nº. 75.462.820/0001-02, neste ato representado por seu titular, Francisco Antonio Boni, CPF nº 030.415.519-50, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, e a FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – FUNDAÇÃO SICREDI, doravante denominada **FUNDAÇÃO SICREDI**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.430.210/0001-69, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme consta do processo MJ nº 08071.05576/2010-11 e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de 17/06/2010, publicado no Diário Oficial da União de 25/06/2010, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, firmam o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** (“**ACORDO**”), mediante as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **ACORDO** tem por objeto a implementação de metodologia de educação cooperativa baseada em projetos, para o desenvolvimento de princípios de cooperação e cidadania.

**Parágrafo Primeiro.** Integra-se ao objeto deste **ACORDO**, como Anexo I, o Programa de Trabalho especificado pela **FUNDAÇÃO SICREDI**, documento indissociável ao presente **ACORDO**.

**Parágrafo Segundo.** As metas do presente **ACORDO** consistem na execução integral das atividades relacionadas no Programa de Trabalho, de acordo com os prazos ali estabelecidos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **ACORDO**:

#### I - DA FUNDAÇÃO SICREDI

a) executar o Programa de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do **MUNICÍPIO**, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

#### II - DO MUNICÍPIO

a) aplicar a metodologia e a proposta pedagógica da **FUNDAÇÃO SICREDI**, os materiais didáticos e a avaliação do processo e resultado, conforme previsto neste **ACORDO** e nos demais documentos e materiais disponibilizados pela **FUNDAÇÃO SICREDI**;

b) disponibilizar o quadro de educadores, durante sua jornada de trabalho, para os processos de formação continuada;

c) promover a integração do objeto deste **ACORDO** com toda comunidade de aprendizagem;

d) oferecer as condições necessárias para realização dos programas de formação continuada;

e) cumprir com as atividades de responsabilidade do **MUNICÍPIO** previstas no Programa de Trabalho e neste **ACORDO**;

f) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste **ACORDO** antes do término de sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;

g) publicar no Diário Oficial extrato deste **ACORDO** e de seus eventuais aditivos, no prazo estipulado na cláusula sétima abaixo;

h) prestar o apoio necessário à **FUNDAÇÃO SICREDI** para que seja alcançado o objeto deste **ACORDO** em toda sua extensão;

i) desenvolver e implantar planos de ação com base em pesquisas desenvolvidas e divulgadas pela **FUNDAÇÃO SICREDI** e seus parceiros, se houver; e



j) indicar a Sra. Ana Maria Justo Pires Boni, CPF 006.667.559-65, como coordenador local, que ficará responsável por (i) participar das reuniões visando à manutenção e atualização do objeto deste **ACORDO**, (ii) articular e promover a participação dos educadores nas oficinas, na avaliação do processo e do resultado, (iii) promover a utilização dos materiais didáticos disponibilizados e (iv) manter os relatórios atualizados. Eventual substituição do coordenador local ora indicado deverá ser comunicada imediatamente, por escrito, à **FUNDAÇÃO SICREDI**.

k) dedicar o coordenador local, acima indicado, por, no mínimo, 08 horas semanais, para atendimento das responsabilidades presentes na alínea “j” desta Cláusula;

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO PEDAGÓGICA**

A execução pedagógica ficará a cargo das escolas e organizações mobilizadas pelo **MUNICÍPIO** para o desenvolvimento do objeto deste **ACORDO**, respeitadas as diretrizes, os princípios e a metodologia estabelecidos no Programa A União Faz a Vida bem como de Trabalho da **FUNDAÇÃO SICREDI**.

#### **CLÁUSULA QUARTA – OS RECURSOS**

Não haverá transferência de recursos pelo **MUNICÍPIO** a **FUNDAÇÃO SICREDI**, arcando essa última com todas as despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente **ACORDO** vigorará por 11 (onze) meses a partir da data de sua assinatura, prazo no qual o seu objeto deverá ser totalmente concluído.

**Parágrafo único.** A vigência deste **ACORDO** poderá ser alterada, de comum acordo, por meio de termo aditivo assinado pelo **MUNICÍPIO** e pela **FUNDAÇÃO SICREDI**.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

O presente **ACORDO** poderá ser rescindido administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – Por qualquer das Partes, se houver descumprimento, ainda que parcial, das cláusulas aqui transcritas, se a irregularidade não for sanada no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento pela parte infratora de comunicação, por escrito, enviada pela outra parte;

II - É facultado a qualquer das Partes, rescindir, a qualquer momento, o presente **ACORDO**, com aviso prévio, por escrito, de 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**

Caberá ao **MUNICÍPIO** proceder à publicação do extrato do presente instrumento na Imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura deste **ACORDO**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

I – Cada parte é responsável tão somente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes de seu quadro de colaboradores, inexistindo qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte pelo cumprimento dessas obrigações;

II - A **FUNDAÇÃO SICREDI** é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente **ACORDO**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do **ACORDO** ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Fica eleito o foro da sede do **MUNICÍPIO** para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente **ACORDO** em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Santa Cruz de Monte Castelo, 03 de Fevereiro de 2020.

#### **FUNDAÇÃO SICREDI**

Representante Legal Fundação Sicredi

Município

Nome:

**FRANCISCO ANTONIO BONI**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 030.415.519-00

Testemunha:

Nome: Clélia Maria Costa Ruiz

Endereço: Nova Londrina

CPF nº: 917.219.031-00

Testemunha:

Nome: Valdevina da Cunha Guerreiro

Endereço: Santa Cruz de Monte Castelo

CPF nº: 500.768.689-15

#### **ANEXO I – PLANO DE TRABALHO**

#### **DESCRIÇÃO DO PROJETO**

**TÍTULO DO PROJETO:** Programa A União Faz a Vida em **SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO -PR**

#### **PERÍODO DE EXECUÇÃO**

**INÍCIO: 03/02/2020 TÉRMINO: 31/12/2020**

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:** Sicredi atua na comunidade trabalhando em todo o seu desenvolvimento, seja econômico como o social, e pensando nisso, firmamos parceria com o município, trazendo para ser desenvolvido o Programa A União Faz a Vida com o objetivo de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, por meio de práticas de educação cooperativa por uma metodologia própria: a de projetos, onde educadores, crianças, adolescentes e comunidade fazem uma experiência colaborativa e prioriza o diálogo, com a troca de saberes, a resolução de conflitos, a percepção das diferenças.

**DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA:** O programa A União Faz a Vida, vem de encontro com os saberes curriculares que já são trabalhados com as crianças, onde o programa sensibiliza por meio de projetos os conteúdos que são ministrados pelos professores em sala de aula, possibilitando ao aluno ser protagonista de seus conhecimentos, os quais visam a melhorar e a modificar o processo de aprendizagem das crianças e adolescentes, bem como dos educadores e da comunidade, tornando cidadãos mais cooperativos, participativos e protagonizando as suas opiniões e decisões.

**PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO:** Educadores, crianças, adolescentes e comunidade.

**DESCRIÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E MENSURÁVEIS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES/PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:**

O planejado para 2020 é a realização do Programa A União Faz a Vida em 10 escolas distribuídas no município de Santa Cruz de Monte Castelo (EMEIF Anibal Israel Liuti, CMEI Santa Maria, CMEI Raio de Luz, CMEI Professora Marlene Alcebíades, CMEI Atílio Fonzar, Escola Maria do Rosário Torre - APAE, Escola do Campo Maria de Lourdes Roque, Escola Municipal do Campo José Miranda Gomes, EMEIF Flávio Luiz Botter, Escola Particular Brasileirinho)

#### FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

O Programa A União Faz a Vida proporciona treinamentos e formações para professores e acompanhamento pedagógico pelos nossos Assessores para o desenvolvimento dos projetos. Os projetos possuem os pontos específicos para serem desenvolvidos como análise ao currículo, a formulação da pergunta exploratória e a escolha do território, por conseguinte a realização da expedição investigativa no território escolhido, e assim identificar os saberes das crianças e adolescentes, o que eles sabem e o que querem saber. Após essas etapas, se tiver mais cronograma, os mesmos são executados, e começam a aparecer os projetos.

#### PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Após concluído os projetos, as escolas e os professores divulgam aos pais os trabalhos realizados com os filhos, entregando a pasta de atividade e realizando uma exposição para que a comunidade conheça todo o carinho e dedicação dos professores e alunos na execução do conteúdo. É realizado também o cadastramento dos projetos no site do Programa A União Faz a Vida, após conferido pelos Assessores, que deve conter a Pergunta Exploratória, Expedições Investigativas, Rodas de Diálogo, Índice Inicial, Índice Formativo, Projeto, Articulação com o Currículo, Comunidade de Aprendizagem e Índice Final.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (METAS, ETAPAS OU FASE)						
META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade de Medida	Qtde	Início	Término
Abertura Oficial	Etapa Inicial	Início do Período Letivo – reunião com todos os professores do PUFV, presença de um palestrante	HORAS	4	Fev/2020	Fev/2020
Assessoria a projetos	Diagnóstico e execução	Primeiro contato dos Assessores com os professores e escolas para iniciarem os projetos	HORAS/PROJETO	96	Mar/2020	Ago/2020
Institucional	Apoio	Livros, camisetas, pastas, outdoor, abelhas de pelúcia, revistas, certificados, tudo que for necessário	UN	1 POR PESSOA/ESCOLA	Fev/2020	Nov/2020
Construção dos Projetos	Etapa Inicial	Professores em conjunto com coordenador local e assessores	HORAS/PROJETO	20	Ago/2020	Set/2020
Publicação dos Projetos	Etapa Final	Socialização dos Projetos - Revista	HORAS/PROJETO	6	Set/2020	Nov/2020

#### APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

( X ) Aprovado ( ) Reprovado

Data: 03/02/2020

**FRANCISCO ANTONIO BONI**

Prefeito Municipal

Santa Cruz de Monte Castelo

**Publicado por:**

Maria Estela Fiore Cordeiro

**Código Identificador:**347B85DE

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 207/2020

**Ref. LICITAÇÃO Processo inexigibilidade Nº 3/2020.**

**Ref. Edital De Credenciamento Nº 02/2020.**

#### EXTRATO

Partes:

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;

Contratada: ROSALINA STOCO FIORENTIN COLETT 97574031991;

Objeto:

Credenciamento objetivando a Credenciamento de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Carpinteiro e Pintor para realização de pequenos reparos/manutenção de imóveis e vias públicas do Município.

Valores:

ITENS						
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário
Lote 001	1	3716	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO/CARPINTEIRO Prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro e Carpinteiro para realização de pequenos reparos/manutenção de imóveis e vias públicas do Município.	M2	1.300,00	131,66

Lote 001	2	6877	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTOR: Prestação de Serviços de Mão de Obra de Pintura Lisa e textura Lisa, em imóveis e vias públicas do Município.	M2	5.000,00	12,00
----------	---	------	--	----	----------	-------

Prazo de Execução: 01/12/2021.

Prazo de Vigência: 01/12/2021.

Data da Assinatura: 02/12/2020.

**Publicado por:**  
Fernando Isederio Tortelli  
**Código Identificador:**B6CAB96E

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

<b>- CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Djalma Dias Batista
Cargo/Função	Motorista
Data	01/12/2020 a 18/12/2020
Quantidade	4 (quatro) de R\$ 30,00
Valor	R\$ 120,00
Destino	Londrina/Cornélio Procópio ou outras.
Motivação	Viagens para Secretaria Municipal de Assistência Social

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Eric Jose da Silva Proença
Cargo/Função	Motorista
Data	Dezembro de 2020
Quantidade	22 diárias de R\$ 30,00
Valor	R\$ 660,00
Destino	Londrina, Cornélio Procópio, Sta Mariana e afins
Motivação	A serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Eduardo Ferraz Rocha
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	20 diárias de R\$ 30,00
Valor	R\$ 600,00
Destino	Londrina, Cornélio Procópio, Sta Mariana e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Valdir da Costa
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	09 de R\$ 30,00 e 01 de R\$ 60,00
Valor	R\$ 330,00
Destino	Londrina, Cornélio Procópio, Sta Mariana e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Erik Nomura Sampaio
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	14 diária de R\$ 30,00
Valor	R\$ 420,00
Destino	Londrina, Cornélio Procópio, Sta Mariana e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Valdemir Antunes de Araujo
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	24 diárias de R\$ 30,00
Valor	R\$ 720,00
Destino	Londrina, Cornélio Procópio, Sta Mariana e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
Nome	Nelson Francisco da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	02 de R\$ 60,00 e 19 de R\$ 30,00
Valor	R\$ 690,00
Destino	Londrina, Cornélio Procópio, Sta Mariana e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

<b>CONCESSÃO DE DIÁRIAS -</b>	
-------------------------------	--

Nome	Marinho Antonio de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	15 de R\$ 30,00
Valor	R\$ 450,00
Destino	Londrina, Cornélio Procopio, Sta Mariana, Curitiba, Campo Largo e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Sergio de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	dezembro de 2020
Quantidade	15 de R\$ 30,00
Valor	R\$ 450,00
Destino	Londrina, Cornélio Procopio, Sta Mariana, Curitiba, Campo Largo e afins
Motivação	A serviço da secretaria de saúde.

**Publicado por:**  
João Elizeu Bernardo  
**Código Identificador:**8A3D80AF

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 235/2020**

**PEDRO SERGIO KRONEIS**, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;

**Considerando** o capítulo V, artigos 102 à 109 da Lei 571/2003 de 30/12/2003 - Das Férias

**Considerando** requerimento dos servidores municipais;

**Considerando** Ofício 218 e 236/2020 da Secretaria Municipal de Saúde

**Considerando** o disposto nos Artigos 101-A, 101-B e 101-C da Lei Municipal 571/2003;

**RESOLVE:**

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA ESPECIAL para o servidor abaixo relacionado, conforme respectivo período de gozo, de acordo com a Seção IX - da Licença Especial - Lei Municipal 571/2003.

Matr.	Nome	Data Admissão	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
4051	JULIO CEZAR MENDES DE MORAIS	01/08/2008	MOTORISTA	01/08/2013 à 01/08/2018	13/12/2020 à 31/01/2021 (50 dias)

Artigo 2º- CONCEDER FÉRIAS aos Servidores Municipais abaixo relacionados, conforme respectivos períodos de aquisição e gozo.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
4972	ALEX VIEIRA SANTOS	MOTORISTA	01/10/2013	01/10/2019 à 01/10/2020	17/12/2020 à 31/12/2020
4771	ANA PAULA MENDES	CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF	23/01/2012	23/01/2019 à 23/01/2020	21/12/2020 à 30/12/2020
2211	ASSIS DIAS	OFICIAL ADMINISTRATIVO I	01/03/2000	01/03/2019 à 01/03/2020	08/12/2020 à 18/12/2020
3261	EVERALDO JOSE DE OLIVEIRA	MOTORISTA	03/04/2006	03/04/2018 à 03/04/2019	17/12/2020 à 31/12/2020
4311	FABIOLA DE CASTRO DANO ALBERGONI	MÉDICO CLÍNICO GERAL PSF	01/08/2011	01/08/2019 à 01/08/2020	03/12/2020 à 01/01/2021
421	GILDO JESUS DA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/02/1989	01/02/2018 à 01/02/2019	17/12/2020 à 31/12/2020
4051	JULIO CEZAR MENDES DE MORAIS	MOTORISTA	01/08/2008	01/08/2018 à 01/08/2019	03/12/2020 à 12/12/2020
3463	MARCIO DA SILVA	ENFERMEIRO	01/06/2018	01/06/2018 à 01/06/2019	09/12/2020 à 18/12/2020

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Comunique-se, publique-se, cumpra-se.*

*Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2020; 60º ano da Emancipação Política do Município.*

**PEDRO SERGIO KRONÉIS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Luciano Dias  
**Código Identificador:**8CA6AF5E

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA**

**ADMINISTRAÇÃO GERAL**  
**DECRETO Nº 226/2020.**

**DECRETO Nº 226/2020.**

**SÚMULA:** Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R\$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1192/2019.

# DECRETA

**Art. 1º** - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2020, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R\$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais).

03.001		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0003-2005		MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300	3390.30.00.00	01510	Material de Consumo
Total da Unidade			2.000,00

04.001		TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0004-2007		MANUTENÇÃO DO TRANSP. URBANO E TRANSP. RURAL	
510	3390.30.00.00	01504	Material de Consumo
Total da Unidade			10.000,00

09.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0009-2022		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1820	3390.30.00.00	01327	Material de Consumo
Total da Unidade			10.000,00

10.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0011-2027		MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2520	3390.39.00.00	01934	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Total da Unidade			14.500,00

12.001		TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.541.0014-2034		INCENTIVAR, REC. E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
2890	3390.30.00.00	01000	Material de Consumo
Total da Unidade			2.000,00

**Art. 2º** - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, o Poder Executivo utilizará o cancelamento parcial ou total e o excesso de arrecadação de acordo com o Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei Municipal nº 1192/2019.

12.001		TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.541.0014-2034		INCENTIVAR, REC. E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
2870	3190.11.00.00	01000	Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Total da Unidade			2.000,00

## Excesso de Arrecadação

112101130000000000 – TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	2.000,00
171802610000000000 – COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP – PRINCIPAL	10.000,00
171812110000000000 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS – PRINCIPAL	14.500,00
172803110000000000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO – PRINCIPAL	10.000,00
Total	36.500,00

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 02 de dezembro de 2020.

**GIMERSON DE JESUS SUBTIL**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Franciele Flor Delfino de Oliveira  
**Código Identificador:**E60EC377

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

### SECRETARIA DE FINANÇAS LEI 1836

#### LEI Nº.1836 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

Ementa: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

**Art. 1º** - Fica a Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	197	Fundo Municipal de Saúde	6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM 339014 - Diárias - civil Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	30.000,00
Suplementar	285	Fundo Municipal de Saúde	6.1.10.122.9.2034 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	15.000,00

Suplementar	324	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM</b> 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	5.000,00
Suplementar	35	Fundo Municipal de Assistência Social	<b>5.3.8.244.4.2020 - Manutenção das Atividades de Benefícios Eventuais</b> 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita <b>Vínculo:</b> 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00
Suplementar	571	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2038 - Atendimento especializado a população</b> 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	100.000,00
Suplementar	689	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM</b> 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	240.000,00

**Art. 2º** - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	440	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2038 - Atendimento especializado a população</b> 337233 - Passagens e despesas com locomoção <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) E.C.	350.000,00
Anulação Dotação	473	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.303.39.2039 - Assistência Farmaceutica</b> 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) E.C.	40.000,00
Anulação Dotação	674	Fundo Municipal dos Direitos da Cr.e Adol	<b>5.5.8.243.8.6000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescente</b> 335043 - Subvenções sociais <b>Vínculo:</b> 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 01 de Dezembro de 2020.

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**

Prefeito

**Publicado por:**  
Claudemir dos Santos  
**Código Identificador:**DAC791A5

## SECRETARIA DE FINANÇAS DECRETO 3610

### DECRETO Nº. 3610, de 01 de Dezembro de 2020.

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 1836 de 01 de Dezembro de 2020.

### DECRETA

**Art. 1º** - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	197	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM</b> 339014 - Diárias - civil <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	30.000,00
Suplementar	285	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.122.9.2034 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS</b> 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	15.000,00
Suplementar	324	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM</b> 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	5.000,00
Suplementar	35	Fundo Municipal de Assistência Social	<b>5.3.8.244.4.2020 - Manutenção das Atividades de Benefícios Eventuais</b> 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita <b>Vínculo:</b> 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00
Suplementar	571	Fundo Municipal de Saúde jurídica	<b>6.1.10.302.30.2038 - Atendimento especializado a população</b> 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	100.000,00
Suplementar	689	Fundo Municipal de Saúde jurídica	<b>6.1.10.302.30.2037 - Manutenção do PAM</b> 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	240.000,00

**Art. 2º** - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	440	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.302.30.2038 - Atendimento especializado a população</b> 337233 - Passagens e despesas com locomoção <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	350.000,00
Anulação Dotação	473	Fundo Municipal de Saúde	<b>6.1.10.303.39.2039 - Assistência Farmaceutica</b> 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita <b>Vínculo:</b> 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	40.000,00
Anulação Dotação	674	Fundo Municipal dos Direitos da Cr.e Adol	<b>5.5.8.243.8.6000 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescente</b> 335043 - Subvenções sociais <b>Vínculo:</b> 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	80.000,00

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 01 de Dezembro de 2020.

**ALTAIR DONIZETE DE PADUA**

Prefeito

**Publicado por:**  
Claudemir dos Santos  
**Código Identificador:**96AF3B7D

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**RETIFICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - CREDENCIAMENTO Nº 02/2020**

**RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2020**

Considerando a necessidade de correção no extrato de contrato do credenciamento nº 02/2020, publicado no site da Prefeitura [www.tijucasdosul.pr.gov.br](http://www.tijucasdosul.pr.gov.br),

Onde se lê:

N. CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA ASSINATURA	DE DATA VIGÊNCIA	DA VALOR (R\$)
55/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	SELMA DE FATIMA DOS SANTOS DA ROCHA CPF: 069.267.099-80	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
56/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	JOSUE SOARES CPF: 044.930.149-46	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
57/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	MARCIO ADRIANO KREFER CPF: 021.727.599-02	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
58/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	SALETE APARECIDA LEPREVOST CPF: 034.636.119-29	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
59/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	MARCOS HENRIQUE CARO CPF: 079.448.589-84	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
60/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	SCHEILA DA ROCHA MATT CPF: 062.056.049-57	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
61/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	JOAREZ BUENO DA SILVA CPF: 037.804.329-35	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
62/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	CAMILLA TASSIA PEDRI CAZURA CPF: 074.846.179-54	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
63/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	PAOLA GENIFER TITSCHKOWSKI CPF: 063.988.149-16	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
65/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	NILZA MENEGUES MILDEMBERGER CPF: 025.944.219-44	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
66/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	GUSTAVO ALEIXO DERENIEVICZ CPF: 079.448.669-01	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
67/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	ANNEGRET RINKLIN REIKDAL CPF: 033.042.079-88	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
68/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	BRUNO ANDRADE FASCIO CPF: 114.172.659-90	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
69/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	PATRICIA CAMARGO MUHLSTEDT CPF: 069.208.269-76	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
70/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	BRUNO LORENZETT MOCELIN CPF: 047.649.809-08	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
71/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	BRUNA CORREA DE GOIS CPF: 103.855.539-60	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
72/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	ROSIANE LEPREVOST FERREIRA DA ROCHA CPF: 021.671.149-58	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
73/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	VINICIUS MAOSKI VALASKI CPF: 080.146.079-45	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
74/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	JAQUELINE BRUGINSKI MULIK CPF: 080.336.139-47	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
75/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	DAMARIS PEDRO CPF: 055.877.499-75	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00
64/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	DIRCINEIA DE SOUZA BAHR CPF: 004.116.019-38	19/11/2020	19/04/2020	R\$ 2.500,00

Leia-se:

N. CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA ASSINATURA	DE DATA VIGÊNCIA	DA VALOR (R\$)
55/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	SELMA DE FATIMA DOS SANTOS DA ROCHA CPF: 069.267.099-80	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
56/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	JOSUE SOARES CPF: 044.930.149-46	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00

57/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	MARCIO ADRIANO KREFER CPF: 021.727.599-02	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
58/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	SALETE APARECIDA LEPREVOST CPF: 034.636.119-29	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
59/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	MARCOS HENRIQUE CARO CPF: 079.448.589-84	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
60/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	SCHEILA DA ROCHA MATT CPF: 062.056.049-57	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
61/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	JOAREZ BUENO DA SILVA CPF: 037.804.329-35	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
62/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	CAMILLA TASSIA PEDRI CAZURA CPF: 074.846.179-54	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
63/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	PAOLA GENIFER TITSCHKOWSKI CPF: 063.988.149-16	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
65/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	NILZA MENEGUES MILDEMBERGER CPF: 025.944.219-44	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
66/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	GUSTAVO ALEIXO DERENIEVICZ CPF: 079.448.669-01	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
67/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	ANNEGRET RINKLIN REIKDAL CPF: 033.042.079-88	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
68/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	BRUNO ANDRADE FASCIO CPF: 114.172.659-90	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
69/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	PATRICIA CAMARGO MUHLSTEDT CPF: 069.208.269-76	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
70/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	BRUNO LORENZETT MOCELIN CPF: 047.649.809-08	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
71/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	BRUNA CORREA DE GOIS CPF: 103.855.539-60	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
72/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	ROSIANE LEPREVOST FERREIRA DA ROCHA CPF: 021.671.149-58	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
73/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	VINICIUS MAOSKI VALASKI CPF: 080.146.079-45	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
74/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	JAQUELINE BRUGINSKI MULIK CPF: 080.336.139-47	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
75/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	DAMARIS PEDRO CPF: 055.877.499-75	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00
64/2020 CREDENCIAMENTO 02/2020	Nº	EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA APRESENTAÇÕES E PRODUÇÕES CULTURAIS, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI ALDIR BLANC.	DIRCINEIA DE SOUZA BAHR CPF: 004.116.019-38	19/11/2020	19/04/2021	R\$ 2.500,00

Tijucas do Sul, 02 de dezembro de 2020

**ANTÔNIO CESAR MATUCHESKI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Thais Becker de Souza  
**Código Identificador:**D45EF918

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

**MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**  
**RESOLUÇÃO 008/2020**

**Resolução nº 008/2020****Data 02/12/2020**

Súmula. Remoção de padrões do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município de Três do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 2889/2017,

**RESOLVE****Art. 1º** Remover e fixar em novo estabelecimento de ensino os Padrões do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme relacionados nas tabelas abaixo.**Art. 2º** Lembrando que a remoção e fixação dos padrões se normatiza no artigo 52 da Lei Municipal nº 1742/2018 de 05 de junho de 2018 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal.**Art. 3º** Segue a lista dos profissionais do Magistério Público Municipal que solicitaram remoção das Instituições de Ensino e tiveram o pedido deferido.

Professor (a)	RG	Instituição de Ensino de Origem	Instituição de Ensino de Destino	Período
Mariza Beal	8.804.681-1	Escola Municipal Carlos Gomes	Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança	Vespertino



Simone Gotardelo Miranda	14.588.439-0	Escola Municipal do Campo Salgado Filho	Escola Municipal Carlos Gomes	Vespertino
Natalya Bett	8.437.796-1	Centro Municipal de Educação Infantil Anaju	Escola Municipal Carlos Gomes	Vespertino

Segue a lista dos profissionais do Magistério Público Municipal que solicitaram a mudança de período na Instituição de Ensino em que estão lotados e tiveram o pedido indeferido devido à falta de vaga.

Professor (a)	RG	Instituição de Ensino
Jociane Regina da Motta	8.557.222-9	Centro Municipal de Educação Infantil Anaju
Eliane Aparecida Martendal	6.118.539-9	Centro Municipal de Educação Infantil Anaju
Joselaine Zenere da Veiga	8.795.071-9	Escola Municipal Carlos Gomes
Elenice de Oliveira Martins	7.637.078-8	Escola Municipal Carlos Gomes
Elizangela da Silva Silveira	9.737.997-1	Escola Municipal Angelina Segalla Dezan
Jéssica Fernanda Bilatto de Freitas	10.367.247-3	Escola Municipal Angelina Segalla Dezan
Vanessa Luiza Marchioro	8.773.948-1	Escola Municipal Angelina Segalla Dezan

Atenciosamente,

**RONOALDO FREITAS DA SILVA**

Secretário Municipal de Educação e Cultura  
Decreto Nº 2889/17

**Publicado por:**  
Marlice Cristina Mariano  
**Código Identificador:**C230254F

# O PLANETA AGRADECE

AO PUBLICAR NO **DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS**  
O GOVERNO POUPA O DESMATAMENTO E  
DIMINUI O CONSUMO DE PAPEL.



PARA INFORMAÇÕES  
**41. 3223.5733**  
diariooficial@amp.org.br



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

CAMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

REPUBLICAÇÃO DESPESAS COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JULHO/2019 A JUNHO/2020														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	05/2020	06/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	59.872,97	59.872,97	59.872,97	60.016,86	60.590,64	104.746,39	59.986,05	62.556,65	61.352,57	61.456,30	61.568,93	61.568,93	773.462,23	0,00
Pessoal Ativo	59.872,97	59.872,97	59.872,97	60.016,86	60.590,64	104.746,39	59.986,05	62.556,65	61.352,57	61.456,30	61.568,93	61.568,93	773.462,23	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	49.481,80	49.481,80	49.481,80	49.600,72	50.074,92	87.156,26	49.575,25	51.890,69	50.704,61	50.790,34	50.883,42	50.883,42	640.005,03	0,00
Obrigações Patronais	10.391,17	10.391,17	10.391,17	10.416,14	10.515,72	17.590,13	10.410,80	10.665,96	10.647,96	10.665,96	10.685,51	10.685,51	133.457,20	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	59.872,97	59.872,97	59.872,97	60.016,86	60.590,64	104.746,39	59.986,05	62.556,65	61.352,57	61.456,30	61.568,93	61.568,93	773.462,23	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.718.713,05	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	15.718.713,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	773.462,23	4,92%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	943.122,78	6%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	895.966,64	5,7%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	848.810,50	5,4%

VALDEMAR PERICO

MAURICIO RICARDO DIECKEL

NILEU PEDRO VILLANI  
Controlador Interno

**Publicado por:**  
Mauricio Ricardo Dieckel  
**Código Identificador:**E1428890

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**

**GABINETE**  
**DECRETO Nº 658/2020**

Gabinete Municipal  
**DECRETO Nº 658/2020**

SÚMULA: Altera-se a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso referente ao mês de Outubro do exercício financeiro de 2020 do Município de Matinhos e dá outras providências.

**RUY HAUER REICHERT**, Prefeito em Exercício do Município de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio e Lei Municipal nº 2078 de 30 de Julho de 2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020:

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica alterada a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso em decorrência da execução do mês de Outubro do exercício financeiro de 2020 do Município de Matinhos, conforme determina o artigo 3º do Decreto nº 001/2020.

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 27 de Novembro de 2020.

***RUY HAUER REICHERT***  
Prefeito Municipal

Prestação de Contas													
Programação Cotas de Despesa													
Mês: Outubro Grau a Listar: 4 Cota Atualizada: Sim Tipo: 1- Empenhado													
Dotação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>33000000000000000000 - Despesas correntes</b>													
Cota Despesa de	11.538.252,48	11.398.995,07	11.835.760,25	12.200.671,20	11.364.113,13	14.911.302,63	12.500.276,29	12.843.840,43	13.342.095,17	14.757.905,97	0,00	0,00	126.693.212,62
Realizado	12.338.228,47	13.716.115,06	10.349.858,75	8.788.956,57	7.889.547,32	11.740.393,03	11.841.962,79	10.262.335,90	9.910.244,29	8.653.414,61	0,00	0,00	105.491.056,79
Diferença	(799.975,99)	(2.317.119,99)	1.485.901,50	3.411.714,63	3.474.565,81	3.170.909,60	658.313,50	2.581.504,53	3.431.850,88	6.104.491,36	0,00	0,00	21.202.155,83
<b>33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais</b>													
Cota Despesa de	5.900.379,80	5.900.379,80	5.900.379,80	5.784.204,56	5.915.379,80	6.659.997,24	7.001.661,27	6.987.323,96	7.211.190,05	7.796.616,62	0,00	0,00	65.057.512,90
Realizado	5.808.510,77	5.340.590,73	5.551.611,97	5.643.083,53	5.473.351,12	5.544.920,50	7.522.205,41	5.466.268,83	5.424.332,03	5.338.601,11	0,00	0,00	57.113.476,00
Diferença	91.869,03	559.789,07	348.767,83	141.121,03	442.028,68	1.115.076,74	(520.544,14)	1.521.055,13	1.786.858,02	2.458.015,51	0,00	0,00	7.944.036,90
<b>33190000000000000000 - Aplicações diretas</b>													
Cota Despesa de	5.119.384,74	5.119.384,74	5.119.384,74	5.003.209,50	5.134.384,74	5.723.243,30	6.069.873,41	6.055.507,63	6.359.726,32	6.809.910,69	0,00	0,00	56.514.009,81
Realizado	5.126.058,67	4.688.479,10	4.866.684,78	4.965.950,18	4.803.627,23	4.878.497,79	6.856.582,61	4.806.823,85	4.768.562,89	4.688.287,03	0,00	0,00	50.449.554,13
Diferença	(6.673,93)	430.905,64	252.699,96	37.259,32	330.757,51	844.745,51	(786.709,20)	1.248.683,78	1.591.163,43	2.121.623,66	0,00	0,00	6.064.455,68
<b>33191000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.</b>													
Cota Despesa de	780.995,06	780.995,06	780.995,06	780.995,06	780.995,06	936.753,94	931.787,86	931.816,33	851.463,73	986.705,93	0,00	0,00	8.543.503,09
Realizado	682.452,10	652.111,63	684.927,19	677.133,35	669.723,89	666.422,71	665.622,80	659.444,98	655.769,14	650.314,08	0,00	0,00	6.663.921,87
Diferença	98.542,96	128.883,43	96.067,87	103.861,71	111.271,17	270.331,23	266.165,06	272.371,35	195.694,59	336.391,85	0,00	0,00	1.879.581,22
<b>33200000000000000000 - Juros e encargos da dívida</b>													
Cota Despesa de	290.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	(79.186,20)	0,00	0,00	538.138,00
Realizado	46.262,17	46.028,79	45.651,48	41.696,71	15.381,10	25.492,86	25.139,72	28.376,07	28.985,50	39.583,46	0,00	0,00	342.597,86

Diferença	244.551,63	(5.214,99)	(4.837,68)	(882,91)	25.432,70	15.320,94	15.674,08	12.437,73	11.828,30	(118.769,66)	0,00	0,00	195.540,14
<b>332900000000000000 - Aplicações diretas</b>													
Cota Despesa de	290.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	40.813,80	(79.186,20)	0,00	0,00	538.138,00
Realizado	46.262,17	46.028,79	45.651,48	41.696,71	15.381,10	25.492,86	25.139,72	28.376,07	28.985,50	39.583,46	0,00	0,00	342.597,86
Diferença	244.551,63	(5.214,99)	(4.837,68)	(882,91)	25.432,70	15.320,94	15.674,08	12.437,73	11.828,30	(118.769,66)	0,00	0,00	195.540,14
<b>333000000000000000 - Outras despesas correntes</b>													
Cota Despesa de	5.347.058,88	5.457.801,47	5.894.566,65	6.375.652,84	5.407.919,53	8.210.491,59	5.457.801,22	5.815.702,67	6.090.091,32	7.040.475,55	0,00	0,00	61.097.561,72
Realizado	6.483.455,53	8.329.495,54	4.752.595,30	3.104.176,33	2.400.815,10	6.169.979,67	4.294.617,66	4.767.691,00	4.456.926,76	3.275.230,04	0,00	0,00	48.034.982,93
Diferença	(1.136.396,65)	(2.871.694,07)	1.141.971,35	3.271.476,51	3.007.104,43	2.040.511,92	1.163.183,56	1.048.011,67	1.633.164,56	3.765.245,51	0,00	0,00	13.062.578,79
<b>333220000000000000 - Execução orçamentária delegada à união</b>													
Cota Despesa de	940,81	940,81	940,81	940,81	9.463,61	80.940,81	940,81	940,81	940,81	940,81	0,00	0,00	97.930,90
Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	8.522,80	78.469,17	0,00	0,00	0,00	1.632,72	0,00	0,00	88.624,69
Diferença	940,81	940,81	940,81	940,81	940,81	2.471,64	940,81	940,81	940,81	(691,91)	0,00	0,00	9.306,21
<b>333300000000000000 - Transferências a estados e ao distrito federal</b>													
Cota Despesa de	81,62	81,62	4.540,71	521,98	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	3.294,38	0,00	0,00	8.928,41
Realizado	0,00	0,00	4.459,09	440,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.212,76	0,00	0,00	8.112,21
Diferença	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	81,62	0,00	0,00	816,20
<b>333500000000000000 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos</b>													
Cota Despesa de	128.774,30	141.666,93	138.774,30	128.774,30	148.774,30	128.774,30	128.774,30	128.774,30	218.474,30	128.774,30	0,00	0,00	1.420.335,63
Realizado	238.964,64	0,00	1.109.836,61	0,00	0,00	143.368,75	0,00	0,00	89.700,00	0,00	0,00	0,00	1.581.870,00
Diferença	(110.190,34)	141.666,93	(971.062,31)	128.774,30	148.774,30	(14.594,45)	128.774,30	128.774,30	128.774,30	128.774,30	0,00	0,00	(161.534,37)
<b>333710000000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio</b>													
Cota Despesa de	177.223,13	177.223,13	(155.776,87)	153.061,63	149.223,13	127.925,68	99.652,81	177.223,13	327.223,13	177.223,13	0,00	0,00	1.410.202,03
Realizado	0,00	1.531.219,46	0,00	0,00	0,00	7.307,93	0,00	0,00	221.830,56	0,00	0,00	0,00	1.760.357,95
Diferença	177.223,13	(1.353.996,33)	(155.776,87)	153.061,63	149.223,13	120.617,75	99.652,81	177.223,13	105.392,57	177.223,13	0,00	0,00	(350.155,92)
<b>333720000000000000 - Execução orçamentária delegada a consórcios públicos</b>													
Cota Despesa de	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	0,00	0,00	702.000,00
Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.999,72	0,00	0,00	0,00	399.999,72
Diferença	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	70.200,00	(329.799,72)	70.200,00	0,00	0,00	302.000,28
<b>333900000000000000 - Aplicações diretas</b>													
Cota Despesa de	4.963.145,56	4.986.301,61	5.829.194,24	6.015.460,66	5.023.483,41	7.795.875,72	5.151.458,22	5.431.789,35	5.466.478,00	6.653.349,47	0,00	0,00	57.316.536,24
Realizado	6.244.490,89	6.723.582,17	3.638.299,60	3.103.735,97	2.392.292,30	5.940.833,82	4.294.617,66	4.767.691,00	3.745.396,48	3.270.384,56	0,00	0,00	44.121.324,45
Diferença	(1.281.345,33)	(1.737.280,56)	2.190.894,64	2.911.724,69	2.631.191,11	1.855.041,90	856.840,56	664.098,35	1.721.081,52	3.382.964,91	0,00	0,00	13.195.211,79
<b>333910000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.</b>													
Cota Despesa de	6.693,46	81.387,37	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	0,00	0,00	141.628,51
Realizado	0,00	74.693,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.693,91
Diferença	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	6.693,46	0,00	0,00	66.934,60
<b>340000000000000000 - Despesas de capital</b>													
Cota Despesa de	1.974.929,11	1.019.929,11	1.399.097,23	647.999,43	1.074.729,11	1.148.929,11	1.045.249,11	1.879.542,79	793.090,59	8.929,29	0,00	0,00	10.992.424,88
Realizado	505.881,53	350.688,49	416.179,02	782.547,57	166.823,98	905.685,83	373.002,95	184.033,98	146.460,13	1.751.843,12	0,00	0,00	5.583.146,60
Diferença	1.469.047,58	669.240,62	982.918,21	(134.548,14)	907.905,13	243.243,28	672.246,16	1.695.508,81	646.630,46	(1.742.913,83)	0,00	0,00	5.409.278,28
<b>344000000000000000 - Investimentos</b>													
Cota Despesa de	808.209,06	783.209,06	1.256.836,27	761.279,38	838.009,06	1.054.209,06	808.529,06	1.758.822,74	556.370,54	112.209,24	0,00	0,00	8.737.683,47
Realizado	251.923,00	95.202,00	159.581,45	521.284,48	51.059,50	730.749,94	197.570,00	43.216,00	5.393,59	1.520.019,96	0,00	0,00	3.575.999,92
Diferença	556.286,06	688.007,06	1.097.254,82	239.994,90	786.949,56	323.459,12	610.959,06	1.715.606,74	550.976,95	(1.407.810,72)	0,00	0,00	5.161.683,55
<b>344900000000000000 - Aplicações diretas</b>													
Cota Despesa de	808.209,06	783.209,06	1.256.836,27	761.279,38	838.009,06	1.054.209,06	808.529,06	1.758.822,74	556.370,54	112.209,24	0,00	0,00	8.737.683,47

## MUNICIPIO DE MATINHOS

Prestação de Contas

Programação Cotas de Despesa

Mês: Outubro Grau a Listar: 4 Cota Atualizada: Sim Tipo: 1- Empenhado

Dotação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Realizado	251.923,00	95.202,00	159.581,45	521.284,48	51.059,50	730.749,94	197.570,00	43.216,00	5.393,59	1.520.019,96	0,00	0,00	3.575.999,92
Diferença	556.286,06	688.007,06	1.097.254,82	239.994,90	786.949,56	323.459,12	610.959,06	1.715.606,74	550.976,95	(1.407.810,72)	0,00	0,00	5.161.683,55
<b>346000000000000000 - Amortização da dívida / refinanciamento da dívida</b>													
Cota de Despesa	1.166.720,05	236.720,05	142.260,96	(113.279,95)	236.720,05	94.720,05	236.720,05	120.720,05	236.720,05	(103.279,95)	0,00	0,00	2.254.741,41
Realizado	253.958,53	255.486,49	256.597,57	261.263,09	115.764,48	174.935,89	175.432,95	140.817,98	141.066,54	231.823,16	0,00	0,00	2.007.146,68
Diferença	912.761,52	(18.766,44)	(114.336,61)	(374.543,04)	120.955,57	(80.215,84)	61.287,10	(20.097,93)	95.653,51	(335.103,11)	0,00	0,00	247.594,73
<b>346900000000000000 - Aplicações diretas</b>													
Cota de Despesa	1.166.720,05	236.720,05	142.260,96	(113.279,95)	236.720,05	94.720,05	236.720,05	120.720,05	236.720,05	(103.279,95)	0,00	0,00	2.254.741,41
Realizado	253.958,53	255.486,49	256.597,57	261.263,09	115.764,48	174.935,89	175.432,95	140.817,98	141.066,54	231.823,16	0,00	0,00	2.007.146,68
Diferença	912.761,52	(18.766,44)	(114.336,61)	(374.543,04)	120.955,57	(80.215,84)	61.287,10	(20.097,93)	95.653,51	(335.103,11)	0,00	0,00	247.594,73
<b>390000000000000000 - Reserva de contingência</b>													
Cota de Despesa	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	0,00	0,00	889.274,00
Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	0,00	0,00	889.274,00
<b>399000000000000000 - Reserva de contingência</b>													
Cota de Despesa	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	0,00	0,00	889.274,00
Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	0,00	0,00	889.274,00
<b>399990000000000000 - Reserva de contingência</b>													
Cota de Despesa	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	0,00	0,00	889.274,00
Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	88.927,40	0,00	0,00	889.274,00
<b>Total Cota de Despesa</b>	<b>13.602.108,99</b>	<b>12.507.851,58</b>	<b>13.323.784,88</b>	<b>12.937.598,03</b>	<b>12.527.769,64</b>	<b>16.149.159,14</b>	<b>13.634.452,80</b>	<b>14.812.310,62</b>	<b>14.224.113,16</b>	<b>14.855.762,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>138.574.911,50</b>
<b>Total Realizado</b>	<b>12.844.110,00</b>	<b>14.066.803,55</b>	<b>10.766.037,77</b>	<b>9.571.504,14</b>	<b>8.056.371,30</b>	<b>12.646.078,86</b>	<b>12.214.965,74</b>	<b>10.446.369,88</b>	<b>10.056.704,42</b>	<b>10.405.257,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>111.074.203,39</b>
<b>Total Diferença</b>	<b>757.998,99</b>	<b>(1.558.951,97)</b>	<b>2.557.747,11</b>	<b>3.366.093,89</b>	<b>4.471.398,34</b>	<b>3.503.080,28</b>	<b>1.419.487,06</b>	<b>4.365.940,74</b>	<b>4.167.408,74</b>	<b>4.450.504,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.500.708,11</b>
<b>Data Emissão:</b> 27/11/2020					<b>Hora de emissão:</b> 17h e 08m								

## MUNICIPIO DE MATINHOS

Prestação de Contas

Metas de Arrecadação por Receita

Mês: Outubro Grau a Listar: 3 Previsto Atualizado: Não

Art. 08º e 13º Lei 101/2000

Receita/Vínculo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>Conta: 410000000000000000 - Receitas correntes</b>													
Previsto	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,62	13.728.916,27	164.746.999,09
Realizado	14.884.952,37	32.513.653,22	10.889.612,99	10.350.101,82	8.589.797,88	11.887.568,81	12.464.924,32	10.918.372,84	11.622.440,42	11.071.179,81	0,00	0,00	135.192.604,48
Diferença	(1.156.035,75)	(18.784.736,60)	2.839.303,63	3.378.814,80	5.139.118,74	1.841.347,81	1.263.992,30	2.810.543,78	2.106.476,20	2.657.736,81	13.728.916,62	13.728.916,27	29.554.394,61
<b>Conta: 411000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria</b>													
Previsto	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.046,30	5.614.045,90	67.368.555,20
Realizado	6.085.729,12	22.908.379,13	3.874.921,19	2.290.419,71	2.615.899,30	4.206.070,48	3.318.625,65	3.451.610,82	3.861.951,71	4.065.556,49	0,00	0,00	56.679.163,60
Diferença	(471.682,82)	(17.294.332,83)	1.739.125,11	3.323.626,59	2.998.147,00	1.407.975,82	2.295.420,65	2.162.435,48	1.752.094,59	1.548.489,81	5.614.046,30	5.614.045,90	10.689.391,60
<b>Conta: 412000000000000000 - Contribuições</b>													
Previsto	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,23	734.786,24	8.817.434,77
Realizado	806.951,27	1.077.864,93	890.797,45	963.835,57	879.728,51	937.896,86	887.427,86	968.639,96	971.353,14	999.116,06	0,00	0,00	9.383.611,61
Diferença	(72.165,04)	(343.078,70)	(156.011,22)	(229.049,34)	(144.942,28)	(203.110,63)	(152.641,63)	(233.853,73)	(236.566,91)	(264.329,83)	734.786,23	734.786,24	(566.176,84)
<b>Conta: 413000000000000000 - Receita patrimonial</b>													
Previsto	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,11	315.275,16	3.783.301,37
Realizado	384.443,27	32.095,67	49.671,25	20.975,00	33.169,09	140.860,21	16.109,07	30.290,61	100.520,83	23.358,83	0,00	0,00	831.493,83
Diferença	(69.168,16)	283.179,44	265.603,86	294.300,11	282.106,02	174.414,90	299.166,04	284.984,50	214.754,28	291.916,28	315.275,11	315.275,16	2.951.807,54
<b>Conta: 416000000000000000 - Receita de serviços</b>													
Previsto	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,99	828.396,95	9.940.763,84
Realizado	675.940,73	1.500.645,16	907.284,41	608.207,69	646.264,43	702.501,01	771.945,81	639.264,25	708.839,46	783.302,85	0,00	0,00	7.944.195,80
Diferença	152.456,26	(672.248,17)	(78.887,42)	220.189,30	182.132,56	125.895,98	56.451,18	189.132,74	119.557,53	45.094,14	828.396,99	828.396,95	1.996.568,04
<b>Conta: 417000000000000000 - Transferências correntes</b>													
Previsto	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,74	6.145.527,70	73.746.332,84
Realizado	6.767.157,82	6.958.273,76	5.111.241,30	6.453.286,02	4.254.608,95	5.755.358,83	7.456.864,18	5.812.796,75	5.950.744,17	5.170.482,04	0,00	0,00	59.690.813,82
Diferença	(621.630,08)	(812.746,02)	1.034.286,44	(307.758,28)	1.890.918,79	390.168,91	(1.311.336,44)	332.730,99	194.783,57	975.045,70	6.145.527,74	6.145.527,70	14.055.519,02
<b>Conta: 419000000000000000 - Outras receitas correntes</b>													

Previsto	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,25	90.884,32	1.090.611,07
Realizado	164.730,16	36.394,57	55.697,39	13.377,83	160.127,60	144.881,42	13.951,75	15.770,45	29.031,11	29.363,54	0,00	0,00	663.325,82
Diferença	(73.845,91)	54.489,68	35.186,86	77.506,42	(69.243,35)	(53.997,17)	76.932,50	75.113,80	61.853,14	61.520,71	90.884,25	90.884,32	427.285,25
<b>Conta: 420000000000000000 - Receitas de capital</b>													
Previsto	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,25	60.667,11	728.006,86
Realizado	0,00	0,00	9.099,04	0,00	38.252,64	18.000,00	8.337,56	0,00	424.677,50	(2.000,00)	0,00	0,00	496.366,74
Diferença	60.667,25	60.667,25	51.568,21	60.667,25	22.414,61	42.667,25	52.329,69	60.667,25	(364.010,25)	62.667,25	60.667,25	60.667,11	231.640,12
<b>Conta: 4220000000000000000 - Alienação de bens</b>													
Previsto	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,24	36.531,65
Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,31	3.044,24	36.531,65
<b>Conta: 4240000000000000000 - Transferências de capital</b>													
Previsto	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,94	57.622,87	691.475,21
Realizado	0,00	0,00	9.099,04	0,00	38.252,64	18.000,00	8.337,56	0,00	424.677,50	(2.000,00)	0,00	0,00	496.366,74
Diferença	57.622,94	57.622,94	48.523,90	57.622,94	19.370,30	39.622,94	49.285,38	57.622,94	(367.054,56)	59.622,94	57.622,94	57.622,87	195.108,47
<b>Conta: 9100000000000000000 - Receitas correntes</b>													
Previsto	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,68	824.867,58	9.898.412,06
Realizado	1.200.418,16	2.796.487,69	570.187,69	465.740,40	456.571,02	423.015,90	428.961,03	443.709,55	405.224,66	489.585,22	0,00	0,00	7.679.901,32
Diferença	(375.550,48)	(1.971.620,01)	254.679,99	359.127,28	368.296,66	401.851,78	395.906,65	381.158,13	419.643,02	335.282,46	824.867,68	824.867,58	2.218.510,74
<b>Conta: 9110000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria</b>													
Previsto	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,37	112.795,36	1.353.544,43
Realizado	364.758,08	1.956.195,40	12.671,52	1.221,81	386,42	3.059,67	2.866,61	1.441,44	801,66	4.804,69	0,00	0,00	2.348.207,30
Diferença	(251.962,71)	(1.843.400,03)	100.123,85	111.573,56	112.408,95	109.735,70	109.928,76	111.353,93	111.993,71	107.990,68	112.795,37	112.795,36	(994.662,87)
<b>Conta: 9120000000000000000 - Contribuições</b>													
Previsto	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	20,94	251,94
Realizado	0,00	999,87	0,00	18,43	5,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.023,49
Diferença	21,00	(978,87)	21,00	2,57	15,81	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	20,94	(771,55)

MUNICIPIO DE MATINHOS

Prestação de Contas

Metas de Arrecadação por Receita

Mês: Outubro Grau a Listar: 3 Previsto Atualizado: Não

Art. 08º e 13º Lei 101/2000

Receita/Vínculo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>Conta: 9160000000000000000 - Receita de serviços</b>													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizado	0,00	304,19	50,76	34,63	70,53	7,03	0,00	9,95	18,35	0,00	0,00	0,00	495,44
Diferença	0,00	(304,19)	(50,76)	(34,63)	(70,53)	(7,03)	0,00	(9,95)	(18,35)	0,00	0,00	0,00	(495,44)
<b>Conta: 9170000000000000000 - Transferências correntes</b>													
Previsto	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,84	711.935,77	8.543.230,01
Realizado	835.660,08	838.988,23	556.854,16	464.465,53	456.108,88	419.391,36	426.094,42	442.258,16	404.404,65	484.780,53	0,00	0,00	5.329.006,00
Diferença	(123.724,24)	(127.052,39)	155.081,68	247.470,31	255.826,96	292.544,48	285.841,42	269.677,68	307.531,19	227.155,31	711.935,84	711.935,77	3.214.224,01
<b>Conta: 9190000000000000000 - Outras receitas correntes</b>													
Previsto	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,51	1.385,68
Realizado	0,00	0,00	611,25	0,00	0,00	557,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.169,09
Diferença	115,47	115,47	(495,78)	115,47	115,47	(442,37)	115,47	115,47	115,47	115,47	115,47	115,51	216,59
Total Previsto	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.716,19	12.964.715,80	155.576.593,89
Total Realizado	13.684.534,21	29.717.165,53	10.328.524,34	9.884.361,42	8.171.479,50	11.482.552,91	12.044.300,85	10.474.663,29	11.641.893,26	10.579.594,59	0,00	0,00	128.009.069,90
Total Diferença	(719.818,02)	(16.752.449,34)	2.636.191,85	3.080.354,77	4.793.236,69	1.482.163,28	920.415,34	2.490.052,90	1.322.822,93	2.385.121,60	12.964.716,19	12.964.715,80	27.567.523,99
Data Emissão: 27/11/2020				Hora de emissão: 17h e 11m									

Publicado por:  
Lucineia Costa de Almeida  
Código Identificador:40D3ED62

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PODER EXECUTIVO

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

11/2.019 A 10/2.020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													R\$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total meses	Últ. 12 Previsão Atual	Exerc.
	11 / 2.019	12 / 2.019	1 / 2.020	2 / 2.020	3 / 2.020	4 / 2.020	5 / 2.020	6 / 2.020	7 / 2.020	8 / 2.020	9 / 2.020	10 / 2.020			
RECEITAS CORRENTES (I)	3.956.457,25	6.204.288,10	5.270.139,24	5.572.535,38	4.340.163,65	4.239.648,78	3.632.587,27	4.429.575,31	5.210.797,32	4.518.966,91	4.398.132,46	3.912.465,56	55.685.757,23	73.056.072,19	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	827.727,81	896.940,16	938.803,34	983.214,94	889.113,17	764.342,75	748.308,23	771.071,20	879.456,81	1.166.256,18	1.050.193,92	1.117.939,15	11.033.367,66	12.260.197,00	
IPUTU	31.059,69	30.987,47	45.653,54	52.537,17	33.464,17	17.046,80	21.966,23	20.473,21	60.547,70	247.238,77	147.676,44	121.623,13	830.274,32	1.704.374,00	
ISS	617.233,40	641.155,85	701.330,74	706.798,03	688.403,44	627.144,99	594.594,56	657.155,11	629.798,07	618.154,47	650.798,73	635.394,78	7.767.962,17	8.566.009,00	
ITBI	49.285,97	19.145,71	6.352,95	44.239,55	19.683,74	10.750,13	20.697,98	47.595,16	41.039,03	39.092,13	107.675,18	102.460,49	508.018,02	106.149,00	
IRRF	82.344,35	162.401,58	128.222,15	84.501,41	87.881,09	85.534,15	89.332,71	18.128,90	91.743,15	95.029,51	12.805,38	171.881,61	1.109.805,99	1.142.745,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.804,40	43.249,55	57.243,96	95.138,78	59.680,73	23.866,68	21.716,75	27.718,82	56.328,86	166.741,30	131.238,19	86.579,14	817.307,16	740.920,00	
Contribuições	68.127,32	39.435,18	305.574,46	137.952,50	154.950,17	171.807,25	51.117,46	149.081,36	51.283,06	153.602,17	285.946,12	223.278,37	1.792.155,42	1.031.369,00	
Receita Patrimonial	5.699,96	11.512,12	6.520,33	4.885,79	4.828,82	2.373,90	2.840,31	2.069,57	1.825,98	972,27	316,13	1.105,68	44.950,86	1.142.679,00	
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.199,96	7.696,37	6.020,33	4.385,79	4.328,82	2.373,90	2.840,31	2.069,57	1.711,33	972,27	316,13	175,04	38.089,82	631.479,00	
Outras Receitas Patrimoniais	500,00	3.815,75	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	114,65	0,00	0,00	930,64	6.861,04	511.200,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	4.458,78	6.432,52	8.999,44	7.433,09	6.048,75	39.089,71	8.878,91	2.835,38	16.788,37	8.225,98	2.043,71	2.537,20	113.771,84	714.083,00	
Transferências Correntes	3.050.443,38	5.249.968,12	4.007.139,83	4.439.049,06	3.285.222,74	3.262.035,17	2.821.442,36	3.504.517,80	4.257.617,86	3.189.910,31	3.059.632,58	2.567.605,16	42.694.584,37	57.907.744,19	
Cota-Parte do FPM	1.335.105,42	2.276.134,32	1.347.250,83	1.946.717,30	1.138.299,49	1.115.785,47	1.165.743,22	948.977,52	1.635.940,19	1.039.188,62	837.075,60	700.549,67	15.486.767,65	18.557.555,00	
Cota-Parte do ICMS	555.096,88	751.419,82	633.906,94	596.865,54	613.441,26	484.238,66	345.965,66	594.418,43	568.279,62	556.946,35	717.772,82	662.230,01	7.080.581,99	11.544.835,00	
Cota-Parte do IPVA	40.737,38	53.880,42	642.796,24	302.081,43	250.388,84	72.174,58	55.650,08	49.671,59	43.794,84	60.171,64	64.207,72	53.044,48	1.688.599,24	1.995.810,00	
Cota-Parte do ITR	2.195,57	3.403,69	1.503,73	930,00	98,95	176,07	47,37	1.205,22	67,39	615,26	9.867,20	52.786,65	72.897,10	127.161,00	
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.675,00	
Transferências LC 61/1989	9.733,43	9.260,73	8.475,31	9.119,86	8.416,30	7.552,93	7.530,76	6.772,34	8.135,48	9.408,80	11.051,79	11.285,84	106.743,57	191.700,00	
Transferências do FUNDEB	719.378,00	829.554,71	997.601,05	978.434,17	723.785,47	693.929,72	533.925,58	582.412,49	734.630,69	680.853,03	886.398,77	749.784,68	9.110.688,36	9.850.100,00	
Outras Transferências Correntes	388.196,70	1.326.314,43	375.605,73	604.900,76	550.792,43	888.177,74	712.579,69	1.321.060,21	1.266.769,65	842.726,61	533.258,68	337.923,83	9.148.306,46	15.432.908,19	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	3.101,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.825,24	0,00	0,00	0,00	6.927,08	0,00	
DEDUÇÕES (II)	388.573,58	482.695,52	526.786,27	571.142,45	402.128,53	335.985,27	314.987,27	320.208,85	318.831,20	333.266,03	327.006,43	295.979,20	4.617.590,60	6.253.385,00	
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência e Rendim. Aplic. Financeiras RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	388.573,58	482.695,52	526.786,27	571.142,45	402.128,53	335.985,27	314.987,27	320.208,85	318.831,20	333.266,03	327.006,43	295.979,20	4.617.590,60	6.253.385,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.567.883,67	5.721.592,58	4.743.352,97	5.001.392,93	3.938.035,12	3.903.663,51	3.317.600,00	4.109.366,46	4.891.966,12	4.185.700,88	4.071.126,03	3.616.486,36	51.068.166,63	66.802.687,19	
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.681,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.681,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.567.883,67	5.721.592,58	4.743.352,97	5.001.392,93	3.938.035,12	3.692.982,51	3.317.600,00	4.109.366,46	4.891.966,12	4.185.700,88	4.071.126,03	3.616.486,36	50.857.485,63	66.802.687,19	
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.567.883,67	5.721.592,58	4.743.352,97	5.001.392,93	3.938.035,12	3.692.982,51	3.317.600,00	4.109.366,46	4.891.966,12	4.185.700,88	4.071.126,03	3.616.486,36	50.857.485,63	66.802.687,19	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/nov/2020 às 09h e 41m.															

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/nov/2020 as 09h e 41m.

**JOAO LUIS MIRANDA**

Controle Interno

**MARIO TADEU BELLAVER**

Secretário Da Fazenda

**RAUL EDISON GOUVEA**

Contador

**OSMAIR COSTA COELHO**

Prefeito

**Publicado por:**  
Michelle Bressan  
**Código Identificador:**D9CD9FEF

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**RESTOS A PAGAR**

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO

2.020/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)													Em Reais
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo L=(e+k) Total
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) (i+j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2019 (g)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.212.132,33	4.218.365,81	3.633.218,17	65.379,99	1.731.899,98	966,75	926.584,35	575.300,39	749.601,85	11.150,75	166.798,50	1.898.698,48	
PODER EXECUTIVO	1.212.132,33	4.218.365,81	3.633.218,17	65.379,99	1.731.899,98	966,75	926.584,35	575.300,39	749.601,85	11.150,75	166.798,50	1.898.698,48	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.212.132,33	4.218.365,81	3.633.218,17	65.379,99	1.731.899,98	966,75	926.584,35	575.300,39	749.601,85	11.150,75	166.798,50	1.898.698,48	
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, emitido em 30/nov/2020 as 09h e 50m.													

**JOAO LUIS MIRANDA**

Controle Interno

**MARIO TADEU BELLAVER**

Secretário Da Fazenda

**RAUL EDISON GOUVEA**

Contador

**OSMAIR COSTA COELHO**

Prefeito

**Publicado por:**  
Michelle Bressan  
**Código Identificador:**CFA6B6DA